ENCICLOPÉDIA
DOS
MUNICÍPIOS BRASILEIROS

PLANEJADA E ORIENTADA

por

JURANDYR PIRES FERREIRA

PRESIDENTE DO I. B. G. E.

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DE

SPERIDIÃO FAISSOL

Secr.-Geral do C. N. G.

HILDEBRANDO MARTINS

Secr.-Geral do C. N. E.

SUPERVISÃO GEOGRÁFICA

DE

ANTONIO TEIXEIRA GUERRA

Dir. de Geografia

SUPERVISÃO DOS VERBETES

DE

JOSÉ NEWTON NOGUEIRA

Inspetor Regional

DIREÇÃO GRÁFICA

ADOLPHO FREJAT

Superintendente do Serviço Gráfico

13 DE NOVEMBRO DE 1959

OBRA CONJUNTA DOS CONSELHOS NACIONAL DE GEOGRAFIA E NACIONAL DE ESTATÍSTICA

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

XXXII VOLUME

RIO DE JANEIRO
1959

Índice Geral

Índice dos Municípios

(•) O município foi deslocado, na paginação, da ordem alfabética.

PREFÁCIO

Santa Catarina, embora fora da delimitação do Meridiano de Tordesilhas, era, contudo, logo nos primeiros anos do século XVI, conquistada pela ocupação portuguêsa.

É verdade que em 1504 foi o francês Birot de Gouneville quem explorou o seu litoral, fazendo seu ponto de apoio na baía de São Francisco. Era amigo dos indígenas e até ao retirar-se levou consigo o filho de um cacique que adotou, casando-o mais tarde com uma môça de sua família.

Em 1514, temos a primeira expedição portuguêsa tendo à frente Christovam de Aro e Nuno Manoel, e um ano depois, várias visitas importantes de portuguêses, destacando-se a de Martin Affonso, vieram consolidar as aspirações portuguêsas sôbre essas terras. Sebastião Cabot lhe dá o nome de Santa Catarina em 1526 e a maioria de suas terras foram doadas, na divisão do Brasil em capitanias, a Pedro Lopes de Souza que contudo não as colonizou, embora tivesse sido enviado por Martin Affonso, seu irmão, a explorar a costa ao sul de São Vicente. Essa exploração atingiu o Rio da Prata, por onde penetrou, seguindo pelo Rio Uruguai, até o paredão da Serra do Mar que se debruça para o litoral catarinense.

Por outro lado, a Espanha procurava êsse Estado, fixando-se na Ilha de Santa Catarina, povoando-a com náufragos e desertores. Mas só em 1541 é que veio a grande expedição de D. Alvaro Cabezo de Vaca que penetrou o interior brasileiro pelas trilhas pré-cabralinas que a levou ao planalto das Araucárias, vencendo a barreira da Serra do Mar pelo vale do Apocu. Várias missões Jesuísticas se estabeleceram em terras catarinenses, aproveitando-se da índole mansa dos índios Caripós.

Mas só nos alvôres do século XVII é que os portuguêses trataram com mais afinco da colonização dessas glebas.

Manoel Lourenço de Andrade e a seguir o paulista Francisco Dias Velho melhor fixaram as bases de uma ocupação. A colônia estabelecida pelo último na Ilha de Santa Catarina prosperava ràpidamente, quando um pirata que lá aportou foi aprisionado e as mercadorias remetidas para São Vicente.

Êsse fato instigou a vindita dos flibusteiros que assaltaram a ilha e massacraram os habitantes portuguêses.

Isso retardou de muito, aí, o progresso, que só se restabeleceu nos alvôres do século XVIII, quando, já florescente a vida em São Francisco, foi possível daí partirem os novos colonizadores da Ilha. Por essa época, ou pouco antes, os bandeirantes paulistas em busca de escravos penetravam no interior catarinense e fundavam o povoado de Nossa Senhora dos Prazeres (hoje Lajes).

Mas foi mesmo no século XVIII que se consolidou a colonização do Estado com o estabelecimento de uma guarnição militar e a desanexação da jurisdição ao Govêrno de São Paulo e bem assim as correntes imigratórias que se realizaram de açorianos e madeirenses. Com a Independência do Brasil, Santa Catarina se tornou província do Império. A revolução Farroupilha empolgou essa terra e lá se implatou a República Juliana de pouca duração, mas de impressionante significado na caracterização de nossa índole republicana.

No século XIX estabeleceram-se as colônias alemãs de Joinville e Blumenau, hoje importantes centros industriais. Elas são a base de uma larga corrente imigratória, que mais se desenvolveu em razão das convulsões políticas na Europa.

Daí nasce um impressionante progresso para o Estado que, embora por vêzes abalançado por agitações internas, como a longa jornada militar do contestado, vem seguindo ininterruptamente a linha ascendente de seu sucesso econômico e cultural.

Hoje, Santa Catarina desfruta uma posição alta no concêrto federal.

Estamos ainda na civilização do aço. Embora vislumbrem-se grandes e profundas transformações na base da economia dos povos, a realidade visível é ainda amparada no desenvolvimento dessa produção metálica. A instituição da grande Siderurgia, entre nós, teve, em Santa Catarina, as condições de sucesso pela produção do carvão necessário à redução do ferro mineiro que chega aos altos fornos de Volta Redonda.

É verdade que Volta Redonda surgiu após o advento Monlevade realizado, com esplêndido êxito, à base de carvão vegetal. E o êxito da Siderurgia, que se instalara no Ramal de Santa Bárbara, vale ser destacado pela racionalidade da produção industrial, em condições econômicas que dispensavam as grandes proteções alfandegárias, as quais se tornaram imprescindíveis ao sucesso da indústria colocada no vale do Paraíba.

Isso, entretanto, não tira o mérito da contribuição de Santa Catarina ao surto grandioso de nosso progresso na industrialização de base.

Quando muito, define a posição obtida pelo Brasil, nesse campo, onde cada vez se torna mais difícil de expandir a colocação dos seus produtos fora de nossas fronteiras, pela concorrência esmagante da produção estrangeira.

A verdade é que a produção de aço, à base do minério que se extrai por detrás da Serra da Mantiqueira, e do carvão que se busca em Santa Catarina, é encarecida fortemente pelo transporte, o que obriga, para poder ser consumido no mercado interno, a defesas alfandegárias ou cambiais muito altas, necessárias a afastar os concorrentes estrangeiros.

O atual govêrno da República tem, no seu programa, a realização de uma indústria siderúrgica em Laguna para melhorar as condições econômicas da produção de ferro.

Na realidade, encarece de muito o retôrno vasio do barcos carboníferos. O plano tem, exatamente, como objetivo, aproveitar a praça dos navios com minério de Itabira, destinado a alimentar, junto à produção do carvão, os altos fornos planejados.

Hoje, duas grandes experiências estão em curso capazes de modificar profundamente o quadro da nossa exploração siderúrgica:

A primeira é a usina-pilôto construída pela Cia. Belgo-Mineira, onde a redução do minério se realiza à base de uma corrente de hidrogênio livre; a segunda é a que está em estudo adiantado na Usina da Escola Nacional de Minas e Metalurgia de Ouro Prêto, em que se aproveita o pó de carvão. Em ambas, obtém-se esponja de ferro em condições econômicas que se anunciam alvissareiras.

O segundo processo é especialmente importante para Santa Catarina onde o preparo do carvão destinado à produção de coque metalúrgico, deixa uma imensa quantidade de pó que se oferecerá para alimentar uma usina do tipo em experiência em Ouro Prêto.

Nessas experiências já se chegou a usar hematite compacta apenas britada, dispensando-se a pulverização que encarecia extraordinàriamente o velho processo "Smith" de redução a baixa temperatura. O desenvolvimento dessa técnica abrirá para Santa Catarina um panorama novo no seu quadro econômico, principalmente se se chegar à exploração de suas jazidas de manganês e ferro, que, embora há tanto descobertas, não têm despertado interêsse maior para sua exploração. Essas jazidas não têm sido relacionadas no conjunto de nossas riquezas naturais, em razão do baixo teor metálico do minério que assim não tem cotação nos mercados internacionais, mas é de se notar as possibilidades de seu emprêgo local, como acontece com o minério dos grandes lagos que alimentam os altos fornos das margens do Mississipe.

Santa Catarina é o maior produtor de batata-doce, e o segundo no cultivo de uvas e também de trigo. Seu artesanato é dos melhores e sua indústria é experimentada, faltando para o seu desenvolvimento uma base energética ampla.

Não lhe faltam, entretanto, condições geográficas para obter desníveis hidráulicos notáveis, como o desvio do Rio Negro para o Cubatão, e o do Rio das Contas para o Rio do Meio. Outro desvio possível, digno de registro, é o do Rio Marombas para o Taió varando o morro do Funil.

A conformação orográfica do Estado recua, para oeste, aí, a serra Geral abrindo o vale do Itajaí, onde mais se desenvolvem a agricultura e a pecuária catarinenses. O oeste do Estado agora é que começa a intensificar o seu progresso econômico, principalmente na encosta da Serra da Fartura, onde os recentes estabelecimentos recebem um influxo do exemplo dos sucessos do norte do Paraná.

São glebas que se assentam no mesmo derramamento basáltico que formam as terras roxas tão credenciadas pela sua fertilidade.

O sul de Santa Catarina, entretanto, é o núcleo mais promissor pois, aí, é que se encontram as jazidas de carvão de Lauro Müller, Uruçanga, Criciúma etc., base efetiva do futuro industrial do Estado.

É verdade que, as dificuldades dos portos de Laguna e de Henrique Lage, insuficientes para atender as solicitações crescentes da região, têm travado o surto progressista.

*Henrique Lage * mantém o tradicional assoreamento resultante do desvio da corrente costeira na ponta de Ibituba. Laguna não oferece condições para movimentar a massa de transporte da indústria carbonífera. Além disso, o pequeno calado, que se exige dos navios empregados, encarece sensìvelmente o custo do carvão nos portos de destino.*

Hoje se está aparelhando o Departamento de Portos com dragas novas para melhor assistir a nossa navegação de cabotagem que tanto tem sofrido nos últimos lustros.

Santa Catarina supera o próprio Estado do Paraná na exportação de madeira que se realiza pelos portos de Itajaí e São Francisco.

Apesar de tudo Santa Catarina tem ainda sua economia firmada na produção animal, que representa a metade do seu volume e na industrial, que é pouco mais de um quarto do total. A produção agrícola não vai além de 20%.

Um dos pontos altos da riqueza de Santa Catarina é o Vale do Rio do Peixe, onde se estendem trigais promissores e onde as parreiras se multiplicam com largas colheitas.

Um dos elementos mais efetivos da prosperidade dêsse vale é a via férrea que o coleia, desenvolvendo núcleos populosos que estimulam o progresso da região: Piratuba, Joaçaba, Erval d'Oeste, Tangará, Videira etc.

Mas, se isso é significativo há a se mencionar a imperiosa necessidade da ultimação da rêde ferroviária do Estado, que pela lentidão com que se tem estendido causa graves efeitos, travando o surto racional do progresso.

A linha de Mafra a Marcelino Ramos está inacabada e mesmo isolada pela falta da ligação, em terras rio-grandenses, de Passo Fundo a Bento Gonçalves. Mesmo, em Santa Catarina, essa zona ficou inacabada, sem o escoamento natural pelo pôrto de Itajaí, pela não complementação do trecho ferroviário de Rio do Sul a Ponta Alta.

O Estado, sem dúvida, é bem servido de rodovias, mas mesmo assim a extensão pavimentada é pequena.

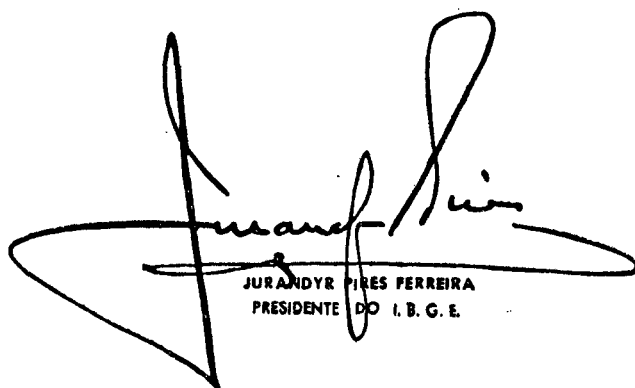
O que se deve ressaltar, entretanto, é que Santa Catarina tem diante de si uma perspectiva impressionante de progresso. Vale para isso o bom nível técnico de sua população rural, caldeada com a colonização alemã. Os imigrantes alemães, se por um lado ameaçaram formar quistos raciais, por outro prestaram notável serviço na preparação do nível técnico dos trabalhadores catarinenses.

O tempo veio eliminar o perigo da formação de núcleos racistas, desajustados na integração da nacionalidade brasileira, e pouco a pouco se formou uma população bem sincronizada com os interêsses do Brasil.

A língua portuguêsa foi aos poucos tomando a primazia nas relações familiares e o saudosismo dos colonos pela pátria de origem foi servindo, ao contrário, a seus descendentes de estímulo para lhes ampliar o sentimento patriótico.

---

* *O pôrto de Henrique Lage antigamente chamava-se Ibituba, recentemente tenta-se restabelecer a denominação primitiva. Representa, entretanto, bela homenagem a um pioneiro da indústria carbonífera catarinense.*

E assim, Santa Catarina soube desenvolver o lado bom das correntes imigratórias para fortalecer o amor à gleba e expandir as virtudes superiores do trabalho que engrandece a Nação.

O esfôrço de Santa Catarina pode bem ser expresso pela renda nacional; é a 9.ª Unidade da Federação pela sua contribuição, com 2,7% do total, e colocou-se, no decênio (1947-1957), em 11.º lugar na percentagem de crescimento da renda nacional, mas no qüinqüênnio 1952-1957 passou ao 4.º lugar. O primeiro lugar coube ao Pará, o segundo a Goiás, o terceiro ao Rio Grande do Sul e o quarto lhe pertenceu.

Na vida contemporânea os povos se superam na mobilização total do seu trabalho. É o rendimento de sua atividade que marca a posição que adquirem na gama do progresso.

Assim, Santa Catarina se alinha na vanguarda do desenvolvimento nacional, aos impulsos de uma organização modelar, onde se vai conciliando uma tendência, que advém da lei universal da concentração econômica com o ideal político da divisão da riqueza na exploração disseminada da gleba. O espírito associativo e o entrosamento racional das atividades formam a base do sucesso.

Define, também, a característica da racionalização de uma exploração, que só, ainda, não atingiu o ponto alto de sua tendência, pela falta de um amparo energético. Êsse amparo se obterá na mobilização do potencial hidráulico e no aproveitamento efetivo dos resíduos de sua indústria carbonífera. Êsses servirão para alimentar as grandes centrais térmicas, capazes de realizarem a rêde de eletricificação rural, especialmente importante para um estado que vive na crista da revolução econômica de nossos dias pela aspiração tecnológica que o empolga.

Assim, Santa Catarina tem, no descortino do futuro, uma posição invejável a atingir, para oferecer ao Brasil o resultado do seu esfôrço e a grandeza de sua contribuição.

JURANDYR PIRES FERREIRA
PRESIDENTE DO I. B. G. E.

INTRODUÇÃO

Francisco Gallotti
Senador Federal

Estavam de há muito os municípios pátrios como que a exigir do poder público a divulgação de suas vidas. De como nasceram, como se formaram e evoluíram, através da história, da geografia e da estatística, vem o I.B.G.E. de atender à velha e justa aspiração, lançando em boa hora a Enciclopédia Brasileira dos Municípios, obra meritória que se constitui, realmente, uma redescoberta do nosso Brasil ou representa um seu retrato palpitante e cheio de vida.

Os volumes desta tão útil coleção se constituem valiosa contribuição à cultura nacional e representam nobre resgate do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística às cláusulas dos Convênios Municipais de Estatística celebrados em 1942, contratos êsses que operaram verdadeira revolução branca na estatística brasileira, revitalizando-a e, ao mesmo tempo, libertando o municipalismo indígena, até então enclausurado nas tôrres de ouro da teoria, para lhe dar, como de direito, a rota da objetivação, pondo em prática, através da multiplicidade dos exemplos, a idéia hoje vitoriosa e que teve em Alberto Torres um dos seus lídimos pioneiros.

No presente tomo alinha-se, num desfile que nos enche de orgulho, o querido Estado de Santa Catarina, fielmente retratado nos belos verbêtes municipais. Êste volume narra a nossa história, enumera os nossos feitos, revela as nossas riquezas, focaliza o nosso desenvolvimento sócio-econômico e fotografa, sob o amparo da técnica mais apurada, o chão sagrado dêste pedaço meridional do Brasil, na descrição pormenorizada, dos acidentes geográficos da terra catarinense.

A Enciclopédia Brasileira dos Municípios é, pois, um livro de evocações extremas no que diz respeito ao nosso glorioso passado. É, também, o livro que faltava para revelar o trabalho fecundo do brasileiro. É, por fim, um livro que, realmente, — que me perdoem o lugar comum — vem preencher uma lacuna.

Nas páginas do presente volume, o Estado de Santa Catarina aparece por inteiro, na magia de uma síntese admirável e com uma riqueza de detalhes que sòmente o I.B.G.E. — modelar instituição brasileira, hoje dinamizada pela fôrça da inteligência privilegiada do seu grande Presidente Jurandyr Pires Ferreira — estaria, como realmente está, capacitado a empreender. Em suas páginas bem pode o leitor parodiar Pedro II, afirmando que os que não sabem, aqui aprendem e os que sabem, folgam, recordando aquilo que aprenderam.

É assunto pacífico ser Santa Catarina uma das Unidades da Federação das mais politizadas. A Enciclopédia do I.B.G.E. revela que as nossas lutas políticas tiveram sempre um objetivo: aquêle de criar um ponto de apoio para que, quais novos Arquimedes, possam todos — coração e inteligência a serviço da terra comum — levantar o mundo catarinense. O desenvolvimento de Santa Catarina aqui está à mostra. O nosso progresso é um reflexo direto dos Governos Municipais e Estadual e, sobretudo, uma cabal demonstração de quanto vale e representa o braço do colono, cuja contribuição é valiosa para esta caminhada de sete léguas que o Brasil empreende para alcançar posição de mais alto relêvo no Mundo de hoje, graças ao civismo, ao entusiasmo e à clarividência do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

2 — 24 944

ARAQUARI — SC

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — A primeira denominação que teve o local foi Paranaguá-Mirim, que significa "bôca de barra", dada por Manoel Vieira.

Em 1848, chegava ao atual Município de Araquari, Joaquim da Rocha Coutinho, senhor de escravos, já encontrando estabelecido, na margem esquerda do rio Parati, o português Manoel Vieira.

Tendo decidido fundar uma vila, não chegaram ambos a um acôrdo quanto ao lugar, resolvendo o Juízo da Comarca de S. Francisco, em favor de Rocha Coutinho, que mandou construir uma fileira de casas, às margens do rio Parati, cercando pastagens e plantando.

O Distrito de Parati, foi criado, em 1854, pela Lei abaixo transcrita:

"Lei n.º 375, de 8 de junho de 1854"

João José Coutinho, Presidente da Província de Santa Catarina,

Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléia Legislativa Provincial decretou, e eu sancionei a seguinte Lei:

Art. 1.º — O território compreendido entre os rios Cubatão e Itapocu, no Município de São Francisco, fica desmembrado da Paróquia de Nossa Senhora da Graça para formar uma nova freguesia, com a invocação do — Senhor Bom Jesus do Paraty, precedendo as licenças do ordinário na forma da Constituição do Bispado.

Art. 2.º — Os moradores do território, de que trata o artigo anterior, construirão à sua custa a Igreja, que tem de servir de Matriz da Freguesia, em terrenos para êsse fim doados pelo cidadão Manoel Pereira Lima e sua mulher, e também construirão à sua custa o Cemitério, em terrenos já doados, ou que possam ser doados, em distância não menor de duzentas braças do arraial da Freguesia.

Art. 3.º — A Freguesia terá por limites: ao norte, a margem direita do rio Cubatão, e ao sul, a margem esquerda do rio Itapocu, ficando o Presidente da Província autorizado a designar os limites do interior.

Art. 4.º — Da importância que se arrecadar, do donativo voluntário de 20 réis em alqueire de farinha exportado da cidade de Nossa Senhora das Graças, pertencerá à Matriz desta nova Freguesia, a quota correspondente à produção da mesma Freguesia; autorizado o Presidente da Província para regular convenientemente a efetividade de sua entrega, desde já.

Art. 5.º — O mesmo Presidente criará desde já, um distrito de Paz na nova Freguesia, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a tôdas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente, como nela se contém. O Secretário desta Província a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palácio do Govêrno da Província de Santa Catarina, aos oito dias do mês de junho de mil oitocentos e cinqüenta e quatro, trigésimo terceiro da Independência e do Império.

João José Coutinho.

Carta de Lei, pela qual V. Excia. manda executar o Decreto da Assembléia Legislativa Provincial, que houve por bem sancionar, desmembrando da Paróquia de Nossa Senhora das Graças, o território compreendido entre os rios Cubatão e Itapocu, no Município de São Francisco, para formar uma nova Freguesia, com a invocação do — Senhor Bom Jesus do Paraty, precedendo às licenças do Ordinário, como acima se declara. Para V. Excia. ver. José Caetano Cardoso a fêz.

Nesta Secretaria do Govêrno da Província de Santa Catarina, foi selada e publicada a presente Lei aos 8 dias do mês de junho de 1854.

Manoel da Costa Pereira.

Registrada a fls. 89v. do Livro 4.º de Leis Provinciais. Secretaria do Govêrno da Província de Santa Catarina, 9 de junho de 1854.

José Caetano Cardoso."

Em 1876, pela Lei provincial n.º 797, de 5 de abril, foi criado o Município, tendo-se verificado sua instalação em 15 de janeiro de 1877.

Na Divisão Administrativa do Brasil, referente a 1911, Parati se apresenta integrado por três distritos: o da sede, o de Barra Velha e o de Itapocu.

Em face da Lei estadual n.º 1 451, de 30 de agôsto de 1923, Parati foi suprimido. Dois anos depois, no entanto, pela Lei estadual n.º 1 512, de 30 de outubro de 1925, o município foi restaurado, ocorrendo sua reinstalação a 1.º de janeiro de 1926.

Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 941, de 31 de dezembro de 1943, o Município e seu Distrito sede passaram a chamar-se Araquari.

Pela Resolução n.º 1, de 6 de novembro de 1956, da Câmara Municipal de Araquari aprovada pela Lei n.º 271, de 3 de dezembro de 1956, foi criado o Município de Barra Velha, desmembrado do de Araquari, e composto do distrito da sede e do de S. João do Itaperiú. A instalação do Município de Barra Velha se deu a 22 de dezembro de 1957, conforme Decreto n.º 53, de 21 de dezembro de 1956, do Govêrno do Estado. Entretanto, em 11 de maio de 1957, o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional a Lei n.º 271/1956, do Estado de Santa Catarina, que criara o Município de Barra Velha.

Vista parcial do centro urbano da cidade

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O Distrito foi criado pela Lei provincial n.º 375, de 8 de junho de 1854, com a denominação de Parati.

O Município o foi, com território desmembrado do de São Francisco, pela Lei provincial n.º 797, de 5 de abril de 1876, instalando-se a 15 de janeiro de 1877.

Pela Lei estadual n.º 1 451, de 30 de agôsto de 1923, foi suprimido o Município de Parati. Porém, dois anos após, era restaurado pela Lei estadual n.º 1 512, de 30 de outubro de 1925, sendo novamente instalado, a 1.º de janeiro de 1926.

O quadro administrativo do Município de Araquari, em 1.º de março de 1958, era composto dos seguintes distritos: Araquari (sede), Barra Velha e Itapocu.

Araquari é subordinado à Comarca e Têrmo de São Francisco do Sul.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal, o Sr. Antenor Sprott, e constituída a Câmara Municipal de 7 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Araquari localiza-se na zona fisiográfica "Litoral de São Francisco" às margens do rio Parati. A cidade fica a 135 km em linha reta da Capital do Estado e possui as seguintes coordenadas geográficas: 26° 22' 10" de latitude sul e 48° 43' 12" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 9 metros na sede municipal, sendo o 13.º em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — Geralmente quente e úmido. No verão, a temperatura alcança, então, a 36°C, época em que há predominância de chuvas, com fortes trovoadas. A precipitação anual chega a 2 000 m. No inverno, é frio, descendo o termômetro até 10°C.

ÁREA — A área do Município é de 720 km², figurando em 44.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Parati, em cujas margens se localiza a cidade, com uma profundidade de 5 metros, navegável por barcos. Rios Piraí e Itapocu, todos pertencentes à bacia do Atlântico.

Outro aspecto parcial do centro urbano da cidade

Ilha do Mel, na confluência das rotas marítimas Joinvile, Araquari e São Francisco do Sul, com área de 9 000 m², povoada.

No que se refere a saltos, podemos citar o da Toca, no rio do Salto, e o salto do rio do Peixe.

RIQUEZAS NATURAIS — a) De origem mineral: areia para fundição, areia para construção, cal de conchas e barro para olaria. b) De origem vegetal: madeiras diversas, como peroba, ipê, cedro e palmitos. c) De origem animal: peixes, camarões, etc.

POPULAÇÃO — A população de Araquari, segundo o Recenseamento de 1950, era de 16 487 habitantes, e tinha a seguinte composição: homens 8 358; mulheres 8 129; brancos 15 436; pardos 3; pretos 977, e 71 pessoas não declararam a côr. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 9 121, 3 038 eram solteiros; 5 349 casados; 46 desquitados, e 55 não declararam o estado conjugal. Existiam 15 estrangeiros e 6 brasileiros naturalizados. Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos, em número de 15 973; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade era de 22,8 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 30.º lugar no Estado. 88,4% da população se localiza no quadro rural, sendo esta percentagem das mais elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 41.º lugar na relação dos municípios mais populosos do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 55.º lugar em população, em relação às demais cidades do Estado.

Segundo estimativas do Departamento Estadual de Estatística, a população de Município de Araquari, em 1.º-VII-1958, era de 18 851 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São três as aglomerações urbanas do Município: a cidade de Araquari, com 918 habitantes (465 homens e 453 mulheres), as Vilas de Barra Velha, com 670 habitantes (337 homens e 333 mulheres) e Itapocu, com 317 habitantes (154 homens e 163 mulheres), conforme dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu, no ano de 1955, o valor de Cr$ 387 320,00.

O Município assenta sua economia, principalmente, na extração de madeiras. A produção de madeiras, exceto pinho serrado, tábuas, atingiu, no ano de 1955, 350 m³ no

Vista parcial da vila de Barra Velha

valor de Cr$ 297 500,00; madeiras, exceto pinho serrado — barrotes e caibros 84 m^3, no valor de Cr$ 76 320,00.

25% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". O arroz é a principal cultura agrícola, seguindo-se, em importância, a mandioca, o aipim, a cana-de-açúcar e o milho. A laranja, a bergamota, a banana, o café e o abacate figuram como principais culturas permanentes. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de .... Cr$ 63 318 000,00. A população pecuária, em 1956, teve o valor de Cr$ 19 205 000,00. A percentagem da população ativa na indústria é de 5%.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com relação ao ano de 1957:

a) De origem mineral — terra ou areia para fundição 350 000 kg, no valor de Cr$ 350 000,00; cascalho 100 000 kg, no valor de Cr$ 54 000,00; barro ou argila 1 500 t, no valor de Cr$ 30 000,00.

b) De origem vegetal — lenha 180 000 m^3, no valor de Cr$ 6 300 000,00; palmito 280 000 kg, no valor de Cr$ 560 000,00; esteira de pau 13 000 unidades, no valor de Cr$ 156 000,00.

c) De origem animal — peixe fresco 650 000 kg, no valor de Cr$ 13 000 000,00; camarão fresco 105 000 kg, no valor de Cr$ 2 625 000,00; peixe sêco 90 000 kg, no valor de Cr$ 2 250 000,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o Município contam-se 178 estabelecimentos comerciais varejistas.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O Município é servido por 6 emprêsas rodoviárias para passageiros, 1 emprêsa marítima para carga, e 1 ferroviária para cargas e passageiros, a Rêde Viação Férrea Paraná—Santa Catarina.

Dista a cidade cêrca de 182 km da Capital do Estado por rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por rodovia: 22 km até a cidade de São Francisco do Sul, 26 km até a de Joinvile, 64 km até a de Guaramirim e 73 km até a de Itajaí. Por ferrovia, as distâncias são as seguintes: 44 km até a cidade de Guaramirim, 17 km até a de Joinvile e 23 km até a de São Francisco do Sul.

Na cidade funciona uma Agência Postal Telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma Agência Radiotelefônica da Rêde Viação Férrea Paraná—Santa Catarina, e uma Agência Telefônica da Companhia Telefônica Catarinense.

No interior do Município, funcionam duas Agências Postais Telefônicas do Departamento dos Correios e Telégrafos e uma Agência Telefônica da Companhia Telefônica Catarinense. Em 1957, existiam 10 aparelhos telefônicos no Município.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Araquari tem 918 habitantes, sendo a 55.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina, e conta com 14 logradouros públicos inteiramente pavimentados. É servida de luz elétrica, com 130 ligações domiciliares. Os edifícios mais importantes, são: Igreja Matriz, Agência dos Correios e Telégrafos, Grupo Escolar Almirante Boiteux e Pôsto de Saúde.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica, no Município, é prestada à população por 5 farmacêuticos e 1 auxiliar de saúde.

O Pôsto de Saúde e 1 ambulatório, servem à população com assistência médica em geral.

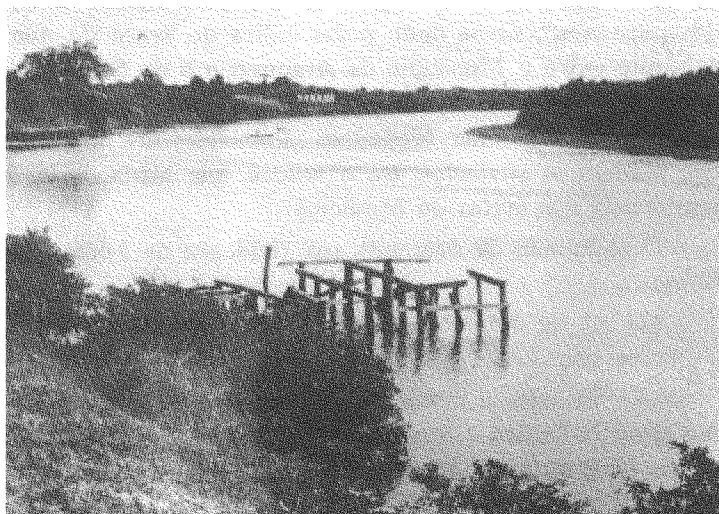
Existem 5 farmácias no Município.

Funciona na cidade a Legião Brasileira de Assistência.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950, constatou a existência de 13 472 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 5 979, ou seja, 44,3% sabiam ler e escrever. Dêsse total, 3 314 eram homens e 2 665 mulheres. Na sede municipal, das 777 pessoas de cinco anos e mais 507 sabiam ler e escrever, sendo 282 homens e 225 mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionaram no Município 48 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 1 864 alunos, assim distribuídas: Fundamental Comum, 47 unidades com 1 843 alunos, e Complementar, 1 unidade com 21 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — No Município existe uma associação cultural que se dedica ao esporte (futebol) e à recreação.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — No que diz respeito a cultos, registra-se em Araquari o seguinte:

Vista de um trecho do rio Parati

Culto Católico Romano: Paróquia do Senhor Bom Jesus do Parati, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz e 18 capelas públicas.

Culto Protestante: 1 Igreja Evangélica Luterana Redentor — Culto Missouri e 2 Templos da Assembléia de Deus.

A principal festividade religiosa é a de São Bom Jesus dos Aflitos, cuja festa ocorre a 6 de agôsto.

Como folclore, registra-se: Boi de Mamão, Terno de Reis, brincadeira de Boi na Vara, Pau de Fita, Ratoeiras e Desafios.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	20	397	466	165	466
1951	9	385	560.	222	534
1952	20	557	703	276	679
1953	23	730	1 029	306	953
1954	23	674	918	328	1 102
1955	316	862	1 071	403	1 072
1956	792	1 332	1 520	500	1 240

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "araquarienses".

Araquari teve como primeira denominação Paranaguá-Mirim, que significa "bôca de barra pequena", ou, segundo Norberto Bachmann, se comporia de "paranã", semelhante ao mar, e "guá", de "cuá" enseada, ou seja: pequena enseada do mar.

Posteriormente, denominou-se Senhor Bom Jesus do Parati e, por abreviação, apenas Parati. Êste nome proveio do rio que banha a cidade, onde abundava o peixe denominado "parati", designação indígena da tainha pequena.

A designação Araquari, dada em 1943, originou-se do nome dado ao canal que separa o Município do de São Francisco do Sul.

Êste nome de remota origem, vem grafado de várias formas, em antigos mapas: Lecori, Ancori, Lencori, Aracoary e Araquari. A grafia atual é, provàvelmente, a mais exata e provém de "ará" — papagaio grande, "quara" ou "cuara" — buraco, garganta, refúgio e "y" — água, resultando, portanto: "rio de refúgio dos pássaros", "rio de esconderijo das aves", ou melhor, "garganta de água (canal) dos papagaios", nome dado pelos índios do braço de mar existente entre o Município de Araquari e o de São Francisco do Sul. Essa é a opinião de Norberto Bachmann, Lucas Boiteux e João Medeiros. Possìvelmente, a ave a que aludem os silvícolas, era o aracuã, que ainda, hoje, é encontrado nos matos do Município.

O eleitorado de Araquari, em 1958, era de 3 635 eleitores.

Em 31 de dezembro de 1957, havia no Município os seguintes veículos:

a) Veículos a motor — automóveis 19, jipes 3, ônibus e micro-ônibus 3, camionetas 19, motociclos 10, caminhões 40, e tratores 15.

b) Veículos à fôrça animada — carros de 2 ou 4 rodas 10, bicicletas 680, e carroças de 4 rodas 577.

MEIOS DE HOSPEDAGEM — Araquari dispõe de 4 hotéis. Um dêles, o Hotel Thomazelli, fica situado na sede municipal (capacidade para 16 hóspedes), dois se localizam na sede de Barra Velha — Hotel Krause (capacidade 36 hóspedes) e Hotel Atlântico Sul (capacidade 20 hóspedes) e o quarto no balneário de Itajuba, Hotel Balneário Itajuba (capacidade 53 hóspedes).

O Município dispõe ainda de três balneários: Barra do Sul, Barra Velha e Itajuba, onde se nota grande número de residências de veranistas, principalmente, vindos de outros Municípios e do Estado do Paraná.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

ARARANGUÁ — SC

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — Os primeiros povoadores vieram de Laguna, a cuja circunscrição pertencia a vasta área que mais tarde iria constituir o Município. Chegaram a Araranguá, provàvelmente, em começos do século XIX, estabelecendo-se, a princípio, nas proximidades do morro dos Conventos, não muito distante da foz do rio Araranguá, formando ali pequeno povoado.

Com o correr dos anos, foram se aventurando rio acima, atraídos, naturalmente, pela fertilidade exuberante das terras e pela abundância de caça. Dessas incursões, surgiram as primeiras choças à margem direita do rio Araranguá, onde, hoje, se situa a Praça Hercílio Luz.

Não há memória quanto à época exata dos acontecimentos relacionados com a origem da cidade. Sabe-se, entretanto, serem anteriores a 1835, pois, consoante a tradição, para aqui vieram alguns refugiados da Guerra d-- Farrapos.

O povoado se denominava "Campinas do Sul", topônimo que conservou até a criação do Município.

A 4 de maio de 1848, pela Lei provincial n.º 272, foi elevado à categoria de distrito, da jurisdição de Laguna, e ao mesmo tempo Paróquia, sob a invocação de Nossa Senhora Mãe dos Homens.

A 3 de abril de 1880, pela Lei provincial n.º 901, o distrito de Campinas do Sul constituiu-se Município, com a denominação de Araranguá. Instalado a 28 de fevereiro de 1883, teve como primeiro Presidente de sua Câmara, o Sr. Porfírio Lopes de Aguiar.

A 25 de junho de 1890, pela Lei estadual n.º 8, passou à categoria de Comarca. Sua instalação teve lugar a 6 de outubro do mesmo ano. Foi seu primeiro magistrado, o Dr. Joaquim Francisco Vilela do Rêgo.

A 2 de setembro de 1921, a Vila de Araranguá foi elevada à categoria de cidade, conforme a Lei estadual n.º 1 347.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito foi criado pela Lei provincial n.º 272, de 4 de maio de 1848.

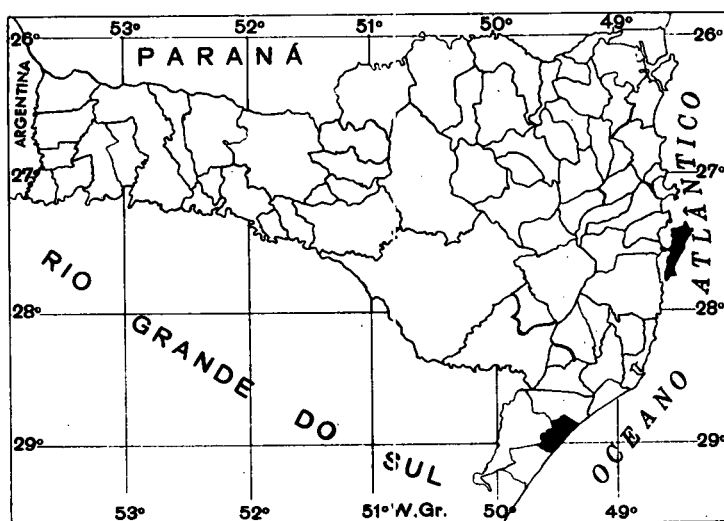
A Lei provincial n.º 901, de 3 de abril de 1880, criou o Município de Araranguá, com território desmembrado dos Municípios de Laguna e Tubarão, sendo instalado a 28 de fevereiro de 1883.

A Comarca de Araranguá foi criada por fôrça do Decreto n.º 8, do Govêrno Provisório, de 25 de junho de 1890, ocorrendo sua instalação a 6 de outubro do mesmo ano.

Até 1948, o Município de Araranguá era constituído de 8 distritos, além do da sede, a saber: Maracajá, Sombrio, Passo do Sertão, Turvo, Meleiro, Timbé, Jacinto Machado e Praia Grande.

Com o desmembramento de seu território para formação dos Municípios de Turvo e Sombrio, criados em 1948 e 1953, respectivamente, apresenta-se, atualmente, com o seguinte quadro administrativo e judiciário: Comarca e Município: Araranguá. Distritos componentes: Hercílio Luz e Maracajá. A Comarca de Araranguá abrange também o Município de Sombrio, com os Distritos de Sombrio (sede), Santa Rosa e Passo do Sertão.

A atual legislatura teve início em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Afonso Ghizzo, e constituída a Câmara Municipal de 13 vereadores.

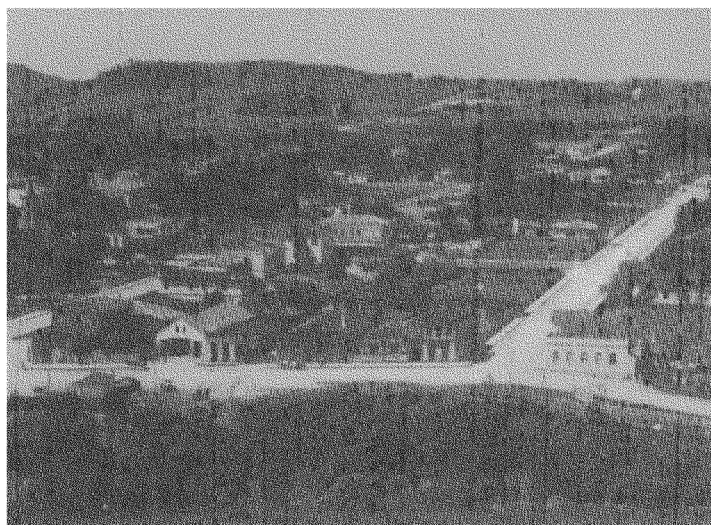
LOCALIZAÇÃO — Araranguá se localiza na zona fisiográfica de Laguna, à margem direita do rio Araranguá. A cidade fica a 174 km em linha reta da Capital do Estado, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 28º 56' 04" de latitude sul e 49º 29' 12" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 13 metros na sede municipal, sendo o 18.º em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — Em geral bastante quente, apesar dos fortes ventos batidos de norte. É sêco no verão, alcançando a temperatura, em alguns lugares, até 35ºC. Predominância de chuvas no verão, com fortes trovoadas. O inverno é úmido e os constantes ventos provenientes do sul, baixam a temperatura.

ÁREA — A área do Município é de 471 km², figurando em 62.º lugar em relação às áreas das demais comunas, figurando entre os quinze menores municípios do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Araranguá, em cujas margens se localiza a cidade, com a profundidade máxima de 37 m e mínima de 8 m.

Morro dos Conventos, isolado, totalmente de pedras, a 300 metros da praia com altura de 80 metros.

Vista parcial da cidade

Lagoa Caverá, com profundidade máxima de 8 metros, mínima de 3 metros e largura de 240 metros.

RIQUEZAS NATURAIS — a) De origem mineral — pedras e areias para construção, barro para olaria; b) De origem vegetal — madeiras, como louro, ipê, cedro, etc. e palha de butiá; c) De origem animal — tainha, bagre, pampo, papa-terra.

POPULAÇÃO — A população de Araranguá, segundo o Recenseamento de 1950, época em que o Município abrangia, também, o atual Município de Sombrio, era de 38 923 habitantes, e tinha a seguinte composição: homens 19 775; mulheres 19 148; brancos 38 141; pardos 112; pretos 612, e 58 pessoas não declararam a côr. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 20 054, 6 389 eram solteiros; 12 684 casados; 932 viúvos; 14 desquitados e 44 não declararam o estado conjugal. Existiam 42 estrangeiros e 18 brasileiros naturalizados. Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos, em número de 38 579; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade era de 82,6 habitantes por km², ocupando o 2.º lugar no Estado. 82,8% da população se localizam no quadro rural, sendo esta percentagem das mais elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%.

Situa-se em 13.º lugar na relação dos municípios mais populosos do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 17.º lugar em população, em relação às demais cidades do Estado.

Com o desmembramento ocorrido em 1953, para formação do Município de Sombrio, o atual território do Município de Araranguá ficou com uma população de 18 399 habitantes, segundo o Recenseamento de 1950.

Segundo estimativas do Departamento Estadual de Estatística, a população do Município de Araranguá, em 1.º-VII-1958, era de 22 041 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São duas as aglomerações urbanas do Município: a cidade de Araranguá, com 4 312 habitantes (2 032 homens e 2 280 mulheres), e a Vila de Maracajá, com 343 habitantes (178 homens e 165 mulheres), conforme dados do Censo de 1950.

As Vilas de Passo do Sertão e Sombrio, que naquela época figuravam no Município de Araranguá, fazem parte atualmente do Município de Sombrio.

Outro aspecto parcial da cidade

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O Município assenta sua economia, principalmente, na agricultura. A produção industrial atingiu, no ano de 1955, o valor de .... Cr$ 37 359 426,00. A produção de palmito enlatado atingiu, no mesmo ano, 299 777 kg, no valor de .... Cr$ 4 404 261,00; conserva de camarão 154 902 kg, no valor de Cr$ 3 358 421,00; refrescos e refrigerantes: guaranás e sodas 214 999 l no valor de Cr$ 1 000 000,00; vassouras 2 875 dz., no valor de Cr$ 765 975,00; aguardente 53 800 l no valor de Cr$ 538 000,00.

Dos 14 estabelecimentos industriais existentes no Município, 4 dedicam-se à produção de farinha de mandioca e 1 à produção de farinha de trigo.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) 22% estão ocupadas nos ramos "agricultura, pecuária e silvicultura". A mandioca é a principal cultura agrícola, seguindo-se, em importância, a batata-doce, o milho a cana-de-açúcar e o feijão (grão). Cultivam ainda, em menor escala, a melancia, o arroz, o trigo, a abóbora, o fumo em fôlha, a batatinha, a alfafa, o aipim, o alho e a cebola, como culturas temporárias. Em culturas permanentes, temos a laranja, a uva, o abacate, a bergamota e o caqui. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 152 105 185,00. A população pecuária foi avaliada, em 1956, em ...... Cr$ 111 704 800,00.

No tocante à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957:

a) De origem mineral — areia 1 680 t, no valor de Cr$ 252 000,00; barro ou argila 6 000 t, no valor de .... Cr$ 240 000,00; tijolos 1 800 milheiros, no valor de .... Cr$ 1 080 000,00.

b) De origem vegetal — carvão vegetal 7 800 kg, no valor de Cr$ 10 500,00; chapéu de palha 7 000 unidades, no valor de Cr$ 166 000,00; lenha 63 000 m^3, no valor de Cr$ 5 390 000,00.

c) De origem animal — cêra de abelha 300 kg, no valor de Cr$ 14 000,00; mel de abelhas silvestres 3 080 kg, no valor de Cr$ 61 600,00; peixe fresco 134 550 kg, no valor de Cr$ 1 339 400,00.

No tocante a produtos transformados, ou não, de origem animal, a produção, em 1956, atingiu o valor de ... Cr$ 10 444 160,00, sendo os principais produtos: banha 162 000 kg, no valor de Cr$ 5 592 000,00; ovos 60 000 dz., no valor de Cr$ 144 000,00; lingüiça 21 800 kg, no valor de Cr$ 754 000,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o Município contam-se mais de duzentos estabelecimentos comerciais (2 atacadistas e 240 varejistas); as Agências do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. — INCO e do Banco Nacional do Comércio S.A.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O Município é servido por 6 emprêsas rodoviárias para passageiros, 9 emprêsas rodoviárias para cargas, 1 emprêsa ferroviária e 1 aérea, ambas para passageiros e cargas.

Dista a cidade cêrca de 265 km da Capital Estadual, por meio de rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por meio de rodovia: 47 km até a cidade de Criciúma, 29 km até a de Turvo e 41 km até a de Sombrio. Por ferrovia, dista 34 km até Criciúma.

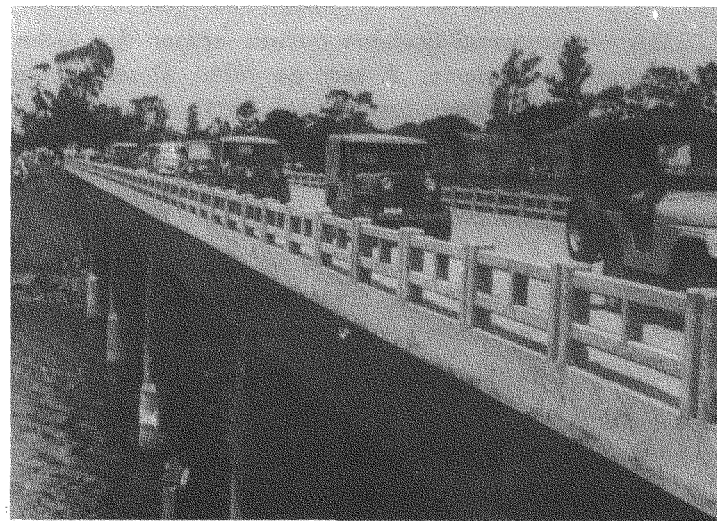
Na cidade funciona uma Agência Postal Telegráfica de Departamento dos Correios e Telégrafos, uma Estação de Rádio da Polícia Militar do Estado e uma Agência Telefônica da Companhia Telefônica Catarinense.

No interior do Município, funcionam uma Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos e uma Estação Radiotelegráfica da "S.A. Viação Aérea Riograndense (VARIG)".

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Araranguá tem 4 312 habitantes, sendo a 17.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina, e conta com 21 logradouros públicos, sendo 2 inteiramente pavimentados e 11 parcialmente. É servida de luz elétrica, com 650 ligações domiciliares. Os edifícios mais importantes, são; Igreja Matriz, Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A., Prefeitura Municipal e Hospital Bom Pastor, de propriedade do Govêrno Municipal e os Edifícios Grecchi e Vacari.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica no Município é prestada à população por 4 médicos, 2 dentistas, 7 farmacêuticos e 6 auxiliares de saúde.

O Pôsto de Saúde e um hospital, servem à população com assistência médica em geral. Existem 7 farmácias no município.

COOPERATIVA — A Cooperativa dos Rodoviários Limitada, com 85 associados, congrega os rodoviários da Re-

Ponte de concreto armado sôbre o rio Araranguá

sidência do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950, constatou a existência de 31 421 pessoas de 5 anos e mais, sendo que dêsse número, 12 236, ou seja, 38,9% sabiam ler e escrever. Dêsse total, 6 937 eram homens e 5 299 mulheres. Na sede municipal, das 3 551 pessoas de 5 anos e mais, 2 182 sabiam ler e escrever, sendo 1 136 homens e 1 046 mulheres.

Ensino — Em 1956 funcionaram, na cidade e no resto do Município, 45 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 2 743 alunos, assim distribuídas: Fundamental Comum, 41 unidades com 2 609 alunos; Fundamental Supletivo, 3 unidades com 66 alunos e Complementar, 1 unidade com 68 alunos.

No tocante ao ensino extra-primário, funcionaram no Município os seguintes estabelecimentos: Ginásio "Nossa Senhora Mãe dos Homens" (curso ginasial); Escola Normal "Nossa Senhora Mãe dos Homens" (curso normal); um Curso Normal Regional e um de Corte e Costura e Trabalhos Manuais.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há no Município uma associação cultural, dedicada às atividades esportivas.

Funciona na cidade o "Cine Teatro Roxy", com 440 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	857	1 949	1 200	765	1 049
1951.......	1 271	2 593	1 480	972	2 417
1952.......	1 838	3 090	2 740	995	2 671
1953.......	2 659	4 547	2 156	1 036	2 141
1954.......	3 471	4 851	2 205	801	2 277
1955.......	3 946	5 516	2 283	937	2 036
1956.......	5 505	10 279	4 144	1 657	3 471

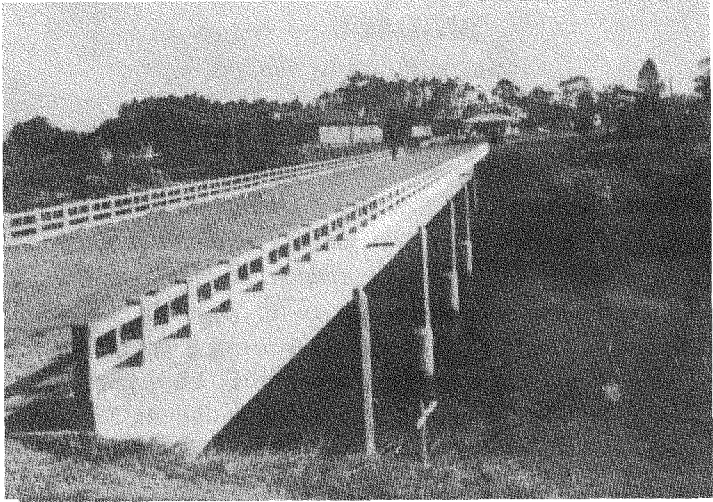
PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Um cruzeiro no tôpo do morro do Centenário. Um monumento ao araranguaense — Pracinha Iracy Luchina — integrante da FEB e morto em combate na campanha da Itália. Um obelisco em homenagem à memória de Alcebíades Seara, um dos Prefeitos e beneméritos do Município, erigido no Jardim Público que tem seu nome.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — No que diz respeito a cultos, registra-se em Araranguá, o seguinte:

Culto Católico Romano: Paróquia Nossa Senhora Mãe dos Homens, com 4 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, 8 capelas públicas e 2 semi-públicas. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz e 9 capelas públicas.

Culto Protestante: 3 Igrejas Evangélicas e Igreja Episcopal Brasileira com 2 capelas; de Cristo Redentor e de São Paulo.

Culto Espírita: 1 Centro Espírita.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de araranguaenses.

Outro aspecto da ponte sôbre o rio Araranguá

O nome, aplicado ao rio que banha a região e ao seu vale, provém de "ararã" (de "ará" — papagaio grande e "rã" — semelhante, parecido) e "guá" ou "goá" — vale, baixada; significa, pois, "vale dos papagaios", ou "vale das araras". A arara (Fam. Psittacideos, gênero Anodorhynchus) era abundante em todo o litoral do Brasil e, por suas côres berrantes — vermelho, amarelo e azul — atraía logo a atenção do adventício. "Já antes disso os índios lhe testemunhavam sua admiração, arrancando-lhes as enormes penas, para usá-las como supremo adôrno, entre as variados plumas de sua indumentária". O nome lhe foi atribuído pelos selvagens, por onomatopéia, em virtude do estridente grito que emitem: "a — ra — ra". Vieira da Rosa registra, também, como abundante no vale do Araranguá, o "araçari" (Fam. Rhamphastideos), vulgarmente chamado "tucano feliz", com plumagem verde, amarelada e vermelha — Pássaro trepador que vive em bandos, principalmente, nos capões de caneleira.

Theodoro Sampaio, no entanto, anota Araranguá como formado de "arara" e "anguá" (rumor, barulho), significando, pois, "o barulho dos papagaios". E Saint Hilaire, em sua "Viagem à Província de Santa Catarina", registra "Araringuá", "de acôrdo com a pronúncia local", e afirma que "vem do guarany — Ararerunguay — e significa: rio da areia preta". Esclarece que, nas "Memórias Históricas", de Pizarro, encontra-se "Iriringuá" — sendo de crer que algumas pessoas pronunciassem dessa maneira.

Segundo Lucas Boiteux, em um documento deixado por Henrique Montes, encontra-se referência a um povoado distante 40 léguas do Destêrro, e chamado "Terra de Dararogá", nome que teria vindo de "D'Arara-Oca" (casa, ninho, de araras).

Araranguá é sede de Comarca e Têrmo, à qual estão subordinados os Municípios de Araranguá e Sombrio.

Em 1958, o eleitorado do Município era de 5 844 eleitores.

Em 31 de dezembro de 1957, havia, no Município, os seguintes veículos;

a) Veículos a motor — automóveis 29, jipes 15, ônibus e micro-ônibus 1, camionetas 6, motociclos 5, caminhões 72, e tratores 8.

b) Veículos à fôrça animada — carros de 2 ou 4 rodas 170, bicicletas 300, e carroças de 4 rodas 48.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

BIGUAÇU — SC

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — Pouco se sabe acêrca dos moradores da orla oeste da baía norte da antiga Destêrro, antes de 1747. Lourival Câmara (em "Monografia histórico-corográfica de Biguaçu", segundo o padrão do Serviço Nacional do Recenseamento), estudando a origem do devassamento do atual território sob a jurisdição de Biguaçu, assinalou: "É ponto obscuro da história catarinense a época em que se iniciou o devassamento do território hoje pertencente ao município de Biguaçu, fronteiriço à ilha de Santa Catarina, antiga dos Patos. À primeira vista se há de julgar que a conquista do atual Biguaçu, pelo homem branco, foi função imediata da Ilha dos Patos. Tal se não verificou, no entanto, senão mediatamente". "Possível é que, sòmente nos meados do mil e quinhentos, haja algum homem branco pisado, pela primeira vez, a terra limítrofe ao município de Biguaçu, quando, aliás, já, moradores de São Vicente se arranhavam pelas costas, comerciando com os carijós. É sabido que Alvar Nuñez Cabeza de Vaca tentou mudar a povoação existente na Ilha de Santa Catarina para o continente (hoje Estreito, João Pessoa). Sua gente, cujos barcos fundearam na baía do norte, estêve no continente fronteiro à ilha e é natural que se visse despertada, logo, pelo rio Biguaçu, cuja foz é bastante ampla. Nem aquêles, nem êsses, porém, deitaram raízes, pois o povoamento, pròpriamente dito, do município em referência, sòmente se iniciou dois séculos depois".

A principal corrente de povoamento, no município, foi a açorita, cujo estabelecimento se deu em 1747, com a fundação de São Miguel, ponto originário da evolução municipal.

São Miguel, cinco anos depois de sua fundação, viu-se, mercê de provisão régia de 8 de fevereiro de 1752, elevada à categoria de freguesia, sob a invocação do arcanjo São Miguel, e transformada em distrito de paz, cuja instalação se deu a 11 de março de 1752.

Sòmente em 1816, apareceram os primeiros povoadores no lugar denominado Três Riachos e que tinham os nomes de Manoel do Couto e Narciso Pereira. Os moradores da freguesia de São Miguel viram o passar dos anos, continuando no seu combate à terra bravia. Veio a Independência em 1822 e Destêrro, em 1823, foi elevada à categoria de cidade, e, em 1824, Pôrto Belo foi ereta em freguesia.

Mas, um fato, no ano de 1828, tendo como teatro as nascentes dos rios Biguaçu e Maruim, veio modificar o interior da primitiva freguesia de São Miguel e que, mais tarde, muito iria influir em sua vida política e administrativa. É que o Govêrno de então mandou fundar a Colônia São Pedro de Alcântara, à margem esquerda do rio Maruim, no município de São José.

Esta colônia foi fundada com 112 alemães, soldados do 27.º batalhão, e 116 famílias teutas chegadas de Bremen, nos brigues "Luiza" e "Marquês de Viana". Êstes colonos, em 1829, seguiram para o seu destino. Dali, passaram-se algumas famílias para os Três Riachos e para o Alto Biguaçu.

Trecho da Alameda Olívio Amorim

O homem penetrando pela mata virgem, continuava ao desbravamento da terra dadivosa e boa.

Três foram as correntes, como vimos, na formação da população de Biguaçu: portuguêses, negros e alemães. Tanto a primeira corrente como a última, tinham um único objetivo: uma pátria nova, um novo lar, uma casa, ser proprietário, e lá no fundo do ser do colono-imigrante, o sonho tão humano: ser rico, dar confôrto aos seus, ser feliz.

Os portuguêses viriam da ilha dos Açores e os alemães da cidade de Bremen, na Alemanha.

O prêto veio da África. Foi a vítima do destino. Maltratado, moído, desprezado, mas ... na formação da nossa etnia, cooperou com o seu sangue de sonhador.

A evolução social dos habitantes de São Miguel e Biguaçu processou-se paralelamente ao movimento católico do município.

As igrejas e as capelas foram sempre o centro da vida social dos habitantes dessas paragens. Era nos domingos, na hora da missa, que os primeiros povoadores de 1747, cujas casas eram sempre distantes, umas das outras, discutiam o modo de se defenderem dos índios, falavam sôbre as suas alegrias e infelicidades e firmavam suas transações comerciais. Foi sempre em volta das humildes capelas de então, que as mulheres se cumprimentavam, sorriam e se maldiziam. Era sempre em volta das igrejas que os rapazes e as môças se viam, se amavam, e na própria igreja, firmavam os seus compromissos matrimoniais, formando novos lares abençoados por Deus.

Era na igreja que o prêto, silenciosamente, pedia e implorava dias melhores para os moradores das senzalas.

Se, por provisão de 9 de agôsto de 1747, foi permitido aos primeiros povoadores de São Miguel edificarem uma igreja dedicada ao arcanjo São Miguel, cinco anos depois, êsse pequeno povoado era elevado à categoria de freguesia. Cinqüenta e três anos depois, isto é, em 1810, São Miguel tinha 1 294 homens brancos, 1 311 mulheres, 29 libertos de ambos os sexos, 629 homens escravos e 301 mulheres nas mesmas condições. Estava organizado um núcleo de população.

Em 1816 a freguesia de São Miguel abrangia o litoral catarinense, desde a barra do rio Camboriú até o rio Serraria, também conhecido por rio Quebra-Cabaço ou rio Carolina.

Eram fiéis à igreja de São Miguel os moradores dos Zimbros, enseada de Tijucas, praia das Palmas e Armação Grande das Baleias.

O terreno era cultivado apenas à beira-mar e o sertão era completamente inculto e povoado por índios.

Mas, se os primeiros povoadores portuguêses aportaram em São Miguel em 1747, caldearam-se aí com os pretos, mais ou menos, oitenta e um anos depois eram os imigrantes alemães localizados no rio Marium, na Colônia São Pedro de Alcântara, donde se passaram para o alto Biguaçu, Rachadel e Três Riachos.

Se em 1752, foi São Miguel transformado em distrito de paz, em 1833 era elevado à categoria de vila.

O organismo social estava criando fôrça, avolumando-se, tomando forma. Já o professor se tinha infiltrado pelo litoral do município. Em cada povoado já havia homens de alguma instrução. O nível intelectual melhorava.

Com a transformação da freguesia em vila, no ano de 1833, São Miguel tomou personalidade entre os demais municípios vizinhos. A partir desta data, só o tempo é quem poderá dizer de sua evolução social, que até aqui se vem processando pelo homem e a terra em volta da igreja.

A mentalidade dos povoadores foi sempre de caráter agrário. O mar, para os do litoral, foi sempre um acidente e um meio de transporte.

As grandes propriedades, fomentavam a produção extensiva, de queimada em queimada, imprevidentemente destruindo a mata.

A época áurea do município foi até o ano de 1910, que caracterizou o final da produção extrativa: a madeira.

A lavoura permaneceu. Cabe aos estudiosos desvendar esta situação em que um povo com todos os meios de locomoção, terras boas e jeito de um centro de consumo como o da Capital do Estado, não progrediu tanto quanto outros em piores condições geográficas e topográficas, no Estado.

Depois foram os núcleos donde emanou a organização do município de Biguaçu. e três foram as origens da sua formação.

O primeiro e o maior núcleo foi o da corrente açoriana, localizada inicialmente em São Miguel, donde se espalhou pelo litoral oeste da baía norte da antiga Destêrro. Êste núcleo de puros açoritas foi mesclado, com o tempo, com o prêto vindo da África. Depois de São Miguel, é que apareceram Tijuquinhas, Caeiras, Armação da Piedade, Ganchos e Estiva do Inferninho. Também para o sul de São Miguel, espalhou-se a corrente açorita e negros para a barra de Biguaçu, Três Riachos e Amâncios.

O segundo núcleo foi o dos colonos alemães, que, localizados na colônia São Pedro de Alcântara, se passaram para o Alto Biguaçu, Rachadel, Santa Maria e Três Riachos.

Elementos tão diversos, açoritas e alemães e negros fizeram da terra bruta um recanto de paz e de descanso. Lá, vemos descendentes de alemães, caracteristicamente teutos, sem saber falar uma única palavra do alemão e sem nenhum dos velhos hábitos tão comuns na vida familiar, nos modos, na pronúncia, tão característico entre os alemães.

Por outro lado vemos que os portuguêses perderam, através de suas descendências, a pronúncia que os caracterizava, os hábitos e costumes da ilha dos Açores.

Estas duas raças impregnadas muitas vêzes do sangue de negros criaram um tipo verdadeiramente brasileiro. O prêto, sob a influência social dos brancos, perdeu os hábitos e costumes do Congo.

Dos dois núcleos principais, São Miguel e Alto Biguaçu é que irradiou o povoamento do município e é nestes centros que vamos buscar as suas origens tão diversas.

Para historiar Biguaçu, temos que fazer, sem dúvida, o histórico do ex-município de São Miguel.

É que, se a 9 de agôsto de 1747, se edificava uma igreja em São Miguel; se a 8 de fevereiro de 1752 era o povoado elevado à categoria de freguesia; se o devassamento do território estava feito, se a comuna estava em pleno progresso social; se a população aumentava sempre, — estava a região pronta a ser transformada em município. Ter sua sede. Ter vida própria. E, assim, o foi. O Conselho Administrativo da Província elevou São Miguel à categoria de vila, desmembrando-a da do Destêrro, mas, êste mesmo Conselho, na mesma data, isto é, na sessão de 1.º de março de 1833, dividiu a Província em duas comarcas (do Norte e do Sul), ficando o novo município sob a jurisdição da comarca do Norte, com sede em São Francisco.

A instalação da vila, do município, realizou-se em 16 de maio do mesmo ano, feita pelo Presidente da Câmara da Capital, Sargento Marcos Antônio da Silva Mafra, que deferiu o juramento e deu posse aos vereadores eleitos.

A sede do município de São Miguel continuou na respectiva vila até que, em 1886, a Lei provincial n.º 1 902, de 5 de agôsto dêsse ano, a transferiu para a povoação de Biguaçu, tomando o município, em conseqüência, esta última denominação. Apesar da Lei n.º 1 902, citada, o município de Biguaçu voltou, em 1888, a ter sede em São Miguel, assim permanecendo até 1894, quando o Govêrno Provisório, através do Decreto n.º 183, de 22 de abril dêsse ano, ordenou a mudança, novamente, para a povoação de Biguaçu, instalando-se, aí, a 22 de maio de 1894.

Em 1752, quando se criou o distrito de São Miguel, a administração de Santa Catarina se achava entregue ao coronel de Infantaria Manuel Escudeiro Ferreira de Sousa, cavaleiro fidalgo.

Em 1833, quando o distrito de São Miguel foi elevado à categoria de município, era Presidente da Província Feliciano Nunes Pires.

Em agôsto de 1886, quando a sede do município de São Miguel passou, pela primeira vez, para Biguaçu, era Presidente da Província o Dr. Francisco José da Rocha.

Em 1894, quando o município de Biguaçu voltou a ter sede na vila do mesmo nome (22 de abril) e aí foi definitivamente instalado, era governador militar o coronel Antônio Moreira Cesar, comandante do 7.º Batalhão de Infantaria e que pereceu na campanha dos Canudos.

O território do município é o mesmo do da comarca do mesmo nome.

Na época da criação do município, em 1833, o território de São Miguel pertencia à comarca do Norte com sede em São Francisco e assim estêve durante vinte e

Praça Nereu Ramos e Igreja-Matriz municipal

três anos. A Lei n.º 411, de 17-4-1856 dividiu a província em quatro comarcas (Destêrro, São José, Laguna e São Francisco), passando o território do então município de São Miguel a fazer parte da comarca do Destêrro, ficando, assim, durante dois anos, isto é, até 1858.

Mais uma vez, a sede da comarca foi mudada: é que, a Lei n.º 444, de 24 de março de 1858, colocou São Miguel como parte da comarca de São José.

Dia a dia notava-se que São Miguel estava destinado a ser sede da comarca, e, como foi previsto, quatro anos depois de ter São José como sede da comarca, veio a Lei n.º 541, de 11-4-1864, criar a comarca de São Miguel, abrangendo o território do município de Tijucas.

A comarca de São Miguel foi instalada no dia 20-12-1864, sendo seu primeiro magistrado o Dr. Dídimo Agapito da Veiga.

Nove anos de vida teve a nova comarca com sede em São Miguel, até que a Lei n.º 691, de 24-7-1873, transferiu a sede para Tijucas, sob cuja jurisdição permaneceu durante dois anos.

A Lei n.º 745, de 19-4-1875, passou a sede da comarca novamente para São Miguel, sendo reinstalada a 10 de outubro de 1876, pelo Dr. Honório Teixeira de Coimbra.

A Lei n.º 1 902, de 5-8-1886, passou a sede do município da comarca de São Miguel para Biguaçu.

Enquanto o município tinha o nome de Biguaçu, o da comarca continuava com o de São Miguel.

Dois anos depois, isto é, em 1888, voltou tudo para São Miguel, tanto a sede do município como a da comarca.

Assim estavam as coisas, há seis anos, quando, com o advento da República, pelo Decreto n.º 183, de 22-4-1894, do Govêrno Provisório, a sede do município e da comarca passaram definitivamente para Biguaçu. Êste decreto foi assinado pelo Coronel Antônio Moreira Cesar.

Aconteceu, porém, que, embora a sede da comarca e do município estivessem em Biguaçu, continuava a comarca, indevidamente, com o nome de "São Miguel", até que a Lei n.º 875, de 7-11-1910, mudou o nome de São Miguel para o de Biguaçu, que até hoje é conservado.

Entretanto, veio o regime post-revolução e extinguiu a comarca de Biguaçu, anexando o seu território à comarca de São José. Felizmente foi a comarca restabelecida pelo Decreto n.º 342, de 18-4-1933, e assim conservada até hoje.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O município foi criado com sede no povoado de São Miguel, por efeito de Resolução do Conselho de Govêrno, de 1.º de março de 1833, ocorrendo a instalação em 16 de maio dêsse ano.

O distrito de Biguaçu foi instituído pela Lei Provincial n.º 971, de 19 de dezembro de 1822.

Por disposição da Lei Provincial n.º 1 902, de 5 de agôsto de 1886, a sede do município foi transferida para a povoação de Biguaçu, tomando o município essa denominação.

Não obstante tal disposição, o município voltou em 1888 a ter sede em São Miguel, até que em 1894, por Decreto n.º 183, de 22 de abril, o Govêrno Provisório determinou a mudança para a sede do distrito de Biguaçu, instalando-se, assim, o município a 22 de maio de 1894.

A Comarca de São Miguel foi criada pela Lei n.º 541, de 11 de abril de 1864.

Pela Lei n.º 691, de 24-VII-1873, a comarca teve sua sede transferida para Tijucas.

Pela Lei n.º 745, de 19-IV-1875, a sede da comarca passou novamente para São Miguel, sendo reinstalada a 10-X-1876.

Apesar de a Lei n.º 1 902, de 5-VIII-1886, haver passado a sede do município de São Miguel para Biguaçu, a comarca permaneceu em São Miguel, voltando também a sede municipal para esta vila em 1888.

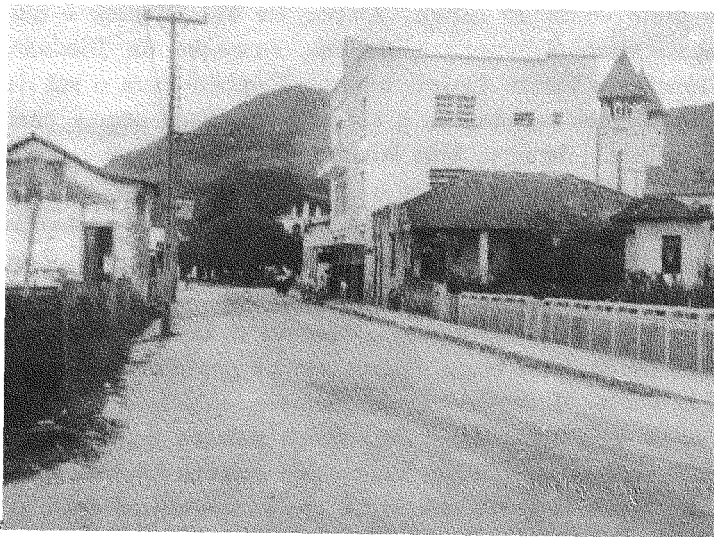
Vitorioso o regime Republicano, o Decreto n.º 183, de 22-IV-1894, do Govêrno Provisório, a sede do município e da comarca passaram definitivamente para Biguaçu.

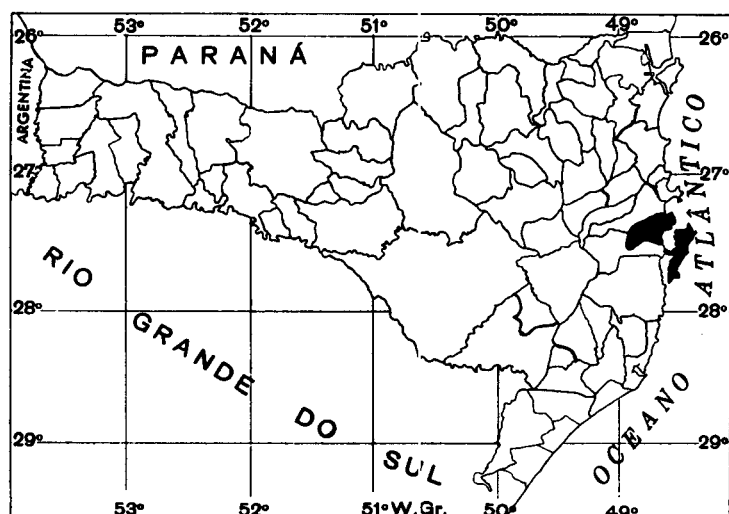
Entretanto, apesar dessa determinação e de haver sido mudada sua sede, a comarca conservou o nome de São Miguel, até que a Lei n.º 875, de 7-XI-1910, determinou a mudança do nome para Comarca de Biguaçu.

Com o advento da revolução de 1930, o período post-revolucionário extinguiu a Comarca.

Pelo Decreto n.º 342, de 18-4-1933, foi restabelecida a Comarca.

O seu quadro administrativo e judiciário, em 1.º-III-1958 era: Comarca, Têrmo e Município: Biguaçu; Distritos: Antônio Carlos, Ganchos e Guaporanga.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Ulmar Sardá da Silva, e constituída a Câmara Municipal com 9 vereadores.

Vista parcial da Rua João Born

LOCALIZAÇÃO — Biguaçu localiza-se na zona fisiográfica de Florianópolis, à margem direita do rio Biguaçu. A cidade fica a 14 km em linha reta da capital do Estado, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 27° 29' 30" de latitude sul e 48° 39' 03" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 3 metros na sede municipal, sendo a 5.ª cidade em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — No verão é quente, com ocorrência de trovoadas, à tarde, alcançando a precipitação anual 1 500 mm. A temperatura, nessa estação, pode atingir 36° C. Predominam os ventos de Norte.

No inverno é frio e úmido, descendo o termômetro a menos de 10° C. Em alguns lugares caem geadas, sendo comuns os ventos de Sul, quando a temperatura cai.

ÁREA — A área do município é de 625 km², figurando em 52.° lugar em relação às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Biguaçu, o maior rio do município, com 46 800 metros de extensão, navegável em quase tôda a sua extensão, vindo a desaguar na baía norte da Ilha de Santa Catarina; Rio Serraria, com 21 750 metros, quase todo encachoeirado, servindo de limites com o município de São José; Rio Faria, que embora pequeno, se distingue pelo fato de possuir uma queda d'água com 20 metros de altura, cujo potencial é de 350 C. V., inaproveitada; Serra da Dona, que serve como divisor de águas entre os rios Biguaçu e Tijucas, sendo conhecida por vários nomes: Major, Boa Vista e Dona; Serra das Congonhas, com 900 metros de altura o ponto mais elevado do município; Ilha do Arvoredo, a maior do município, na qual se acha instalado um farol; Ilha do Anhato Mirim, muito pedregosa, resultando sua importância do fato de nela se achar a Fortaleza de Santa Cruz, ligada à história; Gruta de Monge, localizada na parte Este da Ilha do Arvoredo.

RIQUEZAS NATURAIS — a) *de origem mineral* — areia e pedras para construção. b) *de origem vegetal* — madeiras: cedro, peroba, canela, ipê, guaramirim, salsaparrilha, sabugueiro, cipó, chumbo, pata de vaca, gervão, etc., e capim para colchão. c) *de origem animal* — macacos, veados, capivaras, caititus, cães do mato, jaguatiricas, tamanduás-mirins, pacas, macucos, aracuanas, tucanos, cações, corvinas, bagres e camarões.

POPULAÇÃO — A população de Biguaçu, segundo o Recenseamento de 1950, era de 19 527 habitantes e tinha a seguinte composição: homens, 9 929; mulheres, 9 598; brancos, 18 421; pardos, 151; pretos, 916; 39 pessoas não declararam a côr. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 10 718, 4 012 eram solteiras; 5 850 casados; 794 viúvos; 3 desquitados e 59 não declararam o estado conjugal.

Existiam 26 estrangeiros e 3 brasileiros naturalizados. Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos, em número de 18 937; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade era de 312 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 17.° lugar no Estado.

Localizam-se no quadro rural 78,9% da população, sendo esta percentagem das mais elevadas do Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 36.° lugar na relação dos municípios mais populosos do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 39.° lugar em população, em relação às demais cidades do Estado.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município de Biguaçu, em 1.°-VII-958, era de 22 886 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São quatro as aglomerações urbanas do município: a cidade de Biguaçu, com 1 756 habitantes (844 homens e 912 mulheres), a vila de Antônio Carlos, com 269 habitantes (141 homens e 128 mulheres); Ganchos, com 1 833 habitantes (885 homens e 948 mulheres) e Guaraponga, com 250 habitantes (130 homens e 120 mulheres), conforme dados do censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu, no ano de 1955, Cr$ 10 346 657,00.

O município assenta sua economia, principalmente, na produção do palmito enlatado. Essa produção atingiu, no ano de 1955, a 299 777 kg, no valor de Cr$ 4 404 261,00; seguindo-se conserva de camarão (154 902 kg, no valor de Cr$ 3 358 421,00); refrescos e refrigerantes: guaranás, sodas (214 999 l, no valor de Cr$ 1 000 000,00); vassouras (2 875 dúzias, no valor de Cr$ 765 975,00); aguardente (53 800 l, no valor de Cr$ 538 000,00).

Dos 4 estabelecimentos industriais, 2 dedicam-se à fabricação de conservas; 1 à fabricação de bebidas e 1 à de vassouras.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) 19% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: fumo em fôlha, cana-de-açúcar, aipim, mandioca, arroz com casca, milho, abacaxi, melancia, abóbora, feijão (grão), cebola e amendoim com casca. Como culturas permanentes, a laranja, a bergamota, o café, a banana e a uva. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de .... Cr$ 50 195 500,00. A população pecuária, foi avaliada no ano de 1956, em Cr$ 74 322 000,00.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1956:

a) de origem mineral: areia (50 000 toneladas, no valor de Cr$ 3 000 000,00); tijolos (600 milheiros, no valor de Cr$ 720 000,00); pedras para construção (alicerce) (250 m³, no valor de Cr$ 37 500,00).

b) de origem vegetal: carvão vegetal (65 000 kg, no valor de Cr$ 97 500,00); capim para colchão (70 000 kg, no valor de Cr$ 51 000,00); cascas de bracatinga e pororoca ou capororoca (13 750 kg, no valor de Cr$ 14 900,00).

c) de origem animal: camarão fresco (310 000 kg, no valor de Cr$ 4 630 000,00); peixe fresco (119 000 kg, no valor de Cr$ 1 898 000,00); peixe sêco (46 000 kg, no valor de Cr$ 1 112 500,00).

No tocante a produtos transformados ou não, de origem animal, a produção atingiu, no ano de 1956, o valor de Cr$ 6 539 050,00, sendo os principais produtos: leite (1 250 000 litros, no valor de Cr$ 5 000 000,00); ovos (37 000 dúzias, no valor de Cr$ 444 000,00); manteiga (6 500 kg, no valor de Cr$ 422 500,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se mais de quinze estabelecimentos comerciais (3 atacadistas e 14 varejistas) e um Escritório do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 6 emprêsas rodoviárias para passageiros.

Dista a cidade cêrca de 16 km da Capital Estadual por meio de rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por meio de rodovia: 24 km até a cidade de São José e 39 km até Tijucas.

Na cidade funcionam uma Agência Postal Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e uma Agência Telefônica da Companhia Telefônica Catarinense.

No interior do município funcionam uma Agência Postal e uma Agência Postal Telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Biguaçu tem 1 756 habitantes, sendo a 39.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina e conta com 19 logradouros públicos, sendo 2 parcialmente pavimentados. É servida de luz elétrica, com 158 ligações domiciliares. Os edifícios mais importantes são: Igreja Matriz, Prefeitura Municipal, Grupo Escolar "Professor José Brasilício", Pôsto de Saúde "Dr. Amilcar Barca Pellon" e Edifício "Romão Faria".

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica no município é prestada à população por 1 dentista e 1 farmacêutico.

O Pôsto de Saúde serve à população, com assistência médica em geral.

Existem 2 farmácias no município.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 15 911 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 6 886, ou seja, 43,2%, sabiam ler e escrever. Dêsse total 3 540 eram homens e 3 346 mulheres. Na sede municipal das 1 475 pessoas de cinco anos e mais, 945 sabiam ler e escrever, sendo 473 homens e 472 mulheres.

Ensino — Em 1956 funcionaram na cidade e no resto do município 53 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 2 765 alunos, assim distribuídas: Fundamental Comum 52 unidades, com 2 747 alunos e Complementar 1 unidade, com 18 alunos.

No tocante a ensino extra-primário funcionou no município, um Curso Normal Regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há no município uma associação cultural que se dedica a atividades desportivas.

Funciona na cidade um cinema, o Cine Royal, com 120 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	565	481	552	135	484
1951	705	570	531	191	429
1952	1 049	751	736	216	506
1953	1 169	1 216	883	215	750
1954	958	1 220	736	209	680
1955	901	1 271	799	206	654
1956	1 005	1 598	1 313	363	1 283

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — São religiosas as principais manifestações populares, como sejam as festas de São João Evangelista (padroeiro) e Nossa Senhora dos Navegantes (realizadas em maio); São Miguel (realizada em setembro); e *Corpus Christi*, em junho. Vêm decrescendo de ano para ano, as apresentações de "Ternos de Reis" e dos bailados populares conhecidos como "Boi de Mamão", "Pau de Fita" e "Cacumbi". As vésperas e os dias de Santo Antônio, São João e São Pedro são comemorados com fogos, fogueiras e balões, porém sem a animação de tempos atrás.

As principais efemérides do município são:

22 de maio — instalação do Município.

27 de dezembro — São João Evangelista (padroeiro).

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "biguaçuenses".

Biguaçu provém de biguá — ave aquática e açu — grande e designava, primitivamente, os grandes biguás (fam. *carbonideos, carbo vigua*) que abundavam às margens daquele rio, como, aliás, em quase todo o litoral, nas lagoas e cursos d'água do interior do país. "O biguá tem cauda, pescoço e bico enormemente alongados, êste encurvado na ponta. O colorido é inteiramente prêto; só o bico e as partes nuas da cara e garganta são amarelos. É ave essencialmente aquática e vive só da pesca. Persegue os peixes debaixo d'água e tão bem o faz que, na Amazônia, seu nome vulgar é mergulhão".

A abundância dêste pássaro na região do rio Biguaçu levou a que o nome fôsse transferido, posteriormente, ao próprio acidente geográfico. É, aliás, fenômeno comum na formação da toponímia regional a designação geográfica

oriunda de espécime da fauna ou flora característico da localidade.

Lucas Boiteux anota, também, a formação ibira (ou ib) + guaçu (árvore grande) para a denominação do vegetal (biguaçu ou baguaçu, planta acaule, fam. *palmáceas, Scheeleas lauromülleriana, Rodr.*). Não foi, entretanto, certamente, essa a origem da denominação do município.

Biguá, segundo Norberto Bachmann, se origina de "mbú" pé e "guá" redondo, ou segundo Teschauer, de "nbi-guáb", de pés penujentos.

Biguaçu é sede de Comarca e Têrmo, com os seguintes distritos: Biguaçu, Antônio Carlos, Ganchos e Guaporanga.

O eleitorado do município, em 3-10-1958, era de 5 194.

Em 31 de dezembro de 1957, existiam os seguintes veículos no município:

a) veículos a motor: automóveis, 3; jipes, 5; ônibus e micro-ônibus, 12; camionetas, 9; motociclos, 10; caminhões, 45.

b) veículos a fôrça animada: carros de 2 ou 4 rodas, 69; bicicletas, 539; carroças de 4 rodas, 637.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

BLUMENAU — SC

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — A 19 de julho de 1846, o veleiro "Johannes", depois de demorada travessia do Atlântico, aportava ao Rio Grande do Sul, vindo de Hamburgo. Nesse barco, viajava um jovem alemão, recém-laureado em filosofia. Chamava-se Hermann Blumenau e vinha ao Brasil comissionado pela Sociedade Protetora dos Imigrados para observar as condições de vida dos colonos alemães no Brasil e estudar as possibilidades da instalação de novos imigrantes.

Depois de percorrer várias colônias do Rio Grande, o Dr. Blumenau seguiu para o Rio de Janeiro, demorando-se, ali, oito meses. Em março de 1847 viajou novamente pelos Estados do Sul visitando a capital de Santa Catarina e a colônia de São Pedro de Alcântara, fundada em 1829 com 636 alemães, donde seguiu, a pé, para a então freguesia do SS. Sacramento do Itajaí.

Tornou ao Rio Grande e à capital do Império. As informações, que obtivera da fertilidade das terras marginais do grande rio litorâneo, as ligeiras observações pessoais que fizera na sua rápida visita à freguesia do SS. Sacramento, dispuseram-no a uma exploração minuciosa dessas terras.

Associou-se-lhe, nessa emprêsa, um patrício, Fernando Hackradt, e, em janeiro de 1848, a expedição por ambos organizada partiu para o interior, rio acima em canoas.

Ângelo Dias um caboclo conhecedor do Itajaí, servia-lhe de guia.

Depois de três dias de extraordinários esforços, alcançaram a foz dos ribeirões Garcia e Velha. Tinham navegado cêrca de 80 quilômetros. Até ali, os terrenos de ambas as margens do Itajaí estavam mais ou menos povoados. Havia a colônia Belga, hoje Ilhota, habitada por imigrantes, que o engenheiro Van Lede trouxera, em 1845; havia moradores nos terrenos onde hoje se erguem Gaspar e Belchior e, pelas margens do "Garcia", muita gente de Camboriú requerera terras.

Prefeitura Municipal

Da confluência do "Velha" para cima, porém, o rio Itajaí, sòmente com grandes dificuldades, dava acesso a embarcações, era grande o número de corredeiras, de sorte que os terrenos, que se estendiam para oeste, jaziam quase inexplorados.

Blumenau, deixando Hackradt no acampamento, à barra do "Velha", partiu com Ângelo Dias para o interior. Subiram até a confluência do Itajaí do Norte, conhecido, hoje como rio Hercílio, cêrca de cem quilômetros além do acampamento onde ficara o sócio. Espírito empreendedor e ativo, Blumenau encantara-se com a opulência, com a fertilidade das terras banhadas pelo grande rio. Matas luxuriantes e virgens cobriam enormes extensões, em tôdas as direções, cortadas, de espaço a espaço, por outros rios e ribeirões, que vinham desaguar no Itajaí.

Assentou colonizar essas terras e, de regresso, obteve do Presidente da Província, uma concessão de duas léguas quadradas a partir do ribeirão Garcia. Depois de ter tomado as necessárias providências para o início do estabelecimento, construindo um engenho de serrar madeira e alguns ranchos, partiu para a Alemanha, em busca de colonos, em setembro dêsse mesmo ano. A 2 de setembro do ano seguinte 1850, desembarcaram à barra do "Velha" os primeiros 17 imigrantes, contratados pelo Dr. Blumenau, que tinha feito a travessia de Hamburgo a Itajaí em 72 dias. Data daí a fundação da colônia, hoje município de Blumenau.

Os primeiros colonos passaram grandes trabalhos e privações; foram por várias vêzes, atacados em seu estabelecimento, pelos índios; as feras, os répteis venenosos que infestavam as florestas, causaram não pequeno número de vítimas; as cheias do rio, por mais de uma vez, danificaram-lhe as plantações. Vinham, porém, dispostos a tudo dominar, a transformar a mata selvagem num centro de civilização onde a vida lhes corresse mais fácil que na pátria distante. O Dr. Blumenau dividiu os terrenos da concessão em pequenos lotes; geralmente de 200 metros de frente por mil de fundos e, à proporção que iam chegando os imigrantes, entregava-os a cada família por preço módico.

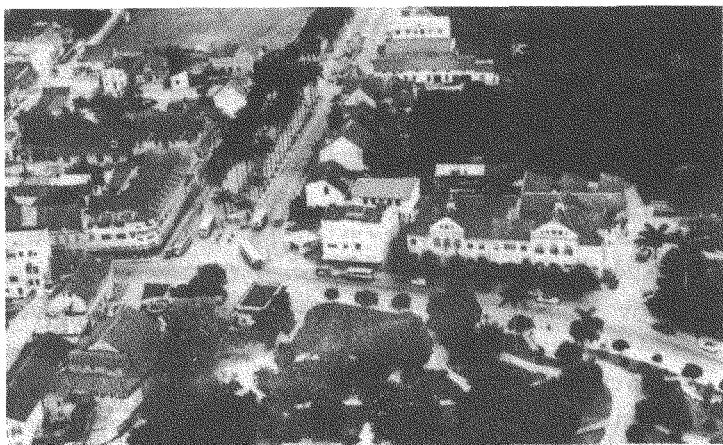
Os primeiros 14 lotes demarcados às margens do ribeirão Garcia foram vendidos por preço que variava entre 7$500 e 12$000 cada. Em poucos anos, pela propaganda

Vista aérea da cidade

que o fundador desenvolvia na Alemanha e pelas cartas que os colonos mandavam aos seus parentes no Velho Mundo, contando os encantos, beleza e fertilidade do solo, Blumenau progrediu muito. Dez anos depois, em 1860, a sede da colônia demarcada à foz do Garcia, já apresentava aspecto bem interessante, com casas de moradia e negócios, algumas de alvenaria, outras de madeira. A colônia contava, então, com 947 moradores, divididos em 190 famílias; daqueles, eram 500 do sexo masculino e 447 do sexo feminino. Havia 6 marcineiros, 2 construtores de engenho, 2 torneiros, 2 pedreiros, 2 carniceiros, 2 alfaiates, 4 sapateiros, 2 seleiros, 1 funileiro, 3 ferreiros, 1 mecânico e 1 caldeireiro e as seguintes fábricas: 3 olarias, 1 de louça de barro, 1 de vinagre, 1 de cerveja, 1 de charutos, 1 padaria, 1 engenho de serrar, uma atafona, 47 engenhos de açúcar, 33 engenhos de farinha de mandioca.

Na sede, as casas de negócios eram em número de 3: uma farmácia e 2 hospedarias. A área cultivada era de 1 220 000 braças quadradas. Produziu a colônia, naquele ano, 3 500 arrôbas de açúcar, 17 400 medidas de cachaça, 1 430 alqueires de mandioca, 404 alqueires de feijão, ... 27 300 mãos de milho e 43 arrôbas de fumo. Mas, à proporção que o estabelecimento aumentava, cresciam as dificuldades com que o Dr. Blumenau deparava para levar avante o seu plano de colonização. Faltava-lhe capital. Vendera quanto possuía na Alemanha e empregara tudo na colônia. Os colonos não pagavam pontualmente as prestações de seus lotes e o fundador se via obrigado a fornecer, a muitos, gêneros e utensílios, até que os terrenos produzissem o necessário ao seu sustento. Viu-se, então, o Dr. Blumenau obrigado a entrar em negociações com o govêrno imperial para que êste tomasse a si os encargos de prosseguir na colonização da zona de sua concessão.

D. Pedro II, que sempre olhara com simpatia os projetos tendentes a povoar o imenso território do Brasil, deu acolhida às sugestões e propostas do Dr. Blumenau e adquiriu, para a fazenda nacional, os terrenos que o govêrno provincial havia concedido ao mesmo e deu a êste o cargo de diretor da colônia, com os vencimentos de 4:000$000 anuais.

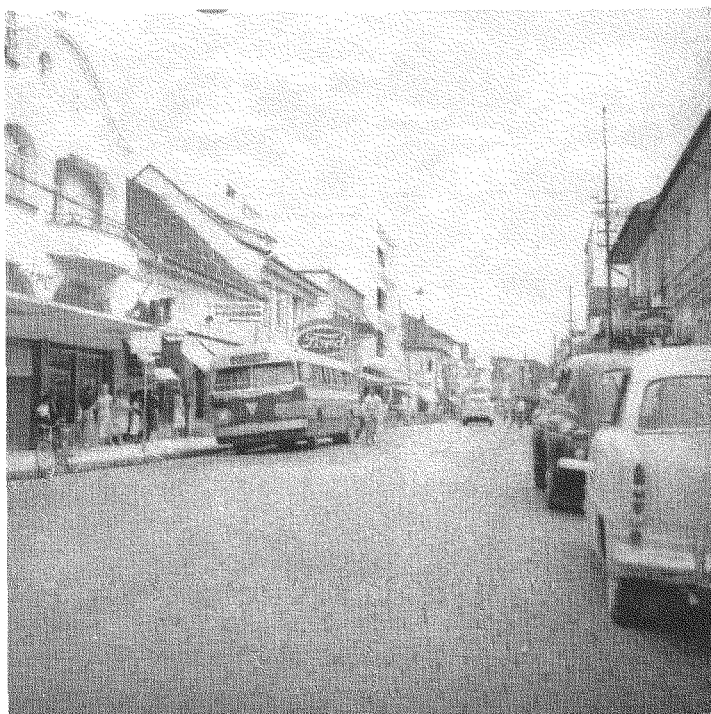
Contando com os recursos que o Império lhe punha, anualmente à disposição, o Dr. Blumenau pôde dar maior amplitude aos seus planos. Intensificou a propaganda no estrangeiro, melhorou os meios de transporte dos imigrantes de Itajaí, à sede da colônia, pelo rio, concedeu auxílio mais eficiente aos colonos para as despesas de estabelecimento e prosseguiu na divisão dos terrenos para oeste e norte, abrindo estradas, construindo escolas e igrejas. Em 1870, vinte anos depois de fundada, a colônia contava com 6 188 habitantes, distribuídos por 1 148 casais; 55 fábricas, 152 engenhos de açúcar e farinha, muito gado vacum, cavalar e suíno. A exportação de açúcar, aguardente, charutos, madeira, aves, ovos, couros, manteiga, toucinho, cêra, etc. foi de 120:000$000. Já havia médico, parteira, 19 casas de negócio, 30 hospedarias. Os colonos procediam dos vários estados da Alemanha, especialmente de Brunswick, Wuertemberg, Prussia, Baviera, etc. Em 1875 chegou uma leva de tiroleses, a que se seguiram outras de italianos. Muito ativos, inteligentes e com alguma cultura, os colonos que o Dr. Blumenau admitia e orientava, formaram sociedades cooperativas, culturais e recreativas. Já em 1888 havia uma sociedade de tiro e outra de cantores. Mui-

Outro aspecto parcial aéreo da cidade

tas mais se foram formando, não só na sede da colônia, como nas várias linhas coloniais por onde se ia estendendo o povoamento.

Haviam fixado residência na colônia alguns homens de grande saber, como o naturalista Frizt Mueller, que Darwin cognominou "O Príncipe dos Observadores", os quais se puseram à frente de várias iniciativas interessantes, como a "Sociedade de Cultura", onde se discutiam assuntos de interêsse científico e de utilidade ao progresso do estabelecimento, tais como exposições agropecuárias, criação de comunidades escolares, etc. Em 1881 fundou-se um jornal, o "Blumenauer Zeitung", que circulou, ininterruptamente, até fim de 1938. Em 1873 a colônia, que até então pertencera à freguesia de São Pedro Apóstolo de Gaspar, é elevada à freguesia, tomando o nome de São Paulo Apóstolo de Blumenau, subordinada ao município do SS. Sacramento de Itajaí.

A Lei provincial n.º 860, de 4 de fevereiro de 1880, desmembrou dêsse município, os territórios das duas freguesias, Gaspar e Blumenau, para formarem um município autônomo, com sede na povoação da colônia Blumenau, que foi elevada à categoria de vila. Assinada pelo governador Olímpio de Souza Pitanga, essa lei, foi, em grande parte, conseqüência das sugestões do próprio Dr. Blumenau, que, em quase todos os seus relatórios ao govêrno imperial, insistia na necessidade da emancipação do estabelecimento que fundara. Judicialmente, o novo município ficou dependendo da comarca de N. S. da Graça e de São Francisco. Seria instalado logo que o necessário ao funcionamento das repartições públicas estivesse aparelhado. Os habitantes reger-se-iam pelo Código de Posturas de Itajaí, enquanto não elaborassem os próprios estatutos. A população de Blumenau por ocasião de sua emancipação, era de 13 796 habitantes e de 2 905 o número de casas. Havia, na sede, 5 escolas particulares e duas públicas, com 312 alunos e, no interior, 24 escolas particulares, com 763 alunos. Grande era o número de negócios e fábricas. O comércio, muito intenso e a exportação alcancava cifras bem animadoras. Preparava-se a colônia para iniciar a sua vida de município autônomo, quando, em setembro de 1880, sobreveio grande desgraça.

As chuvas copiosas e contínuas fizeram transbordar o rio Itajaí-Assu inundando a vila e estabelecimentos do interior, causando, além de enormes danos materiais, prejuízos de vida. Um jornal da época assim noticiou o fato "colônia Blumenau foi atingida por uma grande desgraça. Depois de muitas horas de chuva torrencial, as águas do Itajaí subiram a tal altura e tão repentinamente que a maior parte dos atingidos mal pôde salvar a vida. Não há palavras que possam descrever a enorme catástrofe. Perderam-se vidas preciosas e os danos materiais foram incontáveis: casas demolidas, plantações destruídas. Casas inteiras foram arrastadas pelas águas. A uma e meia da madrugada começou a se manifestar o perigo. Embora no dia antecedente só se ouvia falar em possibilidade de inundação, as águas tudo invadiram, despertando homens e animais. Foi com ânsia enorme que se esperou o clarear do dia para início da obra de salvamento. Neste, tomaram parte eficiente, o comandante e a tripulação do vapor "Progresso", incansáveis no transporte de pessoas do Garcia e da Vila, recolhendo-as nas igrejas católica e protestante. A êle, principalmente se deve o fato de não ter havido perdas de vida a lamentar na vila e seus bairros. Com o nascer do dia, as colinas das igrejas citadas encheram-se de gente que foi socorrida pelo padre Jacobs e pelo pastor Sandrewski. O número de pessoas que se refugiaram nas igrejas era grande e indescritível o espetáculo que ali se observava. As crianças, tiritando de frio, chorando aos gritos, punham naquele cenário tristíssimo, uma nota de desespêro. Algumas famílias conseguiram salvar alguma coisa dos seus haveres; outras ficaram, apenas, com a roupa do corpo. Os objeto que iam sendo retirados das águas eram amontoados na maior desordem. Os moços fizeram fogo, improvisando uma cozinha. Em volta, tôda a enorme extensão parecia um mar. Medonhas correntes d'água arrastavam portas, janelas, móveis e animais. O "Progresso" e outras embarcações venciam, com dificuldades, o ímpeto das águas, orientando-se pelas copas emergentes dos altos coqueiros. No dia 26, as águas começaram a baixar, aparecendo, então as cumieiras dos prédios. E, na proporção da vasante, iam-se constatando e avaliando os prejuízos sofridos. Aqui, uma casa completamente demolida, ali, dezenas cobertas de lama negra; os objetos e utensílios de uso domésticos completamente inutilizados. Onze foi o número de pessoas que pereceram no grande desastre".

Muitos meses decorreram até que se normalizou a situação. O govêrno auxiliou, na medida do possível, a

Vista parcial da principal rua da cidade

reconstrução e outros centros populosos do país e do estrangeiro mandaram, também farta contribuição pecuniária.

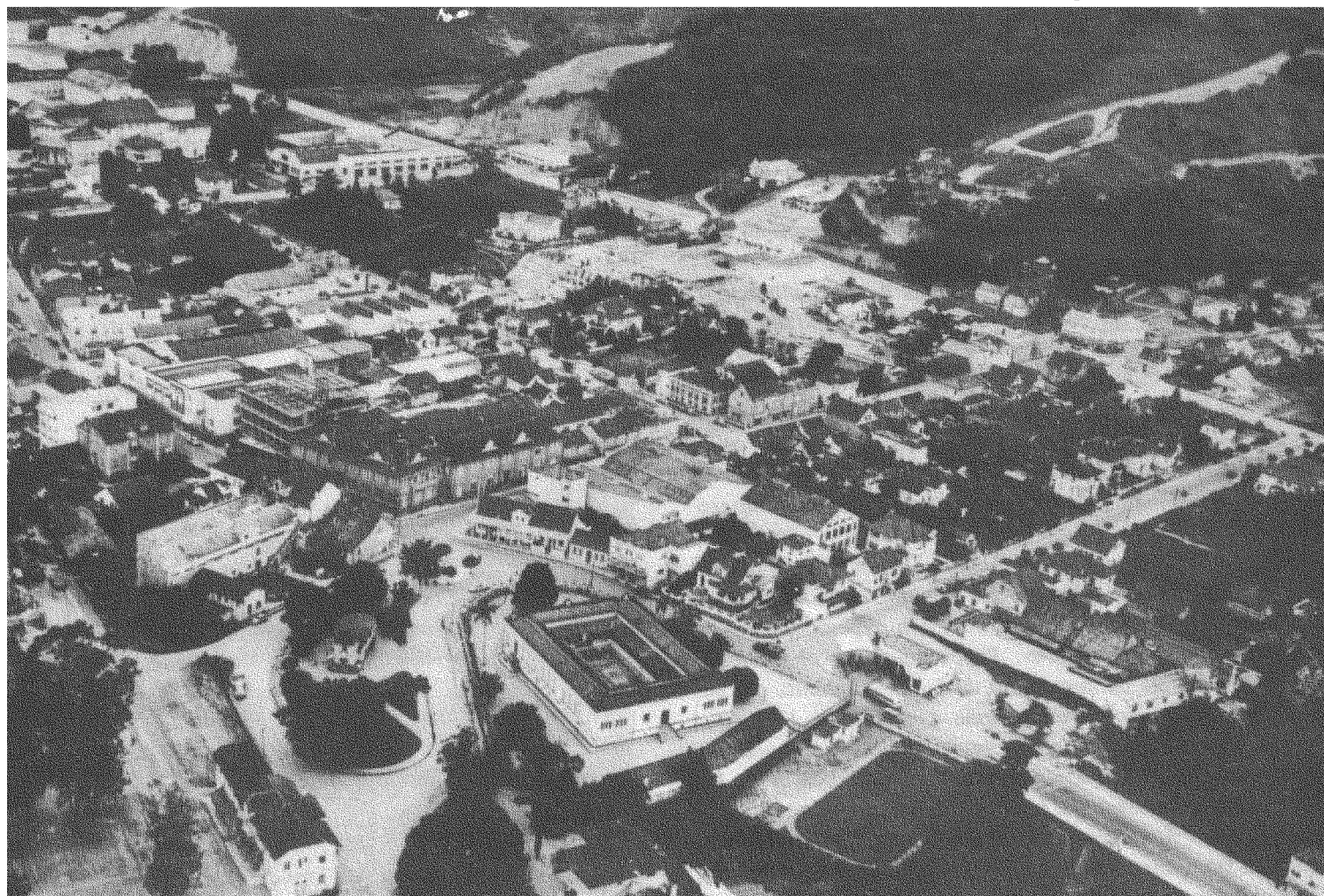
Não pôde, assim, o município ser instalado, senão dois anos depois, a 10 de janeiro de 1883. O ato da instalação foi presidido por Luiz Fortunato Mendes, presidente da Comarca de Itajaí. A Câmara de Blumenau, eleita meses antes, ficou assim constituída: presidente, José Henrique Flores Filho; vice-presidente, Luiz Sachtheben; secretário, Henrique Watson; vereadores José Joaquim Gomes, Oto Stutzer, Jacó Zimmermann e Francisco Sálvio de Medeiros.

A 4 de setembro de 1886 foi criado, pela Lei provincial n.º 1 116 o distrito de Indaial, compreendendo todo o território da zona oeste de Itajaí-Assu. Até 1889, data da proclamação da República, Blumenau viveu dias de grande tranquilidade e de progresso.

A vila, como as colônias do interior, crescia ràpidamente. Novas povoações iam se formando nos centros coloniais, como Pomerode, Timbó, Rodeio e Ascurra.

Os acontecimentos que convulsionaram o país, nos primeiros anos da República, repercutiram também, e dolorosamente, em Blumenau. Desencadearam-se lutas políticas muito sérias. De um lado, os conservadores, resistindo às providências tomadas pelo govêrno provisório; de outro, os republicanos exercendo tôda sorte de pressão sôbre os adversários, no propósito de adaptá-los às transformações políticas, deram origem a fatos memoráveis.

Hercílio Luz, o padre Jacobs, José Bonifácio Cunha e Paula Ramos foram as figuras centrais dessa época de agitação. Houve, mesmo, encontros sangrentos entre os colonos e as fôrças policiais, mandadas, em 1893, para garantir a posse da câmara nomeada pelo Govêrno do Estado, em substituição à anteriormente eleita. Não cabe, infelizmente, neste ligeiro estudo, a narração minuciosa de todos êsses acontecimentos muito interessantes e que, de modo bastante decisivo, influíram nos destinos políticos do Estado durante o agitadíssimo período revolucionário. Com a transformação do regime político brasileiro, foi eleito primeiro superintendente municipal, o Dr. José Bonifácio da Cunha. A êste sucederam Oto Stutzer, Alwin Schrader, Paulo Zimmermann e Curt Hering, que governou até 13 de outubro de 1930, data em que foi deposto pelas fôrças revolucionárias.

Em 1896, foi criada a comarca de Blumenau, sendo nomeado seu primeiro juiz o Dr. Martins Fontes. Em outubro de 1911, durante a gestão de Alwin Schrader, verificou-se outra e terrível cheia do Itajaí-Assu, que causou prejuízos materiais incalculáveis. Por ocasião da revolução de 1930, o município de Blumenau contava com 11 distritos: Sede, Gaspar, Indaial, Massaranduba, Timbó, Rodeio, Ascurra, Hamônia, Rio do Sul, Taió e Encruzilhada. Sua área era de 10 610 quilômetros quadrados e a população superior a 120 000 habitantes. As mesmas confusões políticas que agitaram diversos Estados da Federação, nos anos que se seguiram à ascensão do presidente Getúlio Vargas à suprema magistratura do país, confusões naturais à época de reformas profundas que se iniciou, também movimentaram os partidos políticos catarinenses. Feriram-se os pleitos eleitorais renhidíssimos, nos quais, Blumenau, com um coeficiente eleitoral de mais de 11 mil votos, influía sèriamente e, quase sempre, contra o govêrno constituído. Em 1934, o Interventor Federal Coronel Aristiliano Ramos, dividiu o município em seis outras parcelas administrativas,

Vista panorâmica da cidade

desmembrando do território de Blumenau os distritos de Rio do Sul, Indaial, Timbó, Gaspar e Hamônia, que passaram a formar municípios autônomos.

Ficou assim, Blumenau reduzido a três distritos: sede, Massaranduba e Rio do Têsto, êste criado em 1933, a 1 160 km^2 de área e a 45 000 habitantes. A sua renda orçamentária, entretanto, apesar da enorme diminuição de território, melhorou sensìvelmtnte.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito de Blumenau foi criado pela Lei provincial n.º 694, de 31 de julho de 1873.

A 4 de fevereiro de 1880 criou-se o Município, por efeito da Lei provincial n.º 860, com território desmembrado de Itajaí, tendo ocorrido sua instalação a 10 de janeiro de 1883.

A Lei provincial n.º 1 109, de 30 de agôsto de 1886, criou a comarca de Blumenau, cuja instalação se verificou a 10 de fevereiro de 1890.

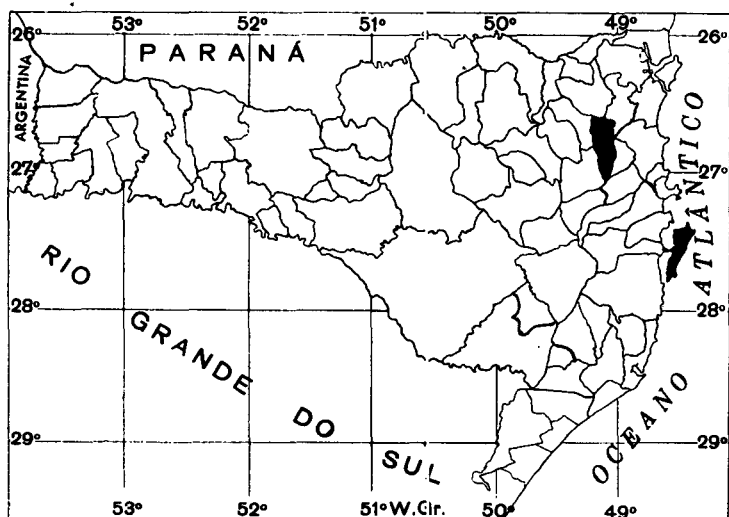
O Município apresentava, em 1.º-III-1958, o seguinte quadro administrativo e judiciário: Comarca, Têrmo e Município: Blumenau.

Distritos: Itoupava e Rio do Têsto.

A Comarca de Blumenau abrange também o município de Gaspar, constituído apenas do distrito da sede.

A atual legislatura teve início em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Frederico Guilherme Busch Júnior e constituída a Câmara Municipal de 13 vereadores.

Pela Lei n.º 380, de 19-XII-1958, da Assembléia Legislativa do Estado, o distrito de Rio do Têsto foi desmembrado do Município de Blumenau, passando a constituir o Município de Pomerode.

LOCALIZAÇÃO — Blumenau localiza-se na zona fisiográfica da Bacia do Itajaí, à margem direita do Rio Itajaí-Assu. A cidade fica a 90 km em linha reta da Capital do Estado, colocando-se em 12.º lugar na distância de Florianópolis, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 26° 55' 26" de latitude sul e 49° 03' 19" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 13 metros na sede municipal, sendo o 19.º em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

Vista de uma das principais avenidas da cidade

CLIMA — No verão é quente e úmido, quando há predominância de chuvas. São meses chuvosos, normalmente, os de março, setembro e outubro. A média de temperatura em °C é 33,1 das máximas; 10,2 das mínimas e 21,6 compensadas. No verão o calor é bastante acentuado. A precipitação anual varia entre 1 400 e 2 000 mm.

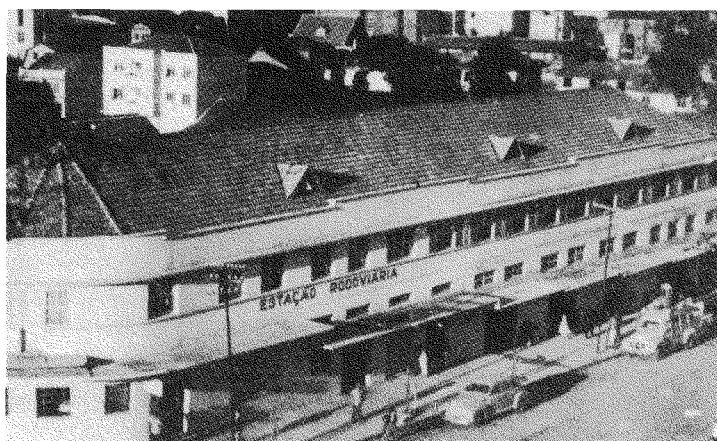
ÁREA — A área do município é de 709 km^2, figurando em 45.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Itajaí-Assu, parcialmente navegável, com profundidade média de 4 metros. Rio do Têsto, Ribeirão Garcia, Rio Itoupava, Ribeirão da Ilha, afluentes do rio Itajaí-Assu, não navegáveis. Queda d'água do rio Itajaí-Assu, no lugar denominado Salto, com a altura de 9 metros, propriedade da Emprêsa Fôrça e Luz Santa Catarina S.A., aproveitada para o fornecimento de energia elétrica aos Municípios de Blumenau, Itajaí, Brusque, Indaial, Rio do Sul, Ibirama, Rodeio e Timbó. Salto de Pomerode, com 17 metros de altura, propriedade da Indústria e comércio Hermann Weege S.A., aproveitada para o fornecimento de energia elétrica à Vila de Rio do Têsto.

O território do município é quase totalmente montanhoso. Existem no entanto, grandes várzeas às margens de alguns rios, principalmente no do Itoupava e Têsto. O ponto culminante é o morro do Spitzkopf, com 950 metros de altura. Ao norte do município encontra-se a serra de Jaraguá.

RIQUEZAS NATURAIS — a) *de origem mineral*: jazidas de minério de chumbo, areia para construção e pavimentação, mica.

b) *de origem vegetal*: madeiras em geral, predominando o cedro, a canela e a peroba.

POPULAÇÃO — A população de Blumenau, segundo o Recenseamento de 1950, era de 48 108 habitantes e tinha a seguinte composição: homens 23 908; mulheres 24 200; brancos 47 092; pardos 243; pretos 662; 111 não declararam a côr. Das pessoas de 15 anos e mais, em número

Trecho da Rua 7 de Setembro

de 31 006, 9 714 eram solteiros; 19 763 casados; 1 308 viúvos; 103 desquitados e 118 não declararam o estado conjugal. Existiam 1 523 estrangeiros e 180 brasileiros naturalizados. Em religião predominaram os que se declararam protestantes, em número de 24 529; seguindo-se-lhes os católicos romanos com 23 157; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade era de 67,8 habitantes por quilômetro quadrado ocupando o 4.º lugar no Estado. Da população, 49,1% localizam-se no quadro rural, sendo das menos elevadas do Estado, inferior à média da população rural de Santa Catarina que é de 76,4%. Situa-se em 10.º lugar, na relação dos municípios mais populosos do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 2.º lugar em população, em relação às demais cidades do Estado.

Segundo estimativas do Departamento Estadual de Estatística, a população do Município de Blumenau, era, em 1.º-VII-1958, de 61 033 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São três as aglomerações urbanas do município: a cidade de Blumenau, com 22 627 habitantes (10 892 homens e 11 735 mulheres), a vila de Itoupava com 423 habitantes (208 homens e 215 mulheres) e Rio do Têsto com 1 393 habitantes (716 homens e 677 mulheres), conforme dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial, atingiu no ano de 1955, a Cr$ 1 341 955 295,00. O município assenta sua economia, principalmente, na produção de tecidos de algodão. A produção dêsse produto atingiu, no ano de 1955, a 5 550 485 m, valendo Cr$ 176 487 529,00; seguindo-se fios de algodão puro (2 119 942 kg, no valor de Cr$ 138 016 224,00); toalhas para banho (69 221 dz., no valor de Cr$ 55 861 930,00); toalhas de rosto (148 096 dz., no valor de Cr$ 45 747 128,00); artefatos de malha em geral (4 067 652 m, no valor de Cr$ 97 912 936,00).

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 8% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: o arroz, o milho, o aipim, o fumo em fôlha, a batata-doce, a cana-de-açúcar, a cana de forragem, a araruta, o tomate, o feijão (grão). As culturas permanentes são: o abacaxi, a laranja, a bergamota, o limão, a banana e a uva. O valor da produção agrícola, 1957, foi de Cr$ 71 775 100,00. A população pecuária, no ano de 1956, foi avaliada em .... Cr$ 118 633 500,00. A apuração do registro industrial de 1954, demonstrou como principais ramos: "têxteis" (51%), "alimentares" (14%); "minerais" não metálicos transformados (5%).

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957: a) de origem mineral: areia (44 000 t no valor de Cr$ 2 204 000,00); barro ou argila (46 100 t no valor de Cr$ 670 000,00); pedras para pavimentação (14 300 t no valor de Cr$ 937 000,00).

b) de origem vegetal: lenha (401 300 m³ no valor de Cr$ 26 928 000,00); madeira (178 280 m³ no valor de Cr$ 24 516 000,00); carvão vegetal (26 200 kg, no valor de Cr$ 62 400,00).

No que se refere a produtos transformados ou não de origem animal, a produção atingiu, em 1956, o valor de Cr$ 100 597 900,00, sendo os principais produtos: leite (13 560 000 litros no valor de Cr$ 54 241 000,00); manteiga (306 600 kg, no valor de Cr$ 18 396 000,00); queijo (243 000 kg, no valor de Cr$ 12 150 000,00).

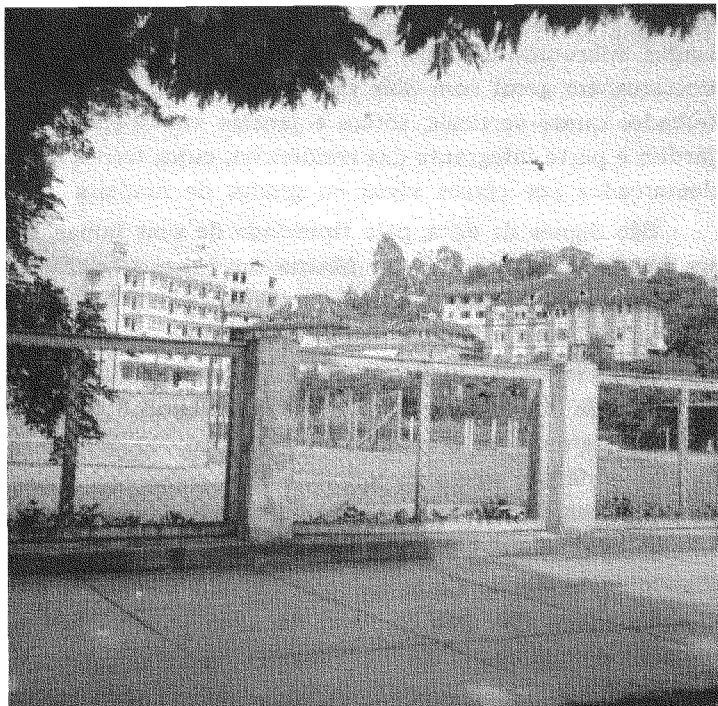
COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se mais de 500 estabelecimentos comerciais (5 atacadistas e 492 varejistas, e 13 simultâneamente atacadistas e varejistas), uma Agência da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina, a Matriz do Banco Sul Brasil S.A., e a Cooperativa de Crédito Organização Hering Limitada. Funciona ainda no município as Agências dos seguintes bancos: Banco do Brasil S.A., Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO), Banco Nacional do Comércio S.A., Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., Banco Agrícola Mercantil S.A., Banco da Lavoura de Minas Gerais S.A., Banco Nacional do Paraná e Santa Catarina S.A., Banco do Comércio e Indústria de São Paulo S.A. e Banco Comercial do Paraná S.A.

MEIOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 20 emprêsas rodoviárias para passageiros; 16 emprêsas rodoviárias para carga, 1 emprêsa rodoviária, 1 ferroviária e 4 aéreas para passageiros e cargas, simultâneamente.

Dista a cidade cêrca de 164 km por rodovia, via Itajaí, da Capital do Estado; via do Sertão do Moura 149 km; misto: a) rodovia (55 km) ou ferrovia EFSCT (50 km) até Itajaí e b) marítima (102 km).

Tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas: 1) Brusque, rodov. (43 km) ou misto: a) ferrov. EFSCT (15 km) até Gaspar e b) rodov. (28 km). 2) Gaspar: rodov. (15 km) ou ferrov. EFSCT (15 km). 3) Guaramirim: rodov. (82 km). 4) Indaial: rodov. (25 km) ou ferrov. EFSCT (21 km). 5) Itajaí: rodov. (55 km) ou ferrov. EFSCT (50 km). 6) Jaraguá do Sul: rodov. (72 km). 7) Timbó: rodov. (34 km) ou misto: a) ferrov. EFSCT (21 km) até Indaial e b) rodov. (10 quilômetros).

Da Capital Federal, misto: a) rodov. (55 km) ou ferrov. EFSCT (50 km) até Itajaí e b) marít. (841 km).

Na cidade funcionam duas Agências Postais Telegráficas do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma Agência Telefônica, uma Agência Telegráfica da Rêde Viação Paraná—Santa Catarina, uma Estação de Rádio da Polícia Militar do Estado, uma Estação Radiotelegráfica da Viação Aérea Riograndense (VARIG), uma da Cruzeiro do Sul, uma da Real Transportes Aéreos, uma Agência Tele-

Sanatório Municipal

fônica de uso público da Companhia Telefônica Catarinense e uma de uso particular.

No interior do município funcionam 4 Agências Postais do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Blumenau tem 22 627 habitantes, sendo a 2.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina precedida sòmente da Capital e conta com 231 logradouros públicos, sendo 14 inteiramente pavimentados e 11 parcialmente. É servida de luz elétrica, com 6 020 ligações domiciliares. Os edifícios mais importantes são: Igreja Matriz, Correios e Telégrafos, Residência do Departamento de Estradas de Rodagem, Hospital Santa Izabel, Hospital Santo Antônio, Hospital Santa Catarina, Prefeitura Municipal, Agências do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO), e do Banco Nacional do Comércio S.A., Cine Busch, Hotel Rex, Colégio Sagrada Família e Teatro Carlos Gomes. Conta a cidade com 14 tipografias e 16 hotéis com capacidade total de 694 hóspedes.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária do município é prestada à população por 24 médicos, 29 dentistas, 16 farmacêuticos e 67 auxiliares de Saúde. Existem 19 farmácias no município. Quatro hospitais, duas maternidades, um Pôsto de Saúde, três postos ambulantes, um Pôsto do Departamento Nacional de Endemias Rurais e um Pôsto do SAMDU, servem à população com assistência médica em geral.

COOPERATIVISMO — Na cidade funcionam as seguintes cooperativas: Soc. Cooperativa de Consumo dos Bancários de Blumenau R. Limitada, instalada em 1955, com 135 sócios. Cooperativa de Crédito Organizações Hering Limitada, instalada em 1951, com 672 sócios. Cooperativa de Consumo dos Empregados da Electro-Aço Altona Limitada, instalada em 1946, com 144 sócios. Cooperativa de Consumo dos Operários da Tecelagem Kuehnrich S.A. R. Limitada, instalada em 1946, com 333 sócios. Cooperativa de Consumo dos Operários da Indústria Têxtil Companhia Hering Resp. Limitada, instalada em 1944, com 883 sócios e a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Emprêsa Industrial Garcia S.A. Resp. Limitada, instalada em 1944, com 1 584 sócios.

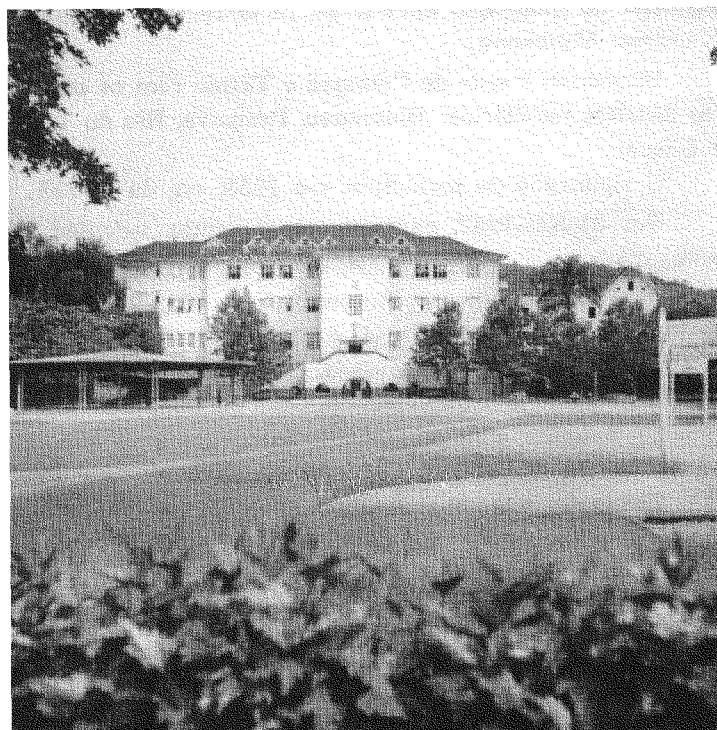
ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 41 141 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 32 852, ou seja, 79,8% sabiam ler e escrever. Dêsse total 16 498 eram homens e 16 354 mulheres. Na sede municipal, das 19 566 pessoas de 5 anos e mais, 16 296 sabiam ler e escrever, sendo 7 928 homens e 8 368 mulheres.

Ensino — Em 1956 funcionaram, na cidade e no resto do município 74 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 7 833 alunos, assim distribuídas: Pré-primário Infantil 5 unidades, com 339 alunos; Fundamental Comum 60 unidades, com 6 855 alunos; Fundamental Supletivo 2 unidades, com 204 alunos e Complementar 7 unidades, com 435 alunos.

No tocante a ensino extraprimário, funcionaram no município os seguintes estabelecimentos: Colégio Santo Antônio (cursos Admissão e Ginasial, secundário e Contabilidade); Colégio Sagrada Família (Admissão e Ginasial, datilografia e estenografia, pintura, bordado, crochê e tricô); Ginásio e Escola Normal D. Pedro II (Admissão, Ginasial e Normal); Escola do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Formação de profissionais para Indústria Têxtil e Fundição); um Curso para Cabos e Sargentos; um de Formação de Pilotos; um de Música e Canto e um de Corte e Costura e Bordado.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Trinta e duas são as Associações desportivas e culturais, das quais uma tem caráter cultural, a Sociedade Dramático Musical Carlos Gomes, e as restantes são desportivas e recreativas.

Funcionam na cidade três cinemas: O Cine Garcia, com 250 lugares, o Cine Blumenau com 1 280 lugares e o Cine Busch, com 1 147 lugares.

É digno de nota o Teatro Carlos Gomes de propriedade da Sociedade Dramático Musical Carlos Gomes, com 850 lugares.

Vista do principal Ginásio municipal

A cidade conta ainda com 4 jornais, três estações radiodifusoras e uma Biblioteca Pública Municipal.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	31 392	28 971	13 584	4 472	9 906
1951	46 327	35 490	17 133	8 629	14 122
1952	56 858	40 419	24 390	10 739	19 953
1953	71 610	55 663	20 206	11 667	19 883
1954	95 263	72 336	24 132	13 157	23 865
1955	141 076	95 646	30 374	16 410	32 502
1956	183 099	150 525	40 472	19 486	39 946

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Monumentos: Herma Cel. Pedro C. Feddersen, Estátua do Dr. Hermann Blumenau, Estátua de Olavo Bilac, Casa do Dr. Fritz Müller, Estátua de Fritz Müller, Herma do Dr. Victor Konder, Herma D. Pedro II, Herma Curt Hering.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — No tocante a cultos, são os seguintes os existentes em Blumenau:

Culto Católico Romano: Paróquia de São Paulo Apóstolo, 16 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, 7 capelas públicas e 4 semi-públicas.

Culto Protestante: Sociedade Tôrre de Vigia-Testemunhas de Jeová, Igreja Evangélica Luterana do Brasil-Sínodo Missouri, Assembléia de Deus, Igreja Adventista do Sétimo Dia, Sociedade Ciência Cristã, duas Igrejas Evangélicas "Assembléia de Deus", Comunidade Evangélica de Rio do Têsto, com 2 igrejas e 1 capela; Comunidade Evangélica de Badenfurt, com 3 igrejas; Comunidade de Itoupava Central, com 7 igrejas; Comunidade Evangélica de Blumenau — 2.º Distrito, com 3 igrejas; Comunidade Evangélica de Blumenau — 1.º Distrito, com 3 igrejas.

Culto Espírita: 2 Centros Espíritas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "Blumenauenses". A denominação do município deve-se ao pioneiro que o fundou: Hermann Blumenau.

Blumenau é sede de Comarca e Têrmo com os seguintes distritos judiciários: Blumenau, Itoupava, Rio do Têsto e Gaspar.

O eleitorado do município, em 1958, era de 23 735.

Em 31-XII-1957, existiam os seguintes veículos no município:

a) Veículos a motor: Automóveis — 963, Jipes — 75, Ônibus e micro-ônibus — 48, Camionetas — 301, Motociclos — 284, Ambulâncias — 3, Caminhões — 391, Tratores — 22.

b) Veículos à fôrça animal: Carros de 2 ou 4 rodas 13, Bicicletas — 17 195, Carroças de 4 rodas — 2 296.

Blumenau está situada às margens do rio Itajaí-Assu. A cidade não obedeceu a traçado prévio. À procura de terreno próprio para edificações, os habitantes foram levados, quase sempre a abrir ruas margeando os vários ribeirões que a cortam. Essa circunstância fêz com que a fisionomia urbana adquirisse contornos especiais e característicos.

O aspecto geral da cidade é agradável. Existem 20 bairros, ligados entre si por linhas regulares de ônibus.

O espírito germânico deixou na cidade traços marcantes, sobretudo na faixa arquitetônica. As vivendas particulares, em geral com dois pavimentos, têm, na maioria, telhados quase verticais, sótãos e janelas envidraçadas. O jardim é parte integrante das residências, cujos terrenos são demarcados por cêrcas vivas ou grades de madeira.

São dignas de nota, pela tipicidade de suas linhas, entre outras construções, a da Matriz em estilo moderno, a Prefeitura Municipal, o Convento Franciscano, o Colégio Santo Antônio e o Ginásio Sagrada Família.

A presença da bicicleta é outra marca da influência do estilo de vida europeu: constitui meio de transporte individual, intensamente usado na zona rural. É de bicicleta que andam o operário, o funcionário público, o industrial, o sacerdote, o comerciante, as crianças das escolas.

Constituem atrações turísticas de Blumenau: o Jardim Zoológico do Rio do Têsto e o morro Spitzkof, com 950 metros de altura (situado no meio da mata virgem onde se instalou o "Spitzkof Club").

A grande desproporção verificada entre o número de estrangeiros e o de nativos é apontada pelos estudiosos como causa para a quase inexistência das manifestações folclóricas típicas do Brasil em Blumenau. Os festejos de Natal mantêm características européias.

Fenômeno interessante de aculturação, já observado pelos estudiosos é a penetração lingüística, que ali se vem registrando. O alemão e o português vêm criando formas especiais de expressão de vivo colorido local.

Blumenau foi classificado entre os 5 municípios de maior progresso do País, em concurso realizado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal, em cooperação com o Ponto IV, Comissão Consultiva de Administração Pública e a revista "O Cruzeiro".

Periòdicamente a cidade é castigada pelo flagelo das inundações, permanecendo até hoje êsse problema sem solução.

Segundo dados estatísticos da Emprêsa Fôrça e Luz de Santa Catarina S.A., publicados no jornal "O Estado", de Florianópolis, edição de 9-X-1957, é o seguinte o quadro das enchentes havidas:

ANO	DATA	ALTURA ATINGIDA (m)
1852	Desconhecida	16,00
1855	20 de novembro	13,00
1864	17 de setembro	...
1868	20 de novembro	13,00
1869	22 de janeiro	...
1870	11 de outubro	...
1880	23 de setembro	16,80
1888	Desconhecida	12,50
1891	18 de junho	12,50
1896	maio	12,50
1900	junho	12,50
1911	20 de outubro	16,60
1925	maio	10,00
1927	9 de novembro	12,00
1928	18 de junho	13,46
1928	15 de agôsto	10,52
1931	2 de maio	10,40
1931	18 de setembro	10,40
1933	4 de outubro	10,00
1935	24 de setembro	10,60
1939	27 de novembro	10,80
1943	3 de agôsto	9,85
1946	2 de setembro	11,20
1948	17 de maio	11,20
1950	17 de outubro	8,80
1953	31 de outubro	9,00
1954	18 de maio	8,91
1954	21 de outubro	11,88
1955	20 de maio	9,96
1957	21 de julho	8,68
1957	2 de agôsto	10,00
1957	18 de agôsto	12,42

VULTOS ILUSTRES — Curt Hering — Nascido em 1881, na cidade de Blumenau. Industrial e político, teve posição de destaque na história do município. Faleceu em 1948.

Hermann Weege — Nascido em 1877 e falecido em 1947. Industrial, foi também político. Fundador do Jardim Zoológico de Rio do Têsto.

Amadeu Felipe da Luz — Nascido em 1892, em Blumenau, foi durante muitos anos Juiz de Direito da Comarca de Blumenau, destacando-se como exemplo magnífico de justiça e integridade de caráter. Faleceu em 1934.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

BOM RETIRO — SC

Mapa Municipal no 13.° Vol.

HISTÓRICO — A necessidade de uma estrada que possibilitasse comunicação relativamente fácil, entre o Destêrro e a Vila de Lajes, levou o Governador Interino da Capitania de Santa Catarina, Luiz de Vasconcellos e Souza, a determinar, por ordem de 31 de outubro de 1787, a abertura de uma estrada, desde Imaruí até o lugar chamado Castelo Melhor, separado da vila de Lajes por algumas léguas de vasto campo (Paulo de Brito). Foram concessionários da emprêsa Antônio José da Costa e Antônio Marques do Arzão, sendo iniciada a obra em 14 de novembro de 1788 e concluída em 6 de dezembro de 1790. Durante a abertura da estrada, Antônio Marques de Arzão encontrou, nas cabeceiras do rio Canoas, lindos campos, iguais aos de Vacaria, de terras férteis e clima dos melhores da região serrana. Com muita razão o Capitão de Cavalaria, Arzão, que andava cansado de tantos afazeres da Real Fazenda, enamorado pelas belezas naturais dêsse sítio que era bem um lugar para descanso espiritual, denominou-o de Bom Retiro.

A beleza da região levou seu descobridor a fazer uma petição requerendo essas terras — com três léguas de comprimento e uma légua de largo e suas enseadas e logradouros, o que lhe foi concedido por despacho de 20 de fevereiro de 1792, do Capitão-Mor Regente, Bento do Amaral Gurgel Annes.

O povoamento dos Campos de Bom Retiro, porém, foi posterior e demorado. Premido por dívidas à Fazenda, e por falta de compradores para essas terras, o Capitão Arzão fêz circular o boato que encontrara uma grande mina de prata, fazendo devolução dos campos ao Capitão-Mor Regente, como pagamento do que devia.

Em 1791, foi levantado, no lugar Guarda Velha, o quartel sob o patrocínio de Santo Antônio, pelo Capitão Antônio Marques de Arzão.

Em 1890, vieram a Bom Retiro dois padres com o fim de catequisar os índios, pois os havia em grande quantidade naquelas paragens.

Ao chegarem em cima da serra Geral, encontraram lindos campos com altitude de 2 000 metros. Como êsses padres não mais voltaram, conservou-se o nome de Campo dos Padres.

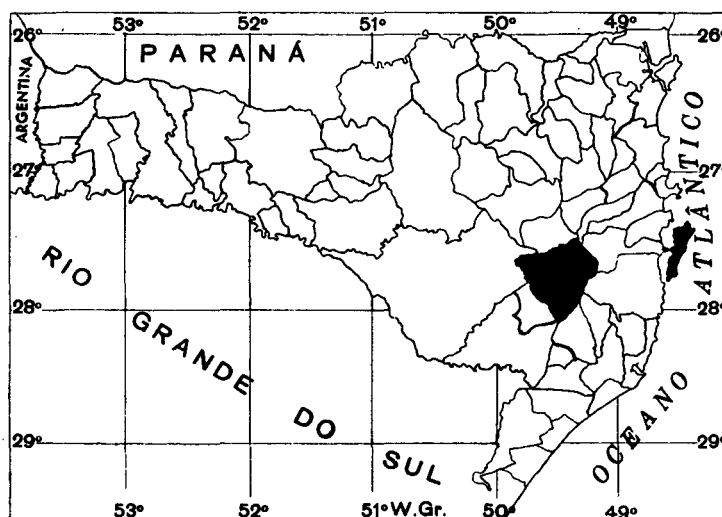
Prefeitura Municipal

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVO-JUDICIÁRIA — O distrito de Bom Retiro foi criado pela Lei municipal número 501, de 7 de julho de 1920. O município o foi pela Lei estadual n.° 1 408, de 4 de outubro de 1922, que desmembrou seu território dos municípios de Lajes e Palhoça. A instalação deu-se em janeiro do ano seguinte.

A comarca de Bom Retiro foi criada pelo Decreto estadual n.° 157, de 19 de setembro de 1931, sendo suprimida pelo Decreto 342, de 18 de abril de 1933 e restaurada pelo de n.° 343, do dia seguinte.

O seu quadro administrativo e judiciário, em 1.°-III-1958, era o seguinte: Comarca, Têrmo e Município: Bom Retiro; distritos componentes: Bom Retiro, Águas Brancas, Barracão, Canoas e Catuíra. A Comarca de Bom Retiro abrange o município de Urubici, com os distritos de Urubici e Rio Rufino.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o sr. Roberto Wiggers e constituída a Câmara Municipal com 11 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Bom Retiro localiza-se na zona fisiográfica dos Campos de Lajes. A cidade fica a 95 km em linha reta da Capital do Estado e possui as seguintes coordenadas geográficas: 27° 47' 41" de latitude sul e 49° 29' 15" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 900 metros na sede municipal, sendo o 67.° em ordem de altitude no Estado de Santa Catarina.

Casa Paroquial

CLIMA — O clima é frio, porém sêco. As chuvas predominam durante a primavera, sendo a precipitação anual inferior a 1 500 mm. A temperatura média anual é de 14° 3'.

São comuns, no inverno, as geadas e, algumas vêzes, as nevadas, indo a temperatura a — 14°C (menos 14 graus centígrados).

ÁREA — A área do município é de 2 406 km², figurando em 10.° lugar em relação às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Serras da Boa Vista, dos Faxinais e Geral; esta última com o Campo dos Padres, cujo ponto mais alto atinge 2 000 metros de altura.

Rio Canoas, Bonito e Invernadinha.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) *de origem mineral*: pedra para construção, carvão de pedra, cal de pedra; b) *de origem vegetal*: pinho do Brasil, peroba, cedro, bracatinga, canela e cabriúva.

POPULAÇÃO — A população de Bom Retiro, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 19 184 habitantes e tinha a seguinte composição: homens, 9 835; mulheres, 9 349; brancos, 16 379; pardos, 1 955; pretos, 828; 22 pessoas não declararam a côr. Das pessoas de 15 anos e mais em número de 9 560, 2 903 eram solteiros; 6 245 casados; 390 viúvos; 5 desquitados; e 17 não declararam o estado conjugal. Existiam 40 estrangeiros e 13 brasileiros naturalizados. Em religião, predominaram os que se declararam católicos romanos, em número de 17 209; protestantes, 1 361, as outras religiões possuem adeptos em pequena escala e 11 sem declaração. A densidade era de 7,9 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 62.° lugar no Estado. 93,1% da população localiza-se no quadro rural, sendo esta percentagem das mais elevadas, no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 37.° lugar na relação dos municípios mais populosos do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 56.° lugar em população, em relação às demais cidades do Estado.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município de Bom Retiro, em 1.°-VII-1958, era de 21 986 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São três as aglomerações urbanas do município: a cidade de Bom Retiro, com 900 habitantes (419 homens e 481 mulheres); a vila de Águas Brancas, com 216 habitantes (115 homens e 101 mulheres) e Catuíra, com 190 habitantes (83 homens e 107 mulheres), conforme dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu, no ano de 1955, a Cr$ 13 014 000,00. O município assenta sua economia, principalmente, na indústria da madeira. A produção do pinho serrado, pranchões, tábuas, etc. atingiu, no ano de 1955, a 15 580 m³, valendo Cr$ 11 540 000,00; tijolos em geral exclusive refratários (800 milheiros, no valor de Cr$ 480 000,00); pão (28 000 kg, no valor de Cr$ 274 000,00); solas e meio de solas (7 000 kg, no valor de Cr$ 210 000,00); biscoitos inclusive bolachas (20 000 kg, no valor de Cr$ 160 000,00).

Dos 20 estabelecimentos industriais existentes no município, 17 dedicam-se à produção do pinho serrado e 1 à de telhas e tijolos.

19% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Entre as culturas temporárias, segundo a importância, temos: milho, mandioca, trigo, batata-doce, batatinha, feijão (grão), abóbora, arroz, cebola, alfafa e aipim. Como culturas permanentes, temos: uva, pêssego, maçã, pêra, laranja, bergamota, caju, figo e limão. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 72 411 475,00. A população pecuária foi avaliada, em 1956, em .... Cr$ 227 590 500,00. A indústria (ocupando 3% da população econômicamente ativa) valia, em 1956, ... Cr$ 15 155 200,00; os principais ramos "madeira" (90%), produtos alimentares (4%), minerais não metálicos transformados (4%).

No tocante à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957:

a) De origem mineral: pedras para construção, alicerces (6 490 m³ no valor de Cr$ 858 800,00); barro ou argila (9 350 toneladas, no valor de Cr$ 407 500,00); cascalho (160 000 kg, no valor de Cr$ 80 000,00).

b) De origem vegetal: lenha (300 000 m³, no valor de Cr$ 13 300 000,00); madeira (145 818 m³, no valor de Cr$ 12 421 150,00); pinhão (88 500 kg, no valor de Cr$ 192 000,00).

c) De origem animal: peixe fresco (4 960 kg, no va-

Igreja-Matriz Municipal

(1 990 kg, no valor de Cr$ 39 800,00); couros e peles de animais silvestres (308 unidades, no valor de Cr$ 8 330,00).

No que se refere a produtos transformados ou não, de origem animal, a produção atingiu, em 1956, o valor de Cr$ 38 675 316,00, sendo os principais produtos: leite (3 000 000 litros, no valor de Cr$ 15 000 000,00); banha (180 532 kg, no valor de Cr$ 6 860 216,00); queijo (91 800 kg, no valor de Cr$ 2 754 000,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se mais de noventa estabelecimentos comerciais (92 varejistas) e a Agência do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO).

MEIOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 3 emprêsas rodoviárias para passageiros e 1 emprêsa rodoviária para carga.

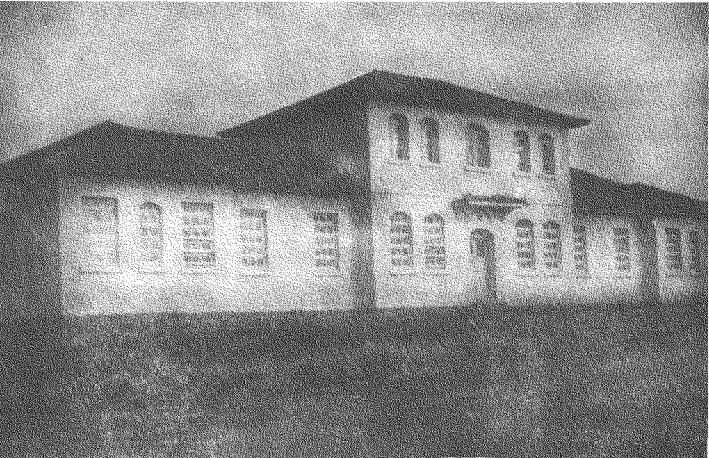
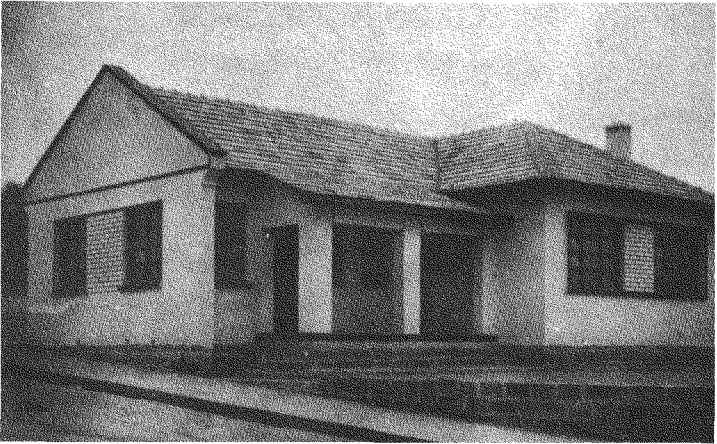
Dista a cidade cêrca de 151 km da Capital do Estado, por rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por rodovia: 85 km até a cidade de Ituporanga; 122 km até a de Lajes; 41 km até a de Urubici; 182 km até a de Braço do Norte; 205 km até a de Orleães; 133 km até a de Palhoça; 141 km até a de São José; 154 km até a de Nova Trento e 106 km até a de São Joaquim.

Na cidade funciona uma Agência Postal Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

No restante do município funcionam: uma Agência Postal Telefônica e dois Postos Telegráficos do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Bom Retiro tem 900 habitantes, sendo a 56.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina, e conta com 2 logradouros inteiramente pavimentados. É servida de luz elétrica, com 135 ligações domiciliares. Os edifícios mais importantes são: Igreja Matriz, Grupo Escolar "Alexandre Gusmão", Pôsto de Saúde, Prefeitura Municipal, Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO), Hospital Nossa Senhora das Graças e Casa Paroquial.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica no município é prestada à população por 1 médico, 3 dentistas e 3 farmacêuticos. O Hospital serve a população com assistência médica em geral.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 15 193 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 7 646, ou seja 50,3%, sabiam ler e escrever.

Hospital N. S.ª das Graças

Pôsto de Saúde Estadual

Dêsse total 4 143 eram homens e 3 503 mulheres. Na sede municipal, das 767 pessoas de cinco anos e mais, 590 sabiam ler e escrever, sendo 294 homens e 296 mulheres.

Ensino — Em 1956 funcionaram na cidade e no resto do município, 73 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 2 249 alunos, assim distribuídas: Fundamental Comum 71 unidades, com 2 221 alunos e Complementar 2 unidades, com 28 alunos.

No tocante a ensino extraprimário, funcionaram no município os seguintes cursos: um Curso Normal Regional e um Curso de Pilotagem.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funciona na cidade um cinema, Cine Marajá, com 205 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	522	840	607	182	394
1951.......	745	1 172	1 268	527	1 143
1952.......	1 108	1 520	1 275	585	1 164
1953.......	1 572	1 670	1 462	612	1 321
1954.......	1 648	1 605	1 890	509	1 951
1955.......	2 067	2 158	1 712	567	1 039
1956.......	1 512	3 192	1 944	886	1 913

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome "bom-retirenses".

A denominação Bom Retiro foi dada por Antônio Marques de Arzão, em virtude de julgar os campos da região o lugar ideal para descanso espiritual.

Bom Retiro é sede de Comarca e Têrmo, abrangendo os municípios de Bom Retiro e Urubici, com os seguintes distritos judiciários: Bom Retiro, Águas Brancas, Barracão, Canoas, Catuíra, Urubici e Rio Rufino.

O eleitorado do município de Bom Retiro, em 1958, era de 5 122 eleitores.

Em 31-XII-1957, existiam os seguintes veículos no município:

a) Veículos a motor: automóveis, 10; jipes, 13; camionetas, 15; motociclo, 1; caminhões, 140; tratores, 2.

b) Veículos a fôrça animada: carros de 2 ou 4 rodas, 317; bicicletas, 152; carroças de 4 rodas, 320.

Meios de hospedagem: a cidade conta com seis hotéis.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

BRAÇO DO NORTE — SC

Mapa Municipal no 10.° Vol.

HISTÓRICO — Em abril de 1862, fixaram-se no local onde hoje se encontra a cidade de Braço do Norte, os primeiros povoadores do Município. Procedentes da antiga Destêrro, atual Florianópolis, o indigitado Tomaz Pinto, após haver cometido crime de morte, rumou, acompanhado de Manoel Guerrilha, Manoel Nazário Corrêa, José Marcolino Rosa e Leandro Demétrio e suas famílias, por trilhas, na direção de Imaruí, de lá à cidade de Laguna, e desta à de Tubarão, cruzando o rio Braço de Cima (antigo nome do rio Braço do Norte), na altura da localidade de Pedrinhas, estabelecendo-se, após quatro dias de penosa penetração, às margens do rio. Ao agrupamento deram o nome de "Quadro do Norte". Ali fixados, abriram nova picada na direção de São Sebastião do Gravatá (atual Gravatal), onde iam, periòdicamente, à procura de provisões.

Três anos mais tarde, em 1865, provindos de Tubarão, chegaram os primeiros moradores de São Ludgero, situada a 9 km da principal povoação. Eram êles Pedro Zeferino, que se localizou à margem direita do rio Braço do Norte, Tomaz Silva, Marcos Fernandes Lima e Pedro Martins de Souza, à margem esquerda do mesmo.

Foi sòmente em 1870, com a afluência de colonos alemães, conduzidos à São Ludgero pelo Padre Guilherme Röher, que teve início o desenvolvimento de Braço do Norte. Êstes colonizadores, emigrados para o Brasil em 1860, achavam-se anteriormente fixados nas localidades catarinenses de Anitápolis, Salto e Capivari. Todavia, por julgarem desfavoráveis aquelas regiões, conseguiram do Imperador D. Pedro II, por intermédio do Padre Röher, a doação de outras glebas, com maiores possibilidades de colonização, as quais se achavam situadas onde hoje se encontram as localidades de São Ludgero, Rio Fortuna, São José, Armazém e Vargem do Cedro.

Constituíam-se em 60 famílias, a maioria delas estabelecidas no núcleo de São Ludgero. Cada família recebia 150 a 200 "morgen" (250 metros quadrados) de terra pelo preço de uma moeda alemã (100 a 200 marcos).

Incalculáveis foram os obstáculos que tiveram que ser vencidos por êstes imigrantes alemães. Basta citar que, sendo em sua maior parte católicos, sòmente uma vez por ano recebiam assistência religiosa. A primeira visita pastoral foi realizada em 1895, por Dom José de Camargo Barros, bispo de Curitiba.

Até 1894, a capela de São Ludgero estêve subordinada à Diocese do Rio de Janeiro.

Em 1878, por ato do Govêrno Provincial, de 12 de agôsto daquele ano, passou a ser considerado Distrito Policial.

Pelo Decreto n.° 152, de 17 de maio de 1892, foi elevado à categoria de Distrito de Paz.

A Câmara Municipal de Tubarão, pela Lei n.° 13, de 16 de agôsto de 1893, concedeu uma área de 440 metros quadrados para patrimônio da sede do Distrito.

Êste patrimônio foi, pràticamente, o início da formação da cidade, porque, loteado e organizado em ruas, praças e jardins, fêz convergir para a sede regular número de residências e edifícios.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA — O Município de Braço do Norte foi primitivamente criado pela Lei n.° 1 022, de 31 de dezembro de 1953, tendo sido fixada a data de 15 de novembro de 1954 para início do mandato do Prefeito e dos Vereadores eleitos.

Por acórdão de 22 de junho de 1955, do Supremo Tribunal Federal, foi declarada inconstitucional a Lei número 1 022, de 15-XI-954. Conseqüentemente, pela Resolução n.° 5 069, de 27 de agôsto de 1958, o Tribunal Regional cassou o mandato do Prefeito e dos vereadores eleitos, voltando o Município a integrar, como distrito, o município de Tubarão, do qual havia sido desmembrado.

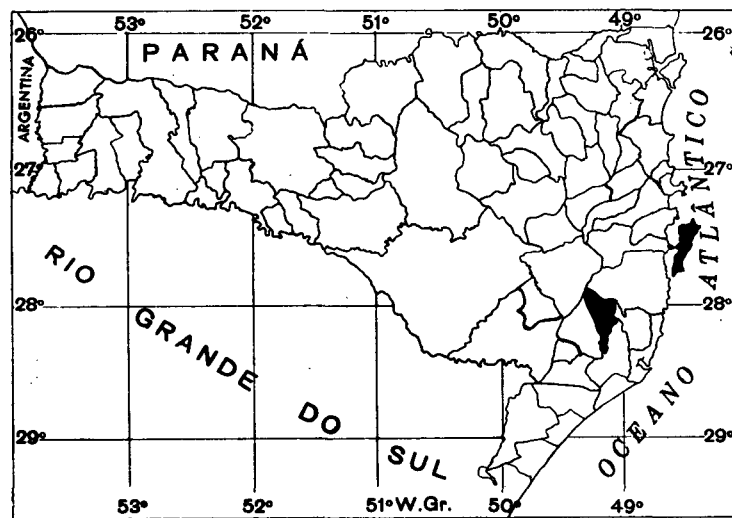
Pela Lei n.° 231, de 22 de outubro de 1955, da Assembléia Legislativa do Estado, foi novamente criado o Município de Braço do Norte, tendo sua instalação ocorrido em 26 de novembro de 1955, de acôrdo com o Decreto n.° 644, de 14 de julho daquele ano, do Govêrno Estadual.

Braço do Norte faz parte da Comarca de Orleães.

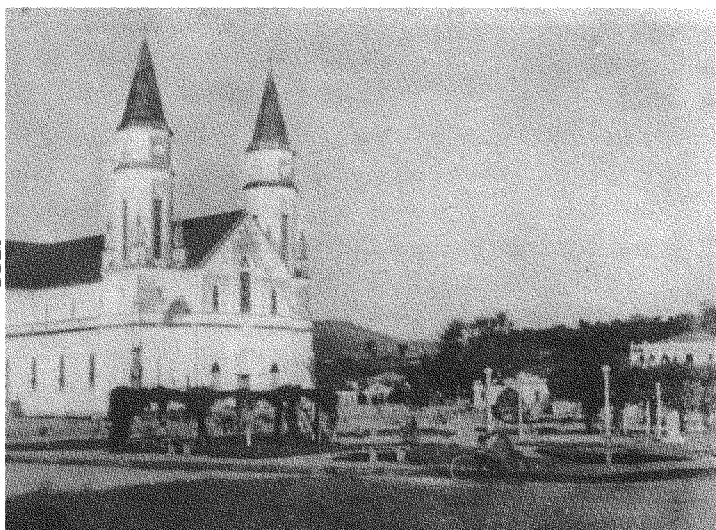
Segundo a divisão administrativa vigente em 1.° de março de 1958, o Município era compôsto de dois distritos: Braço do Norte (distrito da sede) e Rio Fortuna.

Pela Lei n.° 348, de 21 de junho de 1958, o distrito de Rio Fortuna foi desmembrado do Município de Braço do Norte, passando a constituir o Município de Rio Fortuna.

Iniciada em 1957 a atual legislatura, foi eleito Prefeito Fredolino Kürten e constituída a Câmara Municipal, com 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Fisiogràficamente, o Município se localiza na zona fisiográfica de Laguna. Situada a 97 km em linha reta da Capital do Estado, a cidade coloca-se em 14.° lugar em relação às demais cidades. Possui as seguintes coordenadas geográficas: 28° 17' de latitude Sul e 49° 10' de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal eleva-se a 66 m do nível do mar, sendo a 27.ª em ordem de altitude no Estado.

CLIMA — O clima é em geral bastante quente, apesar dos constantes ventos que sopram do norte. É sêco no verão, alcançando a temperatura, em algumas regiões, mais de 35° centígrados. Nessa estação, são freqüentes as chuvas, seguidas de fortes trovoadas. No inverno, o frio é mais

Igreja-Matriz municipal

acentuado junto aos contrafortes da Serra Geral, atingindo aí temperaturas muitas vêzes inferiores a 0ºC, com nevadas relativamente fortes.

ÁREA — A área municipal é de 617 km². Em relação à das demais comunas, Braço do Norte classifica-se em 53.º lugar em superfície.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O Rio Braço do Norte, não navegável, afluente do rio Tubarão, é o principal acidente geográfico no território do Município.

RIQUEZAS NATURAIS — O cristal de rocha e o carvão mineral constituem as suas riquezas naturais de origem mineral.

No reino vegetal, as madeiras são a principal fonte de riqueza.

POPULAÇÃO — Em 1950, de acôrdo com os resultados obtidos pelo Recenseamento Geral, a população do Município atingia 14 211 habitantes, com a seguinte composição segundo o sexo: homens 7 196 e mulheres 7 015. Com a densidade de 23 habitantes por km², Braço do Norte ocupa o 29.º lugar em relação aos demais municípios do Estado.

A população rural é dominante, com a percentagem de 88,9%, sendo esta das mais elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%.

Recente estimativa do Departamento Estadual de Estatística (1.º de julho de 1958) revelou que a população de Braço do Norte compunha-se de 16 271 habitantes.

O Município situa-se em 46.º lugar e a sua sede em 41.º, em relação aos demais municípios e cidades do Estado, respectivamente.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Resultados do Censo de 1950 revelaram as seguintes quantidades de habitantes nos dois centros de aglomeração urbana do Município: Braço do Norte (sede) 1 492 pessoas (705 homens e 787 mulheres); vila de Rio Fortuna 71 pessoas (41 homens e 30 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do Município é constituída principalmente pela produção agrícola e pecuária. A primeira foi avaliada, no ano de 1957, em Cr$ 87 319 260,00, obtidos pelas seguintes safras temporárias, segundo a importância: batata-doce, milho, feijão (grão), aipim, mandioca, fumo em fôlha, cana-de-açúcar, trigo, alfafa, alho, arroz, abóbora, amendoim com casca e abacaxi, e pelas safras permanentes: laranja, banana, bergamota, uva e abacate. A produção pecuária havia alcançado, no ano anterior àquele, Cr$ 96 996 080,00.

A industrial, em 1955, atingiu Cr$ 13 621 589,00 elevando-se à cifra de Cr$ 33 091 423,00 no ano seguinte.

Foram produzidos, no ano de 1956, 213 805 quilos de banha de porco, refinada ou não, avaliados em ...... Cr$ 6 011 548,00; 617 300 quilos de fécula de mandioca, no valor de Cr$ 2 107 390,00; 6 400 m² de esquadrias, valendo Cr$ 1 053 000,00; 4 000 m² de espelhos planos, avaliados em Cr$ 800 000,00; e 17 406 quilos de lingüiças e salsichas não enlatadas, no valor de Cr$ 568 488,00.

Onze são os estabelecimentos que se dedicam ao ramo industrial. Dêsses, 3 à produção de fécula de mandioca e 2 à de banha de porco.

Dados obtidos em estimativa da Agência Municipal de Estatística, com relação à indústria extrativa apresentavam as seguintes quantidades e valores de produção, referentes ao ano de 1957:

a) produtos de origem mineral: areia 150 t — Cr$ 22 650,00; barro ou argila 2 356 t — Cr$ 79 000,00; pedras para alicerces 720 m³ — Cr$ 242 000,00;

b) produtos de origem vegetal: lenha 44 000 m³ — Cr$ 3 360 000,00; carvão 23 000 kg, Cr$ 49 500,00 e cascas de acácia negra 15 000 kg, Cr$ 45 000,00;

c) produtos de origem animal: couros e peles de animais silvestres 702 unidades, Cr$ 50 210,00; peixe fresco 7 100 kg, Cr$ 39 300,00.

Quanto a produtos transformados ou não, de procedência animal, a produção atingiu, em 1956, o valor de Cr$ 35 647 079,00. Como principais produtos destacamos a banha (664 465 kg, no valor de Cr$ 21 595 112,00), o leite (974 600 l, no valor de Cr$ 3 898 400,00) e a carne de porco salgada (94 177 kg, no valor de Cr$ 2 825 310,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Além dos 78 estabelecimentos comerciais (2 atacadistas e 76 varejistas), o município conta com 1 de crédito: a Agência do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

MEIOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES — Cinco emprêsas rodoviárias fazem o transporte de passageiros.

Praça Padre Röher

A cidade de Braço do Norte dista 144 km da capital catarinense, por estrada rodoviária, e tem as seguintes distâncias das sedes municipais circunvizinhas: 23 km até Orleães, 40 km até Tubarão, 76 km até Imaruí, 126 km até Palhoça e 182 km até Bom Retiro.

Os meios de comunicação de que dispõe o Município são duas Agências Postais Telefônicas do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma delas localizada na sede municipal.

ASPECTOS URBANOS — A população urbana é de 1 492 habitantes, sendo a 41.ª em relação à das demais cidades catarinenses.

A cidade dispõe de serviço de iluminação elétrica, com 142 ligações domiciliares.

Como principais construções encontramos a Igreja Matriz, o Grupo Escolar "Dom Joaquim", o Hospital "Santa Therezinha", o Instituto "Sagrado Coração de Jesus", a Casa Paroquial, o Hotel dos Viajantes, o Cine Guarani e o Pôsto de Saúde.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — No plano da assistência médica, 1 hospital e 1 Pôsto de Saúde atendem à população, exercendo atividade nesses estabelecimentos, 2 médicos, 3 farmacêuticos e 12 auxiliares de saúde.

Três são as farmácias distribuídas pelo Município.

ENSINO — Quanto à instrução, 49 são as unidades escolares de ensino primário geral. O número de matrículas efetivas nessas unidades era de 2 489 alunos, assim distribuídos: fundamental comum (46 unidades), com 2 406 alunos; fundamental supletivo (1 unidade), com 18 alunos; e complementar (2 unidades), com 69 alunos.

Com ensino extraprimário, funcionam as seguintes entidades: Seminário Preparatório Metropolitano, Instituto "Sagrado Coração de Jesus" e o Curso Normal Regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funcionam na cidade o Cine Guarani, com 300 lugares, e uma associação desportiva, denominada "7 de Setembro Futebol Clube".

FINANÇAS PÚBLICAS — Braço do Norte não dispõe de órgão arrecadador de receita federal. A arrecadação estadual e a municipal atingiram, no triênio 1954-1956, as cifras abaixo:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)			DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Estadual	Municipal		
		Total	Tributária	
1954	1 563	—	—	407
1955	1 758	390	377	376
1956	2 700	1 717	412	1 686

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Três Igrejas Matrizes, 22 capelas públicas, 2 semipúblicas e 3 sacerdotes fazem parte de 3 paróquias de culto católico romano: a Paróquia de São Marcos, a de Nosso Senhor do Bom Fim e a de São Ludgero.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes locais atendem pelo patronímico de "braço-nortenses".

A denominação do Município tem origem no rio homônimo, afluente do Rio Tubarão.

Praça C.^el Colaço

Braço do Norte pertence à Comarca de Orleães.

Em 1958, o número de eleitores atingia 4 501.

O Município dispõe de 139 veículos motorizados (14 automóveis, 8 jipes, 2 ônibus e micro-ônibus, 10 camionetas, 5 motociclos, 53 caminhões e 47 tratores) e 692 veículos de tração animal (323 carros de 2 ou 4 rodas, 334 bicicletas e 25 carroças de 4 rodas).

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

BRUSQUE — SC

Mapa Municipal no 10.° Vol.

HISTÓRICO — Logo depois que Itajaí foi elevado à categoria de Município em abril de 1859, o Govêrno Imperial resolveu incrementar o desenvolvimento da região. O início do povoamento do território que hoje constitui o município de Brusque foi resultado da execução da segunda parte de tal plano. Tendo em vista aquêle objetivo, foi autorizada a fundação da nova colônia à margem esquerda do rio Itajaí-Mirim, com 4 léguas quadradas de superfície. Presidia então a Província de Santa Catarina o conselheiro Francisco Carlos de Araújo Brusque.

A 4 de agôsto de 1860, os primeiros colonos alemães desembarcaram sob a chefia do Barão Schneeburg, após uma penosa viagem de seis dias para vencer o percurso de cêrca de 180 quilômetros rio acima, em pequenas embarcações. Pedro José Werner, o sitiante, deu-lhes abrigo na casa do engenho e nas pequenas áreas de chão batido. Dias depois, construíram casas, onde ficaram durante nove meses, quando passaram para os lotes demarcados em definitivo.

A nova aglomeração tomou o nome de Colônia de São Luiz Gonzaga. Essa denominação era pouco depois substituída pela de Itajaí.

Com as notícias das possibilidades do solo, da grande quantidade de madeiras, em vista da subvenção concedida pelo govêrno, que oscilava entre 30 e 60 mil réis por família, novas levas de imigrantes rumaram para a colônia em formação. Os colonos eram empregados na construção de estradas e caminhos vicinais.

Vista parcial da cidade

Em fevereiro de 1861, a população era de 657 pessoas; dois anos depois, êsse número subia a 938 e estava demarcada uma área de 20 812 hectares de terra para cultura, dos quais cêrca de 8 000 utilizados com derrubadas, aproveitamento de madeira e cultura de cereais, fumo e cana-de-açúcar. A escassez de meios de comunicação e as distâncias que separavam as famílias não arrefeceram os ânimos. Ergueram-se 4 templos católicos e 1 evangélico; 6 escolas, uma delas subvencionada pelo govêrno, foram construídas.

No ano de 1867 nova colônia foi criada na região — D. Pedro II — anexada à Diretoria da Colônia de Itajaí.

A 31 de julho de 1874, pela Lei n.º 693, Pedro Afonso Ferreira, Presidente da Província, desmembrava da freguesia do Santíssimo Sacramento as colônias anexadas, para formarem a freguesia de São Luiz Gonzaga, sendo nomeado para a direção Luiz Betim Pais Leme, que promoveu a reconstrução das estradas de ligação com o pôrto de Itajaí e com Blumenau.

A partir dêsse ano e no lustro subseqüente, foi intensa a imigração de italianos, contribuindo para o desenvolvimento da localidade.

O município, com território desmembrado do de Itajaí, foi criado pela Lei Provincial n.º 920, de 23 de março de 1881, sob o topônimo de São Luiz Gonzaga, mudado para Brusque por fôrça do Decreto n.º 77, de 17 de janeiro de 1890. Só em 1916, a sede municipal foi elevada à categoria de cidade.

Em fins do século XIX, o município entrou na fase de desenvolvimento industrial. Hoje sua indústria têxtil é a segunda do Estado.

O município de Brusque era formado pelos distritos de Brusque (sede), Botuverá, Itaquá e Vidal Ramos.

Em 1956, pela Lei n.º 272, de 3-XII-1956, foram desmembrados de Brusque os distritos de Vidal Ramos, Itaquá e parte do distrito de Botuverá, que passaram a constituir o município de Vidal Ramos.

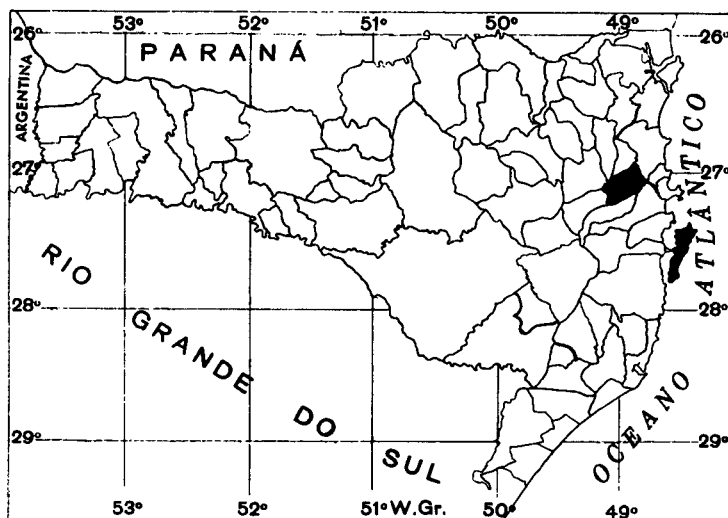
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito de Brusque foi criado pela Lei Provincial n.º 693, de 31 de julho de 1874.

O município foi criado pela Lei Provincial n.º 920, de 23 de março de 1881, com território desmembrado de Itajaí, e sob o topônimo de São Luiz Gonzaga. Instalado a 8 de julho de 1883, passou a designar-se Brusque pelo Decreto n.º 77, de 17 de janeiro de 1890.

A Comarca de Brusque foi criada pela Lei n.º 16, de 23 de novembro de 1891, sendo instalada a 16 de março de 1892.

O seu quadro administrativo e judiciário, em 1.º-III-958, era o seguinte: Comarca, Têrmo e Município — Brusque; distritos componentes: Brusque (distrito da sede) e Botuverá. A Comarca de Brusque abrange ainda o município de Nova Trento, com os distritos de Nova Trento (sede), Aguti, Claraiba e Vargedo e o município de Vidal Ramos, com os distritos de Vidal Ramos (sede) e Itaquá.

A atual legislatura teve início em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Dr. Carlos Moritz e composta a Câmara Municipal de 11 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Brusque, localiza-se na zona fisiográfica da Bacia do Itajaí. A cidade fica à margem esquerda do rio Itajaí-Mirim e a 68 km em linha reta da Capital do Estado e possui as seguintes coordenadas geográficas: 29° 05' 45" de latitude sul e 48° 54' 05" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 21 metros na sede municipal; sendo o 29.º em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — Em geral é quente e úmido no verão, quando a temperatura pode atingir a 37ºC.

No inverno ela pode cair até 10ºC. As chuvas têm predominância no verão, com fortes trovoadas, variando a precipitação anual entre 1 400 e 2 000 mm.

Avenida Cônsul Carlos Renaux

ÁREA — A área do município é de 702 km^2, figurando em 46.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Itajaí-Mirim, com uma extensão de 150 km, navegável sòmente por balsas de madeira em época de enchentes. Média de profundidade: 1 metro e de largura, 12 metros. Salto do Lageado, com 80 metros de altura com a potência de 160 H. P. Salto da Planície Alta, com 30 metros de altura e 10 H. P.

As serras que circundam o município são: a serra do Mar, a serra de Tijucas e a serra do Itajaí.

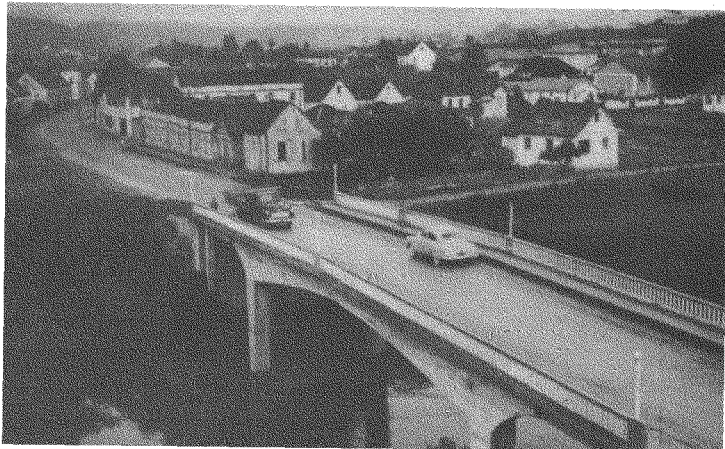
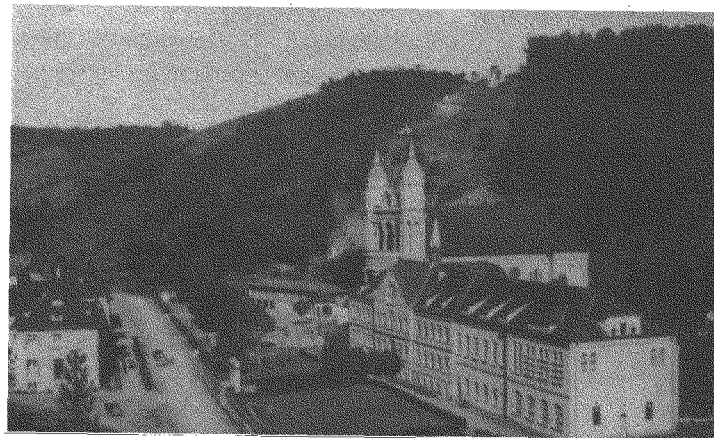
RIQUEZAS NATURAIS — a) *de origem mineral*: ouro aluvionar, ouro de filão, manganês e calcários; b) *de origem animal*: peixes e mel de abelhas; c) *de origem vegetal*: madeiras, como: canela, peroba, óleo, louro, etc. e palmitos.

POPULAÇÃO — A população de Brusque, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 32 351 habitantes e tinha a seguinte composição: homens, 16 208; mulheres, 16 143; brancos, 32 094; pardos, 27; pretos, 215; 15 pessoas não declararam a côr. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 18 014, 5 967 eram solteiros; 11 196 casados; viúvos, 800; 11 desquitados; 40 pessoas não declararam o estado conjugal. Existiam 232 estrangeiros e 45 brasileiros naturalizados. Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos, em número de 29 305; protestantes, 2 791; as outras religiões possuem adeptos em pequenas escalas. A densidade era de 46,8 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 8.º lugar no Estado.

Localiza-se no quadro rural 63,9% da população, sendo esta percentagem das menos elevadas no Estado, inferior à média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 19.º lugar na relação dos municípios mais populosos do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 7.º lugar em população, relativamente às demais sedes municipais.

Segundo estimativas do Departamento Estadual de Estatística, a população do município de Brusque, em 1.º-VII-958, era de 36 171 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São duas as aglomerações urbanas do município: a cidade de Brusque, com 11 011 habitantes (5 351 homens e 5 760 mulheres) e a vila de Botuverá, com 141 habitantes (73 homens e 68 mulheres), conforme dados do Censo de 1950.

Ponte Prefeito Mário Olinger, entre as Ruas Barão do Rio Branco e Santos Dumont

Santuário, Seminário e Hospital de Azambuja

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu, no ano de 1955, a Cr$ 537 095 668,00. O município assenta sua economia, principalmente, na indústria têxtil. A produção de tecidos de algodão, inclusive mesclas atingiu no ano de 1955, a 9 163 318 metros, valendo Cr$ 259 339 650,00; seguindo-se fios de algodão puro (2 553 052 kg no valor de Cr$ 150 403 263,00); toalhas de rosto (156 505 dúzias, no valor de Cr$ 24 931 400,00); tecidos de seda natural, inclusive mescla (218 308 m, no valor de Cr$ 15 718 176,00); guarnições para mesa (114 837 unidades, no valor de Cr$ 8 913 296,00).

Dos 40 estabelecimentos industriais, 9 dedicam-se à fabricação de tecidos, 3 à fabricação de fios e 5 à produção de fécula de mandioca.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) 16% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: milho, aipim, batata-doce, feijão (grão), fumo em fôlha, arroz, cana-de-açúcar, araruta, cana-de-forragem, batatinha, abacaxi, amendoim, abóbora, alho e aveia (grão). De cultura permanente, temos: bergamota, laranja, banana, uva, café. O valor da produção agrícola em 1957, foi de Cr$ 130 102 200,00. A população pecuária no ano de 1956, foi avaliada em Cr$ 99 168 200,00. Na apuração do Registro Industrial de 1954, destacou-se o ramo "têxteis" (88%), de menor importância, o ramo "produtos alimentares" (5%); "couros", "peles e similares" (3%).

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957:

a) de origem mineral: areia (59 000 toneladas, no valor de Cr$ 3 360 000,00); cal de pedra (2 699 000 kg, no valor de Cr$ 2 699 000,00); barro ou argila (23 000 toneladas, no valor de Cr$ 785 000,00);

b) de origem vegetal: lenha (245 000 m^3, no valor de Cr$ 21 220 000,00); palmito (160 000 dúzias, no valor de Cr$ 481 500,00); carvão vegetal (42 000 kg, no valor de Cr$ 63 000,00);

c) de origem animal: carne de animal silvestre (1 020 kg, no valor de Cr$ 54 600,00); mel de abelha silvestre (4 310 kg, no valor de Cr$ 61 950,00); peixe fresco (1 960 kg, no valor de Cr$ 23 390,00).

No tocante a produtos transformados de origem animal ou não, a produção atingiu, em 1956, o valor de Cr$ 19 295 400,00, sendo os principais produtos: banha

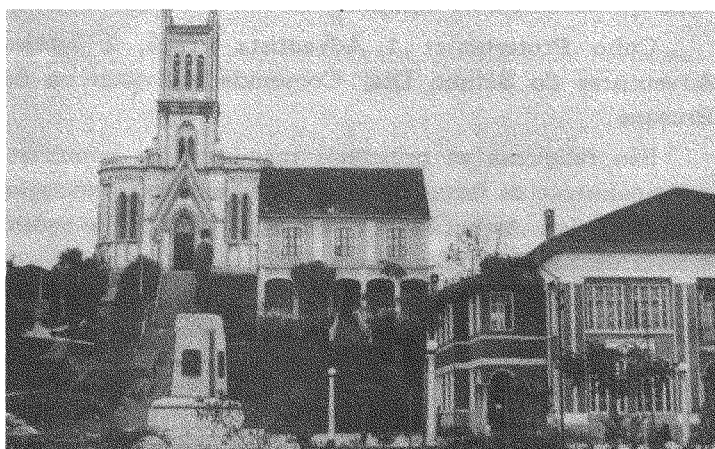
(267 300 kg, no valor de Cr$ 9 624 600,00); leite (940 000 litros, no valor de Cr$ 940 000,00); ovos (135 000 dúzias, no valor de Cr$ 2 412 000,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se mais de cem estabelecimentos comerciais (2 atacadistas e 114 varejistas); uma Agência da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina. Funciona ainda no município as agências dos seguintes bancos: Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO), Banco Nacional do Comércio S.A. e o Banco Agrícola Mercantil S.A.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 3 emprêsas rodoviárias para passageiros.

Dista a cidade cêrca de 118 km da Capital do Estado por meio de rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por meio de rodovia: 28 km até a cidade de Gaspar; 43 km até Blumenau; 67 km até Indaial; 111 km até Vidal Ramos; 28 km até Nova Trento; 61 km até Tijucas; 81 km até Pôrto Belo; 56 km até Camboriú; 39 km até Itajaí.

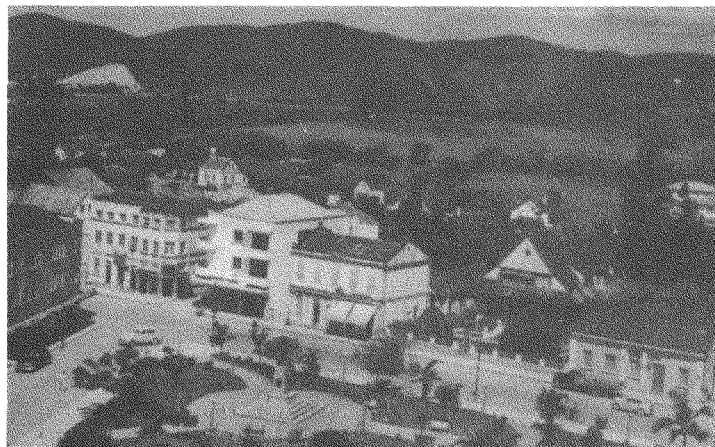
Na cidade funciona uma Agência Postal Telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

No interior do município funcionam duas Agências Postais do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Vista parcial da cidade, sobressaindo o jardim e o Templo Católico

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Brusque tem 11 011 habitantes, sendo a 7.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina e conta com 87 logradouros públicos, sendo 4 totalmente pavimentados e 3 parcialmente pavimentados. É servida de luz elétrica, com 2 261 ligações domiciliares. Os edifícios mais importantes são: Igreja Matriz, Banco do Comércio, Ginásio Carlos Renaux, Santuário Nossa Senhora do Caravaggio, Grupo Escolar Feliciano Pires, Hospital Cônsul Carlos Renaux, Maternidade Cônsul Carlos Renaux e Seminário Arquidiocesano. Conta a cidade com cinco hotéis.

A cidade de Brusque está edificada às margens do rio Itajaí-Mirim, entre morros de pouca elevação e colinas arredondadas, seccionada em quatro partes.

O traçado da cidade, devido ao terreno acidentado em que foi assentada a sede da Colônia, tem dois aspectos distintos, quase simétricos, às margens do rio. Na zona suburbana, vêm sendo aproveitadas velhas estradas.

Brusque é o segundo centro da indústria têxtil catarinense. A vida local, tem por isso, aspectos característicos.

Praça Salgado Filho

O movimento da cidade intensifica-se com o soar das sirenes, e o matraquear das lançadeiras difunde um som peculiar, pela noite a dentro.

Em Brusque foi instalada em 1908, pelo Cônsul Carlos Renaux, a primeira fiação de algodão no Estado.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica no município é prestada à população por 6 médicos, 7 dentistas, 8 farmacêuticos e 7 auxiliares de saúde.

Um hospital, uma maternidade e um ambulatório, servem à população com assistência médica em geral.

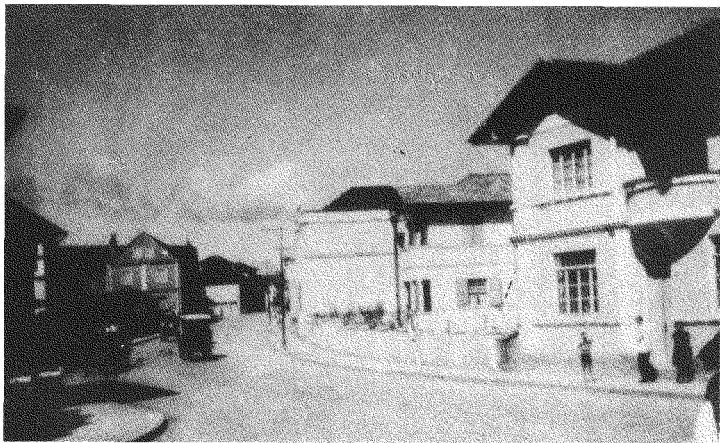
Existem 7 farmácias no município.

ASILOS E RECOLHIMENTOS — Na cidade existe o Asilo Nossa Senhora do Caravaggio, para pobres, abrigando 53 internados.

COOPERATIVISMO — Na cidade funcionam as seguintes cooperativas: Cooperativa de Produção dos Agrários de Brusque, instalada em 1937, com 281 sócios e Cooperativa de Consumo dos Agrários de Brusque, instalada em 1940, com 320 sócios.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 26 379 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 17 833 ou seja 67,6% sabiam ler e escrever. Dêsse total 9 107 eram homens e 8 726 mulheres. Na sede municipal das 9 266 pessoas de 5 anos e mais, 7 075, sabiam ler e escrever, sendo 3 375 homens e 3 700 mulheres.

Ensino — Em 1956 funcionaram na cidade e no resto do município 86 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 5 176 alunos assim distribuídas: Pré-primário 2 unidades, com 99 alunos; Fundamental Comum 81

Ponte Governador Irineu Boruhansen, entre o Largo 4 de Agôsto e a Avenida Lauro Müller

Vista parcial de um trecho da cidade

unidades, com 4 958 alunos; Fundamental Supletivo 1 unidade, com 51 alunos e Complementar 2 unidades, com 64 alunos.

No tocante a ensino extraprimário, funcionaram no município os seguintes estabelecimentos: Seminário Metropolitano; Ginásio "Cônsul Carlos Renaux" (curso Ginasial); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (curso Comercial); Escola Técnica de Comércio "São Luiz" (curso Comercial); Escola Normal "Cônsul Carlos Renaux" (curso Normal); Escola Normal "São Luiz" (curso Normal); Ginásio "São Luiz" (curso Ginasial); Seminário Sagrado Coração de Jesus; 3 cursos Normais Regionais; um Curso de Datilografia; um Conservatório de Música; um de bordado e artes domésticas.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Treze são as associações desportivas e culturais existentes no município, das quais doze se dedicam a atividade desportiva e uma à cultura musical.

Funcionam dois cinemas: Cine Teatro Real, com 1 195 lugares e Cine Coliseu, com 890 lugares.

Há ainda dois jornais: "O Município" e "O Rebate".

Na cidade de Brusque localiza-se uma estação radiodifusora, a Rádio Araguaia.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	16 943	8 105	1 945	1 291	5 014
1951	15 509	9 405	2 495	1 623	5 871
1952	23 477	10 552	4 330	2 327	8 746
1953	28 678	13 561	4 409	2 331	4 440
1954	53 480	17 361	4 814	2 399	4 749
1955	56 990	23 145	5 766	2 752	5 567
1956	78 339	35 165	9 165	3 511	9 156

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Brusque possui sua fonte milagrosa, a Fonte de Nossa Senhora do Caravaggio, onde jorra continuamente uma água cristalina e onde peregrinos, que afluem por ocasião das festas de Nossa Senhora do Caravaggio (26 de maio) e Assunção de Nossa Senhora (15 de agôsto, sempre com assistência pontifical), depositam na Capelinha, que se ergue acima da gruta, seus ex-votos. O Santuário da Azambuja que fica ao lado da Capelinha, é uma verdadeira obra da moderna arquitetura. Espaçoso, amplo, confortador, é o orgulho dos brusquenses. O morro do Rosário, apresenta-se hoje, com as imagens dos mistérios do Rosário, numa verdadeira apoteose a Nossa Senhora.

Espetáculo comovente e impressionante é a procissão luminosa na véspera do dia 15 de agôsto de cada ano. Os romeiros querendo renovar suas profissões de fé, formam um enorme vagalhão em hinos, preces e sacrifícios vão depositar no altar monumento suas gratas homenagens à Nossa Senhora.

Por ocasião da festa do dia 15 de agôsto de cada ano, afluem romeiros não só de todos os recantos do Estado de Santa Catarina, como também dos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul, num total aproximado de quinze mil peregrinos em tôdas as festividades.

No que diz respeito a monumentos, há em Brusque uma estátua do Cônsul Carlos Renaux e um Busto de Olavo Bilac.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — No tocante a cultos, ocorrem os seguintes em Brusque:

Culto Católico Romano: Paróquia de São José, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz e 5 capelas públicas. Curato de Nossa Senhora do Caravaggio, com 2 sacerdotes. 1 Santuário. Paróquia de São Luiz Gonzaga, com 8 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, e 19 Igrejas.

Culto Protestante: 1 Adventista Cristã, 2 Igrejas Adventistas do Sétimo Dia, Comunidade Evangélica de Brusque.

São religiosas as principais manifestações populares, principalmente as festas de Nossa Senhora do Caravaggio, a 26 de maio e Assunção de Nossa Senhora, a 15 de agôsto e festa de São Luiz Gonzaga a 15 de junho.

A principal efeméride, além das acima mencionadas, é o dia 4 de agôsto, data da chegada dos primeiros colonos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes de Brusque recebem o nome de "brusquenses".

O nome de Brusque foi dado ao município em homenagem ao Dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque, que foi Presidente da Província de Santa Catarina, em 1860.

Brusque é sede de Comarca e Têrmo, que abrange ainda, os municípios de Brusque, Nova Trento e Vidal Ramos.

O eleitorado do município era, em 1958, de 10 655 eleitores.

Maternidade Cônsul Carlos Renaux

Em 31-XII-1957, existiam os seguintes veículos no município:

a) veículos a motor: automóveis, 169; jipes, 16; ônibus e micro-ônibus, 33; camionetas, 26; motociclos, 30; ambulâncias, 1; caminhões, 159; tratores, 10;

b) veículos à fôrça animada: carros de 2 ou 4 rodas, 155; bicicletas, 6 614, carroças de 4 rodas, 638.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

CAÇADOR -- SC

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — Caçador teve como primeiro morador Francisco Corrêa de Melo, que veio de Campos Novos e se estabeleceu às margens do Rio Caçador, em 1881, sendo seguido, seis anos depois, por Pedro Ribeiro e, em 1891, por Tomaz Gonçalves Padilha, que chegou até o Rio 15 de Novembro.

O nome de Caçador, segundo a tradição, se deve a Francisco Corrêa de Melo que assim chamou o lugar devido à grande quantidade de Caça que havia na região. Tiveram os habitantes de lutar contra as feras e os índios botocudos, que ocupavam tôda a zona, chegando mesmo a atacar as turmas de construção da Estrada de Ferro São Paulo—Rio Grande, cujos trilhos alcançaram Caçador em 1910. A estrada de ferro atraiu grande número de habitantes, vindos dos municípios vizinhos e, sobretudo, da zona colonial do Rio Grande do Sul, de origem italiana. A colonização do núcleo do Rio das Antas, pela Brazil-Railway Co., atraiu colonos teuto-brasileiros do litoral de Santa Catarina.

De 1914 a 1917 o território foi conflagrado com a campanha do Contestado e a luta entre as fôrças do exército e as hordas dos fanáticos destruiu o que havia de organizado na região com o incêndio de lugarejos inteiros.

Em 1917 com o acôrdo de limites entre o Paraná e Santa Catarina abriu-se um período de paz, que possibilitou o reinício das atividades da população. Em 1918 foi criada a Agência dos Correios.

Caçador fêz, a princípio, parte do distrito de Rio das Antas, município de Campos Novos e só foi elevado a distrito em 1923. As terras situadas à margem direita do Rio do Peixe e que pertenciam então ao município de Pôrto União, foram elevadas a distrito em 1928, com o nome de Santelmo. Em 1928 o casal Dante Mosconi fundou o Ginásio Aurora, hoje dirigido pelos Irmãos Maristas. A abertura da Estrada de Rodagem Caçador-Curitibanos em 1929 veio dar grande impulso à região com a chegada de grandes levas de imigrantes e a instalação de grande número de serrarias, devido às densas matas de pinheiros que cobriam tôda a zona. Em 1932, Caçador passou a distrito de Curitibanos, sendo finalmente elevado a município em 22 de fevereiro de 1934, com território desmembrado dos municípios de Pôrto União, Curitibanos, Campos Novos e Cruzeiro.

Em 25 de março de 1934 foi instalado o novo município com a posse do seu primeiro prefeito, Senhor Doutor Leônidas Coelho de Souza. Em 25 de maio do mesmo

Vista parcial da Avenida Rio Branco

ano foram criados os distritos de Caçador (sede), São Luís, Taquara Verde, Rio Prêto e Rio das Antas. A comarca de Caçador foi criada pelo Decreto estadual 698, de 5-11-1934 e instalada em 26-1-1935, sendo o seu primeiro Juiz de Direito, o Dr. Osmundo Wanderley da Nóbrega.

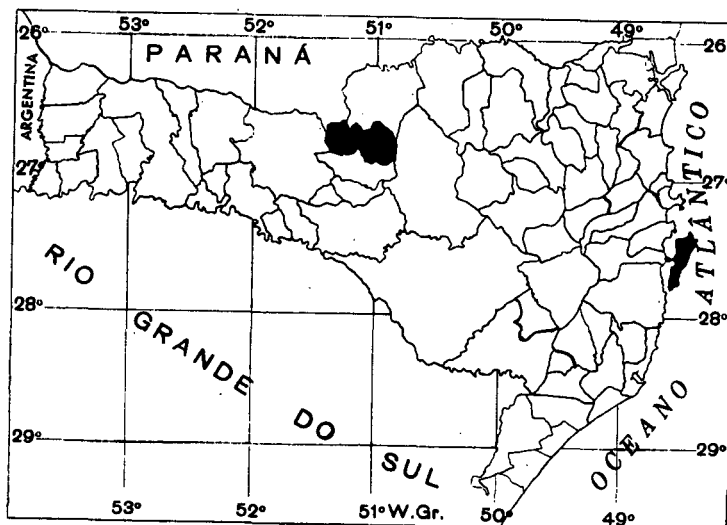
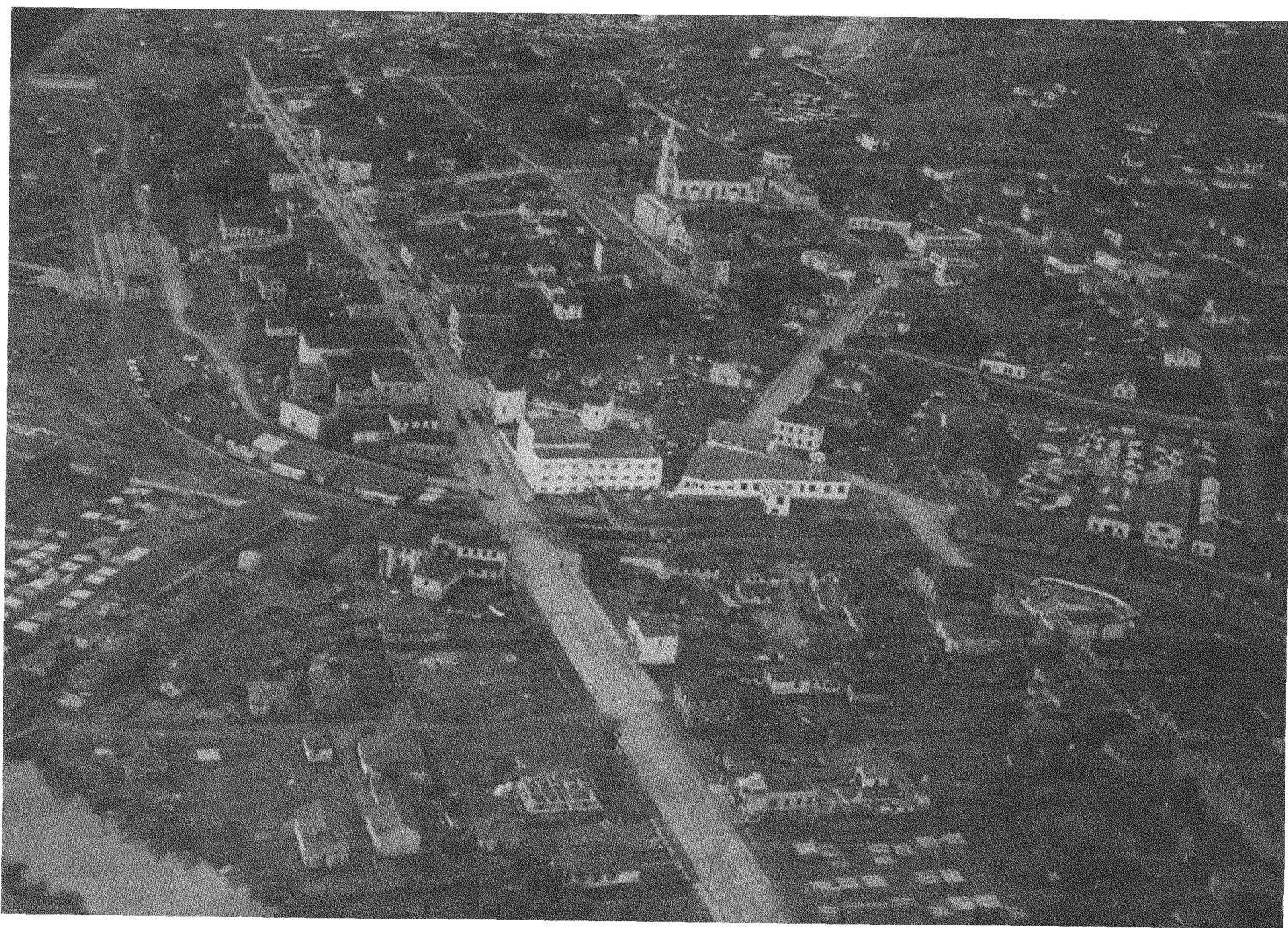
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito foi criado pela Lei municipal n.º 289, de 9 de janeiro de 1923, sob a denominação de Rio Caçador.

O município foi criado com território desmembrado dos municípios de Campos Novos, Cruzeiro, Pôrto União e Curitibanos, por fôrça do Decreto estadual n.º 508, de 22 de fevereiro de 1934, ocorrendo a instalação a 25 do mês seguinte.

O seu quadro administrativo e judiciário em 1.º-III-1958, era o seguinte: Comarca e Têrmo: Caçador. Distritos: Ipoméia, Macieira, Rio das Antas e Taquara Verde.

A atual legislatura foi instalada em 1956, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Dr. Carlos Alberto da Costa Neves, e constituída a Câmara Municipal com nove vereadores.

Pela Lei n.º 348, de 21-6-1958, da Assembléia Legislativa do Estado foi criado o Município de Rio das Antas.

LOCALIZAÇÃO — Caçador, localiza-se na zona fisiográfica do Rio do Peixe. A cidade fica às margens do Rio do Peixe e a 260 km em linha reta da Capital do Estado e possui as seguintes coordenadas geográficas: 26° 46' 31" de latitude sul e 51° 00' 46" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Vista parcial aérea da cidade

ALTITUDE — 888 metros na sede municipal, sendo o 66.º em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — Bastante frio no inverno, quando a temperatura vai até 0ºC, chegando a ser muito quente no verão, quando pode atingir 30ºC. Sujeito a geadas. As chuvas predominam no comêço da primavera, alcançando a precipitação anual quase 2 000 mm. A umidade vai mais ou menos a 80%.

ÁREA — A área do município é de 1 484 km², figurando em 17.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio do Peixe, não navegável, com profundidade não superior a 40 ou 50 centímetros, salvo alguns poços. Salto Bom Sucesso, com 25 metros de altura, potência de 300 H. P., explorado. Salto do Castelhano, com 22 metros, potência de 80 H. P., explorado. Pico da Taquara Verde, com 1 250 metros de altura, sendo o ponto mais elevado do município.

RIQUEZAS NATURAIS — a) *de origem mineral*: argila para tijolos e pedra para calçamento e construções; b) *de origem vegetal*: madeira de pinho e para lenha.

POPULAÇÃO — A população de Caçador, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 23 723 habitantes e tinha a seguinte composição: homens 12 095; mulheres 11 628; brancos 21 462; pardos 1 702; pretos 480; amarelo 1 e 78 pessoas não declararam a côr.

Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 12 817, 4 262 eram solteiras; casadas 7 979; viúvas 418; desquitadas 18 e 140 não declararam o estado conjugal. Existiam 401 estrangeiros e 127 brasileiros naturalizados. Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos, em número de 21 989. As outras religiões possuem adeptos em pequena escala.

A densidade era de 159 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 45.º lugar do Estado.

Localiza-se no quadro rural 66,1% da população, sendo esta percentagem, das menos elevadas no Estado, inferior à média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 28.º lugar com relação à população dos municípios do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 12.º lugar em população, em relação às demais cidades do Estado.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município de Caçador, em 1.º-VII-1958, era de 32 262 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São quatro as aglomerações urbanas do município: a cidade de Caçador, com 6 828 habitantes (3 336 homens e 3 492 mulheres). As vilas: Rio das Antas, com 1 035 habitantes (513 homens e 522 mulheres); Taquara Verde, com 169 habitan-

Outro aspecto parcial da Avenida Barão do Rio Branco

tes (80 homens e 89 mulheres); e Ipoméia, com 15 691 habitantes (8 166 homens e 7 525 mulheres), conforme o Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu, no ano de 1955, a Cr$ 209 687 054,00. O município assenta sua economia, principalmente, na extração e beneficiamento da madeira de pinho. A produção de caixas de madeira desarmadas atingiu no ano de 1955 a 47 091 m³, valendo Cr$ 87 817 430,00; seguindo-se pinho serrado, pranchões e tábuas, etc. (91 128 m³, no valor de Cr$ 51 830 201,00); papelão (997 683 kg, no valor de Cr$ 9 976 832,00); madeiras laminadas (4 165 m³, no valor de Cr$ 7 424 500,00); banha de porco refinada ou não (167 480 kg, no valor de Cr$ 5 526 840,00).

Dos 100 estabelecimentos industriais, 44 dedicam-se à extração de madeira.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) 13% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: trigo, milho, feijão (grão), batata-doce, alfafa, abóbora, alho, cevada, batatinha, aipim, melancia, centeio, tomate, arroz, aveia (grão), amendoim, fava e ervilha; como culturas permanentes: uva, marmelo, maçã, figo, pêssego, pêra, caqui e noz européia. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 109 198 775,00. A população pecuária foi avaliada, no ano de 1956, em Cr$ 109 183 200,00. A percentagem da população ativa na indústria é de 9%.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência a 1957:

a) de origem mineral: tijolos (495 milheiros, no valor de Cr$ 495 000,00); alicerces (1 220 m³, no valor de Cr$ 360 000,00); pedra para pavimentação de estrada (550 toneladas, no valor de Cr$ 165 000,00);

b) de origem vegetal: dormentes (46 700 unidades, no valor de Cr$ 1 892 000,00); madeira (105 460 m³, no valor de Cr$ 8 199 700,00); lenha (161 000 m³, no valor de Cr$ 8 050 000,00);

c) de origem animal: peixe fresco (6 120 kg, no valor de Cr$ 183 600,00); mel de abelha silvestre (5 850 kg, no valor de Cr$ 57 500,00); carne de animal silvestre (1 420 kg, no valor de Cr$ 42 600,00).

No tocante a produtos transformados de origem animal ou não, a produção atingiu, em 1956, o valor de Cr$ 37 173 693,00, sendo os principais produtos: banha (352 000 kg, no valor de Cr$ 11 963 500,00); leite (1 433 000 litros, no valor de Cr$ 7 715 000,00); lingüiça (128 650 kg, no valor de Cr$ 5 081 750,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se mais de trezentos e trinta estabelecimentos comerciais (5 atacadistas e 336 varejistas); a Agência do Banco do Brasil S.A., Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO), Banco Nacional do Comércio S.A., e uma Agência do Banco Catarinense, Sociedade Cooperativa Central de Crédito Agrícola.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 3 emprêsas rodoviárias para passageiros, 9 emprêsas rodoviárias para carga e 1 emprêsa ferroviária para passageiros e cargas, a Viação Férrea Paraná—Santa Catarina.

Dista a cidade cêrca de 465 km da Capital do Estado por rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por rodovia: 121 km até a cidade de Joaçaba; 49 km até Videira; 114 km até Curitibanos; 104 km até Pôrto União e 157 km até Palmas, no Estado do Paraná. Por ferrovia, dista 129 km de Pôrto União; 98 km até Tangará; 141 km até Joaçaba e Videira 65 km.

Na cidade funciona uma Agência Telegráfica da Viação Férrea Paraná—Santa Catarina, uma estação de rádio da Polícia Militar do Estado e uma Agência Telefônica para uso público, da Companhia Telefônica Catarinense.

No interior do município funcionam uma Agência Postal e uma Postal Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, cinco Agências Telegráficas da Viação Férrea Teresa Cristina e uma Agência Telefônica para uso público, da Companhia Telefônica Catarinense.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Caçador possui 6 828 habitantes, sendo a 12.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina, e conta com 97 logradouros públicos, sendo 8 totalmente pavimentados e 12 parcialmente pavimentados. É servida de luz elétrica, com 1 491 ligações domiciliares. Os edifícios mais importantes são: Igreja Matriz, Grupo Escolar "Paulo Schieffer", Estação Ferroviária, Moinho Santo André, Hotel Avenida, Edifício Gatermann, Colégio Nossa Senhora Aparecida.

A cidade conta com 6 hotéis.

Granizo caído sôbre a cidade, no dia 16 de outubro de 1958, atingindo até 0,60 m de altura

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária no município é prestada à população por 5 médicos, 9 dentistas, 7 farmacêuticos e 1 auxiliar de saúde.

Um Pôsto de Saúde, 1 Hospital, 1 Pôsto de Puericultura e 1 Ambulatório servem à população com assistência médica em geral. Existem 5 farmácias no município.

ASILOS E RECOLHIMENTOS — Na cidade existe o Albergue Índio Ubirajara.

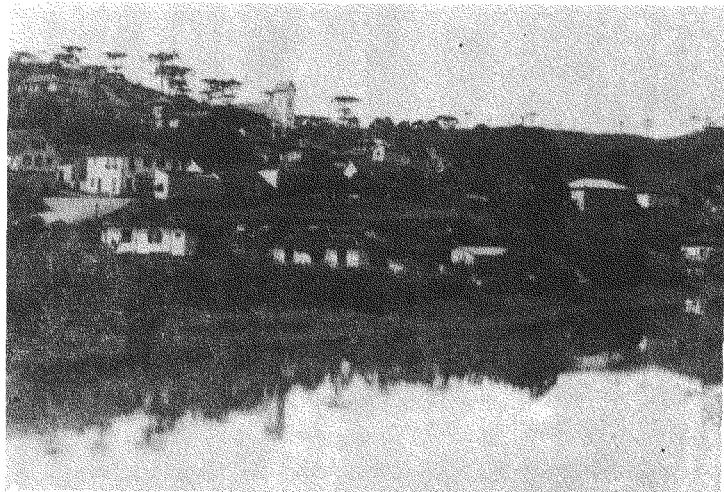
COOPERATIVISMO — Na cidade funciona uma Agência do Banco Catarinense Sociedade Cooperativa Central de Crédito Agrícola, instalada em 1956, com 148 sócios.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 19 389 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 11 524, ou seja 59,4%, sabiam ler e escrever. Dêsse total 6 239 eram homens e 5 285 mulheres. Na sede municipal, das 5 727 pessoas de cinco anos e mais, 4 425 sabiam ler e escrever, sendo 2 249 homens e 2 176 mulheres.

Ensino — Em 1956 funcionaram, na cidade e no resto do município 84 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 3 937 alunos, assim distribuídas: Pré-primário, 1 unidade com 43 alunos; Fundamental Comum, 77 unidades com 3 776 alunos; Fundamental Supletivo, 2 unidades com 41 alunos e Complementar, 4 unidades com 77 alunos.

No tocante a ensino extraprimário, funcionaram no município os seguintes estabelecimentos: Ginásio Aurora (Curso Ginasial); Escola Técnica de Comércio Catarinense (Curso Técnico Comercial); Escola Técnica de Comércio Aparecida (Curso Técnico Comercial); Escola Normal Nossa Senhora Aparecida (Curso Normal); Ginásio Nossa Senhora Aparecida (Curso Ginasial); Instituto São Francisco de Sales (Curso Ginasial); dois Cursos Normais Regionais; um de Música; um de Bordados e Flôres e a Escola Profissional Feminina Irineu Bornhausen, com Curso de Corte e Costura.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Quatro são as associações culturais, e tôdas dedicadas às atividades esportivas.

No Município funcionam dois cinemas: "Cine Luz" (com 800 lugares) e "Cine Mundial" (com 140 lugares), um jornal e uma radiodifusora.

Vista parcial da vila de Rio das Antas

Margens do rio do Peixe, sob a neve.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	2 271	5 712	1 967	1 186	2 077
1951	3 522	7 070	3 116	1 859	3 116
1952	6 698	9 423	3 719	1 885	3 576
1953	6 631	10 533	4 430	1 972	3 972
1954	9 561	14 692	6 072	2 158	6 673
1955	16 044	19 729	7 248	2 740	7 333
1956	24 135	29 031	9 135	2 599	10 872

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Na cidade existem dois monumentos, um dedicado ao Dr. Getúlio Vargas e o outro ao Dr. Herculano Coelho de Souza, primeiro médico de Caçador.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal festa religiosa é a de São Francisco de Assis, padroeiro do município, comemorada a 4 de outubro e que atrai grande leva de população.

Também a data da Independência do Brasil é devidamente festejada.

Característica de qualquer festividade, é o churrasco, de tipo gaúcho, introduzido na região pelos colonizadores vindos do Rio Grande.

No que diz respeito a cultos, registram-se os seguintes em Caçador:

Culto Católico Romano: Paróquia de São Francisco de Assis, com 7 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, 22 capelas públicas e 2 semipúblicas. Paróquia de Santo Antônio, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz e 4 capelas públicas. Paróquia de Santa Isabel, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz e 6 capelas públicas.

Culto Protestante: Igreja de Deus, Igreja Batista, Igreja Evangélica, Assembléia de Deus, Comunidade Evangélica Luterana do Brasil-Sínodo Rio-grandense e Igreja Metodista do Brasil.

Culto Espírita: Núcleo Espírita "Índio Ubirajara".

As principais efemérides são:

25 de março — instalação do município — 1934.

4 de outubro — festa de São Francisco de Assis — padroeiro da paróquia.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "caçadorenses". Caçador, segundo a tradição, foi o nome dado por Francisco Corrêa de Melo, em virtude da abundância de caça encontrada na região.

Caçador é sede de Comarca e Têrmo, com cinco distritos judiciários: Caçador, Macieira, Taquara Verde, Rio das Antas e Ipoméia. O eleitorado é de 7 639 eleitores.

Em 31-XII-1957, existiam os seguintes veículos no município:

a) veículos a motor: automóveis, 98; jipes, 42; ônibus e micro-ônibus, 14; camionetas, 93; motociclos, 8; caminhões, 332; tratores, 53;

b) veículos a fôrça animada: Carros de 2 ou 4 rodas, 14; bicicletas, 120; carroças de 4 rodas, 950.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

CAMBORIÚ — SC

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — O povoamento do município teve início em 1758, quando alguns colonizadores, procedentes de Pôrto Belo, entre êles Baltazar Pinto e Antônio Rosa se estabeleceram no local a que inicialmente foi dado o nome de Nossa Senhora do Bonsucesso, e que mais tarde passou a denominar-se "Barra".

Com a vinda de exploradores, começou o desenvolvimento da povoação, tendo sido construídas as primeiras moradias e iniciadas as primeiras plantações e criações de gado.

Há referência de que o município já possuiu uma tribo indígena, os Botocudos, que se achava localizada na Serra Alegre, cujo desaparecimento parece haver ocorrido em princípios do ano de 1840.

No devassamento do território do município não houve contribuição do elemento negro.

Após a penetração dos primeiros colonizadores, fixaram-se no local também colonos da Ilha de Santa Catarina e Itajaí. A principal causa do povoamento inicial da sede da comuna foi a fama de que gozava a região, não só pela fertilidade do solo como pelo seu clima exuberante. Foi esta igualmente uma das razões que deu origem a que o colonizador Tomaz Francisco Garcia, em 1836, para o local se dirigisse acompanhado da família e alguns escravos, e com sua comitiva começasse a trabalhar para maior desenvolvimento do povoado. Originou-se daí a antiga denominação "Garcia", pela qual era a povoação conhecida.

Os primeiros colonos foram nacionais, sendo que só mais tarde foram introduzidos colonizadores de outras nacionalidades. Atualmente são ainda bem reduzidos os núcleos de colonizadores estrangeiros, compostos em sua maioria de italianos e alemães. Êsses núcleos apresentam, no entanto, grau de prosperidade muito promissor, havendo perfeito entrosamento de convivência com os nacionais, conservando sua religião e parte de seus costumes de origem, havendo, entretanto, com exceção de poucos, adotado a língua falada pelos nacionais.

Há na atual população brasileira do município predominância dos costumes, formas de sentimentos, de ação,

Praça Dr. Adolfo Konder

recursos técnicos, etc. de seus antepassados, embora se note que estas características, em face do progresso do município e influência estrangeira, estejam desaparecendo gradativamente.

Só em princípios de 1880, o município começou a apresentar condições de capacidade para a vida política e autonomia administrativa, com o desenvolvimento da lavoura, em conseqüência da afluência de camponeses vindos dos vizinhos municípios de Itajaí e Pôrto Belo e da Ilha de Santa Catarina.

O distrito foi criado pela Lei provincial n.º 292, de 26 de abril de 1849, sob a invocação de Nossa Senhora do Bonsucesso de Camboriú. Foi seu primeiro vigário o Padre Francisco de Assis Braga.

Na administração do Dr. Francisco Luiz da Gama Rosa, Governador da Província, o município foi elevado à atual categoria, pela Lei n.º 1 076, de 5 de abril de 1884, ocorrendo a sua instalação a 15 de janeiro de 1885.

Anteriormente à sua autonomia, o município de Camboriú integrava o de Pôrto Belo, passando mais tarde a pertencer ao município de Itajaí até 1884 quando se deu o seu desmembramento.

Em 1876, foi criada a primeira repartição pública, o Cartório do Registro Civil, seguindo-se, as demais, na seguinte ordem cronológica: Escola Primária, em 1850, sob a orientação do Prof. Laureano Pacheco da Costa; Agência Postal, em 1830; Estação Telegráfica, em 14 de março de 1903; Coletoria Estadual, em 1895, sendo o primeiro Coletor o Major Manoel Cirino de Vasconcelos e escrivão o Sr. Rodolfo da Silva Simas, e finalmente a Coletoria Federal.

As agremiações políticas que existiram no município foram as dos Conservadores e Liberais, destacando-se entre seus associados mais notáveis os conservadores Marcelino Bernardes, João Borges e Augusto Feijó e os liberais Manoel Anastácio Pereira, Joaquim José Rebelo e Antônio Maria de Souza.

A municipalidade teve como primeiro Prefeito Manoel Anastácio Pereira, que tomou posse do cargo em 1884.

As primeiras eleições municipais se realizaram em 1885.

Joaquim da Silva Santos, Manoel Borges e Joaquim José Rebelo foram os componentes da primeira Câmara

Trecho do centro urbano da cidade

Municipal que teve como presidente o Prefeito Manoel Anastácio Pereira.

Os principais fatos históricos ocorridos no município foram a sua criação em 5 de abril de 1884, e a mudança da sede do local Barra para o atual, em 4 de fevereiro de 1890, pelo General Lauro Severiano Müller.

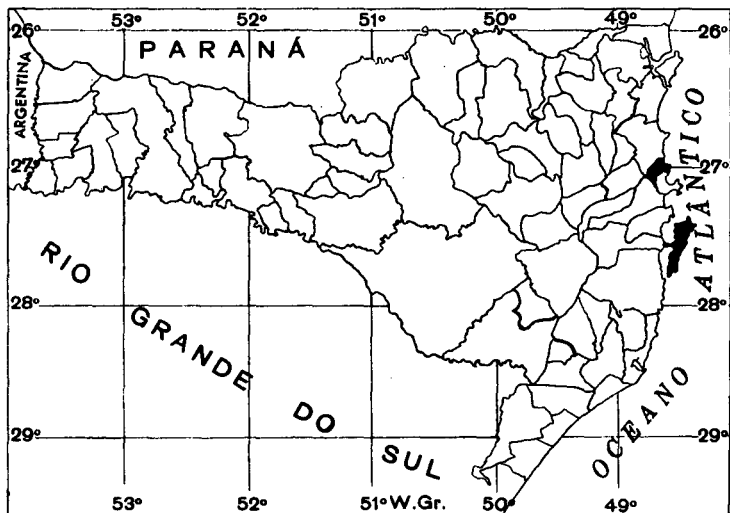
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito de Camboriú foi criado pela Lei provincial número 292, de 26 de abril de 1849.

O município o foi pela Lei provincial n.º 1 076, de 5 de abril de 1884, com território desmembrado de Itajaí, tendo sido instalado a 15 de janeiro de 1885.

Camboriú pertence à Comarca e Têrmo de Itajaí e é constituído apenas pelo distrito da sede.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Acácio Bitencourt e constituída a Câmara Municipal com 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Camboriú localiza-se na zona fisiográfica de Florianópolis. A cidade fica a 64 km, em linha reta, da Capital do Estado, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 26° 59' 50" de latitude sul e 48° 39' 30" de longitude W. Gr.

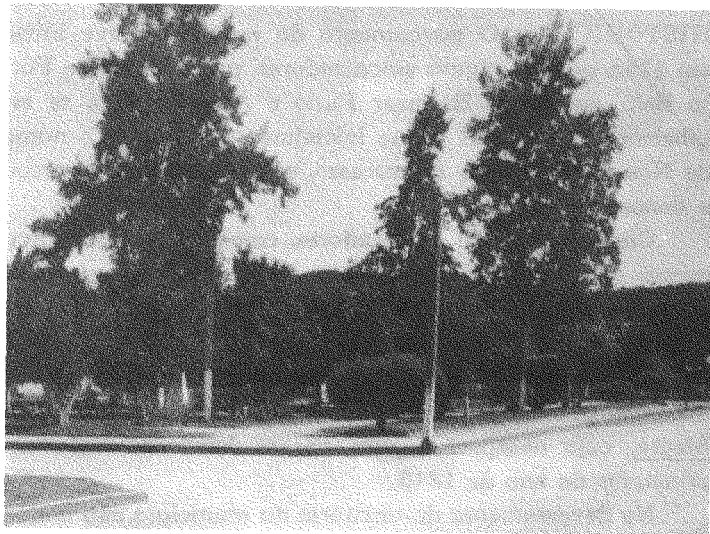
Embora sem obedecer a nenhuma planificação racional, suas ruas são largas e retas, proporcionando bom aspecto e fácil escoamento, ao trânsito de veículos.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal se eleva a 9 metros do nível do mar, sendo a 14.ª em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — No verão o clima é quente, não se observa o rigor de frio excessivo no inverno, nem demasiado calor no verão. As chuvas são mais freqüentes na estação quente, sendo, então, comuns as trovoadas. São raríssimas as geadas.

A média de temperatura é de 20,0 graus centígrados. As zonas de melhor clima no muncípio são as de Salto e Braço.

ÁREA — O município tem a superfície de 185 km², figurando em 72.º lugar em relação às áreas das demais comunas e como o menor município em área, no Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O rio Camboriú se apresenta como principal acidente geográfico. Confluente do Itajaí-Mirim, o rio Camboriú se estende a 40 km rumo a êste até lançar-se no Oceano, ao norte da Ponta que lhe dá o nome. Aproximadamente 13 km de extensão, desde a sua foz, são navegáveis. Outros acidentes geográficos: o Salto do Gavião, com 42 metros de altura, potência de

Praça Nereu Ramos

134 H.P. e o volume de 320 litros por segundo; Salto dos Pilões, com 32,86 metros de altura, potência de 105 H.P. e o volume de 320 litros por segundo: Ilha de Floriano, a 800 metros da Praia de Camboriú; Pico do Valério, com 500 metros de altura; Serra do Areal, com 350 metros de altura; Serra d'Anta, com 300 metros e Serra do Caeté, com 260 metros de altura.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — Entre as riquezas de origem mineral, mereceu destaque o mármore, cujas principais jazidas se localizam nas regiões de Congonhas, Cedro, Macacos, Braço, João da Costa e Alegres; os calcários, extraídos das rochas que se acham espalhados por todo o município e que se prestam admiràvelmente ao fabrico de cal; o granito, a argila, o ferro, o manganês, o cristal de rocha e a grafita.

Constituem as principais riquezas extrativas de origem vegetal as madeiras em geral, sendo que no município existe regular reserva de matas ainda não exploradas.

Os peixes se apresentam como a principal riqueza animal. A costa marítima é exuberantemente piscosa, sendo a pesca praticada em grande escala, com fins comerciais.

Praia de Camboriú

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento de 1950, a população do município atingia 9 248 habitantes, assim composta: homens — 4 724; mulheres — 4 524; brancos — 8 756; pardos — 73; pretos — 404; e 15 não declararam a côr. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 5 237, 1 858 eram solteiras; 2 925, casadas; 449, viúvas, e 5 não declararam o estado conjugal. Quanto à nacionalidade, 20 eram estrangeiros e 10 brasileiros naturalizados. Com referência à crença religiosa, predominava a Católica Romana, com 8 534 adeptos. Seguem-se outras crenças com adeptos em pequena escala. A densidade da população era de 50,2 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 7.° lugar no Estado. Predomina no município a população rural, com 80,1% localizados nessa zona, superando a média da população rural no Estado de Santa Catarina que atinge a porcentagem de 76,4%. O município situa-se em 59.° lugar com relação à população dos municípios do Estado.

A zona citadina, no entanto, coloca-se em 35.° lugar em população relativamente às demais cidades do Estado, com 1 835 habitantes.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população de Camboriú, em 1958, atingia 10 776 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — À época do último Recenseamento Geral, existia no município apenas uma aglomeração urbana — a cidade de Camboriú — com 1 835 habitantes, sendo 925 homens e 910 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial alcançou no ano de 1955, a cifra de Cr$ 3 316 952,00.

O município assenta sua economia principalmente, no comércio. A produção de telhas francesas atingiu, no ano de 1955, 690 milheiros, no valor de Cr$ 1 173 000,00; seguindo-se a de mármore, com 621 toneladas, no valor de Cr$ 935 952,00 e a produção de tijolos em geral, exclusive os refratários, que atingiu a 810 milheiros, no valor de Cr$ 648 000,00; cal, com exceção da cal de marisco, atingindo 560 toneladas, no valor de Cr$ 560 000,00.

Dos 7 estabelecimentos industriais existentes, 4 dedicam-se à produção de tijolos, 2 à produção de cal e 2 à de mármore e ardósia.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 20% ocupam-se no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, podemos citar: arroz (em casca), mandioca, cana-de-açúcar, milho, aipim, feijão (grão), batata-doce, alho, cana de forragem, melancia, tomate, abacaxi, amendoim (com casca); como culturas permanentes: café, banana, laranja, bergamota, uva e abacate.

O valor da produção agrícola, em 1957, foi de .... Cr$ 46 761 325,00. A produção pecuária foi avaliada, em 1956, em Cr$ 21 607 100,00.

Na apuração do registro industrial de 1954, destacaram-se os ramos "minerais não metálicos transformados" (52%), "extrativas minerais" (30%) e "madeira" (11%).

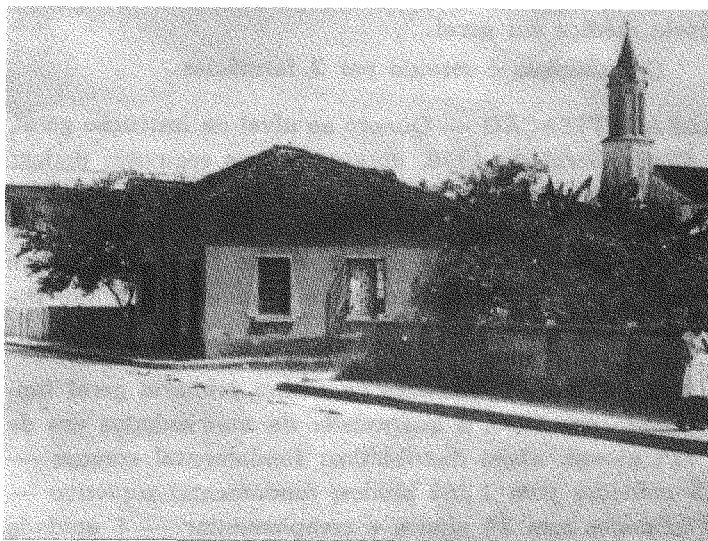
O valor da produção industrial, em 1956, atingiu à cifra de Cr$ 2 812 000,00.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística local, eram os seguintes os principais produtos, no ano de 1957:

a) de origem mineral: areia (10 100 toneladas, no valor de Cr$ 404 000,00), cal de pedra (150 000 kg, no valor de Cr$ 150 000,00), cal de pedra queimada .... (730 000 kg, no valor de Cr$ 292 000,00);

b) de origem vegetal: lenha (135 200 m^3, no valor de Cr$ 8 788 000,00), camarão sêco (22 000 kg, no valor de Cr$ 880 000,00); peixe fresco (147 000 kg, no valor de Cr$ 2 214 300,00).

No que tange a produtos transformados ou não de origem animal, a produção atingiu, em 1956, o valor de ... Cr$ 1 166 253,00, sendo os principais produtos: ovos ... (62 795 dúzias, no valor de Cr$ 941 925,00); leite ... (28 120 litros, no valor de Cr$ 112 480,00); couros e salgados de bovinos (4 410 kg, no valor de Cr$ 44 100,00).

COMÉRCIO E BANCOS — No setor comercial, mais de 100 são os estabelecimentos existentes, dos quais 9 se dedicam ao comércio atacadista e 93 ao varejista.

Trecho da Rua Coronel Benjamim Vieira

Hotel Miramar

A Agência do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. apresenta-se como um dos mais importantes estabelecimentos comerciais do município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Seis emprêsas rodoviárias fazem o transporte de passageiros.

A cidade de Camboriú se acha a 89 km da Capital Catarinense, por rodovia, e, respectivamente, a 17 km, 56 km, 35 km e 25 km, das cidades de Itajaí, Brusque, Tijucas e Pôrto Belo.

Conta a sede municipal com uma Agência Postal e uma Postal Telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos, e uma Agência Telefônica de uso público da Companhia Telefônica Catarinense.

ASPECTOS URBANOS — Dos 31 logradouros públicos existentes, 1 se acha inteiramente pavimentado e 4 apenas parcialmente.

A cidade possui serviço de iluminação elétrica, com 610 ligações domiciliares.

Distinguem-se como edifícios mais importantes do lugar: a Igreja Matriz, a Prefeitura Municipal, o Grupo Escolar "Professor José Arantes", a Agência do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. e o Cine Camboriú.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — No setor de assistência médica, 1 dentista e 2 farmacêuticos prestam serviços à população, além do Pôsto de Saúde, com assistência médica em geral.

O município é servido por 2 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Quanto ao nível de instrução geral, o Censo Geral de 1950, apresentava os seguintes dados: entre 7 548 pessoas de 5 anos e mais, 3 381, ou seja 44,7%, sabiam ler e escrever. Dêsse total, 1 836 eram homens e 1 545 mulheres. Na sede municipal, das 1 502 pessoas (de 5 anos e mais), 853 sabiam ler e escrever, sendo 450 homens e 403 mulheres.

Ensino — Nas 29 unidades de ensino primário geral funcionando em 1956, a quantidade de matriculados era de 1 315 alunos, assim distribuídos: fundamental comum — 25 unidades com 1 252 alunos; fundamental supletivo — 3 unidades com 34 alunos e complementar — 1 unidade com 29 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funciona na cidade o Cine Camboriú, com capacidade para 250 espectadores, e a Rádio Miramar Sociedade Limitada.

FINANÇAS PÚBLICAS — As finanças públicas no município apresentaram a seguinte situação, no período de 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	322 555,10	393 266,70	376 054,80	443 538,90
1951	—	440 784,60	531 668,70	510 508,70	529 595,10
1952	—	460 267,60	557 140,00	420 675,00	477 346,00
1953	—	592 409,60	1 135 795,20	1 099 295,20	1 001 438,60
1954	—	772 919,00	1 100 470,00	1 057 670,00	401 266,00
1955	—	958 743,80	1 217 215,80	1 155 270,80	1 412 790,00
1956	145 558,20	1 544 252,60	1 593 407,90	1 554 607,90	1 447 410,40

OBSERVAÇÕES: A Coletoria Federal criada pela Lei n.º 2 584, de 1.º-IX-1955, foi instalada em 14-VII-1956.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Funciona o culto católico romano na Paróquia do Divino Espírito Santo, com 1 sacerdote, a Igreja Matriz e 10 capelas públicas.

O culto protestante é prestado nas Igrejas: Presbiteriana (com 4 templos), Evangélica, Assembléia de Deus e Congregação Batista de Camboriú.

A mais importante comemoração religiosa realizada na cidade é a festa do Divino Espírito Santo, padroeiro do município, que se realiza geralmente no mês de junho. A festividade tem como característica principal a tradicional Coroação do Imperador, realizada em missa dominical solene, na Matriz. Após a Santa Missa, "Sua Majestade" acompanhado da "Imperatriz", das irmandades religiosas, da banda de música e de enorme massa popular, dirige-se à "Casa do Império", onde permanece por algumas horas, a fim de receber cumprimentos do povo.

À noite, o cortejo retorna à Matriz, para assistir ao encerramento das festividades, realizando-se novena solene, sendo proclamados, no final, os novos festeiros para o ano seguinte. Na noite do encerramento há queima de artísticos fogos de artifício.

Essa tradicional festividade é sempre precedida de novenas. Após estas, têm lugar leilões, quermesses, jogos, barraquinhas, etc.

É grande a afluência de católicos do interior do m... cípio e de municípios vizinhos.

Também na Capela de Barra realiza-se, anualmente, no dia 15 de agôsto, a Festa de Nossa Senhora do Bonsucesso, padroeira da localidade. Os festejos têm início no dia 6, com novenas, leilões, quermesses, barraquinhas, etc., e terminam no dia 15, com missa solene, pela manhã, e concorrida procissão à tarde.

São muito animados e apreciados os bailes de carnaval e as tradicionais fogueiras e bailes, particulares, por ocasião das festas juninas.

Como folclore, registram-se os bailes de gaita, o Boi de Mamão, na época de carnaval e a brincadeira do "boi na vara", por casião da Páscoa. Deram origem a êstes costumes, modas e usos ainda hoje existentes, os negros e portuguêses.

Comemoram-se, como principais efemérides o 5 de abril, Dia do Município, a oitava (segunda-feira) do Espírito Santo, padroeiro da Paróquia, e as datas cívicas mais importantes.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar receberam o patronímico de camboriuenses.

Ocorrem divergências a respeito da origem da designação de "Camboriú".

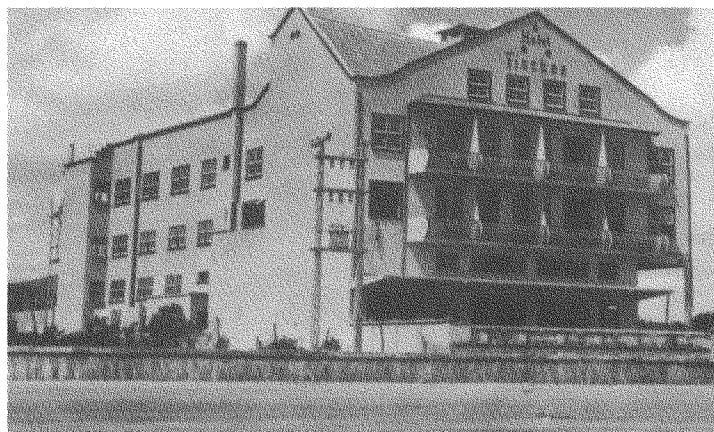
Lucas Boiteux, citando Theodoro Sampaio, anota a proveniência de *camby* (leite) + ri (correndo) + y (água do rio), donde a expressão "rio onde corre o leite".

José Boiteux, em seu "Dicionário Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catarina" afirma que "a palavra Camboriú é indígena e significa rio das *camboas*". *Camboa* seria, *apud* L. Freire, "o mesmo que "gamboa", ou seja, "lugar em que remansa a água dos rios, dando a aparência de lago tranqüilo". Não há referência ao vocábulo "camboa" ou sua origem, nos dicionários tupi-guaranis. C. Figueiredo anota como proveniente do latim "cambiore". Na monografia do Departamento Estadual de Estatística está registrado: "o rio tem pouca correnteza, deslizando em terras férteis", o que corrobora a afirmação relativa às *camboas*.

Em sua "Memória Política", Paulo Brito registra Cambariguassu, Cambariquassu e Cambarigúassu, o que sugere a possibilidade da proveniência *camburu* (*apud* Montoya: chaparro ou sobro — árvore de pequena altura, cuja madeira serve para lenha) e guassu (grande).

Há, ainda, quem atribua a origem do nome a uma grande curva do rio, isto é, o lugar onde "camba o rio" e, daí, Camboriú.

Camboriú, juntamente com o município de Itajaí, compõem a Comarca e Têrmo de Itajaí.

Balneário Municipal

Hotel Fischer

O eleitorado de Camboriú, em 1958, atingia 3 201 eleitores.

Em 31 de dezembro de 1957, existiam os seguintes veículos no município: a motor — 13 automóveis, 1 jipe, 4 ônibus e micro-ônibus, 18 camionetas, 5 motociclos, 33 caminhões e 2 tratores; 17 carros de tração animal (de 2 ou 4 rodas), 451 bicicletas e 448 carroças (de 4 rodas).

O balneário de Camboriú constitui um dos mais importantes centros de atração turística do Estado, com a afluência de veranistas de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, e, também, do Rio de Janeiro. É intenso o movimento de banhistas.

A praia de Camboriú, de mar grosso, possui aproximadamente 8 km de extensão.

Acham-se ali localizados, entre outros, os seguintes estabelecimentos: 7 hotéis, destacando-se o Hotel Fischer e o Balneário Camboriú, com capacidade para 110 hóspedes, e o Hotel Miramar; diversos restaurantes: Marilus e Terraço Boa Vista, com modernas instalações e pistas para dança, e Shangri-lá; o Iate Clube, recém-construído; a casa de veraneio dos Padres Franciscanos de Blumenau, com capela onde os veranistas assistem aos ofícios religiosos, e 1 Agência do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

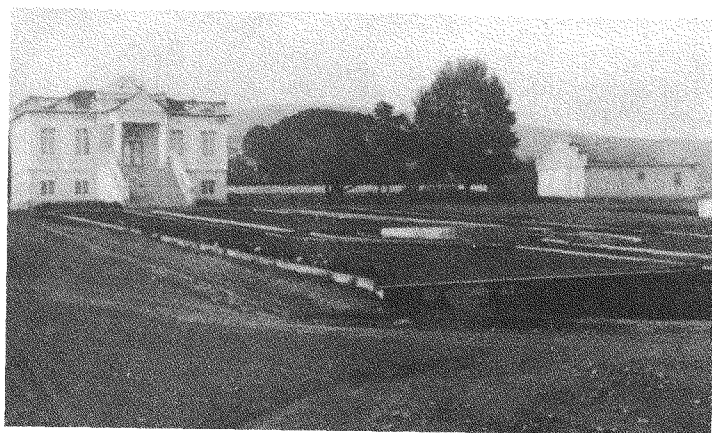
CAMPO ALEGRE — SC

Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — O Município de Campo Alegre originou-se da abertura da Estrada D. Francisca, no ano de 1858. Esta estrada foi construída com o intuito de alcançar a cidade de Curitiba, sendo, entretanto, mudada posteriormente sua rota, em demanda do Rio Negro.

Entre os primeiros povoadores de Campo Alegre, destacam-se Francisco dos Reis Carneiro, Amâncio Alves Correia, Joaquim Machado dos Santos, Manoel Soares, José Soares e Anastácio Prêto de Chaves.

Em 1876, novos colonos se juntaram a êstes, comprando os lotes de terra, que faziam parte do território contestado pelo Estado do Paraná.

Foi muito discutida a questão de limites dêste Município com o Paraná. Os povoadores de Campo Alegre, em maior parte filhos do Paraná, pugnavam para que o lado

Prefeitura Municipal

"para cá do rio" fôsse catarinense. Neste ponto, foram pelo trajeto apresentado pelo Dr. Joaquim Augusto do Livramento, que fixava a linha de demarcação pelo rio Saí-Guaçu, Negro e Iguaçu.

Assim, a imposição da divisa pela serra do Mar provocou descontentamento geral entre os habitantes, pois seu território ficava enquadrado dentro do Estado do Paraná.

Mas, pelo que demonstram os fatos, Santa Catarina nunca deixou de considerar Campo Alegre como seu, incluindo, respectivamente, nas comarcas de Joinvile e Serra Alta.

O mesmo acontecia com o Estado do Paraná. No quilômetro 53 da Estrada D. Francisca há um Pôsto Fiscal (barreira) que é a divisa natural entre os dois Estados.

O primeiro negociante que se estabeleceu em Campo Alegre, foi o Coronel Bueno Franco. A êste juntaram-se Olímpio de Oliveira, Augusto Schroeder e outros.

Nesta época, o Município tornou-se mais importante. O comércio teve grande atividade e dentro da vila já se contavam 12 casas comerciais. Todo o movimento comercial do norte do Estado, assim como do sul e interior do vizinho Estado do Paraná, e que era enorme, obrigatòriamente passava por esta cidade, em trânsito pela estrada de rodagem D. Francisca.

Com a abertura de novas vias de comunicação entre Santa Catarina e o Paraná, que desviaram quase que totalmente o comércio de Campo Alegre, o município foi decaindo. Os "Postos Fiscais", ao longo do Rio Negro, faziam cobrança de impostos de exportação e importação, o que igualmente ajudou a desviar o comércio.

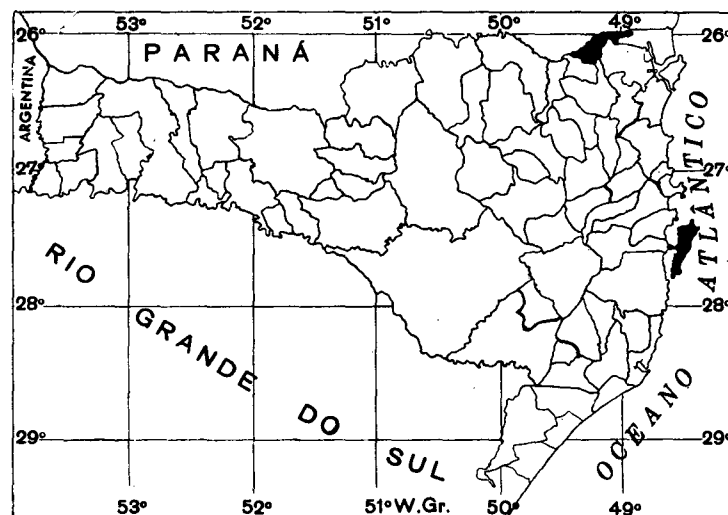
Anos após, grande parte da população do Município, constituindo famílias inteiras, debandou em busca de novos núcleos de colonização, especialmente, para Ouro Verde, hoje Canoinhas e para Rio Negrinho.

O distrito de Campo Alegre foi criado pela Lei provincial n.° 1 240, de 23 de outubro de 1888. O Município o foi com território desmembrado do de São Bento do Sul, por efeito da Lei estadual n.° 244, de 17 de outubro de 1896, ocorrendo a instalação a 18 de março do ano seguinte.

O Município, desde sua criação, é formado apenas pelo distrito da Sede.

Campo Alegre é subordinado à Comarca e Têrmo de São Bento do Sul. Em 1.°-III-1958, o Município era constituído apenas pelo distrito da Sede.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Eugênio Herbst e constituída a Câmara Municipal com 7 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Campo Alegre localiza-se na zona fisiográfica de Canoinhas. A cidade fica a 168 km em linha reta da Capital do Estado, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 26° 12' 48" de latitude sul e 49° 15' 12" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 870 metros na Sede Municipal, sendo a 65.ª cidade em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — O clima é sêco e saudável. Frio no inverno, indo até menos de 0°C. No inverno são comuns as geadas, tendo as chuvas ligeira predominância no verão. A precipitação anual varia de 1 500 a 2 000 mm.

ÁREA — A área do Município é de 490 km², figurando em 60.° lugar em relação às demais áreas das demais comunas, sendo, portanto, dos menores municípios do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Turvo e rio Postema que nascem na serra do Mar e desembocam no rio Negro. Serras do Mar e de São Miguel. Cascata de Campo Alegre, com 37 metros de altura, no rio Turvo.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — De origem vegetal: Erva-mate e madeiras em geral.

POPULAÇÃO — A população de Campo Alegre, segundo o Recenseamento de 1950, era de 5 345 habitantes e tinha a seguinte composição: homens 2 713; mulheres 2 632; brancos 5 143; pardos 13; pretos 138; amarelos 2, e 49 não declararam a côr. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 3 007, 897 eram solteiras, 1 915 casadas, 144 viúvas, 6 desquitadas, e 45 não declararam o estado conjugal. Existiam 34 estrangeiros e 13 brasileiros naturalizados. Em religião, predominaram os que se declararam católicos romanos, em número de 4 897; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade era de 10,9 habitantes por km², ocupando o 55.° lugar no Estado. Da população, 87,1% localiza-se no quadro rural, sendo esta percentagem das mais elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina,

que é de 76,4%. Situa-se em 69.º lugar em relação à população dos municípios do Estado, sendo dos municípios menos populosos de Santa Catarina.

A cidade, todavia, ocupa o 63.º lugar em população, em relação às demais cidades do Estado. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do Município, em 1958, era de 6 694 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Há uma aglomeração urbana no Município — a cidade de Campo Alegre, com 684 habitantes (330 homens e 354 mulheres), conforme dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu, em 1955, a Cr$ 7 020 563,00. O Município assenta sua economia, principalmente, na produção de fécula ou amido de milho maizena. A produção dêsse produto, atingiu, no ano de 1955, a 288 000 kg, no valor de Cr$ 2 880 000,00; seguindo-se cadarços 2 700 000 metros no valor de Cr$ 1 950 000,00; pinho serrado, pranchões, tábuas, etc. 1 832 m³ no valor de Cr$ 1 403 811,00; madeira escanchada, pinho serrado, tábuas 353 m³ no valor de Cr$ 306 552,00; cerveja 32 000 litros no valor de Cr$ 192 000,00.

Dos nove estabelecimentos industriais, 5 dedicam-se à produção de madeira serrada e 1 à produção de amido de milho.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) 22% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: batatinha, batata-doce, milho, trigo, centeio, feijão (grão), cebola, abóbora, melancia e alho; como culturas permanentes, temos: maçã, pêra, uva, pêssego, marmelo e caqui. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 18 711 450,00. No ano de 1956, a população pecuária atingiu o valor de Cr$ 43 987 000,00. A percentagem da população ativa na indústria é de 3%. O valor da produção industrial, em 1956, foi de Cr$ 10 418 243,00.

A produção industrial, em 1956, foi de .... Cr$ 10 418 243,00. No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957: a) De origem mineral: tijolos 180 milheiros no valor de Cr$ 144 000,00; pedra para construção 800 m³ no valor de Cr$ 64 000,00; telhas 29 milheiros no valor de Cr$ 52 200,00. b) De origem vegetal: erva-mate cancheada 1 050 000 kg no valor de

Vista parcial da cidade

Vista parcial da Rua Getúlio Vargas

Cr$ 8 400 000,00; madeiras 4 360 m³ no valor de ...... Cr$ 5 749 000,00; lenha 2 400 m³ no valor de .... Cr$ 120 000,00.

No que se refere a produtos transformados de origem animal, a produção atingiu, em 1956, o valor de ...... Cr$ 2 078 968,00, sendo os principais produtos: ovos 72 000 dúzias no valor de Cr$ 1 008 000,00; salame cozido 8 020 kg no valor de Cr$ 280 700,00; banha 5 600 kg no valor de Cr$ 196 000,00.

COMÉRCIO E BANCOS — São mais de quarenta os estabelecimentos comerciais do Município (41 varejistas).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O Município é servido por uma (1) emprêsa rodoviária para passageiros. Dista a cidade cêrca de 273 km da Capital do Estado por rodovia e tem as seguintes distâncias das Sedes Municipais vizinhas, também por rodovia: 28 km até a cidade de São Bento do Sul; 113 km até a de Jaraguá do Sul; 72 km até a de Joinvile; e no Estado do Paraná, 43 km até a cidade de Tijucas do Sul; e 85 km até a de Rio Negro.

Na cidade funciona uma Agência Postal Telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

No restante do Município funcionam duas Agências Postais do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Campo Alegre tem 684 habitantes, sendo a 63.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina, e conta com 11 logradouros inteiramente pavimentados. É servida de luz elétrica, com 134 ligações domiciliares. Os edifícios mais importantes são : Igreja Matriz da Santíssima Trindade, Prefeitura Municipal, Cooperativa dos Produtores de Mate, Hotel Duvoisin e Casa Paroquial.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica no Município é prestada à população por 1 médico, 1 dentista e 1 farmacêutico.

O Pôsto de Saúde, serve à população com assistência médica em geral. Existem 3 farmácias no Município.

COOPERATIVISMO — Na cidade funciona a Cooperativa de Produtores de Mate "Campo Alegre" Lt.da, instalada em 1944, com 169 sócios, que congrega os produtores de mate.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 4 421 pessoas de 5 anos e mais,

Igreja-Matriz e Casa Paroquial

sendo que 2 740, ou seja 61,9%, sabiam ler e escrever. Dêsse total, 1 452 eram homens e 1 288 mulheres. Na Sede Municipal, das 571 pessoas de 5 anos e mais, 440 sabiam ler e escrever, sendo 212 homens e 228 mulheres.

Ensino — Em 1956 funcionaram na cidade e no resto do Município 21 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 700 alunos, assim distribuídas: Pré-primário Infantil, 1 unidade com 23 alunos; Fundamental Comum, 19 unidades com 662 alunos, e Complementar, 1 unidade com 15 alunos.

No tocante a ensino extraprimário, funcionou no Município um Curso Normal Regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funciona na cidade um pequeno cinema, no Salão Paroquial "São Luiz", com 120 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	213	513	503	150	448
1951	345	504	684	258	384
1952	570	528	975	284	851
1953	1 310	575	1 041	284	804
1954	743	764	843	278	1 051
1955	890	960	879	292	1 023
1956	1 048	1 338	1 151	290	972

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — São religiosas as principais manifestações populares, como sejam as festas de: Santíssima Trindade, Padroeira do Município; Cristo-Rei e São Sebastião, tôdas de grande animação, muito concorridas, movimentando a população do Município.

No tocante a cultos, registra-se o seguinte: Culto Católico Romano — Paróquia Santíssima Trindade, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz, 3 Igrejas, 7 capelas públicas e 1 semipública. Culto Protestante — Comunidade Evangélica de Campo Alegre. É bem pobre o Município quanto às manifestações folclóricas, uma vez que se registra apenas a existência de Ternos de Reis.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Denominam-se "Campo alegrenses" os habitantes do Município. A denominação "Campo Alegre" deve ter sido dada ao Município — já que nos faltam melhores elementos — em virtude da região, cuja beleza se expande pelos campos afora.

O Município de Campo Alegre subordina-se ao Têrmo e à Comarca de São Bento do Sul.

O eleitorado do Município, em 1958, era de 1 691 eleitores. Em 31 de dezembro de 1957, existiam no Município os seguintes veículos: a) veículos a motor — automóveis 15, jipes 2, camionetas 24, motociclos 3, caminhões 46; b) veículos à fôrça animada — carros de 2 ou 4 rodas 2, bicicletas 207, e carroças de 4 rodas 536.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

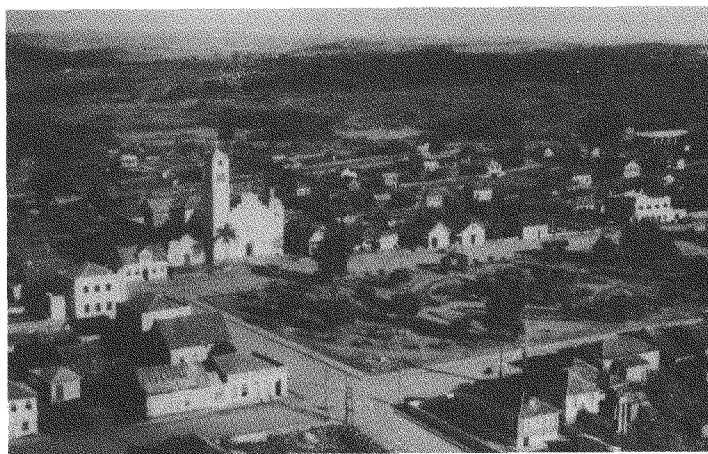
CAMPOS NOVOS — SC

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — A história de Campos Novos, tal como a de todos os outros municípios que constituem o vasto Oeste Catarinense, tem os seus pródromos definidos nos instantes que marcaram as primeiras tentativas de colonização do Sul do Brasil. Assim, procedente é a afirmação de que, antes de aparecerem, em 1650, as povoações de São Francisco, Destêrro e Laguna (obra dos paulistas de São Vicente que se lançaram ao mar à procura de novas aventuras), já o Oeste Catarinense sentia a aproximação dos espanhóis que, acompanhados dos jesuítas, percorriam a região existente entre o Iguassu e o Uruguai. Depois, em 1663, o bandeirante Antônio Rapôso Tavares andou por estas paragens e, aliado aos índios Coroados, encetou perseguição tenaz aos aldeamentos de silvícolas, resultado do trabalho de catequese empreendido por aquêles sacerdotes. Até 1770, porém, ano em que desistiram de excursionar pelo sul, já que lhes despertou maior interêsse o ouro de Goiás e Mato Grosso — os paulistas nada deixaram por estas plagas como tentativas, ao menos, de povoamento.

De certa forma a crônica histórica dêste município começa a delinear-se com a expedição chefiada pelo major Atanagildo Martins que, guiada pelo índio Jongong, em 1814, tinha por objetivo entrar em contacto com as Missões. Ao ser desviada da rota traçada, dado o temor que os índios Guaranis provocavam em seu guia, essa expedição foi ter aos campos de Vacaria, após, certamente, ter palmilhado os campos em que hoje se encontra êste município. Não padece dúvida, porém, que alguns fazendeiros, procedentes de Lajes, por aqui já se encontravam definitivamente instalados no ano de 1839.

Foi João Gonçalves de Araújo, fazendeiro, em Curitibanos, o descobridor de Campos Novos. Atraído pela fumaça das queimadas provocadas pelos índios, organizou uma expedição e rumou para a Serra do Espinilho. Destarte, estabeleceram-se na terra os primeiros povoadores, logo auxiliados na faina do povoamento por gaúchos fugidos da Guerra dos Farrapos. Dentre êstes, Chico Ferro, Chivida e Miguel dos Anjos tiveram os seus nomes ligados aos primeiros trabalhos de que resultaram êste município.

Os paulistas reapareceram em 1848, ocupando os campos de São Jorge e chegando até estas paragens. Aliás, ao

Vista aérea da cidade

lado dos forasteiros procedentes de Curitiba, Palmas, Lajes, Guarapuava e dos campos do Rio Grande do Sul, se constituíram em elemento ponderável dentre os que mais contribuíram para a estruturação da comunidade.

O início do povoamento não se deu pròpriamente onde hoje se encontra, florescente, a cidade de Campos Novos. Antes, se processou em local distante um quilômetro da sede do município, à margem de um regato. Foi Salvador Vieira que, se desviando da localidade em formação, levantou a primeira casa dentro dos contornos desta promissora cidade. Algum tempo depois, já delineada a povoação, Domingos Matos Cordeiro iniciou a construção da Igreja de São João Batista.

Pela Lei provincial n.º 377, de 16 de junho de 1854, o distrito de Campos Novos, já existente há alguns anos, viu-se desmembrado da Vila Nossa Senhora dos Prazeres para, então, constituir uma freguesia à parte. Foram suas primeiras autoridades o pernambucano João Fernandes da Caripuna e Domiciano de Azevedo.

Em 1869, conforme a Lei n.º 625, de 11 de junho, Campos Novos passou a constituir, com Palmas e Curitibanos, o município de Curitibanos, recém-criado. Depois, pela Lei n.º 923, de março de 1881, eis o distrito de Campos Novos elevado à categoria de município sob a denominação de São João dos Campos Novos; na mesma ocasião, a freguesia de São João Batista de Campos Novos passou a ser considerada vila.

Foi seu primeiro Intendente o Coronel Manoel Ferreira da Silva Farrapo.

Em 1893, com a incursão de revolucionários sob as ordens do Coronel Demétrio Ramos, o território do Município sofreu novamente as conseqüências de uma guerra civil. A vila foi tomada de assalto na madrugada de 19 de maio daquele ano. Colhidos de surprêsa, os defensores da praça, aliados entre moradores do local, refugiaram-se com suas famílias na casa do Coronel Henrique Rupp, que, por ser construída de material de primeira oferecia razoável resistência aos invasores.

Organizada a resistência, coube ao Tenente-Coronel Atanázio de Matos, acompanhado de seis soldados, a missão de retomar a Intendência, conseguindo, com denôdo, desalojar dali os revolucionários.

Travou-se, após, nova luta, desta vez para desalojar os assaltantes da trincheira em que se achavam localizados. Êstes foram novamente derrotados, dando margem a uma retirada desordenada e à debandada das fôrças atacantes.

A defesa de Campos Novos custou a vida de cinco bravos defensores tombados no cumprimento do dever.

Até o ano de 1933, o município de Campos Novos limitava com Lajes, Curitibanos, Cruzeiro do Sul (atual Joaçaba), Pôrto União e Estado do Rio Grande do Sul. A sua superfície, então, era de aproximadamente 15 mil quilômetros quadrados. Em 25 de março de 1934, pelo Decreto n.º 408, Campos Novos perdeu os distritos de Rio das Antas e Caçador; por volta de 1943, foi o seu território mais uma vez atingido, já que dêle se apartaram os distritos de Herval, Rio Uruguai, Rio Bonito e Perdizes. Ao contrário, viu integrarem-se ao seu território os distritos de Ypira e Ouro para, novamente, em 1949, perder os de Piratuba e Ypira, além de parte dos de Tupitinga, Capinzal e Ouro.

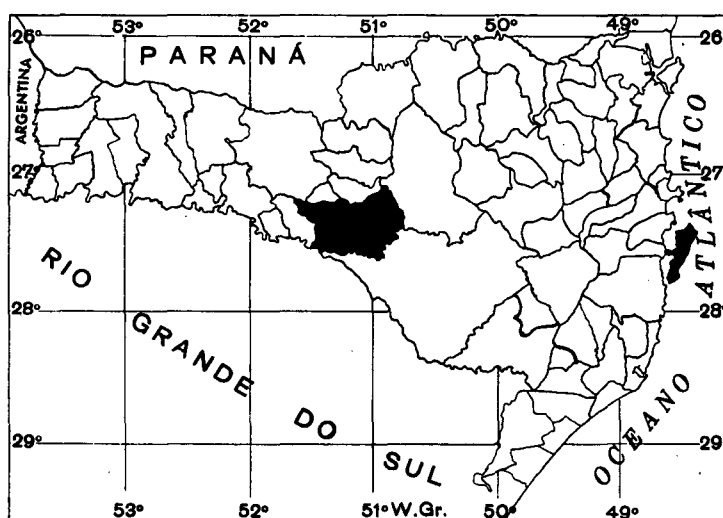
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVO-JUDICIÁRIA — O distrito foi criado pela Lei provincial n.º 377, de 16 de junho de 1954.

A Lei provincial n.º 923, de 30 de março de 1881, criou o Município com território desmembrado do de Curitibanos, ocorrendo sua instalação em 3 de outubro do ano seguinte.

A Comarca de Campos Novos foi criada pela Lei provincial n.º 995, de 11 de abril de 1883.

O quadro administrativo e judiciário em 1.º-III-958 está assim constituído: Comarca, Têrmo e Município: Campos Novos; distritos: Campos Novos (sede), Abdon Batista, Dal Pai, Erval Velho, Espinilho, Leão, Palmares, Tupitinga e Vargem.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Augusto Brezola e constituída a Câmara Municipal, com onze vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Localizada na zona fisiográfica de Campos de Lajes, em vasta planície, a cidade dista, em linha reta, 263 km da Capital do Estado, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 27º 24' 01" de latitude sul e 51º 13' 29" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal situa-se a 930 metros acima do nível do mar, sendo a 70.º em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — Frio e sêco, sujeito a mudanças de temperatura, às vêzes bruscas. A média de temperatura é de 17º centígrados. São comuns, no inverno, as geadas, ocorrendo também, não raras vêzes, nevadas. As chuvas são mais freqüentes na primavera, sendo a precipitação anual, em geral, superior a 1 500 mm. A umidade relativa alcança, no máximo, 84%.

ÁREA — O Município tem a superfície de 3 080 km², figurando em 6.º lugar relativamente às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Destacam-se como principais acidentes geográficos do Município: o Salto do Leão, com 35 metros de altura, potência 1 300 H. P., explorado; Saltos dos Bess, com 26 metros de altura em dois saltos seguidos, o primeiro com 300 H. P. e o menor com 60 H. P.; os rios Uruguai, Canoas e Peixe.

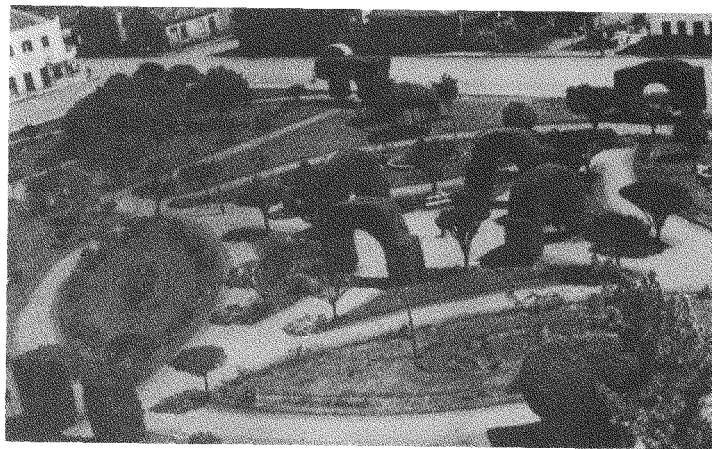
PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — As principais fontes de riquezas naturais, de origem mineral, encontram-se no ferro gusa, turmalina, chumbo, xisto betuminoso, manganês, cristal de rocha e pedras para pavimentação.

O pinho-do-paraná, a imbuia, a canela, o cedro, o ipê, o louro, o angico e a erva-mate constituem as principais riquezas de origem vegetal.

POPULAÇÃO — Em 1.º de julho de 1950, ocasião em que se realizou o último Recenseamento Geral, a população de Campos Novos atingia 29 731 habitantes. A densidade era de 96 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 57.º lugar no Estado. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do Município, em 1958, era de 33 935 habitantes. O Município é predominantemente rural, com 88% da população localizada nessa zona, sendo esta porcentagem das mais elevadas no Estado. Em relação aos demais municípios, Campos Novos coloca-se em 20.º lugar em população. A cidade, todavia, ocupa o 35.º lugar relativamente às demais cidades do Estado.

Segundo o sexo e a côr, a população se achava assim distribuída: homens — 15 253, mulheres — 14 478, brancos — 26 975, pardos — 1 310, pretos — 1 317, e 129 não declararam a côr.

Das pessoas de 15 anos e mais, no total de 14 813, predominava, quanto ao estado conjugal, o número de casados — 9 319, seguindo-se, na ordem enumerada, os solteiros — 4 796, viúvos — 563, desquitados — 13. Não declararam o estado conjugal, 122 pessoas.

Igreja-Matriz Municipal

Praça Lauro Müller

Com referência à nacionalidade, 104 declararam-se estrangeiros e 58 brasileiros naturalizados.

Em religião é predominante a católica romana, com 29 471 adeptos. Existem, em pequena escala, adeptos de outras crenças.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Seis são as aglomerações urbanas do Município — a cidade e 5 vilas — com a população assim distribuída, conforme dados do Recenseamento de 1950: Campos Novos — 1 814 habitantes (842 homens e 972 mulheres), Abdon Batista — 249 habitantes (117 homens e 132 mulheres), Erval Velho — 500 habitantes (240 homens e 260 mulheres), Espinilho — 223 habitantes (117 homens e 106 mulheres), Leão — 400 habitantes (206 homens e 194 mulheres) e, finalmente, Tupitinga com 140 habitantes (66 homens e 74 mulheres).

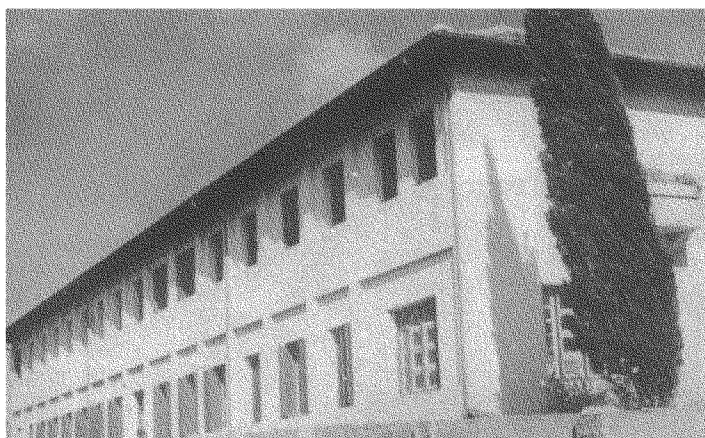
ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agropecuária apresenta-se como a principal atividade econômica do Município. A produção de pinho serrado, pranchões, tábuas, etc. atingiu, no ano de 1955, a 212 286 m³, no valor de Cr$ 205 016 563,00, vindo, a seguir, a produção de caixas de madeiras desarmadas (17 282 m³, no valor de ...... Cr$ 19 530 200,00); a de banha de porco refinada ou não que atinge a 256 344 kg, no valor de Cr$ 9 830 146,00; a de papelão (1 097 300 kg, no valor de Cr$ 9 509 392,00) e a de linguiças e salsichas não enlatadas (102 957 kg, no valor de Cr$ 4 111 103,00).

Dos 102 estabelecimentos industriais, 94 ocupam-se da extração de madeira e 3 da fabricação de caixas de madeira.

No grupo das pessoas em idade ativa, de 10 anos e mais, 23% dedicam-se ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

O milho, trigo, batatinha, feijão (grão), alfafa, arroz, batata-doce, alho, aipim, melancia, fumo em fôlha e amendoim se apresentam como principais culturas temporárias, enquanto que a uva, o pêssego, a bergamota, a noz européia, a laranja, a maçã e outras constituem as mais importantes culturas permanentes.

O valor da produção agrícola alcançou, em 1957, a cifra de Cr$ 318 639 100,00, sendo que a pecuária, no ano anterior àquele, havia sido avaliada em Cr$ 738 456 600,00.

No que concerne à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os se-

Hospital Dr. José Atanázio

guintes os efetivos de produção, com referência ao ano de 1957:

a) produtos de origem mineral: pedras para pavimentação — 26 000 toneladas, no valor de .... Cr$ 2 600 000,00; areia — 14 400 toneladas, no valor de Cr$ 1 855 500,00 e pedras para alicerces — 6 650 m³, no valor de Cr$ 780 500,00;

b) produtos de origem vegetal: pinhão — ...... 9 555 737 kg, no valor de Cr$ 268 000 000,00; madeira — 277 336 m³, no valor de Cr$ 225 830 500,00 e crina vegetal — 62 000 kg, no valor de Cr$ 296 000,00;

c) produtos de origem animal: couros e peles silvestres — 1 365 unidades, no valor de Cr$ 56 023,00; mel de abelha silvestre — 30 kg, no valor de Cr$ 600,00 e cêra — 15 kg, no valor de Cr$ 450,00.

A totalidade de produtos transformados ou não de origem animal atingiu, em 1956, a soma de .... Cr$ 130 273 575,00, sendo os principais produtos o leite (1 678 000 litros, no valor de Cr$ 50 346 000,00), a banha (900 000 kg, no valor de Cr$ 32 865 000,00) e ovos (1 410 000 dúzias, no valor de Cr$ 21 150 000,00).

COMÉRCIO E BANCOS — A Agência do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. é o principal estabelecimento comercial do Município. Além dêste, existem 14 estabelecimentos comerciais varejistas e 1 atacadista.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O transporte de passageiros é feito por sete emprêsas rodoviárias, uma destas inclusive para cargas, e pela Viação Férrea Paraná—Santa Catarina, que também dispõe de vagões para carga.

A sede municipal dista, por estrada de rodagem, 421 km da Capital do Estado. Das cidades vizinhas, tem respectivamente as seguintes distâncias: 54 km de Joaçaba, 62 km de Tangará, 53 km de Erval d'Oeste, 62 km de Capinzal, 146 km de Lajes, 33 km de Curitibanos e 218 km da cidade de Lagoa Vermelha no Estado do Rio Grande do Sul.

Funcionam na sede 2 estabelecimentos de comunicação: a Agência Postal Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e a Estação Radiotelegráfica da Polícia Militar do Estado.

Existem, ainda, distribuídas pelo Município, duas agências-postais, duas postais-telefônicas do Departamento dos Correios e Telégrafos, e duas telefônicas da Rêde Viação Paraná—Santa Catarina.

ASPECTOS URBANOS — Apenas 4, dos 22 logradouros públicos da cidade, se acham parcialmente pavimentados, achando-se, entretanto, em franco prosseguimento, as obras de pavimentação dos demais.

O serviço de iluminação elétrica já efetuou 328 ligações domiciliares.

Entre as principais construções destacam-se a Igreja Matriz, a Prefeitura Municipal, o Grupo Escolar "Gustavo Richard", o Colégio "Nossa Senhora Auxiliadora", o Hospital "Dr. José Atanázio" e o Clube União Campo-novense.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Servem à população do Município, 3 médicos, 1 dentista, 6 farmacêuticos e 4 auxiliares de saúde. Um estabelecimento hospitalar e 1 Pôsto de Saúde prestam assistência médica em geral. Seis farmácias são encontradas no Município.

ALFABETIZAÇÃO — Conforme os dados apurados no Recenseamento Geral de 1950, verificou-se que das 23 657 pessoas de 5 anos e mais, 10 549 (44,5%) sabiam ler e escrever. Dêsse total, 6 088 eram do sexo masculino e 4 461 do sexo feminino. Na sede municipal, das 1 564 pessoas existentes, de 5 anos e mais, 1 062 eram alfabetizadas, sendo 516 homens e 546 mulheres.

Ensino — Em 1956, funcionavam em todo o Município 78 unidades de ensino primário geral, cujo efetivo de matrícula atingia 3 555 alunos, assim discriminada: pré-primário infantil — 1 unidade, com 32 alunos; fundamental comum — 75 unidades, com 3 492 alunos e complementar — 2 unidades, com 31 alunos.

Além dessas unidades, o Município conta com uma de ensino extraprimário: o Curso Normal Regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Quatro são as associações culturais, tôdas dedicadas às atividades esportivas.

Na cidade funcionam 1 cinema, o Cine Farrapos (com 150 lugares), e uma estação radiodifusora, a Rádio Cultura de Campos Novos.

FINANÇAS PÚBLICAS — A arrecadação das receitas (federal, estadual e municipal) apresentou os seguintes dados no período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICPIO (Cr$ 1 1000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 172	1 159	1 622	625	1 581
1951	1 314	1 511	1 036	432	986
1952	2 404	1 719	2 426	869	2 390
1953	2 979	4 059	3 254	1 220	3 201
1954	4 117	6 654	3 284	1 826	3 214
1955	7 800	9 570	3 741	2 120	3 683
1956	(1) 5 544	12 312	6 119	3 221	6 090

(1) Decresceu em consequência da criação de uma Coletoria Federal em Capinzal.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Os templos de culto católico romano apresentam-se em maior número. Êste é prestado nas Paróquias de Nossa Senhora da Saúde (com 1 Igreja Matriz, 8 capelas públicas e 1 sacerdote), São Sebastião (com 1 Igreja Matriz, 10 capelas públicas e 1 sacerdote), Nossa Senhora das Dores (com 1 Igreja Matriz,

5 capelas públicas e 1 sacerdote), São José (com 1 Igreja Matriz, 7 capelas públicas e 1 sacerdote) e São João Batista (com 2 sacerdotes, 1 Igreja Matriz e 30 capelas públicas).

O culto protestante conta com 3 Igrejas Presbiterianas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "Campo-novenses", originário, sem dúvida, da zona de campos, onde se localiza o Município.

Campos Novos é sede de Comarca e Têrmo.

Em 1958, estavam qualificados no Município 8 167 eleitores.

Os veículos existentes, em 31 de dezembro de 1957, contavam-se em número de 732, sendo 424 a motor e 308 de tração animal. Os primeiros se achavam assim distribuídos: automóveis — 30, jipes — 35; ônibus e micro-ônibus — 6; camionetas — 38, motociclos — 4; caminhões — 212 e tratores — 99. Os a fôrça animada eram os seguintes: carros de 2 e 4 rodas — 48; bicicletas — 120 e carroças de 4 rodas — 140.

VULTO ILUSTRE — Dr. Henrique Rupp Júnior, destacado político e advogado de Santa Catarina. Foi Intendente Municipal de Florianópolis, deputado e Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Santa Catarina.

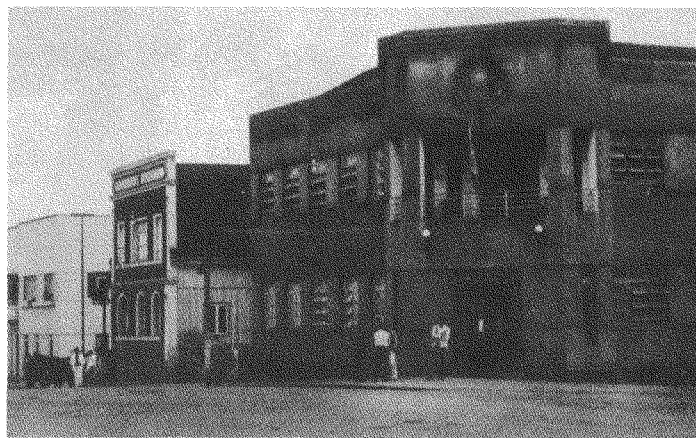
(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

CANOINHAS — SC

Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — Não é tarefa fácil precisar a data em que o primeiro núcleo de povoamento se estabeleceu no território do município de Canoinhas. O devassamento do seu interior, cortado nos atuais distritos de Papanduva e Colônia Vieira pela histórica estrada da mata, que atravessa o Passo Canoinhas (assim denominado porque a passagem era feita em pequenas canoas, advindo daí o nome do rio e do município), um pouco abaixo da foz do rio da Areia, se fêz, anos antes que se fixassem naquelas paragens os primeiros povoadores. Anteriormente a 1816, já havia tráfego regular de tropas pela referida estrada (denominação dada a um trilho que atravessava mata de cêrca de 40 léguas de extensão e que permitia comunicação entre o Rio Grande, Lajes, Curitiba e São Paulo), vindas do sul para o comércio em Curitiba e as feiras de São Paulo. A essa primitiva via de comunicação muito deve o interior catarinense.

Mais tarde, isto é, em 1829, a referida estrada foi reconstruída, ficando com apenas 20 léguas, entre o Campo do Tenente e o Campo Alto, êste em território do atual município de Curitibanos.

Cremos que só depois de 1827, ano em que chegaram a Campo do Tenente os trabalhadores para o serviço inicial de reconstrução da estrada da mata, é que se fixaram em Papanduva os primeiros povoadores do município de Canoinhas, procedentes dos Estados do Paraná e São Paulo. Papanduva deve ter sido um ponto de parada

Prefeitura Municipal

dos tropeiros, no ponto intermediário entre a serra e Rio Negro. Êsses pioneiros se entregaram à extração da erva-mate, que vendiam no povoado do rio Negro, onde faziam outras transações comerciais. A parte restante do município, todavia, permaneceu despovoada ainda durante muito tempo. Abraçado a Oeste e Norte pela serra do Espigão, impedido ainda de se estender devido a mata, do povoado de Papanduva não se irradiou o povoamento de Canoinhas. Em 1892, novas correntes, vindas do Paraná pelo rio Negro, subiram o rio Canoinhas em pequenas embarcações, desembarcando no ponto onde hoje está edificada a cidade. O local escolhido para a fixação foi o que indicou, o mais próximo do rio Negro, a situação topográfica: o terreno à margem esquerda do Canoinhas, nas imediações da sua desembocadura, é de declive bastante forte devido à proximidade de elevações. À margem direita, se estende enorme depressão, parte banhada, parte alagadiça. Onde se efetuou o desembarque, o terreno se apresentou favorável: elevado razoàvelmente, regular, pouco movimentado. Ademais, e isso deve ter tido grande importância, daí em diante, a navegabilidade do Canoinhas é precária. É de crer-se que não foram os que iniciaram o povoado, os primeiros que exploraram a região.

Outros deviam ter subido o Canoinhas anteriormente, até onde êle ofereceu navegabilidade, uma vez que, entre 1765 e 1780, diversas expedições fizeram explorações no Iguassu, expedições que não podiam ter deixado de subir o rio Negro e reconhecer os principais afluentes próximos à sua foz. Mas, sinal evidente que outros já haviam visitado a região, foi o encontro de uma cruz pelos primeiros povoadores, no tôpo do morro onde hoje se ergue majestosa a matriz da paróquia de Santa Cruz de Canoinhas.

O objetivo inicial das correntes de povoamento foi a exploração da erva-mate. O segundo núcleo de povoamento estabeleceu-se, pois, na margem esquerda do rio Canoinhas, a quatro quilômetros aproximadamente da sua desembocadura no rio Negro.

Não é sabido se ficou no local mais de um povoador da expedição. O que é certo é que um ficou: Francisco de Paula Pereira, tido justamente como fundador de Canoinhas. Êle se instalou em uma barraca à margem do rio, assinalando um novo núcleo de povoamento.

A Francisco de Paula Pereira, mais tarde, novos povoadores se vieram juntar. Foram João Mariano da Luz, Manoel Ferreira de Lima, Camilo Carneiro, José Romão Nogueira, Manoel Graví e Liberato Ferreira. Na mesma

Praça Lauro Müller

ocasião, instalou-se no povoado o primeiro comerciante: Gustavo Waschter. O núcleo desenvolveu-se. Novos povoadores fixaram-se. Muitos dêles tiveram mais tarde grande influência na vida social, política e econômica de Canoinhas, como Eugênio de Souza, Wolf Roberto Ehlke, João Vicente Ferreira, Vitorino Bacelar, João S. Matoso, Major Tomaz Vieira e Estanislau Schumann. Êsses povoadores exploraram o interior, sendo os desbravadores do município.

O conflito de jurisdição do território denominado hoje de ex-contestado, entre o Paraná e Santa Catarina, foi um entrave durante anos ao desenvolvimento de Canoinhas. Quando em 3 de julho de 1902, a administração do município de Curitibanos, levando em conta o desenvolvimento do povoado criou o distrito de Santa Cruz de Canoinhas, Papanduva e Três Barras permaneciam sob jurisdição do Estado do Paraná.

A divisa interestadual era determinada pelo rio Canoinhas. Para o novo distrito foi nomeado Juiz de Paz o Sr. Miguel Pereira e para subdelegado o Sr. Roberto Ehlke, que ainda vive em Canoinhas, e que antes havia sido nomeado para igual cargo pelo govêrno do Paraná e não o havia aceitado.

Foram agitados os primeiros tempos do povoado e do distrito. Criminosos foragidos da justiça internaram-se pelo interior praticando o saque e o banditismo que uma ausência de policiamento indiretamente, favorecia. Em 1911, contando já a sede do distrito 60 casas, foi êle elevado pela Lei estadual n.º 907, de 12 de setembro, à categoria de município, sendo desmembrado do de Curitibanos, com a denominação de Santa Cruz de Canoinhas. Por essa lei, Canoinhas tinha os mesmos limites, exceto com Curitibanos, que eram os seguintes: Pelo rio Timbó acima, até a barra do Tamanduá; por êste acima, até as suas cabeceiras, daí, a rumo reto, até as cabeceiras do rio da Serra e por êste abaixo, até o Canoinhas.

A sede do novo município foi elevada à categoria de vila, e a instalação se realizou com solenidade a 6 de dezembro do mesmo ano. Estava emancipado Canoinhas.

O primeiro govêrno municipal foi confiado a um dos homens que ainda mais trabalhou pelo povoamento e progresso de Canoinhas — Major Tomaz Vieira. A sua administração foi deveras acidentada. A questão de limites trouxe Canoinhas em agitação permanente. Finalmente, a 20 de outubro de 1916, com a solução da pendência entre os dois Estados, foi Canoinhas incorporada definitivamente a Santa Catarina.

Em 1914-1915, foi o município sèriamente abalado pela campanha contra os fanáticos. Diversos grupos fanatizados infestaram o interior, depredando, roubando, matando, cometendo enfim, tôdas as violências. A própria vila de Canoinhas foi por diversas vêzes atacada. O distrito de Três Barras e os povoados de Colônia Vieira, Lagoa do Norte e Papanduva foram assaltados e saqueados. Os prejuízos, a falta de segurança, as investidas constantes dos fanáticos trouxeram sérios embaraços à administração municipal. Quando a luta terminou, Canoinhas pôde reorganizar e reiniciar o seu desenvolvimento.

Em 1923, pela Lei n.º 1 424, de 23 de agôsto, foi a vila de Santa Cruz elevada à categoria de cidade com a denominação de Ouro Verde, como passou a chamar-se também o município.

O nome Ouro verde foi sugerido pela erva-mate, uma das maiores fontes de riqueza do município.

A mudança gerou descontentamento em setores políticos.

Vitoriosa a revolução nacional, o Decreto estadual n.º 1, de 27 de outubro de 1930, deu ao município a sua primeira denominação. Durante o período administrativo 1919-1923, foi inaugurada a iluminação elétrica. O preço compensador da erva-mate trouxe inúmeras possibilidades ao município. Estradas cortaram o seu território. Linhas telegráficas se estenderam para o interior. A cidade foi ligada por um ramal ferroviário à estação de Marcílio Dias.

De 1930 aos dias atuais, Canoinhas tem se desenvolvido admiràvelmente, sendo hoje dos primeiros municípios do Estado.

Três fatôres cooperaram decisivamente para o povoamento e progresso do município: a construção do ramal ferroviário Pôrto União—São Francisco, o comércio da erva-mate e a extração da madeira. A erva-mate foi inicialmente o grande fator de atração. Por muito tempo, quase que foi a única atividade dos canoinhenses, pois em face dos preços compensadores, representava riqueza e prosperidade. Sua influência na população é marcada: criou hábitos que jamais desaparecerão, como o da cuia, e por sua causa, grandes negócios se têm realizado. O hábito do chimarrão é um infatigável criador de amizades, de contactos pessoais e de solidariedade. Êle ensina a meditar, ser paciente e refletir. A cuia e a bomba constituem preocupação importante na vida diária. Como a hora do almôço e do jantar, existe também a horinha do chimarrão.

Vista parcial da Rua Major Vieira

Trecho da Rua Paula Pereira

Na época das safras inúmeras levas de trabalhadores dos municípios vizinhos e do Paraná vêm para os ervais. Muitos voltam, muitos ficam. A necessidade de guardar a erva beneficiada levou à construção de grandes armazéns. Na situação econômica da população a erva representou muito e representa ainda. A crise cresce ou desaparece com a queda ou com o acréscimo de preço. Enquanto o preço da erva foi compensador, poucos foram os que se desviaram para outros misteres que não o de colhêr, preparar e comerciar com erva, mesmo algum tempo depois quando a "baixa" tornou o comércio ervateiro bastante comprometedor. Ainda assim, na esperança de dias melhores, poucos foram os que abandonaram. Êsse apêgo ao erval se justifica: os ervais não exigem tratamento contínuo, e só dão serviço ao tempo da safra, ao contrário da lavoura, que obriga o trabalho durante o ano todo. E só em conseqüência de uma crise que perdurou, é que grande parte da população canoinhense abandonou os ervais para dedicar-se à cultura do trigo, arroz, etc., trazendo novas possibilidades ao município e atenuando, em parte, o efeito da crise. O terceiro fator foi a extração da madeira. Município de considerável reserva de pinho e imbuia, principalmente, tem o seu território marcado por dezenas de serrarias. Cada serraria é um pequeno povoado. A corrida para os pinheirais, cuja extração conduz os interessados cada vez mais para o interior, leva com as serrarias os povoadores, vias de transporte e colonização. O transporte de madeira exige, sobretudo, estradas. E estradas se fizeram para o seu escoamento. Uma população imensa emprega a atividade nas serrarias, nos pinheirais, no transporte e no beneficiamento da madeira. Atraiu e atrai. Canoinhas lhe deve muito. Ao contrário do que se verifica em muitos outros municípios do planalto, o comércio de terras teve pouca influência no povoamento.

No interior do município há grande número de colonos de origem polonesa. Nas cidades e nas sedes dos povoados e vilas, principalmente, existe uma população regular de origem teuta. É na cidade que a sua influência é maior. O polonês é de fácil assimilação. Seus descendentes têm hábitos do sertanejo e do caboclo. Êste continua a ser o grande desbravador do nosso interior. Vai avançando sempre, abrindo caminho para os colonos, para a civilização, constituindo a "frente pioneira".

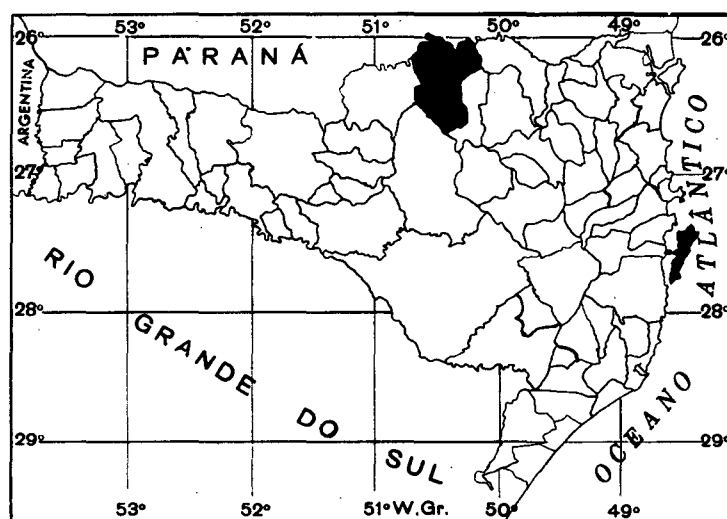
Êsses povoadores levaram para Canoinhas novos hábitos, outros costumes. Mas a maioria foi absorvida pelo uso do chimarrão. Ensinou e aprendeu muito do caboclo. Todos cooperaram para o desenvolvimento do município. Estão ligados à sua história. Não nos foi possível, todavia, precisar a época aproximada em que entraram em Canoinhas as duas correntes, mas é de se supor que se realizou aos poucos, em anos sucessivos. Os povoadores alemães e teutos foram dos municípios de São Bento, Joinvile, Campo Alegre e Blumenau.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVO-JUDICIÁRIA — Pela Lei n.º 954, de 2 de agôsto de 1913, foi criada a comarca de Canoinhas, desmembrada da de Curitibanos e tendo como sede e vila de Santa Cruz de Canoinhas. A instalação da comarca se verificou, solenemente, a 15 de novembro do mesmo ano.

Atualmente o quadro administrativo e judiciário está assim constituído: Comarca, Têrmo e Município de Canoinhas; distritos: Felipe Schmidt, Major Vieira, Paula Pereira e Três Barras.

A legislatura vigente teve início em 1955. Foi eleito Prefeito Municipal o Dr. Haroldo Ferreira e composta a Câmara de vereadores com 13 membros.

LOCALIZAÇÃO — Canoinhas localiza-se na zona fisiográfica de mesma denominação. A cidade está situada à margem esquerda do rio Canoinhas, na parte externa de um cotovelo bastante acentuado, e a 4 quilômetros da foz do rio. A maior parte da cidade está compreendida entre o rio Água Verde e o Arroio Monjolo, ambos tributários do Canoinhas.

A sede municipal dista, em linha reta, 240 km da Capital catarinense. Sua posição geográfica é a seguinte: 26º 10' 25" de latitude sul e 50º 23' 29" de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Eleva-se a cidade a 760 metros do nível do mar, sendo a 56.ª em ordem crescente de altitude no Estado.

CLIMA — Em Canoinhas não são bem distintas as estações. As chuvas são comuns no inverno e no verão, assim como nos períodos ocasionais de estiagens. A temperatura entretanto é bem definida. Há, às vêzes, frio intenso na estação invernosa. Têm-se observado maior quantidade de precipitação aquosa no período decorrente de setembro até outubro. Nesses meses e até mesmo em dezembro as chu-

vas são bastante violentas, seguidas de trovões e granizos que prejudicam as lavouras. Têm-se notado períodos de sêca relativamente longos, principalmente nos meses de janeiro e fevereiro. No mês de maio se inicia o inverno que se prolonga até fins de agôsto. O verão tem lugar de dezembro a fevereiro.

ÁREA — A área municipal é de 3 018 km², figurando em 7.º lugar relativamente à superfície dos demais municípios de Santa Catarina.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O rio Canoinhas é o maior do município, com 120 quilômetros de extensão, 30 metros de largura e 1,50 metros de profundidade. Nascendo nos contrafortes da serra do Espigão, atravessa o território do município de norte a sul, até lançar-se no rio Negro a 4 quilômetros da cidade de Canoinhas. O rio é navegável em trechos curtos, por pequenas embarcações. No lugar denominado Carijó, o seu curso é interceptado pelo Salto de Canoinhas. Tem aí a largura de aproximadamente 200 metros e o leito é feito sôbre extensa pedreira. É um lugar muito procurado pelos excursionistas.

Além de Canoinhas merecem destaque o rio Negro, navegável em todo o seu percurso e o rio Iguaçu, afluente do rio Paraná, nascendo próximo a capital paranaense. Medindo aproximadamente 150 metros de largura e 1,80 metros de profundidade, o Iguaçu é navegável em tôda a sua extensão.

Outro acidente geográfico de importância é a Lagoa do Norte, formada pelo rio Lagoa, com 700 metros de comprimento e 60 metros de largura, bem como o Salto no rio Tamanduá.

RIQUEZAS NATURAIS — As de origem mineral mais importantes são as fontes de águas termais de comprovado valor terapêutico, as jazidas de asfalto, as areias e pedras e a calcita.

As principais fontes de riqueza vegetal são: a extração de madeira, especialmente o pinho, a imbuia e o cedro, e da erva-mate.

POPULAÇÃO — A população do município de Canoinhas, de acôrdo com os resultados censitários de 1950, atingia 52 556 habitantes. Dêstes, 26 953 eram homens e 25 603, mulheres.

Quanto à côr houve predominância das pessoas que se declararam de côr branca — 50 444, vindo a seguir, os pardos — 1 029, os pretos — 916 e os amarelos — 7. Não declararam a côr 116 pessoas.

Igreja-Matriz Municipal

Vista parcial da Rua Senador Felipe Schmidt

Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 28 825, 948 declararam-se solteiros, casados — 17 740, viúvos — 1 417, desquitados — 35 e 153 não declararam nada a respeito do estado conjugal.

Os estrangeiros totalizavam 606 e os brasileiros naturalizados, 388 pessoas.

Em religião, 50 202 pessoas professavam a católica romana, seguindo-se outras crenças com reduzido número de adeptos.

Canoinhas classifica-se em 6.º lugar entre os mais populosos municípios do Estado. A densidade da população é de 17,4 habitantes por km², ocupando o 43.º lugar no Estado com relação aos demais municípios.

Localizam-se na zona rural 81% da população do município, apresentando-se esta percentagem como das menos elevadas em Santa Catarina.

A sede do município coloca-se em 15.º lugar relativamente à população das demais cidades catarinenses.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística o número de habitantes no município, em 1958, era de 47 434.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Os resultados do Censo de 1950, apontaram no município 4 aglomerações urbanas: a cidade, com 5 705 habitantes, dos quais 2 769 homens e 2 936 mulheres; as vilas de Major Vieira, Paula Ferreira e Três Barras, respectivamente com 408 (197 homens e 211 mulheres), 803 (420 homens e 383 mulheres) e 2 118 habitantes (1 054 do sexo masculino e 1 064 do feminino).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A indústria extrativa da madeira pelo movimento financeiro é a principal do município e constitui juntamente com a erva-mate, o seu eixo econômico. A produção atingiu no ano de 1955, ... Cr$ 101 683 281,00, assim distribuídos: erva-mate cancheada (1 441 402 kg, no valor de Cr$ 17 207 010,00); madeira exceto pinho serrado, tábuas, etc. (11 972 m³, no valor de Cr$ 16 308 211,00); pinho serrado, pranchões e tábuas (26 533 m³, no valor de Cr$ 15 590 752,00); madeiras compensadas (2 850 m³, no valor de .... Cr$ 10 176 600,00); portas e janelas, inclusive venezianas (29 044 m², no valor de Cr$ 8 186 729,00).

Dos 63 estabelecimentos industriais, 35 ocupam-se da extração da madeira, 3 ao fabrico de esquadrias e 3 à olaria.

O ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" congrega 19% das pessoas em idade ativa (de 10 anos e mais).

Rádio Canoinhas

As principais culturas temporárias e permanentes são dentre as primeiras, o trigo, o feijão, o milho, a batatinha, o centeio, a batata-doce, o aipim, o arroz, o alho e a cebola; entre as permanentes: pêssego, uva, maçã, pêra, laranja e outras. O valor da produção agrícola alcançou em 1957, a soma de Cr$ 106 884 472,00 e a população pecuária, em 1956, atingiu Cr$ 227 493 000,00.

A percentagem da população ativa na indústria é de 5%.

Relativamente à produção extrativa, estimativas da Agência Municipal de Estatística apresentavam as seguintes quantidades e valores no ano de 1957: tijolos — 41 100 milheiros — Cr$ 1 295 600,00; vasos — 40 500 unidades — Cr$ 931 500,00; barro ou argila — 25 470 toneladas — Cr$ 785 040,00. Êstes os de origem mineral. Entre os produtos de origem vegetal figuravam principalmente, a erva-mate cancheada — 436 000 kg — Cr$ 30 520 000,00; xaxim para vasos — 175 000 unidades — Cr$ 1 749 650,00; palha de centeio e trigo — 243 000 kg — Cr$ 364 500,00.

Produtos de origem animal: carnes de animais silvestres — 2 820 kg — Cr$ 50 080,00; couros e peles de animais — 801 unidades — Cr$ 13 260,00.

Com referência aos produtos transformados ou não de origem vegetal, a produção atingiu, no ano de 1956, ... Cr$ 23 065 560,00, sendo os principais produtos o leite (950 000 l, no valor de Cr$ 5 225 000,00), a banha .... (120 000 kg, no valor de Cr$ 4 560 000,00) e ovos .... (260 000 dz., no valor de Cr$ 3 640 000,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Distribuem-se por todo o município canoinhense mais de 200 estabelecimentos de comércio, dos quais 10 atacadistas e 229 varejistas; 2 estabelecimentos bancários: a Agência do Banco do Brasil e a do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO). Funciona também na cidade de Canoinhas, uma Agência da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Além de uma emprêsa ferroviária para passageiros e cargas o município dispõe de 3 rodoviárias, duas destas apenas para o transporte de cargas.

Por rodovia, a cidade dista aproximadamente 437 km da Capital Catarinense, e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas: 110 km de Pôrto União; 192 km de Curitibanos; 51 km de Papanduva; 79 km de Mafra; 107 km de Lapa e 84 km de Paulo de Frontin, estas no Estado do Paraná; e finalmente, 36 km de São Mateus do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.

Por estrada de ferro dista 140 km de Pôrto União e 118 km de Mafra.

Acham-se instaladas na sede do município, uma Agência Postal-Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma Agência Rádiotelefônica da Rêde Viação Férrea Paraná—Santa Catarina, uma estação de Rádio da Polícia Militar do Estado e uma Agência Telefônica da Companhia Telefônica Catarinense.

No interior do município funcionam duas agências postais-telefônicas do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — Canoinhas obedece a traçado moderno e suas ruas são largas e retas. Com 5 705 habitantes, classifica-se em 15.º lugar, relativamente à população das demais cidades do Estado.

Dos logradouros públicos, em número de 31, dois se encontram parcialmente pavimentados.

As mais importantes edificações da cidade são: a Igreja-Matriz o Edifício Mussi, o Colégio "Sagrado Coração de Jesus", o Edifício dos Correios e Telégrafos, o Banco Nacional do Comércio, o Edifício Procopiak, a 5.ª Residência do Departamento de Estradas de Rodagem e a Cooperativa dos Produtos de Mate e o Hospital Santa Cruz.

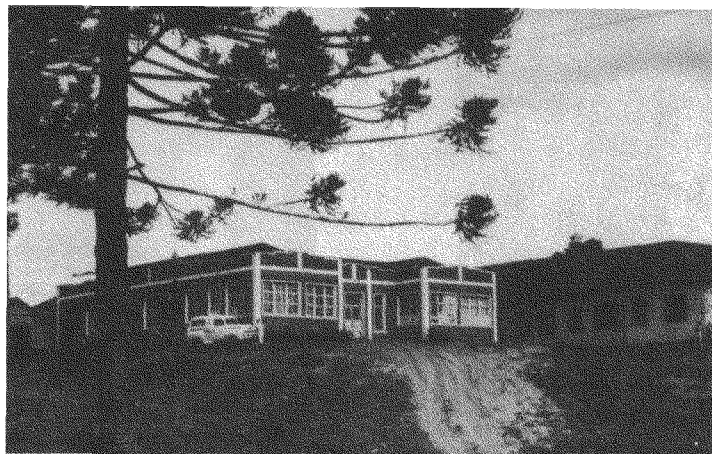
A cidade conta com 6 hotéis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município dispõe de um Hospital e um Centro de Saúde para assistência médica em geral. Atendem à população, 4 médicos, 5 dentistas, 6 farmacêuticos e 11 auxiliares de saúde.

Sete farmácias funcionam no município canoinhense.

COOPERATIVISMO — À Cooperativa de Produtores de Mate Canoinhas Limitada, instalada em 1934, estão filiados 1 851 associados entre os produtores locais.

ALFABETIZAÇÃO — Dados do Recenseamento Geral de 1950, expostos a seguir, revelaram que a situação de Canoinhas quanto à alfabetização, era a seguinte: entre 43 155 pessoas de 5 anos e mais, 22 034 (correspondente à percentagem de 51%) sabem ler e escrever. Dêsse total, 12 555 eram do sexo masculino e 9 479, do feminino. Na sede municipal, das 4 822 pessoas de 5 anos e mais, 3 761 eram alfabetizadas, sendo 1 876 homens e 1 885 mulheres.

Ensino — 82 unidades de instrução primária-geral distribuem-se no município com matrícula efetiva de 4 461 alunos, assim discriminados; 1 unidade de ensino pré-primário, com 25 alunos; 78 de instrução fundamental comum,

Hospital Santa Cruz

com 4 342 alunos e 3 unidades de ensino complementar, com 94 alunos.

Funcionam ainda os seguintes estabelecimentos de ensino extra-primário: Escola Normal "Sagrado Coração de Jesus", Escola Prática de Agricultura "Vidal Ramos" (curso profissional), dois cursos normais regionais e um curso de datilografia.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — As associações de caráter cultural, em número de 7, são tôdas dedicadas às atividades desportivas.

Existe a Rádio de Canoinhas — ZY-6, localizada na cidade.

Dois cinemas acham-se em funcionamento na cidade: o Cine "Vera Cruz", com 650 lugares, e o Cineminha "São Francisco", com 250 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS — As receitas, federal, estadual e municipal arrecadadas no Município, no período de 1950 a 1956, apresentaram os seguintes resultados:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 969	5 537	2 757	1 261	2310
1951	2 821	6 757	3 587	1 709	2 742
1952	3 742	7 275	4 995	2 355	4 045
1953	5 159	8 746	3 786	1 988	3 687
1954	5 601	9 742	4 498	1 921	4 135
1955	9 000	14 938	4 661	1 963	4 564
1956	12 341	19 799	4 206	1 994	4 700

MONUMENTOS HISTÓRICOS — O primeiro monumento erigido na cidade foi o "Cruzeiro Santa Cruz", que se supõe tenha sido plantado por Paula Pereira, um dos fundadores do município. Em 1955 foi inaugurado o "Busto do Dr. Vitor Konder" homenagem ao ex-ministro da Viação e Obras Públicas.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — O município faz parte de 2 paróquias de culto Católico Romano: a de São João Batista (com 1 sacerdote, 1 Igreja-Matriz e 5 capelas públicas) e a de Santa Cruz (com 6 sacerdotes, 1 Igreja-Matriz e 50 capelas públicas e 2 semipúblicas).

A população é, em sua maioria, católica.

O culto protestante é realizado em 2 comunidades luteranas, 3 Igrejas Presbiterianas e Igrejas Evangélicas "Assembléia de Deus" e uma Igreja Batista "Betel".

Há também um Centro de culto espírita.

Dignas de menção pelo seu interêsse são as danças folclóricas "Fandango de São Gonçalo" e "Dança com a Noiva".

Trata-se a primeira de uma crendice popular do nosso caboclo. A dança é realizada em virtude de promessa feita a São Gonçalo para obtenção de cura de algum mal ou afastamento de alguma epidemia. Posta uma pequena estatueta do Santo sôbre uma mesa ou altar improvisado, é dado início à função que se caracteriza pela dança sapateada, sempre de frente para o Santo, por duas ou três pessoas do mesmo sexo que se disporão, lado a lado, e que, quando se aproximam do santo, fazem uma profunda reverência, tudo ao som de viola e do canto executado pelo cantador. Terminada a dança cada participante deixa seu óbulo junto ao Santo. Segue-se um têrço rezado pelo dirigente da função. A partir da meia-noite a festa deixa seu caráter religioso (salvo algumas exceções), para assumir caráter de verdadeira diversão com o fandango sapateado, já sem a presença da imagem do Santo.

A "Dança da Noiva" é muito usada entre os descendentes de poloneses e, segundo a crendice traz felicidade ao novo casal. Começando pelos jovens, uma irmã, amiga ou parenta da noiva vai convidando os dançadores um a um, e passando a Noiva, para que dêem algumas voltas na sala. A seguir o dançador toma um copo de bebida e deposita numa bandeja, prato, bacia ou outro recipiente adrede preparado, uma oferta em dinheiro, a qual, somada às dos demais dançadores destina-se aos noivos para as suas primeiras despesas na nova vida que vão iniciar.

São as seguintes as principais efemérides:

3 de maio — festividade da Santa Cruz — padroeira
6 de agôsto — festa de São Bom Jesus dos Aflitos
6 de dezembro — instalação do município — 1911

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Sua denominação origina-se do Passo Canoinhas, onde a travessia era feita em pequenas canoas. Seus habitantes recebem o nome de "canoinhenses".

Canoinhas é sede de Comarca e Têrmo.

Em 1958, atingia 9 782 o número de eleitores qualificados.

Existiam no município, em 31-XII-1957, 716 veículos a motor e 5 271 de tração animal.

Dos motorizados, 160 eram automóveis, 18 jipes, 10 ônibus e micro-ônibus, 100 camionetas, 26 motociclos, 1 ambulância, 332 caminhões e 69 tratores.

Entre os de tração animal, 10 eram de 2 ou 4 rodas, 1 696 bicicletas e 3 565 carroças de 4 rodas.

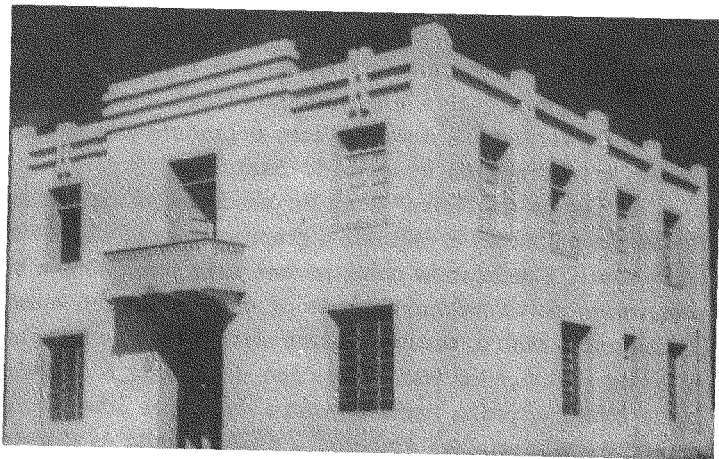
(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

CAPINZAL — SC

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — Em 1908, chegaram a Capinzal os primeiros moradores, que foram os seguintes: João Vachi, José Blasi, Antônio Freitas, Carmine Zoccoli, José Zoccoli, Carmelo Zoccoli, Paulo Zoccoli, Paulo Lenzi, Bernardino Macedo, Manoel Bitencourt, Vergílio Urbano de Moraes e ainda Leandro Padilha, Francisco Miguel, Frederico Alves, Adelino Ferreira, José Maria, com suas famílias respectivas. Nessa época, também, houve o início da colonização das faixas de terras pertencentes à Companhia de Estrada de Ferro São Paulo—Rio Grande, para onde afluíram os primeiros colonos, na sua maioria descendentes de italianos, provindos do Rio Grande do Sul. Naquela época então, Capinzal se chamava Rio Capinzal e pertencia ao Município de Campos Novos.

Em 1914, foi criado o Distrito com o nome de Rio Capinzal.

A origem do nome Capinzal, dado a esta pequena parte do oeste catarinense, deve-se à existência de grande quantidade de "capim paulista", localizado, principalmente, onde hoje é o centro da cidade, estendendo-se, também, à

Prefeitura Municipal

margem direita do rio Capinzal, onde freqüentemente os tropeiros que passavam por esta região davam de beber aos seus animais.

Foi criado o Município em dezembro de 1948, e a sua instalação oficial deu-se a 17 de fevereiro de 1949, conforme a seguinte Lei:

Lei n.º 247, de 30 de dezembro de 1948.

Fixa a Divisão Administrativa e Judiciária do Estado no período de 1949 a 1953 e dá outras providências.

O Presidente da Assembléia Legislativa, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes dêste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — A Divisão Administrativa e Judiciária do Estado é fixada na presente lei e vigorará de 1.º de janeiro de 1949 a 31 de dezembro de 1953, ressalvado o disposto no art. 2.º, da Lei n.º 22, de 14 de novembro de 1947.

Art. 2.º — Fica o Poder Executivo autorizado a baixar os atos interpretativos das linhas divisórias intermunicipais e interdistritais, que se fizerem necessários à interpretação desta lei.

Art. 3.º — Fica criado o município de Capinzal, desmembrado dos municípios de Campos Novos e Joaçaba.

Art. 4.º — Fica criado o município de Ituporanga, desmembrado dos municípios de Bom Retiro e Rio do Sul.

Art. 5.º — Fica criado o município de Massaranduba, desmembrado dos municípios de Blumenau, Itajaí e Joinvile.

Art. 6.º — Fica criado o município de Piratuba, desmembrado dos municípios de Campos Novos e Concórdia.

Art. 7.º — Fica criado o município de Taió, desmembrado do município de Rio do Sul.

Art. 8.º — Fica criado o município de Tangará, desmembrado do município de Videira.

Art. 9.º — Fica criado o município de Turvo, desmembrado do município de Araranguá.

Art. 10 — Ficam criados os distritos de Rio do Oeste, no município de Rio do Sul, e de Luzerna, no município de Joaçaba.

Art. 11 — A Divisão Administrativa e Judiciária do Estado compreende 52 municípios, 213 distritos e 34 comarcas. O distrito, como categoria única, é a circunscrição primária do território estadual, para fins de administração pública e da organização judiciária.

§ 1.º — A instalação de distritos deverá ser precedida de delimitação dos quadro urbano e suburbano, cujo ato discriminatório deverá ser enviado à Assembléia Legislativa, dentro de trinta dias da data da instalação.

§ 2.º — Para atender às necessidades do serviço público, os distritos poderão ser divididos em subdistritos, em qualquer tempo, mediante leis especiais, não podendo ter sedes distintas das sedes distritais.

§ 3.º — Os subdistritos formarão áreas contínuas dentro do território dos respectivos distritos.

§ 4.º — A criação de subdistritos por parte das Câmaras Municipais ficará sujeita à aprovação da Assembléia Legislativa.

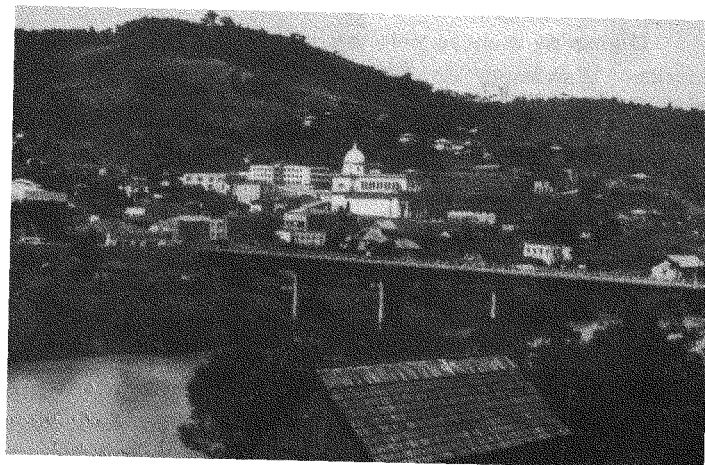
§ 5.º — Os distritos extintos pela presente lei passarão a constituir subdistritos daqueles aos quais se incorporaram.

Art. 12 — Fica fazendo parte da presente lei o anexo n.º 1 que sistematiza e ordena tôdas as circunscrições administrativas e judiciárias e a categoria das respectivas sedes, com as suas denominações.

Art. 13 — O anexo n.º 2 que também constitui parte integrante desta lei contém a descrição sistemática dos limites circunscricionais e define os perímetros municipais e as divisas interdistritais.

Art. 14 — Os municípios criados ou aumentados, são responsáveis pela cota parte da dívida do município originário, quando as obrigações decorrerem de compromissos de aplicação comprovada na área desmembrada.

Parágrafo único — A cota parte, neste artigo referida, será fixada de acôrdo com o disposto no parágrafo único do artigo 7.º, da Lei n.º 22, de 14 de novembro de 1947.

Art. 15 — Na data de 1.º de janeiro, que foi por lei federal declarada "Dia do Município", poderão as autoridades administrativas e judiciárias promover,

Vista parcial da cidade

nas respectivas circunscrições, as solenidades que julgarem convenientes.

Art. 16 — Esta lei entra em vigor a 1.º de janeiro de 1949, em todo o território do Estado, revogadas as disposições em contrário.

A Secretaria da Justiça, Educação e Saúde assim a faça executar.

Palácio do Govêrno, em Florianópolis, 30 de dezembro de 1948.

(a) José Boabaid
Armando Simone Pereira
João David Ferreira Lima
Othon da Gama d'Eça
Leoberto Leal.

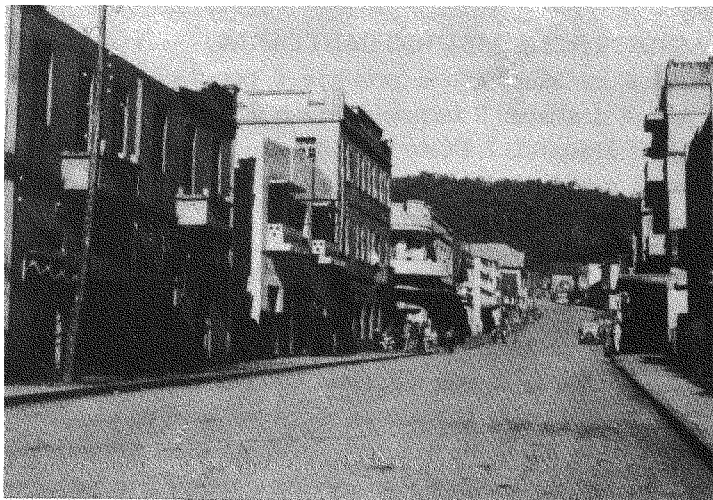
O primeiro Prefeito do município (provisório) foi o Senhor Antônio de Pádua Pereira, que exerceu as funções até o dia 30 de setembro de 1949, transmitindo o cargo ao Prefeito eleito, Senhor Sílvio Santos, que exerceu seu mandato até o dia 1.º de outubro de 1954. Em 22 de agôsto de 1954, houve novamente eleição para Prefeito, sendo, então, eleito o Senhor Horácio Heitor Breda.

A instalação da Câmara de Vereadores de Capinzal, se deu aos 14 dias do mês de setembro de 1949, nos salões do Ateneu Clube, sendo o seguinte o primeiro corpo de Vereadores: Luiz Gonzaga Bonissoni — Presidente; Rolindo Casagrande — Vice-Presidente; Dr. Arnaldo Favorito; Mário Orestes Bruza; Sílvio Toaldo; José Ricardo da Silva e Edgar Lancini.

O Município pertenceu à Comarca de Campos Novos até a data de 4 de junho de 1956, ocasião em que foi desmembrado jurìdicamente daquela Comarca, pela Lei número 1 171, de 10 de dezembro de 1954, sendo instalada a Comarca de Capinzal no dia 4 de junho de 1956, à qual ficou subordinado o Município de Piratuba como Têrmo desta Comarca.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito foi criado pela Lei municipal n.º 206, de 18 de novembro de 1914.

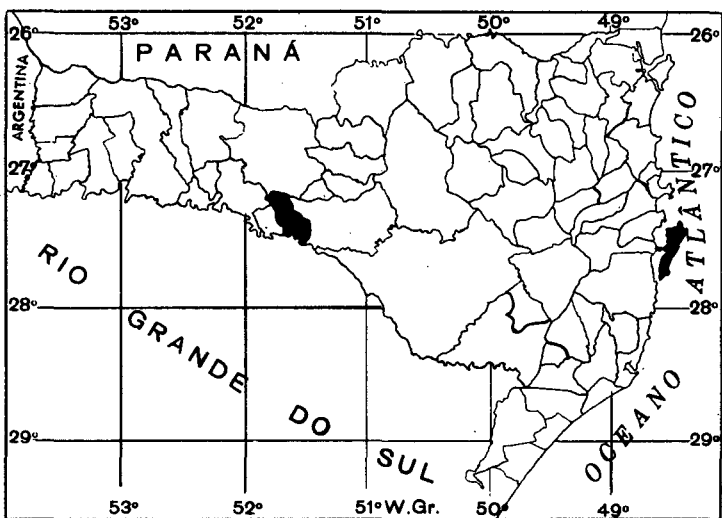
O Município foi criado pela Lei n.º 247, de 30 de dezembro de 1948, do Govêrno do Estado. Foi instalado em 17 de fevereiro de 1949.

A Comarca foi criada pela Lei n.º 1 171, de 10 de dezembro de 1954, sendo instalada em 4 de junho de 1956.

Vista parcial da Rua 15 de Novembro, principal da cidade

O seu quadro administrativo e judiciário, em 1.º-III-1958, era o seguinte: Comarca, Têrmo e Município: Capinzal. Distritos componentes: Capinzal (Sede), Dois Irmãos e Lacerdópolis.

A Comarca de Capinzal abrange, ainda, o Município de Piratuba, constituído dos seguintes distritos: Piratuba (Sede), Esteves Júnior e Uruguai.

A atual legislatura teve início em 1954, tendo sido eleito Prefeito o Senhor Horácio Heitor Breda, e constituída a Câmara Municipal de 7 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Capinzal localiza-se na zona fisiográfica do Rio do Peixe. A cidade fica à margem direita do rio do Peixe, e a 303 km em linha reta da Capital do Estado, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 27º 20' 51" de latitude sul e 51º 36' 50" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 447 metros na Sede Municipal, sendo o 46.º em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — Bastante frio no inverno (aproximadamente 0ºC), chega a ser muito quente no verão, quando atinge 30ºC. Sujeito a geadas. As chuvas predominam no comêço da primavera, alcançando a precipitação anual a quase 2 000 mm. A umidade vai, mais ou menos, a 80%. Próprio para a agricultura.

ÁREA — A área do Município é de 694 km², figurando em 47.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio do Peixe, não navegável, e Lajeado Pato Roxo. Morro do Agudo, que tem, aproximadamente, 70 metros de altura.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) De origem mineral — barro para olarias e pedra para construção. b) De origem vegetal — pinho do brasil, angico, cabriúra, cedro, louro, e erva-mate.

POPULAÇÃO — A população de Capinzal, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 13 935 habitantes e tinha a seguinte composição: homens 7 039, mulheres 6 896, brancos 13 462, pardos 139, pretos 272, e 62 não declararam a côr. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de

7 261, 2 465 eram solteiros, 4 482 casados, 279 viúvos, 5 desquitados, e 30 não declararam o estado conjugal. Existiam 144 estrangeiros e 44 brasileiros naturalizados. Predominaram em religião os que se declararam católicos romanos, em número de 12 940; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade era de 20,0 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 36.º lugar no Estado. Localiza-se no quadro rural 86,5% da população, sendo esta percentagem das menos elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina que é de 76,4%. Situa-se em 48.º lugar, com relação à população dos municípios do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 31.º lugar em população. Segundo estimativas do Departamento Estadual de Estatística, a população era de 18 189 habitantes, em 1958.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Havia uma aglomeração urbana no Município: a cidade de Capinzal, com 1 868 habitantes (926 homens e 942 mulheres), conforme dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu, em 1955, a Cr$ 60 458 776,00.

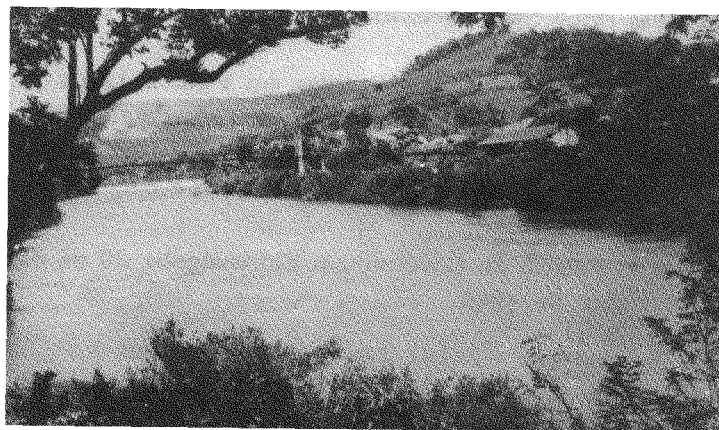
O Município assenta sua economia, principalmente, na produção de banha de porco. A produção dêsse produto atingiu, no ano de 1955, a 619 268 kg no valor de ...... Cr$ 18 161 930,00; pinho serrado, pranchões, tábuas, etc. 5 805 m³ no valor de Cr$ 7 479 000,00; madeiras compensadas 1 488 m³ no valor de Cr$ 7 440 000,00; salame, mortadela e semelhantes 145 378 kg no valor de ...... Cr$ 5 887 210,00; pontes construídas 882 metros no valor de Cr$ 6 512 050,00.

Dos estabelecimentos industriais, 4 dedicam-se a extração de madeiras, 2 a olarias e 1 à criação de suínos.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 23% estão ocupadas no ramo "Agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: milho, trigo, batatinha, abóbora, feijão (grão), mandioca, arroz e outros. Como culturas permanentes, temos: uva, laranja, bergamota, pêssego, caqui, pêra, marmelo e maçã. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 95 222 722,00. A população pecuária, em 1956, foi avaliada em Cr$ 292 162 500,00. A percentagem da população ativa na indústria é de 3%.

No tocante à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957: a) De origem mineral — tijolos: 1 400 milheiros no valor de Cr$ 1 400 000,00; barro ou argila: 15 000 toneladas no valor de Cr$ 1 050 000,00; areia: 3 500 toneladas no valor de Cr$ 1 050 000,00; b) De origem vegetal — lenha: 42 150 m³ no valor de Cr$ 15 201 600,00; vassouras de sôrgo: 51 500 unidades no valor de Cr$ 1 272 500,00.

No que se refere a produtos transformados ou não de origem animal, a produção atingiu, em 1956, o valor de Cr$ 57 465 849,00, sendo os principais produtos: banha: 660 765 kg no valor de Cr$ 21 825 245,00; leite: 3 750 000 litros no valor de Cr$ 4 200 000,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o Município contam-se trinta estabelecimentos comerciais (5 atacadistas

Vista de um trecho do rio do Peixe, ao fundo a ponte-pensil

e 25 varejistas), e uma Agência do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O Município é servido por uma emprêsa rodoviária para passageiros e uma ferroviária para passageiros e cargas, a Rêde Viação Paraná—Santa Catarina.

Dista a cidade cêrca de 554 km da Capital do Estado por rodovia e tem as seguintes distâncias das Sedes Municipais vizinhas, também por rodovia: 56 km até a cidade de Joaçaba; 60 km até a de Concórdia; 37 km até a de Piratuba; 62 km até a de Campos Novos; 56 km até a de Erval d'Oeste, e 172 km até a de Lagoa Vermelha, no Estado do Rio Grande do Sul. Por ferrovia, dista 45 km até Erval d'Oeste, 45 km até Joaçaba e 30 km até Piratuba.

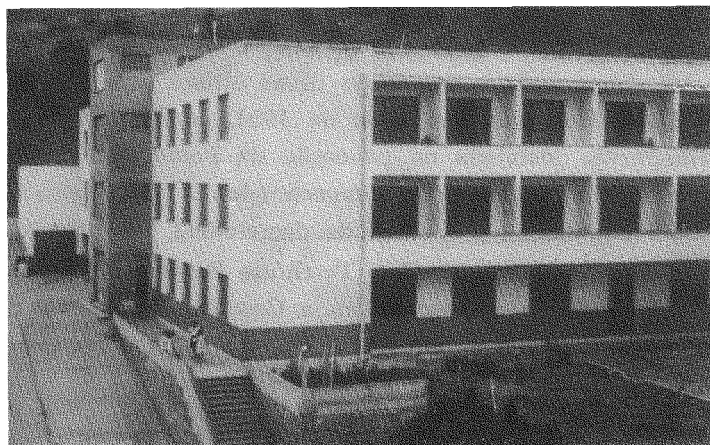
Na cidade funcionam uma Agência Postal-Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma Agência Telefônica e uma Telegráfica da Rêde Viação Férrea Paraná—Santa Catarina, uma Estação Radiotelegráfica da Polícia Militar do Estado e 3 telefones de uso particular da Companhia Telefônica Catarinense.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Capinzal tem 1 868 habitantes, sendo a 31.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina, e conta com 39 logradouros públicos. É servida de luz elétrica, com 324 ligações domiciliares.

Os edifícios mais importantes, são: Igreja Matriz, Prefeitura Municipal, Hospital São José, Hotel Imperial, Ginásio "Mater Dolorum" e Edifício Sanalma.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica no Município é prestada à população por 3 médicos, 2 dentistas, 2 farmacêuticos e 5 auxiliares de saúde.

O Hospital, 1 Pôsto de Saúde e 1 Clínica Geral, servem à população com assistência médica em geral. Existem 4 farmácias no Município.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Dista 18 km da cidade, a famosa Lagoa da Guerrilha, sita no local denominado Barro Branco, neste Município, onde se travou a famosa batalha da Revolução Federalista de 1893, na qual se chocaram as fôrças legalistas do General Pinheiro Machado e do Coronel Gumercindo Saraiva, chefe revolucionário; existe também o passo no rio Pelotas, denominado "Praia Bonita", que deu uma pas-

Hospital N. S.ª dos Dores

sagem forçada às fôrças Federalistas derrotadas por Pinheiro Machado, onde, até hoje, se encontram caveiras e outros despojos humanos, bem como armas antigas.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Relativamente a cultos, existem os seguintes cultos em Capinzal: Culto Católico Romano — Paróquia de Santa Lúcia, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz e 10 capelas públicas. Paróquia de São Paulo Apóstolo, com 3 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, 23 capelas públicas e 2 semipúblicas. Paróquia São Francisco das Chagas, com 2 sacerdotes, 1 Igreja Matriz e 5 capelas públicas. Culto Protestante — 2 Comunidades Evangélicas Luteranas, 1 Congregação Cristã Presbiteriana, 1 Igreja Episcopal Brasileira. Culto Espírita — 1 Centro Espírita.

Como folclore registra-se a existência da "Brincadeira de Boi na Vara" e o "Kerb".

É interessante notar-se, com respeito ao "Kerb", que êsse gênero de folclore, de origem alemã, apresenta-se ora como festa do orago, de caráter religioso-católico, como, por exemplo, no Município de Itapiranga, neste Estado, ora tem características de festa protestante, como é o caso do "Kerb" encontrado no Município de Piratuba e também em Capinzal.

No primeiro caso é uma reunião de famílias, mesmo daqueles parentes que moram longe, e em tôrno do tema central, que é a festa do padroeiro. Já no segundo caso após o ofício religioso, têm início os bailes, que se prolongam por três dias, durante os quais são vendidas as "bonecas do kerb" (garrafas de cerveja, enfeitadas com vestido de papel).

As principais efemérides de Capinzal, são:

1.º de janeiro — criação do Município;

17 de fevereiro — instalação do Município;

29 de junho — São Paulo (festa do padroeiro).

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950, constatou a existência de 11 356 pessoas de cinco anos e mais, sendo que 6 523, ou seja, 57,4% sabiam ler e escrever. Dêsse total, 3 527 eram homens e 2 996 mulheres. Na Sede Municipal, das 1 599 pessoas de cinco anos e mais, 1 272 sabiam ler e escrever, sendo 649 homens e 623 mulheres.

Ensino — Em 1956, funcionaram na cidade e no resto do Município 62 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 2 483 alunos, assim distribuídas: Pré-primário Infantil, 1 unidade com 44 alunos; Fundamental Comum, 58 unidades com 2 401 alunos; Fundamental Supletivo, 1 unidade com 11 alunos e Complementar, 2 unidades com 27 alunos.

No tocante a ensino extraprimário, funcionaram no Município os seguintes estabelecimentos: Ginásio "Mater Dolorum" (curso ginasial); Seminário Seráfico São Francisco, e um Curso Normal Regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Quatro são as associações culturais do Município, das quais, 3 se dedicam a atividades desportivas.

Funciona na cidade o Cine Farropilha, com 500 lugares, e uma estação de rádio, a Rádio Sulina Ltda., e ainda uma Biblioteca Pública Municipal.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	86	2 270	1 647	862	1 635
1951	147	2 393	1 590	1 066	1 578
1952	287	3 150	1 853	1 048	1 836
1953	120	4 054	1 959	1 039	2 103
1954	130	5 790	1 944	1 063	1 685
1955	165	7 230	2 446	1 114	3 031
1956	3 434	10 772	3 463	1 510	4 058

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "Capinzalenses".

Capinzal, tem seu nome originário do "Capim Paulista", abundante nas margens do rio.

É Sede de Comarca e Têrmo, que abrange também o Município de Piratuba.

O eleitorado do Município de Capinzal, em 1958, era de 5 447 eleitores.

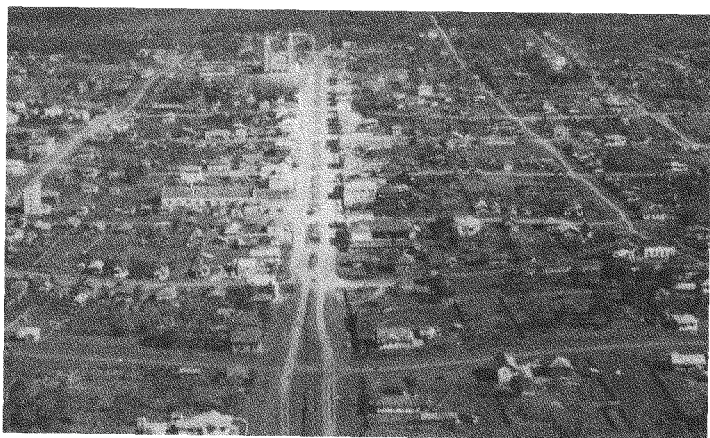
Em 31-XII-1957, existiam os seguintes veículos no Município: a) Veículos a motor — automóveis 25, jipes 37, ônibus e micro-ônibus 1, camionetas 9, motociclos 12, caminhões 75 e tratores 5; b) Veículos à fôrça animada: carros de 2 ou 4 rodas 8, bicicletas 67, carroças de 4 rodas 280.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

CHAPECÓ — SC

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — Segundo alguns autores, em 1641, bandeirantes que demandavam o Rio Grande do Sul teriam atravessado o território de Chapecó, depois de sérias lutas com os índios. O bandeirante Zacarias Dias Côrtes, em 1720, parece ter chegado até o rio Chapecó, a êsse tempo denominado Inhanguera. Outro personagem que, em 1836, pervagou Campos de Palmas a procura de um parente, de nome José de Sá Souto Maior, teria sido o sargento-mor, ou major, José de Andrade Pereira.

Em 1775, e mais tarde, em 1777, para a execução do Tratado de Madrid, celebrado entre Portugal e Espanha, comissões mistas dêsses países localizaram o rio Peperi-guaçu, afluente da margem direita do rio Uruguai.

Vista aérea da cidade

Entretanto o geógrafo espanhol Gondim, discordando dos companheiros de comissão, localizou outro afluente, o atual rio Chapecó. Perseguindo, a exploração chegou à cabeceira do rio Jangada, afluente do Iguaçu, que juntamente com o anterior, estabeleceria a divisa entre as terras litigiadas.

Adotada pela Côrte de Espanha, essa opinião não foi, contudo, aceita por Portugal.

Mais tarde, a República Argentina e o Brasil também participaram do litígio que, só em 1894, foi finalmente decidido em favor do Brasil, em juízo arbitral do Govêrno Norte-Americano. Desde 1839, a região estava incorporada à civilização e habitada por fazendeiros vindos de Guarapuava e Palmeiras, povoações de São Paulo e Curitiba, respectivamente.

Tendo conhecimento de ocupação do então chamado Campos de Palmas, o Govêrno Paulista apressou-se a levar o fato ao conhecimento a Assembléia Provincial, considerando as terras recém-descobertas pertencentes a São Paulo.

O Estado de Santa Catarina, porém, reclamava para si a propriedade dessas terras. Depois, com a elevação de Curitiba a Província do Paraná, entendeu êste Estado reclamar e recorrer ao Poder Judiciário, em ação de reivindicação, obtendo decisões favoráveis.

Iniciada a execução da sentença, que coincidiu com o movimento revolucionário dos "Fanáticos" ou "Jagunços", do Contestado, surgiram anormalidades — no período de 1912 a 1915 — culminando com a intervenção do Presidente Wenceslau Braz, que propôs fôsse feito um acôrdo. Assim, em 1917 assentiu o Paraná em entregar parte do território a Santa Catarina, que por sua vez renunciou ao seu direito à parte restante.

O município paranaense de Palmas contava em 1890, entre outros, com os distritos de Passo do Carneiro (mais tarde Passo Bormann), Campo Erê, Xanxerê e Chapecòzinho; todos êsses passaram para a jurisdição catarinense em virtude do acôrdo, constituindo o território de Chapecó Xanxerê fôra sede da colônia militar dêsse nome e tivera como diretor o Marechal do Exército Brasileiro Bernardino Bormann, por essa época ainda capitão.

Santa Catarina, no território que passou à sua jurisdição, criou os municípios de Mafra, Pôrto União, Cruzeiros (hoje Joaçaba) e Chapecó (Lei n.º 1 147, de 25 de agôsto de 1917). A lei de criação do município fixou a sede na povoação de Passo Bormann que, por lei estadual, foi transferida para Xanxerê (instalada em 1919/20). Em 1923, voltou a sede a Passo Bormann, mas a 5 de março de 1930 era novamente instalada em Xanxerê. Logo após a revolução dêsse último ano retornou a Passo Bormann. Em maio de 1931, porém, foi a sede finalmente instalada na povoação de Passos dos Índios, que passou a chamar-se Chapecó (de 1.º de janeiro de 1939 em diante, por efeito de decreto-lei).

Em 1943, foi criado o Território Federal do Iguaçu, compreendendo Chapecó. Com a Constituição Federal de 1946, extinto o referido Território, o município voltou a fazer parte do Estado de Santa Catarina.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito de Chapecó foi criado com a denominação de "Passo Bormann", pela lei municipal n.º 2, de 22 de dezembro de 1917. Tomou a denominação de Passo dos Índios pelo Decreto n.º 100, de 9-4-931, transferindo-se a sede para a povoação dêsse nome, que, assim, ficou elevada à categoria de vila.

O município foi criado pela Lei estadual n.º 1 147 de 25 de agôsto de 1917, com sede provisória na localidade de "Passo Bormann".

Desanexado da jurisdição do Estado do Paraná, em virtude do acôrdo de limites, de 20 de outubro de 1916, foi instalado a 14 de novembro de 1917. Pela Lei estadual n.º 1 260, de 5 de setembro de 1918, foi designada para sede do município a povoação de Xanxerê, com categoria de vila, a qual passou a denominar-se Rui Barbosa, pela Lei municipal n.º 57, de 10 de março de 1923.

Pela Lei estadual n.º 1 645, de 3 de outubro de 1929, foi restabelecido o nome de Xanxerê e pelo Decreto estadual n.º 10, de 9-4-1931, teve o município por sede a povoação de "Passo dos Índios" que ficou elevada à categoria de vila.

O nome de Chapecó foi dado pelo Decreto-Lei estadual n.º 86, de 31 de março de 1938, que elevou a sede do município à categoria de cidade.

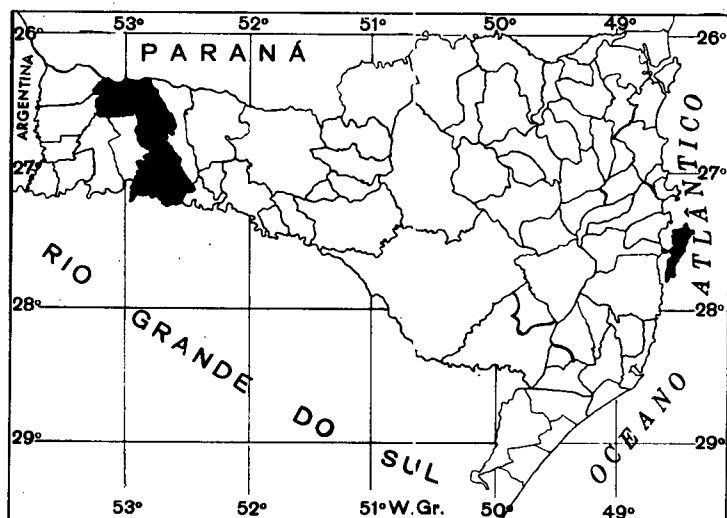
A Comarca de Chapecó foi criada pela Lei estadual n.º 1 147, de 25 de agôsto de 1917 e instalada a 14 de novembro do mesmo ano.

O seu quadro administrativo e judiciário, em 1-III-958, era o seguinte: Comarca, Têrmo e Município — Chapecó. Distritos: Águas do Chapecó; Campo Erê, Cairu, Caxambu, Coronel Freitas, Guatambu, Itaberaba, Marechal Bormann, Quilombo, São Lourenço e Serrinha.

Prefeitura Municipal e Residência do D.A.E. de Rodagem do Estado

Em 21-VI-958, pela Lei n.º 348, Chapecó teve seu município desmembrado, com a criação dos municípios de Campo Erê e São Laurenço do Oeste.

A atual legislatura teve início em 1958, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Plínio de Nez e composta a Câmara Municipal de 13 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Chapecó localiza-se na zona fisiográfica do Oeste. A cidade fica a 405 km em linha reta da Capital do Estado, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 27° 06' 21" de latitude sul e 52° 36' 44" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 400 metros na sede municipal, sendo o 44.° em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — A temperatura média anual é de 16,4°C. No verão a temperatura atinge, às vêzes, quase 30°C. No inverno a temperatura é fria, sendo freqüentes, no interior do município, as geadas.

ÁREA — A área do município é de 3, 772 km², figurando em 4.° lugar em relação à área das demais comunas, na ordem decrescente.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Uruguai, que divide Santa Catarina do Rio Grande do Sul; Rio Chapecó, que divide o município de Chapecó do município de São Carlos. Rio Irani, que divide o município de Chapecó do município de Concórdia; Rio Chalana ou Tigre, afluente da margem direita do rio Uruguai; Salto do Tigre, com 25 m de altura e Serras: do Gregório, Tigre, Irani, Chapecó e Cordilheiras.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) De origem mineral: águas termais em Caxambu, exploradas; pedras cristais; águas minerais de Quilombo em Coronel Freitas, exploradas.

b) De origem vegetal: erva-mate, pinho, cedro, cabriura, canela.

c) De origem animal: veados, capivaras, queixadas, antas, lontras e peixes.

POPULAÇÃO — A população de Chapecó, segundo o Recenseamento de 1950, era de 96 624 habitantes e tinha

Trecho da Avenida Getúlio Vargas

a seguinte composição: homens 49 698; mulheres 46 926; brancos 82 254; pardos 854; pretos 3 317; amarelos 3, e 196 não declararam a côr. Das pessoas de 15 anos e mais em número de 58 352, 15 328 eram solteiras; 41 235 casadas; 1 620 viúvas; 39 desquitadas e 130 não declararam o estado conjugal. Existiam 1 412 estrangeiros e 141 brasileiros naturalizados. Predominaram em religião os que se declararam católicos romanos em número de 87 796, as outras religiões possuem adeptos com pequena escala. A densidade era de 25,6 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 25.° lugar no Estado. Da população 89,9% localiza-se no quadro rural, sendo esta percentagem das mais elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situava-se em 1.° lugar, na relação dos municípios mais populosos do Estado, em 1950, antes dos desmembramentos havidos posteriormente.

A cidade, todavia, ocupa o 24.° lugar em população, relativamente às demais cidades do Estado.

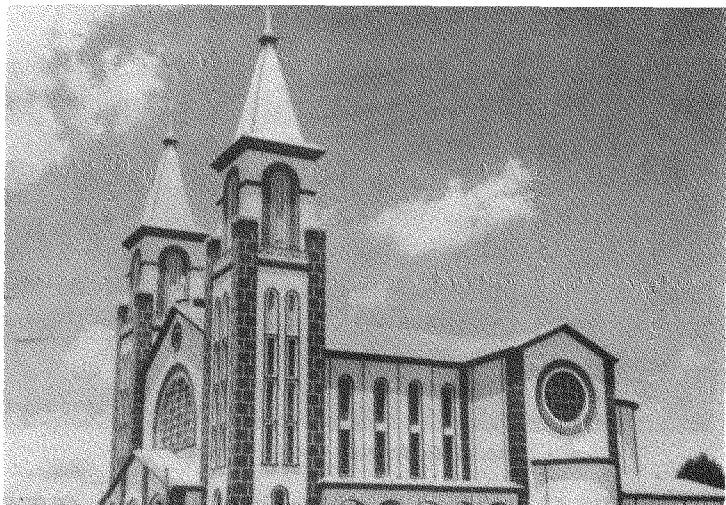
Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município de Chapecó, em 1958, era de 32 288 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São quatro as aglomerações urbanas do município: a cidade de Chapecó, com 2 633 habitantes (1 244 homens e 1 389 mulheres), as vilas de: Campo Erê, com 91 habitantes (46 homens e 45 mulheres), Caxambu, com 213 habitantes (107 homens e 106 mulheres) e Guatambu, com 192 habitantes (88 homens e 104 mulheres, conforme dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu, no ano de 1955, a Cr$ 39 032 945,00.

O município assenta sua economia, principalmente, na extração de madeira de pinho. A produção de pinho serrado, pranchões, tábuas, etc. atingiu, no ano de 1956, a 28 145 m³, no valor de Cr$ 13 260 934,00; seguindo-se banha de porco refinada ou não (314 824 kg, no valor de Cr$ 9 415 090,00; couro de bovino, verde, sêco e salgado (142 396 kg, no valor de Cr$ 4 271 908,00); caixas de madeira desarmadas (2 396 m³, no valor de .... Cr$ 2 156 735,00); lingüiças e salsichas não enlatadas (60 712 kg, no valor de Cr$ 1 959 921,00).

Dos 20 estabelecimentos industriais, 4 dedicam-se a extração e beneficiamento da madeira e 2 são olarias.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 25% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultu-

Igreja-Matriz Municipal

ra". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: milho, fumo em fôlha, trigo, feijão (grão), cebola, batatinha, arroz, abóbora, alfafa, aipim, fava, bata-doce, cana-de-açúcar, alho, abacaxi, amendoim c/casca, centeio, aveia (grão) e cevada; como culturas permanentes: uva e banana. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 163 561 950,00 e o valor da população pecuária, no ano de 1956 foi Cr$ 286 318 500,00. A percentagem da população ativa na indústria é de 14%.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957:

a) de origem animal: barro ou argila (54 000 t no valor de Cr$ 11 620 000,00); pedras p/alicerce ...... (12 000 m³, no valor de Cr$ 450 600,00); tijolos ...... (200 milheiros no valor de Cr$ 240 000,00);

b) de origem vegetal: erva-mate cancheada ...... (144 000 kg, no valor de Cr$ 418 000,00); erva-mate beneficiada (190 000 kg, no valor de Cr$ 1 165 000,00); pinhão (164 000 kg, no valor de Cr$ 612 000,00).

No tocante a produtos transformados ou não de origem animal, a produção atingiu em 1956 o valor de .... Cr$ 15 303 110,00, sendo os principais produtos: banha (122 000 kg, no valor de Cr$ 4 083 000,00); ovos ...... (221 000 dz., no valor de Cr$ 3 370 000,00); leite .... (229 350 l, no valor de Cr$ 1 255 100,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município somam a mais de trezentos os estabelecimentos comerciais (22 atacadistas e 321 varejistas). Funcionam ainda as seguintes agências bancárias: Banco do Brasil S.A., Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A., Banco Nacional do Comércio S.A. e Banco Catarinense Sociedade Cooperativa Central de Crédito Agrícola.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 14 emprêsas rodoviárias para passageiros e 2 emprêsas aéreas para passageiros e cargas.

Dista a cidade cêrca de 644 km da Capital do Estado, por rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais visinhas, também por rodovia: 294 km até a cidade de Dionísio Cerqueira, 199 km até São Miguel d'Oeste; 89 km até Palmitos; 63 km até São Carlos; 180 quilômetros até Itá; 52 km até Seara; 28 km até Xaxim; no Estado do Paraná, 88 km até a cidade de Clevelândia; 198 km até Francisco Beltrão; no Estado do Rio Grande do Sul, 114 km até a cidade de Tarandi; 109 km até Iraí e 114 km até Erechim.

Na cidade funciona uma Agência Postal Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma estação de rádio da Polícia Militar do Estado, uma estação radiotelegráfica da Viação Aérea Rio-grandense (VARIG), uma da Transportes Aéreos Catarinense (TAC) e uma Agência Telefônica de uso público da Companhia Telefônica Catarinense.

No restante do município funcionam dois Postos Telefônicos do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Chapecó tem 2 633 habitantes, sendo a 24.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina e conta com 25 logradouros públicos, sendo 1 pavimentado parcialmente.

É servida de luz elétrica, com 533 ligações domiciliares. Os edifícios mais importantes são: Igreja-Matriz, Grupo Escolar Marechal Bormann, Residência do Departamento de Estradas de Rodagem, Pôsto de Saúde, Hospital Santo Antônio, Prefeitura Municipal, clínica dos Irmãos Rauem, Coléigo Bom Pastor. A cidade dispõe de 7 hotéis e 1 aeroporto.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica no município é prestada à população por 5 médicos, 2 dentistas, 1 farmacêutico e 3 auxiliares de saúde. O Hospital, 2 clínicas gerais e 2 Postos de Saúde servem à população, com assistência médica em geral.

Existem 7 farmácias no município.

COOPERATIVISMO — Na cidade funciona a Cooperativa Madeira Vale do Uruguai Lt.da, instalada em 1945, com 53 sócios e uma Agência do Banco Catarinense.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950, constatou a existência de 77 267 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 37 153, ou seja 48%, sabiam ler e escrever. Dêsse total 20 267 eram homens e 16 886 mulheres. Na sede municipal das 2 180 pessoas de cinco anos e mais, 1 634 sabiam ler e escrever, sendo 803 homens e 831 mulheres.

Ensino — Em 1956, funcionaram na cidade e no resto do município, 139 unidades de Ensino Primário Geral, com

Bela vivenda da cidade

matrícula efetiva de 6 519 alunos, assim distribuídas: Pré-primário Infantil, 1 unidade com 118 alunos; Fundamental Comum, 134 unidades com 6 336 alunos e Complementar, 4 unidades com 65 alunos.

No tocante a ensino extraprimário, funcionaram no município a Sociedade Chapecó (Curso Ginasial) e um Curso Normal Regional, datilografia e bordado.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Três são as associações culturais do município, tôdas elas dedicadas a atividades desportivas. Funciona na cidade um cinema, o Cine Ideal, com 608 lugares.

A cidade conta com dois jornais e uma estação radiodifusora.

FINANÇAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 836	721	3 978	2 478	3 914
1951	2 204	10 415	5 190	3 340	4 000
1952	3 531	10 586	7 168	4 365	6 994
1953	5 938	17 409	3 048	5 229	7 820
1954	8 125	6 423	4 590	1 656	4 336
1955	14 341	270	3 393	1 840	3 142
1956	19 051	29 490	6 340	3 175	3 721

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — São religiosas as principais efemérides do município.

No tocante a cultos, há que assinalar: Culto Católico Romano: Paróquia de São José, com 2 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, 9 capelas públicas; Paróquia de São Jerônimo, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz e 14 capelas; Paróquia Santo Antônio de Pádua, com 3 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, 30 capelas públicas e 2 semipúblicas; Paróquia de São Lourenço, com 2 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, e 45 capelas públicas.

Culto Protestante: Igreja Cristã Presbiteriana e Igreja Evangélica Assembléia de Deus.

Culto Espírita: 1 Centro Espírita.

EFEMÉRIDES — As principais efemérides do município, são: 13 de junho, festividade de Santo Antônio de Pádua e Lisboa — padroeiro; e 25 de agôsto: criação do município de Chapecó — 1917.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "chapecoenses".

O topônimo "Chapecó", segundo Lucas Boiteux, viria de "echá", ver, avistar, "apé", caminho e "cô", roça, ou seja, donde se avista o caminho da roça.

Outros dizem que a origem é "echa" de "eça", olhos, vista, e "pecó", freqüente, isto é, o que se avista com freqüência.

Telêmaco Borba conclui que é têrmo caingangue de "chá", cachoeira e "embetcó", modo de caçar ratos à noite com fachos, ou seja, cachoeira onde se caçam ratos à noite, à luz de fachos.

Chapecó é sede de Comarca e Têrmo.

É também sede de Bispado, tendo sido seu primeiro Bispo D. José Thurler.

O eleitorado de Chapecó, em 1958, era de 10 649 eleitores.

Em 31 de dezembro de 1957, existiam no município, os seguintes veículos:

a) veículos a motor: automóveis 87, jipes 39, ônibus e micro-ônibus 14, camionetas 33, motociclos 5, caminhões 227, tratores 25;

b) veículos a fôrça animal: carros de 2 ou 4 rodas 10, bicicletas 178, carroças de 4 rodas 120.

É um dos municípios promissores do Estado de Santa Catarina, cujo futuro dependerá em grande parte da Estrada do Trigo, em construção, que deverá ligá-lo diretamente com a Capital do Estado.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

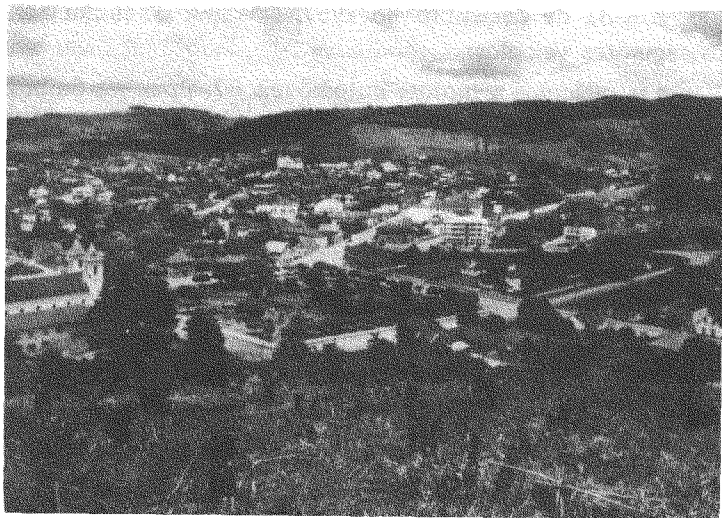
CONCÓRDIA — SC

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — Na história do município não há referência à época anterior a 1912, ano em que se verificaram incursões mais demoradas dos fanáticos guiados pelo lendário Monge José Maria, causa de grandes movimentos entre a população do vasto território chamado "CONTESTADO". Assinala a história um combate no Fachinal Irany, a 22 de outubro daquele ano.

Daí para trás tudo é impreciso. O território que hoje forma os municípios de Concórdia, de Seara, de Itá, e parte de Piratuba, pertencia ao município de Cruzeiro do Sul, hoje Joaçaba.

Primeiramente, a zona em que se situa hoje o Município de Concórdia, especialmente a sede do Município, denominava-se Queimados, nome dado, aliás, a um lajeado que atravessa o perímetro urbano da cidade. Conta-se que no tempo do caudilho Fabrício das Neves, que mantinha seu quartel general, nas redondezas (precisamente nos fundos do terreno fronteiro ao atual Hotel Concórdia), existia um velho caboclo, apelidado por "Tigre Velho", cujo nome indica um córrego afluente do Queimados (no campo de futebol), autor segundo dizem da queimada de diversos corpos, que ficaram abandonados após uma refrega entre os fanáticos. Quer nos parecer seja esta a versão mais acertada da origem do nome Queimados, ou ainda hoje Lajeado dos Queimados, pelo qual ainda se indica êsse afluente do Uruguai, que atravessa a cidade. Posteriormente, com o estabelecimento da Emprêsa Colonizadora Mosele, foi êste topônimo mudado para Colônia Concórdia. A mudança do nome de Queimados para Concórdia, parece haver sido feita atendendo a fator psicológico.

O primeiro contacto do braço colonizador foi feito pela Brazil Development & Colonization Company, em 1917, abrangendo grandes áreas situadas nas margens dos rios do Peixe e Uruguai, sem todavia para cá dirigir corrente imigratória ponderável, limitando-se a um movimento mais no sentido regional, o que influiu na criação, pelo município de Cruzeiro, do distrito de Bela Vista, como nos faz ciente a Lei n.º 15, de 20 de janeiro de 1919, tendo por sede a localidade hoje denominada Esteves Júnior. Duas localidades apresentam no município de Concórdia as características de primeiro ponto de penetração; a primeira conhecida por Itá, que estava sob a influência do hoje muni-

Vista geral da cidade

cípio de Erechim e Alto Bela Vista, que à época dependiam do município de Marcelino Ramos. De 1922 a 1925, o trabalho colonizador teve seus primeiros passos com a constituição das firmas Luce Rosa & Cia., Colonizadora Capelli, Colonizadora Brun e Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia., cabendo à Luce Rosa a colonização da zona da uva, à Capelli a da fazenda Rancho Grande, aos Brun a fazenda Suruvy e à Emprêsa Mosele as fazendas do Rio do Engano e Sertãozinho.

Uma das características principais da colonização foi a instituição do regime da pequena propriedade, variando os lotes coloniais entre 8 a 15 alqueires paulistas, permitindo um aglomerado mais denso das populações que para aqui imigraram.

A participação das emprêsas colonizadoras no povoamento e progresso do território é hoje assunto incontestável, pois foram elas que canalizaram, principalmente do Rio Grande do Sul, enorme quantidade de famílias de origem italiana e alemã. Nenhuma corrente imigratória externa foi para aqui trazida, de modo que o município não apresenta nenhum problema racial. Nota-se, ao percorrer o Município, a diversidade dos métodos de cultura do solo e mesmo da criação. Os modernos métodos da agricultura estão obtendo preponderância no meio rural, dados os serviços de assistência técnica difundidos pela moderna Associação Rural de Concórdia. Com o desenvolvimento da atividade colonizadora, o território começou a demonstrar capacidade econômica, a partir de 1931, razão por que, a 12 de julho de 1934, após trabalho exaustivo dos elementos de projeção social, tendo à frente o Senhor Leonel Mosele, um dos diretores da Sociedade Territorial Mosele, Eberle Ahron & Cia., o então Interventor Federal do Estado, Coronel Aristiliano Ramos, pelo Decreto n.º 635, concedia autonomia municipal a Concórdia, sendo o município instalado a vinte e nove daquele mês, e formado por território desmembrado do Município de Cruzeiro. Mais tarde, por permuta com o município de Campos Novos, obteve o distrito de Uruguai, dando o de Ipira; posteriormente para a formação do município de Piratuba, viu seu território desmembrado dos distritos de Esteves Júnior e Uruguai. Ainda, para a formação do município de Seara, concorreu Concórdia com os distritos de Itá e Seara (antigo Nova Milano), isto em conseqüência da nova divisão territorial do Estado, em 1953.

O Cartório do Registro Civil, em Concórdia, foi criado em 27 de maio de 1926. A primeira escola primária, em 22 de maio de 1926. A Agência Postal, em 20 de fevereiro de 1929. A Estação Telegráfica, em 1.º de dezembro de 1940. A Coletoria Estadual, em 22 de novembro de 1933. A Coletoria Federal, em 10 de novembro de 1937. A Comarca de Concórdia abrangendo Concórdia e o município de Rio do Peixe, hoje Piratuba, foi criada pelo Decreto n.º 697, de 5 de novembro de 1934, e instalada em 24 de fevereiro de 1935, sendo seu primeiro Juiz, o Doutor AUGUSTO LUSTOSA TEIXEIRA DE FREITAS. A Paróquia foi criada em 14 de julho de 1932, tendo por primeiro vigário Frei Minolfo Ellers, que tomou posse a 16 de setembro de 1934.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVO-JUDICIÁRIA — O distrito de Concórdia foi criado pelo Lei Municipal n.º 82, de 11 de agôsto de 1927, com território desmembrado dos de Bela Vista, Itá e Irani, do Município de Cruzeiro, e instalado a 10 ou 25 de setembro do mesmo ano.

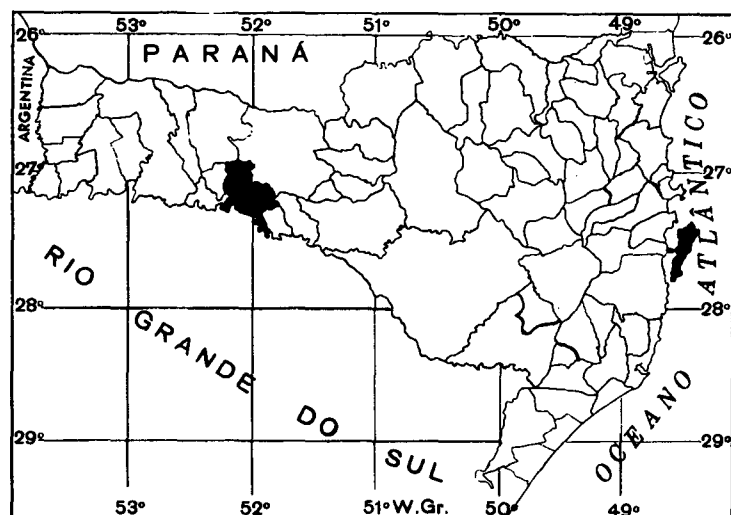
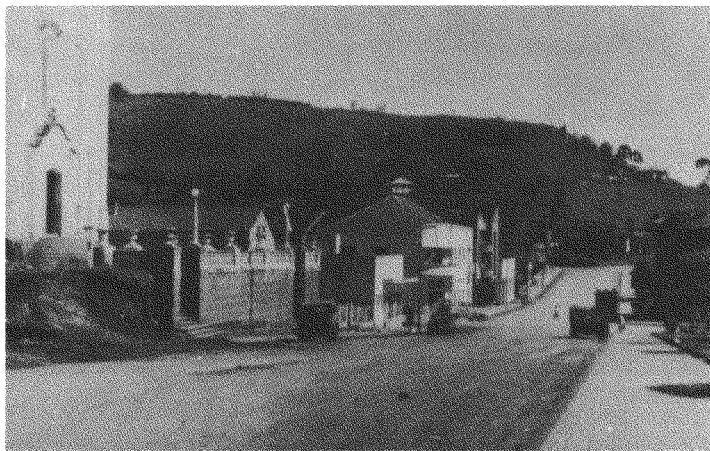
O Município de Concórdia foi instituído, com território desmembrado do de Cruzeiro, pelo Decreto Estadual n.º 635, de 12 de julho de 1934, ocorrendo a instalação a 29 do mesmo mês.

A Lei Estadual n.º 697, de 5 de novembro de 1934, criou a Comarca, que se instalou em 24 de janeiro do ano seguinte.

O quadro administrativo e judiciário vigente em 1958, estava assim constituído: Comarca, Têrmo e Município: Concórdia; distritos: Arabutá, Ipumirim e Volta Grande. A Câmara de Vereadores compõe-se de 11 membros.
de Itá, composto apenas do distrito da sede e Seara, com os distritos da sede, Caraíba, Nova Tentônia e Xavantina.

Acha-se em vigência a legislatura iniciada em 1955. O atual Prefeito Municipal é o sr. Fioravante Massolini. A Câmara de vereadores compõe-se de 11 membros.

LOCALIZAÇÃO — Concórdia localiza-se na zona fisiográfica de Rio do Peixe com as seguintes coordenadas geográficas: 27º 13' 55" de latitude sul e 52º 01' 26" de longitude W.Gr.

Sua distância em linha reta da Capital do Estado é de 345 km (52.º lugar em relação aos demais municípios).

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Vista parcial da Rua Marechal Deodoro

ALTITUDE — A sede do Município situa-se a 500 metros de altitude, sendo a 48.ª no Estado, em ordem crescente.

CLIMA — A temperatura média anual é de 16º,4 centígrados, registrando-se chuvas abundantes durante a estação invernosa. É comum a ocorrência de granizo.

ÁREA — O município figura em 19.º lugar em superfície no Estado, com 1 456 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município é banhado por diversos cursos de água. — Rio do Peixe, do Engano, Jacutinga, Rancho Grande e um elevado número de afluentes do Rio Uruguai, êste navegável na época das cheias por balsas de madeira. Embora de conformação acidentada no seu leito, não possui o Rio Uruguai quedas de água de grande aproveitamento, exceção feita à do Estreito na divisa com o Estado do Rio Grande do Sul, com 8 m de altura, onde se projeta uma das maiores usinas hidrelétricas do Sul com capacidade já levantada de 194 000 H.P.

O Rio Uruguai desce de suas nascentes com aproximadamente 400 metros de largura para ter na altura do Estreito apenas 60 centímetros, podendo assim um homem, em virtude da diminuta largura, colocar um pé em terras de Santa Catarina (Concórdia) e o outro no Rio Grande do Sul.

RIQUEZAS NATURAIS — As madeiras em geral, as pedras para construção e a argila para fabricação de tijolos são as principais fontes de riqueza vegetal e mineral.

POPULAÇÃO — Dentre os municípios de todo o Estado, existentes em 1.º de julho de 1950, data do último Recenseamento Geral do Brasil, Concórdia classifica-se em 11.º lugar com 48 014 habitantes.

A cidade ocupa o 25.º lugar em relação às demais de Santa Catarina.

Dos habitantes do município, 24 584 eram do sexo masculino e 23 430 do feminino; 45 942 eram brancos, 1 736 pretos, 86 pardos e 24 não declararam a côr. No grupo das pessoas de 15 anos e mais, em número de 24 422, declararam-se casados 15 396, solteiros 8 171, viúvos 687 e desquitados 24, nada declarando quanto ao estado conjugal, 144 pessoas; quanto à nacionalidade, 547 eram estrangeiros e 175 brasileiros naturalizados. Das religiões, a Católica Romana congrega maior número.

A densidade populacional é de 32,9 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o município o 14.º lugar no Estado.

Concórdia apresenta-se com uma das maiores porcentagens de população rural no Estado, com a média de 92,2%, superior à média estadual que é de 76,4%.

O Departamento Estadual de Estatística estimou, em 1958, a população do município em 49 523 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A sede municipal e duas vilas são as principais aglomerações urbanas. Naquela se localizam 2 593 habitantes (1 269 homens e 1 324 mulheres); na vila de Arabutá residem 142 pessoas (72 homens e 70 mulheres); na de Ipumirim 274 são os habitantes encontrados — 136 do sexo masculino e 138 do sexo feminino. Êsses dados foram obtidos através do Recenseamento Geral de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade fundamental à economia do Município é a suinocultura.

Nos ramos de indústria em geral, a população alcançou a elevada soma de Cr$ 277 168 701,00. A produção de banha de porco (refinada ou não), em 1955, atingiu a 4 956 470 kg, avaliados em Cr$ 118 355 763,00; na ordem de importância seguem-lhe a produção de lingüiças e salsichas não enlatadas, com 1 623 187 kg, valendo ...... Cr$ 35 141 271,00; a de farinha de trigo (3 112 305 kg — Cr$ 21 702 164,00); de toucinho defumado (483 000 kg no valor de Cr$ 7 245 000,00) e de carne de suínos salgada (541 161 kg, avaliados em Cr$ 7 235 000,00).

Sob o ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" congregam-se 27% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais).

As principais culturas (temporárias) são o milho, o trigo, a mandioca, o feijão (grão), a batata-doce, a batatinha, o fumo em fôlha, o aipim e o arroz. Como culturas permanentes, as de maior importância são: a uva, a laranja, o figo, a bergamota, a tangerina e a noz européia.

O valor da produção agrícola, em 1957, atingiu Cr$ 278 651 145,00 e a população pecuária, existente no município no ano anterior, estava avaliada em .... Cr$ 266 184 000,00.

A percentagem da população ativa na indústria é de 2%.

Relativamente à produção extrativa, estimativa da Agência Municipal de Estatística, referente ao ano de 1957, destacou como principais produtos os seguintes: tijolos (2 200 milheiros no valor de Cr$ 2 860 000,00), telhas (420

Praça da Bandeira, ao fundo a Igreja-Matriz da Paróquia de N. S.ª do Rosário

milheiros no valor de Cr$ 1 420 000,00), areia (100 toneladas no valor de Cr$ 50 000,00), lenha (93 500 m³ no valor de Cr$ 9 350 000,00), carvão vegetal (87 500 kg no valor de Cr$ 262 500,00) e pinhão (10 300 kg avaliados em Cr$ 61 800,00).

Na indústria de produtos transformados a produção, em 1956, foi avaliada em Cr$ 206 617 450,00, sendo os principais produtos a banha (3 300 kg no valor de Cr$ 132 000,00), o salame cru (431 000 kg no valor de Cr$ 21 550 000,00) e toucinha salgado (391 800 kg avaliados em Cr$ 13 713 000,00).

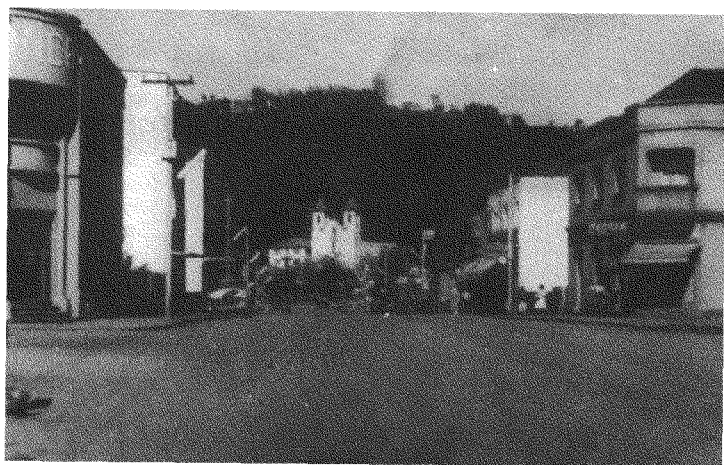
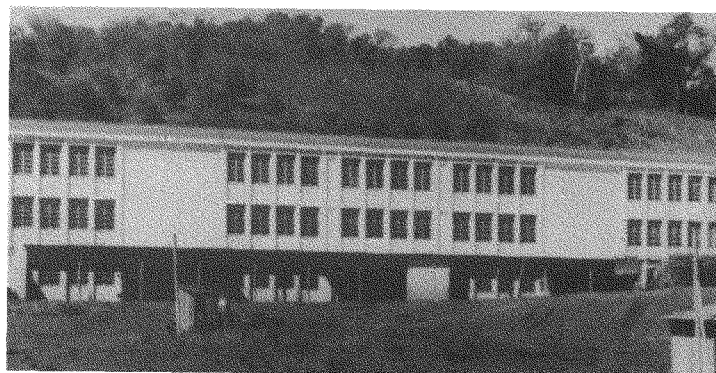
Dos onze estabelecimentos existentes no setor industrial, 1 dedica-se à produção de banha de porco, 1 à olaria e 2 à fabricação de bebidas.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio atacadista dispõe de 4 estabelecimentos de vendas e o varejista de 324. No ramo bancário, a Agência do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO) é o único que opera no município. Além dêsses, funcionam em Concórdia algumas cooperativas, entre elas, a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Lt.da e a Caixa Rural União Popular de Bela Vista. As principais praças com que o comércio mantém transação são: Pôrto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Londrina, Ponta Grossa e Joaçaba.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município dispõe de linhas rodoviárias, ferroviária e aérea. Duas das emprêsas rodoviárias restringem-se ao transporte de carga.

Localizada a 555 km de Florianópolis, a sede municipal tem as seguintes distâncias das sedes das comunas vizinhas: 141 km até Xanxerê, 39 km até Seara, 38 km até Itá, 63 km até Piratuba, 60 km até Capinzal, 82 km até Joaçaba e, respectivamente, 41 e 83 km até às cidades de Marcelino Ramos e Erechim, no Estado do Rio Grande do Sul.

Cinco órgãos especializados em comunicação funcionam no município: duas Agências Postais e uma postal telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, a Estação de Rádio da Polícia Militar do Estado, a Agência Postal Telefônica da Cia. Telefônica Catarinense (de uso privado). Os dois primeiros funcionam no interior do município; os demais na sede.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Concórdia, com 2 593 habitantes, classifica-se em ordem crescente de população, em 25.º lugar com relação às demais sedes municipais.

Vista parcial da Rua do Comércio

Ginásio São José

A 7 km da cidade encontra-se o Aeroporto "Pedra Ferro" de propriedade do Govêrno Municipal, utilizado pelos aviões da consórcio "Real-Sadia Transportes Aéreos".

Seis dos 32 logradouros públicos já se acham com as obras de pavimentação concluídas.

Dispõe a cidade de iluminação pública e particular, tendo sido efetuadas 458 ligações domiciliares.

Edifícios mais importantes: a Igreja Matriz, a Prefeitura Municipal, o Hospital "São Francisco", o Pôsto de Saúde, a Associação Rural, os Edifícios "Itaíba" e "Lorena", o Ginásio "São José" e o Clube Aliança.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Cinco hospitais, 1 Pôsto de Saúde e o Núcleo Regional do SESI prestam assistência hospitalar.

Existem em todo o município, 6 médicos, 3 dentistas, 1 auxiliar de saúde e 5 farmacêuticos.

As farmácias são em número de 8.

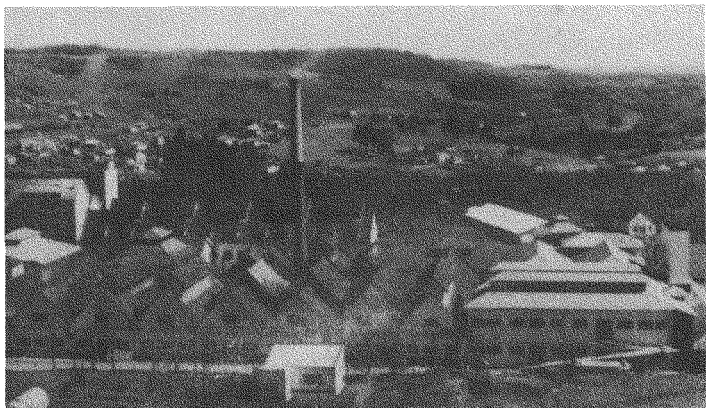
COOPERATIVISMO — A principal associação de cooperativismo é a Caixa Rural União Popular de Bela Vista à qual se acham filiados 995 sócios. Outras com menor número de associados são: a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Ltda., a Cooperativa Mista Engenho Velho Ltda. (com 67 sócios), a Cooperativa Mista Pôrto Alegre Ltda. (com 57 sócios) e a Cooperativa Agrícola Mista São Roque Ltda. (com 45 sócios).

ALFABETIZAÇÃO — Em 1950, de acôrdo com os resultados do Recenseamento Geral, foi estimada em 38 508 a quantidade de pessoas (de 5 anos e mais) existentes no município, que sabiam ler e escrever. Dêsse total, 12 910 eram homens e 11 403 mulheres. Na sede municipal, das 2 195 pessoas no mesmo grupo de idade, 1 825 eram alfabetizadas, sendo 950 do sexo masculino e 945 do sexo feminino.

ENSINO — Em 1956, achavam-se em atividade no município 102 unidades escolares de ensino primário geral. A matrícula efetiva nessas unidades escolares era de 5 113 alunos, assim distribuídos: fundamental comum — 101 unidades com 5 098 alunos, e complementar 1 unidade com 15 alunos.

Dos estabelecimentos de ensino extraprimário, dois funcionaram com curso ginasial (o Ginásio Concórdia e o Ginásio "São José") e um com curso normal regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem no município diversas agremiações de caráter cultural, a maioria delas (21) dedicadas às atividades desportivas.

A cidade dispõe de um cine-teatro, o "Colombo", com 1 060 poltronas, uma radioemissora e duas livrarias.

Vista de um grande frigorífico instalado na cidade

Dois periódicos circulam na cidade: o jornal A Voz de Concórdia (noticioso quinzenal) e O Jornal da Semana (semanal).

FINANÇAS — O quadro das finanças públicas no município de Concórdia, no período de 1950-1956 apresentava as seguintes cifras:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	2 594	5 034	2 958	1 758	2 963
1951	2 984	7 108	3 057	2 385	3 224
1952	3 892	9 844	4 490	3 406	4 730
1953	7 219	13 104	5 283	3 520	4 714
1954	8 168	15 489	5 948	3 098	6 401
1955	9 288	22 333	6 260	3 181	6 584
1956	12 954	31 741	9 029	3 698	8 889

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Três paróquias propagam o culto católico romano em Concórdia: a de Nossa Senhora do Rosário (com 4 sacerdotes, 1 Igreja Matriz e 44 capelas públicas), a do Puríssimo Coração (com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz e 8 capelas públicas) e a da Sagrada Família (com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz e 12 capelas públicas).

Quatro comunidades evangélicas luteranas (a de Rancho Grande com 7 igrejas) pregam o culto protestante.

A principal festa religiosa é a de Santo Antônio de Pádua e Lisboa, padroeiro do município, no dia 13 de junho. A 29 do mesmo mês é comemorado o Dia do Município.

A 7 de outubro festeja-se o dia de Nossa Senhora do Rosário, santa padroeira.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Aos habitantes locais dá-se o nome de "concordienses". O nome "Colônia Concórdia" havia sido dado pela Emprêsa Mosele Eberle, Ahron & Cia. à área de terra comprada à Brazil Development Colonization Company, em 1925.

Concórdia é sede de Comarca e Têrmo. A Comarca abrange além dêsse o município de Seara e Itá.

O eleitorado do município, em 1958, era de 9 220 eleitores.

Em 31-XII-957, mais de cinco centenas de veículos a motor eram encontrados no município, além de 3 345 de tração animal. Dos primeiros, 107 eram automóveis, 57 "jeeps", 12 micro-ônibus, 50 camionetas, 16 motociclos, 251 caminhões e oito tratores; dos últimos 6 eram carros de 2 ou 4 rodas, 329 bicicletas e 3 110 carroças de 4 rodas.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

CRICIÚMA — SC

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — Em 1735, mais ou menos, era feita uma concessão de sesmaria a Jerônimo de Castro, nas alturas de Urussanga, o que nos leva a crer que nela se achava incluído o território do atual Município de Criciúma, devendo estas terras ter sido visitadas e trilhadas então.

A bem dizer, porém, sòmente entradas e bandeiras passavam por estas plagas, continuando quase virgem, e, a terra à míngua de colonizadores reais, até 6 de janeiro de 1880, data em que se fundavam as colônias de Criciúma, com imigrantes italianos vindos da zona setentrional da península itálica, de Veneza, Beluno e Treviso, da corrente imigratória que teve o seu início em 1837.

Nos primeiros tempos da colonização, muitos colonos caíram mortos, na luta com o elemento indígena. Através de montanhas, matos e rios, os imigrantes fizeram caminhadas longas e cansativas, rasgando picadas até encontrarem o pequeno rio ensombreado por coqueiros — rio Criciúma — em cujas margens plantaram o esbôço da povoação.

Eram 22 famílias, com 139 pessoas, entre homens, mulheres e crianças, que constituíram a leva inicial daqueles colonizadores.

Dêstes primeiros imigrantes, uns poucos ainda são vivos, e da relação dos mesmos, constam as famílias Pizetti, Scotti, Sônego, Benedet, Casagrande, De Luca, Dário, Pavan, Netto, Martinello, Peireini, Tomé, Zanette, Milanez, Darós, Biléssimo, Meller, Miliolli, Ortelan, Venson, Piazza e Barbieri.

A colônia de Criciúma, desenvolveu-se ràpidamente, e, em 1892, era elevada à categoria de Distrito de Paz, como sexto distrito de Araranguá, conforme a seguinte lei:

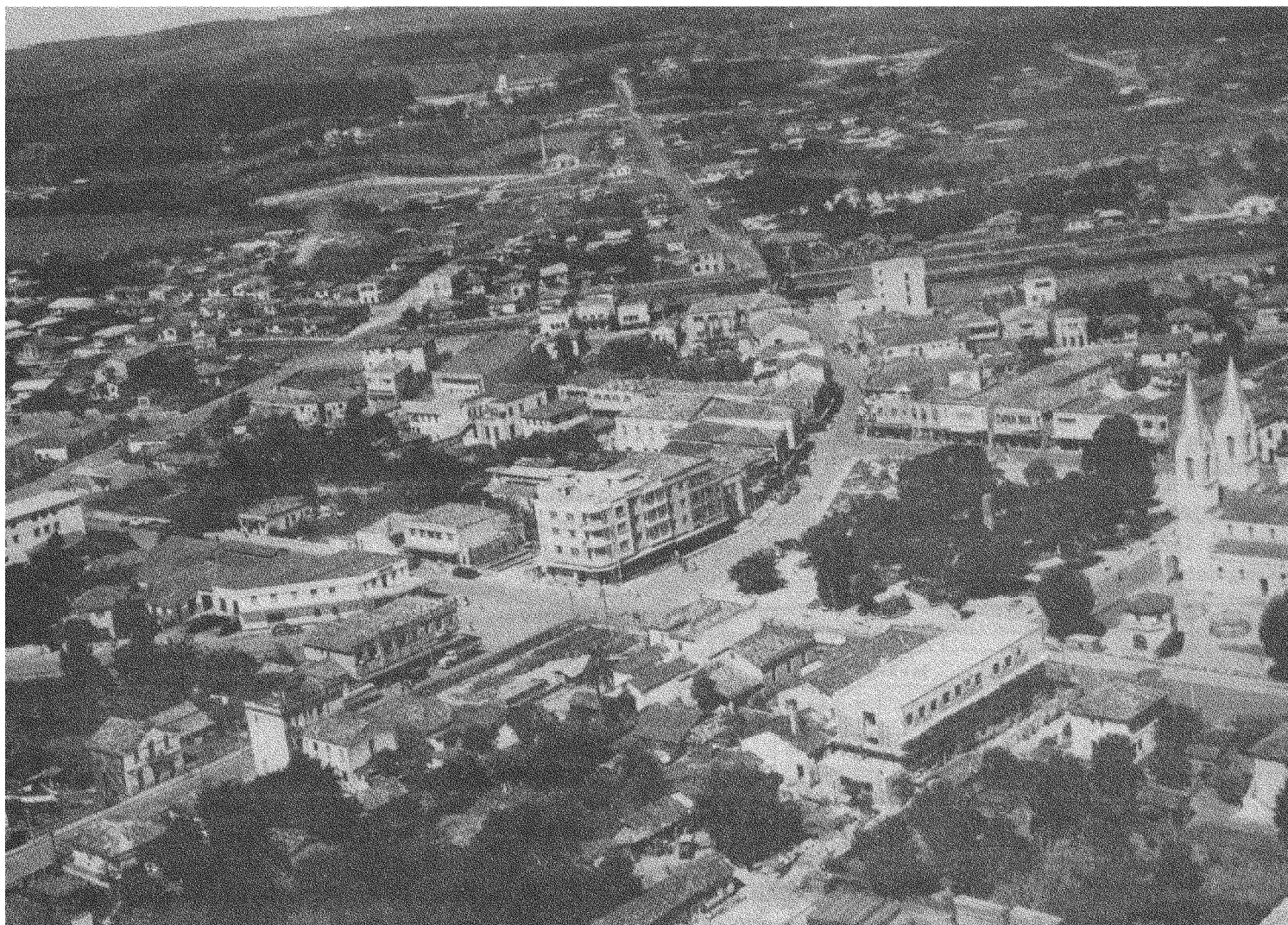
"Lei n.º 48, de 2 de setembro de 1892.

O Tenente Manoel Joaquim Machado, Presidente do Estado de Santa Catarina.

Faço saber que o povo catarinense, por seus representantes, decreta e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica criado no Município de Araranguá, no núcleo colonial denominado "S. José de Crìciúma" um distrito de paz.

Art. 2.º — Os limites para êste distrito são: ao norte, abrangendo tôda a colônia de Nova Veneza; ao sul, pela terceira linha do rio Sangão; a oeste, pelo costão da Serra

Vista parcial da cidade

Vista parcial aérea da cidade

e do rio Mãe Luzia; depois de sua saída da mesma colônia, e a leste, pelas sesmarias da Urussanga Velha, respeitando-se os limites de Jaguaruna.

Art. 3.º — Fica criada na sede do distrito uma escola mista de instrução primária.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a tôdas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Resolução pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

O secretário dêste Estado a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palácio da Presidência do Estado de Santa Catarina, aos dois dias do mês de setembro de mil oitocentos e noventa e dois, quarto da República.

(L. do S.) Tenente Manoel Joaquim Machado.

Nesta Secretaria da Presidência do Estado de Santa Catarina, foi selada e publicada a presente Resolução, aos 2 dias do mês de setembro de 1892.

O Secretário Interino,
Júlio Caetano Pereira".

O progresso, era então, baseado na agricultura e no comércio. Houve, entretanto, três novos fatôres que vieram impulsionar ainda mais o progresso latente da comunidade: o início da exploração do carvão-de-pedra, em 1913; a construção da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, na década 1920-1930, e a criação do Município, em 1925.

Nesta última data, havia no Município uma população estimada em 8 500 habitantes, e a Sede Municipal, começava a ter foros de uma cidade planificada.

O desenvolvimento era acentuado e um novo fato veio aumentar ainda mais o crescimento da população com aumento da circulação das riquezas municipais: foi a segunda grande guerra mundial.

O consumo do carvão-de-pedra, cresceu então, e a indústria carbonífera tornou-se um dos esteios da economia regional.

Famílias inteiras deixavam os municípios vizinhos e se transferiam para o novo "Eldorado" do ouro negro.

Igualmente, o colono era deslocado da agricultura para o trabalho na indústria de extração mineral, e o Município, daquela particularidade essencialmente agrícola que possuía, nos primeiros anos de sua colonização, passou a ser conhecido, em menos de um século de existência, como a "Capital do Carvão".

O fim da guerra, diminuiria em parte, o consumo do carvão-de-pedra, porém o impulso progressista que embalava a cidade, não sofreria solução de continuidade, com o aparecimento de novas possibilidades industriais, comerciais e o retôrno a uma lavoura eficiente e produtiva.

Vista de um trecho da Rua João Pessoa

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito de Criciúma foi criado pela Lei estadual n.º 48, de 2 de setembro de 1892.

O Município foi criado pela Lei estadual n.º 1 516, de 4 de novembro de 1925, com território desmembrado do de Araranguá, tendo sido instalado em 1.º de janeiro de 1926.

Em face do Decreto-lei estadual n.º 941, de 31 de dezembro de 1943, o município e o distrito sede tiveram a grafia de seu topônimo alterada de Cresciuma para Criciúma.

A Comarca de Criciúma foi criada pelo Decreto-lei estadual n.º 941, de 31 de dezembro de 1943.

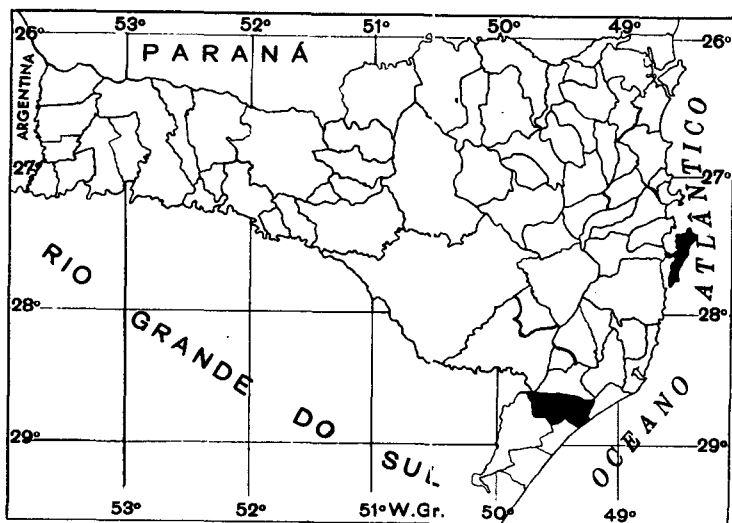
Seu quadro administrativo e judiciário, em 1.º-III-1958, era:

Comarca, Têrmo e Município: Criciúma.

Distritos: Içara e Nova Veneza.

Pela Lei n.º 348, de 21 de junho de 1958, da Assembléia Legislativa do Estado, foi criado o município de Nova Veneza, com território desmembrado do de Criciúma.

A atual legislatura teve início em 1955, tendo sido eleito Prefeito, o Sr. Addo Caldas Faraco, e composta a Câmara Municipal de 11 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Criciúma localiza-se na zona fisiográfica de Laguna. A cidade fica a 146 km em linha reta da Capital do Estado, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 28° 40' 48" de latitude sul e 49° 22' 02" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 46 metros na Sede Municipal, sendo o 26.º lugar em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — O clima do município é bastante quente, apesar dos constantes ventos batidos do norte. É sêco no verão, alcançando a temperatura, em alguns lugares, a mais de 35°C. Predominância de chuvas no verão, com trovoadas.

ÁREA — A área do município é de 1 000 km², figurando em 31.º lugar em relação às demais áreas das comunas do Estado.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Quedas d'água nos rios Morto, Mãe Luzia e São Bento. Rios Mãe Luzia, Morto, São Bento, Cedro, Sangão, Ronco d'Água e Urussanga. Morros do Ex-Patrimônio, com 237 metros de altura, aproximadamente; do Cedro, com 230 metros de altura, e dos Esteves, com 160 metros de altura, aproximadamente. As serras existentes são ramificações da Serra do Mar, e seguem a direção norte-sul.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — As madeiras de lei, canela e peroba, constituem as principais riquezas de origem vegetal.

No que diz respeito às riquezas naturais de origem mineral, avulta o carvão-de-pedra, cuja exploração já deu origem a que Criciúma fôsse denominada a "Capital do Carvão".

E, em se tratando de município, cuja economia assenta, principalmente, na extração do carvão-de-pedra, é justo que alguma coisa seja dita acêrca da história do "ouro negro", em Santa Catarina.

Anteriormente ao ano de 1831, já eram conhecidos os afloramentos de jazidas carboníferas no Tubarão, nas proximidades da bifurcação dêste rio com os de Passa Dois e Bonito. Reza a tradição, que a primeira notícia sôbre a existência do carvão, deram-na tropeiros que desciam do planalto em direção ao pôrto de Laguna, percorrendo uma picada aberta na Serra Geral, que atingia o lugar hoje conhecido como Barro Branco.

Preparando a refeição, ao cair da tarde, notaram que diversas pedras pretas que haviam acercado ao fogo para servirem de sustentáculo à panela, entraram em combustão e reduziram-se a cinzas.

A notícia, levada a Laguna, despertou a curiosidade pública e propagou-se pela província. O ano, era 1827 ou 1828.

Pouco tempo depois, verificada a existência real das tais pedras que prendiam fogo e reconhecidas como sendo carvão-de-pedra, organizou-se, em Santa Catarina, uma associação ou comandita para a exploração da jazida.

Por essa associação, foi dirigida uma proposta ao Govêrno da Província, que a encaminhou ao Poder Legislativo do Império. A Câmara dos Deputados mandou o memorial à Comissão de Minas e Bosques, e essa, por ofício de 18 de junho de 1832, pedia informações ao Presidente da Província de Santa Catarina.

Quando o pedido de informações chegou ao Destêrro — hoje Florianópolis — em maio de 1833, já estava dissolvida a associação e não teve, por isso, maior andamento.

A primeira pessoa entendida no assunto que visitou as minas de carvão, foi um tal Sellow, que, após estudos superficiais, enviou um memorial ao Govêrno, acompanhado de amostras de minério.

O interêsse pela descoberta das jazidas estava, então, latente e interessava o poder público do Império, tanto assim que, em 1833, às expensas do Govêrno, Alexandre Davidson examinou as minas e deu opinião de serem extensas, o carvão de boa qualidade e mereciam ser exploradas. Com o seu relatório, enviou amostras, que foram remetidas para o Rio de Janeiro, com ofício da Presidência de Santa Catarina, de 26 de março de 1834.

Em 1835, reiterava a Assembléia da mesma Província por uma maior atenção ao assunto, encaminhando memorial à Câmara dos Deputados, pedindo que se mandasse proceder a pesquisas mais completas e que se resolvesse definitivamente a lavra das minas de Tubarão. O pedido ficou sem solução.

Em princípios de 1837, Augusto Kersting requereu privilégio para organizar companhias destinadas à mineração de carvão-de-pedra nas imediações de Laguna, mas, em setembro do mesmo ano, desistiu da pretensão, em virtude de ficarem as minas distantes do local de embarque, e assim, impossível o transporte do carvão em condições compensadoras.

Em 1838, foram as minas examinadas pelo francês Guilherme Baulich, que levantou plantas da região, apresentando extenso relatório ao Presidente da Província de Santa Catarina.

Depois disso, fêz Baulich mais duas explorações, mostrando-se cada vez mais convencido da boa qualidade do minério e da pujança das jazidas. Em 1839, mandou o Govêrno Imperial o engenheiro Parigot proceder a novas investigações sôbre as minas do Tubarão, e logo em seguida, o Presidente da Província de Santa Catarina remeteu ao mesmo Govêrno novas amostras e novo memorial, que incluía um projeto de organização de emprêsa para a lavra das minas.

Serviram de base para a organização da emprêsa, os trabalhos e pesquisas do engenheiro de minas James Johnson, ratificados por Windham Wanghan e Charles Morris.

Ao mesmo tempo, o engenheiro Júlio Parigot, que havia terminado os seus estudos, apresentou proposta, requerendo privilégio por cinqüenta anos para a exploração das minas.

A informação, todavia, do Govêrno local, foi contrária à pretenção de Parigot, que julgou de justiça dever ser o privilégio dado a Baulich por ter precedido àquele nas explorações, executando os estudos às expensas próprias. Justificando a informação, o Govêrno Catarinense enviou ao Govêrno Imperial cópia de todos os trabalhos de Baulich.

O Govêrno então, resolveu a questão negando a ambos o direito requerido, e resolvendo mandar explorar as minas por conta do Estado.

Neste intuito, determinou ao Govêrno Catarinense, por aviso de 21 de outubro de 1842, que se fizessem no lugar acomodações para os mineiros que naquela data, mandava engajar na Europa. Êstes trabalhos, não foram exe-

Vista de um trecho da Rua Conselheiro João Zanette

cutados por falta de crédito na Tesouraria, e logo, por aviso de 14 de outubro de 1843, mandou-se ficar a ordem sem efeito.

Dez anos se passaram sem que se falasse, ao menos oficialmente, nas minas de carvão do Tubarão.

Em 1853, foram elas novamente examinadas pelo engenheiro Vallée, financiado pelo Bacharel José Rodrigues Ferreira, que, em vista dos resultados alcançados, requereu-as ao Govêrno Imperial. Ainda esta tentativa fracassou.

Em 1861, o Visconde de Barbacena comprou ao Estado duas léguas de terras devolutas no lugar denominado Passa Dois, e obteve permissão para organizar, no prazo de dois anos, uma companhia destinada à lavra das minas de carvão-de-pedra que descobrisse nas referidas terras.

Era justamente na área comprada pelo Visconde, que se achavam os principais afloramentos das jazidas, até então conhecidas pelas pesquisas anteriores. A boa vontade do Govêrno Imperial, em relação à iniciativa do Visconde de Barbacena, não se limitou apenas aos favores da concessão. Sentindo o quanto estava ligado o interêsse nacional a tal negócio, garantiu juros para a construção da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, completamente indispensável à exploração das minas.

Esta concessão, foi prorrogada por dez vêzes consecutivas, até que, em 1876, conseguiu o Visconde organizar uma companhia na Inglaterra, que foi autorizada a funcionar no Brasil pelo Decreto n.º 6 343, de 20 de setembro de 1876.

The Tubarão Coal Mining Company — nome da companhia — foi incorporada com um capital de ações integralizadas "in nomine" e levou três anos sem poder dar comêço a qualquer trabalho, em busca de um empréstimo que, afinal, foi realizado no valor de Lb. 30 000, por emissão de debêntures.

Dêste empréstimo, foram logo descontadas Lb. 5 150 para as despesas preliminares, Lb. 14 416 foram empregadas em maquinismos, fretes, passagens e salários antecipados ao pessoal empregado, de modo que, ao começarem os trabalhos, apenas restavam 11 100 libras esterlinas para movimentar a lavra das minas.

Na impossibilidade de contrair novo empréstimo, a companhia apressou a exploração das jazidas, atabalhoadamente, em busca de um dinheiro rápido. Assim, foi que foram extraídas 2 000 toneladas de carvão de mistura com

Residências de mineiros

xisto, e embarcadas para o rio da Prata em um navio que levou dois meses a esperar pelo carregamento, vencendo etapa de estadia no pôrto de Imbituba. Desnecessário será afirmar, que êste primeiro embarque deu prejuízo à companhia.

Após êste carregamento, que foi o primeiro e último, extinguiu-se a companhia sem ao menos dar uma explicação ao Govêrno do Brasil que a auxiliara grandemente, com a construção da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, cuja esperada renda deveria, principalmente, provir do transporte do carvão.

Em 1890, o Govêrno Provisório da República, desejando orientar-se bem sôbre as possibilidades de serem aproveitadas as jazidas carboníferas e de achar uma solução para as dificuldades com que lutava a referida ferrovia, nomeou uma comissão composta dos engenheiros Fábio Ostílio de Moraes Rêgo, Luiz Felipe Gonzaga de Campos, João Caldeira de Alvarenga Messeder, para estudarem o assunto "in loco".

Esta comissão, não penalizou a companhia em foco, limitando-se a dizer entre outras coisas, que com as péssimas condições do pôrto de Imbituba, ou com a grande insuficiência de calado da barra de Laguna, nem a Tubarão Coal Mining Co., mesmo com capital bastante, poderia apresentar um rendimento satisfatório, como também a Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, deixar de apresentar os deficits que se verificavam. Outros anos se passaram de estagnação.

Aproximava-se o rompimento do primeiro conflito mundial — 1914 — e o fim do primeiro ciclo da exploração do carvão-de-pedra catarinense. É que, com o bloqueio do continente europeu, voltaram-se as incipientes indústrias nacionais e emprêsas de navegação para o consumo do produto catarinense, e com esta providência, possibilitando a exploração do minério, em fase lucrativa.

O ano de 1916, pode ser considerado como o do início do segundo ciclo carbonífero, e da moderna mineração em Santa Catarina, que teve como principal impulsionador, o engenheiro Henrique Lage. Sua atuação, em prol da indústria do carvão nacional, de que foi, incontestàvelmente, um dos pioneiros e seu maior batalhador, valeu como alicerce da indústria carbonífera catarinense.

Foi nesta época que se descobriram novas lavras de carvão-de-pedra nos Municípios de Urussanga e Criciúma, com o conseqüente início da exploração do minério e da formação de novas companhias, que formam a base da atual indústria carbonífera catarinense.

POPULAÇÃO — A população de Criciúma, segundo o Recenseamento de 1950, era de 50 854 habitantes e tinha a seguinte composição: homens 25 729; mulheres 25 125; brancos 47 925; pardos 881; pretos 1 994, e 54 não declararam a côr. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 25 166, 7 048 eram solteiros; 17 095 casados; 969 viúvos; 20 desquitados, e 34 não declararam o estado conjugal. Existiam 136 estrangeiros e 153 brasileiros naturalizados. Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos, em número de 50 212; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade era de 50,8 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 6.º lugar no Estado. Localiza-se no quadro rural 81,7% da população, sendo esta percentagem das mais elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 8.º lugar na relação dos municípios mais populosos do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 11.º lugar em população, relativamente às demais cidades do Estado.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do Município, em 1958, era de 63 623 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São três as aglomerações urbanas do Município: a cidade de Criciúma, com 8 014 habitantes (3 865 homens e 4 149 mulheres), as vilas de Içara, com 692 habitantes (346 homens e 346 mulheres), e Nova Veneza, com 592 habitantes (239 homens e 353 mulheres), conforme dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu, no ano de 1955, a Cr$ 249 967 441,00.

O Município assenta sua economia, principalmente, na extração do carvão. A produção do carvão-de-pedra lavado, atingiu, no ano de 1955, a 406 039 toneladas, no valor de Cr$ 120 584 172,00; carvão-de-pedra bruto 1 797 261 toneladas, no valor de Cr$ 60 407 352,00; banha de porco refinada ou não 383 969 kg, no valor de Cr$ 13 326 202,00; solas e meio de solas 247 088 kg, no valor de .... Cr$ 9 142 278,00; carne bovina, pura ou verde, 283 542 kg, no valor de Cr$ 7 939 176,00.

Dos trinta e cinco estabelecimentos industriais, dezesseis dedicam-se à extração de carvão mineral e quatro à produção de banha de porco refinada ou não.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 12% estão ocupadas no ramo "Agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: mandioca, milho, arroz, feijão (grão), batata-doce, batatinha, fumo em fôlha, aipim, amendoim com casca, alfafa, tomate e outros; como culturas permanentes: bergamota, laranja, café, uva e limão. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 85 939 480,00, e o valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de .... Cr$ 403 426 000,00. A percentagem da população ativa na indústria é de 10%.

No tocante à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, em 1957:

a) De origem mineral — carvão-de-pedra 727 753 toneladas, no valor de Cr$ 396 625 385,00; azulejos 78 489 milheiros, no valor de Cr$ 9 505 018,00; cal de concha 250 000 kg, no valor de Cr$ 450 000,00.

b) De origem vegetal — lenha 253 000 m³, no valor de Cr$ 33 640 000,00; dormentes 50 500 unidades, no valor de Cr$ 2 272 500,00; carvão vegetal 96 700 kg, no valor de Cr$ 174 060,00.

No que se refere a produtos transformados ou não de origem animal, a produção atingiu, em 1956, o valor de Cr$ 85 617 070,00, sendo os principais produtos: leite 5 184 000 litros, no valor de Cr$ 27 164 000,00; banha 716 880 kg, no valor de Cr$ 24 732 700,00; ovos 591 160 dúzias, no valor de Cr$ 9 639 610,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o Município contam-se mais de trezentos e cinqüenta estabelecimentos comerciais (12 atacadistas e 341 varejistas); uma Agência da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina, e a sede da Sociedade Cooperativa de Crédito Criciumense Ltda. Funcionam ainda no Município as agências dos seguintes Bancos: Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO), e Banco Nacional do Comércio S.A. Também, na cidade tem sua sede a Cooperativa de Consumo dos Mineiros de Criciúma Ltda.

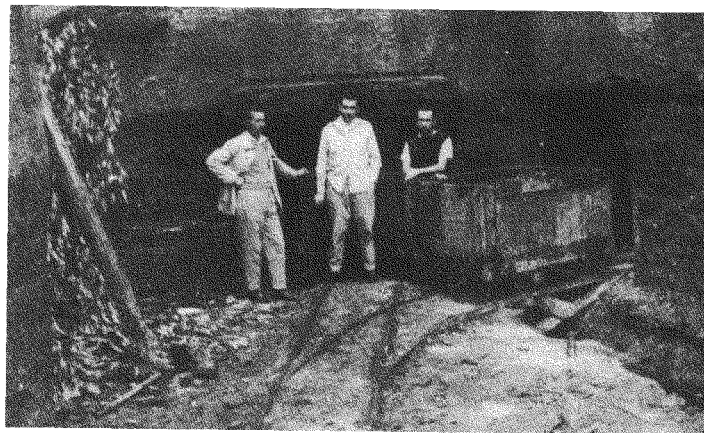
MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O Município é servido por 4 emprêsas rodoviárias para passageiros, uma (1) emprêsa rodoviária para carga e uma (1) ferroviária para passageiros e cargas, a Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina.

Dista a cidade cêrca de 221 km da Capital do Estado, por rodovia, e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por rodovia: 24 km até a cidade de Urussanga; 70 km até a de Turvo; 47 km até a de Araranguá; 42 km até a de Jaguaruna; e no Estado do Rio Grande do Sul, 175 km até a de Bom Jesus.

Dista, por ferrovia, 47 km de Urussanga; 34 km de Araranguá, e 41 km de Jaguaruna.

Na cidade funcionam uma Agência Postal Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, 3 Agências Telefônicas da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, 1 Estação de Rádio da Polícia Militar do Estado e 1 Agência Telefônica de uso público da Companhia Telefônica Catarinense.

No interior do Município funcionam 1 Agência Postal, 1 Postal Telegráfica, 2 Postais Telefônicas do Departamento dos Correios e Telégrafos e 3 Agências Telefônicas da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Criciúma tem 8 014 habitantes, sendo a 11.ª em população no Estado de Santa Catarina, e conta com 48 logradouros públicos, dos quais 10 totalmente pavimentados e 7 pavimentados parcialmente. É servida de luz elétrica, com 1 358 ligações domiciliares, e abastecimento d'água, com 857 prédios abastecidos.

Entrada de galerias de mina de carvão-de-pedra

Os edifícios mais importantes são: Igreja Matriz, Prefeitura Municipal, Hospital São José, Grupo Escolar "Professor Lapagesse" e Estação da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina. A cidade conta com 2 hotéis e um aeroporto.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica, no Município, é prestada à população por 7 médicos, 6 dentistas, 10 farmacêuticos e 8 auxiliares de saúde.

Servem à população com assistência médica em geral, 2 hospitais, 4 postos de saúde e 1 pôsto de puericultura.

Existem, no município, 11 farmácias.

COOPERATIVISMO — Na cidade funcionam as seguintes cooperativas: Cooperativa de Consumo dos Mineiros de Criciúma Ltda., instalada em 1941, com 46 sócios, que agrega os mineiros, e a Sociedade Cooperativa de Crédito Criciumense Ltda.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950, constatou a existência de 38 905 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 18 686, ou seja, 48,0% sabiam ler e escrever. Dêsse total 10 555 eram homens e 8 131 mulheres. Na Sede Municipal, das 6 412 pessoas de 5 anos e mais, 3 992 sabiam ler e escrever, sendo 2 049 homens e 1 943 mulheres.

Ensino — Em 1956, funcionaram na cidade e no interior do município, 117 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 7 587 alunos, assim distribuídas: Pré-primário Infantil, 1 unidade com 191 alunos; Fundamental Comum, 105 unidades com 7 087 alunos; Fundamental Supletivo, 6 unidades com 98 alunos, e Complementar, 5 unidades com 211 alunos.

No tocante a ensino extraprimário, funcionaram no município: Ginásio "Madre Teresa Michel" (Curso Ginasial), e três Cursos Normais Regionais.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Nove são as associações culturais, das quais oito se dedicam a atividades desportivas.

Funcionam na cidade dois cinemas: o Cine Rovaris (com 723 lugares) e o Cine Teatro Milanez (com 1 026 lugares), um jornal, uma biblioteca pública e uma estação radiodifusora.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	2 908	2 298	1 734	1 699	2 113
1951	4 043	3 077	2 301	2 174	2 279
1952	4 570	3 784	2 709	2 312	2 585
1953	6 474	5 971	5 564	3 282	4 264
1954	9 227	7 095	3 735	3 625	4 297
1955	13 958	8 359	5 745	4 028	4 991
1956	13 000	10 000	4 800	4 407	4 800

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — No que diz respeito a cultos, registra-se o seguinte em Criciúma: Culto Católico Romano — Paróquia de São José de Criciúma, com 5 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, 6 Igrejas (outras), 1 capela pública e 3 semipúblicas. Paróquia do Sagrado Coração de Jesus de Forquilhinha, com 2 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, 10 capelas públicas e 1 semipública. Paróquia de Rio Maina, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz e 4 capelas públicas. Paróquia de São Marcos, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz, 18 capelas públicas e 2 semipúblicas. Paróquia de São Donato, com 1 sacerdote, e 9 capelas públicas. Culto Protestante — 1 Igreja Batista, 1 Igreja Evangélica "Assembléia de Deus", 1 Igreja Presbiteriana do Brasil. Culto Espírita — 2 Centros Espíritas.

Os festejos populares em Criciúma se resumem às datas religiosas dos oragos das paróquias e ao carnaval. As procissões tradicionais, são: a de São José, a 19 de março, Padroeiro da Paróquia da Sede; Procissão dos Passos e Corpus Christi, quando as ruas são atapetadas com flôres e desenhos artísticos.

Como folclore, assinala-se a existência do "Terno de Reis", "Boi de Mamão", "Pão por Deus", "Boi na Vara", "Desafios" e "Pau de Fita".

MONUMENTOS HISTÓRICOS — Estátua do Mineiro e o Busto de Aníbal Bastos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "criciumenses".

O nome do município é originário do capim "criciúma", existente em grande quantidade às margens do rio. Criciúma é denominação de várias gramíneas dos gêneros *Arundinaria* e *Chusquea*, como, por exemplo: *Chusquea capitata Rupr*. e a *Arundinaria Rhigantha Häeckel*. O têrmo vem de "cara", haste, "ci" unido, lustroso, e "imá" por "iba", planta ou de "curi", miúdo, "chi", lustroso, liso e "umá" (ibá), árvore, ou seja, planta miúda e lisa.

Em 1958, o eleitorado era de 14 692 eleitores.

Em 31-XII-1957, existiam os seguintes veículos no Município:

a) Veículos a motor — automóveis 115, jipes 26, ônibus e micro-ônibus 19, camionetas 53, motociclos 36, ambulâncias 1, caminhões 220, tratores 6.

b) Veículos a fôrça animada — carros de 2 ou 4 rodas 1 150, bicicletas 1 954, e carroças de 4 rodas 280.

Constitui grande fonte de renda do Município a extração do carvão, operada em minas de galerias (subterrâneas) ou de "céu aberto", isto é, à flor da terra.

Em 1957, a extração de carvão-de-pedra atingiu 727 753 toneladas, no valor de Cr$ 396 625 385,00.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

CURITIBANOS — SC

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — A história de Curitibanos está intimamente ligada aos acontecimentos que se processaram no oeste catarinense, a partir de 1633, ano em que foi ter àquelas paragens o bandeirante Antônio Raposo Tavares, no encalço de índios guaranis.

Foi, entretanto, no século XVIII que os primeiros povoadores se fixaram na terra, vindos de Curitiba.

Curitibanos foi, primitivamente, um ponto de repouso escolhido pelos tropeiros que demandavam à região, oriundos de Curitiba ou do Rio Grande do Sul.

O nome de Curitibanos, dado ao povoamento, se deve ao fato de serem tais plagas as escolhidas pelos filhos de Curitiba como ponto de repouso. Depois, em conseqüência mesmo dessa preferência, dois irmãos oriundos daquela cidade paranaense se estabeleceram em uma das encruzilhadas ali existentes. Os tropeiros de então se referiam ao "pouso dos Curitibanos" e, com o passar do tempo o lugar ficou conhecido apenas como "Curitibanos".

Em 1864, pela Lei provincial n.º 535, de 22 de março, era criado o distrito de Curitibanos, pertencente ao município de Lajes.

Cinco anos depois, pela Lei provincial n.º 626, de 11-VI-1869, o distrito foi elevado à categoria de município, tendo sido instalado a 7 de maio de 1873. Nessa ocasião tomou posse das funções de Intendente Municipal o Coronel Ferreira de Souza.

Extenso era o município, à época da instalação, pois seu território era formado pelos distritos de Palmas, Campos Novos e Curitibanos. Posteriormente, êsse território foi sendo desmembrado, dando origem a formação de vários municípios.

Em 1875, foi criada a Comarca de Curitibanos, sendo instalada, dois anos após.

Em 1911, Curitibanos, como tôda a região que circunda o rio do Peixe, viveu dias sangrentos com a chamada guerra dos fanáticos.

José Maria, cujo verdadeiro nome era Miguel Lucena do Boaventura, ex-soldado, surgiu na região, dizendo-se irmão do Santo João Maria, o profeta dos sertanejos, que, anteriormente cruzara aquela zona. Em Curitibanos organiza um ajuntamento de sertanejos rudes que não conheciam outra autoridade que a do monge e de criminosos que a lei alguma obedeciam.

Teve início então a intervenção do Poder Público, através de Fôrças Policiais, quer de Santa Catarina quer do Paraná. E sucederam-se, então, os encontros com os jagunços, com perdas de parte a parte. A 22 de outubro o Capitão do Exército e Coronel da Polícia Paranaense João Gualberto Gomes de Sá, tomba no combate de Irani, onde

Vista parcial da cidade

é morto também o monge José Maria. Após o combate, os jagunços retiram-se para Campos Novos, voltando novamente a Curitibanos, um ano após, formando o reduto de Taquaruçu. E novamente surge um fanático, na pessoa de Euzébio Ferreira dos Santos que reorganiza o bando, ao qual foram se unindo os foragidos da justiça e aventureiros.

Ocorreram, então, novos encontros armados entre os fanáticos de um lado e o Exército e Fôrça Pública do Estado de outro.

É preciso que se diga que o sertanejo nunca se capacitara da transformação política havida em 1889. As terras que habitava eram "terras nacionais" e a jurisdição dos Estados não era coisa bem compreendida. O manifesto monarquista, cuja autoria é atribuída ao negociante Guilherme Gaertner, pois entre a gente do reduto não havia um só homem capaz de redigi-lo, não é, em verdade, um reflexo de aspiração política da turba fanatizada. Para esta, a Monarquia era a lei divina, a lei pregada pelos Monges. Daí o ter encomendado o Manifesto, consubstanciado na curiosa "carta-aberta", dirigida à Nação por "Dom" Manoel Alves de Assumpção Rocha, Imperador Constitucional da Monarquia Sul Brasileira.

Era a seguinte a carta:

"Carta Aberta á Nação: —

Eu D. Manoel Alves de Assumpção Rocha, acclamado Imperador Constitucional da Monarchia Sul-Brasileira, em primeiro de agosto do corrente anno, com séde no reducto de Taquarussú do Bom Successo, convido á Nação para luctar para o completo exterminio do decahido governo republicano, que durante 26 annos infelicita esta pobre terra, trazendo o descredito, a bancarrota, a corrupção dos homens e, finalmente, o desmembramento da patria commum.

Comprometto-me:

1.º — Em pouco tempo a eliminar o ultimo soldado republicano do territorio da Monarchia, que comprehende as tres provincias do sul do Brasil: — Rio Grande, Paraná e Santa Catharina;

2.º — Para o futuro, annexar ao Imperio o Estado Oriental do Uruguay, antiga Provincia Cisplatina;

3.º — Organizar um Exercito e Armada dignos da Monarchia e reorganizar a Guarda Nacional;

4.º — Dar ao paiz uma Constituição completamente liberal;

5.º — Reduzir os impostos de exportação e importação e bem assim estabelecer livre cambio dentro do territorio do Imperio.

6.º — Fazer respeitar meus subditos, logo que me seja possivel, em qualquer ponto do planeta;

7.º — Fazer garantir a inviolabilidade do lar e do voto, tão menosprezados pelo decahido regimen;

8.º — Fazer respeitar, em absoluto, a liberdade da imprensa, tambem menosprezada pela antiga Republica;

9.º — Tornar inexpugnavel a barra do Rio Grande e todo o litoral do paiz;

10.º — Guarnecer a fronteira com o Estado de São Paulo e fronteira argentina, logo que seja reconhecido officialmente o novo Imperio e organizado o Exercito Imperial;

11.º — Assumir, relativamente, todos os compromissos do antigo regimen que relativamente couberem ao Imperio Sul Brasileiro;

12.º — O Exercito Imperial será a primeira linha e a Guarda Nacional a segunda linha;

13.º — Unificação da lei judiciaria do paiz;

14.º — Restringir a autonomia dos Municipios;

15.º — Emitir provisoriamente um numerario nominal e em seguida conversação metallica;

16.º — A religião official será a Catholica Apostolica Romana;

17.º — Liberdade de culto;

18.º — Cogitar do desenvolvimento da lavoura, sem desprezo da industria;

19.º — O imposto proteccionista á industria e lavoura do Imperio;

20.º — Livres os portos do Imperio a todo o extrangeiro, sem cogitar-se da raça, crença, etc...;

21.º — Serão considerados nacionaes todos os extrangeiros que residirem dois annos no paiz;

22.º — Modificar o actual systema de jury, que não está mais compativel com o seculo;

23.º — A creação do exercito aviador que actualmente está dando resultado na guerra europea;

25.º — Edificação da Corte Imperial, que será no centro do territorio Imperial;

26.º — A bandeira e a coroa do Imperio Sul Brasileiro será adoptado as antigas da decahida Monarchia brasileira;

27.º — A pena de morte em vigor, com a forca;

28.º — O serviço militar será obrigatorio;

29.º — Á agricultura nacional será dado uma area de terra independente de pagamento, em terras nacionaes;

30.º — De 1.º de setembro em diante entrará em vigor a lei marcial aos inimigos da monarchia;

Viva a Monarchia Sul Brasileira ! Deus guarde e vele pela Monarchia!

Reducto de Taquarussú de Bom Successo, em 5 de Agosto de 1914.

O Imperador Constitucional da Monarchia Sul Brasileira, Dom Manoel Alves de Assumpção Rocha."

Em setembro de 1914 os jagunços começaram a atacar as povoações: as estações de Calmon, São João, Serraria de Lumber.

No mesmo mês, Matos Costa comandando uma coluna de 600 homens é morto e a coluna destroçada, restando poucos sobreviventes.

Nessa altura, ante a impossibilidade de dominar os rebeldes com as fôrças de que dispunham, os Governos de Santa Catarina e do Paraná apelaram para o Govêrno Central que nomeou, em 1914, o General Setembrino de Carvalho, Comandante da Região Militar, de que se compunha os dois Estados para chefiar as fôrças em operação de guerra no Contestado.

Já, então, bandoleiros e fanáticos disseminavam-se por tôda a zona de Itaiópolis ao sul da linha São Paulo—Rio Grande, em aldeamentos vários e sob comandos diferentes. Os chefes se multiplicavam por todos os setores, apresentando, cada qual, motivos vários para a tomada de armas contra o Govêrno. E tôda a região vivia em constante sobressalto.

Setembrino de Carvalho, não atendidos os apelos para que os insurretos depusessem as armas, organizou o cêrco da região.

A 26 de setembro de 1914, a vila de Curitibanos foi assaltada pelas hordas de fanáticos que incendiaram suas principais edificações.

Entrementes o cêrco ia-se tornando cada vez mais apertado, até que em abril as fôrças do Capitão Potiguara tomavam o aldeiamento de Santa Maria, onde os fanáticos ofereceram a última e desesperada resistência. A essas fôrças vieram juntar-se as de Estilac Leal, acampando ambas dentro da cidade de Santa Maria que, no dia seguinte, ardia, enquanto que os remanescentes da guerra dos fanáticos dispersavam-se pela floresta. Findara-se a guerra do Contestado, que custara à Nação 2:999:848$745.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito de Curitibanos foi criado pela Lei provincial n.º 535, de 22 de março de 1864, como parte do município de Lajes.

O município foi criado pela Lei provincial n.º 626, de 11 de junho de 1869, sendo instalado a 7 de maio de 1873.

A Comarca de Curitibanos foi criada pela Lei provincial n.º 745, de 19 de abril de 1875 e instalada a 1.º de fevereiro de 1877.

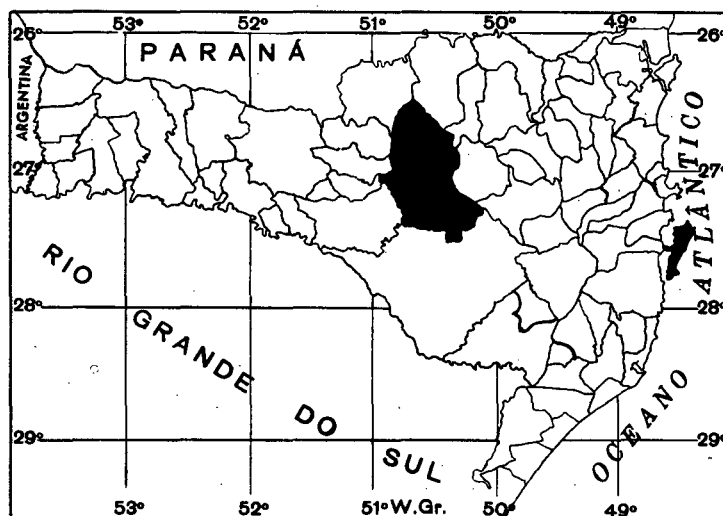
Atualmente, em 1958, Curitibanos apresenta o seguinte quadro administrativo e judiciário:

Comarca, Têrmo e Município: Curitibanos.

Distritos componentes: Curitibanos (sede), Lebon Régis, Liberata, Ponte Alta, Santa Cecília e São Sebastião do Sul.

Pelas Leis n.º 348, de 21-VI-958, e n.º 380, de 19 de dezembro de 1958, da Assembléia Legislativa do Estado foram criados, desmembrados de Curitibanos os municípios de Santa Cecília e Lebon Régis, respectivamente.

A atual legislatura teve início em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Evaldo Amaral, e composta a Câmara Municipal de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Curitibanos fica localizado na zona fisiográfica dos Campos de Lajes. Em relação à distância em linha reta à Capital do Estado, a cidade de Curitibanos fica a 203 km, colocando-se em 40.º lugar nesse particular. Suas coordenadas geográficas são as seguintes: 27º 16' 44" de latitude sul e 50º 34' 57" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está situada a 850 metros ocupando o 64.º lugar, em ordem crescente de altitude.

CLIMA — Frio, porém sêco. No verão a temperatura alcança 30ºC, indo, no inverno, abaixo de 0ºC. As chuvas predominam na primavera, sendo a precipitação anual inferior a 1 500 mm e a umidade relativa alcança, no máximo, 84%.

ÁREA — É de 5 250 km² a área do município, sendo o segundo maior município do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rios Canoas, Marombas e Taquaruçu. Serras Geral e Preta. Salto do Rio Marombas com 5 metros de altura, aproveitado. Salto do Peri com 6 metros de altura, inaproveitado.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) Minerais — barro e argila, areia, pedra, ferro.

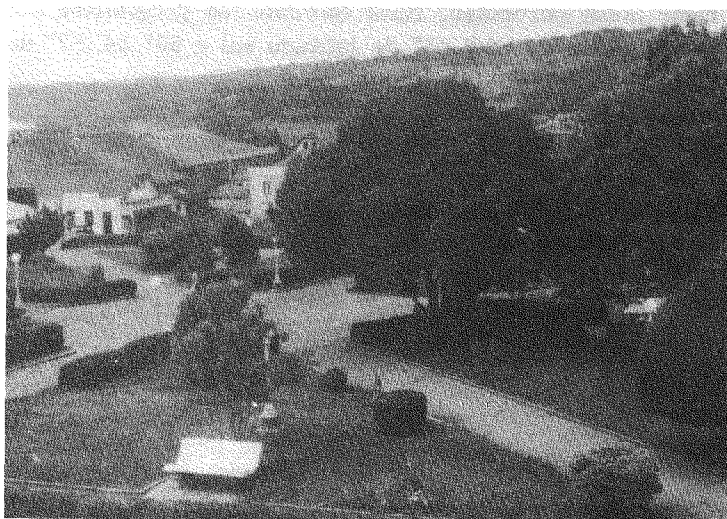
b) Vegetais — pinho, imbuia, canela, cedro, fibra de butiazeiro.

c) Animais — veados, perdizes, pacas, tatus, lontras, macacos, capivaras.

POPULAÇÃO — A população de Curitibanos, segundo o Recenseamento de 1950, era de 32 597 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 17 066; mulheres — 15 531; brancos — 30 980; pardos — 21; pretos — 1 477, e 119 não declararam a côr.

Das pessoas de 15 anos e mais em número de 17 131, 5 286 eram solteiras; casadas 11 107; viúvas 668; desquitadas 38 e 32 não declararam o estado conjugal.

Existiam 57 estrangeiros e 32 brasileiros naturalizados.

Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos em número de 32 010; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade era de 6,2 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 66.º lugar no Estado. 90,2% da população localiza-se no quadro rural, sendo esta percentagem das mais elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa

Vistta parcial da Praça da República

Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 18.º lugar na relação dos municípios mais populosos do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 31.º lugar em população, no tocante às demais cidades de Santa Catarina.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 1958, era de .... 36 969 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São cinco as aglomerações urbanas do município: a cidade de Curitibanos com 2 059 habitantes (1 015 homens e 1 044 mulheres); as vilas de: Lebon Régis com 502 habitantes (homens 253 e mulheres 249), Liberata com 53 habitantes (29 homens e 24 mulheres), Ponte Alta com 369 habitantes (199 homens e 170 mulheres) e Santa Cecília com 176 habitantes (93 homens e 83 mulheres), conforme Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu, no ano de 1956, a Cr$ 193 472 163,00.

O município assenta sua economia, principalmente, na extração de madeira. A produção de pinho serrado, pranchões, tábuas, etc. atingiu no ano de 1955, 262 801 m^3, valendo Cr$ 158 891 145,00; seguindo-se caixas de madeira desarmadas (13 933 m^3, no valor de Cr$ 12 707 518,00); papelão (1 433 015 kg, no valor de Cr$ 8 833 015,00); tábuas de fôrro (1 380 m^3, no valor de Cr$ 2 760 770,00); madeiras laminadas (1 721 m^3, no valor de .... Cr$ 2 526 346,00).

Dos 104 estabelecimentos industriais, 88 são serrarias, 6 fábricas de caixas de madeiras desarmadas.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 18% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Entre as culturas temporárias, segundo a importância, temos: milho, feijão (grão), batatinha, trigo, fumo em fôlha, batata-doce, arroz, etc.; como culturas permanentes: uva, maçã, pêssego, pêra, marmelo e figo. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 71 225 450,00. A população pecuária, no ano de 1956, foi avaliada em .... Cr$ 376 097 500,00. A percentagem da população ativa na indústria foi de 8%.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1956:

a) de origem mineral: areia (11 660 t, no valor de Cr$ 3 532 000,00); pedra para alicerce (8 590 m^3, no valor de Cr$ 1 293 000,00); pedra para pavimentação de estrada (5 580 t, no valor de Cr$ 564 000,00);

b) de origem vegetal: pinho do brasil (283 336 m^3, no valor de Cr$ 170 011 600,00); pasta mecânica .. .. (2 097 402 kg, no valor de Cr$ 4 442 789,00); palha de butiá (2 371 000 kg, no valor de Cr$ 2 371 000,00).

c) de origem animal: couros e peles de animais silvestres (1 990 unidades, no valor de Cr$ 99 500,00); carnes de animais silvestres (2 400 kg, no valor de ...... Cr$ 48 000,00); peixe fresco jundiá (1 610 kg, no valor de Cr$ 27 450,00).

No que se refere a produtos transformados ou não de origem animal, a produção atingiu em 1956 o valor de Cr$ 91 433 950 00, sendo os principais produtos: leite .. (6 638 000 l, no valor de Cr$ 28 291 750,00); ovos .... (1 443 000 dz., no valor de Cr$ 28 034 000,00); banha (307 800 kg, no valor de Cr$ 12 062 000,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se mais de cem estabelecimentos comerciais (157 varejistas) e a Agência do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 4 emprêsas rodoviárias para passageiros.

Dista da cidade cêrca de 356 km até a Capital do Estado por rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por rodovia; 291 km até a cidade de Pôrto União; 114 km até a de Caçador; 95 km até a de Videira; 117 km até a de Tangará; 83 km até a de Campos Novos; 84 km até a de Lajes; 158 km até a de Rio do Sul; 200 km até a de Taió; 141 km até a de Papanduva e 192 km até a de Canoinhas.

Na cidade funcionam uma Agência Postal Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma estação de Rádio da Polícia Militar do Estado e uma Agência Telefônica de uso público da Companhia Telefônica Catarinense.

No restante do município funcionam uma Agência Postal e duas Agências Postais Telefônicas do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Trecho da Rua Waldir Ortigari

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Curitibanos tem 2 059 habitantes, sendo a 31.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina, e conta com 32 logradouros públicos, sendo 1 totalmente pavimentado e 8 pavimentados parcialmente.

É servida de luz elétrica, com 550 ligações domiciliares. Os edifícios mais importantes são; Igreja Matriz, Grupo Escolar, Prefeitura Municipal e Hospital Frei Rogério, Clube Recreativo 7 de Setembro, Residência do Departamento de Estrada de Rodagem, Agência do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A., Pálace Hotel e Cine Ópera.

Conta a cidade com 7 hotéis e 1 aeroporto.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica no município é prestada à população por 2 médicos, 4 dentistas, 7 farmacêuticos e 6 auxiliares de saúde. O Hospital Frei Rogério serve à população com assistência médica em geral.

Existem 7 farmácias no município.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950, constatou a existência de 26 369 pessoas de 5 anos e mais, sendo que, 11 279, ou seja, 42,7% sabiam ler e escrever. Dêsse total 6 801 eram homens e 4 478 mulheres. Na sede municipal, das 1 711 pessoas de cinco anos e mais, 1 165 sabiam ler e escrever, sendo 623 homens e 542 mulheres.

Ensino — Em 1956, funcionaram em todo o município, 126 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 5 147 alunos, assim distribuídas: Fundamental Comum, 122 unidades com 5 106 alunos; Fundamental Supletivo, 2 unidades, com 6 alunos; e Complementar, 2 unidades, com 35 alunos.

No tocante a ensino extraprimário, funcionou no município, um Curso Normal Regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funcionam na cidade dois cinemas: o Cine-Teatro Ópera (com 300 lugares) e o Cine-Teatro Monte Castelo, com 550 lugares, a Rádio "Coroado" Limitada e a Biblioteca Municipal Desembargador "Edgar Pedreira", na Prefeitura Municipal.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	524	2 421	1 541	758	1 692
1951	875	3 681	1 943	1 020	1 625
1952	1 470	3 947	2 149	1 262	2 411
1953	1 722	5 830	3 149	1 622	3 036
1954	2 871	8 267	3 633	1 768	3 468
1955	(1) 7 199	14 276	4 974	2 099	5 152
1956	11 234	18 550	7 230	3 054	6 740

(1) Incluído Cr$ 1 000 000,00 do I.A.P.I.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E EFEMÉRIDES — São as seguintes as efemérides do município:

7 de maio — instalação do município — 1873.

11 de junho — criação do município — 1869.

8 de dezembro — festa de Nossa Senhora da Conceição — padroeira.

No tocante a cultos registra-se o seguinte:

Culto Católico Romano: Paróquia Santo Antônio, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz, 3 capelas públicas. Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição com 4 sacerdotes, 1 Igreja Matriz e 31 capelas públicas e 3 semipúblicas.

Culto Espírita; 1 Centro Espírita.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "Curitibanenses". O nome "Curitibanos" se deve ao fato de haver no local onde nasceu a cidade, ponto de passagem obrigatório dos tropeiros, vindos do Paraná ou do Rio Grande do Sul, um estabelecimento comercial, pertencente a dois irmãos, filhos de Curitiba. Daí a primitiva denominação de "Pouso dos Curitibanos" e, mais tarde, apenas Curitibanos.

Curitibanos é sede de Comarca.

Seu eleitorado em 1958, era de 10 183 eleitores.

Em 31 de dezembro de 1957, existiam os seguintes veículos no município:

a) Veículos a motor: automóveis — 68, jipes — 34, ônibus e micro-ônibus — 8, camionetas — 54, motociclos — 8, caminhões — 139 e tratores — 49.

b) Veículos a fôrça animada: carros de 2 ou 4 rodas — 11, bicicletas — 82, carroças de 4 rodas — 330.

Curitibanos é cortado, na direção norte-sul pela rodovia Federal que liga São Paulo e Paraná ao Rio Grande do Sul, BR-2.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

DESCANSO — SC

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — Antes mesmo de chegarem ao município os primeiros colonos, a famosa Coluna Prestes, cruzava êste território, aí por volta do ano de 1924.

Consta mesmo que, tendo permanecido em descanso nessas paragens, aquela Coluna tenha dado tal nome ao lugar, que, à época, não passava de selva bravia.

Sòmente dez anos mais tarde, em 1934, é que teve início a colonização, com a chegada da primeira leva de colonos.

Essas famílias, em sua maioria compostas de elementos descendentes de poloneses, eram originárias do Município de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul.

Dêsse primeiro núcleo, originou-se a colonização do lugar, que pela Lei n.º 7, de 18-II-1950, da Câmara Municipal de Chapecó, foi elevado à categoria de Distrito. Essa Lei foi aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado, pela Lei n.º 13, de 23-V-1950.

A 15 de agôsto de 1952, houve a ereção canônica da paróquia, sob a invocação de Santo Estanislau Kostka, padroeiro da Matriz.

Com o desmembramento sofrido pelo Município de Chapecó, em 1953, o distrito de Descanso ficou fazendo parte do município de Mondaí.

Em 1956, pela Resolução n.º 4, de 16-X-1956, a Câmara Municipal de Mondaí autorizava a criação do município de Descanso, tendo sido essa resolução aprovada pela Lei n.º 254, de 12-IX-1956, da Assembléia Legislativa do Estado.

A instalação solene do Município de Descanso se deu, de acôrdo com o Decreto n.º 38, de 30-XI-1956, do Govêr-

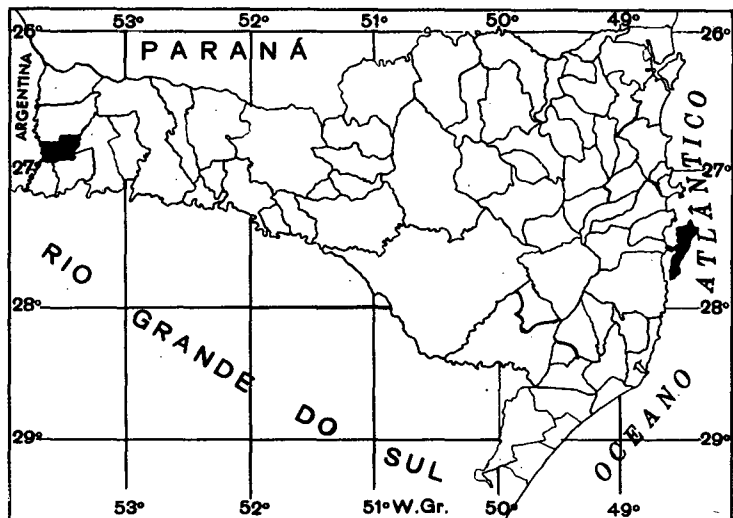
no do Estado, em 16 de dezembro de 1956, sendo o ato presidido pelo Exmo. Sr. Vice-Governador do Estado, Senhor Heriberto Hülse.

Nessa ocasião, nomeado pelo Govêrno do Estado, assumiu as funções de Prefeito, o Sr. Eliseu Oro, cargo que exerceu até 3 de junho de 1957.

A atual legislatura teve início em 1957, tendo sido eleito Prefeito, o Sr. Antônio da Cunha Lemos e constituída a primeira Câmara Municipal dos seguintes vereadores, cuja posse se deu a 3 de junho do mesmo ano: Thomaz Koproski, Eliseu Oro, João Almiro Winter, João da Cunha Lemos, Júlio Spessato, Pedro Rech e João Revers.

Descanso pertence à Comarca e Têrmo de Mondaí.

Seu atual quadro administrativo é constituído apenas do distrito da sede.

LOCALIZAÇÃO — Descanso localiza-se na zona fisiográfica do Oeste. A cidade fica a 494 km em linha reta de Florianópolis, colocando-se em 61.º lugar, relativamente à distância da Capital, sendo, portanto das sedes mais distantes, e possui as seguintes coordenadas geográficas: .. 26º 48' 00" de latitude Sul e 53º 34' 00" longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 578 metros na sede municipal, sendo o 51: em ordem crescente de altitude, no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — Em geral frio, apesar de, no verão, a temperatura chegar a quase 30ºC. As chuvas predominam na primavera, variando as precipitações anuais entre 1 700 e 2 000 mm.

ÁREA — A área do município é de 508 km², figurando em 58.º lugar em relação às áreas das demais comunas. Descanso figura, portanto, entre os vinte menores municípios do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Peperiguaçu que separa o Brasil da Argentina, correndo na direção norte-sul. Piscoso e relativamente profundo. Rios das Antas e das Flores. Saltos Famoso e das Antas, ambos ainda inaproveitados.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) de origem mineral: barro para tijolos.

b) de origem vegetal: madeiras (pinho, cedro, louro e cabriúva).

POPULAÇÃO —A população de Descanso, segundo o Recenseamento de 1950, era de 1 690 habitantes.

A densidade era de 3,3 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 71.º lugar no Estado. 76,9% da população localiza-se no quadro rural, sendo esta percentagem das menos elevadas no Estado, inferior à média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 72.º lugar em relação à população dos municípios do Estado, sendo, naquela época, o município de menor população do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 67.º lugar em população, sendo, assim, das sedes menos populosas do Estado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta sua economia, principalmente, na agricultura. O valor da produção agrícola, atingiu no ano de 1957, a .... Cr$ 21 617 000,00.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957: de origem vegetal: lenha (3 500 m³, no valor de Cr$ 350 000,00); madeira (6 015 m³ no valor de ...... Cr$ 6 015 000,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se mais de dez estabelecimentos comerciais (11 varejistas)

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 4 emprêsas rodoviárias para passageiros.

Dista a cidade cêrca de 831 km da Capital Estadual por rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por rodovia: 12 km até a cidade de São Miguel d'Oeste; 92 km até Palmitos; 57 km até Mondaí; 64 km até Itapiranga.

Na cidade de Descanso funciona o Serviço Telefônico Paroquial, mantido pela Paróquia de Santo Estanislau Kostka.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Descanso tem 390 habitantes, sendo a 67.º cidade em população no Estado de Santa Catarina. Seus edifícios principais são a Prefeitura Municipal, Coletoria Estadual, Grupo Escolar Everardo Backheuser e Hospital Nossa Senhora do Sagrado Coração.

A cidade dispõe de dois hotéis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O Município dada a sua proximidade com a cidade de São Miguel d'Oeste, é grandemente atendido pelos médicos daquela comuna. Mantido pela Sociedade Hospitalar Nossa Senhora do Sagrado Coração, funciona na sede Municipal o Hospital Nossa Senhora do Sagrado Coração.

Existe 1 farmácia no município.

ENSINO — Em 1957 funcionaram no município cêrca de 19 unidades de Ensino Fundamental Comum, com a matrícula efetiva de 634 alunos e 1 Curso Complementar, com matrícula efetiva de 14 alunos. Dessas unidades de ensino 13 eram estaduais e 6 municipais.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe no município, uma Associação Desportiva, o Esporte Clube Avante.

FINANÇAS PÚBLICAS — Por ter sido instalado em dezembro de 1956, não se dispõe, ainda, de dados referentes a Finanças Públicas.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Descanso dispõe de uma Estátua de Cristo Redentor, com 9 metros de altura, situado no alto de uma colina, inaugurada em 1949, por ocasião da festa de Cristo Rei.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — São religiosas, as principais manifestações populares, como sejam, a festa de aniversário da ereção canônica da Paróquia, 15 de agôsto, com a duração de três dias; o "Kerb", festejo do orago da Paróquia — Santo Estanislau Kostka — que se realiza, anualmente, no dia 13 de novembro e a festa de Cristo Rei, no último domingo do mês de outubro, com missa campal e cerimônias religiosas, junto ao monumento a Cristo Redentor.

A Semana da Pátria é festejada com as manifestações de estilo, culminando com um Festival, representado pelos alunos do Grupo Escolar "Prof. Everardo Backheuser", desta cidade.

A Paróquia de S. Estanislau Kostka conta com os seguintes templos: Igreja Matriz, 1 Capela Pública, existindo 1 sacerdote na Paróquia.

No tocante a folclore, registra-se o "malhar o Judas" que consiste em um boneco, geralmente em tamanho natural, que é malhado e incendiado no dia de Páscoa.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Descanso é subordinado à Comarca e Têrmo de Mondaí. Seu eleitorado, em 1958, era de 1 042 eleitores.

Os habitantes do lugar recebem o nome de Descansenses.

Atribui-se a denominação dada ao lugar, ao fato de a chamada "Coluna Prestes", por volta de 1924, haver descansado no lugar onde hoje se ergue a cidade.

Em 31-XII-1957, existiam os seguintes veículos no município:

a) Veículos a motor: camioneta 1, caminhões 8, tratores 2.

b) Veículos a fôrça animada: carros de 2 ou 4 rodas 3, bicicletas 6, carroças de 4 rodas 320.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

DIONÍSIO CERQUEIRA — SC

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — A primeira exploração científica que penetrou no vale do Peperiguaçu, foi composta de oficiais portuguêses e espanhóis, por volta dos anos de 1759 e 1760, e era composta do Cel. José Fernandes Pinto Alpoin, Comissário Português, Dr. Francisco de Arguedos, Comissário Espanhol, Capitão Veiga de Andrade, astrônomo português, Alferes de Navio D. Norberto Marron, Alferes de Granadeiro D. Pacheco de Cristo, Alferes de Navio D. Francisco Milau y Maraval, Capitão de Aventureiros Rodrigues de Moura e o cirurgião Bartolomeu da Silva.

Dionísio Cerqueira, como todo o planalto remoto de Santa Catarina, fazia parte da região denominada "ex-Contestado", na célebre questão de limites com o Paraná, resolvida em 1916, pelo Acôrdo realizado sob os auspícios do Presidente da República, Dr. Wenceslau Braz.

Como território paranaense, a povoação foi elevada à categoria de vila em 1903, conforme a ata abaixo transcrita:

"No dia 4 de julho de 1903, sendo Presidente da República o Exmo. Sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, e Governador do Estado do Paraná o Exmo. Dr. Francisco Xavier da Silva, foi solenemente inaugurada a povoação do Peperiguaçu, situada na margem esquerda do rio Peperiguaçu, distante do marco principal da cabeceira dêle cêrca de um quilômetro no rumo de sueste no lugar onde o Govêrno do Estado mandou estabelecer uma Coletoria. Como justa homenagem aos primeiros exploradores científicos destas paragens foi resolvido dar às oito ruas que desembocam na praça principal que ficou denominada — Praça Conselheiro Zacarias —, os nomes dos Comissários. Astrônomos e Oficiais portuguêses e espanhóis que, em 1759 e 1760, penetraram lutando com grandes dificuldades e afrontando muitos perigos nos rios Peperiguaçu e Santo Antônio. Em virtude dessa resolução colocou-se em cada esquina de rua uma placa com os seguintes nomes: Rua Alpoim, Rua Arguedas, Rua Veiga d'Andrade, Rua Marron, Rua Pacheco de Christo, Rua Millau, Rua Rodrigues de Moura e Rua Bartholomeu da Silva. O primeiro foi o Coronel José Fernandes Pinto Alpoim, Comissário português, o segundo o Conselheiro D. Francisco de Arguedas, Comissário espanhol, o terceiro o Capitão Veiga d'Andrade, astrônomo português, o quarto o Alferes de Navio D. Norberto Marron, astrônomo espanhol, o quinto o Alferes de Granadeiros Pacheco de Christo, geógrafo português, o sexto o Alferes de Navio D. Francisco Milau e Maraval, geógrafo espanhol, o sétimo o Capitão de Aventureiros Rodrigues de Moura, prático português, e o oitavo o cirurgião português Bartholomeu da Silva.

E para constar lavrou-se esta que vai assinada pelas pessoas presentes à solenidade. Ao serem convidados os assistentes a firmar as suas assinaturas nesta ata, o Capitão Domingos Nascimento, pedindo a palavra, propôs que em homenagem aos serviços prestados a esta zona paranaense pelo Exmo. Sr. Gal. Dr. Dionísio Cerqueira, a nova povoação tomasse o nome de — Dionísio Cerqueira — em vez de Peperiguaçu, proposta que foi aprovada unânimemente. As. — Gal. José Bernardino Bormann; Pedro Ezcurra, 1.º Comissário Argentino de Limites con los E. U. del Brazil; Tenente Coronel Lino d'Oliveira Ramos; Dr. Joaquim Antônio da Cruz; Carlos Alberto de Juviria; Francisco Gonçalves do Nascimento Roza, Chefe da Comissão Fiscal; F. Brignole; Manoel Ricardo Negrão, empregado da Comissão Fiscal do Barracão; Alfredo C. Pessoa, empregado da Comissão Fiscal do Barracão; Leocádio Cleto da Silva, empregado da Comissão Fiscal do Barracão; Capitão José Leandro Braga Cavalcanti; Alferes Francisco de Paula Arantes; José Genancos Fortes; Luiz Machado; Manoel Inácio Martins; João Inácio de Oliveira Martins; Capitão Domingos Nascimento, Secretário do 5.º Distrito Militar. — Dionísio Cerqueira — vencido quanto à denominação da povoação".

Segundo menciona José Artur Boiteux, *in* "Dicionário Histórico e Geográfico de Santa Catarina", 1.º volume, a então Povoação de Peperiguaçu, elevada à categoria de Vila com o nome de Dionísio Cerqueira era "composta de elementos da população indígena do vale do Peperiguaçu, fronteira ao lugar denominado Barracão".

Em 1925, no mês de março, a famosa coluna revoltosa Prestes chegava a Dionísio Cerqueira, onde se deu o encontro com as fôrças comandadas pelo Gal. Paim e Cel. Fulgêncio Mello, tendo Prestes conseguido evadir-se para o Paraguai.

Nesse local, houve, também, a separação das tropas de Prestes e de Juarez Távora, seguindo êste para Palmas, Paraná, e aquêle em direção ao Paraguai, passando pela Foz do Iguaçu. A localidade passou, então, a denominar-se Separação, em memória do fato.

Pouco desenvolvimento teve Dionísio Cerqueira nesses anos. Em 1916, com a solução da questão de limites entre Paraná e Santa Catarina, o território passou para a jurisdição desta última unidade da federação.

Em 22 de dezembro de 1917, pela Lei municipal n.º 2, de 22 de dezembro, da Câmara Municipal de Chapecó, era criado o distrito de Barracão, na localidade de Dionísio Cerqueira.

Sòmente em 1938, pelo Decreto-lei estadual n.º 86, de 31 de março, voltava o distrito a tomar a denominação de Dionísio Cerqueira.

Continuava, porém, com pouco desenvolvimento. Oswaldo Cabral, in "Santa Catarina", assim se refere ao extremo oeste do Estado:

"Finalmente, nos confins do Estado, nas divisas com a Argentina, predomina, nas escassas populações, a influência platina. A língua que se fala é um português acastelhanado, ou melhor, um castelhano aportuguesado. A moeda mais comum é o "peso", embora tenha curso a moeda brasileira, a bandeira que se conhece é a da República Argentina, a escola que freqüentam os pequeninos brasileiros é a que mantém aquela Nação do outro lado do Peperiguaçu". E citando Otho d'Eça: "Barracão e Barracon são uma só e única povoação cortada por um fiapo de água abandonado e que a língua de um cão, bebendo, revolve e turva". Êste fiapo é o Peperiguaçu em sua nascente.

Em 1940, o Recenseamento Geral do Brasil apresentava os seguintes resultados para o distrito de Dionísio Cerqueira: população total 906 pessoas (475 homens e 431 mulheres). Na sede do distrito, a população atingia o escasso total de 85 pessoas (45 homens e 39 mulheres), no quadro urbano, uma vez que não existia quadro suburbano. No quadro rural localizam-se 822 pessoas (430 homens e 392 mulheres) numa área de 1 280 km^2.

Sòmente em 1946 começou o desenvolvimento da região, quando chegaram várias famílias oriundas do Rio Grande do Sul, fixando-se nas localidades de Cedro, Guarujá e Pessegueiro. Da mesma procedência, algumas famílias de origem italiana se fixaram na sede municipal.

Em 1950, de acôrdo com o Recenseamento Geral do Brasil, a população bruta de Dionísio Cerqueira já era de 2 710 habitantes.

Em 1953, a Lei n.º 133 de 30 de dezembro, criava novos municípios em Santa Catarina, entre os quais Dionísio Cerqueira, cuja instalação se deu a 14 de março de 1954.

Hoje, a situação é bem diversa daquela que foi descrita por Oswaldo Cabral. A cidade de Dionísio Cerqueira supera em progresso e população a cidade vizinha de Bernardo Irigoyen, na Argentina. E no mastro dos edifícios públicos tremula a Bandeira do Brasil.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito foi criado pela Lei municipal n.º 2, de 22 de dezembro de 1917, da Câmara Municipal de Chapecó, com a denominação de Barracão.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 86, de 31 de março de 1938, essa denominação era alterada, passando a designar-se novamente Dionísio Cerqueira.

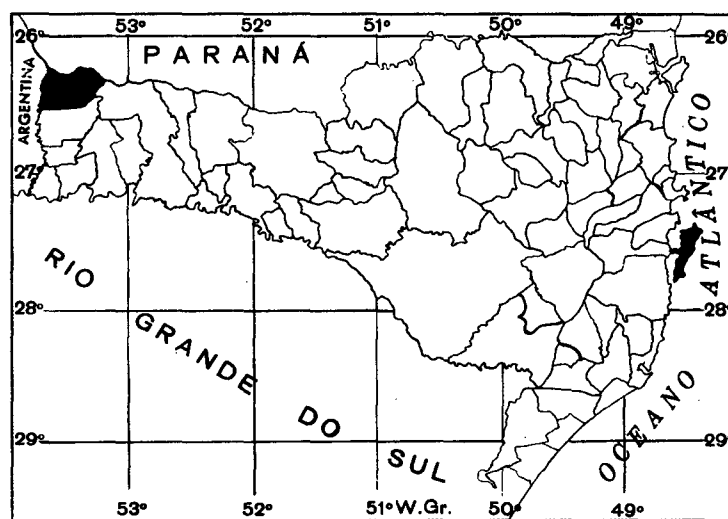
Pela Lei n.º 133, de 30 de dezembro de 1953, foi criado o Município de Dionísio Cerqueira, sendo instalado a 14 de março de 1954.

Dionísio Cerqueira é subordinado à Comarca e Têrmo de Mondaí.

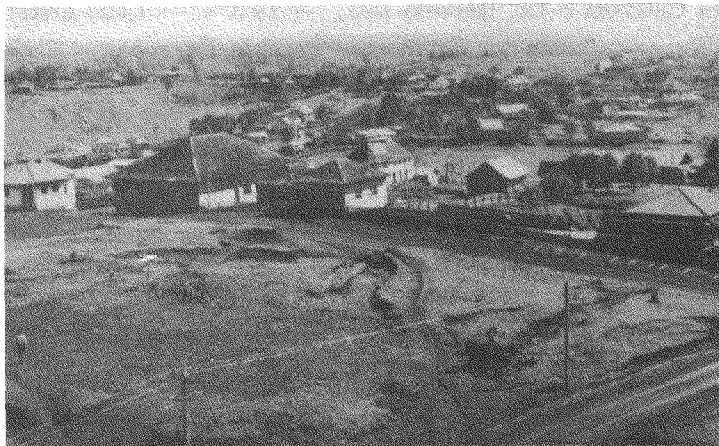
O seu quadro administrativo e judiciário, em 1.º-III-958, era constituído apenas do distrito da sede.

A atual legislatura teve início, em 1954, tendo sido eleito Prefeito, o Sr. Hélio Wasum, e constituída a Câmara Municipal de 7 Vereadores.

Pela Lei n.º 348, de 21 de junho de 1958, da Assembléia Legislativa, foi desmembrado de Dionísio Cerqueira o município de São José do Cedro.

LOCALIZAÇÃO — Dionísio Cerqueira localiza-se na zona fisiográfica do Oeste. A cidade fica a 520 km em linha reta da Capital do Estado, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 26° 14' 58" de latitude sul e 53° 38' 15" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 826 metros na sede municipal, sendo o 63.º lugar, em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — Em geral frio, apesar de que, em poucos períodos do verão, a temperatura alcance quase 30°C. As chuvas predominam na primavera, sendo que as precipitações anuais variam entre 1 700 e 2 000 mm. No inverno, a temperatura desce abaixo de 10°C. Sujeito a freqüentes geadas.

Vista do trecho da cidade que marca a divisa entre Brasil e Argentina

ÁREA — A área do município é de 1 287 km², figurando em 21.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Peperiguaçu, que separa o Brasil da Argentina, nasce na cidade de Dionísio Cerqueira e corre na direção norte-sul. Piscoso e relativamente profundo. Rios Maria Preta e das Flôres. Serra do Capanema, na divisa entre Santa Catarina e Paraná.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) De origem mineral — barro para olarias; b) De origem vegetal — pinho e erva-mate; c) De origem animal — peixes e animais silvestres.

POPULAÇÃO — A população de Dionísio Cerqueira, segundo o Recenseamento de 1950, era de 2 710 habitantes.

A densidade era de 2,1 habitantes por km², ocupando o 72.º lugar no Estado. 89,7% da população localiza-se no quadro rural, sendo esta percentagem das mais elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 71.º lugar com relação à população dos municípios do Estado.

A cidade ocupa, também o 71.º lugar em população. Assim, município e cidade são dos menos populosos do Estado.

É de 5 797 habitantes a população em 1958, conforme estimativas do Departamento Estadual de Estatística.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Ainda com elementos no Censo de 1950, havia apenas uma aglomeração urbana em Dionísio Cerqueira: a então vila, hoje cidade, de Dionísio Cerqueira, com uma população de 277 habitantes (148 homens e 129 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu, no ano de 1955, a Cr$ 10 897 900,00.

O Município assenta sua economia, principalmente, na extração de madeiras. A produção de madeira, exceto pinho serrado, tábuas, atingiu, em 1955, 17 069 m³ no valor de Cr$ 10 718 400,00; portas e janelas, inclusive venezianas, 300 m² no valor de Cr$ 120 000,00; armários de madeira para roupas, 15 unidades no valor de Cr$ 22 500,00; armários de madeira, inclusive para roupas, 10 unidades no valor de Cr$ 15 000,00; cristaleiras, 3 unidades no valor de Cr$ 6 000,00.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 25% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas, segundo a importância, destacam-se: milho, trigo, feijão (grão), aipim, batata-doce, batatinha e abóbora. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 15 651 380,00. A população pecuária, no ano de 1956, teve o valor de Cr$ 57 145 000,00.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957:

a) De origem mineral — barro ou argila 750 t, no valor de Cr$ 26 250,00; tijolos 400 milheiros, no valor de Cr$ 400 000,00.

b) De origem vegetal — erva-mate cancheada 200 000 kg, no valor de Cr$ 490 000,00; lenha 72 000 m³, no valor de Cr$ 7 200 000,00.

c) De origem animal — couros e peles de animais silvestre 220 unidades, no valor de Cr$ 6 200,00.

No tocante a produtos transformados ou não de origem animal, a produção atingiu, em 1956, o valor de Cr$ 5 090 720,00, sendo os principais produtos: leite 270 000 litros, no valor de Cr$ 4 080 000,00; ovos, 19 000 dz., no valor de Cr$ 228 000,00; banha, 7 000 kg, no valor de Cr$ 210 000,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o Município contam-se trinta estabelecimentos comerciais (1 atacadista e 29 varejistas).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O Município é servido por 3 emprêsas rodoviárias para passageiros.

Dista a cidade cêrca de 938 km da Capital do Estado por rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por rodovia: 95 km até a cidade de São Miguel d'Oeste; 294 km até a de Chapecó; e no Estado do Paraná, 82 km até a de Francisco Beltrão; 0 km até a de Barracão, fazendo divisa, também com a República Argentina, de cuja cidade de Bernardo Irigoyen dista também 0 km.

A cidade de Dionísio Cerqueira forma com a de Barracão, no Paraná, uma única cidade, separada apenas por ruas, onde um lado é Santa Catarina e o outro é Paraná.

Com a cidade de Bernardo Irigoyen, na Argentina, a divisa se resume ao rio Peperiguaçu, em um filête de água.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Dionísio Cerqueira tem 277 habitantes, sendo a 71.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina.

Igreja-Matriz e Casa Canônica. Esta, já no Estado do Paraná

Os edifícios mais importantes, são: Prefeitura Municipal, Delegacia de Polícia, Hotel Iguaçu, Salão Paroquial, Hospital São José, Grêmio Aéreo Esportivo Independente. A cidade conta com 2 hotéis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica, no município, é prestada à população por 1 médico, 1 farmacêutico e 1 auxiliar de saúde.

O Hospital São José serve à população com assistência médica em geral. Existe, no município, 1 farmácia.

ALFABETIZAÇÃO E ENSINO — Em 1956, funcionavam na cidade e no resto do município 17 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 758 alunos, assim distribuídas: Fundamental Comum, 17 unidades com 758 alunos.

No tocante à alfabetização, de acôrdo com os dados do Censo de 1950, havia na então vila de Dionísio Cerqueira 214 pessoas de 5 anos e mais, das quais, 93 homens e 73 mulheres sabiam ler e escrever e 23 homens e 25 mulheres não o sabiam.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Das três associações desportivas, duas dedicam-se a atividades recreativas e desportivas, e uma delas é apenas desportiva.

A cidade possui um cinema: o Cine Guarani, com 140 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954 (1)....	(2)	838	361	361	313
1955.......	(2)	1 319	1 852	1 188	1 724
1956.......	(2)	3 370	1 860	1 227	1 827

(1) O Município foi instalado em 1954. — (2) Não há Coletoria Federal em Dionísio Cerqueira.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS — Dionísio Cerqueira é uma cidade "sui generis": unida à cidade de Barracão, no Paraná, da qual é separada por ruas, é também ligada à cidade argentina de Bernardo Irigoyen, da qual a separa um pequeno córrego, o rio Peperiguaçu em suas nascentes.

A 7 de setembro, por ocasião dos festejos do "Dia da Pátria", as autoridades argentinas e brasileiras se encontram na divisa, havendo troca de cumprimentos. O mesmo se dá por ocasião da data nacional argentina.

No tocante a monumentos há dois marcos em Dionísio Cerqueira:

"Um obelisco que serve de marco entre Paraná e Santa Catarina, localizado no divisor das águas entre os dois Estados, nas proximidades da fronteira com a República Argentina. No lado que dá para o norte, há uma placa com a seguinte inscrição: "1920 — Linha Wenceslau Braz — Êste marco assignala o extremo oeste da linha divisória Paraná-Santa Catarina sôbre a fronteira Brasil-Argentina d'elle distante 19,40 mts com rumo verdadeiro. N. 21° 9' 9,4" E". Na placa do lado sul, lê-se o seguinte: "Êste marco foi inaugurado no Govêrno do Dr. Epitácio Pessoa, sendo Ministro da Justiça o Dr. Alfredo Pinto, Presidente do Paraná o Dr. Munhoz da Rocha, Governador do Estado de Santa Catarina o Dr. Hercílio Luz. — 1920". — Lado oeste: "Representantes dos Estados — Paraná: Engenheiros Civis F. Gutierrez Beltrão, J. Moreira Garcês. Sta. Catarina: Major G. Lebon Régis, Capitão-Tenente L. Alexandre Boiteux". Lado leste: "20 de outubro de 1916 — Data da assignatura do acôrdo entre os Estados de Sta. Catarina e Paraná para solução da questão de limites proposta pelo Presidente da República Dr. Wenceslau Braz". (As 4 placas de bronze foram confeccionadas no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, em 1919). Há, também outro obelisco maior e mais importante. Êste é triangular e está localizado sôbre a fronteira Brasil-Argentina e é conhecido por "marco grande". Uma aresta está na direção leste. Na única face voltada para o Brasil, encontramos: "Emblema das Armas da República", na parte superior. Mais abaixo, uma placa com os dizeres "Ministério da Guerra — Inspecção de Fronteiras — 1930 — General Rondon — Inspector". Em uma das duas faces voltadas para a Argentina, na que está na posição N.-E. se encontra o brasão daquele País. Na outra face, que está voltada para oeste, marcado no cimento, está escrito "1903", ano da construção do marco. Tanto os brasões, como a placa, são de bronze.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Apenas um culto ocorre em Dionísio Cerqueira: o Culto Católico Romano, com os seguintes elementos: Paróquia do Divino Espírito Santo, com 5 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, e 38 capelas públicas. Paróquia São José do Cedro, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz e 4 capelas públicas.

As principais festividades religiosas, são as do Divino Espírito Santo, padroeiro da Paróquia da Sede Municipal, e de Nossa Senhora do Rosário, a 7 de outubro.

A principal efeméride ocorre a 14 de março, data da instalação do município.

OUTROS ASPECTOS MUNICIPAIS — Os habitantes de Dionísio Cerqueira recebem o patronímico de "dionisienses" ou "cerqueirenses".

O município já teve as denominações de Peperiguaçu, Dionísio Cerqueira, Barracão e novamente Dionísio Cerqueira.

Esta última denominação é homenagem ao General Dr. Dionísio Cerqueira, em homenagem aos serviços que êsse militar prestou à região, conforme consta da ata de instalação do distrito, no "Histórico" dêste município.

O General Dionísio Cerqueira, quando Tenente, comandou a turma de levantamento topográfico dos limites entre Brasil e República Argentina.

Dionísio Cerqueira pertence à Comarca e Têrmo de Mondaí. Seu eleitorado era de 2 259 eleitores.

Em 1957, havia, no município, os seguintes veículos:

a) Veículos a motor — automóveis 9, jipes 6, camionetas 4, motociclos 1, caminhões 55, e tratores 5.

b) Veículos a fôrça animada — bicicletas 18 e carroças de 4 rodas 314.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

FLORIANÓPOLIS — SC

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — A Ilha de Santa Catarina, foi, pelos seus primitivos habitantes aborígines denominada "Y-Jurirê-mirim", o que significa para uns "bôca pequena de água", como alusão ao estreito que a separa do continente, ao passo que para outros é, simplesmente, "passagem estreita".

Êsses aborígines eram carijós, e, portanto, do grande grupo tupi.

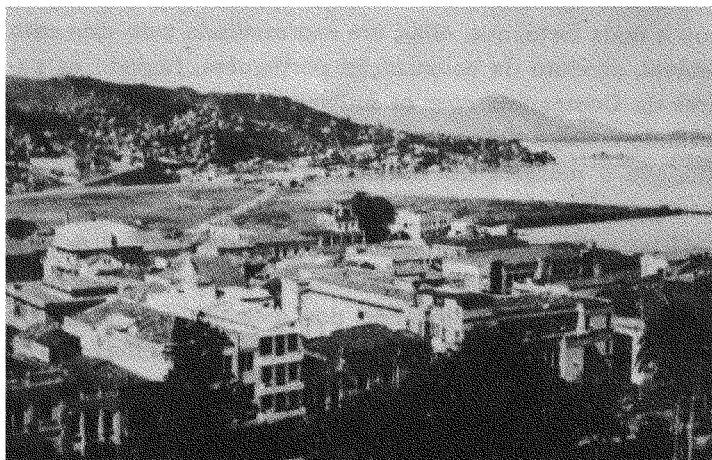
Foram êsses indígenas que, apesar de sua incipiente agricultura, deram, por serem pacíficos e industriosos, durante muito tempo, assistência às embarcações que demandavam o Sul.

Desta forma, em 1515, atenderam à esquadra de João Dias Solis, pilôto-mor de Espanha, que demandava o mar da Prata e denominou a uma das baías que banham a ilha de "Baía de Los Perdidos", como um ano antes, em 1514, atenderam à expedição de Cristóvão de Haro e de D. Nuno Manoel, que batizara a ilha e sua baía, como "dos Patos". E, sucessivamente, passaram pela ilha, em arribada forçada ou simples procura de víveres frescos e aguadas necessárias, as esquadras de Frei Garcia Loaysa, da qual o nosso litoral, recebeu denominação, bem como a de Sebastião Caboto.

Êste navegador italiano, a serviço da Espanha, partiu com três navios redondos e uma caravela em direção aos mares do Sul. Isto em 1526. Ou, mais precisamente, a 3 de abril de 1526, na barra de Sanlucar, na Espanha, chefiando quatro navios com destino às Molucas.

Ao tocar em Pernambuco, soube da bôca de portuguêses da feitoria ali existente, dos encontros, tidos e havidos, de grandes riquezas no rio de Solis (rio da Prata). Foi, ainda cientificado que, no pôrto "dos Patos" existiam vários sobreviventes da frota de João Dias de Solis, conhecedores exatos da paragem meridional e que tinham, também, conhecimento das riquezas.

Diante destas informações, Sebastião Caboto abandonou a idéia de ir às Molucas. Rumou certo e seguro, para a Ilha e Pôrto "dos Patos".

Nos fins de outubro ou princípios de novembro daquele ano, aportava à baía sul de Florianópolis. Constataram que, ali, viviam com os indígenas, já convertidos ao catolicismo, dois espanhóis da expedição de João Dias de Solis — Melchior Ramirez e Henrique Montez —, que se haviam tornado "patriarcas dos carijós" pela sua prolífera descendência.

Vista parcial da cidade

Aspecto parcial da Praça 15 de Novembro

Constatou Caboto a existência, na ilha, de cinco ou seis tabas de indígenas e outras tantas no continente fronteiro. E ali, se radicou Sebastião Caboto, mandando construir casas para os náufragos da sua capitânia, a "Vitória", que, ao enfrentar a barra sul da Ilha de Santa Catarina, naufragara, bem como fêz montar uma carpintaria de ribeira, onde se construiu uma embarcação de pequeno porte. Estava assim dado início a um povoado, segundo descrições de cronista da expedição, onde, hoje, se ergue a vila do Ribeirão.

Nesse povoado, Caboto e sua gente permaneceram três meses e meio. Durante sua prolongada permanência na Ilha consagrou-a — o navegador — à Santa Catarina. Quanto às razões desta denominação, há duas correntes: uma aceita a denominação em função do dia 25 de novembro, dia consagrado no Martirológio Cristão a Santa Catarina de Alexandria, o que coincide, plenamente, com o tempo de estada do navegante em terras catarinenses; outra corrente diz que Caboto homenageou sua consorte, Catarina Medrano, com quem, aliás, afirmava-se não viver muito cordialmente...

E, assim, ficou Sebastião Caboto ligado à Ilha e a todo o Estado de Santa Catarina.

Daí por diante, mais conhecidos os litorais do Brasil Meridional, cresceram, em número, as expedições que os perlustraram: Diego Garcia, D. Pedro de Mendoza, Alonso Cabrera e D. Alvar Nunez Cabeza de Vaca.

Alvar Nunez Cabeza de Vaca — cuja "Relação de viagem" é muito vulgarizada e conhecida — partiu de Sanlucar a 2 de novembro de 1540, em demanda ao Rio da Prata e ao Paraguai.

Fêz uma penosa travessia do Atlântico, tocou primeiramente em Cananéa, depois em São Francisco e, por fim, a 29 de março de 1514, na Ilha de Santa Catarina.

À baía norte da Ilha deu o nome de "Ramos", por ser Domingo de Ramos no calendário Católico.

Depois de passar algum tempo na ilha, mudou-se para o continente fronteiro, na sua parte mais estreita "en el pasaje de la mitad de la longitud de la isla y à un tiro de polvora della".

Foi por êsse capitão espanhol aquela parte continental denominada "Pôrto de Veia", em honra a um dos seus antepassados.

Dessa passagem — o atual Estreito — seguiu por terra, atravessando o território catarinense, de leste a oeste, rumo ao Paraguai, que governou.

7 — 24 944

Entretanto, um capitão português, Martim Afonso de Souza, em função do Tratado de Tordesilhas, percorreu, na sua expedição de 1531/1532, o litoral catarinense, tomando dêle posse para a Coroa Lusitana. E, criadas as Capitanias Hereditárias, êle e seu irmão Pero Lopes foram, naquela divisão régia, contemplados com duas porções, cada um.

A Pero Lopes de Souza coube a maior parte do atual Estado de Santa Catarina, incluída na capitania que tomou o nome de "Santo Amaro e Terras Sant'Ana", com a superfície aproximada de 7 500 léguas quadradas.

El-Rei de Portugal houve por bem fazer a Pero Lopes de Souza mercê e irrevogável doação, "entre os vivos valedora", desde 1.º de setembro de 1534, "para todo o sempre, de juro e herdade, para êle, seus filhos, netos, herdeiros e sucessores, que após êle viessem, assim descendentes como transversais e colaterais", de oitenta léguas de terras, "na dita costa do Brasil", das quais "quarenta léguas, que começarão doze léguas ao sul da ilha de Cananéa, e acabarão na terra de Sant'Ana, que está em altura de 28 graus e um têrço; e na dita altura se porá o padrão, e se lançará uma linha que se corre a oeste" e, assim, as oitenta léguas "se estenderão e serão de largo ao longo da costa, e entrarão pelo sertão e terra firme a dentro, tanto quanto puderem entrar, e fôr da minha conquista, da qual terra, e ilhas pelas sobreditas marcações lhe assim faço doação".

Aconteceu que o donatário pouco ou nada se interessou por suas terras meridionais. Deixou-as ao abandono, enquanto vez por outra na Ilha de Santa Catarina ou no seu continente arribavam navegadores de tôdas as bandeiras.

O seu quinhão — sob o nome de Capitania de Santo Amaro e Terras de Sant'Ana — por morte de Pero Lopes de Souza, passou a seu primogênito, Pero Lopes de Souza Júnior, sob a tutela, por ser menor, de sua progenitora, Dona Isabel da Gamboa. Mas, falecendo o herdeiro primogênito, sucedeu-lhe, seu irmão, Martim Afonso de Souza Sobrinho, também sob a tutela materna. E as terras passaram, por delegação de Dona Isabel da Gamboa, após 1542, a ser administradas por loco-tenentes, que nomeavam ouvidores.

Sòmente a Igreja por seus missionários, contìnuamente visitava aquelas terras e seus habitantes. De princípio, os capelães das esquadras, até que, no ano de 1536, a expedição de Alonso Cabrera ali deixou os frades Afonso Lebron e Bernardo de Armenta, para cristianizarem o indígena e permanentemente, atendê-los, bem como aos espanhóis que já se encontravam fixados naquelas paragens. Êsses dois missionários deixaram as terras catarinenses em 1541, ocasião em que seguiram com Cabeça de Vaca para o Paraguai.

Pouco depois, eram os jesuítas, principalmente os Padres Leonardo Nunes, Pedro Corrêa e João de Souza, que se entregavam, afanosamente, à conquista dos carijós.

Sòmente na segunda metade do século XVII é que se efetiva o povoamento regular do solo catarinense.

Primeiramente, o vicentista Manuel Lourenço de Andrade funda, em 1658, São Francisco. Depois, em 1673, veio a vez da póvoa de Nossa Senhora do Destêrro, hoje Florianópolis, quando Francisco Dias Velho rumou para o Sul.

"O estabelecimento de Francisco Dias Velho — escreve Luís Gualberto (obra citada) — em Santa Catarina, obedeceu à corrente que dominava então São Paulo — a da fundação de colônias de base agrícola. Dava estabilidade àquela população até então erradia e desenvolta, e garantia com maior segurança a posse de todo o território ao sul, ao domínio português".

Já de algum tempo sentia o paulista que a captura e arrebanhamento de indígenas se tornavam cada dia mais difíceis, principalmente depois da intervenção dos jesuítas que sempre propugnaram em favor da liberdade dos mesmos, alcançando até da Metrópole diversos Alvarás e Cartas Régias, onde literalmente era proibido o cativeiro dêsse precioso elemento que tanto contribuiu para a riqueza da Companhia.

O padre procurou pois, e por todos os meios, defender a liberdade dos indígenas e, sob o pretexto de catequizá-los, reduzindo-os à fé católica, evitou que os paulistas os arrebanhassem, usando dos meios violentos e bárbaros que costumavam empregar em suas correrias, e aproveitou, em favor da ordem, tudo o que êles podiam dar para o incremento da mesma.

Embora fôsse vigorosa e tenaz a propaganda, não conseguiram banir de vez do espírito paulista o desejo de aproveitar, quanto pudesse, êsse instrumento de trabalho que tão dócil se lhe oferecia para o desenvolvimento econômico, para sua felicidade e riqueza.

Efetivamente, na primeira fase das incursões sertanejas, fácil foi a conquista.

Levas e levas do elemento cobiçado não só davam prosperidade às fazendas, como o elemento arrebanhado era objeto de comércio lucrativo, fazendo-se São Paulo centro dêsse movimento.

Êste período, entretanto, por mais longo que fôsse, não poderia eternizar-se.

A propaganda jesuítica era exercida por todos os meios e em todos os sentidos. Faziam-se valer junto aos reis, solicitando dêles medidas coercitivas às depredações paulistas e, por meios suasórios, recomendavam-se aos caboclos, como seus protetores. Tratando de persuadi-los por meio de catequese, reuniam-nos nas suas reduções, que não eram outra coisa senão prósperas fazendas, enriquecidas e desenvolvidas pelo próprio trabalho dêsse elemento.

Dessa desencontrada corrente de interêsses, predominou a mais forte, que, aliás, era representada pelo elemento estável, produto da colonização portuguêsa, fugindo os padres da Companhia com os indígenas que puderam reunir, levando consigo tôda a população das reduções que haviam fundado à margem do Paraná.

Para defenderem-se dos ataques que os paulistas faziam às suas reduções imploraram embalde os padres missionários a intervenção de elementos que os poderiam seguramente proteger, solicitando dos mesmos o emprêgo de armas, não sendo por êles ouvidos, até que, após longos anos o padre Montoya obteve do rei de Espanha, não só a declaração de considerar vassalos seus os indígenas dessas reduções, como a permissão de armá-los; e o padre Dias Taño

Cais Frederico Rolla, vendo-se ao fundo o Mercado Municipal e à direita a Alfândega

obtém, por sua vez, do Vaticano, as maiores fulminações contra todos os que pretendessem cativar indígenas.

Armados dêsses recursos, tomaram passagem para a América, acompanhados de mais dezesseis religiosos e desembarcaram no Rio de Janeiro.

Divulgados, por uma leviandade do padre Taño, que fôra ler em uma das igrejas daquela cidade os podêres de que o Vaticano os havia revestido, amotinou-se o povo, e graças à intervenção de Salvador Correia, que prometeu obter do rei a revogação daqueles Decretos, serenou o levante, mas nem por isso cessou a luta entre padres e mamelucos.

Muito bem armados então, só esperavam um ataque para porem em prova os grandes meios de que dispunham, e os paulistas pagaram caro as investidas que fizeram às reduções de Itatines, onde foram rechassados pela artilharia e fuzilaria inimigas.

Êste fato marcou, por assim dizer, um período de tréguas.

Tornou-se, desde então, difícil, senão impossível, o arrebanhamento de indígenas às reduções jesuíticas e ao centro do Paraguai, onde os paulistas iam mesmo recrutá-los.

A intervenção dos jesuítas em favor do elemento indígena, como vimos, se tinha feito valer e a ação de Salvador Corrêa de Sá, honesto, ilustrado, humano e valoroso, como aquela, neutralizaram o ardor dos paulistas em conquistar os sertões no intuito exclusivo de cativar indígenas.

Fechado o Paraguai com os desastres dos assaltos ao Uruguai, avolumou-se para o Norte a leva das incursões paulistas, e Antônio Raposa Tavares pôde, atravessando o

sertão bravio, transpor a Cordilheira Andina, penetrar no coração do Peru e após longos e penosos anos, de fadigas e cansaço, pelo Amazonas abaixo, desembarcar em Gurupá; e, vencendo ainda as dificuldades da marcha, chegar à terra natal, desconhecido da própria família.

Depois dêste largo esfôrço, a corrente desdobrou-se.

O descobrimento do ouro despertou de novo a cobiça e criou novos hábitos daquela população desenvolta e ávida de aventuras.

Os paulistas, no largo comércio que exerceram de recrutar indígenas, não se puderam fixar à vida agrícola, que, principalmente, prende o homem à terra. Consistia a sua atividade agrícola simplesmente em espalhar a semente em um campo ràpidamente feito pela derrubada e queimada das árvores e fazer a colheita na volta da incursão, decorrido o tempo necessário para frutificação.

A descoberta das minas produziu grandes modificações nesses costumes, criando hábitos de sedentariedade e onde havia abundância de ouro o arraial transformava-se logo depois em vila.

Dias Velho fazia parte desta sociedade. Vinha, ainda criança, acompanhando o pai ao sertão dos Patos.

Estava afeito a esta vida de aventuras e tinha, não fazia muitos anos, ido mesmo em pessoa verificar *de visu* as notícias que o filho havia trazido de Santa Catarina, onde êle o havia mandado. Colhidas as informações e conhecendo bem as probabilidades que poderia oferecer a terra a uma exploração agrícola, estava resolvido a seguir para Santa Catarina, com êsse intuito.

Um fato importante determina, entretanto, um novo rumo à ação de Dias Velho, despertando no seu âmbito varonil o antigo prazer das emprêsas arriscadas. Chega a São Paulo o tenente-general Jorge Soares de Macedo, que acompanhava D. Rodrigo Castel Branco, nomeado Administrador e Provedor Geral das Minas existentes ao sul de Paranaguá.

Jorge Soares de Macedo requer ao Conselho Municipal de São Paulo, uma sessão extraordinária para dar ao mesmo conhecimento das ordens que o príncipe regente havia recebido, e, reunidos na sala do Conselho, em 30 de novembro de 1678, o juiz ordinário, vereadores, procurador do Conselho e demais pessoas de responsabilidade, presente o general e convidado para expor a comissão de que estava incumbido, disse que tinha sido encarregado do descobrimento das minas de prata existentes na Repartição do Sul, e, como precisava de gente que o acompanhasse nessa diligência de tanta importância, prometia a quem o seguisse as mercês que cada um soubesse merecer e que até aquêle dia se haviam apresentado o capitão Francisco Dias Velho, Braz Rodrigues de Arzão, Antônio Afonso Vidal, Manuel da Costa Duarte e João de Aguiar Barriga.

Não era fácil ao tenente-general conduzir por terra tôdas as provisões que havia acumulado para esta expedição. Adquirira em São Paulo tecidos de lã, armas, couros, carne de xarque e farinha de trigo, tendo recebido de tôda a costa farinha de mandioca e inúmeros outros efeitos para essa emprêsa que sempre considerou de maior relevância e assim pensando aprestou em Santos uma frota de sete embarcações e em março de 1679 partiu dêsse pôrto com os paulistas de distinção que em São Paulo se haviam oferecido para acompanhá-lo neste descobrimento, "uma companhia de soldados e duzentos índios sertanejos armados".

Mal saíram de Santos perderam em sucessivas tormentas, ainda no Pôrto, quatro embarcações, e as três restantes, acossadas por ventos ponteiros e impelidas por tempestades, ao longo da costa da ilha de Santa Catarina, arribaram à mesma ilha.

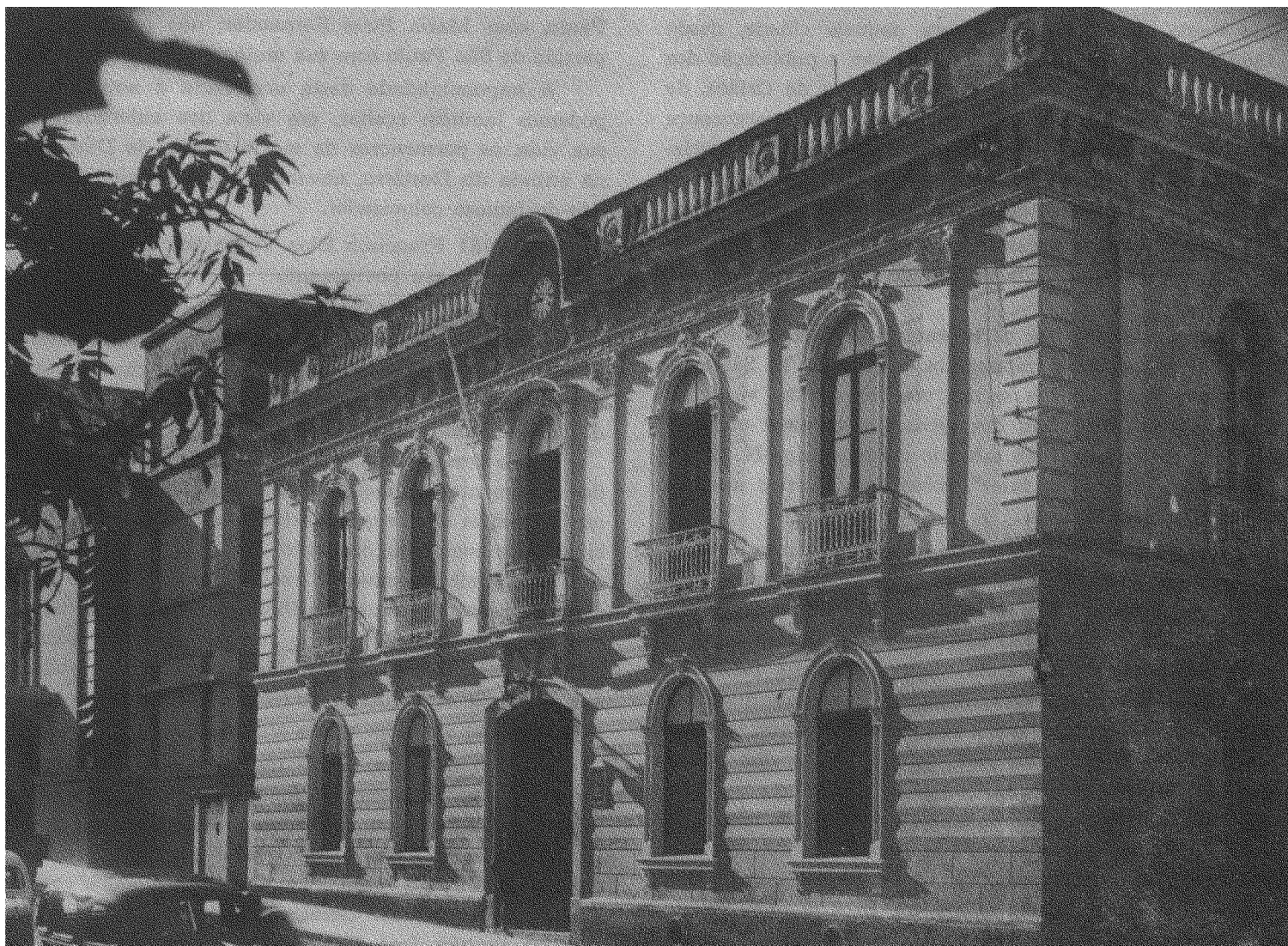
D. Manuel Lobo, que por êsse tempo tinha ido fundar na margem do rio da Prata a Colônia do Sacramento, sabendo que a esquadra que partira de Santos tinha arribado à ilha de Santa Catarina, determinou "que a gente que vinha nela se empregasse, como refere o visconde de S. Leopoldo, em aparelhar e serrar madeira, preparar cal de ostras e outros materiais de construção, sob a inspeção de Manuel da Costa Duarte, para dali serem transportados à nova colônia".

Estavam tão ligadas estas duas expedições — a de Jorge Soares de Macedo que acompanhava D. Rodrigo de Castel Branco, para a exploração de hipotéticas minas de prata que diziam existir ao sul de Paranaguá, e a de D. Manuel Lobo, que vinha fundar a colônia do Sacramento, e foram tão variadas as diligências mandadas proceder pelo tenente-general, que bem se pode concluir que a expedição de Macedo não tinha outro fim senão conhecer melhor o terreno e a disposição dos ânimos em todo êsse território ao sul de Paranaguá, e assim facilitar a ação de D. Manoel Lobo, na fundação da colônia, sem despertar os zêlos de Castela, cuidado de que se não descurava a diplomacia portuguêsa.

Desta expedição, como já dissemos, fazia parte Francisco Dias Velho, que não tendo podido seguir para a Colônia do Sacramento, em virtude de ventos contrários e tempestades que haviam acometido a esquadra, ficara na ilha com tôda a comitiva, ocupada em preparar os materiais necessários à fundação da colônia e mantimentos de bôca, a que o general estava obrigado em virtude das recomendações recebidas de D. Manuel Lobo, devendo seguir logo que recebesse os avisos que lhe seriam mandados, o que não aconteceu por se ter resolvido que correria imenso risco andar com grandes embarcações perto da costa.

Em vista desta situação, resolveu Macedo convocar os oficiais milicianos que o haviam acompanhado para ouvi-los neste particular e resolveram que o general embarcasse em uma das sumacas, visto não haver embarcações que recebessem todo o pessoal, e ir à nova povoação de S. Gabriel, para onde o havia mandado S. A., podendo solicitar daí a sua condução à Colônia, devendo seguir mesmo por terra a todo o risco.

A expedição de Dias Velho a Santa Catarina, anteriormente preparada, já fazia parte do ciclo colonizador, vinha com intuito de fundar vila. Tinha sido perfeitamente constituída para tal fim.

Conhecia Dias Velho a terra desde 1645, quando acompanhou o pai nas entradas que êste fizera ao sertão dos Patos; em 1673 mandou o filho escolher terras em Santa Catarina e, recebidas as informações, seguiu em 1675 daquela ilha provido de novos elementos para constituir e fixar a nova povoação, demorando-se três anos, e em 1679 solicitou em Santos ao Governador da Capitania, concedesse-lhe por sesmaria duas léguas de terra em quadra, no

Prefeitura Municipal

distrito da ilha de Santa Catarina, onde já havia igreja de N. S. do Destêrro, correndo costa bravia, e mais meia légua de terras de uma lagoa, onde já tinha fazenda de culturas; e mais duas léguas de terra defronte do estreito ou terra firme, onde também já tinha uma feitoria com uma légua de sertão e outra de testada; onde chamam Cabeça de Burgio, duas léguas em quadra, começando do rio Araçatuba, o que lhe foi concedido, acrescenta Pedro Taques, em atenção ao grande serviço que fazia a S.M. com a nova povoação e fundação das terras de Santa Catarina.

Estava assim provido, quando se determinou seguir com o tenente-general Jorge Soares de Macedo, para a fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento.

Os escritores que se têm referido à vida e feitos de Francisco Dias Velho, não são concordes em assinalar a data da partida dêsse intrépido paulista, de Santos ou São Paulo, para dar começo à fundação e povoamento de Santa Catarina, nem estão de acôrdo quanto à data de seu falecimento.

Todos êles, entretanto, procuram à porfia retificar essas datas, entendendo que os seus predecessores sempre se enganaram.

Não estavam muito espalhadas e ao alcance de todos, as fontes históricas onde se poderiam encontrar os subsídios para esclarecer êsses antigos acontecimentos.

A Nobiliarquia paulistana, de Pedro Taques, só veio à luz em 1872 e na Revista do Instituto Histórico Brasileiro. Os apontamentos históricos, geográficos, etc., de Azevedo Marques, foram publicados em 1879.

Havia outras referências em livros de mais difícil aquisição e em revistas e jornais.

Azevedo Marques, ocupando-se em seus Apontamentos da figura de Dias Velho e estudando as divergências existentes entre os escritores acentua e escreve: "o que é verdade é que nenhum dêles andou acertado", afirmando que, em contrário do que dizia Pedro Taques, ter Dias Velho falecido em 1692, assegura que Dias Velho faleceu em 1689, segundo se vê do seu inventário existente no Cartório de São Paulo.

A afirmativa de Azevedo Marques tinha o alto valor do patrocínio de seu nome e para os que se contentam com as afirmativas categóricas, sem entrar em maiores indagações, fechava a questão.

Em estudo anterior, sabendo que Pedro Taques, no dizer de Frei Gaspar da Madre Deus, conseguiu "pasmosa erudição das antiguidades do Brasil com estudo de alguns 50 anos", adotei a era por êle admitida e fixei a vinda de Dias Velho para Santa Catarina, definitivamente, para povoá-la, em 1679, isto depois que voltou de São Paulo e haver requerido em Santos terras na Ilha de Santa Catarina e Araçatuba, e ter recebido as notícias trazidas por seu filho, a quem mandou a Santa Catarina, para melhor indagação.

Com as publicações novamente editadas pela louvável iniciativa do Sr. Dr. Washington Luís, quando prefeito de

São Paulo, das Atas da Câmara daquela cidade, desde 1562, e as de Santo André, de 1555; com a publicação dos Inventários e Testamentos do 1.º Cartório de Órfãos, de São Paulo, a começar de 1578, pode-se com maior segurança precisar-se as datas dêsses antigos acontecimentos, esclarecê-los mesmo e retificar-se o que havia de inseguro e duvidoso no desenvolvimento da expansão paulista.

Não se precisa encarecer o serviço prestado pelo Senhor Dr. Washington Luís, mandando publicar essa valiosa contribuição.

Basta referir-se que os Inventários e Testamentos são em geral inventários e testamentos de cidadãos de São Paulo que se achavam no sertão, escritos muitas vêzes na barraca gotejante ainda dos grossos aguaceiros onde se achava o declarante, "não sabendo mesmo o que N. S. Jesus Cristo queria dêle fazer", prêso dos calafrios intensos provocados pela malária.

Às vêzes, a seta do selvagem punha têrmo a essas confidências solenes, onde o desgraçado não tinha para deixar aos seus senão "a miséria que possuía".

E, êsses documentos, entretanto, que assinalavam o caminho das bandeiras, eram marcos humanos, plantados na longa estrada das peregrinações paulistas e determinavam a passagem dêsses atrevidos e corajosos brasileiros, na fúria patriótica de levar mais para oeste a linha das nossas demarcações.

Pela publicação dos documentos referidos, não resta mais dúvida que o povoamento de Santa Catarina por Dias Velho, se deu depois de 1675, isto é, depois que o filho voltou de explorar aquela Ilha e em 1678 já tinha estado Dias Velho em Santa Catarina, como se pode ver da referência a êle feita no inventário de Domingos Borges da Silva pertencente ao Cartório de Órfãos da Cidade de São Francisco do Sul, onde se diz que "Francisco Dias Velho, da Ilha de Santa Catarina, tinha contas de sal com o inventário".

E o testamento e inventário de Custódia Gonçalves, mãe de Francisco Dias Velho, procedido em São Paulo, aos 9 dias do mês de dezembro de 1681, vem fixar definitivamente naquele ano, o comêço da fundação da vila.

Para representá-lo e acompanhar em São Paulo o processo de inventário de Custódia Gonçalves, sua mãe, Francisco Dias Velho constituiu seu bastante procurador na mesma cidade, Pedro Taques de Almeida, e êste, no mesmo ano em que se deu comêço ao inventário, isto é, em 9 de dezembro de 1681, "para que não houvesse dilação nas partilhas e evitar poder ter alguma perda o seu constituinte e por estarem longe os herdeiros e o dito seu constituinte estar dando princípio à povoação da Ilha de Santa Catarina, onde não pode ser avisado, requeria, como procurador bastante que era, que as peças lançadas dêsse inventário, fossem avaliadas e vendidas pelo maior preço".

Pedro Taques relata que Dias Velho partiu de São Paulo em 18 de abril de 1662, para êste descobrimento, como era uso dizer-se então, fundação de vilas, acompanhado de sua mulher, dois filhos, duas ou três filhas, um homem branco por nome José Tinoco, a mulher, três filhos dêste e padre da Companhia de Jesus.

Dias Velho, entretanto, casou-se, como Azevedo Marques nos ensina, em 26 de janeiro de 1667, na Matriz de São Paulo, com Maria Pires Fernandes; não podia, pois, ter partido de São Paulo com sua mulher e filhos em 1662.

A impossibilidade desta ocorrência é notória e não podemos também aceitar, em vista dos antecedentes da sua vida, os pormenores da morte trágica de Dias Velho, na ermida do Destêrro, novamente erecta pelo zêlo católico do famoso colonizador.

Em 1681 Francisco Dias Velho, em Santa Catarina, dava início ao seu povoamento.

Vimos que, em 1681, no inventário de Custódia Gonçalves, mãe de Dias Velho, consta um requerimento de Pedro Taques de Almeida, onde se diz bem claramente que Francisco Dias Velho estava dando princípio à povoação da Ilha de Santa Catarina.

Antes dessa época, podemos acompanhá-los, nos referidos documentos publicados, pela menção que dêle fazem, nos diferentes cargos que exerceu, quer no Conselho Municipal, quer como juiz ordinário.

Dias Velho gozava do melhor conceito entre os homens representativos de São Paulo, fazia parte de todos os comícios em que se tinha de resolver sôbre os mais importantes assuntos políticos ou de administração pública: a sua reputação estava há longo tempo firmada, tendo servido nos cargos de vereador e juiz ordinário.

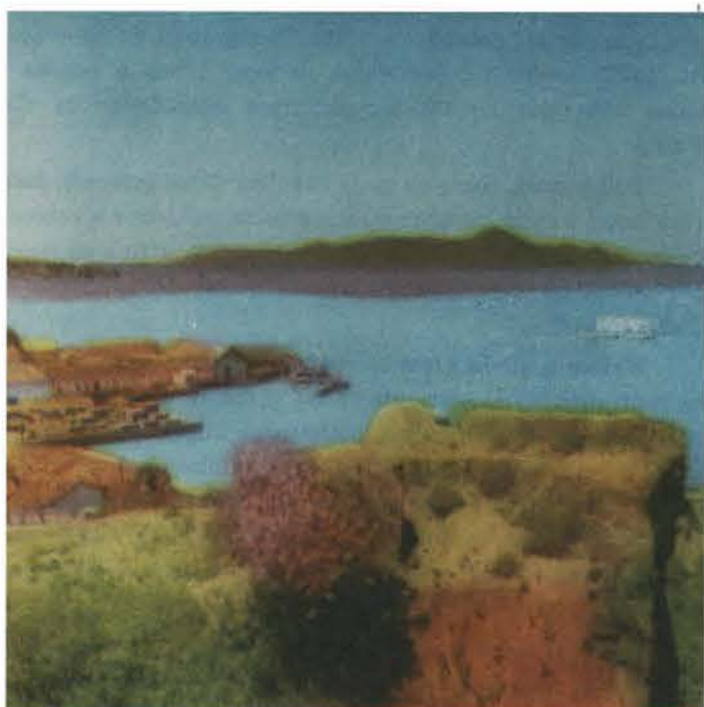
Homem de ação, era o mais conceituado dentre os representantes da numerosa família dos Pires, servindo de árbitro em tôdas as questões que com ela diziam.

Assim, em 27 de dezembro de 1661, a Câmara Municipal de São Paulo, reunida em Conselho, mandou escrever uma carta ao Ouvidor Geral, dizendo que mandaram chamar ao capitão José Ortiz de Camargo, como principal parte da família dos Camargos e ao capitão Francisco Dias Velho da família dos Pires, para assentarem no melhor meio de se proceder à eleição, e tendo o capitão José Ortiz requerido se fizesse a eleição de acôrdo com o Alvará, como até então havia feito "com paz e quietação", e tendo o capitão Francisco Dias Velho concordado com êle, a Câmara resolveu, visto estarem conformes, se fizesse pelo Alvará "por evitarmos dissenções que nestas ocasiões costuma haver, de que se fêz êste têrmo".

Em 30 de março de 1665, assinou com outros o têrmo de vereança desta data, em que se protesta contra o Alvará do Vice-Rei, mandando emitir na posse das aldeias dos índios a Diogo Aires de Araújo, alegando a Câmara não se devia cumpri-lo porque ela tinha posse imemorial de governar as referidas aldeias, nomeando capitães assistentes, não lhe convindo largar esta jurisdição e posse.

Em 3 de novembro de 1670, assina com muitos outros a ata lavrada pela Câmara Municipal contra os preços excessivos que os mercadores de Santos taxavam sôbre os gêneros de primeira necessidade.

Antes mesmo de exercer êsses diversos cargos da governança, como era costume dizer-se, a sua importância era notória. Antônio Pedroso de Barros, um dos homens mais abastados de São Paulo, convida-o para redigir seu testamento, impossibilitado como estava de fazê-lo, por ter recebido um ferimento grave produzido por arma de fogo.

Francisco Dias Velho, veio, pois, para Santa Catarina, por volta de 1679, onde definitivamente se estabeleceu, não sem protestos da família e dos parentes mais chegados.

Vista da Baía Sul

Efetivamente, o valoroso paulista soube pela sua afabilidade, provada energia e segurança nos cargos que exerceu, captar a simpatia, a estima e admiração daqueles que o cercavam.

E os parentes mais próximos de Dias Velho escreviam-lhe de São Paulo, que voltasse.

Não podiam admitir que permanecesse em uma terra completamente desabitada, pouco fértil, onde as colheitas lhe não remuneravam o árduo trabalho.

Além do mais, Santa Catarina gozava fama de insalubre; segundo se dizia, dominavam ali febres de mau caráter, câmaras de sangue e outras moléstias pestilentas.

Dias Velho, entretanto, amava a terra onde se veio estabelecer. Estava sempre disposto a defendê-la, empregando as mais carinhosas expressões para recomendá-la e atribuia sempre a causas eventuais o que aos outros parecia imanente ao terreno e ao clima.

Era a fascinação despertada no ânimo do representante da raça, por aquêle maravilhoso cenário, onde a floresta virgem chegava até a praia e o mar penetrava pelo interior das terras, formando lagos sossegados, cercados de morros agrestes e margens talhadas a pique na areia dos cômoros. Onde a terra nova e embalsamada pelo perfume das orquídeas e das silvas, era rica, na própria exuberância das matas circunvizinhas.

E Dias Velho, deslumbrado ainda pelo maravilhoso da paisagem, respondia: "Todos gozamos saúde, Deus louvado, de tudo muito abundante; a terra é mais que boa e quem disser o contrário, mente. Digam que não podem estar onde não há gente e não digam que não presta a terra; por falhar um ano não é defeito da terra, senão causa do tempo. Eu me contento muito com a minha sorte".

O fundador achava-se, pois satisfeito e contente com o estabelecimento de sua colônia, cujo comércio se alargava. Em São Francisco tinha contas de sal com Domingos Borges da Silva, na Laguna, com Brito Peixoto. Possuía diversos materiais em Santa Catarina; em São Francisco, tinha um depósito de barras de ferro; ia, pois, prosperando a colônia, cercada pelo respeito e dedicação de todos.

Impediu que o castelhano na ilha se estabelecesse, prendendo mesmo corsários que andavam a percorrer a costa e que de Santa Catarina faziam ponto de refúgio e estação de abastecimento de víveres e aguada. Estavam fundadas as duas barreiras às pretensões de Castela: — São Francisco e Santa Catarina.

Todavia, para a colônia atingir a êste grau de prosperidade, tinha êle sacrificado tôda a sua fortuna, como dizia em carta dirigida a seu cunhado Pedro Jácome Vieira, aos 20 de abril de 1681, "que o que tinha podia-se dizer estava empenhado".

Não se pode deixar de reconhecer as altas qualidades morais que concorriam em Francisco Dias Velho, mencionadas, aliás, por todos os que dêle tinham um conhecimento mais amplo. Pedro Taques de Almeida refere o seu modo de proceder mesmo por ocasião de aprisionar corsários, guiado sempre pelos princípios da honra e da lealdade, como fêz por ocasião da entrada de arribada àquela ilha de um patacho inglês, sob o comando do pirata Tomaz Frinz.

Relata o próprio capitão, no inquérito a que respondeu em Santos, que o capitão-mor Francisco Dias Velho foi a bordo do seu navio e prendeu-o, assim como tôda a tripulação; arrolou e inventariou todo o cabedal que encontrou e os remeteu presos à sua custa à vila de Santos, onde se achava então de correição o ouvidor geral da Repartição do Sul, Tomé de Almeida Oliveira. Procedendo êste Ministro a inquérito, na presença do procurador da Coroa, Diogo Pires de Aguirre, como consta do relato do próprio capitão inglês, que, saindo da Inglaterra com uma frota de pequenos navios, levando 900 homens de tripulação, para piratear em terras de Castela, e após diversas aventuras, tivera um encontro com castelhanos que lhe mataram muitos homens.

Para vingar êsse desastrado assalto, deram aos castelhanos muitos outros, até que em um dêsses foram completamente desbaratados, ficando êle, capitão, com sete homens sòmente, e assim destroçado, procurou o pôrto de Santa Catarina "onde fôra prêso pelo capitão-mor Francisco Dias Velho, o qual lhe havia mandado inventariar tôda a fazenda, que se achava em o dito navio, que constava do mesmo inventário que havia remetido com êle capitão e seus companheiros".

Êste grande cabedal, adita Pedro Taques, ficou a Real Fazenda devendo ao zêlo do capitão-mor Francisco Dias, cujo prêmio foi a morte que lhe deram os hereges, em 1692, quando voltaram sôbre a mesma ilha e lhe tiraram a vida dentro do próprio templo que havia construído.

Tal é e tal foi o modo digno por que sempre procedeu o honrado povoador de Santa Catarina; não se pode, pois, admitir cometesse êle o ato de selvagem pirataria de que o acusam, dando lugar aos trágicos acontecimentos que acompanharam a sua morte.

Parece-nos destituída de todo o fundamento a narrativa da sua morte por ocasião do assalto dos piratas holandeses à Ilha de Santa Catarina, tal como relatam alguns escritores, nomeadamente Monsenhor Pizarro, que, para darem uma tonalidade mais escura ao quadro, inventaram a cena da violação das filhas na presença mesma do benemérito colonizador.

Esta lenda está tão profundamente arraizada no espírito de todos, que só depois de ter obtido as provas documentais da impossibilidade de se haver dado êste acontecimento, tal como o descrevem os cronistas, é que procurei demonstrar que não o poderíamos aceitar.

A história, aliás, de Dias Velho tem dado lugar a diversas contradições — erros de datas e de nome, apreciações falsas, principalmente relativas ao seu caráter, andando a sua memória deslustrada pela perpetuação dêsses erros.

Observa-se uma grande transformação no modo de ver e apreciar os acontecimentos históricos, contando-se, como sempre, na primeira linha, os documentos exumados dos arquivos e banidos os princípios assentados em crenças, superstições ou filosofias, sendo já tempo de restabelecer-se a verdade histórica sôbre Dias Velho, o primeiro brasileiro que impediu que a expansão castelhana viesse para o Norte, estabelecendo em nome dos interêsses brasileiros, no sul do Brasil, êsse marco de resistência às pretensões de Castela.

Pela descrição da cena tal como nos é referida por Almeida Coelho, logo se vê a sua inverossimilhança.

Não nos é possível acreditar que Dias Velho, bandeirante, intrépido e corajoso, habituado ao mando e à conquista, fôsse tão descuidado que, depois de ter dado um assalto e emboscada aos piratas holandeses, dos quais um ano antes havia roubado a prata que traziam do Peru, e os tivesse desbaratado, impedindo-lhes o desembarque, "fôsse incautamente descansar", dando lugar a que à noite voltassem os holandeses, aportassem à Praia de Fora, caminhassem entre a mata, se apoderassem da igreja e pela madrugada assaltassem a casa de Dias Velho e o levassem prêso com tôda a família, conspurcando-lhe as filhas.

Nesta ocasião, continua o cronista, inflamado Dias Velho, pretendeu arrancar a espada da cinta de um holandês, para com ela desafrontar-se da injúria sofrida, recebendo neste momento um tiro de pistola que o prostrou.

A versão do Monsenhor Pizarro é mais ou menos a que relata Almeida Coelho.

Dados êsses fatos, referem os cronistas que todos os filhos de Dias Velho se retiraram para a Laguna, onde já habitava Domingos de Brito Peixoto, e foram nela residir, ficando quase deserta a ilha, por muitos anos.

Em não aceitar a narrativa dêsses primeiros cronistas, não me encontro só. O Visconde de S. Leopoldo, ao transcrever a versão de Monsenhor Pizarro, pondera que, enquanto não tivesse conhecimento da fonte onde êle bebeu tais notícias, não as aceitava. E comentava: "Aproveitar-se da necessidade e aflição, com que uma nau holandesa, que vinha do Peru, aportara com água aberta; deixar desembarcar a carga no sítio das Canavieiras, suposto deserto; cair então sôbre êles de emboscada e levar-lhes um rico despôjo... que mais faria um fero selvagem ou um imoral flibusteiro? São circunstâncias que repugnam e não se compadecem com o caráter justo, prudente e humano, que tem chegado até nós, daquele fundador; de asilo franco e generoso acolhimento que dava aos bons, o que em tão pouco tempo concorreu para aumento de sua Colônia".

Para acabar de vez com tôdas essas invenções e restabelecer a figura de Dias Velho em tôda a sua inteireza moral, basta ponderar que, ao proceder-se ao inventário dos bens por êle deixados em São Paulo, aos 2 de novembro de 1689, foram citadas tôdas as suas filhas e genros, e todos êles, por aquêle tempo, eram moradores de São Paulo.

Felizmente, como se pode concluir dêsse fato, não teria tido lugar a cena covarde e imprudente, tal como a relatam os cronistas citados e historiadores que, sem crítica, os acompanharam na descrição da trágica morte do fundador de Santa Catarina.

Referem ainda êsses escritores que, morto Dias Velho, os marinheiros, apoderando-se da prata roubada, prendem os poucos colonos inermes, assistentes impassíveis daquela cena selvática, levam de roldão as mulheres e, prestes a conduzi-las para bordo, cedem aos rogos dos sacerdotes e às súplicas das mesmas. E um filho de Dias Velho, vem ainda, pressuroso e covarde, cumular de presentes os assassinos do pai!

De todo o exposto, pode-se concluir a inverossimilhança da cena, não se podendo acreditar, além disso, fôsse Dias Velho capaz de cometer o ato de pirataria com que o deslustram.

Não foi, pois, para defender a prata do corsário que sucumbiu, senão para impedir o ultraje dos hereges ao templo, que, à sua custa, havia construído e defender os interêsses da coletividade que, com tanto sacrifício, havia construído e tão denodadamente representava.

Havia sempre pautado os seus atos pela mais escrupulosa honradez e os fatos relatados por Pedro Taques, na Nobiliarquia Paulistana, de honra e probidade, encontram apoio seguro nos documentos agora conhecidos e publicados pela primeira vez.

Além desta estrutura moral, provada pela atuação que sempre exerceu em São Paulo, nos diversos atos de sua vida pública, possuía as grandes qualidades de vontade, coragem, energia e ação — características dos que são capazes de conduzir e guiar homens" — conclui Luís Gualberto (obra citada).

Enquanto isso, abandonadas aquelas terras, retornou o seu litoral a ser ponto de passagem e de abastecimento, pura e simples, dos navegantes que singravam os mares do sul.

Assim, em 1712, ali estêve o navegante francês Frézier, que encontrou nas suas baías e angras "uns catorze ou quinze sítios descortinados à volta das habitações dos colonos".

E, só em 1719, quando da correição procedida pelo Ouvidor de São Paulo, Dr. Rafael Pires Pardinho, é que se criou, na Ilha de Santa Catarina, um lugar de Juiz Ordinário, um de Tabelião e um de Escrivão de Órfãos. Todos êstes atos tiveram aprovação pela Provisão Régia de 10 de janeiro de 1724.

Eram as primeiras medidas de regularização da vida municipal na Ilha de Santa Catarina.

Entretanto, face à Patente de 1.º de fevereiro de 1721, concedida a Francisco de Brito Peixoto, como capitão-mor da Laguna, a Ilha de Santa Catarina e o Rio Grande de São Pedro lhe estavam anexados.

Mas esta subordinação pouco durou, pois na correição do Ouvidor de Paranaguá, de Antônio Alves Lanhas

Trecho da Rua Acipreste Paiva

Peixoto, foi a povoação da Ilha de Santa Catarina elevada, por ato daquele magistrado, a 23 de março de 1726, à categoria de vila, com a ereção do pelourinho, recaindo a escolha dos primeiros dirigentes da vila de Nossa Senhora do Destêrro em Domingos Lopes para Juiz, Martinho Pereira para vereador e Antônio de Castilho para procurador.

Entrementes, foi eleito primeiro capitão-mor da vila Sebastião Rodrigues Bragança.

Por êste tempo, também, por Provisão Régia de 24 de março de 1728, foi mandada ocupar, militarmente, a Ilha de Santa Catarina, como vanguarda dos domínios portuguêses no Brasil meridional. Era mais um passo no povoamento regular da parte sul da América portuguêsa.

Ainda no processo de povoamento teve a Ilha, face à ordem régia de 5 de março de 1732, conhecimento dos primeiros contratos para a pesca de baleia, em que eram contratantes Domingos Gomes da Costa, Braz de Pina e outros.

E, por alvará daquela mesma data, foi criada a freguesia de Nossa Senhora do Destêrro, cabendo a vigararia colada ao Padre Estevão Simões Manço.

Por outro lado, a Ilha, na sua invejável posição estratégica, faria com que, vez por outra, ali arribassem embarcações não pertencentes a países amigos, e, face a esta situação, sob o comando do capitão Antônio de Oliveira Bastos, foram destacados para tal posição 1 Alferes, 2 Sargentos, 52 Soldados e 7 Artilheiros da praça de Santos, além de algumas famílias de Portugal. Isto em 1737.

Dava-se, desta forma, importante passo no povoamento da Ilha de Santa Catarina.

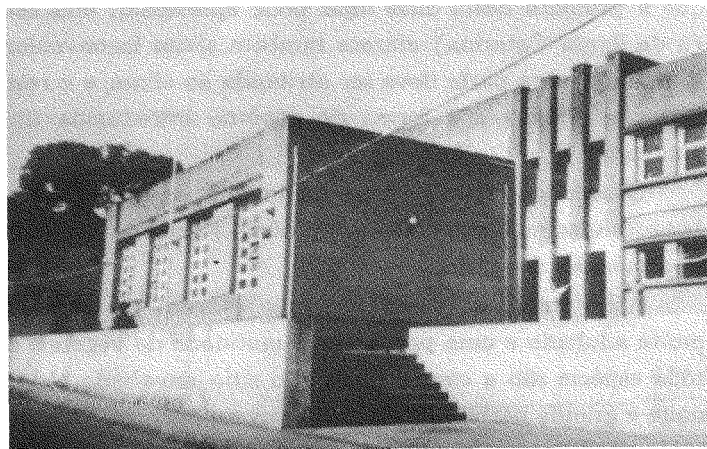
Ensina Lucas Alexandre Boiteux, em "Notas para a História Catarinense" (obra citada) — "Em 14 de novembro de 1737 Gomes Freire de Andrade, Governador do Rio de Janeiro, dirigiu uma carta a El-Rei mostrando-lhe, entre outras coisas, a conveniência de ficar sob a ação de um govêrno único tôda a costa sul do Brasil até a Colônia do Sacramento, pertencente então à Capitania de São Paulo, e a urgente necessidade de fortificar-se o pôrto de Santa Catarina.

Pela Resolução de 5 de agôsto de 1738 determinou o govêrno da metrópole, que o Sargento-mor de Batalha (brigadeiro) de seus exércitos e cavaleiro da Ordem de Cristo José da Silva Paes, se passasse logo para à Ilha de Santa Catarina e nela levantasse uma fortificação capaz para sua defesa, procurando evitar quanto fôsse possível a maior despesa. Pelo mesmo tempo, em aviso de 11 de agôsto de 1738, desmembrava o território catarinense da Capitania de São Paulo, assim: "Dom João por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves d'aquem e d'alem mar em Africa Snor. de Guiné, etc. Faço saber a vós governador e capitão general da Capitania de São Paulo, que attendendo a que do porto do Rio de Janeiro devem sahir todos aquelles soccorros e ordens que se fizerem precisas para a defeza da Nova Colonia do Sacramento, e ajuda do novo estabelecimento do Rio de São Pedro do Sul, sendo conveniente que fiquem todos os portos e logares da Marinha debaixo de um só mando. Fui servido por resolução de cinco do presente mez e anno em consulta do meu Conselho Ultramarino haver por bem saparar desde logo dêsse govêrno de São Paulo, e unir ao do Rio de Janeiro a ilha de Santa Catarina, e o Rio de São Pedro. De que vos aviso para que assim o tenhaes entendido. El-rei Nosso Senhor o mandou pelos doutores José Ignacio de Aroche e Thomé Gomes da Silva, Conselheiros de seu Conselho Ultramarino e se passou por duas vias Lix.[a] occ.[al] a onze de Agosto de mil sete centos e trinta e oito. O Secretario Manoel Caetano Lopes de Lavre a fez escrever. Joseph Ignacio de Arouche — Thomé Gomes da Silva".

O Brigadeiro José da Silva Paes havia sido mandado de Lisboa para restabelecer as fortificações antigas e erigir novas no Estado do Brasil e com ordem de substituir, por ausência ou morte, o Governador Gomes Freire de Andrade.

Em cumprimento das ordens recebidas, Silva Paes tomou posse militar da Ilha de Santa Catarina e continente, na vila do Destêrro, a 7 de março de 1739. Foi-lhe transmitido o govêrno pelo Capitão-mor Regente Francisco Dias de Mello. Com empregados que trouxe do Rio organizou as Repartições civis e com a tropa que se encontrava na Ilha e a que com êle viera criou um Batalhão de artilheiros-fuzileiros de 4 companhias, que veio a ser, depois, o lendário Regimento de Linha de Santa Catarina, mais conhecido pela autonomásia da Barriga-Verde. Em seguida propôs o Brigadeiro à metrópole que a sede do govêrno fôsse na Ilha e não no continente, que era necessário edificar a casa dos governadores, uma igreja matriz e outras em vários lugares à beira-mar, fortificar o pôrto e colonizar a Capitania.

Neste mesmo ano deu princípio à construção da fortaleza de Santa Cruz no ilhote de Anhato-mirim, à barra do norte, o qual foi terminado em 1744.

Em agôsto do ano seguinte (1740) começou a levantar os muros do forte de São José da Ponta Grossa, na ilha,

Faculdade de Direito

e logo em seguida os do forte de Santo Antônio, na ilha do Raton-Grande.

A 21 de dezembro dêsse ano deu fundo, arribada, na barra do norte uma esquadra inglêsa sob o comando do Almirante George Anson, que fôra enviada à América para conquistar as colônias espanholas. O navio capitânia chamava-se Wager e era tripulado por 150 homens.

Êste navegador escreve o seguinte, sôbre Santa Catarina:

"Chegamos a Santa Catarina em 21 de dezembro de 1740. O solo catarinense é muito fértil e produz muitas qualidades de frutos. É coberto de florestas de árvores sempre verdes, que pela fertilidade do solo são tão emaranhadas de silvas, espinhos e arbustos que se torna impossível atravessá-la a menos que não sejam seguidos os trilhos abertos pelos habitantes.

Êstes trilhos e algumas terras situadas ao longo das praias do continente, que se desmataram para plantações, são os únicos lugares que não estão cobertos de árvores. Os bosques nesta ilha desprendem um perfume admirável, pela grande quantidade de árvores e arbustos aromáticos que nela se encontram. Os frutos e as plantas de todos os países crescem ali quase sem cultura e em grande quantidade. Encontram-se ali também em grande abundância dois produtos muito usados a bordo: as batatas e as cebolas.

Os outros víveres não são, em geral nem tão bons nem em tão grande abundância.

Encontram-se alguns mesquinhos bois, parecidos com búfalos, mas a carne é flácida e de sabor desagradável; isto talvez provenha das cabeças selvagens que lhes servem de alimento. Também se acham faisões, que não são tão delicados ao paladar como os da Inglaterra. Vêm-se, além disso, muitos macacos e papagaios, na ilha. O pôrto fornece diferentes gêneros de peixes, que são delicados e fáceis de apanhar, pois ali se encontram um grande número de abras arenosas muito próprias às rêdes de arrastão.

A água tanto da ilha como da terra firme, situada em frente, é excelente, e se conserva no mar tão bem quanto a do Tâmisa. Os franceses que eram senhores do mar do Sul, durante o reinado da rainha Anna, chamaram a atenção para êste pôrto, êles se proviam ordinàriamente de água e lenha no Bom Pôrto (Pôrto Belo?) do lado do continente, e ancoravam com tôda a segurança em 6 praças d'água. O lugar é mesmo excelente para os navios que não desejam fazer longa estadia. Tais são as vantagens que a primeira desta duas ilhas pode apresentar, mas esta (a de Santa Catarina) oferece também sérios inconvenientes, de que uma parte deve ser atribuída ao clima, e o resto às novas ordens e à forma de govêrno introduzida ùltimamente.

Quanto ao clima pode-se fàcilmente imaginar que os bosques e as montanhas de que o pôrto é cercado impedem a circulação do ar.

Além disso, os vapores que se elevam de um solo muito adubado e uma prodigiosa quantidade de vegetais de tôda espécie são a causa de ficar o sítio envolvido tôda a noite e grande parte da manhã em um espêsso nevoeiro que só se dissipa quando o sol tem grande fôrça ou quando o vento do mar o espalha.

Isto é o que torna o sítio abafado, úmido e portanto doentino; e por esta razão as nossas tripulações foram atacadas de febres e desinterias.

Fomos também atormentados durante o dia por prodigiosa quantidade de mosquitos, cujas picadas são muito mais venenosas do que as dos mosquitos que temos na Inglaterra. Quando êstes mosquitos se retiram ao pôr do sol, são rendidos por uma infinidade de pequenas moscas, que, apesar de quase invisíveis à vista, são mesmo assim muito incômodas pelo seu zumbido e suas picadas, que logo incham e dão grande comichão, iguais às de nossos mosquitos.

O que esta ilha oferece de interessante para nós é em poder ser utilizada como ponto de parada e refresco para os nossos navios que desejam ir ao mar do sul.

Considerando-a sob êste ponto de vista, os únicos inconvenientes que nela se encontram são os expendidos.

Para dar uma idéia exata, exporei as mudanças que aí se têm dado relativamente aos habitantes, à polícia e ao governador. No tempo de Frezier e de Schelvocke, esta ilha só servia de refúgio aos vagabundos e bandidos da Coroa de Portugal, entre os quais havia um a que davam o nome de capitão e reconheciam de certo modo como governador, mas só estavam a êle sujeitos nominalmente, embora não comprometessem de forma alguma a obediência. Como tinham grande abundância de provisões, mas nenhum dinheiro, viviam sem o menor auxílio das colônias circunvizinhas, e nada possuíam que tentasse a cobiça de algum governador próximo em submetê-los à sua autoridade. Devido a esta situação recebiam muitíssimo bem os navios estrangeiros que abordavam a ilha.

E como a êstes navios faltassem víveres e aos ilhéus não, êstes trocavam provisões de bôca por vestuários de que sofriam falta. Todos encontravam sua vantagem nesta espécie de tráfico e o seu capitão ou governador não tinha o direito nem interêsse em impedir esta troca mútua ou em submetê-la a alguma taxa. Porém pouco depois, pelas razões indicadas adiante, êstes honestos bandidos foram constrangidos a consentir o estabelecimento entre êles de uma nova colônia, e a obedecer a um novo governador.

Em vez de seu capitão, que andava coberto de andrajos e descalço, têm êles presentemente a honra de ser governados por D. José da Silva Paes, Brigadeiro dos exércitos de Portugal. Êste oficial tem sob suas ordens uma guarnição de soldados e por conseqüência está em melhores condições de se fazer temido do que os seus antecessores: e, como êle é o que se traja melhor e vive com mais confôrto e tem uma excelente qualidade, que aquêles míseros capitães nunca sonharam possuir, a de conhecer perfeitamente o valor do dinheiro, e procura e emprega meios, que os outros nunca imaginaram, para enriquecer.

É natural que os habitantes não olhem para êstes meios como vantajosos para êles ou para o rei de Portugal; mas o certo é que êste modo de proceder não pode causar embaraços aos navios inglêses que refrescam na ilha de Santa Catarina antes de seguir para o mar do sul; pois uma de suas finezas consiste em espalhar sentinelas em certos pontos para impedir que os habitantes nos vendam alguns refrescos, a menos que não o façam por um preço tão exorbitante que seria loucura em negociar. Para justificar de certo modo semelhante procedimento, protestava a necessi-

Praça Fernando Machado e aspecto da orla sul da cidade

dade de armazenar víveres para mais de cem famílias que deviam dentro em pouco reforçar a colônia.

A invenção de uma desculpa tão especial claramente que êle não passa de um noviço em seu ofício. Mas êste traço, embora sofrìvelmente odioso, dá apenas uma amostra de seu indigno proceder, pois nas proximidades do Rio da Prata, faz-se grande comércio de contrabando entre portuguêses e espanhóis. O principal ramo dêste negócio consiste na troca de ouro por dinheiro, o que diminue consideràvelmente os rendimentos dos soberanos, que ficam assim privados do seu quinto. D. José acha êste comércio tão vantajoso para êles que, para tornar-se simpático aos seus correspondentes espanhóis (é a única explicação que se poderá dar a êste procedimento) teve a perfídia de enviar um expresso a Buenos Aires, no Rio da Prata, onde se achava então Pizarro. Deu a êste Almirante informações sôbre a nossa chegada, do poder de nossa esquadra, particularizando o número de navios, da quantidade de canhões e do pessoal que os guarnecia; enfim de tudo quanto poderia interessar aos inimigos relativamente à nossa esquadra. Todo o armador inglês que tocar na Ilha de Santa Catarina terá o mesmo tratamento enquanto estiver esta ilha sob o govêrno de D. José da Silva Paes. O que acabo de dizer é bastante para tornar conhecido o estado atual da Ilha de Santa Catarina e o caráter do governador..."

Esta esquadra inglêsa fêz-se de vela em 14 de janeiro de 1741.

Vimos pela narrativa do Almirante Anson as modificações que experimentou a vida social da pequena vila do Destêrro com o govêrno de Silva Paes.

Nota-se também o grande despeito, nas acusações e referências por demais injustas e mesmo infundadas ao ilustre Brigadeiro.

Nesse mesmo ano começou êle a levantar as muralhas da fortaleza de N. S.ª da Conceição, na pequena Ilha de Araçatuba, à barra do sul.

A tropa e os fornecedores estavam sem pagamento desde muito; murmurava-se já.

Tocando na ilha uma embarcação que levava numerário para o Rio Grande, o Brigadeiro obrigou, mediante recibo e apesar dos protestos, o condutor a entregar o dinheiro e recolhê-lo à Provedoria. Pagou dêsse modo a todo o pessoal.

Comunicou logo o seu expediente ao Govêrno do Rio, o qual enviou ao Rio Grande nova soma, dizendo: "que por haver naufragado na ilha de Santa Catarina a primeira remessa do mez tal, dirigia a segunda"; resultando daí a troca de correspondência entre o Brigadeiro e o Govêrno do Rio.

Tendo havido uma sublevação no forte do Estreito, no Rio Grande, para lá partiu Silva Paes e naquele presídio estêve de 18 de maio a 16 de outubro de 1742.

Ao regressar, sendo seus serviços reclamados na Colônia do Sacramento, passou a administração da Capitania em 25 de agôsto de 1743 ao Capitão de infantaria do Regimento Novo do Rio de Janeiro, cavaleiro da Ordem de Cristo, Patrício Manuel de Figueiredo. Êste oficial, de 1754 a 1758, já coronel, foi por várias vêzes governador do Rio de Janeiro na ausência de Gomes Freire de Andrade.

Ao mesmo tempo em que se davam êstes sucessos era a vila de Laguna desmembrada do govêrno de São Paulo e unida ao do Rio de Janeiro como se vê pela carta régia de 4 de janeiro de 1742: — "D. João, etc. Faço saber a vós Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo, que atendendo a ficar muito distante da Capital desse Governo, a villa de Laguna, e que por elle não se póde dar providencia naquella parte, em qualquer caso, que nos peça prompto remedio: Fui servido determinar, por resolução de 18 de Dezembro do ano passado, tomada em consulta do meo Conselho Ultramarino, que a dita villa de Laguna, se separe deste Governo, e se una ao da Capitania do Rio de Janeiro, de que vos aviso para que assim o tenhaes entendido".

Os primitivos limites, ao sul, do distrito da Laguna alcançavam a margem esquerda do Rio Grande, segundo determinação antiga do comandante da praça de Santos e a oeste iam até alcançar possessões castelhanas.

Tendo que se retirar para o Rio de Janeiro, o Capitão Patrício de Figueiredo passou o govêrno a 25 de janeiro de 1744, ao Tenente Mestre de Campo do Regimento Novo do Rio, Pedro de Azambuja Ribeiro.

Vejamos o preito e homenagem que fêz: "Aos doze dias do mez de Janeiro de mil settecentos quarenta e quatro annos nesta Cidade São Sebastião do Rio de Janeiro nas casas em que reside o Excelentissimo Governador Capitão General Gomes Freire de Andrade, fes preito e homenagem em suas mãos o Tenente de Mestre de Campo General Pedro de Azambuja Ribeiro, pello Governo da Ilha de Santa Catarina, e suas Fortalezas, tanto das que existem, como das que de novo se fizeram de que se acha encarregado, e posto de joelhos com as mãos entre as do mesmo Governador e Capitão General sobre o Missal dos Santos Evangelhos jurou o seguinte:

"Eu Pedro de Azambuja Ribeiro faço preito, e homenagem a S. Mag. em mãos de V. Excelencia como seu Governador e Capitão General destas Capitanias pello Governo da Ilha de Santa Catarina, e suas Fortalezas, tanto das que existem, como das que novamente se fizeram de que V. Excelencia me encarrega da parte do mesmo Senhor para que aguarde e governe, ao qual acolherei na dita ilha, e suas Fortalezas altos e baixos della de dia, ou de noite, a pé, ou cavallo, a quaesquer horas o tempo que seja, irado, e pagado, com poucos, e com muitos, vendo em livre poder, e della farei guerra, e manterei tregoas, e paz, segundo por S. Mag. e V. Excelencia me for mandado; e a ditta ilha, e suas fortalezas, não entregarei a pessoa algüa de qualquer Estado, grão, dignidade, ou preheminencia que seja, senão a S. Mag., como meu Rev. e Senhor natural, a V. Excelencia como seu Governador, e Capitão General e a certo recado seu, logo sem delonga, arte, ou cautella, estado, e tempo, que qualquer pessoa me dér, carta por sua real mão assignada, e sellada com o signete, ou sello das armas reaes, porque conste haver-me levantado, e desobrigado deste ditto preito, e homenagem que ora faço, ao mesmo Sr. nas mãos de V. Excelencia, hua, duas, e tres vezes, segundo o uzo, e costume dos Reinos de Portugal, prometto, e me obrigo, que tenha, e mantenha, cumpra, e guarde inteiramente, este preito, e homenagem, o que tudo juro, aos Santos Evangelhos, em que ponho as mãos, de bem, e verdadeiramente, guardar o serviço de S. Mag. e o de Governador e Capitão General lhe tomou o ditto preito, e homenagem em nome do mesmo Senhor de que mandou fazer este termo sendo testemunhas prezente o Sargento-mor Thomaz Gomes da Silva e o Ajudante Tenente Francisco Mendes Galvão, e eu Antônio da Rocha Machado Secretario do Governo o fiz. — Gomes Freire de Andrada — Po. d'Azambuja Ribo. — Thomaz Gomez da Sylva — Francisco Mendes Galvão".

Na administração dêste benzeu-se, a 28 de outubro do ano seguinte, a capela da fortaleza de Santa Cruz e a 18 de novembro a capela da Armação da Piedade.

Esta Armação de baleias foi ali estabelecida por Thomé Gomes Moreira e mais sete negociantes lisboetas, que para isso haviam feito um contrato por doze anos com o govêrno da metrópole.

Os limites da Capitania catarinense não estavam claramente definidos, nascendo daí várias questões que, pouco a pouco, se foram resolvendo, como veremos no decorrer dêste estudo.

Vimos que os seus primitivos limites eram pelo norte a barra de Guaratuba; pelo sul os montes que deságuam para a lagoa Mirim; e pelo oeste os domínios da Coroa espanhola. Com a criação, porém, da Capitania, o Têrmo da Vila de São Francisco ficou sob a direção do govêrno paulista, e o da Vila de Laguna subordinado ao govêrno do Rio até 1742. A administração da justiça civil e criminal ficou pertencendo à Ouvidoria de Paranaguá; a Repartição da Fazenda ficou subordinada ao Provedor da mesma do Rio de Janeiro; e os Negócios eclesiásticos ao bispo de São Paulo.

Museu Victor Meirelles, onde nasceu o grande pintor

Em 20 de março de 1746 Silva Paes retormou o govêrno da Capitania.

Foi em seu govêrno que se deu princípio aos preparativos para o recebimento dos colonos açoritas e madeirenses que deviam povoar o nosso Estado.

Por êste tempo estiveram em Santa Catarina duas naus francesas das quais desertaram vários oficiais, marujos e soldados e pediram proteção ao governador. Apesar dos protestos dos comandantes, Silva Paes não os entregou, comunicando a sua resolução à metrópole, sendo aprovado o seu ato, menos na parte referente ao consentimento de tais desertores e aos náufragos de uma nau espanhola, que dera à costa, ficarem dociliados na vila.

Abusando de sua ausência, em 1743, o governador de São Paulo D. Luiz Mascarenhas deportou arbitràriamente para Santa Catarina os Carijós e bastardos forros que não se portavam bem em sua capitania; e em 1747 ordenou, em bando, que tôdas as pessoas que dessem refúgio aos soldados e paisanos desertores de Santa Catarina e do Rio Grande, fôssem prêsas e levadas a São Paulo "para os castigar asperamente e com todo o rigor".

Em 1746 Silva Paes iniciou uma picada ligando o continente fronteiro aos sertões do oeste, mas que não chegou a concluir.

No fim do govêrno dêste brigadeiro achava-se a população catarinense elevada a 4 197 almas. (Lucas Alexandre Boiteux, obra citada).

Por antiga sugestão de Frei Agostinho da Trindade, carmelita, grande conhecedor da realidade catarinense do século XVIII, e às instâncias de Silva Paes, o Govêrno de Lisboa fêz promover para a Ilha de Santa Catarina e seu continente, a partir de 1748, intensa imigração das Ilhas dos Açôres e da Madeira.

Êsse sistema de colonização que, num período de cinco anos — 1748 a 1753 — fêz dobrar a população da Capitania de Santa Catarina, e ocasionou a fundação e o povoamento das freguesias de Santo Antônio e Nossa Senhora das Necessidades, Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, São João Batista do Rio Vermelho, Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão e São Francisco de Paula de Canasvieiras, na Ilha de Santa Catarina.

Tôda essa migração e todo o processo de instalação e organização das novas comunidades em terras de Santa Catarina, constituem bela página da colonização e povoamento do Brasil. Tôda uma estrutura social e religiosa foi transplantada das Ilhas dos Açôres para a Ilha de Santa Catarina, e seu continente fronteiro, de acôrdo com o estabelecido no "Regimento dos Casaes" — regimento êsse que tratava da locação dos açoritas e madeirenses, bem como do seu tratamento, dos animais, dos utensílios e ferramentas, das terras de sesmarias a serem construídas, das igrejas a serem edificadas, do socorro espiritual que haveriam de ter em viagem e onde fôssem instalados, do trabalho que lhes seria incumbido, das autoridades que se constituiriam, da organização militar que se instituiria, das medidas fiscais a serem efetivadas, da instrução pública a ser ministrada, e, por fim, da liberdade de ação dos executores de tal empreitada, e que, ainda hoje, se sente na paisagem, através de irreprimível herança cultural.

Êsses imigrantes açorianos chegaram ao pôrto da vila do Destêrro, em vários e sucessivos transportes.

Assim, no primeiro navio, chegaram 224 pessoas, no segundo 112, em 1751, 1 399; em 1752, 1 478; e, em 1756, 520 pessoas.

Os primeiros a serem localizados nas proximidades da Capital foram Antônio Machado Borba, João Pacheco, Manoel Mendes e Pedro de Souza, "aposentados detraz do morro da Vila", e outros tantos foram se localizando no centro da vila, na rua dos "Ilhéus".

Em seguida, o Governador Brigadeiro José da Silva Paes determinou ao Demarcador oficial Manoel Antônio de Andrade que, sob as vistas do Procurador da Câmara e do Comissário de Mostras, Manoel Rodrigues de Araújo, medissem os terrenos destinados, na forma do Regimento Régio, aos açorianos e madeirenses.

A Câmara pretendeu cobrar foros dêsses terrenos, mas a isto se opôs o Governador da Capitania. Mais tarde, um século depois, as áreas de "detraz do morro" foram compreendidas pela freguesia da Santíssima Trindade.

Por outro lado, o Governador Silva Paes, na costa oriental da Ilha, às margens de pitoresca, ampla e piscosa lagoa, fêz estabelecer inúmeros casais, e fêz dar início a uma igreja, posta sob o patrocínio de Nossa Senhora da Conceição, provida por Provisão de 19 de junho de 1750, tendo como primeiro páraco o Padre Manoel Cabral de Bittencourt.

Continuando essa obra benemérita e nunca assaz louvada, à margem da baía Norte da Ilha de Santa Catarina, bem a meio da chamada "Praia Comprida", assentou, sob a proteção de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio, outra freguesia, que, pela Provisão episcopal de 27 de abril de 1750, foi entregue aos cuidados do Padre Domingos Pereira Teles, natural da Ilha do Pico, Açores.

Palácio Arquiepiscopal

Ainda, José da Silva Paes fêz distribuir açorianos e madeirenses na parte norte da Ilha, que mais tarde, deram origem às freguesias de São Francisco de Paula de Canasvieiras e São João Batista do Rio Vermelho.

E, tôdas essas povoações, ainda hoje, no seu contexto social e no seu panorama tecnológico apresentam, claramente, demonstrações eloqüentes de traços culturais que as ligam às Ilhas dos Açores, de onde vieram seus maiores.

De passo em passo, ia, assim a Ilha de Santa Catarina tomando vulto no Brasil Sul, graças, não só, às atividades militares, mas também, devido às atividades econômicas, quer baseadas na pesca de baleia, quer fundamentadas na agricultura ou na transformação dos seus produtos.

As coisas iam, assim, quando em 1760, a 13 de maio, alcançou Provisão, passada pelo Bispo do Rio de Janeiro, Dom Frei Antônio do Destêrro, para a ereção de uma capela: a primitiva e primeira capela dedicada ao Menino Deus, cuja devoção se juntou a do Senhor Jesus dos Passos. Em tôrno do culto, nasceu a ação e, pelos séculos afora, através de trabalhos e obstáculos, vem tomando vulto a benemérita instituição da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e Hospital de Caridade. Tudo isso graças aos esforços de D. Joanna Gomes de Gusmão e do benemérito Joaquim Francisco do Livramento o "Vicente de Paulo brasileiro".

Joanna de Gusmão era natural de Santos e irmã dos ilustres Gusmões, Bartolomeu, o padre voador, e Alexandre, diplomata e estadista. Tendo perdido o marido em Paranaguá, tempos depois fixa-se no Destêrro, conseguindo, em 1762, a 2 de maio, erigir uma capela ao Menino Deus, em terreno situado no morro da Boa Vista, de propriedade de André Vieira da Rosa, que para êste fim o doou à beata. Em tôrno da capela foram surgindo, entre a verdura da colina, as pequenas casas da Toca, do Areião e do Menino Deus. Joanna de Gusmão, com outra senhora que a ela se ajuntara, movida pelo mesmo fervor religioso, Dona Jacinta Clara, habitava uma choupana nas proximidades da sua fundação. Mulher instruída e virtuosa, viveu cercada do respeito da população. A sua palestra agradava e D. Pedro de Zeballos, que em 1777 tomara a ilha aos portuguêses, ao que se diz, freqüentava a sua cabana, atraído pela sua conversação. O mesmo acontecia a Veiga Cabral, mais tarde governador da Ilha e da Capitania, que não deixava passar domingo ou dia santo sem que lhe fôsse dar seus dedos de prosa. Morreu aos 92 anos, em 1780, e seus ossos se guardam ainda na igreja por ela fundada. Passou então a capela a D. Jacinta Clara, e por sua morte, também veio a ser entregue, por mandado judicial, à Irmandade do Senhor dos Passos, em outubro de 1781.

Esta Irmandade, por sua vez, havia sido fundada em 1765, a 1.º de janeiro, com 24 irmãos e tinha por finalidade acudir aos doentes e enterrar os pobres. O seu consistório tinha sede na Matriz, mas, com aumento dos Irmãos, surgiu a idéia de se fundar uma Casa de Misericórdia. Em 1768, passou para a Capela fundada por Joanna de Gusmão, por necessidade de melhor localizar a Imagem do Senhor dos Passos que ficara na vila do Destêrro, vindo a tomar conta da mesma Capela em 1781. Desta data até 1789, exerceram os Irmãos da confraria a caridade entre os pobres, com a organização de "Caridade dos Pobres", atendendo a quantos infelizes se viam doentes e a quantos morriam na indigência.

Foi quando surgiu a figura do Irmão Joaquim, homem ligado a inúmeras fundações de caridade do Brasil. Nascido na vila, no que consta, numa Sexta-feira Santa, justamente quando defrontava a procissão do Senhor Morto a casa de seus pais, dedicou a sua vida inteira a minorar os sofrimentos alheios. Filho do Sargento-mor Thomaz Francisco da Costa, que lhe deu a liberdade de tomar ordens religiosas, excusou-se no entanto de fazê-lo, por se dizer delas indigno. Aos 16 anos tomou o nome de Irmão Joaquim do Livramento e dedicou-se então inteiramente à prática da caridade, vivendo entre os pobres e doentes, esmolando para êles e com êles sofrendo. Concebeu a idéia de fundar um Hospital e em piedosa peregrinação chegou ao Rio Grande a pedir esmolas. De volta, entrega-se à Irmandade do Senhor dos Passos e consegue, em 1788, ver elevar-se o primeiro edifício do Hospital, junto à pequenina Capela do Menino Deus.

Não contente, o Irmão Joaquim embarca para Lisboa e vai obter de D. Maria I um auxílio para a fundação, que aquela concede na importância de 300 mil réis anuais. Afinal, vendo a Irmandade à frente da mesma, bem orientados os auxílios aos pobres e doentes, Joaquim do Livramento dá por finda a sua missão em Santa Catarina, sua terra, e parte, em 1796, para outras plagas, com o intuito de viver sempre espalhando o bem em tôrno de si.

Na Bahia, fundou o Asilo São Joaquim; em São Paulo, os seminários de Itu e Sant'Ana; no Rio, um orfanato em Jacuecanga, hoje em ruínas. Foi morrer em Marselha, aos 86 anos de idade, em 1829, quando viajava para Roma a pedir auxílio ao Chefe da Cristandade para esta última fundação.

"A imagem do Senhor dos Passos — narra Oswaldo Cabral, em "Santa Catarina" (obra citada) — tradicionalmente venerada em Santa Catarina, tem a sua história "tocante e impressionadora". Conta-se que se destinava inicialmente ao Rio Grande do Sul, tendo sido esculpida na Bahia. Em 1768, tocou o navio que a transportava no pôrto do Destêrro. Seguindo viagem por vêzes tentou entrar na barra do Rio Grande, sem que o conseguisse, atribuindo-se então ao fato um manifesto desejo da Providência de deixar a Imagem no Destêrro. Deixou-a o comandante do navio na velha fundação de Dias Velho, que a conserva e venera até hoje, podendo então o navio, afinal, transpor a barra do pôrto sulino. A festividade do Senhor dos Passos é uma das mais imponentes festas religiosas que se realizam em Santa Catarina, podendo-se anualmente apreciar as inequívocas manifestações de fé que desperta a veneranda Imagem, por ocasião da sua procissão.

Anos mais tarde, D. Pedro II lançaria a pedra fundamental de um outro edifício para aquêle Hospital, no mesmo local em que havia o de 1788.

A fundação de Joanna de Gusmão e do Irmão Joaquim do Livramento ainda hoje existe na Capital de Santa Catarina, sendo o maior Hospital do Estado, entregue à mesma Irmandade que, desde 1768, chamou a si o encargo de socorrer os indigentes" (Oswaldo R. Cabral, obra citada).

E, logo depois, quando, ainda, estavam frescas as recordações da epopéia da imigração açoriana e das beneme-

Ponte Hercílio Luz

rências de D. Joanna de Gusmão e do Irmão Joaquim, iniciam, na Ilha, os aprestos para uma luta, da qual seria cenário.

Tais aprestos têm início, em 1774, com a designação do marechal de campo Antônio Carlos Furtado de Mendonça para Governador militar da Ilha de Santa Catarina, a que, desde então, são remetidos todos os apetrechos e equipamentos necessários e, também, os reforços requisitados.

Entretanto, não houve compreensão dessa missão importante, por parte do Governador da Capitania, o coronel Pedro Antônio da Gama Freitas, e a convardia do chefe-de-esquadra Roberto Mac Dwall, pôs tôda a obra de Furtado de Mendonça a perder, quando a 7 de fevereiro de 1777, Dom Pedro de Cevallos y Calderon, Governador de Buenos Aires e Vice-rei nomeado do Rio da Prata, aportou com 115 velas e invejável contingente armado de 11 524 homens, diante da barra norte da Ilha de Santa Catarina, cujas fortalezas se renderam sem um único tiro.

A dominação espanhola na Ilha de Santa Catarina dura até 30 de julho de 1778, quando, em cumprimento ao disposto no tratado de Santo Ildefonso, assinado a 1.º de outubro de 1777, o Brigadeiro Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara tomou posse da Ilha em nome da Coroa de Portugal, recebendo-a do General Guilherme Vaughan, que a administrava em nome da Espanha.

Dessa entrega e retôrno à posse portuguêsa é o seguinte acôrdo:

"Francisco Antonio da Veiga Cabral da Câmara, Fidalgo da Casa da Rainha Fidelissima e Governador da Capitania de Santa Catarina, em observancia das Reais Ordens da mesma Soberana, e de seus poderes delegados pelo Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Marquez do Lavradio, Vice-Rei do Brasil, recebeu de Guilherme Vaughan, Cavaleiro da Ordem de S. Thiago e Marechal de Campo dos Exercitos de Sua Magestade Catolica, em consequencia tambem das Reais Ordens deste Soberano e de seus poderes, delegados pelo Excelentissimo Senhor Vice-Rei D. Pedro de Cevallos, a Ilha de Santa Catarina com todas as suas Fortalezas, Artilharias e Munições e mais effeitos existentes nos Armazens Reais; para que conste a satisfação que o ditto Governador e Mariscal de Campo deram pelas suas Commissões ao disposto em o artigo 22, do Tratado Preliminar de Paz e Limites ractificados por SS. MM. Fidelissima e Catolica em 10 de Outubro de 1777, mandarão fazer este, e o assignarão, e selarão de suas Armas na Villa de Nossa Senhora do Desterro a 31 de julho de 1778 — Francisco da Veiga Cabral da Camara — Guilherme Vaughan — (lugar do selo)".

Voltou, então, tudo à normalidade e com os soldados que pôde reunir, reorganizou o Regimento de Linha da Ilha.

Deve-se assinalar que a dominação espanhola o foi em todos os sentidos, pois não só militarmente se estabeleceram na Ilha de Santa Catarina, mas fizeram com que as freguesias fôssem ocupadas por sacerdotes espanhóis.

Assim, fizeram sentir fortemente a sua influência na época, da qual, entretanto, nada sobreviveu.

Entretanto, todo aquêle florescimento econômico que se antevia pelas migrações açorianas e madeirenses de 1748 a 1753, foi por terra. Foi infindável e inumerável o número de famílias que abandonaram a Ilha de Santa Catarina e o continente fronteiro, demandando, especialmente, as terras do planalto catarinense e do Rio Grande do Sul.

No ano de 1786, sob os auspícios do Governador, Brigadeiro Francisco de Barros Moraes Araújo Teixeira Omem, dá-se início ao plantio de café na Ilha de Santa Catarina, marcando-se, desde então, como uma das principais fontes econômicas das suas populações, que, no concernente a êste produto agrícola, exercitam técnicas de verdadeira jardinagem, não tendo, assim, pois, caráter de grande exploração comercial.

Fato digno de nota, pela assinalada importância na evolução cultural da vida do Destêrro é o lançamento da pedra fundamental da Igreja de São Francisco, a 25 de março de 1803, e que, ainda nos dias atuais lembra as mais antigas tradições desterrenses, pois, desde então, tem sido o abrigo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, à qual têm pertencido exponenciais figuras da vida catarinense.

Em 1808, Destêrro apresentava no seu panorama urbano apenas dois largos (do Palácio e do Quartel ou Campo do Manejo) e trinta e uma ruas.

Evoluía, entretanto, a Ilha e conseqüentemente o têrmo da Capital e, assim por Resolução de 19 de janeiro de 1809 foi criada a freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão.

Entrementes, já havia sido criada a Ouvidoria de Santa Catarina, restabelecida com a recuperação da Ilha pelos portuguêses.

O Dr. Francisco Lourenço de Almeida, nomeado primeiro Juiz de Fora, do Cível, e Crime e Órfãos da vila do Destêrro, cargo recém-criado, pois, a 29 de julho de 1812, prestara compromisso no Rio de Janeiro, perante o Ministro Tomaz Antônio Vila Nova Portugal e a 17 de agôsto daquele ano apresentou à Câmara da vila do Destêrro a sua Carta-Patente de nomeação.

E, logo depois, pela Carta Régia, de 19 de abril de 1817, foi extinta a Provedoria da Real Fazenda, que se

achava mal instalada, e criada, no lugar, uma Junta da Fazenda, que se instalou a 1.º de julho do mesmo ano e teve como seus primeiros membros, João Prestes Barreto da Fontoura, Diogo Duarte Silva e Manoel José Ramos.

Neste ano (1817) a vila do Destêrro possuía cêrca de cinco mil almas.

Na evolução judiciária de Santa Catarina, assinala-se a data de 12 de fevereiro de 1821, quando foi assinado o Alvará Régio criando a Comarca de Santa Catarina, com a vila do Destêrro como cabeça.

Ao proclamar-se a Independência do Brasil, a 7 de setembro de 1822, governando a Capitania de Santa Catarina e residindo na vila do Destêrro estava o Governador Tenente-coronel Tomáz Joaquim Pereira Valente. Face aos sucessos emancipacionistas, passou a Província a ser governada por uma Junta provisória.

A Câmara da Vila-Capital era constituída pelos Vereadores Francisco José Nunes, Francisco Borges de Castro, Francisco Antônio Pereira Guimarães, Francisco Machado de Souza, José Silveira de Souza e o escrivão Manoel Antônio de Souza Medeiros.

Passando da categoria de Capitania à de Província, continuou a vila do Destêrro a ser Capital, onde residiram, por todo o período de 1822 a 1889 os seus Presidentes.

Fato deveras importante é a elevação da vila de Nossa Senhora do Destêrro à categoria de cidade, pela Carta-de-Lei de 20 de março de 1823, com a rubrica do primeiro Imperador do Brasil.

Assim, com novos foros passou o Destêrro a desfrutar de outros benefícios que a engrandeciam.

Por essa época a população da Ilha de Santa Catarina atingia a 15 553 almas.

Já em 1827, pela promulgação da Lei de 15 de outubro, a cidade do Destêrro foi dividida em dois distritos de Paz.

Pela organização do Serviço Postal do Império, em 1829, teve Destêrro a sua administração dos Correios, da qual foi primeiro titular Vicente José Ferreira Braga, que era auxiliado por um ajudante-contador, um praticante-porteiro e um servente.

O ano de 1831, assinala a criação, pela Resolução de 11 de agôsto, da freguesia de São João Batista do Rio Vermelho.

Deve-se ainda, destacar alguns acontecimentos, como: o aparecimento do primeiro jornal impresso em Santa Catarina, na cidade do Destêrro, denominado "O Catarinense", editado, pela primeira vez, em 28 de julho de 1831, e dirigido pelo insigne militar e político Jerônimo Francisco Coelho, por isto mesmo considerado "o pai da imprensa catarinense".

Havendo sido dividida a Província em duas comarcas pela Resolução de 1.º de março de 1833, a 28 de junho de 1834 tomou posse do cargo de Juiz de Direito da Capital e conjuntamente de Chefe da Polícia da Província o Dr. Severo Amorim do Valle.

Em 1835-1836 a recém-criada e instalada Assembléia Legislativa Provincial desmembrou a freguesia de São Francisco de Paula de Canasvieira da de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio.

A cidade do Destêrro, em 1837, é aquinhoada, por ato da Assembléia Provincial, com cadeiras de filosofia racional e moral, retórica, geografia, aritmética, álgebra e geometria retilínea, dando, assim, amplas bases para um estabelecimento oficial de ensino de humanidades, o que, só mais tarde viria a se concretizar.

Pela Lei de 2 de maio de 1837, que tomou o n.º 75, foi autorizada a ereção da Capela de Nossa Senhora do Parto, que ainda subsiste.

Na cidade do Destêrro, as idéias farroupilhas que tiveram boa acolhida e fácil propagação em outras partes da província, não tiveram muita receptividade.

A data de 12 de outubro de 1845 assinala a visita à cidade do Destêrro do Imperador Pedro II e de D. Teresa Cristina, conduzidos por uma divisão da Armada Nacional.

Dessa visita há notícias descritivas num jornal especial, o "O Relator Catarinense", redigido pelo escritor Manoel Joaquim d'Almeida Coelho, onde se contam os mínimos pormenores daqueles trinta dias de imperial visita, ocasião em que o Imperador percorreu várias freguesias da Ilha de Santa Catarina e seu continente fronteiro, lançou a primeira pedra do atual Hospital de Caridade, distribuiu doações, ofertou grandes dádivas às igrejas e galardoou com distinções honoríficas a destacados homens públicos catarinenses.

A abertura, em 9 de janeiro de 1855, ao público, da Biblioteca Pública, ora centenária, iniciada com os volumes oferecidos pelo Sr. Joaquim Antônio de Azevedo e, logo, acrescidos por oferta do Dr. Alexandre de Melo Moraes; e, o lançamento, a 29 de junho de 1857, da pedra fundamental do teatro "Santa Isabel", precursor do atual "Álvaro de Carvalho" são fatos de relêvo ocorridos na administração do Presidente João José Coutinho. É ainda dessa administração a criação, com sede no Destêrro, pelo Decreto imperial n.º 2 003, de 24 de outubro de 1857, de uma companhia de aprendizes marinheiros, cujo primeiro Comandante foi Tomáz Pedro Bittencourt Cotrin; e por outro lado, nesse período administrativo toma vulto a organização de estabelecimentos de ensino secundário, como um colégio de Irmãs de Caridade e o Liceu Provincial.

Em 1.º de julho de 1861 passa a cidade do Destêrro a contar com o seu primeiro jornal diário: "O Argos da Província de Santa Catarina", dirigido e pertencente ao veterano soldado das lutas da Independência, na Bahia, e Professor de primeiras letras José Joaquim Lopes.

Durante a guerra do Paraguai, o município da Capital, contribuiu com numerosos voluntários e muitos dentre seus filhos pagaram com seu sangue o desejo de vingar o ataque paraguaio à nossa soberania: rememorando êste fato, na praça central da Capital catarinense, há um monumento mandado erguer na gestão presidencial do Doutor João Tomé da Silva.

Entre êsses catarinenses devem ser salientados os desterrenses que formaram o 1.º Corpo de Voluntários da Marinha, organizado pelo justo Capitão dos portos de Destêrro, Enéas Justo de Barros Torreão, bem como o 1.º Voluntário da Pátria, Fernando Gomes Caldeira de Andrada e o herói de Itororó, o Coronel Fernando Machado de Souza.

N. 1. QUINTA FEIRA 28 DE JULHO DE 1831. *Preço 60. rs.*

O CATHARINENSE

Subscreve-se para esta folha em caza do Redactór na rua do Livramento, e nas boticas de José Caetano Pereira na rua Augusta, e Francisco de Paula Lage na rua do Principe, e nas lojas de José Maria da Luz na rua Augusta, e Joaquim Machado de Souza no Largo da Praça; o preço da assignatura he 1$000 rs. por trimestre.

Si o critico mordáz censura a imprensa
Quem naõ escreve, entaõ, que fas? que pensa?

UNIAÕ E LIBERDADE, INDEPENDENCIA OU MORTE

SANTA CATHARINA, NA TYPOGRAFIA DO CATHARINENSE, RUA DO LIVRAMENTO

CATHARINENSES

Agora que me acho na terra onde primeiro vi a luz do dia, rodeado de nossos caros Patricios, cheio de prazer e alegria a elles me dirijo. Snrs briosos Catharinenses, o amor de minha patria, o amor á minha Provincia, he quem hoje dirige minha penna; em meos escriptos naõ terão de aparecer pomposos rasgos de sublimidade, com todo meo estilo, inda que rude, exprimirá sómente a linguagem pura da verdade; despido da lisonja e das viz adulações, eu naõ tributarei homenagens, sinão á lei, á rasão e á justiça.

Nascido entre vós, posto que educado ao longe, sempre conservei no fundo do coração hum sentimento oculto, que me chamava para vós, embóra eu naõ tivesse idéa alguma de nossa terra minha imaginaçaõ constantemente m'a pintava como a mais bella de todo o Brazil; muitas vezes intentei vir visitar os lares patrios, porem minhas circumstancias o impossibilitavão, ate que finalmente offerecendo-se agora ocasião favoravel, voluntariamente me apressei a voar para a terra, que me vio nascer; esta minha deliberação não foi movida pelo sordido interesse, e sim pelo amor patrio, pois deixei a Côrte onde fui educado, onde vivi por mais de vinte annos, e onde finalmente deixei grande numero de amigos, para vir com mera passagem para nossa Provincia.

Primeira página do 1.º jornal Catarinense, escrito, composto e impresso pelo capitão de Engenharia Jerônimo Francisco Coelho (28 de julho de 1831)

Em 1869, a Câmara da cidade do Destêrro era composta dos Vereadores Manoel José d'Oliveira, Miguel de Souza Lobo, José Delfino dos Santos, Joaquim de Almeida Gama Lobo d'Eça, José Manoel de Souza Sobrinho, Antônio Joaquim Brinhosa, Felisberto Gomes Caldeira de Andrada e Jacinto Pinto da Luz.

Marca o ano de 1871 o lançamento de cabo submarino, ligando a Ilha de Santa Catarina ao Rio Grande do Sul.

Em 1876, passou a presidir a Província de Santa Catarina o insigne brasileiro, então Major de Engenheiros Alfredo d'Escragnolle Taunay, mais tarde Visconde de Taunay (autor de "Inocência" e outras grandes obras), que propôs a mudança do nome da cidade do Destêrro para Ondina.

Em 1880, a cidade do Destêrro possuía oito praças, quarenta e sete ruas, quatro travessas e oito becos, bem como oito igrejas e capelas, um hospital, um cemitério público e um evangélico, cêrca de 1 750 prédios urbanos, dos quais 136 de sobrado, e a sua população era orçada em 8 608 pessoas. Nos fins dêsse ano, teve a cidade inaugurada uma linha de bondes.

No ano de 1884 dava-se início, organizadamente, na cidade do Destêrro, da campanha abolicionista, onde tiveram destaque o Dr. José Henriques de Paiva, Carlos Guilherme Schmidt, Francisco Margarida, Manoel da Silveira Bittencourt, Germano e André Wendhausen, João da Cruz — poeta simbolista, e muitos outros, que fizeram órgão da campanha "O Abolicionista", jornal semanário, de curta duração. Êsse grupo, unido a outras parcelas do povo do Destêrro, conseguiu, a 24 de março de 1888, ver livres todos os escravos da sua cidade.

Em 1855 fêz-se sentir na fisionomia urbana da cidade do Destêrro vários melhoramentos, notadamente visando o saneamento das águas servidas, canalizando-as.

Propagando a idéia republicana, viviam na Capital catarinense entre outros, José Veiga, Raulino Horn, Severo Pereira, Fausto Werner, Emílio Blun, João Régis e os irmãos Barbosa.

A campanha republicana obteve no Destêrro franco apoio, sendo ali, a 27 de junho de 1887, fundado um Clube Republicano, cuja denominação homenagearia Antônio Justiniano Esteves Júnior.

Proclamada a República, na Capital catarinense instalou-se um Govêrno Provisório.

A propósito da proclamação da República, na cidade do Destêrro, deve-se dizer que, só a 18 de novembro de 1889 a sua Câmara Municipal se reuniu para aderir ao novo regime, do que lavraram circunstanciada ata. Eram, então, vereadores: Eliseu Guilherme da Silva, Germano Wendhausen, José Gonçalves da Silva, José Veríssimo de Carvalho, Antônio C. Ferreira e Artur Sátiro Izatti.

Face à organização republicana, foram dissolvidas, a 8 de janeiro de 1890, as Câmaras Municipais e constituídos os Conselhos de Intendentes Municipais, sendo de sete membros o da Capital, integrado por João Francisco Régis Júnior, Carlos Guilherme Schmidt, João Martins Barbosa, Caetano Nicolau de Moura, João Vicente da Silva, Saturnino de Souza Medeiros e José de Araújo Coutinho.

Entretanto, face à renúncia de Deodoro, o Governador de Santa Catarina, Lauro Severiano Müller, resignou, constituindo-se uma Junta Provisória de três membros.

Agravando-se a chamada "Revolução Federalista", Destêrro foi centro de importantes acontecimentos, iniciados a 12 de julho de 1893, como ambiente naval em sua baía norte, instalação de um govêrno revolucionário, chefiado pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Frederico Guilherme de Lorena, que constituiu um ministério e proclamou a cidade Capital do Govêrno Provisório Federal; além de criminosos fuzilamentos praticados contra uma boa centena de cidadãos das mais variadas categorias sociais.

A propósito, em "Santa Catarina" (obra citada), de Oswaldo Cabral, lê-se o seguinte: "Moreira César instalou o terror em Santa Catarina. Fêz prender e recolher à fortaleza de Santa Cruz os apontados como inimigos da legalidade, até mesmo os que não haviam participado da revolução. As denúncias, as delações se sucediam com freqüência e Santa Catarina conheceu as páginas mais negras da sua história. As fortalezas se congestionaram de prisioneiros, uns que não se puderam exilar ou esconder à fúria sanguinária dos vencedores, outros que se não haviam por culpados e ainda outros que, tendo buscado refúgio no interior da Ilha, nas casas dos amigos ou nos matos, foram denunciados pela perversidade dos adversários, no seu incontido e desumano ódio partidário. Casas foram varejadas pela soldadesca em fúria; famílias desrespeitadas.

Certa noite, bate às portas de uma casa um oficial que se fazia acompanhar de uma escolta de cadetes da Escola Militar. Uma velhinha de cabelos brancos, assustada, recebe-os. Querem falar ao marido. Manda-os entrar, fá-los sentar e pede esperem que vá chamar o chefe da casa. Os minutos passam silenciosos. De repente, abre-se uma porta e surge o vulto de um velho de barbas brancas e longas, de porte firme e altivo. Todos se levantam e o comandante de escolta informou ao que vinha: — tinha ordem do Coronel Moreira César para prendê-lo.

O velho pede alguns instantes para vestir-se e dali a momentos volve, desta vez envergando a farda de Marechal do Exército e luzindo ao peito as condecorações que recebera.

Era o Marechal Gama d'Eça, Barão do Batovi, herói do Paraguai.

Adianta-se e fala aos moços. Ganhara postos e condecorações na guerra com o estrangeiro, lutando pela Pátria e naquele momento via-se prêso por um oficial subalterno, de noite, a desoras, como se fôra um vulgar criminoso.

— "É êste o exemplo que se dá, agora, aos moços! Rendo-me à fôrça". Pouco depois era apresentado em Palácio; no dia seguinte, remetido à fortaleza, para ser fuzilado, sem a menor forma de julgamento, aliás como todos os que foram fuzilados em Santa Catarina.

No instante da execução, um filho do Barão abraça-se ao pai, numa longa e dolorosa despedida. Como demorasse aquêle último amplexo, o comandante da escolta, impaciente, volta-se para ela e ordena:

— "Façam fogo nestes sujeitos".

Assim foram friamente sacrificados o Barão do Batovi e o seu filho Dr. Alfredo da Gama D'Eça.

Em Laguna, onde já chegara a fôrça legal, idênticos fatos se repetem e, se maior não foi o número de vítimas,

Praia da Saudade

deve-se ao zêlo de um chefe republicano daquela cidade, João da Costa Rodrigues, que por mais de uma vez pulou os muros do cemitério em busca dos seus adversários que, condenados, rezavam à beira das covas abertas, esperando a hora da execução, para dar-lhes fuga. De um cidadão estrangeiro conta-se que lhe aplicavam diàriamente uma sova, pela madrugada, seguida de um banho frio. E como em Laguna, em outras partes do Estado se excediam os delegados da legalidade em atentados de tôda a classe, desde as prisões até às ordens de fuzilamento, sem processo, sem julgamento e mesmo clandestinamente, mandando-se fuzilar adversários no mato e informar-se que os mesmos haviam procurado resistir à prisão.

Ante tantos crimes, que afogavam a terra catarinense no sangue irmão, numa onda bem maior e bem mais odiosa do que a que passara, com a revolução, uma comissão de senhoras e moças se apresenta em Palácio a 27 de abril, pedindo clemência para os presos políticos. Não a recebeu Moreira César, que pelo seu ajudante de ordens, Alferes Malaquias de Lima, mandou dizer que iria enviar para o Rio os mais culpados, destinando para os demais uma pena mais leve. A sua palavra cumpriu de estranha maneira, enviando novos presos para a fortaleza, a cujo comandante passava o recado de "pôr em prisão segura", cifra combinada para os fuzilamentos. Segundo o historiador Lucas A. Boiteux, o número exato das vítimas jamais poderá ser conhecido.

Houve quem contasse a entrada na fortaleza de Santa Cruz de 185 prisioneiros, que dela não mais saíram.

Anos mais tarde, indo em inspeção a um farolete instalado da dita fortaleza, o Comandante Francisco Agostinho de Souza e Mello, que fôra capitão do Pôrto durante a revolução, como se disse, surpreendêu-se ante a perfeição de um pequeno gramado, guarnecido de flôres, existente entre a casa do faroleiro e o farol. Indagou do motivo daquele cuidado.

E o velho marinheiro, descobrindo-se emocionado, explicou a razão do bem cuidado canteiro florido:

— "Meu comandante, aí descansam seus antigos companheiros. Debaixo dêste gramado estão os corpos dos Lorenas.

Em 1934, 40 anos depois, na promiscuidade inevitável de quatro urnas, seguiram para o Rio os restos dos infortunados federalistas sacrificados no Destêrro, para repousarem em São João Batista, sob o leão do piedoso mausoléu.

Moreira César foi acusado responsável pelo sangue corrido, em 1894, em Santa Catarina. No Paraná ainda se discute a responsabilidade dos mandantes da tragédia do Km 65, onde foram fuzilados o Barão do Sêrro Azul e seus companheiros, e da ilha do Boqueirão, onde também foram fuzilados elementos federalistas.

A Floriano sempre se isentou de culpa, lá e aqui. Muitos fuzilamentos foram ordenados por Floriano. A 18 de junho de 1896, o Barão do Ladário lia, em sessão do Senado, o seguinte telegrama: "Telegrama — Estrada de Ferro Central do Brasil — Estação Rio — 8 de maio de 1894 — Prefixo S n.º 540 — n.º de palavras 15 — Hora de apresentação 4 h 55 m pelo telegrafista I.M.B.S. — Procedente de Desterro — Marechal Floriano — Rio — Romualdo, Caldeira, Freitas e outros fuzilados segundo vossas ordens — Antônio Moreira César".

Não se julga. Registra-se apenas a tétrica coincidência.

Aliás, a história da Revolução de 1893 ainda não foi inteiramente escrita.

Talvez, mesmo, nunca o seja.

Os túmulos guardam, com os protagonistas da tragédia, segredos invioláveis.

Eis a relação dos heróis massacrados, em 1894, na Fortaleza de Santa Cruz, em Anhato-Mirim, por ordem de Moreira César:

"Marinha: — Capitão-de-Mar-e-Guerra Frederico Guilherme de Lorena; Primeiros Tenentes Álvaro Augusto de Carvalho, Arthur Augusto de Carvalho, Delphino de Lorena, Carlos Augusto de Mello Camisão e médico Dr. José Amado Coutinho Barata; Aspirantes Pedro de Lorena e Álvaro da Motta.

Exército: — Marechal de Campo Manoel de Almeida Gama Lobo d'Eça, Barão do Batovi; Coronel Luiz Gomes Caldeira de Andrada; Tenente-Coronel Sérgio Tertuliano Castello Branco; Major Médico Dr. Alfredo Paula Freitas; Capitão Romualdo de Carvalho Barros, Tobias Becker, Júnio César da Silva Lima, Luiz Inácio Domingues, Antônio Manoel da Silva Coelho Júnior; Tenente Brasiliano Alves do Nascimento; Alferes João Machado Lemos, Olímpio Saturnino Alves, Emydio Teixeira Telles de Azevedo e José Gomes da Silva Fraga; Cadetes Manoel Telles, Hygino Schuttel, José Becker, Achilles Constantino, Domingos Vieira de Souza e Raul de Souza; Capitão reformado João Evangelista Leal.

Polícia: — Capitão José Bittencourt, Tenente Manoel Constantino.

Patriotas: — Coronel Israel de Sá, Fernando Goulart (dizem que o primeiro era exaltado florianista) e um filho do segundo; Major Elesbão Pinto da Luz.

Civis: — Dr. Alfredo da Gama D'Eça, Dr. Joaquim Lopes de Oliveira (Juiz de Direito); Dr. Carlos Guimarães Passos (Procurador Secional); Desembargador Francisco Vieira Caldas; negociante Caetano Nicolau de Moura (dizem que por engano, pois deveria ser fuzilado Nicolau Neves); escrivão Miguel Cercal, fiscal da Câmara Miguel Cascaes e Manoel Duarte (morreu na prisão).

Estrangeiros: — Engenheiro Edmond Buette, Charles Muller e Mr. Ettiene. Por via diplomática reclamaram

as famílias dêstes e lhes foi paga, consta, a indenização de um milhão de francos". (Oswaldo Cabral, obra citada).

Serenados os ânimos, de volta à normalidade, Santa Catarina e a ilha viram, em 1895, a sua cidade-capital batizada como Florianópolis, sendo governador do Estado o Dr. Hercílio Pedro da Luz, que fêz o saneamento de boa parte da cidade e, também, procurou embelezá-la.

Neste sentido dotou Florianópolis de vários edifícios públicos, quer reformando e ampliando o Palácio do Govêrno, construindo o Mercado Municipal e o Lazareto da Ilha dos Guarazes.

Quando governador do Estado o Coronel Gustavo Richard, de 1906 a 1910, teve a cidade de Florianópolis inúmeros melhoramentos, pelo estabelecimento de uma rêde telefônica, pela instalação de linhas de bondes por companhia particular, pelo calçamento de paralelepípedos de várias ruas, bem como o ajardinamento de praças, a primeira extensão de rêde de água potável, captada dos mananciais de Ana d'Ávila, no distrito de Lagoa, e pela instalação da rêde de iluminação elétrica, com aproveitamento das quedas d'água do rio Maruí, no vizinho município de São José. Por outro lado, êsse Governador reformou os prédios do antigo edifício do Congresso, para ali instalar o Tribunal de Justiça e construiu imponente prédio para a Assembléia Legislativa Estadual, recentemente incendiado.

A 19 de março de 1908, pela bula "Quum Sanctissimus Dominus Noster", Sua Santidade Pio X decretou o desmembramento do Estado de Santa Catarina da Diocese de Curitiba e ao mesmo tempo a ereção de uma nova diocese com sede em Florianópolis, sufragânea da diocese metropolitana do Rio de Janeiro. No dia seguinte, era nomeado primeiro Bispo da diocese D. João Becker, vigário em Pôrto Alegre.

Na administração estual do Governador Vidal Ramos, iniciada em 1910, foi inteiramente remodelado o ensino em todo o Estado e teve início a construção de amplos prédios de grupos escolares, dentro da técnica então vigente, para melhoria da situação escolar na Capital.

No segundo quadriênio Hercílio Luz, em novembro de 1922, foi dado início à construção da ponte metálica que tomou o nome daquele ilustre homem público. Entre 21 e 25 de novembro daquele ano foram iniciados os trabalhos de sondagem do subsolo, sob a direção dos irmãos Remo e Ormano Corsini. Construída em ritmo acelerado, apesar de todo o equipamento e material pesados serem de importação, ficou pràticamente concluída em janeiro de 1926.

Entretanto o seu idealizador não a viu concluída, servindo à sua terra e à sua gente. A morte o arrebatara a 20 de outubro de 1924 e a ponte foi inaugurada a 13 de maio de 1926.

A ponte acelerou o crescimento urbano de Florianópolis, pois, logo, no lado insular — e o Município de Florianópolis até 1943 era só a ilha — foram construídas as vias de acesso à ponte, especialmente uma bela alameda, já na gestão Adolfo Konder.

Por outro lado, o Estreito — a parte continental, pertencente, então, ao Município de São José — teve o seu desenvolvimento populacional acelerado.

Desde então, tem-se processado aceleradamente a modernização de Florianópolis, notadamente nos seus bairros residenciais e de veraneio. Florianópolis passou a exercer influência nos aglomerados urbanos vizinhos, da parte continental e, dia a dia, mais se aproxima dêles, como decorrência da existência da ponte "Hercílio Luz".

À administração Hercílio Luz é credora a Capital do Estado de várias e relevantes realizações, tais como o saneamento de extensa área central da cidade, com a canalização de águas pluviais entre o bairro de São Luís e a Praça da Bandeira.

Em 17 de janeiro de 1927, pelos Decretos pontifícios "Inter praecipuas" Florianópolis foi elevada a sede Arquiepiscopal, com a criação dos Bispados de Lajes e Joinvile.

O segundo Bispo de Florianópolis foi Sua Excelência Reverendíssima D. Joaquim Domingues de Oliveira, atual Arcebispo Metropolitano. D. Frei Felício César da Cunha Vasconcelos é, atualmente, arcebispo coadjutor de Florianópolis, com direito à sucessão.

Devem-se a Adolfo Konder, quando de seu mandato à frente da administração estadual, importantes obras que contribuíram para o desenvolvimento e a melhoria do aspecto urbano de Florianópolis, como sejam as construções do Palácio da Justiça, da Penitenciária do Estado (estabelecimento modelar, no gênero), do Miramar, da alameda de acesso à ponte "Hercílio Luz" e a ampliação do Mercado Municipal.

Durante a gestão de Nereu Ramos no Govêrno do Estado construíram-se em Florianópolis os edifícios do Departamento de Saúde, do Hospital "Nereu Ramos" (doenças infecto-contagiosas) e do Abrigo de Menores. A Estatística Estadual foi criada, em 1936, pelo mesmo governante.

A atual rêde de água e os novos serviços de distribuição de energia elétrica põem em evidência o nome do Dr. Aderbal Ramos da Silva, em cujo período governamental, foram introduzidos tais melhoramentos.

Na administração municipal do Prefeito Mauro Ramos foram efetivados vários alargamentos de ruas centrais e feita a abertura de importante via de ligação entre as duas baías, cortando a cidade, na sua parte insular, em duas porções. Esta artéria tomou o seu nome.

Na administração estadual do Governador Irineu Bornhausen, procurou-se vincular a vida universitária de Santa Catarina em Florianópolis, dando-se à Universidade, em fundação, área necessária à construção dos prédios e ao seu desenvolvimento futuro. Foi ainda nessa administração que se ergueram os palácios das Secretarias de Estado e Agronômica (residência do Governador), e que tiveram início as obras de construção do edifício das Diretorias do Estado, e da avenida ligando o final do perímetro urbano ao aeroporto, continuadas nos governos Jorge Lacerda e Heriberto Hülse.

No decurso do govêrno Jorge Lacerda foram iniciados os trabalhos referentes à construção do Instituto de Educação, empreendimento que o seu sucessor, Heriberto Hülse, está levando a têrmo.

Por outro lado tem, desde então, sido desenvolvido o aproveitamento das belezas naturais do município, com o

Rua Felipe Schneider

incentivo às atividades turísticas e melhoramento das condições de hospedagem daqueles que visitam a cidade de Florianópolis.

Pela atuação destacada e benemérita em prol da cidade de Florianópolis, dentre os que dirigiram os destinos do município devem ser lembrados os nomes dos senhores Coronel Pedro Lopes Vieira, que reformou o Jardim "Oliveira Bello", Dr. Paulo de Tarso da Luz Fontes, que elaborou o "Plano Diretor de Florianópolis", Dr. Osmar Cunha, que construiu o Matadouro, abriu e efetuou o calçamento de numerosas ruas, asfaltou a estrada para o aeroporto (trecho municipal) e a que circunda o Morro de Antão, ligando o bairro da Agronômica ao do Saco dos Limões, Dr. Heitor Blum, Almirante Durval Melchiades de Souza e Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O município foi criado sob a denominação de Nossa Senhora do Destêrro, por carta régia de 26 de março de 1726, e desmembrado do Município de Laguna, ocorrendo sua instalação a 10 de abril de 1728.

Distritos:

Florianópolis (sede) paróquia criada na Ilha de Santa Catarina, em 20 de março de 1730, com a denominação de Nossa Senhora do Destêrro. Sua sede foi elevada à categoria de vila por carta régia de 26 de março de 1726. Declarada sede da Ouvidoria de Santa Catarina pela resolução do Conselho Ultramarino de 20 de junho de 1749, mandada executar pela carta régia de 20 de novembro do mesmo ano. Instalada a 1.º de junho de 1750. Elevada à categoria de cidade por carta de Lei, de 20 de março de 1823. Tomou a denominação atual pela Lei estadual número 111, de 1.º de outubro de 1894.

Cachoeira do Bom Jesus — criado pela Lei municipal n.º 394, de 19 de fevereiro de 1916. Desmembrado do distrito de Canasvieiras. Teve sua sede elevada à categoria de vila, pelo Decreto-lei estadual n.º 86, de março de 1938.

Canasvieiras — freguesia criada pela Lei provincial n.º 8, de 15 de abril de 1835, sob a invocação de São Francisco de Paula de Canasvieiras. Desmembrado da freguesia de N. S.ª das Necessidades. Elevada a vila, sede de um novo município, pela Lei provincial n.º 838, de 2 de maio de 1877. Não chegou a instalar-se. A sua sede foi elevada à categoria de vila por Decreto-lei estadual n.º 86, de 31 de março de 1938.

Ingleses do Rio Vermelho — criado por Decreto-lei de 11 de agôsto de 1831, sob a invocação de São João Batista do Rio Vermelho. Teve a sua sede elevada à categoria de vila por Decreto-lei estadual n.º 86, de 31 de março de 1938.

Lagoa — criado por provisão régia de 7 de junho de 1750, sob a invocação de N. S.ª da Conceição da Lagoa. Desmembrado do então distrito de N. S.ª do Destêrro, hoje Florianópolis. Tomou a atual denominação e a sua

sede foi elevada à categoria de vila, por Decreto-lei estadual n.º 86, de 31 de março de 1938.

Ratones — criado por Decreto estadual n.º 620, de 21 de junho de 1934. Desmembrado do distrito de Santo Antônio. Instalado em 14 de julho de 1934. Por Decreto-lei estadual n.º 86, de 31 de março de 1938, a sua sede foi elevada à categoria de vila.

Ribeirão da Ilha — criado por alvará de 11 de julho de 1809, sob a invocação de N. S.ª da Lapa do Ribeirão. Sua sede foi elevada à categória de vila pelo Decreto-lei estadual n.º 86, de 31 de março de 1938.

Santo Antônio de Lisboa — criado por provisão régia de 26 de outubro de 1751 e resolução régia de 19 de janeiro de 1809, sob a invocação de N. S.ª das Necessidades de Santo Antônio. Desmembrado do então distrito de N. S.ª do Destêrro, hoje Florianópolis.

Comarca — criada como ouvidoria, por resolução do Conselho Ultramarino de 20 de junho de 1749. Desmembrada da ouvidoria de Paranaguá. Instalada a 1.º de junho de 1750. Elevada à categoria de comarca por provisão de 11 de junho de 1750, com a denominação de comarca do Destêrro, sob a jurisdição da de Paranaguá. Por alvará de 12 de dezembro de 1812, foi elevada a "Cabeça de Comarca" e transferida para Pôrto Alegre, com a denominação de São Pedro do Rio Grande do Sul. Restabelecida com a denominação de Comarca da Ilha de Santa Catarina, por alvará de 12 de fevereiro de 1821. Desmembrada da comarca de São Pedro do Rio Grande do Sul. Suprimida pela resolução do Conselho Administrativo de 1.º de março de 1833, que a dividiu em duas comarcas, tomando esta o nome de Comarca do Sul. Instalada a 1.º de junho de 1834. Novamente suprimida, foi restaurada pela Lei provincial n.º 277, de 26 de março de 1849, como "Primeira Comarca" e com a denominação de Destêrro. Desmembrada da Comarca do Norte (N. S.ª da Graça do Rio São Francisco do Sul), passou a denominar-se Florianópolis. De acôrdo com o Decreto-lei número 431, de 19 de março de 1940, é comarca de 4.ª entrância e sede da 1.ª circunscrição judiciária. Possui três juízes. De acôrdo com a Organização Judiciária em vigor, Florianópolis é comarca de 4.ª entrância e sede da 1.ª circunscrição judiciária. Possui 4 varas: 1.ª Vara — Cível e Comércio, 2.ª Vara — Crime, 3.ª Vara — Juiz de Menores e 4.ª Vara — Feitos da Fazenda. É sede do Tribunal de Justiça do Estado.

O quadro Administrativo e Judiciário, em 1.º-III-1959, era o seguinte: Comarca, Têrmo e Município: Florianópolis. Distritos componentes: Florianópolis (sede, composto dos subdistritos: 1.º de Florianópolis, 2.º do Estreito, 3.º de Saco dos Limões e 4.º de Trindade), Cachoeira do Bom Jesus, Canasvieiras, Ingleses do Rio Vermelho, Lagoa, Ratones, Ribeirão da Ilha e Santo Antônio de Lisboa.

A atual legislatura teve início em 1954, sendo constituída a Câmara Municipal de 15 vereadores. Foi eleito prefeito, nessa ocasião, o Dr. Osmar Cunha, primeiro Prefeito eleito de Florianópolis, que, tendo sido eleito deputado Federal, renunciou em 1959, sendo escolhido prefeito pela Câmara Municipal o Dr. Dib Cherem.

LOCALIZAÇÃO — O Município de Florianópolis situa-se na zona de Florianópolis, uma das oito zonas fisiográficas em que está dividido o Estado de Santa Catarina, ocupando tôda a Ilha de Santa Catarina e uma pequena parte do continente fronteiro, incluída nos limites urbano e suburbano da sede municipal, que é também Capital do Estado.

A Ilha de Santa Catarina limita-se em tôdas as direções, com o Oceano Atlântico, que, na parte oeste, toma as denominações de Baía Norte e Baía Sul.

A parte da cidade que fica no continente limita ao norte, ao sul e ao leste com o Oceano Atlântico (Baías Norte e Sul) e ao oeste com o Município de São José.

A Ilha de Santa Catarina tem a área de 401 km^2, verificando-se sua maior extensão no sentido norte-sul, com 54 km. A maior largura, no sentido leste-oeste é de 18 km.

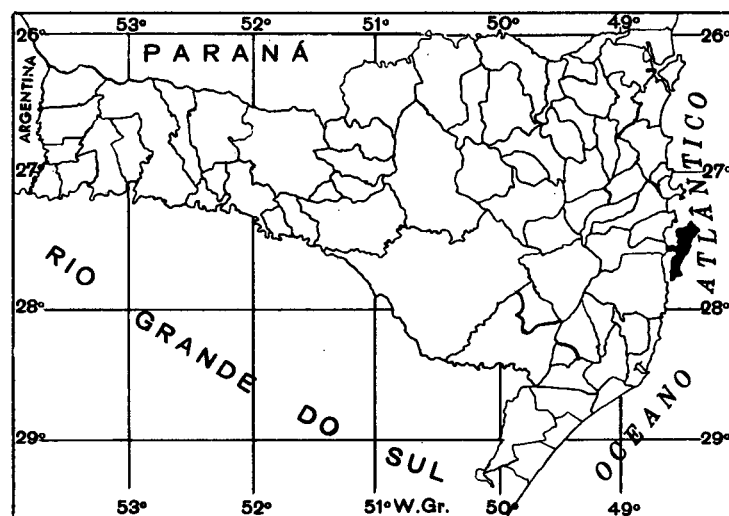
O ponto mais próximo do continente dista 423 metros, na Ponta do Sant'Ana.

A ponte "Hercílio Luz", uma das maiores e mais belas da América do Sul, com 821 metros de comprimento, serve de ligação da Ilha ao continente. Sua grande altura permite que navios passem sob ela, em demanda do pôrto.

As coordenadas geográficas da sede municipal são: 27° 35' 22" de latitude sul e 48° 34' 16" de longitude W. Gr.

A Capital de Santa Catarina tem as seguintes distâncias de algumas sedes municipais, por meio de rodovia:

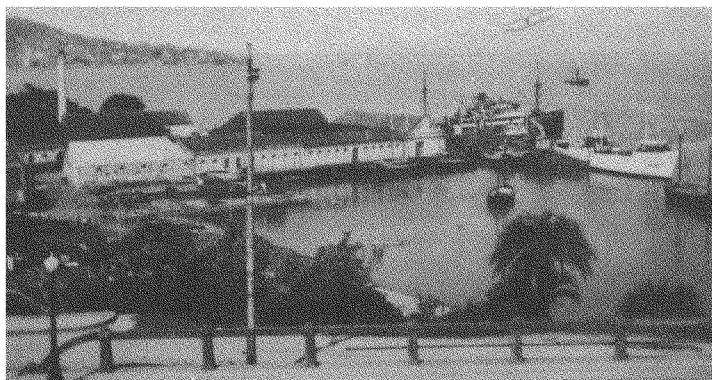
a) Das mais próximas: 10 km até São José; 14 km até Biguaçu e 17 km até Palhoça.

b) Das mais distantes: 938 km até Dionísio Cerqueira; 843 km até São Miguel d'Oeste e 831 km até Descanso e Itapiranga.

Posição do Município em relação ao Estado

ALTITUDE — A altitude da sede municipal de Florianópolis é de 2 metros, tomada à beira do cais. É, dêsse modo, a cidade menos elevada em todo o Estado.

Sua pequena altitude oferece nítido contraste, se a compararmos com a de algumas das sedes municipais mais altas de Santa Catarina: São Joaquim a 1 360 metros, Urubici a 1 100 metros e Campos Novos a 930 metros.

O ponto culminante do município é o Morro do Ribeirão, com 650 metros de altura.

A cidade de Florianópolis apresenta aspecto geralmente acidentado.

Cais Rita Maria

A Ilha em que se situa a cidade teve a sua origem na depressão oriental do Brasil, bastante pronunciada do Rio de Janeiro para o Sul.

Nesse afundamento, que os geólogos correlacionam com os derrames basálticos post-triássicos, as águas invadiram os vales, os contrafortes que mais se projetavam para o oriente tornaram-se cabos e as partes mais altas das montanhas foram rodeadas pelas águas, transformando-se em ilhas. Êsse processo é revelado pelos canais existentes entre a Ilha de Santa Catarina e o Continente, que são antigos leitos de rios e pela direção do relêvo da Ilha, paralelo à Serra do Mar.

CLIMA — O clima de Florianópolis é do tipo mesotermal, correspondente aos que, na classificação de Koppen, apresentam temperaturas no mês mais frio entre 18°C e — 3°C e chuvas regularmente distribuídas.

Os ventos dominantes são os das direções norte e nordeste, sendo comuns as invasões de ar de origem polar, que provocam vento do quadrante sul, de ocorrência mais freqüentes no inverno.

No verão o clima é quente, sendo, então, comuns as trovoadas, principalmente à tarde.

Excepcionalmente, nessa estação, a temperatura pode alcançar 36°C.

A precipitação anual alcança 1 500 mm.

Observando-se os dados obtidos em 1957, dêles poderiam ser salientados os seguintes: A média das máximas, durante vários meses do ano, variou entre 28,9°C (janeiro) e 19,2°C (julho) e a das mínimas, entre 22,3°C (janeiro) e 13,3°C (julho).

A máxima absoluta foi registrada em dezembro, com 32,3°C, ocorrendo a mínima absoluta em julho, com 7,3°C.

ÁREA — A área de Florianópolis é de 442 km², assim distribuída pelos vários distritos, em que se subdivide administrativamente o município: Florianópolis (distrito da sede) 71 km²; Cachoeira do Bom Jesus 18 km²; Canasvieiras 33 km²; Ingleses do Rio Vermelho 54 km²; Lagoa 84 km²; Ratones 18 km²; Ribeirão da Ilha 123 km²; Santo Antônio de Lisboa 41 km².

Com a superfície de 442 km², Florianópolis é dos menores municípios do Estado, figurando em 65.° lugar em relação às demais comunas de Santa Catarina.

Apenas sete municípios do Estado têm área menor que Florianópolis: Gaspar (393 km²), Piratuba (386 km²), Lauro Müller (299 km²), Erval d'Oeste (273 km²), Itá (217 km²), Pôrto Belo (211 km²) e Camboriú (185 km²).

Em oposição, grande é a divergência que se observa entre a área de Florianópolis e a dos maiores municípios de Santa Catarina: contra os 442 km² do município da Capital, temos 10 145 km² de Lajes, 5 250 km² de Curitibanos e 4 238 km² de Joaçaba.

A Ilha de Santa Catarina tem aproximadamente 172 km de costa. A parte continental do município de Florianópolis é de 12 km², que compreende partes das zonas urbana e suburbana da cidade. Nela ficam situados os bairros de Estreito, Canto, Ponta do Leal, Capoeiras, Abrão, Itaguaçu, Bom Abrigo, Palhocinha e Coqueiros.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A Ilha de Santa Catarina, de forma alongada (54 km x 18 km) e contôrno bastante recortado, localiza-se bem próximo e paralelamente ao continente, do qual é separada por um estreito de 500 metros (profundidade 28 metros), formando duas baías: Norte e Sul.

Apresenta uma estrutura cristalina granito-gnáissica com intrusões posteriores de lavas, que lhe dá um arcabouço rochoso, no qual se apóiam formações recentes de sedimentação marinha, traduzindo-se na morfologia atual numa crista montanhosa (400 e 500 metros de altitude), descontínua, orientada na direção NNE-SSW e morros isolados intercalados de pequenas planícies. Tal aspecto sugere a provável existência anterior de um grupo de ilhas, originadas pelo afogamento das ramificações litorâneas das serras cristalinas que, posteriormente ligadas pela sedimentação marinha e um recente levantamento da costa, teriam chegado à atual forma unificada.

Esta estreita ilha apresenta um perfil topográfico dissimétrico: para o lado do continente o declive é menos acentuado e são mais freqüentes as pequenas planícies, vertendo para as bacias interiores pequenos rios; para o lado do Atlântico o declive é íngreme, quase inexistentes as planícies, tendo lugar uma importante acumulação de areias, com formação de dunas e praias muito extensas, represando as duas lagoas.

Como acidentes geográficos principais, poderão ser citados os seguintes:

Rios — Rio Ratones, que nasce nas vertentes do morro da Costa da Lagoa e vai lançar-se na Baía Norte de Santa Catarina, defronte das ilhas que lhe deram o nome. Dá acesso a pequenas embarcações que o percorrem em busca de peixe, embora sua barra seja bastante rasa. Seus arredores, em geral, são pantanosos.

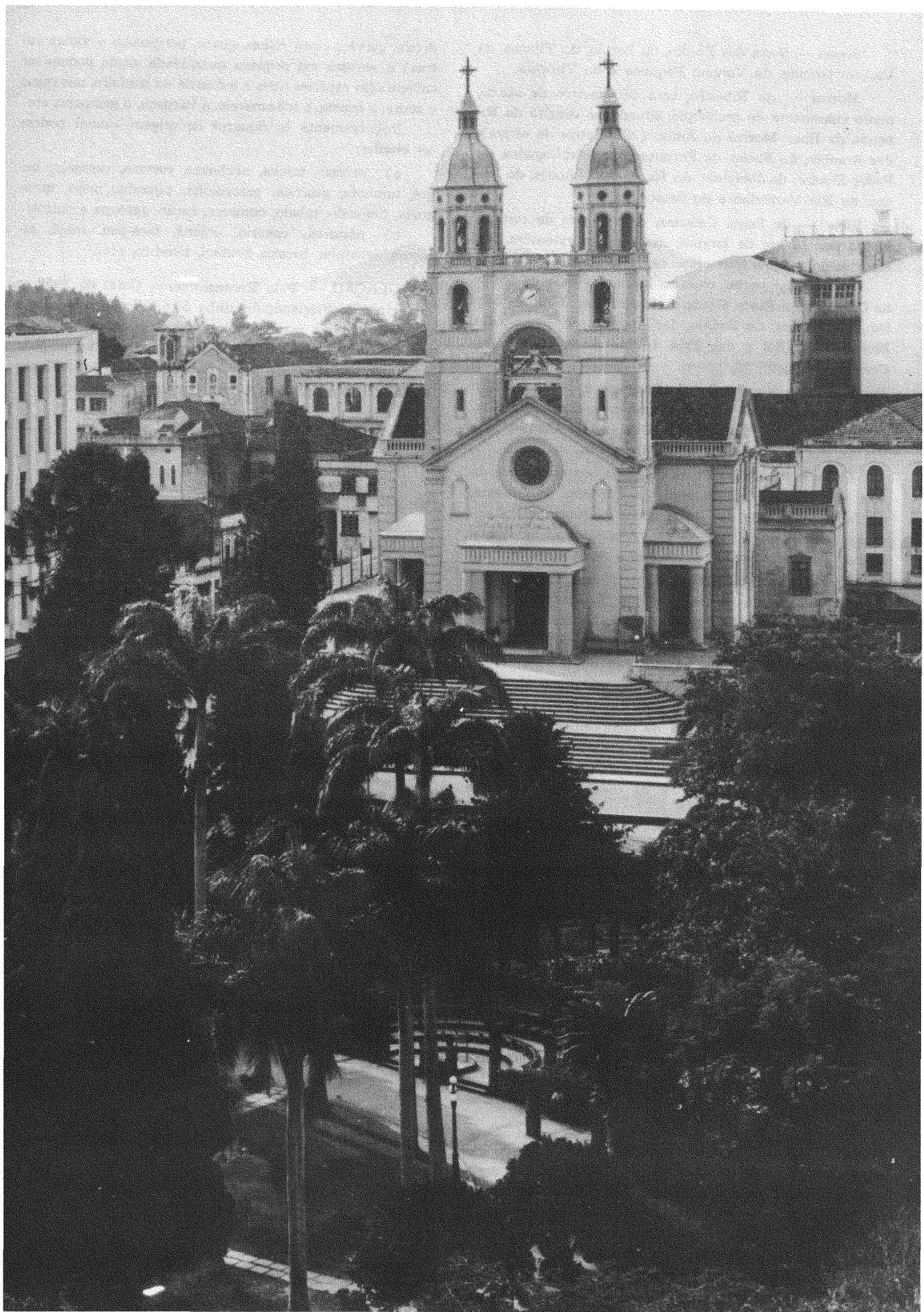
Rio Tavares — Nasce nos contrafortes dos morros do Tavares com os da Lagoa e depois de percorrer 7 quilômetros lança-se na Baía Sul.

Tem a profundidade regular de um metro e nêle está localizado um dos mananciais que fornece água à capital do Estado. É bastante piscoso.

Rio Itacourubi, em cujas nascentes há também um dos mananciais de água da Capital. Tem sua foz no lugar denominado Três Pontes e suas margens são pantanosas.

Rio do Ribeirão, que nasce nas vertentes do Morro do Ribeirão e desemboca na Baía Sul, defronte da Ilha das Flechas.

Rio Vermelho, que nasce ao norte da localidade que lhe tomou o nome e, após um percurso de 4 km, se lança na Lagoa Grande ou da Conceição.

Vista central da cidade

Serras — Serra dos Frades, do Sertão, da Tijucas, da Vargem Grande, da Vargem Pequena e do Vitorino.

Morros — do Ribeirão, com 650 metros de altura, ponto culminante do município, situado no distrito de Ribeirão da Ilha; Morros do Antão (200 metros de altura), das Aranhas, do Facão, da Fortaleza, dos Naufragados, do Padre Doutor, do Pantanal, do Rapa, dos Ratones, do Retiro, do Rio Vermelho e do Sambaqui.

Ilhas — de Santa Catarina, com 54 km de comprimento por 18 km de largura, nas maiores extensões, nos sentidos norte-sul e leste-oeste, respectivamente.

Ilha do Campeche, onde se localiza a sede do Clube de Caça, Tiro e Pesca, Couto de Magalhães; Ilha dos Moleques do Norte, do Badejo, das Aranhas, do Xavier, dos Moleques do Sul e das Três Irmãs, tôdas situadas no Oceano Atlântico.

Nas baías Norte e Sul da Ilha, isto é, entre a Ilha e o Continente, podem ser mencionadas as seguintes: Ilha do Francês, dos Ratones, dos Guarás, do Carvão, das Vinhas, das Laranjeiras e Maria Francisca.

Cabos e Pontas — Ponta do Rapa, extremo norte da ilha; dos Ingleses, da Galheta, do Caçador, do Gravatá, do Cabêço, do Frade, dos Naufragados (extremo sul), Caiacangaçu, Caiacangamirim, do Sant'Ana, Cacupé, da Ilhota, Pontal, Ponta Grossa, dos Morretes e das Canas.

Lagoas — Lagoa Grande ou da Conceição, com uma extensão de 15 km de comprimento, localizada entre os distritos da Lagoa e de Inglêses do Rio Vermelho. Muito piscosa. Lagoa do Peri, de água doce, com 9 km de perímetro, situada no distrito de Ribeirão da Ilha.

Praias — A maior praia do município é a Praia Grande, que se estende desde a barra da Lagoa até o morro das Aranhas, com 13 quilômetros de comprimento, formando uma restinga que separa a Lagoa da Conceição do Oceano. Chamam-na também Praia do Moçambique, em virtude de possuir grande abundância da concha que tem êsse nome.

Seguem-na, em ordem de grandeza, as praias do Campeche, da Armação, do Pântano do Sul. Além dessas, há ainda as praias de Canasvieiras, do Forte ou da Ponta Grossa e do Campeche.

No trecho continental do município podem ser citadas as praias da Ponta do Leal, também chamada Balneário, da Saudade, do Meio, Itaguaçu e do Bom Abrigo. Estas praias do continente são bastante freqüentadas na época do verão, em virtude de serem próximas à Capital, com fáceis meios de comunicação.

Costões — Dignos de registro são ainda os costões da ilha, rochas que se erguem à beira-mar, ora se elevando a prumo, como muralhas, ora recuando, para dar lugar à formação de diques e recôncavos, por onde o mar penetra incessante, num marulhar impetuoso e estrondeante.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — O solo de Florianópolis é pobre em minérios, existindo apenas argila comum, granito, sambaquis e barro para olarias, no tocante a riquezas de origem mineral.

No que tange às riquezas de origem vegetal, nas reservas florestais encontram-se espécies úteis à indústria têxtil (gravatá, pita, etc.), à medicinal (carqueja, erva-cidreira, gervão, cinco fôlhas, guaco, periparoba e várias outras) e, embora em pequena quantidade, ainda podem ser encontradas espécies úteis à indústria da madeira, tais como o cedro, a canela, o ipê-amarelo, o baguaçu, o genipapo, etc.

Relativamente às riquezas de origem animal podem ser citadas:

a) peixes: taínha, anchovas, corvina, camarão, bagre, tainhota, pescada, pescadinha, pijareba, mero, miraguaia, linguado, robalo, cocoroca, cação, garoupa e outros;

b) pássaros: canário, aracuã, pica-pau, sabiá, saracura, inhambu, tucano, bentevi, tico-tico, etc.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, o município de Florianópolis tinha 67 630 habitantes, sendo o 81.º município mais populoso do país, dentre os 1 894 que existiam naquela data. A população de Florianópolis representava 9% da de todo o Estado, estando em 3.º lugar na relação dos municípios mais populosos do Estado:

Chapecó	96 624
Lajes	77 234
Florianópolis	67 630
Tubarão	67 045
Rio do Sul	57 152

Dos 67 630 habitantes recenseados, 90% eram católicos romanos, ou sejam 61 037; 3 701 espíritas, 1 792 protestantes, 150 ortodoxos, 19 israelitas e 2 maometanos. Declararam-se sem religião 499 pessoas, 157 professavam outras religiões e 273 deixaram de declarar a religião que professavam.

A percentagem de estrangeiros existentes em Florianópolis era de apenas 0,8% (568 pessoas); os brasileiros naturalizados somavam 147 pessoas. Não declararam a nacionalidade 2 pessoas.

Foi de 61 221 o número dos brancos, ou sejam 91%. Os de côr preta somavam 5 027, os pardos 1 248 e os amarelos 3.

A composição da população, segundo o sexo, era favorável ao sexo feminino, pois, em 1950, existiam 35 231 mulheres contra 32 309 homens. Essa superioridade numérica já era notada no Censo de 1940, que apresentou os resultados de 24 441 mulheres contra 22 330 homens, no total de 46 771 pessoas recenseadas àquela época.

Segundo os dados do Censo de 1950, Florianópolis era o município de maior densidade do Estado, com 153 habitantes por quilômetro quadrado.

A população presente no município, em 1950, segundo grupos de idade era a seguinte:

GRUPOS DE IDADE	TOTAL DO MUNICÍPIO	NA CIDADE (quadros urbanos suburbanos)
0 a 4 anos	10 072	7 526
5 a 9 anos	7 573	5 617
10 a 14 anos	7 398	5 616
15 a 19 anos	7 642	5 870
20 a 24 anos	6 695	5 261
25 a 29 anos	5 334	4 171
30 a 34 anos	8 140	6 214
40 a 44 anos	6 464	4 838
50 a 59 anos	4 506	3 241
60 a 69 anos	2 410	1 741
70 a 79 anos	897	670
80 anos e mais	326	225
Idade ignorada	173	125
TOTAL	67 630	51 115

Praia da Armação

Apenas 24% da população de Florianópolis se localiza no quadro rural, sendo essa percentagem a menos elevada do Estado, onde a média da população rural é de 76,4%. O quadro rural contava com 16 515 habitantes, localizando-se os restantes no quadro urbano, 40 311 (60%) e no quadro suburbano 10 804 (16%).

Segundo a unidade da federação de nascimento, dos 67 630 habitantes do município 64 708 eram catarinenses, 648 do Rio Grande do Sul, 372 do Paraná, 239 de São Paulo, 212 do Distrito Federal, 190 do Rio de Janeiro, 82 de Minas Gerais, 71 de Pernambuco, 52 da Bahia, 41 de Goiás, 35 do Ceará, 34 do Pará, 33 de Alagoas, 31 de Sergipe, 30 da Paraíba, 24 do Espírito Santo, 24 de Mato Grosso, 16 do Rio Grande do Norte, 15 do Maranhão, 9 do Piauí, 8 do Amazonas e 3 do Acre. Trinta e seis não declararam a unidade da federação de nascimento ou nasceram no Exterior ou a bordo. Assim, tinha-se um total de 66 913 brasileiros natos em Florianópolis, à época do Censo de 1950. Dêsses, 31 883 eram homens e 35 030 eram mulheres.

Somando a êsse total de 66 913 brasileiros natos os 147 brasileiros naturalizados (108 homens e 39 mulheres), os 568 estrangeiros (317 homens e 251 mulheres) e 2 pessoas que não declararam a nacionalidade, temos o total de 67 630, que é a população do município.

A tabela a seguir informa a distribuição da população presente de 10 anos e mais, em 1950:

RAMOS DE ATIVIDADE	PESSOAS PRESENTES DE 10 ANOS E MAIS
Agricultura, pecuária e silvicultura	3 221
Indústrias extrativas	1 565
Indústrias de transformação	2 963
Comércio de mercadorias	2 321
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	296
Prestação de serviço	3 435
Transportes, comunicação e armazenagem	1 674
Profissões liberais	145
Atividades sociais	1 844
Administração pública, Legislativo, Justiça	1 488
Defesa Nacional e Segurança Pública	1 634
Atividades domésticas não renumeradas e atividades escolares discentes	24 800
Atividades não compreendidas nos demais ramos — atividades mal definidas ou não declaradas	96
Condições inativas	4 503
TOTAL	49 985

No que diz respeito ao estado conjugal, relativamente às pessoas presentes de 15 anos e mais, eram os seguintes os resultados do Censo de 1950:

GRUPOS DE IDADES (anos completos)	PESSOAS PRESENTES, DE 15 ANOS E MAIS										
	Total	Segundo o estado conjugal									
		Solteiros		Casados		Desquitados e divorciados		Viúvos		Sem declaração de estado conjugal	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
15 a 19 anos	7 642	3 612	3 570	55	395		-		4	-	6
20 a 24 anos	6 695	2 207	1 878	859	1 704	1	3	3	21	9	10
25 a 29 anos	5 334	844	889	1 549	1 954	4	8	18	64	6	8
30 a 39 anos	8 140	579	764	3 199	3 198	9	21	58	285	11	16
40 a 49 anos	6 464	294	460	2 680	2 296	14	15	111	581	3	10
50 a 59 anos	4 506	161	313	1 732	1 250	15	10	143	859	9	11
60 a 69 anos	2 410	72	156	814	451	4		155	756	1	4
70 a 79 anos	897	23	77	239	104			94	359		1
80 anos e mais	326	9	29	55	16	1		43	172		4
Idade ignorada	173	33	37	32	45			1	19	2	1
TOTAL	42 587	7 834	8 173	11 214	11 413	48	57	626	3 110	41	71

Do total de 49 985 pessoas de 10 anos e mais, 36 741 sabiam ler e escrever; 13 193 não sabiam ler e escrever e 51 não declararam o grau de instrução. É elevada, portanto, a quota de alfabetização de Florianópolis: 74%.

No que diz respeito ao crescimento da população, podem ser citados os seguintes dados, referentes ao município de Florianópolis:

ANOS	POPULAÇÃO RECENSEADA
1872	25 709
1890	30 687
1920	41 338
1940	46 771
1950	(1) 67 630

(1) No período entre os anos de 1940 e 1950 o Estreito foi anexado à Capital.

Segundo o Laboratório de Estatística, do Conselho Nacional de Estatística, é a seguinte a estimativa do desenvolvimento demográfico do Município de Florianópolis, no período intercensitário:

ANOS	POPULAÇÃO ESTIMADA EM 1.º DE JULHO
1951	70 215
1952	72 898
1953	75 684
1954	78 576
1955	81 579
1956	84 697
1957	87 933
1958	91 294
1959	94 783
1960	98 405

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São oito as aglomerações urbanas do município: — a cidade de Florianópolis, com 48 264 habitantes (homens 22 792 e 25 472 mulheres) e as vilas de Cachoeira do Bom Jesus, com 259 habitantes (127 homens e 132 mulheres), Canasvieiras com 364 habitantes (176 homens e 188 mulheres), Inglêses do Rio Vermelho, com 284 habitantes (138 homens e 146 mulheres), Lagoa, com 429 habitantes (202 homens e 227 mulheres), Ratones, com 259 habitantes (126 homens e 133 mulheres), Ribeirão da Ilha, com 975 habitantes (461 homens e 514 mulheres) e Santo Antônio de Lisboa, com

281 habitantes (133 homens e 148 mulheres), conforme dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Os ramos que congregavam, em 1950, segundo o Censo, o maior número de pessoas eram prestação de serviço, agricultura, pecuária e silvicultura, comércio de mercadorias e indústria de transformação.

RAMOS DE ATIVIDADE	PESSOAS PRESENTES DE 10 ANOS E MAIS		
	Total	Homens	Mulheres
Agricultura, pecuária e silvicultura	3 221	3 178	43
Indústrias extrativas	1 565	1 551	14
Indústrias de transformação	2 963	2 359	604
Comércio de mercadorias	2 321	1 958	363
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	296	256	40
Prestação de serviços	3 435	1 500	1 935
Transportes, comunicações e armazenagem	1 674	1 542	132
Profissões liberais	145	109	36
Atividades sociais	1 844	867	977
Administração pública, Legislativo, Justiça	1 488	1 186	302
Defesa Nacional e Segurança Pública	1 634	1 623	11
Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes	24 800	4 051	20 749
Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas	96	83	13
Condições inativas	4 503	3 224	1 279
TOTAL	49 985	23 487	26 498

Por motivos óbvios, do total de 49 985 pessoas é conveniente sejam subtraídos os dados relativos aos três últimos ramos (ao todo 29 399 pessoas). Resultam 20 586. As 3 435 pessoas ativas no ramo "prestação de serviços" representam 17% sôbre êsse total e as ativas nos ramos "agricultura, pecuária e silvicultura", indústrias de transformação e comércio de mercadorias, 16%, 14% e 11% respectivamente.

De acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, existiam no Município 1 033 estabelecimentos agropecuários, abrangendo uma área total de 8 260 hectares, assim distribuída segundo a utilização das terras:

Lavouras	1 138
Pastagens	1 352
Matas	1 703
Terras incultas	3 409
Terras improdutivas	658

Êsses estabelecimentos possuíam as seguintes máquinas e instrumentos agrícolas:

Arados	36
Grades	12
Rolos	2
Semeadeiras	7
Pulverizadores e polvilhadeiras	9
Ceifadeiras	2

Segundo as classes de área, êsses mesmos estabelecimentos se apresentavam da seguinte maneira:

CLASSES DE ÁREA (ha)	ESTABELECIMENTOS	
	Número	Área (ha)
Menos de 1	60	35
De 1 a menos de 10	776	3 185
De 10 a menos de 20	124	1 737
De 20 a menos de 50	56	1 517
De 50 a menos de 100	13	824
De 100 a menos de 200	2	262
De 200 a menos de 500	2	700

Em relação à condição do responsável, os dados registrados a seguir revelam que 94% dos estabelecimentos eram dirigidos pelos proprietários:

CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL	ESTABELECIMENTOS	
	Número	Área (ha)
Proprietário	969	7 099
Arrendatário	5	45
Ocupante	6	9
Administrador	53	1 107

As principais despesas realizadas em 1949, por 1 033 estabelecimentos que apresentaram informações, assim se distribuíram, em milhares de cruzeiros: salários — 1 883; adubos e fertilizantes — 49 e impostos — 43.

Dados fornecidos pelo SEP, revelam ser o seguinte o quadro dos animais existentes em 31-XII-957:

ESPÉCIES	NÚMERO DE CABEÇAS EXISTENTES	VALOR (Cr$)
Bovinos: Bois, vacas e vitelos	5 220	26 100 000,00
Eqüinos	680	3 264 000,00
Muares	38	16 000,00
Suínos	7 400	5 180 000,00
Ovinos	60	2 400,00
Caprinos	600	4 200,00
Patos, marrecos e gansos	3 000	12 000,00
Galináceos: Perus (machos e fêmeas)	1 300	33 000,00
Galináceos: Galinhas	9 400	564 000,00
Galináceos: Galos, frangos e frangas	4 000	192 000,00

Quanto à agricultura, a principal lavoura é a do café, que teve o seguinte desenvolvimento:

ANOS	QUANTIDADE (t)	VALOR (Cr$ 1 000)
1949	414	3 312
1950	570	5 320
1951	585	11 700
1952	579	10 422
1953	645	11 480
1954	618	18 540
1955	615	24 600
1956	600	22 200
1957	630	22 370
1958	615	21 525

A produção agrícola de Florianópolis, em 1958, foi a seguinte:

a) Culturas temporárias:

PRODUTOS	UNIDADE DE REFERÊNCIA	ESTIMATIVA DA QUANTIDADE PRODUZIDA	VALOR (Cr$ 1 000)
Abacaxi	Fruto	15 800	94
Abóbora	»	8 000	40
Alface	Quilo	14 500	261
Alho	Arrôba (15 kg)	360	180
Amendoim c/casca	Quilo	7 800	78
Batata-doce	Tonelada	100	300
Batata-inglesa	Saco (60 kg)	340	15
Cana-de-açúcar	Tonelada	2 700	540
Cebola	Arrôba (15 kg)	28 800	2 016
Cenoura	Quilo	280 000	4 200
Couve-flor	»	35 600	90
Feijão	Saco (60 kg)	1 450	552
Mandioca-mansa ou aipim	Tonelada	4 000	4 000
Mandioca-brava	»	4 000	4 000
Melancia	Fruto	9 500	76
Milho em grão	Saco (60 kg)	780	234
Repôlho	Quilo	750 000	1 500
Tomate	»	48 000	288

Nota: O valor da coluna 4 é o prêço médio do produtor.

Estátua do general Vicente Bulcão Viana, na Praça Getúlio Vargas

b) Culturas permanentes:

PRODUTOS	UNIDADE DE REFERÊNCIA	ESTIMATIVA DA QUANTIDADE PRODUZIDA	VALOR (Cr$ 1 000)
Abacate	Fruto	2 000	160
Banana	Cacho	87 000	1 044
Caju	Cento	1 400	42
Caqui	»	6 000	120
Figo	»	100	5
Goiaba	»	400	12
Laranja	»	8 000	96
Limão	»	600	30
Mamão	»	60	12
Tangerina ou bergamota	»	15 000	150
Uva	Quilo	40 000	920

Florianópolis está situado entre os mais importantes municípios pesqueiros do Estado. Os distritos de Canasvieiras, Cachoeira do Bom Jesus, Inglêses do Rio Vermelho, Lagoa e Ribeiro da Ilha são os principais núcleos de pescadores do Município.

Segundo os dados do Serviço de Estatística da Produção, em 1954, as 1 200 toneladas de pescado extraídas no Município com o valor de 6 milhões de cruzeiros, representaram 9% sôbre a produção estadual.

Foi a seguinte a atividade de pesca no período de 1950-1958:

ANOS	PEIXE FRESCO	
	Quantidade (t)	Valor (Cr$ 1 000)
1950	1 463	4 613
1951	962	3 445
1952	996	3 961
1953	898	4 283
1954	1 200	5 837
1955	997	4 783
1956	803	16 742
1957	1 150	17 923
1958	1 287	25 630

Segundo a espécie, em 1958, a produção se discriminava da seguinte maneira:

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE (kg)	VALOR (Cr$ 1 000)
Tainha	170 000	3 400
Anchova	150 000	3 000
Corvina	280 000	4 200
Camarão	190 000	5 700
Bagre	100 000	1 000
Tainhota	25 000	500
Pescada	11 000	330
Pescadinha	14 000	350
Pijareba	6 000	180
Mero	4 000	120
Miraguaia	5 000	150
Linguado	4 500	135
Robalo	3 000	60
Corcoroca	5 500	75
Cação	15 000	350
Garoupa	4 000	80
Outros	300 000	6 000
TOTAL	1 287 000	25 630

A produção industrial é representada por pequenas indústrias de transformação para consumo local, fábricas de pregos, de bordados, fundições etc.

Conforme dados colhidos pelo Serviço Nacional de Recenseamento, eram 85 os estabelecimentos industriais de Florianópolis em 1950, dos quais 80 de indústrias de transformação.

Em 1949 o valor da produção industrial foi de 57 milhões de cruzeiros, cabendo 55 milhões de cruzeiros, ou sejam, 96% às indústrias de transformação.

O Registro Industrial, realizado pelo Conselho Nacional de Estatística, apresentou os resultados abaixo:

Produção industrial dos estabelecimentos que ocupam mais de 5 operários:

ANO	VALOR (Cr$ 1 000)
1954	126 053
1955	173 982
1956	221 570
1957	209 194

No primeiro dos anos do quadro acima, as principais indústrias de transformação eram as da seguinte tabela·

INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	OPERÁRIOS OCUPADOS EM 31-XII (média mensal)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Têxtil	3	319	37 032
Produtos alimentares	17	165	25 628
Editoriais e gráficas	8	164	15 308
Metalúrgicas	(x)	(x)	(x)
Madeira	6	42	6 141
Material de transporte	3	63	4 175
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	4	74	3 760
Mecânica	(x)	(x)	(x)
Mobiliário	6	56	2 253
Diversos	3	17	1 564
TOTAL	53	1 030	108 724

(x) Dado omitido a fim de evitar individualização. Os dados omitidos acham-se incluídos nos totais.

Dentre as indústrias de transformação, a classe de maior expressão é a têxtil, representando 34% do valor total da produção industrial do município. Em segundo lugar vem "produtos alimentares", com 24%, e em terceiro editoriais e gráficas, com 14%.

No que diz respeito à produção extrativa, as estimativas para 1957 são as seguintes:

a) De origem mineral: cal de concha (138 000 kg, no valor de Cr$ 227 000,00); pedras para pavimentação (50 000 t, no valor de Cr$ 7 000 000,00); paralelepípedo (60 000 milheiros no valor de Cr$ 60 000 000,00).

b) De origem vegetal: carvão vegetal (12 000 kg, no valor de Cr$ 32 000,00); cascas (35 000 kg, no valor de Cr$ 288 400,00); lenha (11 200 m^3, no valor de ...... Cr$ 1 306 000,00).

c) De origem animal: azeite de peixe (20 600 kg, no valor de Cr$ 502 000,00); peixe fresco (1 071 400 kg, no valor de Cr$ 16 255 000,00); peixe sêco (30 000 kg, no valor de Cr$ 500 000,00).

No que tange a produtos de origem animal, transformados ou não, os dados de 1957, eram os seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE PRODUZIDA	PREÇO MÉDIO DO PRODUTOR (Cr$)
Ovos de galinha	Dúzia	58 640	1 466 000,00
Leite de vaca (inclusive o industrializado)	Litro	1 348 000	6 740 000,00
Manteiga	kg	2 400	192 000,00
Banha	»	21 400	813 200,00
Mel de abelha	»	1 640	24 600,00
Cêra de abelha	»	930	27 900,00

Como foi visto, a "prestação de serviço" constitui o ramo de atividade que concentra maior número de pessoas ativas em Florianópolis. É que Florianópolis é município preponderantemente urbano.

Os dados adiante expostos representam resultados preliminares do Censo dos Serviços (Recenseamento Geral de 1950). Convém esclarecer que o referido censo se limitou a investigar apenas as atividades desenvolvidas por estabelecimentos devidamente instalados:

CLASSES E GRUPOS DE SERVIÇOS	1.º-I-1950		Capital aplicado (Cr$ 1 000)
	Estabelecimentos	Pessoal ocupado	
Serviços de alojamento e de alimentação	60	304	3 281
Serviços de higiene pessoal	42	95	517
Serviços de diversão e de radiodifusão	10	76	3 557
Serviços de confecção, conservação e reparação	112	450	6 753
TOTAL	224	925	14 108

Os estabelecimentos que exploravam serviços ocupavam, na data do Recenseamento, e em conjunto, 925 pessoas, das quais 312 eram operários e 358 empregados.

Assim dos 3 435 habitantes, que declararam exercer atividade no ramo "prestação de serviços", só 925 pessoas (27%), a exerciam em estabelecimentos devidamente instalados; os demais ou se dedicavam a atividades particulares ou eram empregados domésticos.

Em 1949, a receita auferida pela totalidade dêsses estabelecimentos atingiu 25 513 milhares de cruzeiros, ou sejam 20% do valor da produção realizada pelos estabelecimentos industriais:

CLASSES E GRUPOS DE SERVIÇOS	SALÁRIOS E VENCIMENTOS	OUTRAS DESPESAS	RECEITA
	(Cr$ 1 000)		
Serviço de alojamento e de alimentação	1 202	2 608	11 623
Serviços de higiene pessoal	349	299	1 234
Serviços de diversão e de radiodifusão	553	1 870	2 957
Serviços de confecção, conservação e reparação	2 413	(1) 2 656	9 699
TOTAL	4 517	7 433	25 513

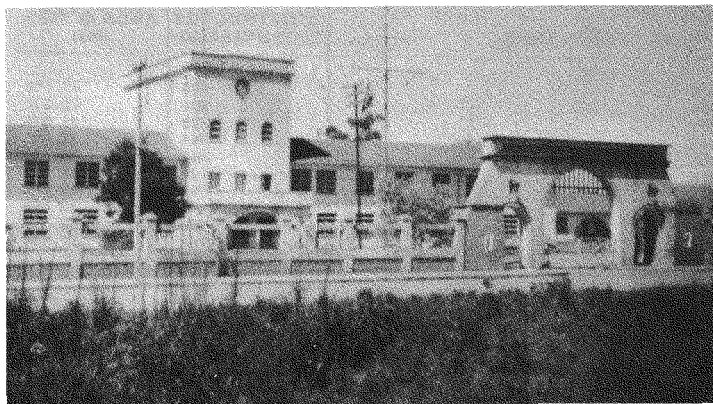
(1) Consumo de matérias-primas, combustíveis, lubrificantes e energia elétrica

Predominam econômicamente os serviços de alojamento e alimentação, cuja receita — 11 623 milhares de cruzeiros — representa 46% do valor total das receitas de todos os serviços.

COMÉRCIO E BANCOS — Constitui o comércio de mercadorias, segundo o valor, uma das principais atividades econômicas do município.

Ao lado do comércio de âmbito local, o município, no que se refere ao de natureza regional, exporta para outras partes a produção da região fronteira à Ilha, ou recebe as mercadorias destinadas a essa região.

Os resultados do Censo Comercial realizado em 1950 em Florianópolis foram os seguintes:

ESPECIFICAÇÃO	COMÉRCIO ATACADISTA	COMÉRCIO VAREJISTA
Número de estabelecimentos	98	561
Pessoal	661	1 388
Administração	123	568
Empregados	538	820
Membros de família	6	171
Valor das vendas (Cr$ 1 000)	337 028	159 680

Escola de Aprendizes Marinheiros

Comparem-se os dados relativos a vendas com os correspondentes ao Estado:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR DAS VENDAS		
	Total	Dos estabelecimentos	
		Atacadistas	Varejistas
NÚMEROS ABSOLUTOS (Cr$ 1 000)			
Estado de Santa Catarina	2 614 492	1 296 609	1 317 883
Município de Florianópolis	496 708	337 028	159 680
NÚMEROS RELATIVOS			
% de Florianópolis sôbre Santa Catarina	19,00	25,99	12,12

As percentagens registradas na tabela precisam a posição de Florianópolis como praça comercial em relação ao Estado.

Dados referentes a 1954 revelam que em Florianópolis havia 54 estabelecimentos comerciais atacadistas com movimento de vendas anual não inferior a 200 mil cruzeiros.

Êsses estabelecimentos empregavam cêrca de 898 pessoas e realizaram vendas no valor aproximado de 560 milhões de cruzeiros. As despesas com pessoal atingiram cêrca de 28 milhões de cruzeiros.

Os impostos de importação e vendas e consignações pagos pelos estabelecimentos abrangeram 11 milhões de cruzeiros.

Essas informações foram fornecidas pela Diretoria de Levantamentos Estatísticos (CNE), que realiza mensalmente um inquérito econômico entre os estabelecimentos atacadistas localizados nos municípios das Capitais.

Atualmente, em todo o município de Florianópolis, há 31 estabelecimentos atacadistas e 735 varejistas.

Na cidade funciona a matriz da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina e a matriz do Banco Catarinense Sociedade Cooperativa Central de Crédito Agrícola e as agências dos seguintes bancos: Banco do Brasil S.A., duas Agências do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO), Banco Nacional do Comércio S.A., Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., Banco da Lavoura de Minas Gerais S.A. e Banco Nacional do Paraná e Santa Catarina S.A.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Florianópolis liga-se às cidades vizinhas e às Capitais estadual e federal, pelos seguintes meios de transporte:

Biguaçu	Rodoviário: 14 km
Palhoça	Rodoviário: 17 km
São José	Rodoviário: 10 km

Capital Federal — 1) Marítimo: 943 km; 2) Aéreo: 963 km; 3) Rodoviário, Via Curitiba-PR e São Paulo-SP: 1 370.

As distâncias entre a cidade e as sedes distritais do município de Florianópolis, são as seguintes, também por rodovia:

Cachoeira de Bom Jesus	33 km
Canasvieiras	30 km
Inglêses do Rio Vermelho	40 km
Lagoa	14,5 km
Ratones	24 km
Santo Antônio de Lisboa	17 km
Ribeirão da Ilha	25 km

Transporte Aéreo — O movimento do aeroporto de Florianópolis foi o seguinte, nos últimos anos:

ESPECIFICAÇÃO	1956	1957	1958
Número de pousos	4 008	4 316	5 470
Passageiros transportados:			
Embarcados	31 699	39 493	36 278
Desembarcados	31 202	43 659	34 150
Em trânsito	27 981	28 745	34 043
Carga (kg):			
Embarcada	309 591	446 131	343 011
Desembarcada	152 370	569 661	688 542
Em trânsito	743 852	741 354	1 301 771
Correio (kg):			
Embarcado	13 330	16 307	13 810
Desembarcado	18 266	22 481	23 458
Em trânsito	27 705	38 356	43 256

Florianópolis é servida pelas seguintes emprêsas aéreas: Real Transportes Aéreos, Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul, Transportes Aéreos Catarinense, Viação Aérea Rio Grande do Sul (VARIG), Panair do Brasil S.A. e Sadia Sociedade Anônima Transportes Aéreos.

Transporte Marítimo — O pôrto de Florianópolis fica parte na Ilha (Rita Maria) e parte no continente (Estreito), distando 418 milhas do pôrto do Rio de Janeiro. É servido por emprêsas de navegação, possui ancoradouro, não sendo, porém, organizado.

Dados do Serviço de Estatística Econômica e Financeira revelam que o pôrto apresentou o seguinte movimento de embarcações no período 1949/54:

ANOS	ENTRADAS	
	Número de navios	Tonelagem de registro (1 000 t)
1949	536	194
1950	555	236
1951	596	251
1952	490	251
1953	396	235
1954	362	223
1955	311	165
1956	233	108
1957	193	91

No tocante às emprêsas marítimas, Florianópolis é servida por 34 emprêsas, uma das quais, a Emprêsa Nacional de Navegação Hoepcke, tem sede no município.

Das 33 restantes, 16 são nacionais, 9 argentinas, duas inglêsas e seis de outras nacionalidades.

O município, no que diz respeito a transportes rodoviários, é servido por 28 emprêsas, das quais 20 para passageiros e 8 para carga. Dessas emprêsas seis têm sede em Florianópolis.

Em 31-XII-958, existiam os seguintes veículos no município:

a) Veículos a motor: Automóveis — 575; Jeeps — 149; Ônibus e micro-ônibus — 51, Camionetas — 88, Motociclos — 33, Ambulâncias — 13, Caminhões — 207 e Tratores — 21.

b) Veículos a fôrça animada: Bicicletas — 1 900, Carroças de 4 rodas — 146.

A Capital do Estado tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, por rodovia: 10 km até a cidade de São José, 14 quilômetros até Biguaçu, 18 quilômetros até Palhoça.

Na cidade funcionam a Diretoria Regional do Departamento dos Correios e Telégrafos, 2 Agências Postais, 2 Agências Postais Telegráficas do Departamento dos Correios e Telégrafos, 1 Agência da "The Western Telegraph Co.", 1 Agência Radio-Telegráfica de uso particular do Palácio do Govêrno, do Departamento dos Correios e Telégrafos, 4 Estações Rádio-Telegráficas de Ministérios, 2 Estações de Rádio-Telegráficas da Polícia Militar do Estado, 1 Estação Rádio-Telegráfica da Companhia Viação Aérea Rio-grandense (VARIG), 1 da Cruzeiro do Sul, 1 da Real Transportes Aéreos, 1 da Panair do Brasil S.A., e a matriz da Companhia Telefônica Catarinense. Também funcionam na cidade uma Agência da Rádio Internacional do Brasil 9 (Radional).

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Florianópolis tem 48 264 habitantes, sendo a 1.ª cidade em população do Estado de Santa Catarina, e conta com 253 logradouros públicos, dos quais 56 inteiramente pavimentados e 22 parcialmente. É servida de luz elétrica, com 13 589 ligações domiciliares. Possui serviço de abastecimento d'água, com 8 105 prédios abastecidos e 215 logradouros com canalização. No que se refere a esgotos, somam 4 195 prédios esgotados pela rêde, que se estendem por 35 quilômetros Estima-se em 3 000 o número de prédios esgotados por fossas.

Os edifícios mais importantes são: Edifício das Secretarias, Palácio do Govêrno, Palácio do Arcebispado, Edifício do Tribunal de Justiça, Edifício IPASE, Edifício São Jorge, Edifício Sul América, Edifício Zahia, Catedral Metropolitana, Hospital de Caridade, Maternidade Carmela Dutra, Maternidade Dr. Carlos Corrêa, Mercado Municipal, Instituto de Educação, Colégio Coração de Jesus, Ginásio Catarinense, Hospital Nereu Ramos, Quartel da Polícia Militar, Quartel do 14.º Batalhão de Caçadores, Comando do 5.º Distrito Naval, Abrigo de Menores, Academia de Comércio, Igreja de São Francisco, Faculdade de Direito, Lira Tenis Clube, Departamento dos Correios e Telégrafos, Edifício do IAPC, Escola de Aprendizes Marinheiros, Hospital Militar, Departamento de Saúde Pública, Teatro Álvaro de Carvalho, Palácio da Agronômica (Residência do Governador).

A indústria de construção civil, no Município, pode ser apreciada através dos dados anuais de construções licenciadas adiante apresentados. No período 1949/1958 foram licenciadas, anualmente, construções de número que varia entre o mínimo de 226 (1951) e o máximo de 493 (1956).

ANOS	CONSTRUÇÕES LICENCIADAS	ÁREA de PISO (m2).
1949	289	23 460
1950	234	26 526
1951	226	21 078
1952	344	31 900
1953	341	36 153
1954	228	21 984
1955	363	49 060
1956	493	50 494
1957	406	27 755
1958	268	27 444

No que diz respeito a hotéis, são os seguintes os principais hotéis de Florianópolis: Querência Pálace Hotel, Hotel Royal, Lux Hotel, Cacique Hotel, Hotel Balneário de Canasvieiras, Hotel Central, La Porta Hotel, Ideal Hotel, Majestic Hotel, e outros.

A natureza foi pródiga em Florianópolis. Tem o município vários recantos pitorescos. Sobretudo praias e ilhas: a praia dos Inglêses, uma das mais belas da costa catarinense; a de Canasvieiras, com um balneário; a de Moçambique, mais conhecida por praia do Santinho, em virtude das inscrições rupestres encontradas no costão; as praias balneárias de Coqueiro, Itaguaçú e Bom Abrigo; a praia de Armação, a praia de Pântano do Sul; A Lagoa de Nossa Senhora da Conceição; a Ilha do Francês, de propriedade de um milionário Argentino, que nela instalou um belo orquidário; a Ilha dos Noivos — onde teria ocorrido o naufrágio de uma canoa que conduzia o séquito de um casamento, salvando-se apenas os noivos sôbre a costa da pequena Ilha; a Ilha de Araçatuba, com a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição da Barra do Sul, onde, nos mêses de maio e outubro, se fazem grandes pescas de anchovas; a Ilha do Campeche, que pertence, atualmente, ao Clube de Caça e Pesca "Couto Magalhães"; a Ilha de Ratones, com fortalezas antigas; a localidade de Saco Grande, na zona norte da Ilha; o recanto de Cacupé; em Sambaqui, a ponta da Ilhota, com pequeno bosque, lugar preferido pelas famílias da capital para excursões.

Há grande variedade de orquídeas em Florianópolis, existindo mesmo, para êsse fim, a granja Destêrro, com uma coleção famosa em todo o mundo.

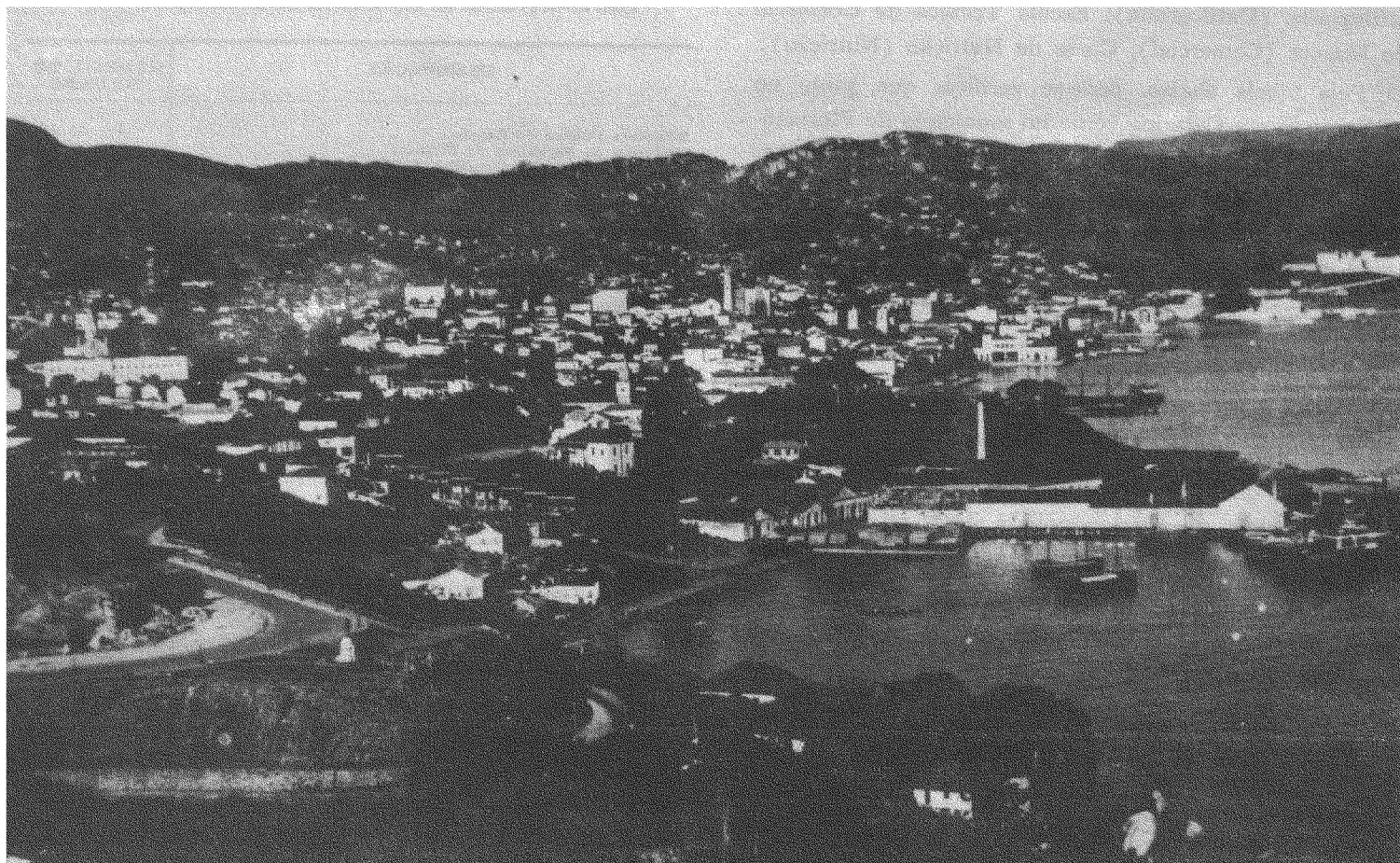
A cidade conta com vários clubes de diversões, citando-se, entre êles, Lira Tenis Clube, o Clube Doze de Agôsto, o mais antigo da capital, fundado em 1872, e o Clube do Penhasco, cuja sede se ergue na crista de um rochedo.

O esporte é bastante praticado, destacando o iatismo e o remo.

Há tradicionais clubes de regatas: Aldo Luz, Francisco Martinelli e Riachuelo.

As Repartições Públicas de Florianópolis estão reunidas, quase tôdas, num único edifício: o Palácio das Secretarias. Em construção encontra-se o Edifício das Diretorias.

COOPERATIVISMO — Na cidade funciona o Banco Catarinense Sociedade Cooperativa Central de Crédito Agrícola, instalado em 1956, com 4 312 sócios, e também a Cooperativa de Consumo dos Oficiais e Praças da Polícia Militar, instalada em 1949.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 57 558 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 39 026, ou sejam 67,8%, sabiam ler e escrever.

Vista do pôrto municipal

Dêsse total 19 230 eram homens e 19 796 mulheres: Na sede municipal, das 41 193 pessoas de cinco anos e mais, 30 932 sabiam ler e escrever, sendo 15 034 homens e 15 898 mulheres.

Ensino — Em 1956 funcionaram no Município 342 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 15 166 alunos, assim distribuídos: Pré-primário Infantil 3 unidades, com 326 alunos; Fundamental Comum 119 unidades, com 10 408 alunos; Fundamental Supletivo 208 unidades, com 4 043 alunos e Complementar 12 unidades, com 389 alunos.

No tocante a ensino extra-primário, funcionaram no município os seguintes estabelecimentos: Faculdade de Direito de Santa Catarina, fundada em 1932 (Cursos de Ciências Jurídicas e Sociais); Faculdade de Farmácia e Odontologia de Santa Catarina, fundada em 1946 (Cursos de Farmácia e de Odontologia); Faculdade Catarinense de Filosofia, fundada em 1954 (Letras Clássicas, línguas: Neolatinas e Anglo-Germânicas, Filosofia, Geografia e História); Academia de Comércio de Santa Catarina (Ciências Econômicas, Superior, Básico, Elementar, Técnico em Contabilidade); Faculdade de Serviços Sociais, fundada em 1958 (Ciências Sociais); Colégio Catarinense (Ginásio e Científico); Colégio Coração de Jesus (Ginasial e Normal); Instituto de Educação e Colégio Dias Velho (Normal e Científico); Escola Industrial de Florianópolis (Encadernação, Mecânica, Alfaiate, Marcenaria, Fundição, Carpintaria, Sapataria e Serralharia); Abrigo de Menores (Marcenaria, Ferraria, Encadernação, Alfaiataria e Sapataria); Escola Musical Amor à Arte (Música); Escola Profissional Feminina (Corte e Costura, Bordado, Chapéus e Artes Aplicadas); Asilo de Órfãos São Vicente de Paula (Datilografia e Artes Aplicadas); Curso Prático Pedro Bosco (Datilografia); Curso de Datilografia Professôra Lígia dos Santos Saraiva (Datilografia e Taquigrafia); Curso de Datilografia Alice Aurora da Silva (Datilografia); SENAI — Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Mecânica, Alfaiataria e Marcenaria); Curso de Datilografia Professôra Amélia Menezes Pigozzi (Datilografia); Curso da Polícia Militar (Especializado para Cabos, Sargentos e Oficiais); SENAC — Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Balconistas); SENAC — Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Contadores de Escritório); Curso Normal Regional Aroldo Calado (Normal Regional); Curso Singer (Bordado, Corte e Costura); Curso do Departamento de Saúde Pública (Enfermeiras obstetras, visitadoras e guardas sanitários); Escola de Comércio Senna Pereira (Comercial); Curso de Corte e Costura do SESI (Corte e Costura); Curso Normal Regional Brigadeiro Silva Paes; (Normal Regional); Curso Normal Regional Joaquim de Oliveira Costa (Normal Regional); Curso Normal Romualdo de Carvalho Barros (Normal Regional); Curso Remington de Datilografia (Datilografia); Curso de Datilografia São Luís (Datilografia); Curso de Corte e Costura Rápido (Corte e Costura); Curso de Esgrima da Polícia Militar (Esgrima); Escola de Dança de Aibertina Ganzo (Ballet); Escola de Escrita e Fazenda do Ministério da Marinha (Escrita e Fazenda); Aeroclube de Santa Catarina (Pilotos Civis); Ginásio Antonieta de Barros da Companhia Nacional dos Educandários Gratuitos (Ginasial); Aliance Française — Ginásio Barriga Verde (Especialização); Curso de Esperanto (Esperanto; Curso de

Datilografia (Datilografia); Escola Técnica de Comércio São Marcos (Comercial); Curso de Nutrição (Nutrição).

Pela tabela abaixo, pode-se verificar que, tanto no Estado de Santa Catarina como no município de Florianópolis, é elevado o número de crianças de 7 a 14 anos, matriculados nas respectivas unidades escolares:

ESPECIFICAÇÃO	ESTADO DE SANTA CATARINA	MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS
Pessoas presentes de 7 a 14 anos, recenceadas em 1.° VII 1950	326 693	11 818
Unidades escolares do ensino primário fundamental comum (1950)	3 261	94
Matrícula geral do ensino primário fundamental comum (1950)	207 774	9 512

Assim, a quota de pessoas em idade escolar matriculadas atinge 81% em Florianópolis e 64% no Estado de Santa Catarina (% da matrícula geral sôbre pessoas de 7 a 14 anos).

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Em 1958 existiam no município 20 estabelecimentos de assistência hospitalar e paraospitalar, dos quais 12 oficiais e 8 particulares.

Êsses 20 estabelecimentos assim se classificavam:

Casa de Saúde 1
Assistência médico-domiciliar 1
Ambulatórios 10
Hospitais 3
Maternidades 2
Enfermaria 2
Dispensário 1

Havia ainda os seguintes Serviços Oficiais de Saúde:

Postos de Saúde 6
Centro de Saúde 1
Centro de Puericultura 1
Sub-Pôsto de Puericultura 1
Assistência Municipal 1
Pôsto Endemias Rurais 1

A Assistência Médica no município é prestada à população por 76 médicos, 49 farmacêuticos 54 dentistas, e 111 enfermeiros e auxiliares de enfermagem.

Existem no município 14 farmácias.

Digno de nota, é o Hospital Militar de Florianópolis, fundado em 1869, datando de 1872 a construção do edifício atualmente ocupado pelo estabelecimento.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — No município de Florianópolis, o número de Associações Desportivas e Recreativas se eleva a 34.

São 19 as Associações Culturais e 4 Artísticas, destacando entre elas as seguintes: Círculo de Arte Moderna, Comissão Catarinense de Folclore, Instituto Geográfico e Histórico de Santa Catarina, Academia Catarinense de Letras, Instituto Cultural Brasil-Alemanha de Florianópolis, Instituto Brasil-Estados Unidos, Associação Catarinense de Imprensa e Centro Acadêmico XI de Fevereiro.

São as seguintes as bibliotecas do Município:

DESIGNAÇÃO	NÚMERO DE VOLUMES
Biblioteca Pública do Estado	40 827
Biblioteca da Faculdade de Filosofia	7 857
Biblioteca Bulhões de Carvalho (DEE)	5 767
Biblioteca da Faculdade de Direito	4 711
Biblioteca Pública Municipal do Estreito	3 404
Biblioteca M. A. Teixeira de Freitas (I.B.G.E.)	3 000
Biblioteca da Academia de Comércio	1 827

No tocante à imprensa periódica, registra-se o seguinte, com referência a jornais diários:

DESIGNAÇÃO	TIRAGEM MÉDIA
O Estado	5 000
A Gazeta	5 000
Diário Oficial do Estado	2 200
Diário da Tarde	2 000

Há ainda a registrar a existência de: A Verdade (semanário) e Anuário Catarinense.

Na cidade existem os seguintes cinemas:

DESIGNAÇÃO	NÚMERO DE LUGARES
Cine São José	920
Cine Ritz	693
Cine Glória	642
Cine Império	530
Cine Roxy	450

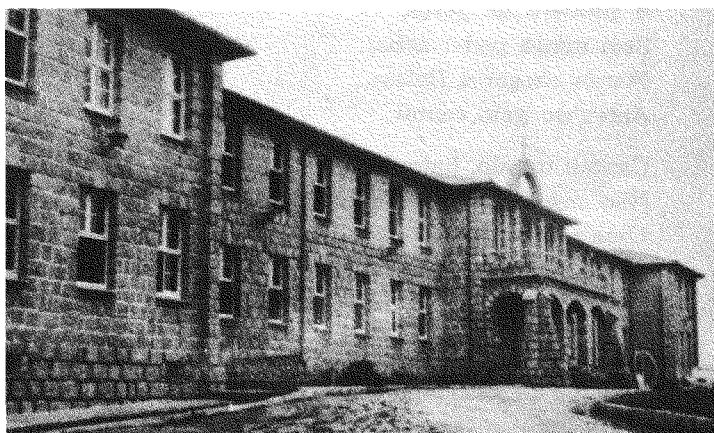
Digno de menção é o Teatro Álvaro de Carvalho, com 616 lugares, recentemente reformado, cuja inauguração data de 1875.

Na cidade de Florianópolis funcionam três estações radiodifusoras: Rádio Diário da Manhã, Rádio Guarujá e Rádio Anita Garibaldi.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	18 425	21 204	10 262	6 196	8 943
1951	12 677	35 198	10 360	7 220	8 449
1952	20 813	33 163	13 665	8 978	10 871
1953	31 389	41 998	12 089	9 794	11 708
1954	29 871	39 419	13 108	10 404	16 436
1955	40 409	52 027	18 148	15 582	21 572
1956	60 227	73 893	28 853	25 853	32 137
1957	171 700	54 554	37 648	34 218	56 405

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — A cerâmica popular catarinense, que vem adquirindo muita importância sob seus diversos aspectos, faz do Mercado Municipal de Florianópolis seu principal entreposto. Outra particularidade do município é encontrada na presença das rendeiras, com suas rendas de bilro, e dos fabricantes de gaiolas.

Muitos são os tipos característicos da vida urbana: o entregador de marmita, o carregador de lenha, o vendedor de aves, o afiador de tesouras, o vendedor de jornais, o homem das verduras, o das cocadas e pães-de-ló, o vendedor de frutas, e da carrocinha de sorvetes, o "guri do torradinho" (vendedor de amendoim), e os vendedores de pipocas, rosquinhas paulistas e amendoim japonês.

Vila de Fátima — Casa de Retiro

Pelas ruas de Florianópolis ainda se encontram alguns tílburis, dos quais se utilizam os moradores como meio de transporte urbano.

No que diz respeito a monumentos, existem os seguintes:

Estátuas de Fernando Machado, Hercílio Luz, do General Dr. Antônio Vicente Bulcão Viana, Monumento Comemorativo da Guerra com o Paraguai, Cruzeiro Comerativo da Passagem do século (Cruz do Morro do Antão), Obelisco Comemorativo do Centenário da Cidade, Obelisco Comemorativo do Centenário da Fôrça Policial; Bustos de Oswaldo Cruz, Vitor Meireles, Cruz e Souza, Esteves Júnior, Anita Garibaldi, Jerônimo Coelho, José Boiteux; Duque de Caxias, Josefina V. Boiteux, Getúlio Vargas, Nereu Ramos, Carlos Hoepcke, Almirante Tamandaré e Rui Barbosa.

Na Avenida que conduz ao aeroporto, foi inaugurado, em 1959, um obelisco em homenagem ao saudoso Governador Dr. Jorge Lacerda, falecido em desastre aviatório em 1958.

Podem ser ainda citados: a casa de Victor Meirelles, hoje transformada em museu; a Fortaleza de Ponta Grossa, em ruínas, situada na Praia do Forte, onde estão sendo construídos um balneário, hotel (planta de Oscar Niemeyer) e casas de veraneio.

Dignas de nota são as igrejas: na bela Catedral Metropolitana, encontra-se um famoso grupo da "Fuga do Egito" (Nossa Senhora do Destêrro), talhado em madeira. Êsse trabalho foi executado pelo artista Demetz, de Groeden Tirol, sendo bento solenemente a 30 de maio de 1902 e custando, naquele tempo, a soma de dois contos de réis; na bicentenária Igreja de São Francisco a preciosa tela de Victor Meirelles "São Francisco" e várias imagens de fino lavor; a Igreja do Menino Deus, com a lendária imagem do Senhor dos Passos, e, em estilo colonial, com alfaias doadas por D. Pedro II, em sua visita à Ilha de Santa Catarina, as igrejas da Lagoa e do Ribeirão da Ilha.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As principais festas religiosas de Florianópolis, são:

a) Procissão do Senhor Jesus dos Passos, durante a qual se realiza o encontro das imagens de Jesus e Nossa Senhora das Dores. É a mais tradicional festa religiosa do município, movimentando até a população de vizinhas comunas.

b) Festa de São Sebastião, a 20 de janeiro, com procissão.

c) Festa do Divino Espírito Santo, móvel, com a duração de três noites, constando de barraquinhas armadas frente ao Asilo de Órfãos. É levada a efeito, também, nas demais sedes distritais.

d) Procissão de Santa Catarina, a 25 de novembro, padroeira da Arquidiocese.

e) Festa de Nossa Senhora de Fátima e Santa Teresinha, padroeira da Paróquia do Estreito.

No que diz respeito a cultos, registra-se o seguinte:

Culto Católico Romano: Paróquia de Nossa Senhora do Destêrro, criada em 1730, com 25 sacerdotes, 1 catedral, 8 igrejas comuns e 5 capelas semipúblicas; Paróquia de Nossa Senhora de Fátima e Santa Teresinha, fundada em 1945 com 3 sacerdotes, 1 matriz e 6 capelas; Paróquia da Santíssima Trindade, criada em 1853, com 2 sacerdotes, 1 igreja matriz, 2 capelas públicas e 2 semipúblicas; Paróquia de São Luís, criada em 1951, com 2 sacerdotes, 1 igreja Matriz, 1 capela pública e 3 semipúblicas. Há, ainda, as seguintes paróquias, no município, que são atendidas pelo Vigário da Paróquia da Santíssima Trindade: São Francisco de Paula, em Canasvieiras, fundada em 1833, com 1 igreja matriz e 4 capelas públicas; Santo Antônio de Lisboa, na sede do distrito do mesmo nome, fundada em 1750 com 1 igreja matriz e três capelas públicas; Nossa Senhora da Lapa, em Ribeirão da Ilha, fundada em 1809, com 1 igreja matriz, 4 capelas públicas e 1 semipública; Nossa Senhora da Conceição, em Lagoa, fundada em 1750, com 1 igreja matriz, 2 capelas públicas e 1 capela semipública; São João Batista, em Inglêses do Rio Vermelho, fundada em 1831, com 1 igreja matriz e 2 capelas públicas.

Culto Espírita: Centro Espírita Luz e Caridade, Centro Espírita Caminho da Luz, Centro Espírita Amor e Humildade do Apóstolo, Grupo Espírita Amante dos Pobres, Centro Espírita Seára do Amor, União Espírita Discípulos de Jesus, Associação Espírita Fé e Caridade, Centro Espírita Otaviano Ribeiro, Centro Espírita Bezerra de Menezes, Centro Espírita Paulo de Tarso, Centro Espírita José de Nazaré, Centro Espírita Santo Antônio de Pádua e Juvêncio de Araújo Figueiredo, Centro Espírita Fé, Esperança e Caridade de Jesus, Centro Espírita Joana de Lima, Grupo Escola Irmão Delmiro, Centro Redentor, Centro Espírita Araújo Figueiredo, Federação Espírita Catarinense.

Culto Protestante: Igreja Cristã Presbiteriana de Nazaré, Congregação das Testemunhas de Jeová, Igreja Evangélica Assembléia de Deus, Igreja Presbiteriana Independente do Estreito, Igreja Adventista do 7.º Dia, Igreja Presbiteriana de Florianópolis, Igreja Presbiteriana Independente de Florianópolis, Comunidade Evangélica de Florianópolis, e Primeira Igreja Batista de Florianópolis.

O município de Florianópolis é rico em manifestações folclóricas entre as quais se destacam os autos, como o "Boi de Mamão", e ainda danças populares e tradicionais celebrações de fundo religioso.

FESTA DE REIS — "Os três reis magos nunca tiveram grandes homenagens na terra catarinense — escreve

Crispim Mira, em "Terra Catarinense" (obra citada). Os *ternos* que se organizaram e que ainda se organizam aqui e ali para os festejar estiveram sempre muito longe de parecer-se com os de que fala a tradição relativamente à Bahia.

Não obstante, tem a *festa de reis* (dos *rezes,* dizem na roça), não poucos admiradores e ainda constitui, em janeiro, um agradável motivo para diversão.

Agrada, sobretudo, pela graça com que é de praxe antecipar a entrada nas casas aonde se vai pedir *reis.*

A essas loas seguiam-se, outrora, espórtulas aos cantores.

Na cidade a chegada é cerimoniosa:

Aqui estou em vossa porta,
Como feixinho de lenha,
Esperando a resposta
Que de vossa bôca venha.

Se fizerem luz a acolhida é favorável e os cantores o assinalam:

Porta aberta, luz acesa,
É sinal de alegria,
Mande entrar os santos reis
Com sua nobre família.

Confessa-se o que se pretende:

Aqui viemos cantar,
Por estar noite de chuva,
E também porque queremos,
Da parreira um cacho d'uva

Declara-se a guloseima:

Aqui viemos cantar,
Porque a noite está tão bela,
Provaremos com prazer,
Doce de cravo e canela.

São mais clássicas as quadrinhas seguintes, usadas no interior:

Ó de casa nobre gente,
Escutai que ouvireis,
A partida do Oriente,
A chegada dos três reis.

Ó de casa nobre gente,
Escutai com atenção,
Já nasceu o rei do mundo,
Para nossa salvação.

Para ver o Salvador,
Bendito seja o Messias,
Viagem que era de um ano
Fizeram em treze dias.

Acordai si estais dormindo,
Fazei o sinal da cruz,
Lá vem vindo a estrêla d'alva,
Com seu menino Jesus.

Entrai pastores, entrai,
Por êstes portões a dentro,
Vinde ver o Deus menino,
No seu santo nascimento.

À procura de Jesus,
Sem nunca poder achar,
Fomos chegar a Belém,
Antes do galo cantar.

Cantou o galo, bateu asas,
Não respondeu mais ninguém,
Uma ovelha foi que disse:
Cristo nasceu em Belém.

Ficai vós com Deus, senhores,
Na glória c'o soberano,
Que lhe dê felicidade,
Boas festas e bom ano.

Os "Ternos" também são levados a efeito nas festas de "Ano Bom", "São Sebastião" e "Santo Amaro", tomando os nomes dessas festas.

FOLIA DO ESPÍRITO SANTO — Tem decaído muitíssimo a antiga folia do Divino Espírito Santo. Outrora, ao correr do mês de maio, enchiam-se os caminhos de *foliões* a colherem esmolas de porta em porta para a grande festa a realizar-se em junho. Era um hábito que agitava por aquêle tempo a vida ordinàriamente silenciosa das localidades do interior.

Presentemente, estão rareando os *bandos* do Divino. Mas ainda agora, como noutros tempos, constam da *bandeira,* da viola, rabeca e tambor. Êstes três trazidos a tiracolo, em cadarço vermelho e ornamentados de flôres.

A *bandeira* é formada por inúmeras e longas fitas multicores dadas em *promessa,* e que pendem de uma vara roliça de dois metros e meio, encimada pela pombinha do Espírito Santo. Conduzem-na de trecho a trecho, em cada arraial, as pessoas que fizeram *promessa* nesse sentido.

E a pé, de cabeça descoberta, o chapéu caído sôbre os ombros, o bando lá se vai por tôdas as estradas da paróquia, rufando o rebarbativo e lôbrego tambor, cujo surdo soar reboa o dia todo pelas quebradas:

"Guibom, ribombom, bom; guibom, ribombom, bom..."

Ainda à porta da rua, os *foliões* cantam, guiados pelo patrão do *bando,* que é o da rabeca:

Abri a vossa morada,
P'ra o Divino Espírito Santo,
A fortuna vem trazer-vos,
Com seu estrelado manto.

Todos os da casa beijam a pombinha e as fitas da bandeira. E a cantoria prossegue. O tambor dá início, rouquenhamente: "Guibom, ribombom, bom; guibom, ribombom, bom..."

A rabeca e a viola fazem o solo, num musicado de acordes agudos algo chorosos.

Dizem que no céu tem anjos,
Cá na terra também tem,
Juntem todos os anjinhos,
Cada um dá seu vintém.

Em seguida se agradece a esmola:

Deus vos pague meus anjinhos,
Meus anjinhos lá do céu,
A Virgem Nossa Senhora
Cubra-os com seu santo véu.

Dunas da lagoa da Conceição

E lá seguem estrada afora: "Guibom, ribombom, bom; guibom ribombom, bom ..."

Ao encontrarem uma cruz, cantam:

Deus vos salve cruz sagrada,
Que estais no campo sereno,
Nela morreu Jesus Cristo,
O bom Jesus Nazareno.

Deus vos salve cruz sagrada,
Que ali estais no campo em pé,
Nela morreu Jesus Cristo,
Bom Jesus, Deus Nazaré.

Depois de todo um longo mês de romaria, a *bandeira* recolhe-se à igreja da paróquia, onde vai ser celebrada a festa do Divino Espírito Santo. Os *foliões* saúdam o templo:

Viva quem no alto mora,
A quem no alto se veja,
A virgem Nossa Senhora,
Padroeira desta igreja.

Que lindo encontro foi êste,
Aqui nesta ocasião,
Vamos nos pôr de joelhos,
Fazer nossa devoção.

Que lindo encontro foi êste,
Neste dia tão saudoso
Encontrou o Espírito Santo,
Mãe e filho, pai, espôso.

O PÃO POR DEUS — O *Coração* ou o *Pão por Deus* representa um dos hábitos mais delicados da roça, tão cheia de mil outros encantos na sua deliciosa simplicidade.

Que é *Pão por Deus?*

É um coração feito de papel cetinoso e de côr, de preferência azul, vermelho e amarelo, tendo comumente quatro faces que se justapõem com a parte branca do lado de dentro e uma pequena franja rendilhada. Nos mais artísticos o papel é trançado em forma de esteirinhas.

O *Coração* obriga a um presente de 1.º de novembro em diante, e êsse presente tem o nome de *Pão por Deus*. É em quadrinhas afetuosas, escritas na face interna, que se pede a dádiva, não pelo prazer material de ganhá-la, porém pela satisfação de ter uma lembrança da pessoa a quem se quer bem.

Os versos são meigos e escritos em letra caprichada, miúda e redonda.

Cada *Coração* leva de duas a quatro quadrinhas. A gente logo o reconhece pelo estofado farfalhante do envelope e pelo cheiro de malva ou de manjericão que dêle se desprende.

Abre-se o envelope com as pontas dos dedos e tem-se em azul e verde, pendurado das suas rendas, o amável *Coração*. Os versos dizem:

Lá vai o meu coração,
Retratado em uma flor,
Vai pedir o Pão por Deus,
A quem tenho tanto amor.

Lá vai o meu coração,
Sòzinho, sem mais ninguém,
Vai pedir o Pão por Deus,
A quem quero tanto bem.

Lá vai o meu coração,
Correndo o mundo sem fim,
Chega lá, bate na porta
Pede o Pão por Deus por mim.

Brilha o sol e brilha a lua,
Brilham os lindos olhos teus,
Brilhante serás em tudo,
Si mandares Pão por Deus.

És o mimo do Brasil,
És o amparo das flôres;
Manda-me o Pão por Deus,
Prenda de tantos valores.

Se os anjos do céu soubessem
A graça dos olhos teus,
Desceriam do céu à terra
Para pedir o Pão por Deus.

Cupido leva esta flor
Entrega ao amor-perfeito,
Se pedires Pão por Deus,
Pede com todo o respeito.

A palma de sua mão,
É linda, deliciosa,
Manda-me o Pão por Deus,
Meu lindo botão de rosa.

Se suspiros fôssem flor,
Eu teria lindo jardim,
Pão por Deus eu te lembro,
Que me mandes para mim!

Um ou outro *Coração* tem a sua mágoa e queixa-se:

Bem sei que sou infeliz,
Não mereço agrados seus,
Mas mesmo assim desprezada,
Vou pedir-lhe o Pão por Deus.

Outro procura remover obstáculos e fala imperiosamente, ao que parece a um viúvo:

Lá vai o meu coração,
Todo cheio de tetéias,
Mande-me o Pão por Deus,
Não se ponha com idéias.

Não se lembre do passado,
Não mais pense em quem morreu,
O Pão por Deus não demore,
Quem manda agora sou eu.

Êste põe o seu amor acima de tudo:

Os justos pedem aos santos,
Os santos pedem a Deus,
Eu só peço ao meu amor,
Que me mande o Pão por Deus.

Governa o rei o seu povo,
Aos escravos o senhor,
A mim sòmente governa,
O meu lindo, meigo amor.

Eu nada quero do mundo,
Nada quero de ninguém,
Basta aquela luz brilhante,
Do olhar vivo do meu bem.

Aparece, também, algum *Coração* pilhérico:

Quem tem cabras tem cabritos,
Quem tem porcos tem presuntos,
Mande-me o Pão por Deus
Por alma dos seus defuntos.

Mande-me o Pão por Deus
Não me faça sovinice
Êsse mal já lhe persegue,
Desde a sua meninice.

Uns têm rasgos à D. João:

Não te peço Pão por Deus,
Que o meu Pão por Deus és tu,
Tu és jóia vindo do céu
E teu marido um tatu.

Um tatu tonto de luz,
Que não sabe o teu valor,
Como Pão por Deus eu quero
Dar beijos no meu amor.

Se muito pode o destino,
Não menos pode quem quer,
Deixa o teu marido lorpa
E vem ser minha mulher.

O despeito elogia e fere:

Cabelo de ouro fino,
Em cachos de diamante,
Manda-me o Pão por Deus,
Não sejais ignorante.

Muito formosa por certo,
No seu ar engalanado,
O Pão por Deus que mandar,
Cheira dente já estragado.

A velhice tem saudades:

Quem me dera, como dantes,
O meu coração mandar;
Pão por Deus se atropelavam
Cada qual por me agradar.

Dividi o coração
Por tôda a parte correu,
Pão por Deus já não procura
Um coração que morreu.

Um apaixonado apresenta desculpas e propõe o vôo para o além:

No ano passado, Clarinda,
Não te mandei Pão por Deus,
Por que não acreditava
Que os teus olhos fôssem meus.

Outra vista da praia da Armação

Vai agora meu coração
O meu Pão por Deus levar,
Está pronto o nosso barco,
Vamos ambos navegar.

Vamos voar noutras plagas,
Outros ares respirar,
O Teu Pão por Deus, Clarinda,
Ninguém te pode roubar.

O *Coração* que lá se vai atrás do Pão por Deus é, em geral, um emissário discretamente apaixonado do outro coração que ficou no peito a tremer de amor, e, muitas vêzes, ao chegar novembro, o Pão por Deus é a capela branca da aldeia, um bando alegre de convidados e o Padre muito sério, a dizer: "Com o favor de Deus querem casar ..."

E os Pães por Deus continuam a cruzar-se, perpetuando a tocante singeleza da vida campesina. (Crispim Mira, obra citada).

BENZEDEIRAS — Lucas Alexandre Boiteux, em "Poranduba Catarinense" (obra citada), dá como existentes em Florianópolis as seguintes benzeduras:

Para tirar argueiros:

Corre, corre cavaleiro,
Pela porta de São Pedro,
e dizei a Santa Luzia,
que mande seu lencinho
para tirar êste argueiro ...

Contra dor de dente:

Estava Pelônia assentada
passou Deus e perguntou:
numa pedra mármore... .
— Que tens, Pelônia?
— Senhor, muita dor de dente
— Se é dor de dente, que te passe,
se é bicho, que morra,
se é tumor, que se seque...
em nome de Deus
e de São Silvestre...

Outra variante:

Estava S. Pedro
nas pedras do mar,
com o dedo polegar
no dente queixal ...
Passou e disse:
— "Que tens Pedro?
— "Dor de dente, Senhor...
— "Se fôr de dente
que te passe ...
Se fôr ar, que s'arretire;
Se fôr bicho que morra;
Se fôr sangue, que s'espalhe
Em nome de Deus,
Da Virgem Maria
e, de S. Fructuoso!

Contra cobreiro:

— "Pedro, o que tens?
— "Senhor, um cobreiro...
— "Pedro, curai ...
— "Senhor, com que?
— "Com águas das fontes
e ervas dos montes ..."
Seca, seca, seca!

Contra espinhela caída:

Espinhela caída
portas para o mar!...
Arcas, espinhela,
em teu lugar ...
Assim como Jesus Cristo
pelo mundo andou,
arcas, espinhela,
levantou...

Para curar ínguas:

Minha estrêla,
a minha íngua diz,
que viva ela
e morra vós
Mas eu digo
que viva vós
e morra ela...

Contra zipra:

Pedro e Paulo foram a Roma
e encontram Jesus Cristo,
Jesus Cristo perguntou:
— "Pedro, que moléstias há por lá?
— "Zipra, erisipela, erisipelão...
— "Volta atrás Pedro e cura ..."
— "Com que, Senhor?"
— "Com lã de carneiro prêto
e óleo da minha oliveira ..."
— "Zipra, vai-te p'ra fonte...
Zipra, vai-te para o mar,
que lá é o teu lugar,
para nunca mais dar..."

Contra espinha na garganta:

Homem bom,
mulher má,
casa varrida,
esteira rôta...
Senhor São Brás
disse a seu môço,
que subisse,
ou que descesse
a espinha do pescoço...

Para abrandar:

Minha Santa Catarina,
vós sois a flor divina...
Em sexta-feira da paixão
fôste a casa de Adão,
encontraste três mil homens
bravos como um leão...
Todos êles abrandaste
co'a palavra da razão...
assim vos peço que abrandeis
de F... o coração...

Contra cobras:

Água benta na Igreja
Jesus Cristo no altar;
Cobra abaixa a cabeça
que eu quero passar.

Para bem dormir:

A cruz de Cristo
venha sôbre mim;
quem nela morreu
responda por mim.
Espírito mau
Retira-te d'aqui...
Por sinal do céu,
por sinal meu,
bendita seja a hora
que Cristo nasceu!

Contra bicheira:

Anda cá, anda cá,
que o bicho vai morrer!...
— Eu te talho e retalho,
Aranha, aranhão,
cobra, cobrão,
bicho de tôda nação...
Em louvor de S. Silvestre,
que quanto faço
tudo te preste;
que vais para trás
e pr'adiantenão...

Contra trovoadas:

Santa Bárbara, São Jerônimo,
se calçou e se vestiu;
pegou no seu bordão
e começou a caminhar...
Encontrou Jesus Cristo,
Jesus Cristo, perguntou:
— "Santa Bárbara onde vai?"
— "Vou levar a trovoada
lá no monte Calvário
onde não há pão nem vinho
nem bafo de menino...

Contra verrugas:

Deus te salve Lua cheia
Lá vão dois montados num;
quando voltares outra vez
passe a verruga pr'o pé dum ...

Contra maus-olhados:

Leva o que trouxeste!... Deus me benza com sua santíssima Cruz!... Deus me defenda dos maus olhos e maus olhados e de todo o mal que me quiserem fazer... Tu és o ferro e eu sou o aço; tu és o demônio e eu sou o embaraço... Padre, Filho, Espírito-Santo.

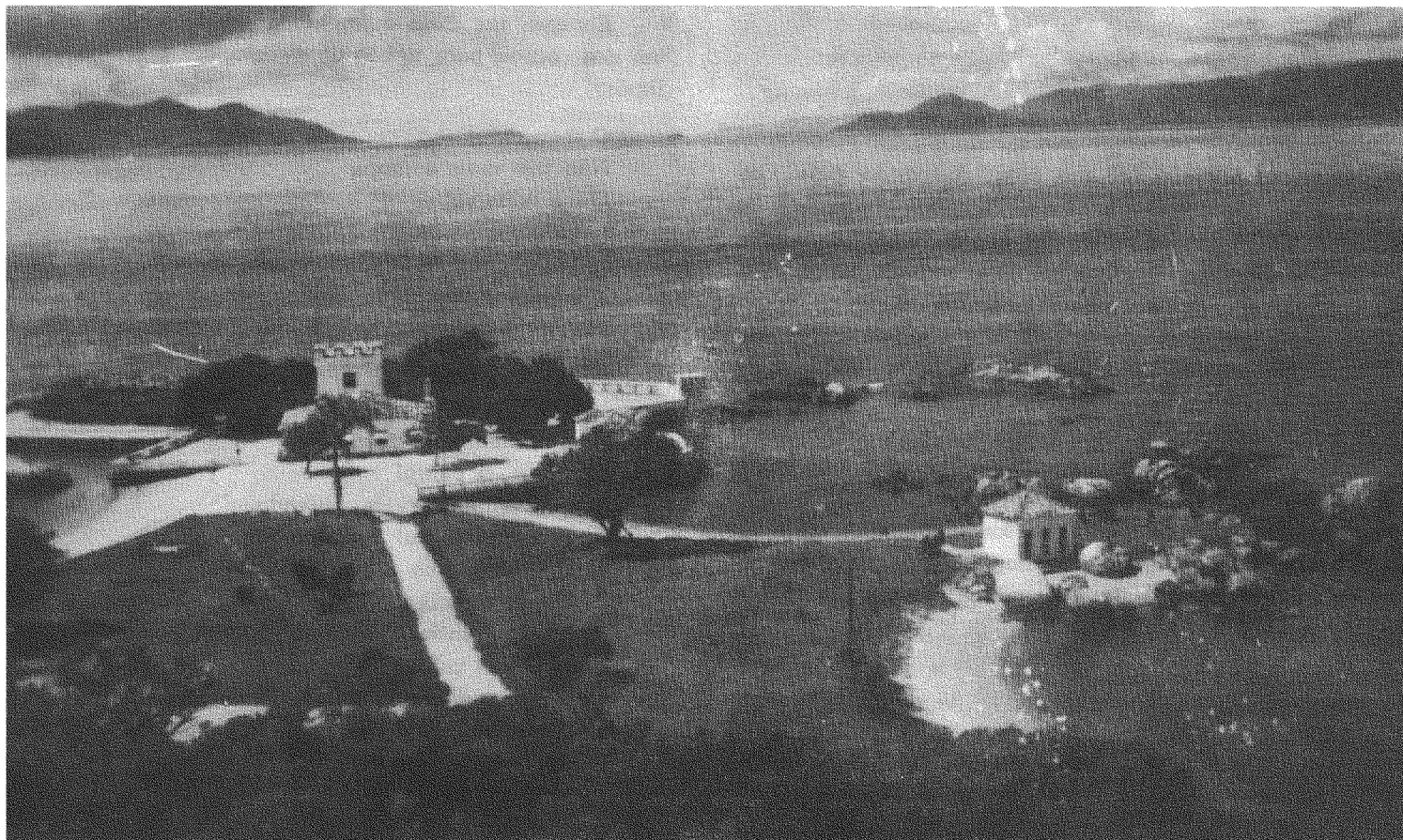
Bênção do ar:

Em nome de Deus pai +; em nome de Deus filho +; em nome do Espírito-Santo +; Ar vivo, ar morto, ar de estupor, ar de paralezia, ar arenegado, ar excomungado, eu te arrenego... Em nome da Santíssima Trindade, que saias dêste corpo desta criatura ou animal e que vás parar no mar sagrado para que ela viva são e aliviado — Padre Nosso, Ave Maria, Creio em Deus Padre.

BOI DE MAMÃO — "Na Ilha de Santa Catarina, como em quase todo o litoral catarinense — declara Osvaldo F. Mello Filho, em "O Boi de Mamão no Folclore Catarinense" (obra citada) —, o tradicional ciclo das festas populares de Natal compreende os "ternos de reis", entre as noites de 24 de dezembro a 15 de janeiro, os "cacumbis" (hoje quase totalmente extintos) pela mesma época, e o "boi de mamão" que se estende, atualmente, até às vésperas do carnaval.

Os "ternos de reis", ainda comuns, são a parte mais rica do folclore ilhéu; suas melodias doces e leves, colorindo versos delicados, enchem de poesia o céu maravilhoso das plagas que acompanham tôda a extensão litórea.

A origem dessa denominação é obscura. Há quem fale de que, nas representações dêsses autos populares, há muitos anos atrás, usava-se de mamão verde para a confecção da cabeça do boi, de onde teria surgido o têrmo local, que logo se teria espalhado por todo o litoral catarinense. Nada há, porém, de positivo. Tal origem, como a da própria formação dessas danças populares, deve estar perdida nas sombras de infra-história e só um acaso poderá fazer luz sôbre o assunto.

As danças de boi, de tôdas as pantominas conhecidas no ciclo de Natal e Reis, são, sem dúvidas, as mais populares e freqüentes. De uns anos para cá, essas festas se vêm estendendo até às portas do carnaval, por uma questão que podemos denominar de afinidade estética. As formas grotescas dos animais e as vestes dos dansarinos, muita vez enfeitadas, coadunam-se bem com as máscaras e fantasias dos súditos de Momo.

Praia de Itaguaçu

É curioso registrar que há quase uniformidade entre as danças do boi nos vários municípios litorâneos do Estado.

Em tôda a região do oeste do planalto, e nas zonas de colonização estrangeira, onde o alienígena foi outro que não o português, são quase completamente desconhecidas essas danças folclóricas.

Geralmente, os bichos tradicionais se assemelham, nas suas características, aparecendo, contudo, as variantes locais. Em São José, há o sultão, uma variante do urso. O "curru" e a "Jaruva" são personagens que integram as farândulas neo-trentinas. Em Itajaí, onde também correm lendas que teriam originado a "bernúncia", êsses festejos populares apresentam quase todos os mesmos "bichos" conhecidos na ilha, com pequenas variantes. O cavalinho, por exemplo, é chamado de "cavalo marinho"; o feiticeiro, "seu dotô", etc.

Em Laguna, cidade litorânea do Sul, cujo folclore se identifica com o ilhéu, as figuras tradicionais são a bernúncia, o urso, o boi, o cavalinho, o cabrito, o vaqueiro e o Virgulino, uma variante do feiticeiro.

Havia, também, há tempos atrás, o "arreceio", que parecia representar um grande carneiro. Porém, depois que de uma feita êsse "bicho feroz" arremeteu contra os assistentes, numa dança pública, ferindo vários dêles, foi desligado das brincadeiras que se seguiram, com a advertência de "arretira o arreceio", "cuidado com o arreceio"... Eis aí demonstrado o espírito jocoso, quase sempre dominante nesses festejos populares e que dão margem a uma grande quantidade de histórias que se contam pelo interior.

Também as formas temáticas dos versos cantados nas diversas regiões se identificam num mesmo fundo de origem, embora se improvise muito.

Eis a descrição do "Boi de Mamão", tal como é conhecido em Florianópolis:

O Mateus — figura principal que representava o vaqueiro — entra em cena, a um sinal de apito, trazendo o boi, enquanto o solista e o côro, em resposta começam:

Vaqueiro, traz o boi
Não me queira demorá.

Vem cá meu boi, vem cá.

Quero ver Mateus dançando,
Prá fazer o boi dançá,

Vem cá meu boi, vem cá.

Quero ver boi de mamão,
Vir dançá, rentinho ao chão,

Vem cá meu boi, vem cá.

Atravessa no caminho,
E não deixa ninguém passá.

Vem cá meu boi, vem cá.

Atravessa numa lagoa,
Onde nunca ninguém passô.

Vem cá meu boi, vem cá.

Sete corrente que tinha,
Tôdas sete arrebentô.

Vem cá meu boi, vem cá.

Dá uma volta em roda,
De todo êste salão.

Vem cá, meu boi, vem cá.

Dança boi direitinho,
Prá mostrá educação.

Vem cá, meu boi, vem cá.

O boi, manejado por um hábil dançarino pula, volteia e saracoteia até que o Mateus, que lhe acompanha os movimentos dá sinais de cansaço. Em dado momento, com um espêto de pau, o Mateus cotuca o boi e a dança para. A cena que se segue é quase solene.

Cessa o canto; só uns murmúrios e risos da assistência anuncia a entrada de uma figura bizarra, tôda de negro, representando o pássaro dos mortos. O urubu entra no círculo, pouco a pouco se adiantando a fim de bicar o boi caído. É, no entanto, impedido pelo feiticeiro que acorrera ao chamado do Mateus, para benzer o boi. Segue-se uma rápida encenação e o urubu some aos pulos. O feiticeiro, coberto de fôlhas e pequenos arbustos, com um galho de alecrim na mão, fazendo gestos característicos pronuncia a seguinte quadra:

Eu benzo o meu boi,
Com um galho de alecrim,
Senhor dono da casa,
Não se esqueça de mim!

Nessa ocasião, como é tradicional na ilha, o Mateus sai a recolher algum dinheiro que as pessoas presentes oferecem.

Já o boi estava em cena, com suas reviravoltas, enquanto o alarde da assistência acompanha a quadra:

Alevanta boi dorado,
Alevanta de vagar.
Já te disse uma vez,
Não te torno a mandar.
Te apronta e vai embora,
Que tua dança tá na hora.

O canto cessa, mas não o será por muito. Novos versos e novas melodias, rompem os ares. Entra em cena o cavalinho. E o côro não se faz esperar:

O meu cavalinho,
Êle já chegou.
O dono da casa
Não cumprimento.
Côro — bis

O meu cavalinho,
Com laço de fita,
O ginete dêle
É moça bonita.
Côro — bis

O meu cavalinho,
Cavalo picasso,
O ginete dêle
É o que traz no laço.

O meu cavalinho
Vem que tem que vir
Que a viagem é longa
Temos que seguir
Côro — bis

Eis que, em dado momento, o ginete laça o boi por um dos cornos, para tirá-lo do círculo, aos som dos versos finais:

O meu cavalinho
Não tem mais demora,
Dá a meia-volta
Laça e vai embora!

Sai o cavalinho. Uma ligeira pausa e um novo estrilo de apito. Outro "bicho" todo enfeitado entra em cena. É a cabrinha; versos alegres e ligeiros assinalam-lhe a chegada:

Oi que bicho que vem,
Ei cabra, ei cabra!
É a cabrinha e vem pulando,
Ei cabra, ei cabra!
Quero ver minha cabrinha,
Ei cabra, ei cabra!
Vir dança rentinho ao chão,
Ei cabra, ei cabra!
O vaqueiro da cabrinha
Ei cabra, ei cabra!
Dá uma volta bem feitinha,
Ei cabra, ei cabra!
A cabrinha dá um berro,
Ei cabra, ei cabra!
Que assusta o vaqueiro,

Ei cabra, ei cabra!
Ei cabrinha tá na hora,
Ei cabra, ei cabra!
Dá um pulo e vai embora,
Ei cabra, ei cabra!

O "bicho" sai aos pinotes, com algazarra dos cantores.

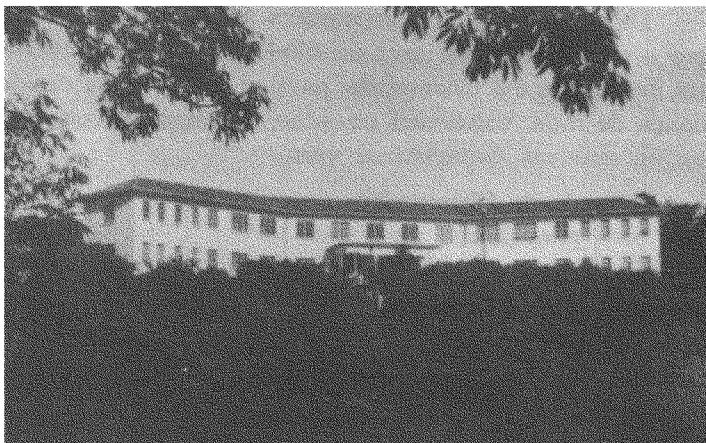
A festa chega ao ponto culminante; a cena de maior emoção é aguardada com grande expectativa. Uma máscara de mêdo, quase pavor, cobre as faces das crianças; as expressões de surprêsa, porém, notam-se também nos adultos, ao grito de:

Olha o bicho que come gente ... — Olha o bicho que come gente ...

A bernunça, disforme e extraordinàriamente grotesca, animada por dois dos mais hábeis dançarinos, entra em cena. Já o côro começa:

Bernunça, minha bernunça
Bernunça do coração
A bernunça dança bem
Quando chega no salão.
Côro — bis

A bernunça vem chegando,
Espalhando tôda a gente.
É o bicho que alvoraça,
Quando chega de repente.
Côro — bis

A bernunça tá dançando,
Ouve que diz um colega
De noite não vá prá rua,
Que a bernunça te pega.
Côro — bis

Maternidade Carmela Dutra

Aquêle monstro de pano e massa dança e sarocoteia, espalhando gente, causando correrias, risos e gritos e escorregando, de quando em vez, um garôto pela guela enorme. (A criança entra fàcilmente pela bôca descomunal e sai por baixo da armação de pano).

Quando depois de dançar por alguns minutos, os "vaqueiros" carregam a grotesca carcaça para fora do círculo, já quase todos fazem côro:

Olé, olé, olé, olé, olá
Arreda do caminho
Que a bernunça quer passá!

A representação está finda! ... Pouco a pouco, os cantores e dansarinos, retiram-se, carregando seus instrumentos e as burlescas armações, cantando:

Vamos embora, minha gente,
Bananeira, chorá, chorá.

Para lugar diferente,
Bananeira, chorá, chorá.

O dia vem raiando,
Bananeira, chorá, chorá,

ou então:

Cai, cai,

Na bôca da noite o sereno cai" (Oswaldo F. Mello Filho — obra citada).

INFLUÊNCIA AÇORIANA — Segundo se depreende dos estudos relativos à poesia nos Açores, em especial dos que remontam aos séculos XVIII e XIX, a música, a dança e a cantiga, ali, geralmente compunham tríades em que a melodia, a coreografia e a letra das canções grupavam-se harmônicamente, a integrar um conjunto sugestivo, quase sempre tendente a representar um estado psicológico, um sentimento, uma emoção. É de acreditar-se tenha o colono das ilhas trazido ao Destêrro, completas e plenas de colorido artístico, essas encantadoras modinhas que ainda hoje, embora deturpadas e apesar dos artificiosos acréscimos que se lhes deram, constituem a nota interessante dos animados serões nos últimos redutos do tradicionalismo florianopolitano.

Com o baralhar dos três elementos — música, dança e canto —, empregando-os ao acaso, indistintamente, processou-se a dissociação da modinha, que assim perdeu seu principal valor estético. A melodia e a dança desfiguraram-se, abastardaram-se. Porém, a letra, e principalmente o sentido, o motivo, a inspiração da letra — vem resistindo à marcha do tempo. Tanto maior é a vitalidade da herança açoriana, com respeito à composição poética, quanto mais se apresenta a possibilidade de identificar-se a origem de parte apreciável do cancioneiro popular de Florianópolis.

Dentre os cantares insulanos, destaca-se, já pela opulência emotiva, já pela expressividade reveladora do sentir açoriano, a SAUDADE, canção em que a alma ilhoa chora tristezas:

A saudade é um luto,
uma dor, uma paixão;
é um cortinado roxo
que me cobre o coração.

Saudade, terna saudade,
emblema do meu viver;
companheira da minh'alma,
só morres quando eu morrer.

As amarguras do *amor ausente*, do *amor ingrato*, do *amor esquecido*, são temas freqüentemente tratados pela musa popular açoriana:

Tristes ais, correi depressa,
ide dizer ao meu bem
que morro de saudades
se êle acudir-me não vem.

Ao som queixoso da viola, os matutos de Florianópolis cantam:

Tristes ais, tristes suspiros,
que da banda do mar vem:
não são ais nem são suspiros,
são saudades de meu bem.

O amor sem esperança, entre os insulanos, inspira a cantiga:

Ó tirana saudade,
vem a mim, tira-me a vida,
que a prenda que eu amava
está de todo perdida.

Idêntico tema, entre os cantadores da Ilha de Santa Catarina, leva-os a súplica semelhante:

Quem de amor vive deixado
a mesma vida enfastia;
tenho chegado a pedir
a morte todos os dias.

Com propriedade e lirismo, o recurso da imagem poética é manejado pelo homem dos Açores:

Sou como pranto sem mágua,
sou como jardim sem flôres,
sou como lago sem água,
sou como a vida sem amores.

Não é estranhável que a um caipira de Canasvieiras ou Rio Vermelho escutem-se versos dêste quilate:

Alma no corpo não tenho
minha existência é fingida;
sou como um tronco quebrado
que dá sombra sem ter vida.

Ainda que o fogo se apague,
na cinza fica o calor;
ainda que o amor se acabe,
no coração fica a dor.

Lamuriando saudades, o aldeão florianopolitano também conserva, além das quadras que nos *bailos* canta, outra singela e encantadora tradição islenha os graciosos e ternos *Abecês Amorosos*, cartas de amor em canções de bem-querer.

A *Tirana* expressava para os açorianos a mágoa pela indiferença ou traição no amor. A fortes pisadas, os dançadores marcavam o compasso, enquanto o cantador soltava a quadra:

Ó tira... tira... Tirana,
Tirana das flôres brancas
ó das flôres brancas, (bis)
eu não sei mostrar carinhos
a quem me mostra carrancas.
Olé carrancas... ó sim, carrancas.

Não longe vão os dias em que, violenta, irrompia a *Tirana* nos bailaricos do interior da Capital Catarinense, com música, letra e dança peculiares:

Tirana... tira... Tirana,
Tirana terei, meu bem;
quem quiser ver a Tirana
fica tirano também.

A Tirana é mulher velha,
não aparece a ninguém
quem quiser ver a Tirana
tem de pagar um vintém.

A permanência das trovas ou dos respectivos motes, tal como se observa na moda da Tirana, atesta o recente emprêgo, pelo ilhéu catarinense, das modas da *Cana Verde*, da *Ratoeira* e do *Caranguejo*:

Eu plantei a cana verde
lá em baixo na baixada;
me chuparam a cana tôda,
me deixaram na bagaçada.

A cana verde, no mar,
anda à volta do vapor;
inda está para nascer
Quem há de ser o meu amor.

Ratoeira não me prende,
qu'eu não tenho quem me solte;
a prisão da ratoeira
é como a prisão da morte.
... Caranguejo está na toca,
está à espera da maré...

De tôdas as modas procedentes dos Açores, a que sôbre a persistência das cantigas ainda guarda a permanência da música, é a *Chamarrita*, na qual os pares, em rápida dança de roda, volteavam no salão, revesando-se, enquantos os convivas deitavam os versos:

A moda da Chamarrita
para mim já me aborrece;
eu já estou chamando a Rita
e a Rita não me aparece.

Esta noite choveu rosa,
de brilhante serenou;
lá vem vindo o sol raiando,
a enxugar quem se molhou.

Tens o teu cabelo crespo,
agora que reparei;
s'eu reparo há mais tempo
não amava a quem amei.

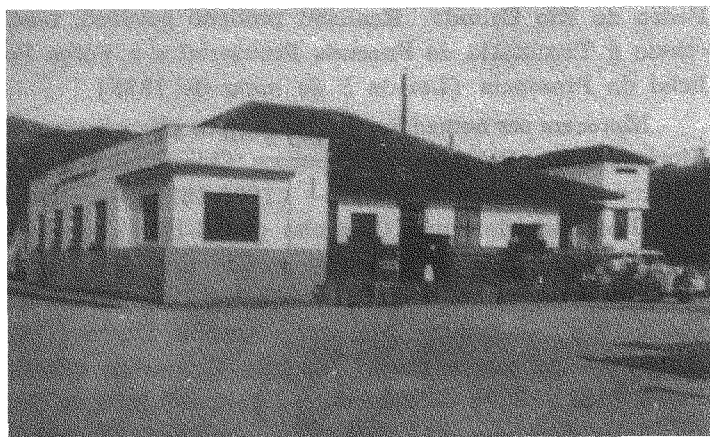
CARNAVAL — Dentre os folguedos populares, avulta, sem dúvida alguma o carnaval. A animação e o colorido do carnaval de Florianópolis são conhecidos, hoje, em todo o Brasil, atraindo forasteiros e turistas dos mais longínquos recantos. O desfile de carros alegóricos e de mutação das sociedades carnavalescas "Tenentes do Diabo", "Granadeiros da Ilha" e "Vai ou Racha", constituem verdadeira parada de arte. A par dessa apresentação, há ainda o desfile de motivos folclóricos e das escolas de samba.

Uma particularidade do carnaval de Florianópolis — e nessa peculiaridade reside sua atração maior — está na riqueza da montagem, na arte e na engenhosa movimentação dos carros que percorrem as ruas principais da cidade nas noites de sábado e têrça-feira de carnaval. Trata-se de um espetáculo único em seu gênero, no Brasil, justificando-se o inusitado interêsse popular que dia a dia mais se acentua, constituindo-se mesmo num dos mais apreciados motivos turísticos.

VULTOS ILUSTRES DE FLORIANÓPOLIS — *Doutor Luiz Carlos Muniz Barreto* — Lente do Colégio dos Nobres em Lisboa e 5.º ouvidor de Santa Catarina. Primeiro catarinense que se doutorou em Coimbra. Faleceu em 1791.

Joaquim Francisco do Livramento — (Irmão Joaquim) — (1751-1829). Já foi chamado o "Francisco de Assis Brasileiro". Usava saial de lã pardo, cingido de uma coroa. Percorreu a pé as províncias de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Fundou o hospital do Menino Deus, em Florianópolis. Na Bahia criou o seminário de Órfãos de São Joaquim. Fêz amizade com o regente D. João, no Rio de Janeiro, onde instalou, em Jacuecanga, um seminário que alcançou nomeada. Em São Paulo fundou dois seminários, sendo um em Itu e outro em Santana.

Brigadeiro José Maria da Gama Lobo Coelho d'Eça — Sua existência decorreu entre notáveis feitos militares, reveladores de seu grande valor e de sua surpreendente atividade.

Em 1816, resiste denodadamente, já como major e como Comandante da praça de S. Borja, ao assédio das fôrças de André Artigas, surgindo, sempre, nos pontos mais perigosos. Auxiliado pelo General Abreu, destroça Artigas e com uma violenta arremetida de cavalaria precipita-o sô-

Usina de beneficiamento de leite

bre o rio Uruguai. Depois cai sôbre a Missão de Vera Cruz e a ocupa, assalta a Missão de Japeju, e veloz, incansável, está em todos os lugares, ora acode a um, ora a outro, figurando, nesses dias, como o principal ajudante do General Chagas. Com êste atravessa o Uruguai e assalta os inimigos; com êste invade o Uruguai, assalta São Carlos Boromeu, e em seguida desbarata o General Aranda.

Em 1827 foi considerado o único homem capaz de assumir o comando da fronteira.

Toma renhida parte, em 1837, nas lutas do Sul e por fim, em 1839, seguiu para Laguna a fim de combater os rebeldes da revolução de 1835.

Foi, em sua época, um dos militares mais famosos.

Almirante Francisco Cordeiro Torres e Alvim — (1822-1883) — (Barão de Iguatemi) — Seu berço natal foi Destêrro, aos 4 de agôsto de 1822. Praticou na marinha norte-americana até 1846. Procedeu com heroísmo, em 1851, no comando do brigue "Calliope", em luta com os argentinos. Na guerra do Paraguai, foi comandante da 3.ª divisão. Notável o seu heroísmo nessa guerra. Foi mesmo um dos oficiais que mais se distinguiram. As passagens de Curupaiti e Humaitá encheram-no de glória.

Conselheiro João Silveira de Souza — (1824-1915) — Bacharel, redator da "União", no Recife, secretário do Govêrno do Pará, lente da Faculdade de Direito do Recife, presidente do Ceará, presidente do Maranhão, presidente de Pernambuco, deputado federal por Santa Catarina em 1864, tendo, então produzido notável defesa da província no grande prélio de limites com o Paraná. Deixou "Minhas canções", poesias; "Lições de Direito Natural", "Direito Público Universal", "Direito das Gentes" e outros. Era versado em latim, inglês, geografia, história, astronomia e matemática.

Coronel Fernando Machado de Souza — Foi destemido na tomada de Potreiro Pires e dirigiu com notável valentia, a bala, a baioneta, e lança, o assalto à famosa fortificação de Jacaré. Seu nome ficou indelèvelmente ligado à encarniçada batalha do Itororó.

Fernando Machado figurava entre os militares de maior e melhor reputação no exército brasileiro.

Graças à perseverança consagradora do Dr. José Boiteux, foi-lhe erigida uma estátua em Florianópolis, na Praça 15 de Novembro.

Primeiro-Tenente Álvaro Augusto de Carvalho — (1829-1869) — Tem sido biografado como marinheiro e como dramaturgo. Mas a sua pena, por mais interessante que tenha sido, ficou, em brilho, muito longe da espada. Com esta, no Paraguai, foi que Álvaro de Carvalho fêz o seu renome. A 11 de junho de 1865, no comando da canhoneira Ipiranga, figurou brilhantemente entre os que se cobriram de glória na maior batalha naval da América do Sul, a do Riachuelo. Dias depois, na passagem de Mercedes e de Cuevas, ainda mais duas vêzes mostrou o destemido catarinense o seu valor de marinheiro.

Ao ser dada a ordem para ser forçado êsse último forte, Álvaro de Carvalho estava no leito, atacado pelo tifo. Mas o entusiasmo do heroísmo levou-o para a luta. Essa temeridade lavrou a sua sentença de morte.

Conselheiro Manoel da Silva Mafra — Jurisconsulto — (1831-1907) — Foi presidente de Santa Catarina e do Espírito Santo, deputado geral, ministro da Justiça no gabinete Martinho Campos, em 1881, e presidente do Tribunal Civil e Criminal.

Almirante José Pinto da Luz — (1843-1903) — Tomou parte e com bravura no ataque a Paissandú e na travessia do Passo de Mercedes.

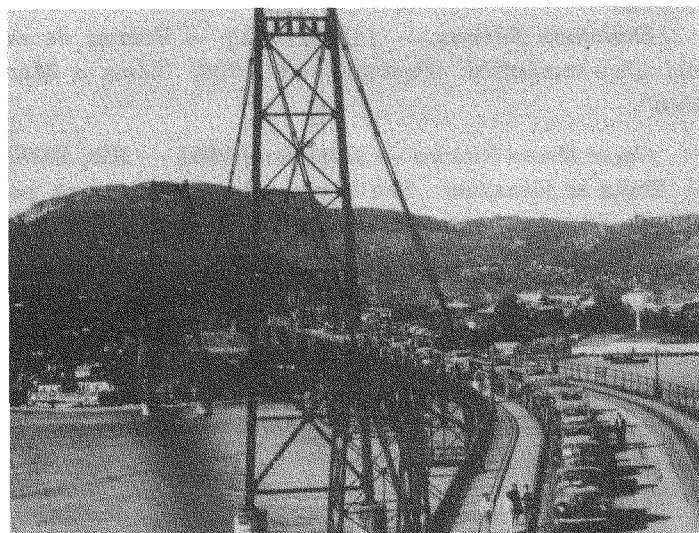
Em 1899 foi ministro da Marinha.

Almirante João Justino de Proença — (1844) Tomou parte nas guerras do Uruguai e do Paraguai, distinguindo-se por sua coragem e competência.

Desempenhou várias e importantes comissões militares, tendo sido distinguido com as ordens da Rosa, Cristo e Aviz. Escreveu: "Nossa Marinha de Guerra", "O Melhor Pôrto do Sul do Brasil" e outros pequenos trabalhos.

João da Cruz e Souza — (1863-1898) — Poeta e prosador simbolista. Escreveu "Evocações" e "Missal", prosa; "Broqueis", "Faraós" e "Últimos Sonetos", verso. Era de uma imaginação fulgurante e arrebatadora. Seu estilo é um cintilante emaranhado de palavras musicais. Reuniu palavras como um artista divagador mas não positivou idéias. Lutou, no Rio, com grandes e dolorosas dificuldades para viver. Morreu com 35 anos.

Deixou grandes admiradores no país e em algumas repúblicas sul-americanas, por ter sido a maior figura do movimento simbolista na literatura brasileira.

Dom Jacinto Vera — (1881) — Nascido no Destêrro, foi criado no Uruguai, onde se ordenou Sacerdote. Foi Bispo de Mégera "In partibus" e Vigário Apostólico de

Ponte Hercílio Luz

Outro aspecto da praia de Iguaçu

Montevidéu. Posteriormente, foi o primeiro ocupante do sólio episcopal uruguaio, com a criação da diocese de Montevidéu.

Hercílio Pedro da Luz — (1860-1924) — Engenheiro e político. Governador do Estado, em duas gestões, levou a cabo grandes melhoramentos em Florianópolis, como a abertura da Avenida que hoje tem seu nome, construção do Mercado Municipal e da Ponte que tem seu nome.

Dom Eduardo Duarte Silva — (1852-1924) — Bispo de Goiás e de Uberaba, depois de ter sido coadjutor, ainda como sacerdote, da Paróquia do Destêrro, onde nascera.

Major Camilo Machado de Bittencourt — (1757-1818) — Brioso oficial do Regimento Barriga-verde. Destacou-se por invulgar bravura, notadamente, na chamada "guerra dos Artigas", onde tombou heròicamente.

Virgílio Várzea — (Destêrro, 1862 — Rio, 1941) — Grande escritor marinhista. Ficcionista de largos recursos, consagrado não só no Brasil, como em Portugal — onde parte de suas obras foram editadas —, publicou "O Brigue Flibusteiro", "Mares e Campos", "Nas Ondas", "Contos de Amor", "Ilha de Santa Catarina" (ensaio de geografia física e humana), "Histórias Rústicas", "George Marcial", "Traços Azuis" (poesia) e "Tropos e Fantasias" (poesia).

Juvêncio de Araújo Figueredo — (1864-1927) — Poeta simbolista de exuberante inspiração. Seus trabalhos numerosos, entre os quais ressaltam "Sombras da Noite" e "Ascetérios", estão esparsos nos jornais da época. Enamorado do mar, das coisas simples, das belezas da paisagem de Coqueiros, bairro onde soube viver tão bem quanto cantou.

Delminda Silveira — (1855-1932) — Poetisa da escola ultra-romântica. Publicou, em 1908, "Lizes e Martírios".

Oscar Rosas Ribeiro — (Destêrro, 1862 — Rio, 1925) — Poeta e jornalista. Seu nome sobressai entre os paladinos do movimento simbolista no Brasil.

Juvêncio Martins da Costa — (1857-1882) — Poeta ultra-romântico. Publicou "Flores sem Perfume".

Manoel Coelho Rodrigues — (1756-1835) — Membro valoroso do Regimento de Linha ("Barriga-Verde"). Comandante do Batalhão de Caçadores de Milícias da vila de Laguna.

Feliciano Nunes Pires — (1785-1840) — Presidente das Províncias de Santa Catarina (1831-1835) e de São Pedro do Rio Grande. Realizou profícuo govêrno, tendo criado a Tesouraria da Fazenda Provincial e a Fôrça Policial da Província (Lei de 5 de maio de 1835).

Merecem ser nomeados, ainda, entre os filhos ilustres de Florianópolis: Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão (Visconde de Santa Teresa) — (1800-1879) — militar; João Francisco de Sousa Coutinho (1804-1869) — (político, presidente da Província, deputado provincial, presidente da Assembléia); Jacinto Machado de Bittencourt (1806-1869) — militar; Marcelino Antônio Dutra (1808-1869) — político e poeta; Joaquim Gomes de Oliveira Paiva (1821-1869) — sacerdote e político; João de Souza Mello e Alvim (1823-1885) — militar; Manoel de Almeida da Gama Lobo Coelho d'Eça (Barão de Batovi) (1828-1894) — militar, assassinado na revolução de 1893; Francisco Carlos da Luz (1830-1906) — político e cientista; José Maria do Vale Júnior (1835-1914) — jurista e político; José Cândido de Lacerda Coutinho (1842-1900) — político e beletrista: Tenente-Coronel Lourenço Maria Caetano da Silva, Brigadeiro Carlos Regin Filho, Brigadeiro João de Souza Fagundes, Coronel Antônio Pedro da Silva, Marechal Guilherme Xavier de Souza, Brigadeiro Joaquim Caetano da Silva, Marechal Roberto Trompowsky Leitão de Almeida, General Pedro Maria Trompowsky Taulois, General Tito Lúcio de Oliveira Ramos, Manuel Joaquim de Almeida Coelho (historiador).

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Florianópolis recebem o patronímico de "florianopolitanos".

A designação "Florianópolis" ou seja — cidade de Floriano — foi dada em homenagem ao marechal Floriano Peixoto, pela Lei estadual n.º 11, de 1.º de outubro de 1894.

Florianópolis é sede de Comarca e Têrmo. Seu eleitorado em 1958 era de 30 831 eleitores.

O município conta com seis bandas de música: a da Polícia Militar, a do 14.º Batalhão de Caçadores, a Sociedade Musical Amor à Arte, Comercial e a banda do Abrigo de Menores. No distrito de Ribeirão da Ilha existe a banda de Música Nossa Senhora da Lapa.

Ligando Florianópolis ao continente existe a ponte Hercílio Luz, construída no govêrno de Hercílio Luz. Essa magnífica obra de engenharia, projetada pelos engenheiros norte-americanos David B. Steinmar e Holton D. Robinson e contratada com a firma Byngton & Sundstrom, dirigida pelos Srs. Drs. Alberto Byngton e Alfredo Sundstrom, além de representar fator importante no desenvolvimento de Florianópolis, significa uma maravilhosa obra. É essa ponte a de maior vão central na América do Sul, na sua classe, estando entre as mais extensas do mundo. O vão livre central de 339 metros, tendo 821,055 metros de comprimento. As tôrres têm a altura de 69,764 metros. A altura livre no centro, contada entre o nível médio do mar e parte inferior do estrado, é de 30,80 metros, o que permite a passagem dos navios que demandam o pôrto de Florianópolis. O pêso aproximado do aço empregado é de 7 000 toneladas.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

GASPAR — SC

Mapa Municipal no 10.° Vol.

HISTÓRICO — Se bem que a colonização, pròpriamente dita, tenha tido início em 1848, com a vinda de colonos alemães, descendentes dos colonizadores de São Pedro de Alcântara, no Município de São José e Alto Biguaçu, no Município do mesmo nome, e de imigrantes italianos procedentes de Nápoles e Gênova, chegados à nova terra por volta dos anos de 1850 a 1860, já deveria ter existido, anteriormente, àquela década, alguma colonização naquelas plagas. O grande número de descendentes de portuguêses, e de pretos também, ali localizados, os ascendentes dos últimos, certamente trazidos como escravos, e o próprio nome de Gaspar, atestam a existência, em época desconhecida, de lusitanos naquelas terras. Há, também, que considerar não ser lógico que colonizadores de origem germânica tenham escolhido nome genuìnamente portuguêses (Gaspar), ao invés de Nova Bremen, Novo Hamburgo, etc., para a nova povoação.

O que se tem certeza, no entanto, é que, quando o Dr. Hermann Blumenau, em janeiro de 1848, subiu pela primeira vez, o rio Itajaí-açu para assentar os alicerces da importante colônia que, três anos mais tarde, fundaria, já encontrou imigrantes europeus (alemães e belgas) ao longo das margens do mesmo rio. Havia-os também nas proximidades do local onde atualmente se ergue a sede municipal de Gaspar, isoladamente, ou constituídos em pequenos grupos, não oferecendo a região o aspecto de um povoado.

Em 1858, aglomeraram-se alguns colonos junto ao local denominado "Figueira", a dois quilômetros de Gaspar, onde se construiu a primeira igreja.

Mais tarde, foram surgindo as primeiras construções entre as embocaduras dos ribeirões Gaspar-Mirim e Gaspar Grande, onde hoje se localiza o centro da sede do município.

Narra, contudo, um ancião italiano, ainda forte e de lúcida memória, que por ocasião de sua chegada, em 1875, com 16 anos de idade, encontrou no local apenas 3 casas, donde se deduz que a povoação até àquela época nada progredira, tendo mesmo decaído, talvez.

O futuro desenvolvimento da povoação deve-se principalmente à fertilidade do seu solo e à suavidade do seu clima, que atraíram e ali retiveram os alienígenas.

É acertado dizer que em Gaspar não houve pròpriamente colonização, pois que faltava aos primitivos povoadores a preocupação de promover o desenvolvimento da região.

Assim é que Gaspar, realmente, não teve um fundador, mas fundadores cujos principais nomes ainda se reverencia: Carlos Hoeschl, Adolfo Altenburg, Júlio Gaertner. Bruno Wehmuth e Adão Schmitt.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVO-JUDICIÁRIA — O primeiro ato oficial que se tem notícia sôbre Gaspar é a Lei Provincial n.° 509, de 25 de abril de 1861, que criou o distrito (no município de Blumenau, com o nome de São Pedro de Alcântara), em virtude da existência, na sede, de uma capela, sob a invocação do mesmo santo.

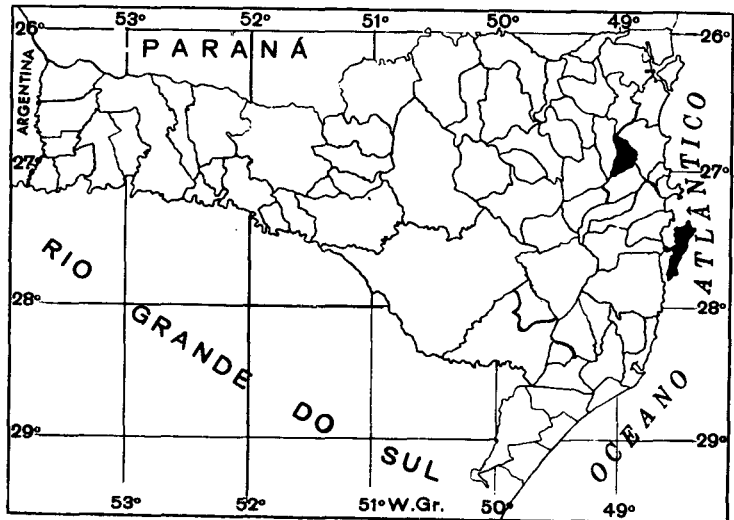
A 17 de fevereiro de 1934, o Decreto Estadual n.° 499, do então Interventor Federal Cel. Aristiliano Ramos, criava o município de Gaspar, que se instalou a 18 de março do mesmo ano. Integrara, até essa data, o município de Blumenau, ao qual pertenceu, como distrito, mais de seis decênios.

O Decreto-lei n.° 86, de 31 de março de 1938, da Interventoria Federal no Estado, elevou a vila de Gaspar à categoria de cidade.

Gaspar pertence à Comarca e Têrmo de Blumenau.

O município não possui divisões administrativas. É constituído apenas pelo distrito da sede.

Em 1955 foi instalada a legislatura vigente, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Dorval Rodolfo Pamplona. A Câmara de vereadores é composta de 7 membros.

LOCALIZAÇÃO — O município de Gaspar faz parte da zona fisiográfica da Bacia do Itajaí. A cidade é banhada pelas águas do rio Itajaí-açu, que a certa altura descreve uma curva acentuada, dando à cidade atraente aspecto. Situa-se a sede municipal a 85 km, em linha reta, da Capital do Estado, colocando-se em 11.° lugar na distância desta. Geogràficamente, é a seguinte a sua posição: 26° 55' 15" de latitude sul e 48° 57' 02" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — Elevando-se à altura de 7 metros do nível do mar, a sede municipal apresenta-se colocada em 12.° lugar em ordem de altitude, em todo o Estado.

CLIMA — O clima é salubre e grandemente propício à agricultura. A média de temperatura é de 33° centígrados. No verão o calor é bastante intenso, sendo que, no inverno. só raramente se observam geadas.

ÁREA — Com a superfície de 393 km^2, o município é considerado um dos menores do Estado, figurando em 66.° lugar, em relação à área dos demais municípios.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O Rio Itajaí-açu, é o principal curso d'água, com 5 metros de profundidade e navegável até a sua foz. Outros cursos d'água de menor importância são os ribeirões Gaspar Grande e Gaspar Mirim.

RIQUEZAS NATURAIS —No reino mineral, a areia e pedra para construção e o barro para fabricação de telhas e tijolos constituem as principais riquezas.

Prefeitura Municipal

As madeiras, principalmente, o pequiá, a peroba, a canela, a garuva e o guarajuva, no reino vegetal, são as mais importantes.

O município conta também com riquezas animais representadas por coatis, veados e caititus.

POPULAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950, estimou em 12 274 o número de habitantes no município A composição populacional era a seguinte: a) segundo o sexo: homens — 6 294, mulheres 5 980; b) quanto à côr: brancos — 11 919, pardos 65; pretos — 287. Três pessoas não declararam a côr; c) com referência ao estado conjugal das 6 575 pessoas existentes (de 15 anos e mais), 3 913 declararam-se casados; 2 286, solteiros; viúvos — 307; desquitados 15 e 72 pessoas não declararam o estado conjugal; d) segundo a nacionalidade: 42 estrangeiros e 19 brasileiros naturalizados; e) quanto à religião predominavam os que se declararam católicos romanos — 11 489.

A densidade da população era 31,2 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 7.º lugar entre os demais municípios de Santa Catarina.

O quadro rural apresenta maior percentagem de população (84,8%) do que o urbano. Esta percentagem supera a média da população rural no Estado.

Gaspar classifica-se em 54.º lugar relativamente aos demais municípios. A sede do município, no entanto, ocupa o 33.º lugar em relação às demais cidades catarinenses.

Estimativa feita recentemente (1958) pelo Departamento Estadual de Estatística, apurou no Município 15 521 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A cidade é a única aglomeração urbana existente em Gaspar. Conforme os dados censitários de 1950, o número de habitantes era de 1 957, assim especificado: 938 do sexo feminino e 919 do masculino.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O ramo que reúne maior número de pessoas em idade ativa (10 anos e mais) é o da "agricultura, pecuária e silvicultura", com 23,95% ocupada nessas atividades.

O valor da produção agrícola, em 1957, foi de .... Cr$ 118 590 600,00. A industrial atingira, em 1955, ... Cr$ 66 383 944,00. A percentagem de população ativa na indústria foi de 5%.

A população pecuária foi avaliada, no ano de 1956, em Cr$ 95 940 000,00.

A base econômica do município é a produção e o beneficiamento do arroz. A produção dêsse cereal, em 1955 foi de 1 634 640 kg, no valor de Cr$ 18 340 130,00, seguindo-se, na ordem de importância; a de linhas para bordar (44 705 kg no valor de Cr$ 11 197 108,00); a de tecidos de algodão, inclusive mescla (611 968 m no valor de Cr$ 10 303 690,00); linhas para coser (30 975 kg no valor de Cr$ 879 077,00); açúcar refinado (652 920 kg avaliados em Cr$ 4 671 250,00).

A produção extrativa pôde ser observada, em 1957 pela estimativa da Agência Municipal de Estatística, que apresentou as seguintes quantidades e valores: areia .... (20 000 t com 1 milhão de valor; telhas (800 milheiros, valendo Cr$ 64 000,00); meio-fio (8 000 unidades — Cr$ 560 000,00); lenha (80 000 m³ avaliados em 8 milhões de cruzeiros); madeira (2 290 m³ — Cr$ 766 000,00); palmito (4 000 kg no valor de Cr$ 24 000,00); cêra e mel de abelha silvestre (400 kg — Cr$ 21 000,00).

A indústria de transformação, em 1956, atingiu a soma de Cr$ 10 331 000,00, sendo os principais produtos a lingüiça (70 000 kg no valor de Cr$ 2 800 000,00), o leite (400 000 l — Cr$ 2 400 000,00) e os ovos (80 000 dz. no valor de Cr$ 2 400 000,00).

Com o ramo da indústria ocupam-se 13 estabelecimentos, sendo 4 dedicados à tecelagem de algodão e 2 à fabricação de linhas para bordar e coser.

Os principais mercados compradores dos produtos agrícolas são: Blumenau, Curitibanos, Rio do Sul, São Paulo e Paraná.

COMÉRCIO E BANCOS — O principal ramo de comércio é o varejista, com 47 estabelecimentos dêsse gênero. Apenas um estabelecimento bancário opera no município: a Agência do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O transporte de passageiros e de cargas é feito por 17 emprêsas rodoviárias (10 apenas para carga) e uma ferroviária da E.F. Santa Catarina.

As distâncias, por rodovia, da cidade às sedes municipais vizinhas são as seguintes: 40 km até Itajaí, 15 km até Blumenau, 28 km até Brusque e 100 km até Guaramirim. Por ferrovia: 35 km até Itajaí e 13 km até Blumenau.

Na sede do município funcionam uma Agência Postal Telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma Agência Telefônica e uma Telegráfica da Estrada de Ferro Santa Catarina, uma Agência Telefônica para uso público e uma de uso privado. No interior funciona a Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade apresenta alegre aspecto, com suas ruas largas, prédios, e modernas e confortáveis residências. Dentre 13 logradouros públicos, um dos quais já parcialmente pavimentado, salienta-se a Praça Getúlio Vargas, com pitoresco jardim.

Possui luz elétrica, contando-se em número de 417 as ligações domiciliares já efetuadas.

Digna de menção, em Gaspar, é a Igreja Matriz de São Pedro Apóstolo, grande e majestoso templo católico, pitorescamente edificado sôbre uma colina.

Dá acesso à Igreja imponente escadaria de granito, de 16 metros de largura. No alto das duas tôrres principais funciona um relógio, eletro-mecânico, com 8 mostradores (4 em cada tôrre).

Outras edificações de importância são: a Prefeitura Municipal, o Edifício do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO), o Grupo Escolar "Professor Honório Miranda" e o edifício da Sociedade Cultural e Recreativa "Alvorada".

ALFABETIZAÇÃO — Pelos resultados do último Recenseamento Geral (1950) foi revelada a seguinte situação quanto à instrução dos habitantes do Município: entre 9 925 pessoas (de 5 anos e mais), 6 494 (65,4%) eram alfabetizados. Dêsse montante, 341 eram homens e 3 083 mulheres. Na sede municipal, das 1 534 pessoas (no mesmo grupo de idade citado), 1 138 sabiam ler e escrever, sendo 575 do sexo masculino e 563 do feminino.

Ensino — Apurações relativas ao ano de 1956 davam como existentes na sede e nos demais distritos, 33 unidades escolares de ensino primário geral, com matrícula efetiva de 1 842 alunos. Era assim discriminado êsse total: pré-primário infantil — 1 unidade — 43 alunos; fundamental comum — 31 unidades — 1 782 alunos e complementar — 1 unidade — 17 alunos.

No tocante ao ensino extraprimário conta o Município com um Curso Normal Regional.

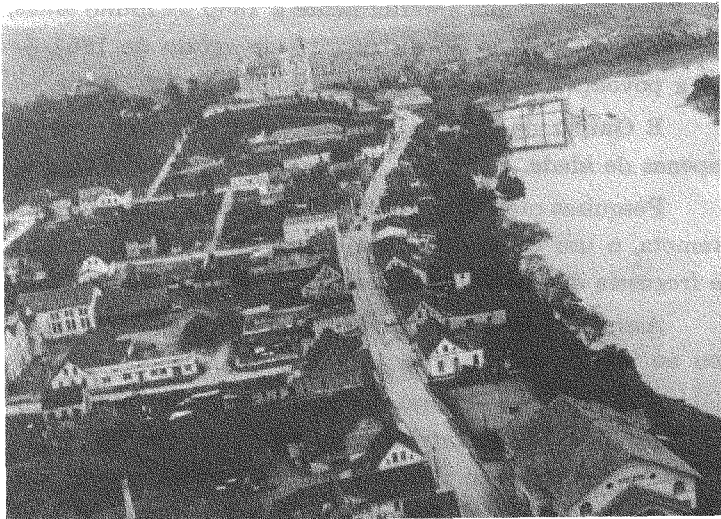
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — No setor esportivo, 4 são as agremiações existentes. No de radiodifusão. funciona a Rádio Clube de Gaspar.

Encontra-se também em funcionamento um cinema o Cine Mock, com lugares para 300 espectadores.

FINANÇAS PÚBLICAS — Conforme se poderá observar no quadro abaixo, relativo ao período de 1950 a 1956, as receitas arrecadadas vêm aumentando anualmente:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 300	1 200	570	510	620
1951	1 701	1 400	1 000	700	879
1952	2 300	1 900	1 100	900	900
1953	2 700	3 200	1 500	1 400	1 400
1954	5 300	4 300	1 700	1 500	1 700
1955	6 700	4 500	2 000	2 000	2 000
1956	6 700	7 300	2 500	2 300	2 100

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal festa é religiosa e se realiza no dia 29 de junho, em homenagem ao padroeiro da cidade: São Pedro de Alcântara. Na data de 18 de março é comemorado o Dia da Instalação do Município. Outras efemérides: 20 de janeiro — Festa de São Sebastião; 3 de maio — Festa de Santa Cruz; 6 de agôsto — Festividade de São Bom Jesus dos Aflitos e 26 de dezembro — 2.ª do Natal.

O culto católico romano, com maior número de adeptos, é ministrado por 3 sacerdotes da Paróquia de São Pedro Apóstolo, a primeira criada no município, no ano de 1865. Fazem parte desta, 1 Igreja Matriz, 7 Igrejas e 1 capela semipública.

Vista aérea parcial da cidade

Os templos de culto protestante pertencem às Comunidades Evangélicas de Belchior (com 1 Igreja), de Gaspar Alto (3 Igrejas), de Gaspar na sede (com 1 Igreja) e a Igreja Adventista.

Nas manifestações folclóricas, salientam-se Pão por Deus, Terno de Reis, Boi de Mamão, Pau de Fita, Dansa do Pesinho, Boi na Vara.

VULTOS ILUSTRES — Gaspar é berço de Dom Daniel Hostin, eleito primeiro Bispo de Lajes. Sua sagração sacerdotal verificou-se em 18 de outubro de 1929, na Igreja Matriz de Blumenau.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "Gasparenses".

Bastante controvertida é a origem do nome do município. Sustentam habitantes locais, principalmente os mais antigos, que o topônimo "GASPAR" provém do santo rei mago dêsse nome, aludindo, em testemunho da afirmação à existência, no município, do lugar denominado "Belchior" nome pretensamente tirado do outro rei santo, que, todavia é Melchior. O "Baltasar" deveria ter sido o atual Gaspar Pequeno, ou então, o ribeirão do Arraial que tomou êsse nome após a criação do Arraial de Pocinho.

Há, outrossim, quem entenda que o nome da cidade teria se originado do seu primeiro morador, um português chamado Gaspar, estabelecido em um "Sítio" junto à foz do Ribeirão Gaspar Mirim. Por fim, o Decreto que criou o Município atribui-o como oriundo de homenagem ao político gaúcho Gaspar da Silveira Martins, tal como se verifica na parte "Histórico" dêste município.

Nada menos verdadeiro.

Num dos registros de informação de terras, da Câmara de Pôrto Belo, a que o território de todo o vale do Itajaí estava sujeito, lê-se o seguinte despacho datado, de 1840:

"Registro da Informação pela Câmara em uma petição de Antônio Fernandes do Carmo, morador na freguesia do Santíssimo Sacramento do Itajaí, em que pede ao Exmo. Sr. Presidente da Província, duzentas braças de terras de frente, com quinhentos de fundo, "nos fundos das terras dos colonos do Ribeirão do Gaspar", da qual obteve despacho para esta Câmara informar, de 23 de novembro de 1840..."

Por aí se vê que anteriormente a 1840 — muito antes, portanto, da criação do distrito, 10 de agôsto de 1861 — já a povoação de Gaspar era conhecida por êsse nome.

E Gaspar da Silveira Martins tinha, então, cinco anos apenas de idade...

Pesquisas mais minuciosas levarão ainda, à época mais remota, o uso dêsse nome para designar o rio que banha a freguesia de São Pedro Apóstolo de Gaspar.

Assim o topônimo se deve, provàvelmente, ao rei mago, ou ao primeiro habitante.

A questão, no entanto, torna-se irrelevante atentando-se para o fato de o Distrito e sua sede até o fim do século passado, ou princípio dêste, serem designados apenas por "São Pedro Apóstolo". Daí surgiu "São Pedro Apóstolo de Gaspar" e, por decorrência de ordem prática, finalmente Gaspar, cujo uso se generalizou prontamente, sendo adotado pelo decreto que criou o município de Gaspar, e elevou o povoado de Gaspar, sede do incipiente município, à categoria de vila.

Acha-se em fase de construção uma ponte de cimento armado, sôbre o rio Itajaí-açu, com 163 metros de comprimento e 10 metros de largura, realização da Prefeitura Municipal e do Govêrno do Estado, que muitos benefícios trará à população.

O número de veículos a motor eleva-se a mais de uma centena, assim discriminados: 28 automóveis, 2 jipes, 2 ônibus e micro-ônibus, 23 camionetas, 12 motociclos, 85 caminhões e 5 tratores.

Os veículos a fôrça animada contam-se em número de 2 621, sendo 1 568 bicicletas, 989 carroças (4 rodas) e 64 carros (de 2 ou 4 rodas).

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina)

GUARAMIRIM — SC

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — A colonização de Guaramirim foi ramificação da colonização dos municípios vizinhos de Jaraguá do Sul e Blumenau, iniciadas, respectivamente, pelo coronel Emilio Carlos Jourdan e pelo Dr. Hermann Blumenau.

O distrito de Guaramirim foi criado, como pertencente ao município de Joinvile, pela Lei municipal n.º 251, de 2 de junho de 1919, sendo instalado a 19 de março de 1921. Seu primeiro Intendente foi Athanásio José Rosa.

Pela Lei n.º 247, de 30 de dezembro de 1948, da Assembléia Legislativa do Estado, foi criado o município de Massaranduba, desmembrado dos municípios de Blumenau, Itajaí e Joinvile. Massaranduba, àquela época, já era distrito de Blumenau, criado pela Lei Municipal número 142, de 16-VIII-1921, tendo sido instalado, a 10 de outubro do mesmo ano.

O município de Massaranduba foi instalado a 13 de fevereiro de 1949, composto de dois distritos: Massaranduba (sede) e Guaramirim. Seu primeiro prefeito provisório foi o Senhor José Cordeiro.

Posteriormente, em conseqüência do descontentamento da maioria da população do novo município, a sua sede foi transferida para Guaramirim, mudando também o município o nome para Guaramirim, de acôrdo com a Lei número 295, de 18 de agôsto de 1949, da Assembléia Legislativa do Estado. Sua instalação deu-se a 28 de agôsto do mesmo ano, sendo nomeado Prefeito Provisório o Sr. José Motta Pires.

A 30 de setembro de 1949, instalou-se a primeira legislatura, tendo sido eleito Prefeito o Senhor Emílio Manke Júnior.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA — O distrito foi criado pela Lei municipal n.º 281, de 2 de junho de 1919, ocorrendo sua instalação a 19 de março de 1921.

Em virtude, da Lei n.º 247, de 30 de dezembro de 1948, foi criado o município, denominando-se Massaranduba e com território desmembrado dos de Blumenau, Itajaí e Joinvile. Sua instalação deu-se a 13 de fevereiro de 1949.

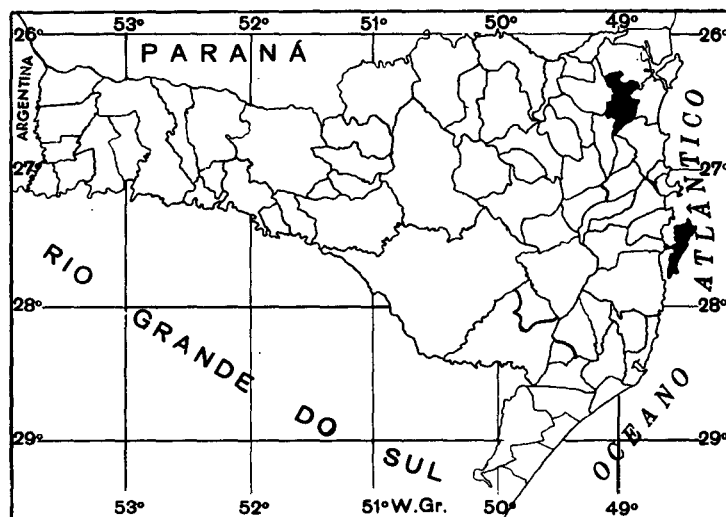
O município passou a chamar-se Guaramirim e a ter a sede no distrito dêste nome, por fôrça da Lei n.º 295, de 18 de agôsto de 1949, da Assembléia Legislativa do Estado.

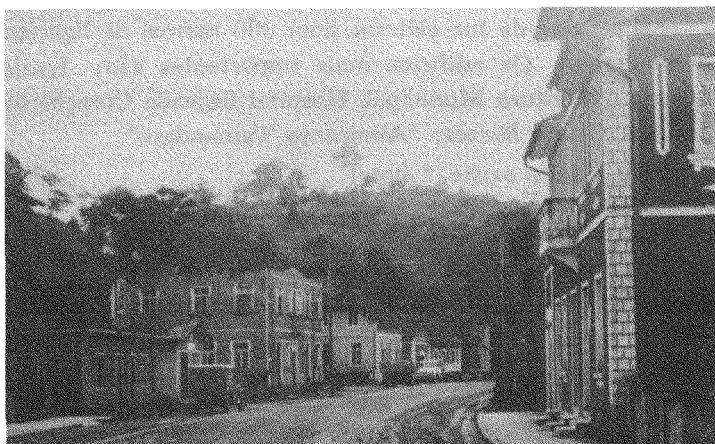
Pertence, o município, à Comarca e Têrmo de Jaraguá do Sul.

A atual legislatura foi instalada em 30 de setembro de 1957, tendo sido eleito Prefeito o Senhor Rodolfo Jahn e composta a Câmara Municipal de 7 vereadores.

O município pertence à Comarca e Têrmo de Jaraguá do Sul.

Seu quadro administrativo, em 1.º de março de 1958, era composto dos seguintes distritos — Guaramirim (sede) e Massaranduba.

LOCALIZAÇÃO — O município fica localizado na zona fisiográfica do litoral de São Francisco. A cidade dista cêrca de 130 km em linha reta da Capital do Estado, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 26° 28' 22" de latitude Sul e 48° 59' 15" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 21 metros na sede municipal, sendo a 21.ª cidade em ordem crescente de altitude no Estado.

Vista parcial da Rua 28 de Agôsto

CLIMA — Quente e úmido, não se observando excessivo calor no verão nem demasiado rigor no inverno. As chuvas são mais freqüentes na estação quente, quando também são comuns as trovoadas. A média da temperatura é de 20ºC; são raras as geadas.

ÁREA — A área do município é de 841 km², sendo o 38.º do Estado em superfície.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Lagoa Encantada, Serra do Bracinho, Rios Bracinho, Salto, Itapocuzinho e Itapocu. A principal queda d'água é a do Bracinho, onde se localiza a usina da Emprêsa Sul Brasileira de Eletricidade.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) de origem mineral — ferro; b) de origem vegetal — madeiras diversas.

POPULAÇÃO — A população de Guaramirim, segundo o Recenseamento de 1950, era de 20 912 habitantes assim composta: homens — 10 685, mulheres — 10 227, brancos — 20 510, pardos — 42, pretos — 318 e 42 não declararam a côr. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 11 613, 3 779 eram solteiros; casados — 7 298; viúvos — 504; desquitados — 21 e 11 não declararam o estado conjugal. Existiam 172 estrangeiros e 95 brasileiros naturalizados. Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos em número de 14 514, as outras religiões possuem adeptos, em pequena escala. A densidade era de 24,8 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 27.º lugar no Estado. Localiza-se no quadro rural 93,3% da população, sendo esta percentagem das mais elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 31.º lugar com relação à população dos municípios do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 50.º lugar em população, em relação às demais cidades do Estado.

Estimativa do Departamento Estadual de Estatística dá para o município a população de 26 078 habitantes, em 1958.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São duas as aglomerações urbanas do município: a cidade de Guaramirim, com 1 051 habitantes (537 homens e 514 mulheres) e a vila de Massaranduba com 346 habitantes (173 homens e 173 mulheres) conforme dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu, no ano de 1955, Cr$ 24 973 066,00.

O município assenta sua economia, principalmente, no beneficiamento do arroz. A produção do arroz sem casca, atingiu no ano de 1955, a 1 107 000 kg valendo .... Cr$ 12 010 000,00; seguindo-se energia elétrica ...... (23 021 000 kw, no valor de Cr$ 8 747 000,00); madeiras em tábuas, exceto pinho (500 m³, no valor de .... Cr$ 1 500 000,00); artefatos de malha em geral (89 000 unidades, no valor de Cr$ 1 200 000,00); portas, janelas inclusive venezianas (2 115 m², no valor de .... Cr$ 420 126,00).

Dos 9 estabelecimentos industriais, 3 dedicam-se ao beneficiamento do arroz e 1 a produção de energia elétrica.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) 26,79% estão ocupadas no ramo "Agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: arroz (em casca), cana-de-açúcar, milho, aipim, mandioca, batata-doce, araruta, abacaxi, fumo em fôlha, tomate, feijão (grão); como culturas permanentes: abacate, bergamota, laranja, café, limão, banana e uva. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 289 194 750,00. O valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de .... Cr$ 71 385 500,00.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957:

a) de origem mineral — areia (2 900 toneladas, no valor de Cr$ 203 000,00); telhas (1 040 milheiros, no valor de Cr$ 2 610 000,00); tijolos (1 500 milheiros, no valor de Cr$ 1 500 00,00);

b) de origem vegetal — lenha (110 000 m³, no valor de Cr$ 8 800 000,00); madeira (20 570 m³, no valor de Cr$ 6 452 500,00); vassoura (35 000 unidades, no valor de Cr$ 560 000,00).

No que se refere a produtos transformados ou não de origem animal, a produção atingiu em 1956 o valor de Cr$ 15 744 600,00, sendo os principais produtos: leite (1 764 000 litros, no valor de Cr$ 8 820 000,00); lingüiça (50 000 kg, no valor de Cr$ 1 750 000,00); ovos (145 000 dúzias, no valor de Cr$ 1 450 000,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Contam-se mais de cem estabelecimentos comerciais (1 atacadista e 109 varejistas) e

Rua 15 de Novembro

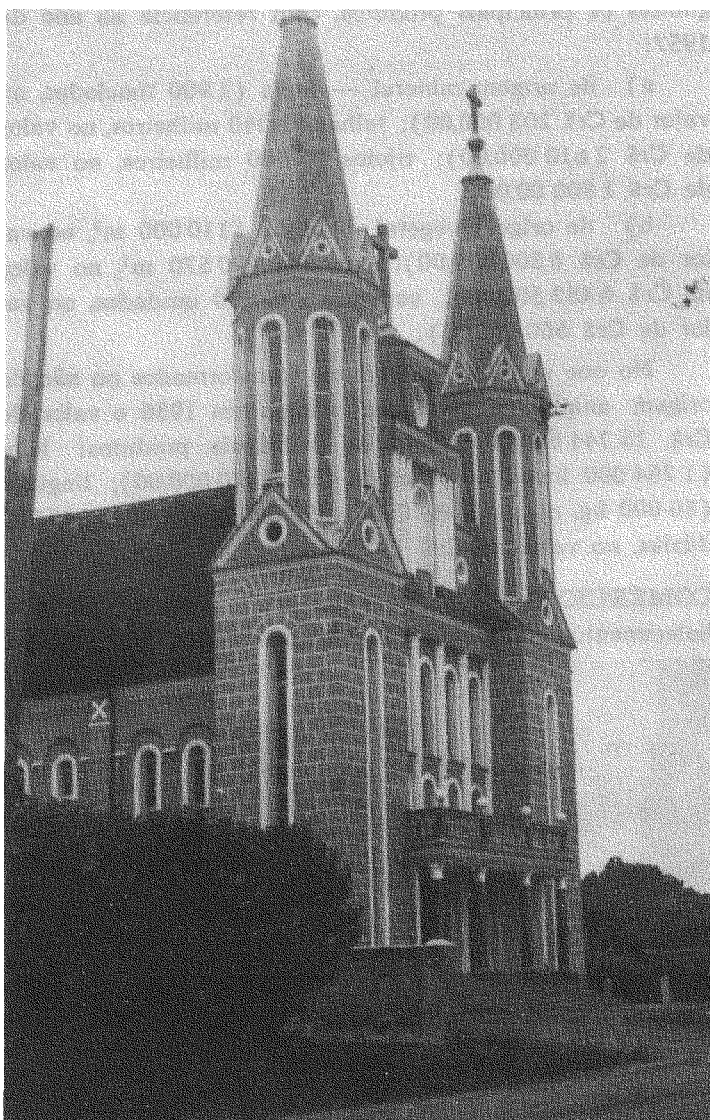
uma Agência do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO) em todo o município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 7 emprêsas rodoviárias para passageiros e 1 emprêsa ferroviária para passageiros e cargas, a Rêde Viação Paraná—Santa Catarina.

Dista a cidade cêrca de 233 km da Capital do Estado por meio de rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por meio de rodovia: 37 km até a cidade de Joinvile; 10 km até a de Jaraguá do Sul; 82 km até a de Blumenau; 100 km até a de Gaspar; 92 km até a de Itajaí e 64 km até a de Araquari. Dista 27 km de Joinvile; 10 km de Jaraguá do Sul e 44 km de Araquari por meio de ferrovia.

Na cidade funciona uma Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma Agência Telegráfica da Rêde Viação Paraná—Santa Catarina e uma Agência Telefônica para uso público da Companhia Telefônica Catarinense.

No restante do município funcionam uma Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos e uma Agência Telegráfica da Estrada de Ferro Santa Catarina.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Guaramirim tem 1 051 habitantes, sendo a 50.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina.

Igreja-Matriz Municipal

É servida de luz elétrica, com 300 metros de ligações domiciliares. Os edifícios mais importantes são: Igreja Matriz, Prefeitura Municipal, Hospital Sagrado Coração de Jesus e Grupo Escolar "Almirante Tamandaré".

Na cidade existe 1 hotel.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica no município é prestada à população por 3 médicos, 3 dentistas, 5 farmacêuticos e 4 auxiliares de saúde.

O Pôsto de Puericultura, 2 Hospitais, sendo um com Maternidade, servem à população com assistência médica em geral.

Existem 8 farmácias no município.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 17 186 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 11 312, ou seja 65,8%, sabiam ler e escrever. Dêsse total, 5 963 eram homens e 5 349 mulheres. Na sede municipal das 900 pessoas de cinco anos e mais, 715 sabiam ler e escrever, sendo 363 homens e 352 mulheres.

Ensino — Em 1956 funcionaram na cidade e no resto do município 59 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 2 997 alunos, assim distribuídas: Pré-primário Infantil, 1 unidade, com 35 alunos; Fundamental Comum, 55 unidades, com 2 926 alunos; e Complementar, 3 unidades, com 36 alunos.

No tocante a ensino extraprimário, funcionou no município um Curso Normal Regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — São cinco as associações desportivas do município. A cidade possui um cinema, o Cine Paroquial e uma estação Radiodifusora, a Rádio Guaramirim — ZYT-32.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	1 001	1 105	620	1 053
1951	—	1 127	1 072	750	1 097
1952	—	1 401	1 313	874	1 343
1953	2 851	1 620	1 625	976	1 683
1954	3 567	1 991	1 761	1 141	1 815
1955	2 487	2 685	1 973	1 362	2 068
1956	...	4 434	2 912	1 825	...

(1) Coletoria instalada em 1953.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Guaramirim possui duas paróquias católicas: a do Senhor Bom Jesus, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz e 13 capelas públicas e a Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, com 2 sacerdotes, 1 Igreja Matriz e 9 capelas públicas.

No tocante ao Culto Protestante há três Comunidades Evangélicas Luteranas do Brasil, 2 Igrejas Evangélicas Luteranas e um Templo Pentecostal Assembléia de Deus.

Nas manifestações folclóricas, nota-se o "Terno de Reis", "o Boi de Mamão", "Boi na Vara", "Pau de Fita", "Pão por Deus", "Ratoeiras e Dansas do Pesinho".

A principal efeméride é a 1.º de janeiro, data em que é festejada a instalação do município.

Rua Alfredo Zimermann

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "guaramirenses". A denominação do Município provém para alguns do indígena "Guará-mirim" significando "pequena garça vermelha", pássaro que ainda é encontrado nas margens dos rios da bacia do Itapocu. Segundo Norberto Bachmann, porém, a designação permite várias explicações, sendo a mais comum "guará", cão, lôbo, de "iguara" — o que devora (Canis jubatus Desm) e "mirim" pequeno, portanto cachorro pequeno ou cachorrinho. Mas "guará" é também ave, garça, como já foi dito acima, procedendo, neste caso, de "guag" adôrno, enfeite e "rab" plumas, tal o destino que davam às penas (Rodolfo Garcia). "Guará" é ainda peixe do mar da família dos *carangídeos*, por certo alteração de "acará" o que tem cascas ou escamas. "Guará" finalmente, pode ser ainda modificação de "ebira", árvore, e, então, Guaramirim será árvore pequena.

Guaramirim pertence à Comarca e Têrmo de Jaraguá do Sul.

O eleitorado do município, em 1958, era de 5 686 eleitores.

Em 31-XII-1957, existiam os seguintes veículos no município:

a) Veículos a motor: Automóveis — 39, jipes — 3, ônibus e micro-ônibus — 5, camionetas — 37, motociclos — 61, caminhões — 106 e tratores — 79.

b) Veículos a fôrça animada: Carros de 2 ou 4 rodas — 66, bicicletas — 3 068, carroças de 4 rodas — 1 734.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

ERVAL D'OESTE — SC

Mapa Municipal no 13.° Vol.

HISTÓRICO — O povoamento de Erval d'Oeste começou com a abertura da Estrada de Ferro São Paulo—Rio Grande, em 1908, levada a efeito pela Brasil Railway. A grande maioria dêsses elementos de colonização era composta de italianos e seus descendentes.

Oswaldo R. Cabral, em "Santa Catarina" (Coleção Brasiliana) menciona que em 1915, nas proximidades da estação de Erval, foram medidos 24 mil hectares de terra, divididos em 900 lotes.

Erval d'Oeste, à semelhança dos demais municípios da Zona, atravessou dias agitados durante a campanha dos fanáticos.

Até 1943, Erval d'Oeste pertenceu ao município de Campos Novos, com a denominação de Erval, na categoria de distrito, criado pela Lei municipal n.° 337, de 12 de abril de 1927.

De 1944 até 1953, Erval d'Oeste passou a pertencer ao município de Joaçaba como 2.° subdistrito da sede municipal, por fôrça do Decreto-lei n.° 941, de 31 de dezembro de 1943.

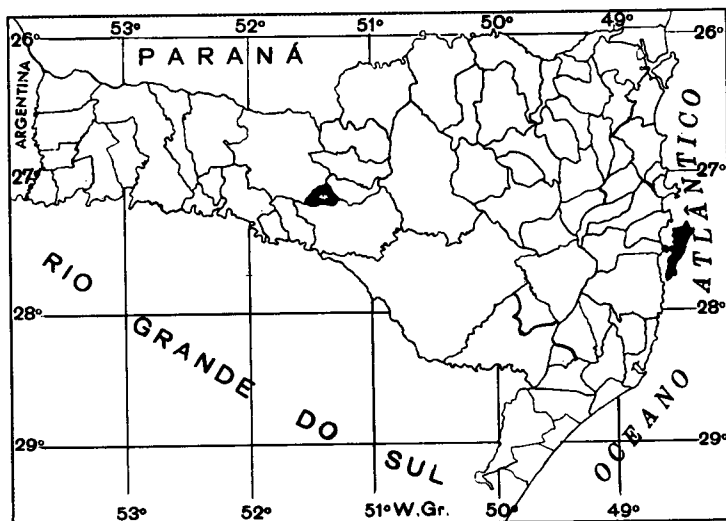
Vista parcial da cidade

O município foi criado pela Lei n.° 133, de 30 de dezembro de 1953, da Assembléia Legislativa do Estado, desmembrado do município de Joaçaba, tendo sua instalação ocorrido a 14 de fevereiro de 1954.

Seu primeiro Prefeito provisório foi o Sr. Antônio Bevilacqua.

Erval d'Oeste pertence à Comarca e Têrmo de Joaçaba, e seu quadro administrativo, em 1958, era constituído apenas pelo distrito da sede.

A atual legislatura teve início em 1954, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Luiz Dallacosta, e constituída a Câmara Municipal de sete vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Erval d'Oeste localiza-se na zona fisiográfica do rio do Peixe. A cidade localiza-se na margem esquerda do rio do Peixe, ficando a 295 km de distância, em linha reta, da Capital do Estado, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 27° 10' 18" de latitude sul e 51° 29' 48" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Rua Campos Novos

ALTITUDE — 520 metros na sede municipal, sendo o 50.º em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — Bastante frio no inverno (aproximadamente 0ºC) chega a ser muito quente no verão, quando atinge 39ºC. Sujeito a geadas.

As chuvas predominam no começo da primavera alcançando a precipitação anual quase 2 000 mm.

A umidade vai, mais ou menos, a 80%.

O clima é próprio para a agricultura (trigo).

ÁREA — A área do município é de 273 km², figurando ~m 69.º lugar em relação às áreas das demais comunas, sendo, pois, um dos menores municípios do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio do Peixe, com seu afluente rio Barra Verde, ambos não navegáveis, Serras — Morro da Cruz, Morro da Serrana e Serra do Tico-Tico.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — De origem vegetal — Erva-mate, canela, cedro, pinho.

POPULAÇÃO — A população de Erval d'Oeste, segundo o Recenseamento de 1950, era de 7 263 habitantes.

A densidade era de 26,9 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 23.º lugar no Estado. 65,3% da população localiza-se no quadro rural, sendo esta percentagem das menos elevadas no Estado, inferior à média da população rural de Santa Catarina que é de 76,4%. Situa-se em 65.º lugar, com relação à população dos municípios do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 65.º lugar em população, com relação às demais cidades do Estado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu, no ano de 1955, a Cr$ 128 797 097,00.

O município assenta sua economia, principalmente, na produção de laticínios. A produção de banha de porco refinada ou não, atingiu no ano de 1955, a 1 827 517 kg, valendo Cr$ 63 414 839,00; seguindo-se presunto cozido ... (552 916 kg, no valor de Cr$ 13 642 000,00); lingüiças e salsichas não enlatadas (318 632 kg, no valor de ..... Cr$ 11 725 657,00); caixas de madeira desarmadas .... (4 000 m³, no valor de Cr$ 10 000 000,00).

Dos 8 estabelecimentos industriais, 1 dedica-se à produção de farinha de trigo, 1 serraria e 1 fábrica de esquadrias.

Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: trigo, feijão (grão), milho, alfafa, arroz, cebola, batatinha, abóbora, melancia, aveia (grão), mandioca, aipim, tomate, cevada, batata-doce, amendoim c/casca, centeio e alho; como culturas permanentes, temos: uva, pêra, maçã, pêssego, bergamota, laranja e caqui. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 37 853 200,00. O valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de .... Cr$ 97 029 250,00.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos com referência ao ano de 1957:

a) de origem mineral: barro ou argila (1 600 t, no valor de Cr$ 192 000,00); tijolos (870 milheiros, no valor de Cr$ 1 305 000,00); pedras para alicerces (327 m³, no valor de Cr$ 81 000,00).

b) de origem vegetal: erva-mate cancheada (7 000 kg, no valor de Cr$ 31 000,00); erva-mate beneficiada ... (6 800 kg, no valor de Cr$ 47 600,00); lenha (8 400 m³, no valor de Cr$ 1 344 000,00).

c) de origem animal: Não há o que registrar.

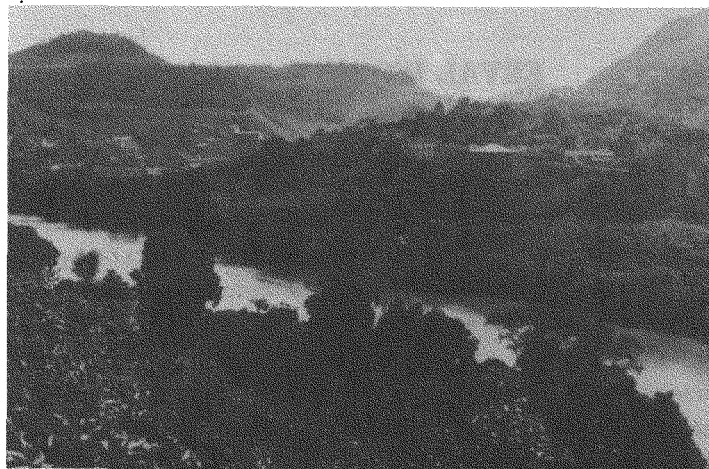
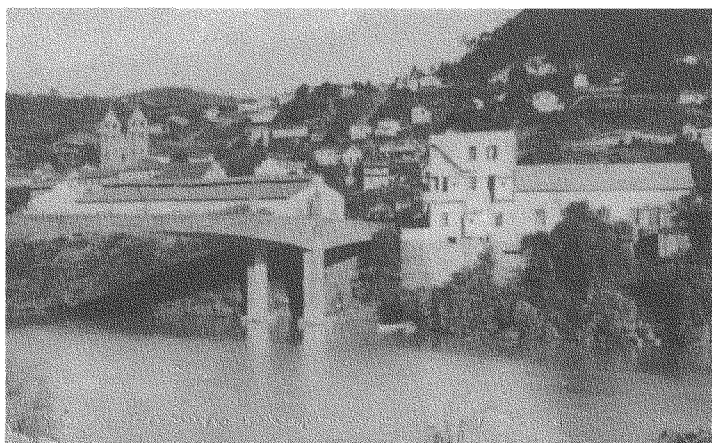
No que se refere a produtos transformados de origem animal, a produção atingiu em 1956 o valor de .... Cr$ 136 571 575,00, sendo os principais produtos: banha (2 375 000 kg, no valor de Cr$ 83 125 000,00); presuntos (181 800 kg, no valor de Cr$ 10 908 000,00); toucinho salgado (195 000 kg, no valor de Cr$ 8 190 000,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se mais de setenta estabelecimentos comerciais (4 atacadistas e 68 varejistas) e a Agência do Banco Catarinense Sociedade Cooperativa Central de Crédito Agrícola.

MEIOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 5 emprêsas rodoviárias para passageiros, 4 emprêsas rodoviárias para carga e 1 ferroviária para passageiros e cargas, a Rêde Viação Paraná—Santa Catarina.

Dista a cidade cêrca de 474 km da Capital do Estado por rodovia e tem as seguintes distâncias das cidades vizinhas, também por rodovia: 500 metros até a cidade de Joaçaba; 56 km, até a cidade de Capinzal; 53 km, até a de Campos Novos e 48 km até a de Tangará. Dista 45 km de Capinzal e 41 km de Tangará, por ferrovia.

Na cidade funciona uma Estação de Rádio da Polícia Militar do Estado.

No restante do município funcionam 4 Agências Radiotelefônicas da Viação Férrea Paraná—Santa Catarina.

Trecho do rio do Peixe, ao fundo a cidade

Outra vista parcial da cidade

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Erval d'Oeste tem 667 habitantes, sendo a 65.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina e conta com 15 logradouros públicos, dos quais 3 inteiramente pavimentados e 3 parcialmente. É servida de luz elétrica com 230 ligações domiciliares. Os edifícios mais importantes são: Igreja Matriz Senhor Bom Jesus, Prefeitura Municipal, Silo Aéreo do Ministério da Agricultura (8 andares), Frigorífico Confiança, Estação Ferroviária, Clube Hervalense e Hospital Vicenza Pagnocelli.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica no município é prestada à população por 1 médico, 2 dentistas, 2 farmacêuticos e 2 auxiliares de saúde.

O Pôsto de Puericultura e 1 hospital de clínicas geral servem à população com assistência médica em geral.

Existe uma farmácia no município.

COOPERATIVISMO — Na cidade funciona uma Agência do Banco Catarinense — Soc. Coop. Central de Crédito Agrícola, instalada em 1956, com 338 sócios.

ENSINO — Em 1956 funcionaram, na cidade e no resto do município, 31 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 1 502 alunos, assim distribuídas: Fundamental Comum 29 unidades, com 1 469 alunos; Fundamental Supletivo 1 unidade, com 16 alunos e Complementar 1 unidade, com 17 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Três são as associações culturais, das quais duas dedicadas às atividades esportivas.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954 (2)....	—	6 797	1 527	623	4 132
1955.......	—	10 598	2 344	749	6 547
1956.......	—	16 757	4 087	982	10 435

(1) Não existe Coletoria Federal. — (2) Ano da instalação do município

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — São religiosas as principais festas do município, destacando-se a do Senhor Bom Jesus, cujo dia de celebração (8 de julho) é considerado feriado municipal.

No tocante a cultos registra-se o seguinte: Culto Católico Romano: Paróquia Senhor Bom Jesus, com 2 sacerdotes, 1 Igreja Matriz e 6 capelas públicas.

Culto Protestante: Igreja Cristã Presbiteriana.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem a denominação de "Ervalenses". O município tem essa denominação em homenagem ao General Osório, Marquês de Herval.

Erval d'Oeste pertence à Comarca e Têrmo de Joaçaba, e é constituída apenas do distrito da sede.

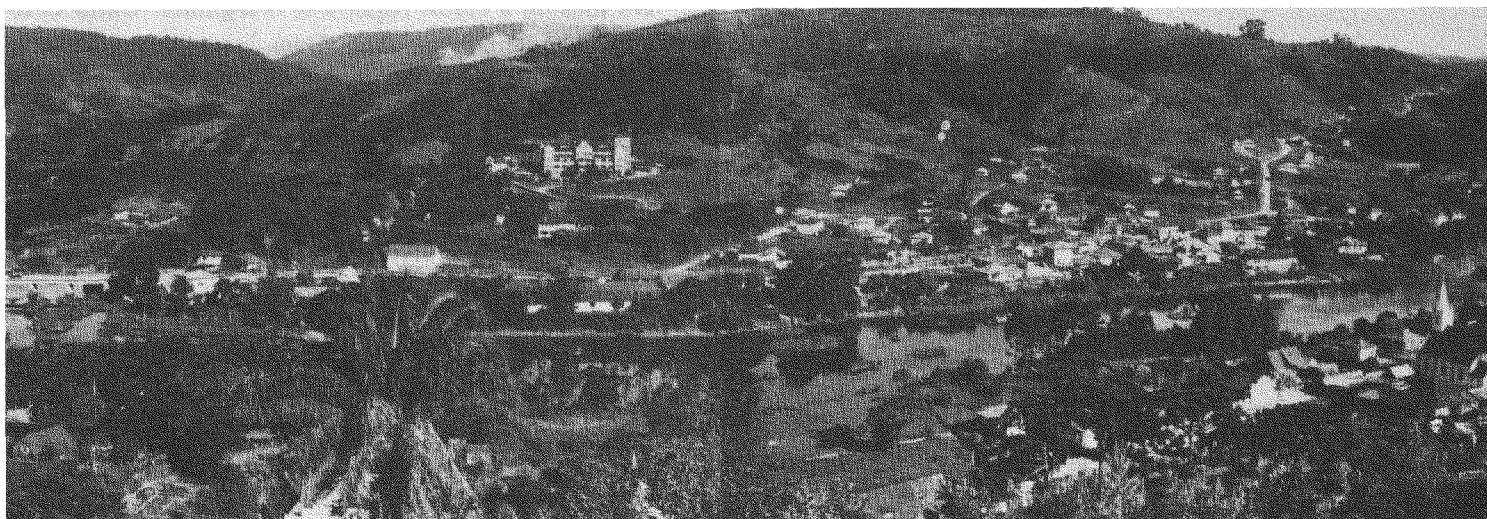
Em 31-XII-957, existiam os seguintes veículos no município: a) Veículos a motor: automóveis — 14, jipes — 13, ônibus e micro-ônibus — 2, camionetas — 11, motociclos — 7, caminhões — 44, tratores — 3; b) Veículos a fôrça animada: carros de 2 ou 4 rodas — 11, bicicletas — 123, carroças de 4 rodas — 270.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

IBIRAMA — SC

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — Em 30 de março de 1897, foi organizada em Hamburgo, Alemanha, a Sociedade Colonizadora Hanseática com o objetivo principal de colonizar as terras devolutas dos vales dos rios Hercílio e Itapocu, concedidas pelo Govêrno do Estado de Santa Catarina em 1895, à antiga Sociedade Colonizadora Hamburguesa, fundada em 5 de maio de 1849 e por esta transferidas à Sociedade Colonizadora Hanseática, por contrato e de acôrdo com o Govêrno concessionário.

No dia 8 de novembro de 1897, chegaram à barra do Ribeirão Taquaras, onde se acha, atualmente, instalada a sede da Sociedade Colonizadora Hanseática, o então diretor desta, A. W. Sellin, o engenheiro Emílio Odebrecht, acompanhados de seis operários brasileiros e um alemão que desempenhava as funções de cozinheiro. A comitiva, chefiada pelo Diretor Sellin, saiu do lugar Subida, hoje município de Indaial, em canoas, e subiu o Rio Itajaí-Açu até a confluência com o Itajaí do Norte, assim denominado no contrato que o Govêrno do Estado firmou com a Sociedade Colonizadora Hamburguesa, e aí pernoitou para prosseguir viagem no dia seguinte, quando alcançou a 8 de novembro a barra do Ribeirão Taquaras, afluente do Itajaí do Norte. Depois de acampados e feitas algumas explorações ao redor, o Diretor Sellin achou o lugar favorável e bem situado para sede da Colônia e deu-lhe o nome de Hamônia. No dia 9, prosseguiu a expedição, chegando no dia 11 no lugar, onde hoje está situada a localidade de Nova Bremen e finalmente a 15 do mesmo mês, sempre seguindo o curso do Itajaí do Norte acima, atingiu a Serra Dobrada, divisora de águas dos rios: Deneke e Prata, achando o chefe que era impossível continuar a viagem de canoas e que a extensão percorrida era suficiente para um plano de colonização de 20 anos, com imigrantes europeus exclusivamente, conforme o contrato de 1895, com o Govêrno do Estado. Apesar de fundada a 8 de novembro, por resolução do Diretor A. W. Sellin que logo deu

Vista parcial da cidade, — lado direito do rio Itajaí do Sul

execução à sua idéia, mandando derrubar matas e fazer descampados, entretanto só depois que o Engenheiro E. Odebrecht terminou a demarcação de uma área de 126 332,70 hectares à qual se incluiu ainda uma outra às margens do Ribeirão Cocho, o que formou um complexo de 127 318,047 hectares que terminou em 1899, depois de construída, por Gottlieb Reif, uma estrada de acesso à sede da colônia, via ribeirões Cocho — Taquaras, pois existia então a opinião geral de que a construção de uma estrada margeando o Itajaí do Norte seria tècnicamente impossível, ainda após o levantamento do Rio Itajaí do Norte e o loteamento das terras marginais em 1898, e também ser edificado um grande galpão para abrigar os imigrantes que demandassem a colônia, foi então que nela veio residir, com ânimo definitivo, em julho de 1899, o primeiro colono, senhor Willy Lüderwald, que se fêz acompanhar de sua espôsa. Em fins de 1899, chegou a primeira leva de imigrantes, com suas respectivas famílias: Karl Engelhardt, Lüdau Kitzenger e Ochmanne, mais Conrado Wagner que era solteiro.

A colônia primitiva desenvolveu-se e progrediu. Hoje, sua área colonizada constitui a quase totalidade do município de Ibirama, um dos mais florescentes do Estado de Santa Catarina.

A Sociedade, atualmente incorporada ao patrimônio Nacional, construiu e entregou ao tráfego cêrca de mil quilômetros (1 000) de estradas de rodagem, colonizou uma área de 99 000,00 hectares, dividida em 4 000 (quatro mil lotes rurais) e 325 urbanos. Foram fixadas 3 500 famílias que se entregam ao labor agrícola e pecuário, afora uma incipiente mas promissora atividade industrial, especialmente nos ramos de laticínios, madeiras, fécula e produtos suínos.

Após a chegada dêsses elementos, a colonização tomou rápido desenvolvimento.

Em 1910, Hamônia já apresentava condições de capacidade para autonomia administrativa.

Em 1912, foi criado o distrito de Hamônia, desmembrado do distrito de Indaial, ambos pertencentes ao município de Blumenau. A instalação do distrito se verificou a 29 de maio de 1912. A Lei de criação do distrito é a seguinte:

RESOLUÇÃO N.º 60, DE 13/III/1912 (Cria o distrito de Paz de Hamônia)

O Conselho Municipal decreta:

Art. 1.º — Fica criado o distrito de Paz da Hamônia desmembrado do Distrito de Indaial, sendo sua sede a freguesia de Hamônia.

§ 1.º — Suas confrontações são as da atual colônia de Hansa neste município, compreendendo os terrenos concedidos à Sociedade Colonizadora Hanseática, inclusive o Ribeirão do Cocho em ambas as suas margens até às nascentes do mesmo ribeirão e os lotes números 244 e 245 da margem esquerda do rio Itajaí-Açu sitos na foz do mesmo ribeirão.

Limites: a Leste a Serra do Mar; ao Norte, a zona contestada; ao Oeste, o município de Curitibanos; ao Sul, a Serra do Mirador e o rio Itajaí-Açu ou nesta.

§ 2.º — O Superintendente Municipal fará a necessária comunicação ao Govêrno do Estado para ser designado o dia para eleição do respectivo Juiz de Paz.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Eu, Paul Hering, Superintendente Municipal de Blumenau, sanciono e mando que se execute a presente resolução.

Blumenau, 12 de março de 1912.

(a) Paul Hering

Em 1934, pelo Decreto n.º 498, do Govêrno do Estado, era criado o município de Dalbergia, conforme abaixo se transcreve:

DECRETO N.º 498

O CORONEL ARISTILIANO RAMOS, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

Considerando que os atuais distritos de Hamônia, Gustavo Richard e José Boiteux possuem população, território e rendas suficientes e bem assim desenvolvimento econômico, capaz para se constituírem em Município; e

Considerando que da sua renda Municipal o Município de Blumenau tira 40% da tributação arrecadada nesses distritos; ainda

Considerando que essa cooperação impede e dificulta enormemente o desenvolvimento dêsses distritos, pois a contribuição dada à sede lhes veda as possibilidades de progresso;

Considerando mais que de longa data os seus habitantes em memoriais, petições e abaixo-assinados, devidamente comprovados e documentados, tem procurado a sua emancipação administrativa; finalmente,

Considerando que o vocábulo DALBERGIA designa o gênero de árvores e de arbustos da família das leguminosas papilionáceas, profusamente representada nas florestas existentes na região que ora se eleva em Município, constituindo preciosíssimas madeiras de lei,

DECRETA:

Art. 1.° — Fica criado o Município de DALBERGIA, cujo território, que é desmembrado do de Blumenau, será constituído dos distritos de Hamônia, Gustavo Richard e José Boiteux, com os seguintes limites, constantes do mapa incluso:

AO NORTE — com o município de Itaiópolis, a partir da mais alta cabeceira do Rio da Prata até a sua foz no Rio Itajaí do Norte e por êste até a barra do Rio do Toldo e por êste último acima até a sua mais alta nascente.

AO LESTE — da mais alta cabeceira do Rio do Toldo seguindo pela Serra do Espigão e pelo divisor das águas da Serra do Mar entre os rios Itajaí do Norte e Benedito Timbó, nas mais altas nascentes do Ribeirão Rafael do Rio Selim e do Rio Taquaras até a mais alta nascente do Rio do Cocho e por êste abaixo até o Rio Itajaí-Açu.

AO SUL — da barra do Rio Cocho subindo pelo Rio Itajaí-Açu até a foz do Ribeirão das Pedras e por êste acima até a sua mais alta nascente e dêste ponto seguindo sempre o divisor das águas da Serra do Mirador.

AO OESTE — Divisor das águas da Serra do Mirador até a mais alta cabeceira do Rio da Prata.

Art. 2.° — A sede do novo Município ficará situada entre Nova Breslau e Nova Bremen, compreendendo os lotes já doados ao Govêrno.

Art. 3.° — O Município ora criado ficará jurisdicionado à Comarca de Blumenau.

Art. 4.° — A instalação do Município de DALBERGIA se procederá no dia 11 de março vindouro.

Art. 5.° — Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVÊRNO, em Florianópolis, 17 de fevereiro de 1934.

(a) Aristiliano Ramos
Plácido Olimpio de Oliveira.

As primeiras eleições municipais se verificaram a 1.° de março de 1936, tendo sido eleito Prefeito Municipal o senhor Leopoldo Monich e constituída a Câmara Municipal dos seguintes vereadores: João Von Den Bylcardt, Valen-

Prefeitura Municipal

tin Fischer, Giovani Luigi Sandri, Odo Decker, Hermann Koepsel, Arthur Haertel e Adolfo Fiedler.

A 28 de fevereiro do mesmo ano de 1934 era criada também a Comarca de Dalbergia sendo seu primeiro Juiz o Dr. Verginiaud Wanderley.

Por Decreto estadual n.° 1, de 7 de maio de 1935, o município passou a denominar-se "Hamônia" passando a sede para a povoação do mesmo nome, que ficou elevada à categoria de vila.

A sede do município foi elevada à categoria de cidade pelo Decreto estadual n.° 86, de 31 de março de 1938.

Pelo Decreto-lei n.° 941, de 31 de dezembro de 1943, que fixava a divisão administrativa e judiciária do Estado, que vigoraria no período 1944-1948 foi alterada a denominação de Hamônia para Ibirama, por motivo de ser aquêle um nome de origem estrangeira.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito foi criado pela Lei municipal n.° 60, de 10 de março de 1912, instalando-se a 29 de maio do mesmo ano.

Por efeito do Decreto estadual n.° 498, de 17 de fevereiro de 1934, criou-se o Município, sob a denominação de Dalbergia, com território desmembrado do de Blumenau.

Instalado a 11 do mês seguinte, passou o Município a designar-se Hamônia, quando em face do Decreto estadual n.° 1, de 7 de maio de 1935, a sua sede se transferiu para o povoado dêsse nome, então elevado a vila.

Em virtude do Decreto-lei estadual n.° 941, de 31 de dezembro de 1943, que estabeleceu o quadro territorial vigente no qüinqüênio 1944-1948, o Município e seu distrito sede passaram a designar-se Ibirama.

A Comarca de Dalbergia foi criada por Decreto número 528, de 28 de fevereiro de 1934, e instalada a 13 de maio dêsse ano.

O seu quadro administrativo e judiciário, em 1.° de março de 1958, era o seguinte:

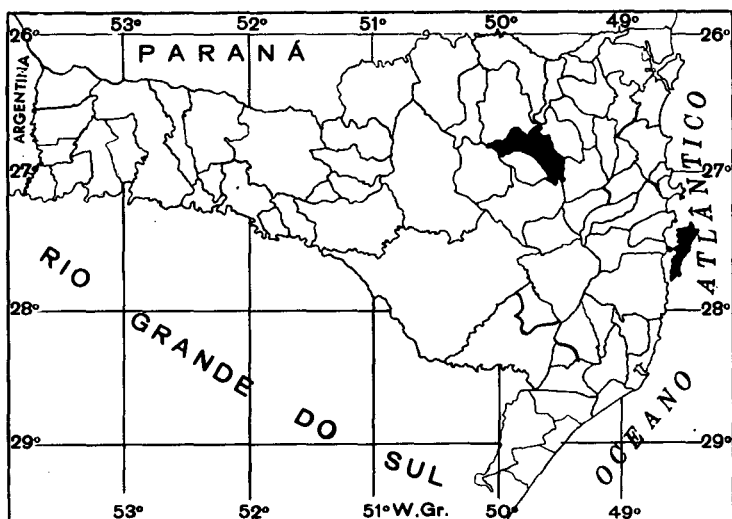
Comarca, Têrmo e Município: Ibirama.

Distritos componentes: Ibirama e José Boiteux.

A Comarca de Ibirama abrange, ainda, o município de Presidente Getúlio, constituído dos seguintes distritos: Presidente Getúlio (sede), Gustavo Richard, Mirador e Witmarsun.

Vista do centro comercial da cidade

Pela Lei n.º 380, de 19 de dezembro de 1958, foi desmembrado o município de José Boiteux, com sede na vila do mesmo nome.

LOCALIZAÇÃO — Ibirama localiza-se na zona fisiográfica da Bacia do Itajaí. A cidade é cortada pelo Rio Itajaí do Norte ou Rio Hercílio e fica a 112 km em linha reta da Capital do Estado, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 27° 03' 19" de latitude Sul e 49° 31' 04" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 150 metros na sede municipal, sendo o 32.º em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — Em geral é quente e sêco. No verão a temperatura se eleva, muitas vêzes a 37°C e mais; no inverno cai aproximadamente 10°C. As chuvas predominam no verão, com fortes trovoadas, variando as precipitações anuais entre 1 400 e 2 000 mm.

ÁREA — A área do município é de 1 099 km², figurando em 27.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Itajaí do Norte ou Hercílio, que nasce no Município de Papanduva, percorrendo o Município de Ibirama, na direção Norte-Sul. Não é navegável devido a sua pequena profundidade. Banha as localidades de José Boiteux, Nova Bremen e a sede Municipal. Rios Côcho, na divisa com Indaial, Ribeirão do Salto, na divisa com Rio do Sul.

Serras do Mirador e Bonsucesso. Morro da Tapera com 1 100 metros de altura.

Cachoeira Hercílio — formada pelo Rio do mesmo nome, com altura de 7 metros. Cachoeira do Dollmann, altura de 8 metros. Cachoeira do Wiegand, com 9 metros de altura. Cachoeiras de Nova Bremen, com 4, 5 metros e 3 metros de altura; Corrideira Hansa, apresentando dois metros de queda.

Serra do Mar constituída por diversos montes como sejam: Cabeceira do Ribeirão Laeis, com 830 metros, Alto Rio Rafael, com 875 metros, Alto Rio Selin, com 900 metros, Morro do Côcho, com 900 metros.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) De origem mineral: barro para olaria e pedras para construção. b) De origem vegetal: madeiras — cedro, peroba, imbuia, canela e sassafrás. c) De origem animal: veados, antas, porcos do mato, cutias, jacutingas, tatus, traíras, carpas e mandis. Mel e cêra de abelhas.

POPULAÇÃO — A população de Ibirama, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 27 272 habitantes e tinha a seguinte composição: homens, 14 065; mulheres, 13 207; brancos, 26 601; pardos, 482; pretos, 111, e 78 não declararam a côr.

Das pessoas de 15 anos e mais em número de 14 566, 4 337 eram solteiros; casados, 9 579; viúvos, 535; desquitados, 56, e 59 não declararam o estado conjugal. Existiam 1 230 estrangeiros e 37 brasileiros naturalizados. Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos, em número de 17 256, as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade era de 24,8 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 28.º lugar no Estado.

Localiza-se no quadro rural 90,7% da população, sendo esta percentagem, das mais elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 21.º lugar, na relação dos municípios mais populosos do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 48.º lugar em população.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população de Ibirama, em 1958 era de 18 843 habitantes, menos, portanto, que em 1950, em virtude de posterior desmembramento ocorrido, para formação do Município de Presidente Getúlio.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu, no ano de 1955, a Cr$ 48 821 432,00.

O município assenta sua economia, principalmente, na indústria extrativa. A produção de madeira exceto pinho serrado, tábuas, atingiu no ano de 1955, a 22 807 m³, valendo Cr$ 28 067 050,00; seguindo-se a fécula de mandioca (2 972 738 kg, no valor de Cr$ 11 001 887,00); caixas de madeiras desarmadas (447 m³, no valor de .... Cr$ 2 176 628,00); máquinas, ferramentas e plainadeiras (34 unidades, no valor de Cr$ 1 640 000,00); brinquedos de madeira (6 380 unidades, no valor de .... Cr$ 1 051 250,00).

Dos 19 estabelecimentos industriais, 7 dedicam-se a produção de fécula de mandioca e 5 serrarias.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) 26,05% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias segundo a importância, temos: milho, aipim, fumo em fôlha, trigo, mandioca, feijão (grão), batatinha, cana de folhagem, batata-doce, arroz, centeio, cana-de-açúcar, abóbora, melancia, alho, alfafa, amendoim com casca, cebola e abacaxi; como culturas permanentes, temos: bergamotas, laranja, uva, pêra, banana, figo, pêssego, abacate, maçã, limão e caqui. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 37 870 700,00. O valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de Cr$ 89 170 600,00.

No tocante à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos com referência ao ano de 1957:

a) de origem mineral: barro ou argila (3 960 toneladas, no valor de Cr$ 99 000,00); tijolos (915 milheiros, no valor de Cr$ 642 000,00); sargetas (1 500 unidades, no valor de Cr$ 22 500,00);

b) de origem vegetal: carvão vegetal (41 000 kg, no valor de Cr$ 41 000,00); lenha (12 000 m³, no valor de Cr$ 1 200 000,00); madeira (13 000 m³, no valor de Cr$ 1 725 300,00);

c) de origem animal: carne de animais silvestres (300 kg, no valor de Cr$ 8 800,00); mel de abelha silvestre (360 kg, no valor de Cr$ 5 615,00); peixe fresco (6 760 kg, no valor de Cr$ 149 820,00).

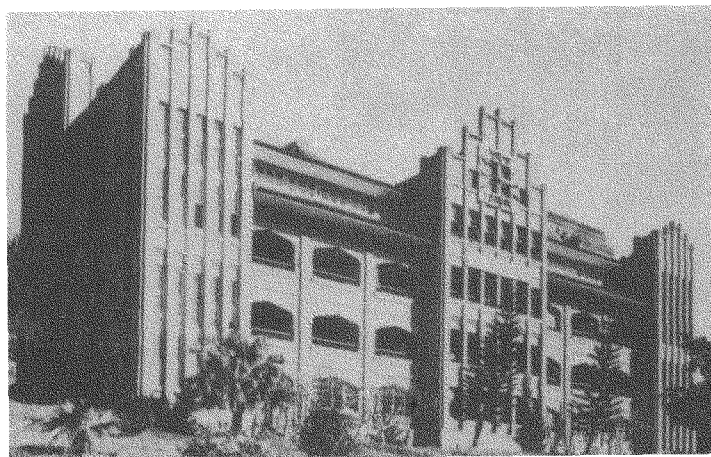
No que se refere a produtos transformados ou não de origem animal, a produção atingiu em 1956, o valor de Cr$ 25 841 980,00, sendo os principais produtos: leite (3 350 litros, no valor de Cr$ 13 400 000,00); banha (60 000 kg, no valor de Cr$ 2 490 000,00); ovos (150 000 dúzias, no valor de Cr$ 2 250 000,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se vinte e sete estabelecimentos comerciais (2 atacadistas e 25 varejistas), a Agência do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO) e do Banco Nacional Paraná Santa Catarina S.A.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 3 emprêsas rodoviárias para passageiros e 1 emprêsa ferroviária para passageiros e cargas, a Estrada de Ferro Santa Catarina.

Dista a cidade cêrca de 242 km da Capital do Estado por meio de rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por meio de rodovia: 97 km até a cidade de Taió; 14 km da de Presidente Getúlio; 33 km, via Ribeirão das Pedras, da de Rio do Sul; 52 km da de Indaial; 43 km da de Rodeio; 315 km da de Rio Negrinho, e 310 km da de Itaiópolis. Dista 45 km de Rio do Sul, e 51 km de Indaial, por meio de ferrovia.

Na cidade funciona uma Agência Postal Telefônica e Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e uma estação Rádio Telegráfica da Polícia Militar do Estado.

No interior do município funcionam uma Agência Postal e uma Postal Telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma Agência Telefônica e uma Telegráfica da Estrada de Ferro Santa Catarina, uma Agência Telefônica de uso público e uma de uso particular da Companhia Telefônica Catarinense.

Hospital Miguel Couto

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Ibirama tem 1 101 habitantes, sendo a 48.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina e conta com 27 logradouros públicos, dos quais, 1 totalmente pavimentado.

É servida dos serviços de luz elétrica e conta 459 ligações domiciliares e de água. Os principais edifícios são: Prefeitura Municipal, Grupo Escolar, Igreja Matriz, Hospital "Miguel Couto" e Estação da Estrada de Ferro Santa Catarina.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica no município é prestada à população por 2 médicos, 3 farmacêuticos e 1 auxiliar de saúde.

Serve à população, 1 hospital com assistência médica em geral.

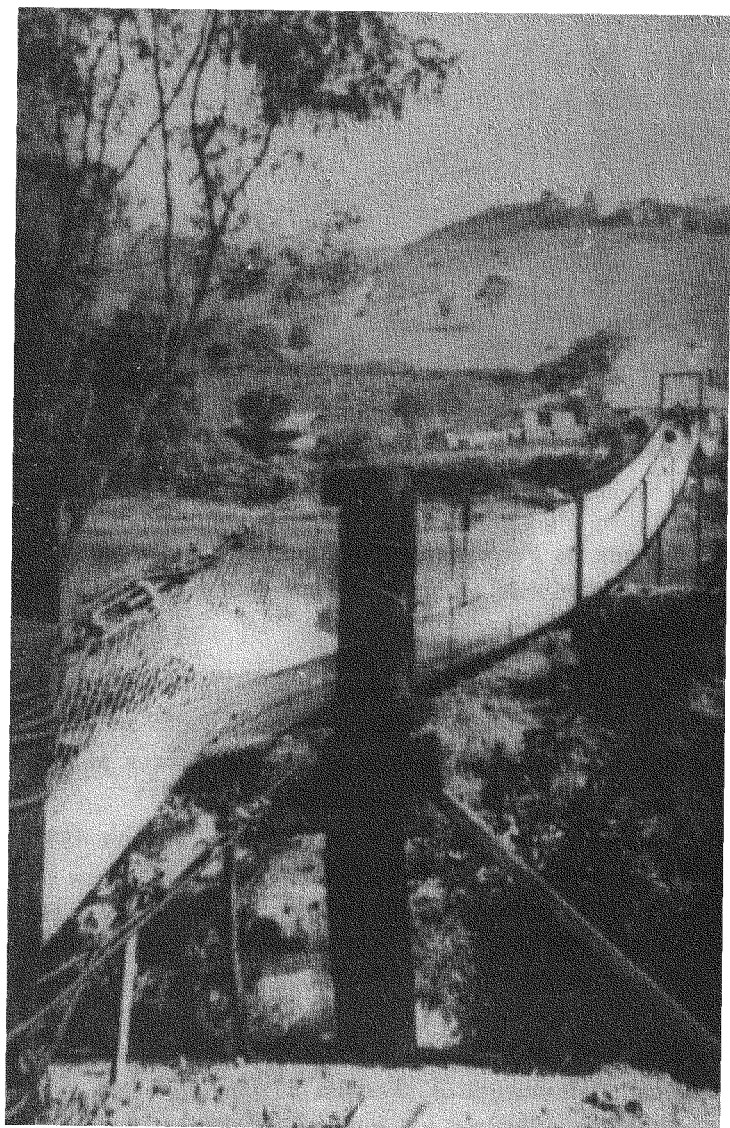
Existem 3 farmácias no município.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950, constatou a existência de 22 153 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 14 979, ou seja 67,6% sabiam ler e escrever. Dêsse total 7 843 eram homens e 7 136 mulheres. Na sede municipal, das 956 pessoas de 5 anos e mais, 849 sabiam ler e escrever, sendo 427 homens e 422 mulheres.

Ensino — Em 1956 funcionaram na cidade e no resto do município 42 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 1 989 alunos, assim distribuídas: Fundamental Comum, 41 unidades, com 1 976 alunos e Complementar, 1 unidade, com 13 alunos.

No tocante a ensino extraprimário, funcionaram no município: o Ginásio Hamônia (Curso Ginasial) e um Curso Normal Regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Em Ibirama há 10 associações sendo nove delas exclusivamente desportivas e uma cultural.

A cidade possui um cinema: Cine Teatro Ibirama, com 200 lugares, um jornal semanário o "Jornal" de Ibirama, uma estação de Radiodifusão, a Rádio Estadual de Ibirama e uma Biblioteca Municipal.

Ponte-pênsil de arame, sôbre o rio Itajaí do Norte

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	870	1 616	1 666	1 147	1 584
1951	1 231	2 364	1 885	1 359	1 500
1952	2 041	2 294	2 838	1 811	1 899
1953	2 118	2 918	3 307	1 919	2 706
1954	3 251	3 118	2 084	1 061	2 096
1955	3 787	3 779	1 999	1 122	1 978
1956	4 161	6 161	2 877	1 421	2 776

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Registra-se, no tocante a cultos, o seguinte:

Culto Católico Romano: Paróquia de São Sebastião, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz, 13 capelas públicas. Paróquia de São Huberto, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz, 9 capelas públicas e 1 semipública.

Culto Protestante: Comunidade Evangélica de Nova Bremen, com 5 Igrejas; Comunidade Evangélica de Ibirama, com 6 Igrejas e 1 Casa de Oração.

No que diz respeito a efemérides, são as seguintes as efemérides de Ibirama:

11 de março — instalação do município — 1934.

3 de novembro — festa de Santo Huberto — padroeiro.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Ibirama, recebem o patronímico de "Ibiranenses".

Ibirama se chamou primeiramente Hansa-Hamônia. Ao ser criado o distrito, foi-lhe dada a designação de Hamônia. O Decreto que elevou o distrito à categoria de município, ao mudar-lhe a denominação para Dalbergia dizia textualmente: "Considerando que o vocábulo "Dalbergia" designa o gênero de árvores e de arbustos da família das leguminosas *papilonáceas,* profusamente representada nas florestas existentes na região que ora se eleva em município, constituindo preciosíssimas madeiras de lei" ...

Em 1935 (Decreto estadual n.º 1, de 7 de maio) novamente se dá uma alteração no topônimo, que passou de Dalbérgia para Hamônia.

Finalmente em 1943 a Lei que fixava o quadro territorial do Estado para o qüinqüênio 1943-1948, alegando tratar-se de nome de origem estrangeira, alterou a denominação de Hamônia para Ibirama.

Ibirama é têrmo indígena, que significa: "Ibi" terra e "Rama" abundância, ou seja, "terra da fartura", "terra da abundância".

Ibirama é sede de Comarca e Têrmo, abrangendo ainda o município de Presidente Getúlio.

O eleitorado do município, em 1958, era de 4 393 eleitores.

Existia, em 1957, os seguintes veículos, em Ibirama:

a) veículos a motor: automóveis, 27; jipes, 3; ônibus e micro-ônibus, 1; camionetas, 47; motociclos, 23; caminhões, 84; tratores, 4;

b) veículos à fôrça animada: carros de 2 ou 4 rodas, 20; bicicletas, 1 188; carroças de 4 rodas, 935.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

IMARUÍ — SC

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — Foram lagunenses os primeiros moradores da zona onde se situa a cidade de Imaruí, todos êles pescadores em busca de melhores paragens para seus misteres. Acredita-se que essa primeira colonização tenha sido anterior a 1800.

Em 1833, era criada a frequesia de São João Batista de Imaruí, com o que a localidade foi elevada à categoria de distrito.

Entre os primeiros moradores, destacam-se o capitão de Barco João Vieira Rodrigues, vindo do antigo Destêrro, José Inácio Vieira da Rocha, gaucho, que acompanhara os "Farrapos" até Laguna, mudando-se, depois, para Imaruí, em companhia de seus filhos Luís elipe Barreto, professor Antônio Nunes Barreto, Padre Felipe Feliz Barreto, José Feliz Barreto e Feliciana Barreto e, ainda, José da Rocha Pôrto, armador de barcos, natural do Rio de Janeiro.

Com a proclamação da "República Juliana", em 1839, diversas famílias de Laguna, fugindo ao ambiente de guerra alí existente, transferiram-se para Imaruí.

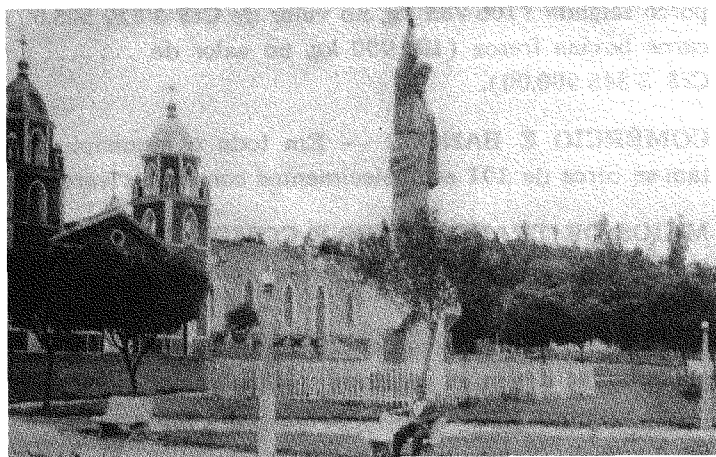
A 7 de novembro Imaruí foi saqueada pelas fôrças de Canabarro.

Em 1890, por efeito do Decreto Estadual n.º 22, de 27 de agôsto, foi criado o município de Imaruí, desmembrado do de Laguna. Sua instalação se verificou, festivamente, a 22 de setembro do mesmo ano, passando Imaruí à categoria de vila.

Nessa ocasião, assumiu a Intendência Municipal o Coronel Serafim José da Silva Matos, empossando-se também os conselheiros municipais Capitão Jerônimo Luís de Bittencourt, Manoel Vicente da Rocha, José Pereira da Silva Candemil e Elias de Souza Siqueira.

O cargo de Intendente Municipal foi ocupado, a partir de 1890, pelos seguintes srs.: José Pereira da Silva Candemil, Coronel Serafim José da Silva Matos, Jerônimo Luís de Bittencourt, Domingos Candemim, Manoel Luciano da Silva, Antônio José de Bittencourt Capanema e Manoel José de Oliveira.

A 9 de outubro de 1930, foi empossado no cargo de Prefeito de Imaruí, o Sr. Pedro Bittencourt, por Decreto do dia 6 dêsse mesmo mês, sendo confirmado no mesmo cargo pelo então Interventor General Ptolomeu de Assis Brasil.

Posteriormente a 1930, o município apresentou notável progresso, principalmente após a ligação rodoviária empreendida pelo govêrno do Estado entre a cidade de Imaruí e o distrito de Mirim, município de Laguna.

Praça Dr. Getúlio Vargas

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito foi criado pelo Decreto n.º 29, de 23 de março de 1833. O município o foi, com território desmembrado de Laguna, por efeito do Decreto estadual número 22, de 27 de agôsto de 1890, ocorrendo a instalação a 22 do mês seguinte.

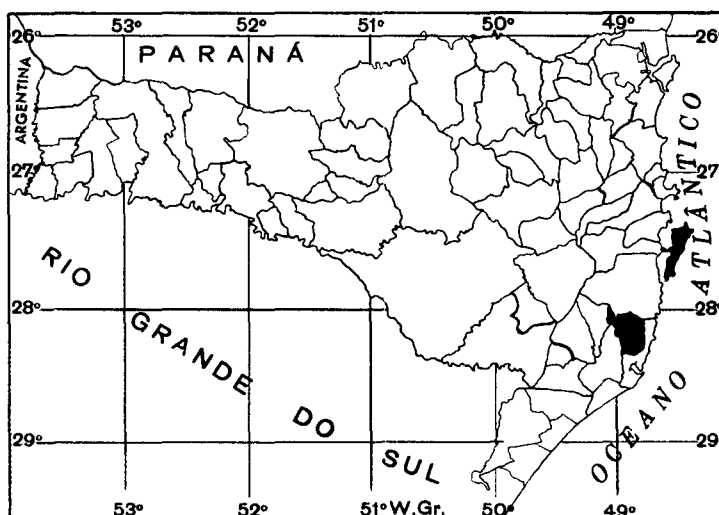
O município pertence à Comarca e Têrmo de Laguna.

O seu quadro administrativo, em 1.º de março de 1958, era o seguinte:

Município: Imaruí

Distritos componentes: Imaruí (sede), Praia Redonda, Rio d'Una e Vargem do Cedro.

A atual Legislatura teve início em 1955, tendo sido eleito Prefeito, o sr. Pedro Bittencourt e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Imaruí localiza-se na zona fisiográfica de Laguna. A cidade fica à margem da lagoa de Imaruí, a 88 km em linha da Capital do Estado, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 28º 21' 08" de latitude Sul e 28º 48' 30" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 12m na sede municipal, sendo o 16.º lugar em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — O clima em geral é bastante quente, apesar dos constantes ventos batidos de norte. É sêco no verão, alcançando a temperatura, em alguns lugares a mais de 35ºC. Predominância de chuvas no verão, com fortes trovoadas. No inverno é mais úmido e os ventos do quadrante sul baixam a temperatura.

ÁREA — A área do município é de 676 km^2, figurando em 48.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Lagoa Imaruí com profundidade máxima de 6 metros, navegável em tôda sua extensão, por canoas e lanchas, muito piscosa; Ilha Grande, área aproximada de 17 800 m^2, local aprazível e pitoresco, com terras férteis, próprias para lavoura; Ilha do Vieira, com a área aproximada de 9 855 m^2, também contendo terras produtivas, habitada; Ilha dos Pereiras, com área aproximada de 8 456 metros quadrados e Ilha das Cabras; Serra do Aratíngauba, com altura aproximada de 200 metros; Serras das Capivaras, com 210 metros de altitude; Salto das Águas Mornas, com 70 metros de altura, aproveitada; Rio Aratingauba, com percurso de 13 km, sendo navegável sòmente num trecho de oito à dez km. Desemboca na Lagoa Imaraui: Rio d'Una, navegável em tôda a sua extensão, desemboca nas Lagoas Mirim e Imaruí, Rio Capivari, que apresenta um grande número de Saltos, o que impossibilita a navegação.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) De origem mineral: águas termais, carvão mineral, ferro, barro e areia, concha de marisco.

b) De origem vegetal: madeiras: cedro, canela, peroba, louro, óleo e sobragi;

c) De origem animal: camarão e peixes.

POPULAÇÃO — A população de Imaruí, segundo o Recenseamento de 1950, era de 19 611 habitantes e tinha a seguinte composição: homens 9 949; mulheres 9 662; brancos 18 562; pretos 1 019 e 30 não declararam a côr.

Rua Dr. Nereu Ramos

Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 10 768, 3 794 eram solteiras; casadas 6 188; viúvas 753; desquitados 4 e 28 não declararam o estado conjugal. Existiam 18 estrangeiros e 1 brasileiro naturalizado. Em religião predominaram os que se declararam Católicos Romanos, em número de 18 968, as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade era de 290 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 21.º lugar no Estado.

Da população 93,5% localiza-se no quadro rural, sendo esta percentagem das mais elevadas no Estado, superando a média da população de Santa Catarina, que é de 76,4%.

Situa-se em 35.º lugar em relação à população dos municípios do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 53.º lugar em população, em relação às demais cidades.

Em 1958, o Departamento Estadual de Estatística, através de estimativa publicada, atribuiu ao município de Imaruí a população de 21 724 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São quatro as aglomerações urbanas do município: — a cidade de Imaruí, com 923 habitantes (424 homens e 499 mulheres), as vilas de: Praia Redonda, com 94 habitantes (41 homens e 53 mulheres), Rio d'Una, com 193 habitantes (95 homens e 98 mulheres) e Vargem do Cedro, com 62 habitantes (22 homens e 40 mulheres), conforme dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu, no ano de 1955, a Cr$ 4 181 665,00.

O município assenta sua economia, principalmente, na indústria. A produção do camarão salgado, atingiu no ano de 1955, a 80 908 kg, valendo Cr$ 2 659 305,00; seguindo-se camarão em conserva (14 [illegible]3 kg, no valor de Cr$ 874 980,00); palmito enlatado (20 410 kg, no valor de Cr$ 367 380,00); madeira exceto pinho serrado tábuas (350 m³, no valor de Cr$ 280 000,00).

Dos 2 estabelecimentos industriais, 1 dedica-se ao desdobramento de madeira e o outro a fabricação de conservas.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) 21,12% estão ocupadas no ramo "Agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: feijão (grão), mandioca, aipim, arroz, milho, batata-doce, cebola, cana-de-açúcar, batatinha, amendoim com casca, alho e algodão; como culturas permanentes, temos: laranja, banana, bergamota, café, noz européia, uva, abacate, pêssego e tungue. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 76 449 500,00. O valor da população pecuária no ano de 1956, foi de Cr$ 90 063 800,00. A percentagem da população ativa na indústria, foi 6%.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957:

a) De origem mineral: barro ou argila (2 351 toneladas, no valor de Cr$ 28 067,00); panelas e caçarolas (1 840 unidades, no valor de Cr$ 27 350,00); cal (196 500 quilos, no valor de Cr$ 235 800,00).

b) De origem vegetal: carvão vegetal (47 550 kg, no valor de Cr$ 43 845,00); lenha (402 400 m³, no valor de Cr$ 34 991 000,00); palmito (15 660 kg, no valor de Cr$ 22 960,00;

c) De origem animal: camarão (73 450 kg, no valor de Cr$ 33 787 000,00); couros (381 unidades, no valor de Cr$ 18 473,00); peixe fresco (108 700 kg, no valor de Cr$ 14 112 240,00).

No que se refere a produtos transformados, de origem animal, a produção atingiu, em 1956, o valor de .... Cr$ 32 088 685,00, sendo os principais produtos: banha (494 470 kg, no valor de Cr$ 18 370 950,00); carne de porco salgada (106 783 kg, no valor de Cr$ 3 529 505,00); carne bovina fresca (101 900 kg, no valor de .... Cr$ 3 345 900,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se cêrca de 101 estabelecimentos comerciais varejistas.

MEIOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 4 emprêsas rodoviárias para passageiros.

Dista a cidade cêrca de 123 km da Capital do Estado, por rodovia, e tem as seguintes distâncias das sedes municipais visinhas, também por rodovia: 105 km até a cidade de Palhoça; 76 km até a de Braço do Norte; 89 km até a de Tubarão e 60 km até a de Laguna. Por via lacustre, dista 18 quilômetros até Laguna.

Na cidade funciona uma Agência Postal Telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

No restante do município, funcionam três Agências Postais do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Imaruí tem 923 habitantes, sendo a 53.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina.

É servida de luz elétrica com 80 ligações domiciliares e possui 10 logradouros com iluminação pública. Os edifícios mais importantes são: Igreja Matriz, Prefeitura Municipal, Grupo Escolar Carlos Gomes, Pôsto de Saúde, Salão Paroquial, Avenida Hotel, Clube Recreativo "Cruzeiro do Sul" e Hotel Rosi.

A cidade conta com dois hotéis, um Campo Florestal e um Destacamento da Polícia Militar do Estado.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica no município é prestada à população por 3 dentistas, 2 farmacêuticos e 1 auxiliar de saúde.

O Pôsto de Saúde, serve à população com assistência médica em geral.

Existem 2 farmácias no município.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	116	226	472	141	468
1951.......	155	333	494	190	490
1952.......	182	437	537	202	511
1953.......	202	522	868	208	710
1954.......	245	552	823	208	710
1955.......	180	717	749	230	822
1956.......	231	1 041	1 029	346	1 210

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 15 980 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 6 679, ou seja 41,7% sabiam ler e escrever. Dêsse total, 3 506 eram homens e 3 173 mulheres. Na sede municipal, das 774 pessoas de cinco anos e mais, 489 sabiam ler e escrever, sendo 240 homens e 249 mulheres.

ENSINO — Em 1956 funcionaram na cidade e no resto do município 56 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 2 794 alunos, assim distribuídas: Fundamental Comum, 54 unidades, com 2 734 alunos; Fundamental Supletivo 1 unidade, com 25 alunos e Complementar 1 unidade, com 35 alunos.

MONUMENTOS — Na praça da Matriz, encontram-se dois monumentos: a Cristo Rei e a São João Batista.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — No tocante a cultos, registra-se o seguinte, no município de Imaruí: Culto Católico Romano: Paróquia de São João Batista, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz e 8 capelas públicas. Paróquia de São Sebastião, com 2 sacerdotes, 1 Igreja Matriz e 5 capelas públicas.

Culto Protestante: Comunidade Evangélica Luterana do Brasil, com 18 Igrejas. Comunidade Evangélica do Rio São João-Síno do Paraná Santa Catarina.

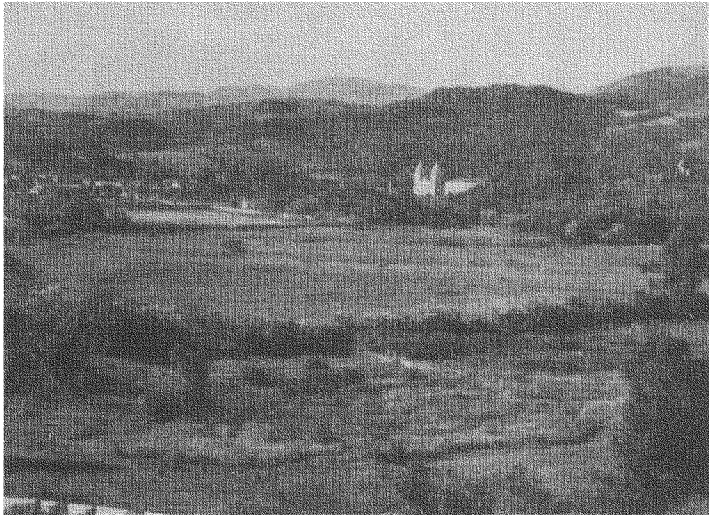
As principais efemérides ocorrem a 24 de junho, festa de São João Batista, padroeiro da Paróquia e 22 de setembro, data da instalação do município.

No município, o gênero de folclóre mais conhecido é, o "boi de mamão". A dança ou brincadeira do "boi de mamão", ainda se acha em uso, principalmente no interior, tendo entre as classes menos cultas grande aceitação.

Não se pode precisar a data em que foi introduzido tal costume, mas é bem provável que seja reminiscência da escravatura.

Nela se empregam as seguintes figuras cômicas: Pai Mateus, Doutor do boi, vaqueiro, Mãe "catarina", mulher do Pai Mateus, cabra, cavalo, urso, etc.

Os ensaiadores da "brincadeira de boi", como é vulgarmente conhecida, avisam, com antecedência, as casas que desejam visitar.

À noite, dirigem-se para a frente dessas casas e iniciam a brincadeira, cantando e tocando tambores.

Vista parcial da cidade

Eis uma das trovas:

"Quem quiser ter cêrca
Faça de moirão
O meu boi pintado maninha,
É um boi ladrão".

Dançam as figuras tradicionais.

O momento culminante da dança é quando o boi é laçado pelo vaqueiro e morto. Chamam, após, o doutor do boi, para curá-lo.

Cantam, então, pesarosamente:

"O meu boi morreu,
Que será de mim.
Mande buscar outro, maninha
Lá no Piauí."

A época escolhida para tal manifestação folclórica é o período que vai do Natal ao carnaval.

Antes do dia 6 de janeiro, saem grupos de pessoas a visitar as casas prèviamente avisadas, cantando, ao som de uma gaita, um pandeiro ou mesmo pequena orquestra.

É a visita dos "reis, "ou, como denominam alguns, dos "rezes".

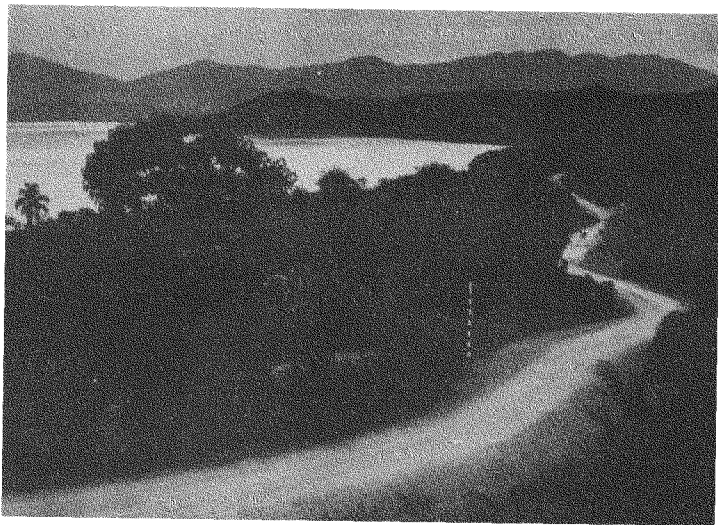
Entre os versos, os mais conhecidos são:

Acorda se estás dormindo,
Nesse teu quarto dourado.
Vem abrir a tua porta
Para o teu nobre criado.

Graças a Deus que vi luz
Na tua casa luzir.
Levanta da tua cama.
Tua porta vem abrir.

Os visitadores ficam muito contentes com a honra de receber os "santos reis". Servem, pois, aos visitantes, café, acompanhado, geralmente, de rosca de polvilho e, muitas vêzes, uma bebida alcoólica, "a consertada".

Após o café, dansam e cantam.

Não se demoram, porém, porque precisam visitar outras casas.

Trecho de estrada, ao fundo a lagoa

Cantam, por despedida:

O senhor me desculpe,
Santo rei vai lhe deixar
Espero o ano que vem
Nos tornamos aqui cantar.

Registra-se ainda o "Boi na Vara", "Pau de Fita", "Pão por Deus", "Ratoeiras", "Desafios" e "Cacumbis".

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do Imaruí recebem a denominação de "imaruienses". Segundo a tradição, o nome é originário de "Maruim", mosquito encontradiço na região. Em documentos antigos a grafia era "Imaruhy". Há contudo, quem afirme que a denominação foi dada por uma tribo de índios que habitava o local.

Segundo Lucas Boiteux, o vocábulo vem de "mberú" mosca e "i" pequena, ou seja mosquito

Imaruí pertence à Comarca e Têrmo de Laguna. Em 1958, o eleitorado de Imaruí, era de 4 985 eleitores.

Os seguintes veículos no município; em 31 de dezembro de 1957, existiam: automóveis 6, jeeps 3, ônibus e micro-ônibus 3, motociclos 9, caminhões 17, tratores 3.

Veículos à fôrça animada: carros de 2 ou 4 rodas 93, bicicletas 316, carroças de 4 rodas 45.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

INDAIAL — SC

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — A colonização da zona que constitui hoje o município de Indaial, teve início em 1860, por famílias brasileiras oriundas de Armação, Itajaí, Camboriú e Pôrto Belo, que, construindo suas choupanas à margem do rio Itajaí-Açu, derrubaram a mata e ali fizeram suas primeiras plantações.

Antes dêsse fato, a região era habitada pelos índios carijós.

Em 1863, o Engenheiro Emilio Odebrecht, da colônia de Blumenau, subiu o rio Itajaí-Açu, até a confluência dos rios Itajaí do Sul e Itajaí do Oeste, registrando, em seu diário a existência de habitações na barra do rio Benedito, onde hoje se ergue a cidade de Indaial.

No ano seguinte, Emílio Odebrecht, numa expedição feita a Lajes e Curitibanos, obteve os elementos necessários para proceder à abertura de uma picada ligando Blumenau ao planalto. Essa picada, em 1874, se transformou no picadão de cargueiro que, durante muitos anos, foi a única ligação entre o vale do Itajaí e Lajes.

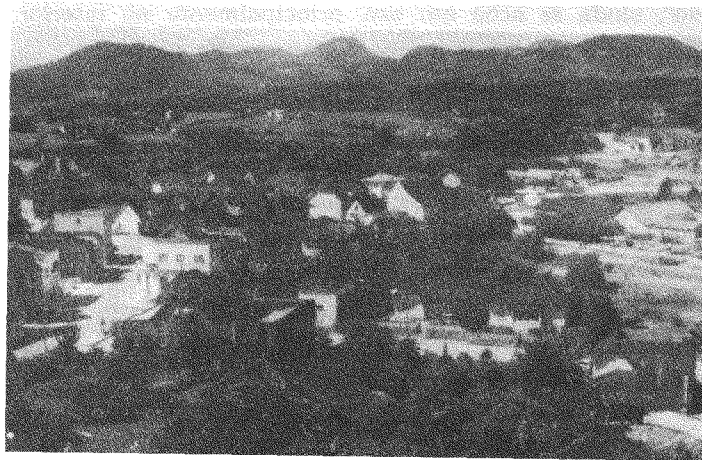
Em 1872, tendo terminado de fazer o levantamento geral do vale do Itajaí, Emilio Odebrecht elaborou um mapa geral da colônia de Blumenau, onde aparece, pela primeira vez, o povoado de Indaial, ali mencionado como "Carijós".

Vitor Peluso, em Rio do Sul — Monografia Estatístico-descritiva, menciona também o fato de que a primeira corrente de povoação já habitava o vale do rio Itajaí-Açu antes da fundação de Blumenau. Com o estabelecimento da colônia de imigrantes alemães, a população já estabelecida ficou na vizinhança do núcleo, até que o desenvolvimento dêste obrigou os sertanejos a procurar outras terras. O contínuo aumento da população da colônia, ocasionava o movimento dessa massa de sertanejos, para as terras ainda não ocupadas.

Uma parte foi subindo constantemente o curso do Itajaí-Açu, pelo picadão de Curitibanos.

Assim, as famílias brasileiras, oriundas de Itajaí, Camboriú e Pôrto Belo, venderam suas "posses" ou "propriedades" aos colonos estrangeiros, por ocasião da medição das terras.

Os primeiros imigrantes proprietários de lotes foram Júlio Stadali, Guilherme Schroeder, Augusto Rechberg, Frederico Nagel, Detelew Krambeck e Adolfo Bernack.

No mês de maio de 1871, o primeiro vigário de Blumenau, Padre Guilherme Antônio Maria Roemer subindo o rio Itajaí-Açu visitou tôdas as famílias católicas. Conforme a sua estatística, encontrou as seguintes famílias brasileiras: em Itoupava: — João Pedro Dias; em Rio Morto, Basílio Correia de Negreiro, em cuja residência Manoel Salvador de Nascimento (chamado Maneco Salvador), Adolfo Pereira, Antônio da Costa, José Pereira, Manuel Carvalho, João Antônio da Costa, José Antônio dos Santos Filho, José Antônio dos Santos, Martinho dos Santos, Oliveira Ramos, Francisco de Souza, Antônio Machado, Rosa de Jesus, Manuel Santos, Machado Maciel, João dos Santos, Pedro Machado, Nicoleto Vieira, José da Silva, Antônio José da Silva, José Rodrigues, Francisco Vieira Ramos, João Francisco da Silva, José Marcelino da Silva, Manuel Jacinto Raimorão, Henrique de Nascimento, Rosa da Conceição, Joaquim da Silva, Patrício Corrêa de

Vista parcial da cidade

Negreiro, Marcelino Henrique de Nascimento, Pedro José D'Alcântara; no rio Benedito, Constantino dos Santos; e mais para cima perto do Warnow encontrou Inácio Mendosa, Cristino José da Silva, José Jacinto da Silva, Manoel Florindo da Silva, Manoel Joaquim da Silva, Dionísio Marcelino e Isidoro Manoel dos Anjos.

Tudo indica que Indaial foi, a princípio, um ponto de pouso. Quem subia de Blumenau ou descia de Curitibanos, em Indaial terminava uma etapa de viagem. Quem demandava o vale do Benedito ou do Cedro, havia de seguir com o mulato Benedito. E êste tinha apenas uma canoa para o transporte de cargas, na época da fundação de "Carijós", nos primórdios de Indaial. Dizem os mais velhos que da tão grande utilidade do mulato Benedito, o rio e o vale ficaram com o mesmo nome. Os remadores, os práticos, os transportadores de carga, sempre foram os mulatos. Êles guiavam nos meandros das ínvias picadas, acautelados pela acuidade nata da tocaia do bugre. Também sabiam evitar as ciladas do rio e vencer as impetuosas corredeiras. Dêles os estrangeiros imigrantes jamais puderam prescindir para vencer a natureza bruta, no assentamento dos alicerces da colonização que ambiciosamente encetavam.

O Dr. Hermann Blumenau, guiado pelo nativo Ângelo Dias, explorou também o rio Itajaí-Açu, até a confluência do rio Benedito.

Em 21 de janeiro de 1894, com tôda a solenidade foi benta e colocada a Pedra Fundamental da Igreja de Santa Inês de Indaial, data essa, sempre comemorada com regozijo pelo povo católico de Indaial, homenageando a sua padroeira.

Foi o arquiteto franciscano Frei Quintiliano que traçou a planta da igreja, e com o auxílio dos colonos aplainou o terreno e conduziu o material para a construção. Os trabalhos foram iniciados em maio de 1894 e prosseguiram até a inauguração na festa de Santa Inês, em 1896. A 21 de janeiro de 1895, foi celebrada a primeira festa de Santa Inês, na igreja em construção. Foi o celebrante da missa o Reverendíssimo Padre Zeno Walbroehl.

A Lei provincial n.º 1 116, de 4 de setembro de 1886, criou o distrito de Indaial.

Sete anos mais tarde, a Lei estadual n.º 92, de 4 de setembro de 1893, criava o município de Indaial, que não chegou a ser instalado, uma vez que, no ano seguinte, o Decreto estadual n.º 189, de 29 de maio de 1897, extinguia o município.

Sòmente em 1934, face ao Decreto estadual n.º 526, restaurou-se o município, com território desmembrado de Blumenau. A 21 de março do mesmo ano, o município era festivamente instalado.

Ainda em 1934, foi criada a Comarca de Indaial, cuja instalação se verificou a 15 de abril daquele ano.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito deve sua criação à Lei provincial n.º 1 116, de 4 de setembro de 1886.

A Lei estadual n.º 92, de 4 de outubro de 1893, criou o município que, não chegando a ser instalado, foi extinto pelo Decreto estadual n.º 189, de 29 de maio de 1894.

A 28 de fevereiro de 1934, em razão do Decreto estadual n.º 526, restaurou-se o município de Indaial, com ter-

Avenida Dr. Getúlio Vargas

ritório desmembrado do de Blumenau, tendo ocorrido sua instalação a 21 de março do mesmo ano.

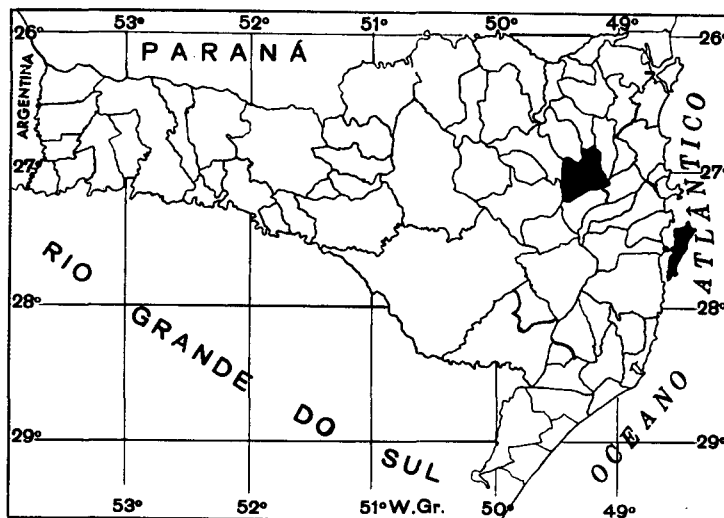
Por fôrça do Decreto estadual n.º 529, de 28 de fevereiro de 1934, criou-se a comarca de Indaial, cuja instalação se verificou a 15 de abril dêsse ano.

O seu quadro administrativo e judiciário, em 1.º de março de 1958, era o seguinte: Comarca, Têrmo e Município: Indaial.

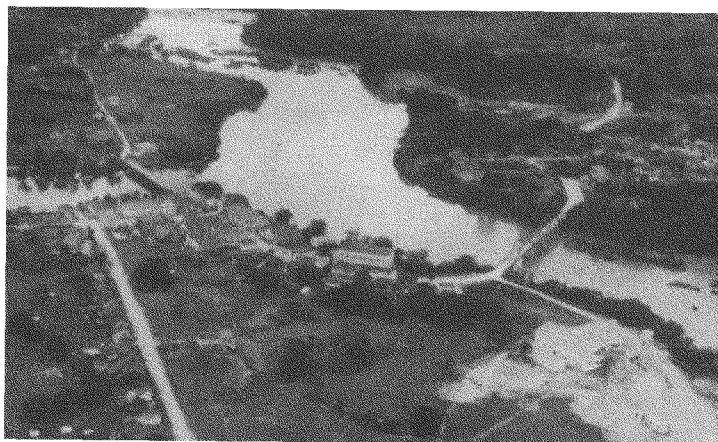
Distritos componentes: Indaial (sede), Apiúna e Ascurra.

A Comarca de Indaial abrange ainda o município de Rodeio, constituído dos seguintes distritos: Rodeio (sede), Benedito Novo e Doutor Pedrinho.

A atual legislatura teve início em 1955, tendo sido eleito Prefeito, o Sr. Germano Brandes Júnior e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Indaial fica localizado na zona fisiográfica da bacia do Itajaí. A cidade situa-se às margens do rio Itajaí-Açu e fica a 115 km em linha reta da Capital do Estado, sendo as seguintes suas coordenadas geográficas: 26° 53' 30" de latitude sul e 49° 13' 55" de longitude de Oeste Grenwick.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 73 metros na sede municipal, sendo o 21.º lugar em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — O clima é, em geral, quente e úmido. No verão, a temperatura se eleva, muitas vêzes, a 37°C e mais; no

Vista parcial aérea da cidade, vendo-se a confluência dos rios Benedito e Itajaí-Açu

inverno, cai, aproximadamente, 10°C. As chuvas predominam no verão, com fortes trovoadas, variando as precipitações anuais, entre 1 400 e 2 000 mm.

ÁREA — A área do município é de 1 065 km², figurando em 28.° lugar em relação às áreas das demais comunas.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Itajaí-Açu, não navegável por possuir muitas cachoeiras, tendo em alguns trechos a profundidade média de 5 metros. Rio Benedito com 5 km de percurso no município, inavegável por ser muito encachoeirado, com profundidade média de 2 metros. Serras: da Subida, do Itajaí e dos Faxinais.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) De origem mineral: pedras para construção.

b) De origem vegetal: madeiras em geral: canela, cedro, peroba, sassafrás e madeira para lenha, fibras de embira e cascos de capiúba.

c) De origem animal: peixes e animais silvestres.

POPULAÇÃO — A população de Indaial, segundo o Recenseamento de 1950, era de 16 512 habitantes e tinha a seguinte composição: homens 8 590; mulheres 7 922; brancos 16 468; pretos 76, e 8 não declararam a côr. Das pessoas, de 15 anos e mais em número de 9 364, 2 920 eram solteiras; casadas 5 983; viúvas 437; desquitadas 11 e 15 não declararam o estado conjugal. Existiam 99 estrangeiros e 23 brasileiros naturalizados.

Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos, em número de 11 779; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade era de 15,5 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 47.° lugar no Estado.

Da população, 87,1% localizam-se no quadro rural, sendo esta percentagem das menos elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 40.° lugar em relação à população dos municípios do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 47.° lugar em população em relação às outras cidades de Santa Catarina.

Para 1958, há uma estimativa de 21 068 habitantes, feita pelo Departamento Estadual de Estatística.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São três as aglomerações urbanas do município: a cidade de Indaial, com 1 138 habitantes (541 homens e 597 mulheres) e as vilas de: Apiúna, com475 habitantes (247 homens e 228 mulheres) e Ascurra, com 505 habitantes (365 homens e 140 mulheres), conforme dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu, no ano de 1955, a Cr$ 133 980 925,00.

O município assenta sua economia, principalmente, na indústria. A produção do arroz sem casca atingiu, no ano de 1955, a 1 999 800 kg, valendo Cr$ 19 800 000,00; seguindo-se toalhas para banho (17 854 dz., no valor de Cr$ 15 640 469,00); blusas e blusões (142 849 unidades, no valor de Cr$ 11 884 684,00); fécula de mandioca ... 2 675 703 kg, no valor de Cr$ 10 320 388,00); toalhas para rosto (33 769 dz.. no valor de Cr$ 10 130 825,00).

Dos 30 estabelecimentos industriais, 1 dedica-se à produção de toalhas de banho e 2 ao beneficiamento de arroz.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 23,63% estão ocupadas nos ramos "agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: aipim, arroz, milho, cana-de-açúcar, batata-doce, araruta, fumo em fôlha, feijão (grão), batatinha, cana de forragem, amendoim com casca, abóbora, melancia, abacaxi, tomate, alho, fava; como culturas permanentes, temos: bergamota, laranja, banana, uva, abacate, caqui, limão, pêra, pêssego e figo.

O valor da produção agrícola em 1957, foi de .... Cr$ 42 599 950,00. O valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de Cr$ 94 093 875,00. A percentagem da população ativa na indústria foi de 5%.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957:

a) de origem mineral: areia (10 350 t, no valor de Cr$ 420 000,00); barro ou argila (15 000 t, no valor de Cr$ 90 600,00); pedras para pavimentação (11 050 t, no valor de Cr$ 572 500,00);

b) de origem vegetal: carvão vegetal (16 456 kg, no valor de Cr$ 33 790,00); cascas (13 260 kg, no valor de Cr$ 26 520,00); lenha (52 700 m³, no valor de .... Cr$ 6 851 000,00);

c) de origem animal: carne de animal silvestre ... (490 kg, no valor de Cr$ 25 000,00); peixe fresco (2 756 kg, no valor de Cr$ 82 500,00); penas (550 kg, no valor de Cr$ 137 500,00).

No que se refere a produtos transformados ou não, de origem animal, a produção atingiu em 1956 o valor de Cr$ 42 918 555,00; sendo os principais produtos: leite .. (4 010 000 l, no valor de Cr$ 20 050 000,00; manteiga (91 420 kg, no valor de Cr$ 6 399 400,00); queijo .... (66 520 kg, no valor de Cr$ 4 656 400,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Mais de setenta estabelecimentos comerciais (2 atacadistas e 71 varejistas) e a Agência do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO) ficam localizados no município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Há ainda 6 emprêsas rodoviárias para passageiros, 1 emprêsa rodoviária para carga e 1 emprêsa ferroviária para passageiros e cargas da Estrada de Ferro Santa Catarina, operando em Indaial.

Dista a cidade cêrca de 189 km da Capital do Estado por rodovia (via Itajaí) e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por rodovia; 25 km até

a cidade de Blumenau; 10 km até a cidade de Timbó; 26 km até a de Rodeio; 52 km até a de Ibirama; 76 km até a de Rio do Sul; 164 km até a de Vidal Ramos e 67 km até a de Brusque. Dista 21 km até Blumenau; 51 km de Ibirama; 76 km de Rio do Sul, por ferrovia.

Na cidade funciona uma Agência Postal Telegráfica e Telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma Agência Telefônica, uma Agência Telegráfica da Estrada de Ferro Santa Catarina, uma Agência Telefônica de uso público da Companhia Telefônica Catarinense e uma de uso particular da Emprêsa Fôrça e Luz de Santa Catarina S.A.

No restante do município, funcionam uma Agência Postal e duas Postais Telefônicas do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Indaial tem 1 138 habitantes, sendo a 48.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina.

É servida de luz elétrica, com 311 ligações domiciliares. Os edifícios mais importantes são: Igreja Matriz, Prefeitura Municipal, Grupo Escolar Raulino Horn, Hospital Beatriz Ramos, Sociedade dos Atiradores, Ginásio S. Paulo e Coletoria Federal. A cidade conta com cinco hotéis.

O município e a cidade de Indaial são cortados pelo rio Itajaí-Açu.

A cidade não teve traçado; é de desenvolvimento linear. As ruas principais, Dr. Blumenau e Marechal Deodoro da Fonseca, são prolongamentos da rodovia Blumenau—Lajes. A herança social dos imigrantes europeus fixou certos traços na feição arquitetônica, por isto lhe atribuem, apressada e superficialmente, imitação de arquitetura alemã. Entretanto, nos contingentes de imigrantes povoadores de Indaial, existiram italianos, austríacos, poloneses e outros.

A Estrada de Ferro Santa Catarina corta a cidade e no território municipal tem seis estações.

O centro e arredores da cidade é livre das inundações do vale do Itajaí e que tanto castigam a cidade de Blumenau. O tráfego pesado de autocaminhões transportadores de madeira, os transportes coletivos e outros veículos motorizados, passam em plena cidade dando-lhe movimento considerável. A bicicleta é o transporte individual mais utilizado, nivelando, como meio de locomoção, quantos carecem de locomoção fácil: o rico, o pobre, o professor, o sacerdote, a criança, o ancião. Não é raro ver-se uma pequena família de três pessoas sôbre uma bicicleta. Para o passeio da família rural dos pequenos lotes, é comum usarem a carroça colonial de 4 rodas, a mesma que nos dias da semana transporta cargas.

Ginásio Salesiano, Seminário e Igreja-Matriz Municipal

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica no município é prestada à população por 2 médicos, 3 dentistas, 5 farmacêuticos e 3 auxiliares de saúde.

O Hospital e 1 clínica particular servem à população com assistência médica em geral.

Existem no município 5 farmácias.

COOPERATIVISMO — Na cidade funciona a Sociedade Cooperativa de Consumo dos Operários da Tecelagem Indaial S.A. de Resp. Limitada, com 198 sócios, congregando os operários da indústria têxtil.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 13 702 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 10 028, ou seja 73% sabiam ler e escrever. Dêsse total, 5 315 eram homens e 4 713 mulheres. Na sede municipal, das 978 pessoas de cinco anos e mais, 810 sabem ler e escrever, sendo 389 homens e 421 mulheres.

Ensino — Em 1956 funcionaram na cidade e no resto do município 51 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 2 471 alunos, assim distribuídos: Pré-primário Infantil, 2 unidades com 83 alunos. Fundamental Comum, 46 unidades com 2 269 alunos, e Complementar, 3 unidades com 119 alunos.

No tocante a ensino extraprimário, funcionou no município o Ginásio São Paulo (Curso Ginasial).

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Duas são as sociedades desportivas culturais de Indaial.

O município possui dois cinemas: Cine Mogk, com 200 lugares e Cine Ascurra, com 100 lugares, uma estação de radiodifusão, a "Rádio Clube de Indaial" e duas bibliotecas: Biblioteca Pública Municipal "Cruz e Souza" e Biblioteca "Padre Manoel da Nóbrega".

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 379	2 832	866	598	989
1951	1 904	3 470	1 320	840	1 177
1952	3 094	3 817	1 528	1 096	1 391
1953	3 694	5 686	2 517	1 294	1 781
1954	7 998	7 569	2 265	1 163	2 723
1955	9 446	8 960	2 905	1 232	2 831
1956	12 837	14 801	3 559	1 710	3 803

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Um monumento de Cristo Redentor no logradouro vizinho ao Hospital "Beatriz Ramos" e um busto de Olavo Bilac, situado na rua Marechal Deodoro da Fonseca, com os dizeres: "Os Escolas de Indaial a Olavo Bilac".

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As procissões tradicionais que se realizam no município são: a de Santa Inês, a 21 de janeiro, a Festa e procissão do Senhor Bom Jesus, em agôsto, e "Corpus Christi".

Nos distritos de Ascurra e Apiúna, existem oratórios situados em elevações de mais de 200 metros de altitude, nos quais, anualmente, se realizam festas religiosas. O padroeiro de Ascurra é Santo Ambrósio; de Apiúna, Santa Ana e de Indaial, Santa Inês. No calendário tradicional, as festas dos padroeiros são acontecimentos empolgantes.

É particularidade notável a completa ausência de conflito religioso, pois os luteranos contribuem e comparecem às festividades prestadas pelos católicos.

No calendário das festas tradicionais as mais importantes para a população indaialense são: Páscoa (de grande significado para os descendentes de germânicos), Espírito Santo (Pentecostes) e o Natal; constituem feriados pela tradição e são guardados dois dias: o primeiro e o segundo: na zona rural guarda-se mais um, que é o terceiro dia de festa.

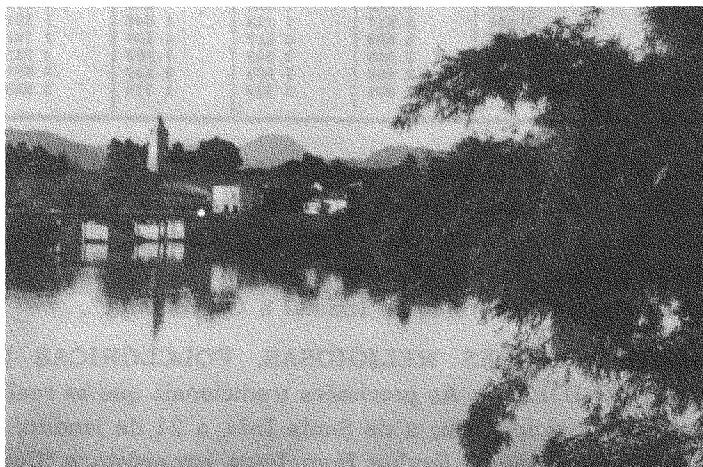
É costume, às vésperas de uma destas festas, as pessoas se cumprimentarem dizendo: "Boas Festas".

No que se refere a cultos pode ser registrado o seguinte:

Culto Católico Romano: Paróquia de Santa Inês, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz, 7 capelas pública e 1 semipública. Paróquia Santo Ambrósio, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz e 16 capelas públicas. Paróquia de Santa Ana de Apiúna, com 2 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, 4 capelas públicas e 1 semipública.

Culto Protestante: Comunidade Evangélica Luterana de Indaial, com 4 igrejas.

As manifestações folclóricas, produtos do processo aculturativo que enriquecem o calendário dos acontecimentos indaialenses, são: a cigarra, conhecida no linguajar teuto-brasileiro por WEIHNACHTSKÄFER, ou seja, besouro de Natal. Segundo a lenda, WEIHNACHTSKÄFER tudo observa para contar ao Papai Noel, que também é confundido com São Nicolau. E o Papai Noel por ocasião da distribuição dos presentes, perante a Árvore de Natal iluminada, faz, em primeiro lugar, a prestação de contas com os peraltas, de tudo quanto foi prèviamente informado.

No casamento, notam-se também manifestações folclóricas dignas de menção: a Noite do Barulho, conhecida na zona colonial com certa regularidade ainda, e na zona urbana, mais raramente, chamada POLTERABEND, que consiste no seguinte: Às vésperas do casamento, há uma festa um tanto íntima, para as pessoas que preparam os doces e salgados. Em dado momento, a louça ordinária é atirada ao chão, juntamente com os cacos de louça já inutilizados, numa demonstração de desejos de felicidades aos que se consorciarão, no dia seguinte.

Ponte Carlos Schroeder

Hospital Dr. Roberto Kechele

Ligada aos momentos felizes, festivos, solenes, cívicos, públicos e particulares anota-se a presença de uma palmeira Jussara conhecida como PALMITO (*Euterpe edulis*); onde houver festa ali estarão suas fôlhas ornamentando ou, até mesmo, pés fincados inteiros como que plantados, seja ladeando portas ou portões, emoldurando ruas ou mesmo estradas e caminhos vicinais. O palmito é servido em conserva, à mesa, e usado como massa de pastéis e empadas, é também transformado em sopa.

Na culinária regional é indispensável. Sua estirpe é utilizada em andaimes para construção civil, e ainda em calhas rústicas na engenharia improvisada do pequeno agricultor. Suas fôlhas são utilizadas para cobertura e as pínulas para trançados de fins úteis ao equipamento rural.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — "Indaialense", é o patromímico dos que nascem em Indaial, e segundo Norberto Bachmann, indica o lugar onde existe em abundância a palmeira indaiá (*atalea compta*), cuja denominação primitiva era "inaiá anã", ligado, unido e "iá", fruto, côco, ou seja côcos unidos, ligados, ou de "ini", rêde, linha, fio, e "iá", fruto, resultando daí fruto de fibra, como é o côco de inajá.

Indaial é sede de Comarca e Têrmo que abrange também o município de Rodeio.

O eleitorado de Indaial, em 1958, era de 6 495 eleitores.

Em 31 de dezembro de 1957, existiam os seguintes veículos no município: a) veículos a motor: automóveis 53, jipes 6, ônibus e micro-ônibus 4, camionetas 56, motociclos 24, caminhões 95, tratores 7.

b) veículos a fôrça animada: carros de 2 ou 4 rodas 9, bicicletas 2 425, carroças de 4 rodas 1 030.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

ITÁ — SC

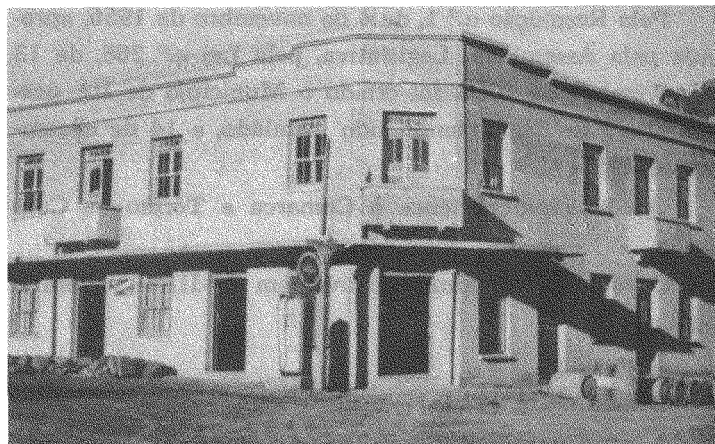
Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — A colonização de Itá foi iniciada em 1919, com a Emprêsa Luce, Rosa & Cia. Ltda., com sede em Pôrto Alegre, Rio Grande do Sul. O ponto de penetração foi uma picada de 60 km, partindo de Barro, estação ferroviária, sede do Município de Gaurama, atual Gentio do Ouro, passando pelos povoados de Santo Antônio, Três Arroios, Dourado, Rio Novo, até o rio Uruguai, no Estado do Rio Grande do Sul. Seguindo pelo interior de Santa Catarina, até o rio Uvá, da referida picada, foi feita a estrada de rodagem terminada em fins do ano de 1922. Posteriormente, foi ligada de Uvá por outra picada à cidade do Passo Bormann e daí a Chapecó, passando por Caçador, Ariranhazinha, Nova Teutônia e Irani, anos após, também convertida em estrada de rodagem.

A colonização começou com o primeiro colono alemão Theodoro Scheuble e sua família vindo de São Paulo, em 1919. No dia 21 de setembro do mesmo ano, vieram os senhores Valentim Bernardi e Ângelo Paludo, que se estabeleceram no lugar previsto para o povoado, ao qual loteado no ano seguinte foi dado o nome que até hoje tem, pelo caboclo Luiz de Campos, que àquela época por lá chegou. Itá é palavra tupi, significando "pedra, rocha, objeto duro". No mesmo ano chegaram os senhores Pedro Paludo, Miguel Paludo e outros, para comprar terras e vieram residir em princípios de 1920, formando o primeiro estabelecimento comercial.

Quando chegaram à região os primeiros moradores, já existiam, por essas paragens bugres, o célebre Monge José Maria e o senhor Fabrício das Neves, conhecido como Coronel Fabrício. Êstes dois mantinham, sob suas ordens, numerosos caboclos. Consta que Fabrício, alastrando-se com seu bando até Rio Novo, atual Aratiba, no Rio Grande do Sul, mantinha sob seu domínio, tôda a região. Em 1921, Fabrício fixou residência em Itá e com êle seu estado-maior: Janguinho Lemos, João Cirilo, Augustinho Frederico Wilke e outros. No célebre combate de Irani, Fabrício, o Monge e grande número de fanáticos perderam a vida, tendo sido morto também o Coronel João Gualberto e muitos de seus soldados. Em 1921, foi criada a primeira escola municipal, regida pelo professor João Hamester e nomeado o primeiro inspetor de quarteirão, o senhor Pedro Paludo. Nesse ano, em 3 de janeiro, se deu a primeira visita sacerdotal, ocasião em que pelo Reverendo Frei Athanázio Furlani foi rezada a primeira missa. Ainda em 29 de junho dêsse mesmo ano, foi inaugurada a primeira capela.

No fim do ano de 1924, teve início a colonização Rio Branco.

Com o progresso do lugar e da colônia, Itá foi elevado à categoria de distrito, pela Lei n.º 61, por iniciativa de Pedro Paludo e do Pastor Jorge Weidmann, junto ao Coronel Vitor Rauen, Prefeito de Limeira, hoje Joaçaba, e instalado em 5 de agôsto de 1925. Assumiram o cargo de 1.º Intendente, o senhor Alfredo Bays, de subdelegado, o senhor Wenceslau Dartora, de Juiz de Paz, o senhor Luiz Sartoretto e de escrivão, o senhor Waldomiro Silva.

Prédio comercial

No período de 1927 a 1930, foi Intendente o senhor Pedro Paludo. Neste tempo, foram criadas a Coletoria Estadual, a Agência Postal, instalada em 10 de dezembro de 1928, e a primeira Escola Estadual, regida pelo professor Henrique Pille, sendo, também, inaugurada a primeira Capela Evangélica do Sínodo Rio-grandense, construída com o auxílio dos católicos.

Em 24 de junho de 1930, Itá teve a primeira visita oficial do então Governador do Estado, Dr. Adolfo Konder.

Ainda nesse período, foi decretada a construção da Estrada Estadual Joaçaba—Concórdia—Itá—Chapecó, que foi construída em 1930 até Jaborá, e, posteriormente, até Concórdia. Também, foi decretada, pelo Presidente Washington Luiz Pereira de Souza, a construção da Rêde Telegráfica Joaçaba—Itá, concluída só até Jaborá, interrompendo-se o trecho restante com o movimento revolucionário daquele ano.

Itá, ponto estratégico, foi lugar de penetração inicial neste Estado, das fôrças revolucionárias, sofrendo, com isso, grandes prejuízos. No período de 1930 a 1950, Itá teve sua vida paralisada, como conseqüência da revolução e falta de amparo dos podêres públicos.

Em 24 de novembro de 1930, foi instalada a Paróquia, tendo sido seu primeiro Vigário o Reverendo Padre Antônio Boos.

De 1950 progrediu novamente, demonstrando capacidade econômica. Já em 1953, pleiteou a emancipação política e administrativa, tendo à frente dêste movimento os vereadores, pelo então distrito de Itá, senhores Francisco Hall, Dr. Aldo Ivo Stumpf e José Viott, e o povo em geral. Foi conseguido o intento, e pela Lei n.º 268, de 13 de novembro de 1956, da colenda Assembléia Legislativa, aprovada a criação dêste Município, que foi instalado em 13 de dezembro do mesmo ano, com a presença do Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, Sr. Heriberto Hülse, por êle sendo proclamada Santa Luzia padroeira do Município. Como primeiro Prefeito Provisório ficou o Senhor João Moschetta, que regeu os destinos da Municipalidade até a posse do Prefeito eleito, Senhor Pedro Paludo, o que se deu em 30 de junho de 1957.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito deve sua criação à Lei n.º 62, de 7 de janeiro de 1924, do Município de Cruzeiro (Joaçaba). Instalado a 28 de junho de 1924.

Pela Resolução n.º 1, de 4 de novembro de 1956, aprovada pela Assembléia Legislativa, pela Lei n.º 268, de 13 de novembro de 1956, foi criado o Município de Itá, desmembrado de Seara, tendo sido instalado, a 14 de dezembro de 1956.

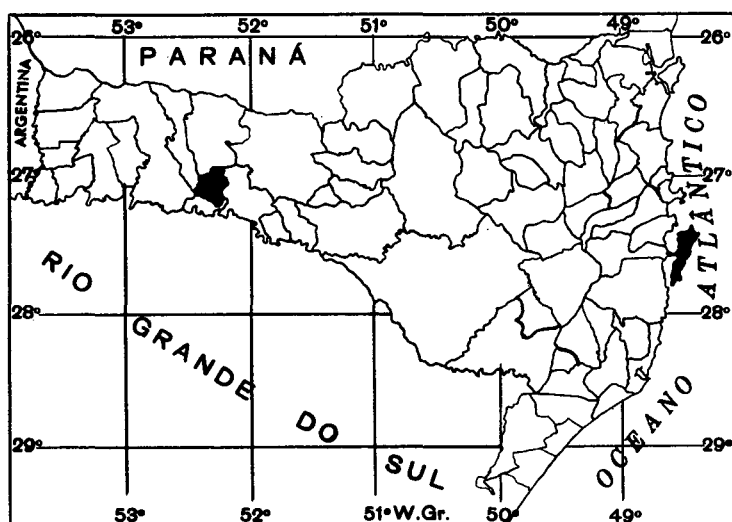
O Município pertence à Comarca e Têrmo de Concórdia.

O seu quadro administrativo, em 1.º-III-1958, era o seguinte:

Município: Itá.

Distrito: Itá (Sede).

A atual legislatura teve início em 1957, tendo sido eleito Prefeito, o Senhor Pedro Paludo, e constituída a Câmara Municipal de 7 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O Município fica localizado na zona fisiográfica do Oeste, ficando a cidade às margens do rio Uruguai, e a 372 km, em linha reta, da Capital do Estado, e possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 27° 18' de latitude sul e 52° 20' de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 300 metros na Sede Municipal, sendo o 38.º lugar em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — O clima, à semelhança do da zona fisiográfica a que pertence o Município, é bastante frio no inverno (0°C), sujeito a geadas, chegando, porém, no verão a 30°C. No comêço da primavera, observa-se a predominância de chuvas, alcançando a precipitação quase 2 000 mm. A umidade vai, mais ou menos, a 80%.

ÁREA — A área do Município é de 217 km², figurando em 70.º lugar em relação às áreas dos menores Municípios do Estado.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Uruguai, que serve de limite entre o Município e o Estado do Rio Grande do Sul, navegável sòmente na época das cheias por balsas de madeira. Rio Irani, na divisa com Chapecó. Rios Engano e Ariranha, entre Itá e Seara. Rio Jacutinga, que separa êste Município do de Concórdia. Como saltos, pode ser citada a cascata do rio Itá.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) De origem mineral — argila para tijolos. b) De origem vegetal — madeiras em geral, madeiras de lei, pinho.

POPULAÇÃO — A população de Itá, segundo o Recenseamento de 1950, era de 4 025 habitantes.

A densidade era de 18,5 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 40.º lugar no Estado. Localiza-se no quadro rural 90,3% da população, sendo esta percentagem das mais elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 70.º lugar, com relação à população dos demais Municípios do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 68.º lugar em população, com um total de 387 habitantes, sendo, assim, nesse particular, das menores cidades do Estado.

Recente estimativa do Departamento Estadual de Estatística atribui ao Município uma população de 7 882 habitantes, em 1958.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Segundo dados do Recenseamento de 1950, a aglomeração urbana existente naquela época no território compreendido pelo atual Município, era a Vila de Itá, com uma população de 387 habitantes, dos quais 201 eram homens e 186 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal característica do Município é a lavoura e a criação. No ano de 1957, a produção agrícola atingiu a Cr$ 57 509 236,00.

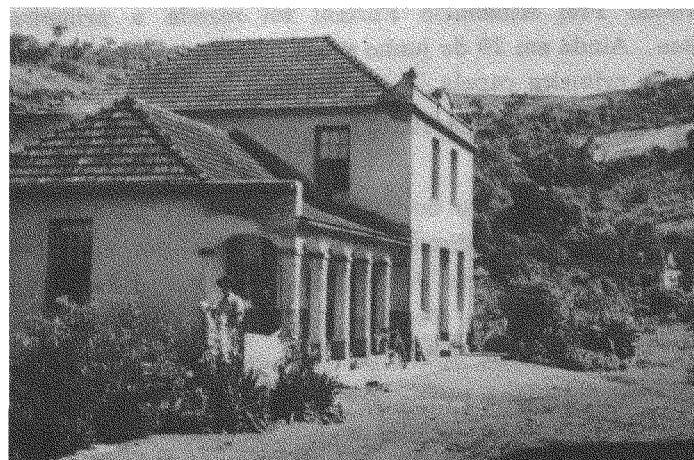
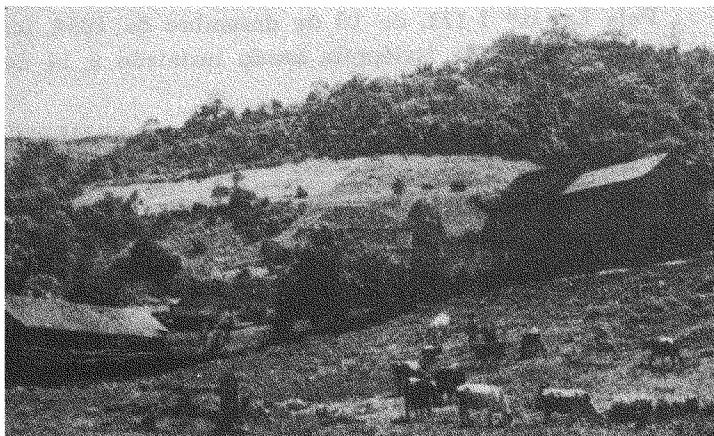
No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957:

a) De origem mineral — telhas 14 milheiros, no valor de Cr$ 42 000,00; tijolos 208 milheiros, no valor de Cr$ 270 400,00.

b) De origem vegetal — carvão vegetal 7 000 kg, no valor de Cr$ 21 000,00; lenha 15 000 m³ no valor de Cr$ 1 500 000,00; vassoura de sorgo 5 000 unidades, no valor de Cr$ 110 000,00.

COMÉRCIO — Em todo o Município contam-se 11 estabelecimentos comerciais varejistas.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O Município é servido por duas (2) emprêsas rodoviárias para passageiros.

Dista a cidade cêrca de 594 km da Capital Estadual por meio de rodovia e tem as seguintes distâncias das Sedes

Duas residências coloniais

Vista geral de uma residência colonial

Municipais vizinhas, também por meio de rodovia: 38 km até a cidade de Concórdia; 28 km até a de Seara; 80 km até a de Chapecó, e 18 km até a de Aratiba, no Estado do Rio Grande do Sul.

Na cidade funciona uma Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma Estação de Rádio da Polícia Militar do Estado, e uma Rêde Telefônica, de uso privativo, da S.A. Indústria e Comércio Concórdia.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Itá tem 387 habitantes, sendo a 68.ª cidade em população do Estado de Santa Catarina, e conta com dois hotéis, o Hotel Popular e o Hotel Pita, um estabelecimento que negocia com peças e acessórios de automóveis, duas cooperativas, e o Real Cine, com 120 lugares. Na cidade estaciona um destacamento da Polícia Militar do Estado, havendo também uma Estação Radiotelegráfica da mesma Polícia.

É servida de iluminação pública (5 logradouros iluminados) e domiciliária, com 94 ligações domiciliares.

Os principais prédios, são: Igreja Matriz, Prefeitura Municipal, Edifício Vera Cruz, Moschetta e Grupo Escolar "General Liberato Bittencourt".

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica, no Município, é prestada à população por um hospital, o Hospital São Pedro. Existe 1 farmácia no Município.

COOPERATIVISMO — Na cidade funcionam as seguintes cooperativas: Cooperativa de Produção e Consumo Santo Antônio Ltda., instalada em 1946, com 85 sócios, que tem por finalidade a compra em comum e produção de cereais. Cooperativa Fôrça e Luz Itaiense Ltda., instalada em 1950, com 184 sócios, cuja finalidade é produção e distribuição de energia elétrica.

ALFABETIZAÇÃO — Em virtude de haver o Município figurado como parte do de Concórdia no ano de 1950, os aspectos referentes à alfabetização sòmente podem ser apreciados no tocante à então Vila de Itá, e eram os seguintes: das pessoas de 5 anos e mais, em número de 325, 273 sabiam ler e escrever (145 homens e 128 mulheres), e 52 não sabiam ler nem escrever (25 homens e 27 mulheres).

Ensino — Em 1956, funcionaram na cidade e no resto do Município 16 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 814 alunos, assim distribuídas: Fundamental Comum, 15 unidades com 804 alunos; Complementar, 1 unidade com 10 alunos.

No tocante a ensino extra-primário, funcionou no Município um Curso Normal Regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há duas associações desportivas e recreativas no Município: o Clube Cruzeiro, na Sede Municipal, e a Sociedade Esportiva e Recreativa Uvense, no passo do Uvá.

FINANÇAS PÚBLICAS — O Município sòmente foi instalado em dezembro de 1956, não sendo possível, por isto, obter-se o quadro de finanças.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As manifestações religiosas caracterizam-se pelas festas de São Pedro Apóstolo a 29 de junho, e Sant'Anna a 8 de dezembro.

No que diz respeito a cultos, há a assinalar o Culto Católico Romano: Paróquia de São Pedro Apóstolo, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz e 15 capelas públicas e Culto Evangélico do Sínodo Rio-grandense, com 1 capela.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O patronímico dos habitantes de Itá é "Itaiense".

A denominação do Município, segundo consta, se deve ao caboclo Luiz de Campos e significa "pedra, rocha".

Itá pertence à Comarca e Têrmo de Concórdia, e seu eleitorado, em 1958, era de 1 487 eleitores.

Em 31-XII-1957, existiam os seguintes veículos no Município: a) Veículos a motor — automóveis 2, jipes 2, ônibus e micro-ônibus 1, camioneta 1, e caminhões 12. b) Veículos a fôrça animada — bicicletas 25, e carroças de 4 rodas 173.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

ITAIÓPOLIS — SC

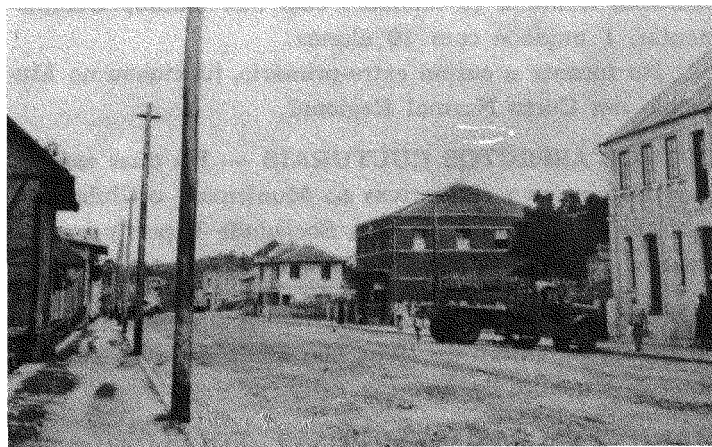
Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — Os primeiros habitantes do município, que, à época, era território paranaense, foram as famílias de João Reichhardt, José Wergenowski e João Becker que chegaram às terras que hoje constituem o município de Itaiópolis, por volta do ano de 1889.

Posteriormente, chegava à localidade de Rio Negro, uma leva de 5 000 imigrantes poloneses, por conta e proteção do Govêrno Federal. Naquela localidade do Paraná, permaneceram durante alguns meses, ali recebendo auxílio e alimentos, transportando-se, depois, rumo ao local onde se localiza a sede municipal de Itaiópolis, seguindo por uma estrada e por um picadão, num trecho de 33 quilômetros.

Chegados ao seu destino, fundaram, juntamente com as três famílias já existentes no local, a Colônia Federal Lucena, no ano de 1890.

Data daí um certo desenvolvimento na colonização, tanto assim que, por volta do ano de 1903, o povoado já era elevado à categoria de distrito do município de Rio Negro.

Anos depois, já apresentava condições de capacidade para vida autônoma, como município, em grande parte re-

Vista parcial da Rua Getúlio Vargas

sultante da vinda de outras correntes imigratórias, tais como alemães, rutenos e também poloneses.

Pela lei n.º 850, de 18 de março de 1909, do Estado do Paraná, Itaiópolis foi elevado à categoria de município, sendo instalado a 1.º de julho do mesmo ano.

Essa instalação foi presidida pelo Tenente-Coronel Felipe Kirchner, Presidente da Câmara Municipal de Rio Negro, por ordem do Governador do Estado do Paraná, Dr. Francisco Xavier da Silva, constituindo-se a primeira Câmara Municipal de Itaiópolis dos seguintes elementos: Estanislau Procopiak, Prefeito, João Reichhardt, Presidente, Henrique Koening, José Wiengenowski, Mathias Pieczarka, Leonardo Becker e José Pscheidt, Vereadores.

A 26 de maio de 1917, o município foi suprimido, em virtude do acôrdo de limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, sendo o território de Itaiópolis anexado à segunda daquelas unidades da Federação.

Nesse mesmo ano, a Lei municipal n.º 3, de 2 outubro de 1917, do município de Mafra, criava o distrito de Itaiópolis, ocorrendo a instalação em novembro do mesmo ano.

Em 1918, pela Lei n.º 1 220, de 28 de outubro, do Estado de Santa Catarina, foi criado novamente o município de Itaiópolis, ocorrendo sua instalação a 1.º de janeiro de 1919, sendo Governador do Estado o Dr. Hercílio Pedro da Luz.

Em 1935 eram criados os distrito de Itaió e Iraputã.

Em 1956 foi criada a Comarca de Itaiópolis, sendo instalada a 14 de maio dêsse ano.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVO-JUDICIÁRIA — O distrito foi criado por lei municipal n.º 3, de 2 de outubro de 1917, e instalado em novembro de 1917.

O município foi criado com sede na colônia de Lucena e a denominação de Itaiópolis, pela Lei estadual do Paraná n.º 850, de 18 de março de 1909, tendo sido desmembrado o seu território do município do Rio Negro. A 1.º de julho dêsse ano ocorreu a instalação.

Por fôrça do Decreto estadual do Paraná de 26 de maio de 1917, foi suprimido o Município, em virtude de seu território se ter transferido para o Estado de Santa Catarina.

O município de Itaiópolis, foi restaurado, com território desligado do de Mafra, pela Lei estadual de Santa Catarina, n.º 1 220, de 28 de outubro de 1918, e reinstalado a 1.º de janeiro do ano seguinte. Refere-se, também, à anexação de Itaiópolis a Santa Catarina a Ata de 2 de novembro de 1921.

Pela Lei n.º 1 171, de 10 de dezembro de 1954, foi criada a Comarca de Itaiópolis, sendo instalada a 14 de maio de 1956.

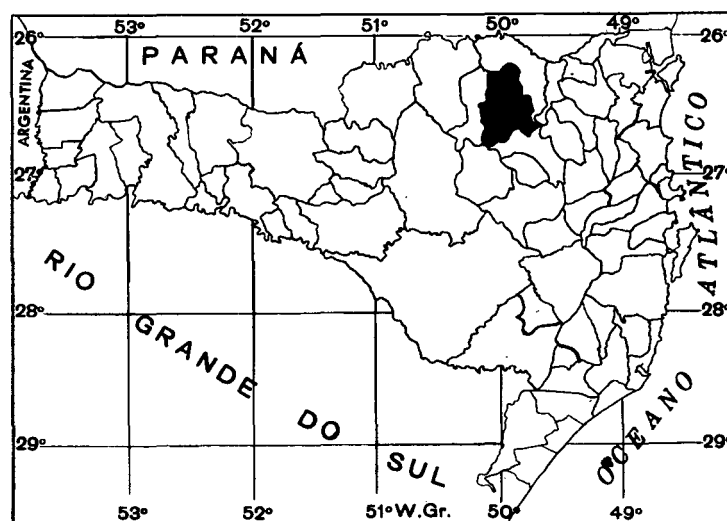
O seu quadro administrativo e judiciário em 1.º-III-958, era o seguinte:

Comarca, Têrmo e Município: Itaiópolis.

Distritos componentes: Itaiópolis, Iraputã e Itaió.

A Comarca de Itaiópolis abrange ainda o município de Papanduva, constituído do distrito da sede.

A atual Legislatura teve início em 1955, tendo sido eleito Prefeito, João Silveira Primo e constituída a Câmara Municipal de 7 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Itaiópolis localiza-se na zona fisiográfica de Canoinhas. A cidade fica a 193 km em linha reta da Capital do Estado, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 26º 20' 17" de laitude sul e 49º 54' 21" de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Na sede municipal, 920 m, ocupando o 69.º lugar em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina. É das sedes municipais mais altas de Santa Catarina.

CLIMA — Sêco e saudável. No verão é quente, durante o dia, refrescando à noite. A temperatura varia de 30ºC no verão, até menos de 0ºC no inverno, quando, então, neva. Em geral, muita neblina. As chuvas têm ligeira predominância durante o verão. A precipitação anual varia de 1 500 a 2 000 mm.

ÁREA — A área do município é de 2 077 km, figurando em 12.º lugar em relação as áreas das demais comunas.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Salto Rio Negrinho, altura 23 metros, potência 250 H.P., aproveitado. Salto Greim com altura de 30 metros, potência 300 H.P., requerido pela Emprêsa de Luz e Fôrça Elétrica de Itaiópolis S.A., para futuro aproveitamento. Salto Cachoeira com 18 metros de altura e 24 H.P., aproveitado. Salto Rio Feio, altura 20 metros, potência 30 H.P. Salto Itaiòzinho, altura 25 metros, potência 280 H.P., inexplorado. Morro Itaió com 1 010 metros de altura e Serra do Chapéu com 1 000 metros de altura. Rio Itajaí do Norte nos limites com o município de Ibirama. Rio Negrinho que separa Itaiópolis

do município de Mafra. Rio São João, que serve em parte de divisa com o município de Canoinhas. Rio Contagem, servindo em parte de divisa com o município de Mafra. Rio Itaputã nos limites com o município de Papanduva. Rio da Prata na divisa com o município de Ibirama. Rio Bituva e Rio Lagoa, separando o município de Itaiópolis do de Mafra.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) De origem mineral — Pedra calcária e areia para construção e barro para olaria.

b) De origem vegetal — madeiras, óleo de sassafrás e erva-mate.

c) De origem animal — mel e cêra de abelhas.

POPULAÇÃO — A população de Itaiópolis, segundo o Recensamento de 1950, era de 18 616 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 9 513; mulheres 9 103; brancos — 17 879; pardos — 551; pretos — 162; amarelos — 1 e 23 não declararam a côr. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 10 399, 3 744 eram solteiras, casadas — 6 077; viúvas — 506; desquitadas — 11 e 61 não declararam o estado conjugal. Existiam 343 estrangeiros e 302 brasileiros naturalizados.

Em religião predominaram os que se declararam Católicos Romanos, com 18 068; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade era de 8,9 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 59.º lugar no Estado. Da população, 93,9% localizam-se no quadro rural, sendo esta percentagem das mais elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina que é de 76,4%. Situa-se em 38.º lugar, com relação à população dos municípios do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 59.º lugar em população em relação às demais cidades de Santa Catarina.

A população estimada pelo Departamento Estadual de Estatística, é de 24 130 habitantes, para o município, em 1958.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São três as aglomerações urbanas do município: a cidade de Itaiópolis com 860 habitantes (434 homens e 426 mulheres) e as vilas de: Iraputã com 109 habitantes (57 homens e 52 mulheres) e Itaió, com 152 habitantes (75 homens e 77 mulheres), conforme dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu, no ano de 1955, a Cr$ 40 503 816,00.

Trecho da Rua Dr. Nereu Ramos

Obras do futuro Hospital Santo Antônio

O município assenta sua economia, principalmente, na agricultura. A produção de farinha de trigo, atingiu no ano de 1955, a 1 254 198 kg, no valor de Cr$ 8 979 071,00; seguindo-se madeira exceto pinho serrado, tábuas (10 439 metros cúbicos, no valor de Cr$ 11 459 053,00); pinho serrado, pranchões, tábuas, etc. (6 495 metros cúbicos no valor de Cr$ 5 687 984,00); madeiras laminadas (2 844 metros cúbicos, no valor de Cr$ 5 068 493,00); madeiras compensadas (589 metros cúbicos, no valor de Cr$ 2 414 397,00).

Dos 33 estabelecimentos industriais, 2 dedicam-se a moagem de cereais e 25 são serrarias.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) 26,52% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: milho, feijão (grão), trigo, centeio, batatinha, batata-doce, aipim, ervilha, arroz, fumo em fôlha, alho, cevada, mandioca, melancia, abóbora, aveia (grão), amendoim com casca, abacaxi, tomate; como culturas permanentes, temos: uva, laranja, banana, pêra, pêssego, bergamota e maçã. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 96 484 120,00. O valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de Cr$ 92 427 800,00. A percentagem da população ativa na indústria foi de 3%.

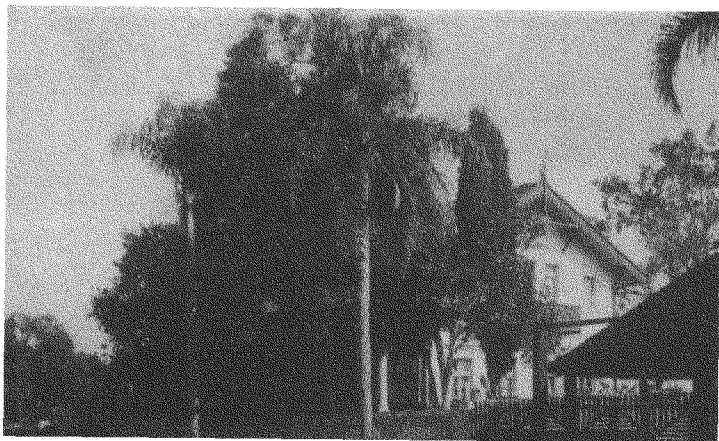
No tocante à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957:

a) de origem mineral: areia (400 t no valor de Cr$ 40 000,00); barro ou argila (1 684 t no valor de Cr$ 109 000,00); tijolos (379 milheiros no valor de Cr$ 350 780,00);

b) de origem vegetal: erva-mate cancheada ..... (1 950 000 kg no valor de Cr$ 16 243 500,00); lenha (61 000 m³, no valor de Cr$ 1 540 000,00); madeira (29 000 m³ no valor de Cr$ 11 428 000,00);

c) de origem animal: cêra de animal silvestre (2 100 kg no valor de Cr$ 105 000,00); couros (1 075 unidades no valor de Cr$ 26 700,00); mel de abelha silvestre (6 000 kg no valor de Cr$ 42 000,00).

No que se refere a produtos transformados ou não, de origem animal, a produção atingiu em 1956 o valor de Cr$ 8 897 261,00, sendo os principais produtos: ovos (440 000 dúzias no valor de Cr$ 5 500 000,00); banha (31 620 kg no valor de Cr$ 1 106 700,00); lingüiça (14 000 kg no valor de Cr$ 532 000,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se mais de cem estabelecimentos comerciais (7 ataca-

Casa Residencial

distas e 107 varejistas) e uma Agência do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 1 emprêsa rodoviária para passageiros e uma emprêsa ferroviária para passageiros e cargas, a Estrada de Ferro Rio Negro — Caxias.

Dista a cidade cêrca de 395 km da Capital do Estado por rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por rodovia: 33 km até a cidade de Mafra; 32 km até a de Papanduva; 142 até a de Taió; 310 km até a de Ibirama; 142 km até a de Rodeio; 93 km até a de Rio Negrinho. Por ferrovia: 34 km até Mafra; 91 km (RVPSC) até Rio Negrinho.

Na cidade funciona uma Agência Postal Telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos e uma Agência Rádiotelegráfica da Polícia Militar do Estado.

No interior do município há um Serviço Telefônico e um Pôsto Telegráfico da Estrada de Ferro Rio Negro — Caxias.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Itaiópolis tem 860 habitantes, sendo a 59.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina.

É servida de luz elétrica com 271 ligações domiciliares. Os edifícios mais importantes são: Igreja-Matriz, Grupo Escolar e Prefeitura Municipal, Pôsto de Saúde e Hospital Santo Antônio, Agência do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina, Correios e Telégrafos e Comunidade Evangélica. A cidade conta com 4 hotéis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica no município é prestada à população por 2 médicos, 1 dentista, 1 farmacêutico e 6 auxiliares de saúde.

Um Hospital, um Pôsto de Saúde, servem à população com assistência médica em geral.

Existe uma farmácia no município.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 15 468 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 8 588, ou seja 55,5%, sabiam ler e escrever. Dêsse total, 4 666 eram homens e 3 922 mulheres. Na sede municipal, das 718 pessoas de cinco anos e mais, 591 sabiam ler e escrever, sendo 302 homens e 289 mulheres.

ENSINO — Em 1956 funcionaram na cidade e no resto do município 62 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 2 330 alunos, assim distribuídas: Pré-Primário-Infantil, 1 unidade com 40 alunos. Fundamental Comum, 60 unidades com 2 276 alunos e Complementar, 1 unidade com 14 alunos.

No tocante a ensino extraprimário, funcionou no município um Curso Normal Regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há duas associações desportivas e culturais, localizando-se uma na cidade e outra no interior do município.

A cidade possui um cinema, o Cine Esperança, com 350 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	470	1 242	721	380	1 347
1951	752	1 474	867	443	1 310
1952	1 288	1 454	1 072	474	1 447
1953	800	2 770	1 432	600	2 512
1954	1 120	2 448	1 316	627	2 813
1955	1 941	3 214	1 387	674	2 993
1956	1 705	5 669	1 572	776	4 627

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E EFEMÉRIDES — Relativamente a cultos, observa-se o seguintes em Itaiópolis:

Culto Católico Romano — Paróquia da Sagrada Família, com 2 socerdotes, 1 Igreja Matriz, 2 Igrejas (outras), 5 capelas públicas. Paróquia de Nossa Senhora Imaculada da Medalha Milagrosa, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz, 9 capelas públicas. Paróquia de Santo Estanislau, com 2 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, 1 Igreja (outra), 16 capelas públicas.

Culto Protestante: Comunidade Evangélica de Itaiópolis, com 1 Igreja.

Culto Espírita: 1 Centro Espírita.

São festejadas no município, com procissões, as seguintes datas religiosas: 8 de dezembro, em honra a Nossa Senhora Imaculada da Medalha Milagrosa, padroeira da cidade; 8 de maio em honra a Santo Estanislau, padroeiro do Povoado de Paraguaçu; 6 de janeiro — data comemorativa dos Três Reis Magos, festejada na sede do distrito de Iraputã; 20 de janeiro — data consagrada a São Sebastião, padroeiro da localidade de Itaió.

As festas são geralmente precedidas de novenas em louvor ao orago, e, na maioria, são animadas por pequenos conjuntos musicais, fazendo parte o tradicional apregoamento de leilões de prendas, churrasco, bebidas, café, doces e algumas atrações desportivas, como sejam: tiro ao alvo, pescaria, corrida de cavalinhos e outras.

No tocante ao folclore, registra-se apenas a existência do Terno de Reis.

Além das datas mencionadas como festividades religiosas, a principal efeméride de Itaiópolis, ocorre a 1.º de janeiro, data da instalação do município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do município, recebem o patronímico "itaiopolenses".

A palavra "Itaiópolis" é hibridismo tupi-grego, no qual a última parte significa cidade. "Itaió" se compõe de "i" água, rio e "taió", que, segundo Romário Martins, procede de "ita" pedra, e "hó" aumentativo. Entretanto "taió" pode ser abreviação de "Taioba" (taia-oba), fôlha de taiá.

Itaiópolis é sede de Comarca e Têrmo, abrangendo ainda o município de Papanduva.

O eleitorado de Itaiópolis, em 1958, era de 3 373 eleitores.

Em 1957, havia no município, os seguintes veículos:

a) Veículos a motor: automóveis — 18, jipes — 3, ônibus e micro-ônibus — 2, camionetas — 28 e caminhões — 111.

b) Veículos a fôrça animada: carros de 2 ou 4 rodas — 12, bicicletas — 175, carroças de 4 rodas — 1 411.

A cidade possui uma banda de música bem organizada que excursiona pelo interior do município.

No último decênio, o município apresentou acentuado índice de progresso em face das construções da Estrada de Ferro Rio Negro— Caxias e da Rodovia Federal, ambas servindo a êste município.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

ITAJAÍ — SC

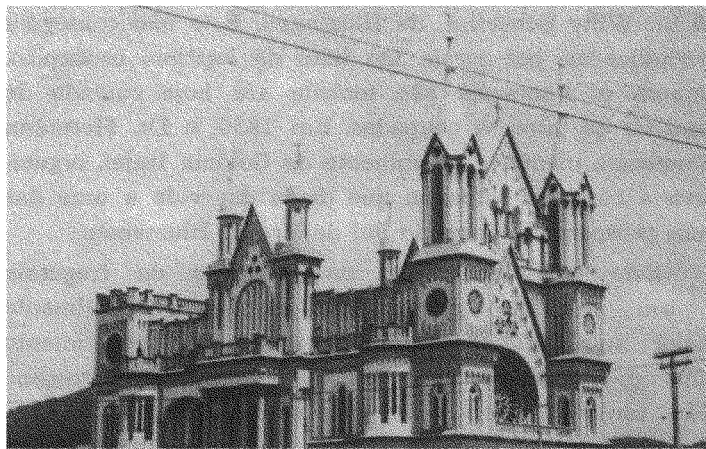
Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — As opiniões divergem quanto aos primeiros povoadores da região onde se instalaria mais tarde o Município de Itajaí. Teria sido Matheos Arzão, segundo uns, o primeiro morador de Itajaí, com uma "fazenda de lavoura". Há quem afirme, porém, que, como alguns pescadores espanhóis e portuguêses que ali pousavam, Arzão não se haveria fixado no local.

Marcos Konder, estudando a história de Itajaí (Histórico de Itajaí — *in* Anuário de Itajaí — 1949), dá como fundador Antônio Menezes de Vasconcellos Drumond, como se vê, a seguir:

"A fundação histórica de Itajaí data do ano de 1820 e é considerado seu fundador Antônio Menezes de Vasconcellos Drumond, jovem diplomata que o Ministro de D. João VI, Tomaz Antônio de Vila-Nova Portugal, enviara em missão desconhecida a Santa Catarina, a fim de afastá-lo da Côrte, onde suas tendências libertárias de jornalista e amigo dos Andradas o tornavam um elemento perigoso e indesejável. Em tôrno de descobrimentos e descobridores reina geralmente uma profunda controvérsia histórica. A fundação de Itajaí não escapou a esta regra.

Demonstramos, pelo testemunho escrito do próprio Drumond nas "Anotações" feitas à sua biografia, publicada em 1836 na "Biografie Universelle et Portative des Contemporains", que devemos admitir Drumond como o verdadeiro fundador de Itajaí e aceitar o ano de 1820 como a data mais provàvelmente exata da fundação. Os pescadores espanhóis e portuguêses existentes na costa, principalmente para os lados de Penha, não tiveram intuitos de se fixar ao solo nem praticaram ato algum de colonização. Eram elementos instáveis, limitados exclusivamente à pesca erradia do mar. Nas mesmas condições se achariam os Arzões e outras famílias que Drumond porventura encontrasse pelas imediações da foz do Itajaí-açu.

Drumond permaneceu na nova colônia cêrca de dois anos, durante os quais construiu num dos ribeirões próximos um engenho de serrar madeira, um barco, a sumaca "S. Domingos Lourenço". Qual seria êsse ribeirão, é difícil adivinhar. Talvez, o ribeirão da Fazenda ou do Cortume Schneider por ser ainda até hoje o desaguadouro mais volumoso da cidade. Aquela embarcação, a primeira de seu tamanho construída às margens do Itajaí, levou para o Rio de Janeiro um carregamento de milho, feijão e tabuado, "o produto abençoado dos primeiros itajaienses". Proclamada a Constituição do Brasil, em virtude da revolução de 26 de fevereiro de 1821, recebeu Drumond ordem do Almirante Quintella, Ministro do Reino, para suspender as obras e retirar-se para a Côrte. Terminou, assim, a missão do fundador de Itajaí.

Igreja-Matriz Municipal

Sucedeu a Drumond na direção da colônia, embora sem caráter oficial, o mais graduado do lugar, o Coronel Agostinho Alves Ramos, mais tarde comissionado para dirigir a colônia de Itajaí, fundada em 1836 nos lugares Pocinho e Belchior.

Em 1824, se deu a criação do curato de Itajaí com a nomeação do seu primeiro Vigário, o Franciscano Frei Pedro Antônio Agote. O terreno para a primitiva capela, construída de pau-a-pique, foi doado por José Coelho da Rocha e sua mulher Maria Coelho da Rocha e era o mesmo da Igreja Matriz, na praça Vidal Ramos. Em 1832, passou Itajaí, até então dependente de S. Francisco, para o domínio da Vila de Pôrto Belo, e, a 13 de agôsto de 1833, o administrador da Província, Feliciano Nunes Pires, criava a freguesia do SS. Sacramento de Itajaí, cujos limites eram ao norte o rio Gravatá e ao sul o rio Camboriú. Em 1835, se fundou a primeira escola pública.

Com a fundação da colônia de Itajaí em 1836 nos arraiais do Pocinho e Belchior, iniciou-se então a verdadeira fase colonizadora das terras marginais do Vale do Itajaí. Em 1845, os belgas Van Leede e os irmãos Lebon fundavam por sua própria conta em terras adquiridas ao Tenente-Coronel José Henrique Flôres, no lugar da atual Ilhota, a Colônia Belga, de tão efêmera duração. A decadência precoce da colonização belga, deve-se ao fato de os fundadores terem abandonado as terras escolhidas, sem deixar continuadores na direção, nem guias para a exploração e cultivo do solo.

Dos irmãos Lebon — Lebon prêto e Lebon branco — assim chamados vulgarmente por ser um de cabelo escuro e o outro de cabelos louros, um — o prêto — voltou à Bélgica e o outro faleceu como despachante geral em S. Francisco. Van Leede deixou as terras da Colônia em legados a um hospital da Bélgica que, por sua vez, as vendeu

ao Sr. Willy Scheeffer, de Blumenau. Êste não conseguiu reivindicá-las, por serem um bem de legítimo usucapião, embora os ilhotenses não tenham até hoje cuidado de legalizar os terrenos ocupados. Em 1850, o Dr. Hermann Blumenau, membro proeminente da Colônia Itajaí, organizava a bandeira vitoriosa que devia dar vida a uma das mais prósperas colônias do Sul do Brasil: Blumenau.

Êste engrandecimento do território da freguesia e seu crescente povoamento exigiam naturalmente maior autonomia para tornar o seu desenvolvimento mais proveitoso e mais eficaz a sua administração. Não tardou fôssem estas justas aspirações satisfeitas. A Lei número 164, de 4 de abril de 1859, criava o município, desmembrando-o do de Pôrto Belo. O novo município, instalado solenemente no dia 17 de junho do ano seguinte, compreendia os territórios dos atuais municípios de Itajaí, Brusque, Blumenau e Camboriú; o perímetro da vila ficava delimitado pela extrema das terras de D. Felícia Alexandrina Leão Coutinho, ao sul, e pelo ribeirão de Joaquim José da Silva, ao norte, e quarenta braças para o centro, contadas da beira-mar. Os primeiros vereadores foram os Srs. Joaquim Pereira Liberato, eleito Presidente, Claudino Francisco Pacheco, José da Silva Mafra, Francisco Antônio de Souza, Manoel José Pereira Máximo, Jacinto Zuzarte de Freitas e José Henrique Flôres.

Mas o verdadeiro organizador da nova administração municipal foi o Sr. José Pereira Liberato, Presidente da Câmara no quatriênio de 1861 a 1864 e um dos mais honestos e operosos administradores que Itajaí tem tido.

No mesmo ano da criação do município, estendeu-se o movimento colonizador pelo vale do Mirim acima com a fundação, em 4 de agôsto de 1860, da Colônia de Brusque, assim denominada em homenagem ao então Presidente da Província, Dr. Carlos de Araújo Brusque. Oito anos depois, em 1868, foi criada a Comarca de Itajaí, da qual foi primeiro juiz o Dr. Joaquim da Silva Ramalho. Decorridos nove anos, dava-se a elevação da vila a cidade, em 1.º de maio de 1877. Era então Presidente da Câmara, desde 1865, o Coronel José Henrique Flôres. No período administrativo de seu sucessor, João Marques da Silva, se deu a fundação de Luís Alves, em 1877. O ano de 1880, ficou tristemente assinalado pela grande enchente do Itajaí que se estendeu a tôdas as cabeceiras e afluentes do rio, destruindo vidas e propriedades e estancando o desenvolvimento de tôda a região por alguns anos. No vale do Mirim especialmente, a cheia tomou proporções assustadoras, a ponto de ocasionar o desvio da corrente fluvial pela Estrada de Brusque, abrindo assim o rio caminho para o mar por dentro da cidade e ocasionando estragos enormes.

As subscrições organizadas no Estado e na Capital do Império, graças aos esforços incansáveis e ao espírito de sacrifício do então Presidente Interino da Câmara, Guilherme Asseburg, secundado pelo Presidente Provincial, Doutor João Rodrigues Chaves, renderam o suficiente para socorrer as vítimas e atenuar os efeitos da trágica catástrofe.

Seguiu-se então a época inevitável dos desmembramentos, dando-se vida autônoma a Blumenau, em 1880, a Brusque, no ano seguinte, e a Camboriú, em 1884.

Apesar de cerceados em território e rendimentos, os itajaienses não se entregaram ao desânimo, pelo contrário, tudo fizeram para não estacionar o desenvolvimento do município. Debaixo da presidência de Nicolau Malburg (o velho), o exemplar servidor da causa pública, levou-se a efeito a construção do Hospital Santa Beatriz, inaugurado oficialmente no dia 3 de janeiro de 1887, quando administrava a Província o Dr. Francisco José da Rocha, chamado o Bacalhau. O nome de Santa Beatriz dado ao hospital provém do fato de a espôsa do Presidente chamar-se "Beatriz". Um ano depois adquiriria o município a primeira Casa da Câmara.

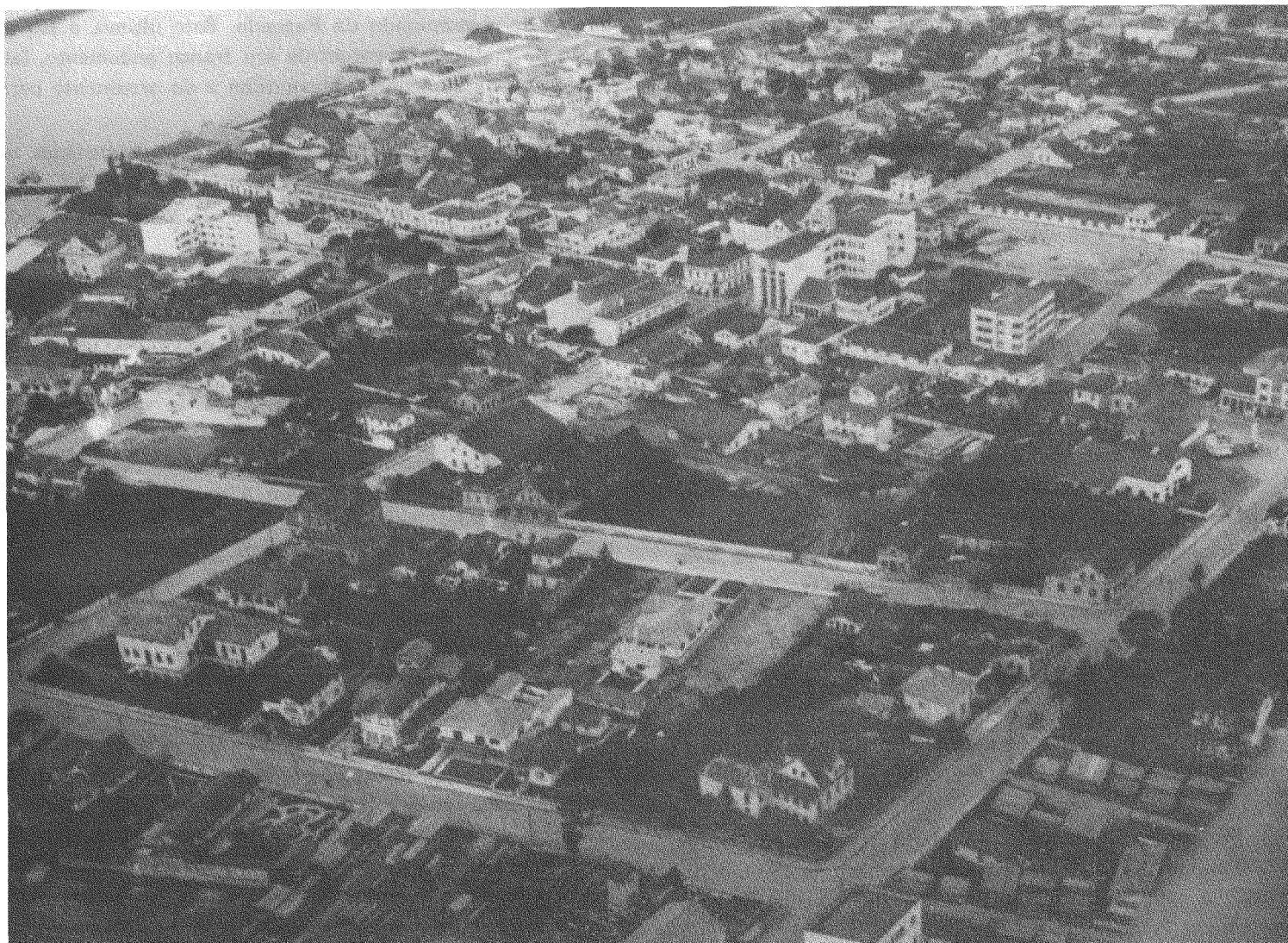
Quando caiu a Monarquia achava-se na presidência interina da Câmara o Sr. Samuel Heusi, um dos poucos elementos políticos e administrativos que a República havia de conservar em posição de destaque. Porque com o advento do novo regime, apareceram no cenário político outras figuras, os republicanos históricos de que Itajaí possuía uma luzida falange. Dêstes, o que logrou maior evidência foi o médico baiano Dr. Pedro Ferreira e Silva, chefe político da situação durante mais de vinte anos.

Os primeiros anos da República foram, como em tôda a parte, infrutíferos para a causa pública. Foi nomeado primeiro Governador o itajaiense Tenente Lauro Severiano Müller, mas não pôde manter-se no pôsto devido às derrubadas do interregno federalista, pródromos da revolução de 93, que tão profundamente havia de agitar o Brasil, numa luta fratruicida e inglória.

Com a vitória da legalidade, os republicanos voltaram a predominar e só então puderam dedicar-se ao bem público. Em 15 de junho de 1897, inaugurava-se o serviço de abastecimento de água da cidade, com que o primeiro Govêrno do Sr. Dr. Hercílio Luz todavia Itajaí, graças aos esforços do Dr. Ferreira, então líder do Congresso estadual. No período Ferreira fêz-se ainda a remodelação da cidade, com a abertura de novas ruas e praças e o alargamento e a retificação da viação urbana existente; em 1910, instalava-se a iluminação elétrica. A concessão fôra dada a Max Puetter, mas na realidade a emprêsa era do itajaiense Félix Busso Asseburg.

A Samuel Heusi deve o município a construção do Matadouro Público, além do seu esfôrço abnegado de dirigente honesto e escrupuloso das obras públicas municipais durante mais de quatro lustros.

O ano de 1911 marcou outra vez uma colossal enchente, uma dessas inundações periódicas que, de trinta em trinta anos, com uma regularidade fatal, assolam o Vale do Itajaí. Embora os efeitos desta catástrofe não se revestissem, ao menos entre nós, da mesma gravidade do fenômeno de 1880, ainda assim foram bem consideráveis as perdas causadas à lavoura e ao comércio por êste flagelo. Felizmente, com o auxílio dos Governos Federal e Estadual e o produto das subscrições públicas, entre as quais sobressaiu a do jornal "Estado de São Paulo", depressa se minoraram os sofrimentos e prejuízos maiores, entrando tudo logo numa fase de reconstrução e trabalho.

Em 1911, foi concedido o primeiro auxílio do município ao Colégio Paroquial São José. Em 17 de dezembro de 1912 se deu o nome de Bairro de Navegantes à povoa-

Vista parcial aérea da cidade

ção da margem esquerda fronteira à cidade. Até aí se chamava "outro lado" ou povoado de S. Amaro.

Em 4 de dezembro de 1913, festejou-se um acontecimento digno de nota: inauguração do Grupo Escolar "Vitor Meirelles", um dos primeiros frutos da reforma do ensino estadual, essa obra benemérita do Governador Vidal Ramos e do inspetor Orestes Guimarães. Isto se deu na administração do Sr. Jorge Tzaschel, um dos últimos remanescentes da velha guarda de administradores.

Na sessão do Conselho Municipal de 17 de dezembro de 1913, concedeu-se permissão para a instalação de uma linha de bondes. A Lei ficou no papel e talvez para sempre, desde que se inventaram as linhas de ônibus circulares.

Em 23 de abril de 1915, já na administração de Marcos Konder, iniciada em 10 de janeiro do mesmo ano, foi autorizada a reforma da instrução pública municipal. Em 1.º de janeiro de 1917, se deu a inauguração do Mercado Público. Em 5 de maio do mesmo ano, aprovou-se a Lei número 72 do Conselho Municipal que tornou o ensino primário obrigatório para as crianças de 7 a 12 anos. Em 1918, foi criada a Agência Fiscal de Luís Alves. Pelas Leis ns. 118 e 423 de 1920, foi tornado obrigatório o uso de fossas sépticas ou liquefatoras na cidade, ficando o município ainda autorizado a conceder auxílio aos proprietários mais necessitados.

Os dias 10, 11 e 12 de julho de 1920, foram de grande gala para Itajaí por causa do centenário da fundação da cidade. Em comemoração à data máxima itajaiense, passou a Rua Bento a denominar-se Avenida Antônio Drumond. Logo em seguida lembraram-se os edis da pobreza e reservaram compartimentos do Mercado Público sem aluguel para a venda de carne com isenção de impostos.

1922. O ano do centenário da Independência do Brasil foi também festejado em todo o município e em tôdas as escolas. No dia 22 de outubro de 1925, foi inaugurado o novo palacete municipal, um dos maiores e mais imponentes edifícios públicos de estilo barroco, existentes no Estado. Foi pena que, ao refazerem-se os muros derrubados, não se tivesse mantido o mesmo estilo. Em 1926, foi denominado Jardim Lauro Müller o da Praça Vidal Ramos, e autorizada a colocação de um monumento ao grande itajaiense, num local mais adequado. Em 1927, foi contratado o serviço de luz e fôrça do distrito de Luís Alves, sendo inaugurado em fevereiro, quando a 12 do mesmo mês se comemorou solenemente o 50.º aniversário da fundação daquele distrito. A 9 de novembro de 1928, contratou o município com a Companhia Telefônica Catarinense o serviço telefônico para a cidade e os distritos. Dois acontecimentos memoráveis se deram também no mesmo ano de 1928. No dia 12 de outubro inagurou-se o novo serviço de abastecimento de água de Ressacada e a instalação de luz no bairro de Cabeçudas, visto que anteriormente já o havia sido feito em Navegantes. Em 1930, outros dois serviços de valor foram comemorados no município: a

ponte de cimento armado sôbre o rio Itajaí-Mirim e a instalação do Edifício da Intendência de Luís Alves. Com o triunfo da Revolução de outubro tudo se transformou e mudou, tanto no sentido político como no administrativo. Apareceram, também, as sindicâncias das quais Itajaí não ficou isenta. Mas, passado o temporal, as ondas políticas se amainaram e os antigos administradores e legisladores conseguiram livrar-se de pena e culpa, sendo plenamente absolvidos pela Comissão de Sindicâncias e Junta de Sanções.

Damos abaixo o quadro das pessoas que exerceram o cargo de Prefeito, a partir de 1930 até hoje. Dêsses, dois foram eleitos constitucionalmente: Irineu Bornhausen, em março de 1936, e Arno Bauer.

Eis a relação:

Sr. Antônio Quintas Maia (exerceu o cargo como integrante da Junta Revolucionária).

Sr. Adolfo Germano d'Andrade — foi nomeado pelo Sr. Interventor Federal Prefeito do Município em 5-11-1930, exercendo as funções até 21-12-1931.

Sr. Alberto Pedro Werner — nomeado Prefeito pelo Sr. Interventor Federal, em 2-1-1932, exercendo o cargo até 2-5-1933.

Sr. Arno Bauer — nomeado Prefeito pelo Sr. Interventor Federal, em 4-5-1933, exercendo o cargo até ...... 2-4-1936.

Sr. Irineu Bornhausen — eleito Prefeito em março de 1936, exercendo as funções até novembro de 1937, e, nomeado a partir dessa data pelo Sr. Interventor Federal, exerceu as funções até janeiro de 1939.

Sr. Francisco de Almeida — foi nomeado Prefeito pelo Sr. Interventor Federal em janeiro de 1939, exercendo o cargo até 24-3-1945.

Sr. Abdon Fóes — foi nomeado Prefeito em 25 de março de 1945, exercendo as funções até novembro do mesmo ano. Em 14 de fevereiro de 1946, foi nomeado novamente, exercendo o cargo até 26 de abril de 1947.

Sr. Júlio Teixeira — foi nomeado Prefeito em novembro de 1945, exercendo as funções até 30 de janeiro de 1946.

Sr. Olindo Rodolfo de Souza — substituindo o Senhor Prefeito, na qualidade de Presidente da Câmara.

Sr. Paulo Bauer — substituindo o Sr. Prefeito, na qualidade de Presidente da Câmara.

Sr. Arno Bauer — que tomou posse em 3-12-47.

Sr. Paulo Bauer, em 1951.

Sr. Carlos de Paula Seára, em 1955.

Durante 17 anos, de 1930 a 1947, houve apenas 2 prefeitos eleitos e em mais de 14 anos nada menos de 13 delegados interinos passaram pela Prefeitura. É natural que, durante êsse período discricionário não se tivessem podido realizar grandes obras, porque, além de serem os prefeitos dependentes da interventoria, estavam ainda sujeitos aos ditames e referendas do Departamento das Municipalidades. Todavia vamos enumerar tudo o que consta dos anais:

1931— Em 14 de fevereiro foi instalado o Distrito de Ilhota, criado pela Lei estadual de 26 de setembro de 1930. A 1.º de outubro, o Cemitério de Navegantes, bem como o da cidade, denominado da Fazenda. Êste último, a Revolução de Outubro já encontrou em franco andamento, faltando apenas uma parte da muralha e do ornamento para concluí-lo.

1934 — No dia 14 de julho, foram contratados os edifícios das intendências de Penha e Ilhota.

1935 — No dia 19 de outubro, se inaugurou o novo mercado de carnes e peixes.

1936 — Pela Resolução n.º 15, de 18 de junho de 1936, criou-se o Ginásio Municipal em prédio próprio, cuja obra foi paralisada em 1939. Em 22 de setembro, foi criada a escola noturna para filhos de operários, maiores de 14 anos. Regulamentou-se, também, a 23 de setembro a lei de construção de casas para operários. No dia 2 de novembro foram transladados, com ato solene e piedoso e grande acompanhamento, para a quadra oficial do Cemitério da Fazenda, os restos mortais dos antigos prefeitos de Itajaí.

1937 — Pela Resolução n.º 78, de 17 de março, foi criado e denominado "Bruno Malburg" o novo e moderno jardim localizado atrás da Igreja Matriz. A 13 de maio foi inaugurada a escola noturna "João da Cruz e Silva".

1938 — Em 26 de março, assina o Govêrno do Município um convênio com o Estado para serviços de Saúde Pública em Itajaí, instalando-se o Centro de Saúde. A 12 de julho, celebrou-se um acontecimento memorável: com a presença do Interventor Federal, foi inaugurado o busto do grande Lauro Müller, sem ser com os meios angariados, e sem a presença do autor da idéia, visto estar êle impedido de vir ao Sul por motivos políticos e nacionalistas. Ainda em 1938, foi a cidade dividida em 2 perímetros: o urbano e o suburbano. Por esta divisão, foram incluídos nos perímetros da cidade não só o bairro de Cabeçudas, que já era perímetro urbano, como também as povoações da Barra do Rio Carvalho, Rio Conceição e Ressacada e, do outro lado do rio, Navegantes até Saco Grande.

Em 1937, um novo período discricionário criou o Estado Novo e anulou, assim, a curta fase constitucional e, em conseqüência, também o regime já implantado de tolerância popular. Em seguida sobreveio a grande conflagração, na qual o Brasil teve também de tomar parte, não só como aliado dos Estados Unidos, como também adversário extremado dos países totalitários. Êste município, embora pequeno, tomou parte no movimento, quer mandando soldados para o campo de batalha, quer assinando bônus de guerra para financiar o envio de tropas à Itália.

Digno é que se assinale a presença e se faça justiça a dois vultos que muito mereceram da sua terra natal. São êles João Gaya e Marcos Gustavo Heusi.

Gaya entrou em môço para o serviço público, dedicando-se especialmente à nossa Câmara Municipal com um desvêlo verdadeiramente exemplar. Durante os últimos anos chegou a exercer três funções: a de secretário, a de procurador e a de tesoureiro e, apesar de serem pesados êstes encargos, jamais deixou de desempenhá-los com proficiência e honestidade. João Gaya foi um funcionário exemplar, cujo nome deve constar da galeria dos bons servidores da Câmara itajaiense.

O segundo, Marcos Gustavo Heusi, deixou a existência terrena no dia 23 de fevereiro de 1947, depois de uma

Vista parcial aérea do pôrto fluvial

vida cheia de serviços dedicados ao País e, especialmente, a Itajaí. De aprendiz de mecânico, quando ajudou a montar o vapor "Blumenau", tornou-se maquinista e chegou ao fim da carreira no pôsto de chefe de máquinas, tendo trabalhado nas obras das docas de Santos, no pôrto e nos serviços da nossa costa. Quando desembarcou definitivamente, montou uma oficina, e, depois, foi para a roça dirigir uma fazenda de seu compadre Dr. Bachmann à beira do Itajaí-Mirim. Lá, soube adaptar-se tão bem ao serviço da lavoura, aplicando os métodos mais modernos, que deixou a propriedade valorizada. Voltando à cidade, o então Prefeito de Itajaí o convidou para dirigir as obras públicas municipais e tão bem êle soube desempenhar-se de sua função que em breve tornou-se a mão direita do executivo municipal e até seu substituto. Nesta qualidade êle entregou a Câmara Municipal aos revolucionários em 1930 e foi depois, a convite ainda do seu amigo o diretor-gerente da Usina de Açúcar Adelaide, trabalhar na parte técnica dêste estabelecimento industrial. Ali prestou serviços tão preciosos que, quando êle se aposentou, dois anos antes de seu falecimento, a Usina Adelaide não teve dúvidas em completar a aposentadoria oficial com o necessário para perfazer o seu ordenado como diretor-industrial.

Mas, em qualquer setor da vida pública de Itajaí, Marcos Gustavo Heusi se revelou sempre um espírito dedicado, operoso e inteligente. O seu nome deve, portanto, ser inscrito nos anais itajaienses como o de um servidor máximo da sua e da nossa terra, que êle amou como poucos".

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito foi criado pelo Decreto n.º 21, de 12 de agôsto de 1833. O município o foi, com território desmembrado dos de Pôrto Belo e São Francisco, por fôrça da Lei provincial número 464, de 4 de abril de 1859, instalando-se a 15 de junho do ano seguinte.

Em virtude da Lei provincial n.º 819, de 1.º de maio de 1876, foram concedidos foros de cidade à sede do Município e Itajaí.

A Comarca de Itajaí criou-a a Lei provincial número 603, de 23 de abril de 1868, suprimida pela Lei n.º 861, de 4 de fevereiro de 1880, e restaurada pela Lei número 924, de 30 de março do ano seguinte.

O seu quadro administrativo e judiciário, em 1.º de março de 1958, era o seguinte:

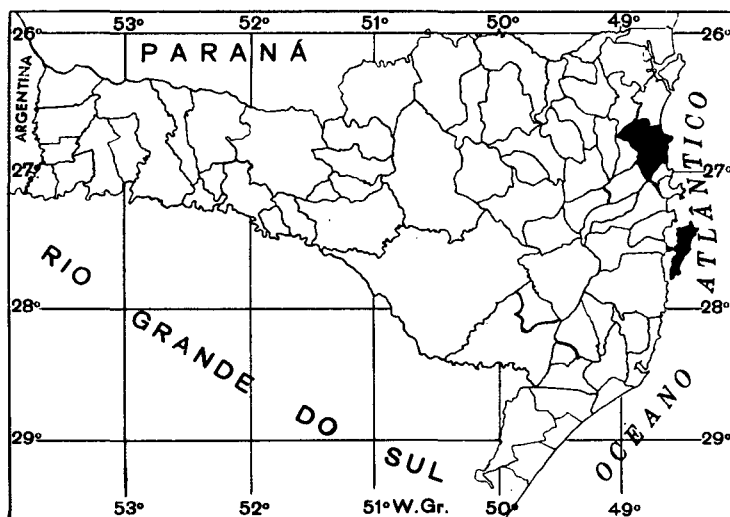
Comarca, Têrmo e Município: Itajaí.

Distritos componentes: Itajaí, Ilhota, Luís Alves e Penha.

A Comarca de Itajaí abrange ainda o Município de Camboriú, constituindo o distrito da sede.

Pela Lei n.º 348, de 21 de junho de 1958, da Assembléia Legislativa do Estado, foram desmembrados do município de Itajaí, os municípios de Ilhota, Luís Alves e Penha.

A atual legislatura teve início em 1955, tendo sido eleito Prefeito, o Sr. Carlos de Paula Seára, e constituída a Câmara Municipal de 13 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Itajaí localiza-se na zona fisiográfica da bacia do Itajaí. A cidade fica à margem direita do rio Itajaí-Açu, próximo à sua foz, e a 77 km em linha reta da Capital do Estado, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 26° 54' 18" de latitude sul e 48° 39' 16" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Dois metros na sede municipal, sendo o 2.° lugar em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — Em geral, qente e úmido. No verão, a temperatura se eleva, muitas vêzes, a 37°C e mais; no inverno cai aproximadamente, a 10°C. As chuvas predominam no verão, com fortes trovoadas, variando as precipitações anuais entre 1 400 e 2 000 mm.

ÁREA — A área do município é de 1 034 km², figurando em 30.° lugar em relação às áreas das demais comunas.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Itajaí-Açu, com largura média, na desembocadura, de 250 metros e canal de acesso ao pôrto com 4,5 metros. Rio Itajaí-Mirim, com 32 km de extensão e rio Luís Alves, afluente do Itajaí-Açu. Morro do Baú, com 870 metros de altura. Serras do Brilhante e do Camboriú.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) De origem mineral — molibdênio, pedra calcárea, barro para indústria e construção, areia e minério de ferro. b) De origem vegetal — madeiras em geral, madeiras de lei e de qualidade, bambu e eucalípitos. c) De origem animal — camarão e peixes.

POPULAÇÃO. — A população de Itajaí, segundo o Recenseamento de 1 950, era de 52 057 habitantes e tinha a seguinte composição: homens 25 949; mulheres 26 108; brancos 49 296; pardos 614; pretos 2 022, e 125 não declararam a côr. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 29 263, 9 539 eram solteiras; 17 783 casadas; 1 790 viúvas; 20 desquitadas e 131 não declararam o estado conjugal. Existiam 146 estrangeiros e 49 brasileiros naturalizados. Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos em número de 49 840; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade era de 53 habitantes por km², ocupando o 69.° lugar no Estado. Da população 53,9% localiza-se no quadro rural, sendo esta percentagem das menos elevadas no Estado, inferior à média da população rural de Santa Catarina que é de 76,4%. Situa-se em 7.° lugar na população dos municípios mais populosos do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 4.° lugar em população.

É de 64 919 habitantes a população do município, estimada pelo Departamento Estadual de Estatística, para o ano de 1958.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São quatro as aglomerações urbanas do município: a cidade de Itajaí, com 19 797 habitantes (9 421 homens e 10 376 mulheres), e as vilas de: Ilhota, com 942 habitantes (511 homens e 431 mulheres), Luís Alves, com 382 habitantes (204 homens e 178 mulheres), e Penha, com 2 848 habitantes (1 339 homens e 1 509 mulheres, conforme dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu, no ano de 1955, a Cr$ 238 739 359,00.

O município assenta sua economia, principalmente, na agricultura. A produção de papel para embrulho, manilha Kraft, cativa, atingiu, no ano de 1955, 4 841 548 kg, no valor de Cr$ 66 078 623,00; caixas de madeira desarmadas 11 230 m³, no valor de Cr$ 20 669 355,00; tecidos de algodão, inclusive mescla, 1 668 329 metros, no valor de .... Cr$ 20 105 438,00; arroz sem casca 1 585 200 kg, no valor de Cr$ 18 426 578,00; farinha de trigo 3 026 501 kg, no valor de Cr$ 18 426 578,00.

Dos 35 estabelecimentos industriais, 2 dedicam-se à fabricação de conservas de camarão e 1 ao beneficiamento do arroz.

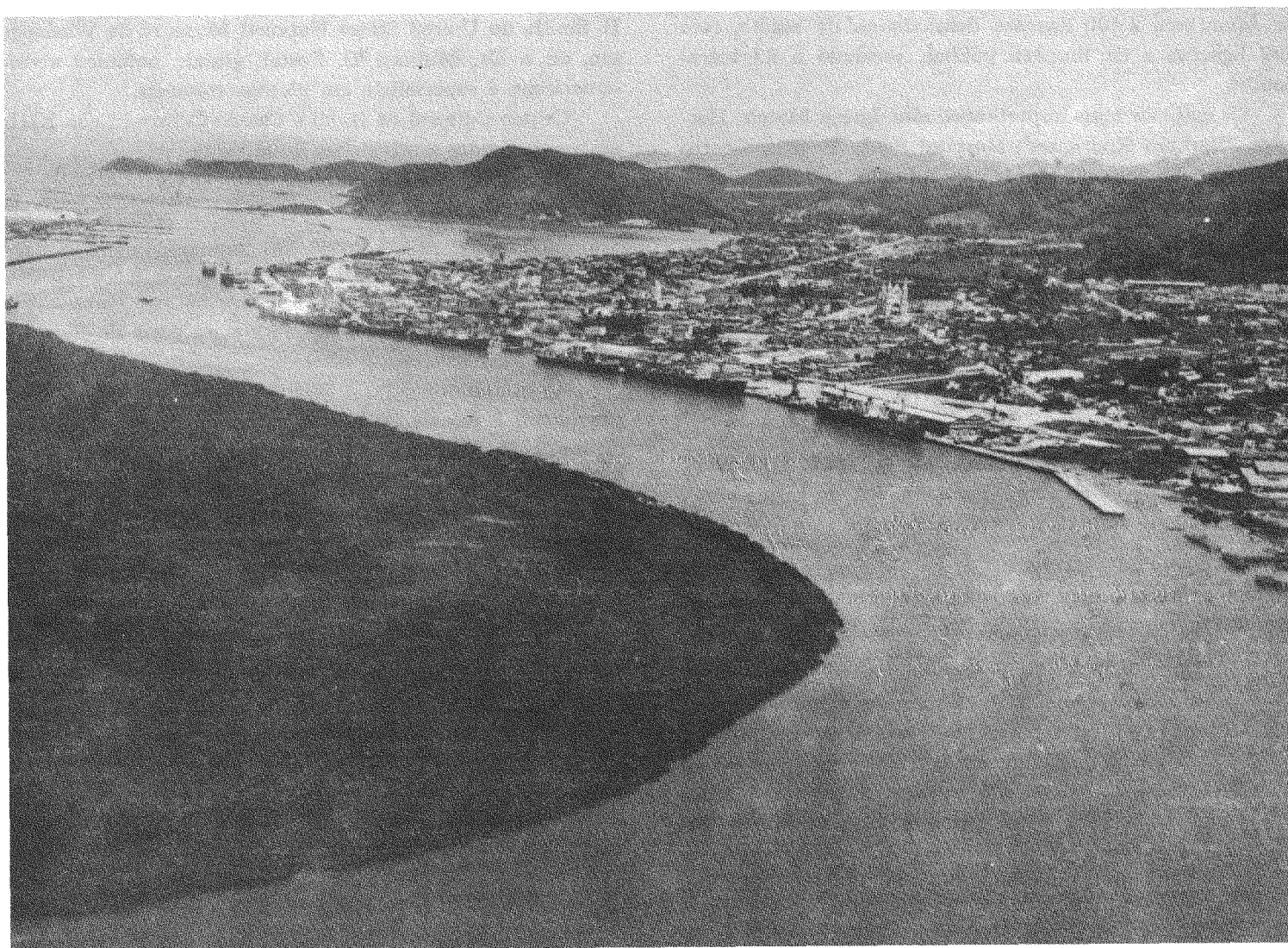
Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 14,67% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: arroz, fumo em fôlha, cana-de-açúcar, aipim, feijão (grão), milho, cana de forragem, abacaxis, batata-doce e araruta; como culturas permanentes, temos: café, laranja, banana e bergamota. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 66 552 400,00. O valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de Cr$ 170 989 000,00. A percentagem da população ativa na indústria foi de 6,85%.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957:

a) De origem mineral — areia 18 000 toneladas, no valor de Cr$ 1 800 000,00; barro ou argila 37 000 toneladas, no valor de Cr$ 2 070 000,00; tijolos 6 120 milheiros, no valor de Cr$ 3 360 000,00.

b) De origem vegetal — carvão vegetal 115 000 kg, no valor de Cr$ 310 500,00; lenha 208 000 m³ no valor de Cr$ 16 640 000,00; madeira 81 140 m³, no valor de .... Cr$ 1 378 700,00.

c) De origem animal — camarão 2 067 000 kg no valor de Cr$ 24 722 500,00; peixe fresco 341 000 kg, no valor de Cr$ 4 739 500,00; peixe sêco 23 000 kg, no valor de Cr$ 660 000,00.

No tocante a produtos transformados ou não de origem animal, a produção atingiu, em 1956, o valor de .... Cr$ 31 983 810,00, sendo os principais produtos: leite .... 3 300 000 l, no valor de Cr$ 23 100 000,00; ovos 240 000

Outra vista parcial aérea do pôrto fluvial

dúzias, no valor de Cr$ 3 468 000,00; banha 48 000 kg, no valor de Cr$ 1 536 000,00.

Ainda sob o ponto de vista econômico, convém salientar a existência, em Itajaí, da sede do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. — INCO, a maior organização bancária do Estado e a vigésima de todo o País (1954), que conta com o seguinte número de Agências: Estado de Santa Catarina 54, Estado de São Paulo 38, Estado do Paraná 9, Distrito Federal 2, e Estado do Rio de Janeiro 1.

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se mais de trezentos estabelecimentos comerciais (30 atacadistas e 292 varejistas); a Agência da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina, a Matriz e uma Agência do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. — INCO. Funcionam ainda no município as agências dos seguintes Bancos: Banco do Brasil S.A. e Banco do Comércio Sociedade Anônima.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 11 emprêsas rodoviárias para passageiros, 5 emprêsas rodoviárias, 37 marítimas para carga, 1 emprêsa ferroviária, a Estrada de Ferro Santa Catarina, 6 emprêsas marítimas e 4 emprêsas aéreas para passageiro e cargas.

Dista a cidade cêrca de 106 km da Capital do Estado por rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por rodovia: 55 quilômetros até a cidade de Blumenau, 73 km até a de Araquari, 92 quilômetros até a de Guaramirim, 40 km até a de Gaspar, 39 km até a de Brusque, e 17 até a de Camboriú. Dista 35 km de Gaspar, por ferrovia.

Na cidade funciona uma Agência Postal Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

No restante do município funcionam 3 Agências Postais, 1 Postal Telegráfica, 1 Postal Telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos, 3 Agências Telegráficas da Estrada de Ferro Santa Catarina, 1 Estação Radiotelegráfica da Viação Aérea Rio-Grandense (VARIG), 1 da Cruzeiro do Sul, 1 da Real Transportes Aéreos, 1 Agência Telefônica de uso público e uma de uso particular da Companhia Telefônica Catarinense.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Itajaí, na foz do rio do mesmo nome, é também o principal pôrto catarinense, por onde se escoa a produção de tôda a região e de parte do planalto de Santa Catarina.

Ainda continua a construção das instalações portuárias a cargo do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais.

A cidade de Itajaí tem 19 797 habitantes, sendo a 4.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina, e conta com 123 logradouros públicos, dos quais 12 totalmente pavimentados e 16 parcialmente pavimentados. É servida de luz elétrica, com 3 908 ligações domiciliares, e dos serviços

12 — 24 944

de água, com 2 400 ligações domiciliares, de esgôto, com 109 ligações e de limpeza pública, servindo a 43 logradouros.

Os edifícios mais importantes, são: Igreja Matriz, Herbário "Barbosa Rodrigues", Hospital Santa Beatriz, Centro de Saúde, Prefeitura Municipal, Edifício Sede do Banco Inco, Sociedade Guarani, Entreposto do Pinho, Hospital e Maternidade "Marieta Konder Bornhausen", Escola Normal São José, Edifício dos Correios e Telégrafos, Casa Paroquial e Estação Rodoviária Itajaí.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica, no município, é prestada à população por 8 médicos, 6 dentistas, 11 farmacêuticos e 17 auxiliares de saúde. Um hospital, 1 centro de sade, 1 pôsto de puericultura, 1 pôsto do SAMDU, 2 ambulatórios e 1 pôsto do SESI servem à população com assistência médica em geral.

Existem 16 farmácias no município.

ASILOS E RECOLHIMENTOS — Na cidade há o Asilo D. Bosco, para órfãos, cegos e aleijados, abrigando 92 internados.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 42 823 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 25 399, ou seja, 59,3% sabiam ler e escrever. Dêsse total, 13 155 eram homens e 12 244 eram mulheres. Na sede municipal, das 16 458 pessoas de 5 anos e mais, 11 264 sabiam ler e escrever, sendo 5 522 homens e 5 724 mulheres.

Ensino — Em 1956, funcionaram na cidade e no resto do município 165 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 8 864 alunos, assim distribuídas: Pré-Primário Infantil, 1 unidade com 101 alunos; Fundamental Comum, 151 unidades com 8 470 alunos; Fundamental Supletivo, 8 unidades com 156 alunos, e Complementar, 5 unidades com 137 alunos.

No tocante a ensino extraprimário, funcionaram no município os seguintes estabelecimentos: Escola Normal São José (Curso Ginasial e Normal), Ginásio Itajaí (Cursos Ginasial e de Datilografia), Ginásio Eugênio Müller (Curso Ginasial), Escola Técnica de Contabilidade de Itajaí (Curso Técnico de Contabilidade), um Curso Ginasial (Artigo 91), um Curso Normal, um Curso de Pilotagem, um Curso de Balconista, um Curso de Guarda-Livros, um Curso de Formação Tratorista e um Curso de Corte, Costura e Bordado.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há no município de Itajaí 14 associações desportivas, dedicadas a esportes náuticos ou ao futebol.

Dentre as associações recreativas, destaca-se a Sociedade Guarani, a mais tradicional e seleta associação recreativa de Itajaí, fundada em 1897, por Joca Brandão.

No tocante a associações literárias e científicas, registra-se o seguinte:

Herbário (Barbosa Rodrigues), sociedade científica, que se dedica ao estudo das riquezas vegetais. A sociedade mantém uma sede própria, com biblioteca e laboratório especializados, constando suas coleções de mais de 5 000 plantas estudadas por especialistas nacionais e estrangeiros. Pelo Herbário são promovidas excursões, que contam com a presença de especialistas de destaque, como o Dr. Tyman B. Smith, do United States National Museum de Washington, ou o Dr. Mulford B. Foster, grande botânico norte-americano e especialista em plantas tropicais.

Centro Cultural de Itajaí e Centro Cultural Leão XIII, ambos dedicados a atividades literárias.

Sociedade Musical Guarani, dedicada a atividades artísticas.

A cidade de Itajaí conta com três cinemas: Cine Rex, com 700 lugares, Cine Luz, com 920 lugares e Cine Itajaí, com 650 lugares. Há, ainda, um cinema em Navegantes, à margem esquerda do rio Itajaí, um na praia de Piçarras e um na sede distrital de Ilhota.

No que diz respeito à imprensa periódica, há, na sede municipal, 5 jornais semanários: "Jornal do Povo", fundado em 1936, "Libertados", fundado em 1931, "Itajaí", em 1884, "A Cidade" e "O Popular", ambos fundados em 1958.

Há em Itajaí duas estações radiodifusoras: a Radioclube de Itajaí e a Radiodifusora de Itajaí.

A principal biblioteca da cidade é a "Vasconcellos Drumond", do Centro Cultural de Itajaí, com mais de 2 000 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	10 160	16 049	2 747	1 942	2 696
1951	22 220	26 564	4 558	2 741	3 533
1952	27 969	25 567	6 754	3 113	6 117
1953	24 216	47 078	6 551	3 270	6 875
1954	25 799	40 425	8 697	4 284	8 345
1955	31 647	64 313	11 006	5 248	11 179
1956	47 066	66 850	15 131	6 279	14 582

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS — A cidade conta com onze hotéis, havendo ainda nove hotéis localizados no resto do município, dos quais seis se situam na praia de Piçarras.

Um moderno aeroporto, situado na zona urbana da cidade, dotado de aprazível estação de passageiros, é utilizado por quatro emprêsas de navegação aérea.

No que diz respeito a monumentos, são dignos de nota:

Busto do Dr. Lauro Müller, à Praça Vidal Campos.

Busto do Dr. Victor Konder, à Praça do Aeroporto Salgado Filho.

Busto do Dr. Getúlio Vargas, à Avenida Eugênio Müller.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As principais manifestações populares são de caráter religioso e se traduzem na festa de Nossa Senhora dos Navegantes, a 2 de fevereiro, com procissão fluvial; na de *Corpus Christi,* por estar a Paróquia sob a invocação do Santíssimo Sacramento e na festa de Nossa Senhora da Conceição, a 8 de dezembro.

Os cultos que ocorrem no município, são:

Culto Católico Romano: Paróquia do Santíssimo Sacramento, com 3 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, 3 Igrejas (outras), 15 capelas públicas e 5 semipúblicas. Paróquia Nossa Senhora da Penha, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz, 2 Igrejas (outras), 9 capelas públicas. Paróquia de São Vicente de Paula, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz e 11

Vista da vila de Penha

capelas públicas. Paróquia Santo Pio X, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz e 8 capelas públicas.

Culto Protestante: 2 Igrejas Adventistas do 7.º Dia, 1 Igreja Batista, 1 Igreja Presbiteriana, 2 Igrejas Evangélicas Luteranas, 4 Igrejas Evangélicas.

Culto Espírita: 2 Centros Espíritas.

No que diz respeito a folclore, é registrado em Itajaí: Terno de Reis, Boi de Mamão, brincadeira de Boi na Vara, Desafios, Pau de Fita, Ratoeiras e Pão por Deus.

VULTOS ILUSTRES — Lauro Müller — nascido em Itajaí em 1863 e falecido em 1926. Dedicou-se à carreira militar, foi discípulo de Benjamin Constant. Foi deputado federal e governador de Santa Catarina. Mais tarde representou Santa Catarina no Senado Federal. Em 1902, o Dr. Rodrigues Alves convidou Lauro Müller para ocupar o cargo de Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, datando daí a grande popularidade de que goza, conquistada pelas obras importantes que levou a cabo: construção da Avenida Rio Branco (antiga Central), na Capital Federal, e melhoramentos de vários portos. Membro da Academia Brasileira de Letras, substituiu o Barão do Rio Branco na Pasta das Relações Exteriores. Doutor "honoris causa" pela Universidade Harward.

Victor Konder — começou a vida pública como advogado, em Blumenau. Em 1922, ocupou o cargo de Secretário da Fazenda, Viação e Obras Públicas do Govêrno Hercílio Luz. No período 1926-1930, foi Ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, onde planejou e construiu a Rio—Petrópolis e Rio—São Paulo, as primeiras estradas nacionais do Brasil. Com a vitória da Revolução de 1930, foi exilado, regressando em 1933. Faleceu na Capital Federal, em 1938.

Adolfo Konder — advogado e político. Foi Governador do Estado de Santa Catarina e representou seu Estado na Câmara Federal. Exilado após a Revolução de 1930. Faleceu em 1957.

Irineu Bornhausen — político e banqueiro. De origem modesta, galgou os mais altos postos em seu Estado. Foi Prefeito de Itajaí, Governador do Estado, e exerce, hoje, o mandato de Senador da República, como representante de Santa Catarina.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — São pontos de atrações turísticas, as praias de Itajaí, destacando-se, sobretudo, as de Cabecudas e Piçarras.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Itajaí, recebem o patronímico de "itajaienses".

No tocante à origem e significado do nome de Itajaí, há grande controvérsia. Norberto Bachmann, (*in* Jornal do Povo, de 23-1-949) estudando as origens da palavra Itajaí, cita a opinião de vários estudiosos do assunto, como se vê a seguir:

"Muito se tem escrito sôbre as verdadeiras origens da palavra "Itajaí". O nome, tal qual se escreve hoje, não padece dúvida que significa "rio pedregoso" ou qualquer outra forma equivalente. Resta, porém, saber se os índios, realmente, chamavam o nosso rio de "Itajaí" ou de "Tajaí". Tudo faz crer que usavam a segunda versão ou seja, "rio dos taiás". Nesta coletânea transcrevemos trechos de trabalhos que são verdadeiros depoimentos de vários estudiosos do assunto. Reunindo-os e citando-lhes as procedências, desejamos facilitar aos futuros pesquisadores fontes de consulta sôbre o tão debatido significado dêsse topônimo. As provas em favor da versão "rio dos taiás" se avolumam e ganham foros de legalidade. Mesmo assim, aquêle mofino "i" que adicionaram ao começo da palavra será sempre uma pedra na bota dos estudiosos da toponímia nacional..."

"Ora, precisamente êsse "i" é um intruso que apareceu, pelo menos, há uns cem anos, com a fundação duma colônia na foz por Drumond em 1820 e a subseqüente criação da paróquia do "Santíssimo Sacramento de Itajahy" em 1833. Antes dessa época, quando vemos, o nome começava sempre com "t" e só depois generalizou-se o uso ou abuso de lhe anteporem um "i". Achamos, por exemplo, em 1845 "Itajahy" e ainda "Tajahy" (Milliet St. Adolphe, Dicc. Geogr. do Brasil); 1827, "Itajahy" (Menezes de Drumond no Journal des Voyages); 1822, "Tajay" (Memórias Hist. do Rio de Janeiro, IX, 268); 1817, "Tajahy" e "Thajai" (Ayres Casal, Corografia Brasílica, I, 57, 188, 204); 1816, "Tajahi" (Paulo Miguel de Brito, Mem. Política sôbre S. Catharina); 1767, "Tujuy" (Carta do Vice-Rei ao Governador de São Paulo, citada por Lucas Boiteux, Notas para a História Cat., página 243). (Excerto de um longo trabalho de J. A. Padberg-Drempkol, *in* "Revista de Philologia e de História", tomo 1 páginas 427 e segs.).

"... por não ter terras para empregar na Agricultura hum suficiente número de Escravos que tenha, sendo aliás tão necessários para o suplimento de sua numerosa família me pedia pellos requerimentos e despaxos correntes que me apresentava lhe concedesse para Seu melhor estabelecimento, Cento e trinta e trez braças de terras de frente com mil quinhentas de fundos que se achavam devolutas no lugar denominado Canto da Praia de "Itajahy". (Excerto de um longo trabalho de J. A. Padberg-Drempkol, *in* "Revista de Philologia e de História". Tomo 1, páginas 427 e segs.).

"... por não ter terras para empregar na Agricultura hum suficiente número de Escravos que tenha, sendo aliás tão r cessários para o suplimento de sua numerosa família me 1 dia pellos requerimentos e despaxos correntes que me apresentava lhe concedesse para Seu melhor estabelecimento, Cento e trinta e trez braças de terras de frente com mil quinhentas de fundos que se achavam devolutas no logar denominado Canto da Praia de Itajahy". (Trecho de uma escritura de doação de sesmaria datada de 21-11-1806. Arquivo da Diretoria de Terras de S. Catarina).

"... o vocábulo pode, portanto, ter sido inicialmente formado por elementos de pronunciação quase análoga à atual, como, por exemplo, "Ité-ja-y", e que em virtude das formas peculiares à construção de línguas tão diferentes da nossa, em vez de serem consideradas de per sí — do que resultaria apenas uma frase sem sentido: (excelente, que água!) formariam, no seu conjunto harmônico a expressão bem significativa: "Que água excelente". (Do trabalho "Nos domínios da semântica", de Arnaldo S. Thiago, estampado em "A Notícia", de Joinvile de 12-5-48).

"... sitas neste Rio de "Itajahi" Grande no logar Chamado Estaleiro". E no fecho: "Rio de Itajahy 2 de abril de 1824". (De uma escritura de doação de terreno onde se localiza a Igreja Matriz, transcrita no "Jornal do Povo" de 14-4-46).

"Itajaí como localidade sempre foi grafado "Itajaí". Antes de 1820, tôdas as cartas geográficas e documentos grafavam "Tajahy", ou mesmo "Tajahug". Note o leitor que mesmo nas variantes, a parte inicial do têrmo ("Taiá) fica invariável. Vejamos alguns documentos: "Sec. XVI — Nenhuma referência existe sôbre o nome "Tajaí" na topomástica da costa catarinense do século XVI. "Sec. 17 — Duma referência minuciosa da "Costa do Govêrno do Rio da Prata até o Brasil", feita segundo as notícias de Emanuel Figueiredo (português) e de Theodoro Reuter (holandês) que atribuo ao Sec. XVII, transcrevo o seguinte: "Do Cabo Mandiu, segundo Figueredo, o Nordeste para os que seguem a costa, encontra-se uma bahia que os portugueses chamam "Enseada das Garoupas" e daí uma costa alta, até o rio que os índios chamam de "Tajahug" até o S. Francisco o mesmo navegante conta 27 léguas...". "1722 — Num mapa do Paraguai e zonas limítrofes feito pelos jesuítas da Província do Paraguai está assinalado o nome "R. Tayabeuy" para o nosso rio Itajaí". "1818 — Numa exposição feita pelo deputado por S. Catarina, em 15 de maio de 1818 ao rei de Portugal, Antenor Menezes de Carvalho, quando fala do rio Itajaí escreveu "... e o famoso Tajay, além da enseada das Garoupas..." "De 1820 para cá a grafia de nossa cidade aparece como hoje — Itajaí". "Analisando o têrmo "Tajai", ou "Taiá-i", temos em primeiro lugar a palavra "taiá", sinônimo de "taioba" (nome usado no centro e norte do Brasil que no seu sentido primitivo é uma planta herbácea nativa, de fôlha grande e sagitada, família das "aráceas", também conhecida por "tarro", "talo", "pé de bezerro" ou "jarro" (Xanthosma sagittifolium Schott, Xanthosma violaceum Schott). O nome desta planta passou para o nosso conhecido "taiá" de fôlhas igualmente sagitadas e grandes rizomas comestíveis, muito rico em matérias amiláceas, natural das Índias Orientais e do arquipélago malaio, e introduzida no Brasil pelos europeus. Foi chamada "taiá" porque é semelhante ao nosso "taiá" nativo e casualmente pertence à mesma família das aráceas.

"O "i" ou "hy" significa água, rio". (Do extenso e bem documentado artigo "Itajaí significa rio dos taiás", do Padre Raulino Reitz, publicado no "Jornal do Povo" de 25 de abril de 1948).

"... no célebro mapa Garafa oferecido pelos jesuítas do Paraguai ao R.P. Vicenzo Garafa, VII Geral da Companhia de Jesus, supondo Rio Branco que o trabalho tenha sido delineado entre os anos de 1637 e 1641, encontra-se a designação R. Taiabug; nos segundo e terceiro mapas do Paraguai, de 1722 e 1732, respectivamente, persiste o elemento "Taia na forma "Tayabuy", em ambos registrada; no Mapa do Paraguai, por d'Anvile, datado de 1733, constante do tomo XL das "Lettres Edifiantes", já se encontra a forma "Tajahug", tendo o "j" o som de "i" e no Mapa das Cortes, datado de 1749, no "Mapa de los Confines de las dos Coronas de España Y Portugal em la America Meredional de 1760", e no "Mapa Geográfico de America Merudional", feito e gravado por Ormedilla, em 1775, verifica-se a fixação da forma "Tajai".

O autor dêste artigo também registra a forma "Tahei", usada por Manoel Gonçalves de Aguiar num documento datado de 1711.

E termina: "O documento mais antigo que consegui encontrar no Arquivo da Diretoria de Justiça, e no qual já figura a forma "Itajahy" data de 1799 e é do seguinte teor: "Illustríssimo e Excellentissimo Senhor. Diz Joaquim Francisco de Salles e Mello, Capitão, Governador da Fortaleza de Santo Antonio de Ratones da Ilha de Santa Catarina, que elles pertende que Vossa Excellencia se digne conceder-lhe por Sesmaria huma legoa de terras em quadra no rio Itajahy-Merim, fazendo frente ao Sul do mesmo rio, com fundos ao Norte, confrontando pela parte Leste com terras que anda requerendo o Capitão Manoel Antonio Tavares: e pela parte de Oeste com terras devolutas, para neste lugar construir uma fábrica de assucar para seu interesse e dos Reaes Dizimos, portanto: Pede a Vossa Excellencia se digne conceder-lhe no Real Nome de Sua Magestade o terreno que suplica, e receberá merce. Despacho. Informe o Tenente Coronel Governador, ouvindo por escrito a Camara e ao Intendente de Marinha. Rio, 30 de Agosto de mil setecentos e noventa e nove. Com a rubrica do Senhor Conde, Vice-Rei". (Do trabalho "A propósito do topônimo Itajaí", de Carlos da Costa Pereira, publicado em "O Estado", de Florianópolis, de 18-4-48).

"... encontrei, agora, no livro de Carl Friederich Phil. von Martius — Glossaria Linguarum Brasiliensis — editado em Erlangen, no ano de 1863, além da interpretação "tajahy" — fluvius herbae taia — mais esta: Taix: formiga vermelha e hy água ou seja, rio das formigas". (Norberto Bachmann, *in* "Jornal do Povo", de 23-1-49, na nota "Sôbre a origem da palavra Itajaí").

Itajaí é sede da Comarca e Têrmo, abrangendo ainda o município de Camboriú. O eleitorado de município, em 1958, era de 14 765 eleitores.

Em 1957, havia os seguintes veículos no município:

a) Veículos a motor — automóveis 278, jipes 21, ônibus e micro-ônibus 20, camionetas 132, motociclos 25, ambulâncias 2, caminhões 297, e tratores 8.

b) Veículos a fôrça animada — carros de 2 ou 4 rodas 103, bicicletas 5 263, e carroças de 4 rodas 1 260.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

ITAPIRANGA — SC

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTORICO — Os dirigentes da Sociedade União Popular "WOLKSVEREINS" com sede em Pôrto Alegre, durante os dias do Congresso Católico, realizado em Novo Hamburgo no Estado do Rio Grande do Sul, em fevereiro de 1926, resolveram fundar uma colonização exclusivamente de elementos católicos. Após terem organizado uma comissão chefiada pelo Reverendíssimo Padre João Batista Rick S.J., efetuaram estudos preliminares e, não havendo possibilidades para conseguirem uma gleba suficiente de terras, no Estado do Rio Grande do Sul, resolveram entrar em entendimentos com a Emprêsa Colonizadora Peperi Ltda., em Santa Catarina. Essa emprêsa prontificou-se a deixar colonizar por católicos, as terras entre o Arroio Macuco e o Rio Peperi-Guaçu, êste último divisa internacional com a República Argentina.

Após tal concessão, um grupo de colonos riograndenses, chefiados pelo missionário Padre Max Von Lassberg, dada a falta de estradas, desceu o Rio da Várzea, no Rio Grande do Sul, até entrarem no rio Uruguai, por onde desceram até o local onde seria a Colônia de Pôrto Novo, numa distância por água de mais ou menos 150 km. Ali chegaram ao término do dia 10 de abril de 1926. No dia seguinte, domingo, foi celebrado o primeiro ofício religioso em terras de Itapiranga, pelo Padre Max Von Lassberg.

Como recordação do fato, ergueu-se um monumento em Itapiranga, no qual estão gravados os seguintes nomes de pioneiros: Carlos Bwihtes, Leonoldo Werle, Pedro Tanrolier, Nicolau Knob, Pedro Agnes Filho, Oscar Angst, Bruno Nitsche, João Sousen, Vendelino Seivzmann, Carlos Kliemann Filho, Jakob Becker, José Linkler, Franz Junges, Manoel Klauck, Nicolau Both Filho, João Krein, Mathias Sousen, Franz Heck, Gustavo Stangler, José A. Franzem, Pedro R. Franzem, Carlos F. Angst, Felipe Scherf, Frederico A. Knann, João Tencaten, Antônio F. Kieling, João C. Genewai, Mathias Agnes Otto Zimer.

A denominação Pôrto Novo foi dada em virtude de ser o local, depois de Mondai, o primeiro pôrto, o "novo pôrto".

Em meados do ano de 1929, Pôrto Novo recebeu a visita do Ex.mo Sr. Governador do Estado, o Dr. Adolfo Konder. Nessa ocasião foi pela primeira vez, aventada a possibilidade de ser Pôrto Novo elevado à categoria de distrito, discutindo-se também qual a denominação que seria dada. Por sugestão do próprio Governador foi adotado o nome da linha (conjunto de lotes coloniais) mais próxima à povoação de Pôrto Novo, denominada "Linha Itapiranga".

Nessa mesma ocasião, foi mudado o nome da povoação, que passou a denominar-se Itapiranga.

Entretanto, em virtude da Revolução de 1930, sòmente em 1932, pelo Decreto estadual n.º 213, de 25 de fevereiro, foi criado o distrito de Itapiranga, que foi festivamente instalado a 20 de março do mesmo ano.

Iniciou-se, então, uma nova fase na vida da colônia, que passou, também a ter um maior desenvolvimento, à semelhança, aliás, do que se dava com tôda a região Oeste de Santa Catarina.

Vista parcial da cidade

Em 1953, pela Lei n.º 133, de 30 de dezembro, a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina fixava o quadro territorial, a vigorar no qüinqüênio 1953-1958, criando novos municípios, entre os quais o de Itapiranga, desmembrado de Chapecó.

O Município foi instalado a 15 de novembro de 1954.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — Pelo Decreto estadual n.º 213, de 25 de fevereiro de 1932, foi criado o distrito de Itapiranga, sendo instalado a 20 de março de 1932.

O Município o foi pela Lei estadual n.º 133, de 30 de dezembro de 1953, com território desmembrado do Município de Chapecó, sendo instalado a 15 de novembro de 1954.

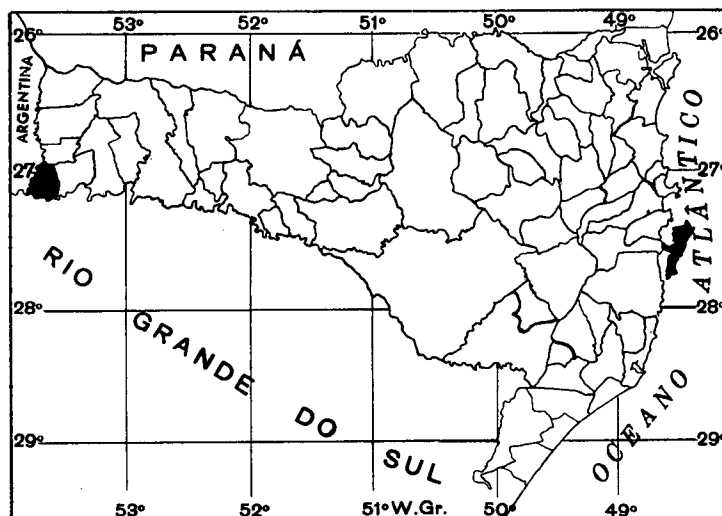
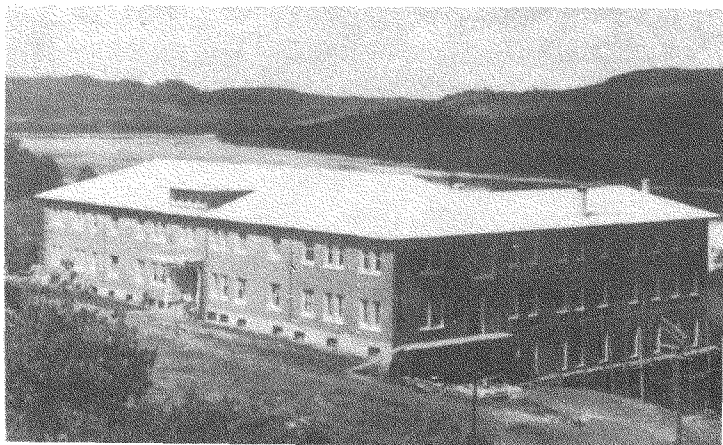
O Município pertence à Comarca e Têrmo de Mondai.

O seu quadro administrativo, em 1.º de março de 1958, era o seguinte:

Município: Itapiranga.

Distritos componentes: Itapiranga (sede) e São João.

A atual legislatura teve início em 1954, tendo sido eleito Prefeito, o Sr. Artur Goerck, e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Itapiranga localiza-se na zona fisiográfica do oeste. A cidade fica à margem direita do Rio Uruguai, a 512 km em linha reta da Capital do Estado, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 27º 10' 00" de latitude Sul e 53º 43' 00" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Colégio São Vicente, das Irmãs da Divina Providência

ALTITUDE — 200 metros na sede municipal, sendo o 34.º lugar em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — Em geral, frio, apesar de, em poucos períodos do verão, a temperatura alcance quase 30ºC. As chuvas predominam na primavera, sendo que as precipitações anuais variam entre 1 700 a 2 000 mm. No inverno, a temperatura desce abaixo de 10ºC. Sujeito a freqüentes geadas. Muito propícia à agricultura (milho, feijão, etc.).

ÁREA — A área do município é de 474 km², figurando em 61.º lugar em relação às áreas das demais comunas, sendo, assim, um dos menores municípios do Estado, no que diz respeito à área.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Uruguai, que serve de limites entre o município e o Estado do Rio Grande do Sul, correndo em direção Leste-Oeste, em cuja margem direita se ergue a cidade de Itapiranga; Rio Peperi-Guaçu, que corre em direção Norte-Sul, separando o Município, e conseqüentemente o Estado, da República Argentina; Queda d'água Cascatinha, de três metros de altura, no Rio Macaco Branco.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) De origem mineral: barro para olaria e pedra para construções. b) De origem vegetal: madeiras — pinho, canela, louro, imbúia, peroba. c) De origem animal: peixes; animais silvestres — veados, jaguatiricas, antas, porcos do mato e aves.

POPULAÇÃO — A população de Itapiranga, segundo o Recenseamento de 1950, era de 8 879 habitantes.

A densidade era de 18,7 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 39.º lugar no Estado. Localizam-se no quadro rural 92,2% da população, sendo esta percentagem das mais elevadas no Estado, superando a média rural da população de Santa Catarina que é de 76,4%. Situa-se em 59.º lugar, em relação à população dos municípios do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 61.º lugar em população.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística a população é de 13 681 habitantes, em 1958.

AGLOMERAÇÃO URBANA — Ainda com base no Censo de 1950, a cidade de Itapiranga, àquela época vila, era a única aglomeração urbana existente, com uma população de 780 habitantes, dos quais 364 eram homens e 416 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta sua economia principalmente, na agricultura. A produção de madeiras serradas exceto pinho, atingiu no ano de 1954 a 5 444 m³, valendo Cr$ 3 192 000,00, seguindo-se o café torrado e moído (25 714 kg, no valor de Cr$ 900 000,00); arroz sem casca (91 000 kg, no valor de Cr$ 559 000,00); farinha de milho inclusive fubá (138 400 kg, no valor de Cr$ 276 800,00); farinha de trigo (28 500 kg, no valor de Cr$ 171 000,00).

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) 25% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: feijão (grão), trigo, aipim, batatinha, cana-de-açúcar, batata-doce, centeio, cevada; como culturas permanentes: banana e limão. O valor da produção agrícola, em 1955 foi de Cr$ 31 195 850,00. O valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de Cr$ 256 107 260,00.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957:

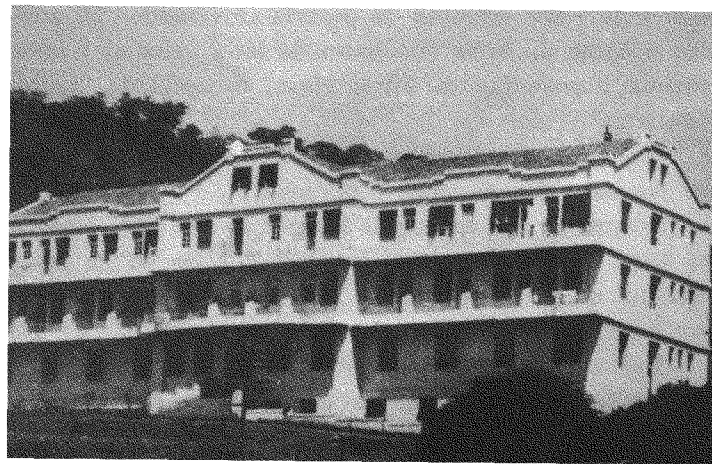
a) de origem mineral: barro ou argila (2 680 toneladas, no valor de Cr$ 160 800,00); tijolos (496 milheiros, no valor de Cr$ 586 600,00); pedras para alicerces (505 m³, no valor de Cr$ 192 875,00);

b) de origem vegetal: carvão vegetal (10 770 kg, no valor de Cr$ 43 000,00); lenha (65 000 m³, no valor de Cr$ 5 850 000,00); madeira (6 210 m³, no valor de Cr$ 6 743 499,00);

c) de origem animal: couros (41 kg, no valor de Cr$ 6 400,00).

No que se refere a produtos transformados ou não de origem animal, a produção atingiu em 1956 o valor de Cr$ 6 398 410,00, sendo os principais produtos: leite (240 260 litros, no valor de Cr$ 2 000 000,00); banha (59 000 kg, no valor de Cr$ 1 888 000,00); ovos (80 000 dúzias no valor de Cr$ 960 000,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se mais de vinte estabelecimentos comerciais (26 varejistas); e a Caixa Rural União Popular de Pôrto Novo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 6 emprêsas rodoviárias para passageiros.

Hospital Sagrada Família

Dista a cidade cêrca de 831 km da Capital do Estado por meio de rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por meio de rodovia: 57 km até a cidade de Mondaí; 64 km até a de Descanso; 36 km até a cidade de Tenente Portela; e 70 km até a cidade de Frederico Westphalen, ambas no Estado do Rio Grande do Sul.

Na cidade funciona uma Agência Postal Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma Agência Telefônica da Sociedade Telefônica São Pedro Canísio e uma Estação Radiotelegráfica da Polícia Militar do Estado.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Itapiranga tem 780 habitantes, sendo a 61.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina.

É servida de luz elétrica, com 310 ligações domiciliares. Os edifícios mais importantes são: Igreja Matriz, Prefeitura Municipal, Grupo Escolar "Frei Rogério", Hospital Sagrada Família, Sociedade Sete de Setembro, Churrascaria União e Caixa Rural União Popular do Pôrto Novo. A cidade conta com dois hotéis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica no município é prestada a população por 1 médico, 1 farmacêutico e 3 auxiliares de saúde.

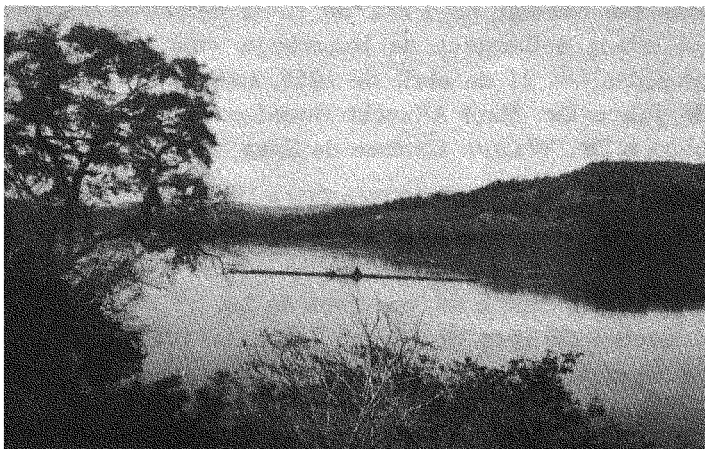
Servem à população, 2 hospitais de Clínica Geral e com assistência médica em geral.

Existem 3 farmácias no município.

COOPERATIVISMO — Na cidade tem sede a Caixa Rural União Popular de Pôrto Novo.

ENSINO — Em 1956 funcionaram na cidade e no resto do município 41 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 1 770 alunos, assim distribuídas: Fundamental Comum 38 unidades, com 1 708 alunos; Fundamental Supletivo 1 unidade, com 14 alunos e Complementar 2 unidades, com 48 alunos.

No tocante a ensino extraprimário, funcionou no município um Curso Normal Regional.

Em 1957 foi inaugurado o novo Colégio "São Vicente de Paula", das Irmãs da Divina Providência, com capacidade para 500 alunos, ali funcionando o Grupo Escolar "Frei Rogério" e o Curso Normal Regional "Professor Murilo Braga".

Balsa de madeira descendo o rio Uruguai, com destino ao Prata

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — São em número de seis as associações existentes no município, tôdas elas de caráter cultural e desportiva.

A cidade possui um cinema, o Cine Teatro União.

Duas bibliotecas funcionam no Município, ambas localizadas na sede das paróquias: Biblioteca Paroquial de São Pedro Canísio, na cidade de Itapiranga e Biblioteca Paroquial São João Berchmans, no distrito de São João.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954	—	1 848	540	—	426
1955	—	2 211	1 469	1 105	1 259
1956	—	3 893	3 238	1 203	3 269

(1) Não existe coletoria Federal.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS — Particularidade digna de registro é a Sociedade Telefônica São Pedro Canísio, que dotou o município de telefones automáticos em número de 73 aparelhos, servindo a 18 localidades.

Na Praça São Pedro Canísio, há um monumento erguido em memória dos primeiros colonos que desembarcaram em Pôrto Novo e da primeira missa ali celebrada.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E EFEMÉRIDES — No que diz respeito a culto, apenas o culto católico Romano ocorre em Itapiranga, com: Paróquia de São João, com 3 sacerdotes, 1 Igreja Matriz e 14 capelas públicas. Paróquia de São Pedro Canísio, com 7 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, 18 capelas públicas e 2 semipúblicas.

São religiosas as principais manifestações populares como sejam: as procissões das luzes à Gruta de Nossa Senhora da Paz, situada num arrabalde, procissões essas feitas à noite dos últimos dias do mês de maio e outubro e a festa de São Pedro Canísio, a 27 de abril.

O "Kerb" é a festa do orago da Igreja, à qual comparecem todos os que podem, mesmo aquêles que moram muito distante.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O patronímico, dos nascidos em Itapiranga, é "itapiranguense".

A primitiva denominação foi Pôrto Novo, sendo mudada depois, por sugestão do Governador Adolfo Konder para Itapiranga, nome tomado da "linha Itapiranga" (conjunto de lotes coloniais) a mais próxima da então povoação de Pôrto Novo.

Segundo Vicente João Schneider, um dos pioneiros do município, o nome fôra dado à "linha" em virtude de haverem alguns caboclos, que habitavam a região antes da colonização, informado ao agrimensor, que demarcava os lotes, que o lugar se chamava Itapiranga.

Itapiranga significa pedra (ita) vermelha (piranga).

Itapiranga pertence à Comarca e Têrmo de Mondai.

Seu eleitorado em 1958, era de 3 881 eleitores.

Em 1957, eram os seguintes veículos existentes no município:

a) veículos a motor: automóveis 19, jipes 3, ônibus e micro-ônibus 5, camionetas 10, motociclos 1, caminhões 28, tratores 3;

b) veículos a fôrça animada: carros de 2 ou 4 rodas 14, bicicletas 202, carroças de 4 rodas 1 031.

Em 1957 foi concluída a rêde de alta-tensão de energia elétrica, vinda da usina do Rio Guarita, Rio Grande do Sul, estando, assim o Município servido de fôrça e luz suficiente para o seu maior desenvolvimento econômico.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

ITUPORANGA — SC

Mapa Municipal no 10.° Vol.

HISTÓRICO — A primeira denominação dada à localidade que hoje constitui a cidade de Ituporanga, foi Barra do Rio Guabiroba e Barra do Rio Perimbó, por serem êsses locais onde se estabeleceram os primeiros povoadores. Eram êles originários de São Pedro de Alcântara, no município de São José, e de Santo Amaro da Imperatriz, no município de Palhoça.

Data do ano de 1912 o início da colonização de Ituporanga, cujos desbravadores foram: Matias Sens, que veio acompanhado da espôsa, filhos e um irmão, e João Steffens, estabelecendo-se na Barra do Rio Perimbó; Jacó Balduíno e Fernando, da família Sens, que se localizaram na Barra do Rio Guabiroba, e Guilherme Mohr, que fixou residência no rio Batalha ou Malha Côco.

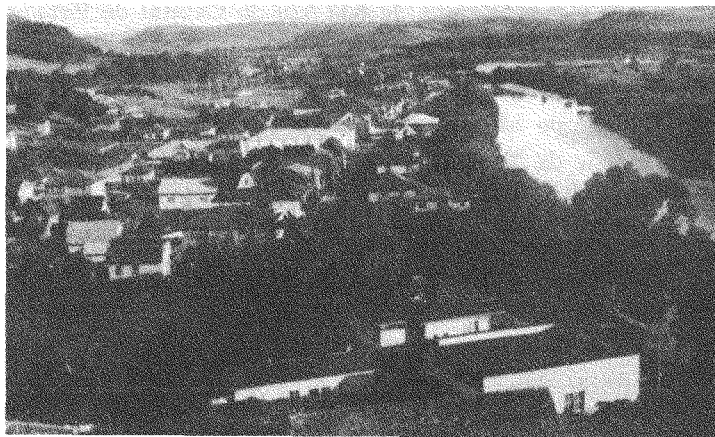
Chegados ao local, tiveram que enfrentar logo de início, não sòmente a hostilidade da mata e o furor das feras, como também a ferocidade dos silvícolas. Com efeito, menos de um ano, um grupo de 70 índios botocudos atacava a nascente povoação. Rechaçados pelos colonizadores, os silvícolas se retiraram para a região do rio Plate, onde o Govêrno lhes doara um terreno.

Em 1913, já trafegava de Barracão a Rio do Sul, passando por Ituporanga, o estafeta do Correio, Sr. Sebastião Pereira.

Em 1915, nascia a primeira criança branca em Ituporanga, filha de Egídio Sens.

Em 1919, foi criada pelo município de Palhoça a primeira escola na região colonizada, com a denominação de Escola Municipal de Salto Grande, cujas aulas tiveram início aos 17 de abril daquele ano, com matrícula de 17 alunos, exercendo o cargo de Professor o Sr. João Carlos Thiesen.

A partir dessa data o local passou a ser chamado "Salto Grande", em virtude da escola e da existência de bela queda d'água nas proximidades da sede.

No dia 5 de novembro de 1923, Salto Grande foi elevado à categoria de vila, sendo-lhe dado o nome de Generosópolis, em homenagem ao fazendeiro Generoso Dias de Oliveira. Êsse nome, no entanto, sòmente foi usado em carimbos do Correio e documentos oficiais, continuando a ser conhecido e denominado pela população como Salto Grande o que fêz com que mais uma vez houvesse mudança do topônimo de Generosópolis para Salto Grande.

Vista parcial aérea da cidade

O território do distrito de Generosópolis, ou Salto Grande, foi objeto de rivalidades entre os municípios de Blumenau e Palhoça, que disputaram entre si a posse do território recém-colonizado. Por êsse motivo o município de Blumenau nomeou seu Intendente, o Sr. Matias Gil Sens, e o de Palhoça, o Sr. João Carlos Thiesen, que já exercia o cargo de Professor da Escola Municipal, instalada pelas autoridades de Palhoça.

A Legislação Federal, relativa à duplicidade de topônimos de cidades e vilas brasileiras, atingiu também a vila e o distrito de Salto Grande, que passou a chamar-se Ituporanga, nome que conserva atualmente. Convém notar que, por razão da primeira picada aberta pelos exploradores da região, e bem assim, pelo fato de a atual estrada de rodagem que liga Barracão a Ituporanga seguir contìnuamente a margem direita do rio Itajaí do Sul, Ituporanga foi conhecido pelo nome de "Rio Abaixo", topônimo nunca usado oficialmente.

Pela Lei estadual n.° 247, de 30 de dezembro de 1948, o distrito de Ituporanga, com o distrito de Perimbó, foi elevado à categoria de município, com sede em Ituporanga, cuja instalação se verificou aos 14 de fevereiro de 1949, assumindo as funções de Prefeito Provisório o então Tenente da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, Olivério José de Carvalho Costa, nomeado por decreto do Govêrno do Estado.

Aos 11 de setembro de 1949, realizaram-se as eleições para Prefeito e Vereadores da novel comuna, tendo sido eleito o primeiro Prefeito do município, o Senhor João Carlos Thiesen, e eleitos os membros da Câmara Municipal, composta de sete vereadores, os quais assumiram suas funções aos 24 de setembro do mesmo ano. Pela Lei estadual n.° 1 171, de 10 de dezembro de 1954, foi criada a Comarca de Ituporanga, cuja instalação se procedeu aos 21 de abril de 1956, assumindo as funções de Juiz o Dr. Raol Albrecht Buendgens, e Promotor Público, o Dr. Walmor Cardoso da Silva.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito foi criado pela Lei municipal n.° 11, de 5 de novembro de 1923, sendo instalado a 17 de agôsto de 1924.

O município o foi, por fôrça da Lei n.° 247, de 30 de dezembro de 1948, do Govêrno do Estado, instalado a 18 de fevereiro de 1949.

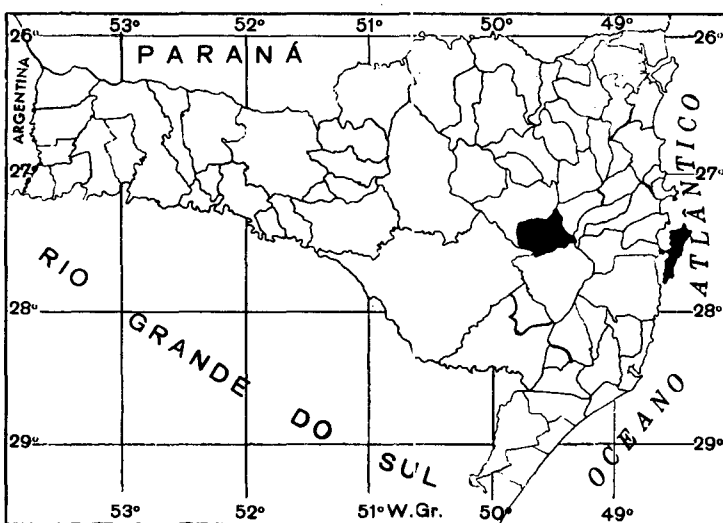
Pela Lei n.° 1 171, de 10 de dezembro de 1954, foi criada a Comarca, tendo sido instalada em 21 de abril de 1956.

O seu quadro administrativo e judiciário, em 1.º de março de 1958, era o seguinte:

Comarca, Têrmo e Município: Ituporanga.

Distritos componentes: Ituporanga (sede) e Perimbó.

A atual legislatura teve início em 1954. O atual Prefeito é o Sr. Vânio Mário Colaço de Oliveira, e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Ituporanga localiza-se na zona fisiográfica da Bacia do Itajaí. A cidade fica às margens do rio Itajaí do Sul, e dista 106 km em linha reta da Capital do Estado, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 27° 22' 45" de latitude sul e 49° 35' 51" de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 370 metros da sede municipal, tendo o 42.º lugar em ordem crescente de altitude no Estado.

CLIMA — Em geral, quente e úmido. No verão a temperatura se eleva muitas vêzes a 32°C. As chuvas predominam no verão com fortes trovoadas, variando as precipitações anuais entre 1 400 a 2 000 mm.

ÁREA — A área do município é de 1 114 km², figurando em 26.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Itajaí do Sul, que atravessa o município na direção sul-norte. Salto Grande com 400 H.P. aproveitados. Salto de Águas Negras, com 375 H.P. aproveitados. Serra Geral, serra dos Faxinais e serra do Ranchinho.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) De origem mineral — asfalto, calcário e águas sulfurosas. b) De origem vegetal — madeiras em geral: canela, peroba, óleo, sassafrás e imbuia.

POPULAÇÃO — A população de Ituporanga segundo o Recenseamento de 1950, era de 19 991 habitantes e tinha a seguinte composição: homens 10 284; mulheres 9 707; brancos 19 540; pardos 142; pretos 268; amarelo 1, e 40 não declararam a côr. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 9 907, 2 967 eram solteiras; 6 572 casadas; 334 viúvas; 1 desquitada, e 33 não declararam o estado conjugal. Existiam 85 estrangeiros e 25 brasileiros naturalizados. Em religião predominaram os que se declararam Católicos Romanos, em número de 16 298; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade era de 17,9 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 42.º lugar no Estado. Os 89,8% da população localizam-se no quadro rural, sendo esta percentagem das mais elevadas no Estado, superando a média da população de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 33.º lugar com relação à população dos municípios do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 37.º lugar em população, em relação às outras cidades do Estado.

Segundo estimativas do Departamento Estadual de Estatística, a população do município, em 1958, era de ... 24 276 habitantes.

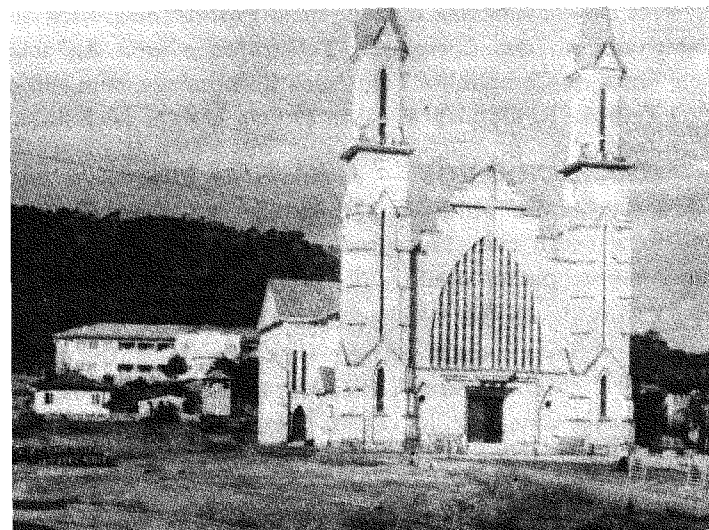
AGLOMERAÇÕES URBANAS — São duas as aglomerações urbanas do município: a cidade de Ituporanga, com 1 778 habitantes (866 homens e 912 mulheres), e a vila de Perimbó, com 245 habitantes (129 homens e 116 mulheres), conforme dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu no ano de 1955, Cr$ 35 840 369,00.

O município assenta sua economia, principalmente, na agricultura. A produção de papelão atingiu, no ano de 1955, a 939 148 kg, no valor de Cr$ 7 383 802,00; cartolina cortada, cartões e fichas 598 618 kg, no valor de .... Cr$ 6 730 923,00; madeira, exceto pinho serrado, tábuas 7 428 m³, no valor de Cr$ 4 341 319,00; pinho serrado, pranchões, tábuas, etc., 4 658 m³, no valor de .... Cr$ 2 319 897,00.

Dos 25 estabelecimentos industriais, 10 dedicam-se à produção de fécula e 7 são serrarias.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 22,63% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: mandioca, batatinha, milho, aipim, feijão (grão), cebola, fumo em fôlha, batata-doce, tomate, abóbora, arroz, --lancia, trigo, amendoim com casca, alho, alfafa, cana-de-açúcar; como culturas permanentes, temos: laranja, pêra, uva, bergamota, pêssego, banana, figo, maçã, limão, caqui. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de ...... Cr$ 127 788,455,00. O valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de Cr$ 72 415 250,00. A percentagem da população ativa na indústria é de 2%.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957;

Igreja-Matriz Municipal

Outro aspecto parcial da cidade

a) De origem mineral — barro ou argila 660 t, no valor de Cr$ 44 600,00; tijolos 720 milheiros, no valor de Cr$ 774 000,00; pedra para paralelepípedo 3 000 milheiros, no valor de Cr$ 24 000,00.

b) De origem vegetal — carvão vegetal 36 000 kg, no valor de Cr$ 220 000,00; lenha 41 000 m³, no valor de .... Cr$ 2 050 000,00; óleo 52 000 kg, no valor de .... Cr$ 1 560 000,00.

No tocante a produtos transformados ou não de origem animal, a produção atingiu, em 1956, o valor de .... Cr$ 14 899 608,00, sendo os principais produtos: banha 152 000 kg, no valor de Cr$ 4 560 000,00; leite 520 740 l, no valor de Cr$ 4 520 000,00; lingüiça 53 000 kg, no valor de Cr$ 1 930 000,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se cento e quarenta e sete estabelecimentos comerciais (5 atacadistas e 142 varejistas), e uma Agência do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO).

MEIOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 2 emprêsas rodoviárias para passageiros.

Dista a cidade cêrca de 183 km da Capital do Estado por rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por rodovia: 28 km até a cidade de Rio do Sul; 135 km até a de Lajes; 85 km até a de Bom Retiro; 200 km até a de Nova Trento, e 58 km até a de Vidal Ramos.

Na cidade funciona uma Agência Postal-Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, e uma Agência Telefônica da Companhia Telefônica Catarinense, bem como uma Estação Radiotelegráfica da Polícia Militar do Estado.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Ituporanga tem 1 778 habitantes, sendo a 37.ª cidade em população no Estado, e conta com 15 logradouros públicos dos quais 1 parcialmente pavimentado.

É servida de luz elétrica, com 310 ligações domiciliares. Os edifícios mais importantes são: Igreja-Matriz, Grupo Escolar "Mont'Alverne", Prefeitura Municipal, Hospital Bom Jesus e Cine Luz. A cidade conta com 6 hotéis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica, no município, é prestada à população por 2 médicos, 3 dentistas, 5 farmacêuticos e 6 auxiliares de saúde.

Um hospital e 1 casa de saúde, ambos de clínica geral, servem à população com assistência médica em geral. Existem 6 farmácias no município.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950, constata a existência de 15 716 pessoas de 5 anos e mais, sendo que, dêsse número, 8 427, ou seja, 53,6% sabem ler e escrever.

Dêsse total 4 466 eram homens e 3 961 mulheres. Na sede municipal, das 1 460 pessoas de cinco anos e mais, 1 134 sabem ler e escrever, sendo 555 homens e 579 mulheres.

Ensino — Em 1956, funcionaram na cidade e no resto do município 72 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 2 994 alunos, assim distribuídas: Fundamental Comum, 65 unidades, com 2 280 alunos; Fundamental Supletivo, 6 unidades com 83 alunos e Complementar, 1 unidade com 31 alunos.

No tocante a ensino extraprimário, registra-se em Ituporanga a existência de um Curso Normal Regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade existe uma associação desportiva, o Esporte Clube Boa Vontade. Funcionam, também na sede municipal, o Cine Luz, com 600 lugares e uma livraria.

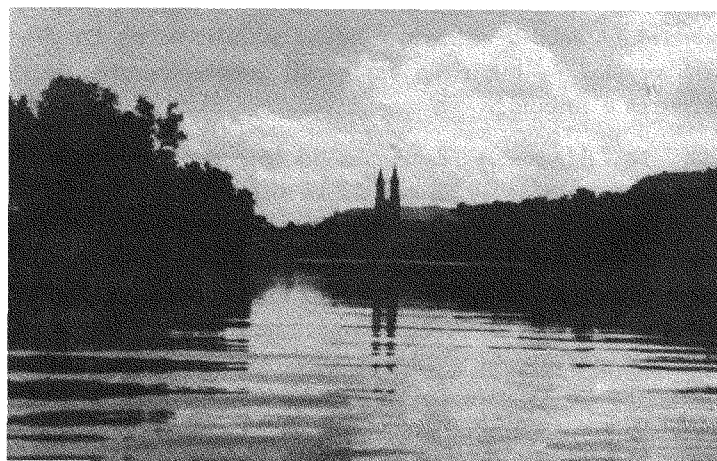
FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual (2)	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	925	532	258	425
1951	—	1 243	780	385	857
1952	—	1 555	1 266	587	1 048
1953	—	2 190	1 431	536	1 430
1954	—	2 682	1 690	650	1 711
1955	—	3 204	2 046	868	2 052
1956	1 200	3 656	2 043	1 021	3 002

(1) A Coletoria Federal foi instalada em 1956.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS — Um monumento situado à Praça Frei Gabriel, comemorativo do 25.º aniversário da colonização de Ituporanga, relembra os primeiros colonizadores.

Como particularidade digna de registro, cita-se a estação de águas sulfurosas, em Perimbó, à qual acorrem pessoas dêste e de municípios vizinhos, buscando a cura de doenças da pele.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E EFEMÉRIDES — No que diz respeito a cultos, observa-se em Ituporanga, o

Trecho do rio Itajaí do Sul

seguinte: Culto Católico Romano — Paróquia de Santo Estêvão, com 4 sacerdotes, 1 Igreja-Matriz e 22 capelas públicas. Culto Protestante — 1 Igreja Evangélica e 1 Adventista do 7.º Dia.

Na cidade são celebradas diversas festas religiosas, destacando-se a do Padroeiro da Paróquia, Santo Estêvão, e a festa da Imaculada Conceição, conhecida também como "Festa da Gruta", que se realizam nos dias 3 de agôsto e 8 de dezembro, respectivamente. Os festejos têm início 3 dias antes, terminando no dia seguinte ao da festa.

O município de Ituporanga, desde o início de sua colonização, cresceu sob o influxo da religiosidade de seus filhos. Já em 1915, a localidade foi visitada pelo Padre Luiz Steiner, jesuíta, sendo o culto celebrado na residência do Sr. Egídio Sens, até a inauguração da Escola Pública, quando nela passaram a ser realizados.

Aos 15 de fevereiro de 1919, foi benta pelo Padre José Lundrapp, a pedra fundamental da 1.ª capela, construída no local onde se ergue a atual matriz, pelo Sr. João Hass, e inaugurada em 1922 pelo Padre Augusto Swirling, então vigário de Teresópolis, no município de Palhoça. Em 1921, na nova capela já inaugurada, pregaram missões os Padres Bucardo Sasse e Raimundo Hermanns.

Em 1923, foi pela primeira vez, realizada a Procissão de "Corpus Christi", em Ituporanga. Por Decreto da Cúria Arquidiocesana de Florianópolis, datado de 5 de abril de 1929, foi criada a Paróquia de Ituporanga, sob o título de "Paróquia de Santo Estêvão", assumindo o cargo de Vigário, o Reverendíssimo Padre Frei Gabriel.

Aos 20 de janeiro de 1933, foi instalada a residência dos Padres Franciscanos, de Ituporanga.

Em maio de 1950, foi dado início à construção da nova Matriz, que foi solenemente consagrada aos 3 de maio de 1954, por S. Excelência Reverendíssima D. Joaquim Domingues de Oliveira, Arcebispo Metropolitano de Florianópolis.

É atual Vigário da Paróquia, o Reverendíssimo Padre Frei Jerônimo Back.

Quanto a folclore, poderão ser citados como existentes em Ituporanga, o "Pão por Deus", "Desafios", "Boi de Mamão", e "Terno de Reis".

As principais efemérides, são:

1.º de janeiro — criação do município,

26 de dezembro — dia de Santo Estêvão.

OUTROS ASPECTOS MUNICIPAIS — Os habitantes de Ituporanga, recebem o patronímico de "Ituporanguenses".

O primitivo nome foi Barra do Rio Guabiroba e Barra do Rio Perimbó. Posteriormente, teve os nomes de: "Rio Abaixo", nome alusivo ao caminho que acompanhava o rio Generosópolis e Salto Grande.

A atual denominação de Ituporanga, segundo se afirma, é apenas a tradução, para o indígena, do anterior topônimo de Salto Grande.

Ituporanga é sede de Comarca e Têrmo.

Seu eleitorado, em 1958, era de 6 039 eleitores.

Em 1957, havia os seguintes veículos no município:

a) Veículos a motor — automóveis 12, jipes 3, ônibus e micro-ônibus 4, camionetas 27, motociclos 3, caminhões 81 e tratores 26.

b) Veículos a fôrça animada — carros de 2 ou 4 rodas 573, bicicletas, 437, carroças de 4 rodas 1 152.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

JAGUARUNA — SC

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — O primeiro habitante chegado ao Município de Jaguaruna foi o Coronel Luiz Francisco Pereira, que, em 1867, para lá se dirigiu acompanhado de sua família. Procedia do Município de Palhoça, sendo a principal causa do seu deslocamento a pouca fecundidade daquelas terras e a concessão de sesmaria, em Jaguaruna, ao seu primeiro habitante.

Do Município de Palhoça, principalmente de Garopaba do Norte e Aratingaúba, procederam também, Joaquim Marques, Francisco Rebêlo e Manoel Marques, lá chegados, dois anos mais tarde, em 1869, atraídos também pela fertilidade do solo da nova terra, da qual lhes havia feito referência o Coronel Luiz Francisco Pereira.

À exuberância das terras, exploradas pelos seus primitivos colonizadores, deve o local, primeiramente devassado, o nome de Campo Bom. Não tardou, porém, a substituição dêste pelo atual Jaguaruna, em virtude do aparecimento de um jaguar prêto no local onde hoje se situa a sede municipal.

Os primeiros exploradores encontravam ocasionalmente pela região alguns índios esparsos, que desapareceram misteriosamente, logo nos primeiros anos.

No ano de 1875, cedidas gratuitamente pelo Coronel Luiz Francisco Pereira duas áreas de terra, foram construídos o primeiro templo católico e o cemitério. A edificação dessa igreja foi iniciada naquele mesmo ano, com o auxílio de então limitado número de colonos, sob orientação do Padre José Ferreira Guedes, primeiro vigário da Paróquia.

Três anos após a formação do primeiro núcleo de colonizadores, outra povoação começou a desenvolver-se na sede, o distrito de Sangão. Foi seu primeiro habitante Manoel Francisco da Silva.

Vista parcial da cidade

Apesar do elemento negro representar atualmente 12% da população do Município, a sua contribuição para o devassamento do território não merece maiores encômios.

Em 5 de março de 1880, Jaguaruna foi elevada à categoria de freguesia. Em 1883, pela Lei provincial n.º 975, foi a freguesia declarada extinta, para um ano mais tarde, a 8 de março de 1884, pela Lei n.º 1 049, tornar novamente àquela categoria, porém com parte de seu território desmembrado, e integrado no de Tubarão. Pelo Decreto estadual n.º 38, de 6 de janeiro de 1891, na administração do Tenente Coronel Gustavo Richard, foi a freguesia elevada à categoria de vila.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVO-JUDICIÁRIA — O distrito foi criado pela Lei provincial n.º 887, de 5 de março de 1880. O Município o foi, com território desmembrado do de Laguna, pelo Decreto estadual n.º 38, de 6 de janeiro de 1891, ocorrendo a instalação, a 2 de maio dêsse ano.

Em virtude da Lei estadual n.º 1 451, de 30 de agôsto de 1923, o Município de Jaguaruna foi suprimido. Restaurou-o, contudo, o Decreto estadual de n.º 25, de 11 de dezembro de 1930, tendo-se verificado sua reinstalação a 20 de dezembro do mesmo ano.

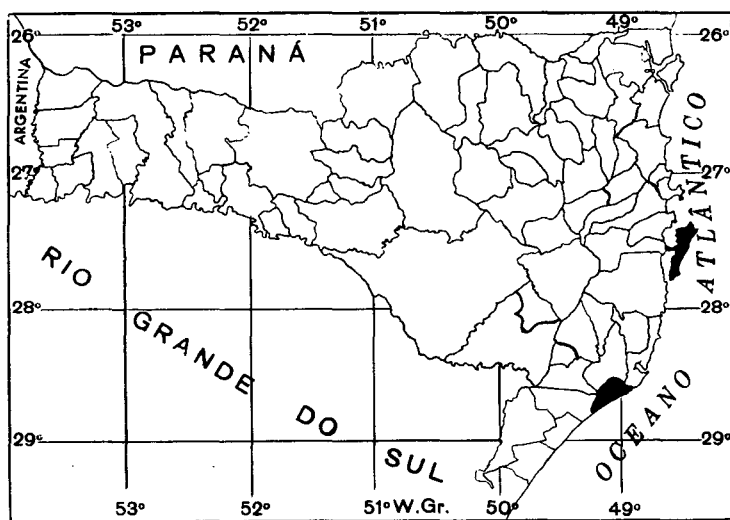
O Município pertence à Comarca e Têrmo de Tubarão.

O seu quadro administrativo, em 1.º de março de 1958, era o seguinte:

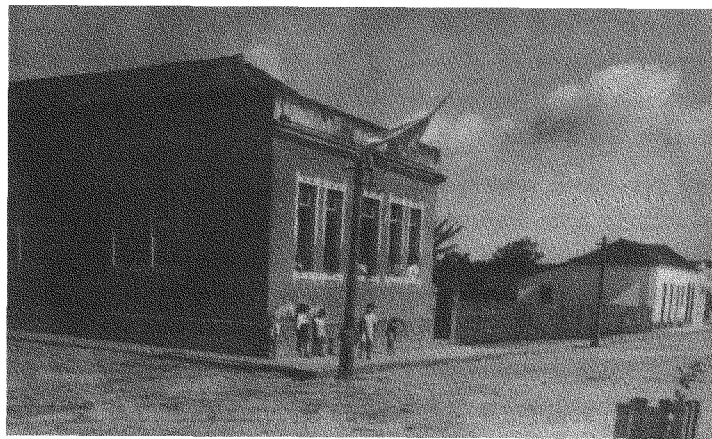
Município: Jaguaruna.

Distritos componentes: Jaguaruna (sede) e Sangão.

A atual legislatura teve início em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal, o Sr. Osni Pereira. A Câmara da Municipalidade é constituída de 7 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Jaguaruna faz parte da zona fisiográfica de Laguna. Em distância de Florianópolis, a cidade coloca-se em 23.º lugar em relação às demais cidades, com 122 km em linha reta até àquela Capital. Sua posição geográfica tem as seguintes coordenadas: 28° 37' 05" de latitude Sul e 49° 01' 12" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude, na sede municipal, é de 12 metros, sendo, nessa ordem, a 17.ª colocada entre as demais cidades do Estado.

CLIMA — Apesar dos constantes ventos que sopram do norte, a estação quente é bastante sêca e alcança temperaturas bastante elevadas, atingindo em algumas zonas 35°C.

Clube Recreativo 1.º de Janeiro

Há predominância de chuva nessa estação, com fortes trovoadas. No inverno o tempo é úmido. A baixa de temperatura se verifica em conseqüência dos ventos do quadrante sul. Quando em virtude de chuvas abundantes, as águas do Rio Sangão se avolumam, êste transborda, causando enchentes em todo o território do Município, ocasionando sérios prejuízos à lavoura. São comuns os granizos.

ÁREA — O Município com 450 km² de superfície situa-se entre os menores do Estado. Em relação à área das demais comunas, classifica-se em 64.º lugar.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Navegável e com a profundidade média de 2 metros, o rio Sangão é o principal acidente geográfico do Município. Merecem menção, também, a Lagoa do Arroio Corrente, com 3 300 metros de comprimento por 110 metros de largura; a Lagoa Garopaba, com 2 500 metros de comprimento e 2 500 de largura; o Morro da Cruz, com aproximadamente 50 metros de altura e o Morro da Sanga Grande, com a altitude de 120 metros. Existe, na sede municipal, pequeno pôrto fluvial, para embarcações de reduzido calado.

RIQUEZAS NATURAIS — Entre as riquezas de origem mineral, o barro para olaria é a mais importante.

Na costa litorânea abundam os peixes que constituem uma das principais fontes de riqueza vegetal do Município. Entre êstes, os mais encontrados são a tainha, a curvina e a papa-terra.

POPULAÇÃO — Segundo o último Recenseamento Geral do Brasil (1950), a população do Município era de 9 889 habitantes. Relativamente à população dos demais municípios do Estado, o de Jaguaruna coloca-se igualmente em 56.º lugar com relação às demais cidades catarinenses. A densidade populacional é de 12,19 habitantes por quilômetro quadrado.

A população se distribui da seguinte maneira: quanto ao sexo e a côr: 5 053 homens, 4 836 mulheres, 8 920 brancos e 969 pretos; quanto ao estado conjugal (das pessoas de 15 anos e mais, em número de 5 344): 1 845 solteiros, 3 259 casados e 247 viúvos; quanto à nacionalidade: 2 estrangeiros e 4 brasileiros naturalizados. Quanto à religião, maior número — 8 965, declarou-se Católico Romano.

Há predominância da população rural no Município. Localizam-se nessa zona 85,4%. Esta percentagem, das mais elevadas no Estado, supera a média da população rural estadual (76,4%).

Estação ferroviária municipal

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Dados censitários de 1950 assinalaram apenas duas aglomerações urbanas em Jaguaruna: a sede municipal, com 888 habitantes (446 homens e 442 mulheres), e a vila de Sangão, com 551 habitantes, sendo 286 do sexo masculino e 265 do sexo feminino.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura constitui o eixo econômico do Município.

Em 1957, a produção agrícola foi avaliada em Cr$ 63 563 600,00.

A produção industrial atingiu, em 1955, ... Cr$ 1 287 000,00.

A produção de fécula de mandioca, em 1955, foi de 300 000 kg, no valor de Cr$ 1 072 000,00; a de farinha de mandioca alcançou 132 500 kg, importando em .... Cr$ 215 000,00.

A percentagem da população na indústria é de 2%.

A população pecuária, em 1956, estava estimada em Cr$ 64 644 000,00.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 23,67% exercem atividades no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

Como culturas temporárias, as principais são: mandioca, milho, feijão (grão), batatinha, arroz, cana-de-açúcar, cebola, amendoim, batata-doce e melancia. Segundo a importância, citamos as seguintes culturas permanentes: laranja, café, banana e uva.

Estimativa do Departamento Estadual de Estatística apresentou em 1958, as seguintes quantidades e valores com referência à produção extrativa: barro ou argila 40 000 toneladas — Cr$ 1 200 000,00; telhas 2 600 milheiros — Cr$ 4 800 000,00; cal 300 000 kg — Cr$ 300 000,00; balaios 5 900 unidades — Cr$ 147 500,00; chapéu-de-palha 5 300 unidades — Cr$ 106 000,00; crina vegetal — 1 030 000 kg — Cr$ 3 605 000,00; peixe fresco 64 700 kg — Cr$ 1 189 400,00; peixe sêco 25 000 kg — Cr$ 624 000,00.

A indústria de produtos transformados de origem animal atingiu em 1956, o valor de Cr$ 15 211 190,00, sendo as principais produções as de carne de bovino sêca (108 000 quilos, no valor de Cr$ 5 184 000,00), a de carne de bovino salgada (101 000 kg, no valor de Cr$ 4 040 000,00) e a de banha (58 000 kg, avaliados em Cr$ 2 030 000,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Aproximadamente uma centena de estabelecimentos comerciais serve ao Município. Entre êsses, 102 são varejistas e 5 atacadistas.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Três emprêsas rodoviárias e uma ferroviária fazem o transporte de passageiros; a ferroviária faz inclusive o de cargas.

A cidade dista, por rodovia, 221 km da Capital do Estado. Do mesmo modo, dista 25 km de Tubarão, 42 km de Criciúma, 38 km de Laguna e 51 km de Urussanga (via Treze de Maio).

Por linha férrea são as seguintes as distâncias até as sedes dos municípios vizinhos: 16 km até Tubarão, 41 km até Criciúma, 43 km até Urussanga e 49 km até Laguna.

Os meios de comunicação de que dispõe o Município são: uma Agência postal telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma Agência telefônica e uma telegráfica da Estrada de Ferro Teresa Cristina.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Jaguaruna possui 888 habitantes. É totalmente pavimentada a saibro.

Pode-se citar como edifícios mais importantes a Igreja Matriz, a Prefeitura Municipal, o Grupo Escolar "Marechal Luz", o Edifício Arnor L. Santos (com 3 pavimentos) e o Hospital Municipal, recentemente construído.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Exercem atividades, no setor de assistência médica, 3 farmacêuticos e 1 dentista. Três farmácias atendem à população do Município.

ALFABETIZAÇÃO — Em 1.º de julho de 1950, o Serviço Nacional de Recenseamento constatou a existência de 8 040 pessoas de 5 anos e mais, sendo que dêsse total, 3 381 (correspondente à percentagem de 42,0%) eram alfabetizados. Dos alfabetizados 1 866 eram homens e 1 514 mulheres. Na sede municipal, das 716 pessoas de cinco anos e mais, 433 sabiam ler e escrever, dos quais 218 homens e 215 mulheres.

Ensino — Na mesma época, funcionavam na cidade e demais distritos do município 31 unidades escolares de ensino primário geral, com matrícula efetiva de 1 631 alunos. A distribuição de matriculados era a seguinte: 1 609 alunos nos cursos de ensino fundamental comum (30 unidades) e 22 alunos no curso de ensino complementar (1 unidade).

Funciona também em Jaguaruna um Curso Normal Regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Uma associação desportiva e uma artística constituem também centros de cultura locais.

FINANÇAS PÚBLICAS — Para a arrecadação da receita federal, sòmente em 1956 foi instalada coletoria. No período 1950-1956, esta e as demais receitas no município tiveram a seguinte arrecadação:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	274	434	152	422
1951	—	424	487	191	506
1952	—	535	589	218	560
1953	—	893	917	216	843
1954	—	612	768	210	823
1955	—	1 056	933	250	968
1956	409	1 766	1 398	466	1 430

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal festa religiosa do Município é realizada no dia 15 de setembro em homenagem à padroeira do Município, Nossa Senhora das Dores.

O culto católico congrega maior número de pessoas. É realizado por 1 sacerdote que atende à Igreja Matriz e 9 capelas públicas da Paróquia de N. S. das Dores.

As datas cívicas também comemoradas são as da instalação e restauração do Município, respectivamente, nos dias 2 de maio e 20 de dezembro.

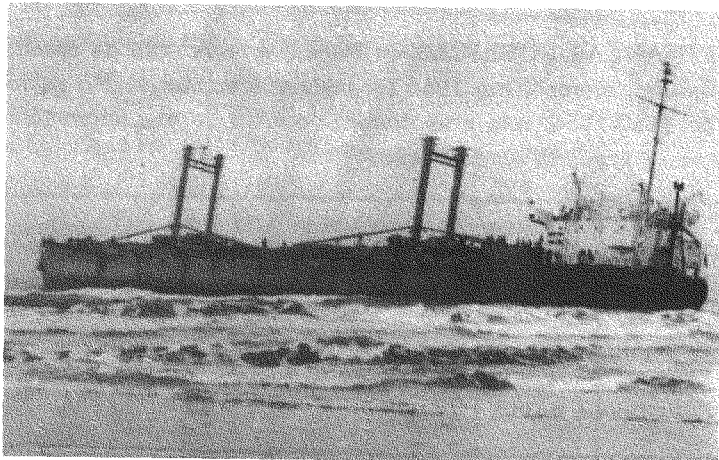
Entre os folguedos populares de caráter folclórico, os mais interessantes são o "Boi de Mamão", o "Terno de Reis" e a "Dança do Fandango".

O "Boi Mamão", se realiza por ocasião do carnaval. É uma dança de vários "bichos" (boi, urso, sapo, cabra, bicho servo, bicho de algodão, urubu, bernúncia e cavalinho), destacando-se o "boi". A dança se realiza à noite, na via pública ou em casas particulares, a convite dos donos, e atrai geralmente grande assistência. Além dos "bichos", participam da dança o "vaqueiro", "Pai João", "Miquelinas", etc. O "Boi de Mamão" percorre quase tôdas as localidades do Município, com grande aceitação por parte dos populares. Após cada apresentação, seus componentes são presenteados pelos donos da casa com galinhas, ovos, aguardente, etc.

O "Terno de Reis", tradicional folguedo, é apresentado na época da Festa dos Reis Magos, principalmente no interior do Município. por um grupo de môças de côr preta que carregando rebeca, viola e um tambor, saem à noite com destino às casas de família, onde entoam canções, tôdas em homenagem aos Reis Magos. Os "cantadores" do "Terno de Reis" são sempre muito bem recebidos e depois da apresentação são mimoseados com doces e bebidas. Das trovas mais cantadas nos "Terno de Reis", divulgamos as duas abaixo:

"Os três Reis por serem santos
Saíram a caminhar
Em casa de seus devotos
A quem vamos chegar

Em vinte e cinco de dezembro
No presépio de Belém
Nasceu o Menino Deus
Para ser o nosso bem"

A "Dança do Fandango" é oferecida em retribuição de algum favor recebido de São Gonçalo, na véspera da festa

Praia de Jaguaruna, conhecida pelos perigos à navegação

dêsse Santo, a 10 de janeiro. A dança se inicia com um sapateado compassado, à frente do Santo, por diversos pares de pessoas. O sapateado é feito ao som de músicas características do "fandango", executadas por dois tocadores, um com rebeca e outro com viola. Realizada na residência da família que paga a promessa, a dança se prolonga até altas horas da noite. Após, é oferecida aos convidados lauta mesa de café e doces. Divulgamos, abaixo, algumas trovas da referida dança:

"Chamarrita, chamarrita
Chamarrita, meu chapéu,
Quem não canta a Chamarrita
Morrendo, não vai p'ro céu

O Anu do Passo Preto,
Bicho do bico rombudo,
Foi sina que Deus deixou
De todo negro ser beiçudo".

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Em 1958 achavam-se qualificados em todo o Município 2 576 eleitores.

Os veículos existentes são em número de 914, a maioria (875) de tração animal. Dos veículos a motor (39), 1 era automóvel, 3 jipes, 4 camionetas, 5 motociclos, 23 caminhões e 3 tratores; a fôrça animada funcionaram 449 carros (de 2 ou 4 rodas), 395 bicicletas e 31 carroças.

Os habitantes do Município recebem o nome de "jaguarunenses".

A origem do nome do Município é lendária: os primeiros moradores da atual cidade de Jaguaruna encontraram no local um jaguar prêto, originando-se daí o nome Jaguaruna, corruptela de jaguaraúna (do tupi-guarani "yaguara-runa") que significa a onça preta, o tigre.

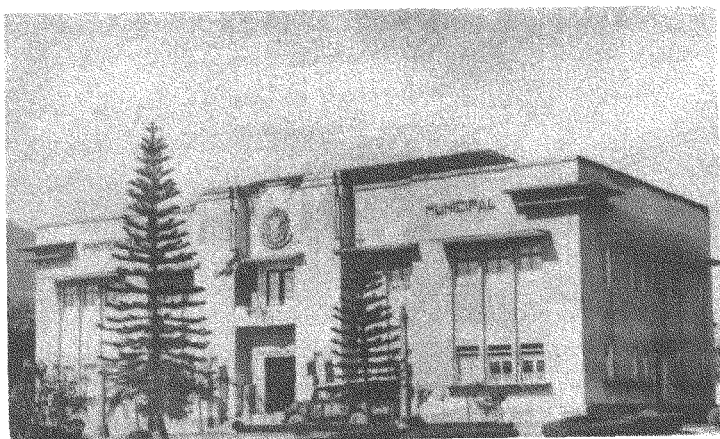
(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

JARAGUÁ DO SUL — SC

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — Nas matas virgens do vale do Itapocu, em terras pertencentes a Luiz Felipe Maria Fernando Gastão d'Orleans, primogênito do duque de Némours, conde d'Eu e consorte de Dona Isabel, herdeira do trono do Brasil, o Coronel Emílio Carlos Jourdan recebeu 10 000 hectares de terras: ao norte da colônia Dona Francisca, entre a barra do rio Jaraguá, a leste, e uma das suas margens, ao sul, e à margem do rio Itapocu, ao norte. Há quem afirme se devesse a concessão à iniciativa de madame Elise Jourdan, espôsa do Coronel Emílio, junto a Dona Isabel.

Emílio Carlos Jourdan chegou a Jaraguá em 1876, trazendo consigo 60 trabalhadores, dos quais 54 pretos e 6 brancos, todos lavradores e quase todos originários do norte do País. Os documentos guardam o nome dêsses operários, 35 dos quais, pretos, demandaram, mais tarde, a São Francisco do Sul e Parati.

O Coronel transportou-se a Jaraguá, do pôrto de São Francisco, onde desembarcou, vindo do Rio de Janeiro, em canoa conduzida por cinco remadores, notando-se, entre

Prefeitura Municipal

êles, o velho Calixto Borges, que disse ter o Coronel desembarcado numa das margens do rio Itapocu, no atual terreno de propriedade do Sr. Mário Tavares da Cunha Melo. E o velho remador acrescenta que o Coronel Jourdan, ao saltar em terra, pronunciou as seguintes palavras, com sotaque estrangeirado: "Rapazes, aqui eu quero fundar uma grande usina de açúcar. Esta terra será de grande futuro para o Brasil".

Em terras hoje pertencentes ao Sr. Eduardo Kellermann, foi construída a primeira casa administrativa da colônia, onde se instalou, com relativo confôrto, o fundador.

Executando o plano traçado, construiu um enorme rancho, onde instalou a usina açucareira, com 10 fornalhas e possuindo a capacidade de ferver 18 barricas de açúcar. Contavam-se, ainda, dois alambiques, que podiam produzir 2 400 litros de aguardente. As plantações de cana-de-açúcar estendiam-se desde a barra do Jaraguá até as imediações da estrada Francisco de Paula.

Em sua casa de residência, veio à luz o filho do Coronel, que, na pia batismal, recebeu o nome de Emílio Carlos Jourdan Filho, tendo como padrinhos, Carlos Valter e sua filha.

O Coronel Jourdan escolheu o terreno para o primeiro cemitério, que foi bento pelo Padre Benjamim e onde se cantou a primeira missa campal. O pintor francês Francisco Limaux foi o primeiro a ser enterrado nêle.

Em 1876, data da fundação da colônia, o Coronel Emílio Carlos Jourdan teve séria desinteligência com a Companhia Hamburguesa de Colonização, que queria apossar-se de terrenos que já lhe pertencia.

Em 1877, a colônia teve a visita do então Governador Taunay, que admirou a excelente localização e a fertilidade do solo.

Em 1880, recebeu Jourdan um ofício da Municipalidade de Parati, que o elogiava como colonizador.

Em 1883, o proprietário da colônia pediu ao Govêrno a revogação do Decreto de 17 de abril, que mandava anexar Jaraguá a Joinvile. A petição contava com a assinatura de 237 pessoas, que queriam pertencer a Parati. Jaraguá era considerada, então, uma terra de negros e analfabetos.

A luta de Joinvile e Parati, pela posse de Jaraguá, continuou. Joinvile afirmava que não havia estrada que ligasse Jaraguá a Parati, enquanto que Jaraguá já se encontrava ligada a Joinvile.

Jaraguá passou a pertencer a Parati, originando-se, depois, séria desarmonia que provocou uma espécie de dualidade de mando em Jaraguá.

O Govêrno procurou anexar Jaraguá à Barra Velha e criar um Município independente, que seria batizado com o nome de "Glória". Realizou-se, então, um plebiscito. Surgiram abaixo-assinados. Um dêles dizia: "Nós, abaixo assinados, moradores de Jaraguá, declaramos com esta e em resposta à pergunta que nos foi feita pela Municipalidade de Joinvile, se queríamos um novo município com Barra Velha, que não queremos pertencer a Joinvile, nem a Parati, mas, sim, formar um novo município. Jaraguá, 13 de setembro de 1897". Lia-se ainda a seguinte declaração: "Nós, abaixo assinados, declaramos, debaixo de nossa palavra de honra, que apresentamos a presente lista junto com a anexa a todos os moradores não querendo ninguém assiná-la. Jaraguá, 15 de setembro de 1897. (a) Roberto Buehler, Jorge Czerniewicz".

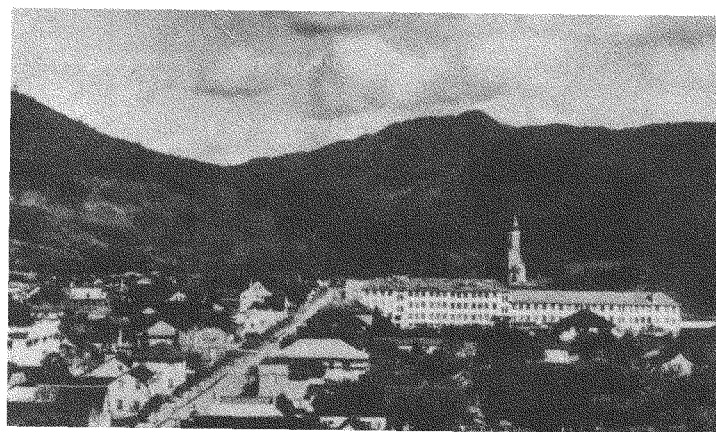
Outro abaixo-assinado dizia: "Nós, abaixo assinados, declaramos de livre vontade que queremos continuar a pertencer ao Município de Joinvile como até agora. (a) Vitor Rosenberg, João Butschardt, José Koch", e mais 237 assinaturas. Tal abaixo-assinado, foi encaminhado a Florianópolis por intermédio do Deputado Schmalz não sendo atendido. Nesse ano de 1897 era fundada também a Colônia Hansa, cujo histórico é descrito mais adiante.

Em 22 de julho de 1898, o Govêrno mandou anexar Jaraguá a Joinvile. O primeiro Intendente Municipal de Jaraguá foi Vitor Rosenberg que governou até 1911, seguindo-se-lhe Henrique Piazera, até 1920; Leopoldo Jansen, até maio de 1924; Artur Mueller, até 1929.

O Decreto n.º 565, de 26 de março de 1934, considerando que os distritos de Hansa e Jaraguá podiam formar um único município, criou o Município de Jaraguá cuja instalação se deu a 8 de abril do mesmo ano. É a seguinte a ata da instalação do Município: Aos oito dias de mês de abril de mil novecentos e trinta e quatro, na Vila de Jaraguá, no edifício da Intendência Municipal, onde, pelas nove horas e meia, presentes se achavam o Senhor Dr. Plácido Olímpio de Oliveira, Secretário do Interior e Justiça, representando S. Ex.ª, o Sr. Aristiliano Ramos, e mais autoridades estaduais e municipais, bem como as pessoas infra assinadas, aí pelo mesmo Senhor Dr. Plácido Olímpio de Oliveira, foi dito que, em nome do Senhor Interventor do Estado, declarou instalado o Município de Jaraguá, criado pelo Decreto n.º 565, de 26 de março de 1934, com os seguintes limites: ao Norte, partindo da mais alta cabeceira do rio Itapocuzinho, por êste abaixo até a sua foz no rio Itapocu e dêste ponto até a barra do rio Figueira; a Leste, subindo o rio Figueira até a sua mais alta cabeceira, daí pelo divisor de águas dos rios Massaranduba e Jaraguá, até encontrar a nascente do rio do Cerro (Sêrro). Ao Sul, seguindo o divisor de águas entre o rio Jaraguá e os rios do Têsto e dos Cedros até a barra digo, Serra do Mar; a Oeste, pelos atuais limites entre os distritos de Hansa e o do Município de São Bento.

A Sede do Município de Jaraguá, será a freguesia do mesmo nome, que é elevada à categoria de Vila, ficando designado o dia oito de abril próximo vindouro para se proceder à instalação do novo Município. Em seguida,

congratulou-se S. Ex.ª com o laborioso povo de Jaraguá e Hansa pela realização de um velho desejo, historiando em breves palavras, a vida dêstes distritos, que hoje constituem o Município de Jaraguá, concitando-o a continuar a trabalhar com zêlo e patriotismo para o desenvolvimento do Município, servindo assim ao nosso Estado e ao Brasil. Declarou mais que, neste ato empossava também, o Senhor José Bauer, como Prefeito Municipal do novo Município, e os Senhores Ernesto Czerniewicz, João Marcatto e João Crespo, como membros do Conselho Consultivo, compromissando-os devidamente. Usou depois da palavra o Senhor Prefeito, apresentando os agradecimentos da população de Jaraguá e Hansa. Ninguém mais querendo usar da palavra, foi encerrada a solene ata da instalação, do que para constar foi lavrada a presente ata, que depois de lida, vai por todos os presentes assinada: (a) Plácido Olímpio de Oliveira, Secretário do Interior e Justiça; José Bauer, Prefeito; Ernesto Czerniewicz; João Marcatto; João Crespo; Mário Tavares da Cunha Melo; Rubens Rau; Roberto Marquardt; Reinaldo Huebbe; José Teixeira Filho; Ricieri Marcatto; Gustavo Vogelsanger; Heleodoro Borges; José Gaia; José J. Brasil; José M. Mueller; Joaquim Canutto; Vital França; A. M. Douat; Venâncio Pôrto; Arthur Mueller; Germano Ehnke F.º; Victor Rosenberg; Bento Amorim; Francisco Fischer Jr.; Leopoldo Jansen; Otávio J. Luiz; Emílio E. Cubas; Jacob J. Mansur; Luiz Feiller; José M. Tavares Quiliano Martins; Adalberto Haffner; José Peters; Bruno Mahnke; Pedro P. Marcondes; Ney Franco; Jorge Binder; Rafael G. da Silva; Adolfo Horst; Estêvão Binder; Bertoldo Hort; E. A. Gomes; Wilibaldo Freiberger; Dr. Godofredo Luzze Luce; João Klein; Ricardo R. Tavares; Augusto V. da Cruz Lima; Aristides Rego; Roberto da Veiga Coutinho; Irineu V. Veiga; Alfredo Moser; F. Gassenfert; Victor Nagel; Eugênio Nicolini; Pedro Fiate; Acciole H. V. Santana; Erich Marquardt; Carlos Antunes; Frederico Engelmann; Bernardo Mielke; Francisco Silva; João B. Rudolf; José Peccali; Ervin Kassner; Leopoldo Blaese; Rudolf Wischral; Eurico Wischral; Emilio Krueger; Francisco Koehler; Alexandre Koehler; Arthur Kerstens; Theodoro Keske; Benjamin J. Mafra; Ricardo Jansen; Fritz Vogel; Frederico Möeller; Oswaldo Buch; Carlos Mey; Augusto J. Freiberger; João Karger; Jacob Andersen; Esperidião Costa; Gervásio ...?; Ângelo Salvios; Bertoldo A. Zimmermann; Henrique Geffert; Alberto Moser; Bernardo Boehm; Eugênio Boehm; João Maruthi; João Sotter Corrêa; Alfredo Rau; Guilherme Gumz; Max Ruhmke; Alfredo A. Staehlin; Otto Koch; Camillo Piazera; Silvino Piazera; Hermílio Ramos; Euclides Vieira; Carlos Hort; Pedro Bisoni; Vitorino de Pinho; Adolfo Menel; Angelo Bisoni; Celeste Prestini; Vittorio Piazera; Pedro Bassani; Angelo Moretti; Jardelino T. Monteiro; Guilherme Haehring; Vicente de Souza; Mário Rey Gil (representando "Jaraguá" semanário); Dr. Álvaro Batalha.

Embora pouco conhecido, Emílio Carlos Jourdan foi um bravo pioneiro. Quer como engenheiro, quer como militar, quer como colonizador e quer como historiador, êle honrou a sua segunda Pátria, a que amou, como o melhor dos brasileiros. Nasceu na Bélgica, a 19 de julho de 1838.

Vista parcial da cidade

Abandonou a terra natal ainda jovem, encaminhando-se para o nosso País.

Quando rompeu a Guerra do Paraguai, o jovem belga naturalizou-se brasileiro e alistou-se voluntàriamente no Corpo de Engenheiros Militares, seguindo para o campo de batalha, sendo nomeado alferes em 5 de outubro de 1865.

Após 17 meses em Tuiuti, foi comissionado tenente, a 3 de março de 1867. Em 1868, foi promovido a 2.º-tenente de Artilharia e, em 1869, a 1.º-tenente.

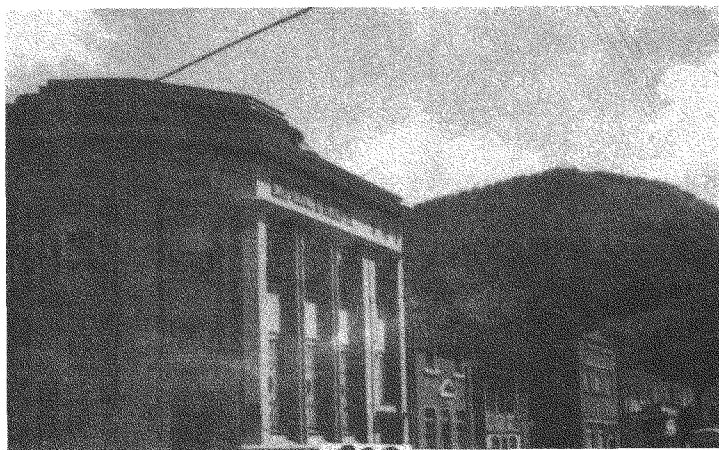
Mesmo terminada a guerra, em que lutou durante cinco anos, Jourdan continuou a servir o País, tomando parte em diversas comissões. E o seu trabalho foi tão honesto, produtivo e patriótico, que o Marechal Deodoro lhe concedeu o título de Tenente-Coronel honorário e o Marechal Floriano o elevou ao pôsto de Coronel.

O Coronel Emílio Carlos Jourdan é patrono de uma cadeira no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. A seu respeito, assim se manifestou o General Valentim Benício da Silva, então ocupante dessa cadeira naquele Instituto: "O ciclo da vida do soldado", diz o General Valentim, "é ativa e vibrante durante cinco anos de guerra; obscura e apenas galardoada com títulos honoríficos durante trinta anos de paz internacional".

O General Valentim acrescenta que ignora qual o motivo que obrigou Jourdan a deixar o Exército, após a Guerra do Paraguai e, que, se nêle continuasse, teria sido um dos primeiros Generais da República, pois, para isso, não lhe faltavam credenciais.

Recebendo condecorações desde a medalha com passador à Ordem da Rosa, construindo posição para localização de bateria sob o fogo do inimigo, explorando regiões, levantando plantas, fazendo reconhecimentos e tomando parte ativa nas batalhas por tudo isso Jourdan merece a auréola de herói nacional.

Espírito brilhante, Jourdan, dedicou-se, também, ao estudo da Geografia e da História Militar. Deixou-nos três trabalhos impressos: um resumo da Guerra do Paraguai, o Atlas Histórico da mesma campanha, ambos editados em 1871, e a História do Uruguai, Mato Grosso e Paraguai, editada em 1893.

O General João Borges Fortes disse muito bem: "O nome do Coronel Emílio Carlos Jourdan não foi condenado ao esquecimento. É certo que a obra que êle escreveu sôbre a Guerra do Paraguai teve sòmente, e tardia-

Trecho da Rua Marechal Floriano

mente, uma parte publicada: o incêndio da Imprensa Nacional, em 1912, devorou os originais da maior parte de sua produção. Ficaram, porém, como tesouro precioso, patrimônio de nossa história militar, além de volumoso texto, as suas excelentes cartas e desenhos, manancial abundante, onde se abeberam todos quantos estudam as operações da famosa campanha sul-americana. Primeiro escritor que, no Brasil, narrou os acontecimentos dessa guerra, o nome de Jourdan ficou consagrado para a imortalidade".

Vale a pena citar aqui, a título, ao menos, de curiosidade, as condecorações e citações alcançadas por Emílio Carlos Jourdan, durante as etapas de sua vida:

1 — Medalha com passador — a 11 de dezembro de 1868 — "Al valor y a la custancia" — concedida pelo Govêrno Argentino.
2 — Medalha com passador "Recompensa à bravura militar" — Decreto de 25 de março de 1868: — Exército em operações no Paraguai — Passadeira em 27 de dezembro de 1868.
3 — Medalha de ouro "Campanha de Paraguai" — 1868-1870, com passadeira n.º 5.
4 — Medalha "A los virtudes militares", República Oriental do Uruguai, 1865-1869.
5 — Medalha "Combate Naval do Riachuelo" — 11 de julho de 1865.
6 — Medalha "Uruguaiana" — 18 de setembro de 1865.
7 — Medalha de prata — 21 de abril de 1868.
8 — Passadeira de prata — 25 de dezembro de 1868.
9 — Cavaleiro da Ordem de Rosa, em atenção aos serviços prestados nos combates de 1868 e das Cordilheiras.
10 — Agraciado pelo Visconde do Rio Branco com o título de sócio efetivo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

Não resta a menor dúvida acêrca da fundação da colônia. Na Diretoria de Geografia e Terras, dêste Estado, está arquivada, sob número 320 372 — Gaveta 622 a questão Jourdan.

Na exposição que o Coronel Emílio Carlos Jourdan fêz ao Governador do Estado, Dr. Hercílio Pedro da Luz, a 7 de junho de 1898, há a seguinte passagem: "O Coronel requereu em dezembro de 1894 a compra de 10 000 hectares, para desenvolvimento da colônia Jaraguá, fundada por êle em 1876".

A 25 de novembro de 1896, o Coronel dirigiu um requerimento ao então Governador do Estado, Dr. Polidoro Olavo de Santiago. Pede, então, providências no sentido de serem garantidas as suas propriedades, invadidas por intrusos e criminosos. São palavras suas: "Não recordarei fatos anteriores que são do domínio público, para demonstrar os esforços que, desde 1876, tenho empregado para entregar o fertilíssimo vale do rio Itapocu e dotar o Estado com a importante via férrea de São Francisco do Sul a Rio Negro. Cumprindo rigorosamente as condições do meu contrato para a colonização dêstes terrenos, organizei no Rio de Janeiro e acha-se registrada no Tribunal do Comércio, a emprêsa Jourdan & Vieira e temos não pequeno capital já despendido e contratos sérios com relação à vinda de colonos e venda de terras; esperando por parte do Govêrno tôda a coadjuvação legal para ser respeitada a nossa propriedade e coadjuvada a nossa iniciativa neste cometimento tão útil para o Estado".

Jourdan foi uma figura completa de colonizador. Culto, enérgico, humanitário, progressista, representa o tipo ideal do imigrante que, sem preconceitos raciais e despido de ideologias políticas exóticas, procura identificar-se com o povo e com a terra que é a sua segunda Pátria.

Não fundou a colônia com o intuito exclusivo de enriquecer: dominava-lhe o desejo de servir ao Brasil.

Homem de iniciativa, cumpre ressaltar o seu plano de ligar a colônia ao pôrto de São Francisco. Em petição de 27 de janeiro de 1896, Jourdan requeria ao Governador do Estado, Dr. Hercílio Pedro da Luz, a autorização para ligar o vale do Itapocu e afluentes ao pôrto mais próximo, na baía de São Francisco do Sul. Anexava à petição, um memorando e uma planta e requeria tal autorização, sem previlégio de tempo, nem de zona. Mas, apenas, com o direito de gozar dos favores concedidos pela Lei n.º 528, de 28 de julho de 1890, cap. V, arts. 33, 34 e 35. O memorando indicava as condições técnicas dêsse "cometimento indispensável ao desenvolvimento daquela futurosa zona".

Espírito justo e equânime, Jourdan dirigia filantròpicamente a sua colônia. Até o espírito patriarcal, êle o possuía. Gostava de ser convidado para paraninfar os filhos dos trabalhadores e dos colonos. Aos sábados, mandava distribuir gratuitamente, carne verde, distribuição que variava de acôrdo com a prole de cada um. Procurava evitar as rixas e as dissenções, combatendo e expulsando os insubordinados. Apreciava as diversões populares, estimulando a exibição de fandangos, batuques, boi de mamão, etc.

Homem intrépido, teve a coragem suficiente de enfrentar as vicissitudes do desbravamento e da colonização, arrostando, serenamente, todos os sacrifícios.

Transportando máquinas em bateiras, vencendo cursos d'água à custa de muitos esforços, enfrentando os bugres em assaltos freqüentes, Jourdan provou, exuberantemente, a identificação com a nova e maravilhosa terra que escolheu como segunda Pátria.

Morreu Jourdan a 8 de agôsto de 1900, no Rio de Janeiro.

Hansa-Humboldt, como já se disse acima, foi fundada a 7 de julho de 1897. Karl Fabri, último diretor da "Hamburger Kolonisationsverein" (fundada em 1849) fechou a 28 de maio de 1895 um contrato com o Govêrno do Estado de Santa Catarina. A citada Companhia adquirira, por compra, 600 mil hectares de terreno a 1$500 réis cada hectare. Conforme o contrato, o terreno deveria estar colonizado dentro de vinte anos por imigrantes europeus: para consegui-lo eram admitidos anualmente 6 000 novos imigrantes.

Entrementes, a recém-fundada "Hanseatische Kolonisationsgesellschaft" substituíra a Companhia supra citada. A 30 de agôsto chegava a Joinvile W. A. Sellin como primeiro diretor e plenipotenciário; Axel von Diringshofen foi o primeiro inspetor e o engenheiro Gieseke o primeiro agrimensor. As primeiras parcelas medidas estavam situadas na vila de antanho.

Otto Hillbrecht e seu filho, no mesmo dia de sua chegada, compraram os lotes números 6 e 7 a 295$00 e 456$00 réis respectivamente.

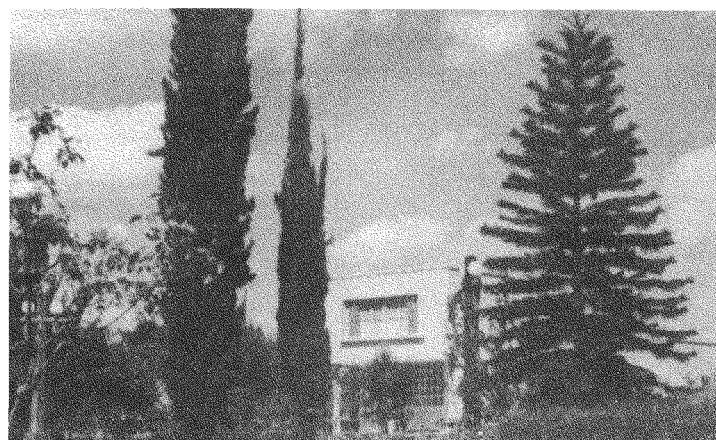
Transcorreram 50 anos, desde que chegaram os primeiros colonizadores transportados em canoas pelo rio Itapocu.

Os nomes da primeira leva são: Otto Hillbrecht e seu filho Otto de 14 anos de idade; e Wilhem Ehrhardt e espôsa. Para os primeiros dias encontraram um abrigo num rancho da Companhia.

O agrimensor E. Kriesch era, naquela época, o representante da Companhia e tratava de demarcar o terreno com uma turma. O dia da chegada dos supra citados primeiros colonizadores na mata virgem, foi a 7 de julho de 1897. (Tinham desembarcado no dia 30 de junho em São Francisco). A êstes imigrantes, seguiram-se, ainda no mesmo ano, outros; entre êstes contava-se Heinrich Groth e sua família, Mischka e família, Léo Eschweiler, viúva Muller e família, H. Harm e filho, Rösch, Bolz, Behn, Baumann, Pohl, Hübner, Antonio Langer, Domingos Salvador, Santina Hanisch, e outros.

Grandes foram as dificuldades do início. Não havia nem estrada de ferro nem estrada de rodagem; mesmo os animais de montaria faltavam. Os alimentos vinham de Jaraguá e eram transportados em canoas ou mesmo às costas. Ainda sobrevieram à novel colônia outros insucessos e muitos teriam voltado à Pátria de origem se tivessem tido os meios para isso. Esta energia e firmeza teve como resultado o que vemos hoje: bem-estar da maior parte dos colonos e uma vila em franco progresso.

Apenas três anos contava a colônia, quando em 1900, foi fundada pelos colonos uma "Schul-und Kirchengemeinde".

Georg Czerniewicz abriu o primeiro negócio; seguindo-se-lhe Herman Stein em 1899. Seu negócio era dirigido por Léo Eschweiler e em 1907 por Otto Hillbrecht Jr. que o comprou e o transformou em o empório ainda existente. O terceiro negócio foi aberto por Heinrich Meyer, seguindo-se, como quarto, a casa comercial de Ernst Rücker, fundada em 1902 e que ainda hoje existe. Otto Löffler, com um pequeno capital, umas poucas latas de querosene e al-

Jardim Público, ao fundo Agência dos Correios e Telégrafos

gumas garrafas, construiu a primeira cervejaria, à estrada Itapocu, no terreno que atualmente pertence ao Sr. Körner.

À estrada Bompland estava localizada a primeira e única atafona que pertencia a Gustav Hoffmann. Wilhelm Pieper construiu em 1900 o primeiro "Hotel" que por muitos anos prestou os melhores serviços aos imigrantes, oferecendo-lhes um pouso até terem adquirido uma propriedade. Êste hotel foi transformado mais tarde em um hospital pela "Frauenverein", enquanto Pieper transferia seu hotel para as imediações da estação da estrada de ferro, onde hoje ainda continua sob o nome de "Hotel Krelling".

Luiz Schroeder abriu o primeiro açougue. Foi fundado um "Turnverein" sob a direção do Sr. Fr. Rosch (mais tarde Tübel). Em 1908, Hansa foi elevada à categoria de distrito e separada de Jaraguá. O então Superintendente (Prefeito) de Joinvile, Oscar Anton Schneider, nomeou a 11 de abril o Sr. Ernst Rucker como primeiro intendente. A receita total do distrito não chegava bem aos seus 5:000$000 réis. O intendente recebia anualmente 750$000 réis. Em 1911 uma grande enchente destruiu a ponte sôbre o rio Humboldt. Ernst Rucker desistiu então de dois terços de seu ordenado contentando-se com 250$000 réis por ano. O Sr. Emil Dams foi nomeado fiscal. Era seu dever percorrer, ao menos uma vez mensalmente, as estradas do distrito percebendo para isto 30$000 réis de ordenado por mês. Segue a nomenclatura dos intendentes havidos neste distrito até hoje: Ernst Globig, João Groth, Avelino dos Santos Rocha, José Atanázio de Souza Gomes, Bertoldo Moritz Richard Wulff, José Teixeira, Carlos Jantsch, João Tosini, Willy Gessner, mais uma vez João Tosini, Carlos Tosini, José Madureira Tavares, novamente Carlos Tosini e Alfredo Langer.

De importância decisiva para o ulterior desenvolvimento de Hansa, foi a construção da estrada de ferro que, iniciada em 1910, liga o pôrto de São Francisco com o planalto de Santa Catarina.

Não deve ser omitido que já vários anos antes da fundação de Hansa exploradores alemães passaram por nossas plagas. Aos 9 de maio de 1879, o engenheiro Krohne saía de São Bento para abrir uma picada pelo rio Itapocu até Jaraguá e explorar a região. A expedição compreendia 11 pessoas entre as quais 2 caçadores e 2 cosinheiros. Participaram da expedição, as seguintes pessoas: Andreas Linzmeyer, José Zipperer Senior, Benedikt Pscheidt, como cosinheiro, Wolfgang Kirchbauer como caçador, Karl Gruber, Franz Augustin e outros. A penosa viagem durou 6

semanas. Poucos brasileiros moravam nesta região no tempo da colonização e isto ainda transitòriamente com o fim de caçar, pescar e fazer canoas. Na foz do rio Isabel encontravam-se os ranchos de Manoel Cipriano e de Manoel Floriano. Em Poço d'Anta moravam Alexandre Siqueira, Domingos Siqueira, José Afonso Moreira, João Custódio, Romualdo Leopoldino, Maneco do Rosário, Antônio Felisbino, etc.

Muitos dêsses ajudaram a transportar os primeiros imigrantes e os alimentos pelo rio Itapocu que naqueles tempos ainda possuía muita água.

O que se refere aos atuais nomes dos rios, êles tiveram a seguinte origem: os primeiros exploradores da região encontraram no lugar da atual ponte de estrada de ferro com dois rios de igual tamanho[1]. Qual dêles seria o Itapocu? Sem muita cerimônia deram ao da mão direita o nome de "Humboldt" em homenagem ao conhecido explorador alemão, e ao da mão esquerda de "Neuer Fluss" (Rio Novo). O "Paulfluss" (rio Paulo) tem o nome do genro do Diretor Sellin. No dia do Natal os exploradores descobriram o "Weihnachsfluss" (rio Natal), e no dia do Ano Novo "Neujahrsfluss" (rio Ano Bom).

Em 1934, pelo Decreto estadual n.º 569, de 4 de abril, era criada a Comarca de Jaraguá, cuja instalação se deu a 10 de maio do mesmo ano.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — A Lei municipal n.º 7, datada de 22 de agôsto de 1895, criou o Distrito.

Por efeito do Decreto estadual n.º 565, de 26 de março de 1934, criou-se o Município de Jaraguá, com território desmembrado do de Joinvile, verificando-se sua instalação a 8 de abril do mesmo ano.

Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 941, de 31 de dezembro de 1943, o Município e o Distrito de Jaraguá tiveram seu topônimo alterado para Jaraguá do Sul.

O Decreto estadual n.º 569, de 4 de abril de 1934, criou a Comarca de Jaraguá, cuja instalação se deu a 10 de maio do mesmo ano.

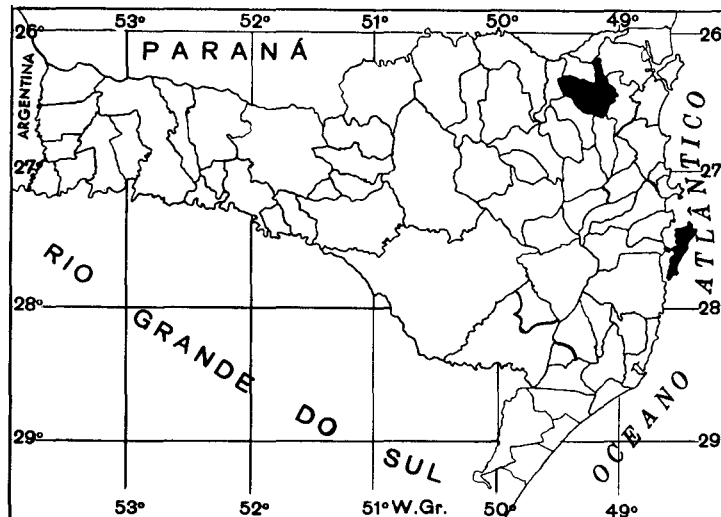
Pela Lei n.º 348, de 21 de junho de 1958, foi desmembrado o Município de Corupá, do de Jaraguá do Sul.

O seu quadro administrativo e judiciário, em 1.º-III-958, era o seguinte: Comarca, Têrmo e Município: Jaraguá do Sul. Distritos componentes: Jaraguá do Sul (Sede) e Corupá.

Avenida Getúlio Vargas

A Comarca de Jaraguá do Sul abrange ainda o Município de Guaramirim, constituído dos Distritos: Guaramirim (Sede) e Massaranduba.

A atual legislatura teve início em 1955, tendo sido eleito Prefeito, o Sr. Waldemar Grubba, e constituída a Câmara Municipal de 11 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Jaraguá do Sul localiza-se na zona fisiográfica do litoral de São Francisco. A cidade fica às margens do rio Itapocu e a 135 km em linha reta da Capital do Estado, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 26° 29' 03" de latitude sul e 49° 04' 52" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 30 metros na Sede Municipal, ocupando o 23.º lugar em ordem crescente de altitude, no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — O clima é, geralmente, quente e amenizado, à tarde, pela brisa marinha. A temperatura alcança, no verão, 30°C. É durante o verão, que as chuvas têm predominância, com forte trovoadas. A precipitação anual chega a 2 000 mm. No inverno a temperatura é fria, descendo o termômetro, perto de 10°C, sendo, porém, raros os casos de geada ou granizo.

ÁREA — A área do Município é de 981 km², figurando em 34.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Itapocu em quase sua totalidade inavegável, com profundidade máxima de 11 metros e mínima de 0,45 metros. Sua extensão no Município é de 39 km. Rios Humboldt e Novo. O território do Município é rico em cursos d'água, que, embora pequenos, cortam-no em tôdas as direções. Saltos Rio Novo, Ano Bom, potência de 100 kW aproveitado; Salto Pedra d'Amolar; Ilha da Figueira com 86 000 m². Ilha Bonita com 51 648 m². Serra Jaraguá ou morro Boa Vista com altitude máxima de 824 metros. Pontos preferidos para excursões: serras do Mar e Itapocu.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) De origem mineral — argila, e minério de ferro, inexplorado. b) De origem vegetal — madeiras: canela, cedro, peroba, palmeira, indaiá, gerivá e palmito. c) De origem animal

Praça Leônidas Herbster

— peixes (traíra, cascudo, lambaris, carpas, jundiás e bagres).

POPULAÇÃO — A população de Jaraguá do Sul, segundo o Recenseamento de 1950, era de 27 240 habitantes e tinha a seguinte composição: homens 14 024; mulheres 13 216; brancos 26 558; pardos 133; pretos 440 e 109 não declararam a côr. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 16 057, 4 995 eram solteiros; casados 10 175; viúvos 764; desquitados 23 e 100 não declararam o estado conjugal. Existiam 602 estrangeiros e 105 brasileiros naturalizados. Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos, em número de 14 538 e protestantes com 12 480; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade era de 27,7 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 22.º lugar no Estado. Localiza-se no quadro rural 82,3% da população, sendo esta percentagem das menos elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 22.º lugar na relação dos municípios mais populosos do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 20.º lugar em população, em relação às demais cidades catarinenses.

Segundo o Departamento Estadual de Estatística, estima-se em 34 554 habitantes a população do Município de Jaraguá do Sul, em 1958.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São duas as aglomerações urbanas do Município: — a cidade de Jaraguá do Sul, com 3 220 habitantes (1 542 homens e 1 678 mulheres) e a vila de Corupá, com 1 592 habitantes (761 homens e 831 mulheres), conforme dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu, no ano de 1955, a Cr$ 144 577 345,00. O Município assenta sua economia, principalmente, na agricultura. A produção do arroz sem casca atingiu no ano de 1955 a 3 102 960 kg no valor de Cr$ 34 411 802,00; seguindo-se camisas 776 691 unidades, no valor de Cr$ 13 825 429,00 queijo inclusive requeijão e ricota 194 989 kg no valor de Cr$ 10 182 937,00; refrescos e refrigerantes, guaranás e sodas 1 085 465 litros no valor de Cr$ 9 617 226,00; manteiga 166 417 kg no valor de Cr$ 9 284 502,00.

Dos 53 estabelecimentos industriais, 5 dedicam-se ao beneficiamento do arroz e 1 de essências em geral.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) 24,18% estão ocupadas no ramo "Agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: arroz, milho, aipim, cana-de-açúcar, batata-doce, fumo em fôlha, feijão (grão), batatinha, araruta, melancia, amendoim com casca, cana de forragem, abóbora, abacaxi, alho, cebola; como culturas permanentes, temos: bananas, café, laranja, bergamota, uva, abacate, pêssego, limão, pêra. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de .... Cr$ 112 751 050,00. O valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de Cr$ 164 426 500,00. A percentagem da população ativa na indústria é de 5%.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957: a) De origem mineral — areia 57 800 toneladas no valor de Cr$ 2 890 000,00; barro ou argila 66 500 toneladas no valor de Cr$ 2 660 000,00; telhas 1 001 milheiros no valor de Cr$ 1 370 000,00; b) De origem vegetal — cascas de aroeira, canelinha, capororoca ou pororoca, capiúba ou capiúva, quebracho e tanino 64 865 kg no valor de Cr$ 546 245,00; lenha 695 800 m³ no valor de .... Cr$ 67 477 000,00; palhas 45 000 kg no valor de ...... Cr$ 525 000,00; c) De origem animal — couros 126 kg no valor de Cr$ 9 310,00.

No que se refere a produtos transformados de origem animal, a produção atingiu, em 1956, o valor de ...... Cr$ 84 012 979,00, sendo os principais produtos: leite 5 500 000 litros no valor de Cr$ 24 295 000,00; banha 394 148 kg no valor de Cr$ 13 693 106,00; manteiga 225 000 kg no valor de Cr$ 13 500 000,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o Município contam-se mais de cento e cinqüenta estabelecimentos comerciais (4 atacadistas e 162 varejistas); uma Agência da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina, e do Banco Catarinense Sociedade Cooperativa Central de Crédito Agrícola. Funcionam ainda no Município as Agências dos seguintes bancos: Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S. A. (INCO), e Banco Nacional do Comércio S.A.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O Município é servido por 6 emprêsas rodoviárias para passageiros, 1 emprêsa rodoviária para cargas, 2 emprêsas rodoviárias e 1 emprêsa ferroviária para passageiros e carga, esta a Rêde Viação Paraná—Santa Catarina.

Dista a cidade cêrca de 236 km da Capital do Estado por meio de rodovia e tem as seguintes distâncias das Sedes Municipais vizinhas, também por meio de rodovia: 113 km até a cidade de Campo Alegre; 62 km até a de São Bento do Sul; 156 km até a de Rio Negrinho; 62 km por via Rio do Têsto até a de Timbó; 72 km até a de Blumenau; 10 km até a de Guaramirim e 45 km até a de Joinvile. Dista 86 km de Rio Negrinho; 10 km de Guaramirim e 37 km de Joinvile, por via férrea.

Na cidade funcionam uma Agência Postal Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma Agência Telegráfica da Viação Férrea Paraná—Santa Catarina, e uma Agência Telefônica de uso público da Companhia Telefônica Catarinense, e uma estação Radiotelegráfica da Polícia Militar do Estado.

No restante do Município funcionam duas Agências Postais do Departamento dos Correios e Telégrafos, três Agências Telegráficas da Viação Férrea Paraná—Santa Catarina, uma Agência Telefônica de uso particular, da Companhia Telefônica Catarinense.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Jaraguá do Sul tem 3 220 habitantes, sendo a 20.ª cidade em população do Estado de Santa Catarina e conta com 33 logradouros públicos, dos quais, 4 totalmente pavimentados e 3 parcialmente. É servida de luz elétrica com 1 745 ligações domiciliares. Os edifícios mais importantes são: Igreja Matriz, Prefeitura Municipal, Grupo Escolar "Abdon Batista", Hospital São José, Colégio São Luiz, Centro de Saúde, Estação da Estrada de Ferro Paraná—Santa Catarina. Conta a cidade com 5 hotéis.

A cidade desenvolveu-se sem traçado prévio, surgindo à beira do rio, caminhou no mesmo sentido das águas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica no Município é prestada à população por 4 médicos, 5 dentistas, 6 farmacêuticos e 14 auxiliares de saúde. Dois hospitais e um centro de saúde servem à população com assistência médica em geral. Existem 6 farmácias no Município.

COOPERATIVISMO — Na cidade existe uma Agência do Banco Catarinense Sociedade Cooperativa de Crédito Agrícola.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 22 973 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 17 680, ou seja, 76,9% sabiam ler e escrever. Dêsse total, 9 158 eram homens e 8 522 mulheres. Na Sede Municipal, das 2 806 pessoas de cinco anos e mais, 2 317 sabiam ler e escrever, sendo 1 116 homens e 1 201 mulheres.

Ensino — Em 1956, funcionaram na cidade e no resto do Município 61 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 3 859 alunos, assim distribuídas: Pré-Fundamental Infantil, 4 unidades com 98 alunos; Fundamental Comum, 51 unidades com 3 597 alunos; Fundamental Supletivo, 1 unidade com 33 alunos e Complementar, 5 unidades com 131 alunos.

No tocante a ensino extraprimário, funcionaram no Município os seguintes estabelecimentos: Ginásio São Luiz (Curso Ginasial e Contabilidade); Grupo Escolar "Divina Providência" (Cursos Normal Regional, Ginasial e Datilografia), e Seminário Sagrado Coração de Jesus (Cursos Ginasial, Colegial e Sacerdotal); um Curso de Datilografia e um Normal Regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Dezesseis são as associações culturais, tôdas dedicadas às atividades esportivas e recreativas. Há também uma sociedade artística, a Sociedade Cultura Artística, que consta de uma orquestra sinfônica. Funcionam três cinemas: Buhr, com 250 lugares; Ideal, com 200 lugares e Central, com 160 lugares.

Na cidade se edita um jornal: O Correio do Povo; há uma rádio: a ZYP-9 Rádio Jaraguá Ltda., e uma emprêsa impressora: a Sociedade Gráfica Avenida Ltda.

No tocante a bibliotecas, registra-se a Biblioteca Rui Barbosa, de propriedade da Prefeitura Municipal.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	3 111	4 255	1 540	1 168	1 499
1951.......	3 961	4 464	3 501	1 810	3 253
1952.......	4 894	5 136	3 645	1 911	4 212
1953.......	6 396	8 539	4 969	2 190	4 809
1954.......	9 029	9 731	4 739	2 265	4 930
1955.......	11 071	11 668	5 384	2 373	5 314
1956.......	11 952	19 018	6 015	2 611	5 953

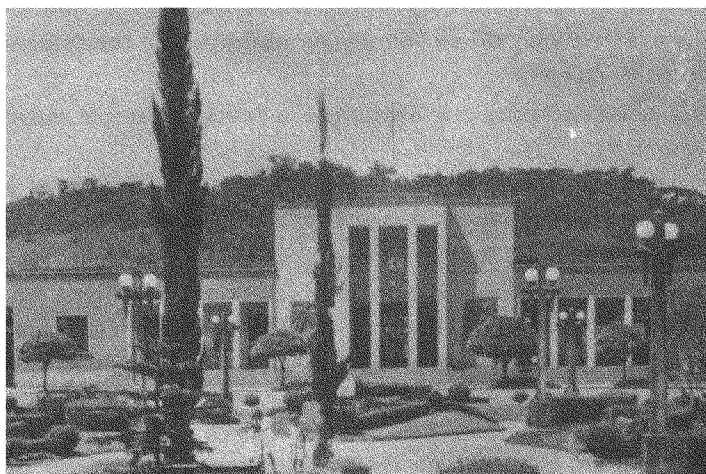
MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal manifestação religiosa que ocorre no Município é a festa de São Sebastião (Padroeiro da Paróquia da Sede Municipal), que se realiza nos dias 19 e 20 de janeiro.

Com relação a cultos, pode ser registrado o seguinte: Culto Católico Romano: Paróquia de São Sebastião, com 4 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, 8 capelas públicas e 4 semi-públicas. Paróquia de São José, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz, e 8 capelas públicas. Culto Protestante: 4 Templos Evangélicos Luteranos, 1 Igreja Evangélica Assembléia de Deus, 1 Igreja Adventista do 7.º Dia, 1 Igreja Evangélica Batista. Culto Espírita: 1 Centro Espírita.

São as seguintes as principais efemérides do Município: 20 de janeiro, Festa de São Sebastião; 8 de abril, instalação do Município (1934); 26 de dezembro, 2.º do Natal, considerado feriado. A 25 de julho, de cada ano, é comemorado também o "Dia do Colono", realizando o Pôsto Agropecuário João Cleofas, de propriedade da Associação Rural de Jaraguá do Sul, uma exposição agropecuária e industrial. Ao certame concorrem diversas firmas de vários municípios, expondo seus principais produtos. Aos vencedores da exposição de bovinos são conferidas medalhas.

Essa festividade movimenta a população do Município, bem como das Comunas vizinhas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Aos nascidos em Jaraguá do Sul é atribuído o patronímico de "Jaraguaenses".

Jaraguá, segundo Norberto Bachmann, é nome de gramínia muito resistente (anddropogon rufus) e significa

Estação Ferroviária

"ponta proeminente" (iára-guá) ou o "Vale do Senhor" (iára-guá). Saint Hilaire afirma que traduz a idéia de água sussurrante.

Segundo Plínio Salgado, porém, o verdadeiro significado é "lugar da Iara" (Iara e guá — lugar).

Jaraguá do Sul possui o Pôsto Agropecuário João Cleofas, propriedade da Associação Rural do Município, fundado em 1951.

Jaraguá do Sul é sede de Comarca e Têrmo, que abrange também o Município de Guaramirim. O eleitorado do Município de Jaraguá do Sul, em 1958, era de 8 318 eleitores.

Em 31-XII-1957, existiam os seguintes veículos no Município: a) Veículos a motor — automóveis 146, jipes 3, ônibus e micro-ônibus 21, camionetas 129, motociclos 38, caminhões 180, tratores 14; b) Veículos a fôrça animada — carros de 2 ou 4 rodas 127, bicicletas 5 509, e carroças de 4 rodas 2 457.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

JOAÇABA — SC

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — O município de Joaçaba, conhecido como a "Capital do Oeste Catarinense", constitui uma região grande, rica, próspera e magnífica. Próspera pelo trabalho ingente de seus habitantes, quase todos descendentes de gaúchos de origem italiana e alemã, que lá chegaram conduzidos por companhias colonizadoras estabelecidas no Estado do Rio Grande do Sul, por volta de 1900.

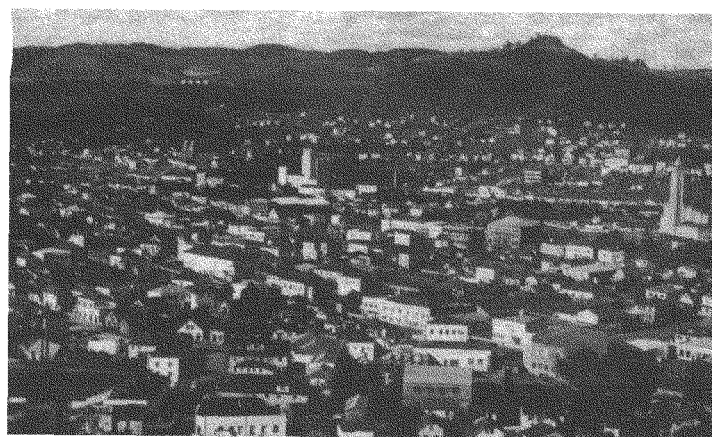
Magnífica, pelo cenário natural, cuja beleza encanta e envaidece o brasileiro. Seu território, situa-se à margem direita do rio do Peixe, afluente do rio Uruguai, agarrado ao leito ferroviário da Estrada de Ferro Paraná—Santa Catarina.

Anteriormente a 20 de outubro de 1916, as terras de Joaçaba estavam incluídas no município de Palmas, Estado do Paraná, formando parcela da região contestada entre êsse Estado e o de Santa Catarina, questão que se reporta à época missioneira, quando, obtendo o Brasil ganho de causa na questão dos limites com a República Argentina, cada qual queria obter para si, as vantagens dêste êxito.

O Estado do Paraná estendeu e intensificou a sua jurisdição ao território contestado, criando Exatorias que vinham até o vale do rio do Peixe, abrangendo, conseqüentemente, Joaçaba.

A politicagem era explorada a favor de um e outro Estado.

Os governos vendiam grandes extensões de terras a grandes companhias e a políticos influentes, a trôco de quase nada.

Com isto, eram expoliados os caboclos, primitivos moradores das glebas. E quando, em 1910, começaram a correr pelos trilhos da ferrovia recém-construída, os trens que traziam consigo as possibilidades de aumento de riqueza da região, ainda mais aumentou a cobiça dos grandes latifundiários, elevando ao mais alto extremo o espírito de irritabilidade do ingênuo e inculto caboclo, que via nisto,

Vista parcial aérea da cidade

não o sinal de progresso, mas o de destruição dos seus direitos.

Tudo isto e uma explosão de fanatismo religioso dos caboclos, que seguiam o monge José Maria, fizeram nascer o "Movimento dos Fanáticos", que, originando-se no município de Curitibanos, assolou tôda aquela região, nos anos de 1912 a 1915, entravando sobremaneira o seu progresso.

Por outro lado, ficou Joaçaba ligada à história, por ser palco dos combates e túmulo de duas figuras centrais dêste movimento: o monge José Maria e João Gualberto, bravo Capitão do Exército, que, vindo com a missão de debelar o Movimento dos Fanáticos, à frente de corpos de Infantaria e Cavalaria, foi morto nos campos do Irani, num terrível combate corpo a corpo contra 300 fanáticos, comandados por aquêle monge, também sacrificado na mesma refrega.

Muito sangue correu nas terras de Joaçaba, antes que se aniquilasse o reduto fanático, e que se encerrasse, definitivamente, a questão de limites entre Paraná e Santa Catarina. Durante meses e anos, o oeste, e nêle Joaçaba, fôra um tremendo campo de batalha.

Hoje, apesar de decorridos mais de 40 anos, o Irani, em seus belos campos apresenta, ainda, vestígios das trincheiras.

Os revezes, as desditas, insufladas por políticos dos dois Estados, que de tudo se aproveitavam, fizeram reproduzir naquele município, um drama semelhante a "Canudos" dos sertões baianos.

Finalmente, a 20 de outubro de 1916, verificou-se a assinatura do acôrdo sôbre os limites. A Santa Catarina coube a posse definitiva da grande gleba contestada. E foi sòmente após ter sido ultrapassada essa página da história da região que o município começou a desenvolver-se.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — Criado o município pela Lei Estadual n.º 1 147, de 25 de agôsto de 1917, sua instalação ocorreu a 10 de novembro do mesmo ano. Mas, não existia ainda uma sede para acolher o govêrno recém-criado.

Pela Lei estadual n.º 1 243, de 20 de agôsto de 1919, foi designada para sede municipal, a povoação de Catanduvas, elevada à categoria de vila, sob o topônimo de Cruzeiro, nome êsse original do município.

Mas, porque Catanduvas pouco desenvolvimento apresentava, no confronto com outras localidades, foi lavrado o Decreto estadual n.º 1 948, de 8 de março de 1926, que

elevou à vila o povoado de Limeira, tornando-o sede do município de Cruzeiro.

Com a Lei estadual, n.º 1 608, de 24 de setembro de 1928, o município passou a ter a denominação de Cruzeiro do Sul.

As disposições da legislação federal, relativas à duplicidade de topônimos entre cidades e vilas brasileiras, atingiu o município de Cruzeiro do Sul, que passou, por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 941, de 31 de dezembro de 1943, a denominar-se Joaçaba, nome que, em tupi-guarani, significa Cruzeiro.

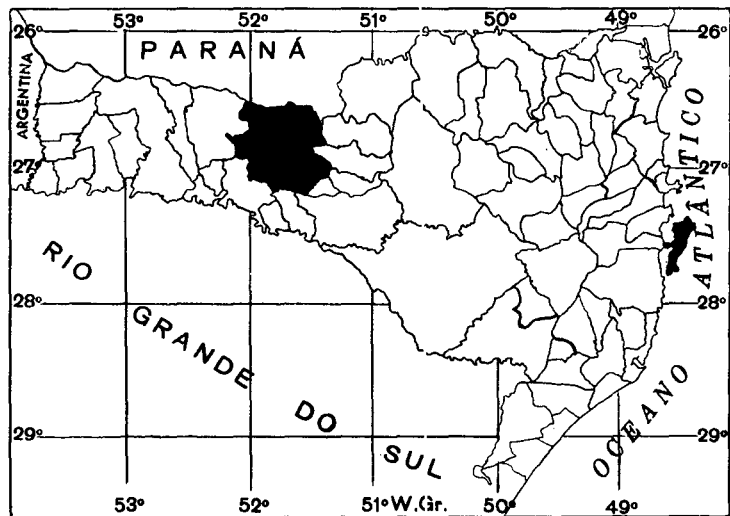
A Comarca foi criada pela Lei estadual n.º 1 147, de 25 de agôsto de 1917, e instalada a 10 de novembro do mesmo ano. O seu têrmo judiciário abrange os municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Tangará.

O atual quadro administrativo do município, abrange 12 distritos: Joaçaba (sede), Luzerna, Ibicaré, Água Doce, Herciliópolis, Treze Tílias, Ponte Serrada, Coronel Passos Maia, Catanduvas, Nova Petrópolis, Irani e Jaborá.

Pela Lei n.º 348, de 21-VI-958, do Govêrno do Estado, foram desmembrados de seu território os distritos de Água Doce, Herciliópolis, Ponte Serrada e Coronel Passos Maia que passaram a constituir os municípios de Água Doce e Ponte Serrada.

A atual legislatura teve início em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Rui Klein Homrich e constituída a Câmara Municipal com 11 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município se localiza na zona fisiográfica do rio do Peixe. A sede municipal situa-se à margem direita dêste. Sua distância da Capital do Estado é de 296 km sendo em ordem de distância de Florianópolis, a 49.ª cidade entre as demais sedes municipais do Estado.

Geogràficamente, é a seguinte a sua posição; 27º 10' 22" de latitude sul e 51º 30' 23" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Eleva-se a sede do município a 515 metros do nível do mar, colocando-se em altitude, em 49.º lugar com relação às sedes das demais comunas.

CLIMA — O clima é temperado, próprio para agricultura e pecuária. No inverno é bastante frio, atingindo temperaturas às vêzes inferiores a zero graus centígrados. Freqüentemente ocorrem os fenômenos das geadas. No verão, a temperatura chega a alcançar 39ºC. As chuvas predominam no início da primavera, sendo a média anual da precipitação 2 000 mm.

Prefeitura Municipal

ÁREA — Joaçaba é o 3.º município do Estado em extensão territorial, com área de 4 238 km².

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O rio do Peixe, às margens do qual se localiza a cidade de Joaçaba, não é navegável. São seus afluentes os rios Tigre, Estreito, Guaraguatá e Cassiano.

Outros rios banham o município: o Irani, o Chapecòzinho, o Ponte Serrada, o Chapecó e o Corá, também não navegáveis.

No conjunto geográfico do município destacam-se as serras do Chapecó e o serro Agudo, com 1 100 e 1 060 metros de altura, respectivamente.

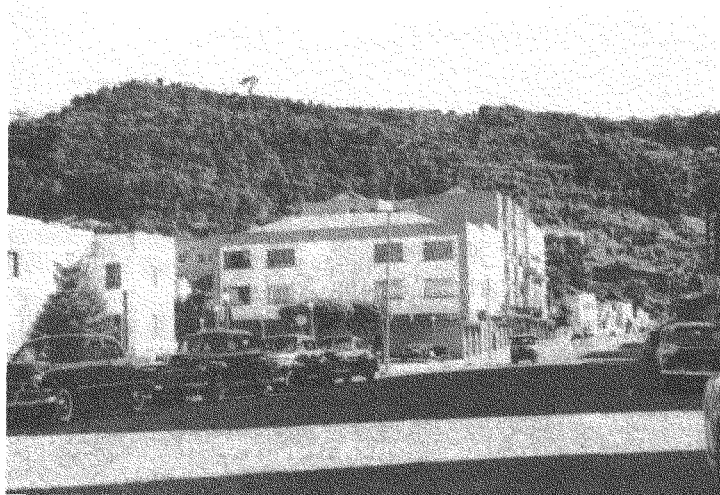
RIQUEZAS NATURAIS — Entre as riquezas de origem mineral, as principais são as pedras para construção e argila.

No reino vegetal, a erva-mate e as madeiras, principalmente, o pinho, a canela, o cedro, o louro, a imbuia e a peroba são as riquezas mais exploradas.

POPULAÇÃO — Conforme os resultados do último Recenseamento Geral (1950), a população no município de Joaçaba atingia 48 299 habitantes com a seguinte composição quanto ao sexo e a côr: 28 546 homens, 23 753 mulheres, 43 610 brancos, 2 900 pardos, 1 655 pretos e 2 amarelos; 132 pessoas não declararam a côr. No grupo das pessoas de 15 anos e mais, em número de 24 860, 8 299 declararam-se solteiros; casados 15 562; viúvos 877; desquitados 40; e 82 não declararam o estado conjugal.

Existiam 983 estrangeiros e 187 brasileiros naturalizados.

Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos em número de 45 462. As outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade era de 113 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 53.º lugar em densidade no Estado. Localiza-se no quadro rural, 80,9% da população, sendo esta percentagem das mais elevadas no Estado superando a média da população rural de Santa Catarina que é de 76,4%. Situa-se em 9.º lugar na relação dos municípios mais populosos do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 13.º lugar em população, relativamente às demais cidades catarinenses.

Centro comercial da cidade

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Na mesma época, eram nove as aglomerações urbanas do município: a cidade de Joaçaba com 6 714 habitantes (3 249 homens e 3 465 mulheres) e as vilas de Água Doce, com 282 habitantes (135 homens e 147 mulheres), Catanduva com 187 habitantes (96 homens e 91 mulheres), Herciliópolis com 58 habitantes (28 homens e 30 mulheres), Ibicará com 473 habitantes (226 homens e 247 mulheres), Irani com 163 habitantes (85 homens e 78 mulheres), Jaborá com 319 habitantes (158 homens e 161 mulheres), Luzerna com 734 habitantes (394 homens e 340 mulheres), e Ponte Serrada com 281 habitantes (136 homens e 145 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do município é constituída pela agricultura. A produção agrícola, em 1957, atingiu à elevada cifra de .... Cr$ 292 072 330,00. A industrial, no ano de 1955, foi de Cr$ 101 145 815,00. A indústria de pinho serrado, pranchas, tábuas, etc., no mesmo ano, alcançara 55 480 m^3, avaliados em Cr$ 35 241 228,00. Outras indústrias atingiram também grandes quantidades e valores: farinha de trigo (3 894 442 kg — Cr$ 26 552 653,00), papel para embrulho manilha Kraft estiva (1 701 445 kg — Cr$ 23 386 043,00), caixas de madeira desarmadas (5 720 m^3 — .... Cr$ 16 137 000,00) e trilhadeiras (596 unidades — .... Cr$ 10 326 445,00).

Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: trigo, feijão (grão), milho, batatinha, arroz, abóbora, cebola, melancia, mandioca, aipim, batata-doce, aveia (grão), tomate, alfafa, amendoim com casca, alho, centeio, cevada, fumo em fôlha, cana-de-açúcar; como culturas permanentes: uva, pêra, maçã, pêssego, laranja, bergamota, caqui.

A produção extrativa, segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, relativa ao ano de 1957, teve como produtos principais: de origem mineral — o barro ou argila (5 379 t, no valor de Cr$ 563 110,00); tijolos (4 056 milheiros, no valor de Cr$ 5 944 350,00) e pedras britadas (6 750 m^3, no valor de Cr$ 3 240 000,00).

A população pecuária do município, em 1956, valia Cr$ 793 196 800,00.

No que se refere a produtos transformados ou não de origem animal, a produção atingiu, em 1956, o valor de Cr$ 38 398 546,00, sendo os principais produtos: banha (629 730 kg, no valor de Cr$ 21 036 360,00); ovos .... (686 680 dz., no valor de Cr$ 8 255 440,00); leite .... (696 680 l, no valor de Cr$ 3 814 213,00).

No ramo industrial, o município dispõe de 67 estabelecimentos, dos quais um se dedica à produção de papel, 3 à de farinha de trigo e 43 são serrarias. O município é um dos maiores produtores de pinho na América do Sul.

COMÉRCIO E BANCOS — Funcionam no município 117 estabelecimentos comerciais, sendo 8 atacadistas e 109 varejistas: a Agência da Caixa Econômica Federal e 4 Agências bancárias: uma do Banco do Brasil S.A., uma do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO), uma do Banco Nacional do Comércio S. A. e uma do Banco Nacional Paraná—Santa Catarina S.A.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município liga-se à Capital do Estado e aos municípios vizinhos por linhas rodoviárias, ferroviárias e aéreas.

Por estrada de rodagem dista 475 km da Capital; dos municípios vizinhos tem as seguintes distâncias: 67 km até Videira, 138 km até Xancerê, 82 km até Concórdia, 56 km até Capinzal, 500 m até Herval d'Oeste, 48 km até Tangará, 67 km até Videira, 121 km até Caçador, 54 km até Campos Novos e 251 km até à cidade de Palmas, no Estado do Paraná.

Por linha aérea dista 472 km de Florianópolis.

No setor de comunicações funcionam na sede municipal uma Agência postal telefônica e telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma estação de rádio da Polícia Militar do Estado e uma Agência telefônica de uso público da Companhia Telefônica Catarinense; no interior do município funcionam duas Agências postais e 5 postais telefônicas do Departamento dos Correios e Telégrafos, a estação radiotelegráfica da Viação Aérea Riograndense (VARIG), uma da emprêsa aérea Cruzeiro do Sul e uma Agência Telefônica de uso privado da Companhia Telefônica Catarinense.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Joaçaba se espraia pelas duas margens do rio do Peixe. Circundada por altos e aprazíveis morros cobertos de arbustos verdejantes e encravada numa zona de imensos pinheiros, a cidade é apelidada a "Princesa do Oeste Catarinense". Sua população é de 6 471 habitantes, classificando-se em 13.º lugar entre os municípios mais populosos do Estado. Contam-se em 22 o número de logradouros públicos da cidade, 4 dos quais totalmente pavimentados e 2 pavimentados apenas parcialmente. Dispõe de iluminação pública e particular, tendo sido já efetuadas 1 427 ligações domiciliares.

Os edifícios mais importantes da cidade são: a Igreja Matriz Santa Terezinha do Menino Jesus, a Prefeitura Municipal, o Hospital e Maternidade Cruzeiro, o Hospital Santa Terezinha, o Ginásio Municipal Frei Rogério, o Centro de Saúde, o Banco Nacional do Comércio, o Clube 10 de Maio, a Escola Normal Cristo Rei, o Clube Recreativo Cruzeiro, a Agência do Banco Inco, Joaçaba Hotel, Cine-Teatro Vitória, a Agência da Caixa Econômica Federal, a Delegacia Regional de Polícia, a Companhia Telefônica Catarinense, e outros.

A cidade dispõe de 8 hotéis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada à população por 5 médicos, 6 dentistas, 6 farmacêuticos e 3 auxiliares de saúde.

Funcionam nesse setor, com assistência médica em geral, o Hospital Santa Terezinha, o Hospital e Maternidade Cruzeiro, o Centro de Saúde e 1 ambulatório.

Treze farmácias servem ao município.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Para assistência social a menores do sexo feminino, funciona no distrito de Treze Tílias, a Escola de São Vicente de Paula, que abriga 20 internadas.

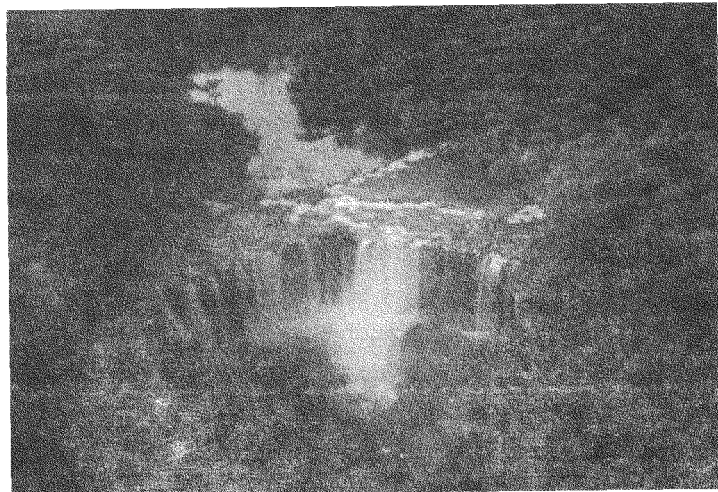
Três cooperativas foram instaladas em 1949, 1952 e 1953: a Cooperativa Agrícola Mista Jaborá Limitada com 131 sócios; a Agrícola Mista Boa Esperança Limitada com 71 associados, e a Agrícola Mista Papuan de Responsabilidade Limitada com 57 sócios.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 39 114 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 22 864, ou seja, 58,4% sabiam ler e escrever. Dêsse total, 12 246 eram homens e 10 618 mulheres. Na sede municipal, das 5 670 pessoas de cinco anos e mais, 4 279 sabiam ler e escrever, sendo 2 100 homens e 2 179 mulheres.

Ensino — Em 1956, funcionavam na cidade e no resto do município 128 unidades de Ensino Primário Geral com matrícula efetiva de 6 053 alunos assim distribuídos: Pré-primário Infantil, 1 unidade com 32 alunos; Fundamental Comum, 121 unidades com 5 822 alunos; Fundamental Supletivo, 1 unidade, com 31 alunos e Complementar, 5 unidades, com 168 alunos.

No tocante a ensino extraprimário, funcionaram no município os seguintes estabelecimentos: Ginásio Frei Rogério (Curso Ginasial); Ginásio Cristo Rei (Curso Ginasial, Datilografia e Pintura); Escola Técnica de Comércio Frei Rogério (Curso Contador); Escola Normal Cristo Rei (Curso Normal) anexa ao Ginásio Cristo Rei; um curso de Corte e Costura e um de Música.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Nove são as associações culturais no município, tôdas dedicadas às atividades desportivas. Entre estas, destaca-se o Cruzeiro Atlético Clube, fundado em 7 de setembro de 1941.

Circulam periòdicamente 3 jornais: o "Cruzeiro do Sul" (semanário), o "Jornal do Petebê" e a "Tribuna Livre".

Salto do Aquidaban, no rio Chapecó Grande

No setor de radiodifusão funciona a Rádio Sociedade Catarinense Limitada (ZYC-7).

O município dispõe, também, de uma biblioteca pública, a Biblioteca Municipal "Dr. Nereu Ramos", com aproximadamente 3 200 volumes, de propriedade da prefeitura local.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período de 1950 a 1956, as finanças públicas do município apresentavam ordem crescente de arrecadação, conforme pode ser observado no quadro abaixo:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	4 913	9 494	4 836	2 286	11 354
1951	5 210	10 631	4 870	2 927	14 020
1952	5 360	13 294	6 855	3 077	15 854
1953	7 019	18 935	6 740	3 319	17 063
1954	7 956	18 444	7 966	3 154	17 065
1955	13 872	25 153	9 735	3 858	22 834
1956	19 988	35 839	13 308	9 358	25 821

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E EFEMÉRIDES — Nos dias 12 a 21 de setembro realizam-se as novenas que antecedem à Festa de Santa Terezinha do Menino Jesus, padroeira do município de Joaçaba. É a principal festividade religiosa em todo o município.

Três são os cultos pregados: o católico romano, o protestante e o espírita. Do primeiro, 5 são as paróquias existentes: a de São João Batista (com 3 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, 1 igreja e 25 capelas públicas); a de Santa Terezinha do Menino Jesus (com 4 sacerdotes, a Igreja Matriz, 1 igreja e 18 capelas públicas); a de Cristo Rei (com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz e 4 capelas públicas); a de Santo Antônio (com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz, 1 igreja e 9 capelas públicas); a do Perpétuo Socorro (com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz e 15 capelas públicas). Do segundo culto fazem parte duas comunidades evangélicas luteranas, uma com 8 e outra com 7 igrejas, sendo a primeira subordinada a Curitiba e a segunda a Pôrto Alegre; duas igrejas batistas: uma igreja evangélica Assembléia de Deus e uma Adventista do 7.º Dia. Do terceiro (culto espírita) faz parte apenas 1 centro.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar são conhecidos como "joaçabenses". No dialeto tupi-guarani, a palavra Joaçaba significa "Cruzeiro". Em face de sua excepcional situação, em pleno coração do oeste catarinense, e facilidades de comunicação e transporte, vem o município apresentando acentuado índice de progresso nos últimos 10 anos. Joaçaba dispõe de um aeroporto utilizado por cinco linhas regulares de navegação aérea.

Em 31-XII-957, eram os seguintes os veículos existentes em todo o município: automóveis — 111, jipes — 85, ônibus e micro-ônibus — 23, camionetas — 72, motociclos — 38, caminhões — 249, tratores — 41, bicicletas — 327, carros (de 2 ou 4 rodas) — 17 e carroças — 1 152.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

JOINVILE — SC

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — Até 1889, o Brasil constituía uma exceção no continente americano: era a única Monarquia, motivo por que nosso país era mais visitado por membros da alta nobresa européia, do que qualquer outra nação do Novo Mundo, mesmo os Estado Unidos com seu vertiginoso progresso, suas invenções. Assim é que por volta de 1840, o Príncipe de Joinvile, terceiro filho do rei Luiz Felipe, da França, estêve no Brasil. Era contra-almirante da esquadra francesa, quando foi incumbido pelo Govêrno de repatriar de Santa Helena, os restos mortais de Napoleão, comandando as fragatas, "Belle-Poule e Favorite". Ventos contrários, calmarias, fizeram-no aportar à Bahia e depois ao Rio de Janeiro, onde a Côrte naturalmente cumulou-o de gentilezas.

Atendendo ao costume da época, a Assembléia Geral Imperial, aprovou a Lei n.º 166, de 29 de setembro de 1840, a qual foi em seguida sancionada por D. Pedro II. Esta Lei estabeleceu em seus artigos o dote ou dotação de Sua Alteza Imperial à Princesa Dona Francisca, quando houver de se realizar o seu consórcio com o Príncipe de Joinvile.

O texto integral da Lei é o seguinte:

"Lei n.º 166, de 29 de setembro de 1840.

Estabelece a Dotação de Sua Alteza Imperial, quando houver de realizar-se o seu Consórcio.

D. PEDRO POR GRAÇA DE DEUS E UNÂNIME ACLAMAÇÃO DOS POVOS, IMPERADOR CONSTITUCIONAL E DEFENSOR PERPÉTUO DO BRASIL: Fazemos saber a todos os nossos súditos que a Assembléia Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte:

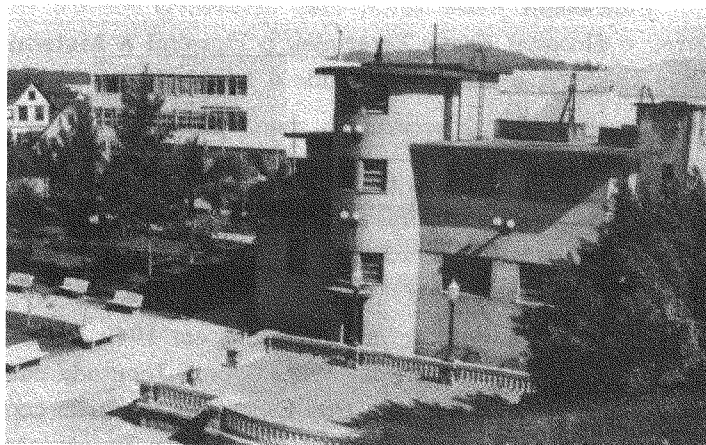
Art. 1.º — A Dotação de Sua Alteza Imperial, quando houver de realizar-se o seu consórcio, será de noventa e seis contos de réis por ano, paga pela forma por que o é a de Sua Magestade o Imperador, cessando desde a época do referido Consórcio os alimentos assinados por Lei.

Art. 2.º — O esposo, que sobreviver ao outro, continuará a perceber a metade da referida Dotação, enquanto residir no Império, ou se ausentar com licença do Imperador.

Art. 3.º — Fica consignada a quantia de cento e vinte contos de réis para a aquisição de prédios, que oferecerem decente habitação a êstes Augustos Espôsos; e enquanto não se efetuar essa aquisição, serão pagos pelo Tesouro Público na razão de cinco por cento do referido capital, os aluguéis de prédios, que sejam para êsse efeito mais idôneos.

Art. 4.º — Fica mais consignada a quantia de cem contos de réis para enxoval, e outros objetos do serviço de Sua Alteza Imperial e de seu Augusto Espôso.

Art. 5.º — Fundar-se-á um Patrimônio em terras pertencentes à Nação, cujo valor será ulteriormente determinado sôbre informações do Govêrno.

Art. 6.º — Ao dito Patrimônio serão incorporados os prédios, de que trata o art. 3.º; e assim passará aos descendentes, segundo a ordem de sucessão estabelecida na Ordenação, Livro 4.º, Título 100, que fica para êste efeito em vigor.

Vista parcial da Praça Nereu Ramos

Art. 7.º — Todos os bens, a que se refere o artigo antecedente, serão consignados como Próprios Nacionais, quando não haja, ou se acabe a referida sucessão.

Art. 8.º — Se o Príncipe tiver da sua parte alguns bens vinculados e como tais os considerar no respectivo contrato, ou se tais bens lhes sobrevierem observar-se-á a êste respeito o que determina a Ordenação, Livro 4.º, Título 100, § 5.º, e seguintes, salvo o direito de sucessão estabelecido pela Legislação do País a que pertencer o mesmo Príncipe; porque em tal caso o contrato lhe será subordinado em tanto, quanto discrepar da referida Ordenação.

Art. 9.º — O Govêrno fica autorizado para despender fora do Império as quantias, que forem necessárias para as negociações relativas ao Casamento de Sua Alteza Imperial, e transporte de seu Augusto Espôso, ficando igualmente compreendida e nesta autorização as despesas, que forem de mister para o ajuste do Consórcio de Sua Magestade o Imperador, e transporte de Sua Augusta Esposa para o Brasil.

Art. 10.º — No caso de que venha a ter lugar a sucessão de Sua Alteza Imperial ao Trono, ficarão sem efeito as disposições desta Lei, que se tornem incompatíveis com os artigos, em que a Constituição regula os direitos e prerrogativas da Família Imperial.

Art. 11.º — Realizado o caso de sair do Império Sua Alteza Imperial se lhe entregará, por uma vez sòmente, na forma do Art. 113 da Constituição, a quantia de setecentos e cincoenta contos de réis, segundo o Padrão Monetário, além da soma marcada no art. 4.º da presente Lei para o enxoval.

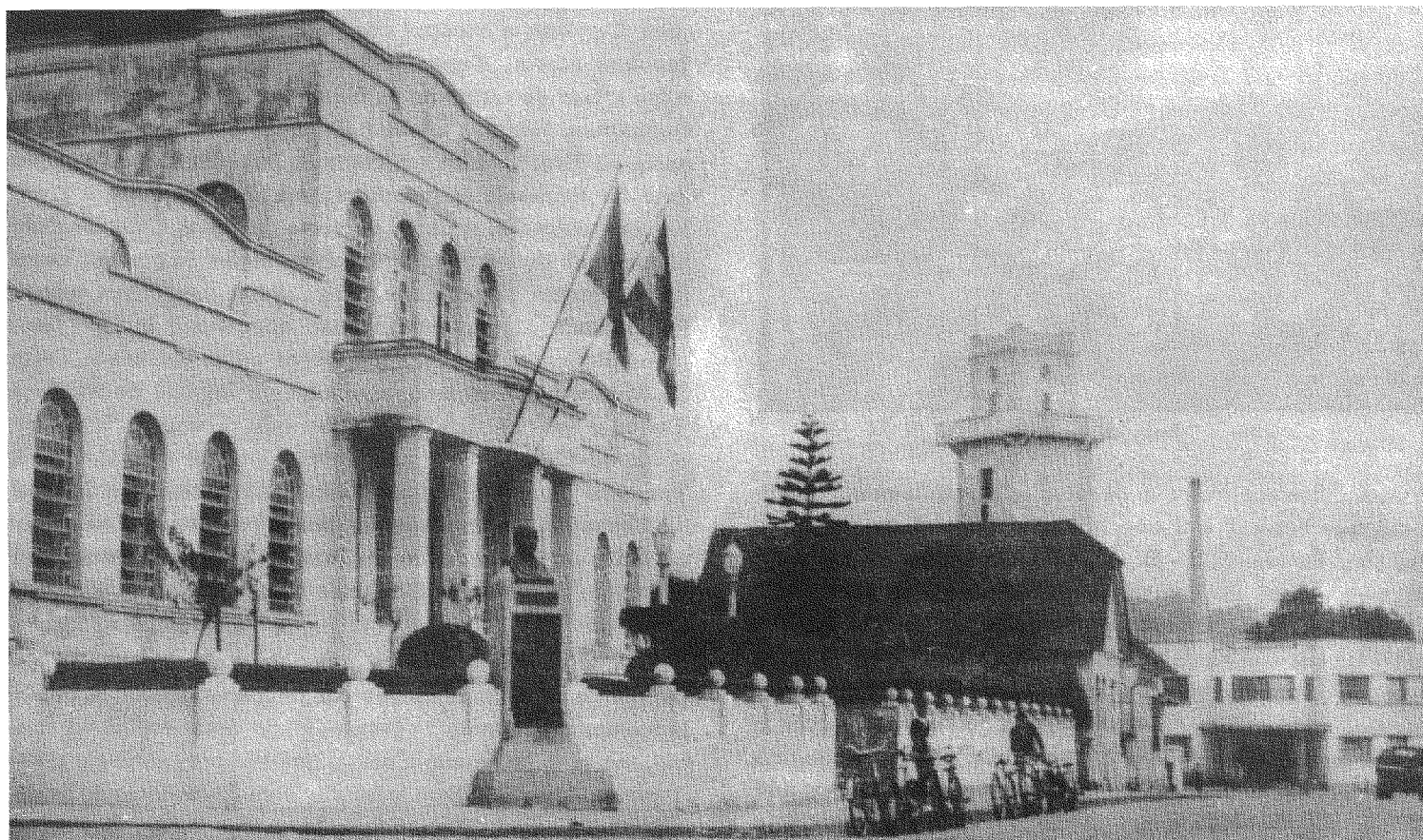
Art. 12.º — As disposições relativas ao Casamento de Sua Alteza Imperial são inteiramente aplicáveis ao Consórcio da Princeza a Senhora D. Francisca.

Art. 13.º — Ficam derrogadas tôdas as Leis em contrário.

Mandamos portanto a tôdas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprirão, e farão cumprir, e guardar tão inteiramente como nela se contém. O Secretário de Estado dos Negócios do Império a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro aos vinte e nove do mês de setembro de mil oitocentos e quarenta, décimo nono da Independência e do Império.

IMPERADOR com Rubrica e Guarda.

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva.

Prefeitura Municipal

Além do subsídio anual de noventa e seis contos de réis, o Tesouro Nacional consignou a quantia de cento e vinte contos de réis para aquisição de palacetes para residência do futuro casal; cem contos de réis para o enxoval e outras despesas do casamento e finalmente um patrimônio em terras pertencentes à Nação. Após estudos e consultas foi decretado mais tarde que êsse patrimônio territorial deveria ser de 25 léguas quadradas e localizado na Província de Santa Catarina, entre os rios Pirabeiraba e Itapocu, nas proximidades da baía de São Francisco. Êsse patrimônio transferido para o domínio particular da Princesa Dona Francisca, passou a ser conhecido por "DOMÍNIO DONA FRANCISCA" e aí a origem do seu nome.

Cumprida sua missão patriótica, quando contava apenas vinte e cinco anos, em meados de outubro de 1842, comandando a mesma fragata "Belle-Poule" e desta vez acompanhada de duas galeotas, zarpou de Brest, em cumprimento de nova missão do Almirantado. Há várias suposições em tôrno dessa viagem: aperfeiçoamento da instrução naval do jovem comandante, inspeção de postos franceses na costa africana, afastamento do Príncipe dos galanteios indiscretos pelo mesmo dedicados à trágica do teatro francês, Raquel, e mesmo o velado desejo de uma aliança de família, com a casa de Bragança, olhada com simpatia, diziam, pelo Rei seu pai.

Sòmente em fins de março do ano seguinte, as naus francesas ancoraram na Guanabara. Mais de cinco meses durara a travessia pela demora nos portos: um mês inteiro dedicado a Portugal, em festas e excursões. Depois, escalas em Tenerife, São Luiz, Cabo Verde, e vários portos da costa africana, desce serra Leôa, até Fernando Pó, e enfim o Rio de Janeiro têrmo da viagem. Ao aportarem as naus francesas, deu-lhes as boas vindas representando o ainda jovem Imperador Pedro II, então com 17 anos apenas, o Ministro das Relações Exteriores, Carneiro Leão. No dia seguinte, pelas dez horas da manhã houve a retribuição da visita e recepção no Palácio de São Cristóvão, encantadora residência Imperial. Desde, porém, a primeira visita a bordo, pelas palestras confidenciais entre o nosso Ministro, o Ministro Plenipotenciário da França, no Rio de Janeiro, Barão Langsdorff e "attaché" particular da casa do Imperador, transpareceu que a viagem do Príncipe, além do aperfeiçoamento náutico do mesmo, era conduzida com fins matrimoniais. Mas com qual das Princesas, se D. Pedro II tinha duas irmãs casadoiras: Januária Maria com 21 anos e Francisca Carolina com 19? Na recepção solene, porém, em São Cristóvão, aos olhares curiosos da Côrte, o enigma desvendou-se.

O Imperador, após breve troca de cerimoniosas frases com o Príncipe condecorou-o e o nobre visitante pediu licença para apresentar seus respeitosos e reais cumprimentos às Princesas Imperiais. Apenas Francisca Carolina recebeu-o (satisfazendo assim, involuntàriamente, a curiosidade palaciana), visìvelmente embaraçada, pois Januária Maria não comparecera prestetando enfermidade.

Era o primeiro encontro, com as praxes da etiquêta, entre o Príncipe de Joinvile e a Princesa D. Francisca; apesar do ambiente e do esplendor da Côrte, teve o cunho banal de todos os primeiros encontros de namorados, di-lo uma testemunha ocular, o Ajudante de Ordens do Príncipe, "ambos sentiram-se pouco à vontade, constrangidos, conversando com esfôrço; mas as impressões recíprocas foram boas". Tão boas que nos dias e noites seguintes, com as excursões à Gávea, Jardim Botânico, Paquetá, os jantares, visitas, recepções e bailes, apesar da quaresma, na Legação Francesa e Palácios Imperiais, a convivência dissipou o constrangimento, e a graça, a simpatia e a sedução pessoal da

Praça da Bandeira

Princesa, fizeram com que os fatos se precipitassem. Tanto assim que entre 7 e 8 de abril os Ministros da França e Relações Exteriores do Brasil, conferenciaram oficialmente sôbre os artigos do contrato nupcial, assistidos pelo chefe da oposição, especialmente convidado pelo Imperador, Zacarias de Góes e Vasconcelos, e a 13, Quinta-Feira Santa, o Príncipe comungou com a Família Imperial. Enfim completaram-se os detalhes do contrato que foi assinado, após o pedido oficial feito a 19 e a sua aceitação a 20. Terminara a Semana Santa e por isso houve dois suntuosos bailes: um na Legação Francesa, para festejar a aceitação do pedido e outro no Palácio Imperial, em homenagem às representações estrangeiras. A única Côrte Americana vibrava de entusiástico regozijo e de preparativos suntuosos na espectativa do segundo casamento real no continente; recordavam os fatos do primeiro e as palestras sociais giravam tôdas em tôrno do grande acontecimento social. Lembravam-se os episódios com que D. João VI celebrara o casamento de sua filha Maria Teresa com o Infante da Espanha, D. Pedro Carlos, em 1810. Mas isso já estava tão distante, as festas extraordinárias com as quais o estremoso Pai, comemorou as núpcias de sua filha já se tinham apagado da memória de quase tôda a gente, inclusive o falecimento do infeliz Infante que ocorreu dois anos depois.

Realizou-se, enfim o casamento do Príncipe de Joinvile com a Princesa Dona Francisca mesmo antes que viesse o expresso consentimento do rei Luiz Felipe, por imposição do Príncipe, que não quis ouvir as razões de Estado, com protelações de respeitosa espera, mencionadas pelo Barão de Langsdorff, o que fêz êste lamentar-se "se isso ocorresse cinqüenta anos antes, eu iria parar na Bastilha".

Finalmente o casamento celebrou-se no dia 1.º de maio de 1843, ao meio-dia, não com a esperada suntuosidade da Côrte, mas na intimidade do Palácio Boa Vista, com esplendor, porém, na presença dos Ministros, dos Camaristas, Damas de Serviço e Comandantes Franceses. Como de hábito a cerimônia civil precedeu à religiosa. Relata um cronista da época "A Princesa estava pálida e um pouco comovida ao atravessar os salões dirigindo-se para a sala do casamento, mas sentando-se à mesa onde se lia, recobrou a segurança e uma côr rosada veio-lhe às faces, emprestando à jovem noiva o aspecto de uma vítima muito satisfeita. À pergunta do Barão de Langsdorff: Altíssima, Poderosíssima e Sereníssima Princesa... etc... aceitais por espôso o Altíssimo, Poderosíssimo e Sereníssimo Príncipe... etc... a Princesa respondeu num tom muito resoluto: "Oui, Monsieur". E assinou o ato já como Princesa francesa: Françoise Caroline; e abraçou com lágrimas nos olhos sua irmã Januária Maria. Seguiu-se lauto jantar, e aos 14 de maio entre salvas de artilharia as belonaves francesas partiam da Guanabara, levando a nossa Princesa que nunca mais tornaria ao Brasil. Mas no contrato nupcial constava como dote da Princesa, entre outros uma área de vinte e cinco léguas quadradas, situadas ao norte de Santa Catarina, com linhas mal determinadas e individuação imprecisa, cujos limites exatos cumpria assinalar. Para essa árdua missão foi indicado o insigne lagunense, engenheiro militar Jerônymo Francisco Coelho, que meses antes deixara a Pasta da Marinha do Império, no Gabinete Liberal de Almeida Torres, o qual chefiando uma comissão de engenheiros composta do Capitão Cristiano Pereira de Azevedo Coutinho, Tenentes Juvêncio Manoel Cabral de Menezes e Manoel da Costa Júnior, entrou pelas terras completamente desconhecidas do dote nupcial da Princesa a fim de estabelecer os limites da vasta área de mais ou menos mil quilômetros quadrados.

A nomeação ocorreu em fins de novembro de 1845 e em março de 1846 deram-se por findos os trabalhos, executados em plena mata virgem, advindo dessa espinhosa missão, males a Jerônymo Coelho, que lhe prejudicaram grandemente a saúde. Sem confôrto algum, expostos às inclemências do clima litorâneo, mas sem o bafejo das brisas marítimas, essa comissão não poupou esforços, nem delongas protelatórias, entrou pelas ínvias e desconhecidas selvas tropicais: abriu picadas, valeou rios, atravessou banhados, traçou linhas, determinou a área exata, demarcando as confrontações do dote imperial e em pouco mais de seis meses de um trabalho árduo na mata virgem, durante a estação mais penosa do ano, deu por findo seu trabalho, sendo a superfície medida e definitivamente demarcada, registrada na Comarca de São Francisco. Estava pois realizado o primeiro capítulo da história de Joinvile: o casamento da Princesa Imperial, parte de seu dote e demarcação das vinte e cinco léguas quadradas de terras.

Passados alguns anos dêsse matrimônio, quando a França sentiu-se convulsionada com a Revolução de 1848, da qual resultou a queda do rei Luiz Felipe, refugiado o Príncipe de Joinvile em Hamburgo, surgiu o projeto da exploração dêsse vasto latifúndio. As negociações entaboladas por agentes hábeis e aptos alcançaram êxito e o Príncipe cedeu, para ser colonizada, oito léguas quadradas do dote recebido, a uma companhia de colonização, fundada no ano de 1849, em Hamburgo, sob os auspícios do Senador Christian Mathias Schroeder, pessoa de grande projeção e influência naquela Cidade Livre.

Naquele tempo a Europa atravessava uma época de inquietação social advinda da Revolução de 1848, na França, que irradiara por vários países. Ao mesmo tempo as notícias chegadas da exploração do "hinterland" norte-americano, da fertilidade de seu solo, da vida livre e farta naquela república eminentemente democrática, o direito de propriedade do solo que se outorgava aos imigrantes e colonos e ainda a vaga notícia do ouro da Califórnia, faziam despertar nos europeus acorrentados aos velhos usos e costumes, os sonhos de uma vida nova, as fantasias de um mundo diferente, as possibilidades de se tornarem proprietários e enriquecerem independentemente da vontade dos

Vista aérea do pôrto

senhores das terras onde através de gerações haviam labutado, obtendo apenas o suficiente para viverem. Daí a facilidade com que germinou a idéia de serem colonizadas as terras do dote imperial e a possibilidade dessa realização. No ano seguinte à organização da Companhia, o Govêrno Imperial aprovou o contrato concedendo-lhe favores especiais, graças aos quais aos nove de março de 1851, efetivou-se a fundação da Colônia D. Francisca, com a chegada dos primeiros imigrantes que desembarcaram nas terras da Colônia por uma singular coincidência, precisamente no dia em que a Igreja Católica comemora o dia de Santa Francisca. Iniciou-se, com esta chegada um novo capítulo da história de Joinvile, traçado por aquêles que, desembarcando nas lodosas margens do Cachoeira, desconfiados mas resolutos, foram os primeiros nesta fase de recuperação econômica para o Brasil daquele dote de vinte e cinco léguas quadradas, consagrados num ato nupcial quando a princesa assinou: Françoise Caroline...

Pelo Decreto n.º 289, de 9 de agôsto de 1843, em cumprimento às disposições da Lei n.º 166, de 29 de setembro de 1840 que concedeu o dote da Princesa Dona Francisca, foi aberto o crédito para custear as despesas de medição e demarcação das terras concedidas, em virtude do contrato do seu casamento com o Príncipe de Joinvile, conforme o texto que vai em seguida transcrito:

"DECRETO N.º 289, DE 9 DE AGÔSTO DE 1843

HEI POR BEM SANCIONAR, E MANDAR QUE EXECUTE A RESOLUÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL LEGISLATIVA:

Artigo único — O Govêrno é autorizado para haver por empréstimo a quantia equivalente a um milhão de francos e mais cem contos de réis em moeda corrente, assim como para emitir mil contos de réis, em Apólices da Dívida Pública para cumprimento das condições estipuladas nos Artigos quarto e décimo do Contrato de Casamento de Sua Alteza e Senhora Princesa Dona Francisca Carolina com Sua Alteza Real o Senhor Príncipe de Joinvile, celebrado em vinte e dois de abril do corrente ano, ficando outrossim autorizado para fazer as despesas necessárias com a medição das terras concedidas naquele contrato.

João Francisco Vianna, do Meu Conselho, Ministro e Secretário d'Estado dos negócios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Tesouro Público Nacional, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessários.

Palácio do Rio de Janeiro em nove de agôsto de mil oitocentos e quarenta e três vigésimo segundo da Independência e do Império.

COM RUBRICA DE SUA MAJESTADE O IMPERADOR
João Francisco Vianna"

Para proceder à medição das terras dotais da Princesa Dona Francisca, foi designado Jerônymo Francisco Coelho, Tte.-Coronel do Imperial Corpo de Engenheiros, como chefe da comissão de engenheiros, integrada pelo Capitão Christiano Pereira de Azevedo Coutinho, e Primeiros-Tenentes Juvêncio Manoel Cabral de Menezes e Manoel José Machado da Costa Júnior.

A 29 de novembro de 1845, por determinação da Presidência da Província de Santa Catarina, em obediência ao Aviso do Ministério do Império, de 22 de setembro dêsse mesmo ano, foram afixados os editais exigidos pela lei, notificando os confrontantes das terras que iam ser demarcadas para a constituição do patrimônio dos Príncipes, a fim de que quem se julgasse prejudicado reclamasse em tempo.

Nem por serem os donos, membros da família imperial, deixaram de ser cumpridas tôdas as formalidades legais, como em todos os atos que emanavam do govêrno imperial.

Em 20 de dezembro de 1845, foi iniciada a medição e demarcação com a colocação do Marco n.º 1 na margem do Ribeirão do Leão, seguindo em direção ao Sul. Em 13 de janeiro de 1846, a Comissão de Engenheiros chegava na confluência do Rio Cachoeira com o Rio Bucareim, onde foi plantado o Marco n.º 9, continuando sempre em direção Sul; em 13 de março de 1846, terminava a medição e demarcação com a colocação do 39.º marco na confluência do Rio Cardozo com o Rio Itapocu, estabelecendo o limite da frente do lado Este. O limite pelo lado Norte, ficou estabelecido por uma linha sêca em direção a Oeste até a Serra Geral. O limite pelo lado Sul, pela margem direita do Rio Cardozo até a sua confluência com o Rio Itapocu, continuando pela margem esquerda dêste último Rio Itapocu até as suas nascentes na Serra Geral. O limite pelo lado Oeste, ficou determinado pela Serra Geral.

Em 1872, foram abertas as linhas prèviamente estabelecidas pela Comissão chefiada pelo Tte.-Coronel Jerônymo Francisco Coelho, pelo engenheiro Henrique Kreplin, fechando o perímetro da área dotal da Princesa Dona Francisca pelo lado Norte e Oeste. As terras assim demarcadas constituíram o patrimônio que ficou sendo conhecido pelo nome de "DOMÍNIO DONA FRANCISCA", abrangendo a área de 155 812 hectares.

Por volta de 1843, era esta região inteiramente virgem, apenas se encontrando alguns moradores na orla marítima e no planalto de Campo Alegre. Tudo o mais era mata selvagem habitada por índios, que naquele tempo existiam em grande quantidade e por muitas vêzes atacaram e trucidaram as turmas de exploração e até colonos. Nenhum valor real tinham as terras, pois que desabitadas e sem meios de transporte eram um pêso morto, do qual a Coroa procurava se libertar fazendo concessões e dando sesmarias gratuitamente a todos que tivessem recursos ou vontade de fazê-las produtivas. Assim a doação dêsse patrimônio à Princesa Dona Francisca, naquela época, foi um verdadeiro "presente de grego". Se não fôra a atividade do jovem casal, contratando com uma Emprêsa Colonizadora de Hamburgo, o povoamento dessas terras, doando gratuitamente oito léguas quadradas, das vinte e cinco que recebeu, para a formação da Colônia Dona Francisca, hoje Joinvile, esta região seria ainda agora um vasto e inóspito sertão. Deve-se pois inicialmente ao espírito progressista e civilizado do Príncipe de Joinvile e da Princesa Dona Francisca, a fundação desta bela cidade e o desenvolvimento desta região à custa do trabalho e do sofrimento dos colonos trazidos da Alemanha, Suíça, Luxemburgo, Áustria e outros países da Europa Central.

Cabe às gerações contemporâneas reconhecer que o bem-estar e a riqueza que hoje desfrutam em virtude de viverem numa zona bastante desenvolvida e rica, como é esta vasta região que compreende os municípios de Joinvile, Araquari, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Campo Alegre e até São Bento do Sul, devem tudo à visão progressista e patriótica do Príncipe de Joinvile e da Princesa Dona Francisca e aos sacrifícios heróicos daqueles imigrantes que aqui aportaram e aqui sucumbiram na luta cruenta contra a natureza hostil e o índio bravio.

Hoje em dia, quem visita Joinvile e aprecia o confôrto e o progresso que ela oferece, nem de longe pode supor o que de lágrimas, suor e sangue custou a criação dêste centro de cultura e trabalho, nos sessenta anos que vão de 1840 a 1900, o período mais penoso de sua colonização.

Tôdas as honras e reverências merecem os pioneiros desta colonização, os anônimos colonos, não esquecendo também os seus idealizadores e realizadores como sejam o Príncipe e a Princesa de Joinvile, Leonce Aubé, Senador Christian Mathias Schroeder, Jerônimo Francisco Coelho, João Otto Luiz Niemeyer, Ottokar Dorffel, Frederico Brustlein e outros.

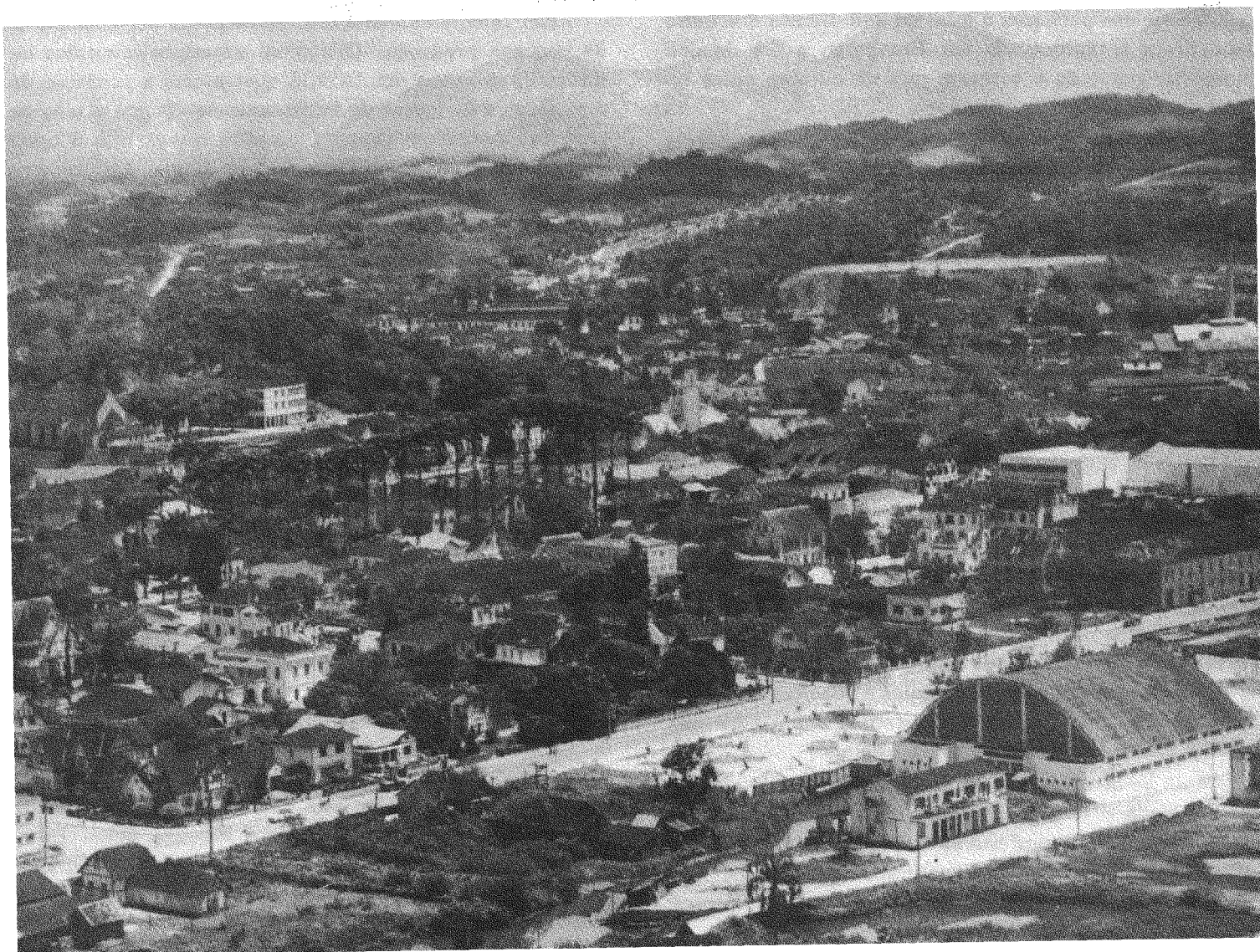
Em 1849, o Sr. Leonce Aubé, procurador dos Príncipes de Joinvile, contrata a fundação e colonização das terras dos Príncipes com o senador Christian Mathias Schroeder, de Hamburgo, cujo contrato é aprovado e ratificado, em 26 de abril de 1849, pelos Príncipes de Joinvile. Entre as várias condições do contrato, as principais constam que: Os Príncipes entregam gratuitamente para o senador Christian Mathias Schroeder ou à Companhia que o mesmo organizar oito (8) léguas quadradas de terras, obrigando-se o Senador Schroeder a colonizá-las com imigrantes trazidos da Europa, ficando a cargo do mesmo todos os trabalhos para a organização da Colônia, que inicialmente chamou-se "COLÔNIA DONA FRANCISCA".

A organização da Companhia pelo senador Schroeder, não foi muito fácil. Da data do contrato até a vinda dos primeiros imigrantes demorou mais de dois anos, pois que só a 9 de março de 1851, foi que a Companhia organizada pelo Senador Schroeder com o nome de "SOCIEDADE COLONIZADORA HAMBURGUEZA DE 1849" trouxe os primeiros imigrantes vindos até à baía de São Francisco onde chegaram a 6 de março de 1851 pela barca "COLON". Continuaram a viagem em canoas ou baleeiras subindo o Rio Cachoeira desembarcando nas imediações do Ribeirão Mathias num descampado prèviamente feito.

Estabeleceram-se os primeiros colonos, chegados pela barca "COLON" em terra onde hoje está situada a nossa progressista cidade de Joinvile. A Colônia compreendia uma área total de 46 582 hectares, cedidos à Sociedade Colonizadora constituída em Hamburgo em 1849, por contrato firmado em 5 de maio do mesmo ano, subscrito por seu presidente, o senador Christian Mathias Schroeder e pelo Príncipe de Joinvile e aprovado pelo Govêrno Imperal do Brasil, em 15 de maio de 1850. (Decreto n.º 537).

Êsse contrato, entre outros favores concedia aos colonos, pelo tempo de dez anos, a isenção de serviço militar e de direitos alfandegários e por outro lado impunha à Companhia Colonizadora a obrigação de "zelar com mais cuidado para que os doentes não morressem por falta de recursos; que as crianças não avançassem em idade sem educação e sem disciplina; que especuladores sem coração não enviassem indivíduos saídos das prisões da Europa e prejudiciais à Colônia".

Foram 191 os primeiros povoadores da nova colônia, dos quais 177 alemães e suíços, vindos diretamente de Hamburgo e os outros, noruegueses, que se achavam em trânsito pela capital do Império.

Como representante do Príncipe de Joinvile, veio para a Colônia o vice-cônsul francês Leonce Aubé, que aqui

Vista parcial da cidade

permaneceu até 1869, quando foi substituído por John Otto Luiz Niemeyer.

O primeiro Diretor da Colônia D. Francisca foi Eduardo Schroeder, filho do presidente da Companhia Hamburguesa, senador Christian Mathias Schroeder.

Em julho de 1851, isto é, quatro meses após a fundação, a Colônia possuía dez casas de pau a pique, cobertas de palha, algumas com acomodações para vinte famílias, estando a da direção da Colônia localizada em sítio fronteiriço ao extremo norte da atual rua do Príncipe, onde hoje está edificado o palacete do saudoso Sr. Louis Niemeyer.

Edificada a Colônia sôbre terreno extremamente alagadiço, cuidou logo a primeira administração da drenagem das águas, providenciando a abertura de valetas a céu aberto.

Em 11 e 17 de julho de 1851 chegaram, pela barca hamburguesa "Emma Louise" 115 colonos que se localizaram próximo ao rio Motucas, a poucos quilômetros da sede (Joinvile), no local onde hoje se encontra Anaburgo.

Em setembro e outubro do mesmo ano chegaram, respectivamente, 77 e 88 imigrantes alemães e suíços que, somados aos das levas anteriores, dão um total de 471 entrados no primeiro ano da nova Colônia, assim distribuídos por nacionalidades daquele tempo: Suíça, 190; Prússia, 70; Noruega, 61; Oldenburgo, 44; Holstein, 20; Hannover, 19; Schleswig, 17; Hamburgo, 16; Saxonia, 8; Polônia, 5; Luebeck, 4; Mecklenburgo, 4; Lauenburg, 3; Suécia, 3; Wurtenberg, 1; Brunswick, 1; Schwartzburg, 1; Outras, 4.

Nem todos os imigrantes aqui permaneceram. Entre os que abandonaram a Colônia estão muitos dos noruegueses vindos na primeira leva.

Além disso a malária é responsável pelo elevado índice de mortalidade dos primeiros anos da D. Francisca.

Transcrevemos abaixo a carta dirigida, em 14 de outubro de 1851, ao Govêrno Provincial por Cezário Antônio Mendes, funcionário aduaneiro em São Francisco, sete meses depois da fundação da Colônia:

"O brigue dinamarquês "Gloriosa", sob o comando do capitão George Walf Tosbuy, procedente de Hamburgo, deu fundo no rio de São Francisco em 27 de setembro pp., conduzindo a seu bordo 77 colonos alemães e suíços destinados para a Colônia D. Francisca, compondo-se de onze famílias. Parte delas de pessoas mui decentes e civilizados. Dizem-me que quase todos êsses colonos satisfizeram a sua saída o frete da passagem. No dia seguinte partiu o navio acima, fundeando em lugar mais próximo à Colônia para a qual desembarcaram muito alegres e satisfeitos, acompanhados pelos Srs. coronéis Camacho e Antônio João Vieira, que concorreram com as suas canoas e escravos para o transporte de bagagem e utensílios dos mesmos. É a terceira imigração de colonos que, reunidos aos 270 já

ali estabelecidos perfazem o total de 348. Consta que outro navio ficara se aprontando em Hamburgo a fim de dali transportar por todo o corrente mês de outubro outra remessa de colonos".

O zeloso funcionário aduaneiro deixa nessa mesma carta a impressão que teve da Colônia: "O seu estado atual é o melhor possível, apresentando um aspecto cada vez mais agradável, não se poupando os colonos a todo e qualquer trabalho, pois a alguns dos que outrora serviram em país como oficiais militares não repugna pegar no machado e na foice, para derrubarem as matas e aperfeiçoarem as três grandes picadas que existem abertas em diferentes direções, podendo nelas já se transitar a cavalo em grande distância para as casas que se acham edificadas ao correr das mesmas picadas, cujo número já passa de cinqüenta. Continua a ser provida a colônia de diversos animais vacuns e cavalares, e, até mesmo pelo navio recém-chegado foi conduzido um touro e uma vaca que produz de 5 a 6 canadas de leite. Acha-se construída na referida colônia uma olaria na qual se manufatura perfeito tijolo e telha, cujo barro para êste material é amassado perfeitamente numa máquina dentro de um caixão trabalhado por um animal que circula a mesma sem que toque no barro. Muito breve ver-se-ão casas com paredes de tijolos e cobertas de telhas, ficando, assim, mais sólidas e seguras, havendo para isso bastante cal no estabelecimento da Colônia.

Já ali se celebram preces aos domingos em casa para isso destinada e tem havido cinco casamentos, tudo conforme a religião que professam. Também ali existem dois médicos, dois boticários, dois naturalistas, um inspetor e o diretor da Colôna, bem como dois professôres, porém, êstes não têm aula aberta por falta de casa própria". A Colônia Dona Francisca, conclui Cezário Antônio Mendes, "apresenta-se debaixo dos melhores auspícios, e, dentro de pouco tempo, estará abundante e produtiva, pois há apenas sete meses de sua fundação e por isso ainda não se fazem grandes colheitas de gêneros que mereçam ser mencionados".

Em 1852, deram entrada mais 409 imigrantes, durante os meses de maio, julho, agôsto e dezembro. Durante aquêle ano, nasceram 21 e faleceram 41 pessoas.

Atribui-se ao impaludismo o número considerável de mortos, pois não se constatou nenhuma epidemia.

Em 1852, passou a sede da Colônia a denominar-se "Joinvile", em homenagem ao Príncipe de Joinvile. A cidade francesa homônima, sede de cantão, no Departamento do Alto Marne, principado desde Henrique II passou no século XVI a pertencer à casa de Orleans, vindo daí o título do terceiro filho de Luiz Felipe. Casando-se êste com a princesa brasileira Dona Francisca ligou o nome do seu Principado a êste pedaço do Brasil.

Era êste o aspecto da Colônia em 1852: 12 casas particulares e igual número de propriedades da Companhia Colonizadora destinadas ao alojamento dos colonos; hospital e armazém, além de 84 casas localizadas fora da sede. Contava a Colônia com 25 quilômetros de estradas, inclusive 12 em demanda da serra e que hoje constituem parte da estrada Dona Francisca, cujo início partiu do atual edifício do Forum, esquina da Rua Princesa Izabel.

As primeiras culturas agrícolas foram: cana-de-açúcar, arroz, mandioca, feijão, batatas, milho, fumo, café e algodão.

Em 1851, a indústria era representada por uma olaria, de pequena produção. O número de estabelecimentos industriais, elevou-se em 1852, a quatro com a fundação de uma fábrica de louças de barro, uma de vinagre e uma de cigarros. A Colônia contava, no mesmo ano, com 5 casas de negócio, 2 padarias, e 1 açougue. Havia também uma ferraria e uma hospedaria. Ao ser fundada a Colônia, estabeleceram-se dois farmacêuticos e um médico.

A religião dominante era a luterana.

Apenas 26 colonos, chegados pela barca "Colon" em 1851, professavam a religião católica.

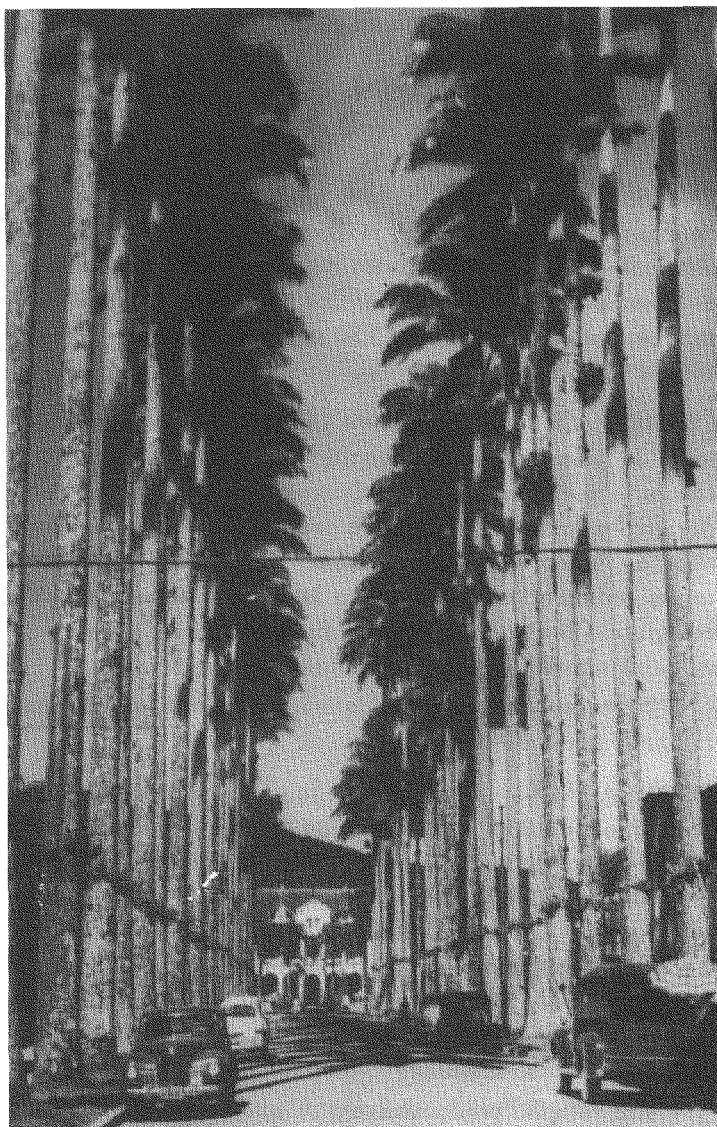
A população da Colônia, em 1856, atingiu a 1 428. Em 1861, elevou-se a 3 678.

Nessa época, isto é, dez anos após a fundação, o novo núcleo colonial possuía, além de outros estabelecimentos industriais de pequena produção, setenta engenhos de farinha de mandioca e 32 de açúcar.

Pela Lei provincial n.º 452, de 8 de abril de 1858, sete anos após a fundação, foi a sede da Colônia, isto é, Joinvile, elevada à categoria de freguesia.

Não podemos esquecer da primeira Lei vigente em Joinvile. De acôrdo com a cláusula terceira do contrato de 5 de maio de 1849, celebrado entre o Príncipe de Joinvile e a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, foi, a 13 de julho de 1852 estabelecida a comuna da Colônia Dona Francisca, harmonizada e submissa às Leis do Império do Brasil. O original dêsse documento está datado de 30 de janeiro de 1852. São seus signatários: Meyer, Fluegge, Bikin, Bernhard, Woschau e Wkribs. É dividido em 34 parágrafos, subordinados a diversos títulos. Encontra-se no arquivo do Estado, onde há anos, o descobriu o Dr. Jacinto de Mattos, funcionário federal aposentado, então com exercício em Santa Catarina.

É êste o documento, muito original.

"§ 1.º: Os colonos da Colônia Dona Francisca, formam em união uma Comuna, cujos atos comunais são absolutos tanto quanto não estejam em contradição com as Leis brasileiras e os estatutos da Sociedade. § 2.º: São membros da Comuna todos os colonos que se encontram na Colônia e aquêles que para ela vierem para o futuro, à exceção dos que, por decisão da Comuna, foram recusados. § 3.º: A Comuna é o poder legislativo. § 4.º: A Comuna nomeia o Conselho Comunal. § 5.º: A duração das funções do Conselho Comunal será fixada em um ano, porém, os dois conselheiros que tiverem obtido menor número de votos, se retirarão no fim de 6 meses e serão substituídos por novos eleitos. § 6.º: O Conselho Comunal é o órgão da Comuna e poder absoluto. § 7.º: O Conselho Comunal é composto de 5 membros e 2 suplentes. § 8.º: O Conselho Comunal escolhe um chefe de sessão entre os seus membros. § 9.º: O Conselho Comunal ocupa-se dos interêsses de cada colono em particular, assim como dos da Comuna, tanto no interior como no exterior. § 10.º: Os projetos de leis adotados pela Comuna tornam-se Leis em vigor. § 11.º: A Lei não tem fôrça retroativa. § 12.º: O Conselho Comunal deve todos os meses apresentar relatório à Comuna e lhe dar contas dos seus atos. § 13.º: O Conselho Comunal faz e propõe um orçamento todos os seis meses; administra a propriedade pública e presta contas todos os seis meses à Comuna. § 14.º: O Conselho Comunal escolhe um secretário pago.

Alamêda Brüstlein, ao fundo o Palácio dos Príncipes de Joinvile

DO PODER JUDICIÁRIO. § 15.º: O poder arbitral repousa nas mãos de um Juiz de Paz, o qual terá um substituto, até que se tenha tradução alemã da lei fundamental brasileira. § 16.º: A duração das funções de um Juiz de Paz é fixada em 1 ano. § 17.º: Nos casos de processos não terminados o Juiz de Paz os renovará diante do Tribunal. § 18.º Os delitos graves, ou crimes, tais como segundo roubo, assassínio, incêndios, serão reenviados aos tribunais para serem julgados. § 19.º: O tribunal se compõe de Juiz de Paz e de 12 colonos e se reunirá em dia fixo de cada semana. § 20.º: Os doze juízes serão convocados de quatro em quatro semanas, entre os colonos elegíveis, pelo Juiz de Paz, conforme a lista alfabética dos nomes. § 21.º: Depois da sentença do tribunal nenhuma apelação terá lugar. DIREITOS E DEVERES DOS COLONOS: § 22.º: Cada membro da Comuna tem o direito de reclamar defesa cômoda e proteção dos seus interêsses. § 23.º: Cada membro da Comuna se compromete a submeter-se às intimações que lhe forem feitas pelo poder legal. DA ELEIÇÃO. § 24.º: Cada colono que contar 20 anos completos é eleitor, a menos que o impeça crime ou denúncia. § 25.º: Cada colono eleitor é elegível a todos os cargos públicos. § 26.º: Cada colono é obrigado a aceitar o cargo para que foi eleito; são isentos os seguintes: médico ou farmacêutico e todos aquêles que tenham exercido funções durante um ano. § 27.º: Não são elegíveis todos os empregados da Sociedade Hamburguesa, assim como os do Príncipe de Joinvile. § 28.º: A eleição tem lugar por boletins. § 29.º: Para a eleição de empregados públicos é preciso a maioria absoluta. DA ASSEMBLÉIA POPULAR. § 30.º: O Conselho Comunal reúne regularmente todos os três meses a assembléia popular. § 31.º: Quando 1/3 dos colonos com direito de voto reclame uma assembléia popular extraordinária, o Conselho Comunal é obrigado a ordená-la. § 32.º: Para a admissão de uma decisão valiosa a simples maioria dos assistentes é obrigatória. § 33.º: A assembléia popular nada pode fazer senão quando fôr reunida pelo Conselho Comunal. CONCLUSÃO. § 34.º: Em conseqüência da aceitação desta Lei para a assembléia comunal de 23 de janeiro de 1852, ela entra em vigor como Lei Fundamental à qual cada colono, em particular, é irrevogàvelmente submetido".

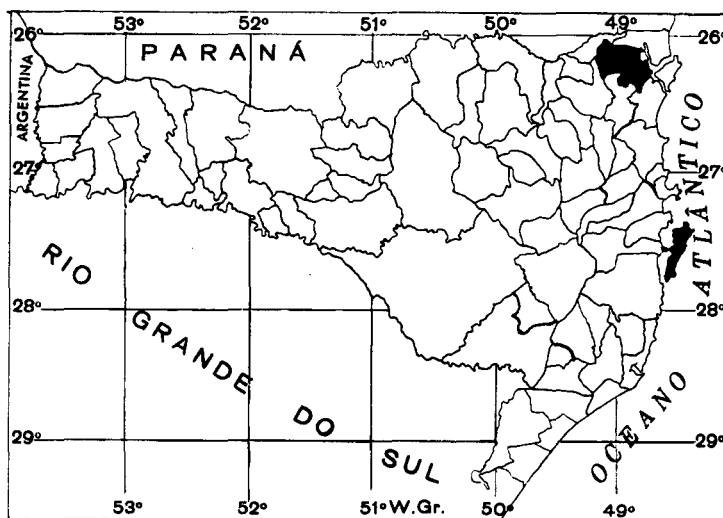
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito, sob a denominação de São Francisco Xavier de Joinvile, foi criado pela Lei provincial n.º 452, de 8-IV-1858 e o município com o topônimo de Joinvile e território desmembrado de São Francisco do Sul, pela Lei provincial n.º 566, de 15-III-1866, tendo-se verificado sua instalação a 7 de janeiro de 1869.

A Lei provincial n.º 1 000, de 18 de abril de 1883, criou a Comarca de São Francisco Xavier de Joinvile, cuja instalação se deu a 10 de fevereiro de 1890.

Seu quadro administrativo e judiciário, em 1.º-III-958, era o seguinte:

Comarca, Têrmo e Município: Joinvile — Distrito componente: Pirabeiraba.

A atual legislatura foi instalada em 1954, sendo constituída a Câmara Municipal de 13 vereadores e tendo sido eleito Prefeito o Dr. João Colin, falecido em 1958. Nesse ano realizaram-se novas eleições, sendo eleito Prefeito o Sr. Balthazar Buchele.

LOCALIZAÇÃO — Joinvile localiza-se na zona fisiográfica do litoral de São Francisco. A cidade fica à margem esquerda do rio Cachoeira, e a 143 km em linha reta da Capital do Estado, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 26º 18' 05" de latitude sul e 48º 50' 38" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 4 metros na sede municipal, sendo o 9.º lugar, em ordem crescente de altitude, sendo assim uma das cidades menos elevadas de Santa Catarina.

CLIMA — Geralmente quente e úmido. A temperatura alcança, no verão, 38ºC, havendo também nessa época predominância de chuvas, por vêzes com fortes trovoadas. A precipitação anual chega a 2 000 mm.

No inverno o clima é frio, descendo o termômetro perto de 10ºC.

ÁREA — A área do município é de 1 054 km², figurando em 29.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Vários acidentes geográficos se evidenciam por todo o território do Município e, dentre êles, podem ser destacados os seguintes:

Serras — Quiriri, que serve de limite entre Joinvile e São Francisco do Sul, nela ficando localizado o salto do mesmo nome; Serra do Mar, que serve de limite entre Joinvile e Campo Alegre e onde se localiza a nascente do rio Cubatão; Serra do Rio Bonito, situada no limite entre Joinvile e São Francisco do Sul, nela nascendo o rio do mesmo nome, afluente do Pirabeiraba; Serra do Rio Júlio, localizada na confluência dos rios Itapocuzinho e Bracinho; Serras do Salto, servindo de limite entre Joinvile e Guaramirim e Volta Grande, servindo de divisor de águas entre os rios Júlio e Itapocuzinho.

Morros — Boa Vista, é o ponto mais elevado da cidade com cêrca de 230 metros; Caixão, que serve de limite entre os distritos de Joinvile e Pirabeiraba; Cajati, divisor de águas entre os rios Jerônimo Coelho e Prata, ambos afluentes do Cubatão; Castelo do Bugre, onde nasce o rio Jerônimo Coelho, um dos afluentes do Cubatão; Jurapé, é o ponto mais elevado do Município com 1 300 metros; Motucas, limite entre os distritos de Joinvile e Pirabeiraba; Neve, que é divisor de águas entre os rios Cubatão e Júlio e Tromba, no limite entre os distritos de Joinvile e Pirabeiraba, com cêrca de 890 metros de altitude.

Ilhas — Barra do Quiriri, com 800 por 400 metros, situada no rio do mesmo nome, afluente do rio Cubatão; Cubatão, com 1 300 por 400 metros, ficando localizada no rio do mesmo nome e Pirabeiraba, formada por um conjunto de cinco ilhas no mesmo rio Pirabeiraba.

Rios — Águas Vermelhas, afluente do lado esquerdo do Piraí; Antas, afluente do Piraí e serve de limite entre Joinvile e Araguari; Braço, afluente do lado direito do rio Cubatão, servindo de limite entre Joinvile e Pirabeiraba; Cachoeira, que banha a cidade e é navegável por barcaças e navios de cabotagem, servindo de escoadouro aos produtos joinvilenses, sendo seus principais afluentes o Bucarein, o Guaxanduva, o Itaum, o Jaguarão e o Mathias; Dona Cristina, é afluente do Piraí e faz limite entre Joinvile e Guaramirim; Piraí, servindo de limite entre Joinvile e Guaramirim e a Zoada que é afluente esquerdo de Dona Cristina e serve de limite entre Joinvile e Guaramirim, todos êsses localizados no distrito de Joinvile. Em Pirabeiraba, podem ser destacados os seguintes: Bracinho, afluente esquerdo do Itapocuzinho e servindo de limite entre Joinvile e Guaramirim; Cascalho, afluente esquerdo do Pirabeiraba, e que divide Joinvile e São Francisco do Sul; Cubatão, afluente direito do Três Barras, servindo de limite entre Joinvile e São Francisco do Sul; Jerônimo Coelho, afluente direito do rio Cubatão; Júlio, afluente esquerdo do Itapocuzinho; Pirabeiraba, afluente direito do Três Barras, servindo de limite entre Joinvile e São Francisco do Sul; Quiriri, afluente esquerdo do rio Cubatão, e que nasce na serra do mesmo nome.

Quedas d'água — Salto do Cubatão pelo rio do mesmo nome, com uma altura efetiva de 350 metros e uma potência utilizável de 5 000 H.P.; Salto do Piraí, formado pelo rio do mesmo nome, com uma altura efetiva de 480 metros e utilizada de 2 300 H.P., possuindo uma das usinas elétricas da Empresul e Salto do Quiriri formado pelo rio do mesmo nome, com uma altura efetiva utilizável de 220 metros, volume d'água de 15,30 m³ por segundo e potência efetiva de 5 000 H.P.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — Parte do território de Joinvile é conglomerado de terras de origem vulcânica, e parte formações sedimentárias. Assim, há minas de ferro e jazidas de minerais pesados, e há grandes depósitos de hulha e detritos animais e vegetais, próprios de terras sedimentares. Por outro lado, sendo êsse território, em grande parte, recoberto de florestas, há abundância de madeira aproveitável industrialmente.

No tocante à produção de origem animal, há que mencionar a pesca de peixes.

POPULAÇÃO — A cidade de Joinvile, segundo o Recenseamento de 1950, era de 43 334 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 21 665; mulheres — 21 669; brancos — 41 881, pardos — 182; pretos — 1 148; amarelos — 3; e 120 não declararam a côr. Pessoas de 15 anos e mais, em número de 28 064, 8 590 eram solteiras; casadas 17 597; viúvas 1 667; desquitadas 110 e 100 não declararam o estado conjugal. Existiam 11 brasileiros naturalizados e 784 estrangeiros.

Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos, em número de 24 650, as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade era de 41,1 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 10.º lugar no Estado. Localiza-se no quadro rural 50,6% da população, sendo esta percentagem das menos elevadas no Estado, inferior à média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 12.º lugar na relação dos municípios mais populosos do Estado.

A cidade todavia, ocupa o 3.º lugar em população, relativamente às demais cidades do Estado, sendo portanto uma das cidades mais populosas do Estado.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população de Joinvile, em 1958, era de 54 629 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São duas as aglomerações urbanas do município: — a cidade de Joinvile, com 20 921 habitantes (10 149 homens e 10 802 mulheres) e a vila de Pirabeiraba com 439 habitantes (225 homens e 214 mulheres) conforme dados do Censo de 1950.

A cidade de Joinvile é considerada uma das mais extensas do Estado com 60,210 quilômetros quadrados de perímetro, possui os seguintes bairros: — Boa Vista, no final da Rua Aubé e Estrada Boa Vista; Bom Retiro, na Estrada do Braço, final das Ruas Duque de Caxias e Dona Francisca; Bom Sucesso, no final das Ruas Ministro Calógeras e Visconde de Taunay e suas transversais; Bupeva, na zona sul da cidade, Estrada Bupeva e suas adjacências; Glória, no alto da Rua 15 de Novembro e zona do Mata-

Vista do pôrto do Bucarein

douro Municipal; Iririú, na estrada do mesmo nome e parte da Estrada Guaxanduva e bairro do Itaum, também na zona sul da cidade, incluindo as zonas do Guanabara e Vila Mariana e demais ruas transversais.

São as seguintes as localidades ou povoados espalhados pelo território do Município — Em Joinvile: Anaburgo, Arataca, Arrozal, Cometa, Cubatão, Dedo Grosso, Espinheiros, Guaxanduva, Guiger, Itinga, Jarivatuba, Morro do Amaral, Neudorf, Paranaguá-Mirim, Piraí, Riacho, Salvador, Salto, Soares e Vila Nova. No distrito de Pirabeiraba, encontram-se os seguintes: Canela, Covanca, Ilha, Isaak, Pico, Quiriri, Rio Bonito, Rio do Júlio, Rio dos Macaços, Rio da Prata e Tromba.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu no ano de 1955, a Cr$ 1 277 196 457,00.

O município assenta sua economia, principalmente na indústria.

A produção da farinha de trigo atingiu no ano de 1955, a 23 935 615 kg no valor de Cr$ 149 023 554,00; seguindo-se tubos e conexões de aço, ferro e chumbo (3 040 473 kg no valor de Cr$ 136 664 069,00); cerveja (11 600 696 l no valor de Cr$ 75 694 536,00); meias de algodão, seda, lã ou mescla (4 096 710 pares no valor de Cr$ 52 635 450,00); tecidos de algodão inclusive mescla (1 885 213 m no valor de Cr$ 41 316 959,00).

Dos 185 estabelecimentos industriais, 2 dedicam-se à produção de farinha de trigo, 1 fábrica de conexões de ferro maleável, 2 laboratórios, 1 fábrica de cerveja, refrigerantes, chopes e licores.

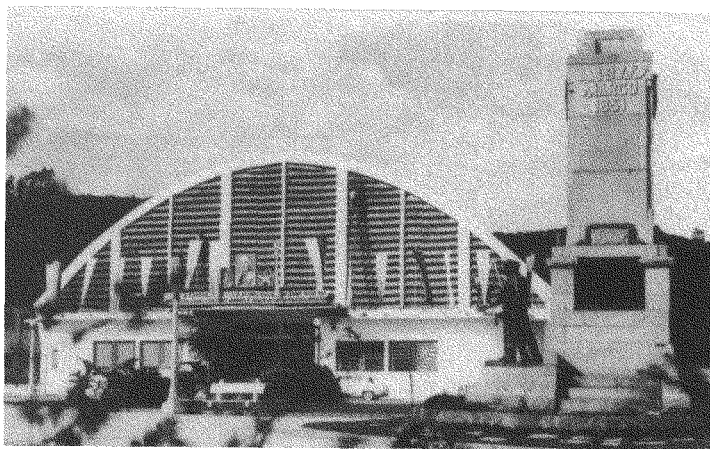
Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 6,56% estão ocupadas do ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: arroz, cana-de-açúcar, aipim, abacaxi, mandioca, milho, araruta, batata-doce, batatinha, feijão (grão), amendoim c/casca; como culturas permanentes, temos: banana, laranja, café, bergamota, limão. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 27 971 860,00. O valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de Cr$ 61 789 500,00. A percentagem da população na indústria é de 15%.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativa da Agência Municipal de Estatístca, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957:

a) De origem mineral: areia (35 500 t no valor de Cr$ 2 307 500,00); barro ou argila (22 000 t no valor de Cr$ 440 000,00); cascalho (18 000 toneladas no valor de Cr$ 1 116 000,00).

b) De origem vegetal: lenha (65 000 m^3 no valor de Cr$ 716 000,00); madeira (8 750 metros cúbicos no valor de Cr$ 4 462 500,00); vassoura (20 000 unidades no valor de Cr$ 240 000,00).

c) De origem animal: peixe fresco (54 200 kg no valor de Cr$ 1 084 000,00).

No tocante a produtos transformados ou não de origem animal a produção atingiu em 1956 o valor de Cr$ 18 379 900,00, sendo os principais produtos: ovos (285 000 dz. no valor de Cr$ 7 125 000,00); leite (1 000 000 litros no valor de Cr$ 6 000 000,00); banha (38 300 kg no valor de Cr$ 1 532 000,00).

Monumento do Centenário e Pavilhão dos Esportes

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se mais de novecentos estabelecimentos comerciais (32 atacadistas e 930 varejistas); uma Agência da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina e a Matriz da Casa Bancária Germano Stein S.A. Funcionam ainda no município as Agências dos seguintes Bancos: Banco do Brasil S.A., Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO), Banco Nacional do Comércio S.A., Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., Banco Agrícola Mercantil S.A., Banco Nacional do Paraná-Santa Catarina S.A., Banco Comercial do Paraná S.A. e o Banco Mercantil e Industrial do Paraná S.A.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 10 emprêsas rodoviárias para passageiros, 12 emprêsas rodoviárias para carga, 10 emprêsas marítimas e fluviais para carga, 1 emprêsa ferroviária — Rêde Viação Paraná — Santa Catarina e 3 emprêsas aéreas para passageiros e cargas. Conta com um aeroporto, do qual se utilizam três emprêsas aéreas.

O meio de transporte típico de Joinvile é a bicicleta, contando-se no município cêrca de mais de vinte mil bicicletas.

No tocante ao transporte marítimo, são em número de dez as emprêsas que operam em Joinvile, duas delas com sede no município.

A cidade de Joinvile dista 201 km da Capital do Estado (via Penha) e tem as seguintes distâncias, das sedes municipais vizinhas: Araguari — 26 km por rodovia ou 17 por ferrovia; Campo Alegre — 72 km por rodovia; Guaramirim — 35 km por rodovia ou 27 por ferrovia; Jaraguá do Sul — 45 km por rodovia ou 37 km por ferrovia; São Francisco do Sul — 48 km por rodovia, 40 km por ferrovia ou 26 km por via marítima.

Na cidade funcionam uma Agência Posta Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma Agência Radiotelefônica da Viação Férrea Paraná-Santa Catarina, uma estação de Rádio da Polícia Militar do Estado, uma estação Radiotelegráfica da Viação Aérea Rio Grandense (VARIG), uma da Transportes Aéreos Catarinense (TAC) e uma Agência Telefônica de uso público da Companhia Telefônica Catarinense.

No restante do município funciona uma Agência Postal Telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Joinvile tem 20 951 habitantes sendo uma das cidades mais populosas de Santa Catarina, precedida apenas de Florianópolis (Capital), com 48 264 habitantes e Blumenau com 22 627 habitantes. A cidade de Joinvile conta com 265 logradouros públicos dos quais 252 inteiramente e 13 parcialmente pavimentados. É servida de luz elétrica com 7 539 ligações domiciliares, e dos serviços de água, esgôto e limpeza pública.

A cidade conta ainda com 10 hotéis, 1 aeroporto, duas emprêsas editôras de livros, nove impressoras, duas radiodifusoras, uma biblioteca.

Os principais edifícios são: Palácio dos Príncipes, ligado à história do município, Palacete Schlemm, pela originalidade de sua construção, Sociedade Harmônia Lira, por suas linhas de estilo europeu, Biblioteca Pública, pelo aspecto moderno de sua arquitetura. Destacam-se ainda Prefeitura Municipal, Hospital São José, o Moinho Joinvile, a Catedral, o Colégo São Vicente de Paula, a sede do Círculo Operário, a Agência do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO), a Escola do SENAI, o Templo Evangélico.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica no município é prestada pelos seguintes profissionais: 26 médicos, 25 dentistas, 33 farmacêuticos e 26 auxiliares de saúde.

Dois hospitais, uma maternidade e 5 ambulatórios servem à população com assistência médica em geral.

Ascende a 20 o número de farmácias no município.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Em virtude de condições particulares desde seus primórdios — pequena propriedade, industrialização e muita iniciativa privada — não há grandes desníveis na cidade e no município, e seus habitantes, em geral, contam com meio de vida independente. O lavrador raramente solicita recursos assistenciais e o operário necessitado conta com a assistência das fábricas e dos Institutos.

Em Joinvile há um círculo operário, com sede própria.

Não obstante, contam-se as seguintes instituições: Asilo e Creche Conde Modesto Leal, para crianças pobres e filhos de mães solteiras; Orfanato Abdon Batista, para adultos e crianças do sexo feminino; Asilo de Desvalidos, em Pirabeiraba, para indigentes. Em todos êsses estabelecimentos assistenciais há cêrca de 250 internados.

No que diz respeito ao cooperativismo, são êstes os dados referentes a 1957: Cooperativa de Consumo dos Bancários de Joinvile, com 104 sócios. Cooperativa Mista Dona Francisca, com 301 sócios. Cooperativa Mista e de Laticínios de Pedreira, com 349 sócios.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 37 375 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 29 186, ou seja, 78,0% sabiam ler e escrever. Dêsse total, 14 955 eram homens e 14 231 mulheres. Na sede municipal das 18 525 pessoas de 5 anos e mais 15 975 sabiam ler e escrever, sendo 7 930 homens e 8 045 mulheres.

Ensino — Em 1956 funcionaram na cidade e no resto do município 64 unidades de Ensino Primário Geral com matrícula efetiva de 6 230 alunos assim distribuídos: Pré-primário Infantil — 4 unidades, com 313 alunos; Fundamental Comum — 52 unidades, com 5 624 alunos; Fundamental

Supletivo — 4 unidades, com 106 alunos e Complementar 4 unidades com 187 alunos.

No tocante a ensino extraprimário, funcionaram no município os seguintes estabelecimentos: Escola Técnica de Comércio Bom Jesus (Curso Técnico de Contabilidade); Colégio Bom Jesus (Cursos Ginasial e Colegial); Instituto São Vicente de Paula (Cursos Ginasial e Normal); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — SENAI (Curso Profissional); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial — SENAC (Curso Auxiliar de Escritório); dois Cursos Normais Regionais; um Curso de Datilografia e Correspondência Auxiliar; um Curso de Pilotagem; um de Trabalho Manuais; dois de Corte e Costura e um Curso para formação de Cabos e Sargentos do 13.º B.C.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Das 37 associações desportivas e culturais, 29 dedicam-se às atividades desportivas. A cidade possui dois cinemas: Palácio Teatro, com 1 200 lugares e Cine Colon com 1 200 lugares.

No tocante à Imprensa Periódica verifica-se a ocorrência de 3 jornais: A Notícia, Jornal de Joinvile e Gazeta da Semana, e Anuário de Joinvile.

Possui a cidade 2 radioemissoras — Rádio Difusora de Joinvile — ZYA-5 e Rádio Colon — ZYT38.

A Biblioteca Pública Municipal de Joinvile, funciona em prédio próprio, com um total de 13 000 volumes, apresentando um movimento de 20 551 consultas em 1957.

Digno de registro é também a Exposição de Flôres e Arte, que se realiza anualmente, nos salões do Teatro Harmônia Lira, constituindo já uma tradição. Êsse espetáculo social e artístico, atrai visitantes não só de Santa Catarina, como de outros Estados.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	35 508	28 322	11 378	5 209	10 913
1951	50 788	35 553	15 929	7 439	13 807
1952	61 191	39 365	19 960	8 374	17 269
1953	73 687	51 740	23 139	9 347	19 513
1954	85 289	68 484	31 833	10 280	34 952
1955	121 270	90 367	40 515	11 175	34 579
1956	168 908	137 405	33 883	13 631	41 830

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Há uma particularidade que distingue Joinvile de tôdas as cidades do Brasil; é a que, em todo o território nacional, possui maior número de bicicletas — perto de 23 000. Pela manhã, e à hora da saída das fábricas, o enxame dêsses pequenos veículos dá à vida urbana um aspecto singularíssimo.

O monumento histórico de maior importância é, sem dúvida alguma o Palácio dos Príncipes. Construído durante o último quartel do século passado para hospedar os Príncipes de Joinvile quando êles visitassem seus domínios, foi incorporado ao Patrimônio Histórico, depois adquirido pela municipalidade e transformado em Museu Colonial de Joinvile.

Seguem-se-lhe em importância; o obelisco de granito esculpido, comemorativo ao 75.º aniversário da fundação do município; os bustos de Caxias, Olavo Bilac e Orestes Guimarães; o Monumento ao Colono, feito de granito e

Trecho do rio Cachoeira

bronze, inaugurado em 1951, por ocasião do primeiro centenário da cidade.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As principais festas religiosas do município são a dos Reis Magos, Espírito Santo, Páscoa — bastante comemorada com "Ovos da Páscoa", de chocolate e "coelhinhos", Santo Antônio, São João, São Nicolau, sobressai porém, a festa do Natal, com o "pinheirinho", enfeitado de algodão, simulando neve, ornado de lâmpadas ou velas, que é encontrado em quase tôdas as residências, humildes ou ricas. À hora de costume — 19 horas da véspera de Natal — as velas são acesas e o restante da família tem acesso à sala.

Canta-se, então, "Noite Feliz" e entre os cumprimentos mútuos de "boas-festas", cada pessoa recebe o presente que lhe fôra destinado.

Também, é comum, ao pé da "Árvore de Natal" um pequeno presépio.

No que diz respeito a cultos, registra-se o seguinte:

Culto Católico Romano: Paróquia de São Francisco Xavier de Joinvile, com 4 sacerdotes, 1 Igreja-Matriz, 8 capelas públicas e 3 semipúblicas. Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, com 2 sacerdotes, 1 Igreja-Matriz, 5 capelas públicas e 2 semipúblicas.

Culto Protestante: Comunidade Evangélica Lutherana de Joinvile, com 4 Igrejas, Comunidade Evangélica Lutherana "Dona Francisca", com 8 Igrejas, Comunidade da Igreja Evangélica Lutherana do Brasil, com 6 Igrejas, Comunidade da Igreja Adventista do 7.º Dia, com 2 Igrejas, Comunidade Pentecostal "Assembléia de Deus", com 6 templos, Comunidade Evangélica Lutherana da Estrada da Ilha com 1 Igreja, Comunidade Evangélica Lutherana da Estrada Santa Catarina, com 1 Igreja, Igreja Evangélica Pentecostal do Brasil, Igreja Cristã Presbiteriana, Igreja Evangélica Batista de Joinvile, Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Igreja Presbiteriana Independente, Templo do Exército da Salvação, Templo da Sociedade de Ciência Cristã, Cruzada Nacional de Evangelização e Reino das Testemunhas de Jeová.

Culto Espírita: 2 Centros Espíritas.

Crendices e superstições, são comuns: mau olhado, sol na cabeça, quebranto, praga, esconder a vassoura atrás da porta para afugentar visitas, não pular por cima de corda estendida no chão, não deixar chinelo virado com a sola para cima a fim de que não morra o dono da casa, e outras que seria fastidioso citar.

Cerimônias folclóricas: "o Boi de Mamão", a "Bandeira do Divino", os "Assaltos de Natal", o "Pão por Deus" — são as principais.

Festas características: as comemorativas de casamentos de colonos os "Hochzeitsfeier" e "Da komt ein Hochzeitsdiener".

São as seguintes as principais efemérides de Joinvile:

9 de março — fundação da Colônia Dona Francisca.

3 de dezembro — festa de São Francisco Xavier — padroeiro

26 de dezembro — 2.ª do Natal.

VULTOS ILUSTRES — Muitos joinvilenses já se destacaram em vários ramos da atividade humana e tiveram seus nomes projetados muito além das fronteiras estaduais. Dentre êles é justo que se destaque:

Crispim Mira — Nascido em 1880 e assassinado em Florianópolis, em 1927. Foi jornalista, historiador, folclorista. Caracterizava-se pelo ardor combativo com que se empregava nas lides de imprensa. Seu estilo era claro, conciso, simples, mas vibrante e convincente. Deixou umas duas dezenas de trabalhos, entre livros e folhetos.

Otto Boehm — Nasceu em março de 1868 e faleceu em maio de 1923. Desde muito cedo revelou grande inclinação para as artes gráficas e para a imprensa. Iniciando-se na tipografia paterna, com a morte do progenitor, assumiu a direção geral das oficinas. Foi redator e co-proprietário do "Kolonie-Zeitung", periódico brasileiro escrito em alemão, o mais antigo de Santa Catarina e o maior repositório de dados históricos sôbre as colônias germânicas do norte catarinense.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de joinvilenses. Joinvile teve seu nome originado de D. Francisco Fernando Philippe Luiz Maria de Orleans, Príncipe de Joinvile, que casou com Dona Francisca Carolina, princesa da Casa de Bragança, irmã do Imperador Pedro II, do Brasil.

Joinvile é sede de Comarca e Têrmo.

Seu eleitorado, em 1958, era de 27 732 eleitores.

Em 31-XII-1957, existiam os seguintes veículos no município:

a) Veículos a motor: Automóveis — 724, jipes — 28, ônibus e micro-ônibus — 24, camionetas — 324, motociclos — 289, ambulâncias — 2, caminhões — 251 e tratores — 19.

b) Veículos a fôrça animada: Carros de 2 ou 4 rodas — 20, bicicletas — 22 275, carroças de 4 rodas — 1 220.

Joinvile é sede de Bispado, tendo sido seus bispos — D. Pio de Freitas e D. Gregório Warmeling (atual).

Na cidade está sediado o 13.º Batalhão de Caçadores.

Corpo de Bombeiros — Uma das instituições mais curiosas da coletividade joinvilense é, sem dúvida, o Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinvile, que tem prestado relevantes serviços à segurança da cidade. Sua fundação ocorreu em 13 de julho de 1892, em reunião convocada por Frederico Hudler, tendo sido eleito, nessa oportunidade, seu primeiro comandante, o Sr. Victor Müller. O seu primeiro quartel foi inaugurado em 23 de fevereiro de 1913 e o atual em 15 de julho de 1956.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

LAGUNA — SC

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — Quando em 1657, Salvador Correia de Sá e Benevides requereu à Coroa lusitana a doação de uma Capitania de 100 léguas de costa, a contar da Ilha de Santa Catarina, cinqüenta para o norte, outras tantas para o sul, nenhuma fundação estável existia ainda na costa meridional do Brasil, depois de Paranaguá.

Entretanto, na sua natural expansividade, espírito de aventura, com aquela "paixão de conquistar" que Frei Gastão da Madre de Deus reconhecia intensa na gente paulista, a costa sul foi aos poucos ficando conhecida, visitada de quando em quando por exploradores mais ou menos audazes que, à procura de minas e à caça de silvícolas, se aventuravam até mais longe pela terra desconhecida.

Apesar de instruída de tôdas as informações favoráveis recebidas em Lisboa, até 1658 não logrou andamento a petição de Salvador Correia de Sá e Benevides, não lhe sendo adjudicada a capitania pretendida.

Não é, entretanto, de duvidar que tivesse sido êste requerimento e estas informações de personalidades várias e destacadas da Côrte os fatôres que despertaram a atenção desta para as terras meridionais.

Tanto assim que, nesse mesmo ano de 1658, Manoel Lourenço de Andrade se instalava em São Francisco, com procuração do Marquês de Cascaes, herdeiro de Pero Lopes, para distribuir entre seus companheiros terras e sesmarias.

A Domingos de Brito Peixoto e seus filhos coube o convite para a colonização de Laguna.

Eram os Brito Peixoto gente ilustre, com fama de possuidores de grandes cabedais em São Vicente.

Lançando as vistas sôbre esta família, incumbiu o Govêrno ao seu chefe de alicerçar mais um centro de população no extremo da costa catarinense, prosseguindo ainda no plano de "povoar a costa para assegurar as fronteiras", escolha que era a um tempo atestado de lealdade e integridade moral, como de abastança, pois não mudara a política do centro de escolher para êstes empreendimentos os que pudessem por si sós realizá-los.

Tinha Domingos de Brito Peixoto por espôsa a Ana Guerra, filha de Francisco Rodrigues Guerra e de Ana Leme, também de gente ilustre paulistana. Deu-lhe a espôsa três filhos: Francisco, herdeiro das tradições paternas, leal, valente e capaz, continuador dos trabalhos do pai: Sebastião e Maria.

Vencidas as inevitáveis hesitações, com recursos próprios, armou Domingos de Brito Peixoto a sua bandeira destinada a fundar ao sul da ilha de Santa Catarina, à entrada, ou em lugar que mais conveniente julgasse do último dos três portos daquela freqüentada costa, uma povoação que se tornasse um marco vivo e palpitante do domínio lusitano.

A data da fundação, todavia, longe está de se poder ter como definitivamente assentada, aceitando a maioria dos autores, baseada na Carta Régia de 1682, citada por Azevedo Marques, a era de 1684. Entretanto, para outros cronistas, êste convite contido na aludida Carta Régia não é senão posterior ao que tenha Domingos de Brito Peixoto

fundado Laguna, o que teria realizado em data mais recuada.

De qualquer maneira, o que parece ser exato é que com êste fim, Domingos de Brito Peixoto, "com escravos, índios, mulatos e homens brancos", organizou a sua expedição partindo de Santos.

Não foi feliz, todavia, pois, desfavorecido por ventos contrários, viu-se impelido para o norte e acabou por soçobrar à altura do Espírito Santo, em cuja costa perdeu todo o material destinado à fundação e quase tôda a tripulação.

Uma segunda tentativa foi a natural conseqüência, já que aquela gente de ânimo viril não se deixava abater fàcilmente pelos revezes. Nova bandeira foi organizada, dividida em dois grupos, certamente para assegurar o êxito da emprêsa: uma ganharia Laguna por mar; outra procuraria alcançá-la por terra.

A boa sorte desta vez favoreceu o conquistador e ambos os grupos alcançaram o ponto almejado e, ao chegar aos areais sulinos, a que por terra em quatro longos meses jornadeara, lá encontrou fundeado o barco que ao outro havia transportado.

Não foi sem luta com os naturais que pôde o conquistador ocupar a terra cobiçada, tendo-lhe saído à frente, com seus guerreiros, o cacique de nome Tairanha, perdendo Brito Peixoto no encontro alguns homens.

Tendo afinal cessado os desentendimentos e acalmados os aborígines, pôde êle ocupar-se com a fundação da sua aldeia e dispor os seus homens.

O primeiro cuidado do desbravador foi a edificação de um templo dedicado ao padroeiro de sua aldeia, Santo Antônio de Lisboa, cuja imagem teria sido milagrosamente achada na praia.

A construção dessa Igreja, que é a parte da capela-mor da atual, teve início em 1696.

Depois, faz-se silêncio sôbre os dias de Laguna. Nenhuma notícia elucidativa se encontra. Apenas se tem conhecimento de que "lançados êsses fundamentos, voltaram Domingos Peixoto e seus filhos a São Vicente".

Depois de sua mudança, Laguna ficara entregue à miséria de seus moradores, baldos de recursos de qualquer natureza e esquecidos de todos, num abandono completo, para o qual, certamente, muito contribuía o cêrco que, em 1705, puseram os espanhóis à Colônia do Sacramento. Viviam êles da agricultura em pequena escala e da pesca, cercados por uma natureza que, se lhes garantia uma tran-

Vista aérea da cidade

Prefeitura Municipal

qüilidade completa, resguardando-os da ambição e da cobiça alheias, também não estimulava a maiores empreendimentos, capazes de impulsionar mais ativamente a vida da povoação.

Em 1714, o Governador do Rio de Janeiro, D. Francisco de Távora, pretendendo dar maior expansão aos trabalhos no sul e prevendo a possibilidade de novas campanhas elevou a povoação, à município, com a denominação de Santo Antônio dos Anjos da Laguna.

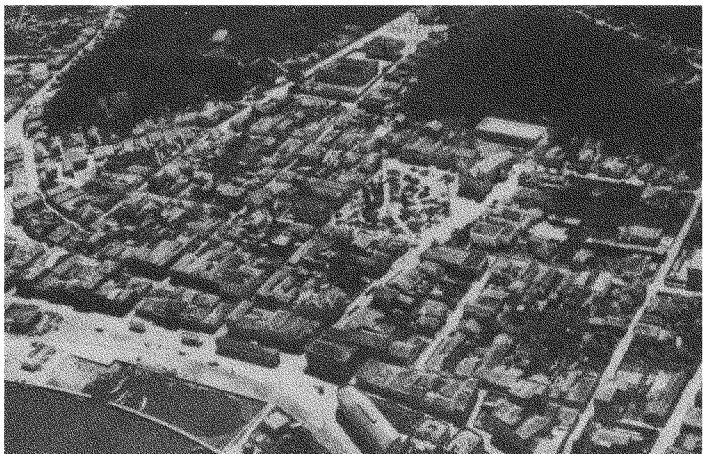
E foi ainda, dentro dêste programa de ação que D. Francisco de Távora, no ano seguinte, fêz voltar à sua função, o bandeirante Francisco de Brito Peixoto, então retirado em Santos.

Era outra vez o vicentista o homem necessário à Coroa para que pudesse firmar-se numa zona onde a fôrça e a tenacidade espanholas já se faziam sentir.

Êle próprio o relata ao Rei: "Senhor: No ano de 1715, estando eu na vila de Santos, já descansado pela idade e trabalhos que sofri por êstes sertões, mandou-me o Governador Francisco de Távora para esta povoação que meu pai Domingos de Brito Peixoto e eu povoamos à nossa custa, para examinar e abrir caminho para o Rio Grande de São Pedro e dali para as campanhas de Buenos Aires, estado em que se achava a nova Colônia do Sacramento, que então estava desertada dos nossos e dar-lhe de tudo notícia e do mais que houvesse de novo por esta costa e aquelas partes".

Cumprindo à risca as ordens recebidas, Brito Peixoto continua a obra anteriormente iniciada, abrindo novos caminhos para o sul.

Várias entradas feitas, avançando sempre pela campanha, assinalando os acidentes, em jornadas penosas e fatigantes, o sonho maravilhoso de uma mina fabulosamente rica, que libertaria a todos do sacrifício de tantos trabalhos e das fadigas de tantos dias, brotou na imaginação daquelas naturezas rudes e crentes. No ano de 1717, um índio surgindo em Laguna leva notícias de minas de prata ao pé de morro longínquo nas proximidades do Jacuí. Prepara-se a expedição e, após quinze dias de penosa marcha, chega finalmente ao monte isolado, denominado Botucaraí, onde se encontra a prata até então inexplorada.

Os exploradores, no entanto, são recebidos a flechaços. Os indígenas e os Padres da Companhia que ali possuíam um aldeamento e exploravam o corte da erva-mate, os receberam com a hostilidade natural da época. A avançada

estaca e converte-se numa debandada que, em oito dias, chega de volta à Laguna.

Mais uma vez volta Brito Peixoto a São Paulo, mas o destino lhe reservara a sua fundação para abrigo do corpo cansado de bandeirante, ao final da sua carreira audaz.

A 20 de janeiro de 1720, verificou-se a instalação da vila. Por essa época, apareceu na vila o Ouvidor Rafael Pires Pardinho, que andava em correição, homem notável pelos seus conhecimentos, pela ponderada atitude no decretar medidas tendentes a organizar e regularizar a vida dêstes pequenos núcleos e pelo acêrto de suas decisões. Encontrou êste ilustre ministro a vila com 42 casas de pau-a-pique, cobertas de palha e seu arruamento regular, contendo 300 pessoas que comerciavam em farinha, peixe sêco, carnes salgadas e cordoaria de cipó-imbé.

Iniciando os seus trabalhos, procurou determinar as providências mais cabíveis, quais as referentes ao arruamento e às construções; instituiu o rocio e demarcou as áreas de servidão pública (que já haviam sido para isto reservadas pelos Brito Peixoto); criou os livros, regularizou as eleições para juízes ordinários e conselho; proibiu o cativeiro dos carijós e que se desse mau trato aos que chegassem das campinas do Rio Grande; incentivou o comércio com êste e com os portos do norte, obtendo facilidades; impediu o comércio ilícito com os silvícolas e, pela primeira vez, deu limites à jurisdição da vila, que abrangia as terras que se estendiam da ponta norte da enseada das Garoupas, para o sul, incluindo no têrmo a Ilha de Santa Catarina. Teve início uma nova fase na vida da vila.

Em 1720, Brito Peixoto é prêso pelo juiz da vila, ao que se supõe por motivo de intrigas. Em 1720, no entanto, livra-se da prisão e recebe ordens de prender Manoel Manso de Avelar, acusado de crime de contrabando.

Em 1.º de fevereiro de 1721, Brito Peixoto retorna à vila, nomeado que fôra Capitão-Mor de Laguna.

Em 1725, impedido de prosseguir na conquista do sul, pelos moradores de Laguna, os quais alegavam que não poderiam ficar desamparados e sem govêrno, despachou Brito Peixoto, uma frota, com João de Magalhães, seu genro, à frente, para a conquista do Rio Grande, de cuja emprêsa a expedição, após inúmeros obstáculos e sacrifícios saiu vitoriosa.

Em 1726, sofre Laguna a primeira divisão territorial, sendo demarcados os limites entre ela e Destêrro, pelos morretes existentes ao norte da Garopaba.

Em 1728, Francisco de Souza Faria abre a primeira estrada que ligaria o litoral com o planalto, no sítio denominado Conventos, à barra do rio Araranguá. A estrada alcança Curitiba, um ano após.

De Laguna partiu o desbravamento do solo gaúcho.

O ano de 1735 seria o derradeiro da vida do Capitão-Mor. Em 31 de outubro daquele ano, morre Francisco de Brito Peixoto, legando seu nome à imortalidade. Não faltou, entretanto, jamais, à finalidade que fêz arrancar de São Vicente o bandeirante opulento para vir morrer na indigência de sua fundação: — foi sentinela avançada no extremo sul, amparando e assistindo a expansão lusitana e, com sacrifício da sua vida e pela audácia da sua gente, deu o Rio Grande ao Brasil.

Pouco mais de um mês, após a morte de Brito Peixoto, chega a Laguna, Francisco Pinto Bandeira, comunicando que os castelhanos haviam novamente sitiado a Colônia do Sacramento, tendo esta enviado a Laguna, o Tenente Manoel Pereira do Lago, em busca de provisões.

Já então fôra transferido da Ilha de Santa Catarina para Laguna, com o título de Regente, Sebastião Rodrigues de Bragança.

De Laguna partiram os recursos solicitados pela Colônia, que sustentava heróica resistência.

Em Laguna ficara o Tenente Manoel Pereira do Lago, com o fim de continuar a angariar socorros. Logo depois de Lago, a 23 de julho, chegou à Laguna Cristóvão Pereira de Abreu, nomeado recrutador. Tão severo foi o recrutador, que por pouco Laguna não fica despovoada, ficando nela apenas alguns homens velhos.

A Silva Pais coube a incumbência da libertação da Colônia Sacramento do cêrco. Cessado êste, Laguna, carecendo de recursos e de braços para a lavoura, decaiu enormemente e quando por sugestão da Câmara da vila, pretendeu o Govêrno mandar casais para o Rio Grande, parte da sua gente já havia emigrado para as estâncias e o resto de seus homens já havia marchado para a defesa da conquista.

A 4 de janeiro de 1742, a vila de Laguna é desmembrada do Govêrno de São Paulo e integrada ao do Rio de Janeiro.

Vinte e quatro anos mais tarde, em 1776, se verifica o ataque à fortaleza de Santa Tecla por Rafael Pinto Bandeira.

Por Carta Régia, de 11 de novembro de 1797, foi criado o distrito de Laguna.

A 12 de outubro de 1882, vereadores da Câmara fazem solene aclamação ao Imperador e enviam-lhe cumprimentos pela sua elevação ao trono.

Organizado o novo ministério, por D. Pedro, em 20 de março de 1831, é a Pasta da Justiça entregue ao catarinense Manoel José de Souza França, natural de Laguna.

A 29 de julho de 1839, a pequenina vila de Laguna engalana-se. Naquele momento, a Câmara Municipal acabara de declarar o Estado Catarinense "Livre e Independente" e sujeito ao mesmo sistema Republicano Rio Grandense. Com a presença dos vereadores, Tenente Vicente Francisco de Oliveira, Domingos Custório de Souza, Antônio José de Freitas, José Pereira de Carpes, Floriano José de Andrade e Manoel Luiz da Silva Leal, acompanhados do Secretário José Pinto dos Reis, reunira-se a Câmara da vila sulina, que havia sido ocupada uma semana antes pelas fôrças farroupilhas e, de acôrdo com as instruções enviadas em ofício por David José Martins — o Canabarro — Chefe das mesmas tropas republicanas, ofício que foi lido na ocasião, proclamara sob a proteção das armas rio-grandenses, a República e o Estado livre.

Havia três anos que o gaúcho se lançara nas incertezas de uma campanha cruenta, sujeitando-se a todos os sacrifícios, a fim de conseguir maior liberdade para seu rincão nativo.

Entre dias de vitória e momentos de revezes, nas alternativas freqüentes de um prélio disputado, haviam-se es-

Vista aérea parcial da cidade

coado aquêles anos e nêles ia a campanha farroupilha ficando assinalada como uma página épica de abnegação e de renúncia, como uma epopéia de sangue e de glória. Aquela gente que trazia em si o destemor dos bandeirantes de Laguna, sentira crescer-lhe a audácia no pampa imenso. O ambiente fê-la aguerrida e forte, nutrindo desamor à vida e idolatria pela liberdade. Inócuos lhe haviam sido os tempos. A sua Província, que tinha ajudado a conquistar a ousadia castelhana, jazia abandonada, carecendo de todos os serviços públicos, sem escolas e sem caminhos, e sujeita a um regime tributário asfixiante. O gaúcho, apesar de esquecidos os serviços que prestara, vítima da ingratidão geral, abafava na garganta, o grito de rebeldia. A política regencial, entretanto, centralizando o poder, cerceava, cada vez mais, a liberdade dos homens livres de São Pedro e, quando êste sentiu que não eram mais compatíveis índole e regime, montou, tomou da lança e passou a guerrear pela sua autonomia, a reivindicar de armas na mão os direitos que se lhe negavam. Decorrente dêste anseio de autonomia local surgiu a idéia de secessão, parecendo-lhe que a sua separação do Império fôsse o único meio de conquistar a sonhada liberdade. Alimentava-a a política antibrasileira do Prata, que envidava esforços para que se acentuasse o separatismo gaúcho. E o farrapo, um maltrapilho, com um ponche e uma lança mas com um coração e um ideal, funda uma República.

O impulso secessionista não poderia durar muito, porque não o alimentava o ódio aos demais brasileiros, antes um desejo de cooperação, de união, de federação se encontrava nos chefes farroupilhas. E por isso, mais alto que o anseio republicano falou o sentimento pátrio e Canabarro pôde responder a Rosas, que lhe havia feito oferecimento de auxílio contra os imperiais, em 1844: "Senhor, o primeiro dos vossos soldados que transpuser a fronteira, fornecerá o sangue com que assinaremos a paz de Piratini com os imperiais, pois acima do nosso amor à república está o nosso brio de brasileiros. Quisemos ontem a separação de nossa pátria, hoje almejamos a sua integridade ..."

Santa Catarina contava inúmeros partidários da república, sem qualquer nódoa de separatismo — não só no litoral, mas também no planalto.

Laguna tornara-se o centro das simpatias republicanas e aliava-se de coração à causa rio-grandense. Na terra-mãe, procuraram refúgio inúmeros elementos do Rio Grande que fugiam às perseguições dos legais. Laguna os recebia com carinho e a população abria-lhes os braços hospitaleiros, com inequívocas manifestações de simpatia. As próprias autoridades não se alheiavam a êstes sentimentos e manifestavam cuidados com os imigrados. O juiz de Paz, João Thomaz de Oliveira Tavares socorreu-os com pecúnia aos cofres públicos e, pedindo aprovação para êste ato, ao Presidente da Província, afirmava que, se a não obtivesse, de seus próprios haveres tiraria para auxiliar os refugiados.

A tropa confraternizava com a população, alimentando os mesmos sentimentos.

Em Destêrro e em São José, não eram menores as simpatias pela causa revolucionária, contando-se, na primeira, o juiz de Paz José Antônio Rodrigues Pereira, Francisco Duarte Silva, Pinto da Luz, João Francisco de Souza Coutinho e Joaquim Cardoso; em São José apontava-se o Coronel Xavier Neves como chefe republicano da Província e adiantava-se que até as bandeiras da nova república já se achavam em seu poder.

Na Enseada de Brito, o respectivo Vigário Padre Vicente Cardoso era elemento exaltado. Todavia, depois do desastre de Fanfa (4 de outubro de 1836), os entusiasmos esfriaram e calaram-se os exaltados, conservando-se na expectativa, até o ressurgimento da campanha dentro dos limites da Província, em 1838 e 1839.

José Mariano havia lançado, em janeiro de 1836, um Manifesto concitando as populações a conservarem fidelidade às instituições monárquicas e a se manterem dentro da ordem. Pouca ou nenhuma eficiência teve.

O povo conservou a sua fé e a sua esperança, apesar das alternativas da peleja, esperando confiante e pacientemente a instalação do regime republicano. Daí o íntimo júbilo, em 1838, quando os revolucionários farroupilhas, atingiram Lajes, invadindo-a com 1 300 homens, sob o direto comando de José Mariano de Mattos, Ministro da Guerra da República Rio Grandense. Deu-se a invasão a 9 de março e, dois dias depois, a população da vila planaltina ouvia a proclamação da Independência e da República, passando a colaborar com as fôrças rebeldes. Trataram logo os farrapos de alcançar o litoral da Província e sublevar dêste modo, totalmente, Santa Catarina. E, enquanto contingentes se preparavam na serra, no sul, uma expedição era entregue ao comando de David Canabarro, encarregando-se Garibaldi da parte do ataque por mar. Difícil foi sem dúvida esta emprêsa, pois José Garibaldi achava-se com dois lanchões armados, o Farroupilha e o Seival "engarrafados" no saco Capivari e com a saída cortada pela barra do Rio Grande, em poder dos imperiais. Mas, não se impressiona o caudilho com a dificuldade. Acode-lhe a idéia de transportar por terra os dois lanchões e atira-se à empreitada com notável afinco. Em seis dias aprontaram-se sólidas carretas e no sétimo repousavam os navios sôbre elas. Era o dia 5 de julho, quando a estranha e impressionante caravana se pôs em marcha pelos areais gaúchos, vagarosamente.

A 11 de julho, mergulhavam a Farroupilha e o Seival as quilhas nas águas do Tramandaí e a 14 atravessaram a barra e desfraldaram ao vento do Atlântico o pavilhão da Piratini, fazendo-se de viagem para Laguna.

John Griggs comandava o Seival, Garibaldi o Farroupilha. Aquêle, sólido e valente, enfrenta e resiste ao temporal que se desencadeia; êste desarvorado, naufraga entre o Manpituba e Araranguá e perde Garibaldi, no naufrágio, os seus mais caros companheiros. Com 14 restantes, enceta marcha para Araranguá, a fim de reunir-se a Canabarro. A vanguarda aproximara-se de Laguna. Anteriormente, Felipe José de Souza Leão, alcunhado Felipe Capote, descera de Vacaria, com um punhado de farrapos. Atravessa o Araranguá, ataca com felicidade o destacamento da Guarda Velha, faz debandar os do Camacho, da Carniça e do Passo da Barra e apresenta-se diante de Laguna, ali conservando-se até 24 de junho, sustentando fogo com os legais.

De Lajes, Serafim Muniz de Moura descera com pouco mais de uma centena de cavalarianos, tendo a sua coluna apoiada por outra comandada por Marcelino Soares da Silva, e atingido as Laranjeiras, em frente às Cabeçudas. Iam assim convergindo sôbre Laguna as fôrças republicanas e o Seival já se achava na Lagoa do Camacho. Entretanto, o Govêrno providenciara para a manutenção da praça: Fôrças de terra, comandadas pelo Coronel Vilas Bôas do Exército e da Guarda Nacional esperavam os farrapos dispostas para a luta. Os navios imperiais Itaparica e Cometa se encontravam no pôrto, reforçados pelos lanchões armados em guerra, Lagunense, Santana e Catarinense. Mas a bravura dos rebeldes vinha sendo abençoada pela fortuna. Ao apontarem os republicanos à praia da Barra, a Itaparica e a Lagunense hostilizam-nos com as suas baterias. O Seival, ao mando de Garibaldi, acode de um para outro lado, os pontos de combate. A noite desce — 21 de julho — sem vantagens para os republicanos da coluna, e na manhã seguinte, mal desponta o dia, recomeça a luta. Garibaldi sobe o rio Tubarão, procurando sempre apoiar a fôrça de terra. Sai-lhe à frente, no entanto, o lanchão Imperial Catarinense, ao mando de José de Jesus, lagunense, ao serviço das armas legais, nas proximidades de Carniça. Trocam o fogo das suas peças, engaja-se o combate. De terra, onde se haviam entrincheirado, os rebeldes do cabo Manoel de Castro Oliveira hostilizam o lanchão. A Lagunense atende ao combate, vindo em socorro de José Jesus, mas cai em poder de Garibaldi. Então, José de Jesus não hesita. Abre o costado do seu lanchão, ateia-lhe fogo e com seus homens embrenha-se pela mata, indo apresentar-se na Capital dias depois, sendo incluído na esquadra legal de Mariath. Prevenido Vilas Bôas da marcha das operações, e achando que não poderia oferecer resistência, ordena a retirada e põe-se em marcha para o norte. Da pequena flotilha que defendia Laguna, apenas o Cometa consegue sair da barra e levar a João Carlos Pardal, que era no momento o Presidente da Província, a notícia dos acontecimentos. A Itaparica e a Santana encalharam e o comandante da primeira, Tenente Alves Branco, ao aceitar a rendição, fêz questão de que constasse que a aceitava não por covardia, mas porque o seu navio estava encalhado e não se sentia obedecido pelos seus subalternos.

Custou a ocupação de Laguna, um soldado aos farrapos e 17 aos legais. Setenta e sete prisioneiros, inclusive 5 oficiais, fizeram os republicanos, neste dia, 22 de julho, data da tomada da pequena vila de Brito Peixoto.

Canabarro dispunha sôbre a nova organização, em Laguna, e tomara as providências de tal modo que, a 29 de julho de 1839, se proclamava a República Juliana.

Proclamada a República, trataram os revolucionários de marcar para logo as eleições do Presidente e do Ministério.

A 4 de agôsto, fazia-se a inscrição dos eleitores, de acôrdo com a Lei imperial (cada cem fogos daria um eleitor); a 6, organizava-se a mesa que presidiria às eleições e, a 7, estavam escolhidos os dirigentes da nova República. Na manhã dêsse dia, o Padre Vilela de Araújo rezou solene missa, assistida pelos chefes republicanos, pelos eleitores da Paróquia e por grande número de pessoas. O júbilo era manifesto e o entusiasmo grande. Da Matriz, após a oração sacra pronunciada pelo celebrante, dirigiram-se os eleitores, acompanhados de grande massa popular para a Casa da Câmara, procedendo, então, a eleição. Para Presidente da República foi escolhido o Coronel Joaquim Xavier Neves, de São José, por 17 votos, contra 4 dados ao Padre Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro, da Enseada de Brito.

Resolvera-se que o Ministério seria também, democràticamente, eleito diretamente pelo povo e, como faltasse legislação a respeito, aos cidadãos locais, de influência e posição social, foi entregue a missão de proceder à escolha dos Ministros. Compareceram 171 eleitores e foram sufragados os nomes de Antônio José Machado, Vicente Francisco de Oliveira, José Pacheco dos Reis, João Antônio de Oliveira Tavares, Antônio Claudino de Souza Medeiros e Padre João Jacinto de São Joaquim, pároco de Tubarão, além de outros nomes menos votados. A 2 de setembro tomava posse êste Ministério.

Enquanto os homens lutavam e arregimentavam as fôrças da nova República, organizavam-lhe os negócios, regulavam a sua vida e alicerçavam as instituições, subvertendo a vida tranqüila de Laguna — na Barra, cujas casinhas na encosta do morro dominavam a pequena flotilha de Garibaldi, começa o primeiro capítulo de um romance de amor que se transformava em longa e sofredora epopéia: Giuseppe Garibaldi a Anna de Jesus Ribeiro.

Êle, o farrapo destemido, barbado, vigoroso, um caudilho, um aventureiro. Ela, Anita, filha de Bento Ribeiro da Silva e de Maria Antônia de Jesus — uma jovem cabocla, bela e de temperamento ardente. Êle amou-a por que ela era bela e simples; ela, porque êle era valente e audacioso. Ao romance se opunham o pai dela e o matrimônio contraído com Manoel Duarte — mas Anita, apaixonada, não hesitou em abandonar o lar para jogar-se à aventura com o farrapo, donde deveria sair com êle, para a imortalidade.

Os primeiros Decretos do Govêrno da Laguna datam de setembro de 1839. Canabarro foi promovido a General do Exército Catarinense (Decreto n.º 1, de 5 de setembro); Laguna foi elevada à categoria de cidade — Cidade Juliana de Laguna — e a Capital Provisória do Estado (Decreto n.º 2, do dia 10), com o seu pôrto franco ao comércio de tôdas as nações (Decreto n.º 3). Instituiu o Govêrno as côres da nova República, que ficaram sendo o verde, o

branco e o amarelo (Decreto n.º 4) e inclui como parte integrante do novo Estado Livre o Município de Lajes (Decreto n.º 11, do dia 17). Ficaram abolidos os impostos sôbre o comércio do gado e sôbre a indústria pastoril. A êsse tempo, Garibaldi preparava alguns navios para a guerra: o Rio Pardo, capitânia, sob o seu comando, o Caçapava, comandado por Griggs, o Seival, a Itaparica sob o comando de José Henriques. Em meados de outubro, recebeu o chefe da esquadra juliana ordens de se fazer ao largo para atacar as bandeiras imperiais que cruzavam a costa do Brasil. A 20 daquele mês, Garibaldi saía barra afora, para o corso, levando já, sôbre o convés do Rio Pardo, a famosa Anita, que abandonara a casa para acompanhá-lo à luta e à glória.

As fôrças de terra, comandadas por Teixeira Nunes, logo após a queda de Laguna, haviam avançado sempre sem menores contratempos e, tomada Garopaba, haviam acampado em Massiambu, nas proximidades do forte Araçatuba, que também se revoltou e aderiu à causa republicana, sendo assassinado na ocasião, por seus comandados, o Tenente Pedro Fernandes Ortunho.

Ia começar a fase decisiva da luta. Andréa dispunha as tropas e organizava novos contingentes. Na Capital, reunira um batalhão de 500 jovens e pouco depois, na Serra, conseguia organizar outro, sendo que na Colônia de São Pedro de Alcântara também se recrutou gente. Vinte pequenos navios, comandados por Frederico Mariath, já se encontravam prontos para entrar em ação.

A 27 de setembro, inicia-se a mesma e já contaram nesse dia, os imperiais, para as suas armas, a primeira vitória, expelindo os rebeldes de Massiambu. A ação desenvolveu-se no mar e em terra, sendo comandante das fôrças de terra o Coronel José Fernandes dos Santos Pereira e das marítimas o próprio Comandante Mariath, com os seus navios Cometa, Camarão, 1.º de Abril, Dois Irmãos e vários lanchões pequenos. Na ponta da Pinheira, dois esquadrões da Cavalaria republicana atacaram as fôrças que desembarcavam dos navios, enquanto José Fernandes avançava sem ser hostilizado e horas mais tarde pôde entrar na peleja, decidindo o resultado da luta, levando por diante os dois esquadrões que se defendiam bravamente, mas que não puderam resistir ao ímpeto das fôrças imperiais e ao seu número. Resultou assim, favoràvelmente, aos legais, o primeiro encontro havido entre as fôrças adversárias. E, sempre acossados pelos homens de José Fernandes, recuaram os farrapos de Massiambu para o Embaú, dêste a 17 de outubro, para Garopaba, e finalmente, desta para Laguna, onde se travaria o derradeiro combate, o mais cruento e disputado.

Garibaldi, entretanto, com os seus três pequenos navios, saíra ao encontro das bandeiras imperiais que cruzavam o sul do Brasil. Não demorou o encontro e o Rio Pardo viu-se atacado pelos navios legais, sem poder sustentar o combate, por se ter afastado o Caçapava, devido à cerração, e por que uma das peças do Seival se inutilizara. Arriba a Imbituba. Mas no dia 4 de novembro, surgem, nas proximidades dêste pôsto, a Andorinha, a Bela Americana e o Patagônia, da frota de Mariath e trava-se o combate entre êles e o Rio Pardo, apoiado por uma bateria de terra, organizada com canhões do Seival. As per-

Vista parcial da Rua 15 de Novembro

das que então sofre o republicano são notáveis, mas mesmo assim mantém os imperiais à distância. A cada bordada, despejam êstes sôbre o convés do pequeno barco farroupilha o fogo das suas peças. Uma saraivada de ferro e fogo varre, de instante a instante, a trincheira de Garibaldi. Anita sôbre o convés do Rio Pardo, de carabina em punho, bate-se com o denodo do mais valente soldado. Uma granada, batendo de encontro à amurada do navio, joga-a ao chão. Acode o "condotier" e implorava que se guarde ela e se refugie no porão. E a jovem lagunense desce e, momentos depois, traz à sua frente dois ou três marinheiros, que temerosos se haviam abrigado ali, atirando-se novamente à peleja.

Desce afinal a noite e Garibaldi lança sua cartada: ilude a vigilância adversária, rompe a linha da sua guarda e, na manhã seguinte, acolhe-se à Laguna, onde encontra, já abrigada, a Caçapava.

A derradeira cartada ia ser jogada.

Mariath reúne a sua esquadra em Imbituba, arvorando o seu pavilhão no Eolo, enquanto o Coronel Fernandes Pereira reunia as fôrças de terra na Vila Nova. Terminados os preparativos, investem todos sôbre a Capital da República Juliana.

Em Itapirobá, Canabarro à frente do exército republicano, composto de cêrca de 1 200 homens, aguardava o imperial, em semi-círculo, defendendo a entrada da barra da Laguna, as insignificantes unidades da esquadra Garibaldina: Itaparica, Seival, Rio Pardo, Caçapava e os leões que a tripulavam: Griggs, José Henriques, Garibaldi, Anita. Ao Alto, o pequeno forte da barra a apoiar a ação da flotilha. E, em terra e no mar, travou-se a peleja, engajou-se o combate.

"O combate foi o mais mortífero e horrível que se poderia imaginar", diz Garibaldi nas suas memórias.

Para preservar Anita do fogo cerrado, envia-a a Canabarro, a pedir socorro, esperando que êste a retivesse. Mas o General já vinha recuando e Anita volve para junto de Garibaldi e não treme nem se apavora ante o inferno que arde a seus pés. A fuzilaria era intensa. "Um verdadeiro açougue de carne humana, caminhava-se sôbre cabeças separadas do tronco e a cada passo tropeçava-se em membros dispersos". O Comandante da Itaparica, José Henriques, jazia no meio de dois terços da sua equipagem: uma bala lhe tinha feito no peito um buraco capaz de deixar passar um braço. O infeliz John Griggs tinha o

corpo partido em dois, por um tiro de metralha recebido à queima roupa. O busto ficara de pé, no convés da Caçapava com o rosto intrépido, ainda purpureando pelo ardor do combate, mas o resto do corpo mutilado."

Há lances de bravura de lado a lado. A pressão dos imperiais é grande. Canabarro vai cedendo terreno e o combate naval também está a decidir-se. Cumprindo ordens, Garibaldi e Anita começam a transportar para terra, numa frágil canoa, os armamentos e munições de que dispunham os navios, sob vivo fogo da esquadra de Mariath. Aquêles resistem no Forte da Barra à impetuosidade dos legais. Mas logo começam a ceder. As embarcações atacantes começam a penetrar a barra. Garibaldi lança fogo à Itaparica e, quando esta ia ser tomada à abordagem, explode, levando pelos ares os corpos mutilados dos defensores da República Juliana. Durou três horas a refrega e a fuga dos Republicanos encerrou a épica tomada da Laguna.

Às cinco horas da tarde, a esquadra de Mariath entrava a barra e deitava ferros no Magalhães, ao mesmo tempo que as fôrças de terra entravam pelo lado oposto da cidade.

Era o dia 15 de novembro de 1839, marcou êle o fim da República Catarinense.

Profundo desgôsto lavrava já em Laguna contra os revoltosos sulinos. A república, antes de vencida já estava desmoralizada no conceito dos homens de bem da Laguna, desacreditada aos olhos dos próprios republicanos mais ardorosos e exaltados.

"A cordura dos primeiros tempos das fôrças rio-grandenses fôra transmudada em contínuos atos de orgulho, de desrespeito, de atrocidades, desgostando imensamente a população, determinando o afastamento dos mais sensatos e prudentes e a repulsa dos mais exaltados dos republicanos catarinenses".

Com efeito, os catarinenses de Laguna ansiavam desiludidos dos seus sonhos de democratas, pela retirada das fôrças rio-grandenses "e os desatinos e massacres ordenados por Canabarro chegaram ao auge. Imaruí, à sua ordem, foi saqueada (7 de novembro) e alguns republicanos dignos, José Pinto dos Reis, Francisco Barreiros, Padre Vilela de Araújo, além de outros, foram assassinados fria e bàrbaramente. O Padre Vilela de Araújo foi castrado pelos soldados farroupilhas. Canabarro tornara-se um déspota; os seus oficiais procediam duramente e de maneira ultrajosa; a sua soldadesca vivia procedendo rapinas, maus tratos e vexames de tôda a ordem contra uma população que tão bem havia recebido as hostes republicanas. Tudo contribuía para que as simpatias pelas causas se alienassem. À primitiva simpatia, substituía, agora, o pavor e o desprêzo.

Tiveram os farrapos para mais de cem baixas no cruento combate de retomada de Laguna, contando os legais, segundo a parte do combate de Mariath, 17 mortos e 38 feridos.

Depois da queda da cidade Juliana, os remanescentes das hostes farroupilhas procuraram o caminho de Lajes. A 14 de dezembro, no passo de Santa Vitória, sôbre o Pelotas, Garibaldi e Teixeira derrotam as fôrças do Coronel Francisco da Cunha Xavier, que encontrara a morte no combate, chegando a coluna revolucionária a Lajes. Em janeiro de 1840, às margens do Marombas, no Campo das Forquilhas, os legais, a mando do Coronel Antônio de Melo e Albuquerque tomam revanche, desbaratando as fôrças farroupilhas. Anita cai prisioneira nesse combate, mas consegue evadir-se e internar-se com o intrépido Garibaldi pelas coxilhas sulinas, revelando, em tôdas as horas, a mesma coragem, o mesmo valor, a mesma dedicação e alimentando sempre o mesmo grande amor. Já no Rio Grande dá à luz o seu primeiro filho. Até 1842, conserva-se no Rio Grande, sempre lutando e sofrendo, passando nesse ano para Montevidéu, onde se casa com o herói italiano.

Pobres em extremo, a luta agora é para a manutenção do lar. Em 1847, parte Anita para a Itália, com três filhos, e no ano seguinte Garibaldi segue a encontrá-la.

Depois, a campanha na Itália que consagraria a filha de Santa Catarina heroína dos dois continentes, o seu martírio, a sua morte e a sua glorificação.

Sobreviveu-lhe Garibaldi para chorar a companheira decidida e amorosa. "Anita conheceu-me na desgraça e náufrago, e mais do que por meu mérito, por minha desgraça se prendeu e a desgraça nos uniu para sempre. Única no mundo, que hoje choro e chorarei tôda a minha vida".

Terminava a aventura farroupilha em Santa Catarina.

Findava a República Juliana.

Vencida a revolução e tornados sem efeito seus atos foi Laguna reconduzida à mesma categoria, pela Lei provincial n.º 239, de 15 de abril de 1847, cujo teor era o seguinte:

Antero José Ferreira de Brito, Presidente da Província de Santa Catharina.

Faço saber à todos os seus Habitantes, que a Assembléia Legislativa Provincial Decretou, e eu Sanccionei a Resolução seguinte.

Artigo Único — Ficão elevadas á Cathegoria de Cidade as Villas de Santo Antonio dos Anjos da Laguna, e de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco, conservando estas mesmas denominações; revogadas as disposições em contrário.

Mando portanto, á todas as Autoridades, á quem o conhecimento e execução da referida Resolução pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente, como n'ella se contém. O Secretário desta Provincia a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Governo da Provincia de Santa Catharina, aos quinze dias do mez d'Abril de mil oitocentos quarenta e setem vigesimo sexto da Independencia, e do Imperio.

(L. do S.) Antero José Ferreira de Brito.

Publicada, e Sellada n'esta Secretaria do Governo da Provincia de Santa Catharina, em 20 d'Abril de 1847.

João Francisco de Souza Coutinho.

Registada a folhas 41 V. do Livro 3.º de Leis Provinciaes. Secretaria do Governo da Provincia de Santa Catharina, 20 d'Abril de 1847.

José Caetano Cardozo."

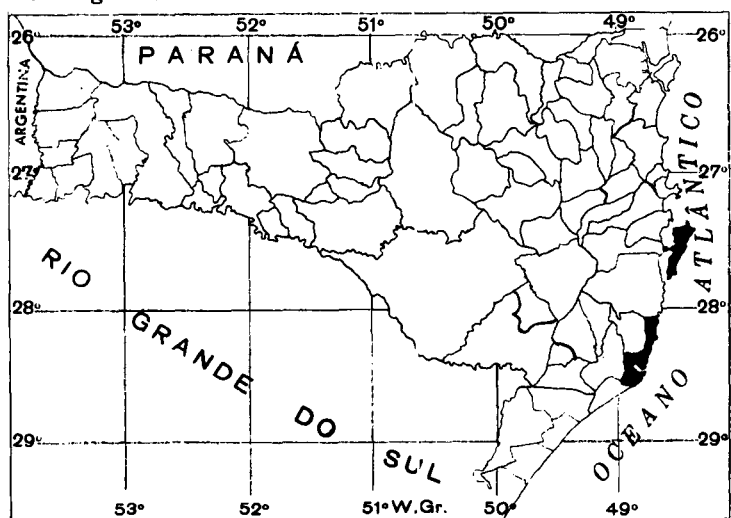
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — A Comarca de Laguna foi criada pela Lei provincial número 411, de 17 de abril de 1856, sob a denominação de "Santo Antônio dos Anjos da Laguna" e instalada a 9 de maio do ano seguinte.

O seu quadro administrativo e judiciário, em 1.º de março de 1958, era o seguinte: Comarca, Têrmo e Município: Laguna. Distritos componentes: Laguna (sede), Henrique Lage, Mirim, Pescaria Brava e Ribeirão Pequeno.

A Comarca de Laguna abrange ainda o município de Imaruí, constituído dos distritos: Imaruí (sede), Praia Redonda, Rio d'Una e Vargem do Cedro.

A Lei estadual n.º 348, de 21-VI-958, desmembrou do município de Laguna o território que passou a constituir o município de Henrique Lage.

A legislatura vigente foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito, o Sr. Walmor de Oliveira. A Câmara da Municipalidade foi constituída com 11 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Laguna se localiza na zona fisiográfica de Laguna. A cidade situa-se a 101 km, em linha reta, da Capital do Estado. Possui as seguintes coordenadas geográficas: 28° 28' 54" de latitude sul e 48° 46' 56" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal situa-se a 4 metros acima do nível do mar, sendo a 10.ª cidade em ordem crescente de altitude no Estado.

CLIMA — O clima em geral é bastante quente, apesar dos constantes ventos soprados do norte. No verão é sêco, alcançando a temperatura, em alguns lugares, mais de 35°C. Também nessa estação, predominam as chuvas, acompanhadas de fortes trovoadas. No inverno, o tempo é úmido verificando-se baixas de temperaturas ocasionadas pelos ventos do quadrante sul.

ÁREA — O Município tem a superfície de 493 km², figurando em 59.º lugar em relação às áreas dos demais municípios catarinenses.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos no Município são: a cachoeira do Ribeirão Pequeno, com 3 quedas d'água naturais; a cachoeira do Parobé, com 2 quedas d'água; a ilha das Araras e a ilha dos Lobos, ambas distantes 5 km da praia de Laguna; o rio da Madre, que corre em direção oeste-leste; o rio Tubarão, navegável até a cidade de Tubarão; e o rio d'Una, que corre em direção norte-sul e tem como afluente o rio Araçatuba; os morros do Cupido, Sertão do Siqueiro e do Siqueiro, êste o de maior altitude (860 metros) e o do Mirim; as lagoas Garopaba do Sul, com 9 km de comprimento, Santo Antônio dos Anjos, Imaruí e Mirim, com 15 km de comprimento cada uma, e a de Santa Marta, com 5 km de comprimento.

Jardim Calheiros da Graça

RIQUEZAS NATURAIS — Como fontes de riquezas naturais encontramos, entre as de origem mineral, as conchas para cal e pedras para construção; nas de origem vegetal, a crina e lenha são as principais; nas de origem animal a mais explorada é a pesca, praticada em grande escala.

POPULAÇÃO — A população de Laguna, segundo o Recenseamento de 1950, era de 38 189 habitantes e tinha a seguinte composição, quanto ao sexo e à côr: homens 18 783 e mulheres 19 406; brancos 35 380, pardos 932, pretos 1 813 e 74 não declararam a côr. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 21 026, 7 104 eram solteiros, 12 407 casados, 12 desquitados, 1 429 viúvos e 86 não declararam o estado civil. Existiam 64 estrangeiros, 23 brasileiros naturalizados e 7 não declararam a nacionalidade. Em religião, predominaram os que se declararam católicos, em número de 37 518; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade era de 77,4 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 3.º lugar no Estado em relação à densidade dos demais municípios de Santa Catarina. Predomina no Município a população rural, com a percentagem de 61,9% localizada nessa zona. Das menos elevadas no Estado, essa percentagem é inferior à média da população rural estadual, que é de 76,4%. Em relação aos municípios mais populosos em Santa Catarina, Laguna classifica-se em 15.º lugar.

A sede municipal, em relação às demais, coloca-se em 9.º lugar.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Em todo o Município contam-se 5 aglomerações urbanas: a cidade de Laguna, com 9 459 habitantes (4 458 homens e 5 001 mulheres) e as vilas de Henrique Lage, com 4 169 habitantes (2 063 homens e 2 106 mulheres), Mirim, com 322 habitantes (154 homens e 168 mulheres), Pescaria Brava, com 386

Igreja-Matriz Municipal

habitantes (183 do sexo masculino e 203 do sexo feminino) e Ribeirão Pequeno, com 313 habitantes (148 homens e 165 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A população econômicamente ativa de Laguna concentra-se, principalmente no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" (40%).

A importância do ramo "transportes, comunicações e armazenagem" (16%), decorre da existência no Município dos portos de Laguna e Imbituba; em seguida destacam-se as indústrias extrativas (14%), cujo relêvo se compreende por ser o Município um dos maiores produtores de pescado em Santa Catarina.

A atividade econômica distribui-se, portanto, entre êsses três ramos. A importância dos portos de Laguna e Imbituba é, para o Município, muito acentuada. As atividades agropecuárias compreendem principalmente a cultura da mandioca, a criação do gado e completam-se com a indústria de beneficiamento da referida cultura (produção de farinha de mandioca). De grande importância é também a produção de azulejos em Laguna.

Em 1955, a produção industrial atingiu a cifra de Cr$ 139 015 931,00. A indústria de tábuas de fôrro atingiu, no mesmo ano, 10 000 m², no valor de .... Cr$ 40 000 000,00. Em seguida, alinham-se as indústrias de caixas de madeira desarmadas (404 m³, no valor de Cr$ 32 350 500,00), pinho serrado, pranchões, tábuas, etc. (1 000 m³, avaliados em Cr$ 30 000 000,00), tábuas para assoalho (3 000 m³, no valor de Cr$ 21 000 000,00) e azulejos (70 000 m³, avaliados em Cr$ 7 011 644,00).

A produção agrícola, representada quase totalmente pela mandioca, atingiu no ano de 1957, à soma de Cr$ 57 037 050,00. Como culturas permanentes, além desta, temos o aipim, o algodão, o alho, o amendoim, o arroz com casca, a batatinha, a batata-doce, a cana-de-açúcar, a cana de forragem, a cebola, o feijão, a melancia, o milho, e o tomate. Principais culturas temporárias: abacate, banana, bergamota, café beneficiado, laranja e pêssego.

Em 1956 era estimado o valor da população pecuária em Cr$ 140 515 500,00.

Das indústrias extrativas, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, referente ao ano de 1957, destacavam-se como produtos mais explorados: a) de origem mineral: cal (1 805 000 kg, no valor de .... Cr$ 1 805 000,00), cascalho (15 000 kg, no valor de Cr$ 15 000,00), pedras para alicerce (9 950 m³, no valor de Cr$ 2 346 500,00); b) de origem vegetal: crina vegetal (280 000 kg, no valor de Cr$ 1 120 000,00), lenha (79 000 m³, avaliados em Cr$ 10 750 000,00), palhas (302 500 kg, no valor de Cr$ 152 000,00); c) de origem animal: camarão (305 000 kg, no valor de .... Cr$ 7 032 000,00), peixe fresco (889 000 kg, avaliados em Cr$ 12 200 000,00), e peixe sêco (217 000 kg, avaliados em Cr$ 3 776 000,00).

Contam-se no município mais de uma dezena de estabelecimentos industriais, um dos quais dedica-se à fabricação de produtos de cerâmica, 2 à de farinha de mandioca e 1 à de fécula.

As atividades portuárias têm, como já se acentuou, grande importância na vida econômica local.

O Município conta com dois portos: o de Laguna e Imbituba. O primeiro, localizado entre a foz do Rio Tubarão e a entrada da barra, dista 569 milhas do Pôrto do Rio de Janeiro. Em 1954, tinha 300 metros de cais acostável, 2 armazéns (área 1 992 m²), 4 guindastes, 3 locomotivas e 12 vagões (dados do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais).

O Pôrto de Imbituba, abrigado por uma ponta rochosa, dista 552 milhas do Pôrto do Rio de Janeiro. Na mesma época, tinha 140 metros de cais aportável, 30 armazéns (área: 8 024 m²), 8 locomotivas e igual número de vagões. Foram construídas instalações portuárias acessórias que permitem movimentar elevada tonelagem. Imbituba, como Laguna, é quase exclusivamente um pôrto para movimento de carvão. Aí é embarcada para o Rio de Janeiro e São Paulo grande percentagem de carvão provenientes das jazidas de Criciúma e das usinas para lavagem de carvão da Companhia Siderúrgica Nacional, situadas em Capivari. Exporta também em pequena quantidade, farinha, cebola e madeira.

O número de navios entrados nos portos referidos, em 1955, foi 344, movimentando 373 000 toneladas; em 1956, entraram 301 navios, e em 1957, 250, movimentando, respectivamente, 329 000 e 221 000 toneladas.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O Município é servido por 11 emprêsas rodoviárias, 4 para transporte apenas de carga; 18 emprêsas marítimas, sendo 17 exclusivamente para cargas; uma emprêsa ferroviária, a Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina e uma emprêsa aérea, para passageiros e cargas.

Trecho da Rua Gustavo Richard

A cidade dista da capital do Estado 140 km por meio de rodovia, 111 km por via marítima e 101 km por via aérea.

Das sedes municipais vizinhas, tem as seguintes: Imaruí — por meio de rodovia — 60 km ou fluvial — 18 km; Jaguaruna — por meio de rodovia — 38 km ou ferrovia (E.F.T.C.) — 49 km; Palhoça — por meio de rodovia — 122 km; Tubarão — por meio de rodovia — 146 km ou ferrovia (E.F.T.C.) — 33 km.

Conta o Município com os seguintes estabelecimentos de comunicações: 1 Agência Postal Telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos, um telefone e uma Agência Telegráfica da Estrada de Ferro Teresa Cristina, uma estação de rádio da Polícia Militar do Estado e do Sul, tôdas funcionando na sede municipal. No interior, funcionam 4 agências postais e duas postais telegráficas do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A população da cidade é de 9 459 habitantes, sendo a 9.ª cidade entre as mais populosas do Estado. São 68 os logradouros públicos existentes, sendo 15 totalmente pavimentados e 5 apenas parcialmente.

A cidade dispõe de iluminação elétrica, tendo já sido efetuadas 1 535 ligações domiciliares.

Entre as construções mais importantes da cidade destacam-se o Hotel Moderno, Paraíso Hotel, o Banco Nacional do Comércio S/A, os edifícios Nunes Neto, João Nunes, Chede e Correio do Sul.

O Município conta com 4 hotéis.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Para assistência à velhice desamparada funciona o Asilo de Mendicidade "Santa Isabel".

As principais sociedades de Cooperativismo são: a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Organização Henrique Lage Ltda., instalada em 28 de novembro de 1944, com 198 associados; a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Cerâmica Henrique Lage Ltda., com 84 sócios e o Banco Catarinense Sociedade Cooperativa Central de Crédito Agrícola.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada à população do Município por 6 médicos, 4 dentistas, 12 farmacêuticos e 12 auxiliares de saúde.

Paço Municipal, local onde foi proclamada a República Juliana

Vista parcial da Rua Jerônimo Coelho

Como assistência hospitalar em geral, funcionam 1 hospital, com 60 leitos, 3 postos de saúde, 3 postos ambulatórios, 1 pôsto de puericultura, 1 ambulatório do I.A.P.E.T.C. e um do S.E.S.C..

O Município dispõe de 13 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Pelos resultados censitários de 1950, foi estimado em 31 228 a quantidade de pessoas existentes no município de 5 anos e mais. Dêste total, eram alfabetizados 13 649 equivalente à percentagem de 43,7%. Dos alfabetizados, 7 144 eram homens e 6 505 mulheres. Na sede do município, das 7 874 pessoas do mesmo grupo de idades, 5 297 sabiam ler e escrever, sendo 2 632 do sexo masculino e 2 665 do sexo feminino.

Ensino — Em 1956, funcionaram na cidade e nos demais distritos, 80 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 6 417 alunos, assim distribuídos: Fundamental Comum: 74 unidades, com 6 190 alunos; Fundamental Supletivo: 2 unidades, com 26 alunos; e Complementar: 4 unidades, com 201 alunos.

Com ensino extraprimário, funcionaram no Município os seguintes estabelecimentos: Ginásio Lagunense (cursos ginasial, técnico, comercial e normal), Grupo Escolar "Stella Maris" (cursos de datilografia, música, ginasial, corte costura e pintura), Grupo Escolar "Henrique Lage", Curso Normal Regional, Escola de Corte e Costura e Bordados "Singer" e a Escola de Corte e Costura.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Nove associações culturais se distribuem pelo Município, a maioria delas (6) dedicadas às atividades desportivas.

A cidade dispõe de três cinemas: o Cine-Teatro Mussi, o Cine Central e o Cine Marabá, respectivamente, com 950, 600 e 320 lugares.

Periòdicamente circulam no Município três jornais: o Correio do Sul, o Albor e o Clarim, sendo o Albor, o mais antigo jornal de Santa Catarina.

No setor de radiodifusão, funcionam a Rádio Difusora de Laguna (ZYH-6), com auditório para 460 espectadores, e a Radiodifusora de Imbituba (ZYT-36).

Na sede do município funciona uma biblioteca pública denominada "Cruz e Souza", mantida pelo Centro Cultural Antônio Guimarães Cabral, com aproximadamente 2 900 volumes.

Vista parcial da cidade

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	7 319	6 305	1 667	953	1 685
1951	5 949	7 505	1 861	1 003	1 691
1952	8 845	7 671	2 360	1 104	2 302
1953	8 751	9 732	3 010	1 174	3 003
1954	6 227	9 115	3 366	1 236	3 456
1955	9 186	14 772	3 343	1 303	3 816
1956	8 219	20 449	5 523	1 935	4 670

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Na cidade localizam-se diversos monumentos de grande importância histórica. Sito à Praça da Bandeira encontra-se o prédio do Paço do Conselho, no qual se acha instalado o Museu "Anita Garibaldi" e a Biblioteca "Cruz e Souza". Nêle se desenrolaram os principais acontecimentos da época da Revolução Farroupilha, sendo ali proclamada a República Juliana. O edifício foi recentemente restaurado, por ocasião do Centenário da Comarca de Laguna, pelo Museu Histórico Nacional, do qual é patrimônio.

No mesmo lagradouro ergue-se o "Obelisco" comemorativo do Centenário da República Juliana, construído e inaugurado em 1939; ainda relacionados com os acontecimentos da Revolução Farroupilha, encontra-se no Jardim Calheiros da Graça a "Árvore de Anita", transplantada da quilha do lanchão Seival, uma das embarcações que durante a referida Revolução, Garibaldi transportou da Lagoa dos Patos ao oceano.

"Seival", lanchão em cujo convés se travou a luta desesperada dos bravos e se molhou do sangue dos heróis, ficou encalhado à praia de Laguna. Mais tarde, curaram-lhe as feridas da guerra. Mas perdeu a nobreza e o nome. Do Seival, lanchão de guerra, fizeram o iate mercante que recebeu a denominação plebéia de Garrafão. Depois, os anos o utilizaram e sôbre a praia esqueceram-no. Os ventos do sul traziam os rumores de novas guerras, de novas lutas, de novos prélios, e passavam pelas suas frestas murmurejando saudades incompreensíveis. E foi assim apodrecendo, aos olhos de tôda Laguna, a relíquia da guerra que lhe imortalizou o nome. Por fim, restava apenas a sua carcassa, o cavername apodrecido. Um dia, dentre as juntas de duas vigas, brotou a fôlha medrosa de uma figueira brava. Brotou e cresceu. E o povo da terra Juliana sentiu enternecer-se-lhe o coração, vendo reflorir a relíquia abandonada. E foi então buscar a pequenina árvore, transplantando-a para o jardim principal da cidade, numa tocante cerimônia cívica de recordação à epopéia gloriosa.

Lá está, ainda hoje, a figueira brava, a Árvore de Anita.

Quanto ao Seival, continuou abandonado, desfazendo-se em pó, até que, uma noite iluminou os céus de Laguna o clarão de um incêndio: um patriota qualquer ateara fogo à sua carcassa, apiedado do seu triste destino.

Situado no mesmo local onde se encontra a "Árvore de Anita", existe o marco que fixa o ponto imaginário por onde passava o meridiano de Tordesilhas. A Igreja Matriz de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, erigida em 1696, por Domingos de Brito Peixoto e reformada em 1844, é outro monumento histórico de relevância.

Além dêsses, embelezam a cidade diversos monumentos artísticos, destacando-se entre todos o de Nossa Senhora da Glória, situado no alto do morro da Glória, com 14 metros de altura, iluminado à noite.

VULTOS ILUSTRES — Grande foi a galeria dos "Filhos ilustres de Laguna" que se destacaram no cenário nacional. Entre êles citamos o Almirante Jesuino Lamego da Costa — Barão de Laguna, o General Jerônimo Francisco Coelho e Anita Garibaldi.

O Almirante Jesuino Lamego da Costa — Barão de Laguna em 1866 assumiu a cadeira de deputado na vaga aberta com a morte de Jerônimo Coelho, de quem era suplente. Em 1872 foi escolhido para Senador pela Província. Lutou com irmãos contra a Argentina, em 1826, e tomou parte na Revolução do Pará, dando mostra de grande valor. Foi condecorado diversas vêzes por atos de bravura. Faleceu em 16 de fevereiro de 1886.

O General Jerônimo Francisco Coelho, que foi Presidente da Província, fêz construir a primeira estrada de rodagem do Brasil, com o nome de São Jerônimo. A êle se deve a fundação do primeiro jornal editado em Santa Catarina.

Anita Garibaldi, cujo verdadeiro nome era Ana de Jesus Ribeiro, foi heroína de fama internacional, é das mais conhecidas em todo o Brasil, sendo com justiça cognominada a "A heroína dos dois mundos". Anita Garibaldi nasceu na cidade de Laguna, no ano de 1821. Lutou, no Brasil, ao lado de seu segundo espôso, Giuseppe Garibaldi, durante a Guerra dos Farrapos, e também na Itália pátria de Garibaldi, onde faleceu, em 1849, com 28 anos de idade. Seus restos mortais descansam no cemitério de Ravena.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Existem no Município três paróquias de culto católico romano: a de Santo Antônio dos Anjos (com 2 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, 14 Capelas públicas e 3 semipúblicas), a de Nossa Senhora da Conceição (com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz e 7 Capelas públicas) e a do Senhor Bom Jesus do Socôrro (com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz e 5 Capelas públicas).

O culto protestante é pregado em 2 igrejas evangélicas Assembléia de Deus e 1 Adventista do 7.º Dia.

Apenas 1 centro prega o culto espírita.

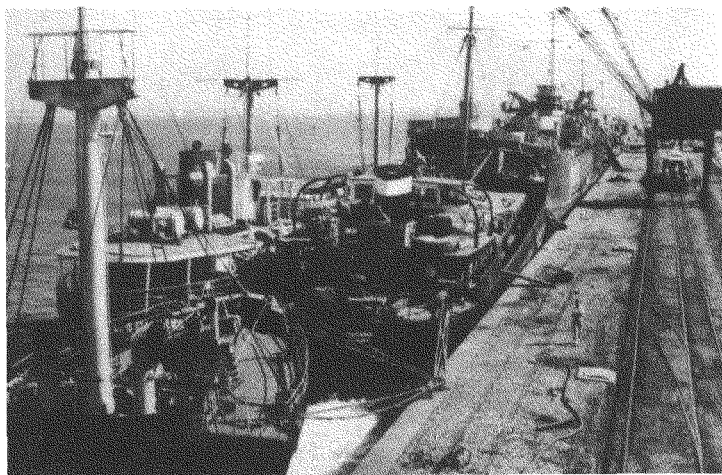
As principais efemérides municipais são: o dia 20 de janeiro, de instalação do município; o dia 2 de fevereiro, em que se comemora a festa de Nossa Senhora dos Navegantes; e a data de 13 de junho, na qual se festeja o dia de Santo Antônio de Pádua de Lisboa, padroeiro do Município.

Os folguedos populares mais em uso são o "Terno de Reis", o "Reis de Santo Amaro" e o "Bumba meu Boi", todos de caráter folclórico.

O primeiro, em homenagem aos Reis Magos, se inicia nos primeiros dias do mês de dezembro até o dia 6 de janeiro, dia consagrado aos mesmos. O grupo que compõe o "Terno de Reis" é de 8 pessoas, uma das quais o dirige. São entoadas interessantes canções, improvisadas pelo dirigente, tôdas dedicadas aos Reis Magos, ao som de um acordeão ou "gaita". Depois de improvisada a primeira estrofe, a mesma é repetida pelos demais componentes. Êste folguedo é realizado apenas em casas particulares.

O segundo folguedo se inicia no dia 7 de janeiro prolongando-se até o fim do mesmo mês. Quase com as mesmas características do "Terno de Reis", o que o diferencia daquele é apenas a música e a época em que se realiza.

O terceiro folguedo, o "Bumba meu Boi", tem início em janeiro e se prolonga nos dias de carnaval, e às vêzes mais tarde, por ocasião da "Aleluia". São personagens o "Mateus", a "Catarina" e outros que conduzem os "animais". Os dois primeiros representam um casal de maltrapilhos. O marido tem barbas longas e ambos geralmente usam máscaras para não serem identificados. O Mateus, com o fito de angariar donativos, depois de morto o boi, arvora-se de veterinário ("seu dotô") e por alguns cruzeiros vai "ressuscitar" o boi. Os dirigentes dos folguedos são chamados mestre e contra-mestre. Os "animais" indispensáveis são o boi, o cavalinho e o urso. No entanto, a maioria das vêzes, incluem no folguedo, o cabrito, o carneiro, o urubu, o sapo, a bernúncia, etc. O "Bumba meu Boi" é realizado na via pública ou em casas particulares e atrai sempre grande assistência.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Em 31 de dezembro de 1957 achavam-se em funcionamento no Município, os seguintes veículos: automóveis 64, jipes 6, ônibus e micro-ônibus 9, camionetas 19, motociclos 18, ambulância 1, caminhões 65, carros (de 2 ou 4 rodas) 60, bicicletas 1 200, carroças (de 4 rodas) 50.

Pôrto carvoeiro da cidade

Os nascidos em Laguna recebem o patronímico de "Lagunenses".

A origem da denominação "Laguna" dada à fundação de Domingos de Brito Peixoto, provém da lagoa de barragem que se abre frente à cidade. Com efeito, muito antes da chegada a estas paragens dos povoadores vicentistas, já a Lagoa era conhecida pela denominação "Laguna dos Patos" ou "Laguna de los Patos", conferida possìvelmente, pelos espanhóis que povoaram a costa catarinense. Daí surgiu a denominação "Santo Antônio dos Anjos de Laguna" dada à povoação pelo seu fundador, mais tarde simplificada para a atual "Laguna".

O Município é sede de Comarca e Têrmo, abrangendo, ainda, os municípios de Imaruí e Henrique Lage.

Seu eleitorado, em 1958, era de 7 249 eleitores.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

LAJES — SC

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — O povoamento dos "Campos das Lajes" foi devido à ânsia de furar o sertão bravio, para atingir as campinas do Rio Grande do Sul, ricas de gados de tôdas as espécies, o que despertava nos paulistas e mineiros a ambição de estabelecer intenso comércio com os estancieiros gaúchos, pelo interior, encurtando distâncias e aproveitando os campos nativos para descanso e invernada das tropas.

O valor dêsse comércio podia ser apreciado pela importância das famosas feiras de Sorocaba, onde era feita a distribuição de milhares de bovinos, muares e eqüinos, para todo o território paulista e, também, para Minas, Rio de Janeiro e outras regiões.

Quem primeiro viu os "Campos das Lajes" e dêles deu notícia, não sabemos com segurança. Francisco de Souza Faria, quando em 1727 abriu a estrada dos Conventos ou de Araranguá, por ordem do governador de São Paulo, D. Antônio da Silva Caldeira Pimentel, encontrou, na sua rota, muitas cruzes. (Lucas Boiteux, Hist. Catarinense).

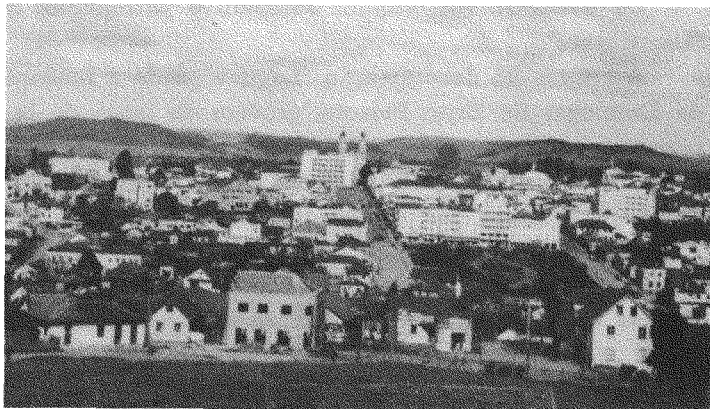
Quem teria levantado estas cruzes?

Provàvelmente, os padres da Companhia de Jesus, para assinalar que até àquelas remotas paragens haviam chegado nos seus penosos trabalhos de catequese, ou para indicar que até alí chegavam os domínios das missões guaraníticas.

Seja como fôr, o certo é que, antes de Souza Faria, outros civilizados já haviam palmilhado aquêles campos, cujo povoamento só foi iniciado, como era natural, depois da abertura de uma via de comunicação com os povos vizinhos.

Souza Faria encontrou os campos nativos da vasta região do planalto povoado de gado vacum, pelo que tinham a denominação de "Campos da Vacaria".

O gado, diz êle em uma relação citada pelo visconde de Pôrto Seguro, pertencia às Missões Guaraníticas.

Em 1732, o famoso tropeiro Cristóvão Pereira de Abreu melhorou muito, à própria custa, a estrada dos Conventos, também chamada das tropas, retificando o traçado em cima

Vista parcial da cidade

da Serra. Como Souza Faria, encontrou os campos povoados de gado, confirmando que o mesmo pertencia aos Padres das Missões Guaraníticas que, "com muito trabalho, abriram caminho em uma grande Serra para passarem o primeiro gado".

Sôbre as diversas variantes dêste histórico caminho, que tanto influência teve no desenvolvimento do sul do Brasil, o conhecido e apreciado historiador e escritor patrício, Carlos da Costa Pereira, dá interessantes informações, em magnífico trabalho publicado.

O antecessor de Caldeira Pimentel, Rodrigo César de Menezes, que governou a capitania de São Paulo de 1721-1725, trouxe instruções para contratar com Bartolomeu Pais de Abreu a abertura do caminho para o Rio Grande do Sul que êle pleiteava desde 1720, mas achando inaceitáveis as condições impostas, concertou a emprêsa com Manoel Godinho e Luiz Pedroso de Barros, que não a levaram avante.

Souza Faria gastou dois anos para varar de Araranguá aos campos de Curitiba, segundo êle próprio declarou. "Dois longos anos de emoções e de trabalhos, mas afinal que satisfação e que glória!", diz o V. de P. Seguro.

Por carta patente expedida em 9 de julho de 1766, D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, morgado de Mateus, governador e capitão-general da capitania de São Paulo, nomeou o guarda-mor Antônio Corrêa Pinto, capitão-mor regente do sertão de Curitiba, a fim de povoá-lo.

Em virtude dessa carta patente, Correia Pinto fêz preito de homenagem, nas mãos do capitão-general D. Luís Antônio, conforme o seguinte têrmo:

"Aos dezoito dias do mês de julho do ano presente de 1766, nesta cidade de São Paulo, e casa de residência do Ilmo. Exmo. Sr. D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, governador e capitão-general desta capitania, fêz preito de homenagem em suas mãos Antônio Corrêa Pinto pela regência do sertão de Curitiba de onde é capitão-mór regente no qual pôsto foi provido pelo dito senhor, e pôsto de joelho com as mãos juntas uma com a outra e entre as do dito Ilmo. Exmo. Sr. governador e capitão-general, sôbre o missal dos Santos Evangelhos; disse: Eu Antônio Correia Pinto faço preito de homenagem a sua majestade e a Vossa Excelência em seu nome como governador e capitão-general desta capitania pela regência do Sertão de Curitiba do qual me tem V. Excia. ora provido capitão-mór regente, como consta da minha patente, em virtude da qual e dêste juramento que agora faço, prometo te guardar e governar pelo dito Sr. o qual acolherei no dito Sertão altos e baixos dêle, de dia ou de noite, a pé ou a cavalo, a quaisquer horas de tempo que seja, irado ou pagado com poucos ou muitos, vindo em seu livre poder e dele farei guerra e manterei tréguas e paz segundo por sua magestade ou por V. Excia. me for mandado e nenhuma parte daquele Sertão entregarei a pessoa alguma de qualquer estado, grau, dignidade ou proeminência que seja, senão a sua magestade como rei e senhor natural e a V. Excia. como meu governador e capitão-general, ou a quem suceder nesse govêrno e aceito recado seu logo sem demora, arco ou cautela, estado ou tempo que qualquer pessoa lhe der carta por sua real mão assinada e selada com o Sinete ou sêlo de suas armas ou de V. Excia. por que conste haver-me levantado e desobrigado dêste dito preito e homenagem que ora faço ao mesmo Senhor nas mãos de V. Excia. uma, duas e três vêzes segundo uso e costume dos reinos de Portugal e prometo e me obrigo que tenha e mantenha cumpra e guarde inteiramente êste preito e homenagem o que tudo juro aos Santos Evangelhos em que ponho as mãos de bem e verdadeiramente cumprir e guardar o serviço de sua magestade.

E o dito Ilmo. Exmo. Sr. governador e capitão-general me tomou o dito preito e homenagem em nome do mesmo senhor de que mandou fazer êsse têrmo, sendo testemunhas presentes Afonso Botelho de Sampaio, oficial da sala e capitão de auxiliares, Jacinto José de Abreu e eu Thomaz Pinto da Silva, secretário do govêrno o escrevi e assinei. D. Luís Antônio de Sousa, Afonso Botelho de Sampaio e Sousa, Jacinto José de Abreu, Antônio Correia Pinto, Tomaz Pinto da Silva".

Em 7 de agôsto do mesmo ano, D. Luiz Antônio expediu ordem ao capitão-mór-gerente, para fundar, na paragem chamada as Lajes, sita no sertão de Curitiba, uma povoação. Diz a ordem:

"Porquanto tenho determinado em virtude das ordens de S. Magestade aumentar as povoações desta Capitania, e tenho notícia que na paragem chamada as Lajes, sita no sertão de Curitiba há terras suficientes para estabelecer uma boa povoação, ordeno ao Capitão-mor Regente do dito sertão Antônio Correia Pinto — sirva de diretor, fundador e administrador da dita povoação: pois me consta concorrerem na sua pessoa circunstâncias de cristandade, capacidade e retidão para dirigir os povos dela, conforme as ordens, que incumbirem e lhe permito, convoque para o dito efeito todos os forros carijós administrados, que tiver

Prefeitura Municipal

notícia andam vadios, e não tem casa, nem domicílio certo, nem são úteis à República, e os obrigue ir povoar as ditas terras, estabelecendo nelas a referida povoação, elegendo sítio proporcionado para ela, e fazendo guardar aos moradores parte ou todos os privilégios, que S. Magestade tem concedido aos que estabelecem colônia de novo, como também todos os mais, que eu além lhe concedo pelas cartas de 6 e 7 do corrente mês, o que tudo assim cumprirá e fará. São Paulo, 7 de agôsto de 1766 — D. Luíz Antônio de Sousa".

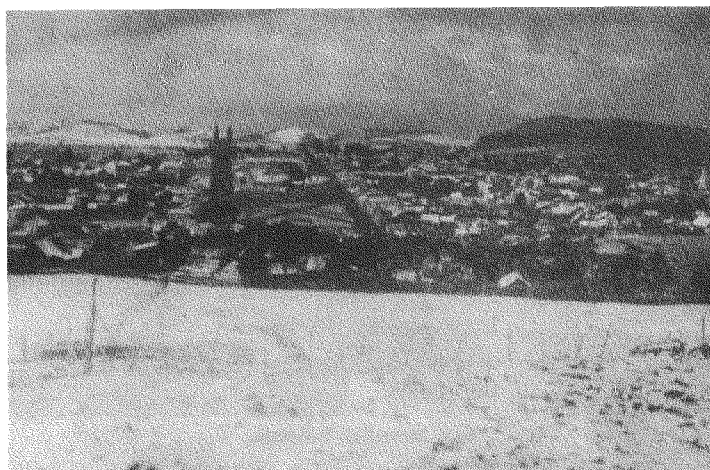
Correia Pinto chegou a Lajes aos 22 de novembro de 1766 e deu logo começo ao levantamento de uma capela de madeira, sob a invocação de N.S. dos Prazeres, no lugar denominado Taipas, na chapada do Cajuru, onde já existia uma pequena Ermida, fundada por tropeiros.

Observando que os materiais daquele sítio não eram suficientes para o futuro, Correia Pinto retrocedeu 9 léguas sôbre o rio das Canoas e ali, por ordem do morgado de Mateus, começou segunda povoação em que trabalhou seis para sete meses e, sucedendo notável enchente que excedeu os limites do mesmo rio, se retirou com grande despesa de sua fazenda e, explorando sítio mais conveniente, veio assentar o seu estabelecimento sôbre o rio das Caveiras, onde fundou com acêrto a dita povoação. Assim se exprimiu o morgado de Mateus em um documento que forneceu a Correia Pinto, datado de 2 de agôsto de 1771, mas as razões do abandono desta situação foram sem dúvida outras, talvez a conveniência de ficar a futura Vila para o interior do território disputado pelo govêrno do Rio Grande, ora até o Canoas, ora até o Caveiras, ou a dificuldade de defender a nascente povoação dos assaltos dos indígenas, em constantes correrias pelas margens do grande rio, cobertas de matos. Em ambas as margens do rio existem terrenos elevados que nenhuma enchente poderá atingir. No mesmo sítio abandonado pelo fundador está hoje a Vila que tem seu nome.

No dia 22 de maio de 1771, Correia Pinto reunia os habitantes da nova povoação e, com as formalidades do estilo, declarou fundada a vila de N. S. dos Prazeres de Lajes, fazendo lavrar um têrmo, que assinou com as pessoas presentes.

No mesmo dia, foi levantado o pelourinho, em sinal de jurisdição e, em seguida, nomeados os oficiais da Câmara da nova vila, recaindo a nomeação nas pessoas seguintes:

Para juízes:
Antônio de Sousa Pereira
Antônio Rodrigues de Oliveira

Praça João Costa

Vista parcial da cidade, vendo-se em primeiro plano, grossa camada de neve caída no inverno

Para vereadores:
Tenente Manoel Barbosa Franco
Tenente Bento Soares da Mota
Alferes José Raposo Pires

Procurador do Conselho:
Lourenço Rodrigues da Rocha

Escrivão da Comarca:
Marcelino Pereira do Lago

Alcaide:
Domingos Rodrigues Vidigal.

Êstes funcionários tomaram posse dos seus cargos no dia 8 de setembro de 1771, depois de aprovadas as nomeações, por portaria do governador D. Luís Antônio, datada de 7 de agôsto do dito ano.

Quando Correia Pinto chegou a Lajes, em novembro de 1766, com a missão de fundar povoação, já existiam disseminados, pelos seus imensos campos, muitos moradores que nêles tinham estabelecido suas fazendas de criação.

O próprio Correia Pinto já era fazendeiro nos campos das Lajes, como consta de uma carta escrita pelo morgado de Mateus ao conde de Oeiras, em 24 de dezembro de 1766, e outra escrita pelo coronel José Custódio de Sá e Faria, governador do Rio Grande do Sul, em 6 de janeiro de 1767.

Na carta do morgado ao conde de Oeiras, acima citada, diz êle "Fundar outra (povoação) nos campos de Lajes, no caminho que vai para Viamão para ver se juntam os muitos moradores, que há de parte de cima da serra da Costa do Mar".

Pode-se, portanto, dizer que vem do ano de 1728 o estabelecimento dos primeiros moradores nos campos de Lajes, pois data dêsse ano a abertura, por ordem do governador da capitania de São Paulo, da estrada chamada dos Conventos, a qual, atravessando os ditos campos, abriu comunicação entre o Rio Grande do Sul e São Paulo.

O capitão-mór Antônio Correia Pinto de Macedo, fundador de Lajes, nasceu em uma pequena frequesia do arcebispado de Braga, no reino de Portugal, filho legítimo de Luiz Correia Pinto e D. Antônia Isaura de Macedo. Foi casado com D. Maria Antônia de Jesus, de cujo matrimônio não houve filhos.

D. Maria Antônia era oriunda da vila de Parnaíba e descendente de uma distinta família paulista.

Rua Marechal Deodoro

É provável que Correia Pinto tenha vindo para o Brasil muito jovem e daí o equívoco dos que o julgavam paulista de nascimento.

O erudito redator dos "Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo", em nota à pág. 62 do volume III, 3.ª edição, diz: "Antônio Correia Pinto foi um sertanejo notável. Fundou a vila de Lajes em Santa Catarina, em 1765, por ordem do Capitão General D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão que o tinha em grande consideração e o fêz Capitão-mor. Era oriundo da vila de Parnaíba, que é vizinha de Araçariguama, e era genro de Baltazar Rodrigues. Depois de ter residido com a família nas Lajes, ainda se o encontra vinte anos mais tarde, pensando em novas expedições pelo interior em busca de metais preciosos. Os seguintes documentos referem-se aos serviços por êle prestado ao Estado e a questões havidas depois do seu falecimento, entre aquêles que pretendiam ser seus herdeiros".

Toledo Piza equivocou-se porque evidentemente não tinha conhecimento do testamento de Correia Pinto, adiante transcrito.

Sem dúvida confiou demasiadamente em alguma tradição oral.

Correia Pinto quando recebeu a ordem de Martim Lopes, que adiante transcrevemos, para reassumir a regência da vila de Lajes, teve também a incumbência de continuar as pesquisas de metais preciosos, que outrora mandara fazer no vale do Itajaí por uma bandeira "que expediu daquele sertão pelo rio abaixo, onde achavam no decurso de doze léguas pelas margens do mesmo rio, limitadas faisqueiras de ouro e também de prata e não repetiu os precisos exames pelos acidentes que se moveram naquela ocasião de governos daquele sertão e movimentos de guerra".

O fundador de Lajes não descuidava as incumbências que recebia dos seus superiores, e, sem perda de tempo, escreveu a um certo João Batista Floriano, ou Vitoriano, convidando-o para um encontro no sítio de "Araçariguama", de propriedade do Sargento-mor Antônio Rodrigues de Oliveira cunhado de Correia Pinto, a fim de conversarem, "no caso de ser exata a notícia dada por Tomé de Almeida, da "Faxina", de haver êle, seu filho Gaspar e um Manoel Vicente entrado pela marinha no rio Tajahy acima, onde toparam boa pinta de ouro, o que não duvidava pelas tradições antigas, etc., etc.".

Os importantes documentos que, em seguida transcrevemos, patenteiam os motivos que induziram o Morgado de Mateus a fundar povoação nos campos de Lajes, assim como as razões da escolha de Correia Pinto para êsse empreendimento:

"D. Luiz Antônio de Sousa, etc. Certifico que chegando à Praça de Santos com as Reais Ordens de S. Magestade que Deus guarde para restabelecer o govêrno desta Capitania, descobrir e povoar os Sertões dela, e examinar a extensão de seu continente, e formação dos rios de suas fronteiras, e informando-me das pessoas mais práticas mandei vir à minha presença o Guarda-mor Antônio Correia Pinto e depois de o praticar muitos dias alcançando a sua inteligência e capacidade com a grande experiência que tinha das campanhas do Sul e Centro das Índias de Castela, lhe ordenei fizesse um mapa daquelas Campanhas, e executando-o com muita prontidão, nele examinei que no sertão e fronteira desta Capitania que medeia entre a Vila de Curitiba e Cima da Serra de Viamão, em distância de cento e cinqüenta léguas despovoadas era de grande utilidade do Serviço de Deus e de Sua Magestade formar-se uma povoação para fazer testa às missões Castelhanas e fortificar o Rio das Pelotas por ser o Passo mais defensível daquele Sertão; e necessitando-se de pessoa capaz para esta diligência resolvi eleger o mesmo Guarda-mor Antônio Correia Pinto para executar dela condecorando-o com a Patente de Capitão-mor Regente por confiar da sua muita fidelidade, prudência e capacidade, soubesse desempenhar êste emprêgo no Real serviço em matéria de tanta importância, e persuadindo-o com meus rogos logo se aprontou com muito excesso a mudar-se com tôda a sua família para aquele inculto Sertão, deixando o seu domicílio desta cidade, cometendo uma jornada de trezentas léguas com o preciso dispêndio de muitos mil cruzados da própria fazenda para o emprêgo de armas, munições, cavalgaduras, escravos, ferramentas e outros muitos aprestos indispensáveis para se estabelecer em semelhante deserto, cercado de gentios e fronteando com os inimigos espanhóis; e logo que chegou o dito Capitão-mor às mencionadas campanhas, elegeu sítio conveniente, dando princípio à dita Povoação e executando tôdas as mais ordens, que lhe encarreguei, com notável zêlo no Real Serviço. Pelo que se faz merecedor de tôdas as Mercês e Honras que S. magestade for servida conferir-lhe. Passa o referido na verdade, que atesto com o juramento dos Santos Evangelhos, e por me ser pedida, etc., etc., São Paulo, oito de dezembro de mil setecentos e setenta. D. Luís Antônio de Sousa".

Êste importante documento prova que a Bandeira de Correia Pinto não foi organizada para caçar índio e pedras preciosas. Seu escôpo foi mais nobre e elevado e daí a incontestável benemerência do intrépido sertanista.

Em outro documento diz o ilustre estadista português:

"Também há tradições que ali há ouro naquelas terras, e será mais conveniente que elas estejam povoadas por nós do que em risco de o poderem ser pelos nossos inimigos".

"Tôdas estas considerações me moveram a apertar com o sobredito Antônio Correia Pinto para que fôsse fundar esta povoação; e finalmente o consegui dando-lhe a Patente de Capitão-mor, e fazendo-lhe promessa de um hábito de Cristo, depois da povoação estar edificada; êle partiu com tôda sua família no mês de agôsto, e deixo à

consideração de V. Excia. o quanto me custaria metê-lo neste empenho, fazendo-o gastar quatro ou cinco mil cruzados na jornada, pólvora, chumbo, ferramentas, e aprestos para fundar a dita povoação e a igreja em que há de empregar a sua escravatura e oficiais, que tem de pedreiro e carpinteiro. Dei-lhe uma Imagem de Nossa Senhora, em pintura, que era minha; e não despendi da fazenda real mais do que os emolumentos da Provisão para se erigir a Capela e se dizer missa, com a vestimenta usada das que foram dos Padres da Companhia.

Grande foi a luta que Correia Pinto sustentou, por longo tempo, com o coronel José Custódio de Sá e Faria, governador do Rio Grande do Sul, instigado pelo famigerado capitão-de-auxiliares Pedro da Silva Chaves.

O português Pedro Chaves, natural de Lisboa, homem de maus antecedentes, teve fazendas em Lajes, antes de estabelecer-se do outro lado do Rio Pelotas no distrito de Viamão, onde adquiriu fortuna e influência. Certamente para alargar os limites do seu poderio de régulo, fazia guerra sem tréguas, ao seu inimigo e competidor naquelas paragens. Correia Pinto não era, porém, adversário que se deixasse vencer com facilidade; enfrentou com coragem o temível caudilho.

Quem não desconhece os extremos a que chegavam as lutas entre os cotentados do sertão, fica a pensar se um atentado de que foi vítima o fundador de Lajes não teria qualquer ligação, com essa inimizade. Certa vez foi Correia Pinto agredido a faca por dois desconhecidos, aos quais, apesar de estar armado apenas de um bastão e de ficar gravevmente ferido, logo no comêço da luta, enfrentou bravamente, pondo-os em fuga.

O coronel José Custódio de Sá e Faria, governador do Continente de São Pedro do Rio Grande do Sul, alegando, por informações interesseiras de Pedro da Silva Chaves que os limites do seu govêrno chegavam até o Rio das Canoas, mudou o registro de S. Vitória para o passo dêsse rio com o nome de Registro de S. Jorge e conseguiu ardilosamente que o Govêrno da Metrópole mandasse ordem ao Morgado para suspender a fundação de Lajes até que o caso fôsse decidido. D. Luiz Antônio, estadista hábil e conhecedor dos processos protelatórios do govêrno da Metrópole, apressou dar cumprimento à ordem e mandou particularmente instruções a Correia Pinto para prosseguir nos trabalhos da fundação.

Por fim, venceu o Morgado que estava com a razão.

José Custódio teve ordem, em 1780, de retirar o intruso Registro de São Jorge, que, obstinadamente, mantinha no Passo do Rio Canoas, apesar dos enérgicos protestos de Correia Pinto.

O mais interessante em tudo isto, é que o Morgado de Mateus era também um invasor, em grande escala, de alheios territórios, um imperialista como se diz hoje. Defendia-se dizendo que tudo era terra de S. Majestade...

O vastíssimo território de Lajes, hoje dividido em prósperos municípios, cujas sedes são pequenas, mas florescentes cidades, pertencia de direito a Santa Catarina e foi-lhe afinal restituído pelo Alvará de 9 de setembro de 1820.

Pelo acôrdo de limites, realizado em 1916, Santa Catarina desistiu, a bem da tranqüilidade do Brasil, de um extenso território que lhe assegurava então uma divisa natural.

Vista parcial de um trecho da cidade após a nevada

A incerteza e confusão dos limites da jurisdição das autoridades eclesiásticas no sertão, geravam contínuos conflitos entre elas, sempre de solução morosa, dada a dificuldade de comunicações com a Metrópole.

Correia Pinto teve de enfrentar embaraços também por êsse lado.

Apareciam por lá padres intrusos, nem sempre dignos, que extorquiam dinheiro dos moradores, em geral pobres.

Dom Luiz Antônio de Sousa, fiel ao seu princípio de que "sem missa não se pode governar os povos" fazia esforços para remover estas dificuldades de que Correia Pinto tanto se queixava.

Parece, entretanto, que devido à falta de bons Padres nem êles nem os seus sucessores conseguiram melhorar muito a situação, visto que alguns anos depois da morte do Capitão-mor, ainda a Câmara queixava-se amargamente, em Representação ao Govêrno de Metrópole, do mau procedimento dos "indignos Pastores que teem sido mandados a apascentar aquela porção do rebanho de Jesus Cristo, que mais teem pervertido do que edificado com seus péssimos e depravados costumes ...". Sem dúvida houve alguma exceção. Não é crível que todos os Pastores tivessem tão feia reputação.

Durante muitos anos, os indígenas fizeram guerra implacável aos povoadores dos campos de Lajes.

Muitas vêzes vieram até as proximidades da vila matar traiçoeiramente os moradores, ocupados em quaisquer trabalhos de suas casas.

Para diminuir os perigos das emboscadas dos indígenas, nos matos do rio Caraá, Correia Pinto mandou represar um pequeno córrego que ficava nos fundos dos quintais de um lado da rua que tem hoje o seu nome, formando um grande tanque, para lavagem de roupa. Êsse tanque existiu até nossos dias com o nome de "Tanque velho", para distinguí-lo de outro que existiu no bairro de Santa Cruz.

Nas fazendas e nas estreitas picadas que eram os caminhos daqueles tempos, a segurança de vida e de propriedade era ainda mais precária.

Por êstes e outros motivos, dentre os quais sobressaia o isolamento, quasi completo, em que se achava das po-

voações do litoral, com as quais poderia comerciar, a vila de Lajes arrastou, por muito tempo, vida difícil e penosa.

Só em 1787, o Governador de Santa Catarina, Pereira Pinto, por ordem do Vice-Rei D. Luiz de Vasconcelos, conseguiu a abertura da picada entre S. José (ou Destêrro) e Lajes, transpondo a Serra Geral, tendo sido encarregado dêsse serviço o alferes, depois capitão, Antônio José da Costa.

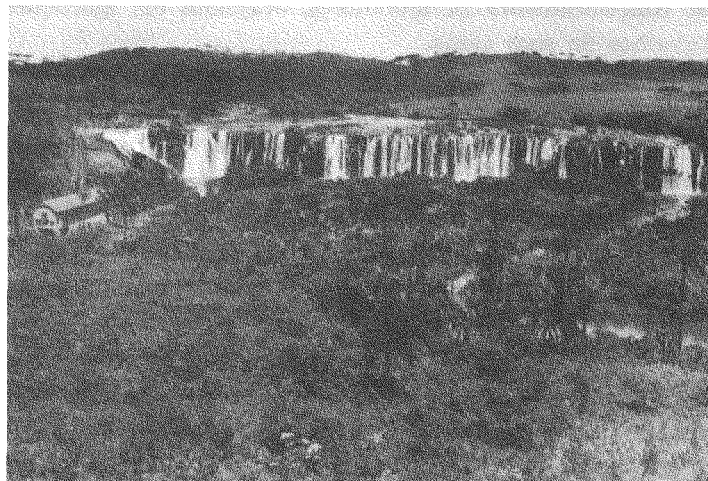
O desenvolvimento da povoação foi, portanto, lento e cheio de incalculáveis embaraços, e só não chegou ao estado de completa decadência, devido à tenacidade do seu fundador e de seus dignos colaboradores, dentre os quais é justo destacar o capitão-de-auxiliares Bento do Amaral Gurgel Anes, segundo capitão-mor de Lajes, por morte de Correia Pinto.

Não era tarefa fácil agremiar uma população que se entregava de preferência, à indústria pastoril e que, pela necessidade de cuidar constantemente dos seus rebanhos, vivia dispersa pela campanha. O fazendeiro morava, ordinàriamente, na própria fazenda, com sua família, seus escravos e peões.

Só os mais abastados (e êsses eram poucos) se davam ao luxo de ter uma casa na vila. Daí, a ordem que transcrevemos, expedida pelo sucessor de D. Luiz Antônio, que, foi, sem dúvida, de grande eficácia para o incremento da nascente povoação.

Sem ela é possível que Correia Pinto tivesse esmorecido no seu empenho de consolidar a fundação da histórica Vila de Lajes, não obstante pertencer ao número daqueles personagens distintos por seu saber, coragem, fortuna e maneiras, que organizavam essas formidáveis bandeiras que investiam contra o sertão".

Reza assim, a referida ordem:

"Portanto, V.mce. participe, de minha parte, aos juízes e oficiais da Câmara desta vila, aos quais mostrará o presente capítulo, que sem perda de tempo, por edital público e por notificações particulares aos moradores dêste continente, que dentro dos meses que a cada um arbitrarem, conforme as suas fôrças e possibilidades, façam casas arruadas nessa vila, com as comunicações que lhes parecerem justas, sendo infalìvelmente uma delas remeter-mos V.mce. presos em ferros com escolta competente, paga a custas dos mesmos presos, donde não os mandarei soltar nem deixar voltar para êsse continente, enquanto legìtimamente me não mostrarem terem mandado fazer ditas casas e estarem

Salto do rio Caveiras

com efeito feitas. Deus guarde a V.mce. São Paulo, 20 de julho de 1776. Martim Lopes de Saldanha. Sr. Capitão-mor regente Antônio Correia Pinto".

É digno de especial registro o plano da Vila de Lajes, traçado por Correia Pinto.

O centro da moderna cidade, que conserva o antigo delineamento de ruas largas e direitas e praças regulares, pode, ainda hoje, servir de modêlo.

Por serem muito significativas, vamos referir aqui, resumidamente, algumas das ordens e instruções dadas ao prestimoso Capitão-mor, por D. Luiz Antônio de Sousa, as quais demonstram o alto conceito em que êle tinha a capacidade e a prudência do seu dedicado auxiliar.

Em 18 de janeiro de 1774, deu-lhe instruções para providenciar "com a sua conhecida atividade, valor e vigilância, para que, na ocasião de algum movimento de guerra nas fronteiras do território da nova vila, os povos daquelas paragens estivessem sempre prontos a impedir e rebater as invasões que por ali quizessem fazer".

Para isso, autorizou-o a deter, em tal caso, todo o povo que viesse de retirada, assim moradores como viandantes para se reunirem à fôrça que houvesse naquele "Continente" para atacar o inimigo se necessário fôsse.

Na mesma data, deu-lhe amplos podêres para excluir dos cargos de eleição as pessoas que entendesse, "no que obraria de bom ânimo, justiça e prudência".

Ainda na mesma ocasião em circunstanciada e enérgica Portaria autorizou-o a fazer escolha prévia das pessoas que deviam ser eleitas pelos habitantes para juízes, vereadores, procurador, etc., visto que como fundador e administrador da nova vila tinha pleno conhecimento das suas necessidades e dos seus povoadores.

Terminava a Portaria com uma ordem própria daqueles tempos: "os desobedientes deviam ser presos e remetidos, bem guardados, à sede da Capitania para serem punidos, no caso de haver alguma pessoa tão desacordada que praticasse o contrário".

A estima e confiança de D. Luiz Antônio de Sousa faziam, sem dúvida, honra ao fundador de Lajes, porquanto o famoso estadista português foi um dos melhores de quantos delegados a Metrópole mandou para o Brasil como governadores das Capitanias.

A Capitania de São Paulo tinha sido suprimida em 1748, sendo seu território anexado à do Rio de Janeiro, e só foi restaurada em 1765.

A missão de administrá-la tinha de ser confiada a um estadista experimentado, tal era a importância do rico território que, no Brasil independente, formou a Província líder do seu engrandecimento.

Também do sucessor de D. Luiz Antônio de Sousa, Martim Lopes Lobo de Saldanha, recebeu Correia Pinto inequívocas provas de confiança.

É de notar, em abono dos méritos do Capitão-Mor, que Martim Lopes perseguia ferozmente os auxiliares da fecunda administração anterior, com o fim de denegri-la.

Foi assim com o cunhado de Correia Pinto, Tenente-Coronel Policarpo Joaquim de Oliveira, distinto e prestimoso paulista, que sofreu tôda a sorte de vexames por ter sido auxiliar de confiança do Morgado de Mateus.

Correia Pinto foi poupado, certamente, porque faltou qualquer pretexto para justificar a perseguição e principalmente porque os seus serviços foram considerados indispensáveis, como demonstram os significativos têrmos da ordem para reassumir a regência da vila de Lajes, que havia deixado por estar sofrendo de moléstia grave que reclamava tratamento prolongado.

As intrigas e rivalidades entre os habitantes perturbaram, por vêzes, a boa marcha da administração da nascente povoação.

No ano de 1772, chegou à Vila das Lajes o capitão Simão Barbosa Franco, morador na vila, hoje cidade, de Itapetininga, em São Paulo. Simão Barbosa, homem astuto e ambicioso, que possuía fazendas no têrmo de Lajes, fêz-se eleger Juiz ordinário, apesar de não ter domicílio legal na nova vila.

Dentro de pouco tempo indispôs-se com Correia Pinto e, indo a Paranaguá, conseguiu, ardilosamente, o apoio do ouvidor-geral da comarca. Em São Paulo, tentou o mesmo junto ao governador e capitão-general D. Luiz Antônio; êste, que estimava Correia Pinto pelos seus muitos serviços e nêle tinha grande confiança, tão indignado ficou com as intrigas do pérfido Simão Barbosa, que, tratando-o com desprêzo, quase lhe meteu o bastão pela bôca, como o próprio Simão confessa em uma longa queixa ou representação que, logo depois, dirigiu ao sucessor do morgado de Mateus, D. Martim Lopes Lobo de Saldanha.

D. Luiz Antônio não se contentou em expulsar de sua presença o intrigante Simão Barbosa. Dirigiu, logo, à Câmara de Lajes, uma ordem, datada de 25 de dezembro de 1773, em que, depois de declarar que Simão Barbosa estava exercendo ilegalmente a função de juiz ordinário, assim termina:

"E ao dito Simão Barbosa Franco, assim que fôr suspenso, lhe intimarão Vas. Mces. da minha parte, que no prefixo têrmo de oito dias saia fora dessa vila e têrmo para nunca mais aí voltar a morar, nem a servir cargo algum e não saindo nos ditos dias Vas. Mces. o farão prender e remeter a esta cidade para ser condignamente castigado". Simão Barbosa não se deu por vencido e, aproveitando-se da favorável ocasião que a mudança do governador-geral lhe oferecia para continuar suas maquinações contra Correia Pinto, dirigiu ao novo governador um requerimento pedindo a suspensão da ordem do morgado de Mateus, afim de poder voltar a Lajes. Talvez por falta de perfeito conhecimento dos homens e das cousas da sua capitania, o novo governador despachou favoràvelmente a petição de Simão Barbosa.

Correia Pinto dirigiu então ao governador Martim Lopes uma longa e documentada representação, na qual recordava os seus muitos serviços e provava que o gênio intrigante e turbulento de Simão Barbosa trazia em constantes desordens a nova povoação.

A representação de Correia Pinto obteve o seguinte despacho: "Visto o que se alega e consta dos documentos juntos e exatas informações a que procedi, mando que, não obstante o meu despacho de vinte e cinco de agôsto do ano passado, se execute contra o mesmo suplicado a determinação do meu antecessor, inserta ao apenso C-a fôlha cinco a respeito de sair da dita vila e têrmo no prefixo têrmo de

Clube 14 de Junho

trinta dias para nunca mais voltar a morar esta nem a servir cargo algum na mesma, sob pena de que não saindo no dito têrmo ser prêso e remetido em ferros à sua custa à minha presença o que assim executarão os juízes da dita vila das Lajes, prontamente aliás. São Paulo, primeiro de maio de mil setecentos e setenta e seis. Martim Lopes Lobo de Saldanha".

É de se louvar o espírito de justiça e imparcialidade com que se conduziu o governador Martim Lopes, desta vez.

Convencido do êrro em que, de boa fé, caiu, nobremente voltou atrás.

Já referimos que, segundo a autorizada opinião do erudito redator dos "Doc. Interessantes", Martim Lopes perseguia os melhores auxiliares do seu ilustre antecessor por ódio a êste e inveja da sua fecunda administração.

Correia Pinto escapou à regra. Em vários documentos Martins Lopes faz inteira justiça ao fundador de Lajes. Um dêles, diz: "Em conseqüência desta nomeação tem feito o dito Antônio Correia Pinto relevantes serviços a V. Majestade nesta Capitania, pois não só purgou aqueles sertões de malfeitores e criminosos, que neles se refugiavam impunemente, e donde saiam algumas vêzes a infestar os caminhos e invadir os moradores dos campos de Curitiba, mas franqueou estradas para o comércio principalmente dos animais que vêm do sul que até aquele tempo era muito impraticável, consumindo nestas expedições grande parte dos seus bens.

Depois de ter assim adeantado o comércio, fundou naquela fronteira a Vila de Lajes, que é uma das mais florescentes da Capitania".

Em outro documento (Carta ao Brigadeiro José Marcelino de Figueiredo, Governador do Rio Grande do Sul), diz: "Quanto ao intruso registo do Rio das Canoas nada devo dizer a V. S., que se acha preocupado, de que deve pertencer ao govêrno de V. S., sem embargos de me assistirem razões bem convincentes.

Estimo que a V. S. conste o zêlo e despesas com que o Capitão-mor da Vila de Lajes tem servido a S. Magestade e parece que, havendo neste homem tão relevantes duas qualidades raras no presente tempo, se não deve olhar para o defeito de ser adoudado, como a V. S. informaram...".

Correia Pinto era enérgico e destemido, por isso os que tinham de enfrentá-lo achavam que era adoudado...

Mal a nascente povoação começava a prosperar e já as conseqüências da guerra, nas fronteiras do sul, vinham pesar impiedosamente sôbre ela, retardando o seu desenvolvimento.

Em 1777, transitou pelos campos de Lajes, um corpo de exército (seis mil homens, segundo documentos que existem no arquivo municipal) que, vindo de São Paulo pela estrada do Sertão, se dirigia para as fronteiras do sul. Grandes foram os vexames sofridos por seus habitantes nessa ocasião. Foi-lhes requisitado, além de grande número de animais arreados para transporte da tropa, muito gado e grande quantidade de mantimentos, e, apesar e ter o govêrno da capitania declarado, em ofício que dirigiu à Câmara, em data de 29 de março de 1777, que o comissário encarregado de tais requisições trazia avultada soma de dinheiro para pagar à vista tudo quanto fôsse requisitado, é de supor que os pobres moradores nada recebessem, à vista da seguinte queixa que a Câmara dirigiu à Junta da Real Fazenda:

"O clamor dêstes pobres moradores é excessivo pelos seus pagamentos, que neste continente não chegou dinheiro algum, como da mesma conta corrente se mostra e estão os moradores dêste em têrmos de despovoarem êste sertão por se verem sem gados, nem dinheiro, para poderem acudir os seus credores que pomos na presença de V. Magestade para dêles usar com a comiseração que costuma"

É justo, entretanto, reconhecer, em abono da administração daqueles tempos, que as requisições eram feitas de modo que tinham indiscutível cunho de legalidade.

O governador da capitania, na qualidade de presidente da Junta da Real Fazenda, avisou a Câmara da passagem do exército que se estava mobilizando na cidade de São Paulo, ordenando-lhe que tomasse as providências para que nada faltasse às tropas em trânsito pelo território de sua jurisdição, declarando que o govêrno se comprometia a pagar, pelos preços correntes, o aluguel das cavalgaduras empregadas no serviço de transporte, assim como todos os animais que se utilizassem ou extraviassem, o gado gordo e todos os mantimentos que fôssem requisitados para alimentação do exército.

Chegando à vila com a precisa antecedência, o comissário encarregado das requisições apresentou-se à Câmara e, em nome do govêrno, ordenou a esta que fizesse a distribuição de animais arreados, gado gordo, feijão, toucinho, milho, farinha de milho, sal, etc., pelos pousos (acampamentos) que designou desde o lugar chamado Sepultura em Curitibanos, até o rio Pelotas, indicando as quantidades para cada pouso.

Nomeou, de acôrdo com a Câmara, dentre os próprios habitantes, um feitor para cada acampamento, o qual, com o pessoal necessário, devia dirigir todo o serviço de fornecimento de víveres, tomar conta dos animais arreados, empregados no transporte, e arrecadar os couros do gado carneado.

O serviço era bem feito, mas ... não havia dinheiro...

Depois de 15 anos de árduos e incessantes trabalhos, o fundador de Lajes sentiu-se alquebrado, e incapaz de desenvolver a atividade a que estava habituado. Retirou-se para São Paulo, sèriamente doente. Quatro anos sofreu, sem fraquejar, do mal que havia de levá-lo ao túmulo, agravado pelos ferimentos recebidos em luta desigual com dois bandidos, como já foi relatado.

Já seria bastante para justificar o seu afastamento do trabalhoso pôsto que tanto honrou, a necessidade de repouso. A fundação da povoação de que foi incumbido estava assegurada. Não podia mais fracassar, como não fracassou, apesar de tôdas as vicissitudes, inevitáveis em tais emprêsas.

Partiu, portanto, para o centro civilizado, onde poderia encontrar recursos para o tratamento de sua saúde combalida. Tinha feito jus a isso.

Logo que chegou a São Paulo apresentou ao govêrno da Capitania o Memorial que, em seguida, transcrevemos na íntegra por ser documento de grande importância para a história da fundação de Lajes.

Manifesto do Capitão-Mor Antônio Correia Pinto sôbre a fundação da Vila de Lajes

Ill.mo e Ex.mo S.r: Na respeitável prezença de V. Ex.a vem Antônio Correia Pinto de Macedo, Cap.m mór Reg.te da V.a de N. snr.a dos Prazeres do Sertão da Lajes, fronteira desta Capitania, Fundador e Director da mesma, expôr o manifesto que abaicho declara:

1.º

Que em observancia das Reaes Ordens de S. Mag.e que D.s G.e chegou no anno de 1765 o Ex.mo S.r G.al D. Luiz Antônio de Souza, arrestabeleser o governo desta Capitania, e querendo examinar a extensão dos seus limites mandou vir à sua prezença os mais praticos homens dos Sertoens e informado da gr.de campanha q.' medêa da Coritiba té o Continente de Viamão, na distancia de 150 legoas despovoadas, logo rezolveo o d.o Sr. mandar levantar hûa Povoação no lugar mais conveniente p.a fazer testa ás miçoens exponhóes e afugentar a imensidade de Indios q.' habitão naquelas campanhas p.a não infestarem a extrada geral por onde se tranzitão m.tos milhares de cavalgaduras e gados cada anno, vindas da campanha do Sul p.a esta Capitania e se extranhem p.a as mais do Estado.

2.º

Que sendo elegido o m.mo Reg.te pelo d.o S.r General para entrar naquelle certão a fundar aquele estabelecimento e fazer povoar aquela campanha, repodio o d.o Regente entrar nesta acção tão dificultoza, com evidente risco da sua vida, e as precizas forças p.a as despezas indispençaveis naquele certão despovoado, e convencendo-o o d.o S.r com m.tos rogos e animando-o com grandes auxilios, resolveo commeter tão gr.de exceço, largando o seu domissilio desta Cid.e e com toda a sua família, para Hûa jornada de trezentas legoas, entrando logo no dispendio de m.tos mil cruzados p.a Escravos, armas, muniçõens, cavalgaduras, ferramentas e outros aprestos indispençaveis p.a se estabelecerem en semelhante deserto, onde chegou em Novembro de 1766, e ali existio 15 annos carregado de m.tos trabalhos e mortificaçens.

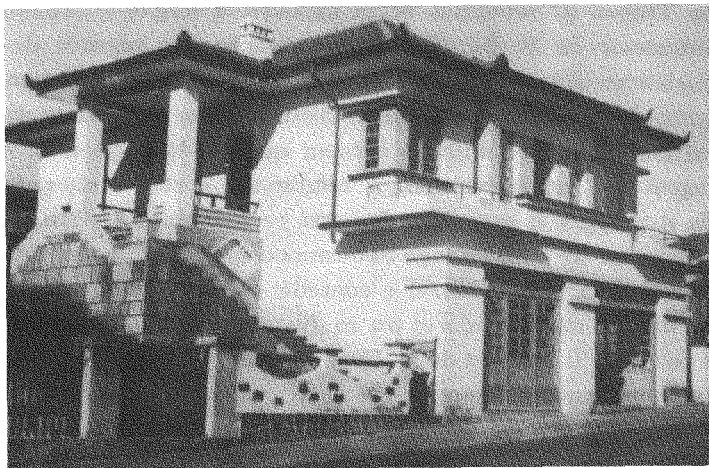
3.º

Que no d.o Reg.o se deo tanto Zelo e actidãi que fazendo aquele estabelecim.to no primr.o e segundo sittio e por inconvenientes passou ao terceiro con notavel prejuizo de sois annos de servisso, thé que alli fundou a Povoação que existe e nela levantou hum concideravel Templo para Matriz e m.tas obras e cazas p.a o aumento da M.ma Povoação, e para a sua subssistencia abrio logo os caminhos novos admandar os Portos da Marinha p.a os misteres, cono tão bem a concertar a estrada geral daquele Serttão, onde se consumião milhares de cavalgaduras no seo tranzito com notorio prejuizo dos Comerciantes e dos Reaes quintos, que pagão em repetidos Registros. o q.' tudo fez o mesmo Regente a custa da sua propria fazenda, com tudo o mais q.' leva expreçado.

4.º

Que servindo aquele Certtão p.a cuvil de ladroens, fassinorosos, e refugio dematadores foi o m.no Reg.te levantando Companhias de Auxiliares e com ellas foi purgando os fassinorosos e fazendo todas as deligencias do Real Servisso, como tãobem para as invasões dos Indios, como sucedeo sahirem a tres an.s a destruirem as fazendas e a matarem os fazendeiros e supostos forão bem castigados não deixarão de voltar q.do menos esperados, rezão porq., nunca foi provada aquela Companhia, q.' não rendendo couza alguma à Real Fazenda, hoje se lamentão os Dizimos, os quintos de todos os animaes que produzem as fazendas daquele districto, anovandosse cada Besta dez tostoens e 200 e 300 r.s a cada Rez, como tãobem as passagens de dous rios caudais, os quintos dos couros e gados em pié p.' desse p.a a Villa da Alaguna, debaixo de guias passadas pelo Reg.te e rezistadas no rezisto denominado S. Bento, na entrada da iminente serra da d.a marinha, q.' d.o Reg.te abrio e estabeleceo o d.o Registro, como tãobem o registo do rio das Canoas debaixo de sua excepção, com gr.de zelo, fidelid.e e onrra, como se examinou na contas q.' deo de m.tos dos referidos rendim.tos na Contadoria da Real Junta desta Capitania.

5.º

Que o Reg.te a custa da sua fazenda mandou transportar e diversas partes a muitos moradores q.' voluntariam.e se estabelecião naquele Certão, acomodando-os nos seos arranoham.tos, assistindo-lhes com animaes de criar por dilatados an.s, socorrendo-os nas suas necessid.es e com remedios nas suas doenças, como tãobem alimentando aos Parrachso desde o principio daquela Freg.a, e a toda a mais probreza daquele continente como hé bem notorio, desta maneira foi aumentando aquele estabelecim.to que em breves an.s chegou aos termos de se criar nelle as Justissas pelo m.mo Reg.te, em observancia das ordens q.' lhe forão delegadas p.a este efeito, sendo esta criação da Justissa a primaria cauza p.a a ruina e inquietação daqueles moradores, porque faltando ás obrigaçoens do seo ministerio p.a a conservação e aumento da m.ma Povoação, só ocupão os cargos p.a as vinganças, incriminarem a huns e destruirem outros, arguindo pleitos aidehia dos seos Escrivaens, alterando as ordens dos Snr.es Generais rezistadas naquela Camara contra semelhantes procedimentos.

Vista de uma residência particular

6.º

Que publicando-se Bandos pelas Villas desta Capitania p.a todos que quizessem hir povoar o Certão das Lagens gozarião os privilegios de colonos daquela fronteira por dez an.s, q.' S. Mag.e concede p.a não serem punidos por dividas ou crimes de diferentes districtos, e nesta boa fé concorrerão m.tos cazais que se conservarão alguns an.s em tranquilid.e, porem com as novas Justissas os forão vechando, como tãobem com mayor exceço as superiores ordens p.a se cobrarem dividas sumariam.e e m.tos moradores sem exemplo, e por esta cauza se forão passando a diferentes destrictos, como tãobem no exceço dos emolimentos Parrochias de 640 r.s por desobriga anual de cada Pessoa, e desta maneira, como os movim.tos que sussederão por aquele xertão com a guerra, forão dezertando m.tos enfermos de q.' ao prezente já não existe a 3.a p.te dos moradores, sendo aquela povoação de m.ta combsequencia na Fronteira desta Capitania.

7.º

Que na imbazam que fizerão os Espanhóes no an.o de 1777 na Ilha de S. Catarana, inpedirão aqueles Gorttos e costa da Marinha, de tal sorte q.' só pelo Serttão e V.a das Lajes se fizerão marchar todos os socorros de m.tos destacam.tos de Minas Geraes e desta Capitania p.a o Exercito do Sul, cofres de dr.os da real Fazenda, Paradas e avizos do comercio, como tãobem levantou o d.o Reg.e seis Com.as que mandou em socorro da Villa da Laguna, e da m.ma sorte providenciou 150 legoas em todos os pouzos com cavalgaduras e gados p.a os transportes e muniçoens daquellas Tropas e assim mais socorreo com m.ta carid.e a Tropa da goarnição da d.a Ilha, debandada, que subirão a serra p.a aquella V.a o q.' tudo se fazia m.to deficultozo se não ouvesse o estabelecim.to da V.a das Lajes naquelle Certtão.

8.º

Que en todo aquele continente transsitão homens pouco tementes a Deos e a Justissa de S. Mag.e, cometendo m.tos incultos e mecidios por não haver respeito de hû destacam.to

de Tropas q.' repatidas vezes suplicou o Reg.te ao Ill.mo antessesor de V. Ex.a p.a a conservação dos registos daquelafronteira e a boa arrecadação dos seos rendm.tos, portanto desde a criação destes a Sistirão neles Auxiliares de tal consisção que entraão e saem quando bem querem. e fogem por furtos dos memos rendim.tos, e com a chegada do d.o Reg.te a esta Cid.e fez esta representação ao Ill.mo antessesor de V. Ex.a logo determinou a Junta mandar esta providencia indispensavel e conseder-se mais alguns annos de indulto aos moradores p.a as Justissas os não vecharem; e com a feliz notissia de V. Ex.a vir susseder neste Governo ficou a d.a determinação em cazo parado, a hû anno.

9.º

Qua a suma pobreza dos moradores daquele certão não achão nele o seu milhoram.to e postos aos riscos de suas vidas e pertubadas com m.tos inredos q.' motivou a peste de hû destacam.to de Tropa que introduzio o dispotismo do Governador de Viamão anbesiozo, naquele continente, e a hû anno p.a q.' se posção conservar aqueles moradores e concorrerem voluntariam.e outro áquele certão hé o mais eficaz e unico remedio p.a a conservação daquela Fronteira, sendo V. Ex.a servido, conceder nela a extracção do oiro q.' ha enhumas limitadas faisqu eiras, e neste exercicio se poderá descobrir com mais grandeza, e desta sorte não só se povoará aquele certão, como tãobem p.a o aumento do Real Erario e comercio desta Capitania.

10.º

Que não, pode vir em duvida a extracção do oiro naquela fronteira porque delas ás miçoens urogoais dos Castelhanos discorrem perto de duzentas legoas de decreto, com infinitos gentios, e alem disto se acharão as tais faisqueiras nas intranhas de serras, defendidas por natureza, e quando as dificuldades opostas á defença do inimigo em tempo de guerra, a ocorrência dos Povos áquele certão as defenderão como cauza própria, como temos o exemplo nas minas do certão de Matro Grosso e Cuyabá, minerandosse á vista dos Castelhanos, e alterandosse estes com superiores forças nas ocazioens passadas contra os Vassalos da Nossa Real Coroa, os destrosarão, porque os homens pelos seos interesses a todo o risco de suas vidas se intranham nos mais agrestes e dilatados certones, sem temerem os contagios, nem aos inimigos, esforsados com o calor do metal do oiro.

11.º

Que o d.o Reg.te se retirou daquela V.a das Lajes para esta Cid.e deixando as suas intrucções ao comando de hû Cap.m de Auxiliares por ordem do Exm.o antecessor de V. Ex.a, cuja retirada lhe ocazionarão m.tos motivos, principallm.e o de hûa infermid.e de estupor que padese a quatro an.s, sem esperança de remedios pelos m.tos que tem deministrado cem o menor alivio, e estando neste estado antes de se auzentar da d.a V.a na administração dos seus escravos foi cometido por dois agressores affim de lhe tirarem a vida, com m.tas facadas, de que milagrozam.e se livrou com o defensivo do seu baştão, que ficou em pedassos, e ao mesmo tempo se puzerão em fuga dos delinquentes, passandosse ao continente de Viamão, onde se dão por siguros, como se fosse aquele dominio de diferente Coroa.

12.º

Que o mesmo Reg.te sahio arebatadam.e daquele destricto, deixando as suas fazendas, fabricas, escravos, propried.es de sua rezidencia a portas fechadas p.a vir procurar o seu recurço da grande afronta que fizerão, p.a que semelhante cazo não fique sem hum exemplar castigo, como se verificará pelo Auto da devassa que traz p.a aprezentar ao Governo ou Tribunal competente; e porque os agressores se achão no continente de Viamão, subordinado á capital do Rio de Janeiro, pertende o d.o Regente suplicar a sua justiça auxiliado por V. Ex.a ao Ex.mo S.r Visse-Rei do Estado ou Relação, e sendo satisfeito com o castigo aos insultadores possa voltar o Reg.te, sem a mascara de tão extraordinr.a injuria, a residir na V.a de Lajes, sendo V. Ex.a servido dar as providencias a todo o referido pelas gr.des otilid.es que se segue ao Real Servisso de S. Mag.e, que D.s g.e

E.R.M. ce

Ainda doente e em tratamento, Correia Pinto recebeu a seguinte ordem:

"Para obviar as contínuas discórdias e desordens que estão acontecendo na Vila de Lajes, por falta de quem a governe com prudência, economia e respeito, o que tudo se acha na pessoa de Antônio Correia Pinto, capitão-mor regente da dita vila que se tem demorado nesta cidade por causa das suas moléstias e pela urgência dos tempos, se faz preciso que êle se recolha para aquele sertão. Ordeno ao dito capitão-mor que, com a brevidade mais cômoda que lhe fôr possível, faça a sua marcha para aquela Vila de Lajes, onde continuará sua regência da mesma forma e com os mesmos podêres que lhe foram dados por expressas ordens dos meus antecessores que tôda por esta confirmo e dou por valiosas, como se por mim presentemente fôssem passadas; sendo tôdas dirigidas em utilidade do real serviço, aumento e sossêgo da mesma vila e todo seu sertão. O que espero atividade do sobredito capitão-mor. São Paulo a 10 de março de 1783. (ass) D. Martim Lopes Lobo de Saldanha".

O grande sertanista não vacilou no cumprimento da ordem e, atravessando o sertão, foi morrer no seu pôsto!

Admirável, sem dúvida, a abnegação dêste homem! O seu destino estava ligado à povoação que com tanto trabalho fundou. Ali devia deixar suas cinzas. Arcamos da Providência Divina!...

Seis meses depois entregava a alma ao Criador.

Mafra, na sua excelente obra "Exposição Histórico-Jurídica" manifesta incerteza sôbre a data do falecimento de Correia Pinto, que afirma ter ocorrido em São Paulo, sem dúvida por desconhecer os documentos que encontramos no arquivo da paróquia. Deparamos com o mesmo equívoco em autores mais modernos.

O benemérito capitão-mor morreu na vila de Lajes, no dia 28 de setembro de 1783, e foi sepultado no dia seguinte — dentro da igreja Matriz, ao pé dos degraus do prebistério, com grande solenidade, como provam os seguintes documentos, extraídos do livro de assento de óbitos da paróquia de Lajes.

"Aos vinte oito dias do mês de setembro de mil setecentos e oitenta e três anos, faleceu o capitão-mor regente Antônio Correia Pinto de Macedo, tendo recebido os sacra-

mentos da penitência e extrema-unção, e não recebeu o Senhor por viático, por não poder abrir a bôca, oprimido de estupor. Foi acompanhado solenemente de sua casa para a igreja e se lhe fêz ofício e missa solene de corpo presente. O seu cadáver foi sepultado dentro da igreja-matriz de Nossa Senhora dos Prazeres de Lajes, acima do arco, ao pé dos degraus do prebistério, sem onus de esmola que se costuma dar por concessão dos reverendos prelados, confirmada, recentemente pelo exmo. e revmo. bispo dom frei Manoel da Ressurreição, cujo entêrro se lhe fêz no dia seguinte aos vinte nove dias do referido mês de setembro".

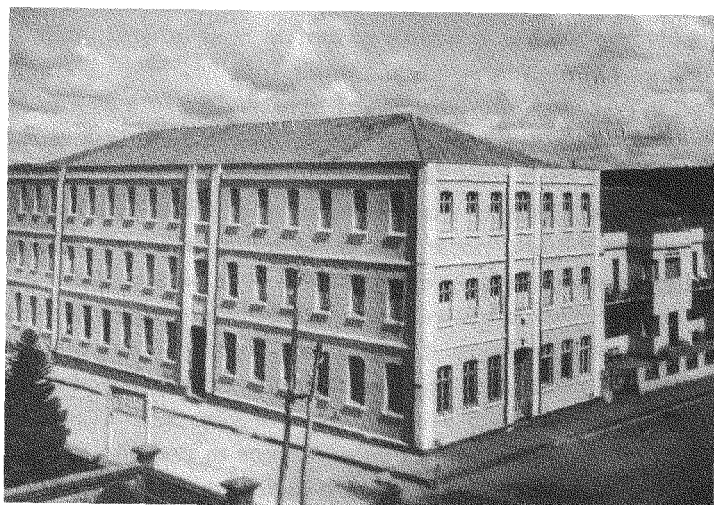
O visitador Manoel Muniz Simões escreveu, no livro em que está êste têrmo, o seguinte ... "Nem menos podia o reverendo pároco assinalar sepultura ao capitão-mor Antônio Correia Pinto, fundador desta Matriz, logo abaixo do prebistério, na capela-mor, por ser esta paróquia dos párocos, entendendo, nesta parte, muito mal, o despacho de S. Excia. Revma. o Sr. D. Manoel da Ressurreição, já falecido, que ordena ao mesmo pároco de assinalar sepultura na capela-mor e não naquele lugar. Portanto, o reverendo pároco, no têrmo de oito dias, assinale outra sepultura, faça traladar os ossos do mesmo para ela, mandando pôr a pedra que sirva de sinal em cima. Lajes, aos 30 de janeiro de 1799. Manoel Muniz Simões. Visitador. Nota: Cumprido. A sepultura é logo acima do arco. Simões".

Correia Pinto deixou êste testamento.

"Em nome da Santíssima Trindade, Padre Filho e Espírito Santo, três pessoas distintas e um só Deus verdadeiro. Saibam quanto êste público instrumento virem, como no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e oitenta e três anos, aos sete dias do mês de agôsto, nesta Vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lajes, Comarca do Paranaguá. Eu, capitão-mor regente Antônio Correia Pinto, estando em meu perfeito juízo que nosso Senhor me deu e de saúde, temendo-me da morte, desejando por a minha alma no caminho da salvação, primeiramente encomendado a minha alma à S.S. Trindade que a criou, ao eterno Padre e pela morte e paixão de seu Unigênito Filho a queira receber e a Virgem Nossa Senhora e ao Arcanjo São Miguel e a todos os santos da côrte do Ceu. Primeiramente ao meu anjo da guarda e ao Santo de meu nome rogo sejam meus intercessores quando minha'alma dêste mundo partir para que vá gozar da bemaventurança para que foi criada, porque, como verdadeiro cristão protesto viver e morrer na Santa Fé Católica e crer tudo o que tem e crê: Santa Madre Igreja Romana. Meu corpo será envolto em um lençol de pano de linho e sepultado nesta Matriz, ao pé da escada da capela-mor. Será meu corpo, aliás funeral, a eleição do meu testamenteiro conforme os meus haveres. Declaro que sou natural e batizado na freguesia de São Marcos Curviel, arcebispado de Braga, filho legítimo de Luís Correia Pinto e de sua mulher Antônia Isaura de Macedo. Declaro que sou casado com dona Maria Antônia de Jesus, de cujo matrimônio não tive filho algum. Declaro que deixo a minha mulher por minha herdeira e testamenteira, por que possa livremente possuir e administrar todos os bens que se acharem no nosso casal e poderá dispor com livre e geral administração como melhor entender em quanto viver neste mundo no estado de solteira, e no caso que chegue a passar a segundas núpcias se fará inventário de todos os seus bens e a minha parte depois que se tirar o que se gastar no meu funeral instituo por meus herdeiros as minhas irmãs Inês Maria de Sousa e Teresa de Sousa, moradores na freguesia de Santa Maria de Geral de Lima por falecimento de algumas delas a parte que tocar a cada uma ficará pertencendo em igual parte a seus filhos. Declaro que no caso que minha mulher se conservar solteira, poderá gozar de todos os bens e só por seu falecimento se fará repartição dos bens para se distribuir na forma referida e a remessa será feita por conta e risco dos mesmos herdeiros. Declaro que todos os bens que se acham no nosso casal são os seguintes: duas fazendas de criar animais vacuns e cavalares e se não pode averiguar o número certo dêstes mas pelas marcas se poderão ajuntar e assim mais todos os escravos, e dívidas que se me devem por crédito e assentos que constarem dos meus livros.

Declaro mais que entre todos os meus escravos possuo uma mulata por nome Adriana, filha de Rita, cuja mulatinha deixo livre e liberta da parte que me tocar dos ditos bens.

Declaro mais que da minha eguada da fazenda que hei de receber do guarda-mor se apartarão cem éguas para se entregar ao meu sobrinho Antônio José de Miranda para seu princípio de criar neste distrito. Declaro que constituo por meus bastantes procuradores nesta Vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lajes e meu sobrinho Antônio José de Miranda e a José Pereira Bastos e Bento Manoel de Almeida Pais. Na cidade de São Paulo, capitão manoel Antônio de Araújo e ao sargento-mor Antônio Rodrigues de Oliveira, Jerônimo Martins Fernandes professo na Ordem de Cristo, cujos procuradores acima nomeados darão inteiro cumprimento às ordens e determinações que lhe forem dirigidas por minha mulher e legítima testamenteira, por ser essa a minha última vontade e se neste testamento e última vontade faltar alguma cláusula necessária, por não ser feita na forma da Lei aqui hei por expressas e declaradas como si delas fizesse de cada uma expressa menção, pois quero que se cumpra tudo na forma da Lei de Sua Majestade Fidelíssima e por êste hei por desrogado qualquer testamento ou codicilo que antes dêste haja feito, pois que êste tenha fôrça e vigor em juízo e fora dele como nele se contém, encontrando-se sempre às leis do reino em tudo quero se observe e roguei Bento Manoel de Almeida Pais que êste por mim fizesse e como testemunha se assinasse o qual eu Bento Manoel de Almeida Paes êste a seu rogo fiz e como testemunha assinei. Era supra. Passo a firma do testador a lauda seguinte — Antônio Correia Pinto — como testemunha que esta fiz a rôgo do capitão-mor regente Antônio Correia Pinto. Bento Manoel de Almeida Pais França — Continua a aprovação do tabelião e têrmo de abertura, o qual testamento copiei nesta. Do que para constar fiz êste têrmo que assinei. O vigário Antônio Antuneis de Campos".

Uma das fazendas referidas no testamento de Correia Pinto era situada à margem do rio Caveiras, nas proximidades da vila. Não sabemos onde ficava a outra. A suposição de que a "Fazenda do Guardo-Mor", fundada por Laureano Ramos, teria pertencido ao fundador de Lajes, baseia-se no nome, porquanto Correia Pinto foi "Guarda-Mor" antes de ser nomeado Capitão-Mor-Regente do "sertão de Curi-

Hospital N. S.ª dos Prazeres

tiba", assim como na alusão que se encontra no seu testamento.

Os documentos conhecidos não lançam maior luz sôbre o assunto.

É possível que Correia Pinto, quando simples Guarda-Mor, tenha invernado naqueles campos tropas em trânsito para São Paulo, abandonando-os em seguida, pois é certo que Laureano José de Ramos, nêles se estabeleceu como posseiro mediante concessão, feita em 1819 pela Câmara de Lajes. Esta hipótese parece plausível ante os documentos que examinamos. Um dêles diz:

"Há nesta capitania uma circunstância que há de ser atendível na presença de V. Majestade porque a estrada que vai da Vila de Sorocaba até Lajes, e daqui para o continente de Viamão é tôda povoada de fazenas de criar, para o que serve quasi tôda a terra de uma e outra parte desta estrada. Entre estas Fazendas há também alguns campos devolutos, a que chamam Invernada, porque nestes campos costumam parar as Tropas e Boiadas principalmente de Inverno, e os Tropeiros e Boiadeiros se previnem pedindo ao Governador esta ou aquela Invernada que está aquele ano devoluta para Invernada dos seus animais, que esperam em tempo certo".

O trecho transcrito de uma carta do capitão-general e governador da Capitania de São Paulo, Antônio M. de Melo Castro Mendonça, ao Conselho Ultramarino, autoriza a hipótese.

O interessante documento seguinte esclarece fatos ocorridos depois da morte de Correia Pinto e completa a prova de que êle não deixou descendentes.

"Diz o ajudante Antônio José de Miranda, morador na Vila de Parnaíba, Sobrinho legítimo do Capitão-mór-Regente Antônio Correia Pinto da vila das Lajes, que o dito seu tio instituiu no testamento com que faleceu por suas herdeiras a duas irmãs que tinha em Portugal, Teresa de Sousa e Inês Maria de Sousa, e sendo falecida alguma destas seriam seus filhos herdeiros na parte respectiva a dita Inês Maria de Sousa é mãe do suplicante, e faleceu primeiro que o testador, se habilitou o suplicante nesta juízo por Herdeiro do mesmo, e como tal requereu inventário dos bens da herança por ter passado a segundas núpcias. D. Maria Antônia de Jesus com o Capitão José Antônio de Lacerda na forma determinada pelo dito Capitão-mor em seu testamento, e reconhecendo a dita viúva sua tia ao Suplicante por herdeiro, deu princípio à fatura do dito inventário, que se acha demorado a conclusão dêle a espera de que chegue a avaliação dos bens que existem na vila das Lajes, para cujo efeito expediu dêste juízo para aquela precatória. O inventariado tio do suplicante mandou vir a êste de Portugal que quasi sempre residiu na sua companhia, por falecimento do dito seu tio houve o suplicante a si a patente de Capitão-mór-Regente passado o mesmo, e doze atestações passadas pelo Exmo. Snr. Dom Luiz Antônio de Souza, e três pelo Exmo. Snr. Martim Lopes Lobo de Saldanha, e uma passada pelos Deputados da Real Junta desta Capitania, e duas passadas pelos Oficiais da Câmara da Vila das Lajes, e uma certidão passada pelo Tabelião da mesma vila e as conservou em seu poder perto de 3 anos na certeza de que os serviços constantes dos sobreditos papéis que fêz o seu falecido tio à Real Corôa pertencem ao suplicante como único sobrinho varão, e Legítimo herdeiro do mesmo que também trabalhou ajudando o dito seu tio a dar pronta execução às ordens do govêrno, que lhe foram dirigidas; e porque a requerimento do Tenente-Coronel Policarpo Joaquim de Oliveira e seu irmão Sargento-Mór Antônio Rodrigues de Oliveira pessoas totalmente estranhas com despacho de S. Excia. tirou o Juiz Ordinário, e o Tabelião da Vila de Parnaíba os papéis de serviços que fêz aquele Capitão-mór-Regente do poder do suplicante com o falso pretexto de que o mesmo suplicante era um simples caseiro do dito Capitão-mór, que tinha usurpado os ditos papéis, os quais acham neste juízo por entrega que fêz Sua Excia. a V.mce. como Juiz do Inventário para determinar entregá-los como entender ser de justiça por isso — P. a V.mce seja servido entregar os papéis dos serviços de que se trata ao suplicante de cujo poder foram violentamente tirados a quem sòmente pertencem, requerer com êles como legítimo herdeiro do falecido seu tio Capitão-mór, mandando lavrar têrmo de entrega, e recebimento dêles ao pé desta que se junte ao inventário pelo qual se obriga o Suplicante a torná-los a entregar em juízo no caso que se mostre lhe não pertencem por haver mais herdeiros, e de nenhuma sorte aos suplicados, que, como cunhados do falecido, nenhum direito têm neles.

E.R.M. Despacho — Entreguem-se os documentos ao suplicante assinado primeiro têrmo à que se oferece — Rocha — Acessor Carvalho".

Vamos agora transcrever um documento que é um fecho digno da grande vida do fundador de Lajes.

"Também estranha muito esta junta o incompetente procedimento com que essa Câmara se portou sôbre o sequestro ou apreensão que fêz em os bens do falecido (Correia Pinto), ao mesmo passo que confessa acharem-se-lhe quitações correntes dadas por esta Real Fazenda até 31 de janeiro de 1780, dia e ano em que êle se achava fora do governo e regência dessa vila e que até o dia em que êle novamente nela entrou não tinha tido contas algumas com a Real Fazenda e por cuja razão tão manifesta se mostra claramente ser feito o dito procedimento mais por ódio que por zêlo que essa Câmara tivesse do Real Serviço. Ordenamos a essa Câmara que logo que receber esta ordem levante o sequestro ou apreensão a que procedeu em todos e quaisquer bens do dito falecido e que sem a mínima

dúvida ou embaraço algum se entreguem tôdas as determinações do seu testamento aos seus herdeiros ficando a êsses o direito salvo para poderem haver dessa mesma Câmara todos e quaisquer prejuízos que lhes possam seguir ou se lhes tenham seguido: pois não é da mente de S. Magestade defraudar os bens de um vassalo depois de sua morte, havendo-o êste servido em vida com tanto zêlo e honra como fêz o sobredito capitão-mór-regente Antônio Correia Pinto.

Espera esta Junta que essa Câmara dê logo prontíssima execução ao que se lhe determina, cuja nos participará com a brevidade mais possível. São Paulo, 21 de novembro". Com a rubrica de S. Excia. e mais deputados da Real Junta.

A genealogia da população de Lajes não difere da do resto do nosso país. Três foram os afluentes étnicos que concorreram para a sua formação: o branco de origem portuguêsa, o africano e o indígena.

Os privilégios de que gozavam os primeiros povoadores de Lajes, como os de outras povoações sertanejas, de não serem prêsos e processados por dívidas e por crimes anteriores ao seu estabelecimento no lugar, atraíam, sem dúvida, para a nascente povoação, maus elementos.

Essa mácula é, entretanto, bastante atenuada, aos olhos do observador atento, pela presença, desde os primórdios do povoamento, de grandes famílias de procedência conhecida, como a dos Rodrigues de Oliveira, distinta família paulista à qual pertenciam D. Maria Antônia, mulher de Correia Pinto, o Tenente-Coronel Policarpo Joaquim de Oliveira, comandante de um corpo de milícias em São Paulo, e o Sargento-Mor Antônio Rodrigues de Oliveira que exerceu o cargo de juiz ordinário em Lajes; a dos Amaral Gurgel, também distinta família paulista, que era representada pelo Capitão-Mor Bento do Amaral Gurgel e por seus irmãos João e José do Amaral Gurgel; dos Sousas, cujo chefe, Mateus José de Sousa, foi abastado fazendeiro em Lajes, e, ao mesmo tempo, proprietário na cidade do Rio de Janeiro, era natural da Ilha Terceira; dos Córdovas, conhecida família santista, da qual foram membros distintos o licenciado João Damasceno de Córdova e Bento Ribeiro de Córdova, bisavô do autor pelo lado materno; dos Motas, cujo tronco foi o tenente Bento Soares da Mota, natural de Taubaté; dos Ataídes, que teve por tronco o capitão Manoel Rodrigues de Ataíde; dos Baltazar de Oliveira, dos Marques Arzão, dos Sousa Pereira, dos Barbosa Francos, dos Ribeiros do Amaral, dos Raposo Pires, dos Lins, dos Ribeiros da Silva e muitas outras.

Estas grandes famílias procedentes dos centros mais civilizados do Brasil Colonial, predominaram, como era de esperar, na formação do núcleo de população que se irradiou pelos vastíssimos campos do planalto catarinense.

O erudito Sr. Oliveira Viana, na sua conhecida obra "Populações Meridionais do Brasil", diz: "Nessas últimas bandeiras (as colonizadoras como era a de Correia Pinto) que são as bandeiras que realizam a obra superior e definitiva da colonização, vão todos os elementos necessários a uma organização social estável. Dentre êstes elementos heterogêneos, que as constituem, nem todos, porém, se fazem senhores de propriedades rurais. Certos fatores de ordem moral, de ordem étnica, de ordem econômica, de ordem social — visíveis uns, subtís outros, atuam num sentido francamente seletivo, de modo tal que a propriedade da terra vai caber, quasi exclusivamente, aos elementos ètnicamente superiores da massa imigrante. Fato prenhe de conseqüências, porque concerne com a formação antropológica da própria aristocracia territorial".

O alvará de 9 de setembro de 1820 desanexou de São Paulo e uniu a Santa Catarina a Vila de Lajes e todo o seu território. Correia Pinto fundou a povoação de Lajes em 8 de setembro de 1771. Durante quase cinqüenta anos, ou seja até 1820, a vila de Lajes pertenceu à Capitania de São Paulo.

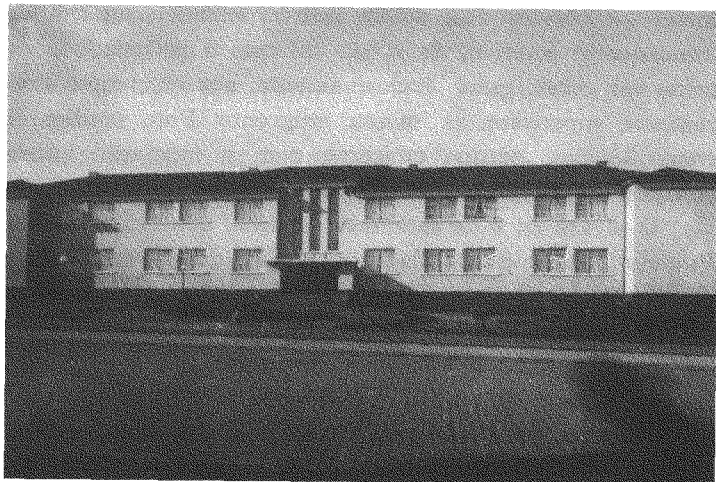
Durante dezessete anos viveu a vila isolada, no vastíssimo sertão, da Capitania de São Paulo, em luta contra as agressões dos silvícolas, que vinham até aos arredores da vila. O único caminho existente era o que ia sair no litoral, pela Serra dos Conventos, hoje Araranguá.

É aí que surge na história de Lajes a figura de um grande sertanejo, que foi o antepassado Capitão Antônio José da Costa, abrindo uma comunicação entre as vilas de São José e Lajes. O Capitão Antônio José da Costa é um antepassado da família Costa, filho do Sargento-Mor Tomaz José da Costa e de sua mulher Mariana Jacinta da Vitória. O casal veio em 1749, com os demais açorianos, de Portugal. Tomaz Costa e sua mulher eram da ilha dos Açores, de N.S. do Faial. Era Rei de Portugal D. João V. Daí se vê que a família Costa existe em Santa Catarina há duzentos anos, provada essa existência documentalmente. Um dos filhos de Tomaz Costa era o Capitão Antônio José da Costa, mais tarde morrendo no pôsto de coronel. Era casado com Páscoa Maria de Jeses Costa, que faleceu e foi inumada no antiguíssimo cemitério atrás da atual Igreja de São Francisco da Penitência, no Destêrro. Muitíssimos anos mais tarde procedeu-se à exumação dos ossos e ali encontraram o cadáver de D. Páscoa imputrescido, criando-se, no Destêrro, a lenda ou verdade, segundo a qual D. Páscoa teria morrido em "odor de santidade". Era em 1787 Governador de Santa Catarina, o Sargento-Mor de Artilharia José Pereira Pinto e Vice-Rei do Brasil D. Luiz de Vasconcelos e Souza.

À história de Lajes, como à de Santa Catarina, está ligado o nome do Capitão Antônio José da Costa, da mesma forma que ao bandeirismo dilatador de fronteiras estão ligados os nomes de Pais Leme, Bartolomeu Bueno, Borba Gato, Raposo Tavares e tantos outros.

Na obra "Memória Histórica de Santa Catarina", do Major Almeira Coelho, à página 194, lemos a descrição dos trabalhos e sofrimentos por que passou o Capitão Costa para abertura dessa picada. Em 11 de janeiro de 1787 começou a derrota, com 12 homens armados, 12 escravos e 7 bestas cargueiras. E depois, dia por dia, descreve sua viagem que começou na freguesia de S. José. Nenhuma trilha.

O sertão ignato! O audaz sertanejo vinha pelo sertão a dentro, até que em 13 de março do dito ano chegou a uma clareira da mata que denominou "Campo da Boa Vista".

Depois de algumas peripécias, no dia 25 de julho, encontra o capitão Antônio José da Costa um rio que corria para sudoeste. Já então era grande a falta de mantimentos e os agulhões que levava (bússolas) estavam muito pesados, "por causa das humidades".

Escola Normal Municipal

No dia 5 de agôsto chegou a um espaçoso rio que se chamava "Canoas" e aquêle por onde tinha vindo era o "Santa Clara".

Desceu rio abaixo numa jangada e veio a sair na guarda do Rio Canoas, onde encontrou o administrador do Registro e dois soldados do Regimento da Capitania de São Paulo.

Êste Registro era no rio Canoas, na estrada que hoje vai a Curitibanos, via Correia Pinto.

Dali, o passo do Rio Canoas, o Capitão Costa veio à Vila de Lajes, a 15 de agôsto de 1787 e retirou-se pela estrada que vai à Laguna, pela Serra dos Conventos.

"E confesso a V.S.", — diz o Capitão Costa, em seu relato, — "que tenho narrado as principais circunstâncias de minha derrota, não tinha dito meia palavra a respeito dos meus incômodos e despesas, que julgo fáceis de compreender por todo aquele que tivesse o projeto de atravessar um sertão inculto, muitas vezes com risco da própria vida e com táculo da passagem da Serra para a Vila de Lajes, que aliás se julgava impenetrável e que na verdade seria, a não ter sido bafejada pela felicidade, que não devo atribuir às minhas deligências, antes devo considerar como uma conseqüência feliz e infalível dos sábios e bem fundados projetos do Ilmo. e Exmo. Sr. Vice-Rei, para cujo governo estava reservada a época dêste descobrimento".

Foi assim que começou em 1787, a ligação entre a Vila de Lajes e a Ilha de Santa Catarina.

Antes nunca por aí passou alguem. Nunca!

Era o sertão impenetrável, tanto que da altura de Santa Clara veio, jangada abaixo, sair no passo de Canoas.

Nem sabemos de outro que tivesse, depois dêle, descido o Rio Canoas, de jangada ou de canoa. O Rio Canoas é conhecido pelos vários trechos ou extensão pelos possuidores limítrofes, não constando que um só o tivesse navegado, como se diz em linguagem vulgar, de ponta a ponta, na grande extensão em que o fêz o Capitão Costa, desde o Santa Clara até o passo na estrada de Curitibanos, em uma jangada, há cêrca de cento e sessenta anos.

Tudo que ocorreu, depois em sua derrota, o Capitão Costa descreve como sucedeu e porque dotado que era de um grande poder de previsão.

Entre outras grandes vantagens alude à retirada de tropas da Ilha de Santa Catarina, em caso de invasão; à circulação fácil e pronta para o comércio de seus habitantes; ao estabelecimento de habitantes, diz êle, textualmente, para fabricação das mais belas e deliciosas fazendas, numa vasta extensão; aos diferentes ramos de comércio, as culturas e aproveitamentos de uma quantidade tão prodigiosa de pinheiros.

Era em 8 de setembro de 1787 — há 156 anos, — que o sertanejo previa êsse futuro para Lajes: o aproveitamento de uma quantidade tão prodigiosa de pinheiros.

E foi por essa obra, no seu aspecto material de abrir um picadão, e pelas suas considerações, pelos seus trabalhos, por êsse dom quase profético, que o Vice-Rei D. Vasconcelos e Sousa, grandemente, o elogiou em documento público.

E Lajes de nossos dias tem como fonte de sua riqueza, a garantir-lhe um futuro sorridente, a indústria madeireira.

Duzentos e sessenta quilômetros separam Lajes do pôrto de mar; a nossa rodovia-motor desdobra-se quase através de montanhas, descendo e subindo o vale de Canoas, descendo e subindo o vale do Itajaí, e depois todos aquêles acidentes até o morro do Cedro; sòmente de Teresópolis em diante a estrada corre por terrenos planos. Não obstante, os caminhões descem carregados de pinho de Lajes. Está sendo aproveitada aquela "prodigiosa quantidade" de pinheiros a que se referia o bandeirante Antônio José da Costa quando, em sua marcha dentro do sertão catarinense, chegou ao altiplano de Lajes, no ano de 1787, e divisou aquela "prodiosa quantidade de pinheiros".

As terras eram vendidas consoante a maior capacidade de gado vacum que comportavam; ninguém olhava o pinhal, que sòmente servia para que os porcos se alimentassem de seus frutos, e a própria terra de cultura não se valorizava.

A dificuldade de transporte dos produtos agrícolas embargava o desenvolvimento agrário. Hoje, o interessado, ao invés de olhar sòmente o tapete verde dos campos, olha para as taças verdes que se formam na copa dos pinhais e avalia a terra consoante a existência de pinheiros por milhão de metros quadrados. Foi a essa riqueza que se referia em 1787 o Capitão Antônio José da Costa quando falava dêsse futuro que representava a "quantidade prodigiosa de pinheiros".

Lajes, já então com a sua estrada de cargueiro e embora com o perigo dos silvícolas, ia vivendo pacìficamente, como lioleta perdida no êrmo, no sertão longínguo — longínquo e embastido; póvoa que a audácia de um bandeirante erguera às margens do Caveira, nos confins da Capitania de São Paulo.

Um dia, em 9 de março de 1839, a vila é invadida pelas fôrças farroupilhas. Uma segunda invasão ocorre no mesmo ano e na vila, então tornada histórica, proclamam a República, no dia memorável de 11 de março de 1839. A 15 de novembro do mesmo ano, os lajeanos reagem e sacodem o jugo do govêrno ilegal, graças às fôrças do Brigadeiro Francisco Xavier da Cunha que, entretanto, morreu heròicamente em 2 de dezembro daquêle ano no grande combate às margens do Rio Pelotas. Nova invasão sofreu Lajes, até que as fôrças farroupilhas foram destroçadas às margens do Marombas, em Curitibanos. Todavia os rebeldes sòmente abandonaram Lajes em fevereiro de 1841. Sòmente pelo Decreto n.º 500, de 25 de maio de 1850, foi a vila elevada à categoria de cidade. Foi então

elevada a cabeça de Comarca. Com o correr dos anos, a vastíssima comarca foi sendo reduzida em sua extensão territorial. Primitivamente desmembraram o território de N. S. do Amparo do Campo de Palmas; depois, Campos Novos, Curitibanos, São Joaquim e, ùltimamente, Bom Retiro.

Em 15 de novembro de 1889 proclama-se no Rio de Janeiro a República e Lajes, dois dias depois, isto é, a 17 do citado mês, aderiu à nova forma de govêrno. Foi soleníssima e memorável a reunião daquele 17 de novembro de 1889. Presidiu-a o Dr. Edelberto Licínio da Costa Campelo, Chefe de Polícia aqui em missão especial naqueles dias em que se aderiu à nova forma de govêrno.

Os velhos partidos políticos monárquicos — o Liberal e o Conservador — que por longos anos se digladiaram nas urnas, naquele dia memorável de 17 de novembro de 1889 abateram suas armas. Ensarilharam-nas em face de idéia triunfante, pela qual se bateram tantos brasileiros ilustres e em Santa Catarina um pugilo de homens, entre os quais se salientava José Veiga e Antônio Justiniano Esteves Júnior. Estava no poder o Partido Liberal e na Presidência da Província Luiz Alves Leite de Oliveira Belo. Começou então vida nova para Lajes. Em 1888 era presidente da Província o Coronel de Engenheiros Augusto Fausto de Sousa. Êsse ilustre governante tinha suas vistas voltadas para Lajes — antevia-lhe o futuro promissor, como outrora o antevira o Capitão Antônio José da Costa, quando falava na prodigiosa quantidade de pinheiros do altiplano catarinense. Êste bandeirante, sabemos, rasgou o primeiro picadão, em plena selva, buscando os campos de Lajes em 1787, conforme se lê na "Memória Histórica da Província de Santa Catarina", de Almeida Coelho, já tantas vêzes citada. Através de um século foi aquêle picadão o meio de comunicação com a Ilha e a Capital "Destêrro". Em 1888, o Coronel de Engenheiros Dr. Augusto Fausto de Sousa deu início à construção da Estrada de rodagem para Lajes, construindo os primeiros cinqüenta quilômetros, até Teresópolis. Daí o seu nome ser guardado em uma das ruas da cidade — tributo de autêntica e sincera gratidão do povo lajeano a quem manifestou e demonstrou tão vivo interêsse pelo futuro da região serrana catarinense. Estava-se em véspera da República e o Cel. Augusto Fausto de Sousa, combatido vivamente por uma fração do Partido Conservador, então cindido, pouco se demorou no govêrno da Província. Proclamada a República, Lajes iniciou uma vida nova, começando por ter mais viva atuação nos destinos de Santa Catarina.

A primeira assembléia constituinte republicana foi eleita em 8 de março de 1891 e foi presidida por Francisco Tolentino. Lajes mandou à constituinte, como seus representantes, João Costa e Vidal Ramos. Todos os antigos representantes à memorável Assembléia Constituinte desapareceram já do cenário da vida. E desde então Lajes começou a mandar à Assembléia Estadual as figuras da sua política. E o Partido Republicano Catarinense foi obtendo mais viva atuação nos destinos de Santa Catarina, até elevar ao poder, por dois quadriênios, aquêle conterrâneo, figura exponencial do nosso valor e do nosso prestígio, apoiado por um grupo de valorosos conterrâneos que, como êle, sabiam ser chegada a hora de o grande município serrano ser ouvido nos conselhos da política e da administração. No seu govêrno teve como lema "Instrução e Viação". Construiu estradas e grupos escolares, calcando a reforma da instrução nos moldes educacionais do ensino paulista. E Santa Catarina teve o impulso que lhe deram as estradas e a sua magnífica gestão financeira. E Santa Catarina teve a compreensão — o povo e o govêrno — da lição de Rui, quando disse que a "instrução é dote que se não gasta; é direito que se não perde e é liberdade que não se limita".

Outros governos que sucederam ao govêrno Vidal Ramos impulsionaram o movimento rodoviário e ampliaram o ensino público nos moldes educacionais de São Paulo e dentre êles o govêrno Hercilio Luz, no seu entranhado amor à terra catarinense, que êle desejou sempre grande no concêrto da Federação Brasileira.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — A criação do município de Lajes foi determinada por instruções expedidas ao Morgado de Mateus, pela Carta Régia de 26 de janeiro de 1765. A criação do distrito data de 20 de junho de 1767 ou simplesmente do ano de 1768.

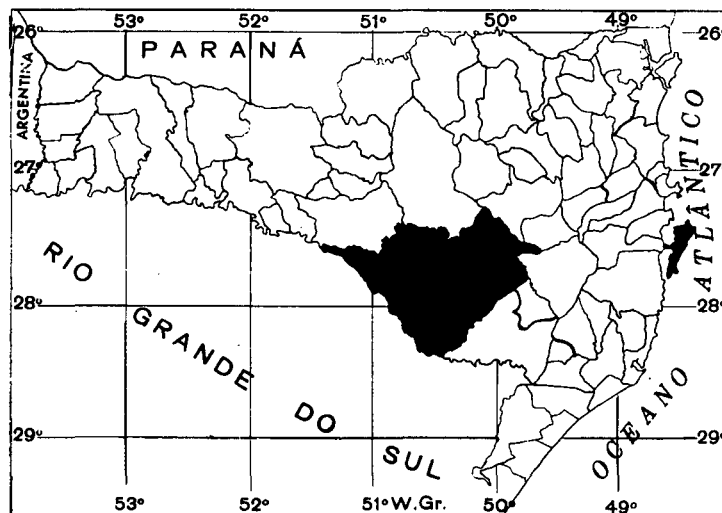
O município foi criado a 6 de setembro de 1770, sendo instalado a 22 de maio do ano seguinte, com território desmembrado da antiga Capitania de São Paulo e anexado a Santa Catarina por alvará de 9 de setembro de 1820.

Em virtude da Lei providencial n.º 500, de 25 de maio de 1860, a sede municipal foi elevada à categoria de cidade .

A comarca de Lajes foi criada pela Lei provincial n.º 444, de 2 de março de 1858, extinta pela Lei n.º 561, de 29 de abril de 1865 e restaurada pela lei provincial número 564, de 15 de março de 1866.

O quadro administrativo e judiciário em 1-III-958, era o seguinte: Comarca, Têrmo e Município. Distritos componentes: Lajes (sede), Anita Garibaldi, Bocânia do Sul, Campo Belo do Sul, Capitão Alto, Cêrro Negro, Correia Pinto, Indios, Painel, Palmeira, São José do Cerrito.

A atual legislatura teve início em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Vidal Ramos Júnior e constituída a Câmara Municipal de 13 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Lajes localiza-se na zona fisiográfica dos Campos de Lajes. A cidade fica a 176 km em linha reta da Capital do Estado e possui as seguintes coordenadas geográficas: 27° 48' 57" de latitude sul e 50° 19' 30" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Na sede municipal, 900 metros sendo o 68.º lugar em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina, somente superado pelas cidades de Itaiópolis, Campos Novos, Urubici e São Joaquim.

CLIMA — O clima em geral é frio, porém sêco. No verão, a temperatura chega a atingir mais de 30ºC. O inverno apresenta temperatura inferior a 0ºC e geadas freqüentes, alcançando a neve a altura de aproximadamente um metro, em alguns pontos.

As chuvas predominam na primavera, sendo a precipitação anual, em geral, inferior a 1 500 mm.

A umidade relativa alcança, no máximo, 84%.

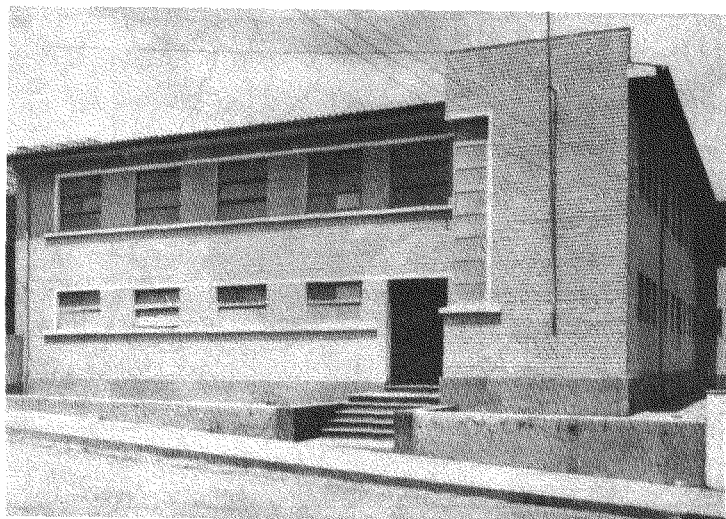
ÁREA — A área do município é de 10 145 km², figurando em 1.º lugar em relação às áreas das demais comunas. Lajes é hoje, pois, em área, o maior município de Santa Catarina.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rios: Canoas, Pelotas, Caveiras e Levatudo, pertencentes à Bacia do Prata. Saltos: do Rio Caveiras, explorado pela Cia. Catarinense de Fôrça e Luz; do Canoas e do Pelotinhas. Serras: da Farofa, Conta Dinheiro e do apão Alto.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) Riquezas minerais: pedra-ferro, barro para olaria e cascalho.

b) Vegetais: lenha, pinho, imbuia, cedro, ipê, cambará, angico, cocão, bugre, gameleiro, tarumã e sobragé.

c) Animais: abelhas silvestres, perdizes, veados, cotias, grachains, jundiás, traíras.

POPULAÇÃO — A população de Lajes, segundo o Recenseamento de 1950, era de 77 234 habitantes e tinha a seguinte composição: homens 38 931; mulheres 38 303, brancos 68 631, pardos 2 193, pretos 6 398, amarelos 3 e 9 não declararam o côr. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 41 255, 12 918 eram solteiras, casadas 25 352, viúvas 1 822, desquitadas 40, e 1 023 não declararam o estado conjugal. Existiam 180 estrangeiros e 48 brasileiros naturalizados. Em religião predominaram os que se declararam Católicos Romanos, em número de 75 651, as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade era de 7,6 habitantes por km², ocupando o 64.º lugar no Estado. 77,5% da população localiza-se no quadro rural, sendo esta percentagem menos elevada no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina que é de 76,4%. Situa-se em 2.º lugar na relação dos municípios mais populosos do Estado, precedido apenas de Chapecó.

Centro de Saúde Municipal

A cidade, todavia, ocupa o 5.º lugar em população, em relação às demais cidades do Estado.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município, em 1958, era de 85 134 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São dez as aglomerações urbanas do município: a cidade de Lajes com 14 596 habitantes (6 906 homens e 7 690 mulheres) e as vilas de: Anita Garibaldi, com 365 habitantes (191 homens e 174 mulheres); Bocaina do Sul, com 239 habitantes (126 homens e 113 mulheres); Campo Belo do Sul, com 268 habitantes (126 homens e 142 mulheres); Capão Alto, com 128 habitantes (63 homens e 65 mulheres); Correia Pinto, com 89 habitantes (39 homens e 50 mulheres); Índio, com 230 habitantes (122 homens e 108 mulheres); Painel, com 579 habitantes (298 homens e 281 mulheres), e Palmeira, com 365 habitantes (169 homens e 196 mulheres), conforme dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu, no ano de 1955, a Cr$ 337 007 979,00.

O município assenta sua economia, principalmente, na pecuária e na indústria. A produção de pinho serrado, pranchões, tábuas, etc. atingiu, no ano de 1955, a 236 672 m³, no valor de Cr$ 182 939 317,00; seguindo-se clicheria em geral (Cr$ 44 835 116,00); edifícios construídos no valor de (Cr$ 25 645 000,00); madeiras compensadas .... (6 387 m³, no valor de Cr$ 20 712 863,00); caixas de madeira desarmadas (230 129 m³, no valor de Cr$ 7 323 302,00).

Dos 166 estabelecimentos industriais 122 dedicam-se a madeira serrada de pinho e 2 a caixas de madeira desarmadas.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) 18,87% estão ocupadas no ramo "Agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: milho, feijão (grão), alfafa, trigo, batatinha, cebola, fumo em fôlha, aipim, aveia (grão), abóbora, bata-doce, mandioca, alho, arroz, ervilha, amendoim com casca, centeio, melancia, tomate, cana-de-açúcar, fava e cevada; como culturas permanentes, temos: pêssego, pêra, maçã, uva, laranja, caqui, bergamota, figo, limão, marmelo. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 188 916 290,00. O valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de .... Cr$ 1 244 562 000,00. A percentagem da população ativa na indústria é de 3%.

No que se refere à produção estrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes, os principais produtos, com referência ao ano de 1957:

a) De origem mineral: telhas (85 000 ml, no valor de Cr$ 297 500,00); tijolos (200 000 ml no valor de .... Cr$ 460 000,00); cascalho (1 000 000 kg, no valor de .. Cr$ 200 000,00);

b) De origem vegetal: pasta mecânica (914 495 kg, no valor de Cr$ 3 292 182,00); pinhão (875 000 kg, no valor de Cr$ 1 750 000,00); celulose (910 174 kg, no valor de Cr$ 30 204 757,00).

No que se refere a produtos transformados ou não de origem animal, a produção atingiu, em 1956, o valor de Cr$ 95 463 023,00, sendo os principais produtos: charque (400 535 kg, no valor de Cr$ 16 021 400,00); leite ...... (3 005 726 litros, no valor de Cr$ 15 208 630,00); lingüiça (304 842 kg, no valor de Cr$ 12 193 680,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se mais de quinhentos estabelecimentos comerciais. (7 atacadistas e 516 varejistas) e uma Agência da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina. Funcionam ainda no município as agências dos seguintes bancos: Banco do Brasil Sociedade Anônima, Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO), Banco Nacional do Comércio Sociedade Anônima, Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. e Banco da Lavoura de Minas Gerais S.A.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 12 emprêsas rodoviárias para passageiros, 5 para carga e 2 aéreas para passageiros e cargas.

Dista o município cêrca de 272 quilômetros da Capital do Estado por rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por rodovia: 130 quilômetros até a cidade de Rio do Sul; 84 quilômetros até a cidade de Curitibanos; 146 km até a cidade de Campos Novos; 91 quilômetros até a cidade de São Joaquim; 146 km até a cidade de Urubici; 122 km até a de Bom Retiro; 135 km até a de Ituporanga; 188 km até a de Lagoa Vermelha; 113 quilômetros até a de Vacaria; e 177 km até a de Bom Jesus, estas três últimas no Rio Grande do Sul.

Na cidade funciona uma Agência Postal Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma estação de rádio da Polícia Militar do Estado, uma estação radiotelegráfica da Viação Aérea Rio-Grandense (VARIG), uma da Transportes Aéreos Catarinense e uma Agência Telefônica de uso público, da Companhia Telefônica Catarinense.

No restante do município funcionam 7 agências Postais e 3 Postais Telefônicas do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Lajes tem 14 596 habitantes, sendo a 5.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina, e conta com 124 logradouros, dos quais 23 totalmente pavimentados e 18 parcialmente pavimentados. É servida de luz elétrica, com 3 182 ligações domiciliares. Os edifícios mais importantes são: Catedral Metropolitana, construída em blocos de arenito, Prefeitura Municipal, Colégio Diocesano, Escola Normal, Edifício Marajoara, Edifícios dos Correios e Telégrafos, Forum, Maternidade Tereza Ramos, Diretoria de Estradas de Rodagem, Edifício do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. e Hospital Nossa Senhora dos Prazeres.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica no município é prestada à população por 18 médicos, 18 dentistas, 25 farmacêuticos e 10 auxiliares de saúde.

Dois hospitais, 1 maternidade, 1 centro de saúde e 1 núcleo Regional do SESI, servem à população com assistência médica em geral.

Existem 30 farmácias no município.

ASILOS E RECOLHIMENTOS — Na cidade existe o Asilo Vicentino da Velhice Desamparada para pobres, abrigando 36 internados e o Orfanato Nossa Senhora das Graças, para meninas, abrigando também 36 internadas.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, existiam no município de Lajes 63 115 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 29 011, ou seja 45,9% sabiam ler e escrever. Dêsse total, 15 899 eram homens e 13 112 mulheres. Na sede municipal, das 12 299 pessoas de cinco anos e mais, 8 162 sabiam ler e escrever, sendo 4 244 homens e 4 368 mulheres.

Ensino — Em 1956, funcionaram na cidade e no resto do município, 282 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 11 669 alunos, assim distribuídos: Pré-primário Infantil, 1 unidade, com 117 alunos; Fundamental Comum, 274 unidades, com 11 387 alunos; Fundamental Supletivo, 2 unidades, com 56 alunos e Complementar, 5 unidades, com 109 alunos.

Relativamente ao ensino extraprimário, funcionaram no município os seguintes estabelecimentos: Colégio Diocesano (Curso Ginasial, Colegial e Científico); Escola de Comércio Santo Antônio (Técnico de Contabilidade); Escola Normal e Ginásio Estadual Vidal Ramos (Curso Ginasial-Normal); Escola Técnica de Comércio de Lajes (Curso Técnico de Contabilidade); Seminário Diocesano (sacerdotal), um Curso de Pilotagem, Escola Agrícola Coronel Caetano Costa (Curso de Prática Agrícola); um Curso de Datilografia; dois de Música e um Curso de Esperanto.

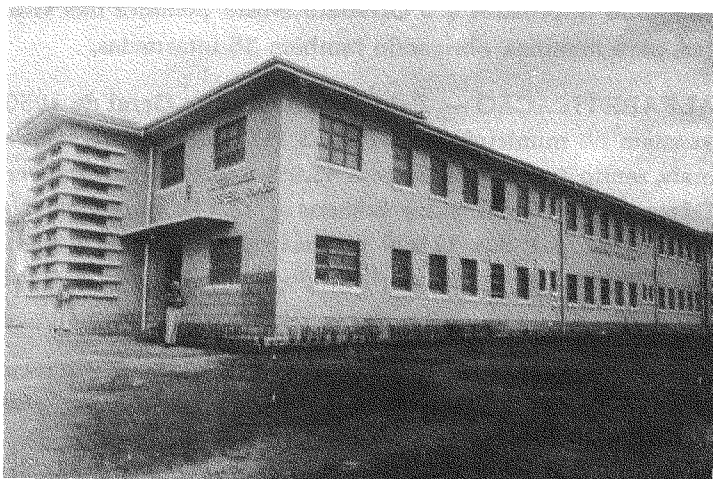
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Das 16 Associações Desportivas e Culturais, 14 dedicam-se às atividades desportivas. A cidade possui 4 cinemas: Cine Teatro Marajoara, com 800 lugares; Cine Avenida, com 1 058 lugares; Cine Teatro Carlos Gomes, com 550 lugares; Cine Teatro Tamoio S. A., com 900 lugares.

Imprensa Periódica — 5 jornais: Correio Lajeano, Guia Serrano, Jornal de Lajes, A Voz do Povo e O Planalto.

Radiodifusão: Rádio Clube de Lajes — ZYW-3, e Rádio Diário da Manhã — ZYT-30.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	3 489	10 057	4 462	2 280	4 279
1951	5 025	4 523	5 488	3 287	5 297
1952	6 373	11 650	8 878	4 058	8 473
1953	8 022	15 523	8 578	4 513	8 969
1954	10 293	24 581	9 428	4 671	6 500
1955	18 954	30 498	12 813	5 625	11 948
1956	26 404	45 789	17 281	6 903	16 687

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Bustos de Vidal Ramos, Manoel Thiago de Castro, Getúlio Vargas e Dr. Cesar Sartori. Estátua do Dr. Nereu Ramos e Monumento Comemorativo da conclusão das Obras do Campo de Aviação.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As principais manifestações populares do município são de caráter religioso, como sejam: Festa de Nossa Senhora dos Prazeres, padroeira da cidade e a tradicional festa de Santa Cruz, a 13 de maio.

Maternidade Teresa Ramos

No tocante a cultos, registra-se o seguinte: Culto Católico Romano: Paróquia de São Judas Tadeu, com 2 sacerdotes, 1 Igreja Matriz. Paróquia de Nossa Senhora dos Prazeres, com 15 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, 48 capelas públicas e 6 semipúblicas. Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, com 5 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, 6 capelas públicas. Paróquia de Nossa Senhora da Boa Viagem, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz, com 11 capelas públicas. Paróquia de Santa Bárbara, com 2 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, 24 capelas públicas. Paróquia de São Sebastião, com 1 sacerdote, 1 Igreja, 7 capelas públicas.

Culto Protestante: Uma Igreja Presbiteriana e Igreja Evangélica Assembléia de Deus.

Culto Espírita: 3 Centros Espíritas.

Comemora-se, ainda no município: — 3 de maio — festividade de Santa Cruz; — 22 de maio — instalação do município — 1771. — 15 de agôsto — festa de Nossa Senhora dos Prazeres, padroeira.

VULTOS ILUSTRES — DR. NEREU RAMOS, nascido a 3 de setembro de 1888, em Lajes, filho do ex-governador do Estado, Vidal José de Oliveira Ramos e de D. Tereza Fiuza Ramos. Fêz os seus estudos de humanidades no Ginásio N. S. da Conceição dos padres da Companhia de Jesus, na cidade de São Leopoldo, Rio Grande do Sul. Formou-se em Direito em 1909, pela tradicional Faculdade de Direito de São Paulo. Logo depois de formado abriu escritório de advocacia em sua cidade natal. Em 1911 e 1912, estêve em missão diplomática na Europa. Regressando ao Brasil, reabriu seu escritório de advogado em Florianópolis. Em 1911 foi eleito Deputado Estadual, renunciando no ano seguinte ao mandato por ter seguido para a Europa. Em 1918 foi novamente eleito para a Assembléia do Estado. Dedicou-se ao jornalismo, tendo dirigido vários órgãos da imprensa do seu Estado. Por ocasião da campanha da Reação Republicana (Nilo Peçanha), foi um dos chefes daquele movimento cívico. Mais tarde, participou da Aliança Liberal, como um de seus líderes. Eleito Deputado Federal pela oposição em 1930. Em 1933 foi pelo seu Estado enviado à Assembléia Constituinte, na qual lhe coube fazer parte da Comissão Constitucional, relatando o capítulo referente ao Poder Judiciário. Restabelecido o regime constitucional do país, voltou ao Congresso, como Deputado Federal por Santa Catarina, em 1935. Em maio dêsse ano recebeu de seus coestaduanos o mandato de Governador, que exerceu até 1937, ano em que foi nomeado Interventor, pôsto em que continuou a administrar Santa Catarina até outubro de 1945. Nas eleições de 2 de dezembro dêsse ano recebeu o mandato de Senador, em cujo exercício tomou parte nos trabalhos da Assembléia Constituinte de 1946, sendo escolhido para líder da maioria e Presidente da Comissão de Constituição. Promulgada a nova Constituição, foi eleito Vice-Presidente da República, cargo em que lhe coube presidir o Senado Federal. Posteriormente, como Deputado Federal e Presidente da Câmara dos Deputados, em 11 de novembro de 1955, foi guindado à Presidência da República. Exerceu, ainda, recentemente o Ministério da Justiça. Professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito de Santa Catarina, membro da Academia Catarinense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico.

Dr. Nereu Ramos faleceu a 16 de junho de 1958, vítima de um desastre de avião, ocorrido a 30 quilômetros do aeroporto de Curitiba—PR.

CORONEL VIDAL DE OLIVEIRA RAMOS — Também outra figura de destaque na política. Nasceu em 1864. Como deputado estadual, formou entre os constituintes de 1891. Exerceu a vice-governadoria do Estado de Santa Catarina de 1902 a 1906. Foi eleito governador do Estado para o quatriênio de 1910-1914. A sua passagem pelo executivo estadual deu-lhe ensejo de executar uma grande reforma do ensino primário, tarefa para a qual encontrou eficiente e fiel executor no inesquecível professor Orestes Guimarães. Como senador, representou o seu Estado de 1914 a 1926 e de 1935 a 1937. Faleceu em 1954.

FELIPE SCHMIDT — Militar e político catarinense. Nasceu em 1859 e faleceu em 1930. Assentou praça em 1876 no 2.º Regimento de Artilharia Montada, matriculando-se na Escola Militar, no curso preparatório, adido ao Batalhão de Engenheiros. Em 1890, quando tenente, foi eleito deputado por Santa Catarina. Promovido a capitão, foi eleito governador do Estado no quatriênio de 1894-1898. De 1902 a 1911 foi senador pelo seu Estado. Novamente eleito senador em 1911, exerceu êsse cargo até 1914, interrompendo-o nesse ano para assumir a governadoria do Estado, para cujo mandato foi reeleito para o quatriênio de 1914--1918. Nesta legislatura, resolveu o velho litígio de limites com o Estado do Paraná. De 1919 a 1928, voltou ao Senado. Morreu em 1930 no pôsto de general do Exército.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "Lageanos".

Parece fora de dúvida que a denominação de "Campos das Lajes" partiu dos tropeiros paulistas, talvez do próprio Correia Pinto.

Mafra, o inexcedível defensor da integridade do território catarinense que examinou velhos arquivos com o cuidado que as suas responsabilidades exigiam, diz: "Nenhum documento anterior a 1 766 se conhece que decline a palavra Lajes. Foi de 1765 a 1766 que Correia Pinto informou ao Morgado de Mateus em Santos, sôbre a existência dos "Campos das Lajes" e acrescenta que a Patente de Capitão-Mór e a ordem para fundar povoação são os primeiros documentos em que se faz referência a Lajes".

Assim, parece evidente que foram os tropeiros que deram o nome aos campos em que invernavam suas tropas,

destinadas à feira de Sorocaba, o qual ficou perpetuado na histórica cidade planaltina.

Antes de ter o nome de "Campos das Lajes" é de supor que êles estivessem incluídos na denominação de "Campos da Vacaria", porque é certo que o gado selvagem encontrado em grande quantidade no planalto em 1728, transbordou da margem esquerda para a direita do rio Pelotas, vadeável em muitos pontos do seu curso pelo território do atual município de São Joaquim.

Lajes é sede de Comarca e Têrmo.

É também sede de Bispado, sendo seu primeiro bispo D. Frei Daniel Hostin, coadjuvado por D. Afonso Niheus.

Na cidade está sediado o 2.º Batalhão Rodoviário. Com a abertura da Estrada de Rodagem Federal BR-2, Rio Negro—Caxias, a cidade tornou-se um grande centro rodoviário. Daí seu progresso nos últimos 20 anos.

A cidade conta com 14 hotéis, 1 aeroporto e 5 jornais.

Em 1957, era o seguinte o número de veículos no município:

a) Veículos a motor: Automóveis 363, jipes 146, ônibus e micro-ônibus 52, camionetas 244, motociclos 35, ambulâncias 1, caminhões 824 e tratores 104.

b) Veículos à fôrça animada: carros de 2 ou 4 rodas 65, bicicletas 750, carroças de 4 rodas 1 275.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

LAURO MÜLLER — SC

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — A descoberta das jazidas carboníferas de Lauro Müller, datam de 1841, quando o Dr. Parigot, comissionado pelo Govêrno, visitou esta região, a fim de proceder a estudos geológicos. Os primeiros indícios da existência de hulha negra foram dados em Laguna por tropeiros que, procedentes do Planalto Serrano, demandavam àquela cidade.

Ditos tropeiros, quando estacionavam na localidade de Barro Branco, juntando pedras para usá-las como trempe, a fim de ferverem suas panelas, notaram que essas pedras ardiam, desconhecendo que se tratava de carvão mineral. Êsse fenômeno foi por êles relatado, posteriormente.

Em 1861, o Govêrno celebrou contrato com o Visconde de Taunay para a lavra de carvão mineral, numa área de 2 léguas quadradas.

Êste contrato foi muitas vêzes prorrogado e, finalmente, renovado em 1880. Em 1874, o Govêrno Imperial dava aos inglêses a concessão de construir a Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, que foi terminada e inaugurada em 1885. Data, portanto, de 1885 a fundação da localidade de Lauro Müller, com a vinda dos inglêses para explorarem o carvão, o que fizeram até o ano de 1912, ficando os serviços paralisados até maio de 1916.

A 25 de setembro de 1905, a então estação das Minas passou à denominação de Lauro Müller, dada pelo engenheiro Álvaro Rodovalho Marcondes dos Reis, em homenagem ao então Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Dr. Lauro Severiano Müller.

Vista aérea parcial da cidade

Em 24 de dezembro de 1914, foi criado o distrito de Lauro Müller, tendo sido instalado, a 12 de janeiro do ano seguinte.

Em maio de 1916, Henrique Lage reiniciou os trabalhos de extração do carvão, mandando para aqui o engenheiro suíço Walter Vetterli, a fim de proceder a sondagens e conhecer as possibilidades das jazidas. Dada a sua capacidade de trabalho, organização e tino administrativo, foi o mesmo nomeado gerente das então Minas de Lauro Müller, advindo daí o ter sido esta localidade mais conhecida pelo topônimo de Minas, do que pelo de Lauro Müller.

Em setembro de 1922, foi extinta a firma Minas de Lauro Müller e, fundada a Companhia Nacional Mineração de Carvão, do Barro Branco, que perdura até os dias atuais.

Lauro Müller é, pois, o berço da indústria extrativa do carvão mineral em Santa Catarina.

Com a elevação de Orleães a Município, em 1921, Lauro Müller foi elevada à categoria de Vila.

Como distrito, Lauro Müller permaneceu até que, pela Resolução n.º 89, de 25 de outubro de 1956, a Câmara Municipal de Orleães autorizou o desmembramento do distrito de Lauro Müller, tendo a dita Resolução sido aprovada pela Lei n.º 273, de 6 de dezembro daquele ano, da Assembléia Legislativa Estadual.

O Município de Lauro Müller, foi solenemente instalado, a 20 de janeiro de 1957.

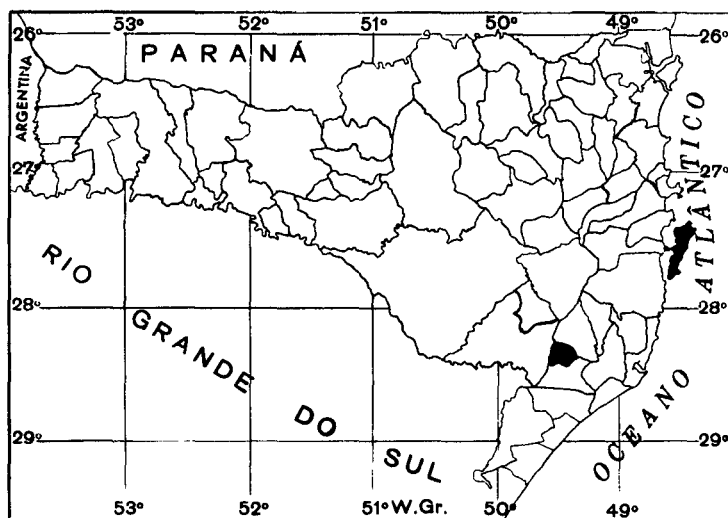
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — Pela Lei municipal n.º 14, de 24 de dezembro de 1914, foi criado o distrito de Lauro Müller, sendo instalado, a 12 de janeiro de 1915.

Pela Resolução n.º 89, de 25 de outubro de 1956, da Câmara Municipal de Orleães, foi autorizado o desmembramento do Município para formação do Município de Lauro Müller.

Essa Resolução foi aprovada pela Lei n.º 273, de 6 de dezembro do mesmo ano, da Assembléia Legislativa do Estado, sendo instalado a 20 de janeiro de 1957.

O Município pertence à Comarca e Têrmo de Orleães. O seu quadro administrativo, em 1.º-III-1958, era o seguinte: Município: Lauro Müller, constituído sòmente do distrito da Sede.

A atual legislatura teve início em 1957, tendo sido eleito Prefeito, o Sr. Flávio Righetto e constituída a Câmara Municipal de 7 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Lauro Müller localiza-se na zona fisiográfica de Laguna. A cidade fica a 120 km em linha reta da Capital do Estado, possuindo as seguntes coordenadas geográficas: 28° 23' 00" de latitude sul e 49° 24' 00" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Na Sede Municipal 198 metros, sendo o 33.° lugar em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — O clima, em geral, é quente, não obstante a presença constante de ventos do quadrante norte. É sêco no verão, alcançando mesmo a temperatura de 35°C. Nessa época há predominância de chuvas, com fortes trovoadas.

No inverno, o frio é mais intenso nos contrafortes da serra Geral, onde a temperatura chega a menos de 0°C.

ÁREA — A área do Município é de 299 km², figurando em 68.° lugar em relação às áreas das demais comunas, sendo, portanto, classificado como um dos menores municípios do Estado.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Tubarão, que tem sua nascente neste Município. Rio Capivara, que serve de limite com o Município de Orleães. Serra Geral, que faz a divisa com o Município de São Joaquim. Salto do rio Capivara, com 80 metros de altura.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) de origem mineral — carvão mineral; b) de origem vegetal — madeiras em geral.

POPULAÇÃO — A população de Lauro Müller, segundo o Recenseamento de 1950, era de 13 921 habitantes, e tinha a seguinte composição: 6 998 homens e 6 923 mulheres.

A densidade era de 46,5 habitantes por km², ocupando o 9.° lugar no Estado. Da população, 80,3% localiza-se no quadro rural, sendo esta percentagem das menos elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina que é de 76,4%. Situa-se em 49.° lugar, com referência à população dos municípios do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 22.° lugar em população.

Recente estimativa do Departamento Estadual de Estatística, atribuiu ao Município a população de 14 709 habitantes, em 1958.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção agrícola atingiu, no ano de 1957, a Cr$ 4 819 350,00.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957: a) de origem mineral — barro ou argila 4 800 kg no valor de Cr$ 192 000,00; carvão de pedra 180 000 t no valor de Cr$ 72 000 000,00; pedras para alicerce 2 000 m³ no valor de Cr$ 600 000,00; b) de origem vegetal — carvão vegetal 70 000 kg no valor de Cr$ 70 000,00; dormentes 14 000 unidades no valor de Cr$ 980 000,00; lenha 200 000 metros cúbicos na valor de Cr$ 10 000 000,00; c) de origem animal — couros 260 unidades no valor de Cr$ 7 600,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o Município contam-se mais de dez estabelecimentos comerciais (14 varejistas). Funciona, também, no Município, a Agência do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O Município é servido por uma emprêsa rodoviária para passageiros e uma ferroviária, a Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, para passageiros e cargas.

Dista a cidade cêrca de 182 km da Capital Estadual, por rodovia, e tem as seguintes distâncias das Sedes Municipais vizinhas, também, por rodovia: 15 km, até a cidade de Orleães e 116 km até a de Urussanga, por ferrovia.

Na cidade funcionam uma Agência Postal Telegráfica, do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma Agência Telegráfica, uma Agência Telefônica da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, e uma Agência Telefônica de uso público da Companhia Telefônica Catarinense.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Lauro Müller tem 2 732 habitantes, sendo a 22.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina, e é servida de luz elétrica com 1 221 ligações domiciliares, havendo seis logradouros públicos com êsse tipo de iluminação e 3 logradouros iluminados pùblicamente em tôda sua extensão. É servida de abastecimento de água, por rêde de distribuição domiciliar. A cidade conta com 2 hotéis.

Seus edifícios mais importantes são: Prefeitura Municipal, Igreja-Matriz e Grupo Escolar "Visconde de Taunay".

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica, no Município, é prestada à população por dois postos de saúde e um ambulatório.

Outro aspecto parcial da cidade

Vista parcial da Praça Lauro Müller

ENSINO — O Ensino Primário Geral é dado pelas escolas estaduais: 1 Grupo Escolar com curso primário anexo, 3 Escolas Reunidas, 14 Escolas Isoladas Estaduais e Municipais: 7 Escolas Isoladas Municipais.

Quanto ao ensino extraprimário, há que registrar o Curso Normal Regional Dr. Álvaro Catão.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem 3 associações desportivas e o Município possui 3 cinemas: Cine Lauro Müller, com 284 lugares; Cine Guatá, com 262 lugares, e Cine Barro Branco, com 356 lugares. Conta, ainda, com 1 estação de rádio, a Rádio Sociedade Cruz de Malta Limitada.

FINANÇAS PÚBLICAS — O Município foi instalado, em 1957, não sendo possível, portanto, obter-se o quadro relativo a finanças públicas.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — São religiosas as principais efemérides.

Como cultos, há que registrar sòmente o Culto Católico Romano: Paróquia do Imaculado Coração de Maria, com 2 sacerdotes, 1 Igreja-Matriz, 2 outras Igrejas, 12 capelas públicas.

No tocante a folclore, observa-se a ocorrência do "Boi de Mamão", com as personagens: "Pai Mateus", Doutor, Catarina. Vaqueiro, Cavalo Marinho e o Boi. Os cantos são de improviso, fazendo os acompanhantes o côro. Salienta-se, ainda, o "Terno de Reis", "Boi na Vara", "Pão por Deus" e "Desafios".

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — É "lauro-milense" o patronímico dos habitantes do Município. Lauro Müller, antiga Minas, passou a ter aquela denominação, em 25 de setembro de 1905, dada pelo engenheiro Álvaro Rodovalho Marcondes dos Reis, em homenagem ao então Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Dr. Lauro Severiano Müller.

Lauro Müller está subordinada à Comarca e Têrmo de Orleães, e seu eleitorado, em 1958, era de 3 359 eleitores.

Em 31-XII-1957, existiam no Município os seguintes veículos: a) veículos a motor — automóveis 11, jipes 4, ônibus e micro-ônibus 5, camionetas 11, motociclos 12, caminhões 42, e tratores 2; b) veículos a fôrça animada — carros de 2 ou 4 rodas 116, bicicletas 196, e carroças de 4 rodas 2.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

MAFRA — SC

Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — A cidade de Mafra tem sua história ligada à de Rio Negro no vizinho Estado do Paraná.

Ambas as cidades, anteriormente à fixação dos limites entre Paraná e Santa Catarina, constituíam um núcleo único, tendo a colonização dêste sido iniciada em fevereiro de 1829, por imigrantes alemães, da região do Trier, na Alemanha, e patrocinada pelo Govêrno Federal.

Pela Lei provincial do Paraná n.º 219, de 2 de abril de 1870, foi criado o município de Rio Negro que abrangia as margens do rio do mesmo nome.

Em 1877, recebeu a povoação os primeiros imigrantes bukovinenses; em 1891 chegaram imigrantes polacos procedentes da Galícia, e, em 1895, rutenos e russos.

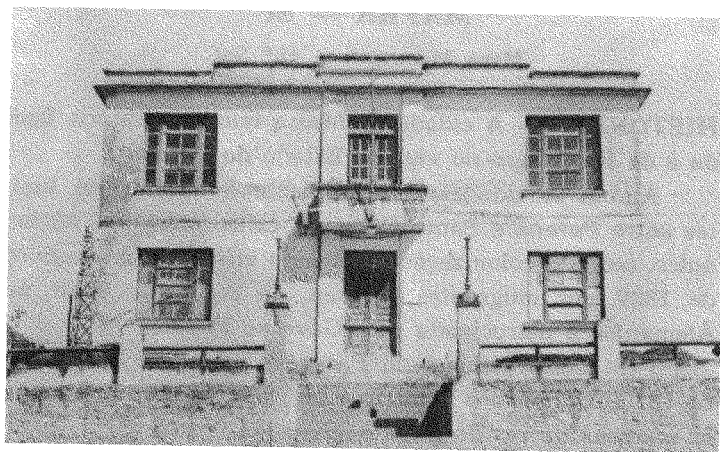
Pela Lei paranaense n.º 216, de 1.º de dezembro de 1896, Rio Negro foi elevado à categoria de cidade.

No Estado de Santa Catarina havia assumido a administração, em 28 de setembro de 1894, o Dr. Hercílio Pedro da Luz, que logo depois nomeou o notável jurisconsulto catarinense Manoel da Silva Mafra para advogar a causa das questões de limites entre os dois Estados, Paraná e Santa Catarina, litígio que teve longa duração. Em 1899 êste brilhante causídico publicava o seu alentado volume intitulado "Exposição Histórico-jurídica por parte do Estado de Santa Catarina sôbre questões de limites com o Estado do Paraná", em que além de demorada reconstituição histórica, refutava tôdas as razões apresentadas por êsse Estado, desde Zacarias de Góes até Vicente Machado, político ilustre e de grande projeção no vizinho Estado e que, pelas colunas dos jornais, publicava uma série de artigos defendendo as alegações do mesmo.

Por iniciativa da bancada dos dois Estados, resolveu-se entregar a questão a arbitramento, tendo mesmo sido escolhido para árbitro o Dr. Manoel Vitorino. Para produzir os efeitos legais, combinado ficou que a decisão do árbitro deveria ser homologada pelo Supremo Tribunal Federal, mas, ouvido êste, foi declarado que não tinha êle competência para referendar sentenças não judiciais.

Resolveu, então, Santa Catarina entregar o caso à decisão do poder judiciário, continuando Silva Mafra como advogado dos direitos catarinenses, tendo o Paraná entregue a sua causa ao não menos notável advogado Conselheiro Barradas.

Em 1904, finalmente, o Supremo Tribunal Federal dava ganho de causa a Santa Catarina, na ação movida contra o Estado do Paraná: Fôra êste citado "para responder aos têrmos de uma ação ordinária a fim de ser condenado a reconhecer e respeitar os limites legais entre os dois Estados e a restituir os territórios pertencentes ao Estado Autor, dos quais está indevidamente de posse além de seus limites". Embargado o Acórdão pelo Estado do Paraná, em 1909, novamente decide o Supremo Tribunal a favor das pretensões catarinenses. Em 1910, finalmente, pela terceira e última vez, o mesmo Tribunal rejeitava os embargos opostos para confirmar os Acórdãos anteriores.

Assim, Santa Catarina viu-se vitoriosa no pleito e reconhecidas estavam como procedentes as razões que desde 1841 vinha sustentando. Apesar do que, o Paraná continuou de posse dos territórios contestados.

Prefeitura Municipal

Em 1912, declara-se a luta dos fanáticos conhecida por Campanha do Contestado, que ensangüentou por quase um lustro tôda a região.

Nos últimos meses da campanha, em 1915, Wenceslau Braz promoveu um encontro dos Presidentes do Paraná e de Santa Catarina, Drs. Carlos Cavalcanti e Felipe Schmidt, a fim de solucionar a pendência.

Esta só foi solucionada em 1916, ainda na gestão do Dr. Felipe Schmidt, pelo acôrdo de 20 de outubro de 1916.

As Assembléias Estaduais reconheceram as linhas do acôrdo, o Paraná, a 23 de fevereiro, Santa Catarina, a 3 de março de 1917.

A 3 de agôsto, o Presidente da República, pelo Decreto n. 3 304, sancionava a homologação do ato, feita pelo Congresso Federal.

A 7 de setembro do mesmo ano, Santa Catarina entrava na posse efetiva dos territórios que lhe couberam pelo ato.

Suprimido que fôra em virtude do acôrdo de limites de 20 de outubro de 1916, foi o município restaurado pela Lei catarinense n.º 1 147, de 25 de agôsto de 1917, e demarcados seus limites. A 8 de setembro de 1917 foi solenemente instalado à margem esquerda do rio Negro, que passou a denominar-se Mafra, em honra e memória ao dinamismo do ilustre árbitro da causa, Dr. Manuel da Silva Mafra. Foi primeiro Superintendente de Mafra o cidadão Vitorino de Souza Bacellar.

De acôrdo com a mesma lei, a sede do município conservou a categoria de cidade.

A colonização alemã teve início em 19 de fevereiro de 1829, tendo sido comemorado em 19 de fevereiro de 1929 o primeiro centenário dessa colonização.

O distrito de Mafra foi instituído pela Lei municipal n.º 3, de 2 de outubro de 1917, sendo instalado a 8 de setembro de 1917.

A comarca de Mafra foi criada pela Lei estadual número 1 147, de 25 de agôsto de 1917.

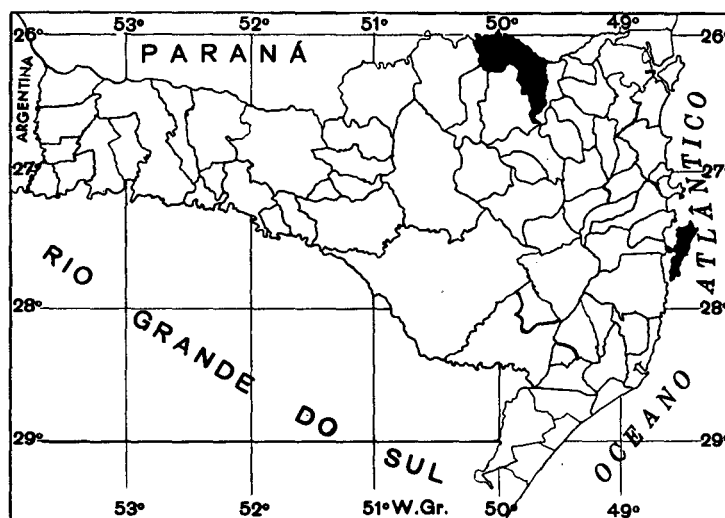
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVO-JUDICIÁRIA — O seu quadro administrativo e judiciário, em 1958, era o seguinte:

Comarca, Têrmo e Município: Mafra.

Distritos componentes: Mafra (sede), Bela Vista do Sul e Rio Prêto do Sul.

A atual legislatura teve início em 1955, tendo sido eleito Prefeito, o Sr. José Schultz Filho, e constituída a Câmara Municipal de 11 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município se localiza na zona fisiográfica de Canoinhas. A cidade situa-se à margem direita do rio Negro e a 206 km em linha reta da Capital do Estado, classificando-se em 41.º lugar entre as cidades mais próximas de Florianópolis.

Sua posição geográfica é a seguinte: 26º 06' 39" de latitude sul e 49º 48' 27" de longitude oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A cidade está edificada a 808 metros acima do nível do mar, sendo a 60.ª cidade em ordem crescente de altitude no Estado.

CLIMA — Mafra goza de clima sêco e saudável. No verão é quente, atingindo a temperatura de 30ºC, refrescando à noite. No inverno a temperatura chega a atingir zero graus centígrados, ocasionando nevadas. Há, em geral, muita neblina. As chuvas têm ligeira predominância no verão, sendo a precipitação aquosa 1 500 a 2 000 mm.

ÁREA — Com a área de 1 594 km², o município figura em 16.º lugar em extensão territorial em Santa Catarina.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Além do rio Negro, às margens do qual se localiza a cidade, o município conta com os afluentes dêste, que são os seguintes: o rio São Lourenço, em cujo leito se encontra o salto do mesmo nome, com 39 metros de altura; o rio Butiá, que nasce no distrito de Pedra Fina; o rio Negrinho, que nasce no município de Itaiópolis; o rio da Lança; o rio Bituva, que tem no seu leito o salto do mesmo nome, com 22 metros de altura e dois afluentes, os rios Bonito e das Pedras.

Outros acidentes geográficos são: o morro da Contagem, com 900 metros de altitude e o morro Augusta Vitória, com 1 200 metros de altura, no qual se acha localizado o povoado do mesmo nome.

RIQUEZAS NATURAIS — Entre as riquezas de origem mineral, as mais encontradas são o barro para cerâmica e olaria e a areia e pedras para construção e pavimentação. No reino vegetal as fibras sisal e caroá, a erva-mate, as fibras de linho, o carvão vegetal, as madeiras de lei e de qualidade como pinheiro, imbuia, cedro, etc., constituem as principais fontes de riqueza.

As principais fontes de origem animal são o mel e a cêra de abelhas.

POPULAÇÃO — Segundo dados do Recenseamento Geral de 1950, a população de Mafra era de 25 472 habitantes. A composição populacional era a seguinte: homens — ... 13 020, mulheres — 12 452; brancos — 24 817; pardos — 48; pretos — 585 e 22 não declararam a côr. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 14 700, 4 891 eram solteiras; casadas 8 883; viúvas — 780; desquitadas — 29 e 27 não declararam o estado conjugal. Existiam 265 estrangeiros e 150 brasileiros naturalizados. Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos em número de 23 829, existindo adeptos de outras crenças, porém em pequena escala.

A densidade demográfica era de 15,9 habitantes por quilômetro quadrado ocupando o 46.º lugar no Estado, entre os municípios de maior densidade em Santa Catarina.

A população rural tem predominância no município, com a percentagem de 63,7% localizada nessa zona. Esta percentagem é inferior à média da população rural do Estado.

O município situa-se em 24.º lugar entre os mais populosos do Estado e sua sede municipal em 10.º lugar entre as sedes de maior população.

A população estimada pelo Departamento Estadual de Estatística para o ano de 1958, foi de 32 141 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Por ocasião do Censo Geral de 1950, eram três as aglomerações urbanas do município: a cidade de Mafra, com 8 603 habitantes (4 308 homens e 4 295 mulheres) e as vilas de: Bela Vista do Sul com 293 habitantes (139 homens e 154 mulheres) e Rio Prêto do Sul com 346 habitantes (175 homens e 171 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do município é constituída pelo comércio e a indústria.

A produção industrial, no ano de 1955, foi de .... Cr$ 146 024 791,00.

A produção de erva-mate beneficiada atingiu no ano de 1955, a 3 202 318 kg, no valor de Cr$ 34 743 519,00; seguindo-se erva-mate cancheada (3 929 278 kg, no valor de Cr$ 25 526 888,00); madeira exceto pinho serrado, tábuas (289 084 m³, no valor de Cr$ 14 238 416,00); caixas de madeira desarmadas (7 221 m³, no valor de .... Cr$ 13 739 442,00); farinha de trigo (1 483 211 kg, no valor de Cr$ 10 777 455,00).

Aspecto parcial da principal rua da cidade

Colégio Normal Barão de Antonina

Dos 57 estabelecimentos industriais, 5 dedicam-se ao beneficiamento da erva-mate e 25 serrarias.

Das pessoas em idade ativa (10 e mais), 15,95% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias segundo a importância, temos: feijão, milho, trigo, linho palha, aipim, batatinha, centeio, batata-doce, linho semente, arroz, cebola, amendoim com casca, alho, tomate, cevada, aveia; como culturas permanentes, temos: laranja, maçã, uva, pêra, pêssego, bergamota, caqui, limão. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 85 539 695,00. O valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de Cr$ 155 926 970,00. A percentagem da população ativa na indústria é de 6%.

Quanto à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957:

a) De origem animal: areia (1 720 t, no valor de .. Cr$ 137 600,00); pedras para alicerces (2 090 m³, no valor de Cr$ 138 850,00); rebôlo (26 300 kg, no valor de ... Cr$ 1 025 700,00).

b) De origem vegetal: mate beneficiado (2 020 000 kg, no valor de Cr$ 17 574 000,00); lenha (49 732 m³, no valor de Cr$ 3 887 400,00); pasta mecânica (157 905 kg, no valor de Cr$ 600 039,00).

c) De origem animal: cêra de abelha silvestre (725 kg, no valor de Cr$ 32 625,00); mel de abelha silvestre ... (12 200 kg, no valor de Cr$ 183 000,00).

No que se refere a produtos transformados ou não de origem animal, a produção atingiu em 1956 o valor de Cr$ 7 659 971,00, sendo os principais produtos: banha ... (47 800 kg, no valor de Cr$ 1 954 000,00); lingüiça ... (22 770 kg, no valor de Cr$ 1 072 650,00) e ovos ... (70 350 dz., no valor de Cr$ 1 018 250,00).

COMÉRCIO E BANCOS — O número de estabelecimentos comerciais no município se eleva a mais de duzentos, sendo 5 atacadistas e 197 varejistas. São dois os estabelecimentos bancários: as agências dos Bancos do Brasil e Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município dispõe de 4 emprêsas rodoviárias para passageiros e 1 para carga, 2 emprêsas ferroviárias e 1 aérea.

Por rodovia, a cidade tem as seguintes distâncias da Capital do Estado e das cidades vizinhas: 358 km até Florianópolis (via Itajaí), 79 km até Canoinhas, 45 km até Papanduva, 55 km até Rio Negrinho, 33 km até Itaiópolis,

Hospital de Caridade São Vicente de Paula

30 km até Rio Negro e 45 km até Lapa, estas duas últimas cidades no Estado do Paraná.

Por linha férrea, dista 118 km de Canoinhas, 57 km de Rio Negrinho, 34 km de Itaiópolis, 1 km de Rio Negro — PR.

Funcionam na sede municipal uma Agência Postal Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, duas estações radiotelefônicas da Viação Férrea Paraná—Santa Catarina, uma estação de rádio da Polícia Militar do Estado, uma estação radiotelegráfica da Cruzeiro do Sul e uma Agência Telefônica de uso público da Companhia Telefônica Catarinense.

No interior do município funcionam duas Agências Postais Telegráficas do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A população da cidade de Mafra é de 8 603 habitantes. Entre as de maior população no Estado, Mafra ocupa o 10.º lugar. Conta com 83 logradouros públicos, dos quais 23 totalmente pavimentados.

A cidade dispõe de iluminação elétrica tendo sido já efetuadas 1 446 ligações domiciliares. Os edifícios mais importantes do lugar são a Igreja Matriz, a Prefeitura Municipal, os edifícios Camargo, Schmanski, Hass de Souza, Bartnick, Galeb, Fischer, Procopiak, Saliba, Banco Inco, o Pôsto de Saúde, o Grupo Escolar "Duque de Caxias" e o Hospital e Maternidade "São Vicente de Paula".

Quatro são os hotéis existentes.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Dispondo de assistência médica em geral, funcionam 1 casa de saúde, 1 hospital e 3 postos de saúde. Prestam serviços médicos à população, 3 médicos, 6 dentistas, 4 farmacêuticos e 1 auxiliar de saúde.

O município conta com 5 farmácias.

COOPERATIVISMO — Na cidade funcionam as seguintes cooperativas: Cooperativa dos Ferroviários Catarinenses Limitada, instalada em 1933, com 2 041 sócios;

Cooperativa dos Produtores de Mate de Mafra Limitada, instalada em 1937, com 1 575 sócios, congrega os produtores de Mate;

Federação de Cooperativa dos Produtores de Mate "Santa Catarina" de Resp. Limitada, instalada em 1948, com 4 sócios.

ALFABETIZAÇÃO — Conforme os resultados do último Recenseamento Geral (1950), existiam no município de Mafra 21 193 pessoas de 5 anos e mais, dos quais 12 692, correspondente à percentagem de 59,8%, eram alfabetizados. Dêsse total 6 872 eram homens e 5 820 mulheres. Na sede municipal, das 7 308 pessoas do mesmo grupo de idades, 5 606 sabiam ler e escrever, sendo 2 964 do sexo masculino e 2 642 do sexo feminino.

Ensino — Em 1956, funcionavam em todo o município 61 unidades escolares de ensino primário geral, com matrícula efetiva de 3 281 alunos, assim distribuídas: pré-primário infantil, 1 unidade, com 42 alunos; fundamental comum, 58 unidades, com 3 114 alunos e complementar, 2 unidades, com 125 alunos.

Com ensino extraprimário funcionavam os seguintes estabelecimentos: Escola Normal "Barão de Antonina" (curso normal), Escola Técnica de Comércio "Barão de Antonina" (curso comercial), um curso normal regional e um profissional ferroviário.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — No setor cultural, seis são as associações existentes em Mafra; sendo que duas delas se ocupam de atividades desportivas.

A cidade possui 1 cinema, o Cine Paratodos, com 450 lugares, e 1 biblioteca, instalada na Agência Municipal de Estatística.

Circula periòdicamente o jornal "O Noticiário".

FINANÇAS PÚBLICAS — No período de 1950-1956, a arrecadação das receitas federal, estadual e municipal foi revelada no quadro abaixo:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	2 189	4 695	2 069	1 117	1 991
1951	2 709	5 918	2 857	1 356	2 644
1952	4 477	6 721	3 446	1 621	3 375
1953	5 491	7 843	3 724	1 742	3 282
1954	6 886	10 600	3 963	1 986	4 115
1955	13 752	12 293	4 422	2 035	4 277
1956	13 368	18 370	5 776	2 239	1 433

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Conta a história que em princípios do ano de 1851, chegou ao local onde hoje se ergue a cidade de Mafra, um monge por nome João Maria Agostinho, que levava vida de peregrino, consagrando os seus dias à prática do bem e às preces.

Acampara à margem direita do rio Negro e pernoitava debaixo de uns nhapindazeiros ali existentes. Anos

Ponte interestadual sôbre o rio Negro

antes verificara-se terrível flagelo ocasionado pela Revolução dos Farrapos, quando então a varíola dizimou 2 000 vítimas, despovoando bairros inteiros.

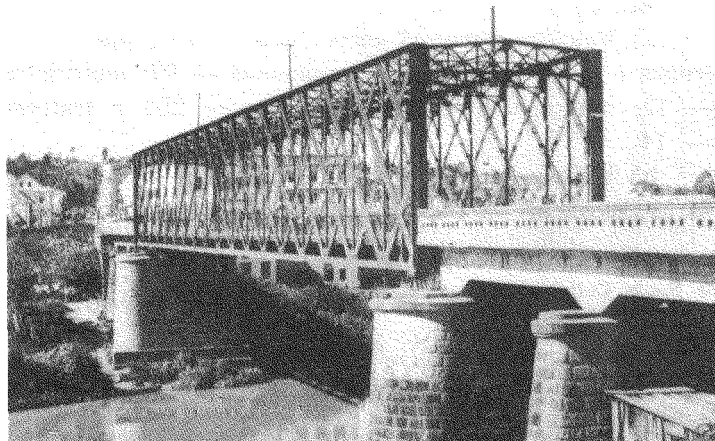
O monge João Maria aconselhou então aos colonos e moradores que se fizessem merecedores das graças de Deus, a fim de evitar a desgraça de novo flagelo, contribuindo no esfôrço da construção de dezenove cruzes de madeira de lei, de 30 palmos aproximadamente, e as colocassem desde a porta da Capela, em linha reta até o rio.

Aceitando as sugestões do monge, os colonos levantaram as cruzes nos locais indicados.

Alguns anos mais tarde, nomeado administrador do Registro de Rio Negro, o Tenente Francisco Xavier de Assis, ordenou a remoção das cruzes, alegando como justificativa dessa providência, o estôrvo que as mesmas causavam à passagem das tropas que vinham do sul.

Foram então removidas vinte e nove cruzes, conservando-se a que se erguia frente à Capela, onde os devotos faziam suas orações e que veneravam como antiga tradição.

Em virtude do Acôrdo de 20 de outubro de 1916, a margem esquerda do rio passou à jurisdição do Estado de Santa Catarina, ficando a Cruz em um largo ao centro da cidade de Mafra, na Praça Dr. Hercílio Luz. Durante a superintendência Municipal do Coronel Vitorino de Souza Bacellar, tratou êste de remover o santo lenho para o cemitério municipal, sendo marcado para isto, o dia 14 de agôsto de 1919; para a transladação foi convidada a população de ambas as cidades: Mafra e Rio Negro. A população, porém, não se manifestava satisfeita com o ato do Superintendente. Na hora marcada, reuniu-se uma grande massa de povo, tendo à frente uma banda de música; ao aproximar-se da cruz, diversos oradores se fizeram ouvir, protestando contra a remoção do símbolo cristão, sendo vivamente aplaudidos. Assim, foi dissolvida a reunião, sem a devida remoção da Cruz. Findo o mandato do Coronel Bacellar e eleito superintendente o Dr. Jayme Urbano Pereira, êste, sem dar ciência ao povo, ordenou aos trabalhadores municipais o deslocamento da venerada Cruz para o Cemitério Municipal. Entretanto não estava finda a odisséia do Sagrado Símbolo. No dia 8 de outubro de 1926 amanheceu na Praça Dr. Hercílio Luz, a antiga e histórica Cruz, removida do Cemitério por elementos não identificados. Assim, ficou no solo do antigo local, sem que fôssem tomadas outras providências sôbre o seu destino. Mais tarde, para satisfazer

Pôsto de Puericultura Carmela Dutra

Ponte rodoviária entre Mafra e Rio Negro, ligando Santa Catarina ao Paraná

os ardentes desejos dos devotos, o Coronel Nicolau Bley Netto e o Dr. Manoel Xavier, com o auxílio do povo a erigiram no primitivo local, com cerimônia que teve lugar a 29 de maio de 1927, oficiando o vigário das duas cidades, o Cônego José Emser, ato êste, abrilhantado por uma banda de música e grande concurso popular, seguido de quermesse em benefício da restauração da Cruz de Mafra.

Essa cruz de madeira acha-se incrustada em um jazigo de mármore, pedra e tijolos, contém as seguintes inscrições: Lado direito: — "Cruz plantada em 29 de junho de 1851". Lado esquerdo: — "Conduzida neste jazigo em 29 de maio de 1927".

Além dessa cruz, mais de dois marcos históricos se localizam à Praça Dr. Hercílio Luz: o comemorativo do 1.º Centenário da Colonização Alemã em Rio Negro e Mafra (1829-1929) e o do 1.º Centenário da Independência (1822-1922).

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As principais manifestações populares são as de caráter religioso. A cidade homenageia anualmente seu padroeiro, São José Operário. A festividade tem início com as tradicionais novenas, que começam no dia 22 de abril. A 1.º de maio realiza-se a festa. Também, tradicional em Mafra é a festividade de São Sebastião. O município faz parte da Paróquia de São José, com 2 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, e 23 capelas públicas.

O culto protestante é pregado nas igrejas evangélicas Assembléia de Deus e Batista, na igreja Metodista e na igreja Adventista do 7.º Dia.

Dois Centros pregam o culto espírita.

São conhecidos os folguedos folclóricos denominados "Ternos de Reis" e "Desafios".

A principal efeméride é o dia da instalação do município de Mafra (restaurado sob a jurisdição do Estado de Santa Catarina), comemorado a 8 de setembro.

OUTROS ASPECTOS DO MUNCÍPIO — Os habitantes de Mafra recebem o patronímico de "mafrenses".

O nome do município representa uma homenagem a um dos mais ilustres catarinenses, o Conselheiro Mafra, espírito de escol, que brilhou com extraordinário esplendor no segundo império e tem a sua história ligada ao município.

O município é sede de Comarca e Têrmo.

Seu eleitorado, em 1958, era de 5 116 eleitores.

Em 1957, havia no município, os seguinte veículos:

a) Veículos a motor: automóveis — 147; jipes — 9; ônibus e micro-ônibus — 3; camionetas — 97; motociclos — 12; ambulância — 1; caminhões — 253 e tratores — 14.

b) Veículos a fôrça animada: carros de 2 ou 4 rodas — 29; bicicletas — 1 034 e carroças de 4 rodas — 986.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

MONDAÍ — SC

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — Em dezembro de 1919, um grupo de exploradores, oriundos de Nonoai, município de Sarandi, no Rio Grande do Sul, descia o Rio Uruguai, em duas canoas, a fim de explorar as terras que se situavam entre os Rios Chapecó e Peperiguaçu. Dêsse grupo faziam parte, entre outros, Friederich Kreiser, Hermann Flad, Adolpf Stangler, Anton Honaiser e Hermann Faulhaber. Desnecessário seria relatar os obstáculos que êsses pioneiros tiveram que vencer, bem como as aventuras em que se viram envolvidos.

Entretanto essa primeira exploração teve por fim um bom êxito, tanto assim que, após a verificação das terras, aquêles exploradores fundaram uma sociedade colonizadora, que tomou a denominação de "Emprêsa Chapecó — Peperi Ltda."

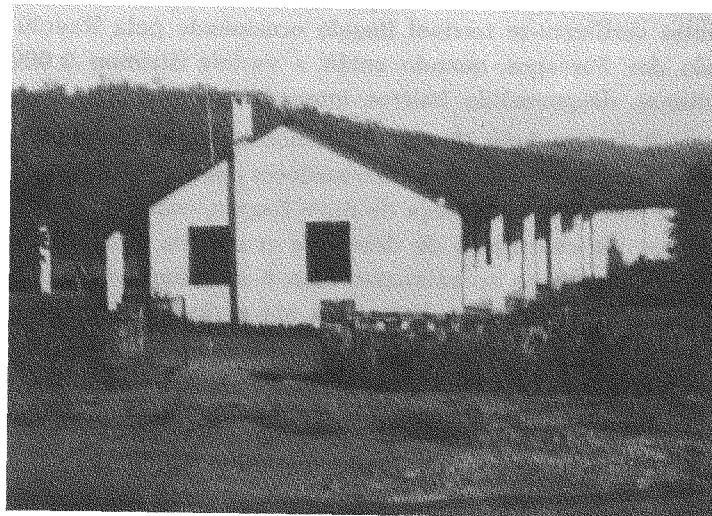
Iniciaram-se então as negociações com o govêrno que duraram muito tempo, pois, sòmente em abril de 1924, foi assinado, no Rio de Janeiro, o contrato para a colonização dos 13 000 lotes demarcados entre os Rios Antas e Peperiguaçu.

Dois anos antes, porém, já se estabelecera no local onde hoje se ergue a cidade o agrimensor Ricardo Brüggemann, atual prefeito municipal.

Estabelecido, Ricardo Brüggemann assumiu o cargo de gerente da emprêsa colonizadora, à época dirigida por Hermann Faulhaber.

Em 1924 chegaram, vindos do Rio Grande do Sul, os primeiros colonos, todos de origem alemã, seguidos logo de forte corrente de imigrantes da mesma procedência. Por vêzes a imigração assumia tais proporções, que faltavam lotes rurais demarcados para os compradores interessados. Tais colonos esperavam encontrar em Pôrto Feliz, como se denominou primitivamente a Colônia, um trabalho compensador.

Em 1925, sob o comando de Luiz Carlos Prestes, a famosa coluna Prestes acantonou por 8 dias em Pôrto Feliz, vinda do Rio Grande do Sul, tendo atravessado o Rio Uruguai em balsas improvisadas. Mais tarde, após a retirada daquela coluna, acamparam as tropas legalistas, sob o comando do Coronel Claudino Nunes Pereira. Essa passagem de tropas, muito embora ordeiras, causou prejuízos ao município, dentre os quais avultou a febre tífica, que se supõe resultante da morte de animais de transporte utilizados por aquêles militares.

Em 1926, de acôrdo com a Lei que abaixo se transcreve, a Superintendência de Chapecó criava, com sede na vila de Pôrto Feliz, o distrito de Peperi.

Grupo Escolar Delminda Silveira

LEI N.º 68, de 2 de julho de 1926

Cria o 12.º Distrito dêste Município, com a denominação de "Distrito Peperi".

José Luiz Maia, Superintendente Municipal de Chapecó, 1.º Substituto em exercício, etc.

Faço saber a todos os habitantes dêste Município, que o Conselho Municipal decretou e eu sanciono a Lei seguinte:

Art. 1.º — Fica criado o décimo segundo Distrito de Paz dêste Município de Chapecó, o qual se denominará "Distrito de Peperi".

§ 1.º — A sede dêsse Distrito será o atual povoado de Pôrto Feliz.

§ 2.º — Suas divisas serão as seguintes: "partindo da barra do Rio Antas, pelo Uruguai abaixo até a barra do Rio Peperi; por êste acima até o lugar denominado Pôrto Peperi ou São Pedro; dêste por uma linha reta que passe pelas "derrubadas" até o Rio Antas, e por êste abaixo até o ponto de partida.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a tôdas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

O Secretário do Govêrno Municipal assim a faça executar.

Superintendência Municipal de Chapecó, em Passo Bormann, 2 de julho de 1926.

(a) José Luiz Maia.
Juliano Poletto.

Nessa Secretaria da Superintendência Municipal foi publicada a presente Lei em dois de julho de 1926.

(a) Juliano Poletto — Secretário.

Nesse mesmo ano, a Lei n.º 71, da mesma Superintendência de Chapecó, mudava para Mondaí o nome do distrito e de sua sede. Essa Lei era a seguinte:

LEI N.º 71, de 14 de dezembro de 1926

Muda para "Mondaí" o nome do distrito de Peperi e sua sede.

Carlos Otaviano Seara, 2.º Substituto no exercício do cargo de Superintendente Municipal de Chapecó.

Rua Seajú

Faço saber a todos os habitantes dêste Município que o Conselho Municipal decretou e eu sanciono a Lei seguinte:

Art. 1.° — Fica mudada para "Mondaí" a denominação do distrito de Peperi décimo segundo dêste Município, bem como da sua sede, o povoado de Pôrto Feliz, revogadas as disposições em contrário.

Superintendência Municipal de Chapecó, em Passo Bormann, 14 de dezembro de 1926.

(a) Carlos Otaviano Seara.
» Poletto.

Nesta Secretaria da Superintendência Municipal de Chapecó foi publicada a presente Lei aos quatorze dias do mês de dezembro de mil novecentos e vinte e seis.

(a) Juliano Poletto — Secretário.

Nesse mesmo ano, foi criada a Agência Postal-Telegráfica de Mondaí, bem como foi aberta uma estrada ligando o distrito às colônias gaúchas da margem esquerda do Rio Uruguai.

De 1928 em diante o distrito continuou progredindo, notadamente com a colonização empreendida em São Miguel d'Oeste, ao norte de Mondaí, e parte do vizinho Estado do Paraná, cuja madeira tem seu escoadouro através de Mondaí.

O município foi criado pela Lei n.° 133, de 30 de dezembro de 1953, sendo instalado festivamente a 27 de fevereiro do ano seguinte. Seu primeiro prefeito foi o Sr. Bruno Glufke, primeiro brasileiro nascido em Mondaí.

Em 1954 pela Lei n.° 1 171, de 10 de dezembro, era criada a comarca de Mondaí, que foi instalada a 6 de junho de 1956.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito foi criado pela Lei Municipal n.° 68, de 2 de julho de 1926, sendo instalado a 1.° de setembro de 1926.

Pela Resolução n.° 10, de 29 de dezembro de 1953, foi criado o município, com território desmembrado do de Chapecó.

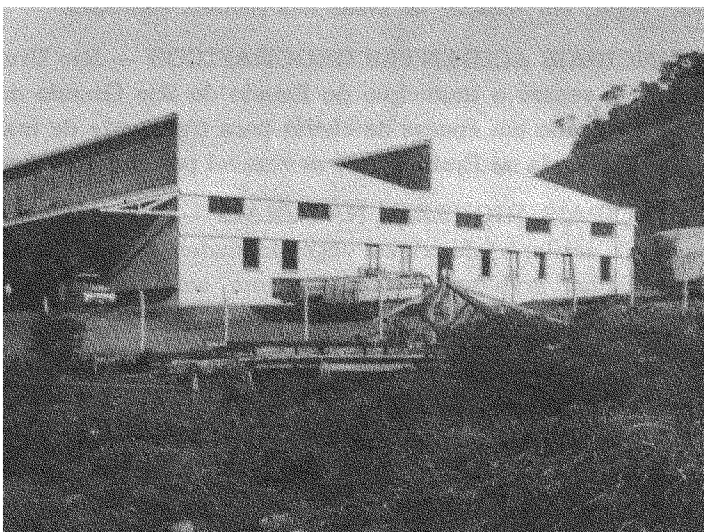
Esta Resolução foi aprovada pela Assembléia Legislativa, pela Lei n.° 133, de 30 de dezembro de 1953.

O município foi instalado a 27 de fevereiro de 1954.

Por fôrça da Lei n.° 1 171, de 10 de dezembro de 1954, foi criada a Comarca de Mondaí, sendo instalada a 6 de junho de 1956.

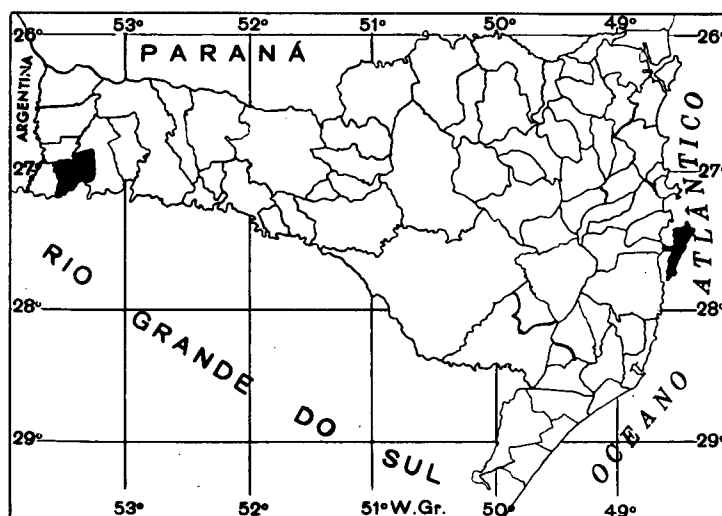
O seu quadro administrativo e judiciário, em 1.° de março de 1958, era o seguinte:

Comarca, Têrmo e Município: Mondaí.

Distritos componentes: Mondaí (sede), Iporã e Riqueza.

Depósito de fumo em fôlha

A comarca de Mondaí abrange ainda os municípios de: Dionísio Cerqueira constituído do distrito da sede; Itapiranga constituído dos distritos: Itapiranga (sede) e São João; São Miguel d'Oeste constituído dos distritos: São Miguel d'Oeste (sede), Anchieta, Bandeirante, Guaraciaba, Paraíso e Romelândia e Descanso, constituído apenas do distrito da sede.

A atual legislatura teve início em 1954, tendo sido eleito Prefeito, o Sr. Ricardo Brüggemann e constituída a Câmara Municipal de 7 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Mondaí localiza-se na zona fisiográfica de Oeste. A cidade fica à margem direita do Rio Uruguai e a 482 km em linha reta da Capital do Estado, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 27° 07' 00" de latitude sul e 53° 25' 00" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 235 metros na sede municipal, sendo o 35.° lugar em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — Em geral frio, apesar de que, em poucos períodos do verão, a temperatura alcance quase 30°C. As chuvas predominam na primavera, variando as precipitações anuais entre 1 700 e 2 000 mm. No inverno a temperatura desce abaixo de 10°C. Sujeito a freqüentes geadas. Muito propício à agricultura.

ÁREA — A área do município é de 722 km², figurando em 43.° lugar, em relação às áreas das demais comunas.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Uruguai que separa o município do Estado do Rio Grande do Sul. Utilizado em épocas de cheias para transporte de madeira destinada ao Prata. Não é navegável por embarcações.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) de origem mineral: argila; b) de origem vegetal: madeiras de lei, pinho para lenha, erva-mate; c) de origem animal: peixes e animais silvestres.

POPULAÇÃO — A população de Mondaí, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 5 389 habitantes.

A densidade era de 7,4 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 65.° lugar no Estado.

Da população, 87,7% localiza-se no quadro rural, sendo esta percentagem das mais elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%.

Situa-se em 68.° lugar, com relação à população dos municípios do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 66.° lugar em população.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, havia em Mondaí uma aglomeração urbana, a sede do então distrito, com uma população de 657 habitantes (319 homens e 338 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial, no ano de 1955, alcançou Cr$ 3 260 000,00.

O município assenta sua economia, principalmente, na indústria da madeira. A produção de pinho serrado, pranchões, tábuas, etc., atingiu, no ano de 1955, a 2 800 m³, no valor de Cr$ 2 240 000,00; seguindo-se madeira exceto pinho serrado, tábuas (1 200 m³ no valor de Cr$ 1 020 000,00).

O único estabelecimento industrial dedica-se ao beneficiamento do pinho e outras madeiras.

Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: aipim, feijão, trigo, batatinha, melancia, batata-doce, cana-de-açúcar, centeio, cevada; como culturas permanentes, temos: banana, laranja e uva. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 33 766 850,00. O valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de Cr$ 77 492 600,00.

Balsa de toras de madeira no rio Uruguai, aguardando a cheia para seguir rumo a Argentina

No tocante à produção extrativa, segundo estimativa da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957:

a) de origem mineral: areia (425 toneladas, no valor de Cr$ 72 250,00); barro ou argila (1 759 toneladas, no valor de Cr$ 175 900,00); tijolos (334 milheiros, no valor de Cr$ 434 200,00);

b) de origem vegetal: erva-mate (2 000 kg, no valor de Cr$ 12 000,00); lenha (4 400 metros cúbicos, no valor de Cr$ 440 000,00); madeira (2 645 metros cúbicos, no valor de Cr$ 2 212 500,00);

c) de origem animal: couros (65 unidades, no valor de Cr$ 13 000,00); peixe fresco (1 400 kg, no valor de Cr$ 28 000,00).

No que se refere a produtos transformados ou não de origem animal, a produção atingiu em 1956 o valor de Cr$ 3 343 000,00, sendo os principais produtos: ovos (126 000 dz., no valor de Cr$ 1 008 000,00); leite (180 000 litros, no valor de Cr$ 900 000,00); e banha (22 500 kg, no valor de Cr$ 675 000,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se doze estabelecimentos comerciais (1 atacadista e 11 varejistas). Na cidade funciona uma agência do Banco Catarinense Sociedade Cooperativa de Crédito Agrícola.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 5 emprêsas rodoviárias para passageiros.

Dista a cidade cêrca de 774 km da Capital do Estado por rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por rodovia: 35 km até a cidade de Palmitos; 57 km até a de Descanso; 57 km até a de Itapiranga; e com o Estado do Rio Grande do Sul, 57 km até a cidade de Frederico Westphalen.

Na cidade funciona uma Agência Postal-Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e uma estação de rádio da Polícia Militar do Estado.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Mondaí tem 657 habitantes, sendo a 66.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina, sendo, assim, das sedes municipais menos populosas. É servida de luz elétrica, com 114 ligações domiciliares e possui 4 logradouros com iluminação pública.

Os edifícios mais importantes, são: Igreja Matriz, Grupo Escolar "Delminda Silveira", Hotel Bepi, Prefeitura Municipal e Pôsto de Compra da Cia. Souza Cruz. A cidade conta com 5 hotéis, 1 cinema, 1 destacamento da Polícia Militar do Estado e um Pôsto de Vigilância Sanitária Animal.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica no município é prestada à população por 2 médicos, 2 dentistas e 2 farmacêuticos; 1 Hospital serve à população com assistência médica em geral. Existem 2 farmácias no município.

ENSINO — Em 1956 funcionaram na cidade e no resto do município 26 unidades de Ensino Primário Geral, com ma-

Panorama do rio Uruguai perto de Mondaí

trícula efetiva de 1 049 alunos, assim distribuídas: fundamental comum, com 25 unidades e 1 076 alunos e complementar 1 unidade, com 18 alunos.

Na sede municipal funciona o Curso Normal Regional "Fulvio Aducci".

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — São duas as associações desportivas de Mondaí: a Sociedade Recreativa Mondaí, na sede municipal e o Esporte Clube Familiar, em Laju, ambas dedicadas a atividades esportivas e recreativas.

Na sede municipal funciona o Curso Normal Regional 60 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954	192	1 191	555	496	555
1955	238	1 895	1 843	1 036	1 159
1956	197	3 956	2 546	1 257	1 980

NOTA — O município foi criado em 1953 e instalado em 1954.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E EFEMÉRIDES — É religiosa a principal manifestação popular, constituída na realização da festa de Nossa Senhora dos Navegantes, em dois de fevereiro de cada ano.

A festa, que é antecedida por grande procissão nas águas do rio, com extensa formação de lanchas e canoas, atrai a população da maioria das localidades, notadamente da zona ribeira do rio Uruguai.

Nossa Senhora dos Navegantes é a padroeira de Mondai.

No tocante a cultos, registra-se o seguinte:

Culto Católico Romano: Curato de Mondai, com 1 Igreja Matriz e 7 capelas públicas.

Culto Protestante: Comunidade Evangélica Luterana Santa Cruz, com 1 Igreja e Comunidade Evangélica do Síno do Rio-Grandense, com 1 Igreja.

Como efemérides podem ser citadas:

Dois de fevereiro, festa de Nossa Senhora dos Navegantes.

Vinte e sete de fevereiro, data da instalação do município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O patronímico dos que nascem em Mondaí, é "mondaienses".

O nome de Mondaí proveio do pequeno rio, que corre próximo à sede do município. Consta que um dos agrimensores, no início da colonização, encontrou toras de cedro e de louro, roubadas à Emprêsa Colonizadora, escondidas no pequeno riacho, afluente do Uruguai; conhecedor do idioma guarani, deu ao curso de água o nome de Mondaí (Mondahy) que significa, naquela língua, "Rio dos Ladrões."

Mondaí é sede de Comarca e Têrmo a que estão subordinados também os municípios de Dionísio Cerqueira, Itapiranga, São Miguel d'Oeste e Descanso.

O eleitorado de Mondaí, em 1958, era de 2 400 eleitores.

Em 31-XII-957, existiam os seguintes veículos no município:

a) veículos a motor: automóveis, 18; jipes, 6; camionetas, 9; caminhões, 36; tratores, 4;

b) veículos a fôrça animada: bicicletas, 102; carroças de 4 rodas, 720.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

NOVA TRENTO — SC

Mapa Municipal no 10.° Vol.

HISTÓRICO — O município de Nova Trento está geogràficamente encravado no vale do rio Tijucas.

Temos, pois, que nos reportar aos primeiros passos do homem branco, em suas terras, antes ocupadas pelos "bugres", descendentes dos pacíficos e industriosos carijós, que ocuparam o litoral catarinense, primeiramente.

Sôbre os primeiros passos de sua colonização há êste depoimento: "Mercê particular proteção que dispensava o Vice-Rei do Brasil, o famigerado marquês do Lavradio, assumia, a 5 de setembro de 1776, o Govêrno da Capitania de Santa Catarina, o Coronel Pedro Antônio da Gama Freitas, que se atendo, provàvelmente, à instruções verbais que trouxera do Rio de Janeiro, deu início ao povoamento regular da faixa litorânea da circunscrição que administrava, no trecho compreendido entre a ponta dos Ganchos e a foz do rio Itajaí, com sessenta casais, cuja procedência desconhecemos, lançou fundamentos de um povoado às margens da ampla, segura e piscosa enseada das Garoupas (hoje Pôrto Belo), distribuindo os restantes, em sítios distantes entre si", e, dêsse núcleo inicial de povoamento, se alastrou a onda povoadora, que foi, pouco a pouco, subindo o rio Tijucas-Grande em demanda do seu "hinterland".

E, em 1838, o Presidente da Província de Santa Catarina, João Carlos Pardal, criava pela Lei n.° 90, de 19 de abril daquele ano, a freguesia de São João Batista de Tijucas-Grande, em cuja área se incluíram as terras do atual município de Nova Trento, desmembrando-a da freguesia do Senhor Bom Jesus dos Aflitos de Pôrto Belo, à qual se subordinara, até então.

À proporção que era processada a penetração, encontrou o elemento desbravador daqueles ínvios sertões o primitivo e legítimo dono da terra — o aborígine.

O nosso aborígine era descendente dos pacíficos e industriosos "carijós", que ilustre nauta francês, em 1831, anotara estarem "distantes de 40 a 80 léguas do continente. Se conhecessem o uso das armas de fogo poderiam,

ainda, em razão do seu grande número, inquietar a província de Santa Catarina. Sua vizinhança tem ocasionado várias mortes e incêndios nas casas ao longo dos rios".

Foi êsse elemento, comumente denominado "bugre", que a penetração civilizadora encontrou no âmago do vale do rio Tijucas, já aguerrido contra o elemento branco que, pouco a pouco, lhe tomava a terra, lhe destruía a fonte de subsistência, a caça.

Para sobreviver tinha que lutar e lutou. Das lutas entre o "bugre" e o elementos branco temos notícias várias, das havidas nas terras do atual município de Nova Trento.

Assim, onde se ergue a praça principal de Nova Trento, ali, se ergueu um acampamento de "bugres", cuja destruição pelo Alferes Antônio José de Freitas Noronha, deu origem à denominação de ribeirão do "Alferes", ao acidente topográfico que passa nas imediações.

O aborígine foi sendo repelido para o interior e, hoje, não mais se encontra no território do município.

A primeira concessão efetuada pelo Govêrno Provincial de Santa Catarina, o foi de um trato de terras, na atual área urbana de Nova Trento, em 1835.

Coube ao súdito de S.M. Britânica, negociante estabelecido na então cidade do Destêrro (hoje Florianópolis), Cristovão Bonsfield.

Êsse cidadão requereu e obteve uma sesmaria do ribeirão do Alferes, "braço do rio Tijucas-Grande", para estabelecer engenho de serrar madeiras e uma colônia de agricultores.

E estava, assim, dado o primeiro passo para a colonização daquele pedaço de Santa Catarina.

Entretanto, apesar de progredir e do "grande trabalho que já há feito", por motivos ignorados, transferiu Cristovão Bonsfield, em 1837 ou 1838, a sua concessão que já possuía uma grande serraria acionada à água, captada em formosa cascata, distante pouco mais de quinhentos metros da confluência do ribeirão do Alferes com o rio do Braço, e que movimentava nada menos de doze serras verticais, que desdobravam de 50 a 60 dúzias diárias de tábuas.

Foram sucessores de Bonsfield, naquela gigantesca emprêsa, Wells, Pedrick & Gonçalves, cujo sócio-gerente era José Gonçalves dos Santos Silva, súdito português, refugiado político, que, em 1829, passara a residir em Santa Catarina, onde escreveu as documentadas "Cartas acêrca da Província de Santa Catarina", sistematizando importantes documentos, e que passou a visitar, constantemente, a concessão e a tomar medidas tendentes ao seu melhor desenvolvimento.

Mas, apesar de tôdas as medidas acauteladoras, não se desenvolveu aquêle incipiente e arrojado estabelecimento agro-industrial, ao qual Santos Silva dera, primeiramente, o nome de "Serras".

Quando Cristovão Bonsfield instalou a sua propriedade, nas plagas do ribeirão do Alferes, levou, consigo, elementos norte-americanos, que, ali permaneceram pouco tempo, pois, por volta de 1839, deixaram aquela propriedade.

E a tradição oral, reproduzida por cronistas, conservou, entretanto, a descrição da sua saída: "Saudosos da Pátria, fartos de tanto sofrer aquela soledade ou desavindos com os companheiros e, talvez, com os novos empresários", deixaram aquelas paragens, em sólida embarcação, aproveitando-se de uma enchente, rumando para o Oceano, alguns dos componentes do grupo.

Outros, entretanto, ficaram, ainda, por algum tempo, presos à gleba alferense. Dentre êstes, guarda a História, os nomes de Aaron Bocher, Charles Kerig ou King Joseph Tocker, Anderson e Kroecker, que se arraigaram à terra catarinense e, aqui, deixaram descendência.

As suas propriedades passaram, depois, a Pedro Köhn, sobrenome alemão que seus descendentes aportuguesaram para "Cunha", e que, mais tarde, na expansão da Colônia "Brusque", as vendeu ao Govêrno Provincial.

Com a colonização das terras marginais ao rio Itajaí e seus afluentes, fundou, o Govêrno Provincial, então chefiado pelo preclaro homem público Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque, de acôrdo com o Aviso Imperial de 18 de junho de 1860, a Colônia "Itajaí", mais tarde denominada "Brusque", seguindo, assim, naturalmente, o desbravamento do vale do Itajaí.

Nessa colônia, localizaram-se famílias brasileiras e imigrantes portuguêses, suíços, holandêses, italianos e franceses, sem contar os alemães, que foram os primeiros a chegar.

A colônia desenvolveu-se bastante.

Entretanto, antes, em 1861, eram acrescentados ao quadro daquela Colônia novas terras que foram medidas pelo Engenheiro Carlos Felipe Garçon Rivière, nas cabeceiras dos ribeirões do Crecker e do Moura, entre os divisores de águas dos rios do Braço e Itajaí-Mirim.

Dentro do quadro da Colônia foi, pelo Govêrno Imperial, a 19 de janeiro de 1866, criada o Colônia "Príncipe Dom Pedro", que recebeu, originàriamente, em 15 de fevereiro de 1867, 98 colonos americanos do norte; todavia, devido aos erros da administração e outras faltas do seu Diretor, Barzillar Cottle, por Aviso Imperial de 6 de dezembro de 1869, voltou a pertencer à Colônia "Itajaí".

E pela Lei n.º 693, de 31 de julho de 1874, sancionada pelo Presidente Pedro Affonso Ferreira, as Colônias "Itajaí" e "Príncipe Dom Pedro", de cujos territórios faziam parte as plagas de Nova Trento, passaram a formar uma nova freguesia, sob a denominação de São Luiz Gonzaga, desmembrada da freguesia do Santíssimo Sacramento do Itajaí, sendo seu primeiro vigário o Padre Alberto Gattone.

Era, então, Diretor das Colônias referidas o Dr. Luiz Betim Paes Leme.

Pouco depois, na mesma administração colonial, se inicia a colonização italiana naquelas áreas.

Em 1875, era, finalmente, criado o distrito colonial de Nova Trento, dentro das Colônias "Itajaí" e "Príncipe Dom Pedro". E, em junho dêsse mesmo ano, no recém-criado distrito colonial, foram colocadas as primeiras vinte famílias, originárias de Valsugana, no alto vale do Brenta, no Trentino, e de Monza, na província de Milão, que foram encaminhadas pelo pôrto de Itajaí e, daí, a Brusque e se estabeleceram a 16 quilômetros da atual cidade de Nova Trento, na atual vila de Claraíba e suas imediações.

Da Linha Pomerânia (dentro do atual município de Brusque) até a Linha Tirol foi aberta uma picada e nos lotes marginais foram sendo estabelecidos os colonos José Martinelli, Josué Fontanelli, Paulo Dalsasso, Osvaldo Montibeller, Domingos Casagrande, Batista Scalvim, Batista Ec-

cel, Felice Zottele, Felice Postai, Edoardo Dalmasso, José Michei, João Montibeller, André Valcanaia Filho, Arcanjo Dalcastagné, João Valcanaia, Edoardo Montibeller, José Felizetti, Domingos Bernardi e Antônio Zottele, com as suas respectivas famílias.

Em 1.º de janeiro de 1876, já estavam estabelecidos em seus lotes e, também, auxiliavam a abertura da estrada em demanda das terras marginais ao rio do Braço e seus afluentes.

Depois, outros vieram e foram se estabelecer na Linha Lombardia (eram daquela parte da Itália). Eram êles: João Melzi, Antônio Borgonovo, Pasquale Paglioli, os irmãos Barni, Camillo Motta e mais: José e Constante Cassorzo, Pedro Bernardi, Pedro Monasterollo, José Pinerollo, Cattaldo Delluca, Francisco Delluca e mais alguns de origem francesa.

Daí, por diante, intensificou-se a imigração para àquelas terras.

Assim, a 9 de março de 1876, quinta-feira, às 15 horas, ancorava no pôrto do Destêrro, o navio francês "Vauban", conduzindo 416 imigrantes italianos para aquela Colônia; procediam de Marselha e foram localizados em terras de Nova Trento. Transportados para o "Inhauma", da Marinha Brasileira, e conduzidos até o pôrto de Itajaí, daí seguiram para os lotes que lhes estavam reservados.

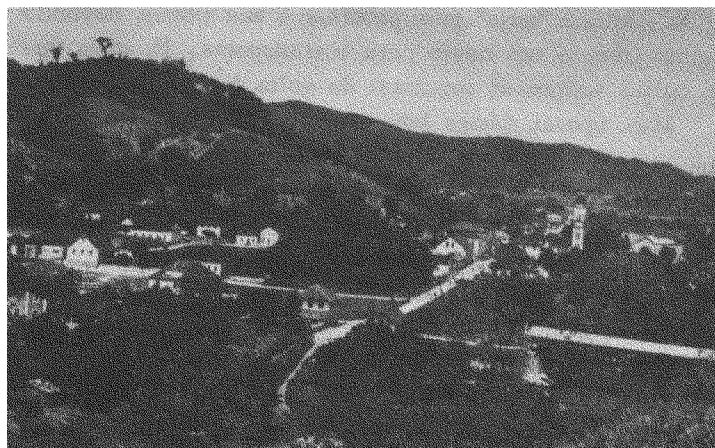
A 14 de setembro do mesmo ano, pelo vapor "Werneck" chegaram 700 italianos, de diversas procedências. E, a 22 de fevereiro de 1877, procedentes de Gênova, desembarcaram do paquete "Sud America", cêrca de 467 colonos, e, desta forma, prosseguia em ritmo acelerado o povoamento de Nova Trento.

Assim, até 1880, perto de 11 000 pessoas chegaram àquele distrito, mas havia alguma coisa que deslustrava tôda a obra colonizadora. Nem todos permaneceram nas terras de Nova Trento: alguns retornaram à Pátria de origem e outros procurarem outras colônias e outros lugares onde vivessem mais calmamente. Os fatos que deram origem a esta saída, podem ser, assim, resumidos:

Para incentivar a emigração européia para o sul do País, o Govêrno Imperial Brasileiro celebrou contrato com o cidadão Joaquim Caetano Pinto Júnior, aprovado pelo Decreto n.º 5 663, de 17 de junho de 1874, a fim de que fôssem introduzidos, na parte meridional do Brasil, 100 000 europeus, "lavradores", "alemães, austríacos, suíços, italianos do norte, bascos, belgas, suecos, dinamarqueses e franceses", dentro de dez anos.

Ora, essa emigração era orientada no sentido de ser pago ao empresário 125$000, por adulto, nos 50 000 primeiros imigrantes que entrassem no Brasil, e, ao europeu, ofereciam inúmeras vantagens.

Assim, haviam atrativos para o imigrante e, por êsse motivo, foram lançados, freqüente e atabalhoadamente, nas terras a colonizar, levas e mais levas de imigrantes, sem que houvesse o preparo prévio das acomodações, sequer provisórias, sem que se desmarcassem os lotes, a serem distribuídos, sem que se desse, escrupulosamente, cumprimento às condições estabelecidas, nos portos de embarque, entre os agentes do empresário e os colonos. Enfim, tôda uma série de erros.

Por tudo isto, vendo-se ludibriados, os colonos se impacientavam, cada vez mais. Contra êles conspirava o ambiente tropical, com a malária sorrateira, a nostalgia e tôda aquela seqüência de fatôres de indisposição, fermentando, naqueles sêres, a desconfiança e a revolta, que crescia, de dia para dia.

Vista geral da cidade

Em abril de 1878, sendo diretor da Colônia o Engenheiro João de Carvalho Borges Júnior, por não se terem atendido as condições da emigração, os colonos deram mostras de desagrado, as quais foram respondidas com soldados armados e bem municiados, pois, na noite e 7 para 8 daquele mês, alguns colonos, no distrito de Nova Trento, amotinaram-se e atacaram a Casa da Direção, arrombando as suas portas e fazendo disparos com armas de fogo, para o seu interior, obrigando o Diretor a fugir.

As fôrças militares — 60 homens, para garantir a ordem, chegaram ao local do motim, depois de serenados os ânimos e voltaram, em seguida, para Capital da Província.

Mas as razões dos descontentamentos dos colonos não cessaram e, a 26 de junho de 1878, dia da festa de São Virgílio, padroeiro de Nova Trento, reiniciaram-se os motins, com grupos de colonos, armados, percorrendo os caminhos e estradas, concitando os seus compatriotas à violência, e, a 2 de julho, teve comêço o emprêgo da fôrça, quando os imigrantes tentaram espancar duas praças do destacamento policial, o que se agravou no dia imediato, ocasião em que resultou sério conflito, oportunidade em que perdeu a vida um colono e dois outros ficaram feridos, enquanto três praças também o foram, sendo uma gravemente.

Foi, então, enviada uma fôrça militar do 17.º Batalhão de Caçadores, sediado na Capital da Província, acompanhada do próprio Chefe de Polícia.

A Presidência da Província, por ato de 17 daquele mês e ano, determinou a expulsão dos imigrantes que haviam tomado parte do motim.

Esta medida não seria, por si, só, suficiente, pois, as causas não foram removidas.

Em janeiro de 1879, mais de uma centena de colonos, após penosa viagem, apresentou-se na Capital da Província, pedindo o repatriamento. Estavam em estado contristador e viu-se o Govêrno, por falha contratual, impossibilitado de atender os reclamos daqueles imigrantes. Houve, dali, uma debandada geral: uns procuraram as colônias do sul do Estado, outros deixaram-se ficar na Capital, enquanto uns terceiros retornaram às terras de Nova Trento.

O agravamento do abandono da colônia pelos italianos deu-se em agôsto de 1879, quando mais de noventa fa-

mílias pediram "guia" para retornar à sua pátria, havendo mesmo fretado um navio para o transporte. E, mais tarde, outras tantas, as seguiram de volta à Itália.

Mas, apesar dêsses lamentáveis acontecimentos, continuou a vida de Nova Trento, para o progresso.

No sentido de normalizar a situação, pela Lei n.º 893, de 1.º de março de 1880, era o Presidente da Província autorizado a despender, imediatamente, até a quantia de um conto e quinhentos mil réis, com o transporte dos imigrantes espontâneos, italianos e tiroleses, que se achavam na Capital da Província, para os lugares a que se destinarem, dentro da Província.

Veio, entretanto, em 1881, a 18 de março, pelo Decreto n.º 8 455, a emancipação das Colônias "Itajaí" e "Príncipe Dom Pedro", das quais Nova Trento era parte integrante. Foi período bem crítico de sua existência, pois, faltou o auxílio do govêrno aos colonos que, ainda, chegavam, e êstes deveriam, daí por diante, subsistir, ùnicamente, com o fruto do seu labor e sujeitos aos azares da agricultura, não tendo, sequer, uma estrada que ligasse Nova Trento com o seu escoadouro natural, a vila de São Sebastião do Tijucas, a atual cidade de Tijucas.

Entretanto a faina de localizar novas levas de colonos prosseguia e, no serviço de devassamento daquele território e no de demarcação de lotes e de instalação dos imigrantes, entre outros, se empenharam os engenheiros Jerônimo Baptista Pereira Sobrinho, Antônio Lopes de Mesquita e Adolfo E. Pinto Pacca.

Após os grandes influxos colonizadores observados, entre 1875 e 1880, outras levas migratórias se localizaram no território que, hoje, compreende o município de Nova Trento.

Em 1888 e 1889, nos seus primeiros meses, entraram, no território de Nova Trento, russos brancos e poloneses e algumas famílias alemãs.

Tornava-se, assim, o "funding-pot" ideal para a integração dêsses elementos heterogêneos na amálgama brasileira.

Com êsses elementos, o panoroma sociológico do município é dos mais interessantes, no que concerne às nuanças características de cada aglomerado humano.

Cumpre, entretanto, acentuar, aqui, a entrada, em 1892, da última corrente imigratória importante, em terras de Nova Trento. Era, na sua quase totalidade, de lavradores vindos das imediações de Varsóvia (Polônia).

Por fim, devemos assinalar uma pequena contribuição nacional, numa migração interna. Esta contribuição constou de algumas famílias de "retirantes" que, devido à grande sêca de 1877-1878, foram mandadas pelo Govêrno Imperial, para o sul do País. Êsses nordestinos se localizaram na altura do curso médio do rio do Braço, entre as localidades atuais de Lajeado e Bonito.

É esta a exata figura da formação antropológica da gente de Nova Trento.

Na sua evolução populacional, Nova Trento não podia prescindir de uma escola e ela lhe foi dada, por ato do Presidente da Província, datado de 10 de julho de 1885, criando uma, mista, de ensino primário, cuja regência coube à veterana Professôra D. Inês de Castro e Silva Sá Lobão. Não se deve, entretanto, olvidar a tarefa pioneira do Professor Antônio José de Oliveira, que, já, em 1883, naquela incipiente recém-criada Colônia, abria a sua escola particular.

Com o desenvolvimento que teve, se viu a Presidência da Província, então ocupada pelo Dr. Francisco Luiz da Gama Rosa, na contingência de assinar o Ato governamental n.º 3 874, de 2 de janeiro de 1884, criando o distrito policial de Nova Trento.

Êste ato, que representa o início de uma etapa emancipadora, estava assim redigido: "O Presidente da Província da Província, então ocupada pelo Dr. Francisco Luiz art. 7.º do Regulamento de 31 de janeiro de 1842, resolve criar um distrito de subdelegacia no lugar "Nova Trento", no município de Tijucas. Nesse sentido expeçam-se as comunicações. (ass.) Francisco Luiz da Gama Rosa".

Complementando êste ato, exarou outro nomeando o primeiro subdelegado de polícia, da circunscrição recém-criada, Hipólito Boiteux. E, dias depois, nomeava os suplentes daquele titular, recaindo a escolha nos cidadãos João Strambio Schutel, José Bozzano e Otto Husodel.

No entanto os limites da nova subdelegacia só foram demarcados, por ato da Presidência da Província, de 29 de fevereiro de 1884, assinados, também, pelo mesmo Dr. Francisco Luiz da Gama Rosa.

Hipólito Boiteux permaneceu no exercício daquele cargo, até 10 de outubro de 1885, quando foi substituído, a pedido, por Francisco Gottardi e, também, o foram os seus suplentes, por Giacomo Tomazi, Pedro Monasterollo e Domingos Busnardo.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — Entretanto, a 4 de abril de 1844, o Dr. Francisco Luiz da Gama Rosa, Presidente da Província, sancionara a Lei n.º 1 074, criando a freguesia e o distrito de paz de "Nova Trento", sendo sua primeira matriz uma modesta capela, até hoje existente, dedicada a Santa Ágata e a freguesia "nunca teve vigário"; os ofícios divinos estavam a cargo dos missionários jesuítas, dentre os quais se destacou o Padre João Maria Cybeu, S.J. Deve-se ressalvar, entretanto, que, desde os seus primórdios, os habitantes de Nova Trento tiveram as atenções, sucessivamente, dos Padres Alberto Gattone, primeiro vigário de São Luiz Gonzaga de Brusque, e Arcângelo Ganarini, um dos primeiros cronistas de Nova Trento e grande incentivador, pela imprensa italiana, da emigração para o Brasil.

Daí, um passo mais, e Nova Trento tornar-se-ia município autônomo.

O progresso daquela parcela da terra catarinense fazia com que os seus habitantes batalhassem pela autonomia.

Em 1883, quando o Presidente Dr. Francisco Luiz da Gama Rosa visitou Nova Trento, o Coronel Henrique Carlos Boiteux e outros cidadãos o abordaram sôbre a emancipação. Mostrou-se, aquêle Presidente, de acôrdo com a idéia e lembrou-a à Assembléia Provincial em sua "Fala" daquele ano. E, para que não faltassem cidadãos brasileiros para a administração municipal, expontâneamente, num dia, quarenta colonos requereram carta de naturalização.

Com o advento da República, em 1889, o movimento tomou novo alento. O Coronel Henrique Carlos Boiteux que, de há muito, aspirava pela autonomia de Nova Trento,

coligiu dados para justificar perante o Govêrno a medida. E a Lei n.º 36, de 8 de agôsto de 1892, promulgada pelo Presidente do Estado, Tenente Manuel Joaquim Machado, veio coroar os seus esforços e de uma plêiade de cidadãos abnegados.

Dêste modo, passava aquêle pedaço de Santa Catarina a ser governado por aquêles que o habitavam e bem conheciam os seus problemas. Emancipava-se Nova Trento, do município de Tijucas.

Município autônomo, Nova Trento teve a dirigir-lhe os primeiros passos um Conselho Municipal, constituído pelos cidadãos João Valle (presidente), Francisco Gottardi Primo, Pedro Joaquim d'Oliveira, José Visentainer, Guilherme Seemann Júnior, Ernesto Wilke e Hipólito Boiteux, que se instalou a 26 de dezembro de 1892.

Êsse Conselho Municipal governou o município até a nomeação e posse do seu primeiro Superintendente, o Coronel Henrique Carlos Boiteux, o que se deu a 13 de agôsto de 1894.

Por essa época, num arrabalde de Nova Trento, em Vigolani, ou, mais comumente, em Vigolo, a 12 de julho de 1890, Amábile Visentainer e Virgíniar Nicolodi, aquela com 25 anos e esta com 26 anos, deram o passo decisivo para a fundação de uma Congregação religiosa feminina, dedicada à assistência hospitalar e à educação, conhecida, hoje, por "Irmãzinhas da Imaculada Conceição", e, nos dias contemporâneos, disseminada pelas regiões Sul e Centro-Oeste do Brasil.

As Irmãzinhas tiveram, desde o seu início, a assistência espiritual do Padre Luiz Maria Rossi S.J., considerado, por isso mesmo, o fundador da Congregação.

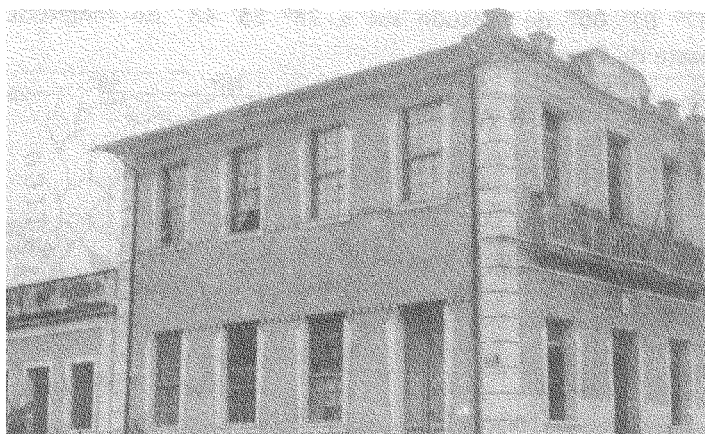
A sua primeira aprovação eclesiástica foi dada, em 1895, por Dom José de Camargo Barros, Bispo de Curitiba e de Florianópolis.

Pouco depois, outro acontecimento de transcendental importância religiosa teve lugar, também, em nova Trento: Roberto Farchini, então com 21 anos, a 8 de dezembro de 1900, funda a Congregação dos Irmãos do Santíssimo Coração de Jesus, cujos fins eram a catequese dos meninos e todos os demais exercícios de caridade, no que foi coadjuvado, entre outros, por Pietro Dalceggio, Pietro Voltolini, Osvaldo DellÁgnollo, Manuel Visentainer, Luigi Lunardelli, Antônio Migliorini, Francisco Valle e Giovanni Marchi. Porém, apesar de todo o zêlo apostólico de Roberto Facchini, a Congregação viveu, só, até 1904, não alcançando as necessárias licenças da Hierarquia Católica.

E dessa forma, Nova Trento ia atravessando os anos. Assim, dentro do seu território, foi, pelo Ministério da Agricultura, organizado o Núcleo Colonial "Esteves Júnior", em 31 de junho de 1912.

A sede provisória foi estabelecida no lúgar denominado Corridas, que passou a se chamar "Conquista".

Foi pioneiro dessa façanha de penetração Miguel Joaquim d'Oliveira e o primeiro diretor do Núcleo foi o Doutor Sizenando de Mattos Bourguinon, que alvitrou, para a sede definitiva, devidamente planejada e instalada, em meio a um planalto, a 900 e mais metros de altitude, o nome de "Boiteuxburgo".

Da área do Núcleo Colonial "Esteves Júnior" estava compreendida a localidade de Pinheiral, fundada, em 1880, com colonos polonêses, russos e galicianos. Foi o municí-

Prefeitura Municipal

pio de Nova Trento quem despendeu dinheiro, em todos os tempos, por ser o escoadouro natural da produção: assim, foi construído, primeiramente, um picadão de mais de 14 km; depois, o Coronel Hipólito Boiteux conseguiu do Governador Hercílio Pedro da Luz a abertura de uma estrada carroçável que, sempre, foi conservada à custa das rendas municipais de Nova Trento. E, criando o Núcleo, o Governador Hercílio Luz, baixou ato, criando, ali, pelo Decreto n.º 1 296, de 29 de setembro de 1919, um distrito policial, motivando, então, protesto do município de São José, que era limítrofe, do que se aproveitou o município de Tijucas, que conseguiu a incorporação de vasta área ao seu território, em prejuízo dos interêsses de Nova Trento.

Ainda, hoje, grande parte do Núcleo está encravada no município de Nova Trento.

O município de Nova Trento, até 1954, pertenceu à comarca de Tijucas. Naquele ano, face à Lei estadual número 1 171, de 10 de dezembro, passou a integrar a comarca de Brusque.

Ao criar-se o município de Nova Trento, só, ùnicamente, em seu quadro territorial existia um distrito de paz, o da sede.

Em abril de 1895, por fôrça de uma resolução municipal, foi criado o distrito de paz de Aliança, que, em 1943, recebeu a denominação de Claraíba.

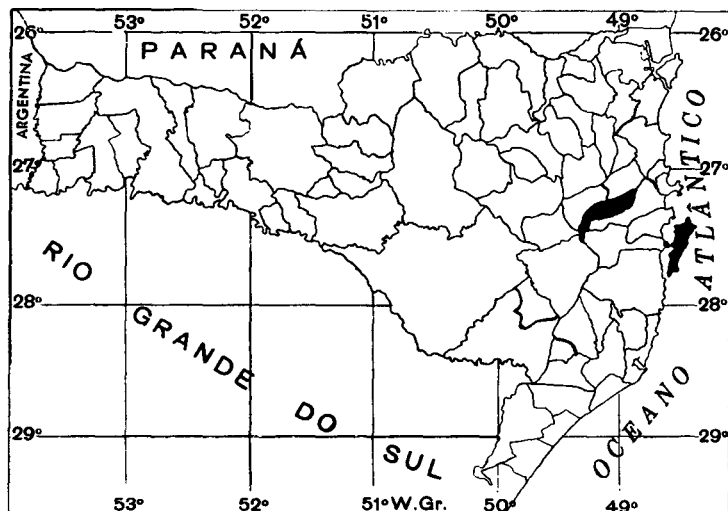
Estava, assim, criado o 2.º distrito. O terceiro o foi pelo Decreto municipal n.º 9, de 30 de dezembro de 1931, com o nome de "João Pessoa", que não vingou, sobrevivendo, até hoje, com a denominação primitiva: "Vargedo".

E finalmente, pelo Decreto estadual n.º 941, de 31 de dezembro de 1943, foi criado o 4.º distrito, que recebeu a denominação de "Aguti", tendo a sua sede, anteriormente, se chamado "Cotia".

Assim, atualmente, o município de Nova Trento é constituído pelos seguintes distritos de paz: Nova Trento (distrito da sede), Aguti, Claraíba e Vargedo.

A atual legislatura municipal teve início a 3 de outubro de 1955, sendo eleito Prefeito o Sr. Pedro Piva Júnior e constituída a Câmara Municipal, por sete vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Nova Trento localiza-se na zona fisiográfica de Florianópolis. A cidade fica à margem esquerda do rio do Braço e a 51 km, em linha reta, da Capital do Estado, colocando-se em 6.º lugar, na distância de Florianópolis. Possui as seguintes coordenadas geográficas:

27° 07' 00" de latitude sul e 28° 55' 48" de longitude oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal tem 30 metros de altitude, sendo, assim, o 24.° lugar em ordem decrescente, no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — O clima de Nova Trento é temperado, comum à zona fisiográfica onde se localiza. São raras as geadas, em certa parte do município, enquanto em outra parte (distrito do Vargedo) são comuníssimas. No verão, são comuns as trovoadas.

ÁREA — A área do município é de 575 km², figurando em 57.° lugar, em relação às áreas das demais comunas catarinenses.

ACIDENTES GEOGRÁFICAS — Na parte hidrográfica, os principais acidentes são: o rio do Braço, um dos formadores do rio Tijucas, que apresenta, da sua nascente, nos limites de Nova Trento com o município de Bom Retiro, uma extensão de 40 km, aproximadamente; afluentes do rio do Braço: o ribeirão do Alferes, com 5 a 6 km de curso; o rio Salto, com 8 km de curso; o ribeirão Lageado, com 7 km; o ribeirão Natal, com 4 km; o ribeirão Macacos, com 5 km; o ribeirão Reginaldo, com 11 km; o ribeirão Pitanga, com 4 km; o ribeirão Bonito, com 10 km; o ribeirão de Molha, com 8 km; o ribeirão do Trinta-Réis, com 11 km, e inúmeros outros menores.

Na parte orográfica, três são os acidentes dignos de destaque: o morro Barão, na divisa de Nova Trento com o município de Brusque; o morro dos Polacos, parte das divisas municipais entre Nova Trento e Brusque, cuja garganta mede 278 metros de altura; e o morro da Cruz, que, na realidade, é um dos picos do morro da Onça, com cêrca de 300 metros de altitude.

Dentro do sistema hidrográfico há a destacar duas cascatas no ribeirão do Alferes, dentro do perímetro urbano da cidade de Nova Trento, pela sua beleza panorâmica: uma superior, com 4 metros de altura, com uma potência de 15 H.P. aproveitada, e outra inferior, conhecida como cascata do "Canheto", com 8 metros de altura e uma potência de 15 H.P., também aproveitada. Inúmeras outras quedas de água, como a do rio do Braço, na confluência do ribeirão Bonito, foram estudadas, para aproveitamento industrial.

RIQUEZAS NATURAIS — Destacam-se, no reino mineral: o tungstênio (wolframita) explorado comercialmente, dentro das normas do Código de Minas. Permanecem, ainda, inaproveitadas, as jazidas de carvão de pedra, o caolim, o cristal de rocha, quartzos e turmalinas.

No reino vegetal têm sido grandemente exploradas as madeiras, como: canela, peroba, cedro, pinho e imbuia.

POPULAÇÃO — A população de Nova Trento, segundo o Recenseamento de 1950, era de 10 442 habitantes e tinha a seguinte composição: homens, 5 174 e mulheres, 5 268; brancos, 10 355; pretos, 85; e 2 não declararam a côr. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 5 509, 2 110 eram solteiras; 2 709 eram casadas; 278 viúvas; 2 desquitadas e 1 001 não declararam o estado civil.

Existiam 32 estrangeiros e 28 brasileiros naturalizados.

Em religião, predominavam os que se declararam católicos romanos, em número de 9 866. As outras religiões possuem adeptos em pequena escala.

A densidade era de 181 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 41.° lugar no Estado.

Da sua população, 73% localiza-se no quadro rural, sendo esta percentagem das menos elevadas no Estado, inferior, mesmo, à média da população rural de Santa Catarina, que é da ordem de 76,4%.

Situa-se em 65.° lugar, em relação à população dos demais municípios do Estado.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município, em 1.° de julho de 1958, era de 13 785 habitantes.

A cidade, todavia, ocupa o 37.° lugar em população, comparando-se às demais sedes municipais catarinenses.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São quatro as aglomerações urbanas do município: a cidade de Nova Trento, com 1 801 habitantes (803 homens e 998 mulheres), as vilas de Aguti, com 87 habitantes (44 homens e 43 mulheres), Claraíba, com 107 habitantes (52 homens e 55 mulheres), e Vargedo, com 124 habitantes (67 homens e 57 mulheres), conforme os dados do Recenseamento Geral do Brasil de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção principal e, portanto, as bases econômicas do município estão, intimamente, relacionadas com a agricultura.

Assim, 30,70% das pessoas, em idade ativa (10 anos e mais), estão ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura.

Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: mandioca, milho, abóbora, aipim, batata, feijão (grão), cana-de-açúcar, batata-doce, fumo em fôlha, cebola, amendoim com casca, arroz em casca, melancia, alho, abacaxi e araruta; como culturas permanentes: uva, bergamota, laranja, café, pêssego, pêra, abacate, caqui e bananas.

O valor da produção agrícola, em 1957, foi de ...... Cr$ 70 938 595,00. O valor da produção pecuária, em 1956, atingiu Cr$ 60 310 070,00.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes, no ano de 1957, os principais produtos:

a) de origem mineral: areia (2 230 t, no valor de Cr$ 89 200,00); quartzo róseo (9 500 kg, no valor de

Cr$ 38 000,00); tungstênio (4 150 kg, no valor de ... Cr$ 456 500,00);

b) de origem vegetal: lenha (75 800 m³, no valor de Cr$ 3 732 000,00); palhas (21 500 kg, no valor de ... Cr$ 43 000,00); palmito (19 000 kg, no valor de .... Cr$ 57 000,00).

A percentagem da população ativa, na indústria, é de 3%.

Dos quatro estabelecimentos industriais, existentes no município, um dedica-se à produção de fécula de mandioca e dois à de tecidos de algodão.

A produção industrial atingiu, em 1955, a ...... Cr$ 19 939 586,00. Nesse ano, a produção de tecidos de algodão alcançou a 1 261 888 m, no valor de ...... Cr$ 18 257 586,00, seguindo-se a de fécula de mandioca (375 000 kg, no valor de Cr$ 1 500 000,00), armários de madeira para roupas (48, no valor de Cr$ 76 800,00), cadeiras e poltronas de madeira não estofadas (580, no valor de Cr$ 40 000,00).

A produção de produtos de origem animal, transformados, atingiu, em 1956, o valor de Cr$ 14 512 390,00, sendo os principais produtos: banha (209 850 kg), no valor de Cr$ 7 344 750,00 leite (635 800 l), no valor de ..... Cr$ 2 861 100,00; ovos (146 000 dz.), no valor de .... Cr$ 1 655 000,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município encontram-se mais de cinqüenta estabelecimentos comerciais, sendo 58 varejistas.

Na sede municipal há uma agência de estabelecimento bancário: Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S. A. (INCO).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por uma emprêsa de transportes rodoviários, para passageiros, que o liga a várias cidades do Estado.

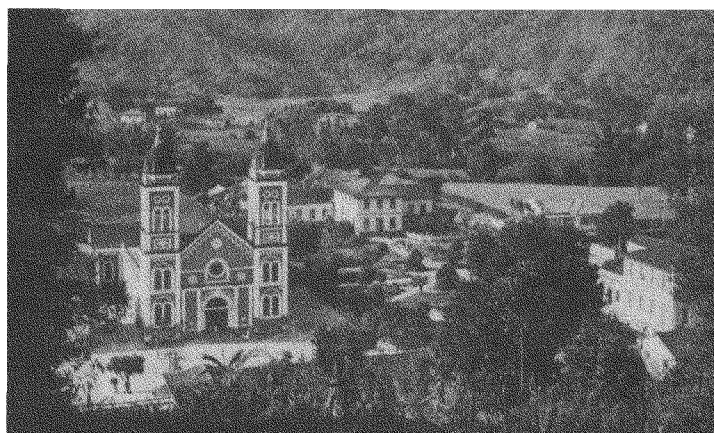
Dista a cidade de Nova Trento, por rodovia, 154 km da cidade de Bom Retiro, 28 km de Brusque, 200 km de Ituporanga, 100 km de São José, 33 km de Tijucas e 134 km de Vidal Ramos.

A sua distância, por rodovia, da Capital do Estado, Florianópolis, é de 88 km.

Da Capital Federal, dista, por via marítima, partindo do pôrto de Itajaí, 841 km, mais 67 km em rodovia, distância que a separa daquele pôrto.

A cidade de Nova Trento é servida de uma Agência Postal Telefônica, do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Nova Trento tem 1 801 habitantes, de acôrdo com o Censo de 1950, sendo a 37.ª cidade, em população, do Estado de Santa Catarina.

Conta com os seguintes logradouros públicos: ruas Tijucas, Cristóvão Gezzele, Santo Inácio (a principal), Francisco Valle, José Battista Archer, Floriano Peixoto, Marechal Deodoro, Coronel Henrique Carlos Boiteux, Hyppólito Boiteux, Vinte e um de Abril, Benjamim Constant, Da Direção, Da Paz, Da Independência, Guarda-Marinha Martinelli, Felipe Schmidt, Alferes, Giácomo Poli, Emílio Ovídio Gottardi, Oito de Agôsto, Madre Paulina e as praças Getúlio Vargas e da Bandeira, esta com o jardim Barão

Vista parcial da cidade, destacando-se a Igreja-Matriz de São Virgílio

do Rio Branco e aquela com o jardim Coronel Henrique Carlos Boiteux.

É a cidade de Nova Trento servida de luz elétrica, com 159 ligações domiciliares.

Os principais edifícios são: a Igreja Matriz de São Virgílio, o Grupo Escolar Lacerda Coutinho, o Juvenato São José, o Salão Paroquial São Virgílio, o Hospital Imaculada Conceição e o Pré-seminário Nossa Senhora de Fátima.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica do município é prestada à população por um médico, um dentista, um farmacêutico e quatro auxiliares de saúde.

Um hospital de clínica geral "Imaculada Conceição", de 26 leitos, pertencente à Sociedade Beneficente Imaculada Conceição, fundada em 1929, e um Pôsto de Saúde, do Govêrno Estadual, servem à população com assistência médica, em geral.

Existem duas farmácias no município.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — A assistência social à maternidade e à infância é prestada através do Pôsto de Saúde do Govêrno do Estado.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 constatou a existência de 8 376 pessoas, de cinco anos e mais, sendo que 4 183, ou seja, 49,9%, sabiam ler e escrever. Dêsse total, 2 039 eram homens e 2 144 mulheres.

Na sede municipal, das 1 478 pessoas, de cinco anos e mais, 1 060 sabiam ler e escrever, sendo 465 homens e 595 mulheres.

Ensino — Em 1956, funcionaram na cidade e no resto do município, 41 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 1 612 alunos, assim distribuídos: Pré-primário infantil, uma unidade com 63 alunos; Fundamental comum, 39 unidades com 1 536 alunos; e, Complementar, uma unidade com 13 alunos.

No tocante ao ensino extraprimário, funcionou no município um Curso Normal Regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O número de associações culturais do município ascende a três, das quais uma se dedica a atividades desportivas.

Há a destacar a Sociedade Filarmônica "Padre Sabattini", antiga Filarmônica "Neotrentina", fundada em 1888, que muito tem desenvolvido o gôsto artístico-musical da população.

Funcionam na cidade dois cinemas: cines "São Virgílio" e "Lindóia", respectivamente, com 220 e 162 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS — As finanças públicas do município de Nova Trento têm apresentado a seguinte seqüência, de 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	15	268	405	139	398
1951.......	18	233	459	187	428
1952.......	16	418	562	210	525
1953.......	18	501	928	243	961
1954.......	18	425	787	238	791
1955.......	23	410	894	262	894
1956.......	93	738	1 324	346	1 024

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — No município existem dois santuários, com festejos tradicionais: o de Nossa Senhora de Lourdes, em Vigolani, a seis quilômetros da cidade de Nova Trento, dentro do qual se encontra uma belíssima fonte, por trás do altar-mor, e o de Nossa Senhora do Bom Socorro, no morro da Cruz, a 320 metros de altitude, onde são incessantes as peregrinações e grande o número de "ex-votos" que ornam as suas paredes.

Como monumentos destacam-se: a Cruz do Século, primeiramente de ferro, plantada no alto do morro da Cruz, em 1900, por um grupo de habitantes de Nova Trento; a herma do Coronel Henrique Carlos Boiteux, na Praça Getúlio Vargas e no jardim de seu nome, inaugurada a 8 de agôsto de 1930; os marcos comemorativos do 75.º aniversário da colonização italiana na região (1950) e o cinqüentenário da criação do município (1942), ambos constantes de blocos de alvenaria, com placas comemorativas.

Ainda, acêrca dos santuários duas palavras: o de Nossa Senhora de Lourdes, de Vigolani está anexo à Casa das Irmãzinhas da Imaculada Conceição e, é, em tôrno da criação dessa ordem religiosa e do seu desenvolvimento que se estabeleceu e tomou vulto. Já o de Nossa Senhora do Bom Socorro, no morro da Onça, tem início com uma oração pronunciada pelo Padre Alfredo Russel S. J., ao plantarem, ali, em 1900, a Cruz do Século, dando, assim, origem ao Santuário, cuja imagem foi doação da Condessa Clermont-Tounerre e foi fundida, em ferro e bronze, na Europa. A bênção e lançamento da primeira pedra do Santuário deu-se a 16 de julho de 1906, e desde então, anualmente, são incontáveis as peregrinações, de dentro e fora do Estado, destinadas àquele local.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Muitas e arraigadas são as tradições religiosas de Nova Trento, devendo-se acentuar que, rara é a festa religiosa em que se não faça uma procissão.

No ciclo religioso são mais destacadas as festas de São Virgílio — 26 de junho —, padroeiro do município, precedida, sempre, de novenário, com festejos populares, tais como barraquinhas, rifas, leilões, música e fogos e, as de Nossa Senhora, a 3 de maio e 15 de agôsto, quando o morro da Cruz e o Santuário de Nossa Senhora do Bom Socorro se engalanam.

Além dessas, têm destaque as festas nas capelas adjacentes, dedicadas aos seus Santos Padroeiros. Merece registro, pela grandiosidade, a Semana Santa, com todos os seus atos, internos e externos, e, bem assim, a Procissão de "Corpus Christi", considerada, depois da do Santo Padroeiro, a principal, em magnitude, pelo povo.

Como manifestações folclóricas de cunho religioso devem ser referidas as festividades juninas e as natalinas.

Outras manifestações folclóricas que devem ser anotadas são as do "boi-de-mamão", no ciclo pré-carnavalesco, demonstrando influência de elementos luso-brasileiros na cultura tradicional italiana, e a maneira de festejar a Páscoa, intromissão de elementos culturais germânicos na área de cultura itálica.

No complexo cultural do município, há a ressaltar a predominância dos hábitos alimentares italianos sôbre os das demais etnias.

E, por fim, deve-se dizer que a efeméride de 8 de agôsto — data da criação do município — é sempre festejada.

VULTOS ILUSTRES — São vultos destacados do município: Henrique Carlos Boiteux, filho de Luc Montandon Boiteux, suíço, e de D. Marie Magdaleine Anastasie Bouquet, francesa, nasceu na Colônia "Nova Itália", às margens do rio Tijucas, a 11 de fevereiro de 1838, da qual seu pai era administrador. Foi comerciante na cidade do Destêrro (hoje Florianópolis) e depois em Tijucas. Com a colonização italiana em Nova Trento, ali se estabeleceu, dando incremento comercial e industrial à localidade, ativando culturas agrícolas próprias da Itália, como a amoreira, e desenvolvendo intensa atividade político-social. Foi chefe político local e primeiro Superintendente do município. Autor de uma memória histórico-descritiva do município. Faleceu, no Rio de Janeiro, a 28 de novembro de 1894.

Hypólito Boiteux, filho do precedente e da Dona Maria Carolina Jacques, natural do Destêrro, nasceu nesta cidade, a 20 de junho de 1861. Dedicou-se ao comércio em Nova Trento, onde sucedeu seu pai, inclusive nas atividades políticas. Foi chefe Escolar em Nova Trento, função que exerceu, até 1933, sem ônus para os cofres públicos. No município exerceu tôdas as funções públicas, desde subdelegado de polícia até Superintendente Municipal. De 1918 a 1924 foi Deputado Estadual. Faleceu em Nova Trento, a 11 de setembro de 1937.

Lucas Alexandre Boiteux, irmão do precedente, nasceu em Nova Trento, a 23 de outubro de 1880. Oficial de Marinha, Almirante reformado. Autor de inumeráveis obras publicadas sôbre a História Marítima do Brasil e sôbre História Catarinense. É, atualmente, o decano dos Historiadores Catarinenses, possuindo mais de uma centena de títulos publicados.

Francisco Agostinho Martinelli, filho de João Batista Martinelli e de Dona Ana Itália Martinelli, nasceu em Nova Trento, a 18 de fevereiro de 1892. Ingressou, brilhantemente, na Escola Naval. No dia 3 de outubro de 1913, embarcado no rebocador de guerra "Guarany", participava de manobras de combate simuladas, quando se chocou com o navio "Borborema", após uma manobra infeliz, afundando o rebocador. Em Florianópolis, antigos colegas seus de mocidade, deram o seu nome a um clube de regatas.

Madre Paulina, no século Amábile Visentainer, filha de Napoleão Visentainer e de Anna Pianezzer, nasceu em Vi-

golo Vattaro, Trento, Itália, a 17 de dezembro de 1865. Veio, em 1875, para o Brasil, estabelecendo-se com sua família em Nova Trento. Juntamente com Virgínia Nicolodi e Teresa Máoli, fundou, a 12 de julho de 1890, a Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, que, no dia de sua morte, a 9 de julho de 1942, possuía 45 casas espalhadas pelo Brasil. Faleceu em São Paulo.

Roberto Facchini, filho de João Facchini e de Dona Elvira Perghen, ambos italianos, nasceu em Nova Trento, a 22 de agôsto de 1879. Fêz seus estudos no Colégio São Luiz de Itu, em São Paulo. Idealizou e organizou, com outros companheiros, em 1900, a Congregação dos Irmãos do Santuário Coração de Jesus, que não vingou. Ingressou, então, na Companhia de Jesus, onde se dedicou, especialmente, ao magistério e ao jornalismo religioso, sempre ligado à sua Ordem, religioso, edificante e virtuoso. Faleceu, no Rio de Janeiro, a 23 de junho de 1947.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Como atração turística tem o município de Nova Trento, além de belezas paisagísticas incontestáveis, o morro da Cruz, a que o vulgo denomina, também, de morro da "Santa", de onde se descortina amplo horizonte, inclusive, em dias límpidos, a orla litorânea, compreendida pela enseada de Pôrto Belo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do município recebem a denominação de "neotrentinos".

A origem do nome de Nova Trento está prêsa à da província e cidades italianas de Trento, de onde procedeu grande maioria dos seus colonizadores.

Nova Trento possui uma Associação Rural, em plena atividade, contando, em 1958, com 544 associados.

Em 31-XII-1957, existiam, no município, os seguintes veículos:

a) veículos a motor: automóveis, 6; jipes, 2; ônibus e micro-ônibus, 1; camionetas, 2; motociclos, 2; caminhões, 22; trator, 1;

b) veículos a fôrça animada: carros de 2 ou 4 rodas, 7; bicicletas, 798; e carroças de 4 rodas, 207.

O eleitorado de Nova Trento era, em 1958, de 2 991 eleitores.

(Elaborado pelo prof. Walter Piazza, que utilizou os dados fornecidos pela Inspetoria Regional de Estatística de Santa Catarina).

ORLEÃES — SC

Mapa Municipal no 10.° Vol.

HISTÓRICO — Em 1841, incumbido pelo Govêrno Imperial para proceder a estudos geológicos na densa bacia carbonífera da região sul do país, estêve na região onde se situa o município de Orleães, o Dr. Parigot. Como resultado dêsse estudo, foi constatada a existência de grande quantidade de carvão mineral, principalmente na zona do atual município de Lauro Müller.

Em 1861, o govêrno celebrou um contrato com o Visconde de Taunay, concedendo-lhe o direito de posse de duas léguas de terra para exploração.

Em 1874, por ordem do Govêrno do País, foi iniciada a construção da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, que terminou em 1885.

Vista parcial da cidade

A existência de carvão de pedra e a abertura dessa estrada de ferro, muito contribuíram para o desenvolvimento do município.

Em 8 de julho de 1882, foi fundada e instalada, na sede do atual distrito de Grão Pará, a Emprêsa de Terras e Colonização de Grão Pará, abrangendo, principalmente, as terras do atual município de Orleães.

Os primeiros lotes de terra foram vendidos em 1883 e, com as facilidades concedidas por aquela Emprêsa, grande número de imigrantes, principalmente alemães, italianos e poloneses afluiu para o município.

Em 1885, a Emprêsa de Terras e Colonização foi transferida para a atual cidade de Orleães.

Em 1886, a atual cidade foi considerada como freguesia e, nesse mesmo ano, foi construída pela Emprêsa Colonizadora uma pequena capela.

Pela Lei provincial n.° 218, de 2 de outubro de 1888, foi criado o distrito de Orleães do Sul, subordinado ao município de Tubarão.

Em 1890, a Exma. Sra. Dona Otília Pinto, filha do Comendador Caetano Pinto Júnior, do Rio de Janeiro, fêz um donativo de doze mil francos (correspondentes a quatorze contos de réis) àquela capela que passou, então, em homenagem àquela dama, a denominar-se Capela de Santa Otília.

A imagem de Santa Otília foi oferecida pelo Coronel João Monteiro Cabral, da cidade de Laguna, realizando-se a primeira festividade religiosa nos dias 15 e 16 de agôsto de 1896.

Em 1909, foi criada a Paróquia de Santa Otília, tendo sido seu primeiro vigário o Revmo. Padre Jacinto Bertero.

Quatro anos depois, pela Lei estadual n.° 981, de 30 de agôsto de 1913, foi criado o município de Orleães, sendo festivamente instalado a 20 de outubro do mesmo ano. Nessa ocasião tomou posse o primeiro Superintendente Municipal, Sr. José Thomaz da Silva.

Em 4 de março de 1934, era instalada a Comarca de Orleães, criada pelo Decreto n.° 459, de 17 de janeiro do mesmo ano, tendo sido seu primeiro Juiz o Dr. Francisco Carneiro Machado Rios.

Consoante a divisão territorial fixada pelo Decreto-lei estadual n.° 941, de 31 de dezembro de 1943, a grafia do nome do município foi alterada de Orleans para Orleães.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito foi criado sob a denominação de Orleans do Sul, pela Lei provincial n.° 218, de 2 de outubro de 1888, figu-

rando, na "Divisão Administrativa, em 1911", subordinado ao município de Tubarão. O Município instituiu-o, com território desmembrado do mesmo município de Tubarão, a Lei estadual n.º 981, de 30 de agôsto de 1913, ocorrendo a instalação a 20 de outubro dêsse ano.

Pela divisão territorial em vigor no qüinqüênio 1944-1948, fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 941, de 31 de dezembro de 1943, a grafia do município e do distrito sede passou a ser Orleães.

A Comarca de Orleães foi criada pelo Decreto n.º 459, de 17 de janeiro de 1934, e instalada a 4 de março dêsse ano.

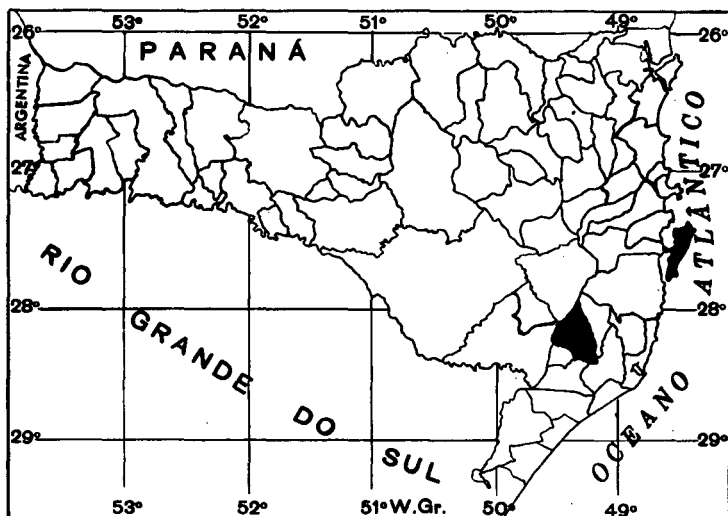
O seu quadro administrativo e judiciário em 1.º-III-958, era o seguinte:

Comarca, Têrmo e Município: Orleães — Distritos componentes: Orleães (sede), Grão Pará e Pindotiba.

A Comarca de Orleães abrange ainda os municípios de Braço do Norte, constituído dos distritos: Braço do Norte (sede) e Rio Fortuna; e Lauro Müller, constituído sòmente do distrito da sede.

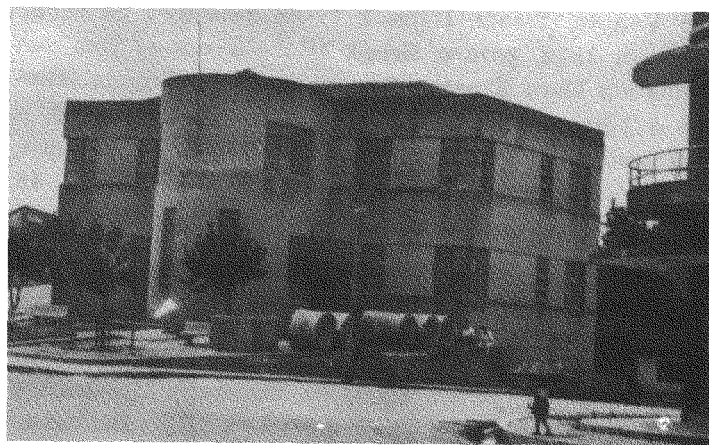
Pela Lei n.º 348, de 21 de junho de 1958, foi desmembrado o município de Grão Pará, do de Orleães.

A atual legislatura teve início em 1955, tendo sido eleito Prefeito, o Sr. Vidal Pereira Alves e constituída a Câmara Municipal de 11 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Orleães localiza-se na zona fisiográfica de Laguna. A cidade fica a 112 km, em linha reta, da Capital do Estado e possui as seguintes coordenadas geográficas: 28° 21' 32" de latitude sul e 49° 17' 06" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Na sede municipal 149 metros, sendo o 31.º lugar em ordem crescente, de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — O clima em geral é bastante quente, apesar dos constantes ventos, batidos de Norte. É sêco no verão alcançando a temperatura em alguns lugares a mais de 35°C. Predominância de chuvas no verão. No inverno o frio é bastante intenso, principalmente nos contrafortes da serra Geral, onde a temperatura chega a atingir menos de 0°C.

ÁREA — A área do município é de 996 km², figurando em 32.º lugar, em relação às áreas das demais comunas.

Prefeitura Municipal

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Represa no Rio Tubarão, com potência de 350 H.P. aproveitada pela Companhia Nacional de Mineração de Carvão do Barro Branco, para produção de energia elétrica, distando 2 km da sede municipal. Salto do Rio Pinheiros com 40 metros de altura, Salto do Rio Capivari, com 80 metros de altura, Rios — Oratório, Laranjeiras, da Vaca e Mirador; Serras Geral, onde se encontra o Morro da Igreja, com 1 860 m, um dos pontos mais altos do Estado.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) De origem mineral — jazidas de carvão mineral. b) De origem vegetal — madeiras em geral.

POPULAÇÃO — A população de Orleães segundo o Recenseamento de 1950, era de 33 848 habitantes e tinha a seguinte composição: homens 17 080; mulheres 16 768; brancos 32 336; pardos 3; pretos 1 451; amarelos 1 e 57 não declararam a côr.

Das pessoas de 15 anos e mais em número de 16 954, 5 207 eram solteiras, casadas — 11 035, viúvas — 661, desquitadas — 3 e 48 não declararam o estado conjugal. Existiam 104 estrangeiros e 57 brasileiros naturalizados. Em religião predominaram os que se declararam Católicos Romanos em número de 33 473, as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade era de 33,9 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 12.º lugar no Estado. Localiza-se no quadro rural 81,9% da população, sendo esta porcentagem das menos elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 16.º lugar, na relação dos municípios mais populosos do Estado.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A cidade, todavia, ocupa o 27.º lugar em população, em relação às demais cidades de Santa Catarina. É de 29 554 a atual população do Município, segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística (1958).

São três as aglomerações urbanas do município: a cidade de Orleães com 2 184 habitantes (1 034 homens e 1 150 mulheres), as vilas de: Grão Pará com 762 habitantes (392 homens e 370 mulheres) e Pindotiba com 541 habitantes (294 homens e 247 mulheres) conforme dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial, no ano de 1955, atingiu a Cr$ 97 984 611,00. O município assenta sua economia, principalmente, na agricultura. A

Outra vista parcial da cidade

produção de carvão-de-pedra bruto, atingiu no ano de 1955, a 149 468 t, no valor de Cr$ 49 449 138,00; seguindo-se carne-sêca ou charque de bovinos (484 250 kg, no valor de Cr$ 17 848 750,00); fécula de mandioca (1 911 980 kg, no valor de Cr$ 7 547 260,00); banha de porco refinada ou não (76 100 kg, no valor de Cr$ 2 685 500,00); farinha de raspa de mandioca (521 500 quilogramas, no valor de Cr$ 1 617 700,00).

Dos 31 estabelecimentos industrias, 2 dedicam-se à extração do carvão mineral e 11 ao beneficiamento da tapioca e mandioca.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 20,40% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: mandioca, milho, feijão, batata-doce, aipim, arroz, cana-de-açúcar, tomate, trigo, batatinha, fumo em fôlha, amendoim c/ casca, cana de forragem, cebola, abacaxi, abóbora, alho, alfafa; como culturas permanentes, temos: laranja, bergamota, uva e banana. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 32 333 300,00. O valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de Cr$ 306 347 450,00. A percentagem da população na indústria é de 7%.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes principais produtos, com referência ao ano de 1957:

a) De origem mineral: areia (1 560 t, no valor de Cr$ 90 000,00); barro ou argila (8 400 t, no valor de Cr$ 73 500,00); pedras para alicerces (2 850 m³, no valor de Cr$ 855 000,00).

b) De origem vegetal: carvão vegetal (126 000 kg, no valor de Cr$ 126 000,00); dormentes (76 600 unidades, no valor de Cr$ 996 000,00); lenha (22 000 m³, no valor de Cr$ 11 500 000,00).

c) De origem animal: couros (610 unidades no valor de Cr$ 12 200,00).

No que se refere a produtos transformados ou não de origem animal, a produção atingiu em 1956, o valor de Cr$ 37 755 200,00, sendo os principais produtos: banha (330 000 kg, no valor de Cr$ 13 200 000,00); charque (330 000 kg, no valor de Cr$ 13 200 000,00); ovos (227 000 dúzias, no valor de Cr$ 3 405,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se mais de trinta estabelecimentos comerciais (37 varejistas), uma Agência do Banco Catarinense Sociedade Cooperativa Central de Crédito Agrícola. Funcionam ainda no município as agências dos seguintes bancos: Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. e Banco Nacional do Comércio S.A.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 3 emprêsas rodoviárias para passageiros, 4 para carga e 1 ferroviária para passageiros e cargas, a Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina.

Dista a cidade cêrca de 167 km da Capital Estadual por rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também, por rodovia: 23 km até a cidade de Braço do Norte; 205 km até a de Bom Retiro, 246 km até a de Urubici, 15 km até a de Lauro Müller; 24 km até a de Urussanga; 67 km até a de Tubarão; 225 km até a de São Joaquim. Dista 15 km de Lauro Müller; 101 km de Urussanga; 42 km de Tubarão por ferrovia.

Na cidade funciona uma Agência Postal Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos; uma Agência Radiotelefônica, uma Radiotelegráfica da Estrada de Ferro Tereza Cristina e uma Agência Telefônica de uso público da Companhia Telefônica Catarinense.

No restante do município, funcionam duas Agências Postais Telefônicas do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma Agência Radiotelefônica e uma Telegráfica da Estrada de Ferro Tereza Cristina.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Orleães tem 2 184 habitantes, sendo a 27.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina e é servida de luz elétrica com 317 ligações domiciliares. Os edifícios mais importantes são: Igreja Matriz, Grupo Escolar Costa Carneiro, Prefeitura Municipal, Hospital Santa Otília e Pôsto de Saúde Dona Marieta Konder Bornhausen. A cidade conta com 6 Hotéis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica no município é prestada à população por 2 médicos, 2 dentistas, 8 farmacêuticos e 10 auxiliares de saúde.

Um hospital, 3 centros de saúde e 1 ambulatório servem à população com assistência médica em geral.

Existem 9 farmácias no município.

COOPERATIVISMO — Na cidade funcionam: a Cooperativa Agrícola Mista São Ludgero Ltda.; instalada em 1936, com 159 sócios, e uma Agência do Banco Catarinense Sociedade Cooperativa Central de Crédito Agrícola Ltda.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950, constatou a existência de 26 699 pessoas de 5 anos e mais; sendo que 14 388, ou seja, 53,8%, sabiam ler e escrever. Dêsse total 7 938 eram homens e 6 450 mulheres. Na sede municipal, das 1 814 pessoas de 5 anos e mais 1 173 sabiam ler e escrever, sendo 598 homens e 575 mulheres.

Ensino — Em 1956, funcionaram na cidade e no resto do município 107 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 4 825 alunos, assim distribuídos: Fundamental Comum 86 unidades, com 4 354 alunos; Fundamental Supletivo 18 unidades com 388 alunos e Complementar 3 unidades com 83 alunos.

No tocante a ensino extraprimário funcionaram no município dois Cursos Normais Regionais.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	1 086	1 656	1 307	705	1 251
1951.......	1 337	2 067	1 342	975	1 270
1952.......	1 530	2 785	1 674	1 045	1 623
1953.......	1 99,5	3 718	2 087	1 160	2 083
1954.......	2 063	3 588	1 975	1 085	1 904
1955.......	2 653	4 199	2 517	1 344	2 499
1956.......	2 836	8 184	3 490	1 048	3 181

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Das cinco Associações culturais, uma dedica-se às atividades desportivas.

A cidade possui um Cinema: Cine-Teatro Luiz Verani, com 276 lugares.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E EFEMÉRIDES — No que diz respeito a cultos, menciona-se o seguinte: Culto Católico Romano: Paróquia de São João Batista, com 1 sacerdote, 1 Igreja-Matriz e 5 capelas públicas. Paróquia de São Bom Jesus, com 1 sacerdote, 1 Igreja-Matriz e 9 capelas públicas. Paróquia de Santa Otília, com 1 sacerdote, 1 Igreja-Matriz e 16 capelas públicas.

Culto Protestante: Igreja Evangélica Batista e 1.ª Igreja Batista de Orleães.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes de Orleães têm o patronímico de "orleanenses". O nome Orleães foi dado ao município pelo Conde d'Eu, Luiz Felipe Gastão de Orleans, em lembrança daquela cidade francesa.

Orleães é sede de Comarca e Têrmo, que abrange os municípios de Braço do Norte e Lauro Müller. O eleitorado de Orleães, em 1958, era de 9 033 eleitores.

Em 31-XII-1957, existiam os seguintes veículos no município:

a) Veículos a motor: automóveis 8, jipes 6, ônibus e micro-ônibus 2, camionetas 3, motocicles 7, caminhões 48.

b) Veículos a fôrça animada: carros de 2 ou 4 rodas, 348, bicicletas 392, carroças de 4 rodas, 26.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

PALHOÇA — SC

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — O povoamento da extensa faixa de terra, hoje denominada "Palhoça", iniciou-se no ano de 1793, quando governador da ilha de Santa Catarina o coronel Alberto de Miranda Ribeiro.

O primeiro habitante da terra palhocense foi Caitano Silveira de Matos, conforme se deduz do ofício abaixo transcrito, dirigido pelo referido coronel João Alberto, ao Conde de Rezende, então Vice-Rei e Capitão-general de mar e terra, no Estado do Brasil.

Por êsse antigo mas precioso documento, publicado na Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, em 1917, verifica-se claramente que o fundador do sertão da Palhoça foi, de fato, o mesmo Caitano Silveira de Matos. Eis o documento:

"Ofício n.º 7, de 31 de julho de 1793.

Ilmo. e Exmo. Sr. — Não havendo nesta Ilha muitos sujeitos, ou falando com tôda igenuidade, não havendo nenhum que exceda a Caitano Silveira de Matos, no meu conceito, para os importantes fins a que o destino e de que já principiei a servir-me, julgo a ser indispensável na minha obrigação, por na respeitável presença de V. Excia. o seu merecimento. Êste homem é ativo e zeloso para o serviço, é muito trabalhador e bastantemente remediado, porque possui uns poucos de mil cruzados: tem principiado um famoso estabelecimento no sertão digo no interior do sertão da Terra Firme, na estrada que vai para a vila de Lajes, onde conserva bastante escravatura, e grandes derrubadas, para principiar as suas plantações. Agora mesmo se acha atualmente empregado na Fatura de um Armazém ou Palhoça, que mandei construir nos matos da terra firme, para fazer um depósito de farinha, com que possa subsistir naquele lugar, caso me seja, na precisão de me retirar a êle, depois de fazer na Ilha tôda a oposição que me fôr possível, aos inimigos. Para aceitar desta comissão não foi necessário mas, do que perceber a minha vontade, e seguro a V. Excia. que o acho com disposição de remover quaisquer dificuldades, emprêgando para as vencer, a sua pessoa, os seus escravos e tudo quanto tem; queira V. Excia. ter a bondade de ponderar agora, por um pouco, e tenho bastantes motivos para me persuadir, que será muito da grandeza de V. Excia., premiar um vassalo de tão excelentes qualidades. Já tenho notícias que o meu antecessor tinha proposto a V. Excia. êste homem para Capitão do Forte de São Francisco Xavier, da Praia de Fora, desta vila, com a condição de que à sua custa reedificaria o dito Forte, que se acha bastantemente arruinado.

Esta mesma graça é a que suplico novamente a V. Excia. motivos que deixo referidos, mas quando haja nisto alguma contradição ao gôsto de V. Excia. que prevalecer a tudo, ocorre-me que o pode atender ainda, fazendo-o Capitão da companhia da infantaria auxiliar da freguesia de São José, que se acha vago, porque João Marcos Vieira, que o era, consta que passara para a Côrte de Lisboa, onde se casou e estabeleceu. Desta forma Exmo. Sr. pode V. Excia. animar um homem, que virá a ser muito útil, ao real serviço, e que desde já o é, principalmente nas circunstâncias atuais em que me acho; porque tendo aberto o caminho do sertão debaixo do melhor e mais judicioso plano de defesa que se pode adotar a respeito desta Ilha, havendo uma absoluta precisão de promover a sua cultura e sendo êsse homem o de maiores fôrças, que o pode intentar e que já principio ou fazendo, é muito digno de que V. Excia. o atenta; e eu só terei o merecimento de fazer com que V. Excia. o reconheça, para o premiar, deixando êste prêmio de me constituir na maior obrigação a V. Excia. Deus guarde a V. Excia. Venerador de N. S. do Destêrro, da Ilha de Santa Catarina, aos 31 de julho de 1793. — Com a assinatura do Sr. Governador, João Alberto de Miranda Ribeiro. — Ilmo. Exmo. Sr. Conde de Rezende, Vice-Rei e Capitão-General de Mar e Terra do Estado do Brasil".

Concluindo diz a referida "Revista":

"Com a fundação da Palhoça, esboçava João Alberto a colonização do continente fronteiro, como um refúgio e

fruto de uma lição colhida da invasão espanhola de 1777. No mesmo ano em que dirigia êste ofício ao Conde de Rezende, o governador propunha a fundação de duas freguezias, procurando povoar o sertão com os mesmos fins militares, que levaram Pereira Pinto à construção do caminho de Lajes. Não conseguiu João Alberto a realização do seu intento, até 18 de janeiro de 1800, último dia de seu govêrno, o que só foi levado a efeito em 1829, já sob a Independência e quando era govêrno o coronel Francisco de Albuquerque e Melo".

É, pois, fora de dúvida que, em 1793, essa, hoje cidade de Palhoça, não era senão "mato da terra firme", para onde seguira Caitano Silveira de Matos empregado na fatura de um armazém ou palhoça, para construir depósitos de farinha, por ordem do então governador João Alberto de Miranda Ribeiro. É ainda de acreditar-se que o nome de Palhoça tivesse origem desde êsse tempo, visto que, segundo opinião de pessoas antigas, outros ranchos foram ainda construídos, posteriormente, todos cobertos de palha, nos quais eram recolhidas canoas e apetrechos de alguns pescadores que passavam temporadas no lugar hoje denominado Areias, ao sul da desembocadura do formoso rio Maroim, antiga divisa legal e natural da Palhoça com São José.

Como antes de 1793, aquêle centro, cuja derribada Caitano Silveira de Matos fizera para poder construir os galpões ou depósitos cobertos de palha, nos quais devia recolher farinha e outros gêneros, continuou ainda por muitos anos a permanecer em estado de abandono.

É possível que a construção dêsses ranchos ficasse à beira-mar, onde, posteriormente, pescadores o imitassem, edificando casinhas cobertas de palha.

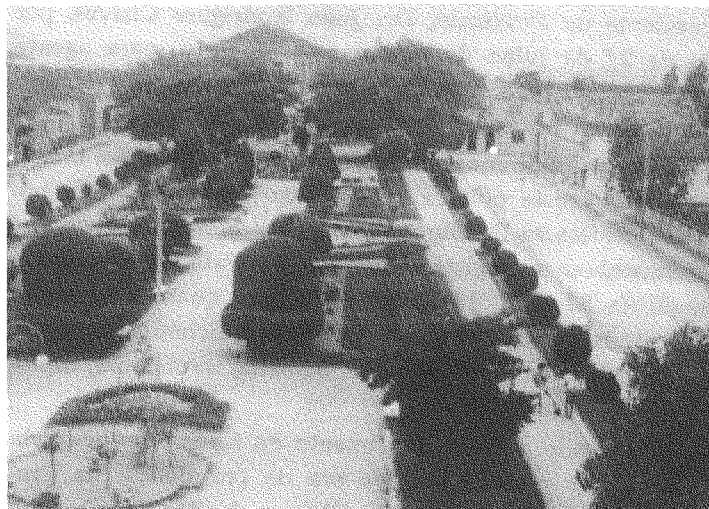
Nesse tempo havia sòmente a péssima estrada de cargueiros que, da então freguesia de São José, ia à vila de Lajes.

Pelo local dos referidos ranchos transitavam sòmente aquêles que viajavam para a serra, deixando de passar pelo tirirical e atoleiros, que se encontravam na estrada geral, hoje, em parte, a rua principal da sede do município e da comarca.

Afirmam ainda que as tropas de animais vacum ou cavalar, destinadas à Capital, até 1864, rumavam o morro do Tomé, que fica ao sul da cidade, margeando a praia, até o rio Maroim, daí seguindo pela estrada geral até a freguesia de São José, visto não só ser perigosa a estrada de cargueiros que existia para Lajes, no trecho compreendido entre o "Maroim" e a sede da Palhoça, como ainda fugiam êsses viajantes do impôsto da barreira estabelecida na estrada que subia para o Passa Vinte.

Apesar das dificuldades de viação, o comércio da freguesia de São José desenvolvia-se, nela se estabelecendo diversos negociantes com casas fortes, bem sortidas e que mantinham estreitas relações comerciais com a serra.

O movimento de tropas, apesar disso, era cada vez maior, como maior se tornava a necessidade de ser reparado ou melhorado o único caminho que havia na direção do planalto.

E assim, os interessados pela terra josefense, propugnando pelo seu progresso comercial, concorriam também com seus esforços para o melhoramento da estrada, aliás caminho para Lajes, até onde iam os seus limites.

Praça 7 de Setembro

Por mais de meio século permaneceu o referido "Mato da Terra Firme" desinteressado ou esquecido, como desejava o governador João Alberto de Miranda Ribeiro, visto que nos ranchos e depósitos levantados à beira-mar estava oculta, em abundância, grande cópia de munição de bôca.

Não tinham sido ainda olvidados os tristes fatos ocorridos quando da invasão espanhola, no ano de 1777.

Segundo informações que julgamos fidedignas, com o aumento dos habitantes do local já referido, foi se estendendo o levantamento de outras casinhas até que, no lugar onde atualmente se encontra, foi construída uma pequena capela, situada à primitiva praça, pelos anos de 1864.

À proporção que se desenvolvia o comércio da vila de São José, melhorava o caminho para o planalto e aumentava o número de seus habitantes.

Em 1868, em terrenos doados por Marcelino José da Rosa, foi iniciada a construção da segunda capela, hoje matriz da poróquia. Ia-se, destarte, processando a evolução social de um lugar que, no futuro, como se previa claramente, estabeleceria comércio com a região serrana.

Em 1870, era criada, pelos podêres públicos da província, a 1.ª escola no arraial da Palhoça, sendo então nomeado professor público interino José Rodrigues Lopes, que já exercia o magistério em caráter particular.

Em 30 de dezembro de 1872, o vice-presidente da Província, Dr. Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão, baixou uma resolução transformando o arraial em distrito policial, nomeando para exercer os cargos de subdelegados de polícia e seus suplentes, respectivamente, os antigos habitantes da Palhoça: Antônio Augusto Vidal, João José de Castro Júnior, Diogo Duarte Silva da Luz e Luiz Antônio de Melo. Essas nomeações foram por ato de 3 de janeiro de 1873.

As funções de escrivão do distrito policial eram exercidas pelo então escrivão da cidade de São José.

Já neste ano o distrito de Palhoça entrava em plena evolução social e comercial, existindo inúmeros comerciantes, proprietários e lavradores.

Assim movimentado o comércio e a indústria, foi também se desenvolvendo a parte social.

Agência postal: Em 25 de junho de 1881, tendo sido criada a primeira agência postal da Palhoça, pelo administrador dos Correios, Alexandre Francisco da Costa, o

presidente da Província, Dr. João Rodrigues Chaves, por ato de 27 de julho do mesmo ano, nomeou, para agente postal, José Pedro Duarte Silva, que inaugurou o serviço dos Correios no então distrito policial da Palhoça.

Escola Feminina: Ainda em junho de 1881, foi criada a segunda escola pública para o sexo feminino, sendo nomeada professora D. Maria Clementina de Sousa Lopes, que desempenhou o magistério sempre na Palhoça, durante o tempo de 33 anos, 11 meses e 12 dias, quando foi então aposentada pelo governador Dr. Felipe Schmidt.

Substituiu-a D. Doralice Santana, professora diplomada pela Escola Normal.

Crescendo assim o movimento da futura freguesia da Palhoça, que obtinha favores, ora da presidência da Província, ora da presidência da Câmara de São José, a que pertencia e de cuja corporação faziam parte alguns palhocenses como camaristas, os seus habitantes consideravam-se felizes e aguardavam outros melhoramentos.

A lavoura e o comércio se desenvolviam em surtos admiráveis, prometendo as melhores esperanças de risonho porvir. Os Podêres Municipais, quando podiam, melhoravam as estradas.

E para a sua conservação e cumprimento das posturas municipais, nomearam um agente fiscal, remunerado pelos cofres da mesma municipalidade; nomeação esta que recaiu em Joaquim Antônio da Silveira, que residia no Passa Vinte.

Acentuava-se o movimento comercial, aumentava o número de industriais, muitos dos quais construíam olarias, curtumes, charqueadas, engenhos, etc... Data daí o movimento sempre crescente do comércio, indústria e artes, na Palhoça.

A exportação para esta Capital, de materiais para construção, era notável.

Às segundas-feiras, embarcações, abarrotadas, traziam os gêneros coloniais procedentes das diversas colônias e no dia seguinte regressavam. Além disso, nos outros dias êsses veículos conduziam lenha, madeiras, cereais e outros produtos da lavoura. O movimento de tropas da serra não era então o da simples passagem para irem às casas de João Clímaco, Silva Ramos, Meyer e de outros, estabelecidas com grandes capitais, em São José; — pelo contrário, contava-se a casa do "Globo" situada na Palhoça e de propriedade da firma Luz & Luz, que mantinha depósitos de sal, querosene, açúcar, farinha e outros gêneros destinados à região serrana.

E, à medida que aumentava o comércio da Palhoça com a serra, iam "ipso facto", desaparecendo e enfraquecendo mesmo, as diversas casas comerciais estabelecidas em São José.

De distrito policial à freguesia (1882): Atendendo aos pedidos dos habitantes do distrito policial, a Assembléia Legislativa votou a lei n.º 949, de 8 de novembro de 1882, elevando-o à categoria de freguesia:

"Art. 1.º — Fica desmembrado da paróquia de São José o distrito policial da Palhoça, para formar uma nova freguesia, sob a invocação do Senhor Bom Jesus de Nazaré.

"Art. 2.º — A nova freguesia terá limites: Ao norte, o rio Maroim até a divisa da freguesia de São Pedro de Alcântara; ao sul, o rio Cubatão até os limites da freguesia de Santo Amaro do Cubatão; a leste, o Oceano; a oeste, as freguesias já mencionadas.

Art. 3.º — Servirá de Matriz a capela em construção, na sede da mesma freguesia. Dado e passado no Palácio do Govêrno da Província de Santa Catarina, aos oito de novembro do ano de mil oitocentos e oitenta e dois. (a) Antônio Gonçalves Chaves, presidente da Província.

Os poucos habitantes da nova freguesia, tendo conhecimento da Lei acima transcrita, promoveram grandes festejos, como passeatas escolares, iluminação geral, "marche aux flambeaux" precedida pela sociedade musical "Esperança e Caridade", com entusiásticas aclamações ao Imperador D. Pedro II, presidente Chaves, à Assembléia Legislativa; foguetes e bailes.

No dia seguinte, que foi domingo, a banda musical, já aludida, realizou retreta em um coreto, especialmente levantado para êste fim, na praça principal da freguesia.

O cemitério da Palhoça (1886): Instalada que foi a nova freguesia, as suas autoridades e a população em geral viram novos horizontes. Tudo era satisfação demonstrando que a pequena localidade evoluía cada vez mais, esperançosa de um futuro promissor.

Outro melhoramento material vinham de alcançar: o terreno próprio e adequado ao cemitério público da freguesia. Está êle situado em alta colina, ventilado e sêco, logo no comêço da estrada para o Passa Vinte, próximo à embocadura da estrada que segue para o sertão de Maroim, distante da sede cêrca de dois quilômetros, no máximo.

O auxílio do Govêrno da Província não se fêz demorar.

Determinou o seu Presidente que fôsse imediatamente cercado, às expensas do Govêrno, todo o terreno do cemitério, conforme a autorização que lhe dava a Lei n.º 1 119, de 9 de setembro de 1886.

O terreno de que tratamos está, atualmente, dividido pela parte do cemitério da comunidade protestante, que fica ao norte; e ainda pelo do da Irmandade de Nossa Senhora do Parto.

De distrito policial ao de paz (1886): Pelo Presidente da Província, Dr. Francisco José da Rocha foi sancionada a seguinte Lei, sob n.º 1 141, datada de 28 de setembro de 1886: — "Art. único — Fica criado um distrito de paz na paróquia (?) do Senhor Bom Jesus de Nazaré da Palhoça, com os limites da freguesia; mandando o Presidente da Província proceder à competente eleição. Revogadas as disposições em contrário".

Apesar de haver sido publicada a presente Lei n.º 1 141, acima referida, criando o distrito de paz na Palhoça, parece-nos não ter sido a mesma posta em execução, pois não encontramos documento algum que nos certificasse do contrário.

Não se realizou a eleição nela recomendada. Consta, porém, haver exercido o cargo de Juiz de Paz, por nomeação interina, o engenheiro civil Dr. André Braz Chalréo, então presidente na freguesia da Palhoça, onde tinha instalado o seu escritório.

Com advento do regime republicano, foi a freguesia, pela segunda vez, elevada a distrito de paz, como se evidencia da seguinte "resolução sob n.º 44, de 29 de janeiro de 1891:

"O tenente-coronel Gustavo Richard, governador do Estado de Santa Catarina, autorizado pelo art. 2.º do pará-

grafo 1.º do decreto n.º 7, de 20 de novembro de 1889, resolve:

Art. 1.º — Fica criado, na freguesia do Senhor Bom Jesus de Nazaré da Palhoça, um distrito de Paz, com os limites que se acham marcados para o respectivo distrito policial.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário — Palácio do Govêrno do Estado Federal de Santa Catarina, aos 29 de janeiro de 1891 (a) Gustavo Richard".

Ainda por ato do mesmo Governador e em virtude daquela resolução, foi nomeado Jacinto José da Luz, para exercer as funções de Juiz de Paz do distrito, até que se efetuasse a respectiva eleição.

O 1.º casamento: Aos vinte e três de maio de 1891, na sala das audiências do mesmo Juízo, realizava-se o primeiro casamento. Eram cônjuges: João Batista da Silva e Maria Francisca de Melo, esta, filha de Manoel Francisco de Melo, residente e lavrador na Barra do Ariru. Aquêle, de profissão pescador e residente do mesmo lugar. A cerimônia do referido ato revestiu-se de tôda solenidade e, por ser o primeiro casamento civil realizado no distrito, atraiu a curiosidade pública.

Outros registros: Vimos ainda dos respectivos livros que o primeiro registro de nascimento foi levado a têrmo no dia 20 de fevereiro de 1891. Delminda, nascida no lugar Barra do Ariru, naquele dia, filha legítima de Ricardo José Maria e de D. Maria da Conceição, foi a primeira registrada no livro respectivo.

Consta também, do livro n.º 1, o têrmo de óbito, que tomou o n.º 1, ocorrido em Passa Vinte, no dia 15 de março de 1891. O registrado foi Bernardino Luiz Neto, de 78 anos, casado com D. Guilhermina Rosa de Jesus.

Palhoça em evolução política (1889): Como se sabe, no domínio do extinto regime monárquico, existiam diversos partidos políticos, notadamente os denominados — Conservador e Liberal, que, alternadamente, se substituíam no poder. Era bastante que o Imperador extinguisse um gabinete, para trazer a queda de um dos partidos e a ascensão do outro.

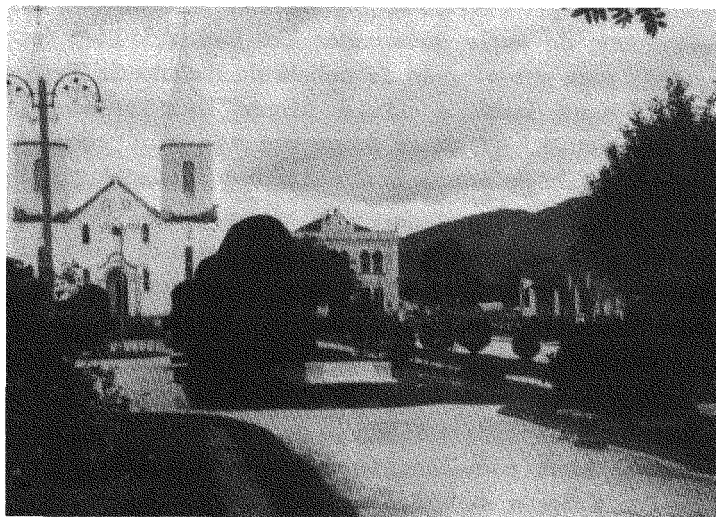
Os partidos eram organizados de modo que, quem era Liberal, assim permanecia, quer no poder, quer não. E o mesmo acontecia com os Conservadores.

Raríssimo e muito notado, era, naqueles tempos, um político pertencer a dois partidos ou mudar de opinião, para estar ao lado dos "mandões".

Com o advento do Govêrno Republicano, continuaram os partidos sob diversos títulos.

O que teve maior duração foi o denominado Partido Republicano Catarinense (PRC) que prolongou a sua existência, embora ùltimamente bastante fracionado, até o dia dois de dezembro de 1937.

Na Palhoça, contava o PRC com grande número de correligionários ou mesmo maioria absoluta, logo de sua organização.

O Primeiro Clube Republicano (1889): A nova fase política encheu de alegria os moradores da freguesia de Palhoça. Havia grande entusiasmo no povo e grande esperança em tudo que dissesse respeito ao engrandecimento do lugar. O comércio desenvolvia-se admiràvelmente.

Jardim Nereu Ramos

E, crescendo o número de novos eleitores, foram êstes convocados para uma reunião política. No dia 9 de novembro de 1889, na casa da residência do coronel Carlos Napoleão Poeta, presente elevado número de eleitores, de todos os matizes políticos, para os fins de fundarem um clube que pudesse representar o novo partido republicano do município de São José, do qual fazia parte integrante a freguesia da Palhoça, fêz uso da palavra o saudoso tenente-coronel Gustavo Richard, que expôs os fins da reunião. Depois de outros terem pronunciado discursos sôbre a nova forma de govêrno, procedeu-se à eleição da diretoria, que ficou assim constituída: Presidente — Carlos Napoleão Poeta, Vice-Presidente — Bernardino Manoel Machado, 1.º Secretário — Antônio Augusto Vidal, 2.º Secretário — José Rodrigues Lopes Júnior, Tesoureiro — Jacinto José da Luz, Procurador — José Soares de Oliveira, Vogais: Coronel João Luiz Ferreira de Melo, Coronel José Antônio Vaz, Major Vicente Silveira de Souza, Nicolau José Rosar e Israel Xavier Neves.

Foi ainda proposto e por todos aceito um voto de irrestrita solidariedade política ao Dr. Lauro Severiano Müller, como chefe supremo do partido republicano então triunfante.

Primeiras autoridades nomeadas (1889): Tendo deixado o govêrno da ex-província, em 15 de novembro de 1889, o Dr. Luiz Alves de Oliveira Belo, nomeado pelo ex-Imperador do Brasil, passou o mesmo govêrno a ser administrado, até nova deliberação, por uma Junta Republicana, composta pelo coronel comandante da guarnição federal nesta Capital, — João Batista do Rêgo Barros Cavalcanti de Albuquerque, Dr. Alexandre Marcelino Baima e farmacêutico Raulino Júlio Adolfo Horn.

Por Decreto expedido pela mesma Junta, sob n.º 7, de 19 de novembro do dito ano, foram nomeados o coronel Carlos Napoleão Poeta e o tenente honorário do Exército, Antônio Augusto Vidal, êste para exercer o cargo de subdelegado de polícia da freguesia da Palhoça e aquêle, para o de delegado de polícia da comarca de São José.

Ainda por Decreto, que tomou o n.º 17, do mesmo govêrno provisório, foram nomeados:

Para primeiro suplente do subdelegado de polícia da freguesia o cidadão Bernardino Manoel Machado, e para o cargo de subdelegado do distrito de Santo Amaro, o cidadão Manoel Antônio Soares de Nascimento.

Também por Decreto sob n.º 24, de 5 de dezembro do mesmo ano, do então governador Dr. Lauro Müller, foi nomeado para subdelegado de polícia do distrito de Teresópolis e Santa Isabel, o cidadão Miguel Estefano Köerig e, por Decreto n.º 41, de 18 do mesmo mês, para primeiro suplente do subdelegado de Santo Amaro, o cidadão Augusto Lehmkuhl.

Em 1890: Pela resolução de 7 de janeiro de 1890, do governador, coronel Gustavo Richard, foram nomeados intendentes municipais da comarca de São José, entre outros, os cidadãos — Carlos Napoleão Poeta, Bernardino Manoel Machado, Jacinto José da Luz e Antônio Augusto Vidal.

Pela resolução de 4 de março de 1890, do Governador do Estado, foram nomeados: subdelegado de polícia da freguesia de Enseada de Brito, o cidadão Domingos Vicente da Silveira e suplentes, os cidadãos Cândido Fábio da Costa Barbosa, João José da Costa e Antônio José Martins, pela ordem em que estão colocados seus nomes.

Por ato de 10 de maio de 1890, do governador Lauro Severiano Müller, foi criada, na freguesia da Palhoça, uma Delegacia Literária, encarregada da inspeção das escolas. Foi nomeado Delegado Literário o cidadão Bernardino Manoel Machado.

De freguesia a município (1894): A freguesia da Palhoça, que, durante o período revolucionário, iniciado em setembro de 1893, se abstivera de prestar solidariedade ao govêrno que não era o legal e oriundo do seu partido, diante do fracasso da revolução, de pronto aderiu ao govêrno legal, felicitando-o.

E, como estávamos no tempo de premiar-se uns e castigar-se outros, o novo Govêrno do Estado fêz baixar o seguinte:

Decreto n.º 184, de 24 de abril de 1894: Art. 1.º — Fica elevada à categoria de vila a freguesia da Palhoça, que fica desmembrada do município de São José para formar, com as freguesias de Santo Amaro do Cubatão, Enseada de Brito e os distritos de Teresópolis, Santa Isabel, Capivari e Santa Teresa, um município com a denominação de município da Palhoça; tendo por sede a vila dêste nome e por limite, ao norte o rio Maroim e a atual divisa dos distritos de Santa Isabel, com a ex-colônia Angelina; ao sul e a oeste, o município de São José.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário. Dado e passado no Palácio do Govêrno do Estado de Santa Catarina, aos 24 de abril de 1894. (a) Antônio Moreira Cesar — Coronel-governador".

Assim, pois, a ex-freguesia do São Bom Jesus de Nazaré da Palhoça passou a figurar na Carta do Estado de Santa Catarina, ostentando foros de vila e de município independente.

Autoridades policiais: Ainda pela Resolução n. 1 011, de 25 de abril de 1894, do mesmo coronel-governador, foram nomeadas diversas autoridades policiais para o novo município.

Intendentes Municipais (1894): Por Decreto de 27 de abril, também de 1894, pelo mesmo governador provisório foram nomeados intendentes municipais, os cidadãos capitão Bernardino Manoel Machado, como presidente da Intendência (atualmente Prefeitura Municipal), Francisco Antônio Lehmkuhl, João Batista Pieri, Nicolau José Rosar, Vicente Silveira de Souza.

Assim constituído o Govêrno Municipal foi o mesmo instalado em prédio particular, no dia 23 de maio de 1894, o que se realizou entre o maior regozijo para os palhocenses.

Depois das formalidades necessárias, tomaram posse de seus cargos, sob promessa de bem e fielmente servirem, os Srs. Capitão Bernardino Manoel Machado, como presidente; e os Srs. Francisco Antônio Lehmkuhl, João Batista Pieri, Nicolau José Rosar e Vicente Silveira de Souza, êstes como intendentes municipais.

Assistiram à instalação do município tôdas as autoridades nomeadas, convidados, comerciantes e industriais. Foi um dia de festa na Palhoça.

Abrilhantou as festividades a banda musical "Napoleão Poeta", da qual era diretor o Sr. José Rodrigues Lopes.

Nomeação do Segundo Conselho: Como tivesse o município da Palhoça a categoria de vila e ainda em face de sua elevada população, foi o número de intendentes aumentado, para nove, conforme se vê da resolução n.º 1 256, de 9 de agôsto de 1894. Foram nomeados conselheiros municipais (antigos intendentes) até que se procedessem às eleições municipais, os seguintes cidadãos:

Francisco Antônio Lehmkuhl, Horácio de Almeida Coelho, Vicente Silveira de Souza, Nicolau José Rosar, José Joaquim Garcia, José Francisco Garcia, João Batista Pieri, Eduardo Germano Schütz e Jacó Knabben.

Para exercer o cargo de superintendente municipal, foi designado o cidadão capitão Bernardino Manoel Machado.

As primeiras eleições municipais na Palhoça (1895): Como estivessem os intendentes (depois conselheiros municipais) da Palhoça desempenhando seus mandatos por nomeação do Governador do Estado e o município já estivesse em sua plena fase de administração, o Govêrno do Estado designou o dia 7 de abril de 1895 para se procederem, em todo o município, as eleições de superintendente de conselheiros municipais que deviam servir até o ano de 1898 — tempo das eleições gerais e ordinárias.

Foram eleitos, reconhecidos e proclamados os cidadãos seguintes: Superintendente — tenente-coronel Bernardino Manoel Machado, com 355 votos. Conselheiros: Francisco Antônio Lehmkuhl — 355, Nicolau José Rosar — 355. Eduardo Germano Schütz — 355, Augusto Haeming — 355, Luiz Frederico Wagner — 355, Joaquim Serafim Dutra — 355, José Joaquim Garcia — 355.

A trinta de maio do mesmo ano, foi votada e promulgada pelos mesmos conselheiros a respectiva Lei Orgânica do Município.

Não paralisara a evolução social e política do município da Palhoça. Depois de instalada a administração do município em um confortável prédio alugado, os podêres municipais, agindo com os políticos locais, conseguiram levantar um prédio próprio, sito à praça, hoje Sete de Setembro, dispondo de amplos compartimentos destinados às sessões do júri, do conselho municipal, salas para audiência de autoridades, gabinete para o Prefeito, etc.

Êsse prédio, que em 1895 custou apenas 17 000$000, obedeceu, naquele tempo, a melhor planta e a mais sólida construção. Seus alicerces, sôbre grandes estacas, tiveram início em 1894, ficando o mesmo prédio ultimado em fins de julho de 1895, sendo a 22 de agôsto do mesmo ano ofi-

cialmente inaugurado. À noite houve grande baile, notando-se grande satisfação por parte de todos que a êle afluíram.

Estação telegráfica (1903): Aos cinco dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e três, às cinco horas da tarde, em um prédio situado à Praça hoje Sete de Setembro, era inaugurada solenemente a estação telegráfica na Palhoça, mandada instalar pelo então engenheiro chefe do Distrito Telegráfico, Dr. José Joaquim de Sá Freire, em aviso n.º 20.

Foi o seu primeiro encarregado o telegrafista de terceira classe, Artur Tupinambá de Campos.

De município a comarca (1906): Com o evoluir do progresso, com o salutar desenvolvimento intelectual dos seus habitantes foi crescendo a necessidade de ser a Palhoça elevada à cabeça de comarca.

Providência acertadíssima e poderosa foi a criação da imprensa para propugnar por êsse justo ideal. Coube ao farmacêutico Miguel Ângelo Palermo a iniciativa de tão importante melhoramento; sob a sua direção e relação do autor, surgiu, aos doze de setembro de 1906, um periódico semanal intitulado "A voz da Palhoça", — jornal destinado à propaganda exclusiva da criação da comarca.

Em sucessivo artigo tratou o referido periódico da grande necessidade da divisão judiciária, demonstrando, com fortes e ponderáveis argumentos, a necessidade da desanexação da comarca de São José, organizando-se outra, então, com os municípios de Palhoça e Garopaba.

Os argumentos da "Voz da Palhoça" foram tomados em aprêço tal que, em outubro seguinte, eram uma realidade a sua aspiração e seus fins, como se vê pela Lei número 693, de 19 de outubro de 1906: "Abdon Batista, vice-governador do Estado de Santa Catarina: Faço saber a todos os seus habitantes que o Congresso Representativo decretou e eu sanciono a Lei seguinte: Art. 1.º — Fica criada a comarca da Palhoça, com sede na vila do mesmo nome, e constituída dos territórios do município dêsse nome e do de Garopaba, que são desmembrados da comarca de São José. Art. 2.º — Os limites entre os municípios de São José e Palhoça, continuam sendo pelo Maroim, desde a sua foz até encontrar os limites do distrito de São Pedro de Alcântara com o município de São José, seguindo daí pelos antigos limites das colônias Angelina e São Pedro, com os distritos da Palhoça e Santo Amaro do Cubatão. Art. 3.º — Ficam igualmente criados na vila da Palhoça, dois ofícios de justiça — o de órfãos e ausentes, da provedoria e resíduos e do civil, crime, judicial, e notas e registros hipotecários, que serão providos vitalìciamente, na forma da Lei em vigor e exercidas separadamente, bem como uma coletoria de rendas estaduais. Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário. Palácio do Govêrno, em Florianópolis, 19 de outubro de 1906. (a) Abdon Batista, Honório H. Carneiro da Cunha".

Autoridade Judiciária: Por Decreto n. 298, de 19 de outubro, o mesmo Vice-Governador classificou a nova comarca de Palhoça, em segunda entrância. À vista do que, em resolução do mesmo dia, removeu a pedido, da comarca de Joinvile para a da Palhoça, o juiz de direito bacharel Antônio Gomes Ramagem. E nomeou, para promotor público: — José Lupércio Lopes; e para 1.º, 2.º e 3.º suplentes do juiz de direito, pela ordem de sua colocação: major José Honório da Costa, major Vicente Silveira de Souza e Capitão Nicolau José Rosar.

Inauguração da comarca: Aos treze de novembro de 1906, em sessão solene do Conselho Municipal, com a presença de grande número de convidados, autoridades locais e da capital, efetuou-se a inauguração e instalação da nova comarca. Fizeram-se ouvir diversos oradores.

Coletoria de rendas do Estado: No dia dois de janeiro, de 1907, foi oficialmente instalada a coletoria de rendas estaduais.

Coletoria Federal (1912): Tendo o govêrno da República, por Decreto de 6 de junho de 1912, criado na Palhoça uma coletoria para cobrança e fiscalização das rendas da União, foi a mesma repartição instalada a 7 de dezembro do mesmo ano.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — A freguesia de Senhor Bom Jesus de Nazaré da Palhoça foi criada pela Lei provincial n.º 949, de 8 de novembro de 1882.

O distrito de paz da Palhoça foi instituído pela Lei provincial n.º 1 141, de 28 de setembro de 1886. O município o foi, com território desmembrado de São José, por fôrça do Decreto Estadual n.º 184, de 4 de abril de 1894, sendo instalado a 27 dêsse mês.

A comarca de Palhoça foi criada pela Lei estadual n.º 693, de 19 de outubro de 1906, instalando-se a 13 do mês seguinte. Suprimida pelo Decreto estadual n.º 157, de 19 de setembro de 1931, restaurou-a o Decreto n.º 342, de 18 de abril de 1933. Contudo, suprimiu-a novamente o Decreto estadual n.º 343, de 19 de abril de 1933. Restabeleceu-a, porém, o de n.º 337, de 16 de maio dêsse ano, ocorrendo a reinstalação a 17 de junho de 1933.

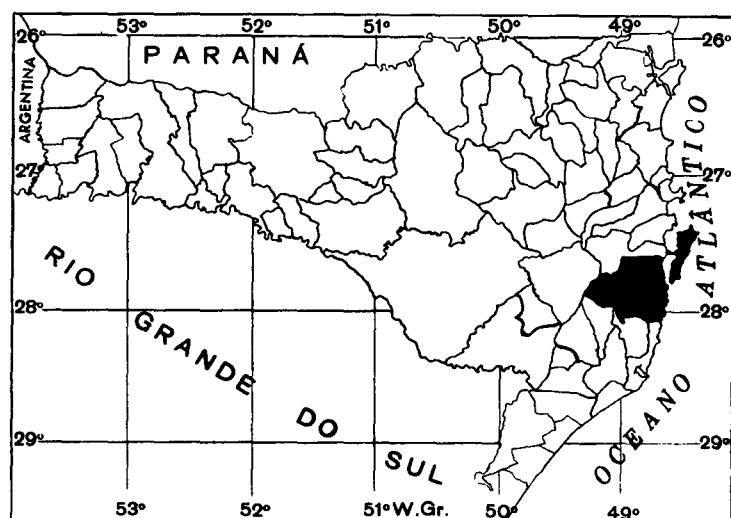
O seu quadro administrativo e judiciário em 1958 era: Comarca, Têrmo e Município: Palhoça; distritos componentes: Anitápolis, Garopaba, Enseada de Brito, Paulo Lopes, Queçaba, Santo Amaro da Imperatriz e São Bonifácio.

Pela Lei n. 344, de 6 de junho de 1958, da Assembléia Legislativa do Estado, foi criado o município de Santo Amaro da Imperatriz, desmembrado da Palhoça e constituí-

Vista parcial da praia municipal

do dos distritos de Santo Amaro da Imperatriz, Anitápolis e Queçaba.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Otávio Zachi e composta a Câmara Municipal de 11 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Palhoça localiza-se na zona fisiográfica de Florianópolis. A cidade fica a 15 km em linha reta da Capital do Estado, colocando-se em 3.º lugar relativamente às sedes municipais mais próximas de Florianópolis, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 27° 38' 40" de latitude sul e 48° 39' 56" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Na sede municipal, 3 metros, sendo o 6.º lugar em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — Peculiar da zona fisiográfica a que pertence, isto é, quente e úmido. As chuvas são mais freqüentes na estação quente, sendo então comuns as trovoadas. São raríssimas as geadas. A média de temperatura é de 20°C.

ÁREA — A área do município é 2 538 km² figurando em 9.º lugar, em relação às áreas das demais comunas.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Morro do Cambirela com 970 metros de altura. Morro de Pedra Branca com 550 metros de altura. Rio Cubatão com 70 km aproximadamente, de extensão, sendo 20 km navegáveis, e Serra do Capivari.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) Mineral — água mineral Santa Catarina, Guarda do Cubatão, Água Mineral Imperatriz, Águas Mornas Santo Amaro da Imperatriz, carvão-de-pedra, minério de ferro, cristal de rocha.

b) Vegetal — Madeiras em geral.

c) Animal — Tainha, anchova, cação, pescada, siri, camarão.

POPULAÇÃO — A população de Palhoça, segundo Recenseamento de 1950, era de 38 346 habitantes e tinha a seguinte composição: homens 19 494; mulheres 18 852; brancos 36 703; pardos 5; pretos 1 570 e 68 não declararam a côr.

Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 21 238, 7 033 eram solteiras; casadas 12 641; viúvas 1 500; desquitadas 16 e 48 não declararam o estado conjugal. Existiam 152 estrangeiros e 15 brasileiros naturalizados. Em religião predominaram os que se declararam Católicos, em número de 36 057, as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade era de 15,1 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 48.º lugar no Estado. Localizam-se no quadro rural, 88% da população, sendo esta percentagem das mais elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 14.º lugar, na relação dos municípios mais populosos do Estado. A cidade, todavia, ocupa o 43.º lugar em população em relação às demais cidades do Estado.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística em 1958 a população do município de Palhoça era de 45 030 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São oito as aglomerações urbanas do município: a cidade de Palhoça, com 1 456 habitantes (730 homens e 726 mulheres) as vilas de Anitápolis com 230 habitantes (105 homens e 125 mulheres), Enseada de Brito, com 266 habitantes (133 homens e 133 mulheres), Garopaba com 775 habitantes (406 homens e 369 mulheres), Paulo Lopes com 363 habitantes (183 homens e 180 mulheres), Queçaba com 78 habitantes (43 homens e 35 mulheres), Santo Amaro da Imperatriz com 1 266 habitantes (607 homens e 659 mulheres) e São Bonifácio com 144 habitantes (72 homens e 72 mulheres), conforme dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção Industrial atingiu, no ano de 1955, Cr$ 43 509 122,00. O Município assenta sua economia, principalmente, na agricultura. A produção de caixas de madeira desarmadas atingiu no ano de 1955, 9 980 m³, valendo Cr$ 26 447 000,00, seguindo-se madeiras compensadas (2 429 metros cúbicos, no valor de Cr$ 9 768 000,00); carne-sêca ou charque de bovinos (104 040 kg, no valor de Cr$ 3 121 200,00), águas minerais naturais (788 691 litros, no valor de Cr$ 1 300 117,00); tijolos em geral exclusive os refratários (1 342 milheiros, no valor de Cr$ 736 680,00).

Dos nove estabelecimentos industriais, 1 dedica-se ao beneficiamento de madeira e um ao engarrafamento de água mineral natural.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 21,9% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, temos, segundo a importância: mandioca, milho, batatinha, cana-de-açúcar, batata-doce, feijão (grão), cebola, arroz (em casca), fumo em fôlha, alho, tomate, aipim, amendoim com casca. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 131 402 550,00. O valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de Cr$ 115 838 550,00.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes, os principais produtos, com referência ao ano de 1957:

a) De origem mineral: água mineral (mais de 1 milhão de litros); barro ou argila (62 170 toneladas, no valor de Cr$ 1 554 250,00); cal (183 000 kg, no valor de Cr$ 240 900,00).

b) De origem vegetal: fôlhas de mangue (58 500 kg, no valor de Cr$ 40 950,00); lenha (938 700 m³, no valor de Cr$ 59 708 000,00).

c) De origem animal: camarão (26 900 kg, no valor de Cr$ 473 600,00); peixe fresco (864 300 kg, no valor de Cr$ 7 861 750,00); peixe sêco (77 490 kg, no valor de Cr$ 1 763 650,00).

No que se refere a produtos transformados ou não de origem animal, a produção atingiu em 1956, o valor de Cr$ 32 036 724,00, sendo os principais produtos: leite (2 859 700 litros, no valor de Cr$ 9 739 100,00); banha (331 550 kg no valor de Cr$ 8 200 600,00); ovos (306 800 dúzias no valor de Cr$ 4 763 500,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se mais de duzentos estabelecimentos comerciais (5 atacadistas e 251 varejistas) e a Agência do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 13 emprêsas rodoviárias para passageiros.

Dista a cidade cêrca de 17 km da Capital Estadual por rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por rodovia: 7 km até a cidade de São José; 133 km até a de Bom Retiro; 144 km até a de Braço do Norte; 106 km até a de Imaruí e 125 km até a de Laguna.

Na cidade funciona uma Agência Postal Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e uma Agência Telefônica de uso público da Companhia Telefônica Catarinense.

No restante do município funcionam três Agências Postais, 3 Postais Telegráficas, 2 Postais Telefônicas do Departamento dos Correios e Telégrafos e 1 Agência Telefônica de uso público da Companhia Telefônica Catarinense.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Palhoça tem 1 456 habitantes, sendo a 42.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina e contém 20 logradouros, dos quais 4 totalmente pavimentados e 1 parcialmente.

É servida de luz elétrica com 226 ligações domiciliares. Os principais edifícios são: Igreja-Matriz, Prefeitura Municipal, Centro de Puericultura, Grupo Escolar Wenceslau Bueno e Teatro Pax. Conta ainda a cidade com 2 hotéis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica do município é prestada à população por 2 dentistas, 6 farmacêuticos e 3 auxiliares de saúde.

O Pôsto de Puericultura serve à população com assistência à maternidade e à infância.

Existem 7 farmácias no município.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 31 336 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 13 612 ou seja 43,4% sabiam ler e escrever. Dêsse total 7 374 eram homens e 6 238 mulheres. Na sede municipal, das 1 219 pessoas de cinco anos e mais, 907 sabiam ler e escrever, sendo 453 homens e 454 mulheres.

Ensino — Em 1956 funcionaram na cidade e no resto do município 133 unidades de ensino primário geral com matrícula efetiva de 5 993 alunos, assim distribuídas: Fundamental Comum 120 unidades, com 5 732 alunos. Fundamental Supletivo 10 unidades, com 178 alunos e Complementar 3 unidades, com 83 alunos.

Fonte de águas termais em Caldas da Imperatriz

No tocante a ensino extraprimário, funcionou no município um Curso Normal Regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Uma associação cultural no município se dedica a atividades desportivas.

Funciona na cidade um cinema, o Cine Pax, com 300 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	633	1 225	1 053	457	794
1951	759	1 618	1 118	692	1 606
1952	813	1 920	1 427	879	1 338
1953	825	2 364	1 739	1 000	1 775
1954	936	2 785	1 798	960	2 039
1955	1 420	3 765	1 938	1 005	2 160
1956	1 834	4 938	2 665	1 196	

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — São religiosas as principais manifestações populares, destacando-se a festa do Senhor Bom Jesus de Nazaré, a procissão do "Encontro" no domingo de Ramos e a festa do Divino Espírito Santo.

No tocante a folclore registra-se o "Boi de Mamão".

Cultos — Em 1958 existiam na Palhoça os seguintes cultos: Culto Católico Romano: Paróquia de São Joaquim de Garopaba, com 1 Igreja-Matriz e 1 capela pública; Paróquia de São Sebastião de Anitápolis, com 3 sacerdotes, 1 Igreja-Matriz e 10 capelas semipúblicas; Paróquia do

Sagrado Coração de Jesus, com 1 Igreja-Matriz e 3 capelas públicas; Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, com 1 Igreja-Matriz e 4 capelas públicas; Paróquia de Santo Amaro da Imperatriz, com 3 sacerdotes, 1 Igreja-Matriz, 9 capelas públicas e 1 semipública; Paróquia São Bonifácio, com 5 sacerdotes, 1 Igreja-Matriz, 5 capelas públicas; Paróquia do Senhor Bom Jesus de Nazaré, com 1 sacerdote, 1 Igreja-Matriz, 8 capelas públicas. Culto Protestante: 10 Igrejas Evangélicas. Culto Espírita — 1 Centro Espírita.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "Palhocenses" O nome teve origem em palhoças, encontradas ou construídas à época do povoamento. Uns acreditam serem choças abandonadas pelos silvícolas, enquanto outros presumem serem as primeiras edificações dos colonizadores.

É sede de comarca e têrmo. O eleitorado em 1958 era de 11 605 eleitores.

Palhoça possui as Águas Termais "Caldas da Imperatriz", visitadas pelos Imperadores D. Pedro II e D. Tereza Cristina em 1845. Tais fontes, além de proporcionarem banhos termais, são aproveitadas para engarrafamento. Um hotel oferece relativo confôrto aos visitante.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

PALMITOS — SC

Mapa Municipal no 13.° Vol.

HISTÓRICO — Segundo consta, o primeiro colono que se fixou definitivamente na atual cidade de Palmitos foi o Sr. Fernando Otto. Construiu êle a princípio um rancho e posteriormente a casa de madeira serrada, que serviu por muito tempo de lugar de pouso e albergue para os compradores de terras, que chegavam com freqüência, vindos do Rio Grande do Sul.

Posteriormente, a povoação foi se desenvolvendo, tomando a denominação de "Cascalho", e, em 1921, era elevada à Categoria de Distrito, com o nome de Henrique Rupp Júnior, conforme lei que se transcreve a seguir:

"LEI N.° 45, de 14 de junho de 1921

Criando o 10.° distrito de Paz com a denominação de Henrique Rupp Júnior.

O Cidadão Armando Haeffner Marinho, 1.° Substituto do Superintendente Municipal de Chapecó, em exercício. Faço saber a todos os habitantes dêste município que o Conselho Municipal decretou e eu Sanciono a seguinte Lei:

LEI N.° 45

Art. 1.° — Fica criado o 10.° Distrito de Paz do Município de Chapecó, que abrangerá o lugar denominado "Cascalho".

Art. 2.° — O lugar denominado Cascalho passará a ter o nome de Oeste que será a sede do Distrito.

Art. 3.° — As divisas dêste Distrito serão as seguintes: A começar do ponto em que der 40 quilômetros rio acima do Peperi-Guassu, dêsse ponto desce rio abaixo até encontrar o rio Uruguai, por êste acima até encontrar o rio Chapecó Grande, e por êste acima até onde der 40 quilômetros e desce por uma reta até encontrar o ponto de partida.

Art. 4.° — O nome do Distrito será Henrique Rupp Júnior.

Revogam-se as disposições em contrário.

Mando portanto a tôdas as autoridades a que o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpra e faça cumprir, publicar e correr.

Superintendência Municipal de Chapecó em Xanxerê, 14 de Junho de 1921.

(a) Boaventura Lemos — Secretário"

A dezoito de junho do mesmo ano, era o distrito instalado solenemente, tal como se verifica na cópia da ata de instalação abaixo:

"Acta da instalação do 10.° Districto do Município de Chapecó, denominado Henrique Rupp Júnior, com séde no povoado Oeste.

Aos dezoito dias do mez de julho de mil novecentos e vinte e um na sala onde funcciona o escriptório da Oeste Catharinense, presente o Cidadão Armando Haeffner Marinho, 1.° Substituto do Superintendente Municipal em exercício, commigo Capitão Vicente de Oliveira Moraes, servindo de Secretário, conforme portaria, foi declarado pelo Cidadão Superintendente que presidiu a sessão e convidou os Snrs. Coronel Fidencio de Souza Mello Filho, Drs. Mario Cavalcanti de Gusmão Lyra, Mal. Luiz Borges da Fonseca, Arminio Leal Eleyalde, Emilio Bonet, Octacilio Simões Leal, e mais os Snrs. José Rupp, Astenio Canuto, Demetrio Ribeiro Sobrinho e Paulo Afonso Martins, para tomarem parte na mesa, os quais tomaram os respectivos logares. Depois de ter o Cidadão Presidente explicado os fins da reunião, agradeceu o comparecimento dos Snrs. Drs. Mario Cavalcanti de Gusmão Lyra, Manoel Luiz Borges da Fonseca e Armenio Leal Eleyalde, os dois primeiros engenheiros da Commissão de Aguas de Irahy, Estado do Rio Grande do Sul, e o terceiro, médico da mesma Commissão. Coronel Fidencio de Souza Mello Filho, um dos Chefes Políticos do Município, por si e pela Empresa Construtora e Colonisadora Oeste Catharinense Limitada, da qual é sócio e digno membro do Conselho fiscal; Asterio Canuto de Souza, Secretario do Conselho Municipal de Palmeira, Estado do Rio Grande do Sul; José Rupp, Sócio e irmão do Snr. Deputado Dr. Henrique Rupp Júnior, em homenagem do qual o Districto tomou o nome de Henrique Rupp Júnior, e demais pessoas presentes que assignaram esta acta, dando a palavra a quem della quisesse fazer uso, no relativo ao fim para o que estavam reunidos. Pello Snr. Fidencio de Souza Mello Filho, foi requerido que se inserisse em acta um voto de louvor aos Cidadãos Drs. Hercilio Pedro da Luz, benemerito Governador do Estado, Deputados Dr. Henrique Rupp Júnior benemerito Estadista e influente politico Estadual e Coronel Manoel dos Santos Marinho, Presidente do Diretorio local, pelos muitos serviços prestados à Re-

Vista parcial da cidade

gião; pelo cidadão Paulo Afonso Martins, foi requerido se tornasse extensivo aos srs. Coronel Fidencio de Souza Mello Filho, Pedro Benjamim de Oliveira, Emilio Gertum, Dr. Severiano de Souza e Almeida, o voto de louvor preposto pelo illustre Coronel Fidencio de Souza Mello Filho, o que sendo aceito o cidadão Presidente, mandou que se inserisse na presente acta. Pelo Snr. Capitão Vicente de Oliveira Moraes, foi requerido que ficasse consignado em acta um voto de gratidão aos Cidadãos Deputado Dr. Henrique Rupp Júnior, influente Chefe Politico do Estado; Coronel Fidencio de Souza Mello Filho, pelo progresso que vem trasendo a este municipio a Colonização Oeste Catharinense Limitada e bem assim do Snr. Armando Haeffner Marinho, 1.º Substituto do Superintendente em exercicio pelo extraordinario acontecimento da instalação do 10.º Districto denominado Henrique Rupp Júnior, o que sendo aceito mandou o Cidadão Presidente que se consignasse na presente acta. Nada mais havendo a tratar o Cidadão Presidente declarou inaugurado o decimo Districto denominado Henrique Rupp Júnior, do Municipio de Chapecó, com séde no povoado oeste, conforme Lei n.º 45 de 14 de junho do corrente anno e bem assim, deu por encerrada a presente Secção, depois de ter agradecido o comparecimento das pessoas presentes.

Eu Vicente de Oliveira Moraes, servindo de Secretario que a escrevi e assigno.

(a) Armando Haeffner Marinho. Mario Cavalcanti de Gusmão Lyra. Fidencio de S. Mello Junior. Luiz Borges da Fonseca. Armenio Leal Eleyalde. Emilio Bonet. José Rupp. A. Canuto de Sousa. Paulo A. Martins. Persio Müller. Octacilio Leal Simões. Luiz Cerutti. Demetrio Ribeiro Sobrinho. Antonio Rodrigues Chagas Machado. Manoel Martines. Antonio Francisco da Silva. Manoel Braga de Meneses. Paulino Floriano Costa. Paulino Costa Filho. Manoel Flores. Orestes Schnaider. Alcindo Silveira Carpes. Alfredo Cerutti. Ermelindo Martins. Francelino Silva. Pedro Silva. Vergilio de Oliveira. Adolpho Lara Sobrinho. Laurindo Vieira. Zozimo Jorge Machado. João Vaz. Jorge T. de Oliveira. Arlindo Paes. Amador B. da Silva Leão. Valencio Poncio. Laurindo Fortes. Adroaldo F. Franco. Nicanor Fiads. Theodorico Paiva Rodrigues. Brigido T. Chiny. Horacio Barbosa. André Lemos. Ideviro B. dos Santos. Antonio Rosseto. Manoel de Quadra. Aparicio Borges. Irineu Lemos. Damo dos Santos. Patricio Dal Poe. Alfredo Martins. Evaristo Mariano. Pedro Flores. João Martins. Rufino Pinto. João Amaral. Oscar Weiss. Pedro de Amaral. Marchito de Leon. Bras Oliveira. Octaviano Domingos Maglia. Gino Oliveira. Elauterio Oliveira. Antonio Pedrozo. Zaccarias Marques. Vicente Lemos. Olegario Oliveira. Oscar Weiss Sobrinho. Luiz Flores. Manoel Marques. Roque Silva. Manoel Silva. Manoel Silva Sobrinho. Belico Silva. Victorio Bonett. Inocente Rosseto, Laudelino Feijó, Joaquim Lima. Guilherme Antunes. João Cardoso Siqueira. Valentino Santos. Vicente de Oliveira Moraes".

Em 1923, pela Lei n.º 56, de 10 de março, da Superintendência de Chapecó, o então distrito de Henrique Rupp Júnior passou a denominar-se "Cascalho".

Em 1926 passou por Palmitos a "Coluna Prestes", em demanda do Paraná.

Em 1930, recebia Palmitos seu primeiro Pastor Evangélico, Josef Kolb. Naquela época, é fato digno de nota, a Emprêsa Colonizadora Oeste Ltda. só vendia terras no

18 — 24 944

território de Palmitos a pessoas de crença evangélica, encaminhando para outras regiões os católicos.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 86, de 31 de março de 1938, a denominação bem como a sede do distrito passaram de Cascalho para a localidade de Passarinhos. Em 1947 a sede do distrito é deslocada novamente de Passarinhos para Palmitos, mudando, também daquela para esta a denominação do distrito.

Nessa época, passou a ter maior desenvolvimento, a colonização do interior do Município de Chapecó, tanto assim que, em 1951, era criado no município, o distrito de Cunha Porã.

Em 1952, chegou a Palmitos o primeiro sacerdote católico, o Reverendíssimo Padre João Maria Arndt.

Em 1953, a Câmara Municipal de Chapecó, mediante resolução, autorizava o desmembramento do território municipal, para a criação de oito novos municípios, entre os quais figurava o de Palmitos.

Essas Resoluções foram aprovadas pela Lei n.º 133, de 30 de dezembro de 1953, da Assembléia Legislativa do Estado, tendo sido o município de Palmitos instalado festivamente a 2 de março de 1954, ano em que foi criada também a Comarca de Palmitos. Seu primeiro Prefeito Provisório foi o 2.º Tenente da Polícia Militar do Estado, Sr. Oswaldo Spalding de Souza.

Em 1955, foi criada a Paróquia de Palmitos, sendo seu primeiro Vigário, o Reverendíssimo Padre Afonso Winkel.

Com o constante desenvolvimento do município, novas alterações na divisão administrativa se fizeram sentir: em 1956, foi criado o distrito de Maravilha e, em 1957, o distrito de Caibi.

Finalmente, em 1958, eram criados, desmembrados do território de Palmitos, os municípios de Cunha Porã e Maravilha.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito foi criado pela Lei municipal n.º 45, de 14 de junho de 1921, sendo instalado a 18 de julho do mesmo ano.

Pela Resolução n.º 10, de 29 de outubro de 1953, foi criado o Município, com território desmembrado do de Chapecó. Aprovado pela Assembléia Legislativa, pela Lei n.º 133, de 30 de dezembro do mesmo ano, sendo instalado a 2 de março de 1954.

A Comarca foi criada por fôrça da Lei n.º 1 171, de 10 de dezembro de 1954, tendo sido instalada a 6 de junho de 1956.

O seu quadro administrativo e judiciário, em 1.º de março de 1958, era o seguinte:

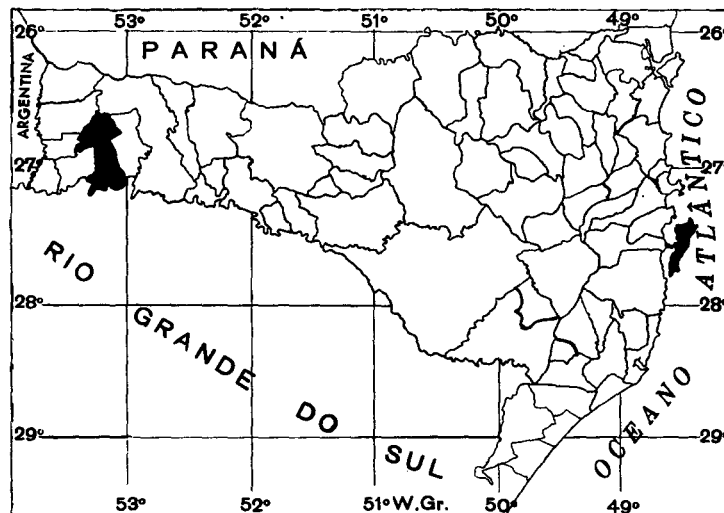
Comarca, Têrmo e Município: Palmitos.

Distritos componentes: Palmitos (sede), Caibi, Cunha Porã e Maravilha.

A Comarca de Palmitos abrange ainda o município de São Carlos, constituído dos distritos São Carlos (sede), Pinhalzinho, Saudade e Vila Modêlo.

Pela Lei n.º 348, de 21 de junho de 1958, foram desmembrados os municípios de Cunha Porã e Maravilha, do de Palmitos.

A atual Legislatura teve início em 1954, tendo sido eleito Prefeito, o Sr. Avelino Triches e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Palmitos localiza-se na zona fisiográfica do Oeste. A cidade fica a 456 km em linha reta da Capital do Estado, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 27° 38' 40" de longitude sul e 53° 11' 00" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 404 metros na sede municipal, sendo o 45.º lugar em ordem crescente, de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — Em geral frio, apesar de que, em poucos períodos de verão a temperatura alcance quase 30°C. As chuvas predominam na primavera, sendo que as precipitações anuais variam entre 1 700 e 2 000 mm. No inverno, a temperatura desce abaixo de 10°C. Sujeitos a freqüentes geadas. Muito propício à agricultura (milho, feijão, etc.).

ÁREA — A área do município é de 1 467 km², figurando em 18.º lugar, em relação às áreas das demais comunas.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Uruguai separa o município do Estado do Rio Grande do Sul. Utilizado como escoamento para madeira que se destina ao Prata. Piscoso e relativamente profundo. Rio Mondaí, que deu o nome à cidade e ao município.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) de origem mineral — águas termais de Ilha Redonda e Taquaruçu, exploradas; b) de origem vegetal — madeiras: cedro, louro, cabriúva e pinho.

POPULAÇÃO — A população de Palmitos, segundo o Recenseamento de 1950, era de 8 078 habitantes.

A densidade era de 5,5 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 68.º lugar no Estado.

Localiza-se no quadro rural 89,1% da população, sendo esta percentagem das mais elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina que é de 76,4%. Situa-se em 60.º lugar com relação à população dos municípios do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 57.º lugar em população.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O Censo de 1950 apresentou, no atual território de Palmitos, que, àquela época era distrito de Chapecó, apenas uma aglomeração urbana: Palmitos, então vila, com uma população de 881 habitantes, sendo 453 homens e 428 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu, no ano de 1955, a Cr$ 8 936 200,00.

O município assenta sua economia, principalmente na agricultura.

A produção de madeira, exceto pinho serrado, tábuas, atingiu no ano de 1955, a 11 282 m², valendo .... Cr$ 8 936 200,00.

Os 7 estabelecimentos industriais existentes, dedicam-se à produção de madeira serrada.

Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: feijão (grão), trigo, aipim, batatinha, cana-de-açúcar, cana de forragem, batata-doce; como culturas permanentes, temos: laranja, bergamota, banana, limão. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 74 514 550,00. O valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de Cr$ 226 628 500,00.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957:

a) de origem mineral: barro ou argila (2 750 toneladas, no valor de Cr$ 302 500,00); tijolos (570 milheiros, no valor de Cr$ 793 000,00); pedra para alicerce — (550 metros cúbicos, no valor de Cr$ 231 000,00);

b) de origem vegetal: carvão (33 700 kg, no valor de Cr$ 66 800,00); lenha (32 000 metros cúbicos, no valor de Cr$ 2 340 000,00); madeira (21 785 metros cúbicos, no valor de Cr$ 19 170 500,00);

c) de origem animal: Peixe fresco (2 500 kg, no valor de Cr$ 54 500,00).

No que se refere a produtos transformados de origem animal, a produção atingiu em 1956, o valor de .... Cr$ 10 339 600,00, sendo os principais produtos: leite (1 250 000 litros no valor de Cr$ 5 000 000,00); ovos (210 000 dúzias, no valor de Cr$ 1 860 000,00); banha (73 000 kg, no valor de Cr$ 1 825 000,00).

COMÉRCIO — Em todo o município contam-se mais de quarenta estabelecimentos comerciais (47 varejistas).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 6 emprêsas rodoviárias para passageiros e 3 para cargas.

Dista a cidade cêrca de 739 km da Capital Estadual, por meio de rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por meio de rodovia: 26 km até a cidade de São Carlos; 89 km até a de Chapecó; 104 km até a de São Miguel d'Oeste; 92 km até a de Descanso; 35 km até a de Mondaí; 20 km até a cidade de Iraí e 92 km até Frederico Westphalen, ambas no Rio Grande do Sul.

Na cidade funciona uma Agência Postal Telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos e uma Estação Radiotelegráfica da Polícia Militar do Estado.

No restante do município funciona uma Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Palmitos tem 881 habitantes, sendo a 57.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina.

É servida de luz elétrica, com 124 ligações domiciliares. Os principais edifícios são: Igreja Matriz, Grupo Escolar "Felisberto de Carvalho", Prefeitura Municipal, Colégio das Irmãs, e Hospital Palmitos, Hotel Avenida e Estação Rodoviária.

A cidade conta com 2 hotéis, havendo ainda, no município três hotéis em Ilha Redonda (águas termais), 3 em Cunha Porã, 1 em Caibi e 1 em Maravilha.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica no município é prestada à população por 2 médicos, 2 dentistas, 4 farmacêuticos e 2 auxiliares de saúde.

Servem à população 4 hospitais, com assistência médica em geral, localizando-se, 1 na sede municipal e os três restantes nas sedes distritais.

Existem 4 farmácias no município.

COOPERATIVISMO — Na cidade funciona a Cooperativa Palmitos Ltda. instalada em 1933, com 338 sócios, cuja finalidade é a compra e venda de produtos agrícolas.

ENSINO — Em 1956 funcionaram na cidade e no resto do município 56 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 2 499 alunos assim distribuídas: Pré-Primário Infantil, 1 unidade, com 37 alunos. Fundamental Comum, 53 unidades com 2 417 alunos e Complementar, 2 unidades, com 45 alunos.

No tocante a ensino extraprimário, funcionou no município um Curso Ginasial e um curso sacerdotal, o Seminário Nossa Senhora da Salete.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Das 6 associações desportivas e culturais, existentes em Palmitos, 5 dedicam-se às atividades desportivas e uma delas tem finalidade literária, o Centro Cultural 25 de Julho.

Possui 3 cinemas: Cine Rex, com 100 lugares; Cine Real, com 50 lugares e Cine Vitória com 100 lugares.

Na cidade funciona uma livraria.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954 (1)....	305	2 339	966	966	966
1955	1 105	3 427	2 155	1 272	1 594
1956......	1 439	8 894	2 944	1 760	3 408

(1) O município foi instalado em 1954.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A maior parte das manifestações populares é de caráter religioso, por ocasião dos festejos dos padroeiros das diversas igrejas. Outras manifestações de caráter não religioso são a festa do "Dia do Colono", celebrada em 25 de julho em comemoração da chegada dos primeiros imigrantes alemães e as datas de 7 de setembro e 2 de março, esta, data da instalação do município.

No tocante a cultos, registra-se o seguinte:

Culto Católico Romano: Paróquia São Judas Tadeu, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz, 10 capelas públicas e 1

semipública. Reitorado de Caibi, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz e 12 capelas públicas.

Culto Protestante: Paróquia Evangélica Luterana de Cunha Porã, Paróquia da Igreja Congregacional do Brasil de Cunha Porã, e duas Paróquias Evangélicas do Sínodo Riograndense.

Quanto ao que diz respeito a folclore, observa-se em Palmitos a existência de Ternos de Reis, Desafios e do "Kerb", que é a festa do padroeiro da Igreja, à qual comparecem mesmo aquêles que moram distante.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem a denominação de "Palmitenses" A denominação de Palmitos foi dada ao lugar em virtude da existência na região da palmeira (euterpe edulis) cujo brôto terminal é comestível, muito comum nas matas brasileiras.

Palmitos é sede de Comarca e Têrmo, que abrange também o município de São Carlos.

O eleitorado do município de Palmitos em 1958, era de 2 811 eleitores.

Em 31-XII-1957, existiam os seguintes veículos no município:

a) Veículos a motor: Automóveis — 20, jipes — 9, ônibus e micro-ônibus — 5, camionetas — 25, motociclos — 1, caminhões — 89 e tratores — 4.

b) Veículos a fôrça animada: Carros de 2 ou 4 rodas — 147, bicicletas — 88 e carroças de 4 rodas — 1 120.

Um aspecto mui interessante, e que futuramente poderá influir muito no desenvolvimento turístico são as águas termais da Ilha Redonda, situadas à margem do caudaloso Rio Uruguai. Essas águas termais sulfurosas são, já agora mui visitadas. Existem ainda as águas termais de Taquarussu, também de grande poder curativo, mas ainda pouco exploradas e freqüentadas.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

PAPANDUVA — SC

Mapa Municipal no 11.° Vol.

HISTÓRICO — Anteriormente a 1 816, já havia tráfego regular de tropeiros pela histórica Estrada da Mata São Paulo—Curitiba—Lajes—Rio Grande do Sul, que passava pelo povoado de Papanduva, então denominado São Thomaz, e posteriormente mudado para a atual denominação.

Originou-se a denominação atual, em virtude da passagem obrigatória dos tropeiros que aqui faziam seu pouso quando de viagem para o norte ou sul, passando por esta região.

A localidade, era preferida para tais pousos, dada a abundância da pastagem denominada "Papuã", a que os tropeiros chamavam vulgarmente de papanduva.

Mais tarde, houve a oficialização do nome de Papanduva para o povoado.

Em 1827-1828, com a reconstrução da Estrada da Mata, trabalhadores oriundos do Estado do Paraná, principalmente da localidade do Campo do Tenente, fixaram residência em Papanduva com suas famílias, dedicando-se à cultura de cereais e à extração da erva-mate.

Em virtude dos constantes ataques dos indígenas aos viajantes, pois as florestas estavam infestadas de gentios até a serra do Espigão, Papanduva tornou-se ponto central preferido entre Rio Negro e Lajes, onde os viajantes achavam que tinham maior segurança para o seu descanso.

Quanto aos primeiros moradores, não se tem conhecimento, nem existem documentos históricos que possam revelar, quais os primitivos moradores de Papanduva. Entretanto, elementos colhidos entre pessoas idôneas da cidade, permitem que se relacionem, como seus primeiros moradores, talvez com omissão de outros desbravadores dêste município, os seguintes nomes: Antônio Bueno, Francisco Torquato, Manoel Amora, família Haas, família Mendes, família Lisboa, Ladislau Tabalipa, família Almeida, família Furtado e família Prestes.

A colonização pròpriamente dita dêste município, ocorreu com a vinda do elemento europeu, não se podendo precisar com exatidão a data do acontecimento, mas presume-se que tenha ocorrido em 1880, predominando os ucranianos e poloneses, os quais vieram patrocinados pelo Govêrno Federal.

Esta colonização, não teve grande desenvolvimento, motivado pelos ataques dos índios e, também, por ter sido a região mais tarde um dos centros da Guerra dos Fanáticos, seguidores do monge João Maria, por volta dos anos de 1914-1917.

Em 1909, êste povoado, que pertencia ainda ao município de Rio Negro, Estado do Paraná, como parte do território contestado entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, na célebre questão de limites entre êstes dois Estados da Federação, foi elevado à categoria de distrito, e sua sede, como vila de Papanduva.

Resolvida a questão de limites entre aquêles Estados, Papanduva ficou sendo parte integrante do Estado de Santa Catarina, sob a jurisdição do município de Canoinhas, perdendo, por êste fato, a sua cidadania de distrito, recuperada sòmente a 10 de setembro de 1917, pela Lei municipal n.° 73.

Sua sede, o então povoado de Papanduva, foi elevada à categoria de vila, pelo Decreto-lei estadual n.° 86, de 31 de março de 1938.

Em 30 de dezembro de 1953, pela Lei estadual n.° 133, foi elevada à categoria de município, e desmembrado do município de Canoinhas, tendo sido instalado no dia 11 de abril de 1954.

Seu primeiro Prefeito, nomeado provisòriamente pelo Govêrno do Estado, foi o Sr. Esmeraldino Maia de Almeida.

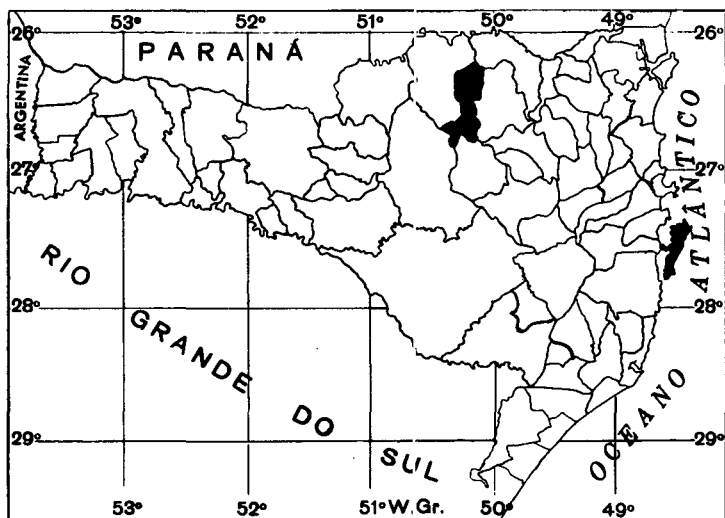
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito foi criado pela Lei municipal n.° 73, de 10 de setembro de 1917, como parte do município de Canoinhas, em Santa Catarina. Anteriormente, porém, já fôra distrito do município de Rio Negro, Estado do Paraná, no território contestado.

Pela Lei n.° 133, de 30 de dezembro de 1953, da Assembléia Legislativa, foi criado o município, com território desmembrado de Canoinhas, ocorrendo sua instalação a 11 de abril de 1954.

O município pertence a Comarca de Itaiópolis.

O seu quadro administrativo, em 1.°-III-1958, era: município: Papanduva constituído do distrito-sede.

A atual legislatura teve início em 1954, tendo sido eleito Prefeito, o Sr. Guimarães Ribas, e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Papanduva localiza-se na zona fisiográfica de Canoinhas. A cidade fica a 204 quilômetros em linha reta da Capital do Estado, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 26° 24' 29" de latitude sul e 50° 08' 41" de longitude oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 820 metros na sede municipal, sendo o 61.° lugar em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — Sêco e saudável. No verão é quente durante o dia, refrescando à noite. A temperatura varia de 36°C no verão, até menos de zero grau no inverno, quando, então, neva. Em geral muita neblina. As chuvas têm ligeira predominância durante o verão. A precipitação anual varia de 1 500 a 2 000 mm.

ÁREA — A área do município é de 1 203 quilômetros quadrados, figurando em 22.° lugar, em relação às áreas das demais comunas.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Contrafortes da Serra Geral, servindo de limites com os municípios de Taió e Curitibanos. Rio Canoinhas, servindo de limite, em parte, com o município de Canoinhas. Rio do Serra, afluente do rio Canoinhas, servindo de limite com o município de Canoinhas. Rio da Veada, afluente do rio Itajaí do Norte, servindo de limite com o município de Itaiópolis. Rio Faxinal, afluente do rio São João, servindo de limite com o município de Itaiópolis. Rio Iraputã, afluente do rio Itajaí do Norte, servindo de limite com o município de Itaiópolis. Rio Itajaí do Norte, que nasce no interior do município. Rio Papanduva, afluente do rio São João e que passa próximo à sede municipal. Rio São João, afluente do rio Negro, servindo de limites com os municípios de Mafra e Itaiópolis. Rio São João do Mirador, afluente do rio Iraputã, servindo de limites com o município de Itaiópolis. Queda d'água no Lajeado dos Grein.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) De origem mineral — barro para olaria, pedra e areia para construções; b) De origem vegetal — madeiras de imbuia, pinho e erva-mate; c) De origem animal — mel e cêra de abelha.

Vista parcial da cidade

POPULAÇÃO — A população de Papanduva, segundo o Recenseamento de 1950, era de 15 962 habitantes.

A densidade era de 13,2 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 50.° lugar no Estado. Da população, 93,5% localizam-se no quadro rural, sendo esta percentagem das mais elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 42.° lugar com relação à população dos demais municípios do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 52.° lugar em população relativamente às demais cidades catarinenses.

É de 17 189 habitantes a população estimada do município em 1958 pelo Departamento Estadual de Estatística.

AGLOMERAÇÃO URBANA — Com base no Censo de 1950, apenas uma aglomeração urbana havia no município: a então vila de Papanduva, com uma população de 936 habitantes, dos quais 474 eram homens e 462, mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu, no ano de 1955, Cr$ 5 204 608,00.

O município assenta sua economia, principalmente, na agricultura. A produção de pinho serrado, pranchas e tábuas, atingiu no ano de 1955 a 4 725 m³ valendo .... Cr$ 3 684 401,00; madeira, exceto pinho serrado, tábuas 1 912 m³ no valor de Cr$ 1 541 357,00.

Os 7 estabelecimentos industriais existentes, dedicam-se à produção de madeira serrada.

Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: feijão, milho, aipim, trigo, centeio, batatinha, batata-doce, arroz, amendoim com casca, alho, tomate; como culturas permanentes, temos: maçã, uva, laranja, bergamota, pêra, caqui, pêssego, limão. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 41 822 895,00. O valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de Cr$ 90 904 400,00.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957: a) De origem mineral — areia 575 t, no valor de Cr$ 41 400,00; barro ou argila 2 008 t, no valor de ... Cr$ 64 256,00; pedra britada 4 000 t, no valor de ... Cr$ 240 000,00; b) De origem vegetal — carvão 22 000 kg, no valor de Cr$ 33 000,00; lenha 37 000 m³, no valor de Cr$ 2 220 000,00; palha 80 000 kg, no valor de ...... Cr$ 48 000,00; c) De origem animal — carne 2 500 kg,

Trecho da Rua Tenente Ari Raneu

no valor de Cr$ 54 000,00; couro 590 kg, no valor de ... Cr$ 11 138,00; mel de abelha 180 kg, no valor de .... Cr$ 2 160,00.

No tocante a produtos transformados ou não de origem animal, a produção atingiu, em 1956, o valor de ... Cr$ 7 051 540,00, sendo os principais produtos: leite ... 360 000 l, no valor de Cr$ 2 160 000,00; banha 41 510 kg, no valor de Cr$ 1 701 910,00; ovos 76 800 dz., no valor de Cr$ 921 600,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se setenta e sete estabelecimentos comerciais (3 atacadistas e 74 varejistas).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 2 emprêsas rodoviárias para passageiros e 1 ferroviária para passageiros e cargas, a Estrada de Ferro Rio Negro—Caxias.

Dista a cidade cêrca de 399 km da Capital Estadual por rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por rodovia: 45 km até a cidade de Mafra; 51 km até a de Canoinhas; 141 km até a de Curitibanos; 150 km até a de Taió, e 32 km até a de Itaiópolis.

Na cidade funciona uma Agência Postal-Telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

No tocante ao resto do município funciona uma estação Radiotelefônica da Estrada de Ferro Rio Negro—Caxias.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Papanduva tem 936 habitantes, sendo a 52.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina.

Os principais edifícios são: Casa Paroquial, Grupo Escolar "Professor Alinor Vieira Côrtes" e Pôsto de Saúde "Dr. Jorge Lacerda". A cidade conta com 2 hotéis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica no município é prestada à população por 1 dentista, 1 farmacêutico e 1 auxiliar de saúde, existindo no município 2 farmácias.

ENSINO — Em 1956, funcionaram na cidade e no resto do município 32 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 1 574, assim distribuídas: Fundamental Comum, 31 unidades com 1 540 alunos e Complementar, 1 unidade com 34 alunos.

Dentre essas unidades de ensino, destaca-se o Grupo Escolar "Professor Alinor Côrtes".

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A cidade de Papanduva conta com uma associação hípica a Sociedade Hípica Esportiva Recreativa Papanduvense, e um cinema, o Cine Glória, com 122 lugares.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Apenas dois cultos ocorrem em Papanduva, com os seguintes dados: Culto Católico Romano — Paróquia de São Sebastião com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz, e 16 capelas públicas.

Culto Espírita — 1 Centro Espírita.

Como efemérides, temos: 20 de janeiro, festa de São Sebastião, padroeiro da Paróquia; 11 de abril, data da instalação do município.

No que diz respeito a folclore, registra-se o seguinte: Terno de Reis.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes de Papanduva têm como gentílico: "papanduvenses".

Papanduva é uma corruptela de "Papuã", capim existente em grande quantidade na região. O primeiro nome da povoação era São Thomaz.

O município é subordinado à Comarca e Têrmo de Itaiópolis e seu eleitorado, em 1958, era de 2 250 eleitores.

Em 1958, era o seguinte o número de veículos existentes no município: a) Veículos a motor — automóveis 6, jipes 6, camionetas 8, motociclos 4, caminhões 82 e tratores 11; b) Veículos a fôrça animada — carros de 2 ou 4 rodas 5, bicicletas 180, carroças de 4 rodas 870.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954 (1)....	105	733	312	166	303
1955.......	149	972	1 014	650	541
1956.......	192	1 382	1 239	549	1 433

(1) O Município foi instalado em 1954.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

PIRATUBA — SC

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — O primeiro morador que desbravou os sertões do rio do Peixe, na parte onde se localiza o município, abrindo picadas e estradas carroçáveis, rumo à Linha Serraria e Lajeado do Marcelino foi Jesuíno Antônio de Oliveira. Estabeleceu-se êle, no ano de 1908, nas terras próximas ao rio do Peixe, erguendo um pequeno rancho, no local onde hoje se localiza a estação da Estrada de Ferro.

Pouco tempo depois chegaram àquelas paragens Joaquim Pinto, que instalou um alambique para fabricar cachaça às margens do riacho Capelinha, já prevendo a chegada do pessoal que construiria a estrada de ferro, e

Vista parcial da cidade

Mateus Antunes de Sá, que se instalou em Ipira, nas cabeceiras do arroio Capelinha.

Em outubro de 1909, mais um morador se fixava nas terras do rio do Peixe: Manoel Oliveira, que se dedicou à exploração e cultivo das terras da nascente colônia, cuja fama de fertilidade já se espalhava pelo vizinho Estado do Rio Grande do Sul, de onde procediam todos êsses pioneiros.

Em 1910, a construção da Estrada de Ferro foi ativada, por motivos estratégicos, em virtude da possibilidade de uma guerra no sul.

Oswaldo Cabral, em "Santa Catarina", assim descreve as dificuldades por que passou essa região do Estado: "Nesse ano (1910), devido à necessidade do momento, foram estão recrutados trabalhadores para a construção da linha, no Rio, em São Paulo e Santos, além de outros centros populosos. O rebotalho das ruas afluiu para o contestado, os egressos da justiça, afamados capoeiras e facínoras de tôda a espécie e de tôdas as procedências, alistaram-se entre os trabalhadores do Engenheiro Saldanha, tentados pelo salário elevado que lhes era prometido. Dez mil homens foram encaminhados para o vale desabitado do tortuoso rio do Peixe e, dia e noite, prosseguiram os trabalhos da construção da estrada de ferro, dirigidos por Achilles Stenghel.

O banditismo então assolou a zona. Nos dias de pagamento, os humildes trabalhadores da região, que também se viam alistados nas turmas, não podiam sair dos seus ranchos, pois os assassinos os esperavam, de tocaia, para o latrocínio. Cadáveres boiavam nas águas do rio do Peixe, quando não ficavam sob os aterros da linha férrea. Dizia um engenheiro que se fôsse possível reunir o sangue de tôdas as vítimas havidas nesse tempo ali, por largo período as águas daquele rio marginal correriam rubras.

A fim de garantir os próprios empregados da Estrada de Ferro, contra os turneiros, Achilles Stenghel, que administrava o Serviço, viu-se obrigado a criar um corpo armado, de 200 homens, cujo comando foi entregue a um oficial da polícia paranaense, de nome Palhares. Os postos policiais da região eram reduzidíssimos, insignificantes e impotentes para conter a horda que havia sido encaminhada para o Contestado. Possuíam êles meia-dúzia de soldados em tôrno de agências fiscais, mantidas por um e outro Estado, mais para justificar o "uti possidetis" do que pròpriamente para a cobrança de impostos. Terminada a construção da Estrada, tôda essa gente ficou na região, e esta conheceu o seu grande ciclo de banditismo. Sem policiamento e sem justiça a vida dos pacatos sertanejos ficou à mercê dos cangaceiros e dos celerados. Não havia tranqüilidade. Segurança nula, repousada nas armas e na agilidade em puxá-las. Esta gente disseminou-se por tôda a região, ganhando Campos Novos, Curitibanos, Clevelândia, Palmas, Pôrto União e Canoinhas, onde a ponta do ramal de São Francisco tomava o rumo do litoral. Cada homem era um verdadeiro arsenal, possuindo o mais completo armamento. Um comerciante pedindo, de certa feita, a Florianópolis, 10 mil tiros, surpreendeu o atacadista (pois o número excedia a tôda a

previsão) que lhe pediu confirmação do despacho telegráfico, certo de que êste continha um zero a mais.

O meio tornou-se favorável a estas práticas e, divulgadas as notícias da impunidade de crimes hediondos ali praticados, pela inexistência de Justiça e policiamento, tornou-se o abrigo dos foragidos da Lei.

Aí, então, pôde ser chamada a questão de limites como co-responsável pela luta que não tardaria a se manifestar na região, alastrando-se por tôda ela. Disputando ambos os Estados a posse do território, baseado um na posse e outro na sentença, o progresso da zona foi retardado e favoreceu o aparecimento do cangaceirismo. A terra vivia entregue aos próprios recursos, ao próprio destino, pois era de ambos, para um, de fato, para o outro, de direito, e não era de nenhum, porque nenhum tinha autoridade para manter a ordem e fazer respeitar a justiça. Assolada pelo banditismo, tornou-se o abrigo de todos os bandidos. Criminosos célebres, certos da impunidade, procuravam-no, idos de Lajes, de Palmas, de Curitibanos, do norte do Rio Grande, da Lapa. Outros fizeram na região, ao exemplo dos mestres consumados.

O terreno estava assim preparado. Ia começar a tragédia que duraria quase cinco anos. Ignorância, miséria e crime se jogariam contra a civilização, numa luta bárbara e titânica, como justo castigo pelo seu desamparo às populações, às quais esquecera de dar o confôrto da justiça e da instrução. Muitos inocentes seriam sacrificados, imolados na inglória campanha, à qual, outro fator, o político, não tardaria a levar a contribuição, como se referira oportunamente.

O caboclo da região, valente, embora humilde, foi ainda vítima de mais uma injustiça. Sôbre o vale do rio do Peixe, em terras devolutas, instalara, aqui e além, o seu rancho, a sua pequena roça. Vivia rudemente, esquecido no meio do mato. Lembraram-se dêle, entretanto, para expulsá-lo das terras que ocupara. A concessão feita à São Paulo—Rio Grande, de 15 quilômetros de cada lado da linha, desalojou os intrusos, posseiros de muitos anos, das terras marginais. Uma onda de revolta subiu — mas o caboclo acabou levantando a sua choupana, para ir plantá-la mais longe, em nova luta com a Natureza, buscando novo refúgio para a sua miséria.

Em meados de 1910, foram colocados os primeiros trilhos e, em fins de 1921, passava o primeiro trem, sendo a travessia para o Rio Grande feita por uma ponte provisória, até a conclusão da ponte definitiva, tôda de ferro.

Em 1911, Piratuba sofreu também com a denominada "Guerra dos Fanáticos", verdadeira tragédia que assolou a região durante quase cinco anos.

Terminada a construção da Estrada de Ferro São Paulo—Rio Grande, começou para a então localidade de Rio do Peixe, uma era de grande desenvolvimento.

Em 20 de junho de 1923, recém-chegados do Rio Grande do Sul, encontravam-se no hotel, denominado "Hotel dos Imigrantes", os Srs. Pedro Geib, Otto Deiss e Mantovani. O encontro dêsses homens simples da lavoura, é um fato bastante importante na história de Piratuba, pois tomavam êles as primeiras medidas no sentido da colonização pròpriamente dita.

Os Srs. Pedro Geib e Otto Deiss, já no ano anterior, haviam adquirido uma gleba de terras para o início da colonização. A 28 de junho de 1913, Jacob Geib (filho de Pedro Geib), enviara ao Sr. Leopoldo Ko Freitag, então residente em Montenegro, Rio Grande do Sul, uma carta escrita em língua alemã, convidando-o a colaborar na obra. Mais tarde chegava o Sr. Leopoldo Ko Freitag, que passou a aplicar todo o seu esfôrço e seu trabalho na lavoura, conhecedor experiente que era dos trabalhos agrícolas. A êle coube a parte mais saliente na colonização, qual seja a de atrair novos colonos para o desenvolvimento do núcleo.

À medida, porém, que se tornavam conhecidas as qualidades de suas terras, o afluxo de colonos foi se tornando cada vez mais intenso.

Ainda no mesmo ano, chegavam à colônia do Rio do Peixe, várias famílias, que se estabeleceram em Ipira, onde logo trataram de cultivar as ubérrimas terras do vale dos rios do Peixe e Capela.

A causa principal da afluência da colonização do vale do Rio do Peixe, foi a construção da Estrada de Ferro, cujas possibilidades de um futuro promissor, já se manifestavam com a construção dessa grandiosa obra.

Em 1923, a colônia de Rio do Peixe apresentava tal desenvolvimento que a Prefeitura de Campos Novos a elevava à categoria de distrito, tendo sido feita a instalação, a 6 de maio do mesmo ano.

Pela Lei n.º 247, de 30 de dezembro de 1948, que fixava a divisão administrativa e judiciária do Estado para o período de 1949-1953, era criado o município de Piratuba, desmembrado dos municípios de Campos Novos e Concórdia.

Do primeiro, vieram os distritos de Piratuba e Uruguai, e do segundo, os distritos de Esteves Júnior e subdistrito de Ipira.

Instalado o município no ano seguinte, uma nova era de prosperidade se abriu à nascente comuna.

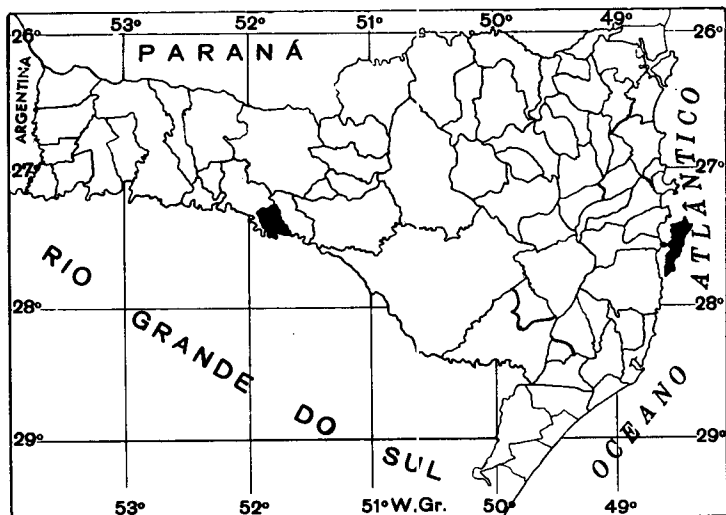
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito foi criado pela Lei n.º 292, de 9 de janeiro de 1923, ocorrendo sua instalação a 6 de maio de 1923.

Por fôrça da Lei n.º 247, de 30 de dezembro de 1948, do Govêrno do Estado, foi criado o município de Piratuba, com território desmembrado do de Campos Novos e Concórdia. O município pertence à Comarca de Capinzal.

O seu quadro administrativo, em 1.º-III-1958, era o seguinte: Município — Piratuba. Distritos componentes: Piratuba (sede), Esteves Júnior, Uruguai e subdistrito de Ipira.

A atual legislatura teve início em 1954, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Adolfo Heins, e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Piratuba acha-se localizada na zona fisiográfica do Rio do Peixe. A cidade fica às margens do rio do Peixe, e a 316 quilômetros em linha reta da Capital

do Estado, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 27° 25' 08" de latitude sul e 51° 46' 14" de longitude oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 397 metros na sede municipal, sendo o 43.° lugar em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — Bastante frio no inverno (aproximadamente 0°C), chega a ser muito quente no verão, quando atinge 30°C. Sujeito a geadas. As chuvas predominam no comêço da primavera, alcançando a precipitação anual quase 2 000 mm. A umidade vai, mais ou menos, a 80%.

ÁREA — A área do município é de 386 quilômetros quadrados, figurando em 67.° lugar, em relação às áreas das demais comunas, e classifica-se, portanto, como um dos menores municípios do Estado.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Ilha do rio do Peixe, com 60 metros de comprimento por 25 metros de largura; rio do Peixe, com profundidade máxima de 4 metros, em cujas margens se ergue a cidade; rio Uruguai, que separa o Estado de Santa Catarina do Rio Grande do Sul.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) De origem mineral — pedras para construção e barro para olarias. b) De origem vegetal — madeiras em geral (pinho e lenha), erva-mate e capim para colchão.

POPULAÇÃO — A população de Piratuba, segundo o Recenseamento de 1950, era de 12 620 habitantes, e tinha a seguinte composição: homens 6 474, mulheres 6 146, brancos 12 388, pardos 15, pretos 159, amarelo 1, e 57 não declararam a côr. Das pessoas de 15 anos e mais em número de 6 821, 2 237 eram solteiros, 4 314 casados, 349 viúvos, 6 desquitados, e 15 não declararam o estado conjugal. Existiam 137 estrangeiros e 25 brasileiros naturalizados. Em religião, predominaram os que se declararam católicos romanos, em número de 8 728; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade era de 32,6 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 14.° lugar no Estado. Da população, 85,8% localizam-se no quadro rural, sendo esta percentagem das menos elevadas no Estado, superando a média da população rural em Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 53.° lugar, com relação à população dos municípios do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 51.° lugar em população, em relação às outras cidades do Estado.

Estimativa do Departamento Estadual de Estatística, atribui ao município de Piratuba uma população de 17 203 habitantes, em 1958.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A cidade de Piratuba com 953 habitantes (486 homens e 467 mulheres), as vilas de Esteves Júnior com 242 habitantes (127 homens e 115 mulheres) e Uruguai, com 595 habitantes (397 homens e 278 mulheres), conforme dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu, no ano de 1955, a Cr$ 28 116 060,00.

O município assenta sua economia, principalmente, na agricultura. A produção de banha de porco refinada ou não atingiu, no ano de 1955, a 519 750 kg, no valor de Cr$ 15 592 500,00; presunto cozido 109 755 kg, no valor de Cr$ 4 938 975,00; salame, mortadela e semelhantes .. 64 219 kg, no valor de Cr$ 1 926 570,00; pinho serrado, pranchões, tábuas, etc. 1 448 m³, no valor de .... Cr$ 622 290,00.

Dos 3 estabelecimentos industriais, 1 dedica-se ao fabrico de banha, lingüiça e outros produtos.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 26,23% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: milho, trigo, feijão (grão), abóbora, alfafa, arroz, batatinha, cana-de-açúcar, batata-doce, aipim, mandioca, alho, melancia, tomate, cevada, centeio, aveia (grão), ervilha, cana de forragem, amendoim com casca, abacaxi e favas; como culturas permanentes, temos: uva, laranja, bergamota, limão, pêssego, abacate, caqui, figo, maçã, pêra e marmelo. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 36 850 850,00.

O valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de Cr$ 66 290 000,00. A percentagem da população ativa na indústria é de 2%.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957: a) De origem mineral — tijolos 220 milheiros, no valor de Cr$ 198 000,00; pedras para alicerces 650 m³, no valor de Cr$ 108 500,00; pedras para sarjetas 200 unidades no valor de Cr$ 2 000,00. b) De origem vegetal — capim para colchão 82 000 kg, no valor de Cr$ 246 000,00; carvão vegetal 20 000 kg, no valor de Cr$ 60 000,00; lenha 18 000 m³ no valor de Cr$ 1 260 000,00. c) De origem animal — couros 14 unidades, no valor de Cr$ 2 100,00; peixe fresco 1 400 kg, no valor de Cr$ 37 200,00.

No tocante a produtos transformados ou não de origem animal, a produção atingiu, em 1956, o valor de .... Cr$ 43 972 400,00, sendo os principais produtos: banha 700 000 kg, no valor de Cr$ 26 700 000,00; leite .... 1 050 000 litros, no valor de Cr$ 5 250 000,00; presunto 100 000 kg, no valor de Cr$ 4 500 000,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se cinqüenta estabelecimentos comerciais (1 atacadista e 49 varejistas), uma Agência do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO), e uma Agência

do Banco Catarinense Sociedade Cooperativa Central de Crédito Agrícola.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 3 emprêsas rodoviárias para passageiros e 1 pela Viação Férrea Paraná—Santa Catarina para passageiros e cargas.

Dista a cidade cêrca de 520 km da Capital do Estado por rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por rodovia: 37 km até a cidade de Capinzal; 66 km até a de Concórdia; e com o Estado do Rio Grande do Sul, 20 km até a de Marcelino Ramos, e 155 km até a de Lagoa Vermelha. Dista 30 km de Capinzal e 30 km de Marcelino Ramos (RS) por ferrovia.

Na cidade funcionam uma Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma Agência Telefônica e uma Telegráfica da Viação Férrea Paraná—Santa Catarina, uma estação de rádio da Polícia Militar do Estado e duas Agências Telefônicas de uso particular da Companhia Telefônica Catarinense.

No restante do município funcionam uma Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma Agência Telefônica e uma Telegráfica da Viação Férrea Paraná—Santa Catarina.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Piratuba tem 953 habitantes, sendo a 51.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina.

É dotada de iluminação pública, com 17 logradouros iluminados, e contando 495 ligações domiciliares. É também dotada de serviço de abastecimento d'água.

Os edifícios mais importantes, são: Igreja Matriz, Grupo Escolar "Carlos Chagas", Prefeitura Municipal da Sociedade Beneficente Piratuba, e Hospital de Piratuba. A cidade conta com 2 hotéis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica no município é prestada à população por 2 médicos, 1 dentista, 2 farmacêuticos e 1 auxiliar de saúde.

Dois hospitais servem à população com assistência médica em geral. Existem 4 farmácias no município.

COOPERATIVISMO — Na cidade existe uma Agência do Banco Catarinense Sociedade Cooperativa Central de Crédito Agrícola.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950, constatou a existência de 10 406 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 6 982, ou seja, 67,0% sabiam ler e escrever. Dêsse total, 3 768 eram homens e 3 124 mulheres. Na sede municipal, das 828 pessoas de cinco anos e mais, 735 sabiam ler e escrever, sendo 379 homens e 356 mulheres.

Ensino — Em 1956, funcionaram na cidade e no resto do município 39 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 1 890 alunos, assim distribuídas: Pré-primário Infantil, 2 unidades com 52 alunos; Fundamental Comum, 34 unidades com 1 774 alunos; Fundamental Supletivo, 1 unidade com 24 alunos, e Complementar, 2 unidades com 40 alunos.

No tocante a ensino extraprimário, funcionou no município um Curso Normal Regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Das 10 associações desportivas e culturais, 6 dedicam-se às atividades desportivas, 1 às atividades culturais e esportivas, e 3 às atividades artísticas (canto).

A cidade possui um cinema, o Cine Piratuba, com 150 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	33	2 486	1 185	823	1 108
1951	35	2 964	1 636	1 043	1 583
1952	23	3 120	2 020	1 038	1 994
1953	32	3 340	1 900	1 038	1 936
1954	30	3 885	2 320	1 115	1 669
1956	27	5 819	2 119	1 115	2 589
1956	1 986	8 474	2 722	1 203	2 199

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Registra-se em Piratuba, no que diz respeito a cultos, o seguinte: Culto Católico Romano: Paróquia de Santa Catarina, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz e 8 capelas públicas. Paróquia de Santo Isidoro, com 2 sacerdotes, 1 Igreja Matriz e 6 capelas públicas. Paróquia de Santa Tereza, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz e 11 capelas públicas. Culto Protestante: 2 Comunidades Evangélicas e 1 Igreja Episcopal Brasileira.

Como manifestação religiosa, temos a assinalar: a festa de S. Catarina, padroeira da comunidade católica, a 25 de novembro.

O "kerb" é a tradicional comemoração do dia de inauguração do prédio da Igreja Evangélica Luterana da cidade ou localidade.

Com início sempre num domingo, em Piratuba foi estabelecido o segundo domingo de janeiro de cada ano. A festa se inicia com um culto na Igreja, pela manhã, e em seguida acompanhando a orquestra o povo se dirige para o clube ou salão, entre fogos de artifícios e "vivas ao kerb". À noite do mesmo dia tem início o primeiro baile do "kerb", se bem que, à tarde já muitos estejam dançando livremente. No centro do salão, pendente do teto, em meio a uma coroa confeccionada com folhagens e flôres (medindo aproximadamente um metro de diâmetro), acha-se a rainha das bonecas do "kerb". Estas bonecas são feitas, tendo na parte interna uma garrafa de cerveja e vestidos de sêda, ou então, as mais simples de papel. A rainha do "kerb", a primeira e a mais cara de tôdas é tirada por um dos pares que estão dançando, sob os aplausos de todos. Tirada a rainha, as outras bonecas são dependuradas, e vão sendo retiradas pelos dançarinos, durante todos os três dias do "kerb".

Os preços pagos por boneca retirada varia entre .... Cr$ 150,00 a Cr$ 800,00, conforme a espécie, sendo mais cara a rainha, que às vêzes atinge a Cr$ 1 000,00. No último dia de "kerb" é arrancada a coroa do "kerb", cujo valor pago por quem a retira, varia de Cr$ 1 000,00 a Cr$ 4 000,00. Estas rendas revertem parte em benefício da Igreja, parte ao clube ou salão onde o "kerb" se realiza. Os bailes são públicos, cobrando-se ingressos na porta, e é permitida a entrada de qualquer pessoa.

As músicas, são na maioria, antigas e ligeiras, não sendo tocados tangos, boleros, etc. Há grandes protestos, quando, por pedido especial, é tocada uma peça ou música mais moderna. "Queremos limpa banco", gritam, usando a gíria

do interior. Não são usadas fantasias pelos foliões, e os trajes são os de passeio. Outra particularidade é a de formarem-se cordões, colocando no centro um par de dançantes, para obrigá-lo a tirar uma boneca. O mesmo é feito para levar pares para o balcão a fim de colocá-los a dançar sôbre o mesmo. Aquêles que subirem ao balcão, estão obrigados a pagar de três a doze ou mais garrafas de cervejas. Não raro trazem também a orquestra para o balcão e oferecem bebidas aos músicos. No segundo dia do "kerb", segunda-feira, à tarde, a orquestra acompanhada por populares faz visitas a diversas casas da cidade ou vila oferecendo o dono da casa bebidas à orquestra e aos acompanhantes.

Em Ipira, subdistrito de Piratuba, sita a 2 km desta, o "kerb" é levado a efeito no último domingo de janeiro. São as seguintes as cidades, vilas ou localidades, onde há "kerb" nas diversas épocas do ano neste município: Piratuba, Ipira, Linha Serraria, Lajeado Mariano, Filadélfia, Piritiba, Putinga e Lajeado Mirim.

Agora, no que diz respeito às efemérides, temos: 6 de janeiro, festa de Santos Reis; 18 de fevereiro, data da instalação do município; 29 de junho, festa de S. Pedro; 15 de agôsto, Assunção de Nossa Senhora; 31 de outubro, Reforma das Igrejas Evangélicas do Brasil; 1.º de novembro, festa de Todos os Santos; 2 de novembro, Finados; 8 de dezembro, Imaculada Conceição, e 25 de dezembro, Natal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — É "Piratubense" o patronímico dos habitantes de Piratuba. O têrmo, ao que tudo indica, vem da língua indígena "Pira + tuba" (peixe + abundante), ou seja, lugar onde há abundância de peixe.

Piratuba pertence à Comarca e Têrmo de Capinzal.

O eleitorado do município em 1958, era de 3 957 eleitores.

Em 31-XII-1957, existiam no município, os seguintes veículos: a) Veículos a motor: automóveis 86, jipes 6, ônibus e micro-ônibus 2, camionetas 11, motociclos 8, caminhões 27; b) Veículos a fôrça animada: carros de 2 ou 4 rodas 30, bicicletas 60 e carroças de 4 rodas 1 450.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

PÔRTO BELO — SC

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — "O estabelecimento da família real portuguêsa no Brasil, fugida às hostes napoleônicas, veio modificar a política até então seguida pela ex-metrópole, que era a do embrutecimento da ex-colônia.

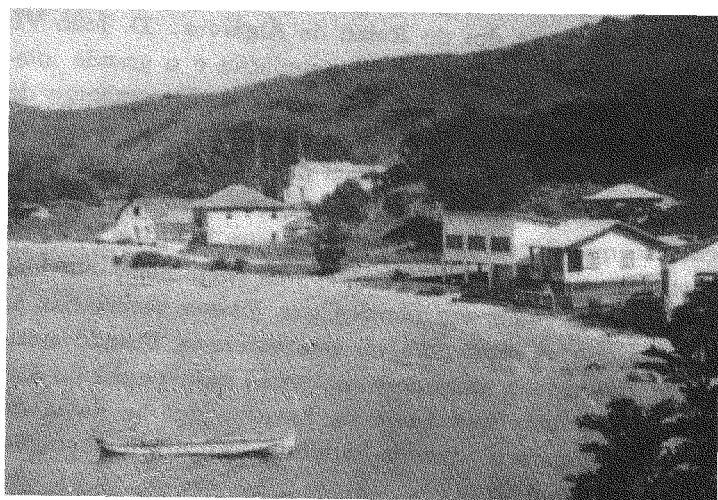
Se já era precária a situação da Capitania, mais acentuada se tornou, com a declaração de guerra, e conseqüente ocupação da praça de Montevidéo e conquista das Missões; todo o seu lento progredir paralisou-se pois, indubitàvelmente, foi a parte do Brasil que mais sofreu em homens, que nunca mais voltaram, e em fornecimento de abastecimentos, que nunca foram pagos. Dali a decadência sobrevinda ao impulso pouco antes tomado".

Em 1817, Justino José da Silva, por ser muito abundante o peixe nas costas do Zimbros e Garoupas, propôs-se a formar neste último ponto um estabelecimento para pescarias, à maneira dos do Reino de Algarves. D. João VI, tendo em vista o aumento de população e o grande interêsse que haveria, mandou pela mesa do Desembargo do Paço, por Decreto de 18 de outubro daquele ano, que fôsse medida e demarcada uma légua de terra no referido sítio ou nas suas vizinhanças, aonde melhor conviesse à especulação que tivesse o peticionário e que lhe fôsse dada de sesmaria, com a obrigação de repartir parte dela, sem fôro ou pensão alguma, em porções que fôssem necessárias às pessoas que viessem para ali estabelecer-se, ficando separadas, desde logo, quatrocentas braças para passal do Capelão da Capela que havia de haver e que se havia de erigir em vigararia, quando estivesse formada a povoação em número suficiente.

Essa concessão estava de acôrdo, parece, com a idéia do ministro Thomaz de Villa Nova Portugal, de fazer naquela enseada um ponto de apoio para a esquadra, construindo-se também uma ribeira de naus, atendendo a que do Itajaí, Camboriú e Tijucas com facilidade viriam as madeiras necessárias. Da excelência e abundância delas tinha conhecimento pelas detalhadas informações enviadas pelos antigos governadores.

Determinou Villa Nova Portugal, para dar início à obra, em 18 de março do ano seguinte, a fundação de uma colônia de pescadores, oriundos de Ericeira, em Portugal.

Na galera Conde de Peniche, vieram cento e uma pessoas de ambos os sexos, que foram estabelecidas na colônia que se denominou Nova Ericeira, hoje Pôrto Belo. Com a construção de casas, aquisição de terrenos, gastou o Erário Público a insignificante quantia de 8:389$458, como demonstrou o honrado e atilado administrador, o então capitão-tenente Miguel de Souza Melo e Alvim, encarregado da fundação. Em abril de 1821, justamente quando se preparava a família real para regressar a Portugal e tomarem os destinos do Brasil outra diretriz, o já capitão-de-fragata Melo e Alvim, que exercia o cargo de Intendente da marinha da Ilha de Santa Catarina, representando sôbre a necessidade absoluta de um sacerdote pago pelos reais cofres da Junta da Fazenda da Ilha, que celebrasse ali o sacrifício da missa e ministrasse o sacramento e mais socorros espirituais, visto achar-se longínqua a Igreja que os podia administrar e estar exercendo interinamente na capela daquela nova povoação as funções paroquiais, à custa de seus moradores, indicou o Padre Francisco Rodrigues Pereira em quem concorriam exemplar conduta e merecimento para continuar naquele exercício. O conde de Louzã, Dom Diogo de Menezes, comunicou que El-Rei havia sido servido aprovar a mencionada representação e conceder ao dito Padre Francisco Rodrigues Pereira a côngrua anual de 60$000 e 10$000 para guisamentos pagos pelos cofres da Junta, para continuar nas mesmas funções paroquiais, na forma até então por êle praticada. Tinha assim substituto definitivo Frei Gil, o primeiro que ali oficiava. Foi cirurgião Pedro Marques Matoso, natural de Lisboa; ali casou-se com Dona Cypriana, filha do rico lavrador Manoel dos Santos, das Bombas.

A Igreja Matriz, cujo padroeiro é o Senhor Bom Jesus dos Aflitos, está edificada em uma colina na entrada ocidental da povoação, em terrenos para êste fim doados pelo

Vista parcial da cidade

capitão Domingos Rodrigues Pereira e sua mulher Dona Vicencia Rosa de Jesus Pereira.

Dada felizmente no ano seguinte a suspirada independência, outros problemas absorveram os novos dirigentes da nação que se levantava pujante, e assim não mais se pensou na idéia de Villa Nova Portugal.

Abandonados os colonos a si, em terras impróprias à cultura, tanto mais que sendo pescadores de profissão, o amanho de terras lhes era totalmente alheio, apesar de tudo foram progredindo; assim é que a povoação foi elevada à freguesia, por Decreto de 28 de dezembro de 1824, substituindo dêsse modo a capelania desmembrada da freguesia de São Miguel, de que era dependente até 1819. Tinha na época 354 fogos e uma população de 1 536 almas.

Em virtude da resolução do Conselho Administrativo da Província, o Decreto de 13 de outubro de 1832, promulgado pela Regência, deu foros de vilarengos aos habitantes de Garoupas.

Era assim conhecido: "Art. 1.º. Fica erigida em Villa, com a denominação de Pôrto Belo, a povoação de Garoupas, contando o seu têrmo a margem do norte de Tijucas até o sul de Itajaí."

Dependia então de São Miguel.

A instalação da vila teve lugar no dia 7 de dezembro do ano seguinte, conforme se lê do "Auto de Posse e Juramento da instalação da Câmara de Vila de Pôrto Belo: Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e trinta e três, aos sete dias do mês de dezembro, nesta nova vila de Pôrto Belo, donde se achava o Presidente da Câmara Municipal, o capitão Joaquim Rodrigues Pereira, o que se achava munido de dar a dita posse por procuração que fêz o Senhor Juiz de Paz, Salvio Antônio de Souza Medeiros, na conformidade do Decreto de 22 de julho, de mil oitocentos e trinta e três, e por êle deu posse aos vereadores da Vila de Pôrto Belo, ficando assim desmembrada da Capital, por determinação do Conselho Administrativo, em virtude do Decreto da Criação em observância do que prescreve o Art. 3.º do Código Criminal e o Art. 1.º das instruções de 15 de dezembro do ano passado, cuja deliberação que foi mandada executar consta da Sessão Extraordinária do mesmo Conselho de 1.º de março dêste ano, e é do teor seguinte: Apresentou o Exmo. Sr. Presidente o Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça de 11 de janeiro, para dar-se execução ao Código do Processo Criminal e Instruções a que se refere o Decreto de 13 de novembro último. Conseqüentemente passou o Conselho a deliberar sôbre a divisão dos têrmos na forma do Art. 3.º do Código e primeiro das Instruções; e resolveu: que ficasse substituído com os seus limites atuais: o das Vilas de Lajes, Laguna e São Francisco, e que o da cidade se subdividisse em quatro; outro o de São Miguel compreendendo a colônia alemã; e outro o da vila de Pôrto Belo, compreendendo o curato de Itajaí a dividir-se do de São Francisco pelo rio Gravatá. E sendo ali o presidente em sua própria casa, compareceram os cidadãos: o Sargento-Mor João Corrêa Rabelo, o Sr. Antônio José da Silva, o Sr. Bernardo Dias da Costa, o Sr. Tenente Luiz Rodrigues Pereira e Sr. Francisco José de Souza Conceição e o Sr. João da Cunha Bittencourt, como imediato em voto pela escusa apresentada pelo vereador Salvio Antônio de Souza Medeiros, por se achar exercendo o lugar de Juiz de Paz, que tinham reunido a maioria de votos para vereadores. E aqui presentes, foram deferir o mencionado juramento segundo a forma prescrita no Artigo 17 da Carta de Lei de 1.º de outubro de 1828, depois do que lhe deu Posse dos lugares que lhes competia, ficando no de Presidente o Sr. Capitão Joaquim Rodrigues Pereira por ser o mais votado.

"Cumprindo assim o que determina o Art. 3.º do Decreto de 13 de novembro de 1832, se houve por juramentada, empossada e instalada a Câmara Municipal de Vila de Pôrto Belo, de que se lavrou êste auto que assinaram Presidente e mais vereadores. Eu Francisco José de Souza Conceição o escrevi. O Presidente Joaquim Rodrigues Pereira, João Correia Rabelo, Antônio José da Silva, Bernardo Dias da Costa, Luiz Rodrigues Pereira Rabelo, Francisco José de Souza Conceição, João da Cunha Bittencourt.

"— por não haver mais a tratar seguimos à Igreja Matriz ao solene "Te Deum Laudamus", acompanhados do Reverendo Pároco e mais cidadãos, em ação de graças e a ordem do dia 9 será a renomeação dos oficiais da Câmara e levantou-se a Sessão. O Presidente Joaquim Rodrigues Pereira, João Correia Rabelo, Antônio José da Silva, Bernardo Dias da Costa, Francisco José de Souza Conceição, Luiz Rodrigues Pereira Rabelo, João da Cunha Bittencourt."

A Lei n.º 464, de 4 de abril de 1859, transferiu para Tijucas a sede da vila, ficando Pôrto Belo reduzida a simples freguesia.

Em 1880, a Assembléia Provincial fixou, pela Lei 883, de 15 de março, os limites de Pôrto Belo.

Proclamada a República, Pôrto Belo foi restaurado na sua qualidade de Município, por fôrça da Lei Estadual n.º 140, de 29 de agôsto de 1895.

Em 1909, a população de Pôrto Belo era de 8 000 habitantes dos quais, 342 eram eleitores.

Passados mais alguns anos, foi novamente extinto o município, em face da Lei Estadual n.º 1 451, de 30 de agôsto de 1923. Restabeleceu-o, porém, com território desmembrado dos municípios de Tijucas e Camboriú, a Lei estadual 1 496, de 1.º de setembro de 1925, verificando-se sua instalação, a 10 de janeiro de 1926.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito foi criado por Alvará de 18 de dezembro de 1824.

O município foi criado em virtude da Resolução do Conselho Administrativo da Província, de 13 de outubro de 1832, ocorrendo a instalação, a 7 de dezembro de 1833.

Suprimido pela Lei provincial n.º 464, de 4 de abril de 1859, foi Pôrto Belo restaurado, com território desmembrado do Município de Tijucas, por fôrça da Lei estadual n.º 140, de 29 de agôsto de 1895.

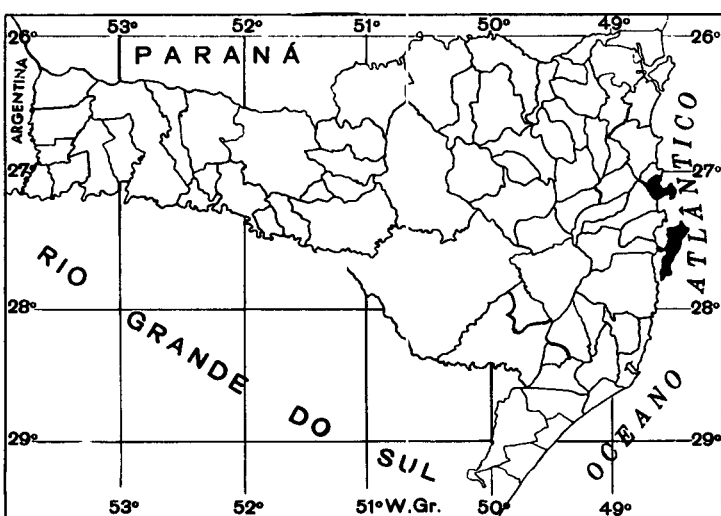
Pela Lei estadual n.º 1 451, de 30 de agôsto de 1923, o município foi novamente extinto, sendo restabelecido pela Lei estadual n.º 1 496, de 1.º de setembro de 1925, ocorrendo a instalação, a 10 de janeiro de 1926.

O município pertence à Comarca de Tijucas.

O seu quadro administrativo, em 1.º de março de 1958, era o seguinte: Município: Pôrto Belo.

Distritos componentes: Pôrto Belo (sede) e Itapema.

A atual legislatura teve início em 1955, tendo sido eleito Prefeito, o Sr. Joaquim Matias e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Pôrto Belo localiza-se na zona fisiográfica de Florianópolis. A cidade fica a 47 km em linha reta da Capital do Estado, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 27° 09' 12" de latitude sul e 28° 33' 18" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 2 metros na sede municipal, sendo o 3.º em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — No verão, o clima é quente, com predominância de trovoadas, principalmente à tarde, alcançando a precipitação anual 1 500 mm. A temperatura chega, às vêzes, a 36°C. Predominam os ventos do norte.

O inverno é frio, muito úmido, descendo o termômetro a menos de 10°C. Em alguns lugares caem geadas. Noites bastante frias. São comuns os ventos do sul, quando a temperatura desce.

ÁREA — A área do município é de 211 km², figurando em 71.º lugar, em relação às áreas das demais comunas sendo classificado, portanto, como um dos menores municípios do Estado de Santa Catarina, relativamente à área.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Itapema, Rio Perequê e Rio dos Bobos, êste último na divisa com o município de Tijucas.

Baía de Pôrto Belo e enseadas dos Zimbros, Mariscal e das Bombas.

Ilhas da Cruz, dos Macucos e de João da Cunha.

Morros de Itapema, da Cadeia, da Miséria, dos Bobos, da Mata Virgem e do Moreira.

Salto Santos, com 20 metros de altura, no rio Perequê, aproveitado; Salto São Paulo, no rio Itapema, com 18 metros de altura, aproveitado. Saltos Areial e Trombudo.

A costa do município de Pôrto Belo é muito recortada e forma uma enseada a que foi dado o nome de Caixa d'Aço. O recorte, na pedra, forma um enorme dique, situado ao sul da enseada das Garoupas, tendo à frente a Ilha João da Cunha, que tem 1,5 km de comprimento, por 300 metros de largura, aproximadamente.

No ano de 1777, o Almirante português Mac-Duall, acossado pela esquadra espanhola sob o comando do General D. Pedro Cevallos Cortez y Calderon, conseguiu livrar-se da perseguição, escondendo sua esquadra na Caixa d'Aço.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) de origem mineral: barro para olaria e pedra para construções; b) de origem vegetal: capim para colchão, cipós e madeira para lenha; c) de origem animal: peixes e camarão.

POPULAÇÃO — A população de Pôrto Belo, segundo o Recenseamento Geral de 1950 era de 7 721 habitantes e tinha a seguinte composição: homens 3 835; mulheres 3 886; brancos 7 103; pardos 2; pretos 595, e 21 não declararam a côr. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 4 575, 1 589 eram solteiros; casados 2 499; viúvos 373; desquitados 3 e 111 não declararam o estado conjugal. Existiam 3 estrangeiros e 3 brasileiros naturalizados. Em religião predominaram os que se declararam católicos em número de 7 290; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala.

A densidade era de 36,5 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 11.º lugar no Estado.

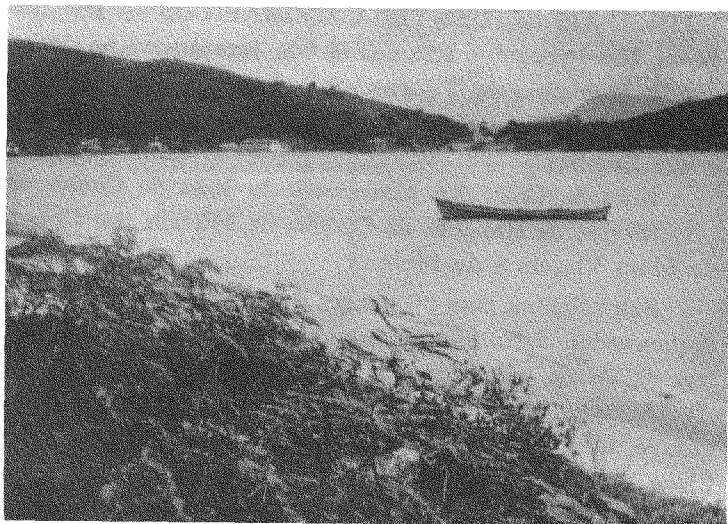
Localiza-se no quadro rural 67,7% da população, sendo esta percentagem das menos elevadas no Estado, inferior à média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%.

Situa-se em 63.º lugar com relação à população dos municípios do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 62.º lugar em população, em relação às outras cidades de Santa Catarina.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município de Pôrto Belo, em 1958, era de 8 480 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São duas as aglomerações urbanas do município: — a cidade de Pôrto Belo, com 780 habitantes (378 homens e 402 mulheres) e a vila de Itapema, com 1 713 habitantes (840 homens e 873 mulheres), conforme dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O Município assenta sua economia, principalmente, na agricultura. A produção de farinha de mandioca atingiu, no ano de 1954 a

Aspecto parcial da praia do município

732 583 kg, valendo Cr$ 2 199 870,00; seguindo-se açúcar de engenho ou bangüê (232 510 kg, no valor de ...... Cr$ 705 340,00); madeiras serradas exceto pinho (1 208 metros cúbicos, no valor de Cr$ 387 800,00); aguardente (16 500 litros, no valor de Cr$ 85 000,00); farinha de milho inclusive fubá (15 500 kg, no valor de Cr$ 42 000,00). Não ocorre, no município, estabelecimento que ocupe mais de 5 pessoas.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) 19,85%, estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: arroz em casca, cana-de-açúcar, feijão (grão), mandioca, milho, cebola, batatinha, alho, amendoim com casca, batata-doce, melancia; como culturas permanentes, temos: banana, café, laranja, bergamota, abacate, uva. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de .... Cr$ 35 980 050,00. O valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de Cr$ 15 747 085,00. A percentagem da população ativa na indústria é de 7%.

No tocante à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957:

a) de origem mineral: barro ou argila (1 130 toneladas, no valor de Cr$ 42 940,00); pedras para alicerces (900 m^3, no valor de Cr$ 53 200,00);

b) de origem vegetal: capim para colchão (6 000 kg, no valor de Cr$ 13 500,00); cipós de embira (12 000 kg, no valor de Cr$ 24 000,00); lenha (35 000 m^3, no valor de Cr$ 2 104 000,00);

c) de origem animal: camarão (49 500 kg, no valor de Cr$ 501 000,00); peixe fresco (120 000 kg, no valor de Cr$ 1 332 000,00); peixe sêco (64 500 kg, no valor de Cr$ 1 248 000,00).

No que se refere a produtos transformados ou não de origem animal, a produção atingiu em 1956, o valor de Cr$ 1 377 200,00, sendo os principais produtos: leite (132 500 litros, no valor de Cr$ 594 000,00); lingüiça (8 500 kg, no valor de Cr$ 340 000,00); banha (6 400 kg, no valor de Cr$ 243 200,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se sessenta e cinco estabelecimentos comerciais (65 varejistas).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 6 emprêsas rodoviárias para passageiros.

Dista a cidade cêrca de 66 km da Capital do Estado por meio de rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por meio de rodovia: 25 km até a cidade de Camboriú; 12 km até Tijucas; 81 km até Brusque.

Na cidade funciona uma agência Postal Telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

No interior do município funciona uma agência Postal Telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Pôrto Belo tem 780 habitantes, sendo a 62.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina e conta com o serviço de abastecimento d'água com 50 prédios abastecidos.

Os edifícios mais importantes são: Igreja Matriz, Grupo Escolar "Tiradentes" e Prefeitura Municipal. O município conta com 3 hotéis, situados na praia de Itapema.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — 1 Pôsto de Puericultura e 1 ambulatório do Serviço de Caça e Pesca, prestam à população assistência médica em geral.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 6 365 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 2 769, ou seja, 43,5%, sabiam ler e escrever. Dêsse total, 1 419 eram homens e 1 350 mulheres. Na sede municipal, das 662 pessoas de cinco anos e mais, 389 sabiam ler e escrever, sendo 185 homens e 204 mulheres.

Ensino — Em 1956 funcionaram na cidade e no resto do município 19 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 850 alunos, assim distribuídas: Fundamental Comum 18 unidades, com 834 alunos e Fundamental Supletivo 1 unidade, com 16 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A cidade possui um cinema: Cine Pôrto Belo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	8	111	391	39	315
1951.......	8	97	407	61	322
1952.......	10	119	504	81	425
1953.......	11	175	757	89	612
1954.......	12	172	584	74	729
1955.......	14	179	734	75	740
1956.......	178	370	948	95	767

PARTICULARIDADES — Dignas de registro são as praias de Pôrto Belo, principalmente as de Itapema e de Pôrto Belo. A primeira delas conta com três hotéis e ambas são procuradas por elementos não só de outros municípios como também de outros Estados.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — No que diz respeito a Cultos, registra-se o seguinte:

Culto Católico Romano: Paróquia de Bom Jesus dos Aflitos, com 2 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, 6 capelas.

Culto Protestante: 2 Igrejas Cristãs Presbiterianas.

Como folclore observa-se a existência de: Ternos de Reis, Pão por Deus, Bois de Mamão, Boi na Vara, Desafios, Pau de fita.

As principais efemérides do Município são:

20 de janeiro — festa de São Sebastião

6 de agôsto — festa de Bom Jesus dos Aflitos

13 de outubro — instalação do município — 1843.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O patronímico dos nascidos em Pôrto Belo, é "Portobelense".

O local se chamou primeiramente Nova Ericeira (colônia de pescadores, em Portugal) e posteriormente Garoupas.

A denominação Pôrto Belo se deve à beleza do magnífico pôrto, existente no extremo norte da Enseada onde está situada a sede municipal.

Pôrto Belo pertence à Comarca e Têrmo de Tijucas.

O eleitorado do município, em 1958 era de 1 891 eleitores.

Havia, no município em 1957, os seguintes veículos:

a) veículos a motor: automóveis 4, jipes 2, ônibus e micro-ônibus 1, camionetas 5, caminhões 15, tratores 1;

b) veículos a fôrça animada: carros de 2 ou 4 rodas 6, bicicletas 93, carroças de 4 rodas 142.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

PÔRTO UNIÃO — SC

Mapa Municipal no 11.° Vol.

HISTÓRICO — O devassamento de Pôrto União teve início com a vinda dos bandeirantes, aventureiros à procura de novas fontes de riqueza.

Por decreto do Marquês de Pombal, formaram-se várias expedições para explorar o sertão brasileiro. Em obediência às ordens do Ministro de D. José, todos os governadores das Capitanias organizavam bandeiras para êsse fim. A expedição da Capitania de São Paulo, então governada por D. Luiz de Souza, partiu, em dezembro de 1768, com destino à zona onde hoje se ergue a cidade de Pôrto União, tendo como chefe o tenente Lopes Cascaes.

Encontrando sérios obstáculos, ao descer o rio Iguaçu, a expedição foi obrigada a retroceder. No ano seguinte vieram novos exploradores. Foi então que surgiu o Entreposto Nossa Senhora da Vitória, estabelecido pelo capitão Silveira Peixoto. Um entreposto era um ponto de parada, onde as expedições se abasteciam, faziam roças, construíam cabanas e canoas, enfim, se proviam do que lhes era necessário para continuar a exploração.

Em 1770, chega à Nossa Senhora da Vitória, o tenente Cândido Xavier de Almeida e Souza, abrindo várias picadas, uma das quais atinge Guarapuava.

O Entreposto tornava-se o ponto de parada obrigatória das expedições que se dirigiam aos campos de Guarapuava. Em conseqüência disso, resolveu o governador da Capitania de São Paulo dar-lhe um comando, o que ocorreu em 1772. Foi seu primeiro comandante o sargento-mor, Francisco José Monteiro.

Seis anos após, aportam à Nossa Senhora da Vitória, o coronel José Cabrer, espanhol e o tenente-coronel Félix da Fonseca, português, com o fim de fazerem o reconhecimento dos rios divisórios de Portugal e Espanha.

Dessa época em diante, a região ficou abandonada.

Só em 1842, com a abertura de uma nova picada aos campos de Palmas, voltou o entreposto a ser utilizado, dando margem a que novos povoadores surgissem na região.

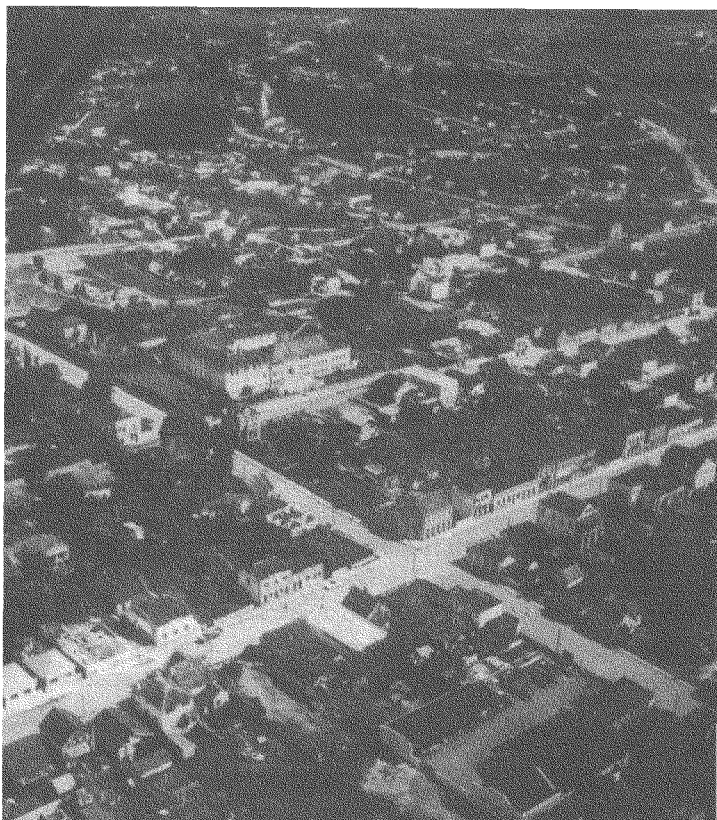
Mais tarde a povoação passou a se denominar Pôrto União da Vitória, nome cuja origem se deve a duas comissões de engenheiros exploradores de sertões, que ali chegaram em 1860.

O primeiro morador do Pôrto União da Vitória foi Prudente de Brito, que tão logo chegou à região deu início à edificação de uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Vitória, no lugar onde atualmente se eleva a Igreja Matriz de Pôrto União. No entanto, um tufão, partindo um dos esteios da construção, fêz Prudente de Brito desistir da idéia. Até que, em 1870, foi erigida a primeira capelinha, modesta e singela, feita de madeira rústica.

Existiam no povoado, em 1876, umas 25 casas, entre elas uma escola, da qual era mestre Raimundo Colaço, e uma casa comercial. O transporte das mercadorias destinadas a Pôrto União era feito pelo Pôrto Amazonas, em lanchas e canoas. Dali eram despachadas para Palmas em cargueiros, sendo os tropeiros muitas vêzes assaltados por índios botocudos.

Desde 1855, que Pôrto União da Vitória pertencia a Palmas, que em 1877, passou à categoria de vila, ficando Pôrto União, a partir da mesma data, como freguesia da nova vila.

Três anos após, foi rubricado em Pôrto União, o 1.° caderno, no qual se lançaram os têrmos das audiências realizadas pelo subdelegado de polícia Absalão Antônio Carneiro. Foi então que surgiu no cenário da novel freguesia, o coronel Amazonas de Araújo Marcondes, que adquiriu a fazenda "Passo do Iguaçu". Fixando residência em Pôrto União da Vitória, o coronel Amazonas comprou lanchas, canoas e um estabelecimento comercial. Deu início à importação de sal e fêz aquisição de um navio denominado "Cruzeiro". Dividiu sua fazenda em lotes, colonizando-a. Tornou-se o coronel Amazonas figura de relêvo no local, sendo nomeado, em 1881, 1.° suplente de subdelegado. Foi um pioneiro da civilização do antigo entreposto e o iniciador da colonização estrangeira nessa freguesia.

Jardim Benjamin Constant

Vista aérea parcial da cidade

O Govêrno subvencionou, em 1882, a navegação dos rios Iguaçu e Negro, sendo o "Cruzeiro" o primeiro navio utilizado para êsse fim.

No mesmo ano foi criada a paróquia de Pôrto União da Vitória. No ano seguinte, em 1883, foi inaugurada oficialmente a navegação fluvial do Iguaçu, que deu novo impulso ao desenvolvimento do lugar.

Em 1884, é iniciada uma estrada estratégica para Palmas, por comissão militar, sob a chefia do Engenheiro Capitão Belarmino de Mendonça Lobo.

Pela mesma época, foi criado o correio, construído o primeiro hotel, e montada a primeira serraria.

A 8 de novembro de 1889, foram demarcados os limites entre o Brasil e Argentina, em Pôrto União da Vitória.

Pelo Decreto n.º 54, de 27 de março de 1890, foi a freguesia elevada à categoria de vila, quando então foi criada a Intendência Municipal.

A primeira audiência do Juiz de paz verificou-se a 14 de fevereiro do ano seguinte.

A revolução de 1893 muitos prejuízos trouxe ao progresso da nova vila, paralisando seu comércio e lavoura. A coluna do general Gomercindo Saraiva, em 1894, passou em Pôrto União da Vitória, infundindo pânico na população, que fugia apavorada diante da expectativa de inevitáveis e cruéis combates.

Em 24 de agôsto de 1901, pelo Decreto n.º 312, é criado o distrito de Timbó.

Quatro anos depois se verifica a inauguração do trecho da estrada de ferro São Paulo—Rio Grande, compreendido entre Paulo Frontin e a vila. Nesse mesmo ano, em 1905, é a vila assolada por tremenda enchente do rio Iguaçu, ocasionando novos prejuízos ao comércio e à população.

Em 1906, a localidade recebe a visita do Presidente do Paraná, Dr. Vicente Machado. Também nesse ano o distrito de Timbó sofre um ataque dos índios botocudos que provocam terrível carnificina.

O Decreto n.º 25, de abril de 1908, criou a Comarca de Pôrto União da Vitória.

Exatamente um ano depois, chega à cidade o Presidente da República, Dr. Afonso Pena, a fim de inaugurar a estação "Presidente Pena".

O contrato para serviço de iluminação pública e particular da cidade é lavrado em 30 de dezembro do mesmo ano.

Com a agitada questão de limites entre Paraná e Santa Catarina, reuniu-se, em 1910, a Junta Governativa do Estado das Missoes que pretendia a autonomia da zona denominada "Contestado", no caso de uma solução desfavorável ao Estado do Paraná pelo Supremo Tribunal Federal.

Em junho dêsse ano é iniciado o serviço de construção da linha São Francisco, e a 17 de dezembro realizou sua primeira viagem o trem misto de Pôrto União da Vitória para Marcelino Ramos.

No Contestado", em 1912, os "Fanáticos" chefiados pelo monge José Maria, no seu fanatismo irrefletido matavam, desvastavam, incendiavam vilas e povoações, não poupando também S. João e Calmon, duas estações importantes da estrada de ferro São Paulo—Rio Grande.

Com tais acontecimentos, o progresso de Pôrto União d Vitória paralisou. Nela pairava sòmente a desolação da guerra.

Finalmente, em fevereiro de 1915, o general Setembrino de Carvalho dava por finda a campanha contra os fanáticos.

A 20 de outubro de 1916, feita a demarcação de limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, coube a êste a cidade de Pôrto União e àquele a de União da Vitória.

Em 1917, Santa Catarina entra em posse da região do Contestado. A 5 de outubro do mesmo ano, com a presença do Secretário-Geral do Estado de Santa Catarina, Dr. Fúlvio Aducci, tomam posse o primeiro Prefeito de Pôrto União, Dr. Cesar de Almeida e os primeiros conselheiros municipais.

A instalação do município procedeu-se a 5 de setembro de 1917.

O distrito foi criado pela Lei municipal n.º 3, de 15 de setembro do mesmo ano.

Esquina das Ruas Siqueira Campos e Matos Costa

A Comarca de Pôrto União foi criada pela Lei n.º 1 147, de 25 de agôsto de 1917, a mesma que criou o município, e instalada, também, a 5 de setembro do mesmo ano.

A 21 de março de 1918, o govêrno nomeou superintendente de Pôrto União, Euzébio Correia de Oliveira, que grandes melhoramentos realizou na cidade.

A 10 de janeiro de 1919, tomava posse o novo Prefeito do município Hermenegildo Aldo Marcondes e, a 19 de julho daquele ano, é plantado o marco divisório entre Paraná e Santa Catarina.

Em princípios do ano de 1926, passou pela cidade o Dr. Washington Luiz Pereira de Souza, presidente eleito do Brasil e meses depois o Bispo Dom Joaquim Domingues de Oliveira.

A Lei n.º 74, de 12 de julho de 1926, criou o distrito de Santa Cruz e, a 13 de abril de 1927, foi criado o distrito de Santelmo.

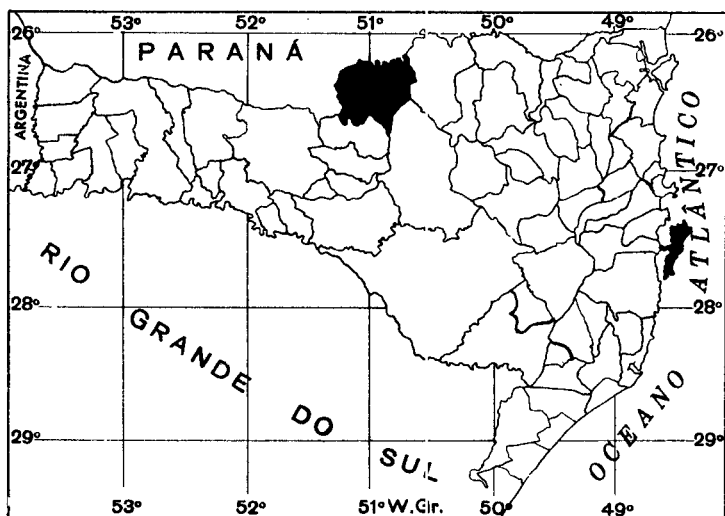
A 1.º de março de 1936, foi eleito prefeito constitucional Helmuth Müller, tendo sua posse se verificado a 14 de abril do mesmo ano. Sua administração distinguiu-se pelo grande impulso dado à instrução, pela consolidação da situação financeira, pelos melhoramentos urbanos, viação rural e fomento agrícola.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVO-JUDICIÁRIA — O quadro administrativo e judiciário, vigente em 1.º de março de 1958, estava assim constituído:

Comarca, Têrmo e Município: Pôrto União.

Distritos componentes: Pôrto União (sede), Calmon, Irineópolis, Matos Costa, Poço Prêto e Santa Cruz do Timbó.

A atual legislatura teve início em 1955, tendo sido eleito Prefeito, o Sr. Lauro Müller Soares e constituída a Câmara Municipal de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Pôrto União localiza-se na zona fisiográfica de Canoinhas, localizada à margem do rio Iguaçu. A cidade dista 293 quilômetros, em linha reta, da Capital do Estado, sendo a 47.ª entre as sedes municipais mais próximas de Florianópolis. Suas coordenadas geográficas são as seguintes: 26° 13' 46" de latitude sul e 51° 04' 54" de longitude oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal eleva-se a 753 metros do nível do mar, sendo a 55.ª em ordem crescente de altitude, em Santa Catarina.

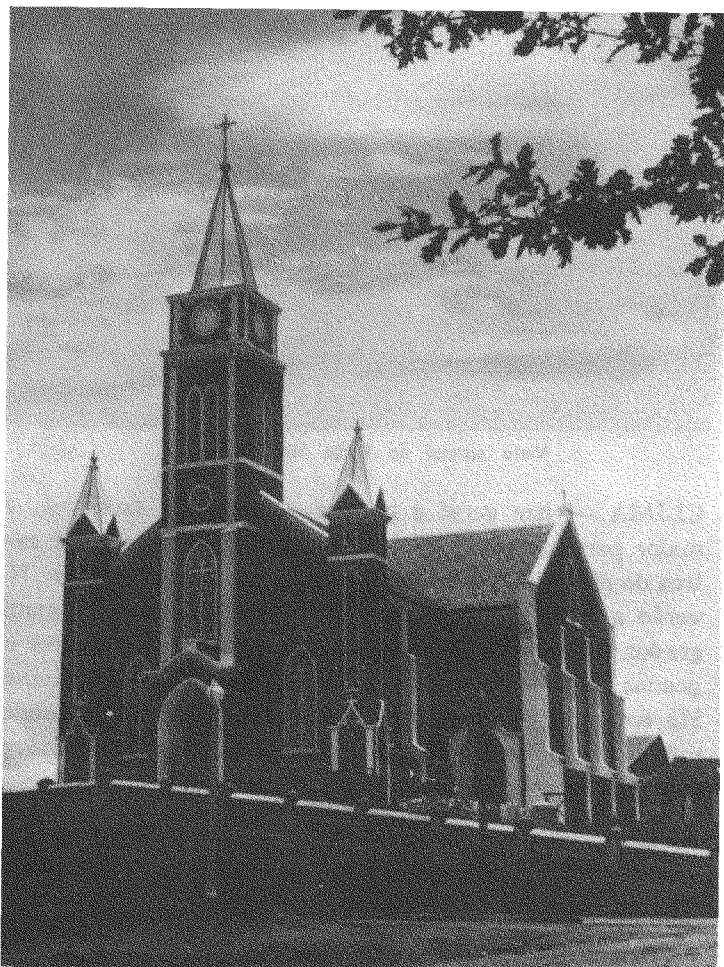
Vista parcial da Praça Hercílio Luz

CLIMA — Em geral é temperado e muito saudável. A maior parte do município se encontra a mais de 1 000 metros de altitude. As estações do ano são bem definidas. No verão a temperatura atinge, durante o dia, até 36° centígrados, refrescando à noite. No inverno são freqüentes as geadas. Nos campos de São Roque, as nevadas são comuns. Há em geral muita neblina. As chuvas têm ligeira predominância no verão, sendo a precipitação aquosa variável entre 1 500 e 2 000 mm.

ÁREA — A área municipal é de 2 588 quilômetros quadrado, sendo o 8.º município em extensão territorial no Estado.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — No município existem alguns rios navegáveis sendo os principais o rio Iguaçu e seu afluente Timbó. O primeiro é navegável de Pôrto União até Pôrto Amazonas, no Estado do Paraná, e o segundo de sua foz até as colônias de São Pedro. O rio Iguaçu tem a profundidade máxima de 3 metros. Outros acidentes geográficos: o salto Pintado, com 60 metros de altura, explorado; o salto Liso, com 30 metros de altura; o pico do Cêrro Pelado, o ponto mais alto do município, com 1 230 metros de altitude; o salto dos Pardos, com 70 metros de altura; o salto Cachoeira e o salto Areia, com 20 metros e 15 metros, respectivamente.

RIQUEZAS NATURAIS — As principais riquezas de origem mineral são as fontes de água mineral, encontradas principalmente em Irineópolis, e pedras e areia. No reino vegetal, constituem as principais riquezas a erva-mate e as madeiras em geral, destacando-se o pinho.

POPULAÇÃO — Segundo os dados do último Recenseamento Geral (1950), a população do município era de 24 601 habitantes. A composição populacional era a seguinte, quanto ao sexo e à côr: homens 12 677; mulheres 11 924, brancos 22 047; pardos 1 887; pretos 654; amarelo 1, e 12 não declararam a côr. Das pessoas de 15 anos e mais em número de 14 050, 5 015 eram solteiros, casados 8 375, viúvos 630, desquitados 15, e 15 não declararam o estado conjugal. Existiam 1 069 estrangeiros e 57 brasileiros naturalizados. Em religião, predominaram os que se declararam católicos romanos em número de 22 651. A densidade da população era de 9,5 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 58.º lugar em ordem crescente de densidade no Estado. Da população, 71,5% localiza-se na zona rural, sendo esta percentagem das menos elevadas no Estado, inferior à média da população ru-

Igreja-Matriz de N. S.ª das Vitórias

ral de Santa Catarina que é de 76,4%. Situa-se em 25.º lugar na relação dos municípios mais populosos do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 16.º lugar, em população.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Na mesma época eram três as aglomerações urbanas, do município: a cidade de Pôrto União com 5 405 habitantes (2 685 homens e 2 720 mulheres) e as vilas de: Matos Costa com 680 habitantes (356 homens e 324 mulheres) e Poço Prêto com 253 habitantes (144 homens e 109 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta sua economia, principalmente na indústria da madeira. A produção industrial atingiu, no ano de 1955, a .... Cr$ 48 035 730,00. A produção de pinho serrado, pranchões, tábuas, etc., atingiu no ano de 1955, a 36 848 m³, valendo Cr$ 28 935 980,00; seguindo-se madeira, exceto pinho serrado, tábuas (2 413 m³, no valor de ...... Cr$ 2 268 726,00); tecidos de algodão, inclusive mescla (105 650 m, no valor de Cr$ 1 690 400,00); pasta mecânica de madeira (592 450 kg, no valor de Cr$ 1 534 980,00); camas em geral de madeira com ou sem estofado (15 018 unidades, no valor de Cr$ 4 156 408,00).

Dos 37 estabelecimentos industriais, 17 dedicam-se à produção de tábuas e pranchões de pinho e 4 à produção de pasta mecânica.

A percentagem da população ativa na indústria é de 2%.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 20,08% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: milho, feijão (grão), arroz, trigo, batatinha, aipim, batata-doce, centeio, mandioca, amendoim com casca, abóbora, alho, tomate, cevada, aveia (grão); como culturas permanentes, temos: uva, pêssego, laranja, marmelo, maçã, bergamota, pêra, figo, limão, caqui.

O valor da produção agrícola, em 1957, foi de .... Cr$ 95 650 610,00.

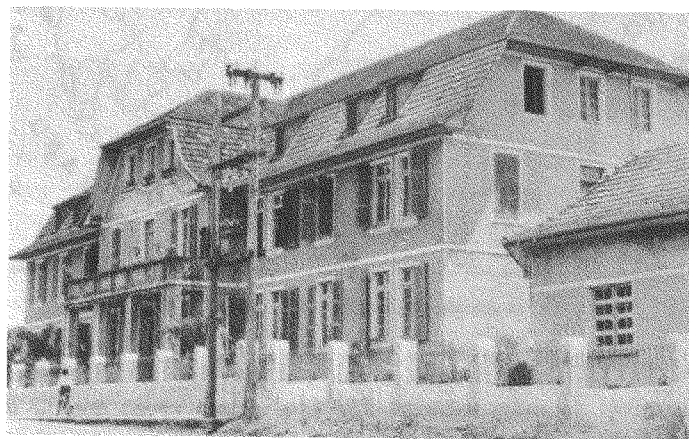
A população pecuária, no ano anterior àquele, estava avaliada em Cr$ 102 854 440,00.

Segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística relativa à produção extrativa no ano de 1957, os produtos mais explorados foram: de origem mineral: areia (19 000 toneladas, no valor de Cr$ 1 710 000,00); pedras para alicerce (15 870 m³, avaliadas em Cr$ 4 627 500,00); pedras para bueiros (12 700 unidades no valor de ...... Cr$ 215 900,00); de origem vegetal: carvão vegetal .... (91 800 kg, no valor de Cr$ 183 600,00); lenha (166 000 metros cúbicos, no valor de Cr$ 13 280 000,00), pasta mecânica (1 662 800 kg, no valor de Cr$ 6 891 200,00); de origem animal: couros (840 unidades, no valor de .... Cr$ 40 355,00).

A indústria de produtos transformados de origem animal atingiu em 1956, à soma de Cr$ 23 528 615,00, sendo os principais produtos, o leite (1 505 200 litros, no valor de Cr$ 10 259 200,00), a banha (115 900 kg, no valor de Cr$ 4 056 500,00) e ovos (274 400 dz., no valor de .... Cr$ 2 744 000,00).

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio de Pôrto União conta com 8 estabelecimentos atacadistas e 184 varejistas. No ramo bancário funcionam a Agência do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO) e o Banco Catarinense Sociedade Cooperativa Central de Crédito Agrícola. Funciona também na sede uma Agência da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Servem ao município 7 emprêsas rodoviárias: (duas exclusivamente para cargas) e uma rodoviária da Viação Férrea Paraná—Santa Catarina. Linhas aéreas dos "Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul, Real e Varig" ligam o município com todo o país.

A cidade dista da Capital do Estado e das sedes municipais vizinhas as seguintes quilometragens, por meio de rodovia: 557 km até Florianópolis, 104 km até Caçador, 291 km até Curitibanos, 110 km até Canoinhas, 40 km até Paulo Frontin, 145 km até Palmas e 0 (zero) km até União da Vitória, as três últimas no Estado do Paraná.

Hospital São Braz

Por linha férrea, dista 129 km de Caçador e 140 km de Canoinhas.

Na cidade de Pôrto União funcionam uma Agência Postal Telegráfica, do Departamento dos Correios e Telégrafos; uma Agência Telefônica e uma Telegráfica, da Viação Férrea Paraná—Santa Catarina; uma Estação Radiotelegráfica, da Polícia Militar do Estado; uma do 2.º Batalhão de Engenharia e uma da Viação Aérea Riograndense (VARIG), e uma Agência Telefônica de uso público da Companhia Telefônica Catarinense.

No interior do município funcionam 4 Agências Postais e 2 Postais Telefônicas do Departamento dos Correios e Telégrafos e 14 Estações Telegráficas e Telefônicas da Viação Férrea Paraná—Santa Catarina.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Pôrto União situa-se em pitoresca e encantadora colina às margens do rio Iguaçu. A vista que se descortina do morro da Cruz constitui espetáculo empolgante do qual sobressai o rio Iguaçu, com suas belas praias, inúmeras cachoeiras e cascatas, e, circundando quase todo o morro, encontram-se as famosas "Grutas dos Jesuítas". No alto do mesmo se eleva a célebre Cruz, ali colocada pelo famigerado monge José Maria. Dos 50 logradouros públicos existentes na cidade, 7 são totalmente pavimentados e 4 apenas parcialmente. Dispõe de iluminação elétrica, da qual já foram efetuadas 1 044 ligações domiciliares.

Modernas construções embelezam a cidade. São os principais edifícios a Igreja Matriz, a Prefeitura Municipal, o Grupo Escolar "Prof. Balduino Cardoso", o Hospital de Caridade São Braz, o Pôsto de Puericultura "Otávio Miranda Rocha", o Instituto de Educação Santos Anjos, o Subposto de Saúde, os edifícios Targa (com 5 pavimentos), Lona, Winter, Corrêa e outros.

A cidade conta com 6 hotéis.

A população urbana é de 5 405 habitantes, sendo a 16.ª cidade entre as mais populosas de Santa Catarina.

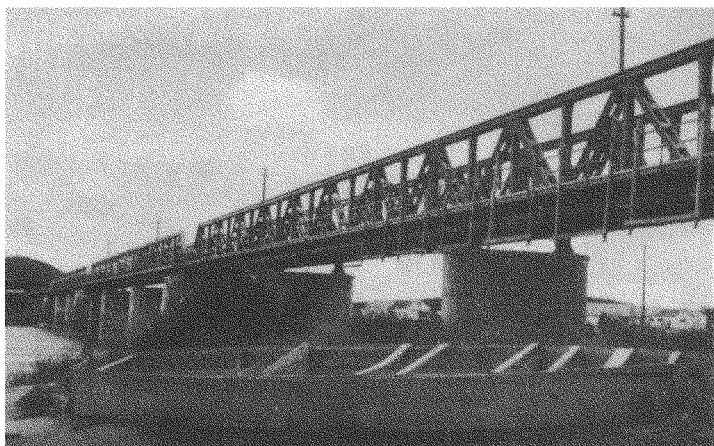
ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Para assistência hospitalar, o município dispõe de 1 hospital, 1 pôsto de puericultura e 1 subposto de saúde.

Quatro médicos, 8 dentistas, 6 farmacêuticos e 6 auxiliares de saúde prestam serviços à população.

Cinco são as farmácias existentes.

COOPERATIVISMO — Funcionam na cidade as seguintes cooperativas: Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada — Caixa Agrícola de Pôrto União, instalada em 1931, com 201 sócios; a Cooperativa de Produtores de Mate — Pôrto União Limitada, instalada em 1943, com 545 sócios, e uma Agência do Banco Catarinense — Sociedade Cooperativa Central de Crédito Agrícola — Surrati, instalada em 1956, com 219 associados.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950, constatou a existência de 20 448 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 12 695, ou seja, 62% sabiam ler e escrever. Dêsse total 6 917 eram homens e 5 778 mulheres. Na sede municipal, das 4 695 pessoas de cinco anos e mais, 3 792 sabiam ler e escrever, sendo 1 955 homens e 1 837 mulheres.

Ensino — Em 1956 funcionaram na cidade e no resto do município 82 unidades de ensino primário geral, com matrícula efetiva, de 3 465 alunos, assim distribuídos: pré-primário infantil (2 unidades) com 68 alunos, fundamental comum (76 unidades) com 3 271 alunos, fundamental supletivo (1 unidade) com 92 alunos e complementar (3 unidades) com 34 alunos.

Ponte ferroviária da E.F. Paraná—Santa Catarina, que liga os dois Estados

No tocante a ensino extraprimário, funcionaram no município os seguintes estabelecimentos: Ginásio "São José" (curso ginasial), Instituto de Educação "Santos Anjos" (cursos ginasial e normal), dois Cursos Normais Regionais, um de Datilografia e um de Música.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem no município 4 associações culturais, tôdas dedicadas às atividades desportivas, destacando-se o Grêmio Esportivo Pôrto União (ginástica e atletismo).

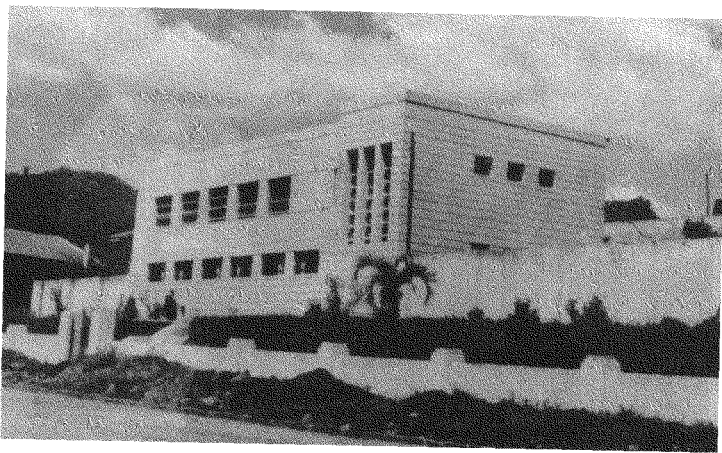
Na cidade funciona o Cine Odeon, com 935 poltronas e uma estação radiodifusora, a Rádio Colméia Limitada.

Três jornais circulam periòdicamente: o "Comércio", a "A Fôlha" e "A Voz do Iguaçu".

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	2 121	2 460	1 882	1 280	1 831
1951	2 642	3 193	2 429	1 714	2 253
1952	3 930	3 844	2 799	1 648	2 465
1953	5 702	2 282	3 116	1 845	3 199
1954	4 500	6 690	3 140	1 937	3 342
1955	7 415	9 155	3 862	2 265	3 627
1956	10 947	13 033	5 313	2 593	4 667

MONUMENTOS HISTÓRICOS — Dois monumentos, na cidade, relembram datas e vultos históricos. Um erigido em homenagem ao Dr. João Pessoa, à entrada da Avenida do mesmo nome, foi inaugurado em 5 de outubro de 1931. Consiste de uma coluna de estilo coríntico, ligeiramente cônica, com belíssimo capitel de fôlhas de acanto, encimado por uma figura alegórica, representando o Anjo da Vitória. A coluna repousa sôbre artístico pedestal. A frente principal da base está colocado um belo alto relêvo com busto do eminente brasileiro. O monumento mede 10,30 metros de altura.

O outro monumento, inaugurado em 30 de novembro de 1946, é dedicado a Olavo Bilac. Consta de um busto de bronze dêsse brilhante poeta brasileiro, sôbre pedestal quadrangular. Duas placas com as inscrições "Homenagem das crianças de Pôrto União, a Bilac" e "Ama com fé e orgulho, a terra em que nasceste", completam a obra.

Cadeia Pública

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A paróquia de Nossa Senhora das Vitórias prega o culto católico romano. Dispõe de 5 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, 32 capelas públicas e 4 semipúblicas.

Do culto protestante fazem parte a Igreja Evangélica Luterana São Paulo, a Igreja Batista de Pôrto União, 2 Igrejas Batistas do 7.º Dia, a Igreja Metodista do Brasil, a Igreja Luterana de Santa Cruz do Timbó, a de Pôrto União e a de União da Vitória, esta com 3 Igrejas.

O culto Espírita é pregado em 2 centros.

As manifestações folclóricas mais conhecidas são o "Terno de Reis" o "Pão por Deus" e os "Desafios".

As principais efemérides do município são: 24 de junho, em que se comemora o dia de São João Batista, padroeiro do lugar e o dia 13 de abril, de instalação do município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Pôrto União recebem o nome de "Pôrto Unionenses".

O nome primitivo foi "Pôrto União da Vitória", cuja origem vem do seu pôrto fluvial, de desembarque fácil e boa aguada, e por ser ponto de união, da junção dos que cruzavam a região. Vitória, deve-se ao fato de ser sede de um entreposto. Posteriormente, após o término da questão de limites entre os Estados de Santa Catarina e Paraná, a cidade foi dividida, tendo como limites o leito ferroviário da Estrada de Ferro Paraná—Santa Catarina.

Assim, a parte paranaense passou a chamar-se União da Vitória, e o lado catarinense, simplesmente, Pôrto União.

O fato deu-se no ano de 1916.

O eleitorado do município em 1958 era de 7 097 eleitores.

O Município é sede de Comarca e Têrmo.

Em 1946 foram encontrados fósseis de um dinosauro ou brontosáurio, nas encostas da Serra Chata, no distrito de Irineopólis que estava encoberto em terreno banhado, o qual só depois foi escavado particularmente e transportado para Curitiba, para o Museu Paranaense.

O número de veículos existente no município, em 31-12-1957, era o seguinte:

a) Veículos a motor: automóveis 88, jipes 30, ônibus e micro-ônibus 6, camionetas 54, motociclos 7, caminhões 160 e tratores 10.

b) Veículos a fôrça animada: carros de 2 ou 4 rodas 15, bicicletas 801, carroças de 4 rodas 408.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

PRESIDENTE GETÚLIO — SC

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — Primitivamente, chamou-se "Neu Zürich", em homenagem aos seus primeiros colonizadores, na sua maioria procedentes da Suíça.

Segundo a tradição, a primeira penetração no território de Presidente Getúlio foi feita pelo Engenheiro da Sociedade Colonizadora Hanseática, Dr. Wettstein, que, chefiando um grupo de emigrantes, na sua quase totalidade de origem suíça, ali chegou, no dia 1.º de junho de 1904, com a finalidade de fundar uma colônia agrícola, recebendo a colônia, na ocasião, o nome de Neu Zürich.

Em face à malária e aos contínuos ataques dos índios botocudos, em 1909, a povoação ficou reduzida a apenas um único sobrevivente, de nome Guilherme Goebel, natural da cidade alemã de Breslau. Nesse ano, porém, chegaram novos colonos, já naturais do Brasil e a nova colônia, graças ao denôdo de seus novos colonizadores e a fertilidade de seu solo, experimentou uma fase de franco progresso.

Principiou, então, para a povoação, um desenvolvimento mais rápido facultado, em grande parte, pela pacificação dos silvícolas, realizada pelo Sr. Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, funcionário do Serviço Brasileiro de Proteção aos Índios.

Em 1914, o então Diretor da Sociedade Colonizadora Hanseática, Sr. José Deeke, deu à povoação o nome de Nova Breslau, em homenagem ao último sobrevivente da primeira colonização.

O Decreto estadual n.º 498, de 17 de fevereiro de 1934, criou o município de Ibirama, sob a denominação de Dalbérgia, desmembrado do município de Blumenau, com sede na localidade do mesmo nome. O Decreto estadual n.º 516, do dia 27 de fevereiro de 1934, criou o distrito de Presidente Getúlio, também sob a denominação de Dalbérgia, constituindo-se, por êsse motivo, em Sede do então município de Dalbérgia, instalado no dia 11 de março de 1934, tendo sido investido do cargo de Prefeito Provisório do município o Sr. Leopoldo Monich.

Diz Ibá Goytacazes dos Reis — o primeiro Secretário da Prefeitura Municipal de Dalbérgia — que a sede do município de Dalbérgia, até fins do mês de setembro de 1934, instalou-se no distrito de Hamônia, atual Ibirama, sendo transferida para o distrito de Dalbérgia, atual

Prefeitura Municipal

Vista parcial da cidade

Presidente Getúlio, em princípios de outubro do mesmo ano, onde permaneceu até meados de maio de 1935.

Com a transferência da Sede do município de Dalbérgia para o distrito de Hamônia, pelo Decreto estadual n.º 1, de 7 de maio de 1935, Presidente Getúlio passou a ter a denominação anterior, isto é, Nova Breslau, conforme Decreto estadual n.º 7, de 16 de maio de 1935.

O Decreto estadual n.º 86, de 31 de março de 1938, mudou o nome do distrito de Nova Breslau para o de Getúlio Vargas, sendo a sua sede elevada à categoria de Vila.

As disposições da legislação federal, relativas à duplicidade de nomes de cidades e vilas brasileiras, atingiu a então vila de Getúlio Vargas, a qual, por efeito do Decreto-lei n.º 941, do dia 31 de dezembro de 1943 — que fixou a Divisão Administrativa e Judiciária do Estado de Santa Catarina — passou a ter a denominação de Presidente Getúlio, desde o dia 1.º de janeiro de 1944.

Em 1953, face ao crescente progresso apresentado pelo distrito, foi êste elevado à categoria de município, desmembrado de Ibirama, tendo sua instalação ocorrido no ano seguinte, a 10 de fevereiro.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito foi criado pelo Decreto estadual n.º 516, de 27 de fevereiro de 1934, sob a denominação de Dalbérgia. Pelo Decreto estadual n.º 7, de 16 de maio de 1935, passou a ter a denominação de Nova Breslau, com sede no povoado do mesmo nome. Instalado a 14 de maio de 1935. Passou a ter a denominação de Getúlio Vargas, pelo Decreto-lei n.º 86, de 31 de março de 1938, quando a sua sede foi elevada à categoria de vila.

Vista parcial da Rua Curt Hering

Por fôrça do Decreto-lei n.º 941, de 31 de dezembro de 1943, que fixou a Divisão Administrativa e Judiciária do Estado, mudou a denominação do distrito para Presidente Getúlio.

O Município foi criado pela Lei n.º 133, de 30 de dezembro de 1953, ocorrendo sua instalação a 10 de fevereiro do ano seguinte.

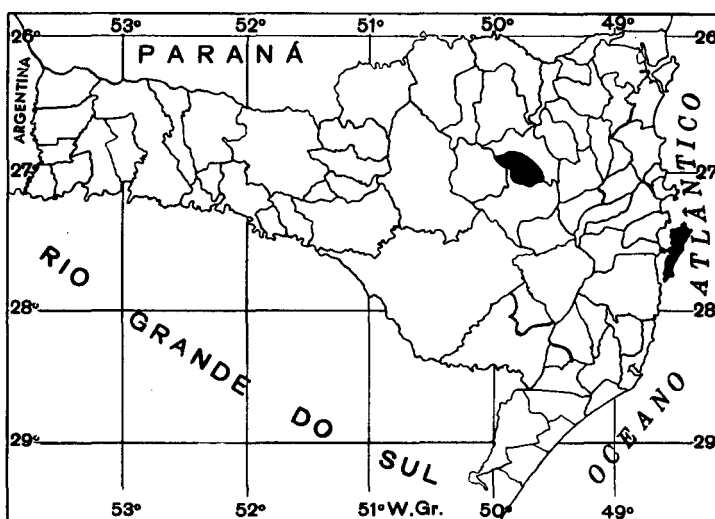
O Município pertence à Comarca e Têrmo de Ibirama.

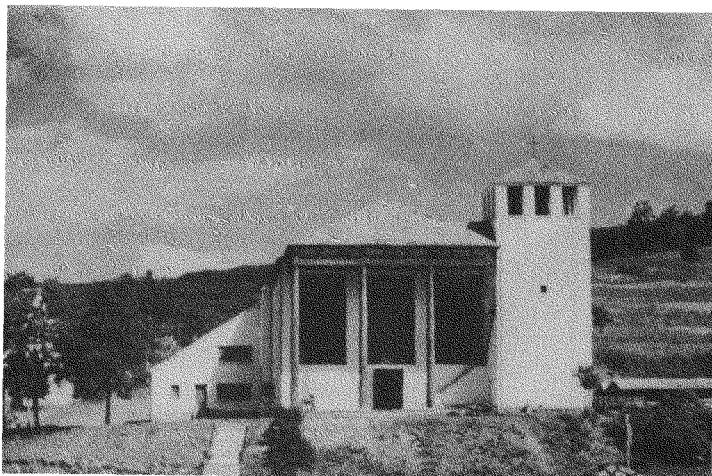
O seu quadro administrativo, em 1.º-III-958, era o seguinte:

Município: Presidente Getúlio.

Distritos componentes: Presidente Getúlio (sede), Gustavo Richard, Mirador e Witmarsum.

A atual legislatura teve início em 1954, tendo sido eleita Prefeito, a Senhora Cecília Ax e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Presidente Getúlio localiza-se na zona fisiográfica da Bacia do Itajaí. A cidade fica a 122 km em linha reta da Capital do Estado e possui as seguintes coordenadas geográficas: 27º 02' 00" de latitude sul e 49º 38' 00" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 250 metros na sede municipal, sendo o 36.º em ordem crescente de altitude, no Estado de Santa Catarina.

Igreja-Matriz de N. S.ª do Rosário

CLIMA — Em geral quente e úmido. No verão, a temperatura se eleva, muitas vêzes, a 37°C e mais; no inverno cai, aproximadamente 10°C. As chuvas predominam no verão, com fortes trovoadas, variando as precipitações anuais entre 1 400 e 2 000 mm.

ÁREA — A área do município é de 617 km², figurando em 54.º lugar, em relação às áreas das demais comunas.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Krauel, que serve de divisa com o município de Ibirama, Rio dos Índios, Rio Dona Ema, divisa com o município de Taió e Ribeirão Tucano — Cachoeiras do Rio Krauel (com 4 metros de altura — aproveitada), do Rio dos Índios (com 8 metros de altura — aproveitada), do Rio Dona Ema (4 metros de altura, aproveitada).

Serra do Mirador que avulta em todos os distritos do município, apresentando alguns picos destacados como: Krauel (760 m), Cambará (760 m), Tatêto (740 m) e Índios (750 m).

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) De origem mineral — Pedras para construção e para pavimentação de estradas, barro para olarias. b) De origem vegetal — Madeiras de lei e de qualidade como cedro, canela, peroba, imbuia, etc. c) De origem animal — Animais silvestres e peixes.

POPULAÇÃO — A população de Presidente Getúlio, segundo o Recenseamento de 1950, era de 14 053 habitantes.

A densidade era de 22,7 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 32.º lugar no Estado. Localizam-se no quadro rural 91,2% da população, sendo esta percentagem das mais elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina que é de 76,4%. Situa-se em 47.º lugar com relação à população dos municípios do Estado.

A cidade todavia ocupa o 58.º lugar em população, em relação às demais cidades do Estado.

Segundo estimativas do Departamento Estadual de Estatística, a população referente ao ano de 1958 é de 15 706 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Ainda com base nos resultados do Censo de 1950, as aglomerações urbanas existentes em Presidente Getúlio eram a cidade de Presidente Getúlio com 865 habitantes (430 homens e 435 mulheres) e as vilas de Gustavo Richard com 206 habitantes (109 homens e 97 mulheres) e Mirador com 119 habitantes (60 homens e 59 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu, no ano de 1955, Cr$ 14 952 828,00.

O município assenta sua economia, principalmente, na agricultura. A produção de fécula de mandioca, atingiu, no ano de 1955, 1 638 109 kg, valendo Cr$ 5 881 511,00, seguindo-se refrescos e refrigerantes guaranás, soda, etc. (240 683 litros, no valor de Cr$ 1 483 432,00); biscoitos inclusive bolachas (61 052 dúzias, no valor de .... Cr$ 1 471 072,00); banha de porco refinada ou não (45 345 kg no valor de Cr$ 1 352 290,00); lingüiças e salsichas não enlatadas (42 755 kg, no valor de .... Cr$ 1 247 250,00).

Dos 13 estabelecimentos industriais, 4 dedicam-se à produção de fécula de mandioca e 1 à produção de banha, salsicharias e carne.

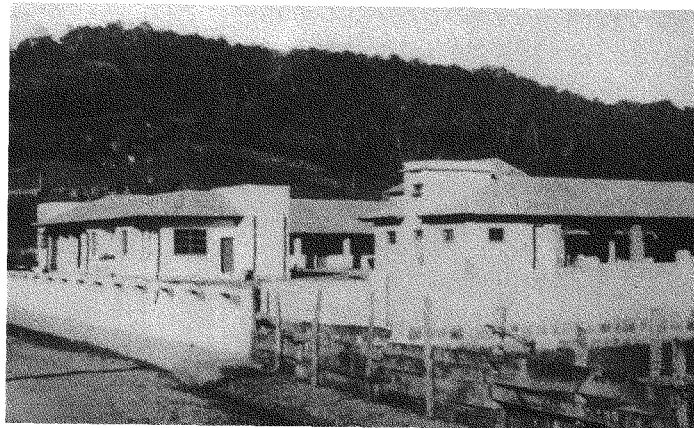
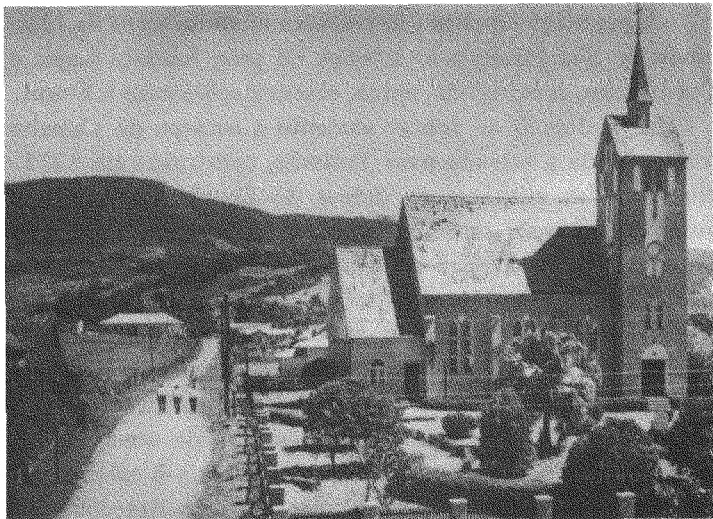
Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 26,05 estão ocupadas no ramo "Agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: milho, aipim, fumo em fôlha, mandioca, feijão (grão), batatinha, cana de forragem, batata-doce, arroz, cana-de-açúcar, abóbora, melancia, alho, amendoim com casca, cebola, alfafa, abacaxi; como culturas permanentes, temos: bergamota, laranja, uva, pêra, figo, banana, abacaxi, maçã, pêssego, limão e caqui.

O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 28 165 860,00.

O valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de Cr$ 141 121 300,00.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957:

a) de origem mineral: barro ou argila (2 100 toneladas, no valor de Cr$ 63 000,00); telhas (405 milheiros, no valor de Cr$ 864 000,00); pedras para alicerce (790 m³, no valor de Cr$ 185 600,00);

b) de origem vegetal: carvão vegetal (47 900 kg, no valor de Cr$ 23 950,00); lenha (86 000 m³, no valor

Grupo Escolar Gustavo Capanema

Igreja Evangélica Gustavo Adolfo

de Cr$ 5 100 000,00); madeira (20 900 m³, no valor de Cr$ 14 220 300,00);

c) de origem animal: carne de animal silvestre (212 kg, no valor de Cr$ 3 912,00); cola animal (14 000 kg, no valor de Cr$ 532 000,00); peixe fresco (5 690 kg, no valor de Cr$ 78 698,00).

No tocante a produtos transformados ou não de origem animal, a produção atingiu em 1956 o valor de Cr$ 46 043 580,00, sendo os principais produtos: leite (10 500 000 litros, no valor de Cr$ 31 500 000,00); banha (110 200 kg, no valor de Cr$ 4 232 000,00); ovos (170 000 dúzias, no valor de Cr$ 1 820 000,00).

COMÉRCIO — Em todo o município contam-se mais de setenta estabelecimentos comerciais (5 atacadistas e 74 varejistas).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 3 emprêsas rodoviárias para passageiros e uma (1) para passageiros e cargas.

Dista a cidade cêrca de 313 km da Capital Estadual por meio de rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por meio de rodovia: 14 km até a cidade de Ibirama, 11 km até a de Taió e 55 km até Rio do Sul.

Na cidade funciona uma Agência Postal Telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma Agência Telefônica de uso público e uma de uso particular da Companhia Telefônica Catarinense.

No restante do município funciona uma Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Presidente Getúlio tem 865 habitantes, sendo a 58.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina.

É servida de luz elétrica com 301 ligações domiciliares. Os principais edifícios são: Igreja Matriz "Nossa Senhora do Rosário", Prefeitura Municipal, Hospital e Maternidade Maria Auxiliadora e Hospital Santa Cruz, Igreja Evangélica "Gustavo Adolfo", Grupo Escolar "Gustavo Capanema".

A cidade conta com 4 hotéis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica no município é prestada à população por 4 médicos, 2 dentistas, 3 farmacêuticos e 2 auxiliares de saúde.

Servem à população, 3 hospitais com assistência médica em geral.

Existem 4 farmácias no município.

ENSINO — Em 1956 funcionaram na cidade e no resto do município, 37 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 2 044 alunos, assim distribuídos: Pré-primário Infantil, 1 unidade, com 50 alunos; Fundamental Comum, 34 unidades, com 1 976 alunos e Complementar, 2 unidades, com 18 alunos.

No tocante a ensino extraprimário, funcionou no município o Curso Normal Regional "Professor Helio Moritz".

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Das 20 associações culturais e desportivas, 16 dedicam-se às atividades desportivas e as 4 restantes a atividades artísticas.

A cidade possui um cinema, o Cine "Sonho Azul", com 200 lugares.

Um jornal, "O Idealista", de periodicidade quinzenal, e uma livraria existem na cidade.

Hospital Santa Cruz

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954 (2)....	750	2 254	927	892	920
1955.......	840	3 206	1 835	996	1 653
1956.......	1 200	4 247	2 136	1 204	2 091

(1) Dados Estimados.

(2) O município foi instalado em 1954.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As principais manifestações religiosas são: a Festa de Nossa Senhora do Rosário (padroeira do município), que se realiza na cidade, no primeiro domingo de outubro; a de Cristo Rei, na vila de Gustavo Richard, no último domingo de outubro; a de São Roque, na vila de Mirador, no dia 16 de agôsto. Outra manifestação, porém de caráter popular, é a festa dedicada ao "Dia do Colono", comemorada em todo o município no dia 25 de julho. Êsses festejos, tanto religiosos como populares, são de grande animação e bastante concorridos, movimentando a população de todo o município.

No tocante a cultos, registra-se:

Culto Católico Romano: Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Presidente Getúlio, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz e 17 capelas públicas.

Culto Protestante: Comunidade Evangélica Luterana de Presidente Getúlio, com 11 Igrejas. Comunidade Evangélica de Presidente Getúlio, com 9 Igrejas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Presidente Getúlio recebem o patronímico de "Getulienses".

Essa denominação foi dada em homenagem ao ex-Presidente Dr. Getúlio Dorneles Vargas.

O município pertence à Comarca e Têrmo de Ibirama.

Seu eleitorado, em 1958, era de 4 229 eleitores.

Em 1957, havia no município os seguintes veículos:

a) Veículos a motor: Automóveis — 12, jipes — 3, ônibus e micro-ônibus — 3, camionetas — 26, motociclos — 10, caminhões — 71 e tratores — 3.

b) Veículos a fôrça animada: Carros de 2 ou 4 rodas — 72, bicicletas — 800, carroças de 4 rodas — 559.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

RIO DO SUL — SC

Mapa Municipal no 10.° Vol.

HISTÓRICO — A colonização do território catarinense processava-se, no curso do século XVIII, em direções paralelas, pelo litoral e planalto, sem ligação entre as duas correntes. No litoral, os estabelecimentos vicentistas e açorianos haviam espalhado a população que entre si se comunicava por mar, ou por caminhos em que, não raro, o mar completava a estrada que faltava. A oeste, a serra do mar se erguia como barreira.

A população que se estabelecera além da serra do Mar, vinda de São Paulo pelo interior do país, fundara Lajes e Curitibanos, construindo, então, comunicações com o litoral.

A facilidade de vencer sòmente a escarpa do planalto fêz preferida a estrada para Tubarão, construída em 1771. Necessidades militares da defesa do Destêrro levaram as autoridades, mais tarde, a procurar a ligação direta com Lajes, vencendo a serra do Mar e, após, a serra Geral, disseminando a população ao longo dessa estrada.

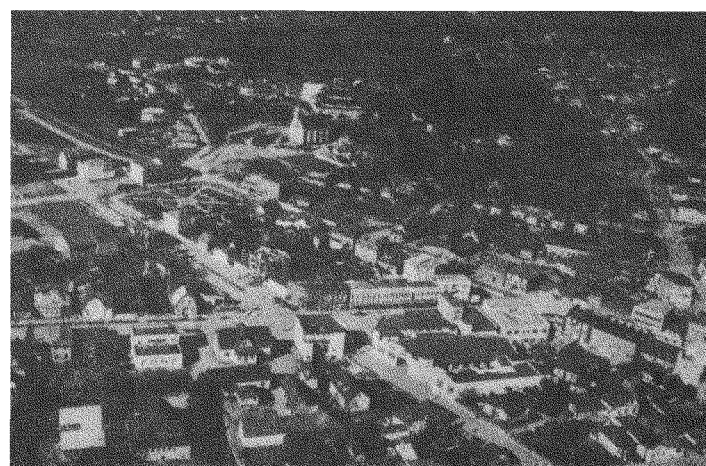
O estabelecimento, em 1850, dos imigrantes alemães que iniciaram a colônia de Blumenau, aumentou o povoamento do litoral ao norte da capital da província, e o seu desenvolvimento fêz sentir a necessidade de novas comunicações com o planalto. A iniciativa caberia à colônia que se estreiava em sua vida econômica, visto as ligações anteriores bastarem ao planalto e ao litoral-sul. A estrada de Tubarão, dada a sua distância, não podia ser usada nas novas transações com o planalto. A de Destêrro, mais próxima, tornava necessária a perda de considerável espaço de tempo de viagem pelo litoral até alcançar o início da estrada. Era fatal, pois, a escolha do curso do Itajaí-Açu, que descia da serra do Mar, para efetuar-se a comunicação com os centros povoados do interior do país. Outras vantagens apresentava essa estrada: servir à própria colônia que se desenvolvia, conquistando as terras que se encontravam rio acima.

Em 1863, o engenheiro Emílio Odebrecht, da colônia Blumenau, subiu o rio Itajaí-Açu, até à confluência dos rios Itajaí do Sul e Itajaí do Oeste. Em seu diário não acusou a existência de habitação humana além da barra do rio Benedito, onde hoje se ergue a cidade de Indaial.

Essa primeira expedição nenhum fruto produziu, além do conhecimento do território. No ano seguinte, o mesmo engenheiro, tendo feito uma expedição a Lajes e Curitibanos, obteve os elementos necessários para proceder à exploração de um picadão que ligasse Blumenau a Curitibanos. Sòmente em 1867, Emílio Odebrecht tornou a passar pelo território de Rio do Sul, deixando após sua passagem, a picada que, em 1874, se transformou no picadão de cargueiro que durante muitos anos, foi a única ligação de Blumenau com o planalto.

O povoamento foi mais demorado.

Entre Blumenau e Rio do Sul havia grandes áreas à espera do trabalho fecundo do colono.

A primeira corrente de povoamento, que subiu o picadão construído por Emílio Odebrecht, já habitava o vale do rio Itajaí-Açu antes da fundação da colônia Blumenau.

Vista parcial aérea da cidade

Às margens dos ribeirões Velha, Garcia, Itoupava e outros eram povoadas. Com o estabelecimento da colônia de imigrantes alemães, a população já estabelecida ficou na vizinhança do núcleo, até que o desenvolvimento dêste obrigou aos sertanejos a procurar outras terras. Os imigrantes compravam as benfeitorias, que constavam de simples rancho de pau-a-pique, e o antigo morador fazia outra "posse" ou "prosperidade", como designava a sua morada, mais acima. O contínuo aumento da população da colônia ocasionava o movimento dessa massa de sertanejos para as terras ainda não ocupadas. Uma parte foi subindo constantemente o curso do Itajaí-Açu, pelo picadão de Curitibanos.

Em 1878, alguns colonos italianos tentaram fixar-se na Serra do Mar, acima da localidade denominada Subida. A malária, endêmica nessa região, fêz os colonos abandonarem as terras e dirigirem-se para Aquidabã.

O desenvolvimento das comunicações entre Curitibanos e Blumenau fêz necessário, em 1892, o estabelecimento de uma balsa sôbre o rio Itajaí do Sul, onde êste se encontra com o Itajaí do Oeste. Os sertanejos, vindos do baixo Itajaí-Açu, paravam nesse ponto, e depois continuavam, internando-se sempre, subindo os rios que ofereciam mais terras à ocupação.

Os colonos, encontrando a serra do Mar, não seguiram os sertanejos de perto. A história da entrada dos colonos de Blumenau, é a história das estradas de rodagem. Sem estas, os descendentes daqueles imigrantes não se afastavam da antiga colônia, aventurando-se nos caminhos de cargueiros sòmente quando suas terras ficavam perto da estrada carroçável.

A estrada de rodagem que, de Blumenau, subia o Itajaí-Açu, alcançou Lontras em 1894. Por êle subiram os colonos, comprando as terras que lhes media a Companhia Torrens. As outras correntes de povoamento surgiram em 1910, com a construção da estrada de Barracão pelo vale do rio Itajaí do Sul e, em 1919 e 1921, com as construções das estradas de Lajes e Taió.

Em 1893, desenvolviam-se as lutas sangrentas contra o govêrno do Marechal Floriano. As fôrças revolucionárias de Gumercindo Saraiva, vindas do Estado do Rio Grande do Sul, invadiram Santa Catarina, seguidas pelas tropas dos generais Rodrigues Lima, e Pinheiro Machado, travando encontro no planalto, enquanto o litoral, revôlto, onde se instalara o govêrno rebelde, se entregava à guerra fratricida. Gumercindo Saraiva, perseguido pela divisão legalista, empreendeu uma retirada "na extensa picada de 36 léguas, que terminava na colônia de Indaial".

Nestas poucas palavras em que o historiador descreve a retirada de Gumercindo Saraiva, encontramos a situação do território que hoje constitui o município de Rio do Sul. Nada mais era do que mataria atravessada por uma picada.

Os revolucionários ansiosos que se retiravam, e os legalistas que os perseguiam, desceram a serra Geral e penetraram no vale do rio Itajaí do Oeste, sem encontrar espectadores para o drama que representavam. Viam sòmente florestas densas, lançando sombras sôbre o picadão palmilhado, que se fechavam como se protegessem o exército em retirada, e se abriam como se viessem em auxílio aos perseguidores.

Êsses soldados, exaustos da refrega e da marcha, encontraram em Pouso Redondo um estabelecimento de colono. Após outros dias de marcha, passando, de longe em longe, por choças de sertanejos que subiram o Itajaí-Açu desde Blumenau, viram o primeiro agrupamento de três míseras choupanas que ensaiavam a fundação de uma cidade. Uma era a casa do balseiro; outra, o hotel onde se permitia que os tropeiros descansassem, comendo os alimentos que trouxessem e dormindo nos pelegos da montaria, e a última, a casa de um lavrador que se estabelecera perto das duas primeiras que encontrara.

Praça Hemembergo Pelizzetti

Depois de ver as águas dos rios Itajaí do Sul e Itajaí do Oeste fundirem-se em um único rio, a soldadesca lançou-se pelo picadão quase desabitado, cuja monotonia raramente era cortada por algum rancho, e de Lontras para baixo, por esparsas casas de colonos que ali se estabeleceram. A pequena população dêsse território, perdida nas matas, sem contato entre si e desconhecendo inteiramente o que se passava fora das clareiras que abrira na floresta, fitava espavorida essas vagas de homens armados.

O progresso, dessa época em diante, foi lento.

A estrada de rodagem que alcançou Lontras, em 1894, aumentou aí o povoamento, que passou a ser o mais importante da região. A entrada de lavradores era pequena. O estabelecimento da primeira casa comercial, na formação do rio Itajaí-Açu, onde a povoação recebeu o nome de Bela Aliança, em 1903, constituiu um marco indicativo do aumento da população. O lugar, contudo, não diferia de muitos outros do antigo município de Blumenau.

Na primeira década do século XX, ofereciam mais possibilidade de se tornarem cidades os povoados que se formaram nas barras dos rios Lontras e Matador, do que na união dos dois braços do Itajaí. Em 1905, por exemplo, enquanto a futura cidade de Rio do Sul, contava com 8 edificações, Matador possuía 12 e Lontras 20. Em todos êsses povoados, porém, não havia qualquer característico de vida urbana. Tôda a região era simplesmente uma parte da vasta zona agrícola do distrito de Indaial. O hiato que representava a serra do Mar não se fazia sentir, visto existirem outros mais acima.

O início de uma vida social independente da de Blumenau surgiu em 1908, quando o Govêrno do Estado construiu a estrada de rodagem que sobe o curso do rio Itajaí do Sul. Esta obra aumentou consideràvelmente a população, atraída pelos trabalhos na estrada, a cuja margem se fixaram os trabalhadores após terminada esta. A construção da estrada de Trombudo, em 1911, tornou Bela Aliança o cruzamento de duas rodovias. Constituiu-se, então, um

Igreja-Matriz Municipal

núcleo de população quase contínuo, desde Lontras, pelas margens do rio Itajaí-Açu e seus formadores. Vazio, indicando a formação de uma nova comunidade, o espaço da serra do Mar passou a ser o limite entre o povoamento do alto e do baixo Itajaí-Açu.

Até 1910, o movimento de população para as terras banhadas pelos rios Itajaí do Sul e Itajaí do Oeste não era grande. Os selvagens amedrontavam os lavradores. Os trabalhos de catequese do Govêrno Federal, de que resultou o aldeiamento dos indígenas no vale do rio Plate, hoje no município de Hamônia, fêz desaparecer êste entrave.

As correntes de povoamento intensificaram-se. Da antiga colônia Blumenau, de núcleos como Testo, afluiu a população, que foi ocupar os vales dos rios servidos pelas novas estradas, assim como outros em suas proximidades.

As razões dêsse movimento foram o alto preço das terras nas colônias já formadas. Lá, o agricultor possuía maiores recursos, porém as famílias numerosas não poderiam manter o mesmo padrão de vida dentro de um mesmo lote, quando os filhos dos velhos colonos constituíssem família. Urgia que alguns se estabelecessem fora da propriedade em que se criaram. Sendo excessivo o preço das terras, as novas famílias as procuraram onde sua aquisição fôsse fácil. Estas, sòmente, nas zonas ainda despovoadas, existiam. Outros colonos, não querendo separar-se dos filhos, venderam seus bens, e procuraram terras onde lhes fôsse possível comprá-las, reservando lotes para as famílias que seus descendentes constituíssem.

Em 1919, houve novo aumento de população.

O Govêrno do Estado contratou a construção de numerosas estradas, e, em pagamento concedeu terras devolutas para que os concessionários as colonizassem. Êsses, dividindo as terras em lotes, abrindo-lhes estradas, verificaram, desde logo, que a expansão natural das antigas colônias mais próximas não era suficiente para garantir-lhes o progresso dos núcleos que fundavam. Percorreram o litoral, fazendo propaganda de colonização que iniciavam. Da expansão da população de um mesmo vale, como até então se mostravam as correntes de povoamento, estas passaram a abranger todo o litoral.

Araranguá, Urussanga, Criciúma e outras velhas e prósperas colônias de origem italiana, do sul do Estado, viram sair de seus territórios os colonos que se foram estabelecer nos novos núcleos. Rio do Testo, Encruzilhada, Rodeio, etc... de Blumenau, continuaram a dar braços para o desenvolvimento de Rio do Sul.

A par do aumento da população, provocado pelas correntes de povoamento, merece especial reparo a evolução urbana.

As primeiras concentrações de população foram motivadas pela imperiosa necessidade de defesa contra os selvagens. Ainda que, na tradição corrente, no município, não se encontre recordação de grandes ataques feitos pelos silvícolas, conhece-se apreciável número de atentados a moradores isolados e a tropeiros que transitavam pelo picadão de Curitibanos.

Êsses primeiros agrupamentos de prédios foram Lontras, Matador e Bela Aliança. A defesa reuniu, em todos êles, os lavradores. A fisiografia das regiões em que nasceram êsses núcleos, mostra claramente as causas dessas concentrações. Na foz do rio Lontras e na do rio Matador, no Itajaí-Açu, há extensas planícies de fácil aproveitamento agrícola. O mesmo sucede, em menor escala, em Rio do Sul, onde nasce o Itajaí-Açu, da confluência do Itajaí do Sul com o Itajaí do Oeste. Êsses lugares foram preferidos pelos primeiros povoadores do município, por permitirem que lavrassem a terra perto das suas habitações, que edificaram de maneira a contar, quando preciso, com o auxílio dos vizinhos. Não constituíram, porém, mais que simples aldeia de lavradores. Todos os seus moradores viviam da lavoura, e não fôra novas condições econômicas, surgidas mais tarde, teriam desaparecido com a extinção do perigo que os índios representavam.

Aumentando a população nas redondezas dêsses centros, começou a alterar-se a vida econômica de seus habitantes. Em Bela Aliança, foi o estabelecimento de um comerciante, em 1903, que tornou desnecessário, aos colonos, a viagem a Aquidabã, a fim de venderem os produtos de suas lavouras. Comerciantes que se estabeleceram pouco depois em Lontras e Matador tiveram o mesmo efeito nas proximidades dêsses povoados. Vieram depois os oficiais das pequenas indústrias, como sapateiros, alfaiates, seleiros, etc. Todos êsses, que serviam diretamente aos lavradores, procuraram estabelecer-se em pontos que fôssem centros de zonas colonizadas. O lugar situado nas proximidades de grande número de propriedades agrícolas, oferecia, a êsses artífices, maiores possibilidades de trabalho. E, assim, alteraram-se as condições que apresentavam as populações de Lontras, Matador e Bela Aliança.

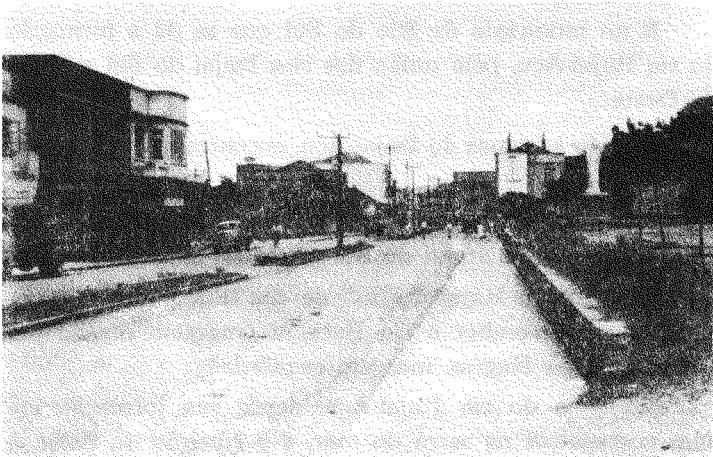
Dos povoados, que daí em diante se formaram, a origem foi diferente. Trombudo Central, Serra Alta e Taió, foram povoações criadas pelos colonizadores que trabalha-

vam nas terras dos arredores. Outras nasceram espontâneamente, como Cobras, Barra do Trombudo, Laurentino, Pouso Redondo, etc.

A vila de Pouso Redondo nasceu afastada do local em que hoje se ergue a sede do distrito do mesmo nome. A primeira aldeia Pouso Redondo resultou dos cuidados que teve o engenheiro Emílio Odebrecht, ao construir o picadão Blumenau—Curitibanos. Espaçadas de 25 km, foram abertas, nas matas, clareiras de um hectare para servir de pouso aos tropeiros e viajantes. Em uma delas, teve início uma povoação, que recebeu a denominação pela qual era conhecido o pouso em que ficava.

Menção especial merecem Barra do Trombudo e Entre Rios. A primeira dessas povoações nasceu na foz do rio Trombudo, no Itajaí do Oeste, e teve sua vida assegurada pelo cruzamento das estradas de Lajes e Taió, que ali se verifica. As atividades da população seriam as que dá lugar a existência de lavradores na redondeza, se, em 1937, a Estrada de Ferro Santa Catarina não fôsse fazer ponto terminal de sua linha nesse povoado. Isto ocasionou a importância do comércio de madeira. Serrarias foram ali estabelecidas, pela facilidade de embarque da madeira serrada. Depósitos de madeira deram emprêgo a trabalhadores que residem na povoação. O movimento de passageiros criou hospedarias e pequenos estabelecimentos por êles freqüentados.

Em Entre Rios, também conhecido como Ribeirão Grande, travamos conhecimento com um novo tipo de povoação nascida do desenvolvimento da colonização. Em Trombudo Central e Taió, o trabalho do colonizador foi o da demarcação dos lotes urbanos. A população acorreu espontâneamente. Em Entre Rios sucedeu o inverso. Havendo terras próximas a outros povoados, os colonos, até 1933 não se sentiam tentados a comprar as terras do alto Ribeirão Grande. O colonizador fundou, então, a povoação, lá se estabelecendo e protegendo os que primeiro ali se fixassem. A escola foi por êle mantida. Construiu a igreja. Montou casa comercial. Fêz serraria. Levou o farmacêutico, movimentando de tal forma o núcleo, que os agricultores se estabeleceram nas suas proximidades. A instalação de uma fecularia consolidou o progresso de Entre Rios.

Bela Aliança, vivendo do comércio mantido pelos colonos, impôs-se às demais povoações da região, por ser o centro de abastecimento de uma zona mais povoada, cuja população se estabelecera às margens dos três rios ali existentes. Até 1912, a única diferença que apresentava em

Avenida Aristiliano Ramos

Avenida 7 de Setembro

relação aos outros povoados era possuir mais comerciantes, mais alfaiates, mais sapateiros, etc. A sua estrutura mantinha a mesma simplicidade que a dos outros núcleos, alterando sòmente a proporção das diversas atividades comuns a todos êles.

A elevação à vila, em 1912, que tornou Bela Aliança sede do distrito, introduziu-lhe algumas modificações. Funcionários públicos passaram a habitá-la. Mesmo quando a Estrada de Ferro Santa Catarina prolongou sua linha além de Subida, chegando até Lontras, não decresceu de importância, apesar do movimento que o fim da linha imprimiu àquele povoado. Muito ao contrário. A existência da estrada de ferro próximo a Bela Aliança desenvolveu extraordinàriamente as possibilidades de exploração da madeira no distrito, trazendo aumento de população, na qual se contavam mais comerciantes e industriais. O crescimento da exportação dos produtos que se concentravam na vila, e dos que aí se fabricavam, aumentou-lhe o movimento. A nova situação política criada em 1930, pela elevação de Bela Aliança, a sede do município, com o nome de Rio do Sul, acabou de alterar-lhe a estrutura, que deixou de ter o mesmo quadro apresentado pelos povoados e vilas do município.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O município e o distrito de Rio do Sul, foram criados pela Lei estadual n.º 1 708, de 10 de outubro de 1930, aquêle, com território desmembrado do de Blumenau, ocorrendo sua instalação a 15 de abril do ano seguinte.

A Comarca de Rio do Sul, foi criada pela já mencionada Lei estadual n.º 1 708, de 10 de outubro de 1930 e instalada a 20 de janeiro do ano seguinte.

O seu quadro administrativo e judiciário, em 1.º de março de 1958, era o seguinte:

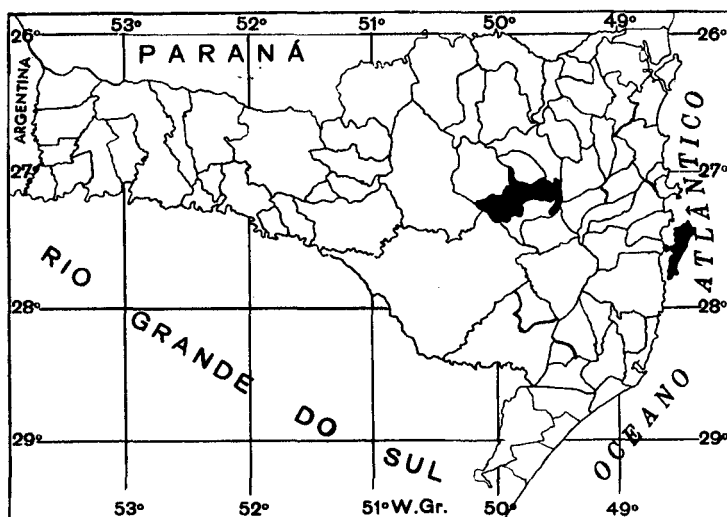
Comarca, Têrmo e Município: Rio do Sul.

Distritos componentes: Rio do Sul (sede), Braço do Trombudo, Laurentino, Lontras, Pouso Redondo, Rio do Oeste, Trombudo Alto e Trombudo Central.

A Comarca abrange ainda o município de Taió, constituído dos distritos: Taió (sede), Ribeirão Grande e Rio do Campo.

Pela Lei n.º 348, de 21 de junho de 1958, foram desmembrados os municípios de Pouso Redondo, Rio do Oeste e Trombudo Central, do de Rio do Sul.

A atual legislatura teve início em 1955, tendo sido eleito Prefeito, o Sr. Helmuth Baungarten e constituída a Câmara Municipal de 13 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Rio do Sul localiza-se na zona fisiográfica da Bacia do Itajaí. Na cidade de Rio do Sul dá-se a confluência dos rios Itajaí do Oeste e Itajaí do Sul formando o rio Itajaí-Açu. A cidade fica a 117 km em linha reta da Capital do Estado, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 27° 12' 55" de latitude sul e 49° 38' 30" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 354 metros na sede municipal sendo o 40.° em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — Em geral quente e úmido. No verão a temperatura se eleva a 37°C ou mais e, no inverno cai para menos de 10°C.

As chuvas predominam no verão, com fortes trovoadas, variando a precipitação anual entre 1 400 e 2 000 mm.

Na época de grande pluviosidade os rios transbordam freqüentemente, tendo as águas, cuja altura média é 5,70 m, já alcançado 14,20 m (1911) e 11,50 m (1927).

ÁREA — A área do município é de 1 915 km², figurando em 13.° lugar em relação às áreas das demais comunas.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A altitude média do município de Rio do Sul pode ser verificada por quem subir o curso do rio Itajaí-Açu, acima de Subida. Em Riachuelo, descortina-se extensa várzea, situada a mais de 300 metros acima do nível do mar.

As elevações existentes nessa zona, onde correm os rios Atafona e Lontras, comprimem a planície, apoiadas na serra do Mar, à margem esquerda do rio Itajaí-Açu, e na serra do Mirador, à margem direita do mesmo rio.

A altitude dêsse trecho é mantida em tôdas as várzeas do Itajaí-Açu e seus formadores, com pequeno aclive, até aos pontos em que êsse e seus afluentes caem das serras em que nascem.

Além de Riachuelo, as serras apertam o rio Itajaí-Açu para recuarem quando um afluente lhes desce o flanco. Contudo, as serras mostram a mesma conformação anterior: são chapadas levemente onduladas, seccionadas pelos vales dos rios. O primeiro plano de Riachuelo encontra-se com as escarpas da serra onde nasce o rio Lontras. O chapadão desta serra do Lontras continua até encontrar o vale do rio Itajaí do Sul. Atravessando-se o rio, torna-se a subir o flanco de nova serra, cuja chapada vai morrer no rio Trombudo. Transposto êste rio, alcança-se o taboleiro de outra serra, que, em avanços e recuos sôbre os afluentes do rio Itajaí do Oeste, se mantém, continuadamente, firmada nos paredões da serra Geral, até ao alto curso do Itajaí do Oeste.

Na margem esquerda, onde não há rios da importância do Itajaí do Sul e Trombudo, a serra descortinada em Riachuelo mantém-se apoiada, sempre, na serra do Mirador, até ao ribeirão Grande. Entre os peraus das chapadas apoiadas na serra Geral e o rio Itajaí do Oeste, há outros chapadões, compreendidos por vales de rios, como o Taió e Pombinhas, Fruteiras e Pombas, etc.

A altitude média dessas serras, que terminam em taboleiros, é de 600 metros acima do nível do mar. A conformação delas tem permitido, aos colonos, estender as lavouras por todo o território do município. Vencido o perau, o alto das serras não têm o inconveniente da agricultura nas montanhas. Há o que denominam "Terreno manso", com densas florestas.

Os rios descem das serras, em cachoeiras, que são abundantes em todo o município. Todos os rios as possuem, e as serrarias multiplicam-se com as facilidades que lhes dá a energia hidráulica abundante.

Da forma do relêvo, decorre que poucas são as elevações possuidoras de nome particular. As serras são conhecidas pelas denominações que lhes dão os rios que descem seus flancos.

Vejamos por exemplo, a serra compreendida entre os rios Lontras e Itajaí do Sul. Formando um todo contínuo, é a chapada ondulada, onde não há elevação digna de menção. Êsse conjunto maciço, porém, possui diversos nomes. Onde desce o rio Lontras, é a serra de Lontras. O lugar atravessado pelo Matador é a serra do Matador. A descida do rio Albertina é a serra do Albertina.

O que chama a atenção, na toponímia do município, é o cuidado com que se procura caracterizar todo curso d'água, desprezando-se as elevações. No alto das chapadas onduladas, há, por vêzes, morros de altura considerável, porém poucos possuem nome. Entretanto, um pequeno córrego, por mais insignificante que seja, tem logo denominação.

Dos morros existentes no município de Rio do Sul, merecem destaque o morro do Funil, na divisa com o município de Curitibanos.

Tôdas as águas que correm no município de Rio do Sul pertencem ao rio Itajaí-Açu, o maior rio da bacia atlântica no Estado de Santa Catarina.

É no município de Rio do Sul que se dá a formação do rio Itajaí-Açu, pela união dos rios Itajaí do Sul e Itajaí do Oeste.

Quanto às águas do Itajaí-Açu, encontramos três bacias distintas:

1.ª — a do Itajaí do Oeste, compreendida entre sua confluência com o Itajaí do Sul e as suas cabeceiras;

2.ª — a do Itajaí do Sul, de sua união com o Itajaí do Oeste até receber o rio Batalha (margem direita e o ribeirão Águas Negras, margem esquerda);

3.ª — a do rio Itajaí-Açu, desde sua formação até suas corredeiras na serra do mar, e o ribeirão do Salto, à margem esquerda.

A bacia do rio Itajaí do Oeste abrange as terras dos distritos Pouso Redondo, Trombudo Central, parte do da sede e do município de Taió.

As cabeceiras do rio Itajaí do Oeste estão na serra do Espigão, no município de Taió.

Quanto ao rio Itajaí do Oeste, em suas próprias margens, o povoamento é mais importante da barra do rio da Erva até ao povoado de Passo Manso. É digno de registo que o fundador dessa colônia localizou, entre Passo Manso e Taió, sòmente colonos vindos de Blumenau e pertencentes à religião luterana. O povoamento aí é bastante denso. Tem-se a notar, contudo, que, depois de Taió, a importância do povoamento é menor, pois que as serras chegam muito perto do rio, minguando, assim, as várzeas.

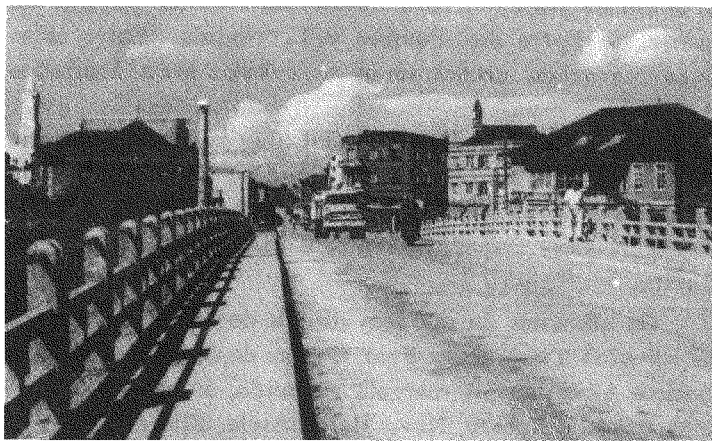
No distrito de Pouso Redondo, há dois rios: Taió e Pombas. Êsse distrito não alcança as margens do rio Itajaí do Oeste, porém os seus rios pertencem àquela bacia.

O rio Taió, a cujo respeito já falamos em parte, quando tratamos do distrito de Taió, nasce na serra Geral, e pertence ao distrito de Pouso Redondo, desde suas cabeceiras até à foz do seu afluente Paleta. Na margem esquerda do Taió, o afluente mais importante é o rio Mirim, e, à margem direita, os ribeirões Areia Branca, Jagunço, Salto, Esteio, Taiòzinho, Pedra Lisa, Grande e o já citado Paleta.

O povoamento das margens do Taió, da confluência do Paleta para cima, perde a importância. Destaca-se, porém, a povoação Mirim, onde uma fecularia é o principal fator do desenvolvimento da região. Esta influência decorre do aproveitamento da mandioca e aipim, raízes que são produzidas onde a terra não é boa para as outras lavouras a que se entregam os colonos. Para o alto do curso do rio Taió, as terras se prestam à indústria pastoril. Dos afluentes do rio Taió, o mais importante é o Paleta, que recebe as águas dos ribeirões Cabral e Furadinho, à sua margem esquerda. No vale do rio Paleta, encontram-se numerosos "posseiros", que vieram subindo o curso do rio Itajaí, à medida que progredia a colonização de origem estrangeira.

O rio das Pombas é o principal do distrito. À sua margem direita está a vila de Pouso Redondo. Todo o vale do rio das Pombas possui considerável colonização, abundando também as serrarias e atafonas. A exploração da madeira é bastante importante nessa região. O maior afluente à margem esquerda é o Pombinhas, que recebe as águas do ribeirão de Trás, à margem direita. O rio das Pombas tem como afluentes à margem direita os ribeirões Coruchel, Aterrado Torto, Jacutinga e Cedro.

O distrito de Trombudo Central compõe-se dos vales dos rios Trombudo e seus afluentes, até à foz dos rios Donato e Ernesto. É êste o braço mais importante do Itajaí do Oeste, à margem direita.

O rio Trombudo nasce no planalto de Lajes, e, lançando-se da serra Geral, recebe numerosos afluentes, entre os quais se destacam, à margem esquerda, o rio Novo, rio São João, rio Pitangueira, rio Braço Grande, rio Bracatinga, e rio Ernesto. À margem direita os afluentes são rio Pedras, rio Bonito, rio Tigre e rio Donato. De todos os afluentes do rio Trombudo, o mais importante é o Braço Grande, também chamado Braço Grande do Trombudo, que recebe, à margem direita, os ribeirões Braço Novo, Ernesto e Kindel, e, à margem esquerda, os ribeirões Concórdia, Vitória e Boi.

Ponte Curt Hering

O ribeirão Boi é geralmente tomado como exemplo da influência da indústria sôbre a agricultura. A população que aí existia era pobre, devido à má qualidade da terra. Quando, porém, foi instalada a fecularia de Trombudo Central, que adquiria as raízes de mandioca que os colonos plantavam, os lavradores do ribeirão do Boi, prosperaram ràpidamente. Suas terras eram excelentes para essa lavoura. Hoje, a população dessa zona está em boas condições econômicas, dependendo da fecularia tôdas as suas atividades.

No vale do rio Trombudo, a colonização predominante é de origem alemã. Fecularia, fábricas de queijo, de banha e serrarias formam as indústrias que fomentam a agricultura. Os colonos produzem leite, que vendem às fábricas de queijo.

Em muitos vales dos afluentes do rio Trombudo, a população está misturada com colonos de diferentes origens.

O distrito da sede abrange o rio Itajaí do Oeste, desde a foz do ribeirão Erva até à sua confluência com o rio Itajaí do Sul.

À margem esquerda, os afluentes do rio Oeste, nesse distrito, são os ribeirões Toca Grande, Toquinha, Cabeça de Anta, Irmãos, Pizeta, Moratelli, Café, Amoado e Laurentino. Todos êsses afluentes possuem importante povoamento, produzindo fumo, milho, porco, etc. Há fábricas de queijo, fecularia e serrarias.

À margem direita desembocam, no seu curso, o rio Anta Gorda, rio Sumidor, rio das Pombas, rio Onça, rio Fruteira, rio Caçador e rio Trombudo. Os afluentes mais importantes dessa margem são os rios Pombas e Trombudo. O rio das Pombas recebe, no distrito da sede, os rios Angico e Gabiroba, à margem direita.

O rio Trombudo tem como afluentes, no mesmo distrito, à margem direita, os ribeirões Mosquito, Mosquitinho, Pastagem e Tigre, e, à margem esquerda, o ribeirão Kunt.

Do rio Trombudo, no distrito da sede, merece destaque a vasta plantação de arroz entre a barra do Itajaí do Oeste e a foz do rio Mosquito. Os colonos, de origem italiana, construíram grande reprêsa no rio Mosquito, para alargar seus arrozais na várzea do rio Trombudo. No rio Mosquito, há uma grande fábrica de madeira compensada.

No rio Itajaí do Oeste, depois da barra do ribeirão da Erva, cresce a importância econômica do povoamento. Predomina, em ambas as margens, a colonização de origem italiana, com suas culturas de fumo e arroz, em primeiro lugar, e, depois, de uva. Tem regular importância, no lugar,

a produção de leite, para abastecimento das fábricas de queijo, de Barra das Pombas e Laurentino. Entre estas duas povoações, encontram-se os colonos mais abastados da região.

A bacia do rio Itajaí do Sul, desenvolve-se, tôda no distrito da sede, na parte pertencente ao município de Rio do Sul, depois da foz do ribeirão Batalha e da do ribeirão Águas Negras, respectivamente, à margem esquerda e à direita.

Os afluentes da margem direita do Itajaí do Sul são os ribeirões Tigre, Raso, Feio, Cobras do Sul, Paca, Lauterbach e Albertina. À margem esquerda, os afluentes principais são: Klauberg, Nova Itália, Areia, Elia e Strey.

Na margem direita do Itajaí do Sul, a população predominante é de origem alemã, e, na esquerda, nacional. Na primeira, há estrada e várzea para cultura mecânica. A zona é rica e seus habitantes desfrutam boa situação econômica. Na outra margem, a serra não deixa várzea perto do rio. As terras são de má qualidade para a lavoura, e não há estrada. Os moradores do lugar não progridem.

Dos afluentes do Itajaí do Sul, à margem direita, merecem destaque os ribeirões Albertina e Lauterbach. Êste último é o afluente mais importante. Em seu vale, há diversas serrarias, atafonas, etc.

O vale do rio Itajaí do Sul é grande produtor de leite. Daí, vem a maior quantidade de leite para as fábricas de queijo da sede. Da foz do ribeirão Albertina para baixo, a influência da sede sôbre a lavoura é grande. Muitos colonos se dedicam à produção de artigos para abastecimento da população da cidade.

A bacia do rio Itajaí-Açu tem, à margem direita, os seguintes afluentes: Taboão, Matador, Lontrinhas, Lontras e Atafona. Na margem esquerda, Canoas, Itoupava, Cobra e Salto. Êste último serve de divisa com o município de Hamônia. Dêsses afluentes, o mais importante é o Lontras, que recebe, à margem direita, os ribeirões D. Paula, Seriquá, Meio, Pinheiros, Pomeranos e Concórdia. À margem esquerda, o mais importante é o ribeirão Cutia.

O vale do rio Lontras é um dos mais prósperos do município: serrarias, atafonas e fábricas de queijo aí prosperam. Na sua foz se acha a importante povoação de Lontras.

À margem direita do Itajaí-Açu, no município de Rio do Sul, predomina a colonização de origem alemã. Na esquerda, tem importância a de origem italiana. Nessa margem, contam-se importantes plantações de uva.

Vista parcial da Praça Nereu Ramos

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — O município de Rio do Sul é relativamente pobre no reino mineral. De valor econômico, encontram-se carvão, calcário e ardósia.

O calcário é explorado em Serra Alta, perto da divisa de Lajes em pequena escala. A ardósia, existente em diversos pontos, não tem sido aproveitada.

As quedas de água são numerosas. Cada rio que desce da serra, tem sua cachoeira, cuja importância varia com a das águas que o formam. Êsse fato decorre da própria natureza do relêvo.

No distrito da sede são dignos de nota, Lauterbach, formado pelo rio Itajaí do Sul, próximo ao povoado de Aurora, e o Salto do Pilão, no rio Itajaí-Açu.

Êsses saltos estão inaproveitados, e quando algum colono dêles se utiliza, é para mover o engenho de serra, com a utilização de pequena parte de água.

As florestas das várzeas desapareceram, abatidas pelos colonos, em seus primeiros estabelecimentos. Nos morros, as florestas são abundantes e, conforme a vegetação, as terras são divididas, entre o povo, em duas zonas: a da canela e a do pinheiro. Onde há canela, a terra é fértil, apropriada para qualquer lavoura. Onde domina o pinheiro, a terra é de qualidade inferior, indicada para culturas de terras fracas, ou criação.

No alto das serras, as árvores mais exploradas são a canela preta (Nectandra nitidula), peroba (Aspidosperma dasycarpwm), óleo (Copahyba langsdorfi), ipê (Tecoma Ipé), angico (Piptadênia incuralis), jacarandá (Machaerium), cambará (Moquinia polymorpha), imbuia (Phoebe porosa) e cedro (Cabralia laevis).

A imbuia existe sòmente no vale do rio Itajaí do Sul.

Nas terras fortes das grotas, encontram-se pequiá (Cayocar brasiliense), cacheta (Tabebauia cassinoides), louro (Cordia hipoleuca), guabiroba (Campomanesia reticulata), etc.

A vegetação conhecida pela denominação de "fachinal", existente também no alto das serras, contém pinheiro (Araucaria brasiliana), bracatinga (Mimosa bracatinga), cambará, etc.

O desmatamento, até 1933, havia alcançado ùnicamente as várzeas onde a primeira colonização se estabelecera, substituindo as florestas pelas plantações e pastos.

Com a valorização da madeira e facilidade de transporte, representada pela extensão das linhas férreas da Estrada de Ferro Santa Catarina dentro do território do município, o desmatamento começou a subir as serras, até então respeitadas em seu revestimento.

Há notar-se que a área florestal está grandemente desfalcada de seus elementos preciosos. A exportação de madeira é de grande importância no município, e se bem que não destrua inteiramente as florestas, tira-lhes as madeiras de valor econômico, sem haver replantio.

Os animais silvestres, outrora abundantes, estão localizados no alto das serras e, principalmente, no alto rio Itajaí do Oeste e Rauen, onde a pequena densidade da população lhes deixa livres as matas. Nas florestas próximas às zonas povoadas, permanecem ainda animais de pequeno porte.

Dos felídeos, salientam-se os que chamam, na região, de tigre (Felix onza) e leão (Felix concolor), que, quando aparecem, o que se dá muito raramente, e só nas zonas de

criação, mobilizam todos os caçadores dos arredores, interessados na defesa do gado. A jaguatirica é igualmente rara. O gato do mato é comum em diversos lugares.

Os canídeos são representados pelo cachorro do mato, graxaim, e, raríssimo, pelo guará. Dos mustelídeos, aparecem a lontra e a irara.

Entre os ungulados, a anta é pouco comum. Dessa mesma ordem há em pequena quantidade, o porco do mato, e o veado pardo.

São abundantes os animais da ordem dos roedores, principalmente da família dos roedores ciunomorfos como serelepe, paca, cutia, ouriço e preá. Entre os roedores, merece especial referência, pelas devastações que comete, o rato da taquara (Calomy longicaudatis). Quando se dá a frutificação da taquara, a proliferação dêsses ratos é espantosa, invadindo depois, as plantações, quando escasseiam as sementes. Êsse fenômeno, que se dá cada 20 ou 30 anos, ou mais ainda, ocorreu, em 1940, no município de Rio do Sul, causando graves prejuízos aos lavradores.

As aves constituem, no município, as prêsas mais abundantes para os caçadores. Em primeiro lugar, pela quantidade, destaca-se o tucano. Os galináceos são muitos também, representados pelo inambu, jacu e macuco. Nos campos do alto Itajaí do Oeste, há perdiz. Entre as aves aquáticas, distingue-se o biguá, abundante no Itajaí do Sul, e a garça, existente no alto curso dos rios Rauen e Taió. Das aves de rapina, encontram-se gaviões e corujas. Há, entre os psitacídeos, diferentes variedades de papagaios.

Os pássaros são abundantes, com numerosas espécies e variedades. Citaremos sòmente o mais importante, o sabiá, que se distingue pelo canto que alegra as florestas.

Os rios que cortam o território do município são grandemente piscosos. Diversos peixes de couro, entre os quais o bagre e o mandi, são notáveis pela abundância em que são encontrados. O cascudo e diferentes espécies de peixes de escamas, como a traíra, acará e piava, são igualmente abundantes.

No município de Rio do Sul, começa a aparecer, em seus rios, a carpa (Cyprinus carpio). Numerosos lavradores construíram reprêsas em pequenos ribeirões dentro de suas terras, e ali criam êsses peixes.

O resultado dessa prática é que, quando a chuva é excessiva, a água transborda, carregando pequenas carpas, que se criam nos rios, onde têm sido pescadas.

POPULAÇÃO — A população de Rio do Sul segundo o Recenseamento de 1950, era de 57 152 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 29 074, mulheres — 28 078, brancos — 56 224, pardos — 89, pretos — 748 e 91 não declararam a côr. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 30 425, 9 278 eram solteiros, casados 19 870, viúvos — 1 123, desquitados — 64 e 90 não declararam o estado conjugal. Existiam 734 estrangeiros e 82 brasileiros naturalizados. Em religião predominaram os que se declararam Católicos Romanos, em número de 44 118, protestantes — 12 769; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade era de 29,8 habitantes por quilômetro quadrado ocupando o 18.º lugar no Estado. Localiza-se no quadro rural 84,8% da população, sendo esta percentagem das menos elevadas do Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina que é de 76,4%. Situa-se em 5.º lugar, na relação dos municípios mais populosos do Estado.

Rua Carlos Gomes

A cidade todavia ocupa o 14.º lugar em população em relação às demais cidades do Estado.

É de 71 829 habitantes a estimativa da população do município, em 1958, elaborada pelo Departamento Estadual de Estatística.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São cinco as aglomerações urbanas do município: a cidade de Rio do Sul com 5 966 habitantes (2 846 homens e 3 120 mulheres) e as vilas de Lontras, com 762 habitantes (368 homens e 394 mulheres), Pouso Redondo, com 557 habitantes (263 homens e 294 mulheres), Rio do Oeste com 686 habitantes (361 homens e 325 mulheres) e Trombudo Central com 679 habitantes (330 homens e 349 mulheres), conforme dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu, no ano de 1955, a Cr$ 205 034 747,00.

O município assenta sua economia, principalmente, na indústria fabril, extrativa e agricultura. A produção de fécula de mandioca atingiu no ano de 1955, a 16 785 773 kg valendo Cr$ 66 551 089,00; seguindo-se portas e janelas, inclusive venezianas (68 922 metros quadrados, no valor de Cr$ 21 706 488,00); madeira, exceto pinho serrado, tábuas (16 934 m³, no valor de Cr$ 20 509 388,00); madeira beneficiada, exceto fôrro e assoalho, etc. (4 910 m³, no valor de Cr$ 11 713 591,00) e madeira compensada (1 965 m³, no valor de Cr$ 9 026 347,00).

Dos 75 estabelecimentos industriais, 29 dedicam-se à produção de fécula de mandioca e 22 dedicam-se à extração e beneficiamento da madeira.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 20,21% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: aipim, fumo em fôlha, milho, arroz, cebola, feijão (grão), batata-doce, cana de forragem, abóbora, batatinha, amendoim com casca, alho, cana-de-açúcar, melancia, alfafa; como culturas permanentes, temos: uva, pêra, laranja, bergamota, caqui, figo, pêssego, maçã, limão. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 120 439 700,00. O valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de .... Cr$ 228 223 250,00. A percentagem da população ativa na indústria é de 5%.

Colégio Dom Bosco, dirigido por padres salesianos

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957.

a) De origem mineral: areia (311 000 t, no valor de Cr$ 4 100 000,00); barro ou argila (55 000 t, no valor de Cr$ 530 000,00); cal (600 000 kg, no valor de .... Cr$ 600 000,00).

b) De origem vegetal: carvão vegetal (831 000 kg no valor de Cr$ 1 213 000,00); lenha (350 000 m³, no valor de Cr$ 27 900 000,00); pasta mecânica (2 000 000 kg, no valor de Cr$ 20 000 000,00).

No que se refere a produtos transformados ou não de origem animal, a produção atingiu em 1956, o valor de Cr$ 79 801 680,00, sendo os principais produtos: leite (7 108 000 l, no valor de Cr$ 35 540 000,00); manteiga (129 200 kg, no valor de Cr$ 8 966 000,00); ovos (522 000 dúzias, no valor de Cr$ 8 443 800,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se mais de trezentos estabelecimentos comerciais (5 atacadistas e 308 varejistas), as Agências da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina, do Banco Catarinense Sociedade Cooperativa Central de Crédito Agrícola, do Banco do Brasil S.A., do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO), e Banco Nacional do Comércio S.A.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 15 emprêsas rodoviárias para passageiros, 5 para cargas e pela Estrada de Ferro Santa Catarina, para passageiros e cargas.

Dista a cidade cêrca de 211 km da Capital Estadual por meio de rodovia (via Ituporanga) e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por meio de rodovia: 33 km até a cidade de Ibirama (via Ribeirão da Pedra); 55 km até Presidente Getúlio; 56 km até Taió; 158 km até Curitibanos; 130 km até Lajes; 28 km até Ituporanga; 76 km até Indaial e 76 km até Vital Ramos. Dista 45 km de Ibirama; 76 km de Indaial; por ferrovia. De Presidente Getúlio dista 45 km até Ibirama por ferrovia, e 74 km por meio de rodovia.

Na cidade funcionam uma Agência Postal Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma Agência Telegráfica da Estrada de Ferro Santa Catarina, uma estação de Rádio da Polícia Militar do Estado e uma Agência Telefônica de uso público da Companhia Telefônica Catarinense.

No restante do município funcionam 3 Agências Postais e 3 Postais Telefônicas do Departamento dos Correios e Telégrafos, 5 Agências Telegráficas da Estrada de Ferro Santa Catarina e 2 Agências Telefônicas de uso particular da Companhia Telefônica Catarinense.

ASPECTOS URBANOS — O aspecto físico do solo, dominante no município de Rio do Sul, é o de estreitos vales dominados por montanhas médias, que terminam em taboleiros. Os vales, ora se estreitam, ora se alargam, quando dois rios se encontram, e aí as várzeas são tanto maiores quanto maior fôr o volume das águas.

Os dois vales dos formadores do Itajaí-Açu, nessas condições, produzem, ao se unirem, a várzea relativamente extensa em que se edificou a cidade. Esta, em realidade, não a ocupa inteiramente. Procura aproximar-se das elevações, para fugir às enchentes que dominam as partes mais baixas. As edificações se alinham nos lugares onde não chegam as águas, quando sobem os rios que cortam a cidade.

Rio do Sul encontra-se dividida em três partes, pelos rios Itajaí do Sul, Itajaí do Oeste e Itajaí-Açu.

Rio do Sul é uma cidade espontânea. Fundou-a o balseiro Basílio Corrêa, edificando sua casa à margem esquerda do rio Itajaí do Sul, em 1892, próximo à confluência com o Itajaí do Oeste.

O elemento da formação da cidade foi o pôrto da balsa, que transportava, de uma para outra margem, os viajantes que transitavam o picadão Blumenau—Curitibanos. A causa da importância dêsse pôrto se encontra na baixada que a várzea acusa próximo à confluência dos dois rios. O picadão de Curitibanos, para fugir às inundações, afastou-se do rio, conservando-se na parte mais alta, do terreno adjacente. O pôrto, assim, não foi feito exatamente na confluência dos dois cursos d'água, mas acima, donde o picadão, atravessado o rio, pudesse aproximar-se do pé dos morros, para fugir à baixada. A parte mais alta era, então, a margem esquerda, onde o balseiro construiu seu rancho.

Em 1907, o povoado de Bela Aliança existia sòmente na margem esquerda do Itajaí do Sul. A construção, em 1908, da estrada para Barracão, na via Estreito—Lajes, subindo a margem direita do Itajaí do Sul, deslocou a aglomeração. Êste elemento de crescimento de Rio do Sul passou a dirigir a cidade. A população, que se lançou na nova estrada, desenvolveu na região por ela percorrida, fazendo progredir o comércio e as indústrias do povoado em formação.

O plano da cidade, projetado pelo engenheiro Gino Delotto, toma em consideração todos êsses elementos, caracterizando-se, sobretudo, pela falta de simetria. Distingue-se, no projeto, que os elementos geradores do plano coincidem, em parte, com os de formação. O pôrto da balsa, à qual sucedeu uma ponte de concreto armado, foi considerado o centro da cidade. Ruas, que seguiam u'a margem e outra do rio Itajaí do Sul e margens direitas dos rios Itajaí do Oeste e Itajaí-Açu, foram as artérias a que se subordinaram as vias restantes. Essas ruas principais, que coincidem com as estradas de rodagem, não seguem rigorosamente os rios. Pelo contrário: dêles se afastam, fugindo às baixadas que constituíram bôlsas limitadas pela rua que, antes e depois delas, encontram os rios. Nesses pontos, em que as estradas

se aproximam das margens, os rios não foram aproveitados como elemento de decoração. Ficaram escondidos pelas casas. Nas bôlsas criadas pelo afastamento das artérias, as ruas se cruzam, sendo que algumas se dirigem até às ribanceiras. Onde os morros apresentam situação favorável, as ruas os galgaram, não em retas, mas em curvas irregulares que da melhor forma os aproveitam. As zonas suburbanas foram projetadas às margens esquerdas dos rios Itajaí do Oeste e Itajaí-Açu.

Se êste é o plano, oportuno é indagar de sua execução. Em primeiro lugar, os recursos financeiros não permitiram à administração os aterros suficientes à sua obediência. Por outro lado, o meio não se desenvolveu ao ponto de tornar-se necessário o aproveitamento das baixadas, ocupadas ainda por pastos, matas e depósitos de madeira. Quem olhar a cidade como se encontra, sem ter em vista o projeto da mesma, vê o cruzamento das estradas na margem direita do Itajaí do Sul e Itajaí-Açu como centro. Êsse deslocamento, produzido pela concentração do comércio nas duas estradas, se manifesta no desenvolvimento rápido da cidade nessa parte, e atraso na restante. A margem esquerda do Itajaí do Sul, que, no início, parecia tornar-se mais importante, decaiu, possuindo pequeno movimento. A margem esquerda do rio Itajaí do Oeste não entrou ainda no âmbito da cidade. Falta-lhe a ponte sôbre o Itajaí do Oeste, que facilite sua comunicação com o centro comercial.

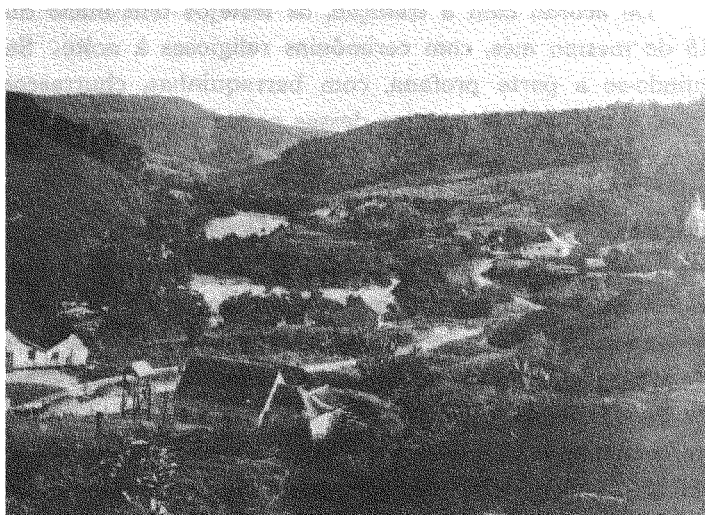
A cidade de Rio do Sul tem 5 966 habitantes, sendo a 14.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina, e conta com 39 logradouros, dos quais 5 totalmente pavimentados e 7 parcialmente pavimentados. É servida de luz elétrica com 1 711 ligações domiciliares. Os edifícios mais importantes são: Santuário Maria Auxiliadora, Ginásio Dom Bosco, Colégio Maria Auxiliadora, Hotel Rio-sulense, Régis Hotel, Clube Concórdia, Maternidade Samária, Clube Duque de Caxias, Hotel Royal, Refinadora Máris, Agência Ford, Hotel Ponto Chic, Hospital Cruzeiro, Casa de Saúde Dr. Romão, Maquinaria Riosul, Clube de Caça e Tiro Dias Velho, Grupo Escolar Paulo Zimmermann, Cine Riosul.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica no município é prestada à população por 7 médicos, 9 dentistas, 8 farmacêuticos e 5 auxiliares de saúde; 2 hospitais, 1 Pôsto de Saúde, 1 Casa de Saúde, 1 Maternidade e 1 Pôsto do SESI, servem à população com assistência médica em geral.

Existem 15 farmácias no município.

ASILOS E RECOLHIMENTOS — No distrito de Trombudo Central existe o Asilo dos Velhos, abrigando 60 internados, mantido pelo Sínodo Evangélico Santa Catarina-Paraná.

COOPERATIVISMO — Na cidade funciona a Cooperativa Mista de Laticínios Lauterbach Ltda., instalada em 1935, com 17 sócios e a Agência do Banco Catarinense S. C., Cooperativa Central de Crédito Agrícola, instalada em 1956.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 46 407 pessoas de 5 anos e mais, sendo que, 31 128, ou seja, 67,0%, sabiam ler e escrever. Dêsse total 16 533 eram homens e 14 595 mulheres. Na sede municipal, das 5 100 pessoas de cinco anos e mais,

Vista do local denominado "Aurora"

4 050 sabiam ler e escrever, sendo 1 977 homens e 2 073 mulheres.

Ensino — Em 1956, funcionaram na cidade e no resto do município 151 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 8 570 alunos, assim distribuídas: Pré Primário Infantil — 4 unidades, com 154 alunos; Fundamental Comum — 137 unidades, com 8 216 aunos; Fundamental Supletivo — 4 unidades, com 69 alunos; Complementar — 6 unidades, com 131 alunos.

No tocante a ensino extraprimário, funcionaram no município os seguintes estabelecimentos: Instituto de Educação Maria Auxiliadora (Cursos Normal, Ginasial, Dactilografia e Bordados). Ginásio Dom Bosco (Cursos Ginasial, Comercial e Dactilografia). Dois Cursos Normais Regionais e um Seminário (Curso sacerdotal).

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — São oito as associações Desportivas e Culturais existentes, possuindo o município 5 cinemas: Cine Riosul, com 825 lugares; Cine Lontrense, com 120 lugares; Cine Central, com 120 lugares, Cine Boehm, com 100 lugares e Cine Santo Antônio.

No tocante à Imprensa existem: 3 jornais: Nova Era, Tribuna e Últimas Notícias, bem como uma Radiodifusora, a Rádio Mirador — ZYM-6.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	3 578	7 153	2 340	1 968	2 155
1951	5 620	9 118	4 105	2 738	3 979
1952	9 653	8 762	5 979	4 048	6 975
1953	9 039	15 563	6 646	4 295	7 116
1954	8 818	17 766	7 800	4 659	7 499
1955	13 158	24 693	8 348	4 974	7 430
1956	19 967	33 445	7 650	4 730	7 650

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — As principais festividades do município têm caráter religioso e são as seguintes:

Festa de São João Batista — Celebra-se, a 24 de junho, a tradicional festa de São João Batista — a maior festa do Vale do Itajaí — padroeiro da Paróquia de Rio do Sul.

De acôrdo com a tradição, os festejos têm início dia 15 do mesmo mês, com cerimônias religiosas à noite. Seguindo-se a parte profana, com barraquinhas, churrascos, rifas, jogos, etc. Os festejos dessas noites antecipadas, chegam ao ponto culminante, dia 23, quando, no páteo da Igreja-Matriz, é procedida a queima de enorme fogueira sob a aclamação de milhares e milhares de pessoas que se aglomeram nas proximidades para assistirem ao espetáculo. Nesse exato momento, além do esplendor provocado pela queima da fogueira, são lançados aos céus milhares de fogos de artifício, dando um colorido todo especial à célebre Noite de São João. Dia 24, dia consagrado ao padroeiro, depois de rezadas Missas votivas e Missa solene, realiza-se a procissão, sendo a imagem carregada pelas ruas da cidade. Após a procissão continuam os festejos, sòmente com a parte profana, notando-se nesse dia, grande entusiasmo em todos os presentes, pois, à tarde, como fecho de ouro das festividades, é extraído na presença de autoridades e do público, pela tômbola, o número que será contemplado com um veículo motorizado, além de mais 9 outros números para prêmios menores. Para aquilatar o interêsse que esta festa desperta, na população local e dos municípios circunvizinhos, basta que se diga que, de 4 anos para cá, o lucro deixado pelo movimento financeiro à Igreja, foi sempre superior a um milhão de cruzeiros. Desta forma, pôde a população local, erguer um dos maiores e modernos templos católicos no Estado o "Santuário Maria Auxiliadora".

Festa de Santa Luzia — Tem a Paróquia de Lontras, Santa Luzia como sua padroeira. A festa da padroeira é celebrada dia 13 de dezembro. Entretanto, como nas demais paróquias, nessa também os festejos têm início 9 dias antes do dia consagrado à Santa. Nesses dias antecipados, são celebrados atos religiosos à noite, tendo lugar, em seguida, a festa profana, com a instalação de barraquinhas para churrasco, jogos — rifas, etc. Grande massa popular aflui, no dia da festa, para venerar a imagem da Santa, e tributar seu preito de gratidão à padroeira da paróquia e protetora dos que sofrem dos olhos. Nesse dia, após a celebração de Missa solene, é a imagem carregada em procissão pelas principais ruas.

Festa de Cristo Rei — A festa de Cristo Rei, padroeiro da paróquia de Trombudo Central, por ser festa móvel, é celebrada no quarto domingo de outubro. Nove dias antes da festa são iniciadas cerimônias religiosas com a récita do têrço, culminando com a realização de solenes cerimônias no dia dedicado ao padroeiro. Além da parte religiosa, nesse dia sempre há barraquinhas, churrascos e bebidas para o povo. Nesse dia, a imagem é carregada triunfalmente em procissão pelas ruas da vila, com o que se encerram as festividades.

Festa de Santo Antônio — Santo Antônio é padroeiro da paróquia de Laurentino. Esta festa, que se celebra no dia 13 de junho, é iniciada 9 dias antes, com cerimônias religiosas à noite e em seguida, a parte profana, com barraquinhas, bebidas, rifas, etc. Grande massa popular acorre aos festejos do Santo milagroso, colaborando, como é natural, para o maior brilhantismo da festa e conseqüentemente maior movimento financeiro para as obras da Igreja.

Como nas demais paróquias, a imagem do Santo Milagroso é carregada em procissão, e em seguida, tôda a massa popular se dedica exclusivamente à festa profana.

Festa de Nossa Senhora Consolata — Celebra, a paróquia de Rio do Oeste, dia 20 de junho, a festa de sua padroeira, Nossa Senhora Consolata. Como nas demais paróquias, os festejos são iniciados 9 dias antes, com a récita do têrço à noite e logo depois, a parte profana, com barraquinhas, rifas, jogos, etc.

Não obstante ser pequena a população da vila, grande é o número de devotos, que tomam parte nessas festividades, notando-se principalmente grande afluência de pessoas procedentes de outros municípios.

Após a procissão, no dia 20 de junho, tem lugar a festa profana.

No tocante a cultos, pode ser registrado o seguinte:

Culto Católico Romano: Paróquia de São João Batista, com 7 sacerdotes, 1 Igreja-Matriz, 1 igreja (outra), 17 capelas públicas e 1 semipública; Paróquia de Santa Luzia, com 1 Igreja-Matriz e 9 capelas públicas; Paróquia de Nossa Senhora Consolata, com 8 sacerdotes, 1 Igreja-Matriz e 15 capelas públicas; Paróquia de Santo Antônio, com 1 sacerdote, 1 Igreja-Matriz e 4 capelas públicas; Paróquia de Cristo Rei, com 1 sacerdote, 1 Igreja-Matriz e 9 capelas públicas.

Culto Protestante: Comunidade Pentecostal Assembléia de Deus, Paróquia Evangélica Luterana São Paulo, Paróquia Evangélica Trombudo Central, Comunidade Evangélica de Rio do Sul.

Culto Espírita: 2 Centros Espíritas.

EFEMÉRIDES — São efemérides do município: 5 de setembro — instalação do município — 1917; 7 de outubro — Festa de Nossa Senhora das Vitórias — padroeira.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Denominam-se "rio-sulenses" os habitantes do Município. O nome Rio do Sul tem sua origem no Rio que banha a cidade vindo de direção sul e denominado Rio Itajaí do Sul. Anteriormente denominava-se Bela Aliança, nome alusivo à junção dos rios Itajaí do Sul e Itajaí do Oeste, que se verifica no centro da cidade.

Rio do Sul é sede de Comarca e Têrmo que abrange também o município de Taió, e seu eleitorado em 1958 era de 21 089 eleitores.

Em 31-XII-19957, existiam os seguintes veículos no município:

a) Veículos a motor: automóveis — 168, jipes — 32, ônibus e micro-ônibus — 27, camionetas — 131, moticiclos — 23, caminhões — 422 e tratores 8.

b) Veículos a fôrça animada: Carros de 2 ou 4 rodas — 425, bicicletas — 3 163, carroças de 4 rodas — 3 175.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

RIO NEGRINHO — SC

Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — Os terrenos a Oeste da divisa da Colônia de São Bento, da Companhia Colonizadora Hanseática, pertenciam à importante família Franco, de Curitiba, que, em diversos pontos, localizou capatazes com a finalidade de vigiarem a terra.

Foi assim que, para o local onde hoje assenta a cidade de Rio Negrinho, veio, em 1875, a família Ferreira de Lima, cujo chefe foi assassinado pelos bugres.

Por volta daquela mesma época, e também no mesmo local, estabeleceram-se as famílias Simões de Oliveira e Gravi, tôdas, como a primeira, oriundas de São José dos Pinhais, no Estado do Paraná.

Com a construção, pelo govêrno Imperial, em 1880, da Estrada de Rodagem Dona Francisca, trecho de São Bento a Rio Negro, via Rio Negrinho, várias famílias alemãs da Colônia de São Bento, se transferiram para Rio Negrinho, mencionando-se, entre elas, as de José Brey, Luiz Scholz, e a de Carlos Hantschel, que deixaram numerosa descendência.

Com a construção, em 1910, da Estrada de Ferro São Paulo—Rio Grande, ramal São Francisco—Pôrto União, a localidade tomou grande impulso, e novas famílias vieram juntar-se às já existentes. Dentre elas, menciona-se as de José Grossi, Victor Soares, Capitão Alfredo Pinto de Oliveira, Bernardo Olsen, Paulo Wehmut, Sra. Jacob Decher, com hotel, Sr. Otto Baumer, com funilaria, Henrique Kwitschal, com açougue, Henrique Hatschbach, com sapataria, formando, assim, uma aldeia entre a Ponte do Rio Negrinho e o Quilômetro 103, que foi, na realidade, o início da futura cidade de Rio Negrinho.

Foi nesta ocasião, que se iniciou a exportação da erva-mate e madeira em toras, produtos êstes que, por largos anos, constituíram o principal ramo de comércio da localidade.

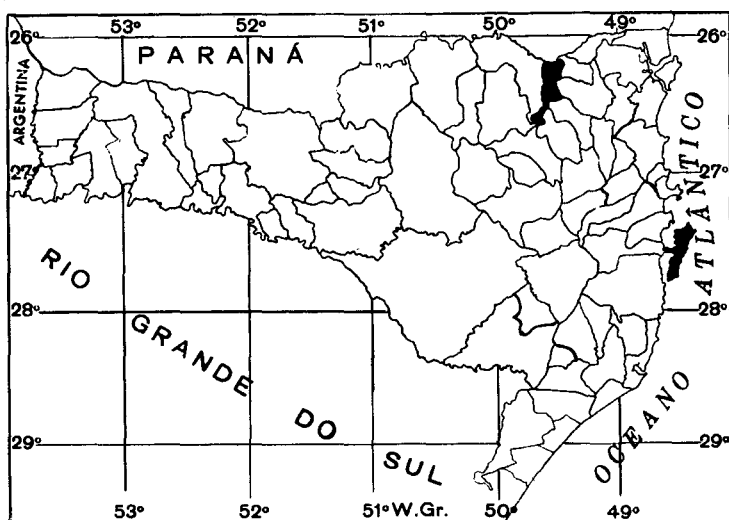
Com a instalação, em junho de 1918, da firma Jung & Cia., e conseqüente loteamento de terras que realizou, novas famílias vieram juntar-se ao núcleo existente. Foi assim que fixaram residência em Rio Negrinho, os Srs. Willi Beckert, açougueiro; Gustavo Schulz, padeiro; Pedro Simões, barbeiro; Max Jantsch, sapateiro; Ignácio Kohlbeck, ferreiro; Bernardo Wolff, alfaiate, e muitos operários.

Rio Negrinho começou, então, a se desenvolver, sentindo-se a necessidade de transformá-lo em distrito, o que aconteceu, pela Lei número 155, de 13 de dezembro de 1925, transformando-o no segundo distrito do município de São Bento do Sul. Daí em diante, mais progrediu Rio Negrinho, principalmente após 1934, com a instalação no local da importante firma "Cia. Industrial de Móveis", hoje "Móveis Cimo S.A." a ponto de, pela Lei estadual n.º 133, de 30 de dezembro de 1953, ser elevado à categoria de município. Foi a seguinte a ata da instalação do município:

"Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e cinqüenta e quatro da Era Cristã, nesta cidade de Rio Negrinho, município do mesmo nome, Estado de Santa Catarina, no Salão Nobre da ex-Intendência Distrital, futura sede da Prefeitura Municipal do Município recém-criado, às dez horas, aí presentes o Sr. Prefeito Municipal do vizinho e originário Município de São Bento do Sul, Sr. Alfredo Diener, Exmo. Sr. Juiz de Direito da Comarca, Dr. Eduardo Domingos da Silva, Promotor Público da Comarca, Dr. Zenon Torres Malchiczki, Sr. José Bail, Intendente Distrital de Rio Negrinho, Ignácio Gonschorowski, subdelegado de Polícia de Rio Negrinho, Senhor Martin Zipperer, Carlos Zipperer, Eugênio Dettme, Braulio Zipperer, Luiz Bernardo Olsen, representado pelo Sr. Alberto Trouche, Eugênio Ferreira de Lima, Luiz Engel, Alvino Tschoecke, Pedro Jablonski, Emílio Castilho, Arnaldo de Almeida Oliveira, Herberto Tureck, Dráusio Cunha, Afonso Lúcio Ferreira e João Jablonski, estando assim todos reunidos, foi introduzido no Salão o Sr. Henrique Liebl, que, exibindo seu título de Prefeito recém-nomeado, declarou que assumia, nessa hora, o respectivo e honroso cargo provisório do Município de Rio Negrinho, criado pela Lei n.º 133, de 30 de dezembro de 1953, decretada e promulgada pelo Exmo. Sr. Dr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, para cujo cargo fôra nomeado por decreto do Exmo. Sr. Governador do Estado, de 1.º de fevereiro de 1954, tendo prestado compromisso legal em data de 2 do corrente mês, perante o Exmo. Sr. Secretário do Interior e Justiça do Estado. A seguir, o Sr. Dr. Zenon Tôrres Malchiczki, Promotor Público da Comarca, a pedido e em nome do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de São Bento do Sul, proferiu eloqüente discurso congratulando-se com o laborioso povo de Rio Negrinho pela criação de seu almejado município e com a escolha acertada de seu primeiro Prefeito Provisório, expressando a sua viva satisfação pela instalação da nova Comuna e formulando os mais calorosos votos de perenes felicidades a todos os habitantes e a seu primeiro administrador. Fazendo a entrega do ato de exoneração do cargo de Intendente Distrital ao Sr. José Bail, o Sr. Prefeito Municipal, pela voz do orador, apresentou ao mesmo os seus profundos agradecimentos pelos inestimáveis serviços prestados ao ex-Distrito de Rio Negrinho durante sua gestão, desejando-lhe felicidades pessoais. Usou, a seguir, da palavra o Sr. Martin Zipperer que, em breves, mas expressivas palavras, disse da satisfação que sentia pela criação do novo município, e pediu o congraçamento de todos para levar a Comuna à senda do progresso, da harmonia e da ordem. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Prefeito Alfredo Diener declarou encerrada a sessão. De tudo, para constar, eu, Arnaldo de Almeida Oliveira, Secretário designado, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes. Rio Negrinho,

Trecho da Rua Jorge Zipperer

27 de fevereiro de 1954. (a) Arnaldo de Almeida Oliveira, Alfredo Diener, Henrique Liebl, Eduardo Domingos da Silva, Zenon Torres Malchiczki, Eugênio Ferreira de Lima, José Bail, João Jablonski, Dráusio Cunha, Martin Zipperer por Luiz Bernardo Olsen, Alberto Trouche, Braulio Zipperer, Eugênio Dettmer, Pedro Jablonski, Alvino Tschoecke, Herberto Tureck, Luiz Engel, Ignácio Gonschorowski, (segue-se assinatura pouco legível), e Emílio Castilho. Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, 17 de outubro de 1958".

LOCALIZAÇÃO — Rio Negrinho localiza-se na zona fisiográfica de Canoinhas. A cidade dista 176 km, em linha reta, da Capital do Estado, e fica às margens do rio Negrinho, e possui as seguintes coordenadas geográficas: ...... 26° 16' 00" de latitude sul e 49° 32' 00" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 792 metros na sede municipal, sendo o 58.° lugar em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — Sêco e saudável. No verão é quente durante o dia, refrescando à noite. A temperatura varia de 36°C no verão, até 0°C no inverno, quando, então, neva. Em geral muita neblina. As chuvas têm ligeira predominância durante o verão. A precipitação anual varia de 1 500 a 2 000 milímetros.

ÁREA — A área do município é de 586 km², figurando em 56.° lugar em relação às áreas das demais Comunas.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Prêto, afluente do rio Negro, e que serve de limite entre os municípios de Mafra e Rio Negrinho. Possui uma queda d'água com 32 metros de altura, não aproveitada. Rio Negro, divisor entre o Estado do Paraná e êste município. Rio Negrinho, que atravessa a cidade e é afluente do rio Negro; em parte é divisa com o município de São Bento do Sul. Rio dos Bugres, afluente do rio Negrinho. Serra de Jaraguá que faz limites com o município de Jaraguá do Sul.

Sêrro Azul, cuja altitude é de 1 100 metros em relação ao nível do mar; é o ponto mais alto do município.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) De origem mineral — areia, pedra de amolar e cascalho. b) De origem vegetal — madeiras em geral, como: pinho, cedro, imbuia, cabriúva, tarumã, araçá e sassafrás. c) De origem animal — peixes.

POPULAÇÃO — A população de Rio Negrinho, segundo o Recenseamento de 1950, era de 6 391 habitantes.

A densidade era de 11,2 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 54.° lugar no Estado. Da população, 42,2% localiza-se no quadro rural, sendo esta percentagem das menos elevadas no Estado, inferior à média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 66.° lugar, com relação à população dos municípios do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 18.° lugar em população.

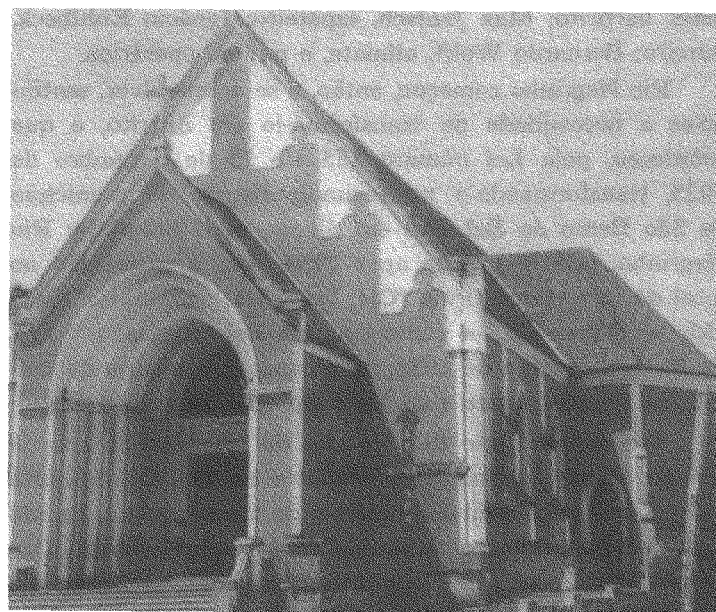
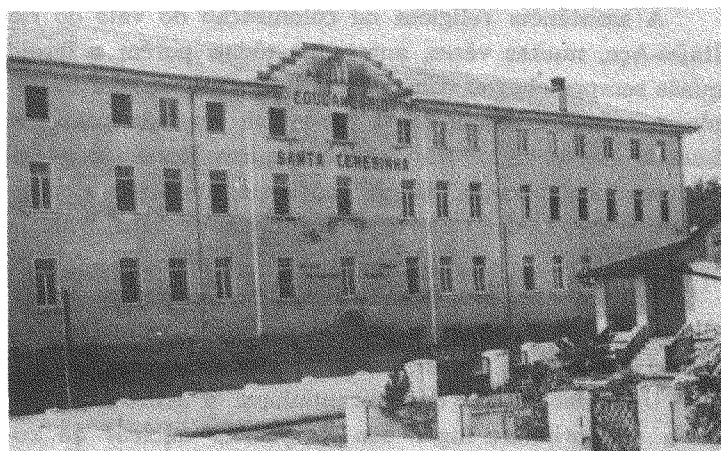
Segundo estimativas do Departamento Estadual de Estatística, a população do município, em 1958, era de 7 753 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Ainda com base no Censo de 1950, havia apenas uma aglomeração urbana no atual município de Rio Negrinho: a então Vila, hoje cidade, com 3 690 habitantes (1 907 homens e 1 783 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu, no ano de 1955, Cr$ 82 042 153,00.

O município assenta sua economia, principalmente, na indústria de madeira. A produção de móveis em geral atingiu, no ano de 1955, a 60 016 unidades no valor de ...... Cr$ 21 822 382,00; madeira compensada — 10 179 m³ no valor de Cr$ 18 051 000,00; cadeiras estofadas — 100 575 unidades no valor de Cr$ 16 903 925,00; madeira, exceto pinho serrado, tábuas — 5 230 metros cúbicos no valor de Cr$ 4 981 009,00; pasta mecânica de madeira .... 2 051 000 kg no valor de Cr$ 4 512 200,00.

Dos 14 estabelecimentos industriais, 6 dedicam-se à produção de madeira serrada e 1 à fabricação de poltronas e móveis em geral.

Estima-se que 20,73% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estão ocupadas no ramo "Agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: milho, batatinha, centeio, feijão (grão), trigo, batata-doce, mandioca, abóbora, ervilha; como culturas permanentes, temos: uva, pêssego, pêra, maçã e marmelo. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 38 155 000,00. O valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de Cr$ 33 510 700,00.

Igreja-Matriz Municipal

Educandário Santa Teresinha

No tocante à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957: a) De origem mineral: cascalho — 1 130 kg no valor de .. Cr$ 16 950,00; pedras de amolar — 1 118 unidades no valor de Cr$ 33 540,00; rebôlo 1 103 kg no valor de .... Cr$ 99 270,00 — b) De origem vegetal: lenha — 12 400 m^3 no valor de Cr$ 744 000,00; palhas — 17 500 kg no valor de Cr$ 52 500,00; pasta mecânica — 2 800 000 kg no valor de Cr$ 6 720 000,00; c) De origem animal: couros — 80 unidades no valor de Cr$ 3 970,00.

No que se refere a produtos transformados ou não de origem animal, a produção atingiu, em 1956, o valor de Cr$ 3 812 562,00, sendo os principais produtos: banha — 20 050 kg no valor de Cr$ 962 400,00; leite — 184 000 litros no valor de Cr$ 920 000,00; ovos — 64 000 dúzias no valor de Cr$ 640 000,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se mais de setenta estabelecimentos comerciais (3 atacadistas e 71 varejistas), e uma Agência do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. — INCO.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — O município é servido por uma emprêsa rodoviária para passageiros, e pela Rêde Viação Férrea Paraná—Santa Catarina S.A.

Dista a cidade cêrca de 303 km da Capital Estadual por meio rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por meio de rodovia: 315 km até a cidade de Ibirama, 55 km até a de Mafra, 93 km até a de Itaiopolis, 232 quilômetros a de Rodeio, 216 km até a de Timbó, 156 quilômetros até a de Jaraguá do Sul, 18 km até a de São Bento do Sul; e com o Estado do Paraná, 55 km até a cidade de Rio Negro. Dista 57 km de Mafra, 93 quilômetros de Itaiópolis e 86 quilômetros de Jaraguá do Sul, por ferrovia.

Na cidade funcionam uma Agência Postal Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma Agência Telegráfica da Rêde Viação Férrea Paraná—Santa Catarina e uma Agência Telefônica de uso público da Companhia Telefônica Catarinense.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Rio Negrinho tem 3 690 habitantes, sendo a 18.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina.

É servida de luz elétrica, com 698 ligações domiciliares. Os principais edifícios, são: Igreja Matriz, Grupo Escolar "Marta Tavares", Prefeitura Municipal, Associação Hospitalar Rio Negro, Grupo Escolar de Vila Nova, Seminário São José, Pôsto de Puericultura "Desembargador Medeiros Filho", Educandário Santa Terezinha, Rádio Rio Negrinho e Cine Rio Negrinho. A cidade conta com 4 hotéis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica, no município, é prestada à população por 2 médicos, 1 dentista, 2 farmacêuticos e 2 auxiliares de saúde.

Um hospital e 1 pôsto de saúde da L.B.A. servem à população com assistência médica em geral. Existem 3 farmácias no município.

ENSINO — Em 1956, funcionaram na cidade e no resto do município 20 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 1 088 alunos, assim distribuídas: Pré-primário Infantil, 1 unidade, com 66 alunos; Fundamental Comum, 16 unidades, com 922 alunos; Fundamental Supletivo, 1 unidade, com 14 alunos e Complementar, 2 unidades, com 86 alunos.

No tocante a ensino extraprimário, funcionaram no município, o Seminário "São José" (Curso Ginasial), um Curso Normal Regional e o Ginásio São José (Curso Ginasial) anexo ao Educandário Santa Terezinha.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Das 6 associações desportivas e culturais, 5 dedicam-se às atividades desportivas e recreativas, dedicando-se uma delas à arte (teatro e bailado). A cidade possui um cinema: Cine Rio Negrinho, com 590 lugares, e uma estação de radiodifusão, a Rádio Rio Negrinho Ltda. — ZYR-4.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954 (2)....	(1) 16 000	3 935	48	3	88
1955.......	(1) 26 000	5 372	1 676	684	1 359
1956.......	(1) 32 000	9 829	2 363	691	2 787

(1) Os dados são estimados, em virtude de o Município ainda não possuir Coletoria Federal. — (2) O Município foi instalado em 1954.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Na cidade existe um monumento em homenagem a um dos filhos de Rio Negrinho, com os seguintes dizeres: "Praça Tenente-aviador Oldegar Olsen Sapucaia — Homenagem do Povo de Rio Negrinho àquele que tudo deu pela Pátria, a Mocidade e a própria Vida — Itália — 1944".

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Apenas dois cultos ocorrem em Rio Negrinho: Culto Católico Romano — Paróquia de Santo Antônio de Pádua, com 4 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, 11 capelas públicas e 2 semipúblicas. Culto Protestante Igreja Evangélica Assembléia de Deus Pentecostal e Igreja Evangélica de Rio Negrinho.

As principais manifestações populares são de caráter religioso e delas se salienta a festa de Santo Antônio, pa-

droeiro da paróquia da Sede Municipal, com a duração de um dia.

No tocante a folclore, ocorre "malhar o Judas", nos sábados de Aleluia.

A principal efeméride é a data da instalação do município, a 27 de fevereiro.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes de Rio Negrinho recebem o patronímico de "Rio-negrenses".

O nome da cidade e do município foi originado da denominação dada ao rio, que além de possuir as águas escuras, é de pequena largura, resultando, portanto, a designação de "Rio Negrinho".

Rio Negrinho pertence à Comarca e Têrmo de São Bento do Sul, sendo seu eleitorado, em 1958, de 2 795 eleitores.

Em 31-XII-1947, existiam no município os seguintes veículos: a) Veículos a motor — automóveis 2, jipes 2, ônibus e micro-ônibus 1, camionetas 39, motociclos 8, caminhões 82 e tratores 9; b) Veículos a fôrça animada — carros de 2 ou 4 rodas 3, bicicletas 2 628, e carroças de 4 rodas 228.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

RODEIO — SC

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — Corria o fim do ano de 1875, quando nas margens da "Picada de Rodeio" foram localizados os primeiros imigrantes oriundos de terras da Europa. Uns procedentes da Áustria outros da Itália. — Tirolezes e italianos, para uns ou italianos de modo geral para outros, conforme os limites dados para a geografia política da época.

Chegados aos lotes armaram-se de ferramentas agrárias e meteram-se na lida de corpo e alma, desmatando para plantar. Com ironia, dir-se-ia, para plantar milho para a polenta. E com sinceridade se diga — para se plantar a semente do município que hoje tem posição definida no seio da terra barriga-verde.

Ansiosos para terem vida com alguma comodidade, fizeram seus dias de trabalho de sol a sol. A tarefa não era pequena e de tudo careciam. Se não fôssem moralmente fortes, teriam falido na emprêsa. Agasalhados em ranchos de palmitos; transitando a pé, sòzinhos ou com cargueiros por picadas tiradas dentro da mata em rudes golpes de facão, foice e machado, não viram impossibilidades para vencerem a exuberância da natureza tropical. Difícil, entretanto, é compor a labuta do colono que chegou às margens da picada naquêles dias chamada "Picada de Rodeio". Difícil porque será excesso dizer hoje o que êles passaram ontem — 1875. Excesso, porque trabalharam obscuros e isolados, gratos a Deus e à Bandeira do Brasil.

Tenazes e aclimatados com a situação criada, não regrediram; não descansavam os músculos antes de chegar ao fim do eito, que, quase sempre, incidia em mais um melhoramento do interêsse coletivo. E dos emaranhados problemas, puxaram três, para fundamentar a sociedade que construíam. — Estrada, Igreja, Escola.

A assistência religiosa na colonização do vale do rio Itajaí-Açu, muitas vêzes, antecedeu tôdas, porém a Igreja quase sempre chegou com a escola. Em Rodeio, por exemplo, a primeira escola foi a paroquial, fundada pelo frei Lucínio Korte, padre franciscano a quem Rodeio deve incalculável colaboração. Alguns rodeienses até dizem e consideram o frei Lucínio Korte, como fundador do distrito de Rodeio.

Em alguns casos, quando a escola não chegou com a Igreja, também nunca foi atirada em plano secundário na ordem cronológica das necessidades fundamentais.

Uma das causas que encaminhava a assistência religiosa em primeiro lugar aos incipientes núcleos de colonização era a peregrinação em que viviam os padres católicos pelas picadas e lugarejos, bem antes da instalação do povoamento pelos imigrantes. Não havia lugar, não havia caminho, fôssem êles conhecidos ou não, que o vigário visitador, saindo um tempo de Nova Trento, Itajaí ou Joinvile, lá não chegasse. Se faltava o vigário, o missionário não faltou. E para tanto muito contribuiu a orientação religiosa em que foi fundada a Colônia de Blumenau. Êste ponto foi um dos vitais com que trabalhou o Dr. Hermann Blumenau, para assegurar prosperidade à colonização que se transformou no atual Município de Blumenau.

Felizmente aconteceu assim, porque, como sabe quem folheia os capítulos da história da colonização — por parte do govêrno os habitantes dos núcleos coloniais tiveram bem pouco. E muito especialmente em matéria de educação, assunto focalizado nos dias presentes e que encerra por si só desmedida responsabilidade para os responsáveis pela ausência da escola brasileira no vale do rio Itajaí-Açu, desde que o povoamento começou a progredir. E tal descuido gerou o problema da nacionalização do ensino, pois, sem escolas mantidas pelo govêrno, o imigrante as teve como pôde adquiri-las, e não fêz conta de que elas educassem contra o Brasil. Parece-nos que por aí pegaram os doutrinadores racistas. Como magistralmente diz o Dr. Ivo d'Aquino, em "Nacionalização do Ensino — Aspectos Políticos" — "e que, sob a égide das nossas próprias leis, instilavam no corpo da Nação o veneno de um perigoso racismo, afeiçoando as mentalidades de crianças brasileiras às ideologias e mitos, que lhe confundiam o sentido da nacionalidade e lhes criavam no espírito a paisagem moral, de uma outra pátria, em competição com a que verdadeiramente deveriam sentir e amar".

Êste aspecto político foi mais denso e chegou ao exagêro pernicioso dos núcleos de imigração germana.

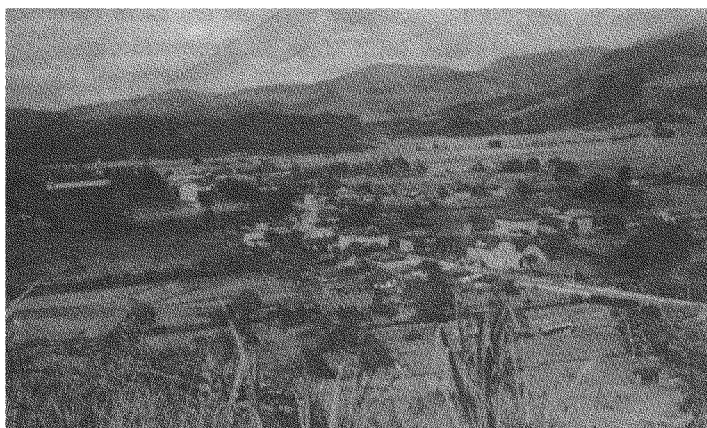
Contudo, o trabalho do colono imigrante é digno de elogios. Da sinceridade dêsse trabalho existem lições que, se as tomássemos para aplicar, teríamos o valor que êles tiveram. Dentre as lições ressaltam as de tenacidade e cooperação, tôdas aplicadas na soma do interêsse coletivo. Com ferramentas rudimentares e em plena hostilidade do meio, pois os lotes lhes foram dados na exuberância feraz da natureza do vale. Tiveram muito, digamos, porque tinham a fertilidade da terra, porém com ela tinham tôdas as adversidades. Ficaram, então, no estado de que sem nada terem, construíram tudo. Foram dignos da hospitalidade que lhes deu o Pavilhão do Cruzeiro do Sul.

Em número de mais ou menos 120, foram os lotes que inicialmente tiveram povoamento no ano de 1875. Todos

nos lados da "Picada de Rodeio" — via tortuosa, aberta através do capoeirão e do mato onde os botocudos erravam, caçando ou abelhudando o branco que assentava os fundamentos do atual município de Rodeio. A picada era o meio de comunicação para Timbó, por um lado, para Indaial por outro. O florescimento do núcleo de colonização dependia de imediatos melhoramentos no rústico caminho. Nesta matéria, o colono não esperava que viessem de fora meios auxiliares. E é justamente por isso que a êle se deve a rêde rodoviária de todo o vale do rio Itajaí-Açu.

Em 1880, Eugênio Uber recebeu a incumbência de alargar a precária via que era a "Picada de Rodeio". Depois dos serviços acabados, a picada ficou na categoria de estrada carroçável, se bem que rudimentar. Em 1882, a valada do Ribeirão São Pedrinho teve a sua estrada carroçável. Era a prova dos nove da evolução, a era da picada para os rodeienses desaparecia. Prosseguindo os serviços de alargamento da picada, ainda no mesmo ano foi atingida a foz do ribeirão São Pedro no rio Itajaí-Açu. E ficou estabelecida a comunicação por intermédio de grosseira balsa, construída naqueles trabalhosos dias, com a margem direita do rio Itajaí-Açu. Nesta margem terminava curto trecho de estrada que era um desvio da estrada geral Blumenau—Curitibanos. A balsa ligava a estrada carroçável que tinha sido a "Picada de Rodeio" ao desvio que saía defronte do pomar da residência de Augusto Hasses na estrada geral. Assim, foi, inicialmente, ligado Rodeio com a maior via de comunicação entre o litoral e a serra. Minorou em muito a situação do núcleo que se estendia em sentido linear; minorou, em relação às cruas angústias que passavam os povoadores, transitando pela picada feita a machado, úmida, atolante, sombria, servindo convenientemente à tocaia que fôsse tentada pelos índios. Felizmente, não houve caso. Muitos sustos levaram, porém, apenas sustos. Entretanto, fora da picada, são contados casos infelizes entre imigrantes e índios.

Em conclusão, antes mesmo de decorrer uma dezena de anos, a prosperidade de Rodeio ficou firmada. Depois dos primeiros colonos, chegaram outros e chegaram muitos. Todos, porém, das mesmas províncias, pelos mesmos motivos, com os mesmos ideais. Todos tiveram boa acolhida e se deram ao trabalho valorosamente. Coesos venceram as primeiras vicissitudes e tiraram as terras das vertentes do ribeirão São Pedrinho e São Pedro, e, também, as riquíssimas do rio Benedito, da incultura em que viviam. Realizaram trabalho abençoado, e se não tiveram muito dos homens dos podêres oficiais, ou mesmo nada, da terra tiveram tudo. Nunca atiraram semente a um torrão que não tivessem no tempo exato a planta semeada. A terra e as águas foram seus melhores amigos.

Os que primeiro chegaram à "Picada de Rodeio", chamavam-se: Domenico Anderle — Felice Fachini — Paulo Vulcanaia — Giusepe Pacher — Giorgio Stulzer — Antônio Uller — Felice Gottardi — Guerino Frainer — Giovani Longo — Batista Rozza — Alessandro Bombasaro — N. Bartolomeu — Carlo Giortti — Beniamino Stulzer — Vedova Pezzi — Domenico Girardi — Rodela — Batista Fronza — Giacomo Anesi — N. Berlofa — Antonio Stolf — Tonelet — Gaspari Berri — Antônio Tomelin — Alfonso Tomelin — Enrico Girardi — Domenico Girardi — Giacomo Lorenzi — Plácido Girardi — Bertolo Franzoi —

Vista parcial da cidade

Emmanuele Pintarelli — Giacomo Moser — Giacomo Moratelli — Nicola Tamanini — Antonio Tambosi — Ermenegildo Manfrini — Antonio Pegoretti — Francesco Pandini — Domenico Ochner — Nicolo Sardagna — Erminio Meneghelli — N. Vicentini — Giocondo Carlini — Giovani Scoz — Giacomo Rondador — Giuseppe Fiamoncini — Francesco Baldo — Domenico Conzzatti — Francesco Tomazelli — Antônio Beber — Luigi Negherbom — Giovani Pacher Domenico Pinzigher — Daniel Fontana — Giovani Cor — N. Spagola — Giovani Dana — N. Tiso — Giovani Stiz — Batista Campregher — N. Stricher — Pietro Scottini — Aléssio Frainer — Virgílio Valler — Antonio Fronza — Viúva Fandanella — Francesco Fronza — Batista Pisetta — Giovani Rigo — Augusto Moser — Kissner — Eugênio Trevisan — Giovani Dematté — Giosué Fiamoncini — Carlo Depiné — Antonio Lunelli — N. Longoni — Pietro Campolongo — Batista Pascualini — Giorgio Sardagna — Giuseppa Bonvecchio — Giacomo Furlani — Antonio Pasqualini — Constante Feller — Batista Batisti — Mansuetto Rosá — Valentino Fruet — Agostinho Moser — Pietro Raiser — Giovani Batista Fronza — Domenico Adami — Pietro Moser — Domenico Pasqualini — Marcello Pezzini — Giovani Batista Scoz — Pietro Briddi — Antonio Moser — Giuseppe Tambosi — Luiggi Noriller — Vicenso Plothegher — Casimiro Addami — Domenico Scoz — N. Crispim — Giovani Lunelli — Neguni Addami — Candido Pintarelli — Giacomo Bertoldi.

Êstes, procederam todos da província de Trento. E naqueles tempos eram austríacos, dos lugares chamados — Vigolo, Pergine, Levico, Civizzano, Rovereto, Vataro, Fornace. Na viagem de vinda, saíram de Trento no meado de maio, e só em agôsto do mesmo ano de 1875, chegaram ao pôrto da cidade de Itajaí.

Outro grupo de imigrantes trentinos chegaram nos fins de outubro do mesmo ano. Todos, já passaram as festas de "Todos os Santos" nos ranchos de palmito dos seus lotes na "Picada de Rodeio".

Os de Veneza, Cremona, Bréscia, Treviso e doutros lugares do norte da Itália, chegaram nos anos de 1876 e 1878, e foram localizados pelos ribeirões São Pedrinho, Guaricanas, São Paulo e regiões de Subida e Lontras. Não se deram nos dois últimos lugares, e regrediram para Apiuna, daí se foram espalhando e povoaram São Pedro Novo, Diamante, Arapongas e outras vertentes.

E destas datas, milaneses e genoveses começaram arrancando da terra feraz os meios de subsistência, e fizeram

com as mais simples ferramentas agrárias em cada vertente dêste vale, que, para êles foi o Vale da Promissão, as oficinas onde é fundido todo o ouro de alto quilate da economia rodeiense.

E a terra, como boa terra do solo brasileiro, hospedou sem distinção de crença nem de raça. Não preferenciou côr de olhos nem epiderme, deu-lhes alvará para viverem como quisessem, viverem humanamente, escolherem o confôrto para o corpo e o deleite para o espírito como entes civilizados em pleno gôzo dos direitos assegurados ao homem livre.

Sob outro céu não teriam mais liberdade. Poderiam ter a mesma. Não há notícia de mais belo contrato de entendimento entre homens-imigrantes e um País.

Por tudo isso, a "Picada de Rodeio" num surto de poucos anos foi à categoria de povoação. O desenvolvimento caminhou pela conseqüência lógica da orientação sadia da administração da então Colônia de Blumenau e do trabalho pertinaz do imigrante esperançoso num futuro confortável para os seus mais caros. E o meio que em tudo era próprio recebeu a fundação do atual Município de Rodeio, entregando ao homem que trabalhava nela o quadro das chaves de sua fertilidade ostensiva.

Em 1919, no dia 16 de abril, a Lei n.º 120 do município de Blumenau elevou Rodeio à categoria de Distrito.

Foi o passo para a autonomia administrativa, que viria em 1936. Os rodeienses consideram-na trabalho do Padre Lucínio Korte. A simples picada, que era uma comunicação entre Indaial e Timbó, chegava a distrito por já ser florescente povoação. Estava, então, no mesmo nível que Encruzilhada, hoje Arrozeira, Indaial, Timbó, Bela Aliança, hoje Rio do Sul, e as demais.

Em 7 de setembro do mesmo ano, foi instalado o distrito de Rodeio. Mais de dez anos vivia o Distrito de Rodeio, quando, pela Lei estadual número 1 650, de 5 de outubro de 1929, foi suprimido para, com o Distrito de Ascurra, formar o Distrito de Arrozal. Sempre foi difícil conceber o ponto justo dêste ato administrativo fora da teia das paixões partidárias.

Pouco mais de três anos viveu o Distrito de Arrozal. Em 1933, no dia 27 de agôsto, o Distrito de Rodeio foi reinstalado.

E por aí chegamos em 1936 no dia 22 de outubro, data da Lei estadual n.º 104, que criou o município de Rodeio. Uma vez criado, foi desmembrado do município de Timbó e instalado em 14 de março de 1937.

A vida administrativa de Rodeio vem andando numa seqüência lógica com o progresso de todo o Vale do Itajaí-Açu. Teve a assistência que as demais localidades tiveram da administração central de Blumenau. Forçosamente haveria de progredir, e portanto não poderia permanecer povoação secundária, ùnicamente para assegurar maior desenvolvimento às outras comunas.

É a seguinte a ata da instalação do município de Rodeio: Ata da Instalação do município de Rodeio, da Câmara Municipal e Posse dos Vereadores, do Prefeito, eleitos em 28 de fevereiro de 1937.

Aos quatorze dias do mês de março de mil novecentos e trinta e sete, nesta vila de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no edifício da antiga Intendência distrital, e onde funcionará a Prefeitura Municipal, às quatorze horas, aí presentes as autoridades estaduais, municipais de grande número de espectadores, assumiu a Presidência o Exmo. Sr. Dr. Severino Nicomedes Alves Pedrosa, Juiz de Direito da Comarca de Indaial, exercendo também as funções de Juiz Eleitoral da 29.ª Zona, o qual, após considerações diversas, atinentes ao ato, e na forma do Decreto n.º 206, de 9 do corrente mês e da convocação feita por editais e ofícios do Juízo Eleitoral desta Zona declarou solenemente instalado o município de Rodeio, dando igualmente por instalada a Câmara Municipal dêste mesmo Município. Em seguida o Dr. Juiz Presidente, convidou a mim, Antônio Furlani, vereador eleito, adiante nomeado e assinado para servir como secretário. Pelo Dr. Juiz Presidente, foram convidados os Senhores Vereadores eleitos, presentes a êste ato a enviarem à mesa os seus respectivos diplomas. Proclamada a legitimidade dos diplomas apresentados, convidou o Sr. Dr. Juiz Presidente, os Srs. Vereadores: Tercílio Longo, Antônio Furlani, Felício Gottardi, Júlio Pretti, Georg Schuetz Júnior a prestarem o compromisso legal, deferindo-lhes S. Excia. o dito compromisso, que foi repetido por todos, cada um de per si, pela forma seguinte: "Prometo exercer com dedicação e lealdade as funções de vereador à Câmara de Rodeio". Terminada que foi esta solenidade, o Exmo. Sr. Dr. Juiz Presidente, após declarar empossados os vereadores acima mencionados, anunciou que se ia proceder por escrutínio secreto, a eleição da mesa, mesa essa que, de conformidade com a legislação em vigor, compõe-se de um Presidente, um Vice-Presidente, e dois secretários. Procedida a eleição verificou-se o resultado seguinte: Para Presidente Tercílio Longo, 3 votos — Para Vice-Presidente Felício Gottardi, 3 votos, para primeiro secretário Antônio Furlani, 3 votos para segundo secretário Júlio Pretti, 3 votos. Houve dois votos em branco para Presidente, Vice-Presidente e para primeiro e segundo secretário. Ficou a mesa assim constituída: Presidente — Tercílio Longo, Vice-Presidente — Felício Gottardi, 1.º Secretário — Antônio Furlani, 2.º Secretário — Júlio Pretti. O Exmo. Sr. Presidente declarou eleitos os vereadores votados acima referidos. Finalizando, o Exmo. Sr. Presidente disse que declarava empossada a mesa, cuja eleição vinha a ser procedida, razão por que passava a Presidência ao Presidente eleito, dando por finda a sua intervenção nesta solenidade, determinando que se extraísse uma cópia desta ata, a fim de ser remetida ao Secretário do Interior e Justiça. Em seguida, o vereador Tercílio Longo, assumiu a Presidência e após agradecer a sua eleição, declarou achar-se presente o Sr. Sílvio Scoz, Prefeito eleito, razão pela qual convidou-o o Sr. Presidente a prestar perante a mesa o compromisso devido o que foi feito por S. E.ª que, em obediência aos preceitos legais e na forma do Art. 31, parágrafo 2.º n.º 55, de 30 de dezembro de 1935, repetiu a seguinte fórmula: "Prometo exercer com dedicação e lealdade as funções de Prefeito de Rodeio". Em seguida, usou da palavra o Sr. Antônio Bastos de Araújo, vereador à Câmara Municipal de Indaial, que pronunciou eloqüente saudação ao município de Rodeio, e àquêles que acabam de se empossar. Logo após, o Sr. Presidente encerrou a sessão mandando lavrar, para constar a presente ata, que depois de lida e achada conforme vai assinada pelo Dr. Juiz de Direito, membros da mesa, pelo Prefeito e pelas pessoas que quiseram. Eu, Antônio Furlani,

Secretário a escrevi e assinei. Ass. Severino Nicomedes Alves Pedrosa, Ass. Tercílio Longo, Ass. Sílvio Scoz, Ass. Felício Gottardi, Ass. Júlio Pretti, Ass. Georg Schuetz Júnior, Ass. Antônio Furlani. Seguem mais 75 assinaturas.

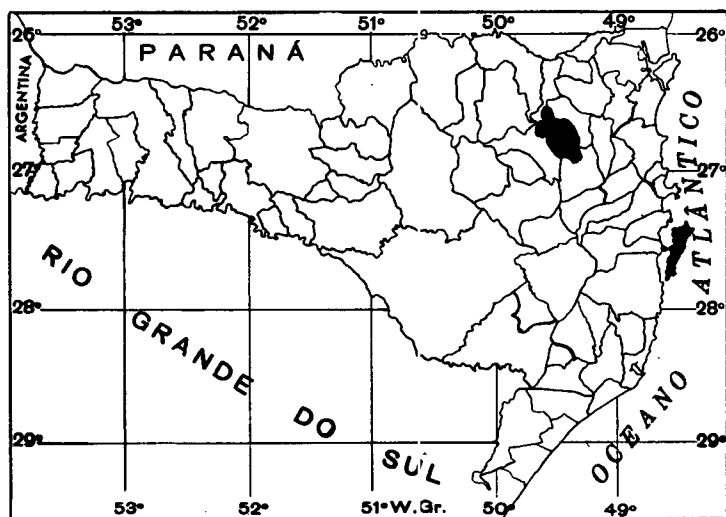
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito foi criado pela Lei Municipal número 120, de 16 de abril de 1919, suprimido pela Lei Estadual número 1 650, de 5 de outubro de 1929, e restaurado pelo Decreto estadual n.º 403, de 4 de agôsto de 1933.

O município foi criado pela Lei estadual número 104, de 22 de outubro de 1936, com território desmembrado de Timbó, ocorrendo sua instalação a 14 de março de 1937.

O Município pertence à Comarca de Rodeio.

O seu quadro administrativo, em 1.º-III-1958, era o seguinte: Município: Rodeio. Distritos componentes: Rodeio (sede), Benedito Novo e Doutor Pedrinho.

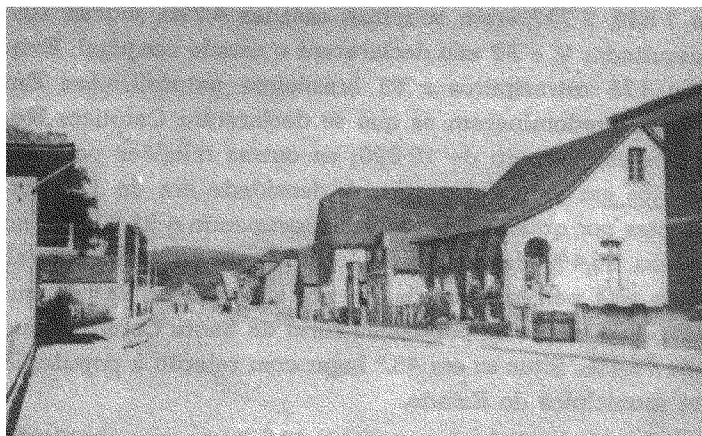
A atual Legislatura teve início em 1955, tendo sido eleito Prefeito, o Sr. Jorge Schuetz Júnior, e constituída a Câmara Municipal de 7 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Rodeio fica situado na zona fisiográfica da Bacia do Itajaí. A cidade fica a 110 quilômetros em linha reta da Capital do Estado. Possui as seguintes coordenadas geográficas: 26° 55' 35" de latitude sul e 49° 21' 45" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 88 metros na sede municipal, sendo o 30.º em ordem crescente de altitude no Estado.

CLIMA — Em geral quente e úmido. No verão, a temperatura atinge, muitas vêzes, a 37°C e mais, caindo no inverno para aproximadamente 10°C. As chuvas predominam no verão, com fortes trovoadas variando as precipitações anuais entre 1 400 e 2 000 mm.

ÁREA — A área do município é de 761 km², figurando em 42.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A altitude média varia entre 300 e 350 metros acima do nível do mar. Dois terços do território do município são de terreno acidentado, melhor diríamos: a parte que fica pròpriamente no litoral da Serra do Mar o têrço restante que fica nas proximidades do município de Serra Alta ou para estas bandas tomam a característica de chapadas onduladas,

Rua Barão do Rio Branco

anunciando a vizinhança das terras do Planalto de Canoinhas.

As elevações ocorrem formando pronunciadamente as vertentes do rio Benedito: são os pequenos vales dos grandes ribeirões, que chamam — rio Palmito, rio São João do Campo, rio Boa Esperança, rio Forcação, rio Santa Maria; — a exceção do Santa Maria, todos correm pela margem direita e são os mananciais formadores do rio Benedito.

Todos os cursos d'água do município de Rodeio são da bacia do Itajaí. E o mais importante é o rio Benedito que desce, para o município de Timbó, onde, em plena cidade, confluencia com o rio dos Cedros, e vai depois de dez quilômetros desembocar no Itajaí-Açu, nas imediações da Ponte Emílio Baumgart, na cidade de Indaial.

O rio Benedito tem suas cabeceiras na Serra do Mar, quase no ângulo formado pelos limites dos municípios de Serra Alta e Timbó com Rodeio. Seu primeiro tributário mais importante da margem direita é o rio Forcação, que desce do ângulo formado pelos limites dos municípios de Serra Alta e Ibirama com Rodeio; recebe as águas dos ribeirões — Tangará, Braço 110, Cruzeiro, rio Rigo, todos pela margem direita, e do Luiz Alves, Pavão, Tatete, pela margem esquerda; sua confluência com o rio Benedito, fica na região situada entre os lugarejos Heimat e Piave.

No tocante a saltos, podem ser citados: Salto Donner, no rio Benedito Novo, com 55 metros de altura, potência de 600 H.P. aproveitados. Corredeira no rio Santa Maria, aproveitada para movimento de 3 serrarias e uma pequena usina elétrica. Saltos nos rios Benedito, Forcação, Rigo, Capivari, Zinco e Alto Benedito Novo.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) De origem vegetal — Madeiras: canela, sassafrás, canela preta, cedro, pindaíba, jacarandá, ipê, peroba, bicuíba e canjerana. b) De origem mineral — há vestígios de carvão e ferro. Explora-se areia para construção, barro para olarias e pedras para alicerces e meios-fios. c) De origem animal — animais silvestres ainda são encontrados: cotias, pacas, ouriços, jaguatiricas, gambás, tatus, tamanduás, rapôsas, cães do mato e veados. No tocante às aves: tucanos, inhambus, macucos, galinhas-d'água, periquitos e saracuras.

POPULAÇÃO — A população de Rodeio, segundo o Recenseamento de 1950, era de 14 419 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 7 348; mulheres — 7 071, brancos 14 308; pardos — 15; pretos — 15, e 81 não declararam a côr. Das pessoas de 15 anos e mais, em número

de 7 830, 2 777 eram solteiras, casadas 4 796, viúvas 209, desquitadas 9, e 39 não declararam o estado conjugal. Existiam 126 estrangeiros e 83 brasileiros naturalizados. Em religião predominaram os que se declararam Católicos Romanos em número de 10 090; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade era de 18,9 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 38.º lugar no Estado. 86,4% da população localizam-se no quadro rural, sendo esta percentagem das menos elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 45.º lugar com relação à população dos municípios do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 43.º lugar em população relativamente às demais sedes de municípios de Santa Catarina.

É de 18 685 habitantes a população de Rodeio, em 1958, segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São três as aglomerações urbanas do município: — a cidade de Rodeio com 1 354 habitantes (663 homens e 691 mulheres); as vilas de: Benedito Novo com 414 habitantes (204 homens e 210 mulheres), e Doutor Pedrinho com 182 habitantes (97 homens e 85 mulheres), conforme dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu, no ano de 1955, Cr$ 15 102 277,00. O município assenta sua economia, principalmente, na agricultura. A produção de madeiras, exceto pinho serrado, tábuas, atingiu, no ano de 1955, 7 074 m³, valendo .... Cr$ 8 489 196,00; seguindo-se portas e janelas inclusive venezianas 11 708 m² no valor de Cr$ 3 054 240,00; óleo de sassafrás 45 963 kg no valor de (Cr$ 2 127 691,00; arados agrícolas de disco ou aiveca 1 192 unidades no valor de Cr$ 446 880,00; fécula de mandioca 70 000 quilograma no valor de Cr$ 280 000,00.

Dos 8 estabelecimentos industriais, 2 dedicam-se à produção de esquadrias e 2 são serrarias.

Das pessoas em idade ativa 27,38% (10 anos e mais) estão ocupadas no ramo "Agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: arroz, milho, fumo em fôlha, aipim, cana-de-açúcar, araruta, batata-doce, feijão (grão), batatinha, cana de forragem, cebola, amendoim, abóbora, melancia; como culturas permanentes, temos: uva, café, banana, laranja, bergamota. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de .... Cr$ 83 976 800,00. O valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de Cr$ 205 267 750,00. A percentagem da população ativa na indústria é de 1%.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957: a) De origem mineral: areia (65 850 toneladas, no valor de Cr$ 3 292 500,00); barro ou argila (22 580 toneladas, no valor de Cr$ 759 100,00); pedras para alicerce (5 550 metros cúbicos, no valor de Cr$ 1 221 000,00). b) De origem vegetal: carvão (998 800 kg, no valor de Cr$ 1 997 600,00); lenha (139 900 m³, no valor de Cr$ 9 793 000,00); óleo (20 328 kg, no valor de Cr$ 813 120,00). c) De origem animal: carne silvestre (1 730 quilogramas), no valor de Cr$ 51 900,00); couros (634 unidades no valor de .... Cr$ 15 892,00); mel (392 kg no valor de Cr$ 5 880,00).

No que se refere a produtos transformados ou não de origem animal, a produção atingiu em 1956 o valor de Cr$ 42 436 825,00, sendo os principais produtos: leite, (4 305 200 litros no valor de Cr$ 12 915 600,00); nata (312 690 kg, no valor de Cr$ 10 944 150,00); lingüiça (88 300 quilogramas, no valor de Cr$ 3 532 000,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se cem estabelecimentos comerciais (11 atacadistas e 89 varejistas), e uma Agência do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 3 emprêsas rodoviárias para passageiros e uma (1) para passageiros e cargas.

Dista a cidade cêrca de 200 km da Capital Estadual por rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por rodovia: 16 km até a cidade de Timbó; 232 quilômetros até Rio Negrinho; 43 km até Ibirama; 26 quilômetros até Indaial; 142 km até Itaiópolis.

Na cidade funciona uma Agência Postal-Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e uma Agência Telefônica de uso particular da Companhia Telefônica Catarinense.

No restante do município funciona uma Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Rodeio tem 1 354 habitantes, sendo a 43.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina. Segundo T. C. Jamundá (Interpretação Regional de Rodeio), "a cidade aninhou-se no vale do pequeno ribeirão São Pedro, perto da margem esquerda do rio Itajaí-Açu. É um aglomerado de casas, com pequenos pastos e pequenas culturas. O único elemento que estabelece sentido primário de traçado urbano é a rua principal onde fica a Prefeitura. O aglomerado, porém, na sua desarrumação, obediente às vantagens de fins agrícolas, dá aos olhos do observador uma paisagem onde nada há de urbanismo, nem elementar, nem clássico, porém, onde sobra exemplo de santa edificação do trabalho de todo o dia".

É servida de luz elétrica com 132 ligações domiciliares. Os edifícios mais importantes são: Igreja Matriz, Prefeitura Municipal, Grupo Escolar "Osvaldo Cruz", Pôsto de Saúde, Hospital São Roque, Salão Cristo Rei, Convento dos Padres Franciscanos, Colégio das Irmãs da Divina Providência, Colégio das Irmãs Catequistas. A cidade conta com 3 hotéis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA. — A assistência médica no município é prestada à população por 1 médico, 2 dentistas, 6 farmacêuticos e 3 auxiliares de saúde.

Um pôsto de saúde e 1 hospital servem à população com assistência médica em geral. Existem 5 farmácias no município.

COOPERATIVISMO — Na cidade funcionam as seguintes cooperativas: Cooperativa Agrária Mista de Benedito Novo — Resp. Ltda., instalada em 1912, com 596 sócios. Cooperativa Agrária Mista de Liberdade — Resp. Ltda., instalada em 1935, com 375 sócios.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 11 787 pessoas de 5 anos e mais,

sendo que 9 210, ou seja, 78,1 sabiam ler e escrever. Dêsse total, 4 697 eram homens e 4 513, mulheres. Na sede municipal, das 1 176 pessoas de cinco e mais, 1 086 sabiam ler e escrever, sendo 516 homens e 570 mulheres.

Ensino — Em 1956 funcionaram na cidade e no resto do município 52 unidades de Ensino Primário Geral com matrícula efetiva de 2 085 alunos, assim distribuídas: Fundamental Comum 48 unidades, com 2 043 alunos; Fundamental Supletivo 2 unidades, com 17 alunos e Complementar 2 unidades, com 25 alunos.

No tocante ao ensino extraprimário, funcionaram no município dois Cursos Normais Regionais e dois Religiosos de Noviciado, das Irmãs Catequistas e dos Franciscanos (OFM).

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Uma Associação Desportiva e Cultural: Sociedade Recreativa e Esportiva "Nacional Futebol Clube", dedicada ao futebol. A cidade possui dois cinemas: Cine Rex, com 330 lugares e Cine Royal, com 120 lugares, e uma biblioteca, a Biblioteca Barão do Rio Branco.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	1 028	821	480	794
1951	—	1 221	896	589	757
1952	—	1 563	1 203	645	1 176
1953	—	2 614	1 478	691	1 444
1954	—	3 342	1 542	782	1 366
1955	—	3 788	1 815	815	2 000
1956	(1) 863	5 218	2 833	1 478	2 818

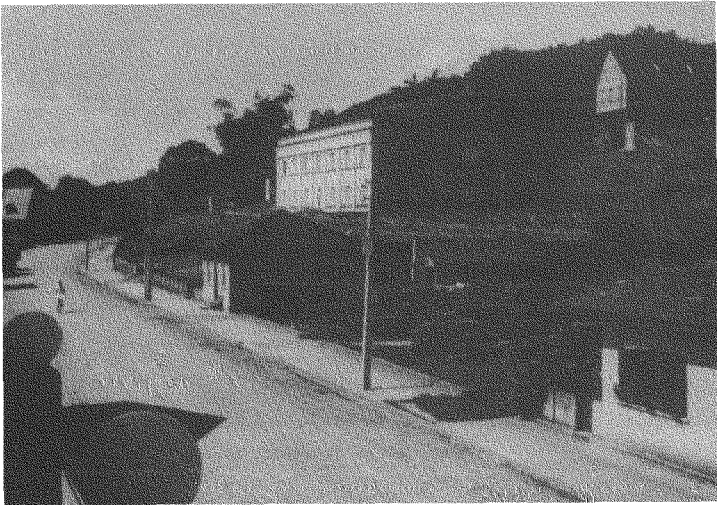
(1) A Coletoria Federal foi instalada em 13-3-1956.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES. — As principais manifestações populares são de caráter religioso, sendo os seguintes os festejos tradicionais do município: 4 de outubro, festa de S. Francisco, padroeiro da paróquia da sede Municipal, cuja festa se prolonga todo o dia, entrando pela noite a dentro; procissão do Corpo de Deus, ocasião em que são construídos altares e ornamentadas as ruas do trajeto do préstito; 14 de março, da instalação do município.

No que diz respeito a cultos, registra-se o seguinte: Culto Católico Romano: Paróquia de São Francisco de Assis, com 9 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, 13 capelas públicas, Paróquia de Santa Maria, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz e 7 capelas públicas. Culto Protestante: Igreja Evangélica Luterana de Benedito Novo, Igreja Adventista do 7.º Dia, Comunidade Evangélica de Benedito, com 3 Igrejas.

Como folclore, há em Rodeio a ocorrência do Terno de Reis, Desafios e Boi de Mamão.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — É "rodeiense" o patronímico dos que nascem em Rodeio.

Atribui-se a origem do nome ao fato de que os imigrantes que demandaram a região haviam descrito um trajeto em forma de círculo à procura de terras, tornando a voltar ao ponto de onde haviam partido e onde, então, resolveram se estabelecer. Daí a denominação Rodeio, de rodear.

Trecho da Rua Duque de Caxias

Rodeio pertence à Comarca e Têrmo de Indaial. O eleitorado do município de Rodeio, em 1958, era de 5 507 eleitores.

Em 31-XII-1957, existiam os seguintes veículos no município: a) Veículos a motor: automóveis 24, jipes 4, ônibus e micro-ônibus 5, camionetas 25, motocicletas 20, caminhões 93, tratores 8; b) Veículos a fôrça animada: Carros de 2 ou 4 rodas 7, bicicletas 1 403 e carroças de 4 rodas 1 049.

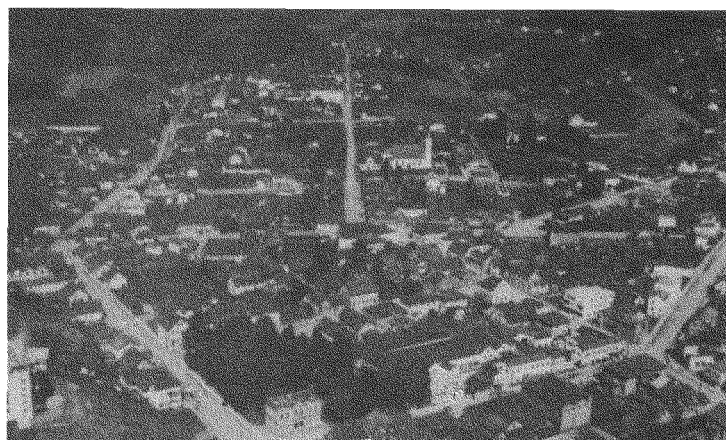
(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

SÃO BENTO DO SUL — SC

Mapa Municipal no 11.º Vol.

HISTÓRICO — Da pequena Fleken, aldeia encravada nas montanhas de matas densas que se erguem nas divisas da Boêmia (parte da história Áustria-Baviera), partiram com destino ao Brasil, no dia 14 de junho de 1873, cinco famílias intrépidas e desejosas de melhores dias. Integrantes de uma população extremamente pobre, sem maiores esperanças de uma existência menos atribulada, aquelas 27 criaturas não temeram as vicissitudes de uma jornada longa e aportaram, com disposição incomum de vencer, às terras desconhecidas do Novo Mundo. Foi no dia 5 de setembro daquele ano que o transatlântico "Sansibar" ancorou nas proximidades de uma ilha ao largo do pôrto de São Francisco, em Santa Catarina. E a partir dêsse dia, um sem número de sacrifícios, de atos heróicos, de abnegação e de desprendimento se constituíram em páginas inesquecíveis da história do desbravamento daquelas terras, onde hoje se ergue a florescente São Bento do Sul.

Contratados ainda em sua terra natal pela Companhia Colonizadora Hanseática, êsses autênticos bandeirantes destinaram-se a civilizar um planalto cujas florestas muito se pareciam, em pujança, com aquelas que os viram nascer na velha Europa Central.

Antônio Zipperer, Ignatz Rohrbacher, Georg Zipperer, Georg Stuber, Anton Duffeck e suas famílias foram os que rasgaram as primeiras picadas, germe das estradas dêstes dias, como também foram os que erigiram as primeiras palhoças nas terras ricas daquela cidade.

Vista aérea da cidade

Em 1876, graças aos esforços de seus desbravadores e de outros colonos que posteriormente lhes foram somados, pôde a colônia receber a visita do Dr. Alfredo D'Escragnolly Taunay, então Presidente da Província de Santa Catarina. Nesse ano, pela Lei provincial n.º 801, de 6 de abril, foi criado o distrito de São Bento.

Em 1878, porém, algo de inquietude se processa naquelas paragens. Descontentes com o desequilíbrio econômico-financeiro que tanto os fazia sofrer, 300 homens armados se dirigem a Joinvile numa tentativa desesperada de solução para os sérios problemas que já os angustiavam. Contudo, as conversações se efetivaram pacífica e cordialmente, tendo sido os bravos pioneiros contemplados com o auxílio financeiro de 1 conto de réis.

Tal como nos primeiros dias de sua vida, volta São Bento, no ano de 1880, a envolver-se com os paranaenses em questões de limites. Nesse ano visita a colônia o Barão de Capanema.

Pela Lei provincial n.º 1 030, de 21 de maio de 1883, foi criado o município, então denominado São Bento (por devoção a êste santo), desmembrado do de Joinvile, o qual foi instalado, em 30 de janeiro de 1884.

Em 1885, o município recebe as visitas honrosas do Conde D'Eu e do Presidente da Província, Dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá.

E assim veio palmilhando o caminho do progresso, através dos tempos, aquêle município altamente promissor. Numa sucessão natural, em conseqüência do seu próprio desenvolvimento, foi adquirido tudo aquilo que caracteriza, quer no setor da atividade particular, quer no da administração pública, a cidade moderna mais exigente.

Pelo Decreto estadual n.º 102, de 18 de agôsto de 1891, foi criada a Comarca, instalada a 15 de outubro do mesmo ano.

Em 1893, quando parecia que a vitória já coroava os esforços dos fundadores de São Bento, o Brasil foi sacudido pela mais violenta e sanguinária das guerras civis, a Revolução Federalista.

A recém-proclamada República Brasileira ainda não pudera consolidar-se definitivamente, fruto das causas pouco sólidas em que alicerçavam seus fundamentos.

Na Capital Federal, Floriano Peixoto toma com seu pulso de ferro o poder, disposto a salvar a situação pela violência.

No Rio Grande do Sul há luta de caráter local, e que parlamentaristas insuflados pelo tribuno monarquista Gaspar Martins procuravam tirar do poder o presidencialista amigo de Floriano, Júlio de Castilhos. Foi dessa luta, que em pouco tomou caráter nacional, que surgiram as ondas tenebrosas que tão funestas conseqüências trouxeram à pequena povoação de São Bento.

De um lado a Marinha Brasileira, comandada por Saldanha da Gama, que desejava a restauração da monarquia; do outro lado os "governistas", que apoiavam o Marechal Floriano Peixoto, Chefe do Govêrno, queriam assegurar a sobrevivência da República.

Além dêsses, havia as hordas revolucionárias do Rio Grande do Sul, em que se misturavam parlamentaristas de Gaspar Martins, marinheiros, tropas de linha e sanguinolentos aventureiros comandados por incultos caudilhos, de tão desagradável memória aos antigos moradores de São Bento. Êles também se proclamavam "federalistas", nome pelo qual se tornaram conhecidos, pois queriam a República Federada Brasileira.

Rechaçadas no Rio Grande do Sul, pelas tropas legais de Pinheiro Machado, resolveram as fôrças federalistas, num golpe de audácia e à convite dos anti-florianistas do Paraná e São Paulo, marchar diretamente sôbre aquêles estados, e atingir a Capital Federal, onde Floriano Peixoto se encontrava às voltas com a esquadra revoltada.

A reação, porém, partindo do Paraná fêz com que São Bento, pela sua situação geográfica, se bem que não se transformasse pròpriamente em campo de batalha, pelo menos estivesse bem próximo disto e muito sofreu sòmente por essa proximidade. A paixão política também tinha lançado suas sementes no novo povoado. Apesar de sua origem estrangeira, alguns dentre os mais cultos dos colonos já vinham embaídos das idéias liberais e sociais que vicejavam na Europa no século passado.

Dêstes, distingue-se o Dr. Wolf, médico e jornalista que, através de seu jornal "A legalidade", lançava seus ditos e verrinas envenenadas, de uma impertinente malícia, que bem demonstrava o ardor com que se atirou à luta.

Felipe Maria Wolf abraçou a causa florianista e teve destacadíssima atuação no cêrco da Lapa, onde dividiu com o Dr. Leôncio Correia os encargos de um hospital improvisado no heróico reduto e também assistiu os últimos momentos do salvador da República, o general Antônio Ernesto Gomes Carneiro.

Com os revolucionários lutou Filgueiras de Camargo, chefe político de origem nativa, comandante da Guarda Nacional de São Bento, que teve fim trágico, assassinado misteriosamente, e Alberto Maltschitzky, também assassinado quase à mesma época.

Invadida Santa Catarina pelas tropas federalistas, em Destêrro (atual Florianópolis) fizeram junção com a esquadra e aí instalaram um govêrno nacional revolucionário. As fôrças legais do Rio Grande do Sul não prosseguiram na ação defensiva fora de seu Estado, deixando Santa Catarina completamente à mercê dos federalistas.

O Marechal Floriano, tentando estimular a reação florianista mandou para o 5.º Distrito Militar, no Paraná, o general Clemente Argolo, herói da Guerra do Paraguai.

Êste, assim que assumiu o comando em Curitiba resolveu agir ofensivamente contra os adversários e lançou-se para o sul, pelo caminho de Rio Negro, rumo a São Bento.

Foi esta a primeira vez que São Bento ia ser ocupado por fôrças em luta e isto alarmou a população que resolveu defender-se de possíveis saques e pilhagens; para isto reuniram-se em Lençol os homens válidos da colônia e armaram-se como puderam, dispostos a tudo.

Alguém, acertadamente, porém, sugeriu que se mandasse ao encontro das fôrças, que já se supunha em Rio Prêto, emissários que pedissem garantias ao respectivo comandante. Foram então despachados os senhores F. Kamienky e Agostinho Ribeiro, os quais encontraram a vanguarda do general Argolo em Rio Prêto, onde obtiveram imediatamente as garantias de vida e propriedade pedidas.

De fato, tratava-se de tropas regulares comandadas por oficiais de linha e nada seria de temer, como aconteceu.

Em 10 de novembro então, o general Argolo fêz aparatosamente sua entrada em São Bento, e no dia seguinte, no palacete Wolf (residência Kahlhofer), proclamou o novo Govêrno Legal de Santa Catarina em oposição ao de Florianópolis.

Num interessante diário de um dos componentes do Estado-Maior dessa fôrça, encontramos elogiosas referências ao povoado, que surpreendeu ao autor pelo aspecto típico europeu e pela franca hospitalidade encontrada, regada a bons vinhos da terra bem como à magnificência do palacete Wolf.

Argolo nomeou novas autoridades municipais, e preparou-se para continuar na retomada do Estado, que por enquanto se lhe afigurava tão fácil. Alguns dias mais tarde, porém, teve notícia de que em Campo Alegre havia chegado importante coluna revolucionária, a mando do general Piragibe, cujas vanguardas já se encontrariam na Serrinha do Gatz. Esta notícia chegou a causar pânico na pacata população que viu sua cidade transformada em campo de batalha.

Argolo porém numa atitude desconcertante, preferiu bater em retirada, fazendo-o imediatamente em direção a Rio Negro, procurando retardar a perseguição do inimigo, destruindo as pontes à sua retaguarda. Essa retirada foi realizada até o Rio da Várzea (Paraná), com sangrentos combates nas localidades de Rio Negro e na ponte do Rio da Várzea, onde aguardava Argolo, seu substituto, o malogrado general Gomes Carneiro, que Floriano, apressadamente enviara para salvar a situação.

A essa retirada aderiram também as autoridades municipais de São Bento como o Dr. Wolf, que fôra Presidente da Câmara Municipal. Outros comprometidos acharam mais prático, enfurnarem-se nas abundantes matas que cercavam a colônia, até que se desanuviassem os horizontes políticos.

A 15 de novembro, domingo, apresentaram-se então na colônia as tropas revolucionárias de Piragibe. Avançaram simultâneamente pelas estradas Wunderwald, e D. Francisca, tendo aquêle General estabelecido seu Quartel General no quilômetro 76 desta estrada, na casa de negócios do colono Adolfo Tomsem. À entrada dos primeiros ele-

Igreja-Matriz e Ginásio São Bento

mentos federalistas na cidade, sucedeu um fato que teria certa comicidade, se não resultasse a morte de um habitante local, primeiro tributo de sangue "são-bentense", sacrificado à sanha revolucionária. Como da outra vez, os colonos se reuniram e pretenderam ingênuamente defender seus haveres e povoado; para isso armaram-se como puderam poucos com armas de fogo, a maioria de foices, machados e outras improvisações bélicas porém não tinham ainda se concentrado, quando lhes surgiu em cima um piquete de cavalaria federalista. Ante a surprêsa, arrefeceu o entusiasmo guerreiro dos habitantes que, desorientados, ficaram sem ação, até que um dêles, querendo remediar a situação, teve a infeliz idéia de saudar os recém-chegados. Fê-lo porém de maneira extravagante, pois não conseguindo expressar-se em português, resolveu segurar a rédea do cavalo do militar que julgou ser comandante e tentou, à guisa de saudação brandir a espada que trazia. Ante tal demonstração, os pseudos-adversários dispararam contra o aglomerado civil, dispersando-o, ficando porém mortalmente ferido um colono de nome Koehler.

Conta-se que durante o pânico que se seguiu, um dos fugitivos clamava na corrida "logo a mim que foram matar".

São Bento, caiu, assim, nas mãos dos revolucionários, que imediatamente nomearam autoridades entre seus simpatizantes. Não tardaram, porém, as violências e coações. Foi organizado um Batalhão Patriótico, ao qual voluntàriamente muitos habitantes tiveram que aderir, bem como pôr seus bens à disposição do Govêrno Federalista e Libertador do Brasil.

Eram requisitados sem quaisquer formalidades, cavalos, gado, viaturas, e às vêzes, os próprios proprietários, eram obrigados a prestar serviços como condutores.

Quando acesa ia a luta em Tijucas e na Lapa ambos no Paraná, São Bento era como que zona de retaguarda, das fôrças revolucionárias e grande era o movimento de reabastecimentos em víveres, munições, recursos êstes que eram tirados dos próprios locais, o que importava em sacrifícios aos da terra. Neste ponto o vizinho Município de Campo Alegre ainda sofreu mais, pois de lá se ouvia o canhoneio de Tijucas, e em casa de Anibal Cezar da Rocha, em São Miguel, instalaram um hospital de emergência, onde eram tratados os feridos mais graves.

Os colonos obrigados a transportar em suas viaturas as munições para a frente de combate, eram obrigados na volta a transportar feridos.

Vista de uma das principais ruas da cidade

Muitos saques, pilhagens e violências se realizaram nessa ocasião de insegurança, que se prolongou até fevereiro de 1894, pois a tomada de Tijucas e mais tarde a queda da Lapa, fizeram com que os federalistas, avançando para Curitiba, deixassem, definitivamente, essas plagas. Sua vitória foi porém efêmera, pois o sublime sacrifício de Gomes Carneiro, na Lapa, deu tempo a Floriano de desembaraçar-se da Esquadra revoltosa e acumular recursos em São Paulo, os quais mais tarde desbarataram os revolucionários do Paraná. Êstes, na sua retirada de volta para o Rio Grande do Sul, agora sem o apoio da Marinha, preferiram as rotas mais para o interior, passando pelo Contestado e por Rio Negro—Lajes, deixando definitivamente em paz o Município de São Bento.

A impressão deixada foi porém tão profunda, que durante anos ainda, qualquer presença, mesmo pacífica de indivíduos com indumentária "à gaúcha" causava apreensões e desconfianças.

Infelizmente, também, com a vitória do Govêrno, houve perseguições aos adversários políticos vencidos. Não se chegou, felizmente, aos excessos criminosos de Curitiba e Destêrro, onde foram fuzilados sumàriamente figuras como o Barão de Serrão Azul e o marechal Gama D'Eça.

Aqui, porém, muitos federalistas tiveram que ficar refugiados durante longo tempo. Acredita-se mesmo que os assassínios de Filgueiras de Camargo e Maltschitzky, em 1897, não foram estranhos às paixões políticas ainda latentes.

Teve São Bento, assim, aos 20 anos de existência sua experiência guerreira, a qual, apesar dos sofrimentos causados não conseguiu deter-lhe a senda do progresso, para o qual prosseguiu vitoriosamente.

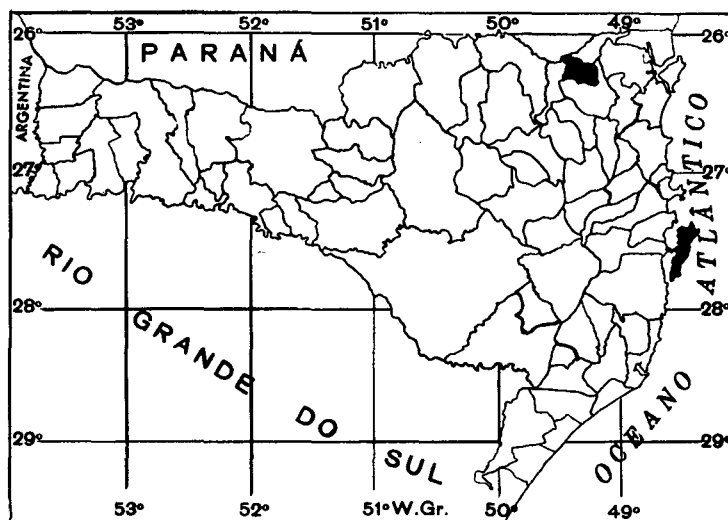
Pelo Decreto-lei estadual n.º 941, de 30 de dezembro de 1943, que fixou a divisão territorial vigente no qüinqüênio 1944-1948, o município e seu distrito-sede passaram a denominar-se Serra Alta.

Êsse topônimo, por fôrça da Lei n.º 126, de 21 de setembro de 1948, foi substituído pelo atual São Bento do Sul.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O quadro administrativo e judiciário de São Bento do Sul, em vigor em 1.º de março de 1958, era o seguinte: Comarca, Têrmo e Município: São Bento do Sul, constituído do distrito da sede.

A Comarca abrange ainda os municípios de Campo Alegre e Rio Negrinho, ambos constituídos apenas dos distritos das sedes.

A atual legislatura teve início em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal, o Sr. Carlos Zipperer Sobrinho e constituída a Câmara da Municipalidade, com 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — São Bento do Sul se localiza na zona fisiográfica de Canoinhas. A sede municipal dista 171 km da Capital do Estado, sendo a 33.ª cidade entre as mais próximas de Florianópolis. Sua posição geográfica é a seguinte: 26º 14' 55" de latitude sul e 49º 22' 50" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A cidade localiza-se a 807 metros acima do nível do mar, colocando-se em 59.º lugar em altitude entre as demais sedes municipais do Estado.

CLIMA — O município tem clima salubérrimo, motivo por que muitos médicos o recomendam como estância climatérica. No verão, é sêco e quente durante o dia, refrescando à noite. A temperatura máxima é de 35ºC. No inverno a temperatura chega a atingir 0ºC, quando então ocorrem as nevadas. A temperatura média anual é de 17ºC. As chuvas têm ligeira predominância durante o verão. A precipitação aquosa anual varia de 1 500 a 2 000 mm.

ÁREA — A área municipal é de 468 km², sendo o 46.º município em extensão territorial no Estado.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do Município são os rios Vermelho, Banhados, dos Bugres e Negro (na divisa com o Estado do Paraná), todos com pequeno volume d'água. No rio Vermelho se encontra a queda do mesmo nome, com 44 metros de altura, explorada.

RIQUEZAS NATURAIS — Entre as de origem mineral, constituem as principais riquezas, as pedras para rebolo, o saibro e a areia para construção.

As mais importantes riquezas de origem vegetal são as madeiras em geral, principalmente o pinho, a imbúia e o cedro.

POPULAÇÃO — A população de São Bento do Sul, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 15 204 habitantes e tinha a seguinte composição: homens 7 838; mulheres 7 366; brancos 14 563; pardos 570; pretos 55, e 16 não declararam a côr. Das pessoas de 15 anos e mais em número de 8 982, 2 867 eram solteiros; casados 5 672; viúvos 388; desquitados 24, e 31 não declararam o estado conjugal. Existiam 336 estrangeiros e 31 brasileiros naturalizados. Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos, em número de 12 661. As outras religiões possuem adeptos em pequena escala.

A densidade de população era de 32,4 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 15.º lugar em relação à densidade dos demais municípios.

A zona rural congrega maior percentagem de população, 57,8% sendo esta das menos elevadas no Estado e inferior à média relativa a Santa Catarina que é de 76,4%.

O Município é o 43.º entre os mais populosos do Estado e a cidade ocupa o 23.º lugar em população, relativamente à população das demais sedes municipais.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A única aglomeração urbana é a cidade de São Bento do Sul, com 2 712 habitantes, sendo 1 279 homens e 1 433 mulheres. Êsses dados foram obtidos no último Recenseamento Geral do Brasil (1950).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A indústria é a principal atividade econômica do Município. A percentagem de população ativa nesse ramo é de 6%. A produção industrial atingiu, em 1955, Cr$ 142 583 469,00.

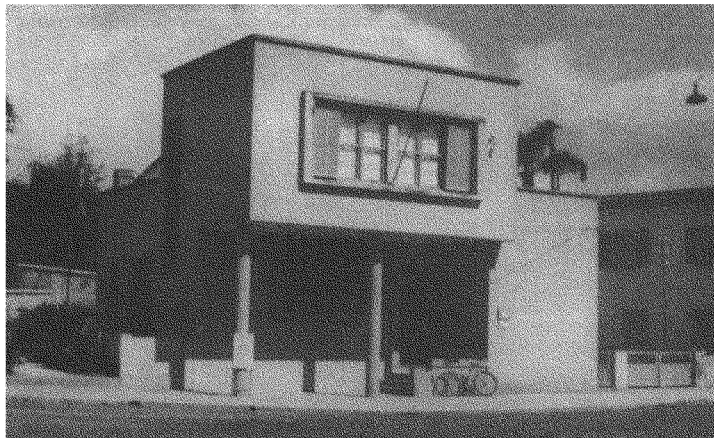
A produção de escôvas para roupas e calçados atingiu, no mesmo ano, 881 000 unidades, valendo .... Cr$ 27 122 000,00. Seguindo-lhe a de fios de algodão puro (526 999 kg, no valor de Cr$ 22 484 683,00); pincéis e brochas para pintura (222 000 unidades, no valor de ..... Cr$ 13 265 000,00); móveis em geral (14 271 unidades, valendo Cr$ 9 466 082,00) e cadarços (18 224 118 unidades, avaliadas em Cr$ 6 611 006,00).

Dos 33 estabelecimentos industriais, 4 dedicam-se à produção de artefatos de madeira, 1 de fios de algodão e 4 de tecidos de algodão.

Estima-se em 20,73% a percentagem de pessoas em idade ativa (10 anos e mais) ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: milho, batatinha, batata-doce, aipim, feijão (grão), trigo, centeio, arroz, abóbora, mandioca, fumo em fôlha, ervilha, cana-de-açúcar; como culturas permanentes, temos: uva, banana, laranja, pêssego, pêra, limão, maçã, bergamota, café, marmelo. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 38 619 305,00.

A população pecuária, no ano anterior àquele havia sido avaliada em Cr$ 25 236 950,00.

Com referência à produção extrativa, estimativa da Agência Municipal de Estatística apresentou como principais os seguintes produtos:

a) de origem mineral: barro ou argila (6 500 toneladas, no valor de Cr$ 455 000,00); vasos (16 000 unidades, no valor de Cr$ 544 500,00); rebolos (15 100 kg, no valor de Cr$ 362 400,00);

Agência dos Correios e Telégrafos

b) de origem vegetal: erva-mate (200 000 kg, no valor de Cr$ 1 100 000,00); lenha (11 500 m³, no valor de Cr$ 1 380 000,00); pasta mecânica (2 200 000 kg, no valor de Cr$ 11 000 000,00);

c) de origem animal: carne animal (360 kg, no valor de Cr$ 7 200,00); couros (81 unidades, no valor de Cr$ 865,00).

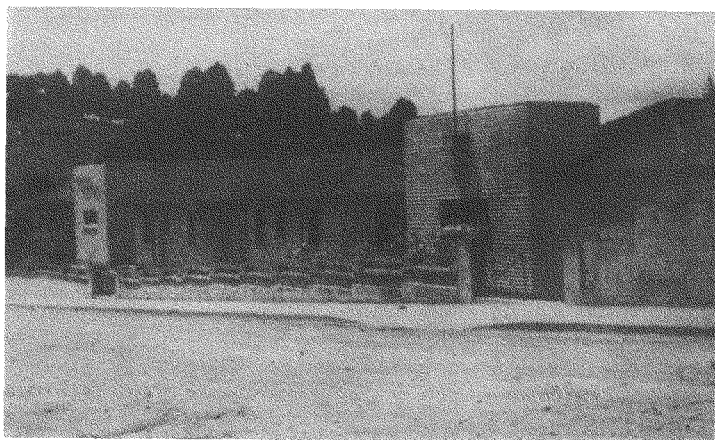
A indústria de produtos transformados de origem animal referente ao ano de 1956 foi avaliada em .... Cr$ 8 474 985,00. As principais produções foram a de banha (80 300 kg, no valor de Cr$ 3 212 000,00), salsichas (31 000 kg, no valor de Cr$ 1 240 000,00) e lingüiça (15 000 kg, avaliada em Cr$ 525 000,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se mais de cem estabelecimentos comerciais (3 atacadistas e 108 varejistas). Funcionam ainda no município as agências dos seguintes bancos: Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO), Banco Nacional do Comércio S.A. e Banco Mercantil e Industrial do Paraná S.A.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — São suas principais rodovias: a estrada D. Francisca, que liga o município a Campo Alegre, Joinvile, Rio Negrinho, Mafra, etc., e a estrada que conduz à Curitiba, via Mato Prêto, Trigolândia, etc. As distâncias por meio de rodovias são: até Florianópolis, Capital do Estado, 297 km; até Campo Alegre, 25 km; até Joinvile, 93 km; até Jaraguá do Sul, 62 km; até Rio Negrinho, 18 km; até Curitiba (via Mato Prêto), 110 km; até Mafra, 77 km; e até Rio Negro, no Estado do Paraná, 78 km.

O município é servido por 4 emprêsas rodoviárias para passageiros (1 exclusivamente para cargas) e 1 emprêsa ferroviária da Viação Férrea Paraná—Santa Catarina.

A cidade está dotada de uma agência postal telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma agência telegráfica da Viação Férrea Paraná—Santa Catarina e uma telefônica de uso público da Companhia Telefônica Catarinense. No interior do município funcionam 3 agências (postal, telegráfica e telefônica) do Departamento dos Correios e Telégrafos e duas agências telegráficas da Viação Férrea Paraná—Santa Catarina.

ASPECTOS URBANOS — São Bento do Sul, apelidada "Cidade das Hortências" é uma cidade encantadora, de

Grupo Escolar Municipal

construções modernas, ruas bem cuidadas, comércio desenvolvido, indústria dinâmica, jardins floridos e arborizados.

Sua população é de 2 712 habitantes. Relativamente à população das demais sedes municipais catarinenses, São Bento do Sul classifica-se em 23.º lugar.

Dos 36 logradouros públicos da cidade, 34 são pavimentados.

Tôdas as ruas do perímetro urbano são totalmente iluminadas, sendo que as do suburbano o são, apenas parcialmente. A iluminação domiciliar é completa na cidade, tendo sido efetuadas 675 ligações, e abrange vários povoados da zona rural. A energia elétrica é fornecida pela Emprêsa Sul Brasileira de Eletricidade S.A., com sede em Joinvile. Algumas indústrias do município adquiriram geradores próprios, a fim de serem utilizados por ocasião dos racionamentos.

Os edifícios mais importantes da cidade são: a Igreja Matriz, o Grupo Escolar "Professor Orestes Guimarães", a Prefeitura Municipal, o Hospital Sagrada Família, a Agência Postal Telegráfica do D.C.T., a Igreja "Puríssimo Coração de Maria", o Colégio "São José", o Ginásio "São Bento", a Sociedade de Caça, Tiro e Pesca "23 de Setembro" e o Edifício Augusto Klimmek S.A.

A cidade dispõe de 4 hotéis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há apenas o Hospital Sagrada Família, de clínica geral e cirúrgica, com um total de 22 leitos; possui um aparelho de raio X, para radioscopia e radiologia.

Dois médicos, três dentistas e três auxiliares de saúde prestam assistência médica à população.

Funcionam no Município duas farmácias.

COOPERATIVISMO — Na cidade funciona a Cooperativa de Consumo dos Empregados nas Indústrias Augusto Klimmek Limitada S.A., instalada em 1956, com 100 associados.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 12 761 pessoas de 5 anos e mais sendo que 9 886, ou seja, 77,4%, sabiam ler e escrever. Dêsse total, 5 251 eram homens e 4 635 mulheres. Na sede municipal, das 2 338 pessoas de cinco anos e mais, 2 077 sabiam ler e escrever, sendo 978 homens e 1 099 mulheres.

Ensino — Em 1956 funcionaram na cidade e no resto do município 28 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 1 543 alunos, assim distribuídas: Pré-Primário Infantil, 2 unidades, com 117 alunos; Fundamental Comum, 24 unidades, com 1 385 alunos e Complementar, 2 unidades, com 41 alunos.

No tocante a ensino extraprimário, funcionaram no município o Ginásio São Bento (curso ginasial); um Curso de Datilografia; um de artes domésticas; um normal regional e um Curso de música.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — As principais associações culturais são a Sociedade Literária São Bento e a Sociedade Ginástica e Desportiva São Bento, na qual se praticam várias modalidades de desportos. Sob todos os aspectos admirável é a Orquestra Juvenil da Escola de Música, fundada por esta sociedade desportiva, por ocasião do seu 30.º aniversário de fundação. Os jovens que integram a Orquestra Juvenil se constituem em reserva promissora da afamada Banda "Treml" conjunto musical de tradições e motivo de real orgulho para o povo de São Bento do Sul — e da Orquestra de Concertos, formada por adultos amadores.

Dois cinemas funcionam na cidade: o Cine Brasil, com 792 lugares e ótimas condições de confôrto e o Cine-Teatro São Luís, com 120 lugares.

O periódico Tribuna de São Bento é o único jornal que se edita em São Bento do Sul.

FINANÇAS PÚBLICAS — A arrecadação das receitas públicas do município, no período 1950-1956 atingiu as seguintes importâncias:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	5 657	4 908	1 557	710	1 452
1951	7 339	6 221	1 820	991	1 228
1952	9 837	7 197	2 547	1 138	2 261
1953	12 880	8 520	3 364	286	2 461
1954	16 202	7 479	2 475	807	1 661
1955	26 064	9 289	2 529	853	2 498
1956	32 115	14 366	3 190	941	3 687

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Foi em São Bento do Sul que se instalou a primeira Câmara do país, composta inteiramente de elementos republicanos e a sua população se deixou dominar por grande júbilo, quando teve notícia das leis emancipadoras e da proclamação da República.

Os principais monumentos históricos de São Bento do Sul, são: um obelisco dedicado aos fundadores da cidade, situado no jardim Getúlio Vargas; um marco de granito colocado sôbre o túmulo do primeiro colonizador falecido no Município; e o "Marco das Coordenadas", localizado no jardim Getúlio Vargas, construído por iniciativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal festividade religiosa é comemorada no dia 21 de março — Festa de São Bento, padroeiro do Município.

Do Culto Católico Romano faz parte a Paróquia Puríssimo Coração de Maria, com 1 sacerdote, 1 igreja Matriz e 4 igrejas.

Pregam o Culto Protestante a igreja Assembléia de Deus (pentecostes) e a comunidade evangélica de São Bento do Sul.

As manifestações folclóricas mais conhecidas no lugar são o "Terno de Reis" e o "Malhar do Judas".

A principal efeméride cívica é o "Dia da Instalação do Município", comemorado a 30 de janeiro.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em São Bento do Sul recebem o nome de "são-bentenses".

Em 1958, o número de eleitores qualificados era de 4 117.

São Bento do Sul é sede de Comarca e Têrmo, abrangendo ainda os municípios de Campo Alegre e Rio Negrinho.

O número de veículos existentes em 31-12-957 era de 2 634, assim discriminados: automóveis, 77; jipes, 4; ônibus e micro-ônibus, 10; camionetas, 21; motociclos, 17; caminhões, 101; tratores, 5; carros (de 2 ou 4 rodas), 9; bicicletas, 1 880; e carroças (de 4 rodas), 610.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

SÃO CARLOS — SC

Mapa Municipal no 13.° Vol.

HISTÓRICO — Foi no ano de 1927 que a Companhia Territorial Sul Brasil, tendo como Diretor o Dr. Carlos Kullmeyer, deu início à colonização da região que compreende o atual município de São Carlos.

Para compor o primeiro grupo, foram escolhidos os Srs. Gustavo Johann, João Schnen, Artur Heydt e Willibaldo Sehnem, êste único sobrevivente, a cuja colaboração se deve êste relato.

A pequena caravana teve que enfrentar, além da hostilidade da mata, das feras e das serpentes, as dificuldades resultantes da falta de meios de transporte, uma vez que dispunha apenas do rio Uruguai, como única via de comunicação.

Fazendo uso de uma lancha da companhia colonizadora, patriram êles da localidade de Cascalhos, 5 km abaixo de Iraí, e subiram o caudaloso Uruguai, até o ponto em que êste recebe as águas do rio Chapecó, seu afluente da margem direita. Ali aportaram a 4 de junho de 1927, dando, posteriormente, ao local o nome pitoresco de "Pôrto dos Cantadores", em virtude de ali passarem suas horas de descanso, cantando velhas canções populares.

Mais tarde, em homenagem ao Dr. Carlos Kullmeyer, foi dado à nascente localidade o nome de São Carlos.

Localizado que estava o núcleo em pleno sertão, continuou o rio Uruguai a ser a única via de comunicação; apenas as lanchas se aventuravam a subir o rio, enquanto que as pesadas balsas eram obrigadas a serem montadas em Gôyo-En, e passando por Nonoai; desciam o rio, aproveitando a correnteza. Essas balsas eram feitas de madeira serrada, com cêrca de 250 tábuas, aproximadamente, cada uma, utilizando-se essa madeira para a construção de casas.

Em 1928, requerendo o desenvolvimento da colônia um número sempre maior de tábuas, foi montada a primeira serraria, cuja iniciativa coube aos irmãos Sehnem. A maquinaria foi trazida por via fluvial e desembarcada a 1 600 metros do local, onde se efetuou a montagem.

Vista parcial da cidade

Nesse ano foi também aberta a primeira estrada, que pôs São Carlos em comunicação com Palmitos e Iraí, êste no Rio Grande do Sul. A partir de então, grande parte das necessidades da colônia passou a ser atendida também por intermédio dessa segunda via de comunicação, o que veio contribuir para um melhor desenvolvimento do florescente núcleo.

Fato digno de nota, no tocante ao povoamento foi o de haver a Companhia Territorial Sul Brasil distribuído a colonização de forma a que, para Palmitos, foram apenas os Protestantes Evangélicos, do Sínodo Rio Grandense, ao passo que, em São Carlos, eram localizados os católicos, o que se conservou por algum tempo.

Em 1928, o Reverendíssimo Padre Henrique Ofenhitzer prestou a primeira assistência religiosa aos moradores de São Carlos, tendo percorrido, a cavalo, os 120 quilômetros que separavam êste núcleo do Pôrto Novo (hoje Itapiranga).

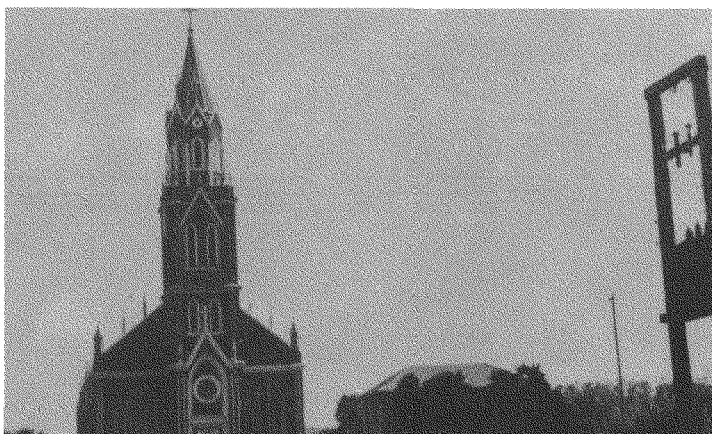
Posteriormente, outros padres da mesma congregação (Missionários da Sagrada Família) continuaram a atender a nova comunidade, até que, a 2 de abril de 1931, foi instalada a Paróquia de São Carlos Borromeu, padroeiro da sede municipal, sendo seu primeiro pároco o Reverendíssimo Padre Henrique Bue.

Sòmente em 1933 é que foi aberta uma primitiva estrada, ligando São Carlos com a sede do município de Chapecó.

Em 1938, tendo em vista o desenvolvimento por que passava São Carlos, foi o núcleo elevado à categoria de distrito, na qualidade de 14.° distrito de Chapecó.

Em 1951, aproximadamente 2/3 do território do então distrito de São Carlos, foram desmembrados, passando a constituir um novo distrito de Chapecó, denominado Saudades.

Em 1953, foi fixado o novo quadro territorial do Estado de Santa Catarina, sendo criado, juntamente com outros, o município de São Carlos, compreendendo os distritos de São Carlos e Saudades. Sua instalação se verificou a 21 de fevereiro de 1954, sendo seu primeiro Prefeito Provisório o Sr. Silvenio Piccoli.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito foi criado pelo Decreto-lei estadual n.° 238, de

Igreja-Matriz Municipal

1.º de dezembro de 1938, ocorrendo sua instalação a 1.º de janeiro de 1939.

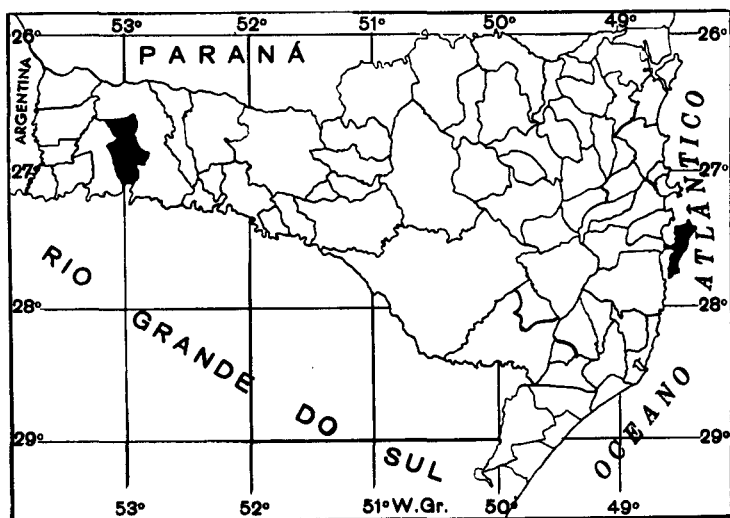
Pela Resolução n.º 10, de 29 de outubro de 1953, da Câmara Municipal de Chapecó, foi criado o município, com território desmembrado do de Chapecó. Aprovada essa Resolução pela Lei n.º 133, da Assembléia Legislativa, de 30 de dezembro de 1953, sua instalação deu-se a 21 de fevereiro do ano seguinte.

O município pertence à Comarca de Palmitos.

O seu quadro administrativo, em 1.º-III-958, era o seguinte: Município — São Carlos.

Distritos componentes: São Carlos (sede), Pinhalzinho, Saudade e Vila Modêlo.

A atual legislatura teve início em 1954, tendo sido eleito Prefeito, o Sr. Albino Schonberger e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — São Carlos localiza-se na zona fisiográfica do Oeste. A cidade fica a 438 quilômetros em linha reta da Capital do Estado e tem como coordenadas geográficas: 27° 06' 00" de latitude sul e 53° 01' 00" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 284 m na sede municipal, sendo o 37.º em ordem crescente de altitude, no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — Em geral frio, apesar de que, em poucos períodos do verão a temperatura alcança quase 36°C. As chuvas predominam na primavera, sendo que as precipitações anuais variam entre 1 700 e 2 000 mm. No inverno a temperatura desce abaixo de 10°C. Sujeito a freqüentes geadas. Muito propícia à agricultura.

ÁREA — A área do município é de 957 km², figurando em 35.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Uruguai, divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Largura média de 1 000 metros chegando mesmo à máxima de 1 600 metros. Escoadouro de madeira na época das cheias. Rio Chapecó — divisa entre os municípios de São Carlos e Chapecó. Também aproveitado como escoadouro de madeira, tem largura média de 200 metros. Salto de Chapecó — no rio Chapecó, com potência aproximada de 2 000 H.P., inaproveitado; Corredeira Comprida situada em Linha Prata, com uma extensão de 7 quilômetros constituindo apreciável queda no rio. Ilha da Barra do Chapecó, com 50 hectares, tem parte cultivada, mas é desabitada.

POPULAÇÃO — A população de São Carlos, segundo o Recenseamento de 1950, era de 7 877 habitantes.

A densidade era de 8,2 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 60.º lugar no Estado. Da população, 91,4% localizam-se no quadro rural, sendo esta percentagem das mais elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina que é de 76,4%. Situa-se em 62.º lugar, com relação à população dos municípios do Estado.

A cidade todavia, ocupa o 64.º lugar em população, em relação às demais cidades do Estado.

AGLOMERAÇÕES URBANAS —Por ocasião do Recenseamento de 1950, havia apenas uma aglomeração urbana no atual território do município: a vila (hoje cidade de São Carlos com 671 habitantes, cuja composição era: homens 324 e mulheres 347.

Àquela época a cidade colocava-se entre as dez menores cidades do Estado.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) De origem mineral — águas termais, areia e pedra para construção e barro para olarias.

b) De origem vegetal — cedro, louro e pinho.

c) De origem animal — peixes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu, no ano de 1955, a Cr$ 1 160 250,00.

O município assenta sua economia, principalmente, na indústria da madeira. A produção de madeira exceto pinho serrado, tábuas, atingiu, no ano de 1955, a 1 547 m³, no valor de Cr$ 1 160 250,00.

O único estabelecimento industrial, ocupando mais de 5 operários é uma serraria.

Estima-se que 25% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: feijão (grão), aipim, cebola, trigo, batatinha, alfafa, amendoim com casca, abacaxi, cevada, centeio, aveia (grão); como culturas permanentes temos: a banana. O valor da produção agrícola, em 1957 foi de .. Cr$ 68 340 240,00. O valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de Cr$ 110 428 300,00.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957:

a) De origem animal: areia (850 t, no valor de .... Cr$ 374 000,00); tijolos (1 250 milheiros, no valor de Cr$ 1 212 000,00); pedras para alicerces (1 400 m^3, no valor de Cr$ 462 000,00).

b) De origem vegetal: Carvão (37 000 kg, no valor de Cr$ 89 400,00); lenha (575 000 m^3, no valor de .... Cr$ 78 100,00; madeira (10 860 m^3, no valor de ...... Cr$ 6 353 500,00).

c) De origem animal: peixes (Cr$ 70 000,00).

No que se refere a produtos transformados de origem animal, a produção atingiu em 1956 o valor de .... Cr$ 12 825 950,00, sendo os principais produtos: banha (160 000 kg, no valor de Cr$ 4 800 000,00); leite .... (780 000 litros, no valor de Cr$ 3 120 000,00); ovos .... (80 000 dz., no valor de Cr$ 910 000,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se mais de 30 estabelecimentos comerciais (32 varejistas); a Cooperativa de Crédito Caixa Rural União Popular de São Carlos. Funciona ainda no município, uma Agência do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO) e uma Agência do Banco Catarinense Cooperativa Central de Crédito Agrícola.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 7 emprêsas rodoviárias para passageiros e 4 para cargas.

Dista a cidade cêrca de 714 km da Capital Estadual por meio de rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por meio de rodovia: 63 km até a cidade de Chapecó; 26 km até Palmitos; 45 km até a cidade de Iraí no Rio Grande do Sul.

Na cidade funcionam 1 Agência Postal Telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos e uma Estação de Rádio da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. Um Pôsto do Correio funciona na sede distrital de Saudades.

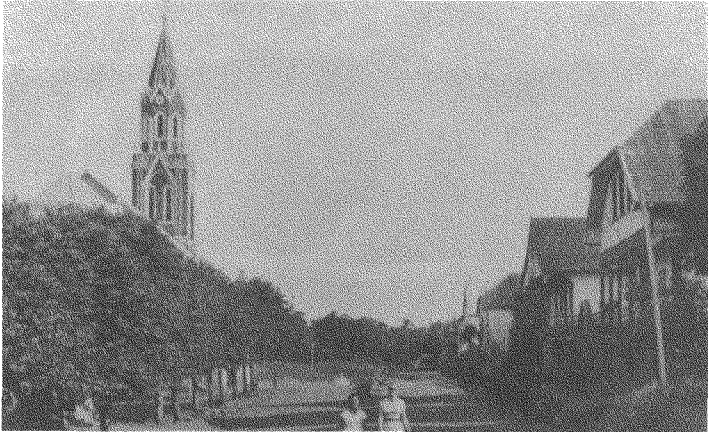
ASPECTOS URBANOS — A cidade de São Carlos tem 671 habitantes, sendo a 64.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina, e conta com 2 hotéis, duas oficinas mecânicas, duas cooperativas, um cinema, uma livraria e um hospital.

É servida de luz elétrica, com 130 ligações domiciliares. Os edifícios mais importantes são: Igreja Matriz São Carlos Borromeu, Prefeitura Municipal e Grupo Escolar Cardeal Arcoverde, Casa Paroquial, Internato Santo Antônio, das Irmãs de Nossa Senhora; Alfaiataria Modêlo, Cartório do Registro Civil e Estação Rodoviária.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica no município é prestada à população por 2 médicos, 3 farmacêuticos e 2 auxiliares de saúde.

Três hospitais, servem à população com assistência médica em geral.

Existem 3 farmácias no município.

COOPERATIVISMO — Na cidade funcionam as seguintes cooperativas: Soc. Coop. Caixa Rural União Popular de São Carlos instalada em 1949, com 327 sócios e Banco Catarinense Cooperativa Central do Crédito Agrícola.

Vista parcial de um trecho da cidade

Cooperativa Agrícola Mista Saudades Limitada, instalada em 1949, com 41 sócios.

ENSINO — Em 1956 funcionaram na cidade e no resto do município 37 unidades de ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 1 780 alunos, assim distribuídos:

Pré-primário infantil, 1 unidade com 72 alunos; Fundamental Comum, 33 unidades, com 1 668 alunos; Fundamental Supletivo, 2 unidades, com 25 alunos e Complementar, 1 unidade, com 15 alunos.

No tocante a ensino extraprimário, funcionou um Curso Normal Regional, na sede do município, com a denominação de Curso Normal Regional Dr. Carlos Kullmeyer.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Seis Associações Desportivas existem no município, que possui ainda dois cinemas: Cine São Carlos, com 90 lugares e Cine Saudades, no distrito de Saudades.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954 (2)....	—	1 724	837	743	911
1955.......	—	2 300	2 114	1 464	2 113
1956.......	—	4 437	77	51	2 344

(1) Não existe Coletoria Federal. — (2) O Município foi instalado em 1954.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As principais manifestações populares são religiosas, salientando-se a festa de São Carlos Borromeu, Padroeiro do município e da Paróquia do mesmo nome, que que se celebra a 4 de novembro; Festa da Sagrada Família, Padroeira da Paróquia do mesmo nome, com sede na vila de Saudades, a qual se celebra no primeiro domingo que se segue ao dia dos Santos Reis. Cada uma dessas festas dura um a dois dias. A 25 de julho é comemorado o Dia do Colono em homenagem à imigração de europeus. São feriados municipais o dia 4 de novembro (São Carlos Borromeu) e 25 de julho (Dia do Colono).

No tocante a culto católico, a que pertence a quase totalidade dos habitantes do município, registra-se o seginte: Paróquia de São Carlos Borromeu, com 2 sacerdotes e 1 Igreja Matriz e 14 Capelas públicas. Paróquia Sagrada

Vista de uma plantação, ao fundo a casa residencial e galpões que abrigam a colheita

Família, com 7 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, 34 Capelas públicas e 2 semipúblicas.

Como folclores pode-se observar no município a existência de: "Boi de Mamão", "Judas" e "Terno de Reis" e do "Kerb", que são três dias de festa comemorativos do padroeiro da Igreja. Nessa oportunidade, é comum reunirem-se parentes e amigos, vindos das mais longínquas localidades.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em São Carlos recebem o nome de "San-carlenses". A denominação "São Carlos" foi dada em homenagem ao Dr. Carlos Kullmeyer, Diretor da Companhia Territorial Sul Brasil, à época da Colonização do município.

São Carlos pertence à Comarca de Palmitos e seu eleitorado, em 1958, era de 4 314 eleitores.

No tocante a veículos, pode ser registrado o seguinte, com referência a 1957:

a) Veículos a motor: automóveis — 19, jipes — 4, ônibus e micro-ônibus — 5, camionetas — 12, motociclos — 4, caminhões — 56,

b) Veículos a fôrça animada: carros de 2 ou 4 rodas 113, bicicletas — 87 e carroças de 4 rodas — 1 550.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

SÃO FRANCISCO DO SUL — SC

Mapa Municipal no 10.° Vol.

HISTÓRICO — O município, à época do descobrimento do Brasil, era habitado, como em geral as terras do Novo Continente descoberto por Cristóvão Colombo, por homens da raça americana, de côr acobreada, reunidos em tribos, ainda em estado social atrasado, mas já obedientes a uma autoridade, de nível intelectual inferior, pois que se encontravam na idade da pedra polida, mas dotados de sentimentos elevados, como a hospitalidade, o respeito à palavra dada, o culto da amizade, a confiança nos compromissos, etc., como bem o demonstram vários episódios da história local e o dizem informes de navegadores daquela época.

Especialmente a grande nação Tupi-Guarani, a que pertenciam as tribos de Carijós, possuidoras das terras do município, destacava-se pelas qualidades acima indicadas, distinguiam-se os nossos antepassados aborígines por essa nobreza de sentimentos, que se manifestava, desde logo, na cordura com que recebiam os viajantes europeus, o que é de todos reconhecido, conforme os relatos que nos deixaram de suas viagens.

Não se pode, tratando da origem do povoamento dêste município, excluir os Carijós do número dos fatôres étnicos que contribuíram, preponderantemente, para a formação da população atual.

Viviam os Carijós da caça e da pesca, dos produtos espontâneos da terra e de alguns legumes que cultivavam.

Seus hábitos eram simples. Mantinham tradicionalmente certas solenidades em que era de notar um caráter acentuado de religiosidade, nem sempre isento de superstição, o que, aliás, é o de cunho nìmiamente humano.

Mostravam-se valentes e destemerosos, na guerra e para com os inimigos que lhes assaltavam a propriedade. Entretanto, ao que nos dizem as notícias históricas, não receberam os europeus como inimigos, tanto que lhes dispensaram ótimo tratamento e com êles sempre tiveram bom entendimento. Neste particular, quer-nos parecer que os Carijós habitantes das margens da Babitonga, por serem em pequeno número e não terem sofrido hostilidades dos povoadores europeus, foram absorvidos na massa da população e não exterminados a ferro e fogo, como em quase tôda a parte sucedeu, nas terras do Brasil.

Dão origem a êste assêrto, não só as referências históricas à mais perfeita cordialidade entre indígenas e primeiros desbravadores das terras do município, como, também, as características raciais de grande parte da população rural, em que indelével se observa o traço étnico do "homem americanus".

Sua indumentária se compunha de tangas de penas de variegadas côres e de peles finas; usavam lindos cocares, também de penas, sendo que as mulheres se ornamentavam com braceletes e colares de osso e de conchas.

Os homens usavam, como armas, o arco, de madeira mui flexível e resistente, munido de flechas que sabiam desferir com enorme perícia. Também se utilizavam do tacape, de madeira, e do machado de pedra lascada, que poliam com todo o cuidado, encabando-os em madeiras resistentes, a que os ligavam fortemente com cipós, abundantes ainda hoje nesta região. Outros objetos de pedra eram usados por êsses aborígines, bem como vasilhas de barro e cubas de troncos de árvores em que guardavam mantimentos, frutas, etc. Suas pirogas ou canoas, embora mal trabalhadas devido à imperfeição de seus instrumentos cortantes, serviam-lhes à maravilha para as suas excursões a todos os pontos da Babitonga e pelos inúmeros rios que desaguam em seu seio. Fabricavam cestos de taquaras, de que ainda se conservam vestígios nos "tipitis" em que se espreme a mandioca, para extrair-lhe a substância tóxica (mandiquera, como é conhecida); nos bem ideados "covos", para a captura de peixes, e, em geral, em todos os utensílios de cipó e taquara, que ainda são fabricados.

Eram os Carijós hábeis pescadores e caçadores, apesar dos seus processos de caça e pesca. Viviam em aldeias de 20 a 80 choupanas, cobertas de palha e construídas com madeira bruta, cujas estacas e varas se ligavam fortemente umas a outras, por meio de cipós.

A êsses Carijós, devem-se os "Sambaquis", conseqüência do acúmulo de cascas de ostras e conchas de outros moluscos comestíveis através de muitas gerações, material êsse de que hoje nos utilizamos para o revestimento do leito das ruas e das estradas e com o qual se fabrica, no município, tôda a cal, imprescindível às construções, que se consome na localidade.

Como acima dissemos, são notáveis os traços de sangue indígena, observados na população autóctone do município, isto é, aquela que não tem outra origem que não seja a do cruzamento luso-carijó, aliás a que deixou indeléveis características em tôdas as populações brasileiras.

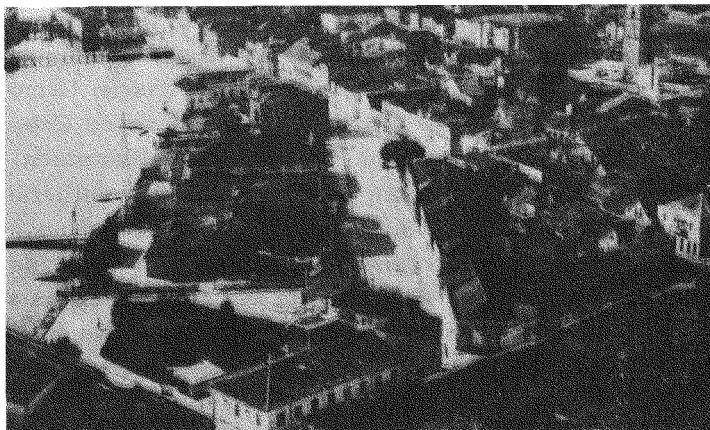
Franceses e espanhóis, em verdade, aqui estiveram, segundo o depoimento da História, antes dos portuguêses; mas, se algum sinal permaneceu, da sua passagem, no amálgama racial de que provém a nossa gente, é êle, hoje, imperceptível.

A primeira expedição de europeus, que aportou a São Francisco, foi a de Paulmier de Gonneville (Binot Paulmier de Gonneville), navegador francês, no ano de 1504. No dia 5 de janeiro dêsse ano, os tripulantes do veleiro "Espoir", que tal era o nome do navio ao mando de Gonneville, avistaram as terras do município, a que só ao dia seguinte, à tarde, puderam aportar — isso porque, pela manhã, tinham vento terral contrário (o que está de acôrdo com o regime normal dos ventos reinantes nesta região, em confronto com a situação geográfica da baía de Babitonga).

Permaneceram os franceses de Gonneville, conforme depoimento dos mais autorizados historiadores, até o dia 3 de julho do mesmo ano de 1504, na terra descoberta e que a reconheceram fertilíssima, coberta de espêssas florestas, onde abundavam aves e animais de várias espécies, sendo as águas da baía a que se abrigaram mui piscosas.

A essa época tinham os habitantes indígenas por chefe ao cacique Arosca, um de cujos filhos, conhecido pelo nome de Essomeric (provàvelmente corruptela gaulesa de Içá-Mirim, segundo a índole da língua falada pelos primeiros descobridores, pois que também é o jovem carijó citado com êste nome por alguns historiadores), pôde Gonneville transportar para a França, mediante a promessa de educá-lo no manejo das armas e de fazê-lo voltar à terra natal após vinte luas, época em que se daria o regresso da expedição francesa à terra descoberta.

Gonneville, porém, encontrou sérias dificuldades que lhe impediram a volta ao Brasil. Narram historiadores fidedignos que o nobre francês, na impossibilidade de cumprir a palavra dada ao generoso e confiante Arosca, quanto à volta do filho, cumpriu-a, entretanto, com esmêro, relativamente à educação do môço carijó, que, em 1521, aos 31 anos de idade, desposou Susanne, filha de Gonneville, tornando-se, dessa forma, tronco de uma nobre família de franco-carijós, de que descendia o abade Jean Paulmier de Gonneville, que se tornou bastante conhecido por sua vasta cultura, pelas muitas viagens de estudo que empreendeu e pelo desempenho de missões diplomáticas que o recomendaram à gratidão de sua pátria.

Êsses acontecimentos de relêvo, na história dos primeiros tempos do desbravamento das terras dêste município, demonstram a índole dócil e hospitaleira dos Carijós e constituem um título dignificante às tradições locais, pois o fato é que êsses primitivos habitantes das margens da Babitonga contribuíram, de modo ponderável, para a formação das populações de que descendem muitos dos atuais habitantes desta circunscrição catarinense.

Vista parcial da cidade

Decorridos cêrca de 11 anos da passagem de Gonneville por estas paragens, uma outra expedição, chefiada por João Dias de Solis, célebre navegador espanhol, andando a explorar as terras do sul do Brasil, com o intuito de encontrar uma passagem para as Molucas (emprêsa que Fernão de Magalhães e Elcano realizaram, como se sabe em 1520), chegou a São Francisco, dando esta denominação à baía a que os naturais chamavam Babitonga, denominação essa que depois passou à povoação muito mais tarde fundada à margem da referida baía e que é, hoje, a cidade de São Francisco.

Anos depois foram ainda espanhóis que fundaram em São Francisco e aqui se mantiveram entre os anos de 1553 e 1555, época em que nasceu, nesta ilha, o ilustre Frei Fernando Trejo y Sanabria, Bispo de Tucuman, cujo nome se tornou bastante notável por haver sido o mesmo Trejo y Sanabria o fundador da Universidade de Córdoba, na República Argentina.

Em 1658, Manoel Lourenço de Andrade, natural de Lamego e procurador do Marquês de Cascais, por sua vez sucessor de Pero Lopes de Sousa, fundou definitivamente a povoação que mais tarde se transformou em vila florescente e, por fim, em cidade progressista.

A elevação à categoria de vila deu-se em 1660, então já existindo aqui uma Igreja Matriz que, segundo afirmam historiadores, é a mesma que ainda subsiste. A criação da paróquia, entretanto, data de 1665, com a denominação de Nossa Senhora da Graça.

Nesse mesmo ano, deu-se a morte de seu primeiro Capitão-mor, o referido Manoel Lourenço de Andrade. Durante alguns anos estêve São Francisco sem Capitão-mor, cujas funções, depois do desaparecimento de Manoel Lourenço de Andrade, foram exercidas pelo Capitão-mor de São Vicente, Tomaz Fernandes de Oliveira, pois se conhecem atos de sua jurisdição, aqui, até o ano de 1667, sendo que Gabriel de Lara, Capitão-mor de Paranaguá, na qualidade de procurador do Marquês de Cascais, também exercera jurisdição em São Francisco, mais em caráter de fiscalização do que pròpriamente no exercício das funções de Capitão-mor.

O segundo detentor do cargo, na então vila de São Francisco — Domingos Francisco Francisque — nomeado

alguns anos depois, era homem de grande capacidade administrativa e bastante enérgico, a quem a nascente paróquia deveu inestimáveis serviços. Sob o seu govêrno, o têrmo da vila de São Francisco foi elevado à categoria de Capitania, com seus limites desde Massiambu até Guaratuba.

Infelizmente, o caráter demasiadamente autoritário dêsse Capitão-mor, cognominado o "Cabecinha", levou-o à prática de atos de despotismo, que empanam o brilho da ação desenvolvida por êle em prol do engrandecimento local. Sucedeu-o no cargo Francisco Fernandes Camacho, a respeito de cuja administração poucos informes conhecemos, sabendo-se que era homem probidoso, esforçado e austero.

Em 1720, quando aqui estêve em serviço de correção o desembargador Rafael Pires Pardinho, ouvidor e corregedor geral da Capitania de São Paulo, era Capitão-mor Agostinho Alves Marinho que, suspenso de suas funções pelo corregedor, foi reconduzido ao cargo em 1721.

Progredia, assim, lentamente, sob o govêrno dos seus capitães-mores, a primeira povoação de Manoel Lourenço de Andrade, até que, em 15 de abril de 1847, foi elevada à categoria de cidade.

Desfrutando já, a essa época, certa prosperidade agrícola, advinda, em grande parte, do braço negro, o município de São Francisco desenvolveu-se muito daí em diante, chegando a possuir grandes propriedades rurais, onde se erguiam verdadeiros solares, cujas ruínas ainda hoje subsistem, e mantinham constante comércio com as outras praças do país, especialmente no Rio de Janeiro, para as quais enviava carregamentos de arroz, farinha de mandioca, açúcar e alguns outros produtos da lavoura local.

Em 1842, segundo conta Alberto Rangel, em seu livro "No Rolar do Tempo ..." (págs. 97 a 109) e de cujo assunto Carlos Pereira tratou em artigo na imprensa local, foi o município escolhido para uma experiência das doutrinas do célebre Francisco Maria Carlos Fourier, o predecessor, na opinião do escritor citado, do socialismo moderno. Essa experiência consistiu na fundação, na península do Saí, território do 2.º distrito, de um falanstério organizado pelo Dr. Benoit Jules Mure, a quem se deve o estabelecimento do primeiro consultório homeopático na cidade do Rio de Janeiro, transformado, anos depois, na Escola e Instituto Homeopático, mediante a colaboração do notável clínico Dr. João Vicente Martins, autor de um grosso volume — "Matéria Médica Homeopática" — impresso em 1855, na Tipografia Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., da mesma capital.

Um senhor Joly, diz Alberto Rangel, que morava em Paris, na rua d'Autin, n.º 29, era encarregado do recrutamento dos colonos e o "Conseil du Bresil", estabelecido na mesma cidade, à rua Castellane, n.º 10, conseguia os passaportes".

"Foi na antiga província de Santa Catarina, continua o autor citado, que se estabeleceu, no município de São Francisco, regado pelos rios Saí-guassu, e Saí-mirim, a Colônia Industrial Francesa, que ficou conhecida em nossos anais pela Colônia do Saí. Na península, fechada ao norte pelo Saí-guassu e cuja ponta se lança bem ao sul nos braços de mar que separam do continente a ilha de São Francisco Xavier, ia brotar uma metrópole de renovação social, capaz de resolver a crise das nações superlotadas da Europa, e provar que o homem, melhor orientado, poderia refazer-se numa humanidade feliz e mais perfeita.

Louise Bachelet, a falansteriana que adotara a colônia do Saí como a sua pátria definitiva, escrevendo uma carta, que foi publicada na Europa, dá-nos conta de quanto esperava dêsse recanto mágico do Saí: "Puisse bientôt la théorie pure de Fourier completer les lacunes qui le de parent encore, nulle terra n'est aussi bien preparée pour une transition subite au regime phalansterien, et l'effet de cette conversion inevitable, qui réagira sur toute l'Amerique meridionale ne peut manquer d'elever bientôt cette portion du globe au plus haut degré de prosperité et de grandeur".

Como se deu início a essa aventura de puro idealismo fraternista, conta-nos Alberto Rangel, nesse interessante capítulo do seu livro, dedicado ao falanstério do Saí. Descreve-nos a estrada Mangin, que, partindo da casa Picot, levava, através de dezessete pontes ou pontilhões e depois em terreno acidentado, à planície do Saí-mirim, para onde seguiam, cheios de esperança, e anos mais tarde voltavam, desiludidos e tristes, os colonos arregimentados por essa emprêsa originalíssima, ideada por uma inteligência poderosa, mas pouco realista, como a dêsse Dr. Mure, dotado de tão bom coração e tão nobres sentimentos.

A emprêsa fracassou, como era de esperar. Ficou, porém, uma lição, até hoje, infelizmente, inaproveitada: a de que as terras da península do Saí, cuja fertilidade, aliada às excelências do clima da região, atraíra as vistas de tantos europeus, constituem um patrimônio inestimável e serão, algum dia, utilizadas convenientemente, para fazerem a felicidade das gerações porvindouras.

O movimento abolicionista, em plena efervescência no Brasil, desde 1883, comunicava-se como flama irresistível a todos os corações bem formados. Em São Francisco, desprezando interêsses materiais, muitos senhores de escravos concederam liberdade aos pobres negros, sem lhes exigirem indenização alguma. Os jornais da época semanalmente registravam, em suas colunas, inúmeros atos de manumissão. Em menor percentagem, o fundo de emancipação contribuía, também, para o desaparecimento da mancha negra.

De julho de 1884, a setembro de 1885, foram alforriados, diretamente, pelos seus donos, 40 escravos, quase todos sem indenização alguma. Nesse mesmo período, o fundo de emancipação libertava 5 escravos.

Manda a justiça histórica que registremos os nomes dêsses predecessores do magno acontecimento de 13 de maio, que, embora tendo diante dos olhos a perspectiva das suas terras abandonadas, responderam ao apêlo da Pátria, pela grande voz de Castro Alves, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e tantos outros oráculos do abolicionismo, libertando espontâneamente os seus escravos. Foram êsses predecessores em grande número nesta abençoada terra e entre êles podemos citar Manoel Gomes de Oliveira, que, de uma só vez, concedeu plena liberdade a todos os seus escravos, em número de onze; Manoel Palhano da Silva, Ana Lopes de Souza, Marcelino Nunes Cardoso, Maria Teresa de Jesus Cercal, Escolástica Maria de Jesus, Maria da Silva Reis, João Bernardo Pereira, José Luiz Machado, João Antônio Caldeira, Teresa Rosa de Carvalho Toledo, Antônio Tavares de Sá Brandão, Antônio Ferreira Ramos, comendador Manoel do Rosário Corrêa, Clara Almeida de S. Tiago, Emília da Costa Pereira e tantos outros.

Muitos outros abnegados abolicionistas, como o Doutor Frederico Rôla, Francisco Fernandes, José Alexandre Dias, quotizavam-se para conseguir o quantum necessário para a libertação de escravos, ou recorriam à população, angariando, para êsse fim, donativos, que todos davam de boa vontade.

Esta é uma das páginas mais belas da história de São Francisco do Sul e certamente seria imperdoável êrro que a deixássemos em silêncio.

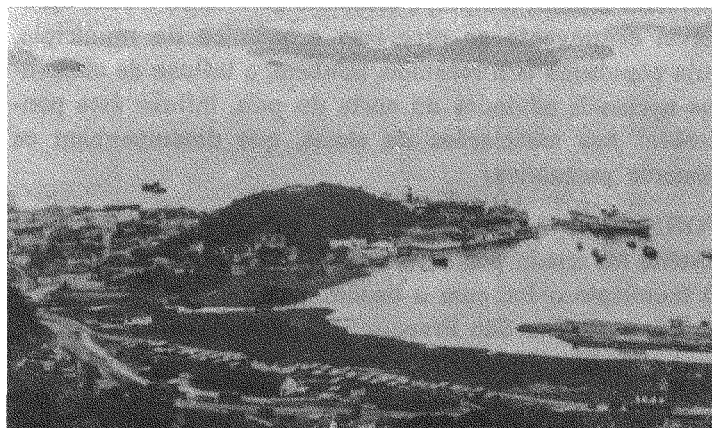
Quando raiou o 13 de maio de 1888, grande número de antigos escravos já há muito desfrutava as delícias da liberdade.

E os antigos labôres da terra, em grandes propriedades, cessaram quase de todo. O escravo de outrora começou a trabalhar por sua própria conta e em mínima proporção. Por sua vez, o braço livre não se prestava a êsse labor.

Com a extinção da escravatura, portanto, entrou em decadência o município. Foram-se extinguindo as propriedades agrícolas. Deperecia o comércio. Os navios a vela, de que dispunham os armadores aqui estabelecidos, foram sendo vendidos para outras praças e arrastava a cidade uma existência rotineira, malgrado o excelente pôrto que possui — considerado o melhor do sul do Brasil. Tal situação perdurou até 1905, época em que foram iniciados os trabalhos de construção do ramal férreo São Francisco—Pôrto União, que põe êste município em comunicação com a São Paulo—Rio Grande e, por meio desta, com o sistema ferroviário do sul e centro do Brasil.

Deve-se êste influxo renovador, de que tôda a nossa Pátria sentiu os benéficos efeitos, à mudança do regime político, pois a centralização, que caracterizava as tendências da monarquia, com o coartar o movimento progressista das antigas províncias, tornava rotineira a vida dos municípios, não obstante possuírem êles homens austeros e empreendedores, como também os possuía São Francisco, onde os Costas Pereira, os Oliveiras, os Silveiras, os Nóbregas, os Carvalhos, Araújos, Vieiras e tantas outras ilustres famílias deixaram traços indeléveis de honradez e operosidade.

O movimento republicano contou em São Francisco denodados e entusiastas defensores, dentre os quais se destacam, pela sua cultura e elevação moral, insignes vultos a quem a história renderá, no futuro, merecidas homenagens. O primeiro diretório republicano, constituído nesta cidade em 22 de novembro de 1889, foi o seguinte: presidente — Dr. Luiz Antônio Ferreira Gualberto; vice-presidente — Isidoro Levêque de La Roque; 1.º secretário — Joaquim Antônio de S. Tiago; 2.º dito — Reinaldo Gomes Tavares; tesoureiro — Oscar Görresen; procurador — Afonso Apolinário Doin; vogais — José Valeriano de Oliveira Cercal, Joaquim José da Silveira, João Rufino Pereira Maia, José Basílio Corrêa, Antônio Tavares de Sousa e Joaquim Vieira de Miranda Évora.

A primeira tentativa para ligar São Francisco ao "hinterland", por estrada de ferro, foi levada a efeito em 1884, pois em julho do referido ano aqui estêve uma comissão de engenheiros, fazendo estudos para a escolha do melhor pôrto para a Estrada de Ferro D. Pedro I, que o govêrno daquela época pretendia construir. Anos depois, em 1892, estêve em São Francisco outra comissão de engenheiros, entre os quais se encontrava o Dr. Lauro Severiano Müller, propagandista da República, que tão larga projeção logrou conquistar na política e no govêrno do país. A primeira estaca para êsses estudos, que não chegaram a ser iniciados, foi batida, com grande solenidade pública, à margem direita do riacho de Pedreira, próximo ao litoral.

Outra vista parcial da cidade

Com a construção da linha férrea, iniciada em 1905, a que acima aludimos, e que se acha em tráfego, desde 10 de junho de 1910, dia em que correu o primeiro trem regular entre São Francisco e Hansa, começou a revelar-se um novo tipo de prosperidade local, bem diferente daquela que lhe dera outrora o trabalho agrícola, pois que a vida econômica do município se deslocou, das terras férteis, mas abandonadas, para a vasta e profunda baía de Babitonga, até então bem pouco aproveitada.

Desabituados do trabalho da lavoura, exercido quase inteiramente pelo elemento escravo, os descendentes dos antigos proprietários de terras, senhores de escravos, entraram em decadência e, minados por várias endemias que se manifestavam na zona rural, como as palustres, a verminose, etc., sem fôrças nem iniciativas para os estenuantes labôres do campo, começaram a aplicar-se aos serviços ferroviários e do pôrto, que se tornava cada vez mais movimentado, e que ao menos lhes garantia, mais fàcilmente e com relativa segurança, a subsistência. Hoje a importância econômica do município repousa no movimento comercial do pôrto, onde encontram trabalho milhares de homens, em sua maior parte chefes de famílias, que aqui vivem e prosperam, alargando cada vez mais o âmbito da cidade, com a constante construção de casas pelos arredores.

Do que precede, pode-se concluir no sentido de dar preponderância, quanto à origem do povoamento dêste município, aos elementos étnicos tupis-guaranis e lusitano, entrando a raça negra com um pequeno contingente de sangue na formação das populações rurais. Dos primeiros exploradores da terra — franceses e espanhóis— nenhum traço resta do amálgama racial dêste município.

A evolução social se processou de conformidade com os costumes europeus, conservados resquícios de hábitos e práticas indígenas no preparo de alguns alimentos, secagem de peixe, processos de lavouras, etc., mui especialmente na toponímica local: "Itacolomi", "Itapoca", "Paranaguá-mirim", etc. Do africano, resta-nos um ou outro tipo de divertimento, como "Vilão", o "Boi", e tantas lendas e historietas, tão cheias de nostalgia e ingenuidade.

Nos últimos tempos, o elemento germânico trouxe apreciável contingente ao progresso econômico do município, cuja população tem recebido, também, o influxo de elementos nacionais advindos do norte do país, influxo êste ponderável nas associações de classe, que desempenham os misteres portuários.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito foi criado por Alvará de 18 de dezembro de 1656. O município o foi, com a denominação de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco, ou Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco do Sul, em virtude da Carta Régia datada de 1660, sendo instalado a 1.º de janeiro de 1662.

Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 238, de 1.º de dezembro de 1938, o município, a Comarca e o distrito-sede, passaram a denominar-se apenas São Francisco.

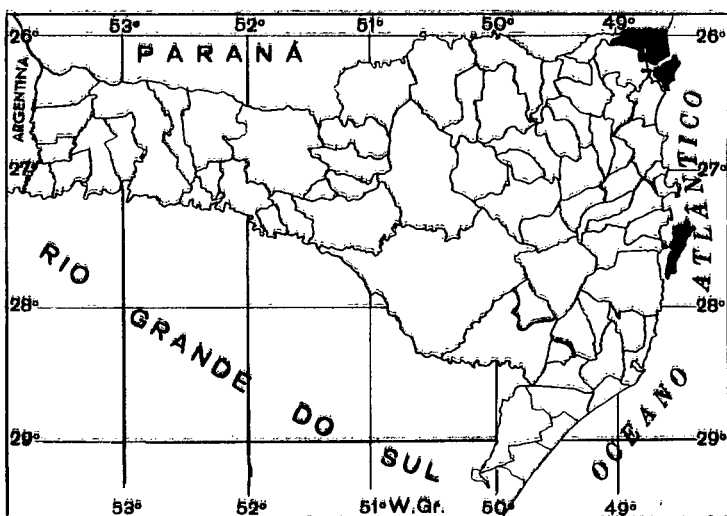
Alterada, novamente essa denominação, pelo Decreto-lei estadual n.º 941, de 31 de dezembro de 1943, para São Francisco do Sul.

A Comarca do Norte foi criada pela Resolução do Conselho Administrativo, de 1.º de março de 1833, e instalada a 1.º de julho dêsse ano. Extinta pela Lei provincial n.º 277, de 26 de março de 1849, e restaurada pela Lei provincial n.º 411, de 17 de abril de 1856, sob a denominação de Nossa Senhora da Graça, foi instalada a 9 de maio de 1856.

O seu quadro administrativo e judiciário, em 1.º de março de 1958, era o seguinte: Comarca, Têrmo e Município: São Francisco do Sul. Distritos componentes: São Francisco do Sul (sede), Garuva e Saí.

A Comarca abrange ainda o município de Araquari, constituído dos distritos: Araquari (sede), Barra Velha e Itapocu.

A atual legislatura teve início em 1959, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Alfredo Darcy Addeson, e constituída a Câmara Municipal de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — São Francisco do Sul localiza-se na zona fisiográfica do litoral de São Francisco. A cidade fica a 148 km em linha reta da Capital do Estado e possui as seguintes coordenadas geográficas: 26º 14' 38" de latitude sul e 48º 38' 15", de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 3 metros na sede municipal, sendo o 17.º em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — Geralmente quente e úmido. A temperatura alcança, no verão, 38ºC. É durante o verão que as chuvas têm predominância, com fortes trovoadas. A precipitação anual chega a 2 000 mm. No inverno faz frio, descendo o termômetro perto de 10ºC.

ÁREA — A área do município é de 1 160 m², figurando em 24.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Relêvo do solo — Os terrenos do município são geralmente acidentados, nas proximidades da baía de Babitonga, tanto nas faces meridional e ocidental da península do Saí, como na ilha de São Francisco, nas cercanias da cidade, e planos do interior e também nas costas oceânicas, com um ou outro morro a erguer-se isoladamente. Assim, do lado da terra firme, alteia-se a linda bordadura de montanhas, fronteiras à cidade, constituídas pelos contrafortes da Serra Marítima, ao passo que, do lado oposto da baía, erguem-se os morros denteados das Laranjeiras (os primeiros que se avistam do mar alto, ao demandar o pôrto), os da Palha, todos os pequenos morros a cavaleiro da cidade, o alteroso "Pão de Açúcar" e mais para o norte os "Do Trigo", Ubatuba", "Enseada", etc.

No península do Saí, encontram-se, além da serra dos Barrancos, os morros do Pinto, da Mina, o Araraquara, próximo do qual passa a linha divisória do município com o Estado do Paraná. Os mais elevados dêsses morros, na ilha, não vão além de 200 metros; no continente alguns podem atingir até 400 metros, no máximo.

Nesografia: O município de São Francisco situa-se, em grande parte, na ilha do mesmo nome. Entre a ilha e o continente foi feito um atêrro, denominado Atêrro do Linguado, por sôbre o qual passa a rodovia e a ferrovia, com destino à ilha ou ao continente.

Inúmeras são as ilhas existentes nesta região. Além dos grupos das "Graças", ao norte e dos "Tamboretes", ao sul, próximos à costa de São Francisco, banhadas pelo Atlântico (podendo-se dizer que fazem parte dêste último arquipélago as ilhas do Remédio, das Araras e Feia, que ficam próximas à barra do Araquari) e das Lajes do Saí, Itapoã e Itapema, na costa oriental da península do Saí, são as mais importantes as seguintes, tôdas no interior da baía de São Francisco: ilha do Mel, situada ao sul, na parte mais larga da baía, que se pode dizer divide em dois braços — o do norte, também chamado baía de Três Barras, e o do sul, conhecido pelo nome de Canal do Araquari. Essa ilha tem cêrca de 2 quilômetros de comprimento e 1 de largura; é quase plana. As suas terras são feracíssimas, fabricando-se a melhor farinha de mandioca da região. É bastante povoada e os habitantes são os maiores fornecedores de camarão desta zona.

Entrando-se no canal do Araquari, desde logo se deparam as importantes ilhas do "Mal com Todos" ou dos "Papagaios", e a "Dos Barcos", e nas suas proximidades as do Sebastião, Guará e Comprida bem menores. Estas ilhas são habitadas. Em seguida vem a ilhota do Linguado, hoje convertida na parte central do istmo do mesmo nome, devido ao atêrro que, nesse ponto, foi feito, ligando a ilha de São Francisco à terra firme, a qual ilha se transformou, assim, em península. Seguem-se para lá do têrro, diver-

sas pequenas ilhas, entre as quais as de José Dias, Oliveira e Antônio Afonso.

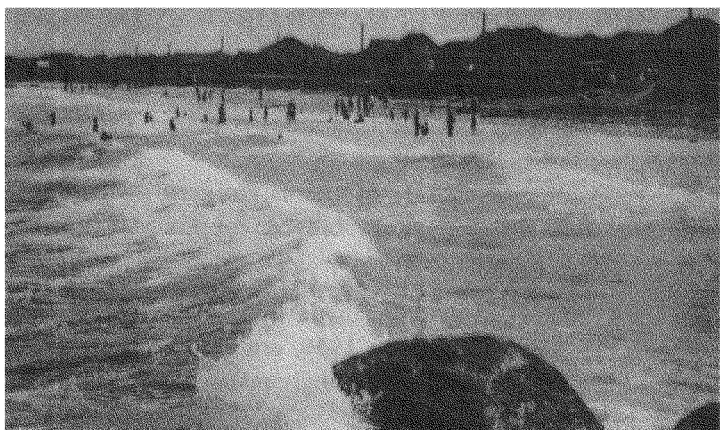
Entre a extremidade sudoeste de São Francisco e a ponta do Estaleiro, no continente, está o maior agrupamento de pequenas ilhas da Babitonga. São elas, a começar do norte: Mandigituba, Floriano, Dos Herdeiros, Chico Pedro, Queimadas, Do Negro, Grande, Redonda e da Rita, próximas à terra firme; Corisco, Das Claras, Pernambuco, Murta, Maracujá e Cação, ao centro da baía, especialmente as duas últimas que, sobrepostas uma a outra, afetam a forma de uma grande baleia, quando vistas de um ponto intermédio da baía, entre Alvarenga e Ponta da Cruz; grupo dos Araújos, a leste das precedentes, no costão das Laranjeiras. Muitas lajes e algumas ilhotas se acham dispersas em meio das ilhas mencionadas. As ilhas do Chico Pedro e dos Herdeiros são habitadas, aí se fazendo, bem como em outras menores, plantações de abacaxi, mandioca, etc. A seguir, subindo a baía das Três Barras, encontram-se as ilhas de Guaraquessaba, das Palmas, Navio, Grande, Bucuí, Purgatório, Inferno e as ilhas dos Barrancos, mais ao fundo.

Próximo à freguesia da Glória, está a ilha de Alvarenga, ao lado da qual, apenas aflorando do mar, surge uma ilhota escalvada. Algumas lajes e arrecifes, na região entre Alvarenga e as ilhas precedentemente descritas, aparecem à superfície da água na baixa-mar, estando todos convenientemente assinalados. São êles: Abreu, Lajes, Grande de Cima, Caldeiras, etc.

Hidrografia — O território do município constituído, como já vimos, da ilha de São Francisco e de uma faixa continental onde se encontra a península do Saí, está, hidrogràficamente, caracterizado pela bacia marítima da baía de Babitonga e de seus braços norte e sul (baía das Três Barras e canal do Araquari). Aquela, por muito tempo, foi considerada apenas como o estuário de um rio.

Ao Atlântico vão ter as águas dos rios Saí-guassu e São João, que têm, o primeiro, quase todo o seu curso no município e o segundo, uma parte apenas do respectivo leito, em longa curvatura, passando pelo mesmo território, ao norte; também deságuam no Atlântico os ribeiros Itapoá e Perequê, no continente, e Acaraí, na ilha de São Francisco, não sendo êste mais do que um canal que põe em comunicação a lagoa dêste nome com o Oceano, através da praia da Enseada.

Na baía de Babitonga deságua: o importante rio Cubatão Grande, que serve de divisa entre os municípios de São Francisco e Joinvile e tem como afluentes principais, no território do município, os rios Campinas, Quiriri, Timbó, Correnteza, Soares e Toledo; os pequenos rios Saturnino, Pesqueiro, Mundéu, Sambaqui, Bucurina, Volta Cega, Pirabeiraba, Velhinho, Dos Cavalinhos, Restinga. Três Barras, Cupino Grande, Biguaquara e Palmital — todos à margem esquerda da mesma baía, no trecho conhecido por baía de Três Barras. Alguns dêsses rios possuem afluentes de importância.

Da península do Saí correm para a mesma baía alguns rios e inúmeros riachos, de grande valor pelas quedas que a maior parte dêles contém e que, inaproveitadas hoje, serviram para mover engenhos de arroz e de serra nos tempos da nossa prosperidade agrícola.

Balneário Ubatuba, na ilha de São Francisco do Sul

Na ilha de São Francisco, existem os rios Perequê, Canavieiras, do Miranda e Ribeira que se lançam no canal do Araquari; Morretes, Olaria, Pedreira, insignificantes riachos, Monte de Trigo, Ubatuba e Sem Saída — todos desaguando na baía de Babitonga.

Baía de Babitonga — É, de muito, conceito pacífico entre os conhecedores do assunto — pilotos e engenheiros — que, esta baía constitui um pôrto de primeira ordem, no sentido náutico da expressão. Desde os primeiros navegadores franceses, espanhóis e portuguêses — que andaram à procura de paragens marítimas fàcilmente demandáveis no interior da extensa costa do Brasil, até os mais recentes exploradores das terras e mares de Santa Cruz, como Saint-Hilaire, Mouchéz e tantos outros — todos que transpõem a barra e vêm lançar âncoras na baía de Babitonga afirmam ser êste o melhor pôrto do sul do Brasil.

Em 1908, o engenheiro Ripley, a serviço da Brazil Railway, que construiu o ramal São Francisco—Pôrto União, da estrada de ferro São Paulo—Rio Grande, procedeu a minuciosas sondagens em tôda a região marítima que dá acesso à barra do norte, continuando-as barra adentro, até o interior da baía de Babitonga, ficando então, determinadas as máximas e mínimas profundidades, reduzidas à mais baixa maré das sizígias, condições estas em que a barra pode ser transposta livremente por embarcações que calem até o máximo de 23 pés. Esperando a preamar, a barra pode ser franqueada por navios até 27 pés de calado. Daí ao pôrto a navegação é feita em profundidades que alternam entre 15 a 25 metros. A Ponta da Cruz e imediações, para o lado da praia dos Paulas, são acessíveis a navios de 10 metros de calado, ou seja, 27 pés. Defronte da cidade, desde o antigo Brustlein, hoje trapiche Hoepcke, até o início da Rua Babitonga, há profundidade para navios de grande calado. Dista o pôrto 12 milhas da entrada da barra, estando esta abrigada pelo arquipélago das Graças, e em uma de cujas ilhas — a da Paz — se encontra o potente farol dêste nome.

Sondagens posteriores, procedidas por engenheiros da Inspetoria de Portos, Rios e Canais (ano de 1922), completaram essas observações e êsses estudos hidrográficos que serviram à confecção de excelente planta utilizada por todos os profissionais da arte náutica, ao demandarem êste pôrto.

Completo é o balizamento, desde a primeira bóia preta, dita de espera, defronte ao cabo de João Dias, dotada de luz e a do banco da "Galharada", fora da barra, até o ancoradouro.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) De origem mineral: Cascas de molúsculos, granito, e pedras e areia para construção.

b) De origem animal: Camarões e peixes (pescados, tainhas, sardinhas, badejos, garoupas).

c) De origem vegetal: Madeiras em geral: jacatirões, capiruvu, ubás, ipês, mangues bravos, capororocas, guamirins, aração e inhumbiúva.

POPULAÇÃO — A população de São Francisco do Sul, segundo o Recenseamento de 1950, era de 19 853 habitantes e tinha a seguinte composição: homens 9 947; mulheres 9 906; brancos 17 527; pardos 639; pretos 1 651 e 36 não declararam a côr. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 11 664, 3 750 eram solteiros; casados 6 956; viúvos 919; desquitados 16 e 23 não declararam o estado conjugal. Existiam 220 estrangeiros e 30 brasileiros naturalizados. Em religião, predominaram os que se declararam católicos romanos em número de 17 835, as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade era de 16,2 habitantes por km², ocupando o 44.º lugar no Estado. Da população, 45,2% localiza-se no quadro rural, sendo esta percentagem das menos elevadas no Estado, inferior à média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 34.º lugar, com relação à população dos municípios do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 8.º lugar em população, com referência às outras cidades do Estado.

É de 23 680 habitantes a estimativa da população do município, para 1958, segundo o Departamento Estadual de Estatística.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São três as aglomerações urbanas do município: a cidade de São Francisco do Sul, com 9 825 habitantes (4 732 homens e 5 093 mulheres); as vilas de: Garuva, com 377 habitantes (185 homens e 192 mulheres) e Saí, com 660 habitantes (334 homens e 326 mulheres), conforme dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta sua economia, principalmente, na atividade portuária. O movimento do pôrto de São Francisco do Sul, nos três últimos anos, foi o seguinte: Em 1955, 801 navios, com um total de 479 000 toneladas, em 1956, 775 navios com ... 410 000 toneladas e em 1957, 624 navios, com 427 000 toneladas.

A produção industrial atingiu, no ano de 1955, Cr$ 6 607 919,00.

A produção de palmito enlatado atingiu, no mesmo ano, 199 038 kg, valendo Cr$ 3 669 135,00; seguindo latas de fôlhas-de-flandres em geral (56 895 kg, no valor de .... Cr$ 1 130 746,00); conserva de camarão (11 511 kg, no valor de Cr$ 768 511,00); móveis em geral (565 unidades, no valor de Cr$ 376 871,00); tábuas de fôrro (9 981 m², no valor de Cr$ 327 561,00).

Dos 3 estabelecimentos industriais, 1 dedicava-se à produção de conservas de palmitos, 1, ao beneficiamento de madeira — móveis.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 8,05% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: cana-de-açúcar, arroz (em casca), mandioca, milho, aipim, abacaxi; como culturas permanentes, temos: banana, laranja, bergamota.

O valor da produção agrícola, em 1957, foi de .... Cr$ 6 607 919,00. O valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de Cr$ 16 091 400,00. A percentagem da população ativa na indústria é de 6%.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957:

a) De origem mineral: barro ou argila (18 000 t, no valor de Cr$ 720 000,00); cal (1 50 000 kg, no valor de Cr$ 575 000,00; pedras para alicerces (10 200 m³, no valor de Cr$ 3 060 000,00).

b) De origem vegetal: carvão vegetal (655 500 kg, no valor de Cr$ 666 500,00); lenha (940 000 m³, no valor de Cr$ 63 000 000,00); palmito (540 000 kg, no valor de Cr$ 540 000,00).

No que se refere a produtos transformados ou não, de origem animal, a produção atingiu em 1956, o valor de Cr$ 8 128 230,00, sendo os principais produtos: leite .... (520 000 litros, no valor de Cr$ 4 580 000,00); ovos .... (100 000 dz., no valor de Cr$ 1 620 000,00); lingüiça .... (18 000 kg, no valor de Cr$ 666 000,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se mais de 128 estabelecimentos comerciais (4 atacadistas e 124 varejistas). A Agência da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina e do Banco Catarinense Sociedade Cooperativa Central de Crédito Agrícola. Funciona, ainda, no município a Agência do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 3 emprêsas rodoviários para passageiros, 2 emprêsas rodoviárias para cargas, 37 emprêsas marítimas para carga e 1 emprêsa ferroviária, a Viação Férrea Paraná—Santa Catarina e 10 marítimas para passageiros e carga.

Dista a cidade cêrca de 206 km da Capital Estadual, por rodovia e 185 km, por via marítima, e têm as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por rodovia: 22 km até a cidade de Araquari; 113 km até Campo Alegre; 48 km até Joinvile; e no Estado do Paraná, 116 km até a cidade de Guaratuba e 103 km até Tijucas do Sul. Dista 23 km de Araquari; 40 km de Joinvile, por ferrovia. E dista 26 km até Joinvile, por via marítima. Até Campo Alegre, misto: a) ferrovia 40 km até Joinvile; b) rodovia 72 km.

Na cidade funciona uma Agência Postal-Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma Agência Telegráfica, uma estação Rádio-Telefônica da Viação Férrea Paraná—Santa Catarina, uma estação de rádio da Polícia Militar do Estado, uma estação Rádio-Telegráfica da Capitania dos Portos e uma Agência Telefônica de uso público da Companhia Telefônica.

No restante do município funciona uma Agência Postal-Telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos e duas estações Rádio-Telegráficas da Capitania dos Portos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de São Francisco do Sul tem 9 825 habitantes, sendo a 8.ª cidade em população, no Estado de Santa Catarina, e conta com 67 logradouros, dos quais 45 totalmente pavimentados e 22 parcialmente pa-

vimentados. É servida de luz elétrica, com 1 788 ligações domiciliares. Os principais edifícios são: Igreja Matriz, Prefeitura Municipal, Grupo Escolar Stela Matutina, Hospital Nossa Senhora de Nazaré, Pôsto de Saúde Dr. Nereu Ramos, Grupo Escolar Clarinice Caldeira, Grupo Escolar Felipe Schmidt, Alfândega, Correios e Telégrafos, Capitania dos Portos e Igreja Protestante.

O município conta com 3 hotéis na cidade e 1 na praia de Ubatuba.

A cidade de São Francisco, sede do município e da comarca do mesmo nome, está edificada à margem oriental da baía de Babitonga, em terreno pouco elevado, mas circundado de diversos morros e outeiros que restringem muito a área principal, onde se desdobra com alguma regularidade o traçado das ruas mais importantes.

O restante da cidade de São Francisco não obedece a um plano regular, parecendo que as ruas foram abertas a êsmo, o que aliás se observa em tôdas as velhas cidades brasileiras. Em geral as suas antigas edificações fogem a quaisquer preceitos arquitetônicos. As novas construções já se mostram mais elegantes, principalmente nos pontos mais afastados do centro urbano, nos quais se encontram bonitos "bungalows" ajardinados e confortáveis. Dispõe a cidade de alguns edifícios de boa e elegante construção, quase todos localizados na rua Babitonga.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica, no município, é prestada à população, por 5 médicos, 2 dentistas, 11 farmacêuticos e 20 auxiliares de saúde.

Dois Hospitais, 1 Pôsto de Saúde, 1 Ambulatório e 1 Pôsto do SAMDU servem à população com assistência médica em geral.

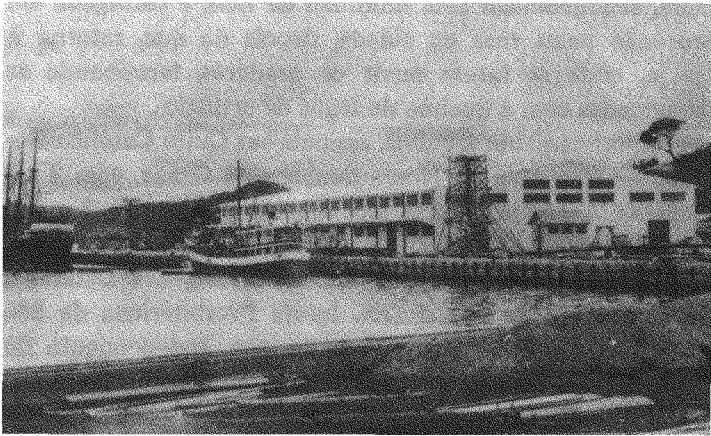
Existem 9 farmácias no município.

ASILOS E RECOLHIMENTOS — Na cidade existe o Asilo Joaquim S. Tiago, para pobres, abrigando 28 internados.

COOPERATIVISMO — Na cidade funciona uma Agência do Banco Catarinense Sociedade Cooperativa Central de Crédito Agrícola.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 16 476 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 10 159, ou seja, 61,6%, sabiam ler e escrever. Dêsse total, 5 452 eram homens e 4 707, mulheres. Na sede municipal, das 8 157 pessoas de cinco anos e mais, 6 115 sabiam ler e escrever, sendo 3 146 homens e 2 969 mulheres.

Ensino — Em 1956 funcionaram na cidade e no resto do município, 48 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 2 624 alunos, assim distribuídos: Pré-Primário Infantil, 1 unidade, com 90 alunos; Fundamental Comum, 44 unidades, com 2 442 alunos; Fundamental Supletivo, 1 unidade, com 23 alunos e Complementar, 2 unidades, com 69 alunos.

No tocante a ensino extraprimário, funcionaram: o Ginásio Catarinense (curso Ginasial), um curso de Datilografia e Trabalhos Manuais, um de Normal Regional; um Curso Técnico de Contabilidade e a Escola Nacional de Comércio — SENAC (Curso Auxiliar de Escritório).

Obras do pôrto municipal

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Das 5 Associações Desportivas e Culturais existentes, 4 dedicam-se às atividades desportivas e uma a atividades artísticas, o Grupo Dramático Dez de Novembro.

A cidade possui um cinema, Cine Marajá, com 700 lugares e uma estação de radiodifusão, radiodifusora de São Francisco Limitada — ZYU-5.

De propriedade da Prefeitura Municipal, funciona uma biblioteca, a Biblioteca Pública Municipal "Augusto Ribeiro".

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	8 501	8 274	1 251	805	1 225
1951	8 281	9 667	1 880	907	1 485
1952	10 655	7 321	2 649	1 117	2 273
1953	5 727	12 471	2 339	1 094	2 024
1954	6 191	15 285	2 516	961	2 508
1955	8 877	25 903	2 965	1 158	2 754
1956	11 282	20 201	4 648	1 617	4 194

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS — Busto de Marcílio Dias, à Rua Dr. Lauro Müller, inaugurado em 1941.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Comemora-se todos os anos, na data de 24 de setembro, em homenagem a Nossa Senhora da Graça, padroeira do cidade, a mais concorrida festa religiosa do município.

Com novenas preparatórias, que começam nove dias antes, as festividades se iniciam a 30 de agôsto. Para maior brilhantismo, são convidados afamados oradores sacros. Ainda como parte dessas festividades, tôdas as noites funcionam, ao redor da Igreja, barraquinhas, com tôda sorte de divertimentos, até altas horas da noite.

No dia da festa, 8 de setembro, com um programa todo especial, o povo se multiplica. Das cidades vizinhas, convergem ônibus, automóveis e caminhões carregados de romeiros. Das cidades mais afastadas o povo faz uso do trem especial, que todos os anos a estrada de ferro faz correr de Mafra a esta cidade mediante combinação com a comissão dos festejos.

Ao lado da Igreja as barracas funcionam o dia todo. Nesse dia, na parte da manhã, realizam-se duas missas solenes. À tarde, como fecho das festividades, a milagrosa

santa, acompanhada pela multidão de fiéis, é carregada em procissão pelas ruas da cidade, depois do que, retorna à Igreja, onde se fazem ouvir os oradores, terminando as festividades com a queima de fogos de artifício.

Relativamente a cultos, assinala-se: Culto Católico Romano — Paróquia de Nossa Senhora da Graça, com 3 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, 25 capelas públicas e 3 semipúblicas.

Culto Protestante: Comunidade Evangélica Luterana, Igreja Adventista do 7.º Dia, Igreja Presbiteriana de São Francisco do Sul, Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, Igreja Evangélica "Assembléia de Deus".

Culto Espírita: 3 Centros Espíritas.

No tocante a folclore, é observado o seguinte, em São Francisco do Sul: Boi de Mamão, Ternos de Reis, Brincadeira de Boi na Vara, Pau de Fita e Pau de Sebo.

As principais efemérides municipais são: 1.º de janeiro — instalação do município — 1662; 24 de setembro — festa de Nossa Senhora da Graça — padroeira da Paróquia; 4 de outubro — festa de São Francisco de Assis — padroeiro do município.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Digno de menção é o balneário de Ubatuba, que fica a nordeste da ilha, bastante freqüentado por pessoas vindas, não só de outros municípios de Santa Catarina, como também do vizinho Estado do Paraná.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes de São Francisco do Sul recebem a denominação de "Francisquenses". A denominação São Francisco foi dada em 1515 por João Dias de Solis à baía, a que os naturais chamavam "Babitonga". Mais tarde o nome estendeu-se à povoação.*

São Francisco é sede de Comarca e Têrmo, que abrange também o município de Araquari.

O eleitorado de São Francisco, em 1958, era de 6 601 eleitores.

Em 31-12-1957, existiam os seguintes veículos no município:

a) Veículos a motor: Automóveis 69, jipes 2, ônibus e micro-ônibus 7, camionetas 28, motociclos 26, ambulâncias 3, caminhões 57 e tratores 15.

b) Veículos a fôrça animada: Carros de 2 ou 4 rodas 19, bicicletas 1 818, carroças de 4 rodas 200.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

SÃO JOAQUIM — SC

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — Devassamento do território: Baldados foram os nossos esforços no sentido de apresentar, nesta monografia, o histórico completo da evolução social e política do município; embalde procuramos um ponto de apoio, um assento, um registro claro e positivo, em que nos pudéssemos basear para trazer a lume as circunstâncias em que se deram as primeiras correntes de povoamento do nosso território, suas procedências e seus objetivos.

A obra ingente daqueles que primeiro se dedicaram ao desbravamento dessas ínvias paragens, como que passou sem uma única referência escrita, perpetuando a memória dos destemidos bandeirantes que aqui plantaram o primeiro marco da civilização. Infelizmente, o arquivo da Prefeitura é paupérrimo em documentos informativos. Não alcançam datas anteriores a 1860, quando sabemos que, aí por volta de 1750, já as terras do município eram habitadas, por gente civilizada. Os livros da paróquia que compulsamos se referem a datas ainda muito mais recentes.

Pelo pouco que vimos e o pouquíssimo que colhemos, quer-nos parecer que a história de São Joaquim, até o ano de 1870, tem de ficar no terreno das hipóteses. E quem quer que se abalance a fazer história, baseando-se em simples hipóteses, está sujeito a errar grosseiramente, informando mal e desfigurando a verdade dos fatos.

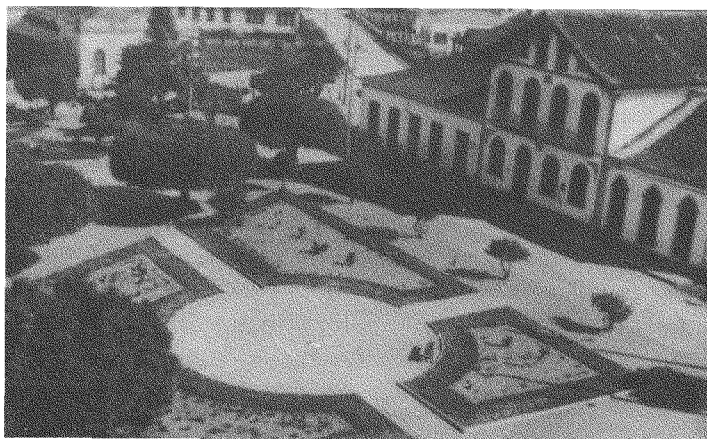
Uma conclusão, entretanto, parece certa: as primeiras explorações do atual território do município se processaram na região de Bom Jardim, por gente vinda do Rio Grande do Sul, tendo atravessado o rio das Contas. É o que nos vão mostrar as notas que abaixo transcrevem:

1.º — Nota fornecida pelo Reverendíssimo Padre Valter Dacks: "Pelo ano de 1753, Bento do Amaral Gurgel Anes, mais tarde 2.º-capitão-mor da vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Lajes, contratou casamento com Catarina Fragoso, filha de Álvares Soares Fragoso. Para efeito dêste casamento, Bento Soares da Mota, irmão de Catarina Fragoso, dotou a Bento do Amaral Gurgel Anes com uma fazenda no lugar chamado "as tejucas", nas margens de um ribeirão que faz barra no rio das Contas.

2.º — Nota fornecida pelo Reverendíssimo Padre João Batista Viéceli, zeloso vigário da paróquia de São Joaquim: "A família mais numerosa que temos na paróquia é a dos Ribeiros. Creio que sejam de interêsse geral as notas que seguem. Pelo ano de 1755 a 1765, chegou à fazenda do Pelotas, vindo de Santo Antônio da Patrulha, o Sr. Manoel da Silva Ribeiro, com dois filhos menores, Inácio e Pedro da Silva Ribeiro. Manoel tinha obtido, por meio de requerimento, a célebre sesmaria do Pelotas, cujos limites são os seguintes: começando na barra do rio Pelotas com o rio das Contas, subia por êste último até à barra do rio Tijucas, seguindo até a sua cabeceira, passando a divisa perto da casa onde mora atualmente a família de Manoel Cândido e daí até a Serra, perto da nova capelinha de Santo Antônio. Segue a Serra até encontrar as cabeceiras do rio Cachoeirinhas e dêste ponto, por uma linha reta, até encontrar a barra do rio Negreiro com o Porteira. Sobe pelo Negreiro até a barra de um riacho que nasce na tapera do Padre José Carlos, seguindo o divisor das águas até à nascente do Mantiqueira, e, dêste rio abaixo, até o Pelotas e daí ao ponto de partida. Uma bagatela com mais de 450 milhões. Esta fazenda foi, lá pelo ano de 1790, dividida em duas partes, ficando, com a parte norte, Inácio da Silva Ribeiro, e, com a parte sul, seu irmão Pedro. Este contraíra uma dívida de 600$000 e, não podendo pagá-la, os credores exigiram nada menos que tôda a fazenda. Para se ver livre dêles, Pedro fêz, então, testamento em julho de 1822, em que deixava terrenos suficientes para pagar os credores; ficando, ainda, conforme um documento existente no arquivo da paróquia, 214 milhões a serem divididos entre os 14 filhos. A fazenda do Socorro foi requerida pelo Marquês de Arzão, que a ven-

Vista parcial da cidade, durante a nevada de 20 de julho de 1957

deu, por uma bagatela, a Mateus José de Souza; e êste, por ocasião do casamento de sua filha, Maria Benta de Souza, com João da Silva Ribeiro, filho de Pedro da Silva Ribeiro, a dotou com a referida fazenda. Durante a guerra contra Artigas, no ano de 1818, certo Manoel Bento Rodrigues Nunes, não querendo seguir o exército e tomar parte na guerra, deixou a sua casa, em D. Pedrito, e a fazenda, em Caçapava, e se transferiu para Lajes, com 2 filhos naturais. Justamente nessa época houve, em Lajes, grandes festas em honra do Divino Espírito Santo, e João da Silva Ribeiro foi assistir à festa com tôda a sua família; aí travou relações amigáveis com Manoel Bento, que meses depois, pedia em casamento à Felisbina Maria Saldanha, filha de João da Silva Ribeiro, indo morar na fazenda do Pelotas, em casa do sogro. Dois anos depois, veio do Rio Grande um irmão de Manoel, chamado Fermino Rodrigues Nunes, que se casou com outra filha de João, chamada Felicidade Maria Saldanha. São êsses os troncos das grandes famílias Ribeiros e Rodrigues. Vejamos, agora, os bens que possuíram êsses primeiros moradores de nossa terra. A fazenda do "Pelotas" media 450 milhões. Manoel Bento Rodrigues e o sogro, João da Silva Ribeiro, compraram a fazenda do "Socorro", que media mais de 100 milhões; os Souzas tinham a fazenda do "Bom Sucesso" e terrenos no rio Lavatudo; Fermino Rodrigues Nunes comprou a fazenda que denominara de "Águas Buenas" e deu a diversos pontos da fazenda nomes castelhanos que, ainda hoje, se conservam, como por exemplo, Caçapava, Santa Rita, etc. O Sr. Inácio conservava a fazenda no Rio Grande. Êste parentado possuía, pois, terras desde o Rio Grande até a barra do rio do Rasto, de lá seguindo rumo do Lavatudo até quase à Cochilha Rica.

3.º — Atendendo ao nosso apêlo, o distinto joaquinense, Sr. Boaventura Lopes Pinto de Arruda, dirigiu-nos interessante correspondência que aqui consignamos, com muito prazer: "Em 1866, o estancieiro Manoel Joaquim Pinto, com os seus escravos, abriu um atalho pela serra da Farofa, que se encontrou na antiga estrada Lajes—São José, no rio Canoas, ligando o atual Município de São Joaquim àquela estrada. Antes disso, o mesmo estancieiro abriu a serra do Tubarão com seus escravos e camaradas, estrada que ligava o atual Município à cidade de Laguna. Talvez seja êste o atalho novo que se encontra em alguns documentos, referindo-se o atalho novo que desviou de Lajes para Laguna. As grandes fazendas que existiam no Município, hoje divididas e subdivididas com os descendentes dos grandes fazendeiros: "Socorro", pertencente a Mateus José de Souza, homem que possuía algum preparo intelectual, creio que natural do Rio de Janeiro, pai do grande chefe do Partido Conservador, desde o rio das Contas até a fronteira com a Argentina e dono da grande fazenda do Bom Sucesso, neste Município; "Campo de Fora",

Jardim Alfredo Silva

pertencente à família Rodrigues Nunes, oriunda do Rio Grande; "Tijucas", pertencente à família Velho, também do Rio Grande; "São João de Pelotas", pertencente a João Batista de Souza, filho de Mateus José de Souza acima falado, passando depois a seu genro, o inolvidável Coronel da Silva Ribeiro, chefe prestigioso do antigo Partido Conservador em tôda a região serrana; "Morro Agudo", pertencente ao coronel Manoel Cavalheiro do Amaral Leitão, chefe do antigo Partido Liberal; "Cedro", pertencente à família Pereira de Medeiros, oriunda de São José, neste Estado; "Divisa", pertencente a Antônio Caetano Machado, oriundo de São Paulo, descendente da prestigiosa família Machado, daquele Estado, tendo um irmão que foi presidente da Província de Santa Catarina, o brigadeiro Machado de Oliveira, pai de Basílio Machado e avô do atual jurisconsulto Alcântara Machado (de passagem seja dito que, quando o Dr. Antônio Gomes Pinheiro Machado, pai do grande Pinheiro Machado, se mudou de São Paulo para o Rio Grande, descansou na fazenda Divisa, em casa do fazendeiro Antônio Caetano Machado, parente daquele notável paulista); "Santa Bárbara", pertencente a Antônio e José Marques Arzão; um dêstes era sacerdote jesuíta, refugiando-se, naquela inóspita fazenda, para escapar-se da expulsão dos jesuítas, expulsão do Brasil e Portugal. (Aqui a pena do nosso amigo, Boaventura Lopes Pinto de Arruda, mergulha fundo no passado, pois, como é sabido, a expulsão dos jesuítas do Brasil e Portugal, deu-se pelo Decreto de Pombal, de 3 de setembro de 1759). Existe um roteiro deixado por um dos Arzãos, não se sabe se o padre ou o outro, indicando a descoberta de uma rica mina de prata naquela antiga paragem. Esta mina, embora muito procurada, não se conseguiu localizá-la. Dizem que o roteiro rezava que, da igreja de Lajes, se divisavam umas montanhas para leste; destas se avistavam outras ao longe, distantes 18 léguas para leste, e aí estariam localizadas as ditas minas; pelo que reza o roteiro as mesmas deveriam estar situadas na fazenda de Santa Bárbara, ponto mais elevado do planalto serrano a 1 200 metros acima do nível do mar, onde se descortina uma grande extensão do Oceano Atlântico, avistando-se, dessas montanhas 17 municípios, sendo 14 do Estado e 3 do Rio Grande do Sul, segundo uma monografia escrita pelo general José Vieira da Rosa. (Realmente, as minas de prata de Arzão são muito faladas em todo o Município, entretanto, de positivo, nada há; parecem-se mais a um conto das mil e uma noites). A família Ribeiro possuía enormes fazendas, também, Socorro, Pelotas, São José, etc., esta é uma das mais prestigiosas famílias até hoje, dêste Município. Aqui aportou também o egrégio paulista Manoel Joaquim Pinto que muito contribuiu para remover as grandes dificuldades daquele tempo, abrindo a serra do Tubarão que ligava Lajes a Laguna; abrindo aquela serra não descansou: meteu ombros na estrada da Farofa, que, partindo da fazenda do Cedro, onde está hoje a vila de Santana, foi encontrar a estrada Lajes—São José, no rio Canoas, isto em 1866. Concluída essa estrada e já bastante velho, deliberou fundar a povoação de São Joaquim, isto em 1870 mais ou menos, falecendo êste grande pioneiro em 1872".

Por ato de 28 de janeiro de 1868, foi criado um distrito policial no lugar denominado "Costa da Serra".

Pela Provincial n.º 645, de 2 de maio de 1871, foi desmembrado da freguesia de Lajes. Em 1873, o fazendeiro Manoel Joaquim Pinto (natural de Piracicaba, Estado de São Paulo), onde nasceu em 4 de outubro de 1804 (falecendo em sua fazenda do Cedro, em 29 de julho de 1879) erigia a matriz de São Joaquim mandando construir várias casas para seus descendentes e escravos.

Em 1882, por Ato n.º 3 455, de 31 de março, o 3.º Vice-Presidente, Dr. Joaquim Augusto do Livramento, criou um distrito de paz, dando-lhe por limites os marcados para o da subdelegacia de polícia, criado por Ato de 28 de janeiro de 1868.

A Lei provincial n.º 1 108, de 28 de agôsto de 1886, elevava a freguesia de São Joaquim da Costa da Serra à categoria de vila, formando um Município desmembrado do de Lajes, de cuja comarca fazia parte.

A 16 de janeiro de 1887, realizou-se a eleição de vereadores para a nova Câmara Municipal, por ter sido o distrito elevado à categoria de Município.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito foi criado com a denominação de S. Joaquim da Costa da Serra, pela Lei provincial n.º 645, de 2 de maio de 1871. O Município o foi, com a mesma denominação com território desmembrado do de Lajes, por fôrça da Lei provincial n.º 1 108, de 28 de agôsto de 1886, ocorrendo a instalação a 7 de maio do ano seguinte.

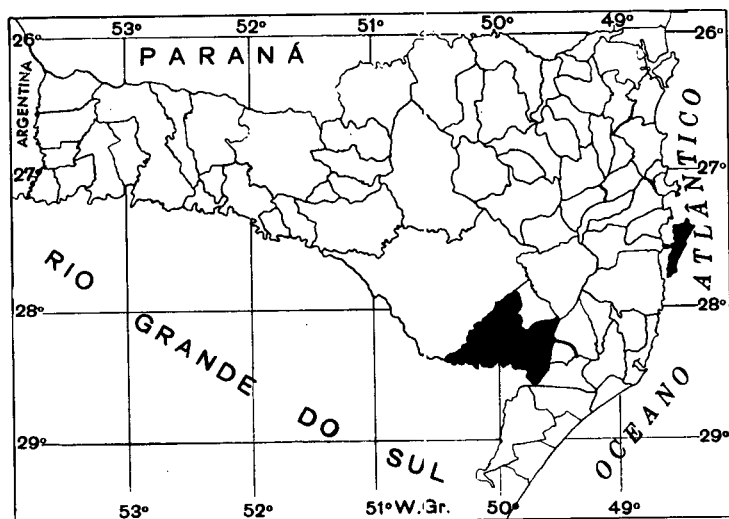
Em face do Decreto-lei estadual n.º 86, de 31 de março de 1938, o Município e seu distrito-sede passaram a chamar-se São Joaquim.

A Comarca de São Joaquim foi criada pela Lei estadual n.º 16, de 23 de novembro de 1891, e instalada a 31 de maio do ano seguinte.

O seu quadro administrativo e judiciário em 1.º-III-958, era o seguinte: Comarca, Têrmo e Município: São Joaquim. Distritos componentes: São Joaquim (sede), Bom Jardim da Serra e Urupema.

A atual legislatura teve início em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. João Inácio de Mello e constituída a Câmara Municipal de 9 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — São Joaquim localiza-se na zona fisiográfica dos Campos de Lajes. A cidade fica a 158 km em linha reta da Capital do Estado, e possui as seguintes

coordenadas geográficas: 28° 17' 19" de latitude sul e 49° 55' 56" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 1 360 metros na sede Municipal, sendo o 72.° em ordem crescente de altitude no Estado, ou seja, o Município de maior altitude de Santa Catarina.

CLIMA — Em geral frio, porém sêco. No verão a temperatura chega a alcançar mais de 30°C. O inverno apresenta temperaturas que vão até menos de 14°C. Geadas freqüentes ou nevadas, alcançando a neve uma altura de aproximadamente um metro em alguns pontos. As chuvas predominam na primavera, sendo a precipitação anual, em geral, inferior a 1 500 mm. A umidade relativa alcança, no máximo 84%.

ÁREA — A área do Município é de 3 167 km², figurando em 5.° lugar em relação às áreas das demais comunas.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rios Pelotas, Canoas e Lavatudo. Serras do Rio do Rasto com 1 400 metros; de São Bento com 1 410 metros; do Imaruí com 1 380 metros; serra dos Pereiras com 1 300 metros; Pico da Igreja com 1 860 metros de altura — um dos pontos culminantes do Estado; Pico da Bracatinga com 1 700 metros; Pico do Chimarrão com 1 700 metros de altura; morro do Barreiro com 1 350 metros; morro Dois Irmãos com 1 300 metros de altura; morro do Campo Novo com 1 500 metros de altura; morro do Monte Alegre com 1 340 metros de altura. Queda d'água Morro Grande com capacidade de 1 000 H. P., inaproveitada. Queda do Luizinho com capacidade de 1 400 H. P., inaproveitada. Queda do Brava com capacidade de 1 600 H. P., inaproveitada. Queda da Cadeia com capacidade de 2 000 H. P., inaproveitada. Ilha do Lavatudo com uma área aproximada de 90 000 m². Gruta da Invernada do Moleque. Gruta do Baú.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) Mineral — Areia e pedra para construção e meios-fios. b) Vegetal — Madeiras em geral, pinho, imbuia, cedro, canela, cambará, ipês e laranjeira. c) Animal — Graxaim, capivaras, jaguatiricas, porcos do mato, veados, cotias, tatus.

POPULAÇÃO — A população de São Joaquim, segundo o Recenseamento de 1950, era de 25 606 habitantes e tinha a seguinte composição: homens 12 883, mulheres 12 723; brancos 21 933, pardos 39, pretos 3 558 e 76 não declararam a côr. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 13 002, 4 169 eram solteiros, 8 146 casados, 585 viúvos, 33 desquitados e 69 não declararam o estado conjugal. Existiam 31 estrangeiros e 31 brasileiros naturalizados. Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos, em número de 25 234; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade era de 80 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 61.° lugar no Estado. Localiza-se no quadro rural 80,9% da população, sendo esta percentagem das menos elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 23.° lugar na relação dos municípios mais populosos do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 20.° lugar em população, relativamente às demais cidades do Estado.

A população estimada do Município, para 1958, é de 23 815 habitantes, segundo o Departamento Estadual de Estatística.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São três as aglomerações urbanas do Município: a cidade de São Joaquim com 2 097 habitantes (978 homens e 1 119 mulheres), as vilas de: Bom Jardim da Serra com 482 habitantes (233 homens e 249 mulheres) e Urupema com 444 habitantes (212 homens e 232 mulheres), conforme dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu, no ano de 1955, a Cr$ 58 909 913,00. O Município assenta sua economia, principalmente, na pecuária. A produção de pinho serrado, pranchões, tábuas, etc. atingiu no ano de 1955 a 86 317 m³ no valor de .... Cr$ 55 166 873,00; seguindo-se caixas de madeira desarmadas 2 150 m³ no valor de Cr$ 2 030 000,00; banha de porco refinada ou não 28 620 kg, no valor de Cr$ 858 600,00; pasta mecânica de madeira 260 480 kg, no valor de .... Cr$ 681 440,00; papelão 29 600 kg, no valor de .... Cr$ 117 400,00.

Os 46 estabelecimentos industriais dedicam-se à produção de madeira serrada.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) 19,07%, estão ocupadas no ramo "Agricultura, pecuária e silvicul-

Igreja-Matriz Municipal (em construção), após a nevada de julho de 1957

Agência do Banco INCO

tura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: milho, trigo, feijão (grão), batatinha, aveia (grão), alfafa, batata-doce, centeio, cevada; como culturas permanentes, temos: maçã, pêssego, pêra e uva. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 62 848 000,00. O valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de ...... Cr$ 696 816 200,00. A percentagem da população ativa na indústria é de 3%.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957: a) De origem mineral — areia 4 800 toneladas, no valor de Cr$ 2 880 000,00; meio-fio 650 unidades, no valor de Cr$ 16 250,00; sarjeta 600 unidades, no valor de Cr$ 12 000,00. b) De origem vegetal — carvão vegetal 11 200 kg, no valor de Cr$ 16 800,00; lenha 14 700 m³ no valor de Cr$ 2 352 000,00; pinhão 505 000 kg, no valor de Cr$ 637 000,00. c) De origem animal — cêra de animal silvestre 240 kg, no valor de Cr$ 10 500,00; couros 1 230 unidades, no valor de Cr$ 48 240,00; mel de abelhas silvestres 500 kg, no valor de Cr$ 4 760,00.

No que se refere a produtos transformados ou não de origem animal, a produção atingiu, em 1956, o valor de Cr$ 39 258 200,00, sendo os principais produtos: leite 3 700 000 litros no valor de Cr$ 12 510 000,00; carne de bovino sêca 381 000 kg, no valor de Cr$ 11 430 000,00; queijo 220 000 kg, no valor de Cr$ 6 600 000,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o Município contam-se mais de trinta estabelecimentos comerciais (32 varejistas); e a Agência do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O Município é servido por 3 emprêsas rodoviárias para passageiros.

Dista da cidade cêrca de 260 km da Capital Estadual por meio de rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por meio de rodovia: 106 km até a cidade de Bom Retiro, 65 km até a cidade de Urubici, 91 km até a cidade de Lajes, 355 km até a cidade de Urussanga, 326 km até a cidade de Lauro Müller, 225 km até a cidade de Orleães.

Na cidade funcionam uma Agência Postal Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, e uma Estação de Rádio da Polícia Militar do Estado.

No restante do Município funcionam duas Agências Postais Telefônicas do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de São Joaquim tem 2 097 habitantes, sendo a 28.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina, e conta com 37 logradouros públicos, dos quais 3 totalmente pavimentados. É servida de luz elétrica com 370 ligações domiciliares. Os edifícios mais importantes são: Igreja Matriz, Grupo Escolar "Professor Manoel Cruz", Prefeitura Municipal, Hospital de Caridade Coração de Jesus, edifício do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO), Residência da Diretoria de Estrada de Rodagem e Associação Rural.

A cidade conta com 2 hotéis, um Pôsto de Fruticultura, um Destacamento da Polícia Militar do Estado, e é dotada do Serviço de Limpeza Pública.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica no Município é prestada à população por 5 médicos, 5 dentistas, 4 farmacêuticos e 1 auxiliar de saúde.

Dois hospitais servem à população com assistência médica em geral. Existem 9 farmácias no Município.

ASSISTÊNCIA A DESVALIDOS — A assistência a desvalidos é prestada pela Sociedade São Vicente de Paula, (distribuição de roupas e medicamentos) e Hospital de Caridade Coração de Jesus (internamento gratuito de indigentes).

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	766	1 648	1 070	608	1 070
1951	561	2 466	1 256	750	1 253
1952	580	2 644	1 840	1 189	1 840
1953	706	3 065	2 371	1 180	2 371
1954	680	3 639	2 234	1 282	2 233
1955	986	4 468	2 745	1 295	2 655
1956	1 074	5 964	3 621	1 689	3 442

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 20 540 pessoas de 5 anos e mais sendo que 10 425, ou seja, 50,7%, sabiam ler e escrever. Dêsse total 5 685 eram homens e 4 741 mulheres. Na sede Municipal, das 1 762 pessoas de cinco anos e mais, 1 164 sabiam ler e escrever, sendo 566 homens e 598 mulheres.

Ensino — Em 1956 funcionaram na cidade e no resto do Município 89 unidades de Ensino Primário Geral com matrícula efetiva de 3 287 alunos, assim distribuídas: Fundamental Comum 86 unidades, com 3 244 alunos; Fundamental Supletivo 1 unidade, com 26 alunos, e Complementar 2 unidades, com 17 alunos.

No tocante a ensino extraprimário, funcionaram na cidade dois (2) Cursos Normais Regionais e um (1) Curso Comercial Básico.

OUTROS ASPECTOS MUNICIPAIS — Há no Município duas associações desportivas: Grêmio Social e Desportivo Floradas da Serra e Sociedade Recreativa e Literária Club Astréa, e uma artística, a Sociedade Musical Mozart Joaquinense. A cidade possui um cinema: Cine Teatro Glória Ltda., com 400 lugares.

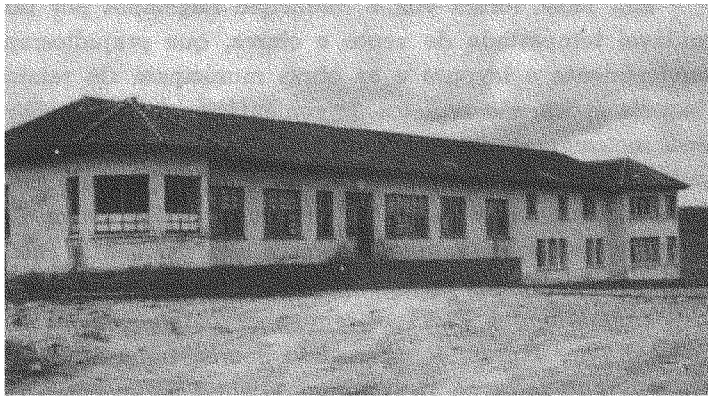
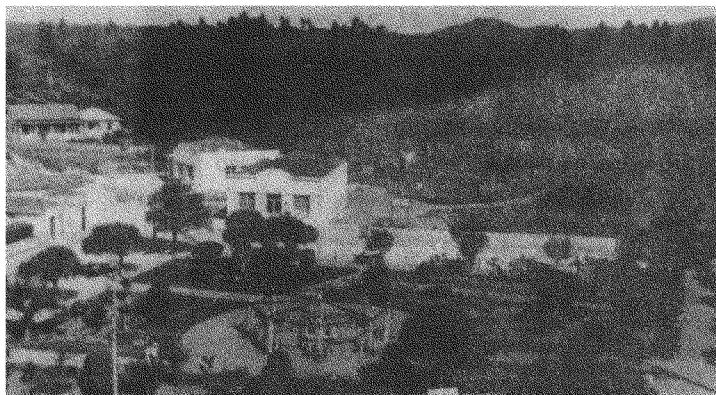
PARTICULARIDADES — Bienalmente são realizadas na Sede Municipal a Exposição de Animais e Produtos Derivados e a Festa da Maçã, que atraem visitantes do Município e de várias partes do Estado. O Município possui regular e sòlidamente organizada uma Associação Rural.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E EFEMÉRIDES — As festas religiosas, tôdas de caráter popular, são realizadas nas épocas seguintes: São Joaquim, em 16 de agôsto; São João, em 24 de junho e festa de Natal a 24 e 25 de dezembro.

Afora essas manifestações de cunho religioso existem ainda a efeméride de 7 de maio — data da instalação do Município e a Exposição de Gado e Festa da Maçã, estas duas últimas com periodicidade bienal.

No que diz respeito ao Culto Católico Romano, conta o Município com a Paróquia de Nossa Senhora do Socorro, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz, e 5 capelas públicas; a Paróquia de São Joaquim, com 2 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, e 22 capelas públicas e 1 semipública. Culto Espírita: 1 Centro Espírita.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Um panorama inesquecível que se avista do alto da serra do Mar, constitui o principal objetivo turístico de São Joaquim, além das nevadas.

Enedino B. Ribeiro, em sua monografia "São Joaquim", edição do Departamento Estadual de Estatística, assim descreve o cenário descortinado do alto da serra: "O catarinense, que ainda não teve oportunidade de fazer a travessia, a cavalo, de Novo Horizonte a Bom Jardim e vice-versa, ainda não viu o panorama mais portentoso da sua terra. O viajante chega ao sopé da serra: horizonte acanhado. A primeira impressão é de quem vai ser esmagado por aquela desconforme grandeza talhada em rochas com mais de mil metros de altura; a vista achata-se no obstáculo tremendo da altíssima montanha, cujos cimos beijam as nuvens, roubando-lhe completamente a sensação daquele outro mundo que êle adivinha existir lá por cima. Continuando a marcha, o viajante atinge os primeiros peraus e, logo adiante, divisa o Cubículo, a Pedra Cortada; de um e outro lado a montaria renteia abismos terríveis, de onde sopra um ventinho frio, gelando o coração; e a gente tem mesmo que atravessar o próprio coração do "Gigante de Pedra" — é a serra do Rio do Rasto; 8 quilômetros para subir. Mas, aquela sensação de mêdo vai-se dissolvendo, dando lugar a um agradável sentimento de incontida admiração, diante da extraordinária e indescritível grandeza daquelas paragens. Mata, densa mata, cobre aquêles píncaros, aquelas agudas arestas, aquelas gargantas

Hospital de Caridade Coração de Jesus

Praça Nereu Ramos

disformes, onde regatos cristalinos e barulhentos se despejam, corcoveando de queda em queda, riscando de branco o fundo-verde-escuro da floresta com a alvicência da espumarada de suas águas irrequietas; trepadeiras, folhagens lindas, como não as têm palácios de reis, flôres gentis, flôres bizarras, perfumando o ar, balouçam-se nos beiços dos itaimbés; e a passarada, na mais rica variedade de côres, enche de sons aquela solidão, com a orquestra mágica de suas vozes, sobressaindo, de longe em longe, o canto metálico da araponga. E, assim, o homem, ziguezagueando pelas curvas do caminho, aberto na própria rocha, faz a escalada da íngreme montanha, com o espírito sempre prêso a impressões novas e sensações esquisitas.

Mas, afinal o itinerante atinge o alto da serra e, pára: um descanso é indispensável à sua montaria; outra vez fica maravilhado diante do que vê, daquela imensidão que seus olhos descortinam; queda-se vencido e contemplativo ante a visão apocalíptica que ofusca os olhos. A seus pés, abre-se abruptamente aquêle abismo arrepiante com mais de mil e quinhentos metros de altura; fere-lhe a retina um imenso panorama, infinito e quase uniforme, aqui e ali, ponteado de vilas e cidades; no fundo, muito longe, onde se acaba o poder visual, a fita dourada dos cômoros de areia, discando o azul-marinho das águas do Atlântico. Os acidentes físicos se apagam devido a distância e a vastidão das terras; têm-se, debaixo da vista, os municípios de Orleães, Tubarão e Laguna. Deve ser um dos horizontes mais dilatados que os olhos da criatura humana podem descortinar na superfície do planeta.

Reencetada a jornada, a breve trecho, os olhos do viandante, outra vez passeiam embevecidos na esplêndida perspectiva do hinterland joaquinense, arrepiado por altos serros, sulcado de rios e banhadas, pontilhado de lindos capões, tudo como que altos relevos dos nossos campos, cuja cambiante das côres varia do louro do trigal, no outono ao verde-esmeralda, na primavera. Então o homem se acha pequeno na contemplação daqueles dois mundos tão diferentes, tão próximos e tão longes e a alma foge para Deus, na augusta encantação de sua obra maravilhosa".

O número de veículos existentes em São Joaquim, em 1957, era o seguinte: a) Veículos a motor — automóveis 16, jipes 38, ônibus e micro-ônibus 4, camionetas 21, motociclos 4, caminhões 58 e tratores 4; b) Veículos a fôrça animada — carros de 2 ou 4 rodas 30, bicicletas 45 e carroças de 4 rodas 46.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

SÃO JOSÉ — SC

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — Na metade do século XVIII duzentos e cinqüenta anos, portanto, após o venturoso feito de Cabral, numa serena e clara madrugada do mês de março, alguns casais de açorianos lançavam os fundamentos de uma povoação, que foi mais tarde o berço de tantos catarinenses ilustres e um dos maiores e mais importantes centros da província — a atual cidade de São José.

Homens fortes e resolutos, não ficaram inativos, de braços cruzados, a ouvir canto dos pássaros na floresta virgem, os colonizadores dessa parte de nosso extenso continente.

Ao mesmo tempo que construíam as suas rústicas habitações, trataram êles de elevar um modesto cruzeiro, nas proximidades do mar, diante do qual pouco depois, o reverendo padre José Antônio da Silveira, primeiro cura d'almas da incipiente povoação, celebrava o santo sacrifício da missa.

Êsse cruzeiro era, mais tarde, substituído por uma pequena capela, promovida a igreja paroquial no ano de 1755, ereta no mesmo local em que se assenta hoje a ampla e sólida Igreja Matriz, sendo então o seu cura d'almas nomeado vigário congruado, percebendo sessenta mil réis por ano.

À medida que ia crescendo o número de habitantes e a povoação se estendia, desenvolviam-se a lavoura e o comércio que constituíram, pelos tempos adiante, preponderante fator na vida econômica da província, sobressaindo a cultura do algodão e do linho, para cujo aproveitamento foram montados no "Roçado", pequenos e rudimentares teares.

Despontava, assim, galhardamente, São José. Transcorridos quatro anos, apenas de existência, decorridos e vividos em plena paz organizadora, rebenta no pacato povoado a inquietante notícia da guerra das "Reduções" ou das "Sete Missões", depois de firmado o tratado de limites entre portuguêses e espanhóis no sul do Brasil.

Gomes Freire de Andrade comandava as fôrças brasileiras em operações, às quais foram incorporados os destemidos barrigas-verdes, de gloriosa memória.

Com a partida dêsses bravos, verificaram-se numerosos claros na praça do Destêrro.

Sendo forçoso preenchê-lo, mandou o govêrno convocar os milicianos do povoado josefense que muito sofreu, então, em conseqüência da falta de braços retirados à sua próspera lavoura que se viu, assim, quase completamente paralisada.

Reconhecendo o govêrno a importância que ia tomando o povoado, elevou-se à freguesia em 1756.

A invasão e conseqüente tomada da ilha pelas fôrças espanholas ao comando de D. Pedro Ceballos, veio perturbar por algum tempo o trabalho dos laboriosos e pacíficos moradores de São José, pois, passando-se precipitadamente para o Continente, com suas fôrças, o general Furtado de Mendonça, comandante das tropas que guarneciam a Ilha, atravessou a freguesia em desabalada marcha estabelecendo o pânico ali!

Amedrontados, inúmeros moradores abandonaram casas e haveres e internaram-se pelo sertão em busca de refúgio e segurança.

Em 1787, comissionado pelo governador José Pereira Pinto, que para isso recebera ordem do vice-rei Luís de Vasconcelos e Souza, partiu no dia 11 de janeiro da sede da novel freguesia rumo ao Oeste, o alferes Antônio José da Costa, levando 12 homens armados, 12 escravos e 7 bestas cargueiras a fim de conhecer e estudar as riquezas do nosso vastíssimo hinterland.

Marginando o Maroim até certa altura, e daí em diante pela floresta ínvia, cumpriu o alferes cabalmente a incumbência de que fôra investido estudando a nossa fauna, observando e anotando altitudes, conhecendo de perto as riquezas de nossas florestas, fugindo ao contato dos perigosos aborígines, em busca do planalto e da natural comunicação com Lajes que o bandeirante paulista Correia Pinto havia fundado. A picada aberta pelo alferes Costa foi o traço de união entre a serra e o litoral.

Em 1796 tentou o governador João Alberto de Miranda Ribeiro, colonizar com os portuguêses a picada aberta pelo alferes Costa. Fracassada essa tentativa, sòmente em 1829, já no govêrno de Albuquerque Melo, começa o sertão a ser povoado com alemães, fundando-se a colônia de São Pedro de Alcântara, título que lhe foi dado em homenagem ao nosso primeiro Imperador, sendo seu primeiro diretor o major Silvestre José dos Passos, cidadão ilustre, possuidor de peregrinas e acrisoladas virtudes. De São Pedro de Alcântara irradiou-se a colonização alemã para os demais núcleos da Província.

São José era, em 1833, já um centro importante, pela sua população e comércio, razão por que o govêrno decretou a sua elevação à vila.

Êsse acontecimento foi recebido no meio do mais vivo e intenso regozijo pela população que o comemorou condignamente. Foi cantado solene TE DEUM em ação de graças na igreja matriz e festejada a feliz ocorrência com diversões populares e suntuosos saraus nos sobrados de João Vieira da Rosa, Presidente da novel Câmara Municipal e dos coronéis Joaquim Xavier Neves e Luís Ferreira do Nascimento Melo. À noite os frontespícios das principais casas foram iluminadas a azeite em copos coloridos.

À elevação a vila seguiu-se a criação da Comarca que foi instalada pelo Juiz de Direito Dr. Manoel Paranhos da Silva Veloso, seu primeiro magistrado, que antes fôra Ouvidor, o que constituiu um fato de alta e magna relevância.

Em 1839, foram vila e município flagelados por formidável tempestade de vento e chuva, que prejudicaram terrìvelmente a lavoura e as obras municipais. Os relatos daquela época, são repletos de comentários sombrios sôbre essa inclemência da natureza. Ainda não se achava a população de todo refeita dos sustos por que passara com êsses tristes sucessos de março, quando sobrevém outros não inferiores em sobressaltos, temores e aborrecimentos suscitado pela revolução farroupilha, em julho do mesmo ano. Um emissário dos Farrapos, amigo e confidencial do Coronel Xavier Neves, — Marcelino Soares, natural da vila — sub-reptìciamente penetra no vilarejo altas horas da noite, alarmando a pacífica população josefense, e exige a

imediata entrega da praça, em nome do coronel Davi Canabarro, chefe da revolução.

Como responsável por uma tão audaciosa tentativa, foi logo apontado o coronel Neves, cujas simpatias pela causa farroupilha já se haviam tornado notórias, conhecido como estava o seu entendimento com os invasores de Lajes.

Era de esperar, portanto, que São José, pela ação do coronel Neves, aderiria à revolução, do que estava inteirado o govêrno de Pardal.

A eleição do prestigioso político josefense para presidente da efêmera república veio, posteriormente, confirmar essa suspeita. Mas o Império tinha em São José uma atalaia vigilante, um soldado fiel, na pessoa do coronel José Bonifácio Caldeira de Andrada, veterano das lutas da Independência, na Baía, e da abrilada, em 1831, o qual, para pôr têrmo à embaraçosa situação, mandou prender o emissário do coronel Canabarro. À voz de prisão, Marcelino Soares arrefeceu a arrogância e meteu o pé no mundo. Com essa enérgica medida, a Vila reentrou em sua vida normal, com os ânimos de seus habitantes serenados.

Em 1845 foi a vila distinguida com a visita dos jovens imperadores, recebidos entre extraordinárias manifestações de júbilo. Atravessando montes e vales, D. Pedro e D. Teresa Cristina, dirigiram-se às Caldas do Cubatão, extasiando-se ante os belíssimos aspectos de nossa privilegiada natureza e apreciando de perto as virtudes dessas famosas terras. O acesso a estas fôra realizado, de propósito, por mil e duzentos homens, sob a direção do coronel Neves que, para recreio e satisfação dos jovens imperantes, mandaria arborizar e embandeirar a estrada, numa extensão de trinta e cinco quilômetros, aproximadamente. De regresso à vila josefense. SS. MM. assistiram ao TE DEUM cantado em ação de graças pelo sucesso da viagem.

Nessa ocasião proferiu o famoso pregador Arcipreste Paiva, que era então vigário da Paróquia, patriótica oração, saudando os augustos visitantes e congratulando-se com o povo pela extraordinária honra que São José recebia com a visita das excelsas magestades.

Houve parada das tropas legionárias, compostas de oitocentos homens, postados na praça da Matriz, que foram passadas em revista e louvadas por SS. MM.

À tarde no solar dos Neves, transformado em Paço Imperial, D. Pedro deu beija-mão e agraciou solenemente com as veneras de Oficiais da Ordem da Rosa os coroneis Joaquim Xavier Neves e Luiz Ferreira do Nascimento Melo, Cavaleiro da Ordem de Cristo os Srs. João Vieira da Rosa e Manoel Joaquim Teixeira, Presidente da Câmara e Cavaleiro da Ordem da Rosa o padre Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva.

De volta à capital da Província, acompanhados por luzida cavalgada, SS. MM. assistiram a uma corrida de cavalos e lançamento de bois no lugar "Campinas", apreciando depois, maravilhados, do morro das "Capoeiras", o encantador panorama da baía josefense que despontou à Imperatriz saudades da sua belíssima Nápoles, pela semelhança entre as duas baías.

Nessa memorável viagem acompanhou SS. MM. o Bispo do Rio de Janeiro, D. Manoel do Monte Rodrigues de Araújo, Conde de Irajá, que durante três dias consecutivos administrou crisma a um considerável número de filhos da terra, à quase totalidade da população, pode-se dizer.

Vista parcial da cidade

Em todos os atos religiosos foi o Bispo Conde de Irajá auxiliado pelo padre Oliveira Paiva, vigário da Paróquia. Os magnânimos imperantes antes de partir fizeram à Igreja Matriz um generoso donativo de três contos de réis, importância avultada para a época. São José em pêso ufanou-se de tão honrosa visita que serviu de assunto para as conversações durante muitos anos. Muitos velhos que a assistiram, a ela se referiam com orgulho, e ao rememorar êsse acontecimento, faziam-no com saudade, furtivamente enxugando algumas lágrimas incontidas. E contavam que um ancião de longas e respeitáveis barbas, entusiasmado pela presença dos jovens monarcas, não conteve a sua satisfação e quando êstes voltavam do TE DEUM, recitou-lhes a seguinte quadro:

O astro rei quando nasce,
Traz consigo um resplendor,
Vivam suas magestades!
Viva o nosso Imperador!

Por ocasião da visita, os oficiais às ordens de SS. MM. inauguraram com suntuoso baile a residência do Alferes Francisco Xavier de Oliveira Câmara, de recente construção, em cujo edifício, hoje completamente reformado, acha-se instalado o Grupo Escolar "Francisco Tolentino". A não ser a Capital e São José, nenhum outro município recebeu a honra da visita imperial.

A 17 de setembro de 1854, no meio de geral regosijo, colocava solenemente o Presidente da Província, Dr. João Coutinho, a pedra fundamental do teatro particular, construído com capital organizado por ações, tomadas pelos amadores da arte de Talia. Paraninfou o ato o coronel Ferreira de Melo, Presidente da Câmara Municipal. Êsse acontecimento constituiu época.

Escoavam-se os anos ao passo que a política partidária progredia a passos largos. O tetintim das poleiras políticas ecoava na imprensa da capital, por meio de correspondência.

A população josefense vibrou de entusiasmo com a elevação da Vila de 1833 a cidade, no ano da graça de 1854. São José era nesse tempo, com uma extensão territorial enorme, um dos municípios mais populosos e ricos da Província, produzindo em quantidade que dava para o gasto e sobrava para exportar, café, tapioca, açúcar, farinha de mandioca, cachaça e algum algodão.

Durante certo tempo houve a cultura do linho, como acima dissemos, que depois desapareceu por completo. A cidade dispunha de um pôrto marítimo apreciável freqüentado por grande número de embarcações de cruzes e outras de pequena capacidade. Uma estrada de cargueiros punha a região serrana em contato com o litoral. O comércio progredia, consideràvelmente, e os partidos políticos que disputavam o domínio e os mandatos tinham a chefiá-los os importadores e exportadores, proprietários de senzalas onde se aglomeravam dezenas de pretos escravos. Liberais e Conservadores impunham o prestígio da terra.

Tornando-se insuficiente para comportar os fiéis, foi ampliada a Igreja Matriz, ao mesmo tempo reformada interna e externamente e convenientemente pintada. A ponte sôbre o rio Maroim, danificada pelas constantes enchentes passou por uma radical transformação, sendo reconstruída com tal perícia, sob a direção pessoal do Presidente Coutinho e com uma solidez tão perfeita, que até hoje não careceu de reparos. Ainda nesse tempo teve início a construção da Capela de Senhor do Bom Fim, a cavaleiro da cidade, sendo a obra levada a efeito por meio de subscrição popular e esmolas.

Raro era o sábado ou dia santificado em que o Presidente da Província não visitasse a panorâmica e prestigiosa cidade, ocasionando isso intrigas e ciumeiras veiculadas pelos jornais da Capital, com retumbante repercussão na Côrte.

João Clímaco Zuzarte Firmo, que fôra oficial da Marinha de guerra lusitana, emigrando para o Brasil, estabeleceu-se em São José com forte casa comercial. Homem inteligente e de esmerada cultura, notando a falta de estabelecimento de ensino, onde a mocidade da terra pudesse adquirir conhecimentos mais amplos, fundou um colégio para moços e meninos. Nêle formaram-se os caracteres dos irmãos Ferreira de Melo, Tolentino, Silva Ramos, Xavier da Câmara, Silva Pessoa, Xavier de Souza, Zeferino da Silva, Caldeira de Andrada, Vieira da Rosa, Afonso de Barros, Souza Moreira, Simplício Santos, Antônio de Sousa, Irmãos Campos, João de Sousa, Marcolino Ramos, Sousa Medeiros, Cândido Domingos da Silva, Fagundes, Schenaider, Lentz, José Rodrigues Lopes, João Gomes, Zacarias da Costa, Teodoro e Alexandre do Nascimento Ramos, João Nepomuceno da Silva Ramos, José Ramos Moreira, Luiz Henriques dos Santos Sousa, Constâncio Pessoa Júnior, João Rodrigues Alves, Júlio Ferreira da Silva, João José de Castro Júnior, João Xavier Neves, Frederico Afonso de Barros Jr., Carlos Afonso de Barros, João Francisco Duarte e tantos outros homens de grande relêvo mais tarde na sociedade e de grande projeção na política e na administração pública.

No dia 8 de abril desde ano, a população da novel cidade movimentou-se para recepcionar condignamente, com tôdas as honras que lhe eram devidas, o grande catarinense brigadeiro Jerônimo Coelho, de passagem para o Rio Grande do Sul, cuja província ia presidir. Os Conservadores, seus correligionários, ofereceram-lhe opíparo banquete, em que tomaram parte duzentos convivas, realizando-se o mesmo, na senhorial residência do coronel Neves, comandante superior da Guarda Nacional e Vice-Presidente da Província, nome que passou à posteridade como figura de alto relêvo na política daqueles memoráveis tempos.

Tornando-se a cidade um centro importante de população e desenvolvido comércio com o fito de aformoseá-la e precaver a segurança dos moradores, a Câmara por essa época de alevantado surto, resolveu demolir as primitivas casas, situadas na Praça Municipal e que ameaçavam ruína, entregando êsse serviço, por contrato, ao capitão Constânciò Pessoa, que o efetivou pela quantia de cinqüenta e oito mil réis.

Quanto ao culto religioso, São José, desde os primórdios da sua fundação, primou sempre pela fidelidade à Fé Católica, praticando todos os seus atos com perfeita devoção.

Tanto no culto interno como no externo, ainda hoje as festas são ali celebradas e concorridas com um acentuado cunho de religiosidade por parte de seus habitantes. A Imagem do Padroeiro e as do Senhor do Bom Fim, Jesus dos Passos, Nossa Senhora das Dores e Senhor Morto, veneram-se há muitos anos nas respectivas igrejas, tendo sido as últimas adquiridas na Bahia, entre os anos de 1853 e 1956. Relativamente à do Padroeiro, entretanto, nenhuma informação encontramos sôbre a data e procedência de sua aquisição, quer nos arquivos da paróquia e particularidades, quer na tradição oral. Nem mesmo os mais antigos habitantes da terra, aludiam ao testemunho de seus antepassados. Essas imagens são perfeitas obras de arte sacra.

A do Senhor do Bom Fim, mandada vir pelo padre Macáiro, teve por modêlo a venerada Imagem que se venera na célebre igreja de seu nome, na capital baiana.

A 7 de setembro de 1854, comemorando a magna data brasileira, colocava, solenemente, o Presidente da Província, Dr. João José Coutinho, depois de assistír à missa com todo o elemento oficial, a pedra básica da Casa da Câmara e Cadeia, construção que foi levada a efeito com a verba dotada pelo Conselho Municipal em vários exercícios, e ainda o auxílio particular, em subscrição aberta para fim tão útil e patriótico. Revestiu-se essa solenidade de um caráter especial, realizando-se então festas populares, jantares e banquetes.

Não houve lar, pode-se afirmar, em cuja mesa não figurasse nesse dia um prato diferente, tal era o regosijo por mais êsse melhoramento.

À noite, antes de começar o espetáculo de gala, que fazia parte do programa, foi inaugurado com tôdas as honras, o retrato de S. M. o Imperador, orando nessa ocasião o Sr. Davi do Amaral e Silva, por entre palmas e vivas entusiásticos. A banda musical, de recente formação, sob a regência do maestro organista Alberto Rickler, executou o Hino Nacional, cantado, também, de pé, pelas pessoas presentes. Representou-se a peça "Monge da terra d'Ossa", com um dansado da época. Para terminar o espetáculo e espairecer das emoções causadas pelas cenas dêsse dramalhão trágico, seguiu-se-lhe a farça — "As Impugnações".

Nenhum núcleo catarinense disputaria, com vantagem, àquele tempo, as láureas da jovem cidade que os cento e oitenta e dois casais de açorianos plantaram em 1750, na orla marítima da baía sul, da nossa capital! Dizia, em carta, um ex-presidente da Província, a um chefe liberal: "Guardo na câmara escura das retinas, os belos trechos da natureza josefense". E, com êle, enamoraram-se da pitoresca cidade os Drs. Barcímio Pais Barreto, Cândido Vieira Chaves, o Visconde de Taunay, o Brigadeiro Jerônimo Coelho, Virgílio Várzea, Gama Rosa, Ernesto Galvão de Moura Lacerda,

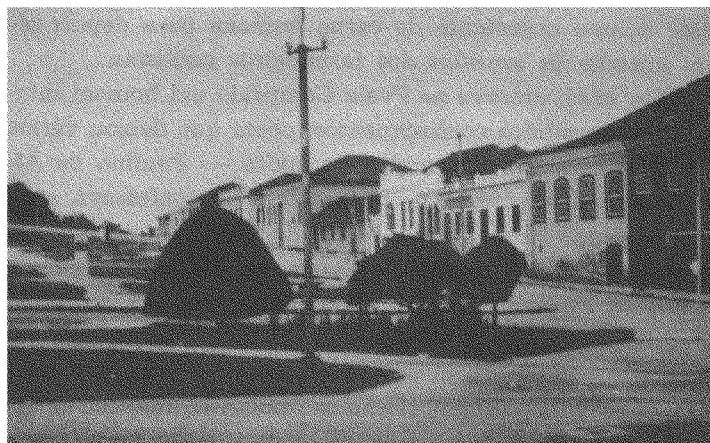
Francisco José da Rocha, Luiz Alves Leite de Oliveira Belo e tantos homens ilustres do passado que, em correspondência epistolar, aos seus amigos e correligionários, recordavam com saudade, os aspectos da jovial cidade e a sua gente polida e boa. Deste modo de sentir e exprimir sinceramente, damos testemunha pela leitura, de cartas dêsses senhores aos chefes políticos e amigos Ferreira de Melo, Pinto de Lemos, Francisco Tolentino, Silva Ramos, Marcolino Ramos e outros.

Declarada a guerra pelo Paraguai à nossa Pátria, um grupo de jovens josefenses apresentou-se logo ao Quartel do Batalhão de Depósitos, verificando praça voluntàriamente e seguindo pouco depois com destino ao campo de operações.

Compunha-se êle de Fernando Gomes Caldeira de Andrada, Francisco Xavier de Oliveira Câmara Júnior, João Pedro Xavier da Câmara que morreu Marechal do Exército — Cândido e João Lourenço de Souza Medeiros, Carlos e Manoel do Nascimento Ramos, Ângelo dos Santos Souza e Gaspar Pereira da Rosa. Concluída a guerra, voltaram quase todos sastifeitos pelo dever cumprido. No campo da luta pereceu o malogrado Carlos do Nascimento Ramos, transportando-se seu irmão Manoel para Santa Fé, na República Argentina, onde casou e fixou residência.

Em 1871, depois de receber homenagens honrosas devidas a seus méritos e alta patente, o Marechal Guilherme Xavier de Souza a quem o Imperador iria agraciar com o título de Visconde de Itajaí, se a morte não o arrebatasse à Pátria, êsse legítimo herói da campanha paraguaia, onde preponderou como chefe no comando supremo de nosso Exército, filho ilustre que era da cidade josefense, referiu-se com muito carinho a êsses nossos patrícios, elogiando-os pelo seu comportamento e bravura exemplares, pela sua eficiência militar, pelo modo, enfim, com que se portaram à frente do inimigo, nos combates e batalhas em que se empenharam. Muitos dêsses conterrâneos alcançaram altos postos na hierarquia militar.

Em 1876, tocava a jovem cidade o auge do seu progresso. A sociedade josefense era citada além das raias municipais como uma das seletas e progressistas da Província. A moda vinha diretamente da Côrte; cultivava-se a música com fino gôsto e apurada arte; os seus saraus e recepções fizeram época, alcançando notoriedade. Em sua alta política apontavam-se os vice-presidentes da Província: Xavier Neves, Ferreira de Melo, Pinto de Lemos, Silva Ramos e Ferreira de Melo Filho, detentores, várias vêzes, das rédeas do govêrno.

O entrelaçamento de diversos ramos de famílias num único tronco — VIEIRA —, ainda mais uniu aquela ilustre família, muito embora divergissem pollticamente alguns de seus membros, filiados a êste ou àquele partido. E, caso singular, sòmente eram notados êsses dissentimentos, sem ressentimentos, quando o pleito era deveras renhido. Passado o calor das eleições, não havia necessidade de reconciliações, porque se reuniam na melhor cordialidade. Fato interessante ocorreu entre os advogados Antônio Ferreira de Melo e Francisco Tolentino. Eram primos irmãos e concunhados; aquêle chefe conservador e êste liberal. Costumavam anotar em carteira os nomes de seus eleitores, juntos na maior camaradagem e, concluído o afanoso trabalho, à noite, em serão, cortejavam os cabalados. Apurada a eleição e verificada que fôsse a falta de um correligionário menos escrupuloso, fazia um chacota do outro, sem malindre, até que nova eleição viesse apagar o efeito daquela em que ocorrera a trapaça política.

Vista parcial da Praça Municipal

Contemporâneamente, três bandas de música disputavam a primazia na divina arte de Euterpe. Havia na sede da cidade a "Perseverança Artística" e na Praia Comprida duas outras: a "Recreio Josefense" e "Quebra Quilos". Esta, banda de músicos medíocres, era constituída de mulatos e pretos libertos, sob a direção de Adão Mafra, crioulo troncudo e sem pendores artísticos. A "Perseverança", alcunhada de "Piratas", e da qual era diretor o major Francisco Tolentino, tinha na sua regência Antônio da Silva Penedo, e da "Recreio", por antonomásia "Farrapos", regida por Francisco dos Santos Barbosa, era diretor Antônio Pedro Schnider. Belíssimos concertos e retretas realizaram essas afinadas bandas musicais, e quando alegravam a população josefense, nos seus dias festivos, faziam-no com garbo e entusiasmo, desfraldando os seus estandartes sociais pujantemente.

À época a que nos referimos, organizou-se na cidade um grupo dramático particular, que funcionou até 1889, de cujo corpo cênico faziam parte: Antônio Ferreira de Melo, Francisco Tolentino, João da Silva Ramos, João Luiz Ferreira de Melo, Francisco e Joaquim Xavier de Oliveira Câmara, José Silveira de Sousa Passos, Antônio Francisco de Sousa, Ernesto Galvão de Moura Lacerda, Cândido Domingos da Silva, Leonor, Dalila e Maria Bento Fernandes, Maria Luiza Cidade, e posteriormente, João Gualberto da Silva, José Cristóvão de Oliveira, Ernesto José de Sousa, Hercílio Lentz e Hortêncio Paiva.

Os senhores de engenho, arraigados a seus princípios políticos, nada faziam sem se aconselhar com os velhos chefes e, até mesmo para castigar seus escravos, pediam instruções aos coronéis Ferreira de Melo, Silva Ramos, Silveira Fagundes e Pinto de Lemos, escravagistas intransigentes, que eram ouvidos como verdadeiros oráculos. Daí a indisciplina e conseqüente fuga dos escravos não só motivada pelos maus tratos, como ainda pela maneira por que eram separados cruelmente de sua vida comum, vendidos para a lavoura paulista! Agentes do famigerado mercador de negros, Vitorino Menezes, de execrável memória, compravam por bom preço, para aquela lavoura, a fina flor da escravatura, crioulas fortes e mulatas donzelas e bonitas que, vítimas indefesas, serviam antes de pasto à concupiscência

dêsse infame negociante de carne humana para depois serem atiradas às senzalas dos fazendeiros paulistas.

Em 1881, morava na Praia Comprida um homem inteligente e de sólidos conhecimentos, poeta que deixou vários trabalhos esparsos nos jornais da época — Paulino de Albuquerque. Era, porém, como se dizia e êle confessava, ateu intransigente. Numa clara noite de luar, palestrava êle numa roda de amigos quando alguém se referiu à existência de DEUS. Paulino retrucou imediatamente dizendo que só acreditaria em DEUS se visse um cadáver espostejado recompor-se. Ilusão ou aviso celeste, o fato é que, mal proferiu essas palavras, um clarão vermelho manifestou-se no centro da roda de amigos e desapareceu ràpidamente. A palestra terminou e cada qual se separou impressionado pelo que vira e seguiu logo para casa. Paulino de Albuquerque tomou o fenômeno como uma advertência divina e no dia imediato procurou o coronel Francisco José da Rosa, com quem estava de relações cortadas e com êle se reconciliou, propondo-lhe a compra do terreno, necessário à ereção de uma capela. Efetuada a transação, deu comêço às obras, despendendo nelas elevada importância. A Imagem de Santa Filomena, que a comissão edificadora da Capela mandou vir da Itália, foi solenemente benta, com excepcionais festas, às 4 horas da tarde do dia 8 de outubro de 1882, na respectiva Capela. E, assim, foi convertido um ateu!

Em 1883, as populações sul-catarinenses rejubilaram-se ao terem notícia do projeto da construção de uma estrada de ferro com a denominação de D. Pedro I, a de São José, com maior razão, porque seria o ponto inicial da malograda via férrea. De fato, a 11 de dezembro dêsse ano chegava à Capital a comissão de engenheiros incumbida de proceder aos estudos, batendo a 19 do mesmo mês a primeira estaca na praça da cidade josefense. O acontecimento foi devidamente festejado. A cidade regorgitou de visitantes. Compareceu o elemento oficial da capital e de outras localidades e pessoas das várias classes sociais. No local do batimento da estaca, realizou-se um vasto e prolongado banquete, sendo para tal levantado um espaçoso barracão. À noite houve grande passeata, com banda de música à frente, pelas ruas da cidade iluminada a giorno, finalizando os festejos com um baile na Câmara Municipal.

Os josefenses não ficaram indiferentes à campanha abolicionista que vinha sendo agitada de Norte a Sul. Por iniciativa de alguns inimigos da escravatura, fundou-se em 1887 um clube abolicionista cuja diretoria compôs-se dos senhores Antônio Elesbão Pires, João Carlos de Sousa Medeiros, Jalmeno Lopes, Firmino Pereira Bento, João Lourenço de Sousa Medeiros e Francisco Pereira. Alguns elementos dessa associação, filiaram-se, mais tarde, ao partido Classista, na primeira fase do regime republicano. Os escravos, atraídos à sede do Clube, recebiam, admirados, aparvalhados mesmo, sua carta de alforria, sem o menor protesto de seus senhores. Era o princípio da derrocada escravagista. Vitorino de Menezes viu, assim, de um dia para outro, quebrada a sua negra corrente de bons negócios. A fina flor da mulatada, como dizia, não aparecia mais, já não lhe oferecia oportunidade às miseráveis transações que o enriqueciam. E, por isso, mudou-se para São Paulo onde, pouco depois, recebia a merecida punição de seus crimes. Assassinado, em Campinas, com uma martelada na cabeça, foi seu cadáver atirado dentro de uma sentina!

O gesto infeliz do caixeiro português Adriano do Vale que, em estado de embriaguez, disparou uma pistola em direção ao carro em que D. Pedro II voltava do teatro Recreio, conquanto não pudesse ser classificado como um grave atentado à vida do Imperador, porque o tiro partiu de considerável distância, perdendo-se no espaço, comoveu fundamente a alma brasileira. Em nossa capital, o Presidente da Província mandou cantar TE-DEUM em ação de graças, por haver Sua Magestade escapado incólume do atentado. Assomando à tribuna sacra o Cônego Francisco Pedro da Cunha, Vigário de São José e um dos maiores oradores sacros da época, proferiu memorável oração em que, após discorrer sôbre a vida do monarca, verberou com indignação o ato insensato do caixeiro. São dêle estas patrióticas palavras: "O projétil errou o alvo! Mas feriu o coração da Pátria! Não foi um brasileiro e sim um luso, que abriu, no estandarte das chagas, a chaga dupla que a lusos e brasileiros consternou!"

A propaganda republicana no país refletiu com intensidade em São José. Os jornais da Côrte, notadamente o "País", em que pontificavam Quintino, Rui, Fernando Lobo, Joaquim Serra e outras penas notáveis, eram lidos e relidos na botica do velho Cristóvão Joaquim de Oliveira e no armazém do Constancinho — Constâncio José da Silva Pessoa Júnior —, enchendo-se de entusiasmo as almas môças de Artur Ferreira de Melo, Joaquim Pinto de Lemos, João Gualberto da Silva, Antônio Elesbão Pires, Hortêncio Paiva, Alberto Meyer, Manoel Cesário Demaria e muitos ainda, que longe iríamos enumerando seus nomes.

Ora, dada uma tal vibração, não há dúvida que a proclamação da República só poderia ter, como realmente teve, uma franca aceitação em São José. Dissolvidos os partidos políticos, os liberais, então detentores do poder, separaram-se, e grande parte de seus componentes abraçou logo o regime triunfante. Os Conservadores, que haviam ficado indiferentes ao movimento, aproximaram-se também, constituindo-se então o Partido Republicano Catarinense que estêve de cima até a vitória da revolução de 1930.

Em 1891 veio a Constituinte. São José apresentou às urnas os nomes de Francisco Tolentino e Artur Ferreira de Melo que foram eleitos deputados pela sua terra. Formada a mesa do Congresso, coube a Presidência, por unânime consenso de seus pares, a Francisco Tolentino que recebe, por isso, significativa manifestação de aprêço, da parte de seus correligionários e amigos, que terminou com um baile em sua residência. Promulgada a constituinte de 11 de junho, começaram os dissídios políticos, formando-se o Partido Federalista.

Eliseu Guilherme da Silva, outro josefense ilustre, orador fluente e valoroso chefe político da capital, agremiando elementos, funda, com Germano Wendhausen, Cristóvão Pires, Severo Pereira, Irmãos Barbosa, Fábio Faria, Fausto Werner e outros, o partido federalista. Dissolveu-se, assim, o partido Classista. O novo partido começou a agir imediatamente, movendo vigorosa campanha pela imprensa contra o Governador Lauro Müller, que, môço, cheio de fé republicana, com o pensamento volvido para os postulados positivistas, deixou-se, político ainda inexperiente, seduzir pelos encantos de suas idéias amparando o golpe de Estado, que culminou com a queda do govêrno do Marechal Deodoro. Disso resultou o fracionamento da família josefense, até aí

unida, pelo grau de parentesco entre seus maiores valores. Alguns políticos, entretanto, permaneceram fiéis ao velho Imperador banido. A oposição, que pouco se avantajara, recebeu a adesão do deputado Artur Ferreira de Melo, que resignou o mandato de deputado. Em São José as adesões apareceram em massa, tornando-se a velha cidade o mais forte baluarte federalista do Estado. As insistentes manifestações políticas contra o govêrno e nas quais o partido federalistas de São José teve parte preponderante, culminaram com a deposição do governador Lauro Müller, por lhe haver faltado o apoio do centro.

Assumindo o govêrno da República, o Marechal Floriano, enviou a Santa Catarina, como seu emissário, um homem de sua confiança, o tenente Manoel Joaquim Machado. Tendo recebido, naturalmente, instruções para isso, o tenente Machado, logo que assumiu o govêrno, chamou o Partido Federalista para governar com êle. Continuava, portanto, São José a influir poderosamente na política do Estado. E fêz sentir ainda mais a sua ascendência na governança depois que o Tenente Machado contraiu núpcias com uma josefense, sobrinha e afilhada do Tenente-Coronel Caetano Carlos Xavier Neves, comandante do Esquadrão de Cavalaria, que passou, "ipso-facto", a ser pessoa de confiança e lugar tenente do governador. Um bom pistolão, como hoje se diz!

Com a formação do Partido Federalista, ficou a antiga agremiação política reduzidíssima. Apenas conservaram-se fiéis a Lauro Müller, o coronel Pinto de Lemos, Francisco Tolentino, Francisco Xavier de Oliveira Câmara, Joaquim Pinto de Lemos, Marciano Francisco de Sousa, Marcolino do Nascimento Ramos, Cândido Domingos da Silva, Manoel Guilherme Ramos, João Umbelino de Sousa, mais conhecido por João Catarina, Francisco Otaviano da Câmara, Adolfo Nonato da Silva e um número pequeno de eleitores, remanescentes do velho partido. Convocado o eleitorado para novas eleições à constituinte e feitas estas, foram pelo Congresso eleitos governador do Estado o Tenente Machado e Presidente do Legislativo o Coronel Eliseu Guilherme.

Em conseqüência os jornais "A Gazeta do Sul" e "República" romperam em vigorosa oposição aos governos estadual e federal. Francisco Tolentino, diretor do primeiro, salienta-se nessa campanha. Senhor de uma esplêndida cultura literária e jornalística, em editoriais memoráveis, dentro da ética jornalística, esvurma, analisa, combate e aponta inconstitucionalidade dos atos do govêrno. Revida-o, pelas colunas do "O Estado", em linguagem elevada, Eliseu Guilherme. Defrontam-se, assim, na tribuna jornalística, os dois ilustres josefenses, liberais da monarquia, em defesa de seus novos ideais. São José foi denominado baluarte federalista.

Iam as coisas correndo por êsse modo, quando, em 1893, de janeiro a junho, o partido republicano, um pouco robustecido, organizou e desenvolveu forte campanha contra o govêrno. O movimento chefiado por Hercílio Luz tinha fortes elementos, sobretudo em Blumenau, cognominado — baluarte da legalidade (em contraposição a São José), onde homens como Paula Ramos, Santos Lostada, Bonifácio Cunha, Francisco Margarida e Cunha Silveira, todos radicados ali, coordenavam respeitáveis fôrças. Êsse movimento culminou com a deposição de quase tôdas as municipalidades e do governador do Estado.

Igreja-Matriz de São José

A Câmara Municipal de São José continuava, porém, em poder dos federalistas. Mas, na segunda quinzena de julho, o Tenente Carlos Alberto Camisão, destacado para depô-la, seguiu por mar, numa calma tarde, com oitenta praças escolhidas do 25.º batalhão de infantaria, desembarcando-as na Praia Comprida, nos fundos da residência do major Marciano Francisco de Sousa, um dos poucos josefenses contrários à situação. O Tenente Camisão, de temperamento belicoso, porém militar prudente, não se afoitou a atacar a municipalidade de surprêsa, indo ao anoitecer, à paisana, observar de perto o campo onde se feriria o projetado ataque. Aí chegando, foi avisado por alguns correligionários que o Coronel João Luiz Ferreira de Melo, superintendente municipal, convocara, cedo, os seus amigos e partidários, expondo-lhes a melindrosa situação em que se achavam.

De fato, assim fôra. Alguns dêstes opinaram que se não deveria oferecer resistência, tomando em consideração o que acontecera noutros municípios.

O Coronel Ferreira de Melo, que não ignorava a situação precária de seu partido, no momento, dirigiu-se a seus amigos nestes têrmos: "O meu lugar é aqui! Conheço as minhas responsabilidades. Não sou um inconsciente e não arredarei pé daqui, embora morra ou fique só!" Diante dessa resolução, os seus amigos não o abandonaram. Dividiram-se em grupos e escolheram os lugares mais próprios para resistirem ao ataque. Eram êles: Caetano e Israel Neves, João Batista da Costa, João, José e Francisco de Campos, Ismael Antônio da Rosa, Jalmeno Lopes, Antônio Elesbão Pires, José Ramos Moreira, Jacó Quint, Francisco José da Rosa Júnior, João Carlos de Sousa Medeiros, Francisco Vicente de Assunção, Alípio Rosa, Francisco e Manoel Justino Leite, João Schneider, Augusto Xavier de Sousa Júnior, João Augusto Xavier de Sousa Medeiros, Joaquim Sebastião Lentz, Bernardo Trupel, Olegário Alves, João Pedro de Espíndola, Macário Bento de Carpes, João Batista do Nascimento, João Vieira Franco, Coronel Francisco José da Rosa e Silveira Fagundes, Artur Ferreira de Melo, Francisco Vieira da Rosa, Nicolau Schmidt, Ernesto Beistorff, Antônio Francisco de Sousa, Tomaz Silveira de Sousa, João Nepomuceno da Silva Ramos, Salustiano da Costa, Joaquim Fagundes, Jacinto José da Rosa, Jacinto Duarte, Maximiliano dos Santos e ainda outros e um grande número de pretos assalariados para a defesa. Uns fortificaram-se no sobrado ao lado da Câmara, alojaram-se outros na tôrre da

Matriz, muitos permaneceram na Municipalidade e um bom número de defensores localizou-se no morro do Bom Fim, que fica, como os demais pontos guarnecidos, a cavaleiro da praça. Observando Camisão que seria imprudência expor a sua tropa num ataque em campo raso, ao passo que os atacados ficariam a coberto de seus tiros, retrocedeu, pedindo aos amigos que fôsse avisado dessa resolução o Coronel Bernardino Machado, que à noite viria de Palhoça com reforços fazer assédio, por mar. Os federalistas, tendo conhecimento de que os legalistas de Palhoça cooperariam com o Tenente Camisão, imediatamente mandaram guarnecer a ponte do Maroim por um forte contingente, obstando, assim, a sua passagem. Retirado o destacamento militar e não tendo ciência do que ocorrera, à noite, em embarcações a remo e a vela, os homens de Palhoça aproximaram-se do trapiche municipal para efetuar o desembarque, sendo surpreendidos, porém, por uma saraivada de pedras pelos de terra que gritavam: "Morram os lambisas!" — alcunha que os federalistas deram aos adversários, partidários do Dr. Lauro Müller. Os das embarcações já a resguardo das pedradas, retrucavam de longe, enfurecidos: "Abaixo os Maragatos!" — antonomásia dos federalistas, importada dos pampas do Sul.

Em agôsto, estoura a notícia da revolução! Em São José reúnem-se logo os marechais do partido federalista para receber os emissários da revolução sul-rio-grandense. Em pacto secreto, aderem os federalistas aguardando os acontecimentos que se desenrolariam no Rio de Janeiro. Revolta-se a esquadra da baía de Guanabara contra o govêrno do Marechal Floriano. Pouco depois, o cruzador "República", uma das melhores unidades da nossa esquadra, fundeia na baía josefense e, com poucos tiros, domina as nossas precárias fortificações. Vinha sob o comando do Capitão-de-corveta João dos Santos Lara e trazia a bordo o Capitão-de-mar-e-guerra Frederico Guilherme de Lorena. Isto passou-se a 27 de setembro.

Imediatamente, uma comissão de federalistas dirigiu-se à capital, tentando entrevistar-se com Lorena que não a recebe, julgando tratar-se de um grupo de espiões. Instalado o govêrno provisório da nova República, Lorena, seu presidente, baixou logo um Decreto de mobilização geral da Guarda Nacional. Coube a São José parte saliente nesse agrupamento de fôrças. Três mil e quinhentos homens formaram na praça municipal nos primeiros dias da convocação e dêles foram considerados válidos mil e oitocentos. Organizados os corpos, foram nomeados comandantes do 1.º batalhão o Coronel João Luiz Ferreira de Melo, e do 2.º o Coronel Israel Xavier Neves e oficiais imediatos Jacinto Duarte, João Vicente Vaz, Bernardo Trupel, Francisco Adão Schmidt, Joaquim Sebastião Lentz e outros. Para instruir a tropa o govêrno revolucionário nomeou oficiais do Exército. No primeiro dia da convocação, o Presidente provisório Frederico Lorena, cercado do mundo oficial, inaugurou solenemente a Estação Telegráfica de São José. Após a instalação o Presidente Provisório passou revista às tropas formadas na praça municipal. À noite realizou-se no Paço Municipal uma grande recepção, finalizando as festas com um baile de gala. Dos batalhões foram destacadas companhias parar guarnecer pontos afastados, afim de evitar surpresas dos "Picapaus", como eram chamados nas falanges revolucionárias os soldados comandados pelos generais Artur Oscar, Lima e Silva, Pinheiro Machado e Coronel Firmino Lopes Rêgo. Êste fazia a vanguarda da coluna Artur Oscar, que operava no sul do Estado. Diziam à bôca pequena que, fazendo sortidas altas horas da noite, vinha êle confabular em Palhoça com seu amigo e concunhado Jacinto José da Luz, para comunicar aos amigos, as vantagens obtidas pelo Marechal Floriano nessa luta fratricida. As hostes revolucionárias puseram-se no encalço do — "Corta-cabeças", designação dada ao Coronel Firmino e a sua cabeça foi posta a prêmio! Houve até quem a visse espetada num pau, na estrada da Enseada de Brito! Vencida a revolução, serenaram aparentemente os ânimos. Muitos revolucionários, os menos culpados, não se afastaram da terra e deixaram-se prender outros temendo, com razão, a sanha governista, afastaram-se para longe, ocultando-se uns e emigrando outros. Aquêles passaram privações e viveram em sobressaltos. Quando o govêrno concedeu-lhes anistia ampla, nova era de felicidade raiou para os rebeldes. O partido federalista fàcilmente reorganizou-se, de modo que São José, pollticamente, continuou a preocupar o govêrno. Êste, sempre em minoria, para dominar o adversário nas urnas, teve de valer-se de recursos vários, e para remover obstáculos sérios transferiu as mesas eleitorais de um para outro lugar. Por isso, o partido federalista com suas falanges completas nunca mais pôde vencer uma eleição.

Em 1894, sob a direção do maestro Felipe Rosa e custeada por elementos do partido republicano local, fundou-se a banda musical "Recreio Josefense". Na mesma época, foi reorganizada pelo partido federalista a banda "União Artística", sob a regência de Venâncio Antônio da Costa. Mais tarde, com a retirada de Felipe Rosa, foi criada a banda "Adolfo Melo" que teve a regê-la o maestro Olímpio Rêgo, músico de Conservatório, que deu notável impulso à nova sociedade. Dissolvida, tempos depois a "União", os seus melhores componentes agregaram-se à "Adolfo Melo", que, em 1926, foi incorporada ao Tiro-de-Guerra 410. Retirando-se o seu primeiro regente, substituiu-o Alípio Rosa, apreciável músico josefense. Enfraquecida, pouco a pouco, com a retirada de muitos músicos, surgiu de seu remanescente, a atual "União Josefense", que se tem mantido por verdadeiro amor à arte, mas com dificuldade.

Os josefenses amadores da arte de Talis, recordando-se ainda das belas representações proporcionais pelas velhas sociedades dramáticas, fundaram em 1899 uma sociedade dramática, sob a denominação de "Vinte e um de Agôsto". Do corpo cênico faziam parte Crisanto Medeiros, João Gualberto da Silva, Ernesto Pires, Álvaro Tolentino, João de Oliveira Barbosa, Adolfo Silva, Maurilo e Carlos do Nascimento Ramos, Inácio Carpes, Eugênio Fagundes de Morais, Alípio Rosa, Antônio Olavo da Silva, Antônio Ernesto Neves, Antônio Libório Lentz e as senhoritas Jesuina e Pompília Silva.

A imprensa em São José teve o seu marco inicial em 1898 com a "Pena", pequeno jornal manuscrito, de que era ao mesmo tempo diretor, redator e gerente João Otaviano Ramos. Feito exclusivamente à pena com o artigo de fundo, noticiário e anúncios, não escapou, todavia, às fôrças caudinas da crítica, havendo quem lhe apontasse gafes! Contudo era a demonstração de um grande esfôrço e dos pendores literários dêsse nosso amigo que, com pouca idade, deixando pouco antes os bancos escolares, já se preocupava

com o jornalismo e as musas. Modesto, mesmo tímido, Otaviano Ramos, fundou em 21 de setembro de 1924, a "Cidade", de Blumenau, que aindo hoje existe. Cooperou, assim, um pouco, para a nacionalização. Redatoriou, também, outros jornais nesta capital e teve colaboração em diversos antigos e modernos. Mais tarde, São José teve outros jornais. Primeiro, o "Astro", impresso em tipografia própria, de seu diretor Francisco de Paula e Sousa e, depois, "A Luz", sob a direção do Coronel Napoleão Poeta e o "Josefense", por Antônio Epitácio dos Santos.

Por iniciativa de João Otaviano Ramos, João de Oliveira Barbosa, Adolfo Silva, Antôno Domingues, Maurilo Ramos e outros moços, amantes da boa leitura, fundou-se em 1904 o grêmio literário "Cruz e Sousa". Cheios do maior entusiasmo, seus iniciadores alugaram uma sala, adquiriram móveis e objetos necessários para a instalação do Grêmio que em pouco tempo estava com as estantes cheias de livros e as mesas repletas de jornais e revistas, vindas de todos os Estados do Brasil, de modo que a florescente agremiação ia num surto admirável. As reuniões eram contínuas. Com a retirada, porém, de parte de seus membros, os que mais se dedicavam ao seu engrandecimento, para fora da cidade e do município, foi essa útil e proveitosa associação decaindo até dissolver-se, sendo a sua biblioteca repartida entre os que ficaram.

Prosseguiam as entidades políticas em sua marcha entusiástica, rumo a novas lutas partidárias, quando os seus chefes receberam ordens de suspender as hostilidades, por estar imenente um acôrdo político. Para concertá-lo, eminentes chefes federalistas, no Rio de Janeiro, entendiam-se com Lauro Müller, o chefe supremo do P.R.C. Coube a um josefense ilustre, Eliseu Guilherme, aliado a Abdon Batista, a maior parcela neste grande feito — a fusão dos dois partidos, — muito embora sofressem ambos pesados apodos dos antigos correligionários, que nunca lhes perdoaram o que consideravam uma traição e que até hoje, os que ainda estão vivos, se têm conservado fiéis aos postulados federalistas. Semelhante ao anjo da paz, Lauro Müller, após a assinatura do acôrdo, percorreu o Estado, reconciliando os adversários de ontem e procurando fazer desaparecer velhos ressentimentos, enchendo dessa forma, a alma catarinense de júbilo. São José recebeu-o e homenageou-o com festas excepcionais. Os braços fraternais de Lambisas e Maragatos multiplicaram-se, eliminando intrigas e arefecendo paixões. Lauro Müller pertence à galeria dos grandes homens, ocupando entre êles lugar saliente. A só reconciliação dêsses adversários intransigentes em matéria política, que vinham terçando armas desde os primeiros tempos da República, bastaria para glorificá-lo.

A êsse homem superior, coberto de ótimas qualidades e virtudes, que tudo via e observava através de um saudável bom humor e de uma argúcia extraordinária nos momentos mais difíceis, deve a Pátria inestimáveis e inolvidáveis serviços.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito foi criado por Provisão de 26 de outubro de 1751. O município o foi, por efeito da Resolução do Conselho do Govêrno, datada de 1.º de março de 1833, ocorrendo a instalação a 4 de maio dêsse ano.

Em face da Lei provincial n.º 415, de 3 de maio de 1856, foram concedidos foros de cidade à sede do município de São José.

A Comarca foi criada por Resolução do Presidente do Conselho, a 1.º de março de 1833.

Por fôrça da Lei provincial n.º 277, de 26 de março de 1894, a comarca de São José, integrada pelos municípios de São José, Laguna e Lajes, passou a denominar-se Segunda Comarca.

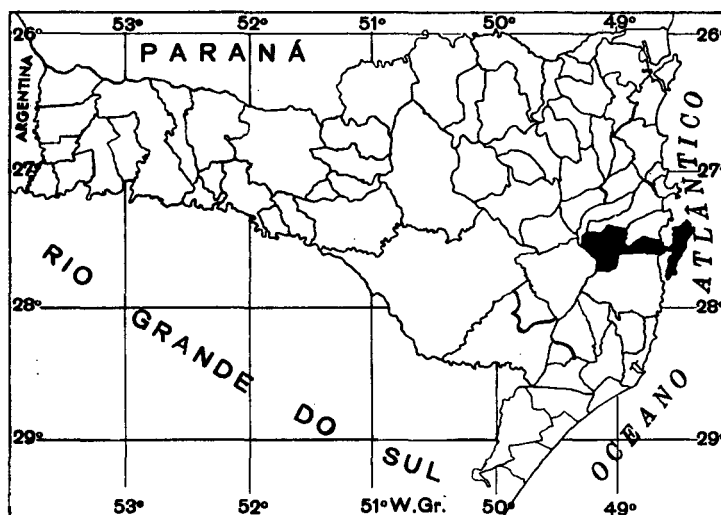
Por efeito da Lei provincial n.º 615, de 20 de maio de 1869, restaurou-se a Comarca de São José.

O seu quadro administrativo e judiciário, em ...... 1-III-1958, era o seguinte:

Comarca, Têrmo e Município: São José.

Distritos componentes: São José (sede), Angelina, Garcia, Rancho Queimado e São Pedro de Alcântara.

A atual legislatura teve início em 1955, tendo sido eleito Prefeito, o Sr. Homero de Miranda Gomes, e constituída a Câmara Municipal de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de São José acha-se localizado na zona fisiográfica de Florianópolis: A cidade fica a 9 quilômetros em linha reta da Capital do Estado, sendo a sede municipal mais próxima de Florianópolis e possui as seguintes coordenadas geográficas: 27° 36' 22" de latitude sul e 48° 37' 45" de longitude W Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Quatro metros na sede municipal sendo o 11.º em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — No verão o clima é quente com predominância de trovoadas, principalmente à tarde, alcançando a precipitação anual de 1 500 mm. A temperatura chega, às vêzes, a 36°C. Predominam os ventos do norte. O inverno é frio, muito úmido, descendo o termômetro, a menos de 10°C. Em alguns lugares caem geadas. Noites bastante frias. São comuns os ventos do sul, quando a temperatura cai.

ÁREA — A área do município é de 1 176 km², figurando em 23° lugar em relação às áreas das demais comunas.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Maruim, que serve à Usina Elétrica de Sant'Ana. Em seu

último trecho, já próximo à foz, separa os municípios de São José e Palhoça.

Rio Garcia, que servirá à Usina do Garcia, em construção.

Rio Engano, afluente do anterior.

Serras de Santa Filomena e Pai João e Congonhas, na divisa com o município de Biguaçu. Serra dos Faxinais (1 000 metros de altura) na divisa com Bom Retiro. Serra da Boa Vista e do Furtado, no distrito de Angelina.

Pico da Pedra Branca, com 460 metros de altura.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) De origem mineral: cal de concha, barro para olaria e para cerâmica.

b) De origem vegetal: madeiras em geral: canela, peroba, óleo, cedro, sassafrás.

c) De origem animal; camarão, peixes em geral, cêra e mel de abelha.

POPULAÇÃO — A População de São José, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 22 798 habitantes e tinha a seguinte composição: homens, 11 374; mulheres, 11 424; brancos, 21 853; pardos, 17; pretos, 853; amarelos, 21 e 84 não declararam a côr. Das pessoas de 15 anos e mais em número de 12 836, 4 822 eram solteiras; casadas, 7 162; viúvas, 754; desquitadas, 12 e 86 não declararam o estado conjugal.

Existiam 80 estrangeiros e 16 brasileiros naturalizados.

Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos, em número de 20 043, as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade era de 19,3 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 37.° lugar no Estado.

Da população 85,7% localiza-se no quadro rural, sendo esta percentagem das menos elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 30.° lugar com relação à população dos municípios do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 26.° lugar em população em relação às outras sedes municipais do Estado.

A população estimada do município, referente ao ano de 1958, é de 26 274, segundo o Departamento Estadual de Estatística.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São cinco as aglomerações urbanas do município: — a cidade de São José, com 2 469 habitantes (1 153 homens e 1 316 mulheres) e as vilas de: Angelina, com 273 habitantes (84 homens e 179 mulheres), Garcia, com 131 habitantes (65 homens e 66 mulheres), Rancho Queimado, com 134 habitantes (64 homens e 70 mulheres) e São Pedro de Alcântara, com 232 habitantes (117 homens e 115 mulheres), conforme dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial, no ano de 1955, atingiu a Cr$ 15 758 624,00.

O município assenta sua economia, principalmente, na indústria da carne sêca ou charque de bovinos. A produção dêsse produto atingiu no ano de 1955, a 195 000 kg, valendo Cr$ 5 070 000,00; seguindo-se papelão (559 600 kg, no valor de Cr$ 4 984 240,00); linguiça e salsichas não enlatadas (47 000 kg, no valor de Cr$ 1 332 800,00); refrescos e refrigerantes, guaranás e sodas etc. (176 650 l, no valor de Cr$ 729 850,00); pão (63 360 kg, no valor de Cr$ 633 600,00).

Dos 12 estabelecimentos industriais, 3 dedicam-se a produção de salsichas, banha, charque, etc. e 2 a madeira serrada.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) 18,81% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, temos, segundo a importância: feijão (grão), mandioca, alho, cebola, batatinha, milho, aipim, cana-de-açúcar, batata-doce, tomate, amendoim com casca, arroz com casca, abóbora, melancia, abacaxi, ervilha; como culturas permanentes, temos abacate, maçã, café, banana, uva laranja, bergamota, pêssego, pêra, marmelo e figo. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 47 998 500,00. O valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de Cr$ 109 298 000,00.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957:

a) De origem mineral: alguidares (10 000 unidades, no valor de Cr$ 100 000,00); panela (15 000 unidades, no valor de Cr$ 150 000,00); cal (100 000 kg, no valor de Cr$ 100 000,00).

b) De origem vegetal: capim para colchão (11 000 kg, no valor de Cr$ 71 000,00); lenha (305 000 m^3, no valor de Cr$ 12 250 000,00); madeira (16 700 m^3, no valor de Cr$ 2 505 000,00).

c) De origem animal: camarão (80 000 kg, no valor de Cr$ 1 800 000,00); peixe fresco (621 000 kg, no valor de Cr$ 4 270 000,00); peixe sêco (50 000 kg, no valor de Cr$ 300 000,00).

No tocante a produtos transformados ou não de origem animal, a produção atingiu em 1956 o valor de .... Cr$ 31 502 500,00, sendo os principais produtos: leite .. (1 500 500 litros, no valor de Cr$ 8 100 000,00); charque (130 000 kg, no valor de Cr$ 5 300 000,00); ovos (250 000 dúzias, no valor de Cr$ 5 000 000,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se mais de cem estabelecimentos comerciais (150 varejistas); uma Agência do Banco Catarinense Sociedade Cooperativa Central de Crédito Agrícola e o Escritório do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 5 emprêsas rodoviárias para passageiros.

Dista a cidade cêrca de 10 km da Capital Estadual por meio de rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por meio de rodovia: 24 km até a cidade de Biguaçu; 64 km até a de Tijucas; 100 km até Nova Trento; 141 km até Bom Retiro; 8 km até Palhoça; 10 km até Florianópolis.

Na cidade funcionam uma Agência Postal Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e uma Agência Telefônica de uso público da Companhia Telefônica Catarinense.

No restante do município funcionam uma Agência Postal e 5 Postais Telefônicas do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de São José tem 2 496 habitantes, sendo a 26.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina, e conta com 29 logradouros públicos dos quais 3 parcialmente pavimentados.

É servida dos serviços de luz elétrica com 383 ligações domiciliares e abastecimento d'água, com 234 ligações domiciliares.

Os principais edifícios são: Igreja Matriz, Prefeitura Municipal, Grupo Escolar "Francisco Tolentino", Teatro Municipal e Casa Paroquial, Educandário Santa Catarina, Club 1.º de Junho, Residência Paroquial, Inspetoria Regional da Divisão de Defesa Sanitária Animal. A cidade conta com 1 hotel.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica no município é prestada à população por 3 médicos, 2 dentistas, 1 farmacêutico e 5 auxiliares de saúde.

Uma Colônia de Psicopatas, um educandário para filhos de hansenianos e uma Colônia para hansenianos, servem o Estado de Santa Catarina com êsses ramos de assistência médica. Um Subpôsto de Puericultura e 1 Educandário, servem à população do município com assistência médica em geral.

Existem 4 farmácias no município.

ASILOS E RECOLHIMENTOS — Na cidade existe o Educandário Santa Catarina, para filhos menores de hansenianos, abrigando 103 internados.

COOPERATIVISMO — No município funciona uma Agência do Banco Catarinense Sociedade de Cooperativa Central do Crédito Agrícola.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 18 772 pessoas de 5 anos e mais sendo que 9 526, ou seja 50,7%, sabiam ler e escrever. Dêsse total 4 897 eram homens e 4 629 mulheres. Na sede municipal, das 2 073 pessoas de cinco anos e mais, 1 411 sabiam ler e escrever, sendo 675 homens e 736 mulheres.

Ensino — Em 1956 funcionaram na cidade e no resto do município 77 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 3 356 alunos, assim distribuídas: Fundamental Comum, 70 unidades, com 3 270 alunos; Fundamental Supletivo, 5 unidades, com 44 alunos e Complementar, 2 unidades, com 42 alunos.

No tocante a ensino extraprimário, funcionaram no município, três Cursos Normais Regionais e um de Datilografia.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — São duas as Associações existentes, uma delas desportiva, o Ipiranga Futebol Club e a outra cultural, a Sociedade Musical União Josefense, que se dedica à Música. É digno de registro o Clube Recreativo 1.º de Junho.

A cidade possui um cinema, o Cine Rajá, com 360 lugares; uma estação de Radiodifusão: Rádio Jornal "A Verdade" e uma bibiloteca "Cardeal Câmara", localizada na Agência de Estatística, com um total de 2 300 volumes.

Praça Santos Dumont

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	571	748	770	275	717
1951.......	763	810	708	374	708
1952.......	1 022	1 059	837	490	834
1953.......	1 197	1 480	1 249	549	1 055
1954.......	848	1 776	1 152	569	869
1955.......	1 076	2 797	1 958	662	1 928
1956.......	1 591	3 925	2 454	956	2 430

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS — O município de típica colonização açoriana, São José apresenta, nos costumes de seu povo, o mais persistente legado dos primeiros habitantes de há dois séculos.

Seus prédios de baixa testada, sua lavoura não mecanizada, sua indústria ainda dependendo do trabalho direto do homem, todo o seu "modus vivendi" enfim, dizem bem da sua formação social, cujos traços mestres ainda se conservam.

Os artefatos de barro, tradicionalmente feitos a mão, representando uma pitoresca expressão de arte popular do praieiro são-josefense, são geralmente apreciados pelos turistas e visitantes que os procuram no mercado público de Florianópolis, onde são vendidos em grande escala.

Os monumentos existentes no município são os seguintes:

Monumento do 1.º Centenário da Independência do Brasil, situado no Jardim Coronel Poeta, sede, construído de alvenaria, e inaugurado em 7 de setembro de 1922.

Marco Comemorativo do Bicentenário da Cidade de São José, à praça municipal, sede, construído de granito, com chapa de bronze, e inaugurado em 19 de março de 1950.

Estátua de Cristo Redentor, no distrito de Angelina, construída de cimento e granito e inaugurada em 1.º de julho de 1945.

Marco Comemorativo do 1.º Centenário da Paróquia de São Pedro de Alcântara, construído de granito, inaugurado em 2 de setembro de 1944.

Gruta de Nossa Senhora de Lourdes, no distrito de Angelina, grande atração turística religiosa.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Registra-se em São José o seguinte, no que diz respeito a cultos:

Culto Católico Romano: Paróquia de São Pedro de Alcântara, com 2 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, 4 capelas pú-

blicas e 1 semipública. Paróquia de São José, com 2 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, 5 capelas públicas e 2 semipúblicas.

Culto Protestante: Comunidade Protestante de Santa Isabel, com 6 templos; Comunidade Protestante de Barracão, com 2 templos.

Culto Espírita: 2 Centros Espíritas.

As principais efemérides do município, são:

1.º de março — instalação do município.

19 de março — festa de São José, padroeiro.

Além dessas festividades, são tradicionais a festa de Passos, Espírito Santo, Corpo de DEUS, Senhor do Bonfim e a festa de Nossa Senhora, em 8 de dezembro, em Angelina.

No folclore de São José registra-se o que é mais ou menos comum ao litoral catarinense: Ternos de Reis, Boi de Mamão, Pão por Deus, brincadeira de Boi na Vara, Pau-de-Fita, Ratoeira, Desafios e Cacumbi. Álvaro Tolentino de Sousa — "São José", in Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, ano de 1943 — 1.º semestre — assim descreve o Cacumbi:

O elemento africano, para atenuar a nostalgia da terra nativa, que nunca mais veria, organizou a dança dos Cacumbis, constituída de um casal real, aclamados pelos seus súditos e a competente côrte, que se exibiam nas ruas, com vestes de côres berrantes, chapéus afunilados, turbantes e bonés, dansando e cantando versos adredes arranjados. A coroação dos reis e benzimento da bandeira, fazia-se com grande estardalhaço, apresentando um espetáculo inédito, alegre e pitoresco. Depois das danças, entremeadas de mesuas, esgares e trejeitos, seguia-se um farto repasto, regado a vinho e aguardente. Em ampla sala, ornamentada com fôlhas de sagu, dispostas nas paredes, e bandeirolas multicores de papel, iluminada com cotos de velas colocadas em arandelas e distribuídas pelos portais, os reis dos Cacumbis, recebiam as homenagens de seus vassalos, muitos dos quais vindos de localidades distantes, rufando tambores e tocando marimbas, cantando ao mesmo tempo versos adequados à festança. Assim cantava a negrada:

No vosso terreiro
Chegamos marchando
Pela porta a dentro
Entramos cantando.

Pela porta a dentro
Entramos a cantar
Aqui está Nossa Senhora
Que lhes veio visitar.

Abala, abala,
Que vem da Bahia.
Vamos todos embora
Para a terra fria.

Mulatinha de Angola
Janja-quê-rêrê!
Mulatinha de Angola
Janja-quê-rêrê!

A Nossa Senhora
Mandou um recado
Que eu fôsse cantando
O Bendito Louvado

Bendito Louvado
Que estais na Custódia,
Rainha dos Anjos,
Estrêla da Glória!

Estrêla da Luz,
Estrêla do Norte.
Guiai nossas almas
Na hora da morte!

Na hora da morte,
Esperamos também
O Céu e a Glória
Para sempre, amém!

Todo o soldado
Que veste calção
Não pede dinheiro
Ao seu capitão.

Eu com esta espada
De tão fino corte,
Corto cabeças
No primeiro golpe!

Oh! Sim, oh! Não!
Senhor Capitão!
Queremos dinheiro
Da nossa ração!

Estando eu em casa
Mui bem descançado
Vieram soldados
Meter-me em quadrado.

Oh! Sim, oh! Não!
Senhor Capitão!
Que é do dinheiro
da nossa ração?

Por amor de Deus
Me deixem passar.
O rei do Rosário
Amanhã vem pagar!

Senhora do Rosário
Que hei de fazer?
Puxar da espada
P'ra me defender!!!

E numa alegria que tocava às raias do delírio, cantava a negrada até meia-noite, hora em que o toque de recolher, badalado no sino da Municipalidade, obrigava o bando a dissolver-se".

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — São atrações turísticas a velha Igreja Matriz, a Igreja do Bonfim e a gruta de Angelina, na sede do distrito dêsse nome.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O patronímico dos nascidos em São José, é "josefense".

O nome, como é óbvio, proveio do padroeiro da primeira capela levantada no município, no mesmo local onde se levanta hoje a Igreja Matriz. Admite-se que a escolha de São José como orago se deva ao fato de terem os primeiros povoadores chegado ao município a 19 de março.

São José é sede de Comarca e Têrmo.

Seu eleitorado em 1958, era de 6 083 eleitores.

Havia no município em 1947, os seguintes veículos:

a) veículos a motor: automóveis, 27; jipes, 4; camionetas, 24; motociclos, 9; caminhões, 78.

b) veículos a fôrça animada: carros de 2 ou 4 rodas, 165; bicicletas, 700; carroças de 4 rodas, 800.

VULTOS ILUSTRES — *Marechal João Pedro Xavier da Câmara* — Nascido em 1843 — Falecido em 1922. Lutou na Guerra do Paraguai. Foi Intendente Geral da Guerra e Chefe do Estado-Maior do Exército.

Brigadeiro Joaquim da Gama Lobo Coelho d'Eça — Nascido em 1821 — Falecido em 1891. Encarregado da canalização de água à cidade de Cuiabá, onde foi Diretor do Arsenal de Guerra.

Marechal Guilherme Xavier de Souza — Nascido em 1818, falecido em 1870. Herói da Guerra do Paraguai, donde voltou agraciado com a Comenda de São Bento d'Aviz e com o título de membro do Conselho de Guerra.

Coronel Luiz Gomes Caldeira de Andrada — Nascido em 1824. Tomou parte na guerra do Paraguai. Faleceu, por fuzilamento, na Fortaleza de Anhatomirim.

Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara — Nascido em São José. Após ordenar-se padre foi Cura da Catedral de Florianópolis e Reitor do Seminário de Azambuja, donde saiu ao ser Sagrado Bispo de Mossoró. Posteriormente foi Arcebispo do Pará, Arcebispo do Rio de Janeiro e finalmente Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro.

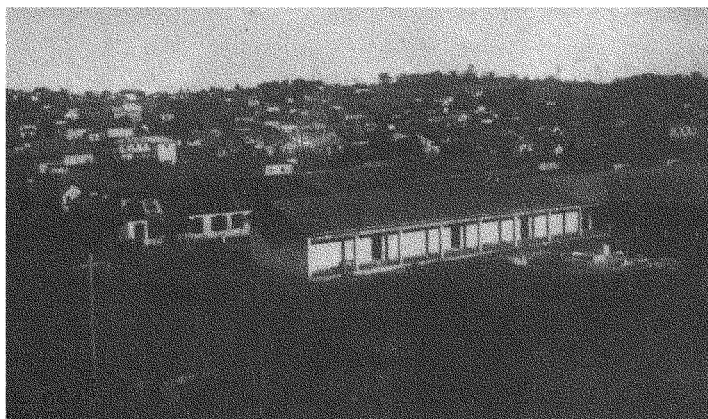
(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

SÃO MIGUEL D'OESTE — SC

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — Foi, sem dúvida alguma, a extração da madeira, principalmente o pinho, que incrementou a colonização da zona onde hoje se localiza o Município, no extremo Oeste catarinense.

Com a finalidade de extrair e exportar madeiras de lei e de pinho e de promover a colonização da área de terras adquiridas das Emprêsas Incorporadas ao Patrimônio da União, situada ao norte da gleba de terras de propriedade de Alberico Azevedo e sucessores de Nicolau Bley Neto, no distrito de Mondaí, Município de Chapecó, a 27 de janeiro de 1940, na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, os Senhores Alberto Dalcanale, Gastão Luiz Benetti, Willy Barth, Manuel Passos Maia, Dionísio Decarli e Reinaldo Decarli constituíram a firma denominada "Barth, Benetti & Cia. Ltda."

Nomeado administrador da firma, o Sr. Gastão Luiz Benetti, juntamente com Ângelo Longhi, Henrique José Sachetto e Felisberto Santuare rumaram para o norte do

Vista parcial da cidade

Município de Mondaí, seguindo a picada aberta pelos componentes da "Coluna Prestes", em 1925.

Chegados a Descanso, seguiram para o local denominado "Derrubada", e daí, alcançando as nascentes do Lajeado Guamirim, escolheram tal local para sede da colonização, no dia 23 de março de 1940.

No dia seguinte, êsses pioneiros construíram um rancho de taquaras para abrigar-se, apoiando-o no tronco de um cedro então existente a quatro metros do segundo afluente, à margem esquerda do Lajeado Guamirim. O cedro achava-se no meio da atual Rua Getúlio Vargas. Feita a desmatação do local da sede, com tábuas de pinho adquiridas na serraria dos Irmãos Stangler instalada em Gramadinho, nas proximidades de Santa Rita, a firma mandou construir, perto do rancho, um barracão, onde foram abrigadas as famílias de colonos que, procedentes do Estado do Rio Grande do Sul, se estabeleceram dentro da área colonizadora. A primeira família que se estabeleceu na gleba foi a do Sr. Francisco Ferasso (11-6-940), seguindo-se a de Angelo Longhi, Reinaldo Pimentel, Caetano Silvestre, Carlos Loesch, Fernando Lohmann, Aureliano Lazarotto e Guerino Andreatta. Construído o "barracão da firma", como era chamado, o Sr. Angelo Longhi tratou logo de montar uma pequena serraria movida com água do Lageado Guamirim, e com as primeiras tábuas construiu-se a primeira casa de moradia, de propriedade do Sr. Santo João Mollin, situada no lote urbano n.º 1, na Rua Getúlio Vargas.

Em meados do ano de 1943, a firma mandou construir a Igreja, escolhendo como padroeiro São Miguel Arcanjo, protetor dos madeireiros exportadores. Criado o Reitorado, em 6 de fevereiro de 1944, subordinado à Paróquia de São Pedro Canísio de Itapiranga, a 15 de fevereiro do mesmo ano, chegou à Vila Oeste o Reverendíssimo Padre Aurélio Canzi, apresentado à direção da firma e aos moradores pelo Administrador Apostólico de Palmas, Paraná, Dom Carlos Eduardo Sabóia Bandeira de Mello.

No período de 1943 a 1948, o impulso de desenvolvimento da novel colonização foi reprimido pela grande sêca verificada nesse lapso de tempo, que não permitiu a exportação de madeiras embalçadas no rio Uruguai e de propriedade da firma Barth, Anonni & Cia. Ltda., sucessora de Barth, Benetti & Cia. Ltda. Daí resultou séria crise financeira para Vila Oeste. Com a enchente de 1946, alastrou-se, então, um surto de febre tifóide que, por falta de medicamentos e não obstante os incansáveis serviços mé-

Trecho da Rua 15 de Novembro

dicos prestados pelo Dr. Maximino Resende, vitimou inúmeras pessoas e impediu a entrada de novas famílias na colonização. Dominada, porém, a epidemia, a Vila tomou novo impulso para o qual concorreram os esforços incansáveis de colonos e madeireiros. A extração de madeiras em 1940, iniciada às margens do rio das Antas, junto à confluência do arroio Araçá, e a agricultura, especialmente a produção de milho, fumo e trigo, bem como a suinocultura, começaram a se desenvolver.

Com o objetivo de defender os interêsses coletivos e promover a criação do distrito, a 21 de agôsto de 1949, vários habitantes da povoação e arredores reuniram-se no Salão Paroquial e fundaram a "Sociedade Amigos de Vila Oeste", sendo, na ocasião, eleitos os seguintes membros da Diretoria: Presidente de Honra, João Batista Zecca, de Chapecó; Presidente, João Batista Machado Vieira; Vice-Presidente, Leopoldo Olavo Erig; 1.° Secretário, Padre Aurélio Canzi; 2.° Secretário, Romeu Granzotto; Tesoureiro, Olímpio Dal Magro; Orador Oficial, Dr. Francisco de Assis Maineri. Como membros do Conselho Fiscal foram eleitos os Senhores Moysés Machado Vieira, Hermínio Guerino Luzzi, Pedro Waldemar Rangrab e Luiz Abelardo Daniel. Na mesma oportunidade foi nomeada uma Comissão constituída pelos Senhores Olímpio Dal Magro, Leopoldo Olavo Erig, Theobaldo Dreyer, Pedro Waldemar Rangrab, Pedro Mallmann, Eugênio Canzi, Moysés Machado Vieira e Hermínio Guerino Luzzi que, junto às autoridades municipais de Chapecó, pleiteou a concretização dos anseios da população vila-oestina. Atendendo essa aspiração, a 21 de dezembro do mesmo ano, o Dr. Serafim Enos Bertaso, Presidente da Câmara daquele Município, no exercício do cargo de Prefeito, promulgou a Lei número 25-A, aprovada pelo Legislativo Estadual, criando o 15.° distrito de Chapecó, com território desmembrado do distrito de Mondaí, passando a sede a denominar-se "São Miguel d'Oeste".

Como primeiro Intendente-Exator do novo distrito foi nomeado João Batista Machado Vieira, sucedendo-lhe, em 1950, Generoso Rodrigues de Moraes, e a êste, Avelino De Bona, nomeado em 2 de fevereiro de 1951.

Eleito e empossado Vereador, o Sr. Leopoldo Olavo Erig, no Legislativo de Chapecó, iniciou o processo da criação do Município, conseguindo que, pela Resolução n.° 10 promulgada em 29 de outubro de 1953, fôsse aprovada a divisão do território da comuna e conseqüente desmembramento, além de outros, do Município de São Miguel d'Oeste. Esta Resolução foi aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado através da Lei n.° 133, de 30 de dezembro de 1953. Nomeado Prefeito Provisório o Vereador Leopoldo Olavo Erig, a 15 de fevereiro de 1954, foi instalado o Município. A 14 de agôsto do mesmo ano, sucedeu-lhe o Sr. Walnir Bottaro Daniel.

A 3 de outubro de 1954, procedeu-se à primeira eleição no Município, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Olímpio Dal Magro, é constituída a Câmara Municipal dos seguintes Vereadores: Aloísio Arsênio Klein, Arvin Wrasse, Avelino De Bona, Padre Aurélio Canzi, Pedro Waldemar Rangrab, Vany Massoni e Walnir Bottaro Daniel.

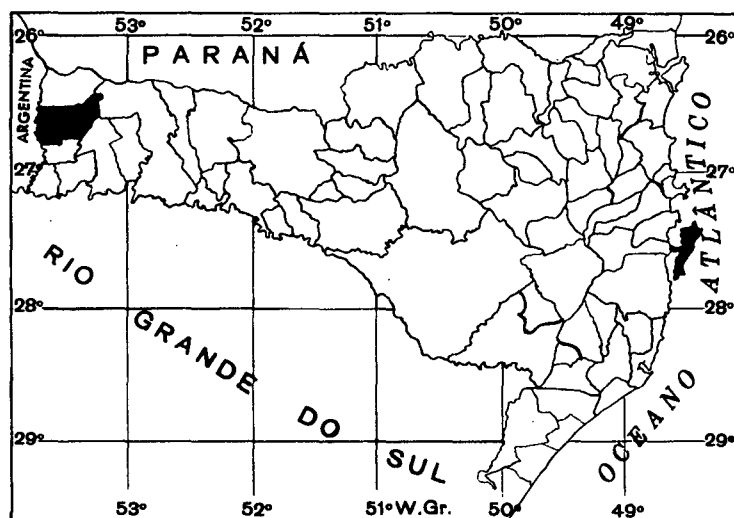
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito foi criado pela Lei n.° 7, de 18 de fevereiro de 1950, aprovado pela Assembléia Legislativa, pela Lei n.° 13, de 23 de maio do mesmo ano.

Pela Resolução n.° 10, de 29 de outubro de 1953, foi criado o Município, com território desmembrado de Chapecó, sendo aprovada pela Assembléia Legislativa, pela Lei n.° 133, de 30 de dezembro do mesmo ano. Sua instalação ocorreu a 15 de fevereiro de 1954.

O Município pertence à Comarca de Mondaí.

O seu quadro administrativo, em 1.°-III-1958, era o seguinte: Município: São Miguel d'Oeste. Distritos: São Miguel d'Oeste (sede), Anchieta, Bandeirante, Guaraciaba, Paraíso e Romelândia.

A atual legislatura teve início em 1954, tendo sido eleito Prefeito, o Sr. Olímpio Dal Magro e constituída a Câmara Municipal de 7 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — São Miguel d'Oeste localiza-se na zona fisiográfica de Oeste. A cidade fica a 500 km em linha reta da Capital do Estado, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 26° 43' 00" de latitude sul e 53° 31' 00" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 720 metros na Sede Municipal, sendo o 54.° em ordem crescente de altitude, no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — Em geral frio, apesar de que, em poucos períodos do verão, a temperatura alcance a quase 30°C. As chuvas predominam na primavera, sendo que as precipitações anuais variam entre 1 700 e 2 000 mm. No inverno, a temperatura desce abaixo de 10°C. Sujeito a freqüentes geadas. Muito propício à agricultura.

ÁREA — A área do Município é de 1 393 km², figurando em 20.° lugar, em relação às demais comunas.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Peperiguaçu que separa o Brasil da Argentina, correndo na direção norte-sul. Piscoso e relativamente profundo. Rios das Flôres, das Antas e Sargento.

Salto da Ferradura na localidade de Salto, com uma potência calculada em 9 000 H. P. Em estudos a construção de uma usina.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) De origem mineral — barro para tijolos. b) De origem vegetal — pinho, cedro, louro, cabriúva e erva-mate.

POPULAÇÃO — A população de São Miguel d'Oeste, segundo o Recenseamento de 1950, era de 7 362 habitantes.

A densidade era de 5,2 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 70.° lugar no Estado. Localiza-se no quadro rural 77,5% da população, sendo esta percentagem das menos elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 64.° lugar em relação à população dos municípios do Estado.

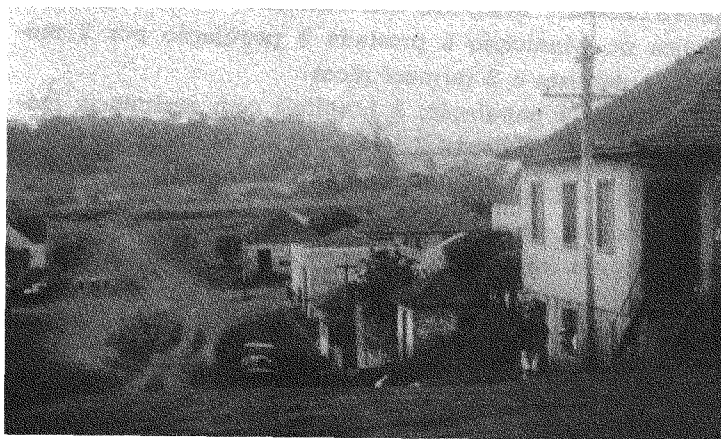
A cidade, todavia, ocupa o 40.° lugar em população, em relação às outras cidades do Estado.

É de 11 197 habitantes a população de São Miguel d'Oeste, em 1958, segundo estimativas do Departamento Estadual de Estatística.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Ao tempo do Censo de 1950, em São Miguel d'Oeste não foi recenseada nenhuma aglomeração urbana.

Estima-se, porém, em 1 650 habitantes a população da cidade de São Miguel d'Oeste.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Não há no Município estabelecimentos industriais com mais de 5 operários. A produção dos estabelecimentos que ocupam menos de 5 operários foi, em 1954, de 10 740 m³ de maneira serrada, no valor de Cr$ 6 667 315,00; pinho serrado 2 000 m³, no valor de Cr$ 1 340 000,00; farinha de trigo 505 000 kg, no valor de Cr$ 2 710 000,00; farinha de milho, inclusive fubá, 314 000 kg, no valor de Cr$ 578 000,00; esquadrias de madeira 1 061 m², no valor de Cr$ 330 458,00.

Estima-se que 25% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), estão ocupadas no ramo "Agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: trigo, feijão (grão), aipim, batatinha, alfafa, amendoim com casca, batata-doce, cevada e centeio. Como cultura permanente, existe a da banana. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 20 807 700,00. O valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de Cr$ 72 310 000,00.

Rua Duque de Caxias

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957: a) De origem mineral — tijolos 110 milheiros, no valor de Cr$ 656 000,00. b) De origem vegetal — carvão vegetal 540 000 kg, no valor de Cr$ 8 100,00; erva-mate cancheada 9 000 kg, no valor de Cr$ 72 000,00; madeiras 22 595 m³, no valor de Cr$ 29 370 000,00.

No tocante a produtos transformados ou não de origem animal, a produção atingiu, em 1956, o valor de Cr$ 1 442 000,00, sendo os principais produtos: banha 16 000 kg, no valor de Cr$ 400 000,00; ovos 40 000 dúzias, no valor de Cr$ 320 000,00; leite 50 000 litros, no valor de Cr$ 200 000,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o Município contam-se mais de cinqüenta estabelecimentos comerciais (2 atacadistas e 53 varejistas), e uma Agência do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O Município é servido por 6 emprêsas rodoviárias para passageiros.

Dista a cidade cêrca de 843 km da Capital Estadual por meio de rodovia e tem as seguintes distâncias das Sedes Municipais vizinhas, também por meio de rodovia: 95 km até a cidade de Dionísio Cerqueira; 12 km até a de Descanso; 104 km até a de Palmitos; 199 km até a de Chapecó. Também faz limite com a Argentina.

Na cidade funciona um Pôsto Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma Estação de Rádio da Polícia Militar do Estado e uma Agência Telefônica de uso particular do Serviço Telefônico Municipal, que possui 43 aparelhos manuais instalados no Município, servindo a 13 localidades.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de São Miguel d'Oeste tem 1 650 habitantes, sendo a 40.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina.

É servida de luz elétrica com 120 ligações domiciliares. Os principais edifícios, são: Igreja Matriz, Grupo Escolar "C. C. Krueger", Prefeitura Municipal, Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus, Hospital de Clínicas do Oeste, Ginásio Municipal Peperi, Moinho São Miguel, Escritório Sican Ltda. A cidade conta com seis hotéis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica no Município é prestada à população por 2 médicos, 1 dentista e 2 farmacêuticos.

Servem à população, 3 hospitais com assistência médica em geral. Existem 2 farmácias no Município.

ENSINO — Em 1956, funcionaram na cidade e no resto do Município, 39 unidades de Ensino Primário Geral com matrícula efetiva de 1 726 alunos, assim distribuídas: Fundamental Comum 38 unidades com 1 715 alunos, e Complementar 1 unidade com 3 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — São 6 as associações desportivas e culturais existentes no Município. A cidade possui um cinema, o Cine Teatro Cacique, com 225 lugares, e 1 jornal semanário, "A Voz da Fronteira".

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954.......	302	2 030	957	755	913
1955.......	521	2 640	3 125	1 560	3 098
1956 (1)....	536	5 391	3 845	2 058	3 682

(1) Receita e despesa de acôrdo com os balanços.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As principais manifestações populares são religiosas: Festa do Padroeiro São Miguel Arcanjo, 29 de setembro, e São Pedro e São Paulo, a 29 de junho.

No que diz respeito a cultos, registra-se o seguinte: Culto Católico Romano — Paróquia de São Miguel Arcanjo, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz, 35 capelas públicas e 1 semipública. Culto Protestante — Igreja Adventista do 7.º Dia, Igreja Evangélica da Confissão Luterana no Brasil.

No tocante a folclore, são encontrados em São Miguel d'Oeste, o Terno de Reis, Desafios, a queima do Judas e o "Kerb", que é a festa do padroeiro da Igreja.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em São Miguel d'Oeste recebem o patronímico de "miguel-oestinos".

O nome de São Miguel d'Oeste é resultado da reunião dos nomes de São Miguel Arcanjo e "Vila Oeste". São Miguel Arcanjo era sempre invocado pelos madeireiros, que a êle recorriam pedindo as cheias do rio, a fim de exportarem a madeira via fluvial. Vila Oeste foi o nome dado primitivamente à nascente povoação. Com a criação do Município, fundiram-se as duas designações, do que resultou a de São Miguel d'Oeste.

O Município pertence à Comarca e Têrmo de Mondaí. Seu eleitorado, em 1958, era de 3 587 eleitores.

Havia no Município, em 1957, os seguintes veículos: a) Veículos a fôrça animada — carros de 2 ou 4 rodas 6, bicicletas 50, e carroças de 4 rodas 350. b) Veículos a motor — automóveis 19, jipes 24, ônibus e micro-ônibus 5, camionetas 14, motociclos 2, caminhões 103, e tratores 8.

O Município dispõe de um campo de pouso para aviões.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

SEARA — SC

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — O atual município de Seara, começou a ser colonizado no ano de 1927, quando aqui aportaram os primeiros imigrantes provindos do Rio Grande do Sul, e que foram os Srs. Augusto Bizani, Fernando Kischer, José Benetti, Santo Paludo e Antônio Zanuzzo, êste último o primeiro colonizador. Pertencia o atual município ao de Cruzeiro, hoje Joaçaba. Em 1931, Santo Paludo abria a primeira casa comercial, vendendo-a em seguida a Vergínio Bortolini, que, em 1937, vendeu-a a Biazio Aurélio Paludo, atual Prefeito de Seara. As Emprêsas Colonizadoras "Nardi, Rizzo, Simon & Cia." e "Rio Branco Ltda.", fixaram suas sedes na localidade atualmente denominada Seara, e que primitivamente se chamava Nova Milano, em memória à Província Italiana de Milano, de onde eram naturais os progenitores dos primeiros colonizadores aqui entrados.

Em 1934, desmembrava-se de Cruzeiro o atual município de Concórdia, ao qual ficou Seara pertencendo. Pelo Decreto n.º 941, datado de 31 de dezembro de 1943, foi elevado à categoria de distrito e sua instalação verificou-se em 15 de março de 1944, de acôrdo com o Decreto-lei n.º 2 977, de 3 de março de 1944. Nova Milano, elevada à categoria de distrito, com o nome de Seara, teve como seu primeiro intendente o Sr. Fioravante Massolini.

Pelo Decreto n.º 133, de 30 de dezembro de 1953, era criado o município de Seara, abrangendo também o distrito de Itá, que, em 13 de novembro de 1956, se emancipou. O município de Seara foi instalado em 3 de abril de 1954, sendo seu primeiro Prefeito provisório, o Sr. subtenente da Polícia Militar Osni Amaro Romão.

É a seguinte a ata de instalação do município:

ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SEARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, BRASIL — Aos três dias do mês de abril, do ano de mil novecentos e cinqüenta e quatro, na sala da Prefeitura Municipal, desta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, sob a presidência do Sr. subtenente Osni Amaro Romão, Prefeito Municipal Provisório dêste Município, e Representante do Exmo. Sr. Irineu Bornhausen, DD. Governador do Estado, na forma da Lei, reuniram-se em sessão solene as autoridades e pessoas gradas abaixo assinadas com significativa assistência, para o fim de instalar o Município de Seara, criado pelo Decreto-lei Estadual n.º 133, de 30 de dezembro de 1953. Aberta a sessão e de pé tôda a assistência, o Senhor Presidente convidou a tomarem assento à mesa os Ex.mos Senhores Dr. Francisco May Milho, MM. Juiz de Direito da Comarca de Concórdia, Sr. Domingos Machado de Lima, Prefeito Municipal de Concórdia, e o Vereador João Carlin, orador oficial, desta solenidade, sendo, em seguida, pelo Sr. Presidente, hasteado o Pavilhão Nacional e por todos cantado o Hino Nacional, seguindo-se uma vibrante salva de palmas. O Senhor Presidente, ainda de pé tôda a assistência, pronuncia então em voz clara e pausada as seguintes palavras: "Na forma da Lei e de acôrdo com o rito previsto tendo em mira a salvaguarda jurídica dos interêsses do povo, o resguardo da tradição Histórica da Nação e a solidariedade que deve unir todos os brasileiros em tôrno dos ideais superiores de uma Pátria única

Vista parcial da cidade

e indivisível, bem organizada para bem defender-se, culta e progressista para fazer a felicidade de seus filhos, eu subtenente Osni A. Romão, Prefeito Municipal Provisório dêste Município, em nome do Ex.mo Sr. Governador do Estado, declaro conferido para todos os efeitos, no quadro territorial do Estado de Santa Catarina, unidade da Federação Brasileira, segundo o disposto na Lei Orgânica número 22, de 14 de novembro de 1947, e na de número 250, de 14 de janeiro de 1949, a localidade de Seara que fica investida na categoria de cidade, sede do Município do mesmo nome. Assim fica registrado na história Pátria, para conhecimento de todos os brasileiros a perpétua lembrança das gerações vindouras. Honra ao Brasil único e indivisível. Paz ao Brasil rico e forte. Glória ao Brasil desejoso do bem e do progresso nos melhores sentimentos de solidariedade humana". Prolongadas salvas de palmas aplaudiram e festejaram a ata da instalação, exprimindo ao mesmo tempo a solidariedade ao alto pensamento da fórmula ritual pronunciada. Sentando-se a seguir todos os presentes, o Senhor Presidente deu a palavra aos alunos do Grupo Escolar Raimundo Corrêa, Enedina Farina, Nerly Pedroso e Nilza Farina, as quais declamaram saudando a Bandeira e foram muito aplaudidas. Prosseguindo, o Senhor Presidente deu a palavra ao orador oficial, Vereador João Carlin, que proferiu expressiva alocução alusiva aos fins e ao sentido da solenidade, sendo calorosamente aplaudido. Logo após, o Senhor Presidente convidou aos presentes a assistirem o ato da inauguração do retrato do Eminente Governador Irineu Bornhausen, no gabinete do Prefeito, convidando para o ato o Sr. Dr. Francisco May Milho, MM. Juiz de Direito da Comarca de Concórdia, o qual ao retirar a Bandeira Nacional que cobria o referido retrato, fêz uso da palavra o Senhor Geraldo M. Güinther, tecendo elogios à pessoa de Sua Excelência, o Governador, o qual foi muito aplaudido. O Senhor Presidente em seguida deu a palavra livre a quem quisesse dela fazer uso, não havendo quem a solicitasse, para encerrar, o Senhor Presidente assinou o Decreto considerando feriado o dia 3 de abril de cada ano em todo o território do Município, data oficial de sua instalação, a seguir, agradeceu à assistência o comparecimento à reunião, e para constar, eu, Geime Dallacosta, Secretário da Prefeitura Municipal, lavrei a presente ata e a li a têrmo da sessão solene, cuja realização aqui se registra. Seara, 3 de abril de 1954.

A 3 de outubro de 1954, verificou-se o primeiro pleito, em que foi eleito o primeiro Prefeito, Sr. Biázio Aurélio Paludo. Na mesma data, verificou-se a eleição para Vereadores do município, tendo sido eleitos os 7 Vereadores, Srs. Claytin Wosgrau, Theodoro Barbieri, Valentin Petry, Antônio Possam, Dr. Aldo Ivo Stumpf, Francisco Hall, Dr. Jacyr Ribas Melzer. A colonização deve-se quase que exclusivamente a imigrantes do Rio Grande do Sul, em sua maioria de origem italiana.

Pela Lei Municipal n.º 29, de 23 de agôsto de 1955, foram criados os distrito de Xavantina, Caraíba e Nova Teutônia, e foram os primeiros Intendentes, respectivamen-

te, os seguintes cidadãos: Octávio Urbano Simon, Luiz Sartoretto Sobrinho e Henrique Silvestre Simon.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito foi criado pelo Decreto-lei estadual n.º 941, de 31 de dezembro de 1943.

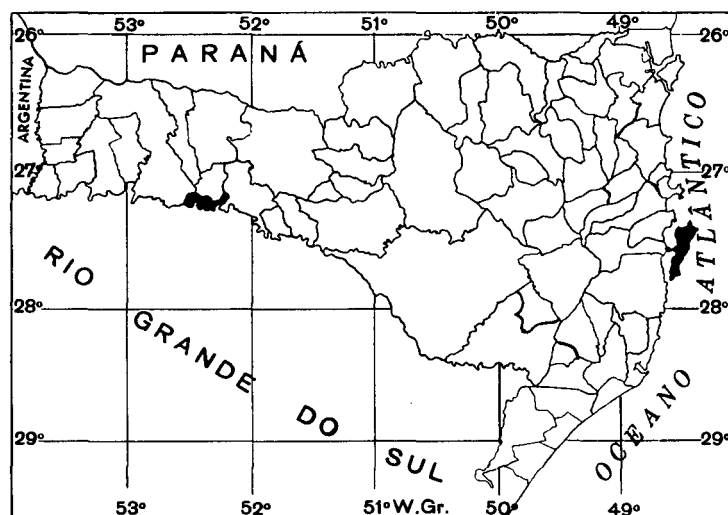
O Município o foi pela Lei n.º 133, de 30 de dezembro de 1953, ocorrendo sua instalação, a 3 de abril de 1954.

Pertence à Comarca de Concórdia.

O seu quadro administrativo, em 1.º de março de 1958, era o seguinte: Município: Seara.

Distritos componentes: Seara (sede), Caraíba, Nova Teutônia e Xavantina.

A atual legislatura teve início em 1954, tendo sido eleito Prefeito, o Sr. Biázio Aurélio Paludo, e constituída a Câmara Municipal de 7 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Seara localiza-se na zona fisiográfica do Rio do Peixe. A cidade fica a 374 km em linha reta da Capital do Estado e possui as seguintes coordenadas geográficas: 27° 09' 00" de latitude Sul e 52° 18' 00" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Na sede municipal, 480 metros, sendo o 47.º em ordem de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — Bastante frio no inverno (aproximadamente 0°C), chega a ser muito quente no verão, quando atinge 30°C. Sujeito a geadas. As chuvas predominam no começo da primavera, alcançando a precipitação anual, quase 2 000 mm.

A umidade vai, mais ou menos, a 80%. Próprio para a agricultura (trigo).

ÁREA — A área do município é de 643 km², figurando em 49.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Irani, que serve de limites entre os municípios de Seara e Chapecó; Rio Engano, que serve de limite entre os municípios de Seara e Itá; Rio Ariranha, que serve de limite entre os municípios de Seara e Itá. Serra do Irani.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) de origem mineral: barro para olaria; b) de origem vegetal: madeiras em geral: angico, louro, cabriúva, tarumã, grapia, canafístula, sassafrás e palha-de-butiá.

POPULAÇÃO — A população de Seara, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 9 329 habitantes.

A densidade era de 14,5 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 49.º lugar no Estado.

Localiza-se no quadro rural 96,2% da população, sendo esta percentagem das mais elevadas no Estado superando a média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%.

Situa-se em 57.º lugar, com relação à população dos municípios do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 69.º lugar em população.

É de 12 312 habitantes, a população estimada em 1958, pelo Departamento Estadual de Estatística.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Ainda com base no Censo de 1950, havia apenas uma aglomeração urbana no atual município de Seara, a então vila de Seara, com uma população de 364 habitantes (175 homens e 171 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu, no ano de 1955, a Cr$ 7 998 917,00.

O município assenta sua economia, principalmente, na agricultura. A produção de farinha de trigo atingiu, no ano de 1955, a 1 011 712 kg, valendo Cr$ 7 486 670,00; seguindo-se farinha de milho 12 720 kg, no valor de Cr$ 38 150,00.

O único estabelecimento industrial existente, ocupando mais de 5 pessoas, é um moinho de cereais.

Estima-se em 27% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) as que estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: milho, trigo, cana-de-açúcar, mandioca, feijão (grão), batata-doce, fumo em fôlha, aipim, batatinha, abóbora, arroz, aveia (grão), melancia, cevada, amendoim com casca, centeio, cana de forragem, alho, ervilha; como culturas permanentes, temos: laranja, bergamota, figo, noz européia, limão, maçã, pêra, pêssego, marmelo. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 165 010 229,00. O valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de Cr$ 225 175 300,00.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes, os principais produtos, com referência ao ano de 1957:

a) De origem mineral: tijolos (540 milheiros, no valor de Cr$ 702 000,00);

b) de origem vegetal: balaios (10 100 unidades, no valor de Cr$ 241 100,00); erva-mate cancheada (11 000 kg, no valor de Cr$ 88 000,00); lenha (23 500 m³, no valor de Cr$ 2 350 000,00);

c) de origem animal: couros (43 unidades, no valor de Cr$ 1 530,00).

No tocante a produtos transformados ou não de origem animal, a produção atingiu em 1956 o valor de Cr$ 16 605 250,00, sendo os principais produtos: leite (1 350 000 litros no valor de Cr$ 5 400 000,00); banha (95 000 kg, no valor de Cr$ 3 800 000,00); lingüiça (71 000 kg, no valor de Cr$ 2 205 000,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se setenta e oito estabelecimentos comerciais.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 2 emprêsas rodoviárias para passageiros e uma para carga.

Dista a cidade cêrca de 594 km da Capital Estadual por meio de rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por meio de rodovia: 102 km até a cidade de Xanxerê; 80 km até Xaxim; 52 km até Chapecó; 28 km até Itá e 39 km até Concórdia.

Na cidade funcionam uma Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos e uma Agência Telefônica de uso particular da S.A. Indústria e Comércio Concórdia.

No restante do município funcionam duas Agências Postais do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Seara tem 346 habitantes, sendo a 69.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina.

É servida de luz elétrica, com 66 ligações domiciliares. Os principais edifícios são: Igreja-Matriz, Grupo Escolar "Raimundo Corrêa", Prefeitura Municipal, Hospital São Roque, Moinho Seara. A cidade conta com 2 hotéis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica no município é prestada a população por 4 médicos, 1 dentista, 2 farmacêuticos e 2 auxiliares de saúde; 2 Hospitais servem à população com assistência médica em geral. Existem 2 farmácias no município.

ENSINO — Em 1956, funcionaram na cidade e no resto do município 41 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 1 714 alunos, assim distribuídas: Fundamental Comum 40 unidades, com 1 701 alunos e Complementar 1 unidade, com 13 alunos.

No que diz respeito a Ensino Extraprimário registra-se a existência de um Curso Normal Regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Oito Associações Desportivas e Culturais, tôdas elas de caráter esportivo e recreativo.

A cidade possui um cinema: Cine Seara, com 100 lugares.

FINANÇAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954 (1)....	339	1 873	985	895	1 033
1955.......	373	2 237	1 863	1 148	1 817
1956.......	412	3 778	2 474	1 605	3 247

(1) O município foi instalado em 1954.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Recebem o patronímico de "searenses", os habitantes de Seara.

O têrmo Seara tem o significado de terreno semeado, messe, campo de cereais.

Tal nome foi dado ao município por se tratar de comuna essencialmente agrícola, onde se verifica considerável produção de milho e trigo.

O Município pertence à Comarca e Têrmo de Concórdia.

Seu eleitorado, em 1958, era de 3 093 eleitores.

Existia os seguintes veículos, no município, referente ao ano de 1957:

a) veículos a motor: automóveis 5, jipes 7, ônibus e micro-ônibus 1, camionetas 3, motociclos 2, caminhões 15, tratores 1;

b) veículos a fôrça animada: carros de 2 ou 4 rodas 2, bicicletas 14, carroças de 4 rodas 296.

Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina.

SOMBRIO — SC

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — O território de que se constitui o atual município de Sombrio, era habitado primitivamente pelos índios carijós.

Em 1820, Saint Hilaire, viajando por Santa Catarina, passa pelo litoral de Sombrio, a fim de alcançar São Domingos das Torres, no Rio Grande do Sul. Entre os rios Araranguá e Mampituba, nomeia o Arroio Grande, que ainda hoje traz êsse nome.

A compra de uma sesmaria, por Manoel Rodrigues e Luciano Rodrigues da Silva, localizada entre o rio Mampituba e o Arroio Grande, com frente no litoral, medindo 18 quilômetros de fundo, marca o início da colonização do município de Sombrio.

Em 1833, João José Guimarães, procedente do município de São José do Norte, Estado do Rio Grande do Sul, adquiriu do Estado as terras onde hoje se localiza o distrito da sede municipal de Sombrio.

Instalado, dois grandes problemas surgiram a desafiar êsse primeiro habitante: a falta de comunicação e o constante ataque dos índios.

Em 1860, algumas clareiras já se notavam na região, havendo mesmo um pequeno agrupamento de casas denominado "Passo do Sertão".

Posteriormente, o terreno pertencente a João José Guimarães foi vendido a várias famílias, a maioria delas procedentes do Estado do Rio Grande do Sul. Dentre essas, as famílias de Domingos Coelho e Augusto Clezar, que fixaram residência às margens do rio da Lage, sendo êstes os primeiros habitantes do local da sede do município.

Salvo em Sombrio e Passo do Sertão, as duas únicas localidades onde havia aglomerado de casas, o restante continuava sertão bravio, habitado sòmente pelo silvícola.

Dessa forma, embora lentamente, a colonização foi se formando em Sombrio.

Em 3 de fevereiro de 1891, pelo Decreto n.º 45, do Govêrno Provisório, foi criado o distrito de Passo do Sertão, que abrangia todo o território do atual Município de Sombrio. A instalação dêsse município se deu a 4 de maio de 1891.

A 2 de janeiro de 1914, pela Lei municipal n.º 141, o povoado de Sombrio era elevado à categoria de sede de distrito do mesmo nome, desmembrado do distrito de Passo do Sertão.

No ano de 1922, foi criada a colônia Z-27, no rio Mampituba, o que veio trazer grandes benefícios aos moradores ribeirinhos.

Em 1953, a Assembléia Legislativa do Estado desmembrava os distritos de Sombrio e Passo do Sertão do Município de Araranguá, para formarem um município autônomo, com sede na vila de Sombrio, elevada à categoria de cidade, tendo a instalação se dado no dia 4 de abril de 1954.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito foi criado por fôrça da Lei municipal n.º 141, de 2 de janeiro de 1914, ocorrendo sua instalação a 4 de maio de 1926.

Pela Lei n.º 133, de 30 de dezembro de 1953, da Assembléia Legislativa, foi criado o município, sendo instalado a 4 de abril de 1954.

O município pertence à Comarca e Têrmo de Araranguá.

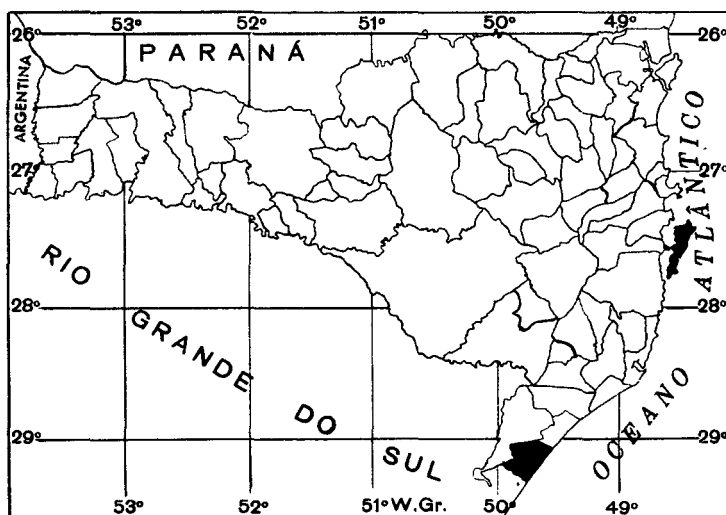
O seu quadro administrativo, em 1.º-III-958, era o seguinte: Município: Sombrio.

Distritos componentes: Sombrio (sede), Santa Rosa e Passo do Sertão.

Pela Lei n.º 348, de 21 de junho de 1958, foi desmembrado do município de Sombrio, o distrito de Passo do Sertão, erigido à categoria de município, com o nome de São João do Sul.

A atual legislatura teve início em 1954, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Santelmo Borba e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Sombrio localiza-se na zona fisiográfica de Laguna.

A cidade fica a 200 km em linha reta da Capital do Estado e possui as seguintes coordenadas geográficas: 29° 06' 53" de longitude sul e 49° 37' 45" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Três metros na sede municipal, sendo o 8.º em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — O clima, em geral, é bastante quente, apesar dos constantes ventos batidos de norte. É sêco no verão, alcançando a temperatura, em alguns lugares, a mais de

Rua Dr. Nereu Ramos

35°C. Predominância de chuvas no verão, com fortes trovoadas. No inverno é mais úmido e os constantes ventos do quadrante sul baixam a temperatura.

ÁREA — A área do município é de 792 km², figurando em 40.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Furna de Sombrio, medindo aproximadamente 20 x 70 metros. Lagoa do Sombrio, de água doce, navegável por pequenas embarcações de fundo chato, podendo-se por ela atingir a Torres no Rio Grande do Sul. Lagoa do Caverá, de água doce, ligada à Lagoa de Sombrio por um braço de rio.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) De origem mineral: areia e pedras para construção e barro para olaria. b) De origem vegetal: Madeira para lenha e tábuas, e palha de Butiá. c) De origem animal: Peixes, mel e cêra de abelhas.

POPULAÇÃO — A população de Sombrio, segundo o Recenseamento de 1950, era de 20 524 habitantes.

A densidade era de 259 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 24.º lugar no Estado. Localiza-se no quadro rural 95,0% da população, sendo esta percentagem das mais elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 32.º lugar, com relação à população do municípios do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 60 .º lugar em população.

Segundo estimativas do Departamento Estadual de Estatística, a população do município, em 1958, era de 21 866 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Ainda com dados no Censo de 1950, duas eram as aglomerações urbanas existentes no município: a vila de Sombrio (hoje cidade) com 799 habitantes (395 homens e 404 mulheres) e a vila de Passo do Sertão com 209 habitantes (108 homens e 101 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu, no ano de 1955, a Cr$ 979 200,00.

O município assenta sua economia, principalmente, na agricultura. A produção de fécula de mandioca atingiu, no ano de 1955, a 288 000 kg, no valor de Cr$ 979 200,00.

Dos 2 estabelecimentos industriais, 1 dedica-se à produção de sapatos para homens e chinelos em geral e o outro de fécula e farinha de mandioca.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) 22%, estão ocupadas no ramo "Agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: mandioca, aipim, milho, arroz, melancia, feijão (grão), cana-de-açúcar, batata-doce, abóbora, alfafa, batatinha, amendoim com casca, cebola; como culturas permanentes, temos: banana, bergamota e laranja. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 45 667 760,00. O valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de Cr$ 74 331 650,00.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes, os principais produtos, com referência ao ano de 1957:

a) De origem mineral: barro ou argila (3 742 toneladas, no valor de Cr$ 101 600,00); meio-fio (18 000 unidades, no valor de Cr$ 270 000,00); pedras para calçamento (14 000 toneladas, no valor de Cr$ 350 000,00).

b) De origem vegetal: chapéu de palha (66 000 unidades, no valor de Cr$ 198 000,00); lenha (38 000 m³, no valor de Cr$ 38 000,00); palha (7 500 kg, no valor de Cr$ 30 000,00).

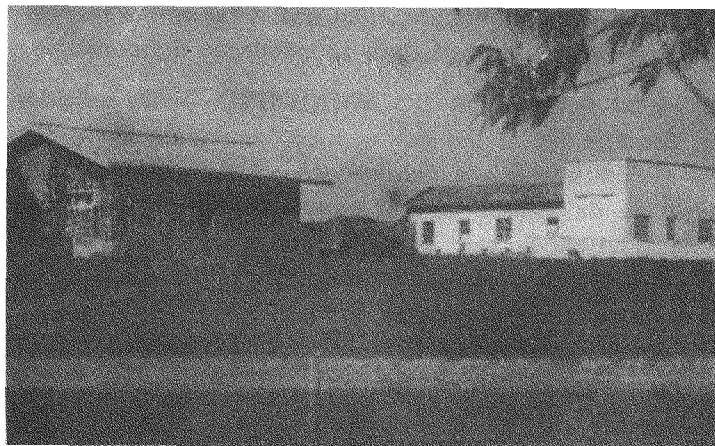
c) De origem animal: cêra de abelha silvestre (450 kg, no valor de Cr$ 9 000,00); mel de abelha silvestre (420 kg, no valor de Cr$ 6 300,00); peixe fresco (214 000 kg, no valor de Cr$ 2 017 000,00).

No tocante a produtos transformados ou não de origem animal, a produção atingiu em 1956, o valor de Cr$ 13 309 200,00, sendo os principais produtos: leite (1 020 000 litros, no valor de Cr$ 4 080 000,00); banha (90 000 kg, no valor de Cr$ 3 332 000,00); carne de porco salgada (51 000 kg, no valor de Cr$ 1 684 000,00).

COMÉRCIO — Em todo o município contam-se mais de cento e quarenta estabelecimentos comerciais (142 varejistas).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por uma emprêsa rodoviária para passageiros.

Dista a cidade cêrca de 317 km da Capital Estadual por meio de rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por meio de rodovia: 41 km até a cidade de Araranguá; 24 km até Turvo; e, com o Estado do Rio Grande do Sul, 51 km até a cidade de Torres.

Avenida Getúlio Vargas

Hospital D. Joaquim Domingues de Oliveira (em construção)

Na cidade funciona uma Agência Postal Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, funcionando uma Agência Postal no interior do Município.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Sombrio tem 799 habitantes, sendo a 60.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina.

É servida de luz elétrica, com 100 ligações domiciliares.

Os principais edifícios são: Igreja Matriz, Grupo Escolar "Catulo Paixão Cearense" e Prefeitura Municipal.

A cidade conta com 1 hotel.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica no município é prestada à população por 1 médico e 3 farmacêuticos.

Serve à população, 1 Hospital com assistência médica em geral.

Existem 5 farmácias no município.

ENSINO — Em 1956 funcionaram na cidade e no resto do município 59 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 2 557 alunos, assim distribuídas: Fundamental Comum, 57 unidades com 2 521 alunos e Complementar, 2 unidades com 36 alunos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954 (2)....	—	647	18	15	—
1955.......	—	690	948	325	759
1956.......	—	1 189	1 097	388	1 048

(1) Não existe Coletoria Federal.
(2) O município foi instalado em 1954.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — No que diz respeito a culto, observa-se em Sombrio, com os seguintes dados, apenas o Culto Católico Romano: Paróquia de Santo Antônio, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz, 10 capelas públicas.

As manifestações populares são tôdas de caráter religioso e são as seguintes:

Festa de Santo Antônio, padroeiro da sede municipal a 13 de junho.

Festa de São João Batista, padroeiro de Passo do Sertão, a 24 de junho.

A principal efeméride, além das datas acima mencionadas, é o dia 4 de abril, data da instalação do município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Sombrio têm como patronímico "sombrienses".

Acredita-se que a denominação "Sombrio" se tenha originado da sombra de um morro que se projeta sôbre a lagoa, ao pôr do sol. Dêsse fato se originaram os nomes de Lagoa do Sombrio e Morro do Sombrio e daí a denominação se tornou extensiva ao município.

Sombrio pertence à Comarca e Têrmo de Araranguá.

O eleitorado do município, em 1958, era de 3 084 eleitores.

Em 1957, o número de veículos existentes no município de Sombrio, era o seguinte:

a) Veículos a motor: automóveis — 3, jipes — 3, ônibus e micro-ônibus — 4, camionetas — 1, caminhões — 18, tratores — 10.

b) Veículos a fôrça animada: carros de 2 ou 4 rodas — 220, bicicletas — 40, carroças de 4 rodas — 18.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

TAIÓ — SC

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — Diz a tradição que as primeiras explorações feitas nas matas virgens desta rica zona, tiveram início em 1911, quando o território de que se compõe o Município de Taió era habitado apenas por índios.

Entretanto, sòmente em 1911 foi aberta uma clareira, no lugar onde, hoje, fica a cidade de Taió. Ali foi construída a primeira roça, pelo colono e desbravador Eugênio Grewsmuehl, que, no entanto, não permaneceu definitivamente em Taió.

Os primeiros colonos que fixaram residência, foram Albrecht, Kindel e os irmãos Wachcholz, êstes ainda vivos, em 1958.

Em 1917, começaram a afluir as primeiras correntes imigratórias, que aumentaram, em 1918, com a abertura de uma estrada de rodagem ligando o núcleo ao então distrito de Rio do Sul. Antes, a única via de comunicação ligando aquelas povoações era o rio Itajaí do Oeste, navegável, normalmente, apenas por canoas, em virtude de um pequeno salto e numerosos razos existentes. Na época das cheias, porém, era possível o uso de pequenas lanchas, cuja capacidade não excedia a 5 toneladas.

Concluída a estrada, o transporte passou a ser feito por carroças, tiradas a cavalo, num percurso de 60 quilômetros.

A colonização de Taió, foi incentivada grandemente pela Companhia Selinger, cujo chefe era o coronel Pedro Cristiano Federsen, e por Luiz Bertoli Senior, que colonizou a margem esquerda do rio Itajaí do Oeste, com todos os afluentes: ribeirão do Salto, ribeirão Grande, ribeirão das Pedras, rio do Campo e seus tributários.

Em 1927, Taió foi elevado à categoria de distrito do Município de Blumenau. A instalação do distrito se deu a 7 de setembro de 1929, estando presente Sua Excelência o Dr. Adolfo Konder, na época, Governador do Estado de Santa Catarina.

Em 1930, foram criados o Município e a Comarca de Rio do Sul, passando, então, o distrito de Taió a fazer parte dessa nova unidade administrativa e judiciária.

Em 1948, Taió foi elevado à categoria de Município, tendo ocorrido a instalação, a 12 de fevereiro de 1949.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O Distrito de Taió, foi criado pela Lei n.º 213, de 26 de março de 1927, do Município de Blumenau, sendo instalado a 7 de setembro de 1929.

Pela Lei n.º 247, de 30 de dezembro de 1948, foi criado o Município, ocorrendo sua instalação a 12 de fevereiro de 1949.

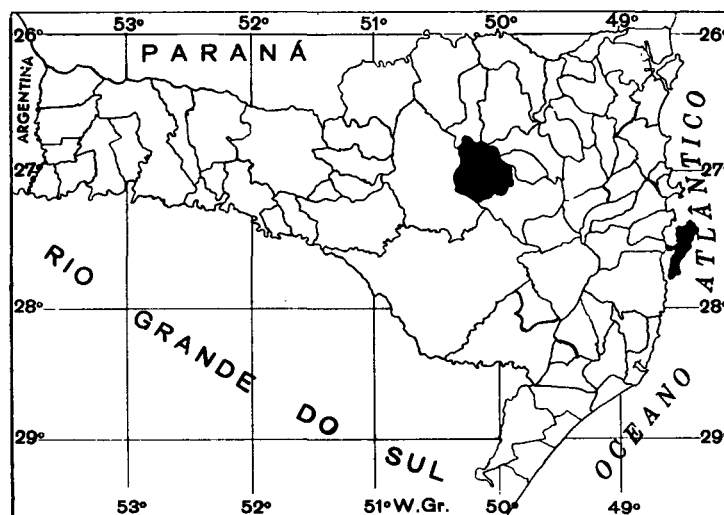
O Município pertence à Comarca e Têrmo de Rio do Sul.

O seu quadro administrativo, em 1.º de março de 1958, era o seguinte:

Município: Taió.

Distritos componentes: Taió (sede), Ribeirão Grande e Rio do Campo.

A atual legislatura teve início em 1954, tendo sido eleito Prefeito, o Sr. Walter Schmitz, e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Taió se localiza na zona fisiográfica da bacia do Itajaí. A cidade fica às margens do rio Itajaí do Oeste, e dista, em linha reta, 152 km da Capital do Estado, possuindo, ainda, as seguintes coordenadas geográficas: 27° 06' 53" de latitude sul e 49° 59' 39" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 360 metros na sede municipal, sendo o 41.º lugar em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — Em geral quente e úmido. No verão, a temperatura se eleva, muitas vêzes, a 34°C e mais; no inverno, cai, aproximadamente, a 10°C. As chuvas predominam no verão com fortes trovoadas, variando as precipitações anuais, entre 1 400 e 2 000 mm.

ÁREA — A área do Município é de 1 643 km², figurando em 14.º lugar, em relação às áreas das demais comunas.

Vista parcial da cidade

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Itajaí do Oeste, não navegável, rio Taió, afluente do Itajaí do Oeste, ribeirão Grande, rio do Campo e ribeirão do Salto.

Morro do Funil, ponto culminante do Município, com 1 500 metros de altura. Morro do Taiòzinho, com 1 000 metros de altura, aproximadamente.

No tocante a saltos, podem ser citados: salto do Seminário, com altura de 35 metros, aproximadamente, aproveitado; salto Heidrich, com 25 metros de altura, inaproveitado; salto Raom, com 60 metros de altura, inaproveitado; saltos do Bugio e do rio do Campo, ambos com 18 metros de altura, inaproveitados.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) De origem mineral: barro para olaria, areia e pedras para construção. b) De origem vegetal: canela, cedro, peroba, pinho, sassafrás e madeira para lenha. c) De origem animal: caititus, veados, cotias, pacas, cascudos, traíras, carpas e mandins. Mel e cêra de abelhas.

POPULAÇÃO — A população de Taió, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 17 844 habitantes e tinha a seguinte composição: homens 9 990, mulheres 8 754; brancos 17 338; pardos 110; pretos 338, e 58 não declararam a côr.

Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 8 609, 2 650 era solteiros; casados 5 647; viúvos 254; desquitados 9 e 49 não declararam o estado conjugal.

Existiam 184 estrangeiros e 30 brasileiros naturalizados. Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos, em número de 14 992; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade era de 10,8 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 56.º lugar no Estado.

Localiza-se no quadro rural 93,8% da população, sendo esta percentagem das mais elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 39.º lugar em relação à população dos demais municípios do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 49.º lugar em população, com relação às outras cidades do Estado.

Segundo estimativas do Departamento Estadual de Estatística, a população do Município, em 1958, era de 23 324 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Havia uma aglomeração urbana no Município: a cidade de Taió que, segundo o Censo de 1950, contava com 1 092 habitantes (546 homens e 546 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu, no ano de 1955, o valor de Cr$ 14 317 400,00.

O Município assenta sua economia, principalmente, na agropecuária. A produção de fécula de mandioca atingiu, no ano de 1955, 1 494 toneladas, no valor de .... Cr$ 5 238 530,00; óleo de sassafrás, 100 439 kg, no valor de Cr$ 5 233 332,00; madeira, exceto pinho serrado, tábuas

2 979 m³, no valor de Cr$ 1 708 513,00; portas e janelas, 18 535 m², no valor de Cr$ 630 953,00; pasta mecânica de madeira, 174 300 kg, no valor de Cr$ 592 620,00.

Dos 16 estabelecimentos industriais existentes, 4 dedicam-se à produção de fécula de mandioca, 1 à de arroz beneficiado e 3 são serrarias.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) 25,02%, estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: aipim, mandioca, milho, fumo em fôlha, arroz, batata-doce, trigo, batatinha, feijão (grão), abóbora, cana-de-açúcar, cana de forragem, alho, amendoim com casca, melancia, tomate. Como culturas permanentes, temos: caqui, figo, pêssego, maçã, limão, pêra, uva, laranja, bergamota. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de .... Cr$ 85 830 821,00. O valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de Cr$ 364 686 220,00. A percentagem da população ativa na indústria é de 2%.

No tocante à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957:

a) De origem mineral: barro ou argila, 3 500 toneladas, no valor de Cr$ 199 000,00; pedras para alicerces, 2 820 m³, no valor de Cr$ 163 200,00; pedras para pavimentação, 1 625 toneladas, no valor de Cr$ 105 625,00.

b) De origem vegetal: lenha, 31 175 m³, no valor de Cr$ 1 377 625,00; madeiras, 34 400 m³, no valor de .... Cr$ 11 710 230,00; pasta mecânica, 262 430 kg, no valor de Cr$ 1 918 363,00.

c) De origem animal: carne de animais silvestres, 298 kg, no valor de Cr$ 5 210,00; couros — 104 unidades, no valor de Cr$ 2 078,00; mel de abelhas silvestres — 15 kg, no valor de Cr$ 293,00.

No que se refere a produtos transformados ou não, de origem animal, a produção atingiu, em 1956, o valor de Cr$ 24 762 630,00, sendo os principais produtos: leite — 4 102 025 litros, no valor de Cr$ 12 888 164,00; nata de leite — 138 235 kg, no valor de Cr$ 5 148 195,00; banha — 76 245 kg, no valor de Cr$ 2 219 660,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o Município, contam-se oitenta estabelecimentos comerciais varejistas, e na cidade, uma Agência do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O Município é servido por 2 emprêsas rodoviárias para passageiros e de 1 para cargas.

Dista a cidade cêrca de 267 km da Capital Estadual, por meio de rodovia, e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por meio de rodovia: 111 km até a cidade de Presidente Getúlio; 97 km até a de Ibirama; 142 km até a de Itaiópolis; 150 km até a de Papanduva; 200 km até a de Curitibanos e 56 km até a de Rio do Sul.

Na cidade funcionam uma Agência Postal Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, e uma Agência Telefônica, de uso público, da Companhia Telefônica Catarinense.

No interior do Município, funciona um Pôsto Telefônico do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Taió tem 1 092 habitantes, sendo a 50.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina.

É servida de luz elétrica com 158 ligações domiciliares. Os edifícios mais importantes, são: Igreja Matriz, Prefeitura Municipal, Grupo Escolar "Couto de Magalhães", Hospital São Francisco de Assis, Farmácia "Águia", Hotel Lieseberg e Agência do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. A cidade conta com 4 hotéis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica, no Município, é prestada à população por 2 médicos, 1 dentista, 15 farmacêuticos e 5 auxiliares de saúde.

Servem à população, 2 hospitais e 1 pôsto de saúde, com assistência médica em geral. Existem 6 farmácias no Município.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950, constatou a existência de 14 016 pessoas de 5 anos e mais, sendo que, dêste número, 8 701, ou seja, 62,0% sabiam ler e escrever (4 538 homens e 4 163 mulheres). Na sede municipal, das 903 pessoas de 5 anos e mais, 741 sabiam ler e escrever, sendo 376 homens e 365 mulheres.

Ensino — Em 1956, funcionaram na cidade e no Município 47 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 2 806 alunos, assim distribuídas: Pré-Primário Infantil, 1 unidade com 47 alunos; Fundamental Comum, 43 unidades com 2 721 alunos; Fundamental Supletivo, 1 unidade com 10 alunos, e Complementar, 2 unidades com 28 alunos.

No tocante a ensino extraprimário, funcionaram no Município o Seminário São Francisco Xavier de Nossa Senhora de La Salette (Cursos pré-ginasial e ginasial), e um Curso Normal Regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Das 4 associações desportivas e culturais, 3 se dedicam às atividades desportivas.

A cidade possui um cinema, o "Cine Teatro Athenas", com 230 lugares e uma papelaria e tipografia.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	1 210	666	407	657
1951.......	—	1 724	1 457	1 029	1 208
1952.......	—	1 691	2 649	976	1 910
1954.......	—	1 479	1 882	1 089	2 288
1953.......	—	1 587	1 979	1 213	1 798
1955.	—	2 247	2 170	1 507	2 254
1956.......	702	3 478	2 992	1 852	3 039

(1) A Coletoria Federal foi instalada em 1956.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS — No Seminário de La Salette, em Ribeirão Grande, há três grupos de imagens representando às já tradicionais maneiras como Nossa Senhora de La Salette se apresentou às crianças pastoras.

Praça Getúlio Vargas

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Em Taió, se registram os seguintes cultos:

Culto Católico Romano: Vice-Paróquia de São José, com 8 capelas públicas. Paróquia de Cristo Rei de Taió, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz e 9 capelas públicas. Paróquia de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz e 9 capelas públicas.

Culto Protestante: Comunidade Evangélica (sínodo Evangélico de Santa Catarina e Paraná), Comunidade Evangélica de Paz de Taió.

Culto Espírita: 1 Centro Espírita.

As principais manifestações populares são de caráter religioso e consistem nas festas dos oragos das várias paróquias.

Destaca-se, dentre essas, a festa de Nossa Senhora de La Salette, em Ribeirão Grande, que atrai visitantes de todo o Município.

No que diz respeito a folclore, embora em pequena escala, registra-se a existência de "Pau de Fita", "Terno de Reis", "Boi de Mamão", e brincadeira de "Boi na Vara".

Como efemérides, a mais importante é a data de 12 de fevereiro — instalação do Município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Taió, recebem o patronímico de "taioenses".

Taió, segundo Romário Martins, procede de "ita", pedra e "ho", aumentativo.

Mas, Taió também pode ser aumentativo de "taioba" (taia-oba), fôlha de taiá.

Há, ainda, quem afirme ter o significado de "monte grande", justificando a denominação do Município com a existência do morro do Funil, que se ergue a 1 550 metros de altura, dominando a região.

Taió pertence à Comarca e Têrmo de Rio do Sul.

O eleitorado do Município, em 1958, era de 5 865 eleitores.

Em 1957, havia, no Município, os seguintes veículos:

a) Veículos a motor — automóveis 6, jipes 5, ônibus e micro-ônibus 4, camionetas 11, motociclos 11, caminhões 48, e tratores 20.

b) Veículos a fôrça animada — carros de 2 ou 4 rodas 247, bicicletas 588, e carroças de 4 rodas 892.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

TANGARÁ — SC

Mapa Municipal no 13.° Vol.

HISTÓRICO — O povoamento das terras que constituem hoje o Município de Tangará, teve início com a abertura da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, em 1910. Terminada a construção dessa ferrovia, levada a efeito pela Brazilian Railways, José Antônio Leitão, de nacionalidade portuguêsa, permaneceu nessa zona. Comprou, então, uma gleba de terra às margens do Rio Bonito, aí se fixando.

Bem poucos eram os moradores dessas paragens, naqueles distantes anos de 1910: apenas um ou outro caboclo poderia ser encontrado na região.

Em 1918, José Antônio Leitão vendeu a Augusto Piccoli uma área de terra. Nessa ocasião, é que teve início a colonização pròpriamente dita.

Augusto Piccoli e seu irmão, Raimundo Piccoli, demarcam o quadro da futura vila, abrem estradas, constroem pontes, montam indústrias, dando margem, assim, a que novas levas de colonos afluíssem ao nascente núcleo. Êsses elementos eram oriundos, em sua grande maioria, do Rio Grande do Sul.

Já em 1927, pela Lei 337 de 12 de abril, era criado o distrito com a denominação de Rio Bonito.

Em 1943, o Decreto-lei n.° 941, de 31 de dezembro, que fixava a divisão administrativa e judiciária do Estado, a vigorar no qüinqüênio 1944-1948, mudava a denominação de Rio Bonito para Tangará, em virtude da existência da Comarca de Rio Bonito, no Estado do Rio de Janeiro, homônimo que tinha prioridade no País.

Em 1948, pela Lei n.° 247, abaixo transcrita, era criado, juntamente com outros, o Município de Tangará:

Lei n.° 247, de 30 de dezembro de 1948

Fixa a Divisão Administrativa e Judiciária do Estado, no período de 1949 a 1953, e dá outras providências

O Presidente da Assembléia Legislativa, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes dêste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.° — A Divisão Administrativa e Judiciária do Estado é fixada na presente lei e vigorará de 1.° de janeiro de 1949 a 31 de dezembro de 1953, ressalvado o disposto no art. 2.°, da Lei n.° 22, de 14 de novembro de 1947.

Art. 2.° — Fica o Poder Executivo autorizado a baixar os atos interpretativos das linhas divisórias intermunicipais e interdistritais, que se fizerem necessários à execução desta lei.

Art. 3.° — Fica criado o Município de Capinzal, desmembrado dos Municípios de Campos Novos e Joaçaba.

Art. 4.° — Fica criado o Município de Ituporanga, desmembrado dos Municípios de Bom Retiro e Rio do Sul.

Art. 5.° — Fica criado o Município de Massaranduba, desmembrado dos Municípios de Blumenau, Itajaí e Joinvile.

Vista parcial da cidade

Art. 6.º — Fica criado o Município de Piratuba, desmembrado dos Municípios de Campos Novos e Concórdia.

Art. 7.º — Fica criado o Município de Taió, desmembrado do Município de Rio do Sul.

Art. 8.º — Fica criado o Município de Tangará, desmembrado do Município de Videira.

Art. 9.º — Fica criado o Município de Turvo, desmembrado do Município de Araranguá.

Art. 10 — Ficam criados os distritos de Rio d'Oeste, no Município de Rio do Sul e de Luzerna, no Município de Joaçaba.

Art. 11 — A Divisão Administrativa e Judiciária do Estado compreende 52 municípios, 213 distritos e 34 comarcas. O distrito, como categoria única, é a circunscrição primária do território estadual, para fins de administração pública e da organização judiciária.

§ 1.º — A instalação de distritos deverá ser precedida de delimitação dos quadros urbano e suburbano, cujo ato discriminatório deverá ser enviado à Assembléia Legislativa, dentro de trinta dias da data da instalação.

§ 2.º — Para atender às necessidades do serviço público, os distritos poderão ser divididos em subdistritos, em qualquer tempo, mediante leis especiais, não podendo ter sedes distintas das sedes distritais.

§ 3.º — Os subdistritos formarão áreas contínuas dentro do território dos respectivos distritos.

§ 4.º — A criação de subdistritos por parte das Câmaras Municipais ficará sujeita à aprovação da Assembléia Legislativa.

§ 5.º — Os distritos extintos pela presente lei passarão a constituir subdistritos daqueles aos quais se incorporaram.

Art. 12 — Fica fazendo parte integrante da presente lei o anexo n.º 1, que sistematiza e ordena tôdas as circunscrições administrativas e judiciárias e a categoria das respectivas sedes, com as suas denominações.

Art. 13 — O anexo n.º 2, que também constitui parte integrante desta lei, contém a descrição sistemática dos limites circunscricionais e define os perímetros municipais e as divisas interdistritais.

Art. 14 — Os municípios, criados ou aumentados, são responsáveis pela cota parte da dívida do município originário, quando as obrigações decorrerem de compromissos de aplicação comprovada na área desmembrada.

Parágrafo único — A cota parte, neste artigo referida, será fixada de acôrdo com o disposto no parágrafo único, do Art. 7.º, da Lei n.º 22, de 14 de novembro de 1947.

Art. 15 — Na data de 1.º de janeiro, que foi por lei federal declarada "Dia do Município", poderão as autoridades administrativas e judiciárias promover, nas respectivas circunscrições, as solenidades que julgarem convenientes.

Art. 16 — Esta lei entra em vigor a 1.º de janeiro de 1949, em todo o território do Estado, revogadas as disposições em contrário.

A Secretaria da Justiça, Educação e Saúde assim a faça executar.

Palácio do Govêrno, em Florianópolis, 30 de dezembro de 1948.

(a) José Boabaid
Armando Simone Pereira
João David Ferreira Lima
Othon da Gama Lobo d'Eça
Leoberto Leal

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito foi criado por Lei municipal n.º 337, de 12 de abril de 1927.

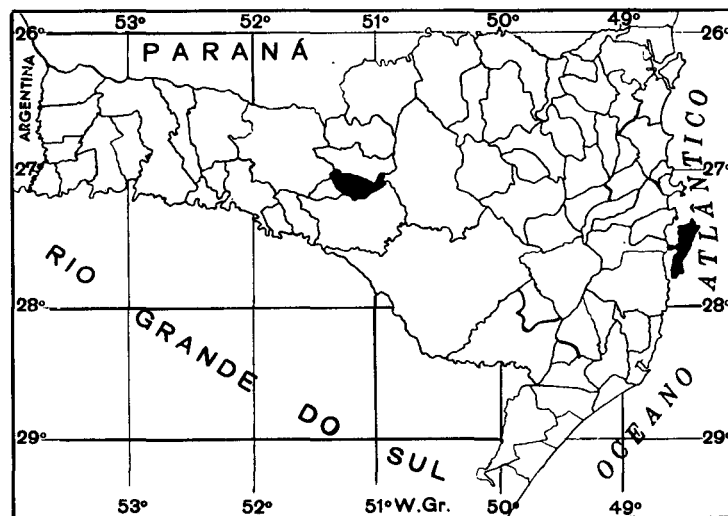
O município o foi, pela Lei n.º 247, de 30 de dezembro de 1948, com território desmembrado do de Videira.

O município pertence à Comarca e Têrmo de Joaçaba.

O seu quadro administrativo, em 1.º-III-1958, era o seguinte: Município: Tangará.

Distritos componentes: Tangará (sede), Ibiã e Marari.

A atual legislatura teve início em 1954, tendo sido eleito Prefeito, o Sr. Júlio Fuganti e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Tangará localiza-se na zona fisiográfica do Rio do Peixe. A cidade fica às margens do Rio do Peixe, a 271 km em linha reta da Capital do Estado e possui as seguintes coordenadas geográficas: 27º 05' 41" de latitude sul e 51º 15' 07" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 629 metros de altura na sede Municipal, sendo o 52.º lugar em ordem de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — Bastante frio no inverno (aproximadamente 0ºC), chega a ser muito quente no verão, quando atinge 30ºC. Sujeito a geadas. As chuvas predominam no comêço da primavera, alcançando a precipitação anual, quase 2 000 mm. A umidade vai, mais ou menos, a 80%. Próprio para agricultura (trigo).

ÁREA — A área do município é de 631 km², figurando em 51.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio do Peixe, que corta o município na direção Noroeste passando pela sede municipal, tendo como extensão no município 38 km. Apresenta trechos navegáveis por pequenas embarcações. Rio São Bento faz divisa de Joaçaba. Lajeado do Veado com 25 km de extensão. Rio do Tigre, extensão 18 km. Rio Bonito faz divisa com os municípios de Tangará e Videira, ficando sua nascente na divisa do Município de Tangará e Curitibanos. Rios Caçador e Cerro Azul. O ponto culminante do município é o Morro Agudo com 250 metros de altitude.

No tocante a saltos o mais importante é o do Góes, com 2 metros de altura inaproveitado.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) De origem mineral — Pedras para construção e barro para olarias e petróleo, cujo aproveitamento está na fase de sondagem, embora há mais de meio século se tenham observado vestígios da existência de petróleo na região do Rio do Peixe e já em 1922 fôsse instalada uma sonda em Rio Bonito (hoje Tangará).

Todavia, sòmente agora se está tratando, com maior interêsse, da exploração do ouro negro no território do município, que aflora espontâneamente em vários locais, com possibilidades econômicas tão evidentes, que a "Petrobrás" já está procedendo às sondagens geológicas, instalando ali uma sonda com capacidade de perfuração até 6 000 metros.

b) De origem vegetal — Madeira de pinho, erva-mate.

POPULAÇÃO — A população de Tangará, segundo o Recenseamento de 1950, era de 13 359 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 6 783; mulheres — 6 576; brancos — 11 902; pardos — 1 176; pretos — 243 e 38 não declararam a côr. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 6 875, 2 258 eram solteiros; casados — 4 335; viúvos — 242, desquitados — 3 e 67 não declararam o estado conjugal. Existiam 92 estrangeiros e 74 brasileiros naturalizados. Em religião predominaram os que se declararam católicos em número de 12 535; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade era de 21,1 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 34.º lugar no Estado. Localizam-se no quadro rural 87,1% da população, sendo esta percentagem das mais elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 52.º lugar com relação à população dos municípios do Estado.

A cidade todavia ocupa o 39.º lugar em população em relação às outras cidades de Santa Catarina.

Avenida Irmãos Piccoli

A população do município era de 16 560 habitantes, em 1958, segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São duas as aglomerações urbanas do município: a cidade de Tangará, com 1 664 habitantes (786 homens e 878 mulheres) e a vila de Marari, com 302 habitantes (148 homens e 154 mulheres) conforme dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu, no ano de 1955, a Cr$ 35 804 032,00.

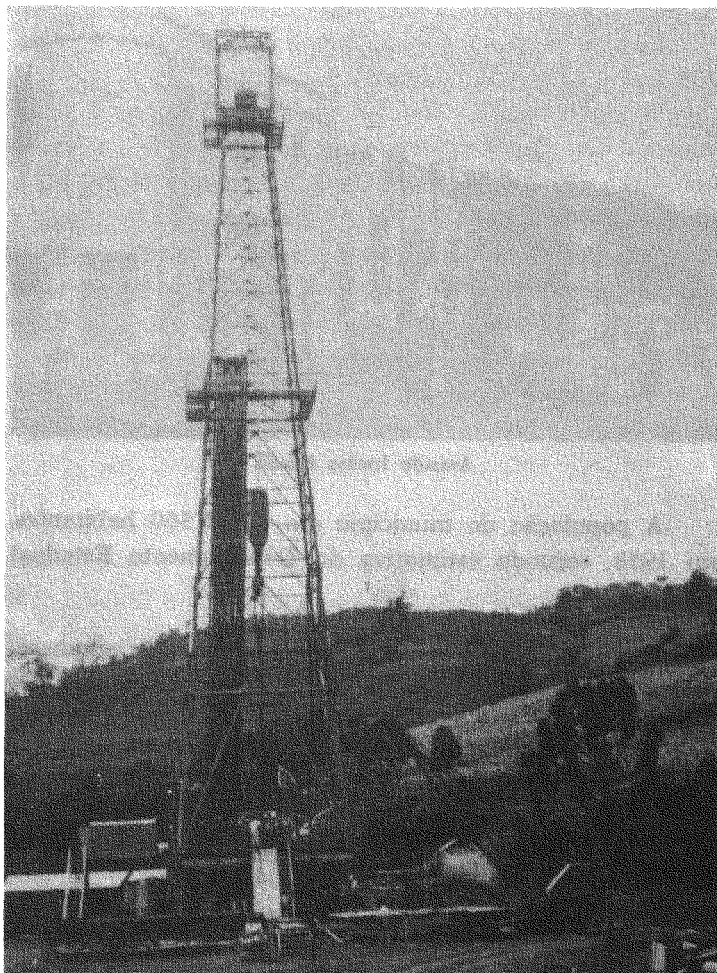
O município assenta sua economia, principalmente, na agricultura. A produção de caixas de madeira desarmadas atingiu no ano de 1955, a 14 390 m², no valor de Cr$ 19 422 500,00; seguindo-se: pinho serrado, pranchões, tábuas, etc. (11 385 m³, no valor de Cr$ 9 542 327,00); pasta mecânica de madeira (710 000 kg, no valor de Cr$ 3 096 001,00); vinhos de uva (250 000 litros, no valor de Cr$ 1 295 000,00); fibras de linho (15 503 unidades, no valor de Cr$ 889 401,00).

Dos 21 estabelecimentos industriais, 1 dedica-se à produção de trigo, farelo, farelinho e relão e 10 serrarias.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 22,49% estão ocupadas no ramo "Agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: trigo, milho, cevada, abóbora, alfafa, feijão (grão), batata-doce, linho, palha, mandioca, aipim, cana de forragem, batatinha, arroz, fumo em fôlha, aveia (grão), linho (semente), melancia, alho, tomate, centeio, ervilha, amendoim com casca, fava; como culturas permanentes, temos: uva, figo, laranja, pêra, maçã, marmelo, pêssego, bergamota, caqui e limão. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 111 965 300,00. O valor da população pecuária, no mesmo ano, foi de Cr$ 39 612 000,00. A percentagem da população ativa na indústria é de 2%.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1956:

a) De origem mineral: tijolos (90 milheiros, no valor de Cr$ 90 000,00); pedras para alicerces (400 m³, no valor de Cr$ 180 000,00).

b) De origem vegetal: madeira (50 770 m³, no valor de Cr$ 21 204 000,00); pasta mecânica (1 200 000 kg, no valor de Cr$ 2 640 000,00); pinhão (32 000 kg, no valor de Cr$ 32 000,00).

Sonda para pesquisa de petróleo

No tocante a produtos transformados ou não de origem animal, a produção atingiu em 1956, o valor de Cr$ 11 870 100,00, sendo os principais produtos: banha (245 000 kg, no valor de Cr$ 9 325 000,00); queijo (22 500 kg, no valor de Cr$ 675 000,00); ovos (120 000 dúzias, no valor de Cr$ 660 000,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se mais de cem estabelecimentos comerciais (24 atacadistas e 104 varejistas); a Cooperativa de Crédito Caixa Rural União Popular de Dona Alice. Funciona ainda no município a Agência do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 2 emprêsas rodoviárias para passageiros e 1 ferrovia, a Viação Férrea Paraná—Santa Catarina, para passageiros e cargas.

Dista a cidade cêrca de 473 km da Capital Estadual por meio de rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por meio de rodovia: 22 km até a cidade de Videira; 48 km até Joaçaba; 48 km até Erval d'Oeste; 62 km até Campos Novos; 117 km até Curitibanos.

Dista 33 km de Videira; 41 km de Erval d'Oeste, por ferrovia e 41 km de Joaçaba.

Na cidade funcionam uma Agência Postal Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e duas Agências Telefônicas de uso particular da Companhia Telefônica Catarinense.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Tangará tem 1 664 habitantes, sendo a 39.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina.

É servida de luz elétrica com 382 ligações domiciliares, tendo 13 logradouros iluminados. Os principais edifícios são: Igreja Matriz, Grupo Escolar "João Jorge de Campos", Prefeitura Municipal, Hospital "Frei Rogério" e Hospital "São Lucas".

Conta a cidade com 2 hotéis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica no município é prestada à população por 3 médicos, 3 dentistas e 1 farmacêutico.

Servem à população 2 Hospitais, com assistência médica em geral.

Existem 2 farmácias no município.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 10 756 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 6 030, ou seja, 56,0% sabiam ler e escrever.

Dêsse total, 3 279 eram homens e 2 751 mulheres. Na sede municipal, das 1 380 pessoas de cinco anos e mais, 1 139 sabiam ler e escrever, sendo 561 homens e 578 mulheres.

Ensino — Em 1956 funcionaram na cidade e no resto do município 48 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 2 000 alunos, assim distribuídas: Pré-primário Infantil, 1 unidade com 33 alunos. Fundamental Comum, 46 unidades, com 1 946 alunos e Complementar, 1 unidade com 21 alunos.

No tocante a ensino extraprimário, funcionou no município um Curso Normal Regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há no município 6 associações desportivas e culturais.

A cidade possui um cinema: Cine América, com 440 lugares e uma tipografia.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	74	1 675	1 618	670	1 263
1951	74	2 401	1 497	983	1 349
1952	59	2 520	2 052	1 269	1 923
1953	68	3 399	2 728	1 300	2 811
1954	82	4 905	2 065	1 226	—
1955	83	7 093	1 301	305	—
1956	4 266	8 860	3 597	1 411	—

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E EFEMÉRIDES — No que diz respeito a cultos registra-se o seguinte, em Tangará:

Culto Católico Romano: Paróquia de Santo Antônio, com 2 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, 15 capelas públicas e 2 semipúblicas. Paróquia de Marari, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz e 10 capelas públicas.

As principais efemérides são:

1.º de janeiro — criação do município.

19 de fevereiro — instalação do município — 1949.

13 de junho — festividade de Santo Antônio de Pádua e Lisboa.

A principal festividade religiosa é a festa de Santo Antônio, padroeiro da paróquia, realizada anualmente, com a duração de 13 (treze) dias, com início a 1.º e término a 13 de junho. A festa atrai inúmeras pessoas, não só dêste, como dos municípios vizinhos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Tangarense é o patronímico que recebem os habitantes de Tangará.

No que diz respeito à origem do município, parece ter sido dado tal denominação, em virtude da semelhança entre os habitantes do local e o pássaro com êsse nome, pois os tangarenses são dados a bailes e festas.

Tangará pertence à Comarca e Têrmo de Joaçaba.

Seu eleitorado, em 1958, era de 3 484 eleitores.

Havia, em 1957, no município, os seguintes veículos:

a) Veículos a motor: automóveis — 10, jipes — 10, ônibus e micro-ônibus — 2, camionetas — 28, motociclos — 11, caminhões — 60 e tratores — 5.

b) Veículos a fôrça animada: carros de 2 ou 4 rodas — 12, bicicletas — 75, carroças de 4 rodas — 216.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

TIJUCAS — SC

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — As primeiras incursões de civilizados datam de 1530, quando Sebastião Caboto, navegante a serviço da Espanha, aportou na enseada da costa catarinense. Ao que parece, no entanto, a colonização só se iniciou mais tarde.

"O assinalamento de posse por Portugal na costa sul do Brasil foi positivado no litoral catarinense por marcos constituídos pelos núcleos de população estabelecidos em São Francisco, Laguna e Ilha de Santa Catarina, donde, com a vinda de novos colonos, irradiaram outros, para pontos intermediários".

De conformidade com a provisão do Conselho Ultramarino de 15 de março de 1752, em fins do ano seguinte chegaram à Ilha novos transportes conduzindo 500 pessoas para completar o número que deveria ter vindo nos navios "Nossa Senhora da Conceição" e "Pôrto Seguro". Alguns dêles se estabeleceram nas imediações de Pôrto Belo, cujos primeiros povoadores haviam sido Antônio Corrêa e Maria Reiola, possuidores das terras da enseada até a ponta das Bombas, em uma extensão de duas léguas de frente, mais ou menos. Essa propriedade foi vendida mais tarde por 50$000, quando aquêle casal retirou-se para Cananéa, donde eram naturais.

Governava a capitania de Santa Catarina o coronel Antônio da Gama Freitas, pessoa de predileção e escolha do então vice-rei Marquês do Lavradio e que havia tomado posse em 5 de setembro de 1775.

Um dos seus primeiros atos, de acôrdo com o vice-rei, foi o da fundação de uma povoação na enseada das Garoupas onde então possuía uma fazenda, o capitão de auxiliares José Rabello. Começou por distribuir moradores, não só naquele local onde foram estabelecidos 60 casais, como nos territórios vizinhos, assim em Cambory-assu (Camboriú), Bombas, Zimbros, Ganchos e Tijucas. Numeravam ao todo cento e três fogos, contando a população 500 e poucas pessoas, inclusive escravos.

Prometera Gama Freitas aos novos colonos a edificação de uma igreja e pôr vigário, para serem assistidos de todos os sacramentos, pois estavam dependentes da paróquia de São Miguel.

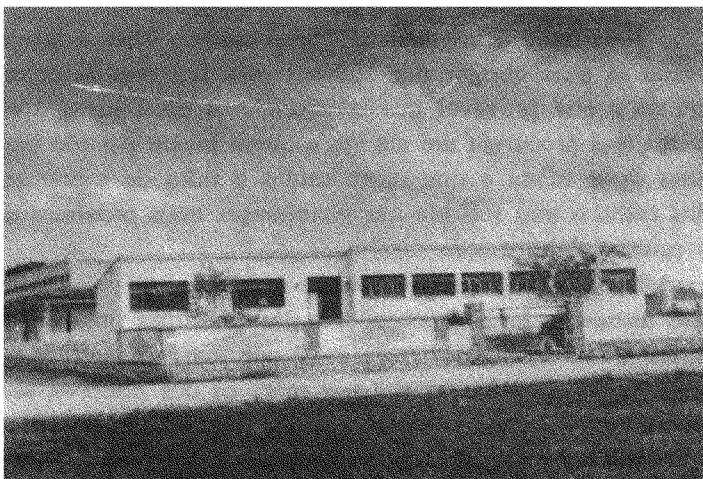
Pelos caminhos ou, melhor, veredas, mandadas abrir para as comunicações entre aquêles pontos, nas margens dos rios caudalosos, determinou o governador o estabelecimento de moradores encarregados do serviço de passagens.

E assim, como disse o ilustrado catarinense, conselheiro Manoel José de Souza Franca, para aí (Santa Catarina) foram mandados alguns colonos das ilhas dos Açores, os quais para lá levaram tôda a miséria das suas ilhas, donde emigraram e que foi sendo herdada pelas gerações futuras como de forasteiros sem luzes, sem dinheiro e sem proteção e o que é mais: sendo lançados em terra com a enxada para dela tirar um módico sustento de farinha de mandioca, que quase não tinha valor que compensasse um razoável jornal da sua cultura, vendendo, e por muitos anos, o alqueire dela por 160 e 200 réis, preço que se conservou mesmo até o ano de 1797, segundo se supõe.

A invasão da Ilha de Santa Catarina pelos espanhóis, ao mando de D. Pedro de Cevallos, na noite de 23 para 24 de fevereiro de 1777, desde muito anunciada, e o conseqüente abandono da mesma pelas tropas e navios encarregados da defesa, fêz com que se desse um verdadeiro êxodo na população litorânea, que no interior e em outros pontos foi buscar refúgio temporário.

O capitão de auxiliares da Ilha, José Rabello, no interêsse de proteger sua fazenda, foi um dos bons auxiliares com que contou o chefe castelhano, pois a êste indicou os caminhos por onde devia marchar para posse da então vila do Destêrro e depois, na convocação do povo para que se sujeitasse ao domínio dos conquistadores e lhes fizesse entrega das armas em mão.

Ao dar-se a reação, na sua própria fazenda de Pôrto Belo, pelo sargento-mor Francisco José Monteiro, vindo de São Francisco, comandando uma companhia de auxiliares, foram posteriormente presos êle e um filho, à vista das sentinelas castelhanas, com seus treze escravos. Seus bens foram confiscados.

Feita a paz, para receber a Ilha das mãos do governador castelhano, foi nomeado o coronel Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara, que desembarcou na

Grupo Escolar Cruz e Souza

enseada das Garoupas a 2 de maio de 1798, e por terra seguiu para os Barreiros, donde iniciou os entendimentos para a entrega definitiva, que se realizou a 3 de agôsto seguinte.

No curto espaço de seu govêrno, que foi até 5 de janeiro de 1779, procurou Veiga Cabral chamar os povos esparsos para cuidarem de suas lavouras e ocuparem seus prédios, reunir os soldados extraviados e organizar os tribunais e reparar os estragos que o inimigo causara nos fortes.

Substituiu-o o brigadeiro dos reais exércitos Francisco de Barros de Moraes Araujo Teixeira Omem, que tomou posse a 5 de julho de 1779.

Inteligente e cuidadoso na distribuição de justiça, procurou desenvolver a agricultura. Em ofício de outubro daquele ano, pelo que se vai ler, confirma-se a fundação da povoação de Garoupas e, por conseqüente, o povoamento de Tijucas. Diz êle: — "O governador meu predecessor, Pedro Antonio da Gama, formou uma povoação na enseada das Garoupas, isto he, destribuio varios moradores por aquelle território: que ainda vivem nos seus sitios e estão distantes entre si; persuado-me que o fez com autoridade do antecessor de antecessor de V. Exa., porque ainda que não tenha achado ordem para aquelle estabelecimento, achei comtudo, uma carta do Snr. Lavradio em que lhe dizia que lhe remetia por aquella embarcação huma mulher que S.Sa. mandava para nova povoação que tinha formado, o que me capacita que ella foi estabelecida com approvação do dito Snr. Segundo a minha idéa, não foi conveniente aquelle estabelecimento, que póde ter alguma consequência para o futuro, mas como ella se acha já estabelecida e aquelles moradores têm feito suas despezas em casas a vou conservando, não obstante a minha idéa contrária ...".

A prometida igreja, pelos motivos expostos, não chegou a ser construída e para levar a efeito, nessa mesma ocasião submetida a Teixeira Omem, com informação tôda favorável, uma proposta do capitão José Rabello, já livre de culpa, em que êste se obrigava construir à sua custa, ou dar 500$000, para a edificação da igreja da nova povoação da Enseada das Garoupas, se lhe fôsse cobrada a quantia de 1:225$000 que lhe estava a dever no Rio de Janeiro, Miguel de Hedo, de escravos e víveres a êle vendidos, visto ser êste credor da Fazenda Pública de mais de 50 mil cruzados de fornecimentos feitos à Colônia do Sacramento.

Nela dizia o brigadeiro: "Se o capitão fizer a igreja, como se quer obrigar por 700 e tantos mil réis da conta, he mais que provável que os moradores de Tijucas e vizinhanças procurem um clerigo a quem façam partido para lhes dizer missa e que supra muito a falta de sacramentos como o tem soffrido nas vizinhanças mais proximas da freguezia de Armação ...".

Dizia, mais, "que era grande o desamparo pelas grandes distancias, pois os moradores das Garoupas tinham que fazer 6 1/2 leguas por terra e 12 por mar; os de Tijucas Grande 4 1/2 por terra e 7 por mar; os dos Zimbros, sem caminhos, 8 leguas por mar; os das Bombas, idem, 10 leguas por mar; os dos Ganchos, por mar e por terra 7 leguas e, finalmente, os de Cambory-assu 10 leguas por terra e 15 por mar, para irem à Matriz, cuja era em S. Miguel, tambem desamparada espiritualmente pela incapacidade do parocho, Manoel de Souza Menezes, victima de uma congestão que o tornou paralyctico de uma perna".

Aprovou o vice-rei a proposta da construção da igreja, sem despesa para a Fazenda Real, prometendo dar resposta decisiva sôbre o requerido. Como porém, era de praxe não pagar o govêrno da metrópole a quem devia, continuaram as populações sem o templo esperado.

Os caminhos abertos anteriormente foram mandados concertar, empregando-se para êsse serviço os terços auxiliares, ordem essa que levantou protestos.

Havia pensado o governador em retirar as paradas estabelecidas em atenção aos incômodos causados aos paradeiros, pois os havia nos distritos desde o norte até o sul; atendendo, porém, ao fato de não se saber se os tinham estabelecido os governadores anteriores por ordem do vice-rei antecedente, dizia que se achava embaraçado em dispensá-los.

Próximo à foz do rio Tijucas, existia um pôsto de passagem que servia aos moradores que se dirigiam aos Ganchos e à Armação da Piedade e de lá a S. Miguel.

A 7 de junho de 1786, finalizou o seu govêrno o brigadeiro Teixeira Omem que deixou florescente a agricultura e o comércio, tendo para sucessor o sargento-mor de artilharia José Pereira Pinto, nomeado interinamente pelo vice-rei.

Nove dias depois de sua nomeação, tomou posse do govêrno e pelo seu espírito progressista procurou tornar fecunda a sua administração.

Entre muitos de seus atos teve o de aproveitar os pinheirais para dêles extrair não só a madeira para construção naval, como a resina e o alcatrão.

Para isso deu instruções ao alferes Antônio José de Freitas Noronha, para que pela picada anteriormente aberta pelo tenente Costa, em demanda do planalto, seguisse até a vargem denominada de Pae Garcia, a fim de examinar os pinheirais nela existentes.

Em lá chegando, aquêle oficial, não encontrando as procuradas coníferas, mandou reconhecer por quatro soldados se o rio que banhava aquela região e assim denominado era o Tijucas; no fim de seis dias regressaram êles com algumas esperanças de ser o mesmo rio. Resolveu então o alferes retirar-se a fim de receber novas instruções, visto ser necessário acabar de reconhecer seu curso.

Por Portaria de 5 de junho de 1788, foi determinado ao dito alferes no interêsse de "averiguar se na vizinhança de differentes rios immediatos a esta Ilha, se encontravam as mattas de Pinheiros ... entrando pelo rio Tijucas Grande, dirigirá sua viagem até o lugar em que o dito rio é navegavel, e tanto nessa digressão como na que deve fazer lançando differentes — Picadas — para huns e outros rumos, deligenciará o encontrar as sobreditas mattas".

No dia 5 de junho daquele ano, com três soldados e quatro paisanos, penetrou o alferes Noronha o rio Tijucas e em canoas subiu o rio acima em cuja diligência gastou vinte dias, navegando em quanto puderam passar as canoas, depois do que, por terra, mandando abrir uma picada que por ela foram seguindo. No fim de dois dias de

árduo trabalho, deram em uma serraria de pedras que correspondia a um grande salto, por onde, nem embarcado por terra puderam passar; ali fizeram alto. Não deixaram, contudo, de reconhecer que com efeito era o mesmo rio que passava pelo rancho do Pae Garcia.

"Levando eu, diz o alferes Noronha, muito maiores recomendações de indagar se averião pinheiros nesse rio e avê-los se poderia tirar para fóra, não foi possível encontrar um que fosse, nem pela marge delle, nem ainda por uma picada que fiz, por uma varge que achei".

"Retirei-me na certeza que por aquelle rio um só pinheiro não avia e ainda que os ouvesse não se poderia, pelos muitos saltos e caxoeiras que têm".

Se foi infrutífera a comissão dada ao alferes Noronha quanto à exploração dos pinheirais, foi no entanto de alta vantagem para o vale do Tijucas, pois ficaram conhecidos o valor de suas terras para agricultura e a existência de madeiras de lei em grande abundância e desde então começaram a afluir povoadores, que não cessavam de pedir sesmarias em zona tão fecunda.

Já antes, em 29 de agôsto de 1786, a havia obtido Francisco Alberto Muniz Barreto, morador em S. Miguel; em 11 de agôsto de 1787, teve-a Manoel Vidal de Arouxe; em 7 de março de 1788 e a 10 do mesmo mês, foram concedidas respectivamente, a Domingos Coelho d'Ávila e Alberto da Silva de Mendonça. Sucederam-se em 1789, a 7 de dezembro, a Vicente Zuzarte Pinto; em 1790, a 10 de março, a José Maryins Soares; em 1793, a 17 de janeiro, a Manoel Antônio Mancebo e, a 15 de janeiro, a Francisco José Ferreira da Rocha Gil; em 1794, a 2 de outubro, a Francisco José de Magalhães; em 1801, a 22 de abril, a Antônio da Cunha Avila; em 1802, a 14 de setembro, a José Coelho Gomes; em 1803, a 6 de agôsto, a José Coelho Machado; em 1804, a João José de Magalhães e João Teixeira da Cunha, a 21 de maio, a Francisco Lopes de Souza, a 27 de maio, a Antônio José Pinto; em 1818, a 12 de dezembro, a Caetano José Pereira.

Além dessas foram concedidas no Inferninho, em 1802, a 18 de dezembro, a Francisco da Silva Mafra; em 1803, a Antônio José Dias. No rio dos Bobos, em 1803, a 5 de maio, a Domingos Rodrigues; no morro dos Bobos, em 1804, a 16 de janeiro, a José Machado Flores. Na Enseada das Garoupas, em 1789, em 7 de dezembro, a Miguel Francisco de Medeiros; em 1804, em 13 de março, a José Correa Rabello; em 1805, em 8 de janeiro, a José Rodrigues da Costa. Nos Morretes, em 1808, em 10 de setembro, a José Antônio de Miranda e Joaquim Gomes de Oliveira.

O incremento que, dia a dia, tomava o vale do Tijucas Grande, levou a antiga administração provincial a tomar disposições para dar à povoação estabelecida na foz do rio do mesmo nome, elementos de vida própria.

Para executar o pensamento do govêrno foi encarregado em 1847, o jovem, porém, culto engenheiro militar, 1.º-tenente João de Souza Mello e Alvim. Dando curso à sua assombrosa atividade e extremado interêsse pelo desenvolvimento de sua terra natal, pôs-se logo em ação aquêle distinto catarinense e, em pouco tempo, fêz o levantamento do rio, desde a foz até S. João e à sua margem esquerda, não longe da barra, delineou a planta da nova

Praça Dr. Nereu Ramos

povoação. Graças às suas informações sôbre o valor da região que vinha de perlustrar, veio a Lei n.º 271, de 4 de maio seguinte, desmembrar a povoação localizada na barra do rio, têrmo da vila de Pôrto Belo, da paróquia dêste nome, para formar uma outra freguesia com a denominação de S. Sebastião da Foz do Rio Tijucas. Por essa lei, ficava o Presidente, após as precisas informações, autorizado a designar o lugar mais próprio para o arraial da freguesia, cujos limites seriam: ao norte, o rio dos Bobos e ao sul o do Tijucas Grande. Quanto aos limites do centro, depois das necessárias informações, seriam marcados pelo Presidente, que também ficava autorizado a assim proceder.

A Lei n.º 259, de 5 de abril de 1848, desmembrou o terreno à margem direita do Rio Tijucas, compreendendo o Itaimbé, Morretes, e mais imediações da freguesia de S. João Batista, incorporando-o a S. Miguel. O rio Itinga, até o Dona, seria o limite entre as duas freguesias.

Veio a Lei n.º 359, de 3 de maio de 1854, fixar os limites da nova freguesia, do seguinte modo: ao sul, a vertente do morro do Mafra e dêste em linha reta de leste a oeste, até encontrar o riacho Itinga; a oeste o riacho do Moura, na margem esquerda do dito rio Tijucas, conservando ao norte o do rio dos Bobos (Lei n.º 271, de 4 de maio de 1848), ficando desmembrado da freguesia de S. Miguel e de S. João Batista do rio Tijucas o território compreendido nos limites sul e oeste.

Tendo o govêrno pedido informações à Câmara de Pôrto Belo sôbre o lugar onde deveria ser erigida a freguesia de S. Sebastião, criada pela citada Lei n.º 271, de 1848, respondeu ela, em ofícios de 5 de dezembro de 1848 e de 22 de janeiro de 1849, ter havido divergências de opiniões; queriam uns que fôsse situada próximo à foz e outros que a sede ficasse mais a montante.

Para dar fim ao dissídio foi mandado o ilustre engenheiro João Alvim em 1849 para presidir o arruamento da nova freguesia, que definitivamente ficasse próximo à foz.

A Lei n.º 400, de 11 de maio dêsse ano, reproduzia os limites acima citados, apenas, referindo-se com alteração à vertente do rio do Mafra e ribeirão do Moura e desmembrados os terrenos a que ficavam pertencendo os territórios desmembrados de S. Miguel e S. João Batista. O território compreendido a oeste do ribeirão do Moura passou a pertencer à freguesia de S. João Batista. Ficou revogada por esta, a Lei n.º 359.

Em 1854, propôs o presidente o morro do Mafra para limite de Tijucas.

Em seu relatório (1855) dizia o presidente: A Lei n.º 359, que alterou os limites das freguesias de S. Miguel e da Foz do Tijucas, declarou desanexado da freguesia de S. Miguel o território a oeste do riacho do Moura, que antes pertencia a S. Sebastião; entretanto que declara desanexado o território de S. João Batista por quanto nada tirou desta freguesia. Supunha o presidente Coutinho ter equívoco, ou êrro de redação e que para saná-lo conviria substituir o final do art. 1.º, pelo seguinte: ficando desmembrado da Freguesia de S. Miguel o território compreendido nos limites sul, e da Freguesia de S. Sebastião o território a Oeste do riacho do Moura, que fica pertencendo à freguesia de S. João Batista. Com alteração dos limites das freguesias entendeu a Câmara de Pôrto Belo e com elas outras pessoas que também tinham ficado alterados os limites dos dois municípios de S. Miguel e Pôrto Belo, ficando a êste pertencendo a parte desmembrada da freguesia de S. Miguel. Não tendo, por êrro, declarado alterados os limites dos municípios mas sim das freguesias, não viu razão o presidente para essa inteligência. Achava conveniente atender, como divisa dos dois municípios, as vertentes do morro do Mafra e o rio dos Bobos.

Nessa época a Câmara Municipal de Pôrto Belo, que orçava a sua receita em 546$050, inclusive o rendimento da passagem do rio Tijucas, que pertencia a S. Miguel, pedia ao govêrno provincial um suprimento de 47:039$288, porque orçava a despesa em 47:605$338, para obras municipais e provinciais. Continuava, no entretanto, a Câmara de S. Miguel a contar em seu orçamento com o rendimento da passagem do rio Tijucas.

No dia 18 de agôsto de 1852, viram com espanto os habitantes da foz do Tijucas entrar pela barra à dentro o comandante do cruzador inglês Locust, que andava desdenhando da nossa soberania, à caça de navios negreiros, em três escaleres, com 45 homens armados e dirigir-se para bordo do iate Calliope, que ali estava a carregar madeira e incendiá-lo completamente.

O iate Calliope era propriedade do negociante João Pinto da Luz, da praça do Destêrro, completamente novo e ainda não tinha feito viagem alguma fora da província.

A freqüência de muitos navios que demandavam o pôrto de Tijucas em busca de madeiras e outros gêneros de lavoura, exigiu a construção de uma casa de detenção para nela serem recolhidos marinheiros provocadores de distúrbios.

Em 1856 foi determinada a sua construção. Concluída em 1857, tinha ela, além de duas prisões que poderiam conter 12 pessoas, cômodos para a respectiva guarda. As paredes eram de madeira estucada, porém resistentes; as janelas eram gradeadas de ferro. Desde 1849, que às ordens do capitão Manoel Teixeira Brasil, existia um destacamento composto de um cabo e três praças para proteção contra os bugres e acrescido de mais oito indivíduos, caso necessário, vencendo 320 réis nos dias em que estivessem empregados.

No ano de 1857, foi comprada por 848$000 a casa para a escola por ter sido exigida a entrega da em que funcionava a mesma.

No dia 8 de janeiro dêsse ano, um incêndio reduzia a cinzas, na foz do Tijucas, a casa comercial e do que nela havia, de João José Vieira Nunes e no dia 19 do mesmo mês a do lavrador João Francisco Furtado; diz-se que ambas por mão criminosa. Nessa época tinha Tijucas cinco eleitores e S. João Batista dois.

Os elementos de vida ganhos pela freguesia da Foz do Tijucas e os que surgiam dia a dia, suplantando as demais, começaram a dar-lhes direitos a orientar a opinião de todo o vale de Tijucas e mesmo a dos vizinhos.

Assim, a Resolução n.º 404, de 4 de abril de 1859, constituiu o município de São Sebastião do Tijucas. Elevada a freguesia à categoria de vila, passou-se para essa sede a que assentava até então em Pôrto Belo, logo que prontificada foi a casa para as sessões da Câmara.

O Município seria constituído pela vila do mesmo nome e freguesias de Pôrto Belo e São João Batista desmembrado da de S. Miguel, ficando pertencente à comarca de S. José. Deu-se-lhe por limite norte o morro do Boi, que o separava do de Itajaí, também criada na mesma ocasião.

Empenhados os tijuquenses na realização de seus desejos, em ofício de 15 de agôsto comunicaram os cidadãos Ricardo Quintino Pereira, Joaquim Antônio Vaz e Anastácio Luiz Pereira ao presidente da Província Dr. Coutinho, de achar-se pronta a casa para funcionamento da Câmara Municipal e Júri.

A execução, porém, desta lei começou a encontrar alguns estorvos, dificultando não só a instalação do novo município como a remoção da sede da vila de Pôrto Belo.

São êles expostos pelo presidente Coutinho ao entregar a presidência ao Dr. Araujo Brusque em 1860. Cumpre, porém, declarar que algumas dessas dúvidas se podem traduzir por dificuldades de propósito criadas por interêsses e rivalidades locais mal entendidas, para embaraçar a execução da referida lei.

Com efeito, sob êsse mesmo aspecto, novas dúvidas se motivaram. A Câmara de Pôrto Belo suspendeu suas sessões por falta de pessoa que exercesse as funções de secretário, declarando-se por isso, inibida de proceder à apuração final da eleição que tivera lugar para os vereadores do novo município, funcionando, porém, para outros misteres, ao passo que adiava aquêle serviço. Verificado semelhante procedimento, ordenou o presidente que, sob sua responsabilidade, cumprisse as ordens que lhe foram dadas.

Não havia o Dr. Coutinho expedido ordens para a transferência da sede da vila de Pôrto Belo por entender que, sem efetuar-se a posse do exercício da nova Câmara e autoridades do município de Itajaí, dar-se-iam inconvenientes, quer a respeito da alteração na jurisdição dos juízes de Direito, quer nos dos Juízes Municipais. Proveio dali também a demora da remoção da sede para Tijucas.

A instalação deu-se por fim a 13 de junho do ano seguinte, como reza o documento seguinte:

"Auto da remoção da séde de villa de Porto Bello para a freguezia da foz do Tijucas e installação desta, inaugurando-se a vila de São Sebastião de Tijucas, da comarca de São José desta provincia de Santa Catharina, como abaixo se declara, etc.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil oitocentos e sessenta anos, trigesimo nono da Independencia e do Império, aos treze dias do mez de Junho do dito anno, nesta Freguezia da Foz do Tijucas, do Termo da villa de Porto Bello, da Comarca de Nossa Senhora da Graça, da Provincia de Santa Catharina, em uma acanhada sala da casa destinada pelos encarregados de a promptificarem para servir de Paço da Camara Municipal e nella celebrar a Câmara Municipal as suas sessões, cuja casa pertence a José Alves de Araujo Lima, Presidente da dita Camara Municipal, com todos os Senhores Vereadores e mais Empregados da Camara Municipal, todos abaixo assignados, e havendo o Snr. Presidente aberto a primeira sessão da Camara Municipal neste logar, dando conhecimento á Camara Municipal do contheudo da respeitavel ordem do Exmo. Snr. Presidente desta Provincia, datada de trinta do mez proximo preterito, que determina, que a Camara Municipal, em observancia do art. 4.º da Lei Provincial n. 464, de 4 de abril de 1859, fizesse remover a sede da Villa de Porto Bello, para esta Freguezia, lavrando-se auto de remoção, em que se conterá o Decreto, sendo este da fórma e theor seguinte: — Resolução de 4 de abril de 1859, n. 464. João José Coutinho. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial decretou e eu sanccionei a Resolução seguinte:

Art. Primeiro — Será elevada á cathegoria de Villa a Parochia do Santissimo Sacramento do Itajahy, logo que seus municipios tenhão promptificado, á sua custa, caza para as sessões da Camara.

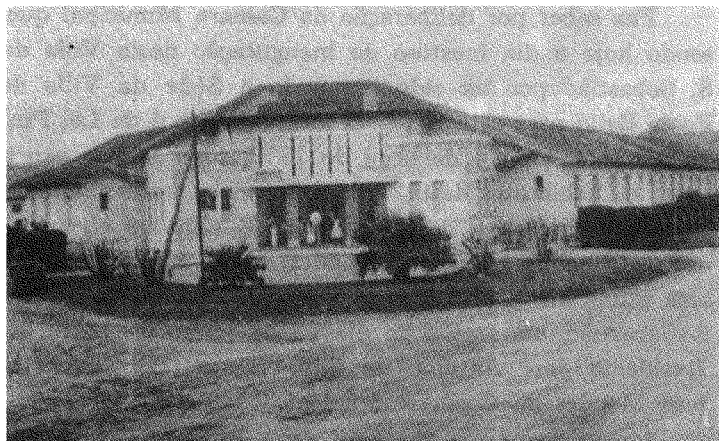
Art. Segundo — Esta Parochia, a de Camborihú e a de Nossa Senhora de Itapocoroy, serão desmembradas dos Municipios de Porto Bello e S. Francisco, de que fazem parte, e formarão um novo Municipio denominado Itajahy.

Art. Terceiro — O municipio do Itajahy se regulará pelas actuaes posturas de Porto Bello, enquanto a Camara respectiva não confeccionar as suas.

Art. Quarto — A sede da Villa de Porto Bello passará para a Villa de S. Sebastião de Tijucas, logo que na nova Villa tenhão os habitantes promptificado caza para as sessões da Camara. Esta Freguezia, a de Porto Bello e a de São João do Alto Tijucas, que fica desmembrada do municipio de S. Miguel, formarão um municipio com a denominação de São Sebastião.

Art. Quinto — O municipio de Itajahy pertencerá á Comarca de Nossa Senhora da Graça e o de S. Sebastião á de S. José.

Art. Sexto — Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando portanto a todas as Autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Resolução pertencer que a cumprão e fação cumprir, tão inteiramente como nella se contem. O secretario desta Provincia a faça imprimir e correr. Dada no Palacio do Governo da Provincia de Santa Catharina, aos quatro dias do mez de abril de mil oitocentos e cincoenta e nove. Trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio. João José Coutinho."

Hospital São José

A Câmara Municipal, em vista da citada ordem e Lei referida, ùnicamente deliberou que se cumprisse suas disposições; e logo pelo dito presidente foi declarado, "que esta Freguezia ficava d'ora em diante elevada á cathegoria de Villa, com a denominação de Villa de S. Sebastião, compondo-se seu municipio das Freguezias de São João do Alto Tijucas e de Porto Bello e pertencendo á Comarca de São José desta Provincia de Santa Catharina; o que tudo foi approvado pela Camara Municipal, visto se haver feito a remoção da sede da Villa de Porto Bello, que fica sendo de hoje em diante uma Freguezia deste Municipio de S. Sebastião de Tijucas, tendo por limites ao norte as vertentes do morro denominado do Boi e ao Sul os designados na Resolução de 3 de maio de 1854, n. 359. Assim inaugurada esta Villa de S. Sebastião, a Camara deliberou que se desse publicidade ao acto, convidando-se tambem o reverendo Padre Vigario, da Igreja Matriz desta Villa, para que se digne celebrar um Te Deum, em acção de Graças ao Todo Poderoso Supremo Creador do Universo, a cujo religioso acto assistirão a Camara Municipal, Funccionarios Publicos e mais pessoas do Povo desta Villa, que se dignarem concorrer a este solemne acto, o qual concluido, e regressando a Câmara Municipal ao Paço de suas sessões, acampanhada de muitas pessoas, ahi forão dadas attenciosas e respeitaveis "Vivas a Sua Magestade o Imperador, o Snr. Don Pedro Segundo, á Constituição Política da Nação Brasileira, á religião Catholica Apostolica Romana e ao Exmº Snr. Presidente desta Provincia o Dignissimo Snr. Doutor Francisco Carlos de Araujo Brusque, concluindo-se todos estes actos ás duas horas da tarde, pouco mais ou menos do sobredito dia. De tudo para constar se lavrou o presente auto, em que assignou a Camara Municipal com todos os seus Empregados. Eu José Mendes da Costa Rodrigues, Secretario que a escrevi e tambem assignei. José Antonio da Silva Simas. Miguel Francisco de Souza. João José Gonçalves. José Pedro de Miranda. Bento Vieira Rabello. José Maria e Silva. Francisco Pereira. O Fiscal Florentino Correia da Silva. O Secretario José Mendes da Costa Rodrigues. O Porteiro Joaquim Florencio da Silva."

Nessa mesma ocasião mandou o Presidente da Câmara afixar o seguinte Edital: "O tenente José Antonio da Silva Simas, Presidente da Camara Municipal e Villa de S. Sebastião da Comarca de S. José, desta Provincia de Santa Catharina, etc.

Faz saber por deliberação da Camara Municipal que, sendo hoje o dia faustoso da inauguração desta Villa de S. Sebastião por ter sido removida a Séde da Villa de Porto Bello para este logar, na forma do art. 4 da Lei Provincial n. 464 de 4 de abril de 1859, convida por isso a todos os habitantes desta Villa a terem as frentes de suas casas illuminadas á noite de hoje. E para ue chegue a noticia á todos em geral, mandei lavrar o presente que será publicado e affixado no logar de estylo. Villa de S. Sebastião, em sessão do dia 13 de junho de 1860. O Presidente José Antonio da Silva Simas. O Secretario José Mendes da Costa Rodrigues".

Veementes foram os atos de contentamento da população por tão auspicioso fato.

Pela Lei n.º 583, de 14 de julho de 1867, foi o território da freguesia de S. Sebastião compreendido entre a margem esquerda do ribeirão do Moura e a extrema leste do cidadão João Marcelino da Silva, incorporado à freguesia de S. João Batista do Alto Tijucas e seus moradores fazendo parte daquela Paróquia.

A Lei 866, de 20 de fevereiro de 1880, fixou os limites para a freguesia de S. João Batista: a leste o ribeirão do Moura e seus afluentes, à margem esquerda do Tijucas e na margem direita do mesmo, o ribeirão da Dona e seus afluentes; a oeste o mesmo rio Tijucas e seus afluentes, limite atual da colônia Angelina.

A Lei n.º 1 126, de 16 de setembro de 1886, estabeleceu que entre os terrenos de S. José e S. Sebastião do Tijucas, a oeste ficasse sendo o salto da serra do Descanso.

O Município de Tijucas, propenso às idéias republicanas manifestou-as desde 1887 com a fundação do Club Republicano de Tijucas, cujo fundador foi o padre Manoel Miranda da Cruz e em seguida foi fundado o do Moura, de cuja primeira diretoria foi secretário, o cidadão Hypolito Boiteux.

Proclamada a república, a câmara municipal manifestou sua adesão, a 27 de novembro de 1889.

Em 7 de janeiro do ano seguinte, foi extinta a antiga Câmara Municipal presidida pelo cidadão Augusto Manoel Melim, tendo para vice-presidente Benjamin Gallotti e vereadores José Antônio Braga, Manoel José Baptista, Luiz Quintino Pereira, Luiz Laus e José Feliciano da Silva Macuco.

Passou a administração municipal a ser exercida por um Conselho de Intendentes composto de 5 membros, o qual foi instalado em 8 de fevereiro de 1890. Eram êles Antônio Firmino de Novaes, Cypriano Nunes dos Santos, Miguel de Bastos Silva, Isidoro José Marques Firmo e José Joaquim Gomes, que substituiu Vito Pereira Leal. Dêsse primeiro conselho foram eleitos: presidente José Joaquim Gomes e vice-presidente Isidoro José Marques Firmo.

A administração do município foi perturbada pela primeira vez devido à crise política que atravessou o Estado em 1892-93. A 14 de julho dêste último ano, foi deposta a intendência municipal pelos Doutores Hercílio Pedro da Luz e Genuino Firmino Vidal Capistrano.

Pela Lei n.º 140, de 29 de agôsto de 1895, foi o Município de Tijucas desfalcado da freguesia de Pôrto Belo, que novamente se elevou à categoria de município, sendo instalado a 1.º de janeiro de 1896 por João Euphrasio de Souza Climaco, chefe do executivo municipal. Ficou sendo o limite do norte o rio dos Bobos.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito foi criado pela Lei provincial n.º 271, de 4 de maio de 1848. O município o foi quando da transferência da sede de Pôrto Belo para a povoação de São Sebastião da Foz do Tijucas, efetuada por efeito da Lei provincial n.º 464, de 4 de abril de 1859. Instalado a 13 de junho de 1860. Em virtude da Lei estadual n.º 1 123, de 23 de setembro de 1916, foram concedidos foros de cidade à sede do Município e tomou a denominação de Tijucas.

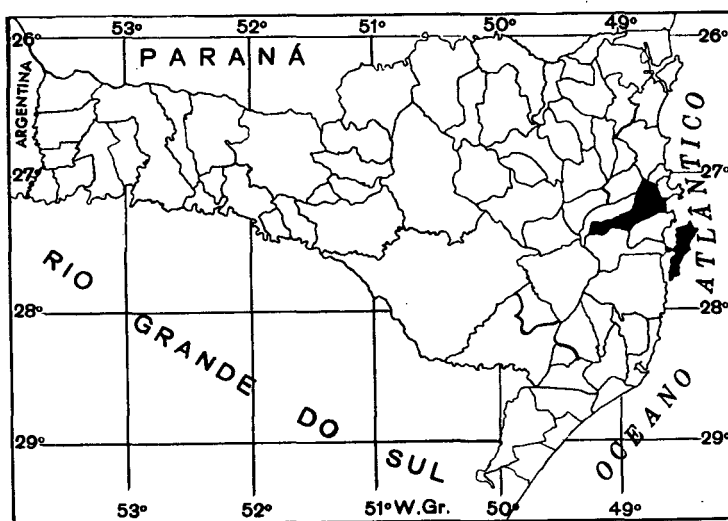
A Comarca de Tijucas, foi criada pela Lei provincial n.º 691, de 24 de julho de 1873.

O seu quadro administrativo e judiciário, em 1.º-III-958, era o seguinte: Comarca, Têrmo e Município: Tijucas. Distritos componentes: Tijucas (sede), Boiteuxburgo, Canelinha, Major, São João Batista e Tijipió.

A Comarca abrange ainda, o Município de Pôrto Belo constituído dos distritos: Pôrto Belo (sede) e Itapema.

Pela Lei n.º 348, de 21 de junho de 1958, foi desmembrado o Município de São João Batista, do de Tijucas.

A atual legislatura teve início em 1955, tendo sido eleito Prefeito, o Sr. Walter Vicente Gomes e constituída a Câmara Municipal de 11 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Tijucas localiza-se na zona fisiográfica de Florianópolis. A cidade fica à margem esquerda do Rio Tijucas, a 40 km em linha reta da Capital do Estado, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 27° 14' 33" de latitude sul e 48° 37' 53" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 2 metros na sede municipal, sendo o 4.º lugar em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — No verão, o clima é quente, com predominância de trovoadas, principalmente à tarde, alcançando a precipitação anual 1 500 mm. A temperatura chega, às vêzes, a 36°C. Predominam os ventos do norte. O inverno é frio, muito úmido, descendo o termômetro a menos de 10°C. Em alguns lugares caem geadas. Noites bastante frias. São comuns os ventos de sul, quando a temperatura cai.

ÁREA — A área do município é de 891 km², figurando em 37.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Tijucas, em cuja margem esquerda se ergue a sede municipal. Rio dos Bobos e Rio Boa Esperança. Salto do Rio Tijucas, com 80 metros de altura, potência 30 000 H. P. Salto Xarqueada, com 80 metros, potência 2 000 H. P. Salto Encanto, com 33 metros de altura, potência 4 561 H. P. Salto Dr. Ernesto, com 33 metros. Salto Beija Flor, com 32 metros de altura, potência 600 H. P. Gruta da Pedra do Xandoca, com 15 metros de comprimento por 6 metros de largura e 3 metros de altura, tendo, no centro, um córrego.

Serras do Moura, Bela Vista, da Dona, do Veado e da Limeira.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) De origem mineral: argila para fabricação de telhas e tijolos. b) De origem vegetal: madeiras (cedro, peroba, canela, ariribá, lucurana, guarajuba, palmito e louro). c) De origem animal: tainha, bagre, pescada, cação e outros peixes.

POPULAÇÃO — A população de Tijucas, segundo o Recenseamento de 1950, era de 23 992 habitantes e tinha a seguinte composição: homens 12 069; mulheres 11 923; brancos 23 103; pardos 4; pretos 858; e 27 não declararam a côr. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 13 220, 4 440 eram solteiros; 7 847 casados; 880 viúvos; 4 desquitados e 49 não declararam o estado conjugal.

Existiam 40 estrangeiros e 16 brasileiros naturalizados.

Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos em número de 23 491; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade era de 29,1 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 20.º lugar no Estado. Localizam-se no quadro rural 70,2% da população, sendo esta percentagem das menos elevadas no Estado, inferior à média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 27.º lugar, na relação dos municípios mais populosos do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 19.º lugar em população, em relação às outras cidades de Santa Catarina. Conforme estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do Município é de 29 451 habitantes, em 1958.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São seis as aglomerações urbanas do município: a cidade de Tijucas com 3 462 habitantes (1 585 homens e 1 877 mulheres) e as vilas de: Boiteuxburgo com 100 habitantes (46 homens e 54 mulheres), Canelinha com 742 habitantes (369 homens e 373 mulheres), Major com 416 habitantes (207 homens e 209 mulheres), São João Batista com 1 179 habitantes (626 homens e 553 mulheres) e Tijipió com 237 habitantes (107 homens e 130 mulheres), conforme dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O Município assenta sua economia, principalmente, na agricultura. A produção industrial atingiu, no ano de 1955, a Cr$ 48 803 273,00. A produção de açúcar de usina atingiu, no mesmo ano, a 3 750 900 kg, valendo Cr$ 28 343 769,00; seguindo-se álcool hidratado bruto (436 750 litros, no valor de ..... Cr$ 3 751 502,00); telhas francesas (2 380 milheiros, no valor de Cr$ 3 553 900,00); arroz sem casca (342 000 kg, no valor de Cr$ 3 591 000,00); telhas em geral (2 373 milheiros, no valor de Cr$ 2 819 160,00).

Pôsto de resfriamento de leite

Dos 15 estabelecimentos industriais, 1 dedica-se à produção de açúcar granulado e álcool, 1 de arroz sem casca e 5 de telhas e tijolos.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 22,52% estão ocupadas no ramo "Agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: mandioca, arroz sem casca, cana-de-açúcar, aipim, milho, batata-doce, abacaxi, batatinha, cebola, feijão (grão), fumo em fôlha, amendoim com casca, melancia, abóbora, trigo, alho; como culturas permanentes, temos: banana, café, bergamota, pêssego, laranja, uva, abacate, caqui e limão.

O valor da produção agrícola foi de Cr$ 99 007 000,00, no ano de 1957. O valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de Cr$ 77 010 000,00.

No tocante à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes, os principais produtos, com referência ao ano de 1957:

a) De origem mineral: argila (16 420 toneladas, no valor de Cr$ 328 400,00); telhas (4 600 milheiros, no valor de Cr$ 8 364 000,00); tijolos (700 milheiros, no valor de Cr$ 490 000,00).

b) De origem vegetal: lenha (141 300 m³, no valor de Cr$ 6 735 000,00); óleo (67 000 kg, no valor de Cr$ 1 675 000,00); palmito (8 710 kg, no valor de ..... Cr$ 61 705,00).

c) De origem animal: peixe fresco (20 450 kg, no valor de Cr$ 261 400,00).

No que se refere a produtos transformados ou não de origem animal, a produção atingiu, em 1956, o valor de Cr$ 10 972 112,00, sendo os principais produtos: leite (819 100 litros, no valor de Cr$ 3 271 090,00); ovos (150 000 dúzias, no valor de Cr$ 2 700 000,00); banha (55 000 kg, no valor de Cr$ 1 925 000,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se mais de duzentos e quarenta estabelecimentos comerciais (12 atacadistas e 236 varejistas). Funciona também, no município, uma Agência do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 5 emprêsas rodoviárias para passageiros.

Dista a cidade cêrca de 56 km da Capital Estadual por meio de rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por meio de rodovia: 12 km até a cidade de Pôrto Belo, 61 km até Brusque, 33 km até Nova Trento, 64 km até São José, 39 km até Biguaçu, 35 km até Camboriú.

Na cidade funcionam uma Agência Postal Telegráfica e Telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos e uma Agência Telefônica de uso público da Companhia Telefônica Catarinense.

No interior do município funcionam seis (6) Agências Postais Telefônicas do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Tijucas tem 3 462 habitantes, sendo a 19.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina e conta com 49 logradouros, dos quais 2 parcialmente pavimentados.

É servida de luz elétrica com 502 ligações domiciliares. Os principais edifícios são: Igreja Matriz, Prefeitura Municipal, Grupo Escolar "Cruz e Souza", Maternidade D. Chiquinha Gallotti, Pôsto de Puericultura, Hospital São José, Colégio "Espírito Santo", Mercado Municipal do Pescado, Pôsto de Saúde Pública, e Tijucas Clube.

A cidade conta com 6 hotéis e um campo de pouso.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária, no município, é prestada à população por 2 médicos, 3 dentistas, 4 farmacêuticos e 4 auxiliares de saúde.

Um Hospital, 1 Maternidade, 1 Pôsto de Puericultura e 1 Pôsto de Saúde, servem à população, com assistência médica em geral.

Existem 6 farmácias no Município.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 19 601 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 9 063, ou seja, 46,2% sabiam ler e escrever. Dêsse total 4 505 eram homens e 4 558 mulheres. Na sede municipal, das 2 947 pessoas de cinco anos e mais, 1 687 sabiam ler e escrever, sendo 752 homens e 935 mulheres.

Ensino — Em 1956 funcionaram na cidade e no resto do município 84 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 3 811 alunos, assim distribuídas: Pré-primário Infantil, 1 unidade, com 39 alunos; Fundamental Comum, 80 unidades, com 3 716 alunos; Fundamental Supletivo, 2 unidades, com 41 alunos e Complementar, 1 unidade, com 14 alunos.

Máquina utilizada no plantio de cana-de-açúcar

No tocante a ensino extraprimário, funcionaram, no município, a Escola Técnica de Comércio de Tijucas (Cursos Comercial Básico e Técnico de Contabilidade); dois Cursos Normais Regionais; um de Datilografia, Música, Pintura e Bordados.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Das 4 associações desportivas e culturais, 3 dedicam-se às atividades desportivas, uma delas é artística, tendo como finalidade a cultura musical.

O Município possui três cinemas: Cine Lohse com 225 lugares, Cine Canelinha com 120 lugares e Cine São João com 400 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	897	1 275	967	321	907
1951	1 046	1 531	1 110	498	1 969
1952	1 481	2 023	1 209	679	997
1953	2 578	2 561	1 587	690	1 376
1954	2 821	2 853	1 568	751	1 638
1955	3 002	3 674	1 814	750	1 915
1956	4 551	6 287	2 639	1 130	1 900

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS — À Praça Nereu Ramos há um busto do Ministro do Supremo Tribunal Militar Dr. Luiz Gallotti.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — No que diz respeito a Cultos, registra-se o seguinte: Culto Católico Romano — Paróquia de São Sebastião de Tijucas, com 2 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, 10 capelas públicas; Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz e 19 capelas públicas.

Culto Protestante — Igreja Evangélica de Barra Negra.

As principais manifestações populares de Tijucas, são: a) de caráter religioso: Festa de São Sebastião, padroeiro do município, a 20 de janeiro. Procissão de Corpus Christi, em data variável; b) de caráter não religioso: festas juninas e carnaval.

Como efemérides, registram-se as seguintes: 4 de abril — transferência da sede municipal de Pôrto Belo para Tijucas e 13 de junho — instalação do município — 1860.

No que diz respeito a folclore, rico é o município de Tijucas, nêle ocorrendo: Terno de Reis, Boi de Mamão, Boi na Vara, Pão por Deus, Desafios, Ratoeiras e Cacumbis.

VULTOS ILUSTRES — Dr. Luiz Galotti — Advogado, Interventor em Santa Catarina, no govêrno José Linhares, Ministro do Supremo Tribunal Militar.

Dr. Leoberto Leal — Advogado e político. Secretário de Estado e Deputado Federal. Ao falecer, no desastre

Preparo da terra para a lavoura

aviatório de 16 de junho de 1958, representava Santa Catarina, na Câmara Federal, onde era também um dos vice-líderes do Govêrno.

Dr. Aquiles Galotti — General do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os que nascem em Tijucas recebem o patronímico de "tijuquenses" ou "tijucanos".

Os índios carijós, primitivos habitantes da região onde hoje se localiza o Município, designavam por "Ty-Yuca" o vale por onde corre o rio Tijucas. Esta teria sido a origem do topônimo.

A denominação, segundo Theodoro Sampaio e Rodolfo Garcia, procede de "ti-iuc", líquido corrupto ou podre, lama, brejo.

De "ti-iuc" a "Tijucas", encontramos uma série de variações (tujuco, tejuco, tijunco).

Tijucas é sede de Comarca e Têrmo, a que está subordinado também o Município de Pôrto Belo.

O eleitorado do Município de Tijucas, em 1958, era de 8 058 eleitores.

Em 1957 havia os seguintes veículos no Município:

a) Veículos a motor: automóveis 37, jipes 8, ônibus e micro-ônibus 5, camionetas 36, motociclos 8, caminhões 89 e tratores 25.

b) Veículos a fôrça animada: carros de 2 ou 4 rodas 42, bicicletas 2 046 e carroças de 4 rodas 1 070.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

TIMBÓ — SC

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — De colonização alemã, os primeiros povoadores do município foram frutos do movimento colonizador promovido pelo Dr. Hermann Blumenau, que atingiu a todo o vale do baixo rio Itajaí-Açu. Oriundos da Alemanha, atingido o local onde hoje se situa a cidade de Blumenau, os primeiros elementos de colonização que chegaram às terras do Timbó, fizeram-no subindo o rio Benedito, em canoas, até a confluência dêste rio com o rio do Cedro. A excelência do lugar, fêz com que ali permanecessem.

Consta como fundador do povoado, Frederico Donner, pois foi êle quem construiu a primeira habitação, na faixa de terra, perto da confluência dos citados rios, sendo bastante provável a data de 12 de outubro de 1868.

Logo em seguida, outros imigrantes seguiram os passos dêsse pioneiro, tais como Christian Gottfried Benz, Gustav Milchert, Julio Vogel, Gottfried Reif, Julio Scheidmantel e outros.

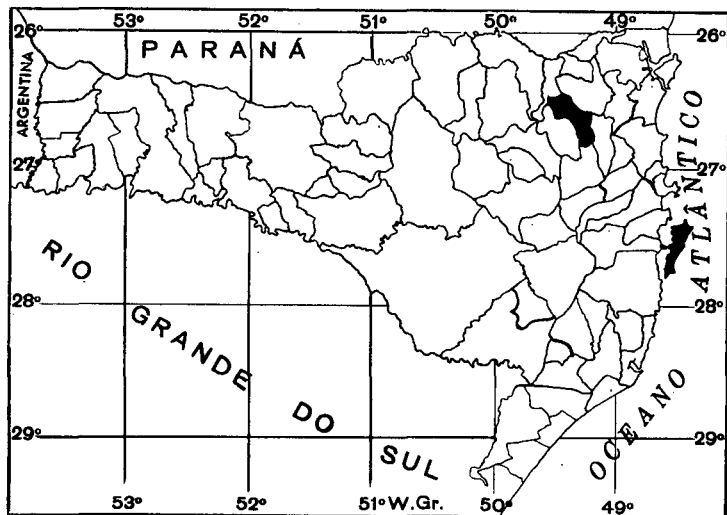
Como aconteceu em muitos outros lugares, o início da colonização foi difícil, principalmente a luta contra o elemento indígena que infestava a região. Julio Vogel se Gottfried Reif, tomaram parte na destruição de um acampamento de "bugres", na localidade de Santa Maria, hoje município de Rodeio, que continuadamente atacavam os imigrantes, prejudicando-os no amanho da terra e devastando as suas incipientes criações.

A construção das primeiras habitações, foi financiada pelo Govêrno Imperial, e o seu construtor foi o carpinteiro Augusto Germer. Estas construções, eram de "pau-a-pique", usando-se como madeira o palmito.

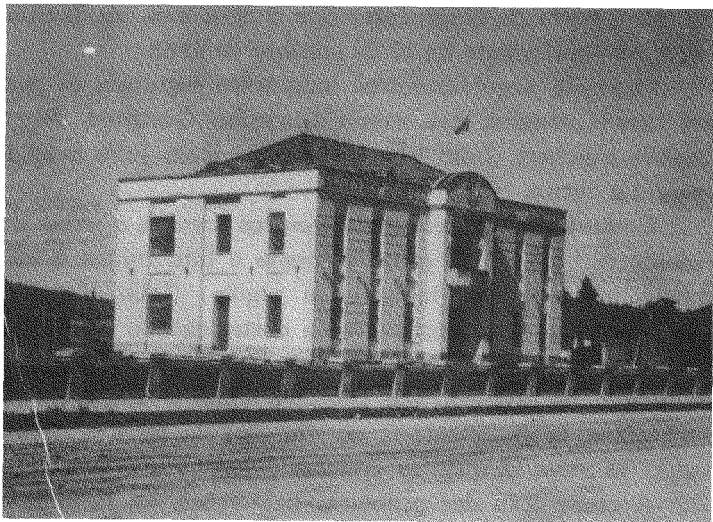
Em 30 de maio de 1922, foi criado, pela Lei municipal n.º 148 o distrito, com a denominação de Benedito-Timbó, fazendo parte do município de Blumenau.

Sua elevação à categoria de município, desmembrado do município de Blumenau, deu-se a 28 de fevereiro de 1934, pelo Decreto Estadual n.º 527, ocorrendo a sua instalação no dia 25 do mês seguinte, subdividindo-se nos distritos da sede (Timbó), Encruzilhada (hoje Arrozeira), Rodeio e Benedito Novo.

Com a criação do município de Rodeio, em 22 de outubro de 1936, foi o município desmembrado, perdendo grande parte do seu território, exatamente aquêles que formavam os distritos de Rodeio e Benedito Novo, que passaram a constituir nova unidade municipal.

LOCALIZAÇÃO — Timbó localiza-se na zona fisiográfica da Bacia do Itajaí. A cidade fica às margens dos rios Benedito e dos Cedros, a 110 km em linha reta da Capital do Estado e possui as seguintes coordenadas geográficas: 26° 49' 32" de latitude Sul e 49° 16' 18" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 70 metros na sede municipal, sendo o 28.º lugar em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — O clima, em geral, é quente e úmido. No verão, a temperatura se eleva muitas vêzes, a 37°C e mais; no

Prefeitura Municipal

inverno, cai, aproximadamente, a 10ºC. As chuvas predominam no verão, com fortes trovoadas, variando as precipitações anuais entre 1 400 e 2 000 mm.

ÁREA — A área do município é de 588 km², figurando em 55.º lugar em relação às áreas das demais comunas do Estado.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Morro Azul, com 534 metros de altura; Morro Mulda, com 320 metros de altura; Morro da Glória, com 600 metros de altura.

Salto Cedro Alto com uma queda de 180 metros, potência de 15 000 H. P.; Salto Palmeiras, com uma queda de 80 metros, potência de 1 975 H. P.; Salto Rio Herta, com uma queda de 64 metros, potência de 340 H. P.; Salto Josefina, com 80 metros de altura; Salto Rio Milanez, com 50 metros de altura; Morro da Glória, com 600 metros de altura.

Rios Benedito e dos Cedros.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) De origem mineral: minério de ferro (Magnetita), areia, barro e argila.

b) De origem vegetal: erva-mate, cipó-branco, mata pau para cordas, taquara para gaiolas e balaios, lenha e madeira.

c) De origem animal: caititus, veados, pacas, coatis, grachains, gatos do mato, jacu, macaco, urus, papagaios, rôlas, jundiás, traíras, cascudos.

POPULAÇÃO — A população de Timbó, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 13 433 habitantes e tinha a seguinte composição: homens 6 829; mulheres 6 604; brancos 13 163; pardos 190; pretos 57, e 22 não declararam a côr. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 7 720, 2 437 eram solteiras; casadas 4 970; viúvas 283; desquitadas 13, e 17 não declararam o estado conjugal.

Existiam 70 estrangeiros e 52 brasileiros naturalizados.

Em religião predominaram os que se declararam Católicos Romanos em número de 8 622 e protestantes com 4 784; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala.

A densidade era de 22,8 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 31.º lugar no Estado. 79,6% da população localiza-se no quadro rural, sendo esta percentagem das mais elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 51.º lugar com relação à população dos municípios do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 29.º lugar em população em relação às outras cidades de Santa Catarina.

A população estimada, em 1958, é de 17 667 habitantes, segundo dados do Departamento Estadual de Estatística.

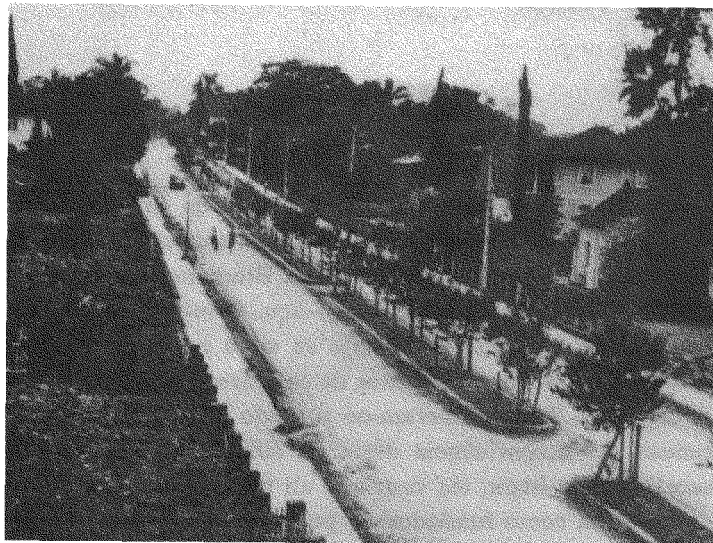
AGLOMERAÇÕES URBANAS — São duas as aglomerações urbanas no município: a cidade de Timbó, com 2 096 habitantes (1 033 homens e 1 063 mulheres) e a vila de Arrozeira, com 664 habitantes (289 homens e 375 mulheres), conforme dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial, no ano de 1955, era de Cr$ 221 976 185,00.

O município assenta sua economia, principalmente na indústria. A produção de banha de porco refinada ou não, atingiu no ano de 1955, a 1 181 723 kg valendo .... Cr$ 44 905 474,00; seguindo-se arroz sem casca .... (2 760 906 kg, no valor de Cr$ 29 078 123,00); papelão (1 171 209 kg, no valor de Cr$ 21 755 316,00); fumo em fôlha (608 699 kg, no valor de Cr$ 16 379 418,00); lingüiças e salsichas não enlatadas (475 494 kg, no valor de Cr$ 15 099 230,00).

Dos 45 estabelecimentos industriais, 1 dedica-se à produção de banha e salsichas de diversas qualidades; 1 de papelão e 1 de fumo em fôlha.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) 23,33% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: arroz, fumo em fôlha, milho, cana-de-forragem, cana-de-açúcar, aipim, batata-doce, batatinha, abacaxi, araruta, feijão (grão), cebola, tomate, melancia, abóbora, alho; como culturas permanentes, temos: laranja, uva, bergamota, banana, caqui, abacate, café, pêssego, figo, limão. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 126 814 250,00. O valor da população pecuária no ano de 1957, foi de .... Cr$ 136 647 000,00. A percentagem da população ativa na indústria é de 5%.

No tocante à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957:

Avenida Getúlio Vargas

a) De origem mineral: manilha (12 000 unidades, no valor de Cr$ 144 000,00); calha (5 000 unidades, no valor de Cr$ 20 000,00); saibro (40 000 m³, no valor de .... Cr$ 400 000,00);

b) De origem vegetal: carvão vegetal (40 000 kg, no valor de Cr$ 120 000,00); lenha (14 000 m³, no valor de Cr$ 1 400 000,00); madeira (12 000 m³, no valor de .... Cr$ 3 851 700,00);

No que se refere a produtos transformados de origem animal, a produção atingiu em 1956 o valor de .... Cr$ 140 964 820,00, sendo os principais produtos: banha (1 700 000 kg, no valor de Cr$ 68 000 000,00); lingüiça (725 000 kg); no valor de Cr$ 30 450 000,00); manteiga (180 000 kg, no valor de Cr$ 14 400 000,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se sessenta e três estabelecimentos comerciais (3 atacadistas e 60 varejistas); e a Cooperativa da Caixa de Crédito Agrícola e Popular de Timbó Responsabilidade Ltda. Funciona ainda no município a Agência do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S. A. (INCO).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 6 emprêsas rodoviárias para passageiros e 2 para cargas.

Dista a cidade 184 km da Capital Estadual por meio de rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais, também por meio de rodovia; 62 km até a cidade de Jaraguá do Sul; 216 km até Rio Negrinho; 16 km até Rodeio; 10 km até Indaial; 34 km até Blumenau.

Na cidade funcionam uma Agência Postal Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma Agência Telefônica de uso público e uma de uso particular da Companhia Telefônica Catarinense.

No interior do município funciona uma Agência Postal Telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Timbó tem 2 096 habitantes, sendo a 29.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina, e conta com 17 logradouros, dos quais 1 totalmente pavimentado.

É servida de luz elétrica com 524 ligações domiciliares. Os principais edifícios são: Igreja Matriz, Grupo Escolar Polidoro Santiago, Prefeitura Municipal, Hospital de Caridade, Maternidade Timbó, Farmácia Central, Hotel Colonial, Comunidade Evangélica de Timbó. A cidade conta com 2 hotéis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica do município é prestada à população por 2 médicos, 10 dentistas, 4 farmacêuticos e 9 auxiliares de saúde. 2 hospitais e 1 maternidade, servem à população com assistência médica em geral. Existem 5 farmácias no município.

COOPERATIVISMO — Na cidade funcionam as seguintes cooperativas: Cooperativa Tritícula de Timbó, instalada em 1941, com 27 sócios.

Cooperativa Agrária Mista de Timbó Responsabilidade Ltda., instalada em 1947, com 41 sócios e uma Agência do Banco Cooperativo de Crédito Agrícola e Popular de Timbó Responsabilidade Ltda., instalada em 1934, com 604 sócios.

Vista parcial da Avenida Nereu Ramos

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 11 079 pessoas de 5 anos e mais sendo que 8 653, ou seja, 78,1% sabiam ler e escrever. Dêsse total 4 485 eram homens e 4 168 mulheres. Na sede municipal, das 1 784 pessoas de 5 anos e mais, 1 573 sabiam ler e escrever sendo 785 homens e 788 mulheres.

Ensino — Em 1956 funcionaram na cidade e no resto do município, 39 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 2 202 alunos, assim distribuídas: Pré-primário Infantil 2 unidades, com 87 alunos; Fundamental Comum 36 unidades, com 2 077 alunos e Complementar 1 unidade, com 38 alunos.

No tocante a ensino extraprimário, funcionaram no município o Ginásio "Rui Barbosa" (Curso Ginasial); Escola Técnica do Comércio "Dr. Leoberto Leal (Curso de Contabilidade); um Curso de Corte e Costura e um de Música.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Das 15 Associações Desportivas e Culturais, 14 dedicam-se às atividades desportivas.

A cidade possui um cinema: Cine Mogk, com 200 lugares e uma Biblioteca "Santos Dumont", de propriedade da Prefeitura Municipal.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 531	3 204	1 606	705	1 397
1951	2 322	3 537	1 764	843	1 259
1952	3 545	4 539	2 209	1 050	1 894
1953	4 804	6 369	2 231	1 074	2 275
1954	5 160	9 329	2 678	1 178	2 888
1955	8 837	11 375	3 580	1 410	3 598
1956	9 785	15 536	4 354	1 740	4 436

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As principais manifestações populares são: Dia de Nossa Senhora da Imaculada Conceição: — Na Vila de Arrozeira, distrito do município, é festejada anualmente, no dia 8 de dezembro a Festa em homenagem à Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Padroeira daquela Vila. É sempre muito concorrida, movimentando a população, não só dêste município, como também, dos municípios vizinhos.

Outra festa popular, é o "Dia do Colono", festejado anualmente na sede municipal, no dia 25 de julho, em

Igreja-Evangélica Municipal

homenagem aos primeiros imigrantes desta região. De manhã realiza-se culto divino, na Igreja Evangélica de Timbó para os protestantes e na mesma ocasião, missa, na capela Santa Terezinha, para os de profissão católica. Em seguida, todos se reunem na Praça de Esportes da Sociedade Desportiva e Recreativa União, iniciando-se os festejos populares, que se prolongam até altas horas da noite. Também esta é festa muito concorrida.

No que diz respeito a cultos, observa-se o seguinte, em Timbó:

Culto Católico Romano: Paróquia de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, com 2 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, 22 capelas públicas e 3 semipúblicas.

Culto Protestante: Capela Evangélica Assembléia de Deus e Comunidade Evangélica de Timbó, com 3 Igrejas e 2 capelas.

Como efemérides podem ser registrados:

25 de março — instalação do município;

25 de julho — Dia do Colono;

8 de dezembro — festa de Nossa Senhora da Conceição — padroeira;

26 de dezembro — 2.ª do Natal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Timbó, recebem o patronímico de "Timboenses".

A denominação Timbó provém da planta do mesmo nome, vegetal venenoso, usado pelos indígenas para a pesca, e que existe com certa abundância no município. Timbó segundo Norberto Bachmann, exprime a idéia de bafo, fumarada, vapor, exalação. É possível que "timbó" provenha de "tenimbó", "tinimbó", filamentoso, fibroso, ou de "ti", o que é branco, e "bor" o que tem côr branca (Montaya). É mais aceitável a explicação timbó-exalação, pelo veneno que produz.

Timbó é sede de Comarca e Têrmo, sendo seu eleitorado em 1958, de 5 799 eleitores.

Em 1957, existiam os seguintes veículos no município:
a) Veículos a motor: automóveis 82, jipes 10, ônibus e micro-ônibus 5, camionetas 62, motociclos 47, caminhões 79, tratores 27;
b) Veículos a fôrça animal: carros de 2 ou 4 rodas 12, bicicletas 2 730, carroças de 4 rodas 908.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

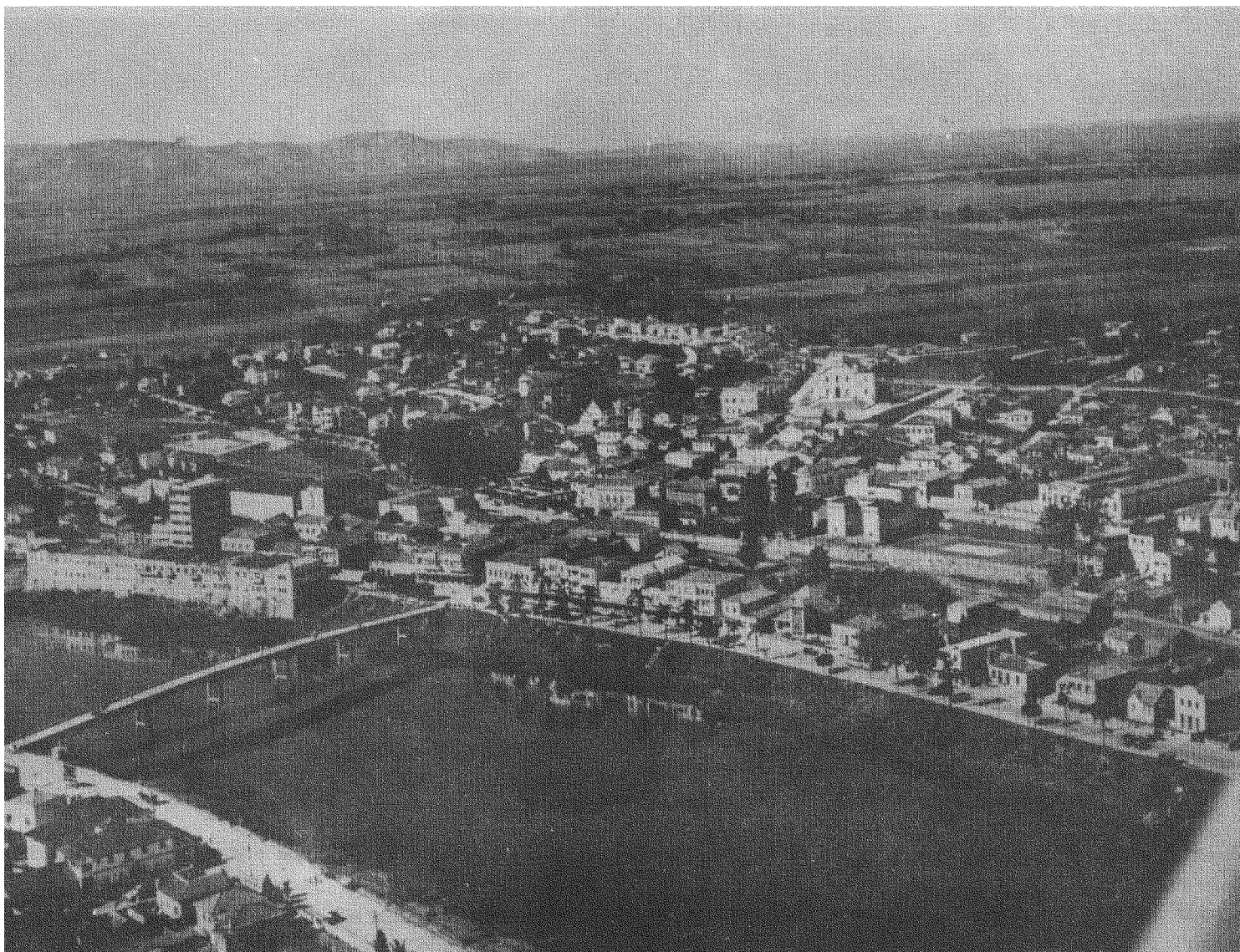
TUBARÃO — SC

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — O povoamento do território, que constitui atualmente o Município de Tubarão, foi uma conseqüência natural da fundação da colônia de S. Antônio dos Anjos de Laguna, do qual constituiu, durante largo período, um prolongamento. A descoberta dos campos sulinos, a imensidão dos pampas despertando sonhos de tropas e boiadas num território imenso, fêz com que grande porção de lagunenses, notadamente os que possuíam maiores recursos, para lá migrassem, despovoando a colônia, e desfalcando a população do elemento humano. Êste acontecimento, trouxe à Laguna o imediato esquecimento por parte da Coroa, deixando-a no mais completo abandono, balda de recursos de quaisquer natureza, esquecida de todos e entregue a um solo paupérrimo e à pesca, dos quais, doravante, teriam que obter os meios necessários à sobrevivência.

Foi assim que, os que ficaram, dedicaram-se à pesca e à lavoura, e nada mais claro que, acompanhando a via natural que se oferecia como um caminho aberto ao interior, o rio Tubarão, fôssem dar com as férteis e produtivas terras do seu vale. Dêste período, é o início do povoamento de Tubarão. A época é, possìvelmente, o ano de 1721. Todavia, a data está longe de se fixar definitivamente. Sabemos que em 1766, D. Luiz Antônio de Souza, em carta feita de São Paulo, datada de 24-12-1766, ao Conde de Oeiras, já se referia ao rio Tubarão. Igualmente sabe-se que um tal Sebastião Afonso, antes desta data, já percorrera em canoa o rio Tubarão, da sua foz às cabeceiras, e daí, atravessando a mata, atingiu os campos de Lajes. Foi uma tentativa para atrair à Laguna o comércio de Lajes, e que, infelizmente, fracassou. Seguindo o curso do rio, verdadeira porta aberta, os povoadores, vindos de Laguna, estabeleceram-se primeiramente na zona onde fica situada a povoação da Madre. Daí criaram-se novos nódulos populacionais que se localizaram na zona dos Morrinhos, Passo do Gado e Congonhas, atingindo, posteriormente, as terras onde está situada a cidade de Tubarão. O documento mais antigo que diz respeito àquelas terras data de 1790, época em que a Coroa doou ao Capitão-mor Jacinto Joaquim Nicós, a sesmaria em cujas terras está edificada a cidade. Êste, doou-as ao seu filho, Padre Joaquim José Jaques Nicós, que, por sua morte, ficaram pertencendo à sua mãe, senhora Ana Joaquina. Mais tarde, precisamente a 23 de setembro de 1816, o cidadão João Teixeira Nunes, estabelecido em Laguna, com casa de comércio no Campo de Fora, adquiriu-a por compra da citada senhora.

Diz a tradição que João Teixeira Nunes, por ser contrário à política dominante estêve prêso na Ilha das Cobras em 1822), e desgostoso por ter seu filho Manoel Teixeira Nunes desposado D. Ana Perpétua Rosa, filha da família Costa, sua inimiga política, resolveu mudar-se para as suas terras, o atual Tubarão.

É assim, João Teixeira Nunes, aceito como o fundador da cidade, pròpriamente dita, uma vez que a Madre, Morrinhos, Passo do Gado e Congonhas, já eram povoadas. Sabe-se também que nas terras de Teixeira Nunes já resi-

Vista aérea parcial da cidade

diam várias famílias, intrusos, por certo, na sesmaria, conforme se vê numa carta de Sentença Civil de Apelação, passada a seu favor, em que fôra o apelante. Lançando as bases para uma futura Freguesia e Paróquia, doou à Senhora da Piedade, padroeira da capela então existente, uma área de terra com 80 braças em quadro. Esta doação foi feita em 1829. Contudo, a data aceita por todos como a da fundação da cidade é a de 7 de maio de 1836, data em que foi criada, pela Lei provincial n.º 32, a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Tubarão, com limites fixados desde o rio da Madre até o Lajeado do Cedro; e do rio Capivari até a Estiva.

A colonização estrangeira foi introduzida nos anos de 1870 e 1877, quando foram introduzidos imigrantes alemães e italianos, respectivamente. Entretanto, já em 1860 existiam colonos alemães na zona norte do distrito de Armazém, vindos da Colônia de Teresópolis. A data oficial, porém, para registro do início da colonização, é a de 1870, quando chegou uma leva de colonos alemães, na maioria vestfalianos, trazidos pelo Padre Rohr, e que abandonaram Teresópolis e se infiltraram nos distritos de Braço do Norte e Rio Fortuna.

A colonização italiana é posterior, e data de 1877, e a sua localização ficou circunscrita aos distritos de Azambuja, Treze de Maio e Pedras Grandes. Depois destas datas, não houve mais movimentos de imigração, não atingindo sequer a uma dezena, anualmente, o número dêstes.

Em 1.º de setembro de 1884 foi inaugurada oficialmente a Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, que teve sua origem em uma concessão, por 30 anos, com garantia de juros da antiga província de Santa Catarina, de acôrdo com a Lei n.º 240, de 20 de maio de 1874, ao Visconde de Barbacena que obteve fiança do Govêrno Imperial, dada pelo Decreto n.º 5 774, de 21 de outubro do mesmo ano. Mais tarde êsse privilégio foi transferido à "The Tereza Cristina Railway Company Ltd.", que teve autorização para funcionar no Brasil. Em junho de 1902, na forma de um acôrdo celebrado em Londres, foi resgatada a Estrada pelo Govêrno Federal.

A colonização do vale do Tubarão foi planejado pelo Presidente da Província, Dr. Alfredo de Escragnole Taunay, que ao Govêrno Imperial encareceu a necessidade da criação de núcleos coloniais ali, prevendo as vantagens que adviriam para a economia da Província com o aproveitamento de tão férteis terras.

Aceitas as sugestões de Taunay, após os estudos prévios necessários, em 1877, um ano após a visita presidencial, às margens do Pedras Grandes se instalavam os primeiros 290 colonos, na maioria italianos, fundando-se a Colônia de Azambuja.

Vencidas as primeiras dificuldades, entrou a prosperar ràpidamente, como se previra, o novo núcleo, contando, um

Rua Marechal Floriano

ano depois de sua instalação, cêrca de 80 casas, das quais 3 de comércio, alguns quilômetros de estradas carroçáveis e mais de duas centenas de quilômetros de caminhos de tropas. As lavouras se iniciaram e a cultura da videira, cujas mudas foram levadas pelos próprios colonos, começou a se desenvolver.

Em prosseguimento aos seus trabalhos, a Comissão que chefiava os serviços de colonização iniciou pouco depois o levantamento das terras marginais do rio Urussanga, fazendo medição de mais duas centenas de lotes e determinando uma área destinada à sede de outra colônia. Em 1881 Azambuja já se podia emancipar do regime colonial, apresentando um ótimo desenvolvimento. Além da plantação da videira, ocupavam-se os seus colonos do plantio do milho, do arroz, do trigo e da cana-de-açúcar, já se contando também as primeiras indústrias.

O Município de Tubarão foi criado com território desmembrado do de Laguna, por efeito da Lei provincial número 635, de 27 de maio de 1870, e instalado a 7 de junho de 1871.

Em face do Decreto n.º 333, de 7 de novembro de 1890, a sede municipal foi elevada à categoria de cidade.

A Comarca foi criada sob a designação de Nossa Senhora de Piedade do Tubarão, pela Lei provincial número 745, de 19 de abril de 1875, e instalada a 25 de novembro de 1876.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O seu quadro administrativo e judiciário, em 1.º-III-1958, era o seguinte:

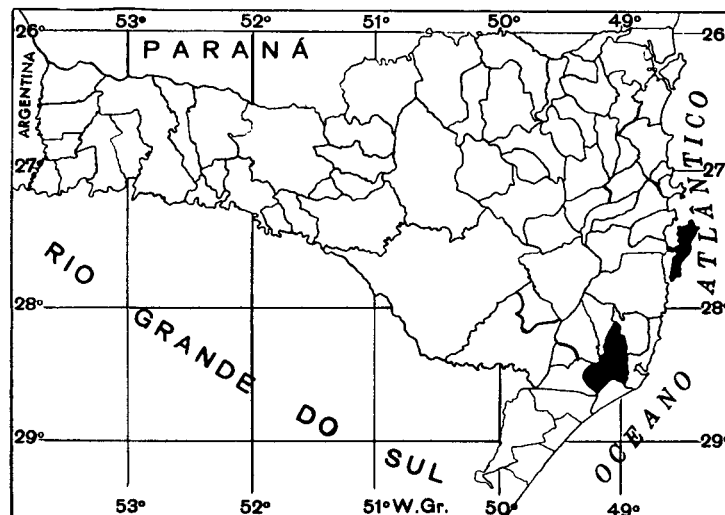
Comarca, Têrmo e Município: Tubarão.

Distritos componentes: Tubarão (sede); Armazém, Azambuja, Gravatal, Pedras Grandes e Treze de Maio.

A Comarca abrange ainda o município de Jaguaruna, constituído dos distritos: Jaguaruna (sede); e Sangão.

Pela Lei estadual n.º 380, de 19 de dezembro de 1958, foi desmembrado de parte de seu território, que passou a constituir o Município de Armazém.

A atual legislatura teve início em 1955, tendo sido eleito Prefeito, o Sr. Waldemar Salles e constituída a Câmara Municipal com 13 vereadores.

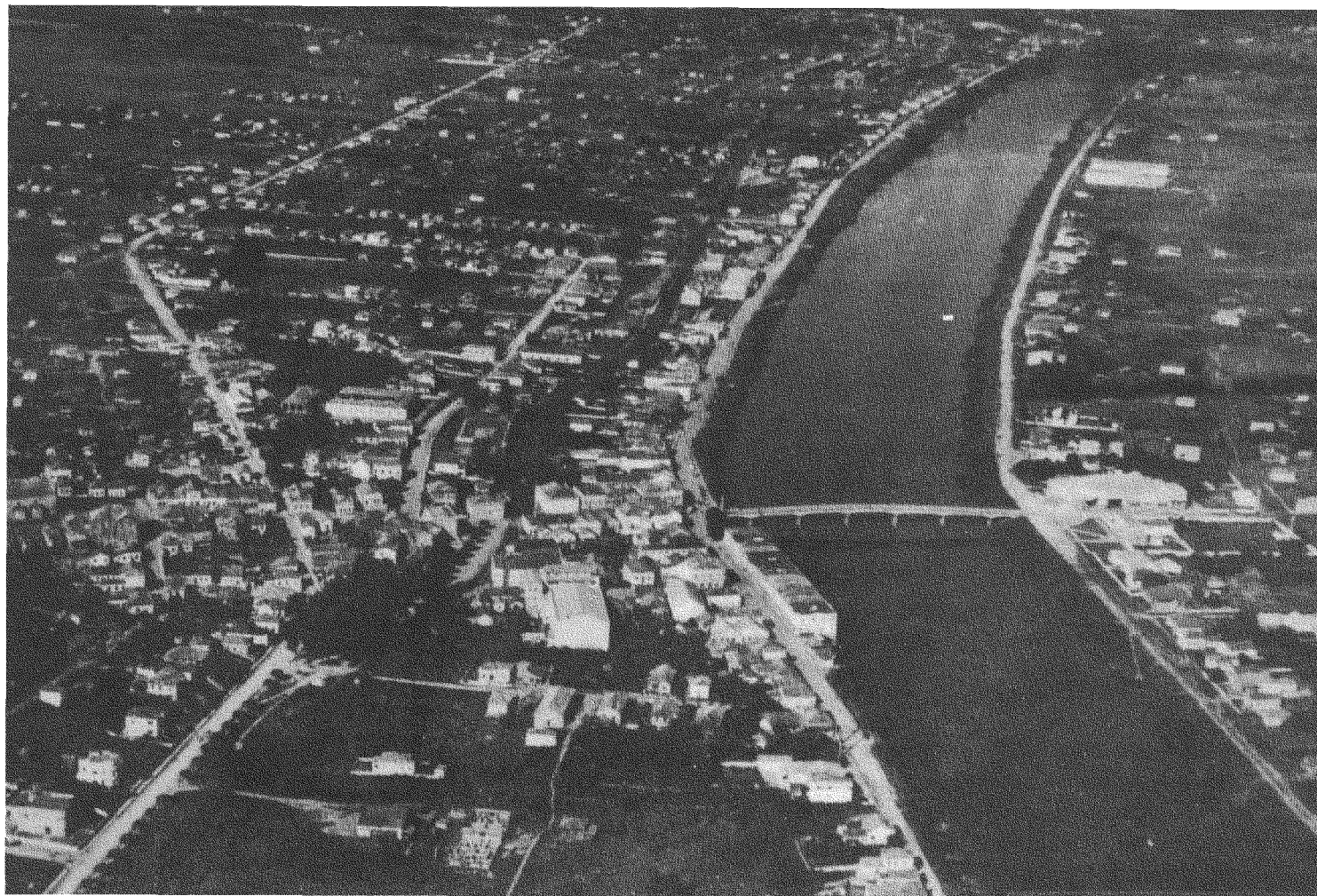
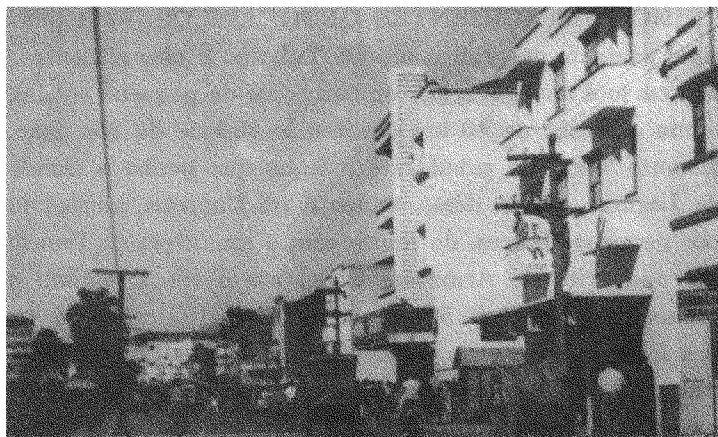
LOCALIZAÇÃO — Tubarão localiza-se fisiogràficamente na zona de Laguna. A cidade fica situada às margens do rio homônimo e a 110 km em linha reta da capital de Santa Catarina. É a 17.ª cidade entre as mais próximas de Florianópolis. Suas coordenadas geográficas são as seguintes: 28° 28' 49" de latitude sul e 49° 16' 18" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal tem 9 metros de altitude, classificando-se em 15.º lugar em ordem crescente de altitude no Estado.

CLIMA — Atendendo às condições favoráveis ou desfavoráveis à vida humana, pode-se considerar como bom o clima do município. Situado no litoral, com altitude diminuta, era de prever-se fôsse pasto abundante de endemias, febres palustres, etc... o que não acontece em absoluto, pois não se constata a existência de zonas paludosas, ou de quaisquer outros focos de moléstias endêmicas. O clima não é de calor excessivo nem de frio intenso. Não existindo, porém, estação meteorológica no local, é de todo impossível expor na exatidão alguns dados resultantes de observações feitas sôbre climatologia, no município de Tubarão. Contudo, o Instituto Cousirat, de Pôrto Alegre, dá, para a zona sul dêste Estado, as seguintes referências climáticas, e que se podem considerar com leves variações, como próprias ao município: TEMPERATURA DO AR (Gº.G) — Média, 19,5, média das máximas, 37,3, média das mínimas, 16,4; máxima absoluta, 37,3; mínima absoluta, 1,4. Os meses mais quentes são janeiro e fevereiro, com a temperatura média de 23,6. Os meses mais frios são junho e julho, com a temperatura média de 15,5. PRECIPITAÇÃO (mm) — O total anual é de 1 564,1. UMIDADE (%) — A média anual é de 83,5. VENTOS — Há acentuada predominância dos ventos do quadrante NE.

ÁREA — O município tem a superfície de 992 km², figurando em 33.º lugar em extensão territorial no Estado.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico é o rio Tubarão e seus afluentes. Seu curso é navegável por embarcações de pequeno calado, numa extensão de 40 km desde a localidade de São João, distante 3 km da cidade até a lagoa que banha a cidade de Laguna. Além dêsse, temos o rio Capivari, navegável por pequenos barcos, do limite com o município de Imaruí até o distrito de Armazém e daí até o rio Tubarão; a cachoeira Feia, com 5 metros de altura; o salto do rio das Pedras; o salto do Machado; o salto das Pedras Grandes; o do rio Canela Grande; e o salto do rio Caipora.

RIQUEZAS NATURAIS — Do valor econômico, o Município de Tubarão possui, no reino mineral: granito, argila, areia para construção, águas minerais e carvão-de-pedra (êste último não explorado), e de origem animal os depósitos calcários, denominados "sambaquis", industrializados para a fabricação da cal. Destas riquezas, as mais importantes são as águas minerais radioativas, existentes em vários lugares do município, tais como: Guarda, Rio do Pouso, Sanga Morta e Águas Mornas, tôdas em fase de exploração, em maior ou menor escala. Estas fontes são, como as demais que têm como padrão a da Guarda, classificadas entres as águas oligometálicas termais radioativas. É a radioatividade, o elemento dominante. Segundo as determinações do Dr. J. F. Andrade Júnior, citadas no livro do Dr. Renato de Souza Lopes, cabe às águas da Guarda o segundo lugar em radioatividade entre as fontes brasileiras, aquém apenas da fonte da Beija, no município

Outra vista aérea parcial da cidade

Praça Centenário

mineiro de Araxá, e o sétimo lugar entre as mais radioativas do mundo.

POPULAÇÃO — A cidade de Tubarão, segundo o Recenseamento de 1950, era de 67 045 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 33 381, mulheres — 33 664, brancos — 62 948, pardos — 404, pretos — 3 457, e 236 não declararam a côr.

Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 34 885, 11 922 eram solteiros, casados — 21 232, viúvos — 1 538, desquitados — 16, e 133 não declararam o estado conjugal. Existiam 150 estrangeiros e 93 brasileiros naturalizados. Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos, em número de 66 132; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade demográfica era de 67,5 habitantes por quilômetro quadrado ocupando o 5.º lugar no Estado, em relação à densidade dos demais municípios catarinenses. Localizam-se no quadro rural, 78,2% da população, sendo esta percentagem das mais elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 4.º lugar, na relação dos municípios mais populosos do Estado.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A cidade, todavia, ocupa o 6.º lugar entre as cidades de maior população no Estado.

Era de 69 259 habitantes, a população existente em 1958, no município, conforme estimativa do Departamento Estadual de Estatística.

São seis as aglomerações urbanas no município: — a cidade de Tubarão com 11 740 habitantes (5 494 homens e 6 246 mulheres) e as vilas de: Armazém, com 246 habitantes (120 homens e 126 mulheres), Azambuja, com 133 habitantes (68 homens e 65 mulheres), Gravatal, com 450 habitantes (209 homens e 241 mulheres), Pedras Grandes, com 396 habitantes (198 homens e 198 mulheres) e Treze de Maio, com 86 habitantes (53 homens e 33 mulheres), conforme dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Apesar da grande ampliação das possibilidades comerciais e industriais que se vê verificar nos últimos dez anos, é ainda, a lavoura, a viga mestra do arcabouço econômico municipal. Adotando a policultura, e com a adoção de novas espécies de cultura e introdução da mecanização, esta característica da vida do Município de Tubarão absorve a maior parte das atividades da sua população. A par com o ramo agrícola, possui também nítido desenvolvimento, a pecuária, esta, quase tôda circunscrita à suinocultura, da qual o município é produtor e exportador. Cabe ainda citar, neste capítulo, como atividades fundamentais à economia do município, a localização, em seu território, dos grandes lavradores para beneficiamento e classificação do carvão mineral das minas catarinenses, de propriedade da Companhia Siderúrgica Nacional, da usina termoelétrica também desta Companhia, que estende os seus fios condutores de eletricidade por tôda a zona sulina de Santa Catarina, à Capital do Estado e mais recentemente, até vários municípios da zona norte catarinense. Outro fator de não menor importância na vida municipal é ser o município a sede, com a localização das Oficinas e Estação Central, da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, principal via por onde se fluidifica a maior parte da vida comercial, agrícola e industrial do Sul do Estado, bem como realiza todo o transporte do carvão mineral até os portos de embarque.

A produção industrial, no ano de 1955, atingiu Cr$ 498 018 322,00. A de carvão-de-pedra lavado, no mesmo ano, foi de 552 294 toneladas avaliados em ..... Cr$ 329 939 628,00; vindo a seguir a de energia elétrica (fôrça), com 68 974 000 kwh, no valor de .... Cr$ 42 270 451,00; carvão-de-pedra bruto (58 896 toneladas, no valor de Cr$ 20 908 080,00); fécula de mandioca (4 405 384 kg, no valor de Cr$ 15 709 386,00); banha de porco refinada ou não (402 497 kg, no valor de .... Cr$ 13 712 005,00).

Dos 71 estabelecimentos industriais, 26 se dedicam à produção de fécula de mandioca e 1 de carvão mineral.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 33,60% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: feijão (grão), milho, batata-doce, aipim, mandioca, arroz, cebola, cana-de-açúcar, trigo, batatinha, alho, alfafa, abóbora, amendoim com casca, abacaxi, fumo em fôlha; como culturas permanentes, temos: banana, uva, café, laranja, abacate e bergamota. O valor da produção agrícola em 1957, foi de Cr$ 313 442 500,00.

A população pecuária, em 1956, estava avaliada em Cr$ 176 849 420,00.

Na produção extrativa, segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística referente ao ano de 1957,

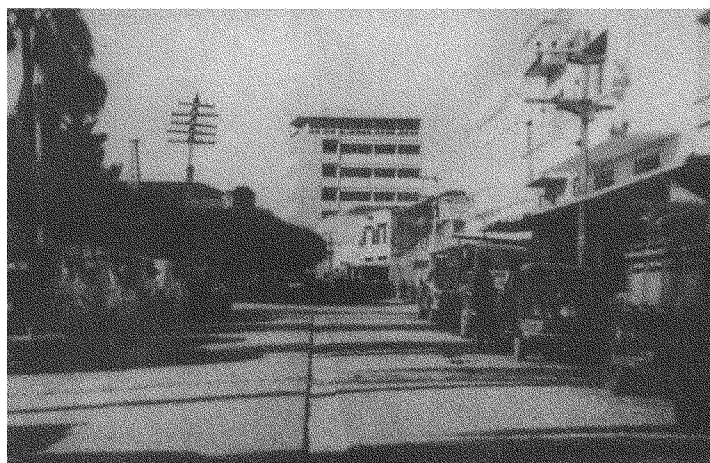
Aspecto parcial da cidade

foram os principais produtos, entre os de origem mineral: a água mineral (200 540 litros, no valor de .... Cr$ 762 053,00); o barro ou argila (44 150 toneladas, avaliados em Cr$ 1 926 000,00); a cal (35 000 kg, no valor de Cr$ 59 500,00); entre os de origem vegetal: cascas de acácia negra (115 000 kg, no valor de Cr$ 375 000,00), cordas (10 420 unidades, no valor de Cr$ 115 800,00), lenha (200 660 m³, no valor de Cr$ 17 938 000,00); entre os de origem animal: pluma (7 750 kg, no valor de Cr$ 87 900,00), e peixe fresco (58 000 kg, no valor de Cr$ 528 700,00).

No que se refere a produtos transformados ou não de origem animal, a produção atingiu em 1956, o valor de Cr$ 68 827 679,00 sendo os principais produtos: banha (1 030 180 kg, no valor de Cr$ 33 430 065,00); leite (2 152 650 litros, no valor de Cr$ 10 090 575,00); carne de porco salgada (177 590 kg, no valor de .... Cr$ 5 664 760,00).

Os principais mercados dos produtos agrícolas do município estendem-se pelos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Distrito Federal, para onde são exportados, principalmente, cebola e sorgo. A mandioca, industrializada para fécula, tem sido exportada até ao exterior, e, transformada em farinha de mandioca, sido levada até os Estados do nordeste brasileiro, principalmente nas ocasiões de sêcas.

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se mais de quinhentos estabelecimentos comerciais (17 atacadistas e 579 varejistas); a Agência da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina e do Banco Catarinense Sociedade Cooperativa Central do Crédito Agrícola. Funcionam ainda no município as agências dos seguintes bancos: Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO), Banco do Brasil S.A. e Banco Nacional do Comércio S.A.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Existem no município 10 emprêsas rodoviárias para passageiros e 5 para cargas. É servido pela Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina (de propriedade do Govêrno da União) e por linhas aéreas regulares da Transportes Aéreos Catarinense (TAC) em consórcio com os Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul, e pela Viação Aérea Rio Grande do Sul (Varig). Não dispõe de linhas de navegação marítima ou fluvial.

Rua Lauro Müller

Rua Coronel Colaço

Por estrada de rodagem, a cidade dista cêrca de 186 km da capital do Estado e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas: 146 km até Laguna; 89 km até Imaruí; 40 km até Braço do Norte; 67 km até Orleães; 50 km até Urussanga; 73 km até Criciúma e 25 km até Jaguaruna.

Por ferrovia dista as seguintes quilometragens das cidades vizinhas: 42 km de Orleães; 59 km de Urussanga; 57 km de Criciúma e 16 km de Jaguaruna. Tubarão é o ponto central da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, com ramais para Lauro Müller, Araranguá, Urussanga, Laguna e Imbituba. A cidade é o centro de tôdas as comunicações com o sul catarinense.

Os estabelecimentos de comunicação que funcionam na cidade são os seguintes: 1 agência Postal-Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma Agência Telegráfica e uma Telefônica da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, uma estação Radiotelegráfica dos Serviços Aéreos "Cruzeiro do Sul", uma Agência Telefônica de uso público da Companhia Telefônica Catarinense; no interior do município funcionam 2 Agências Postais e 6 Portais-Telefônicas do Departamento dos Correios e Telégrafos, 2 estações Radiotelegráficas da Companhia Aérea "Viação Aérea Rio Grandense" (VARIG), 1 Agência Telefônica de uso público da Companhia Telefônica Catarinense e uma Rêde de Rádio de uso particular da Companhia Siderúrgica Nacional.

ASPECTOS URBANOS — Num esplêndido vale, ornado pela beleza natural que lhe empresta a sua localização e decorada pelo rio do mesmo nome que com suas águas azuladas deu à cidade o cognome de "Cidade Azul", surge a cidade de Tubarão. Todo o seu aspecto é privilegiado. Clima salubérrimo. Òtimamente iluminada a eletricidade, possuindo ainda magnífico serviço de abastecimento d'água, recentemente entregue à população.

Situada à margem direita do rio, a cidade é ligada à margem esquerda por bela ponte de concreto.

Sua população é de 11 740 habitantes, o que a classifica como a 6.ª cidade mais populosa no Estado.

Entre os logradouros públicos existentes, em número de 49, onze se encontram totalmente pavimentados e 7 pavimentados parcialmente.

Quatro praças — a do Centenário, da Bandeira, Rio Branco e Dona Teresa Cristina — e dois jardins — o Nereu Ramos e o 7 de Setembro, dão belo aspecto à cidade.

Rua São Manoel

É servida de luz elétrica da qual já foram efetuadas 2 089 ligações domiciliares.

Os edifícios mais importantes da cidade são: a Catedral do Bispado, a Prefeitura Municipal, o Colégio São José, o Hospital Nossa Senhora da Conceição, o Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO), o Cine Vitória, a Estação da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, o Ginásio Sagrado Coração de Jesus, os Edifícios Mussi e Tonelli e D. Joaquim, o Banco do Brasil, o Clube 7 de Julho, os Grupos Escolares "Hercílio Luz", "Mauá" e "Henrique Fontes" e o Colégio Dehon.

A cidade conta com 10 hotéis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Com assistência hospitalar funcionam no município o Hospital Nossa Senhora da Conceição, 1 Pôsto de Saúde e 3 ambulatórios.

Prestam serviços médicos à população 14 médicos, 9 dentistas, 24 farmacêuticos e 25 auxiliares de saúde.

O município dispõe de 18 farmácias.

COOPERATIVISMO — Na cidade funcionam as seguintes cooperativas: Cooperativa de Consumo dos Ferroviários da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, instalada em 1929, com 1 018 sócios; Soc. Coop. de Consumo dos Empregados da Cia. Siderúrgica Nacional Resp. Ltda., instalada em 1946, com 559 sócios; e uma Agência do Banco Catarinense, Sociedade Cooperativa Central de Crédito Agrícola.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a assistência de 53 905 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 28 394, ou seja, 52,6%, sabiam ler e escrever. Dêsse total 14 747 eram homens e 13 647, mulheres. Na sede municipal das 9 588 pessoas de cinco anos e mais, 6 712 sabiam ler e escrever, sendo 3 228 homens e 3 484 mulheres.

Ensino — Em 1956 funcionaram na cidade e no resto do município 106 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 9 213 alunos, assim distribuídas: Pré-primário Infantil, 1 unidade, com 64 alunos; Fundamental Comum, 96 unidades, com 8 796 alunos; Fundamental Supletivo, 3 unidades, com 68 alunos e Complementar, 6 unidades, com 295 alunos.

No tocante a ensino extraprimário funcionaram no município os seguintes estabelecimentos: Instituto de Educação São José (Curso Normal, Ginasial, Corte e Costura, Música, Pintura e Datilografia); Ginásio Sagrado Coração de Jesus (Curso Ginasial); Escola Técnica de Comércio (Curso Comercial e Básico); um Curso Normal Regional, um de Ajustagem, Mecânica e Carpintaria, um Curso de Corte Costura, um de Datilografia e um de Música.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Das 7 associações culturais, 4 dedicam-se às atividades desportivas.

Possui a cidade 3 cinemas: o Cine Vitória, com 1 380 lugares e um dos maiores e mais confortáveis do Estado, o Cine São José e o Cine Recreio do Trabalhador.

São duas as bibliotecas: a Biblioteca "Olavo Bilac" e a Biblioteca "Ibgeana".

Atualmente circulam no Município dois semanários: "A Imprensa" e "A Voz do Povo".

No setor de radiodifusão está o Município representado pela Rádio Tubá Ltda., prefixo ZYO-9.

FINANÇAS PÚBLICAS — As receitas públicas arrecadadas no município, no período 1950-1956, apresentaram os seguintes valores:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	4 041	2 055	1 960	2 191
1951	—	5 227	2 815	2 691	2 313
1952	3 912	7 104	3 540	3 441	3 199
1953	4 472	9 972	4 187	4 037	4 607
1954	5 622	10 043	3 724	3 596	(1) 3 142
1955	6 883	13 566	5 007	4 837	4 699
1956	10 687	22 370	4 450	4 344	4 450

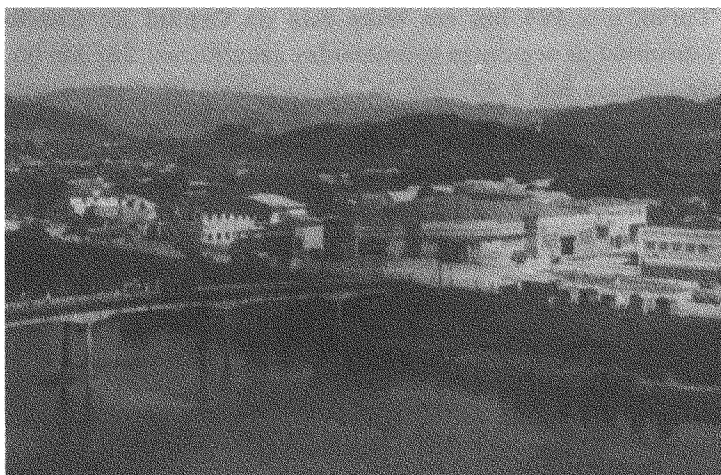
(1) Decréscimo motivado pelo desmembramento do Município: dois de seus distritos passaram a constituir o município de Braço do Norte.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Situam-se no município, os seguintes monumentos:

Marco a João Teixeira Nunes, na Praça Rio Branco, homenageando o fundador da cidade de Tubarão.

Marco ao Padre Bernardo Freuser, localizado nos jardins do Hospital Nossa Senhora da Conceição, fundado por êste religioso.

Marco da Independência no Clube 7 de Julho. Obelisco comemorativo ao 1.º Centenário da Cidade, na Praça Dr. Nereu Ramos. Herma do Dr. Hercílio Luz, fundador do Grupo Escolar "Hercílio Luz", nos jardins dêste estabelecimento.

Centro comercial da cidade

Vista parcial da cidade, destacando-se o rio Tubarão

Há de se destacar, com registro especial, o Marco a Anita Garibaldi localizado no povoado de Morrinhos, exatamente no local onde a tradição aponta como o do nascimento da "Heroína de dois mundos". O monumento é uma homenagem prestada a Anita, por um batalhão do Exército Nacional, por ocasião do seu estacionamento neste município. Na base do Marco, existe um antigo canhão do Hiate "Seival", capitânia da armada de José Garibaldi, na revolução Farroupilha. Constitui, o mesmo, ponto de turismo obrigatório para os que demandam por estas plagas. E o marco ao general Pinto da Veiga, na praça do mesmo nome, homenagem àquele ex-Diretor do Setor Sul da Companhia Siderúrgica Nacional.

Entre os monumentos artísticos merecem destaque as Grutas de Nossa Senhora de Lourdes, inauguradas em 1947 e 1949, uma localizada na cidade e outra no distrito de Pedras Grandes.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Município religioso por excelência, predominando o Culto Católico Apostólico Romano. As 5 paróquias que compõem a divisão eclesiástica local estão suborbinadas à Diocese de Tubarão, e são as seguintes: Paróquia de São Pedro Apóstolo, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz e 10 capelas públicas. Paróquia de São José, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz e 6 capelas públicas. Paróquia de São João Batista, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz. Paróquia de São Gabriel Arcanjo, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz e 15 capelas públicas. Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, com 3 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, 11 capelas públicas e 3 semipúblicas.

Tubarão é sede de um Bispado, sendo seu primeiro e atual Bispo, D. Anselmo Piettrula.

Funciona igualmente no Município o culto protestante representado pela Igreja Evongélica Luterana, Assembléia de Deus, Evangélica Batista e Adventista do 7.º Dia. O culto espírita é pregado em 1 Centro.

Os festejos populares que ocorrem no município são idênticos aos verificados em tôda a zona sul catarinense. Tríduos de Reis, Boi de Mamão, Pau de Fita e festas juninas, que ocorrem nos meses de janeiro, fevereiro e junho, respectivamente. As processões mais tradicionais são as de Corpus-Crísti e Senhor dos Passos. A primeira, que é realizada no dia 31 de maio, ostenta maior beleza, pelo enfeite nas ruas da cidade por onde passa o cortejo religioso, tôdas elas apresentando um longo e artístico tapête de flôres naturais, fato que não raro atrai turistas para a sua apreciação.

No dia 15 de setembro é realizada a Festa de Nossa Senhora da Piedade, padroeira do Município.

Entre as datas cívicas é de grande importância para os locais o dia 7 de junho, em que comemoram a instalação do município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O patronímico dos nascidos em Tubarão é "Tubaronenses".

A origem do nome do município, segundo alguns, é atribuída a um tubarão que se diz ter subido, em época remota, o rio que banha a cidade.

Segundo Lucas Boiteux, o nome Tubarão provém do guarani, de "tobanharõ", o rosto, o semblante bravio. Segundo a tradição, origina-se do nome do índio "Tubanharon", chefe de uma tribo que existiu na região.

O município dispõe de um aeroporto de propriedade do Govêrno Municipal — o Aeroporto "Anita Garibaldi".

O eleitorado em Tubarão, em 1958, era de 17 056 eleitores.

Eram os seguintes os veículos existentes no mesmo ano no município:

a) Veículos a motor: 128 automóveis, 34 jipes, 25 ônibus e micro-ônibus, 64 camionetas, 28 motociclos, 3 ambulâncias, 175 caminhões e 45 tratores.

b) A fôrça animada: 1 815 carros (de 2 ou 4 rodas), 3 293 bicicletas e 453 carroças (de 4 rodas).

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

TURVO — SC

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — A história da colonização de Turvo tem início com os emigrados italianos Marcos Rovaris e Martinho Ghizzo, que conseguiram do Govêrno do Estado grandes extensões de terras devolutas, como pagamento de seus serviços na abertura de estrada para o Estado.

O primeiro obteve terras entre os rios Jundiá e Amola-Faca, cabendo ao segundo os que ficavam entre os rios Amola-Faca e Pinheirinho.

Em 1912, Ângelo Rovaris comprou a seu primo Marcos um terreno no baixo rio Turvo, desmatou, fêz as primeiras plantações e, no ano seguinte, veio a morar definitivamente com a família. Em sociedade com o primo, Ângelo montou um engenho de farinha e uma serraria, com o que conseguiram atrair outros colonos para a vizinhança.

Um dos primeiros a chegar foi Antônio Bez Batti, vindo de Urussanga, que, em 1913, iniciou a derrubada da mata, nos terrenos onde hoje se situa a sede Municipal. Abriu, então, uma estrada e, posteriormente, foram sendo erguidas a primeira venda e a capela, que foi a primeira construção de tábuas de madeira serrada. Aí funcionava, nos dias de semana, a escola, até que um prédio para a mesma foi construído, sendo a primeira professôra D. Virginia Cequinel Bendo.

É semelhante ao povoamento de Turvo, a colonização dos demais núcleos do município. Timbé, em 1920-1923, quando Pedro Luiz Gonzaga vendeu as primeiras terras aos colonizadores italianos.

Em Praia Grande o povoamento foi iniciado no século passado, no lugar denominado "Roça da Estância", onde se estabeleceram Albino Pereira Martins, Anacleto Matos, Otávio da Silva Ramos e Manoel Ferreira, rio-grandenses, que desceram do planalto serrano. De 1889 a 1895 a região foi convulsionada pelos choques de "Maragatos" e "Pica-paus", sendo mesmo necessária a ocupação militar por tropas regulares do exército.

Meleiro, cujo nome se originou da grande quantidade de mel silvestre, encontrado pelos caçadores, teve como primeiros moradores as famílias Rocha e Macedo, em 1892.

Jacinto Machado — nome dado em homenagem ao General Jacinto Machado, herói da Guerra do Paraguai — foi povoada inicialmente por João da Silva Córdova e seus irmãos, que ali adquiriram as primeiras terras devolutas.

Em 1931, Turvo foi elevado à categoria de distrito do município de Araranguá.

A 31 de maio de 1938, foi criada a Paróquia de Nossa Senhora da Oração de Turvo e nomeado primeiro vigário, Frei Paulo Veneziam. Em 1942, o Exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano cedeu a administração da Paróquia à Ordem dos Servos de Maria, sendo inaugurada a nova matriz em outubro dêsse ano. Em 1947, começou a funcionar o Seminário, cuja construção fôra iniciada em 1942.

Em 1945, procedeu-se à inauguração da estrada estadual que atingiu Turvo, sendo na mesma ocasião lançada a pedra fundamental do Hospital, que foi inaugurado a 20 de março de 1949.

O município de Turvo foi criado em fins de 1948, tendo sido nomeado Prefeito Provisório o Sr. Osni Paulino da Silva. A 20 de março de 1949, foi o município solenemente instalado, na presença de autoridades e grande número de pessoas.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito foi criado pela Lei estadual n.º 1709, de 11 de outubro de 1930, com território desmembrado do distrito de Meleiro, ocorrendo sua instalação a 14 de fevereiro do ano seguinte. Teve sua sede elevada à categoria de vila pelo Decreto-Lei estadual n.º 86, de 31 de março de 1938.

O município foi criado pela Lei n.º 247, de 30-XII-948, com território desmembrado do de Araranguá.

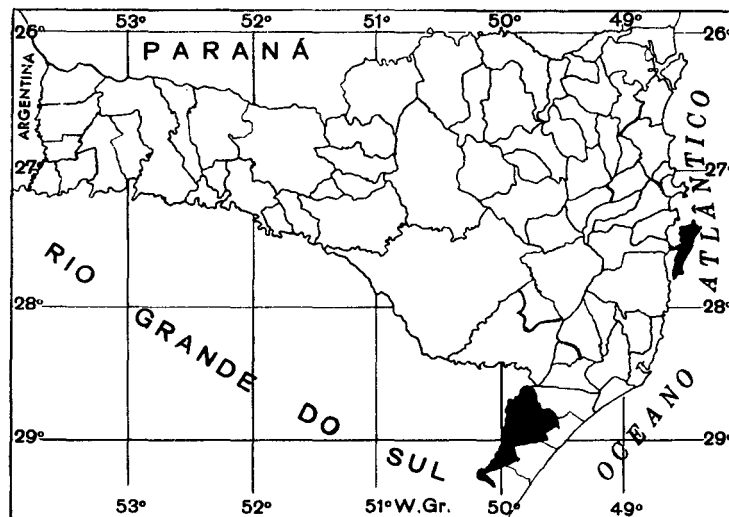
Pela Lei n.º 1 171, de 10 de dezembro de 1954, foi criada a comarca.

O seu quadro administrativo e judiciário, em 1-III-958, era o seguinte: Comarca, Têrmo e Município: Turvo.

Distritos componentes: Turvo (sede), Jacinto Machado, Meleiro, Praia Grande e Timbé.

Pela Lei n.º 348, de 21 de junho de 1958, foram desmembrados os municípios de Jacinto Machado, Meleiro e Praia Grande, do de Turvo.

A atual legislatura teve início em 1955, tendo sido eleito o Sr. José Marcon e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município se localiza na zona fisiográfica de Laguna. A cidade fica à margem direita do rio Turvo, e a 184 km em linha reta da Capital do Estado, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 28º 56' 06" de latitude Sul e 49º 40' 36" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 28 metros na sede municipal, sendo o 22.º lugar em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — Em geral quente, apesar dos constantes ventos batidos de norte. É sêco no verão, alcançando a temperatura em alguns lugares a mais de 35.ºC. Nessa época há predominância de chuvas, com fortes trovoadas. No inverno o frio é acentuado, principalmente próximo aos contrafortes da Serra Geral, onde a temperatura chega a menos de OºC.

ÁREA — A área do município é de 1 625 km², figurando em 15.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Serras: Geral, do Pilão, da Rocinha, da Pedra e de Praia Grande. Rios: Turvo, Manoel Alves e Rio da Pedra. São notáveis as grutas existentes nas serras.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) De origem mineral: barro para telhas e tijolos; pedras para construção;

b) De origem vegetal: madeiras em geral;

c) de origem animal: peixes, lagartos, graxains, tamanduás.

POPULAÇÃO — A população de Turvo, segundo o Recenseamento de 1950 era de 32 765 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 16 600; mulheres — . .

Vista panorâmica da cidade

Igreja-Matriz N. S.ª da Oração

16 165; brancos — 32 087; pardos — 82; pretos — 674 e 22 não declararam a côr. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 16 535, 5 370 eram solteiras; casadas 10 520; viúvas 602; desquitadas 13 e 30 não declararam o estado conjugal. Existiam 173 estrangeiros e 41 brasileiros naturalizados. Em religião predominaram os que se declararam Católicos Romanos, em número de 32 128, as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade era de 201 habitantes por km², ocupando o 35.º lugar no Estado. 94,4% da população localiza-se no quadro rural, sendo esta percentagem das mais elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 17.º lugar na relação dos municípios mais populosos do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 72.º lugar em população em relação às demais cidades do Estado, sendo a cidade menos populosa de Santa Catarina. Recente estimativa do Departamento Estadual de Estatística (1958) atribui ao município de Turvo uma população de 38 931 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São cinco as aglomerações urbanas do município: a cidade de Turvo com 273 habitantes (133 homens e 140 mulheres) e as vilas de: Jacinto Machado com 342 habitantes (171 homens e 171 mulheres), Meleiro, com 344 habitantes (173 homens e 171 mulheres), Praia Grande, com 657 habitantes (319 homens e 338 mulheres) e Timbé, com 205 habitantes (106 homens e 99 mulheres), conforme dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu, no ano de 1955, Cr$ 5 394 150,00.

O município assenta sua economia, principalmente, na agricultura. A produção de banha de porco refinada ou não atingiu, no ano de 1955, 80 000 kg, valendo .... Cr$ 2 560 000,00; seguindo-se portas e janelas inclusive venezianas (4 553 m², no valor de Cr$ 1 366 000,00); tecidos de algodão inclusive mescla (53 761 metros no valor de Cr$ 949 150,00); carne de suínos salgada (26 000 kg, no valor de Cr$ 650 000,00); couro de suínos verde sêco e salgado (8 000 kg, no valor de Cr$ 140 000,00).

Dos três estabelecimentos industriais, 1 dedica-se à produção de banha de porco refinada ou não.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 29,18% estão ocupadas no ramo "Agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: arroz, milho, batata-doce, mandioca, feijão (grão), trigo, cana-de-açúcar, cebola, melancia, fumo em fôlha, abóbora, batatinha, alho, amendoim com casca; como culturas permanentes, temos: banana, laranja, bergamota, uva, caqui, pêssego, café. O valor da produção agrícola em 1957 foi de Cr$ 203 459 300,00. O valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de Cr$ 174 900 000,00. A percentagem da população ativa na indústria, é de 1%.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes, os principais produtos, com referência ao ano de 1957:

a) De origem mineral: barro ou argila (8,920 toneladas, no valor de Cr$ 892 000,00); tijolos (1 320 metros, no valor de Cr$ 1 320 000,00); pedras p/pavimentação (2 000 toneladas, no valor de Cr$ 200 000,00).

b) De origem vegetal: casca de acácia negra (26 600 quilômetros, no valor de Cr$ 182 000,00); lenha .... (48 000 m³, no valor de Cr$ 3 840 000,00); vassouras .... (23 000 unidades, no valor de Cr$ 705 000,00).

No que se refere a produtos transformados ou não de origem animal, a produção atingiu, em 1956, o valor de Cr$ 55 734 000,00; sendo os principais produtos: banha (49 000 kg, no valor de Cr$ 14 700,00); leite (4 000 000 de litros, no valor de Cr$ 12 000 000,00); carne bovina salgada (200 000 kg, no valor de Cr$ 6 000 000,00).

COMÉRCIO E BANCOS — São mais de cem os estabelecimentos comerciais (108 varejistas) e uma Agência do Banco Catarinense Sociedade Cooperativa Central de Crédito Agrícola, existentes no município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Quatro emprêsas rodoviárias para passageiros servem ao município.

Dista a cidade cêrca de 303 quilômetros da Capital Estadual, por rodovia, e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por rodovia: 70 km até a cidade de Criciúma; 24 km até Sombrio; 29 km até Araranguá e com o Estado do Rio Grande do Sul, 116 quilômetros até a cidade de Bom Jesus; 151 km até São Francisco de Paula; 75 km até Tôrres, no Estado do Rio Grande do Sul.

Na cidade funciona uma Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos.

No restante do município funcionam 3 Agências Postais e 2 Agências Postais-Telegráficas do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Turvo tem 273 habitantes, sendo a cidade menos populosa do Estado de Santa Catarina, e conta com 17 logradouros públicos, dos quais, 2 totalmente pavimentados e 2 parcialmente.

É servida de luz elétrica com 127 ligações domiciliares.

Os principais edifícios são: Igreja Matriz; Prefeitura Municipal, Hospital São Sebastião, Casa Paroquial e Seminário.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica no município é prestada à população por 2 médicos, 1 dentista, 11 farmacêuticos e 4 auxiliares de saúde. 2 hospitais servem à população com assistência médica em geral. Existem 11 farmácias no município.

COOPERATIVA — Na cidade funciona uma Agência do Banco Catarinense Sociedade Cooperativa Central de Crédito Agrícola.

25 — 24 944

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 26 008 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 11 196, ou seja, 43%, sabiam ler e escrever. Dêsse total, 6 200 eram homens e 4 996, mulheres. Na sede municipal, das 232 pessoas de cinco anos e mais, 190 sabiam ler e escrever, sendo 98 homens e 92 mulheres.

Ensino — Em 1956, funcionaram na cidade e no resto do município 98 entidades de Ensino Primário Geral, com 4 224 alunos, assim distribuídos: Fundamental Comum 93 unidades, com 4 142 alunos e Complementar 5 unidades, com 82 alunos.

No tocante a ensino extraprimário, funcionaram o Seminário dos Servos de Maria (Curso Ginasial) e dois Cursos Normais Regionais.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Uma Associação Desportiva e Cultural: Grêmio Esportivo Turvense.

Possui um cinema: Cine Glória, com 50 lugares, e uma biblioteca, a Biblioteca Virgílio Várzea.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	16	849	757	469	683
1951.......	13	869	1 098	623	822
1952.......	12	1 299	1 463	875	1 223
1953.......	22	1 935	1 607	876	1 474
1954.......	15	2 574	1 543	891	1 689
1955.......	28	2 551	1 868	1 001	1 958
1956.......	811	4 850	3 030	1 872	3 030

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — São religiosas as principais efemérides do município. No que diz respeito a culto, observa-se o seguinte: Culto Católico Romano, Paróquia Nossa Senhora da Glória, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz, 26 capelas públicas e 2 semipúblicas. Paróquia da Praia Grande, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz, 14 capelas públicas.

Culto Protestante: Missão de Páscoa, mantida pela Igreja Episcopal Brasileira (sede Pôrto Alegre).

Os moradores de Turvo não oferecem particularidades folclóricas. Os de origem italiana conservam as tradições, que lhes trouxeram seus antepassados.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do município são designados pelo patronímico de "Turvenses". Acredita-se que a denominação primitiva tenha sido "Turbo", que significa "água turva" ou "água suja", posteriormente aportuguesada para "Turvo", em virtude de assim se apresentarem as águas do rio, por ocasião da chegada dos primeiros colonos.

Trecho da Avenida Rui Barbosa

Turvo é sede da Comarca e Têrmo, tendo sido de 7 484 o número de eleitores, em 1958.

Em 31-XII-1957, existiam os seguintes veículos no município:

a) Veículos a motor: automóveis 15, jipes 15, ônibus e micro-ônibus 5, camionetas 14, motociclos 7, caminhões 53.

b) veículos a fôrça animada: carros de 2 ou 4 rodas 140, bicicletas 1 100, carroças de 4 rodas 40.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

URUBICI — SC

Mapa Municipal no 13.° Vol.

HISTÓRICO — As primeiras incursões no território de Urubici foram feitas em 1915, por Manoel Saturnino de Souza e Oliveira, Hipólito da Silva Matos, José Saturnino de Souza e Oliveira, Inácio Saturnino de Souza e Oliveira, José Gaspar Fernandes, Manoel Silveira do Azevedo, Policarpo de Souza e Oliveira e outros, que iniciaram o cultivo das férteis terras dessa região.

O município recebeu a denominação de Urubici, do rio que banhava a incipiente povoação e que, à época, já possuía êsse nome.

Em 1915, já era nomeado agente fiscal de Urubici o Sr. José Gaspar Fernandes, que nesse cargo permaneceu até 1922.

Nesse ano, pela Lei municipal n.° 158, de 15 de julho de 1922, Urubici era elevado à categoria de distrito do município de São Joaquim, ocorrendo sua instalação a 28 de janeiro de 1923.

Foi nomeado, então, Intendente o Sr. Hipólito da Silva Matos, a quem sucederam os Srs. Manoel Inácio Vieira (1927), Caetano Vieira de Souza (1930), Clarimundo José Custódio (1941), Fulgentino Vieira Borges (1948), Justino da Silva Cardoso (1950), João Maria de Souza Costa (1953) e Manoel Nunes (1956).

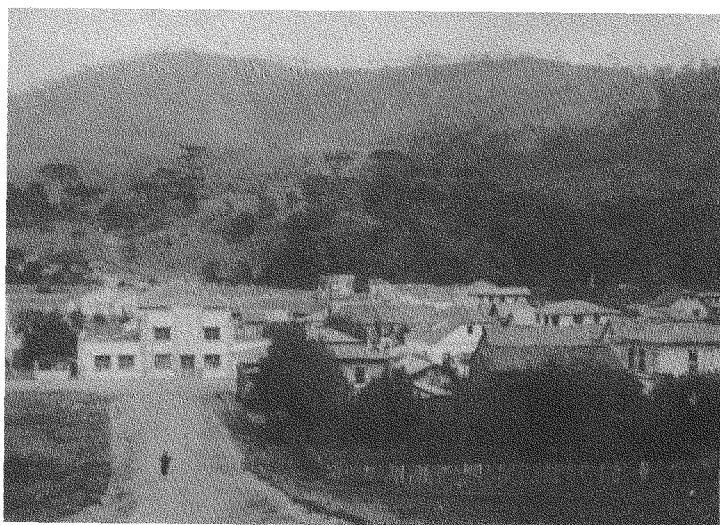
A 14 de agôsto de 1956, a Câmara Municipal de São Joaquim aprovava a seguinte Resolução:

"RESOLUÇÃO N.° 8/56 — Eu, Joaquim da Silva Dutra, Presidente da Câmara Municipal de São Joaquim, faço saber, que foi pela referida Câmara aprovado um projeto de resolução, que autoriza a criação do município de Urubici, com sede na vila do mesmo nome, desmembrado do município de São Joaquim.

§ Único — O município de Urubici terá as seguintes confrontações: (seguem-se as linhas divisórias propostas).

Art. 2.° — O município de Urubici, ficará jurisdicionado à Comarca de São Joaquim.

Art. 3.° — A presente resolução entrará em vigor, na data de sua promulgação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de São Joaquim, 14 de agôsto de 1956. Ass. Joaquim da Silva Dutra — Presidente".

Vista parcial da cidade

A citada Resolução teve sua aprovação pela Lei abaixo transcrita:

LEI n.º 274, de 6 de dezembro de 1956

Cria o Município de Urubici

O deputado Paulo Konder Bornhausen, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de conformidade com o inciso X, art. 22, da Constituição do Estado.

Faço saber a todos os habitantes dêste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica criado o município de Urubici desmembrado do de São Joaquim, com sede na atual vila de Urubici, que passará à categoria de cidade.

Art. 2.º — As divisas do município de Urubici serão as seguintes: ao norte, com os municípios de Bom Retiro e Lajes; a oeste, com o município de Lajes e o distrito de Urupema, município de São Joaquim, pelas cordilheiras das Serras dos Pereiras, divisor de águas, até encontrar o Rio Tapera, atual limite do distrito de Urubici e Urupema e do Rio Tapera abaixo, até o Lava-Tudo; ao sul, da confluência do Rio Tapera, pelo Rio Lava-Tudo acima até a confluência do Rio Pericó e por êste acima até a sua nascente, seguindo daí pela atual linha divisória com o distrito de Bom Jardim, em direção à Serra Geral; a leste, pela Serra Geral até encontrar a divisa do município de Bom Retiro.

Art. 3.º — O município de Urubici fará parte integrante da comarca de Bom Retiro.

Art. 4.º — A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 6 de dezembro de 1956.

Paulo Konder Bornhausen — Presidente.

Em 3 de fevereiro de 1957, tal como determinava o Decreto 62, de 18 de janeiro de 1957, do Govêrno do Estado, foi o município solenemente instalado.

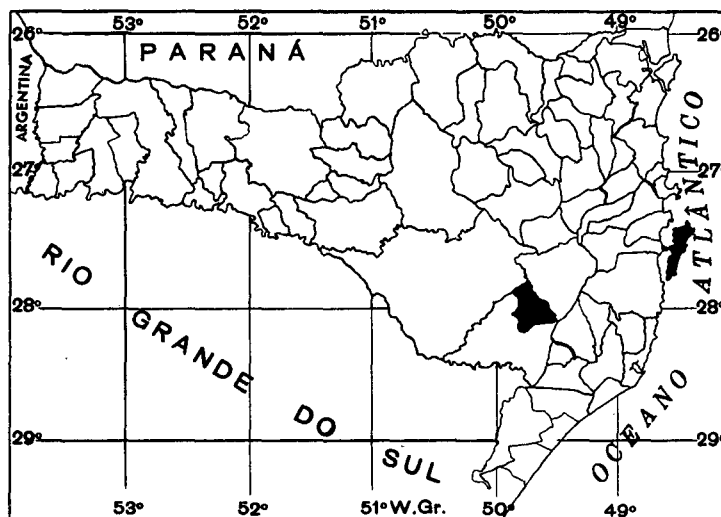
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito foi criado pela Lei Municipal n.º 158, de 15 de julho de 1922, ocorrendo sua instalação, a 28 de janeiro de 1923.

Em virtude da Resolução n.º 8, de 14 de agôsto de 1956, foi criado o município, com território desmembrado do de São Joaquim. Esta Resolução foi aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado, por fôrça da Lei n.º 274, de 6 de dezembro do mesmo ano. Sua instalação deu-se a 3 de fevereiro do ano seguinte.

Pertence, o município, à Comarca e Têrmo de Bom Retiro.

O seu quadro administrativo, em 1.º de março de 1958, era o seguinte: Município: Urubici. Distritos componentes: Urubici (sede) e Rio Rufino.

A atual legislatura teve início em 1957, tendo sido eleito Prefeito, o Sr. Edmundo R. Rodrigues e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Urubici localiza-se na zona fisiográfica dos Campos de Lajes. A cidade fica às margens do rio Urubici, a 113 km em linha reta da Capital do Estado e possui as seguintes coordenadas geográficas: 28º 00' 48" de latitude Sul e 49º 35' 22" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 1 100 metros na sede municipal, sendo o 71.º lugar em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — Em geral frio, porém sêco. Entretanto, no verão a temperatura chega a alcançar mais de 30ºC. O inverno apresenta temperaturas que vão até - 14º (menos 14ºC). Geadas freqüentes. A neve alcança, às vêzes, uma altura de aproximadamente um metro, em algumas partes. As chuvas predominam na primavera, sendo a precipitação anual, em geral, superior a 1 500 mm. A umidade relativa alcança no máximo 84%.

ÁREA — A área do município é de 784 km², figurando em 41.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rios: Rufino, Canoas, Urubici, Pericó, Vacarianos e Gargantilho. Serra Geral. Dignas de menção são as furnas dos rios Vacarianos e Gargantilho.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) De origem animal: mel de abelha e animais silvestres.

b) De origem mineral: areia e pedra para construções.

c) De origem vegetal: pinho, cedro, andrade, canela.

POPULAÇÃO — A população de Urubici, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 6 264 habitantes.

A densidade era de 7,8 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 63.º lugar no Estado. 69,9% da população localizam-se no quadro rural, sendo esta percentagem das menos elevadas no Estado, inferior à média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%.

Situa-se em 67.º lugar, com relação à população dos municípios do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 32.º lugar em população, em relação às sedes municipais.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Ainda com base no Censo de 1950, havia apenas uma aglomeração urbana em Urubici: a então vila, hoje cidade, de Urubici, com uma população de 1859 habitantes (889 homens e 970 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — No último qüinqüênio o município apresentou acentuado índice de progresso, em face do desenvolvimento da exportação de pinho, do plantio do trigo e da cultura da uva.

A produção agrícola atingiu, no ano de 1957, ... Cr$ 10 213 000,00.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes, os principais produtos com referência ao ano de 1957:

a) De origem mineral: areia (2 000 toneladas, no valor de Cr$ 1 200 000,00); sarjetas (280 unidades, no valor de Cr$ 5 600,00); pilares (400 unidades, no valor de Cr$ 8 000,00).

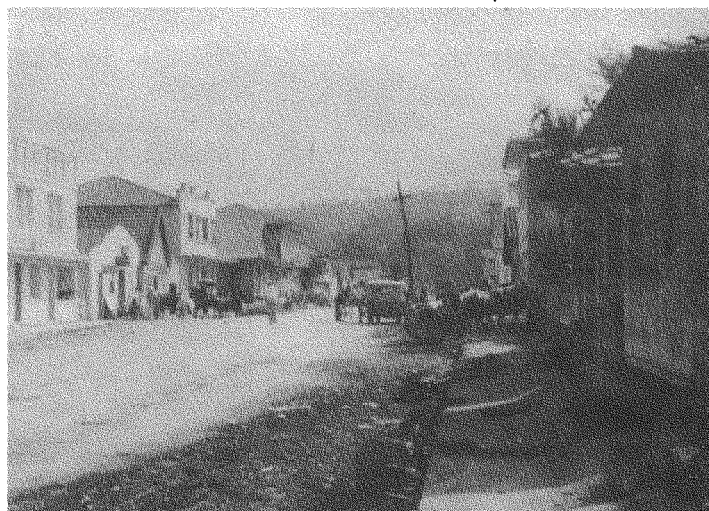
b) De origem vegetal: carvão vegetal (6 000 kg, no valor de Cr$ 6 900,00); lenha (6 300 m^3, no valor de Cr$ 2 354 500,00); pinhão (100 000 kg, no valor de .. Cr$ 120 000,00).

c) De origem animal: cêra de abelha silvestre (50 kg, no valor de Cr$ 2 250,00); couros (410 unidades, no valor de Cr$ 14 435,00); mel de abelha silvestre (200 kg, no valor de Cr$ 1 800,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se mais de vinte estabelecimentos comerciais (23 varejistas).

Funciona também no município o Escritório do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O Município é servido por 1 Agência Postal-Telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Dista, o município, da Capital Estadual 184 km, por rodovia e tem as seguintes distâncias, das sedes municipais vizinhas, também por rodovia: até a cidade de Bom Retiro, 41 km; até Lajes, 146 km; até Orleães, 246 km; e 65 km até São Joaquim.

Trecho da Rua da Esquina

ASPECTOS URBANOS— A cidade de Urubici tem 1 859 habitantes, sendo a 32.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina.

Os edifícios mais importantes são: Igreja Matriz, Grupo Escolar "Araújo Figueiredo", Edifício Dr. Alfredo Oscar Becker, Moinho de Trigo "São Francisco" e Edifício Silo.

A cidade conta com 3 hoteis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município é servido pelo Hospital e Maternidade "São José", que serve á população no tocante à clínica geral e cirúrgica.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo elementos do Censo de 1950, havia na cidade de Urubici um total de 1 859 habitantes, dos quais 1 501 eram pessoas de 5 anos e mais. Destas, 957 sabiam ler e escrever (482 homens e 475 mulheres) e 544 não sabiam ler e escrever (226 homens e 318 mulheres).

Ensino — Existem no município 2 Grupos Escolares, 1 Escola Reunida Estadual, 11 Escolas Estaduais, 11 Escolas Municipais que ministram o Ensino Primário Geral.

No tocante a ensino extraprimário, há na sede municipal o Curso Normal Regional "Trajano Margarida".

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há na cidade uma Associação Desportiva: Esporte Clube Madeireira e um cinema, o Cine Teatro Urubici, com 700 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS — Por ter sido instalado em 1957, não foi possível a obtenção do quadro de finanças públicas.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E EFEMÉRIDES — Apenas dois cultos ocorrem em Urubici: o Católico Romano e o Protestante, cujos dados principais são os seguintes:

Culto Católico Romano: Paróquia de Nossa Senhora Mãe dos Homens, com 2 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, 14 capelas públicas.

Culto Protestante: Igreja Assembléia de Deus, Igreja Batista.

São efemérides do Município:

3 de fevereiro — data da instalação de Urubici.

Festa de Nossa Senhora Mãe dos Homens, realizada durante o mês de maio, com a duração de uma semana, movimentando a população de Urubici e mesmo dos municípios vizinhos.

Rua Caetano Souza

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes de Urubici recebem o patronímico de "Urubicienses".

Urubici, segundo Norberto Bachmann, é têrmo indígena, cujo significado é: "Uru" — pássaro, cêsto com tampa ou formiga, e "bici" — liso ou lustroso. Assim, Urubici tanto pode significar pássaro lustroso ou cêsto com tampa ou formiga lisos.

Urubici pertence à Comarca e Têrmo de Bom Retiro, sendo seu eleitorado, em 1958, de 2 553 eleitores.

No município, existiam em 1957, os seguintes veículos:

a) Veículos a motor: automóveis 3, jipes 11, ônibus e micro-ônibus 1, camionetas 9, motociclos 1, caminhões 27.

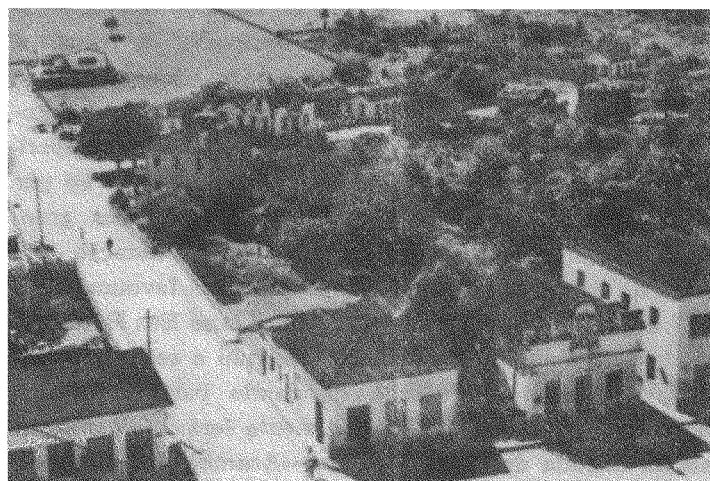
b) Veículos a fôrça animada: carros de 2 ou 4 rodas, 162; bicicletas, 180; carroças de 4 rodas, 12.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

URUSSANGA — SC

Mapa Municipal no 10.° Vol.

HISTÓRICO — "Dando prosseguimento à sábia política imperial, de substituir o braço escravo, pelo colono estrangeiro, foi designado, a 21 de novembro de 1876, o Engenheiro Joaquim Vieira Ferreira, para dirigir o povoamento das cabeceiras do Tubarão. Decorridos apenas quatro dias de sua nomeação, o mesmo embarcou com sua família no "Cervantes", com destino ao Destêrro, Capital da Província de Santa Catarina, naquela época governada sàbiamente por Alfredo Escragnolle Taunay, que se imortalizara na Guerra do Paraguai.

Da Capital para a cidade vieram no "Conceição" e, após os preparativos para a entrada na mata virgem, subiram o rio Tubarão até Pedrinhas, onde desembarcaram. Por ali passava a estrada da serra com destino a Lajes, construída em 1773, com trânsito de tropas e cargueiros. Era o caminho do mar. Nêle, trinta e sete anos antes, ocorrera crime morrendo. O tenente João Rodrigues de Andrade, comissionado pela Câmara de Lajes, munido de credenciais assinadas pelo Juiz de Paz Suplente, João Thomaz da Silva e do Comandante da dita Praça de Guerra, demandava a Província de Santa Catarina, como rezam os documentos do arquivo da Laguna, em missão de caráter público; ao chegar em Pedrinhas, duas léguas pouco mais, antes do primeiro morador, foi assassinado por dois facínoras, Francisco Rodrigues de Souza e João Severino. O Tenente deixou dois filhos na orfandade, Manoel e Maria e na viuvez Dona Rita Clara do Sacramento. Era natural da Laguna e aqui morava com sua família. Para o lado dos fundos da residência que o engenheiro ocupou era o sertão misterioso e impenetrável. Nas noites calmas ouvia assustada sua família, o berro da onça faminta. Nêle vagueava despreocupadamente o índio carijó, armado de arco e flechas, vivendo da caça e das frutas silvestres. Na época do pinhão êle subia a serra, para juntá-lo e trazê-lo para seus acampamentos. Nem bem chegaram a Pedrinhas, o engenheiro e seus auxiliares, de instrumentos às costas, embrenharam-se na mata, abrindo picadões, levantando o terreno e dividindo os lotes. Logo estabeleceram a sede do núcleo, na confluência do riacho Cintra com o Rio Pedras Grandes. Os ranchos para abrigar os colonos que já estavam a caminho foram levantados de pau-a-pique e cobertos de palha. O major Antônio Florêncio Pereira Lago, Inspetor de Terras Públicas chega a Tubarão a 16 de abril de 1877, em companhia de 291 imigrantes italianos, das Províncias de Treviso, Verona e Mantua. Foram abrigados em ranchos de tropeiros, nos Morrinhos. O engenheiro Vieira Ferreira os foi receber Apenas quinze dias lá permaneceram. Êle ajustou para o transporte das bagagens dos colonos, os carros de bois da região. Os mesmos seguiram a pé, ao chiar monótono dos carros. Foram descarregados em Pedras Grandes e dali por diante, cada qual levou sua bagagem às costas. Desembarcados foram ocupar 130 lotes rurais, com 275 metros de frente, e área de 302 500 metros quadrados. O Govêrno Imperial levava muito a série a colonização estrangeira; percebia suas vantagens. Foram lavrados contratos, com diversas companhias estrangeiras, com a finalidade do aliciamento, transporte e localização do imigrante. O artigo 17 da Lei 601, de 18 de setembro de 1850, facilitava a naturalização do Colono e o Decreto 802-A, de 1855, simplificava mais ainda as formalidades necessárias para obtenção da mesma, permitindo que as cartas de naturalização fossem assinadas pelos Juízes de Paz, como se vê em documentos do referido arquivo. Na sede de Azambuja foram abertas duas ruas e construída uma pequena praça. Ao centro da mesma foi levantado um mastro, onde em dias festivos, tremulava a bandeira do Império, símbolo da nossa Soberania. Edificada foi a capela e, uma vez por outra, lá

Rua Almirante Barroso

Vista parcial da cidade

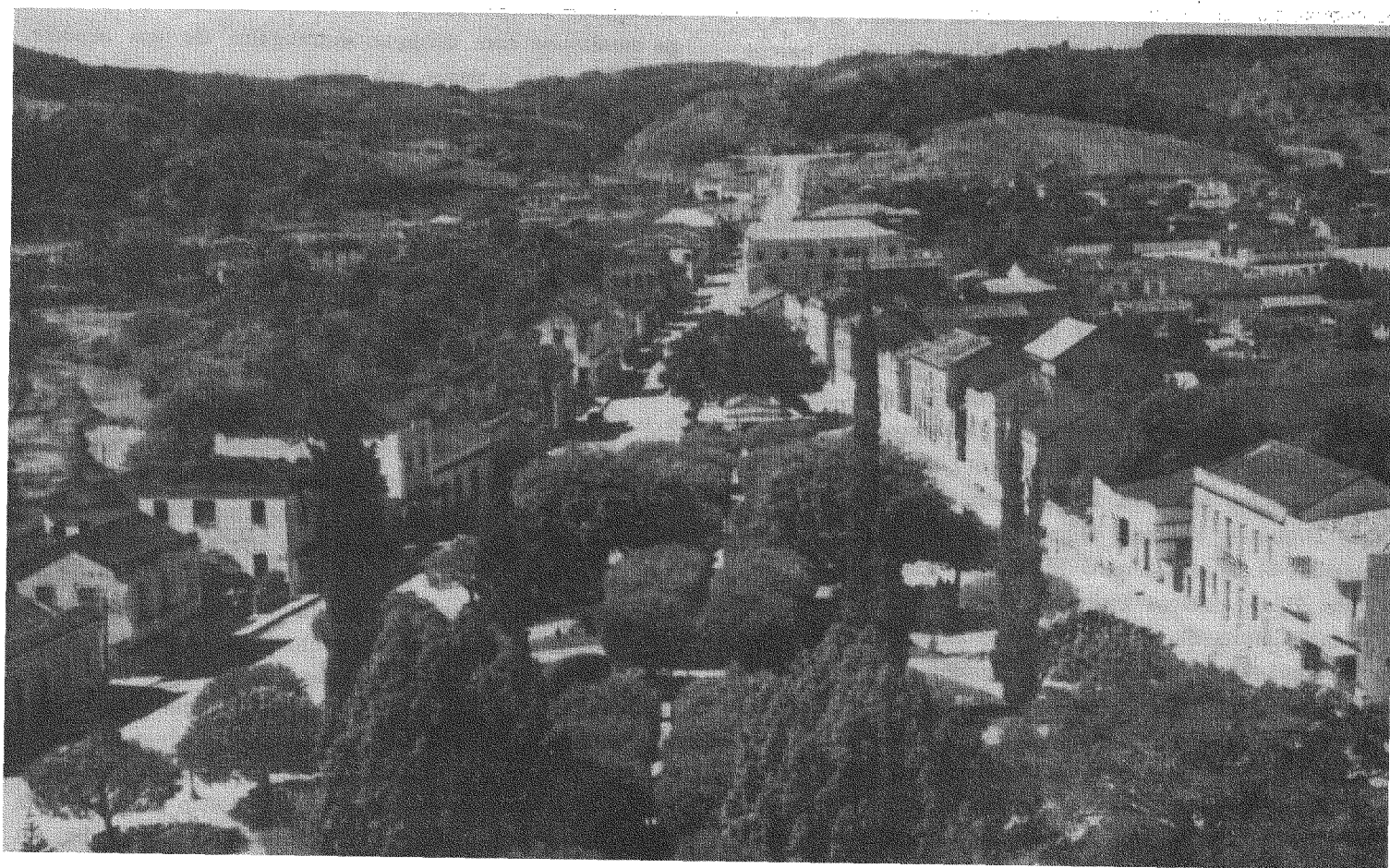
aparecia o Padre napolitano Cipriano Buonocore, Vigário de Tubarão. Vinte e oito de abril de 1877 é a data oficial da Fundação de Azambuja. No ano seguinte foi construída a atafona, indispensável ao colono italiano, para fabricar a farinha de milho, com a qual êles preparam a gostosa e substanciosa polenta.

Azambuja foi ligada por meio de estrada carroçável a Pedras Grandes, depois essa via de comunicação estendeu-se até o vale de Urussanga. Por ela passou, durante muitos anos, todo o produto colonial da imensa região, para ser embarcado na Estação de Pedras Grandes, onde chegaram tempos depois os trilhos da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina. Pedras Grandes, sem favor, foi durante certa época o entreposto comercial do sul de Santa Catarina. Os imigrantes para lá levavam cereais, banha e tôda sorte de produtos coloniais e de lá voltavam trazendo tecidos, sal e trigo. O lucro do negociante era quase sempre dobrado; ganhava no que comprava do colono e no que vendia para os mesmos. O colono adquiria apenas o necessário, produzindo tudo para o seu sustento. A auto-suficiência era, como ainda é, o segrêdo da sua prosperidade, além do trabalho sem descanso, do alvorecer ao pôr do sol. Azambuja e Pedras Grandes viviam seus grandes dias; muitas vêzes eram contados, na sua estação, 150 carros de bois, descarregando os produtos da lavoura. Em 1907, o Prefeito de Urussanga, capitão Lucas Bez Batti, auxiliado pelo Govêrno do Estado, construiu a estrada carroçável, Urussanga—Palmeiras, desviando parte do movimento de Pedras Grandes, e finalmente foram feitos os sinais da estrada de ferro, Tubarão—Araranguá e Esplanada—Rio Deserto, passando tôda a mercadoria e passageiros a descer por essas vias de comunicação. Hoje, a estação de Pedras Grandes não tem qualquer importância e suas casas e armazéns de várias portas, apenas recordam a prosperidade de um passado que já se foi.

Talvez sem êrro, se possa dizer que foi o capitão de Ordenanças, Manoel Souza Porto, o descobridor do local onde se acha erguida a cidade de Urussanga, a capital do vinho de Santa Catarina.

Encontrava-se, no arquivo da Comarca de Laguna, um traslado de uma velha sesmaria que abaixo se transcreve, o qual afirma, categòricamente, que foi aquêle oficial, o descobridor de um campo no Rio "Oruçanga".

"Dom Luiz de Almeida Portugal Soares Alarcão e Camillo Silva e Mascarenha, Marquês do Lavradio, do Conselho do el-Rei Senhor Fedilissimo, Marechal de Campo de seus exércitos; Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terras do Estado do Brasil, etc. Faço saber aos que esta minha carta de sesmaria virem que atendendo a que representou-me, Manoel de Souza Porto, antigo morador da vila de Laguna e nela Capitão de Ordenanças, que andando na deligência de um grande número de rezes que desaparecera, de sua fazenda de Garopaba, sita no distrito da mesma vila, viera achá-los com despesas excessivas de piões, em um campo que tem de largura três léguas e de fundos, légua e meia, o qual demorava nos rumos a saber: pela frente ao Nordeste Sudeste, tendo por divisa uma continuação de morros, cujos altos combros estão cobertos de Matos Grossos, e pelo sertão do Noroeste Sudeste, partindo pelo Sul, com os nascimentos do Rio "Oruçanga" até confinar com os Pântanos do mesmo Rio; pela parte do Norte, com as cabeceiras do Rio das Con-

gonhas e os ditos pântanos, ficando ao Noroeste, uma corda de outro mato também grosso, cuja certeza mostrava do instrumento de justificação que o suplicante oferecia, como também da atestação do Oficial que servia de Capitão-Mor da dita Laguna, e da medição judicial que se fêz do mesmo campo por despacho da Câmara, e porque acharam de ser êle Descobridor do dito Campo, como se prova dos ditos documentos lhe dá direito para requerer a graça de lhe ser concedido maiormente achando-se com escravos e muitos animais além de estar de posse sem perturbação de pessoa alguma, impedia-lhe concedesse de "Sesmaria" o dito campo que demora na parte acima confrontada na forma das Reais Ordens por ser do Real serviço povoarem-se as terras incultas dêste Estado, fazendo-as nutrir as plantas e criações que são os primeiros materiais da subsistência da gente, aumentando-se o Real Erário, com rendimento dos dízimos, e sendo visto seu requerimento em que foi ainda a Câmara da Vila da Laguna, a quem não se ofereceu dúvidas nenhuma ao Provedor da fazenda Real da Ilha de Santa Catarina a quem se deu vistas: Hei por bem dar de "Sesmaria" em nome de El-Rei meu senhor de em virtude da ordem do mesmo Senhor de quinze de junho de mil setecentos e onze ao dito Capitão Manoel Porto, três léguas de terras de largo com légua e meia de fundos na parte acima declarada com as confrontações expressadas, sem prejuízo de terceiros ou direito que alguma pessoa tenha a elas, com declaração que as cultivará e confirmará esta minha carta por El-Rei meu Senhor dentro de dois anos e não a fazendo se lhe denegará mais tempo e antes de tomar posse delas as fará medir e demarcar judicialmente, sendo para êste efeito notificado as pessoas com quem confronta, e será obrigado a conservar os "Tapinhôas" e "Parobas" que se acharem nesta data, deixando de as cortar para outro algum uso, que não seja o da construção das naus do mesmo Senhor e a cuidar na plantação destas árvores naqueles mesmos lugares em que já as houverão ou forem mais próprias para a produção das mesmas, como também a fazer caminhos de sua testada competente, e estivas onde necessário fôr e descobrindo-se nela Rio Caudaloso que necessita de barco para se atravessar ficará reservado de uma das margens dela meia légua de terras em quadro para a comodidade pública, e nesta data não suceder pessoa Eclesiástica ou religião e sucedendo será com o encargo de pagar Dízimos que El-Rei meu Senhor lhe empuser de novo, e não o fazendo se poderá a quem o denunciar, como também sendo a dito senhor servido mandar fundar no distrito alguma vila e poderá fazer ficando livre e sem encargo algum a função para o "Sismeiro", e não compreenderá esta data vieiro ou minas de qualquer gênero de metal que nela se descobrir reservando também os "Paus Reais", e faltando a qualquer destas Cláusulas por serem conforme as ordens de El-Rei meu Senhor e as que dispõe a Lei e Foral das "Sesmarias" ficará privado desta pelo que manda ao Ministro ou oficial de Justiça a quem o conhecimento desta pertencer dê posse ao dito Capitão Manoel de Souza Porto das referidas terras na forma assim declarada. E por firmeza de tudo lhe mandei passar a presente por mim assinada e selada com o sinete das minhas armas, que se cumprirá como nela contém registrando-se nesta Secretaria do Estado e mais partes que tocar e se passou por duas vias — Dada nesta cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. José Pereira Leão a faz aos cinco de abril de mil setecentos e setenta e três. O Secretário do Estado Francisco de Almeida Figueredo a fêz escrever, Marques do Lavradio. Está o sinete das Armas. No ano de 1774, na sua fazenda

Praça Anita Garibaldi

de Nossa Senhora da Lapa, o Capitão de Ordenanças, Manoel Souza Porto, assinou o auto de posse de sua enorme "Sesmaria", juntamente com seu "Lucro", "João da Costa Brito." Com o falecimento dos mesmos, seus sucessores se desviaram e em 1808, foi procedida uma vistoria no imóvel, procedida pelo Juiz Ordinário, Alferes Leandro Machado Nunes, sendo levados Luiz Martins Collaço e o capitão Antonio Tavares, servindo como pilôto, José Nogueira da Silva. Êsse Capitão, recebeu em 1805 do Vice-Rei, Dom Fernando de Portugal, a sesmaria do Rio Congonhas. Consta da vistoria acima referida, que o Rio Urussanga era "um grande Rio Navegável, capaz de uma grande navegação até a distância de mais de quatro léguas". O capitão de Ordenanças, quando descobriu as terras de sua sesmaria, fatalmente foi atraído pelo mistério da Selva, vasculhando todo o vale do rio, ainda mais que era tão fácil a navegação pelo mesmo. Além disso a Coroa Portuguêsa, incentivava tôda e qualquer descoberta feita, para baixo da linha Tordezilhas, que passava pela Vila de Laguna. Diante dêstes fatôres, pode-se afirmar que foi o capitão de Ordenanças da Vila da Laguna, Manoel de Souza Porto, o descobridor do local onde hoje está edificada a cidade de Urussanga. No ano seguinte à inauguração de Azambuja, o engenheiro Vieira Ferreira, volveu suas visitas para o vale de Urussanga, demarcando seus lotes e trocando sua sede, em forma triangular, na confluência do Rio América, com o Urussanga, aproveitando dessa forma a configuração favorável do Terreno. A 26 de Maio de 1878, chegam a Urussanga, vindos da Itália, os primeiros colonos. Por êsse motivo, essa é a data oficial da fundação da próspera e sorridente cidade. Eram êles de Lougarone, Província de Beluno, Região de Veneza e para o Brasil vieram no navio francês São Martinho e nos barcos da Companhia de Navegação "La Velloce". Chamavam-se: Bortolo, Felicio e Francesco Barzan, Andréa Recco, Pietro Bez, Gaetano Bonato, Antonio e Celeste Bortoluzzi, Antonio Brunel, Ferdinando, Giovani, Lourenço e Luigi Búrigo, Giovani Damian, Giacomo e Giovani de Bettio, Martino de Bona, Domenico e Francesco de Brida, Antonio de Costa, Giovani de Costa, Giuseppe Della Oidoro, Agostinho de Lorenzi, Antonio Canever de Lorenzi, Caetano de Lorenzi, Giovani Canever, Giovani Cancelier de Lorenzi, Giovani Frol de Lorenzi, Pietro de Nez, Giovani de Pola, Luigi Donadel, Domenico, Caetano e Giacomo Feltrin, Bortolo Tisi, Natalle Fontanella, Marco Lazzari, Luigi Magagnin, Antonio Manarin, Felice Manarin, Agostinho Berciano, Bernardo Eugênio, Giacomo, Giocachinho, Giovani e Ignácio Mazzucco, Pietro Meneghel, Andréa Possamai, Stefano Pilon, Andréa Piuco, Giacomo e Luigi Salvador, Catarina, Celeste Eugênio e Giacomo Savi, Bernardo Spada, Giovani Tezza, Pietro Tonet, Antonio Disidério, Giovani Maria, Giovani Tramontim, Domenico e Antônio Zan. Para o Rancho dos Bugres foram destacados: Domenico e Giacomo Comin, Pietro Genovese, Giovani e Vitório Grande, Antônio e Giacomo Longo, Giovani Romagna. Chegados em Urussanga foram provisòriamente instalados em um rancho de palha, previdentemente construído pelo Dr. Vieira Ferreira, para abrigar os recém chegados até sua instalação definitiva.

Muitos dêles trouxeram bacêlos de suas vinhas de Longarone, envolvidos em musgo, para mais fàcilmente reter a unidade. O Engenheiro Vieira Ferreira, foi fiel executor das Ordens Imperiais; foram seus auxiliares nessa emprêsa, os agrimensores Emilio Oderbuch e Theodor Klein. O primeiro farmacêutico foi Glicério Alves da Silva Boaventura, o qual foi para a colônia, fixou residência em Tubarão. O dinheiro destinado ao pagamento do funcionalismo, trabalhadores e materiais era entregue ao Engenheiro na Capital da Província. Para lá ia êle a cavalo até Tubarão, dali à Laguna de canoa, desta cidade à freguesia de Mirim, pelo mar manso, daí a Masiambu, a cavalo, e daí ao Destêrro, conforme as interessantes informações de seu filho o Desembargador Vieira Ferreira. Foi erguida uma capela de palha, justamente ao outeiro onde se levanta a majestosa matriz e ali oficiava a Santa Missa, o Padre Luiz Marsano, seu primeiro vigário e autor do livro "Coloni e Missionari Nele Floriste del Brasile". Os bacelos trazidos com cuidado pelos colonos, logo vingaram, produzindo grandes e saborosos frutos, mostrando no clima de Urussanga, sêco e saudável, com estações perfeitamente pronunciadas e um inverno bastante rigoroso, o habitat no Brasil para a vinha. Sem se aperceberem, os imigrantes trouxeram envolvidos em musgo, ouro para a nova Pátria, representado por aquêles frágeis bacelos.

Um esclarecido, o Dr. José Caruso lançou os primeiros alicerces dessa indústria. As cantinas que primeiro surgiram foram Lourenço Cadorin, Domingos Fontanella, Antônio Ferraro, Inácio Barzan, Vitório Bez Batti e Pedro Damiani. Atualmente, o saborosíssimo vinho de Urussanga rivaliza-se com qualquer estrangeiro de sua espécie. Nada lhe fica a dever, em sabor, pureza e esmêro na fabricação.

A prosperidade da colônia foi grande, o que permitiu que o Dr. Vieira Ferreira pleiteasse sua emancipação, pouco depois de fundada. Afinal, pelo Decreto 2 386, de 31 de dezembro de 1881, foi emancipada e daí por diante, deveria ela caminhar pelas próprias fôrças. O Govêrno Imperial gastou com a instalação do núcleo Azambuja — Urussanga, a soma de 622:740$878. O Padre Cipriano Buorocore construiu de pedra e cal, a sua primeira Igreja e o Cônego Luiz Gilli, a substituiu pela atual, belíssima obra de arquitetura italiana, aproveitando da antiga o majestoso campanário. O italiano Pessi ensinou as primeiras letras aos filhos dos colonos recém chegados. O colono plantava o que era necessário para sua alimentação e cultivava o milho, para a engorda do porco, a fim de alimentar a indústria de produtos suínos. Nos primeiros tempos, o bugre carijó, olhava com espanto e admiração para o imigrante. O seu modo de trabalhar, de derrubar o mato, de amanhar a terra, de semear os cereais, suas ferramentas, seu geito de alimentar-se e a forma de viver em sociedade. Tudo lhe era tão estranho, como se viessem indivíduos de outros planetas e se instalassem na terra com seus usos e seus costumes. Entretanto, chegou o dia, em que êle percebeu que o colono era um intruso, que per-

turbava seu vaguear incessante pelas florestas e suas caçadas de ariscos animais e de aves de plumagem colorida. Começaram as hostilidades. Os colonos em certa ocasião se reuniram, a fim de rezarem o têrço, e os De Zan compareceram, deixando em casa apenas uma velha octogenária e uma criancinha; a certa altura a mesma presentiu que os silvícolas se aproximavam, devido ao latidos dos cães, tendo a feliz idéia de, às pressas guardar a criancinha dentro de uma "arca de Imigrantes" fechando-a a seguir. Os índios após destruírem o que encontravam em seu caminho, mataram a velhinha; não conseguindo, porém, abrir a canastra, em virtude de os vizinhos se aproximarem, dando tiros-para o ar, pondo-os em fuga. A criancinha foi retirada do baú e ainda vive, já velha, para as bandas de Pedras Grandes. De outra feita, foi Jacomo Bez Fontana, que com seus filhos, derrubavam a mata virgem, a fim de prepararem o terreno para o plantio, quando foi flexado, tendo a flecha atingido a caixa de rapé, de tampa de metal, desviando-se. Na encosta do morro em Rio Deserto, armaram os Baldessar, o estaleiro e para êle rolavam umas toras de canelas; um dêles subiu, certa vez, em cima de um rolo e o outro postou-se pelo lado de baixo, para desdobrá-lo em tábuas. A certa altura, o que serrava na parte de cima recebeu uma flechada no peito, que lhe causou a morte instantânea. Dêste fato, originou-se a conhecida caçada de bugres, feita pelos irmãos Baldessar e seus vizinhos, que resultou na destruição de vários aldeamentos e na morte de muitos bugres. O Padre Luiz Semetile, tentou infrutìferamente domesticar os carijós de Urussanga. Outras agressões de menos importância se sucederam, demonstrando que a floresta era pequena, para abrigar duas civilizações tão diversas, a européia e a carijó. Em 1895, foi elevada à sede de Distrito de Paz e em outubro de 1900, à categoria de Vila e Município, sendo seu primeiro Prefeito, Jacinto de Brida e Presidente da Câmara, Lucas Bez Batti.

Orientava os colonos naquela época, um jornalzinho impresso na própria Vila, denominado "La Colônia". Em 1907 já existiam no município: 1 150 residências; 56 casas comerciais; 28 fábricas de produtos suínos; 85 engenhos; 27 atafonas; 14 padarias; 7 olarias; 11 ferrarias; 9 sapatarias; 4 cortumes; 3 cervejarias; 1 farmácia; 1 tipografia; 1 fábrica de louças de barro, 1 de óleos. Em 1913 foi erguido seu primeiro hospital, nas proximidades da Igreja e pelo ano de 1917, o Engenheiro Botelho, iniciou a extração do carvão do Rio Deserto, sendo em outubro de 1919 iniciada a construção do ramal de estrada de ferro até as referidas minas, numa extensão de 30 quilômetros. A Comarca foi criada pela Lei 1 516, de 4 de novembro de 1925, sendo seu primeiro Juiz de Direito, o Dr. João de Deus Faustino da Silva".

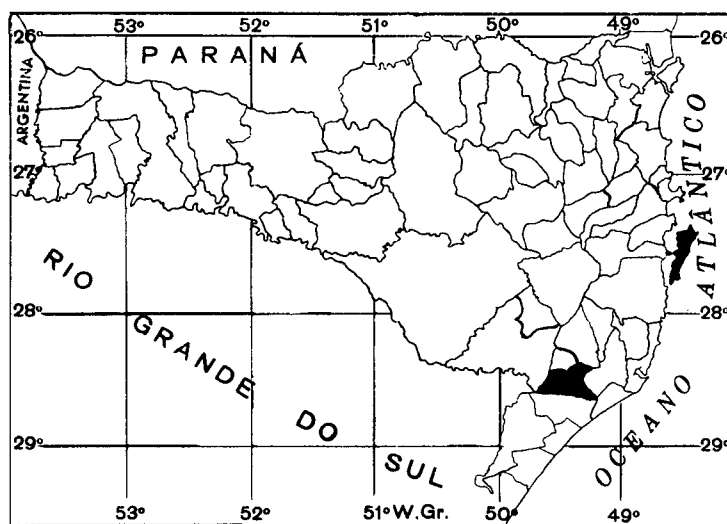
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito foi criado pelo Decreto estadual n.º 84, de 3 de junho de 1891. O município o foi, com território desmembrado do de Tubarão, por efeito da Lei estadual número 474, de 6 de outubro de 1900, ocorrendo a instalação a 26 de janeiro de 1901.

A Comarca de Urussanga foi criada pela Lei estadual n.º 1 516, de 4 de novembro de 1925, e instalada a 20 de dezembro dêsse ano.

O seu quadro administrativo e judiciário, em 1.º-III-1958, era o seguinte: Comarca, Têrmo e Município: Urussanga. Distritos componentes: Urussanga (sede), Cocal, Morro da Fumaça, Siderópolis e Treviso.

Pela Lei n.º 380, de 19 de dezembro de 1958, foi desmembrado o Município de Siderópolis, do de Urussanga.

A atual legislatura teve início em 1955, tendo sido eleito Prefeito, o Sr. Américo Cadorim, e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Urussanga localiza-se na zona fisiográfica de Laguna. A cidade fica às margens do rio Urussanga, e a 128 km em linha reta da Capital do Estado e possui as seguintes coordenadas geográficas: 28° 31' 18" de latitude sul e 49° 19' 03" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Na sede municipal 45 metros, sendo o 25.º lugar em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — Em geral bastante quente, apesar dos constantes ventos batidos de norte. É sêco no verão, alcançando a temperatura, em alguns lugares, a mais de 35°C. Predominância de chuvas no verão, com fortes trovoadas. No inverno é mais úmido e os constantes ventos do quadrante sul baixam a temperatura.

ÁREA — A área do município é de 811 km^2, figurando em 39.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Urussanga, que passa no centro da sede municipal Rio América. Morro do Belvedere, com 350 metros de altura. Morro do Rio Galo, com 165 metros de altura. Morro Santana, com 125 metros da altura. Salto do Rio Maruim, capacidade de 50 H. P.

PRINCIPAIS RIQUEZAS MINERAIS — O Município de Urussanga é relativamente rico no reino mineral. As jazidas minerais do Município estão, em grande parte, sendo exploradas, principalmente o carvão, que representa, não sòmente para Urussanga como para os municípios circunvizinhos e para todo o sul do Estado, a base fundamental do seu desenvolvimento econômico.

O início da exploração do carvão mineral, em Urussanga, data de outubro de 1919, sendo a Companhia Carbonífera de Urussanga, ainda em plena atividade, a primeira a dedicar-se a êsse setor industrial. Posteriormente, outras aqui se instalaram para operar na indústria carbonífera, figurando, entre elas, a Companhia Siderúrgica Nacional S.A., a Mineração Geral do Brasil Ltda., a Companhia Treviso S.A. e as Carboníferas Cocal e Caeté Ltda. Sua maior produção ocorreu durante a última guerra mundial.

O escoamento do produto extraído das numerosas minas compreendidas na bacia carbonífera de Urussanga é feito pela Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, para os portos marítimos de Laguna e Imbituba.

Além do carvão, outros minerais são explorados no Município, destacando-se, entre êles, o coalim, o quartzo, o feldspato, o talco e a fluorita, empregados na indústria da cerâmica, incipiente, mas promissora, já estando em atividade duas organizações — a cerâmica Urussanga S.A. Comércio e Indústria e a Cerâmica Cocal Ltda.

No tocante às riquezas naturais de origem vegetal, as florestas das várzeas desapareceram, abatidas pelos primeiros colonos. O desmatamento, até então, alcançava, ùnicamente as várzeas, substituindo as florestas pelas plantações e pastos. Com a valorização da madeira (peroba, canela, cedro e louro) e a facilidade de transporte representada por estradas de rodagem e pela Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, o desmatamento começou a subir os morros. As florestas atingem, no Município de Urussanga, cêrca de 40% da área total. Deve-se notar que essa área florestal está grandemente desfalcada de seus elementos preciosos, pois, embora não sejam destruídas inteiramente as florestas, tiram-se-lhes as madeiras de valor econômico, sem replantio.

Relativamente às riquezas animais, a exploração intensiva da terra foi motivo do afastamento, para regiões mais distantes, das aves e de outros animais. Apesar dêsses fatôres ainda são as matas existentes bastante povoadas. Entre as aves, temos: sabiá, tico-tico, tiê, rôlas, nhambus, sanhassu e outros. Os animais mais procurados pelos caçadores são, ainda, em grande parte, a paca e o tatu. Os rios que cortam o município são pouco piscosos, contando-se alguns peixes de escamas, tais como: traíra, acará e piava.

POPULAÇÃO — A população de Urussanga, segundo o Recenseamento de 1950, era de 24 090 habitantes e tinha a seguinte composição: homens 12 016; mulheres 12 074; brancos 22 739; pardos 2; pretos 1 279 e 70 não declararam a côr. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 12 642, 3 917 eram solteiras; casadas 8 198; viúvas 498; desquitadas 2, e 27 não declararam o estado conjugal. Existiam 203 estrangeiros e 123 brasileiros naturalizados. Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos, em número de 23 939, e as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade era de 29,7 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 19.° lugar no Estado. Localizam-se no quadro rural 87,0% da população, sendo esta percentagem das menos elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 26.° lugar em relação aos municípios mais populosos do Estado.

A cidade todavia ocupa a 44.° lugar em população, em relação às outras cidades de Santa Catarina. Segundo estimativas do Departamento Estadual de Estatística, em 1958, a população é de 30 267 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São cinco as aglomerações urbanas do município: a cidade de Urussanga, com 1 342 habitantes (626 homens e 716 mulheres) e as vilas de Cocal, com 190 habitantes (76 homens e 114 mulheres), Morro da Fumaça, com 551 habitantes (281 homens e 270 mulheres), Siderópolis, com 1 219 habitantes (814 homens e 405 mulheres) e Treviso, com 222 habitantes (107 homens e 115 mulheres), conforme dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O Município assenta sua economia, principalmente, na extração do carvão-de-pedra. A produção industrial atingiu, no ano de 1955, a Cr$ 131 217 475,00. A produção do carvão-de-pedra atingiu, no mesmo ano, a 453 815 toneladas, valendo ...... Cr$ 111 989 155,00; seguindo-se banha de porco refinada ou não (229 900 kg, no valor de Cr$ 6 500 000,00); vinhos de uva (398 160 litros, no valor de Cr$ 4 806 000,00); coque (3 461 toneladas, no valor de Cr$ 2 768 800,00); vinhos compostos, vermute, quinado (110 000 litros, no valor de Cr$ 2 200 000,00).

Dos 15 estabelecimentos industriais, 6 dedicam-se à produção de carvão mineral, 3 à de vinho de uva.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 13,03% estão ocupadas no ramo "Agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: mandioca, aipim, milho, batata-doce, cana-de-açúcar, arroz, feijão (grão), alho, batatinha, trigo, amendoim com casca, abóbora; como culturas permanentes, temos: uva, café, banana, laranja, bergamota. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 56 280 000,00. O valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de .... Cr$ 54 603 750,00. A percentagem da população ativa na indústria é de 10%.

No tocante à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes, os principais produtos, com referência ao ano de 1957:

a) De origem mineral: cal (51 000 kg, no valor de Cr$ 51 000,00), caolim (217 500 kg, no valor de .... Cr$ 217 500,00); carvão-de-pedra (151 600 toneladas, no valor de Cr$ 51 264 000,00).

b) De origem vegetal: carvão vegetal (74 500 kg, no valor de Cr$ 298 000,00); dormentes (17 500 unidades, no valor de Cr$ 745 000,00); lenha (60 200 m², no valor de Cr$ 3 852 500,00).

c) De origem animal: carne de animal silvestre (130 kg, no valor de Cr$ 2 600,00); cêra de abelha silvestre (230 kg, no valor de Cr$ 5 300,00).

No que se refere a produtos transformados ou não de origem animal, a produção atingiu em 1956 o valor de Cr$ 11 155 950,00; sendo os principais produtos: banha (159 150 kg, no valor de Cr$ 5 589 250,00); leite (207 500 litros, no valor de Cr$ 880 000,00; carne de bovino salgada (21 100 kg, no valor de Cr$ 711 000,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se mais de cento e noventa estabelecimentos comerciais (4 atacadistas e 195 varejistas): a Agência do Banco Catarinense Sociedade Cooperativa Central de Crédito Agrícola. Funciona também no município a Agência do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 5 emprêsas rodoviárias para passageiros e uma ferroviária, a Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, para passageiros e carga.

Dista a cidade cêrca de 191 km da Capital Estadual, por meio de rodovia e têm as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por meio de rodovia: 24 km até a cidade de Criciúma, 51 km até Jaguaruna, 39 km até Lauro Müller, 24 km até Orleães, 355 km até São Joaquim e 50 km até Tubarão. Dista por meio de ferrovia 47 km de Criciúma, 43 km de Jaguaruna, 116 km de Lauro Müller, 101 km de Orleães e 59 km de Tubarão.

Na cidade funcionam uma Agência Postal Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma Agência Telegráfica e uma Telefônica da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, uma Estação de Rádio da Polícia Militar do Estado e uma Agência Telefônica, de uso público, da Companhia Telefônica Catarinense.

No restante do município funcionam uma Agência Postal, 3 Postais Telefônicas e um Pôsto Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma Agência Telefônica de uso público e uma outra de uso particular da Companhia Telefônica Catarinense.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Urussanga tem 1 342 habitantes, sendo a 44.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina.

O aspecto da cidade é o de estreitos vales, dominados por montanhas médias. Do encontro dos Rios Urussanga e América resultou a várzea onde se edificou a cidade.

A área construída na sede é relativamente pequena, notando-se, porém, certo esmêro no embelezamento dos edifícios.

É servida dos serviços de luz elétrica com 395 ligações domiciliares, de limpeza pública e de abastecimento de água. Os principais edifícios são: Igreja Matriz, Prefeitura Municipal, Grupo Escolar "Barão do Rio Branco", Hospital Nossa Senhora da Conceição, Paraíso da Criança. A cidade conta com 2 hotéis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um hospital (Hospital Nossa Senhora da Conceição) e um ambulatório da Companhia Siderúrgica Nacional servem à população com assistência médica em geral.

ASILOS E RECOLHIMENTOS — Neste setor é de ser destacado o Paraíso da Criança, que atende, gratuitamente, às crianças abandonadas de tôda a zona carbonífera do sul do Estado, sob a direção das Irmãs Beneditinas. Conta com os seguintes serviços: Internato, Ambulatório, Farmácia, Gabinete Dentário, Creche, Berçário, Casa Maternal e Jardim de Infância. A capacidade é de 300 menores, de ambos os sexos, com o limite máximo de 10 anos de idade.

Exploração de carvão a céu aberto

COOPERATIVISMO — Na cidade funciona uma Agência do Banco Catarinense Sociedade Cooperativa Central de Crédito Agrícola.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 19 119 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 10 827, ou seja 56,6% sabiam ler e escrever. Dêsse total 5 675 eram homens e 5 152 mulheres. Na sede municipal, das 1 111 pessoas de cinco anos e mais, 805 sabiam ler e escrever, sendo 391 homens e 414 mulheres.

Ensino — Em 1956 funcionaram na cidade e no resto do município 66 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 3 528 alunos, assim distribuídos: Pré-primário Infantil, 1 unidade, com 136 alunos; Fundamental Comum, 59 unidades, com 3 258 alunos e Complementar, 6 unidades, com 134 alunos.

No tocante a ensino extraprimário, funcionaram quatro Cursos Normais Regionais, em 1958.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Conta o município com 3 associações desportivas, duas delas sediadas na cidade de Urussanga.

O Município possui 5 cinemas, três dêles no distrito da sede: Cine Vera Cruz, com 350 lugares; Cine Rio América, com 100 lugares e Cine Santana, com 200 lugares. Os dois outros ficam no distrito de Siderópolis: Cine Beluno Ltda., com 440 lugares e Cine Recreio do Trabalhador.

No tocante à radiodifusão, há a Rádio Difusora de Urussanga — ZYT-22.

A Biblioteca Virgílio Várzea, de propriedade da Prefeitura Municipal, serve à população em geral.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	939	1 112	1 181	1 034	1 100
1951.......	1 208	1 507	1 332	1 158	1 190
1952.......	1 519	1 750	1 495	1 354	1 230
1953.......	1 717	2 304	1 579	1 579	1 567
1954.......	2 105	2 554	1 450	1 450	1 463
1955.......	2 243	3 618	2 387	2 687	2 679
1956.......	3 254	7 222	2 668	1 630	2 406

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS — No centro do jardim municipal, situado à Praça Anita Garibaldi, está localizado um Obelisco com os seguintes dizeres: "Homenagem de Urussanga, ao Exmo. Senhor Dr. Anibal Alves Bastos — 1949 Inauguração em agôsto de 1949, nesta cidade de Urussanga, Estado de Santa Catarina, das instalações de abastecimento de água, sendo:

Presidente da Nação — General Eurico Gaspar Dutra

Vice-Presidente e Presidente do Senado — Dr. Nereu de Oliveira Ramos

Ministro da Agricultura — Dr. Daniel de Carvalho

Governador do Estado — Dr. Aderbal Ramos da Silva

Prefeito Municipal — Torquato Tasso".

Ao lado da Igreja Matriz situada à Praça Anita Garibaldi um Obelisco ao Cônego Luiz Gilli, com os seguintes dizeres:

"1896 — 1946

Homenagem do povo de Urussanga ao Reverendo Cônego Luiz Gilli pela data de seu Jubileu de Ouro Sacerdotal. 30 de Maio de 1946".

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E EFEMÉRIDES — Apenas o Culto Católico Romano ocorre em Urussanga, com os seguintes elementos: Paróquia Nossa Senhora Aparecida, com 3 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, 21 capelas públicas. Paróquia Nossa Senhora da Conceição, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz, 13 capelas públicas. Paróquia Natividade de Nossa Senhora, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz, 7 capelas públicas.

A principal festividade do município é a de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do município, comemorando-se a 8 de dezembro.

A 26 de janeiro, comemora-se a data da instalação do município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — "Urussanguense" é o patronímico dado aos habitantes de Urussanga.

Atribui-se a origem do nome, ao fato de existir na região, o pássaro denominado "Uru" e também alguns riachos, a que os indígenas e os nossos antepassados denominavam "sanga". Da união dessas duas palavras formou-se "Urussanga".

Norberto Bachmann, porém, diz que o nome procede de "U", água, rio; "roi", frio e "çanga", espalhada, sôlta, ou seja: rio onde o frio se espalha ou rio frio.

Admite também a composição: "u" água e "roiçã" frio.

Martins diz que se origina de "guira jenoung" frio.

St. Hilaire, propõe "urusanguai", rio da galinha choca, havendo ainda quem interprete como sendo: "urú" ave e "çanga" espraiada.

Existia, em 1957, no município, os seguintes veículos:

a) Veículos a motor: Automóveis 42, jipes 11, ônibus e micro-ônibus 10, camionetas 27, motociclos 89, ambulâncias 2, caminhões 103, tratores 12.

b) Veículos a fôrça animada: Carros de 2 ou 4 rodas 126, bicicletas 1 161, carroças de 4 rodas 21.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

VIDAL RAMOS — SC

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — Data de 1919 o povoamento da região que forma hoje o município de Vidal Ramos.

Os primeiros povoadores, segundo consta, foram os Srs. Nicolau Petri, Pedro Werber, Henrique Bluner, Rudolph Fich e o Padre Augusto Schirling.

Essa corrente de povoamento era originária do vale do rio Capivari, Município de Tubarão.

Rudolph Fich, um dos pioneiros de Vidal Ramos, foi também o primeiro professor da localidade.

Iniciada a colonização, aos poucos foram sendo atraídos outros elementos de povoamento, do que resultou um apreciável progresso para o núcleo nascente.

Em 1928, pela Lei municipal n.º 4, de 15 de julho, atendendo ao desenvolvimento já apresentado, a povoação foi elevada à categoria de distrito, com a denominação de Santa Luzia, tendo sido instalado a 6 de outubro dêsse ano. Ainda nesse mesmo ano, a Lei municipal n.º 8, de 21 de novembro, alterava-lhe a denominação para Adolfo Konder.

Vitoriosa a Revolução de 1930, nova alteração sofreu o topônimo, passando, por Decreto estadual n.º 16, de 29 de novembro de 1930, a denominar-se Vidal Ramos denominação que conservou até nossos dias.

Em 1928, o território do distrito de Vidal Ramos sofria um desmembramento com a criação do distrito de Nilo Peçanha (Decreto estadual n.º 46, de 3 de julho de 1935) instalado a 17 de agôsto do mesmo ano.

A criação dêsse novo distrito, demonstra, por si sós, o desenvolvimento por que passava a região.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 86, de 31 de março de 1938, as sedes distritais de Vidal Ramos e Nilo Peçanha foram elevadas à categoria de vilas.

Em 31 de dezembro de 1943, o Decreto-lei n.º 941, do Govêrno do Estado, fixando a divisão administrativa e judiciária a vigorar no período 1944-1948, alterava a denominação de Nilo Peçanha para Itaquá, em virtude da existência de homônimo com prioridade, na Bahia.

Em 1956, a Câmara Municipal de Brusque aprovava a seguinte Resolução:

Resolução n.º 40 — Autoriza desmembramento do território municipal — Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores de Brusque aprovou e eu sanciono a seguinte Resolução: Art. 1.º — Fica criado o município de Vidal Ramos, desmembrado do atual município de Brusque, e constituído dos distritos de Vidal Ramos, Itaquá e parte do

atual distrito de Botuverá. Art. 2.º — A sede do município de que trata esta Resolução deverá ser fixada na vila de Vidal Ramos, que passará à categoria de cidade. Art. 3.º — O novo município não terá responsabilidade nenhuma quanto à dívida do município do qual se desmembrou. Art. 4.º — O município de Vidal Ramos passará a fazer parte da Comarca de Brusque. Art. 5.º — A parte do território do distrito de Botuverá que integra o novo município ora criado, ficará pertencendo a margem esquerda do rio Itajaí-Mirim ao distrito de Itaquá e à margem direita ao distrito da Sede. Art. 6.º — A instalação do município, ora criado, deverá ser processada na conformidade da legislação em vigor e em data que fôr designada pelo Governador do Estado. — Esta Resolução entrará em vigor após a devida aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado, revogadas as disposições em contrário. — Sala das Sessões, em 2 de outubro de 1956. (a) Ingo Arlindo Renaux, Presidente da Câmara. Publicada nesta Secretaria, em 3 de outubro de 1956. (a) Ernesto Guilherme Hoffmann, 1.º Secretário.

Essa Resolução foi aprovada pela Lei n.º 272, de 3 de dezembro de 1956, da Assembléia Legislativa do Estado, como se vê, a seguir:

"Lei n.º 272, de 3 de dezembro de 1956.

Cria o município de Vidal Ramos.

O Deputado Paulo Konder Bornhausen, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de conformidade com o inciso X, do art. 22, da Constituição do Estado,

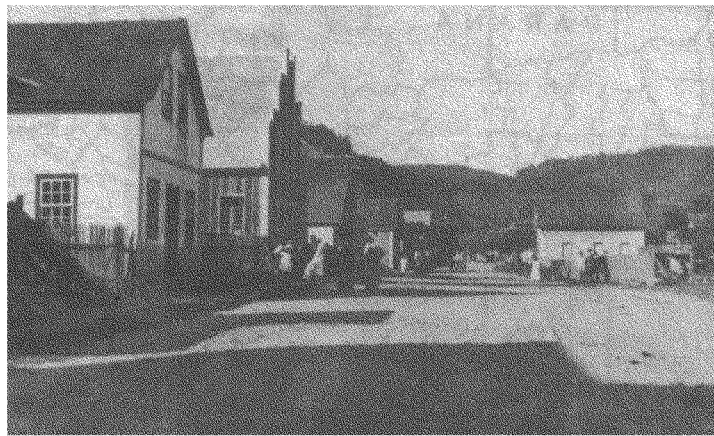
Faz saber a todos os habitantes dêste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica, de conformidade com a Resolução n.º 40, de 3 de outubro de 1956, da Câmara Municipal de Brusque, criado o município de Vidal Ramos, desmembrado do município de Brusque e constituído dos distritos de Vidal Ramos, Itaquá e parte do atual distrito de Botuverá.

Art. 2.º — O município criado por esta Lei tem os seguintes limites:

1 — Com o município de Brusque — Partindo do ponto mais alto da serra do Itajaí, no divisor das águas do rio Encano e ribeirão Agrião, divisor das águas dos municípios de Brusque e Indaial; seguindo pelo referido ribeirão Agrião até encontrar o rio Itajaí-Mirim, por êste abaixo até a barra do ribeirão do Ouro, por êste acima até encontrar o ribeirão Três e por êste até a sua mais alta cabeceira, divisor das águas do rio Alferes ou Alto Braço, reconhecido por serra do Tijucas.

2 — Com o município de Nova Trento — Partindo da mais alta cabeceira do ribeirão Três e águas do rio Alferes, conhecido pelo nome de serra do Tijucas, sempre pelo divisor das águas até a mais alta cabeceira do rio Alferes ou Alto Braço, na serra do Mar, também conhecida por serra dos Faxinais.

3 — Com o município de Ituporanga — Partindo da mais alta cabeceira do rio Alto Braço e Itajaí-Mirim, pela serra do Mar, segue pelo divisor das águas do rio Itajaí-Mirim e Itajaí-Açu, até encontrar a mais alta cabeceira do ribeirão Batalha ou Molha Côco.

Vista parcial da sede municipal

4 — Com o município de Rio do Sul — Partindo da mais alta cabeceira do ribeirão Batalha ou Molha Côco, pelo divisor das águas do rio Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim, conhecido pelo nome de serra do Itajaí.

5 — Com o município de Indaial — Seguindo pela serra do Itajaí, pelo divisor das águas dos rios Itajaí-Mirim e Itajaí-Açu, até encontrar a mais alta cabeceira do rio Encano e ribeirão Agrião, ponto de partida.

Art. 3.º — Aplicam-se ao município criado por esta Lei, as disposições das Leis ns. 247 e 133, respectivamente, de 23 de dezembro de 1948, e 30 de dezembro de 1953, no que, direta ou indiretamente não colidir com os dispositivos desta Lei .

Art. 4.º — O novo município fará parte integrante da Comarca de Brusque.

Art. 5.º — Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 3 de dezembro de 1956.

Paulo Konder Bornhausen — Presidente".

O município foi solenemente instalado a 17 de fevereiro de 1957, face às determinações do Decreto n.º 63, de 24 de janeiro de 1957, do Govêrno do Estado.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito de Vidal Ramos foi criado pela Lei municipal n.º 4, de 15 de julho de 1928, ocorrendo sua instalação a 6 de outubro dêsse ano. O município o foi, pela Resolução número 40, de 2 de outubro de 1956, sendo aprovada pela Assembléia Legislativa, pela Lei n.º 272, de 3 de dezembro dêsse ano. Instalado a 17 de fevereiro de 1957.

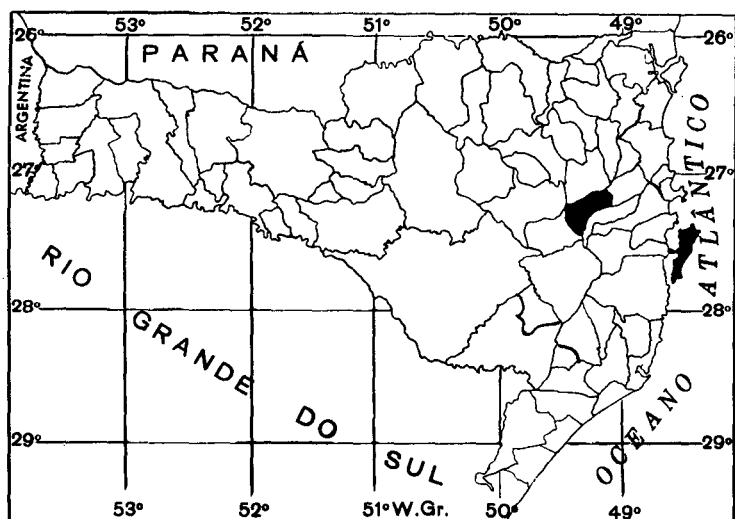
Vidal Ramos é subordinado à Comarca de Brusque.

O seu quadro administrativo, em 1.º-III-1958, era o seguinte:

Município: Vidal Ramos.

Distritos componentes: Vidal Ramos (Sede) e Itaquá.

A atual legislatura teve início em 1957, tendo sido eleito Prefeito, o Sr. Francisco A. Köerich, e constituída a Câmara Municipal de 7 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Vidal Ramos localiza-se na zona fisiográfica da Bacia do Itajaí. A cidade fica à margem direita do rio Itajaí-Mirim e a 81 km em linha reta da Capital do Estado, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 27º 24' de latitude sul e 49º 21' de longitude W Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 325 metros na sede municipal, sendo o 39.º lugar em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — Em geral, quente e úmido. No verão, a temperatura se eleva, muitas vêzes, a 37ºC e mais; no inverno cai aproximadamente a 10ºC. As chuvas predominam no verão, com fortes trovoadas, variando as precipitações anuais entre 1 400 e 2 000 mm.

ÁREA — A área do município é de 634 km², figurando em 50.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Serra da Piava, com altura máxima de 700 metros. Serra da Lontra, com altura máxima de 900 metros. Serra do Garrafão, com altura máxima de 1 000 metros. Rio Itajaí-Mirim, que percorre o município na direção oeste-leste.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) De origem mineral — areia, barro para olaria e pedra para construção. b) De origem vegetal — madeiras, como: peroba, canela, imbuia e sassafrás. c) De origem animal — peixes e mel de abelha.

POPULAÇÃO — A população de Vidal Ramos, segundo o Recenseamento de 1950, era de 8 063 habitantes.

A densidade era de 12,9 habitantes por km², ocupando o 51.º lugar no Estado. Os 93,4% da população localizam-se no quadro rural, sendo esta percentagem das mais elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 61.º lugar, com relação à população dos municípios do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 70.º lugar em população, sendo, portanto, uma das sedes municipais menos populosas de Santa Catarina.

É de 8 317 habitantes, a população estimada do município, em 1958, conforme dados do Departamento Estadual de Estatística.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Ainda com elementos do Censo de 1950, podemos afirmar que eram duas as aglomerações urbanas de Vidal Ramos: a cidade, então vila, com 331 habitantes (155 homens e 176 mulheres), e a vila de Itaquá, com 190 habitantes (96 homens e 94 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta sua economia, principalmente, na agricultura.

As principais culturas agrícolas são: milho, fumo em fôlha, feijão (grão) mandioca, batata-doce, batatinha e cana-de-açúcar.

Os principais ramos industriais, são: beneficiamento de madeira, extração de óleo de sassafrás e produtos suínos.

A produção agrícola atingiu, no ano de 1957, ... Cr$ 87 151 500,00.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957:

a) De origem mineral — areia 400 t, no valor de Cr$ 8 000,00; barro ou argila 220 t, no valor de Cr$ 4 150,00; pedras para pavimentação 800 t, no valor de Cr$ 64 000,00.

b) De origem vegetal — lenha 79 300 m³ no valor de Cr$ 3 965 000,00; óleo 11 500 kg, no valor de Cr$ 409 600,00; palmito 10 000 kg, no valor de Cr$ 25 000,00.

c) De origem animal — carne 300 kg, no valor de Cr$ 6 000,00; mel de abelha silvestre 2 250 kg, no valor de Cr$ 13 000,00; peixe fresco 750 kg no valor de .... Cr$ 13 000,00.

COMÉRCIO — Em todo o município contam-se 18 estabelecimentos comerciais varejistas.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO — Dista a cidade cêrca de 229 km da Capital Estadual por meio de rodovia, e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por meio de rodovia: 134 km até a cidade de Nova Trento; 111 km até a de Brusque; 164 km até a de Indaial; 58 km até a de Ituporanga, e 76 km até a de Rio do Sul.

Existem em funcionamento no município 2 Agências Postais do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Vidal Ramos tem 331 habitantes. Algumas casas do perímetro urbano são dotadas de iluminação elétrica, com luz própria.

Entre os edifícios mais importantes, assinalamos: Prefeitura Municipal, Igreja São Sebastião, Igreja Evangélica, Coletoria Estadual, Delegacia de Polícia.

A cidade conta com 1 hotel, o Hotel Schneider, à Avenida Boa Esperança, uma Delegacia de Polícia, e uma farmácia, a Farmácia Popular, à Avenida Jorge Lacerda.

ALFABETIZAÇÃO E ENSINO — De conformidade com o Censo de 1950, a população da sede de Vidal Ramos era

Igreja-Matriz Municipal

de 331 habitantes, dos quais 256 eram pessoas de 5 anos e mais. Dêsses, 196 sabiam ler e escrever (96 homens e 100 mulheres), e 60 não sabiam ler e escrever (27 homens e 33 mulheres).

Na vila de Itaquá, de um total de 190 habitantes, o grupo de pessoas de 15 anos e mais era de 139, dos quais 76 sabiam ler e escrever (40 homens e 36 mulheres) e 63 não sabiam ler e escrever (32 homens e 31 mulheres).

Em 1958, funcionaram no município 38 unidades de Ensino Primário Geral, com a seguinte distribuição: Escolas Reunidas Estaduais 2, sendo uma em cada sede distrital; Escolas Estaduais 23, tôdas situadas na zona rural; Escolas Municipais 13, situadas tôdas também na zona rural.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há no município cêrca de três associações desportivas. Duas delas, o Esporte Clube Fluminense e o Esporte Clube Ipiranga se situam na sede municipal, tendo a terceira delas, Boa União Esporte Clube, a vila de Itaquá como sede.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — No que diz respeito a cultos, registra-se o seguinte em Vidal Ramos:

Culto Católico Romano: Paróquia de São Sebastião, com 1 sacerdote, 1 Igreja-Matriz e 14 capelas públicas.

Culto Protestante: 1 Igreja Evangélica de Vidal Ramos.

Os principais festejos religiosos são, os abaixos relacionados:

Festa de São Sebastião, a 20 de janeiro;

Festa de *Corpus Christi*, em data variável.

Em ambas, além das festividades, realizam-se procissões.

No tocante a efemérides, a mais importante é a data da instalação do município, a 17 de fevereiro.

Embora, em pequena escala, no tocante a folclore poderá ser mencionado como existente, em Vidal Ramos, o seguinte: "Dansa dos Pésinhos", "Ternos de Reis", "Boi de Mamão", "Pão por Deus" e "Desafios".

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do município recebem o nome de "vidal-ramenses".

Antes da denominação atual, o município teve, como distrito ou povoado, os nomes de Santa Luzia e Adolfo Konder.

Prédio principal de grande firma comercial

Conjunto industrial e comercial de importante firma do município

O nome atual, dado em 1930, é homenagem ao Dr. Vidal Ramos, destacado político, que ocupou vários cargos em Santa Catarina, entre os quais, os de Deputado, Senador e Governador do Estado.

O município de Vidal Ramos é subordinado à Comarca e Têrmo de Brusque.

Seu eleitorado, em 1958, era de 2 437 eleitores.

Em 1957, havia no município os seguintes veículos:

a) Veículos a motor — jipe 1, caminhões 4 e trator 1.

b) Veículos a fôrça animada — carros de 2 ou 4 rodas 27, bicicletas 69 e carroças de 4 rodas 118.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

VIDEIRA — SC

Mapa Municipal no 13.° Vol.

HISTÓRICO — Primitivamente chamava-se "RIO DAS PEDRAS".

Os primeiros passos para a colonização do município foram dados com a construção da ferrovia São Paulo — Rio Grande. Segundo tradição, os primeiros povoadores de Videira surgiram com a colonização, empreendida em 1918, após a debelação às tentativas dos fanáticos que assolaram a região. É natural que, em vista das dificuldades naturais que se apresentaram aos pioneiros, moroso fôsse o seu desenvolvimento.

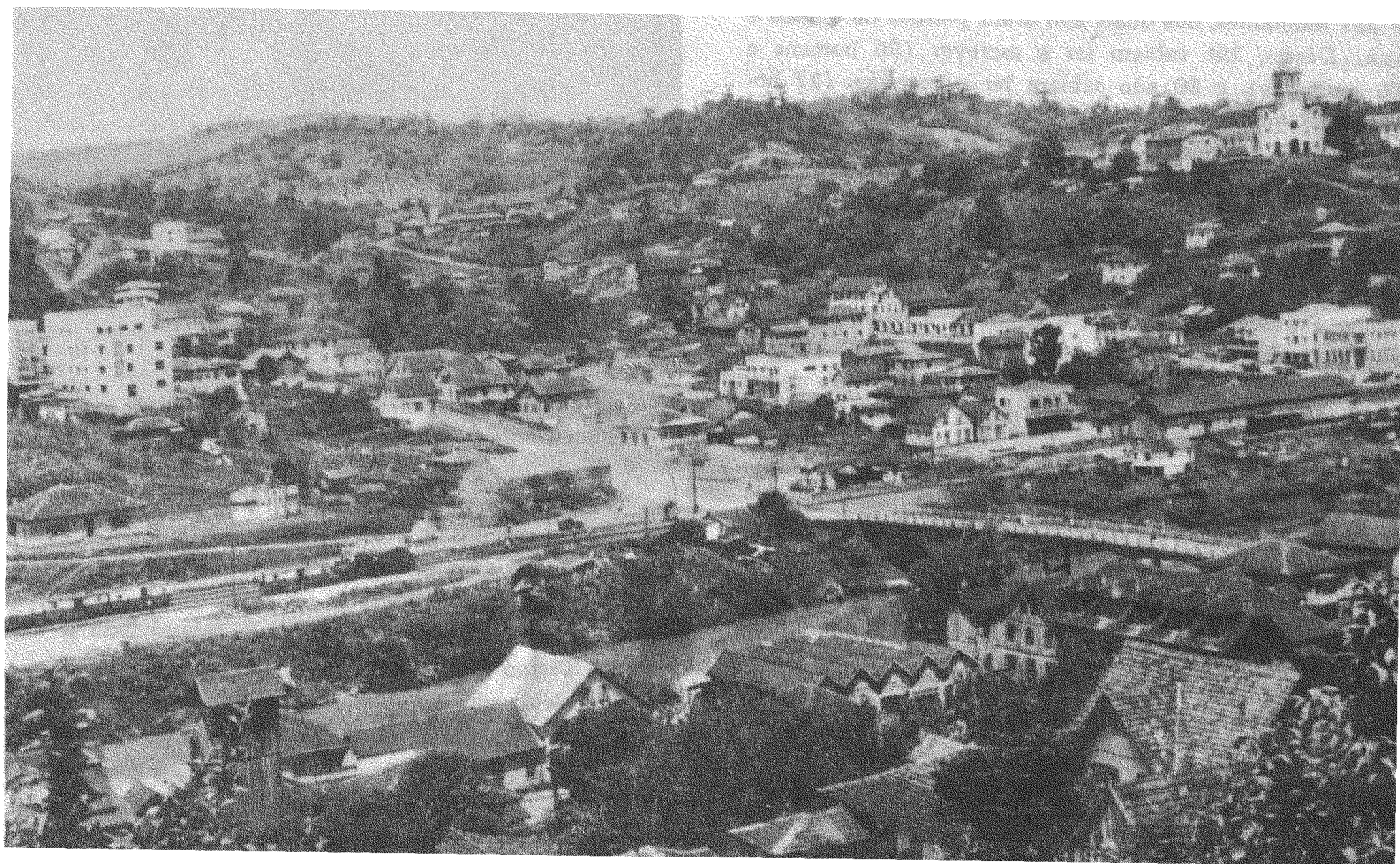
Foram os primeiros povoadores, embora já se encontrassem radicados à região José Vacariano e várias famílias, Fernando Panacione, Fernando Teller de Isler, Ricardo Brandalise, José Formighieri, João Cristiano e João Noel.

O primeiro estabelecimento industrial da povoação foi a serraria de propriedade de José Formighieri, instalada em 1918. Seguiram-se-lhe o moinho de Ricardo Brandalise e o curtume de Banjamim Grazziotin.

As primeiras casas comerciais, foram resultado da iniciativa de José Vacariano e Fernando Panacione.

Em 1921, passou a chamar-se "PERDIZES".

Em 12 de abril de 1927, foi pela Lei 337, elevado à categoria de distrito, como parte integrante do município de Campos Novos.

Pelo Decreto-lei 941, de 31 de outubro de 1943, foi elevado à categoria de município, passando a chamar-se VIDEIRA. A denominação de Videira, é devida ao fato de

Vista parcial da cidade

ser o município um grande centro viti-vinícola do Estado. A instalação do município se processou solenemente, no dia 1.º de março de 1944, sendo à época, seu Têrmo e Comarca, Caçador.

O município foi criado com os distritos de Perdizes, Tangará (ex-Rio Bonito); parte do distrito de Espinilho (ex-Coração de Jesus), do município de Campos Novos, com os distritos de Vitória, Iomerê (ex-São Luís) e Arroio Trinta, do município de Caçador, e parte do distrito de Ibicaré (ex-Tapuí) do município de Joaçaba. O distrito de Arroio Trinta foi criado pelo Decreto-lei 941, de 31 de dezembro de 1943, que criou o município.

A instalação da Câmara Municipal se processou em 4 de fevereiro de 1947. A primeira se constituiu dos vereadores eleitos, cidadãos, Alfredo Odilon Taborda Ribas, Silvestre Doré, Antônio Breda, José Pereira Duarte, José Grazziotin, Antônio Mariano Zardo, Antônio Figueirôa, Luiz Golin, Gualtiero Reinaldo Piccoli, José Grassi e Alberto Nicolau Schmitt.

O primeiro Prefeito eleito, cidadão Ângelo Ponzoni, foi empossado a 2 de janeiro de 1948. Em 30 de dezembro de 1948, por fôrça da Lei estadual 247, foi criado o município de Tangará, desmembrado dos municípios de Videira, e Campos Novos.

Pela mesma Lei foi anexado ao município de Videira, o distrito de Ipoméia, desmembrado do município de Caçador.

Em 10 de novembro de 1950, pela Lei municipal 80 e homologada pela Lei 31, de 12 de dezembro de 1951, da Assembléia Legislativa do Estado, foi criado o distrito de Dez de Novembro, desmembrado do primeiro Sub-Distrito do município.

Em 29 de janeiro de 1953, Videira foi elevada à Comarca, com um único Têrmo, o próprio município, desligando-se jurìdicamente da Comarca de Caçador.

Foram as primeiras autoridades judiciárias, o Dr. Alfredo Zimmer, Juiz de Direito e o Dr. Francisco Wosgraus, Promotor de Justiça.

Pela Lei Municipal n.º 168, de 21 de outubro de 1953 e homologada pela Lei n.º 141, de 11 de fevereiro de 1954, foi criado o distrito de Pinheiro Prêto, desmembrado do primeiro e segundo sub-distritos do município.

Pelo acôrdo do Supremo Tribunal Federal, de 26 de maio de 1955, o distrito de Ipoméia, passou à sua situação primitiva, qual seja, a de fazer parte integrante do município de Caçador, por ter sido julgada inconstitucional a Lei estadual n.º 247, de 30 de dezembro de 1948, que o anexará à Videira.

Pela Lei municipal 7/57, de 6 de abril de 1957, e homologada pela Lei n.º 286, de 27 de junho de 1957, da Assembléia Legislativa do Estado, foi criado o distrito de Veloso.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito de Videira foi criado pelo Decreto-lei estadual número 941, de 31 de dezembro de 1943, formado com os distritos de Perdizes e Vitória, transferidos dos municípios de Campos Novos e Caçador.

Também pelo Decreto-lei n.º 941, de 31 de dezembro de 1943, foi criado o município, com território desmembrado dos municípios de Campos Novos, Caçador e Joaçaba, ocorrendo a instalação, a 1.º de março de 1944.

Praça da Matriz

A Comarca de Videira foi criada pela Lei n.º 817, de 29 de janeiro de 1953, sendo instalada a 19 de setembro dêsse mesmo ano.

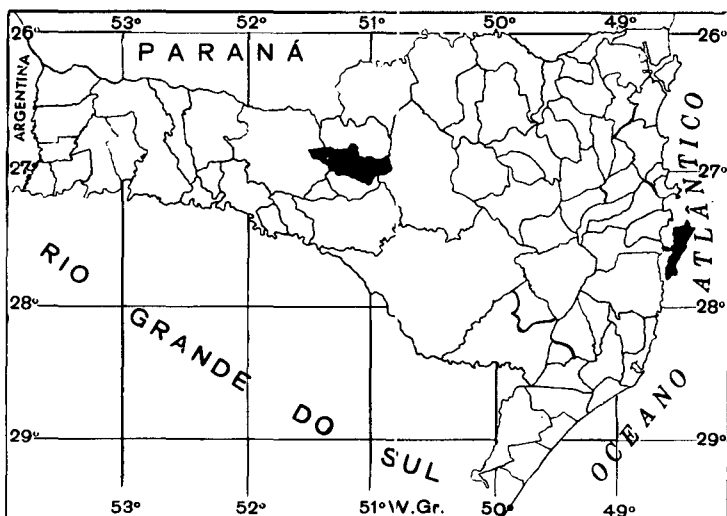
O seu quadro administrativo e judiciário, em 1.º de março de 1958, era o seguinte:

Comarca, Têrmo e Município: Videira.

Distritos componentes: Videira (sede), Arroio Trinta, Dez de Novembro, Iomerê, Pinheiro Preto e Veloso.

Pela Lei n.º 380, de 19 de dezembro de 1958, foi desmembrado o município de Arroio Trinta, do de Videira.

A atual legislatura teve início em 1955, tendo sido eleito Prefeito, o Sr. Luiz Leoni, e constituída a Câmara Municipal de 11 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Videira localiza-se na zona fisiográfica do Rio do Peixe. A cidade fica às margens dêsse rio e a 26 km em linha reta da Capital do Estado e possui as seguintes coordenadas geográficas: 28° 00' 14" de latitude sul e 51° 09' 16" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 690 metros na sede municipal, sendo o 35.º lugar em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — Bastante frio no inverno (aproximadamente 0°C), chega a ser muito quente no verão, quando atinge 39°C. Sujeito a geadas. As chuvas predominam no comêço da primavera, alcançando a precipitação anual quase 2 000 mm. A umidade vai, mais ou menos, a 80%. Próprio para agricultura.

ÁREA — A área do município é de 938 km², figurando em 36.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio do Peixe, que atravessa a sede municipal, não navegável, Rio Quinze de Novembro, Rio Anta Gorda, Rio Barbaquá, Rio das Pedras, Rio São Bento, Rio Prinheiro Prêto, Rio Roberto, Salto do Rio do Peixe, com uma queda de 12 metros de altura, aproveitado; Salto do Rio das Pedras, com uma queda de 21 metros de altura, aproveitado.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) De origem vegetal: pinho, cedro, imbuia, erva-mate;

b) de origem mineral: pedra e barro para tijolos;

c) de origem animal: peixes.

POPULAÇÃO — A população de Videira, segundo o Recenseamento de 1950, era de 23 625 habitantes e tinha a seguinte composição: homens 12 030; mulheres 11 595; brancos 22 947; pardos 344; pretos 229, e 105 não declararam a côr. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 12 209, 4 114 eram solteiras; casadas 7 563; viúvas 459; desquitadas 21 e 52 não declararam o estado conjugal.

Existiam 452 estrangeiros e 108 brasileiros naturalizados.

Em religião predominaram os que se declararam Católicos Romanos, em número de 21 891, as outras religiões possuiam adeptos em pequena escala. A densidade era de 25,1 habitantes por km², ocupando o 26.º lugar ao Estado.

Da população, 80,6% localiza-se no quadro rural, sendo esta percentagem das menos elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 29.º lugar, com relação à população dos municípios do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 21.º lugar em população.

A população estimada do município é de 27 642 habitantes, em 1958, conforme estudos do Departamento Estadual de Estatística.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São três as aglomerações urbanas do município: — a cidade de Videira, com 3 180 habitantes (1 557 homens e 1 623 mulheres) e as

Vinhedos, riqueza do município

26 — 24 944

Vista parcial da cidade

vilas de: Arrôio Trinta, com 330 habitantes (171 homens e 159 mulheres) e Iomerê, com 547 habitantes (282 homens e 265 mulheres), conforme dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial, no ano de 1955, era de Cr$ 212 233 834,00.

O município assenta sua economia, principalmente, na agricultura. A produção de farinha de trigo, atingiu no ano de 1955, a 3 100 140 kg, valendo Cr$ 20 910,00; banha de porco refinada ou não (1 878 050 kg, no valor de .. Cr$ 48 403 728,00); lingüiças e salsichas não enlatadas .. (714 745 kg, no valor de Cr$ 18 788 436,00); pinho serrado pranchões, tábuas, etc. (20 118 m^3, no valor de .. Cr$ 13 760 854,00); vinho de uva (1 722 643 litros, no valor de Cr$ 9 939 250,00).

Dos 36 estabelecimentos industriais, 4 dedicam-se à produção de vinho de uva, conhaque, vermute, etc., 1 de banha refinada e 12 serrarias.

Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) 23,73% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: trigo, milho, feijão (grão), alfafa, batatinha, aipim, cevada, mandioca, abóbora, batata-doce, arroz, centeio, melancia, alho, fumo em fôlha, cebola, amendoim com casca, tomate, aveia (grão), fava; como culturas permanentes, temos: uva, pêra, marmelo, pêssego, maçã, figo, caqui, limão, laranja, bargamota, noz européia. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 168 250 600,00. O valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de .... Cr$ 182 427 600,00. A percentagem da população ativa na indústria é de 3%.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957:

a) De origem mineral: tijolos (487 ml. no valor de Cr$ 1 587 000,00); cascalho (814 kg no valor de ...... Cr$ 407 000,00); pedras para alicerces (380 m^3, no valor de Cr$ 1 11 200,00);

b) De origem vegetal: erva-mate cancheada (77 500 quilogramas, no valor de Cr$ 714 500,00); lenha .... (89 700 m^3, no valor de Cr$ 10 099 500,00); pasta mecânica (84 000 kg, no valor de Cr$ 210 000,00);

c) De origem animal: couro (247 unidades, no valor de Cr$ 18 720,00).

No que se refere a produtos transformados de origem animal, a produção atingiu em 1956, o valor de .... Cr$ 168 957 003,00, sendo os principais produtos; banha (2 000 000 kg, no valor de Cr$ 79 750 000,00); leite (4 000 000 litros no valor de Cr$ 17 200 000,00); lingüiça (493 000 kg, no valor de Cr$ 17 040 000,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se mais de cem estabelecimentos comerciais (5 atacadistas e 113 varejistas). Funcionam ainda no município as agências dos seguintes bancos: Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO), o Banco Nacional do Comércio S.A. e Banco do Brasil S.A.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 4 emprêsas rodoviárias e 1 aérea para passageiros, 2 rodoviárias e uma áerea para cargas, 1

ferroviária, a Viação Férrea Paraná-Santa Catarina e 2 aéreas para passageiros e cargas.

Dista a cidade cêrca de 446 km da Capital do Estado, por rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por rodovia: 49 km até a cidade de Caçador; 67 km até a de Joaçaba; 22 km até a de Tangará; 95 km até a de Curitibanos. Dista 65 km de Caçador; 74 km de Joaçaba; 33 km de Tangará, por ferrovia.

Na cidade funciona uma Agência Postal-Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma Agência e uma Rádio-Telefônica da Viação Férrea Paraná-Santa Catarina, uma Estação de Rádio da Polícia Militar do Estado, uma estação Rádio-Telegráfica da Real Transportes Aéreos, uma Agência Telefônica de uso público e duas de uso particular da Companhia Telefônica Catarinense.

No restante do município funciona uma Agência Postal e uma Postal-Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Videira tem 3 180 habitantes, sendo a 21.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina, e conta com 26 logradouros públicos, dos quais, 1 inteiramente pavimentado e 4 parcialmente pavimentados.

É servida de luz elétrica com 738 ligações domiciliares.

Os principais edifícios, são: Igreja Matriz, Cine Guarani, Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S. A. Grupo Escolar "Governador Lacerda", Hospital São José, Hospital Divino Salvador, Escola Normal "Imaculada Conceição", Clube Vitória e Banco Nacional do Comércio. A cidade conta com 5 hotéis e um aeroporto.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica no município é prestada à população por 6 médicos, 6 dentistas, 7 farmacêuticos e 9 auxiliares de saúde.

4 hospitais, servem à população com assistência médica em geral.

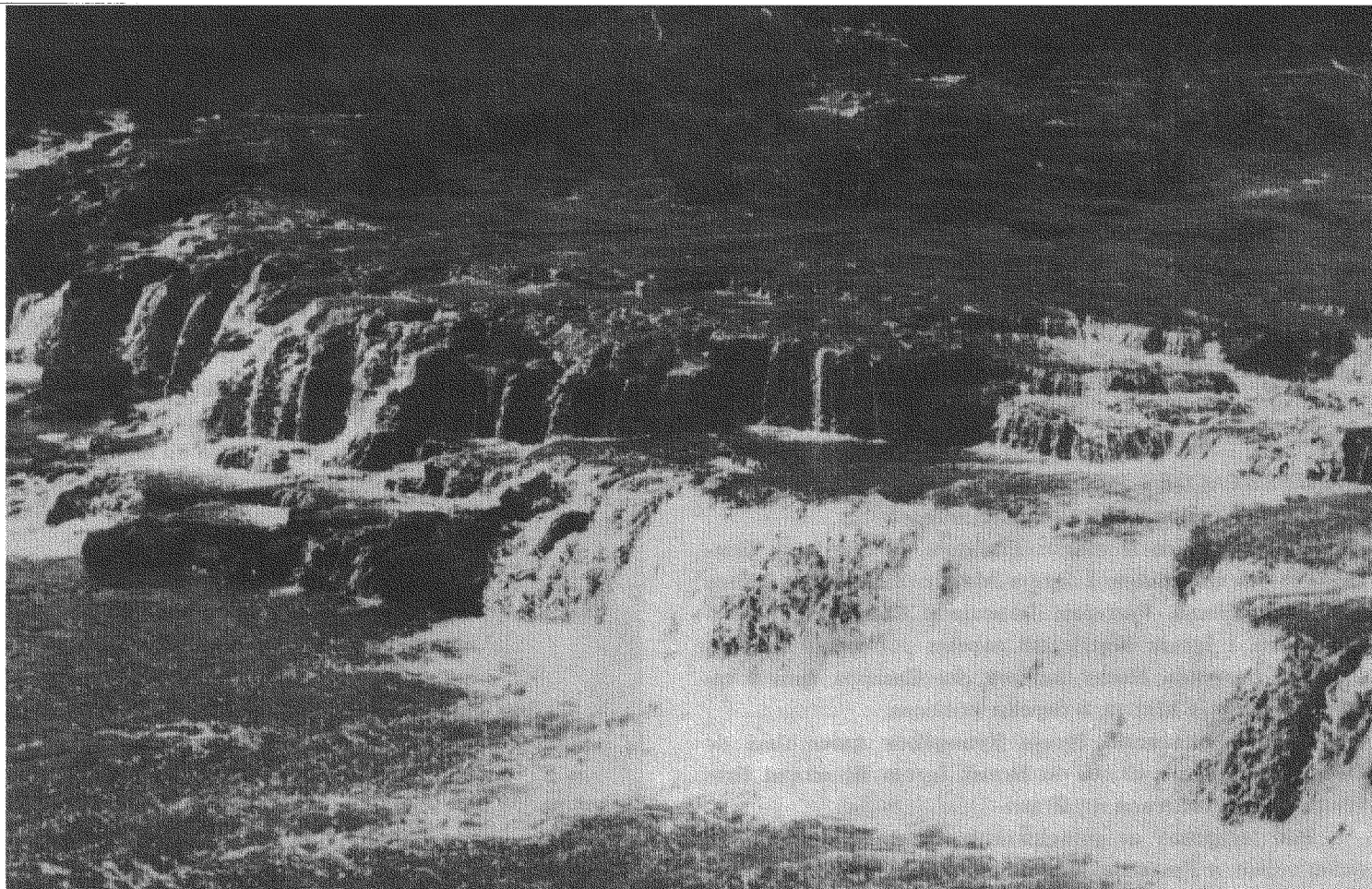
Existem 7 farmácias no Município.

COOPERATIVISMO — Na cidade funciona a Cooperativa Mista "26 de Outubro Ltda", instalada em 1953, com 461 sócios.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950, constatou a existência de 19 163 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 11 308 ou seja 59,0%, sabiam ler e escrever. Dêsse total, 6 053 eram homens e 5 255 mulheres. Na sede municipal, das 2 689 pessoas de cinco anos e mais, 2 193 sabiam ler e escrever, sendo 1 114 homens e 1 079 mulheres.

Ensino — Em 1956 funcionaram na cidade e no resto do município, 70 unidades de Ensino Primário Geral com matrícula efetiva de 3 265 alunos, assim distribuídos: Pré-primário 1 unidade, com 35 alunos; Fundamental Comum 65 unidades, com 3 155 alunos e Complementar 4 unidades, com 75 alunos.

No tocante a ensino extraprimário, funcionaram no município os seguintes estabelecimentos: Escola Normal "Imaculada Conceição" (Curso Normal e Ginasial); Seminário Camiliano (Curso Ginasial); Seminário Salvatoriano (Curso Ginasial); um Curso Normal Regional e dois Cursos Religiosos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há na cidade 5 Associações Desportivas e Culturais, tôdas dedicadas às ati-

Salto dos Locatelli, no rio Quinze de Novembro

Outro ângulo do Salto dos Locatelli no rio Quinze de Novembro

vidades desportivas, um cinema, o Cine Guarani, com 812 lugares, e uma estação de Radiodifusão, a Rádio Videira — ZYW-6.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	3 004	4 465	3 138	1 053	2 083
1951.......	3 584	6 044	2 299	1 330	1 903
1952.... ..	5 259	7 016	3 864	1 602	3 203
1953.......	8 072	9 734	3 216	1 638	3 064
1954.	9 223	13 649	3 865	1 843	3 753
1955.......	15 873	17 779	5 316	2 338	5 794
1956.......	21 569	27 337	6 411	2 178	5 818

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS — Videira, possui um monumento dedicado a Santos Dumont, no Aeroporto Municipal.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E EFEMÉRIDES — No tocante a cultos registra-se o seguinte:

Culto Católico Romano: Paróquia de São Luiz Gonzaga, com 5 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, 8 capelas públicas e 3 semipúblicas. Paróquia Imaculada Conceição, com 5 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, 28 capelas públicas e 5 semipúblicas. Paróquia Nossa Senhora dos Campos, com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz, 8 capelas públicas.

Culto Protestante: Igreja Evangélica Assembléia de Deus, Congregação Cristã do Brasil, Igreja Episcopal Brasileira, Igreja Luterana do Brasil.

São religiosas as principais manifestações populares, como sejam a Festa de Nossa Senhora da Conceição (padroeira da Paróquia e do município) que se realiza na cidade com a duração de 10 dias, começando no dia 29 de novembro e encerrando a 8 de dezembro, que é feriado municipal; a de Nossa Senhora da Salete, com a duração de 10 dias, começando no dia 10 e encerrando no dia 19 de setembro. Realiza-se, também, em anos prèviamente fixados, a tradicional Festa da Uva, entre os meses de janeiro e fevereiro. Todos os festejos são concorridos e de grande animação, movimentando, não só a população do município, como de diversas localidades do Estado. A última festa da Uva realizou-se em 20 de fevereiro de 1949.

As principais efemérides do município são:

1.º de março — instalação do município — 1944

8 de dezembro — festa de Nossa Senhora da Conceição — padroeira.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Videirense é o patronímico dado aos nascidos em Videira.

A denominação de Videira, é devida ao fato de ser o município um grande centro viti-vinícola do Estado.

A vindima

É sede de Comarca e Têrmo, sendo seu eleitorado, em 1938, de 5 994 eleitores.

No município, havia em 1957, os seguintes veículos:

a) Veículos a motor: automóveis 44, jipes 40, ônibus e micro-ônibus 2, camionetas 30, motociclos 10, caminhões 157, tratores 11.

b) Veículos a fôrça animada: carros de 2 ou 4 rodas 8, bicicletas 166, carroças de 4 rodas 810.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

XANXERÊ -- SC

Mapa Municipal no 13.° Vol.

HISTÓRICO — Não obstante ter tido a Espanha e, depois, a República Argentina, o intuito de reivindicar grande área de terras brasileiras, na região compreendida entre os rios Iguaçu e Uruguai, apesar de ser o Brasil nação independente desde 1822, aquela região era desconhecida até 1839, só habitada ùnicamente por índios selvagens.

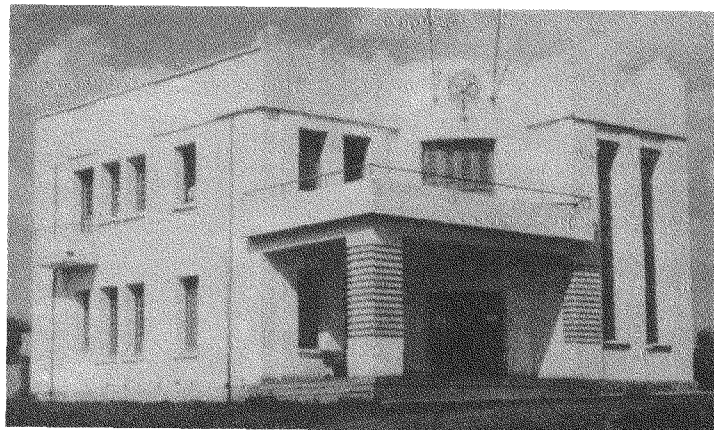
No ano de 1838, segundo a tradição, a cidade de Guarapuava e as fazendas de suas redondezas, pertencentes então à Província de São Paulo, foram assaltadas e saqueadas por índios selvagens, que além de trucidarem civilizados, levaram consigo jóias, dinheiro e várias môças.

Nasceu daí uma expedição organizada pelos habitantes de Guarapuava, cuja finalidade era a de reaver os bens roubados e as môças raptadas. Fêz parte dessa expedição um môço, vindo de Minas Gerais, de nome José Raymundo Fortes, que, mais tarde, obteve a concessão de uma grande área de terras na região denominada Campina do Gregório, hoje Município de Chapecó, sendo assim um dos primeiros moradores da região, tendo se localizado nas proximidades da hoje cidade de Chapecó.

No ano de 1839, com as notícias da existência de grandes extensões de campo, trazidas pelos expedicionários, que regressaram depois de terem desbaratado os silvícolas, um grupo de fazendeiros brasileiros, das cidades de Guarapuava e Palmeira, ambas da Comarca de Curitiba, Província de São Paulo, resolveram explorar o sertão situado ao sul, a fim de estabelecerem fazendas de criações.

Muitos daqueles que haviam feito parte da expedição contra os índios, pelos seus assinalados serviços prestados à causa dos civilizados, obtiveram, do Govêrno Imperial, concessões de grandes áreas de terras, como a que foi feita a José Raymundo Fortes.

Cedo, porém, entraram em atritos e discussões, motivados pela posse e demarcações de terrenos, ameaçados que estavam ao mesmo tempo de agressão dos índios, em permanente estado de guerra e das pretensões da Argentina que reivindicava para si tôda a região.

Em virtude dessa situação de incertezas e apreensões os habitantes de maior responsabilidade, resolveram procurar uma solução amigável para suas desavenças, e escolheram dois árbitros, cidadãos respeitáveis, residentes em Curitiba, os quais, aceitando a incumbência, partiram da dita cidade, demorando quase dois meses para chegarem no local da contenda.

Prefeitura Municipal

Os árbitros, após se orientarem a respeito das questões, percorreram o terreno, em sua grande extensão e diversos rumos, tendo chegado ao lugar Campo-Erê, já naquele tempo assim chamado pelos indígenas e que significa "campo da pulga"; aí conseguiram harmonizar as divergências e satisfazer as pretensões dos civilizados. José Joaquim Pinto Bandeira, que foi um dos árbitros, escreveu uma Memória sôbre a missão desempenhada, com interessantes notícias das ocorrências e dos índios daquele tempo (Rev. Inst. Hist. e Geog. do Brasil, vol. 14, 1851).

O Presidente da Província de São Paulo, tendo conhecimentos dêsses fatos, comunicou-os à Assembléia Provincial, como conquista de território até então a ninguém pertencente, mas o Presidente da Província de Santa Catarina protestou, sob o fundamento de que ditas terras pertenciam a esta Província. Curitiba, tendo sido elevada à categoria de Província do Paraná, no ano de 1853, adotou a pretensão paulista e prosseguiu na discussão contra Santa Catarina.

No ano de 1859, o Govêrno Imperial brasileiro criou a colônia militar de Chapecó, também chamada de Xanxerê, em terras da margem esquerda do rio Chapecó, e a colônia militar do Chopim, em terras da margem direita do rio Chopim, êste afluente do rio Iguaçu e aquêle do rio Uruguai, pelo Decreto n.° 2 502, de 16 de novembro.

O Govêrno Argentino reclamou então, contra a criação dessas colônias militares, alegando que as terras estavam em litígio, seguindo-se daí uma série de explicações e trocas de notas diplomáticas, que retardaram a instalação das referidas colônias até 14 de março de 1882 para Chapecó, ou Xanxerê, e 27 de dezembro do dito ano de 1882, para Chopim.

Foi diretor da colônia militar de Xanxerê, o capitão José Bernardino Bormann, que a dirigiu durante 17 anos dando-lhe grande impulso e progresso, vindo depois a falecer no pôsto de Marechal do Exército Brasileiro. Posteriormente, a colônia militar de Xanxerê decaiu e, no ano de 1890, era um distrito do Município de Palmas, tal como Passo Bormann, Campo-Erê e Chapecòzinho.

Após a proclamação da República, em 1889, os estados de Paraná e Santa Catarina continuaram sustentando os seus respectivos pontos de vista.

Finalmente, sem outra possibilidade de solução de pendência, Santa Catarina, por seus representantes, propôs contra o Paraná, uma ação de reivindicação perante o Supremo Tribunal Federal e obteve sentença favorável. Mas,

Vista aérea parcial da cidade

na iminência de execução da sentença, surgiram ameaças de resistência pela fôrça.

Ocorreu, então, a intervenção amistosa do Presidente da República, Dr. Wenceslau Braz, em 1916, perante os Governadores, General Felippe Schmidt, de Santa Catarina, e coronel Carlos Cavalcante, do Paraná, conseguindo depois de diversas conferências, solucionar a questão por acôrdo. E, dentre outros municípios do território contestado, passou para o estado de Santa Catarina, pela Lei estadual n.º 1 147, de 24 de agôsto de 1917, o Município de Chapecó, tendo por sua sede, conforme estabelecia a mencionada lei, a povoação de Passo Bormann, e a sua instalação se realizou a 15 de novembro de 1917.

Pela Lei municipal n.º 2, de 31 de dezembro de 1917, foi o Município de Chapecó dividido em 5 distritos: 1.º — Passo Bormann; 2.º — Xanxerê; 3.º — São Domingos, mais tarde chamado Abelardo Luz; 4.º — Campo Erê; 5.º — Barracão.

Pela Lei estadual n.º 1 260, de 5 de novembro de 1919, no Govêrno Hercílio Luz, foi a sede do município transferida para Xanxerê. Sua instalação causou algum desentendimento, tanto que, realizada a 15 de novembro de 1919, essa formalidade foi depois renovada a 19 de fevereiro de 1920.

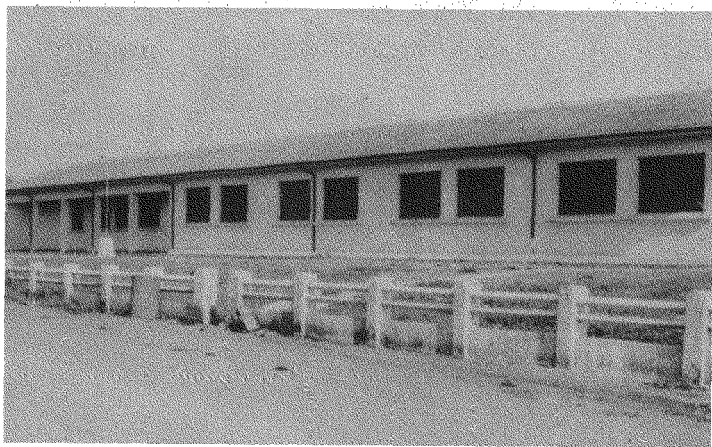
Por Decreto municipal, assinado pelo 2.º substituto do Superintendente em exercício, Otaviano dos Santos, de 5 de dezembro de 1923, foi determinada a mudança da sede municipal para Passo Bormann e sua instalação realizou-se a 25 de dezembro de 1923.

Por decreto municipal, assinado pelo Sub-Prefeito Manoel de Siqueira Bello, no exercício do cargo de Prefeito Municipal, foi designado o dia 5 de março de 1930, para instalação da sede do Município de Chapecó, em Xanxerê, de acôrdo com a Lei estadual n.º 1 645, de 3 de outubro de 1929.

Com a revolução de 3 de outubro de 1930, foi investido, na função de governador militar e civil do Estado, o general Ptolomeu de Assis Brasil, e pelo mesmo foi designado, para Prefeito provisório de Chapecó, o cidadão Nicacio Portela Diniz, que tomou providências iniciais para organização do município, a principal das quais foi baixar decreto de 1.º de novembro, determinando a restauração da sede do Município em Passo Bormann, cuja instalação foi feita, continuando, entretanto, a sede da Comarca em Xanxerê.

Falecendo em 1931, Nicacio Portela Diniz, foi substituído pelo Capitão da Fôrça Pública João C. Alves Marinho, que chegando em Xanxerê, encontrou a anomalia de ser ali a sede da Comarca, ao passo que a sede do município se situava em Passo Bormann.

Em Passo Bormann, assumiu o exercício do seu cargo e, em relatório ao Governador, expôs a situação sugerindo fôsse a sede do município e da comarca localizada na povoação de Passo dos Índios (hoje cidade de Chapecó). O general Governador, aceitando a sugestão, baixou ato, determinando a aludida mudança da sede de município e Comarca, na forma declarada, e cuja instalação se realizou no dia 2 de maio de 1931.

Em obediência à Lei federal n.º 311, de 2 de março de 1938, referente à divisão territorial do país e Decreto-lei estadual n.º 238 de 1.º de dezembro, em relação ao Estado, em sessão solene realizada na sala do Conselho da

Grupo Escolar Joaquim Nabuco

Prefeitura Municipal, sob a Presidência do Juiz de Direito da Comarca, Dr. Antonio Selistre de Campos, no dia 1.º de janeiro de 1939, e presentes os representantes do Govêrno Federal e Govêrno Estadual, as autoridades locais, pessoas gradas, populares e familiares, foi declarado, confirmado, para todos os efeitos, o quadro territorial para esta unidade da federação brasileira, sendo substituído o nome de Passo dos Índios pelo designativo "Chapecó".

Em 1953 era criado o Município de Xanxerê, desmembrado do de Chapecó, sendo instalado a 27 de fevereiro de 1954, tendo assumido o cargo de Prefeito Provisório, por designação do Governador Irineu Bornhausen, o Inspetor Geral do Ensino do Estado, Professor Teodósio Maurício Wanderley.

Em 1956 era instalada a Comarca de Xanxerê.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito foi criado pela Lei municipal n.º 2, de 22 de dezembro de 1917, sendo instalado a 27 de janeiro do ano seguinte.

Pela Resolução n.º 11, de 29 de outubro de 1953, aprovada pela Lei n.º 133, de 30 de dezembro de 1953, da Assembléia Legislativa do Estado, foi criado o Município de Xanxerê, com território desmembrado do de Chapecó, ocorrendo sua instalação a 27 de fevereiro do ano seguinte.

A Comarca foi criada pela Lei n.º 171, de 10 de dezembro de 1954, e instalada a 5 de junho de 1956.

O seu quadro administrativo e judiciário, em 1.º-III-958, era o seguinte:

Comarca, Têrmo e Município: Xanxerê.

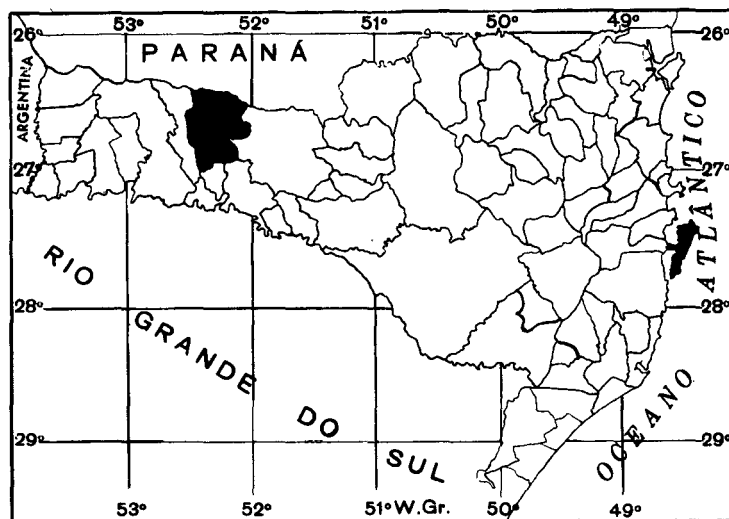
Distritos componentes: Xanxerê (sede), Abelardo Luz, Bom Jesus e Fachinal dos Guedes.

A Comarca abrange, ainda, o Município de Xaxim, constituindo dois distritos: Xaxim (sede) e São Domingos.

A Lei n.º 348, de 21 de junho de 1958, desmembrou os municípios de Abelardo Luz e Fachinal dos Guedes, do de Xanxerê.

A atual legislatura teve início em 1954, tendo sido eleito Prefeito, o Sr. Adílio Fortes e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Xanxerê localiza-se na zona fisiográfica do Oeste.

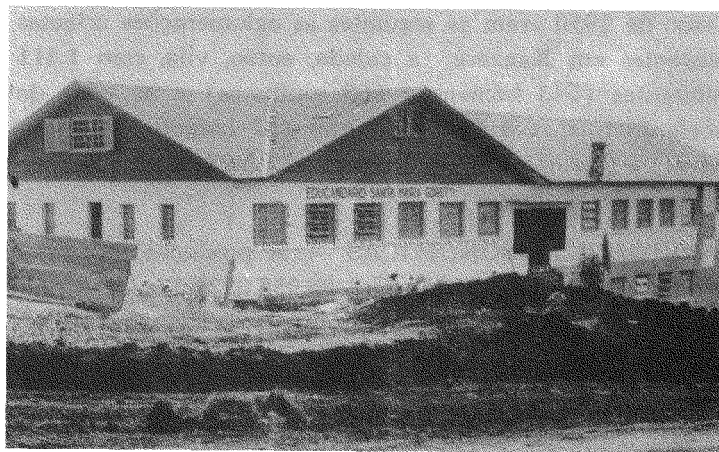
A cidade fica a 390 km em linha reta da Capital do Estado, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 26° 52' 00" de latitude sul e 52° 24' 00" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 820 metros na sede municipal, sendo o 62.º lugar em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — Em geral frio, apesar de que, em poucos períodos do verão a temperatura alcance quase 30°C. As chuvas predominam na primavera, sendo que as precipitações anuais variam entre 1 700 e 2 000 mm. No inverno, a temperatura desce abaixo de 10°C. Sujeito a freqüentes geadas. Muito propícia à agricultura.

ÁREA — A área do município é de 2 379 km², figurando em 11.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Chapecòzinho que possui várias cascatas uma das quais figura em plano de eletrificação do Estado, para localização de usina hidrelétrica. Rio Chapecó Grande, que possui também várias cascatas. Rio Irani, que serve de divisa com o Município de Seára. Serra do Gregório.

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) De origem mineral: areia, barro para olaria e pedra. b) De origem vegetal: erva-mate, madeiras, pinho, cedro, imbuia, cabriúva, louro, etc. c) De origem animal: peixes.

Colégio Santa Maria Goretti

Cascata do rio Chapecòzinho, situada no distrito de Bom Jesus

POPULAÇÃO — A população de Xanxerê, segundo o Recenseamento de 1950, era de 14 824 habitantes.

A densidade era de 6,1 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando o 72.º lugar no Estado. Localizam-se no quadro rural 86,7% da população, sendo esta percentagem das menos elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 44.º lugar com relação à população dos municípios do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 46.º lugar em população, em relação às outras cidades do Estado.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Ainda com base no Censo de 1950 eram as seguintes as aglomerações urbanas existentes em Xanxerê: a cidade, então, vila, com 1 311 habitantes (643 homens e 668 mulheres) e as vilas de Abelardo Luz, com 118 habitantes (57 homens e 61 mulheres) e Faxinal dos Guedes com 452 habitantes (263 homens e 279 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu, no ano de 1955, a Cr$ 39 955 022,00.

O município assenta sua economia, principalmente no beneficiamento da madeira. A produção de pinho serrado, pranchões, tábuas, etc. atingiu no ano de 1955, a 23 958 m³, no valor de Cr$ 16 495 804,00; seguindo-se caixas de madeira desarmadas (13 847 m³, no valor de Cr$ 12 187 400,00); madeira exceto pinho serrado, barrotes, caibros (10 530 m³, no valor de Cr$ 9 581 000,00); madeiras laminadas (220 m³, no valor de .... Cr$ 1 100 000,00); madeiras exceto pinho serrado, tábuas (905 m³, no valor de Cr$ 590 818,00).

Dos 43 estabelecimentos industriais, 34 são serrarias e 3 dedicam-se à produção de caixas de madeira desarmadas.

Estima-se em 25% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: trigo, feijão (grão), batatinha, milho, arroz, aveia (grão), alfafa, aipim, melancia; como culturas permanentes temos: laranja e bergamota. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 50 771 050,00. O valor da população pecuária, no ano de 1956, foi de Cr$ 70 621 180,00.

No que se refere à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes, os principais produtos, com referência ao ano de 1957:

a) de origem mineral: areia (180 toneladas, no valor de Cr$ 450 000,00); barro ou argila (8 000 toneladas, no valor de Cr$ 160 000,00); pedras para alicerces (5 000 m³, no valor de Cr$ 450 000,00);

b) de origem vegetal: erva-mate cancheada ..... (210 000 kg, no valor de Cr$ 1 260 000,00); erva-mate

Hospital Bom Jesus

beneficiada (250 000 kg, no valor de Cr$ 1 750 000,00); pinhão (100 000 kg, no valor de Cr$ 200 000,00).

No tocante a produtos transformados ou não, de origem animal a produção atingiu em 1956, o valor de Cr$ 5 617 160,00, sendo os principais produtos: banha (87 000 kg, no valor de Cr$ 2 436 000,00); ovos (109 600 dúzias, no valor de Cr$ 1 315 000,00); leite (115 000 litros, no valor de Cr$ 460 000,00).

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município contam-se mais de cem estabelecimentos comerciais (177 varejistas).

Funciona também no município a agência do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. (INCO).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 7 emprêsas rodoviárias para passageiros.

Dista a cidade cêrca de 594 km da Capital Estadual por meio de rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas também por rodovia: 22 km até a cidade de Xaxim, 102 km até Seára, 141 km até Concórdia, 138 km até Joaçaba; e com o Estado do Paraná, 89 km até Clevelândia, 113 km até Palmas.

Na cidade funciona uma Agência Postal Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e uma Estação de Rádio da Polícia Militar do Estado.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Xanxerê tem 1 311 habitantes, sendo a 46.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina, e é dotada dos serviços de luz elétrica, com 460 ligações domiciliares. No tocante à iluminação pública, há seis logradouros parcialmente iluminados.

Os principais edifícios são: Igreja Matriz, Grupo Escolar "Joaquim Nabuco", Prefeitura Municipal, Hospital São José, Hospital Bom Jesus, Educandário Santa Maria Goretti, Ginásio La Salle, Cine Luz, Moinho Santa Catarina.

A cidade conta com 5 hotéis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica no município é prestada à população por 2 médicos, 2 dentistas e 1 farmacêutico.

Servem a população, 2 Hospitais, com assistência médica em geral.

Existem 5 farmácias no município.

ENSINO — Em 1956 funcionaram na cidade e no resto do município 73 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 2 901 alunos assim distribuídos: Pré-primário Infantil, 1 unidade, com 61 alunos; Fundamental Comum, 71 unidades, com 2 823 alunos e Complementar, 1 unidade, com 17 alunos.

Relativamente ao Ensino Extraprimário, funcionou na sede municipal o Educandário Maria Goretti, com curso secundário.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há, na cidade, uma Associação Desportiva: Tabajara Futebol Clube e no município, dois cinemas: Cine Luz, com 450 lugares e Cine Royal, com 200 lugares. Há também uma livraria.

FINANÇAS PÚBLICAS

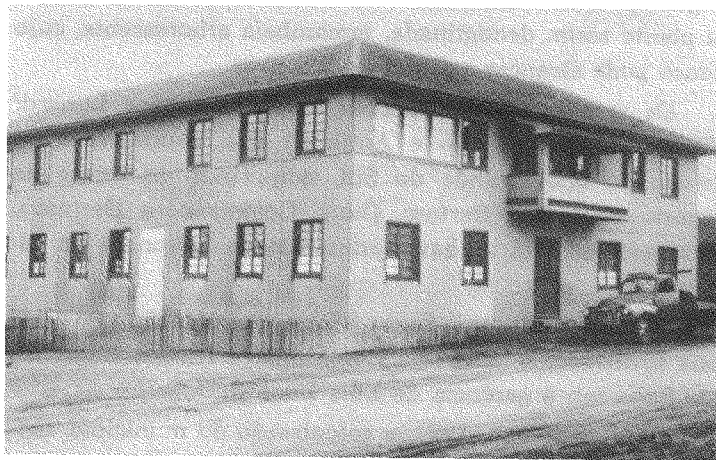
ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954 (1)....	756	2 564	188	98	314
1955.......	1 474	4 606	584	110	502
1956.......	2 941	10 161	153	68	3 658

(1) O Município foi instalado em 1954.

PARTICULARIDADES — A população em grande parte é de descendência portuguêsa, porém, do ano de 1920 em diante têm afluído ao município grandes contingentes de agricultores, comerciantes e industriais que constituem eficientes elementos de progresso.

Existem também remanescentes de tribos indígenas, da raça dos coroados ou caigangs, atingindo a quase mil almas, que ocupam terras na área formada pelo ângulo dos rios Chapecó e Chapecòzinho, e que se dedicam à cultura do trigo, milho e feijão e também à extração da erva-mate. São atendidos por um pôsto indígena do Serviço Federal de Proteção aos Índios.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os principais cultos existentes em Xanxerê, são: Culto Católico Romano: Paróquia São Bom Jesus, com 2 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, 22 capelas públicas. Paróquia de São Pedro Apóstolo: com 2 sacerdotes, 1 Igreja Matriz, 15 capelas públicas. Paróquia de São João Batista: com 1 sacerdote, 1 Igreja Matriz, 13 capelas públicas.

Culto Protestante: Igreja Evangélica Sínodo do Rio Grande do Sul e Igreja Presbiteriana do Brasil.

Hospital São José

Culto Espírita: 1 Centro Espírita.

São religiosas as principais manifestações populares, como sejam as festas do Senhor "Bom Jesus" (padroeiro do município), que se realiza na cidade, com a duração de 3 dias, começando no dia 6 de agôsto e terminando no dia 8 do mesmo mês, a de "São Roque" na localidade do mesmo nome, com início no dia 15 de agôsto e término no dia 17 do mesmo mês e a de São João Batista, na vila de Faxinal dos Guedes, com início no dia 23 e término no dia 25 do mesmo mês.

Todos êstes festejos são bastante concorridos e de grande animação, principalmente os de São João Batista e São Roque.

O dia do padroeiro do município (Senhor Bom Jesus) é feriado municipal por decreto da Prefeitura.

No que diz respeito a folclore registra-se a brincadeira do "Boi na Vara", "Pau de Fita", "Terno de Reis" e "Desafios".

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O patronímico dos habitantes de Xanxerê é Xanxerense.

O nome do município, "Xanxerê", é vocábulo caingang, que significa "campina de cascavel".

É sede de Comarca e Têrmo, abrangendo ainda o município de Xaxim.

O eleitorado de Xanxerê, em 1958, era de 5 306 eleitores.

Havia no município, em 1957, os seguintes veículos:

a) Veículos a motor: Automóveis — 18, jipes — 11, ônibus e micro-ônibus — 4, camionetas — 18, motociclos — 9, caminhões — 79 e tratores — 6.

b) Veículos a fôrça animada: Carros de 2 ou 4 rodas — 22, bicicletas — 128, carroças de 4 rodas — 112.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

XAXIM — SC

Mapa Municipal no 13.º Vol.

HISTÓRICO — Antes mesmo de ser colonizada a região que constitui hoje o município de Xaxim, os tropeiros que demandavam os Campos de Palmas, já se referiam ao lugar, muitas vêzes usado como ponto de parada ou pouso, como sendo "as bandas dos xaxim" (usando o substantivo no singular). Êsse fato resultava, sem dúvida, da existência da planta assim denominada, samambaia arborescente, cujo tronco pode alcançar a altura de 6 metros.

Os primeiros colonizadores foram os irmãos Lunardi (Giacomo, Pedro, João e Antônio) que, procedentes do Estado do Rio Grande do Sul, adquiriram as terras de Ernesto Francisco Bertaso (hoje Colonizadora Bertaso). Êste, por sua vez, as havia adquirido da Baronesa de Limeira.

Estabelecidos em Santa Catarina, organizaram êles uma sociedade, a "Emprêsa Colonizadora Irmãos Lunardi", que ficou sob a gerência de Luiz Lunardi.

Data dêsse ano, 1921, a colonização do município, tendo a emprêsa colonizadora contratado os serviços do Engenheiro Dr. Wenceslau Breves, que procedeu à medição das terras e abertura de estradas, ligando a nova colônia a Chapecó e Joaçaba.

Trecho da Rua Iraui

Iniciou-se, então, a colonização, com a vinda de colonos do Rio Grande do Sul, na sua maioria descendentes de italianos.

A primeira denominação dada a Xaxim foi "Linha Hercílio Luz" que, no entanto, não foi usada.

A 7 de junho de 1921, era criado o distrito de Xaxim, que foi instalado a 13 de fevereiro de 1922.

Iniciou-se, então, uma era de desenvolvimento para Xaxim, e, em 1953, era elevado à categoria de município, desmembrado de Chapecó, tendo sido instalado a 20 de fevereiro de 1954.

É a seguinte a Lei de criação do município:

Lei n.º 133

Altera a organização administrativa do Estado de Santa Catarina, na conformidade do pronunciamento das Câmaras Municipais, cria municípios e dá outras providências.

O deputado Volney Colaço de Oliveira, Presidente da Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte uso de suas atribuições e de acôrdo com o art. 31, da Constituição do Estado.

Faço saber a todos os habitantes dêste Estado, que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

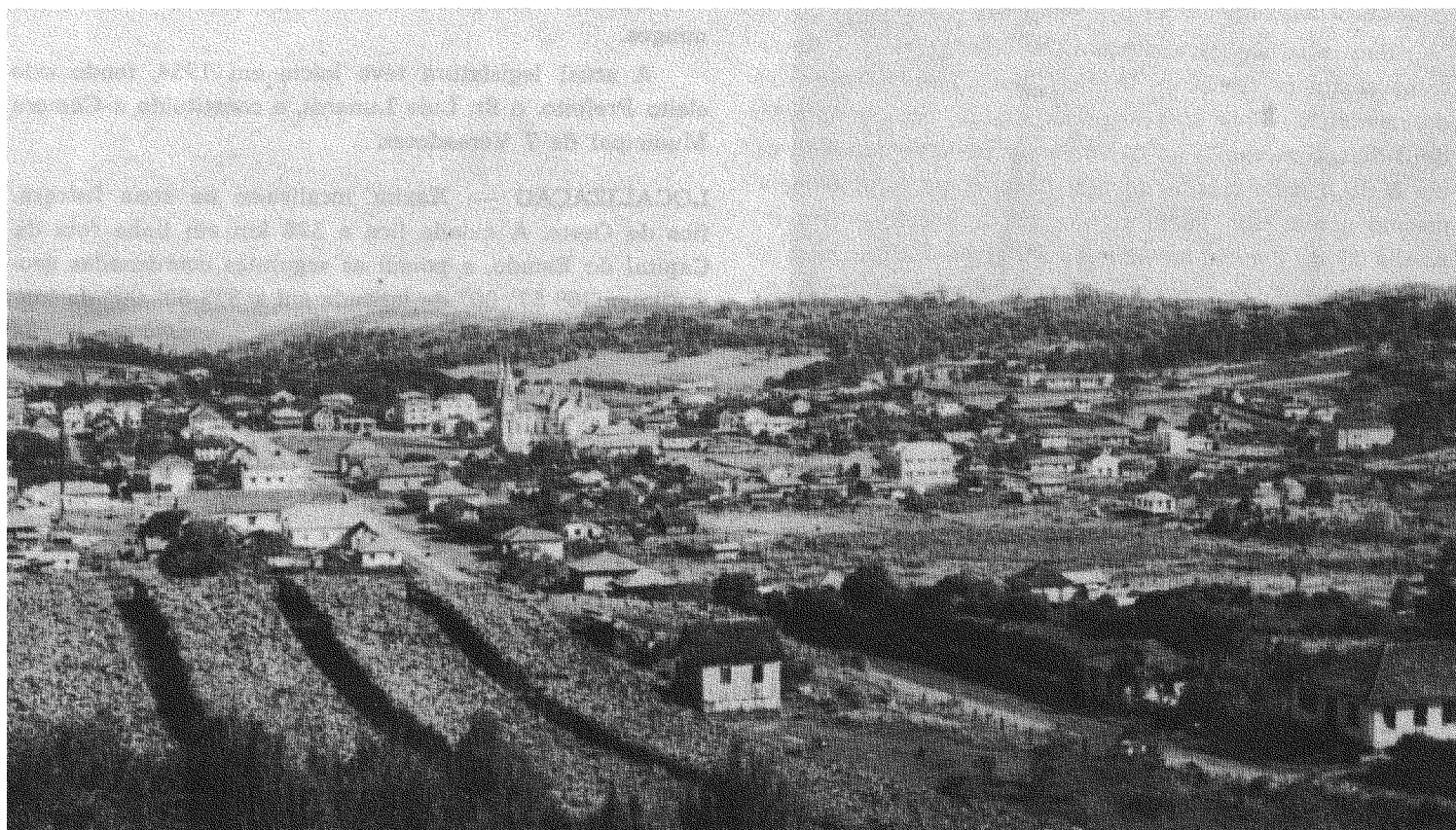
Art. 1.º — Ficam, de conformidade com os atos das Câmaras Municipais dêste Estado, sôbre desmembramentos de seus territórios, criados os seguintes municípios, com os limites do anexo que é parte integrante desta lei:

I — de Herval d'Oeste, com sede na vila do mesmo nome, desmembrado do município de Joaçaba;

II — de Sombrio, com sede na vila do mesmo nome, desmembrado do município de Araranguá;

III — de Presidente Getúlio, com sede na vila do mesmo nome, desmembrado do município de Ibirama;

IV — de Seara, com sede na vila do mesmo nome, desmembrado do município de Chapecó;

V — de Papanduva, com sede na vila do mesmo nome, desmembrado do município de Canoinhas;

Vista parcial da cidade

VI — de Xanxerê, com sede na vila do mesmo nome, desmembrado do município de Chapecó;

VII — de Xaxim, com sede na vila do mesmo nome, desmembrado do município de Xapecó;

VIII — de Dionísio Cerqueira, com sede na vila do mesmo nome, desmembrado do município de Chapecó;

IX — de Mondaí, com sede na vila do mesmo nome, desmembrado do município de Chapecó;

X — de São Miguel d'Oeste, com sede na vila do mesmo nome, desmembrado do município de Chapecó;

XI — de São Carlos, com sede na vila do mesmo nome, desmembrado do município de Chapecó;

XII — de Palmitos, com sede na vila do mesmo nome, desmembrado do município de Chapecó;

XIII — de Itapiranga, com sede na vila do mesmo nome, desmembrado do muinicípio de Chapecó;

XIV — de Rio Negrinho, com sede na vila do mesmo nome, desmembrado do município de São Bento do Sul.

Art. 2.º — Os municípios, criados por esta lei, são responsáveis pela quota parte da dívida do município originário, quando as obrigações decorrerem de compromisso de aplicações comprovadas na área desmembrada.

Parágrafo único — A cota parte, a que se refere êste artigo, será fixada de acôrdo com o disposto no parágrafo único do art. 7.º, da Lei n.º 22, de 14 de novembro de 1947.

Art. 3.º — Os bens imóveis do município, situados em território separado para constituir município, passarão, de pleno direito e sem indenização, para o patrimônio do novo município.

Art. 4.º — Os novos municípios não poderão repudiar contratos de serviços públicos já existentes no município de que são originários no que forem exeqüíveis em seu território.

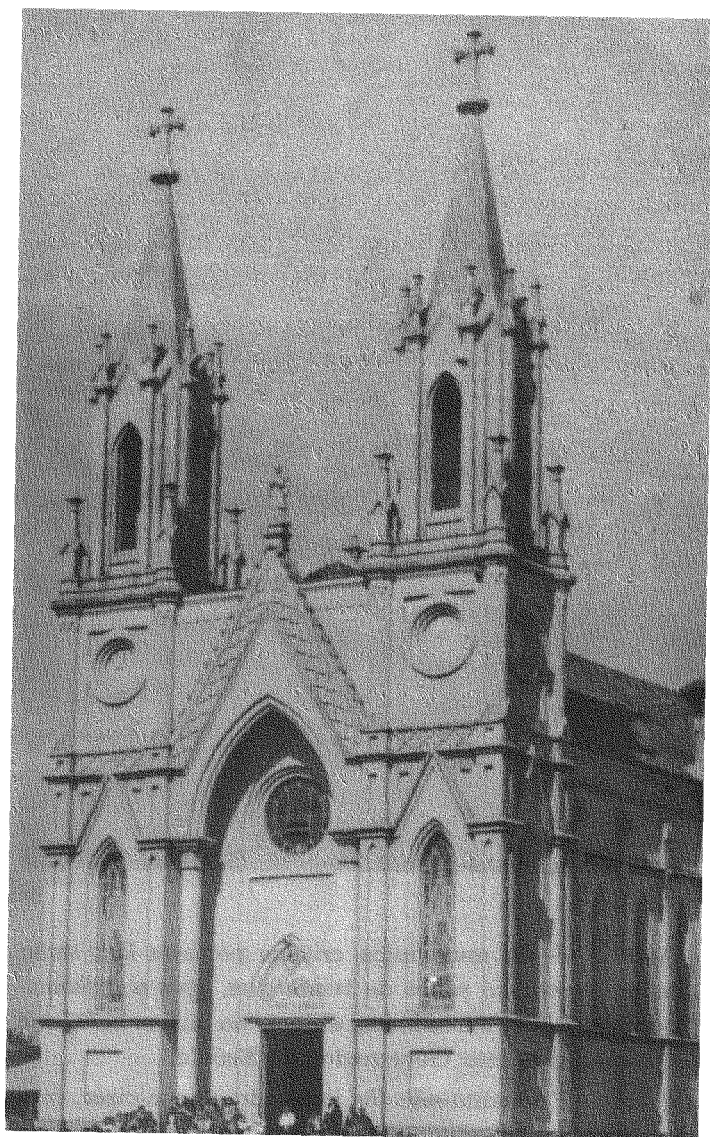
Art. 5.º — Os municípios, criados por esta Lei, serão instalados, dentro do prazo de trinta dias, após a diplomação do Prefeito e Vereadores, eleitos, no dia e hora que forem designados pelo Governador do Estado.

§ 1.º — Enquanto não fôr instalado o município, continuará êste sob a administração do município de que é originária a sua sede e a contabilidade de sua Receita e Despesa será feita em separado.

§ 2.º — Dentro de trinta dias após a instalação do novo município, a Prefeitura do município originário enviará àquele os livros de escrituração e a prestação de contas devidamente documentadas.

§ 3.º — Pela prestação do serviço, de que tratam os parágrafos anteriores, a Prefeitura poderá exigir do novo município importância equivalente a dez por cento (10%) do total arrecadado.

Art. 6.º — Os municípios, criados por esta Lei, continuarão sob a jurisdição da comarca, a que se encontrava sujeito o território desmembrado para a sua formação.

Trecho da Avenida Progresso

Igreja-Matriz São Luís Gonzaga

Art. 7.º — Continuam em vigor, as disposições da Lei n.º 247, de 30 de dezembro de 1948, que fixou a Divisão Administrativa do Estado para o período de 1949 a 1953 no que, direta ou indiretamente, não colidir com as normas estabelecidas nesta lei.

Disposições Transitórias

Art. 8.º — Enquanto o novo município não decretar suas próprias leis, vigorarão em seu território as da comuna de que é originária a sua sede.

Art. 9.º — A primeira Câmara Municipal dos municípios, criados por esta lei, compor-se-á de sete vereadores.

Palácio da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 30 de dezembro de 1953.

Volney Colaço de Oliveira, Presidente.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — O distrito foi criado pela Lei municipal n.º 39, de 7 de junho de 1 921, sendo instalado a 13 de fevereiro de 1922.

O município foi criado pela Lei n.º 133, de 30 de dezembro de 1953, da Assembléia Legislativa, com território desmembrado do de Chapecó, sendo instalado a 20 de fevereiro do ano seguinte.

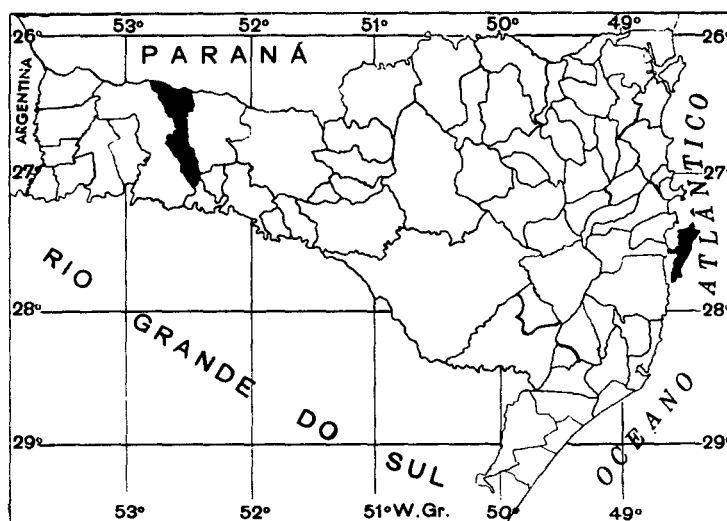
O município pertence à Comarca de Xanxerê.

O seu quadro administrativo, em 1.º-III-1958, era o seguinte:

Município: Xaxim.

Distritos componentes: Xaxim (Sede) e São Domingos.

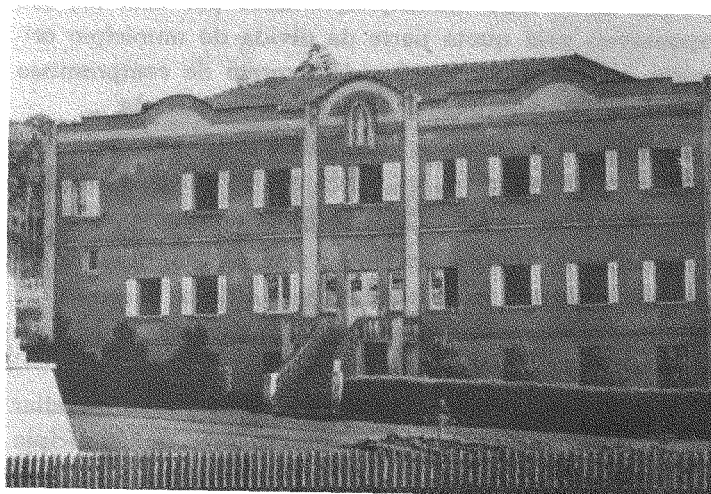
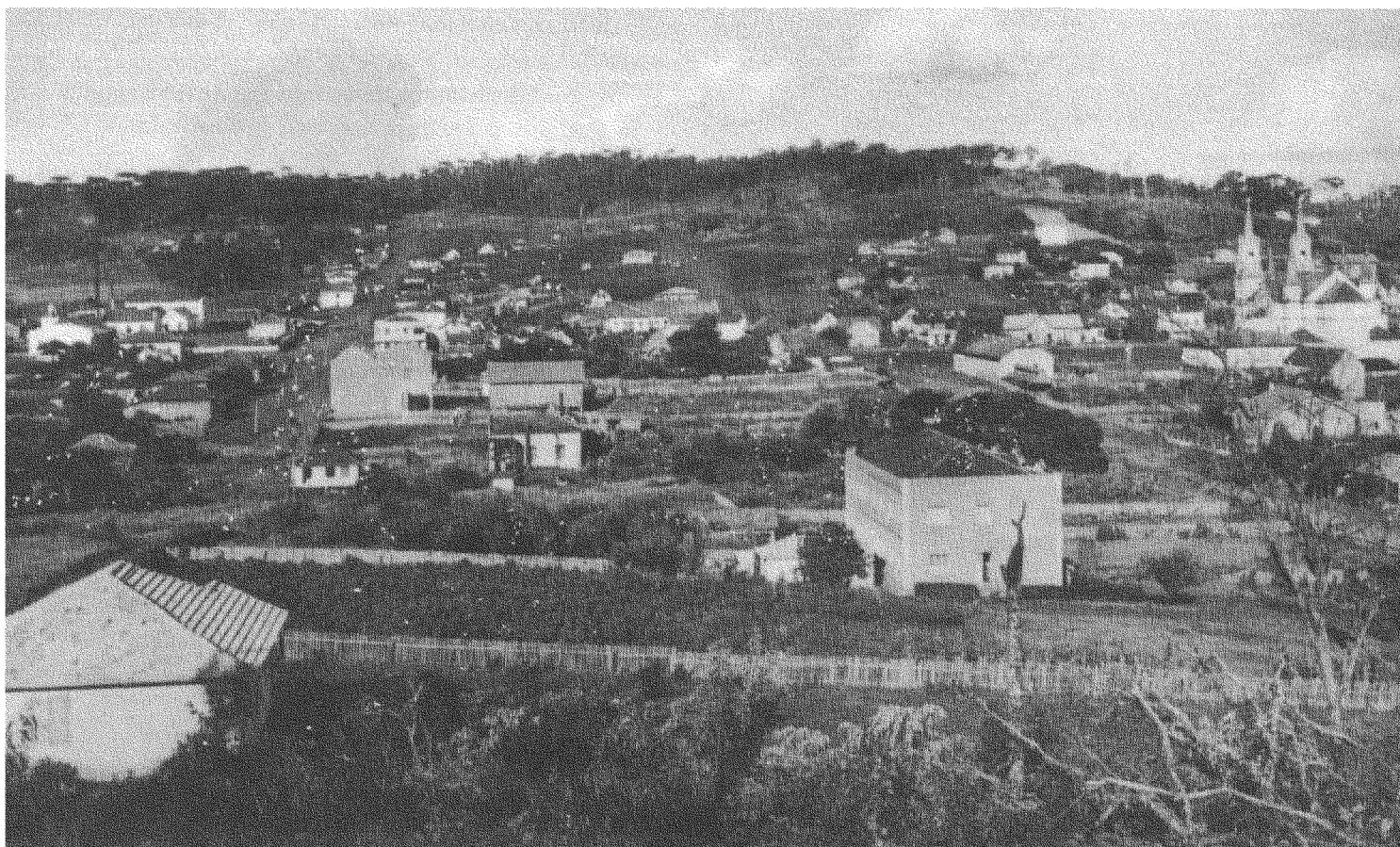
A atual legislatura teve início em 1954, tendo sido eleito Prefeito, o Sr. Luiz Lunardi, e constituída a Câmara Municipal de 7 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Xaxim localiza-se na zona fisiográfica do Oeste. A cidade fica a 398 km em linha reta da Capital do Estado, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 26° 57' 00" de latitude sul e 52° 32' 00" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 789 metros na sede municipal, sendo o 57.º lugar em ordem crescente de altitude no Estado de Santa Catarina.

CLIMA — Em geral frio, apesar de que, em poucos períodos do verão, a temperatura alcance a quase 30°C. As chuvas predominam na primavera, variando as precipitações anuais entre 1 700 e 2 000 mm. No inverno, a temperatura desce abaixo de 10°C. Sujeito a freqüentes geadas. Muito propício à agricultura.

ÁREA — A área do município é de 1 128 km², figurando em 25.º lugar em relação às áreas das demais comunas.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Chapecó, que nasce no município e o separa, em parte, do município de Chapecó. Pouco piscoso. Serras da Fartura e do Gregório.

Colégio Sagrado Coração de Maria

Vista parcial da cidade

PRINCIPAIS RIQUEZAS NATURAIS — a) De origem mineral — areia e pedras. b) De origem vegetal — pinho, cedro, imbuia, cabriúva, louro, tarumã, etc. Erva-mate. c) De origem animal — peixes.

POPULAÇÃO — A população de Xaxim, segundo o Recenseamento de 1950, era de 13 510 habitantes.

A densidade era de 11,9 habitantes por km², ocupando o 52.º lugar no Estado. Da população 89,7% localiza-se no quadro rural, sendo esta percentagem das mais elevadas no Estado, superando a média da população rural de Santa Catarina, que é de 76,4%. Situa-se em 50.º lugar com relação à população dos municípios do Estado.

A cidade, todavia, ocupa o 45.º lugar em população.

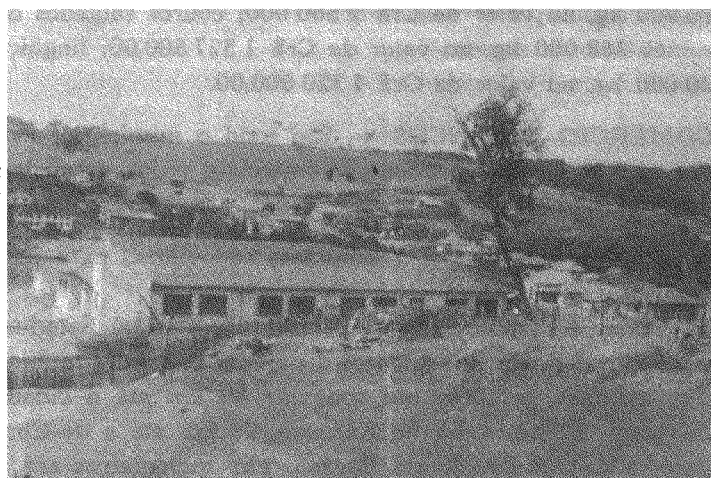
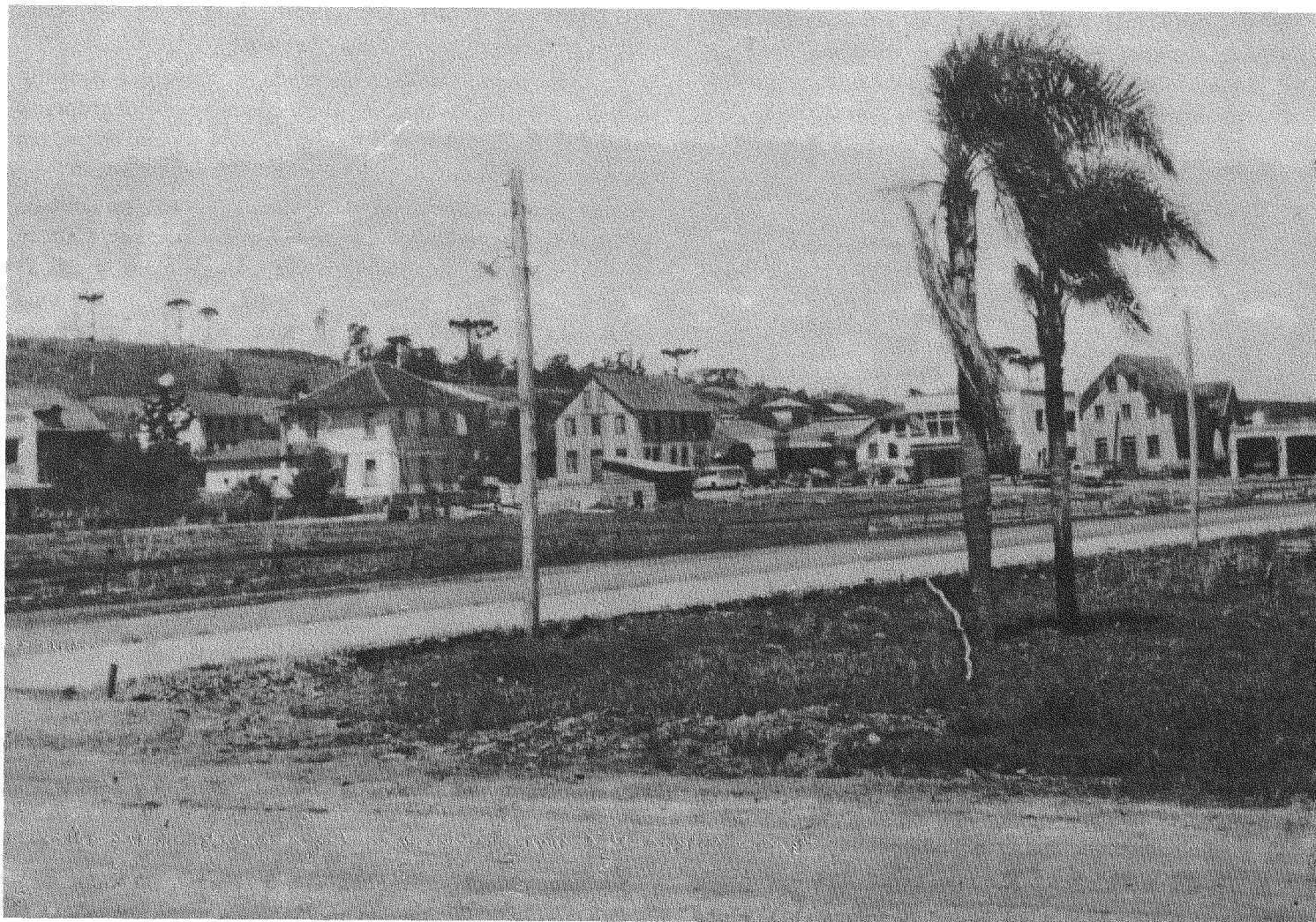
A população estimada, do município, em 1958, é de 14 183 habitantes, segundo o Departamento Estadual de Estatística.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Ainda com base no Censo de 1950, eram duas as aglomerações urbanas existentes: a então vila, hoje cidade de Xaxim, com 1 329 habitantes (652 homens e 677 mulheres) e a vila de São Domingos, com 61 habitantes (33 homens e 28 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial atingiu, no ano de 1955, a Cr$ 45 859 136,00.

O município assenta sua economia, principalmente, na produção de banha de porco refinada ou não. A produção dêste produto atingiu, no ano de 1955, a 8 740 811 kg, no valor de Cr$ 30 591 953,00; seguindo-se carne de suínos salgada 213 500 kg, no valor de Cr$ 4 212 959,00; pinho serrado, pranchões, tábuas, etc. 5 700 m³, no valor de .. Cr$ 3 910 000,00; salame, mortadela e semelhantes 111 500 quilogramas, no valor de Cr$ 3 468 487,00; lingüiças e salsichas não enlatadas 97 000 kg, no valor de .... Cr$ 2 535 830,00.

Dos 16 estabelecimentos industriais, 1 dedica-se à produção de farinha de trigo e 1 à produção de banha frigorificada.

Estima-se que 25% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Como culturas temporárias, segundo a importância, temos: feijão (grão), trigo, batatinha, alfafa, aipim, batata-doce, cana-de-açúcar, amendoim com casca, centeio, cevada, aveia (grão); como cultura permanente temos a banana. O valor da produção agrícola, em 1957, foi de Cr$ 116 044 350,00. O valor da população pecuária, no ano de 1954, foi de Cr$ 59 949 900,00.

Grupo Escolar General Gomes Carneiro

Praça central

No tocante à produção extrativa, segundo estimativas da Agência Municipal de Estatística, eram os seguintes os principais produtos, com referência ao ano de 1957:

a) De origem mineral: areia 180 toneladas, no valor de Cr$ 36 000,00; barro ou areia 200 toneladas, no valor de Cr$ 5 000,00; pedras para alicerce 350 m³, no valor de Cr$ 70 000,00.

b) De origem vegetal: lenha 35 000 m³, no valor de Cr$ 1 750 000,00; madeira 37 750 m³ no valor de ...... Cr$ 7 550 000,00; pinhão 100 000 kg, no valor de .... Cr$ 300 000,00.

No que se refere a produtos transformados de origem animal, a produção atingiu, em 1956, o valor de .... Cr$ 9 069 300,00, sendo os produtos principais: banha .. 80 000 kg, no valor de Cr$ 2 560 000; couros salgados de suínos 153 000 kg, no valor de Cr$ 1 527 500,00; lingüiça 40 000 kg, no valor de Cr$ 1 320 000,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município, contam-se trinta estabelecimentos comerciais, todos varejistas.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por 7 emprêsas rodoviárias para passageiros.

Dista a cidade cêrca de 616 km da Capital Estadual por rodovia e tem as seguintes distâncias das sedes municipais vizinhas, também por rodovia: 80 km até a cidade de Seara; 32 km até a de Xanxerê; 28 km até a de Chapecó, e com o Estado do Paraná, 111 quilômetros até a cidade de Clevelândia.

Na cidade funciona uma Agência Postal-Telegráfica do Departamento dos Correios e Telágrafos, e uma Estação Radiotelegráfica da Polícia Militar do Estado.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Xaxim tem 1 329 habitantes, sendo a 46.ª cidade em população no Estado de Santa Catarina.

É servida de luz elétrica com 110 ligações domiciliares. Os principais edifícios são: Igreja Matriz, Prefeitura Municipal, Grupo Escolar "Gomes Carneiro", Hospital Bom Jesus, Hospital São Pedro, Colégio Imaculada Conceição. A cidade conta com 4 hotéis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica, no município, é prestada à população por 1 médico, 1 dentista e 2 farmacêuticos.

Dois hospitais servem à população com assistência médica em geral. Existem 3 farmácias no município.

COOPERATIVISMO — Na cidade funciona a Cooperativa Mista Xaxiense Ltda., instalada em 1950, com 257 sócios.

ENSINO — Em 1956, funcionaram na cidade e no resto do município 42 unidades de Ensino Primário Geral, com matrícula efetiva de 1 952 alunos, assim distribuídas: Pré-Primário Infantil, 1 unidade com 42 alunos; Fundamental Comum, 40 unidades com 1 892 alunos, e Complementar, 1 unidade com 18 alunos.

No tocante a ensino extraprimário, funcionou no município um Curso Normal Regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há 2 associações desportivas: Guarani Futebol Clube e Diadema Futebol Clube, ambas localizadas na sede municipal, que possui também um cinema, o Cine Guarany, com 200 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954 (2)....	—	3 975	155	152	381
1955.......	(1)	4 414	284	62	2 360
1956.......	(1)	10 525	295	125	2 223

(1) O Município não possui Coletoria Federal. — (2) O Município foi instalado em 1954.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — No que diz respeito a cultos, apenas o Culto Católico Romano ocorre em Xaxim; havendo uma paróquia, Paróquia de São Luís, com 2 sacerdotes, 1 Igreja Matriz e 18 capelas públicas.

Município de população católica, Xaxim tem como principal festa a de São Luís Gonzaga, padroeiro da cidade e orago da paróquia, comemorado a 21 de junho, cujos festejos, bastante movimentados, atraem fiéis de todo o Município.

No que diz respeito a folclore, registra-se a existência de desafios, "boi na vara", "pau-de-fita" e "terno de reis".

A principal efeméride é a data da instalação do município, a 20 de fevereiro.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de "Xaxienses".

Antes mesmo de ser colonizada, a região que constitui hoje o município de Xaxim já era conhecida pelos tropeiros como "as bandas dos xaxim", em virtude da existência, em grande quantidade, da planta com essa denominação.

O xaxim (Dicksonia Sellowiana) é uma samambaia (filicinea) arborescente, cujo tronco pode alcançar a altura de seis metros e um diâmetro máximo de meio metro. O tronco é usado para a cultura de orquídeas. O xaxim é uma massa de fibras escuras, quase esponjosas, que conservam muito bem a umidade. Outra denominação que se lhe dá é a de "samambaia-açu imperial".

Xaxim é palavra indígena e seu significado é: "xá", queda de água, e "xim", pequena, e daí, significar "pequena queda de água".

Xaxim pertence à Comarca e Têrmo de Xanxerê.

O eleitorado do município, em 1958, era de 3 654 eleitores.

Em 1957, eram os seguintes os veículos existentes no município:

a) Veículos a motor — automóveis 9, jipes 10, ônibus e micro-ônibus 1, camionetas 8, motociclos 7, caminhões 104 e tratores 4.

b) Veículos a fôrça animada — carros de 2 ou 4 rodas 12, bicicletas 37, carroças de 4 rodas 168.

(Elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Santa Catarina).

Bibliografia

BACHL, H. — "A Estrada Dona Francisca" — In Álbum Histórico do Centenário de Joinville, organizado pela Sociedade Amigos de Joinville — Confeccionado na Gráfica Mundial Limitada — Curitiba, Paraná.

BACHMANN, Norberto — "Toponimia Tupi-Guarani do Município de Joinville" — In Álbum Histórico do Centenário de Joinville, organizado pela Sociedade Amigos de Joinville — Confeccionado na Gráfica Mundial Limitada — Curitiba, Paraná.

BOITEUX, Henrique — "Os municípios de Tijucas Grande e Pôrto Belo" — Estado de Santa Catarina — Livraria Central — Florianópolis, 1928.

— "Santa Catarina no Exército" — (dois volumes) — Biblioteca Militar — Bedeschi, Misericórdia, 74 — Rio, 1942.

— "Madeiras de Construção de Santa Catarina" — Departamento Estadual de Estatística, Publicação n.º 27 — Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1942.

— "O Falanstério do Saí" — In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina — Vol. II, 1.º semestre de 1944.

— "Santa Catarina na Marinha" — Off. Graphicas da Liga Marítima Brasileira — Avenida Rio Branco, 180.

BOITEUX, José Arthur — "Dicionário Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catarina — (4 volumes).

BOITEUX, Lucas Alexandre — "Primeira página da colonização italiana em Santa Catarina — Departamento de Estatística e Publicidade de Santa Catarina — Publicação n.º 11 — Imprensa Oficial do Estado — Florianópolis, 1939.

— "Notas para a História Catarinense" — Tipografia da Livraria Moderna — Florianópolis.

— "História de Santa Catarina" — (Resumo Ditáctico) Editôra — Proprietária Com. Melhoramentos de São Paulo.

— "Paulista em Santa Catarina seiscentista" — Francisco Dias Velho — São Paulo, 1931.

— "A toponomástica da costa catarinense no século XVI" — Rio de Janeiro, 1938.

— "Santa Catarina no Século XVI" — Florianópolis, 1950.

— "Açorianos madeirenses em Santa Catarina" — Rio de Janeiro, 1935.

BONI, Moisés e F. C. de Oliveira — "Focalizando Ibirama e Ituporanga" — Edições Focalizando.

BORN, José Nicolau — "Biguassú" (Monografia Estatístico-Descritiva) — Departamento Estadual de Estatística, Publicações n.º 24 — Imprensa Oficial do Estado.

BRAUN, Padre Alvino Bertoldo — "Alguns dados sôbre o relêvo de Santa Catarina" — In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina — Vol. XIII, 2.º semestre de 1944.

CABRAL, Oswaldo R. — "Santa Catarina, Brasiliana" — Série 5.ª, Vol. 80 — Biblioteca Pedagógica Brasileira, Companhia Editôra Nacional — São Paulo.

— "Laguna e outros ensaios" — 1939 — Composto nas oficinas da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina.

— "Nossa Senhora do Destêrro" — Os Juízes de Fora — Florianópolis, 1950.

CALDEIRA DE ANDRADA, Almiro — "O Sentimento Açoriano na Poesia Popular da Ilha de Santa Catarina".

CÂMARA, Lourival — "Estrangeiros em Santa Catarina" — Departamento Estadual de Estatística — Publicação n.º 18 — Separata da "Revista de Imigração e Colonização" — Ano I, número 4 — outubro de 1940.

CAMPANHA NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR — Estudos de Desenvolvimento Regional (Santa Catarina) — Série, Levantamentos e Análises — 3, 1958.

COELHO, Manoel Joaquim d'Almeida — "Memória Histórica da Província de Santa Catarina" — Destêrro, 1877.

Comissão Organizadora dos Festejos — Boletim do Cinqüentenário de Hansa (Hoje Corupá) — Município de Jaraguá do Sul, — Santa Catarina.

Cordeiro, Demerval — "Resumo Histórico da Fôrça Pública, no período de 1918 a 1935" — In "Fôrça Pública do Estado de Santa Catarina, 1835 a 1935" — Livro comemorativo do Primeiro Centenário da Fôrça Pública do Estado de Santa Catarina.

Costa, Otacílio — "História de Lajes (Apontamentos)" — Edição do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda — Composto e impresso nas oficinas da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina — Florianópolis, 1944.

Costa Pereira, Carlos da — "Franceses em Santa Catarina" — In "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina" — Vol. XIII, 2.º semestre de 1944.

Departamento Estadual de Estatística — Estado de Santa Catarina — "Aspectos Catarinenses" — Imprensa Oficial do Estado, junho de 1942.

— "Localidades Catarinenses (Prontuário)" — Publicações presentes ao 9.º Congresso Brasileiro de Geografia — Publicação n.º 16 — Imprensa Oficial do Estado — Florianópolis, 1940.

— "Flagrantes Administrativos (1935-1942)" — Imprensa Oficial do Estado — Florianópolis, 1942.

Departamento Estadual de Geografia e Cartografia — Santa Catarina — "Dicionário Corográfico" — Município de Caçador — Avulso n.º 2, 1947.

— "Mapas do município e da Cidade de Florianópolis" — Março de 1955.

Diretoria Geral de Estatística — Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio — "Recenseamento do Brasil realizado em 1.º de outubro de 1920" — Tipografia da Estatística — Rio de Janeiro.

Entres, Alberto — "Guia do Estado de Santa Catarina" — 3.ª edição atualizada — Impressão e Encadernação da Livraria Central de Alberto Entres — Florianópolis.

Ferreira da Silva, José — "Blumenau (Notícia Estatístico-Descritiva)" — Departamento de Estatística e Publicidade do Estado de Santa Catarina — Publicação n.º 14 — Imprensa Oficial do Estado — Florianópolis, 1940.

— "História de Blumenau" — In "Centenário de Blumenau 1850 a 1950" — Edição da Comissão de Festejos — Tipografia e Livraria Blumenauense S.A., de Blumenau — Santa Catarina.

Fontes, Henrique da Silva — "A Beata Joana Gomes de Gusmão" — Florianópolis, 1954

— "O Irmão Joaquim" — Florianópolis, 1958.

Gualberto, Luiz (Dr.) — "Francisco Dias Velho" — In "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina" — Ano de 1943, 2.º semestre — Florianópolis.

Hobold, Paulo (Pe.) — "A Arquidiocese de Florianópolis"

I.B.G.E. — "Recenseamento Geral do Brasil (1.º semestre de 1940)" — Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Rio de Janeiro.

I.B.G.E. — "Conselho Nacional de Estatística" — Anuário Estatístico do Brasil — Serviço Gráfico do IBGE, em Parada de Lucas, DF.

— "Itajaí" — Santa Catarina — Coleção de monografias n.º 26 — Serviço Gráfico do IBGE — Rio de Janeiro, DF, 1955.

— "Lajes" — Santa Catarina — Coleção de monografias n.º 31 — Serviço Gráfico do IBGE — Rio de Janeiro, DF, 1955.

— "Chapecó" — Santa Catarina — Coleção de monografias n.º 50 — Serviço Gráfico do IBGE — Rio de Janeiro, DF, 1955.

— "Laguna" — Santa Catarina — Coleção de Monografias n.º 54 — Serviço Gráfico do IBGE — Rio de Janeiro, DF, 1956.

— "Blumenau" — Santa Catarina — Coleção de monografias n.º 60 — Serviço Gráfico do IBGE — Rio de Janeiro, DF, 1956.

— "Florianópolis" — Santa Catarina — Coleção de momonografias n.º 65 — Serviço Gráfico do IBGE — Rio de Janeiro, DF, 1956.

— "Brusque" — Santa Catarina — Coleção de monografias n.º 106 — Serviço Gráfico do IBGE — Rio de Janeiro, DF, 1956.

— "Tijucas" — Santa Catarina — Coleção de monografias n.º 123 — Serviço Gráfico do IBGE — Rio de Janeiro, DF, 1957.

— "Aspectos da Economia Agropecuária 1940-1950" — Região Sul.

I.B.G.E. — "Conselho Nacional de Estatística" — Serviço Nacional de Recenseamento — VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950 — Rio de Janeiro.

Jamundá, Theobaldo Costa — "Indaial" — Município do Vale do Itajaí-Açu — Tipografia e Livraria Blumenauense — Blumenau, 1934.

— "Interpretação Regional do Município de Rodeio, 1948 — Impresso na Escola Industrial de Florianópolis.

Juvenal, Ildefonso — "Synopse da evolução da Fôrça Policial Militar de Santa Catarina no regime monárquico, 1835-1889" — In "Fôrça Pública do Estado de Santa Catarina, 1895-1935" — Livro comemorativo do Primeiro Centenário da Fôrça Pública do Estado de Santa Catarina.

Konder, Marcos e Silveira Júnior — Anuário de Itajaí, 1949 — Imprensa Aurora Limitada, Rua Pedro Ferreira, 14 — Itajaí.

LÔBO, Marinho de Souza — "Colônia Dona Francisca" — Fundação e Desenvolvimento nos Primeiros anos — In "Album Histórico do Centenário de Joinville" — organizado pela Sociedade Amigos de Joinville — Confeccionado na Gráfica Mundial Limitada — Curitiba, Paraná.

LÚCIO, Antônio — "Município de Campos Novos" — Estado de Santa Catarina — Edição especial de "A Tribuna" — Cruzeiro, Santa Catarina, 1941.

LUPÉRCIO LOPES, José — "Palhoça Notícia Estatístico-Descritiva)" — Departamento de Estatística e Publicidade do Estado de Santa Catarina — Publicação n.º 17 — Imprensa Oficial do Estado — Florianópolis, 1939.

MATOS, J. B. de — "Os monumentos Nacionais" — Santa Catarina — Separata da Revista Militar Brasileira (Números 3 e 4, 2.º semestre de 1947 e ns. 1 e 2, 1.º semestre de 1948 — SGMG — Imprensa Militar, Rio de Janeiro, 1948.

MELO FILHO, Osvaldo Ferreira de — "O Boi de Mamão no Folclore Catarinense" — Departamento Estadual de Estatística de Santa Catarina — Série C, n.º 1 — Setembro de 1949.

MIRA, Crispim — "Terra Catarinense".

OLIVEIRA, Beneval de — "Reconhecimento geográfico no Estado de Santa Catarina — Departamento Estadual de Geografia e Cartografia — Avulso n.º 4 — Santa Catarina, 1948.

OLIVEIRA, J. C. de, M. Campos e Hildebrando Chagas — "Focalizando São Bento do Sul, Campo Alegre e São Francisco do Sul" — Municípios do Estado de Santa Catarina — São Paulo, janeiro de 1957.

OLIVEIRA, J. C. de, e M. Campos — "Focalizando Curitibanos e Campos Novos" — Municípios do Estado de Santa Catarina.

— "Focalizando os municípios de Indaial, Timbó e Rodeio em Santa Catarina — Composta e impressa na Tipografia Irmão Aquino Ltda., Rua do Oratório, 1365 — São Paulo.

OLIVEIRA, Plácido Olímpio de — "O Primeiro Capítulo da História de Joinville" — In "Álbum Histórico do Centenário de Joinville" — organizado pela Sociedade Amigos de Joinville — Confeccionado na Gráfica Mundial Limitada — Curitiba, Paraná.

— "Joinville em 1906" — In "Álbum Histórico do Centenário de Joinville", organizado pela Sociedade Amigos de Joinville — Confeccionado na Gráfica Mundial Limitada — Curitiba, Paraná.

PAIVA, Edvaldo, Demétrio Ribeiro e Edgar Graeff — "Florianópolis" — Plano Diretor — Administração do Prefeito Dr. Paulo de Tarso da Luz Fontes — Imprensa Oficial do Estado do Rio Grande do Sul.

PELUSO JÚNIOR, Vitor Antônio — "Rio do Sul" (Monografia Estatístico-Descritiva) — Departamento Estadual de Estatística de Santa Catarina — Publicação n.º 26 — Imprensa Oficial do Estado — Santa Catarina.

— "O Relêvo do Estado de Santa Catarina" — Departamento Estadual de Geografia e Cartografia — Série 1 — Publicação n.º 3 — Florianópolis, 1952.

— "A criação da Capitania da ilha de Santa Catarina" — In "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina" — Vol. XIII, 2.º semestre de 1944.

— "A Bacia do Itajaí" — In "Centenário de Blumenau, 1850-1950" — Edição da Comissão de Festejos — Tipografia e Livraria Blumenauense, S.A., de Blumenau, Santa Catarina.

PESCH, Jaroslau — "Domínio Dona Francisca" — Sua origem e sua história — In "Album Histórico do Centenário de Joinville", organizado pela Sociedade Amigos de Joinville" — Confeccionado na Gráfica Mundial Limitada — Curitiba, Paraná.

PIAZZA, Walter — "Nova Trento" — Edição comemorativa do 75.º aniversário da colonização italiana, 1875-1950.

— "Folclore do município de Florianópolis" — In "Florianópolis Turístico, 1956.

— "Luzeiros Catarinenses" (Biografia), 1950.

— "Documentos acêrca da colonização açoriana", — In- "Roteiro" — Florianópolis, 1958.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ — "Jaraguá" (Notícia Estatístico-Descritiva) — Departamento Estadual de Estatística de Santa Catarina — Publicação n.º 22 — Imprensa Oficial do Estado, 1941.

RAMOS, Vidal — "Notas para a História da Fundação de Lajes" — In "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina" — Vol. XII — 1.º de setembro de 1944 — Imprensa Oficial do Estado, Santa Catarina.

REVISTA DO SUL — "O Vale do Itajaí" — Sucursal de Florianópolis — Florianópolis Turístico, n.º 2, 1956.

RIBEIRO, Enedino Batista — "São Joaquim" (Notícia Estatístico-Descritiva) — Departamento Estadual de Estatística — Publicação n.º 23 — Imprensa Oficial do Estado, Florianópolis, 1941.

RIO BRANCO, Barão do — "Efemérides Brasileiras" — Rio de Janeiro, 1946.

RÔMÃO DA SILVA, Osmar — "Canoinhas" (Notícia Estatístico-Descritiva) — Departamento Estadual de Estatística, Publicação n.º 20 — Imprensa Oficial do Estado, 1941.

SOCIEDADE COLONIZADORA HANSEÁTICA — "Cinqüentenário da Colonização de Ibirama" — (Hansa — Hamônia).

SOUZA LIMA, José de — "Resumo Histórico da Fôrça Pública no regime republicano (1889 a 1917)" — In

"Fôrça Pública do Estado de Santa Catarina 1875-1935" — Livro comemorativo do Primeiro Centenário da Fôrça Pública do Estado de Santa Catarina.

S. THIAGO, Arnaldo — "São Francisco do Sul" — Estado de Santa Catarina — Breve notícia histórico-descritiva do município, 1938.

— "São Francisco" (Notícia Estatístico-Descritiva). — Departamento Estadual de Estatística — Publicação n.º 19 — 2.ª edição, atualizada e revista pelo DEE. — Imprensa Oficial do Estado — Florianópolis, 1941.

TAUNAY, Affonso de E. — "Em Santa Catarina Colonial" (Capítulo da História do Povoamento — Imprensa Oficial do Estado — São Paulo, 1936.

TORRENS, Agenor — "Administradores de Joinville" — In "Album Histórico do Centenário de Joinville", organizado pela Sociedade Amigos de Joinville, confeccionado na gráfica Mundial Limitada — Curitiba, Paraná.

VÁRZEA, Virgílio — "Ilha de Santa Catarina".

VIEIRA DA ROSA, José — "Corografia de Santa Catarina" — Livraria Moderna — Florianópolis, 1905.

WÄPPAUS, Joahnn Eduard — "Handburch der Geographie und Statistik Brasilien" — Santa Catarina Segundo Wappäus — Tradução de Custódio F. de Campos. — Comissão Nacional de História— Secção de Santa Catarina — Publicação n.º 2, 1958.

Índice Geral

Índice dos Municípios

(*) O município foi deslocado, na paginação, da ordem alfabética.

CONFECÇÃO GRÁFICA

Sob a direção de:

Antônio Maria Coelho,
Petrônio Cezar Coutinho,
Acácio da Cunha Figueiredo,
Mário Batista de Abreu,
José Corrêa Neves e
Elio Ricaldône.

Com a colaboração de:

Antônio Buss, Seno Eyng, Nerval Dutra, Ovídio Rodrigues Costa, Francisco A. M. Bessa, Walkyrio W. Morgado, Heinzelman Almeida, João Brand, Venício Coutinho, Valdemiro Joaquim Fernandes, Luiz Borges da Silva, Antônio Bernardino da Silva, Joaquim Soares Moreira, Manoel Pereira de Melo, Vicente Basile, José Paixão Filho, Jussieu Leite, Acrisio Lopes, Francisco Lopes, Pedro Murga, Carlos Alfred, Manoel Neto Araújo, Hilton Fróis Ribeiro, Eudes Vieira, Sílvio Brand, Lourival Fernandes, Sebastião Cassia, Armindo Fiães, Walter Schöpke, Manoel Ferreira de Figueiredo, Zenir Ferreira Lopes, Walter Freitas Nunes, Pedro de Castro Biancovilli, Laudo de Oliveira, José Fagundes do Amaral, Arnaldo V. Reis, Luiz C. Campos, Antônio Gama, José Batista de Abreu, Waldir Rangel, Jayme Santiago Maphêo. Antônio Ferreira Gabri, Marcílio Mazzola, Manoel Gomes Neto, Reginaldo de Sousa Leal, Valdemar Lopes, Manoel Cordilha, Florisvaldo Araújo, Laurentino de Oliveira, José Maria da Silva, Raimundo Pires Seixas, Levy de Menezes, Álvaro F Órphão, Ivo José Ferreira, Geraldo Gonçalves de Souza, Maria Yára Branco, Leonardo Eyng, Darcy Vieira Cardoso, Edjalme Perret de Souza, Miguel Paixão, Eduardo Dias, João de Almeida Guimarães, Armando W. Cruz, Joaquim G. M. Gonçalves e José Cândido de Araújo.

ACABOU-SE DE IMPRIMIR ÊSTE TRIGÉSIMO SEGUNDO VOLUME DA "ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS", EM 13 DE NOVEMBRO DE 1959, NAS OFICINAS DO SERVIÇO GRÁFICO DO I.B.G.E., EM LUCAS, DF. — BRASIL

Publicação comemorativa do 4.º aniversário de governo do
Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira,
em 31 de janeiro de 1960